

CONSTRUIR A PAZ

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 01.
FAMÍLIA, JUSTIÇA,
SOCIAL E COMUNITÁRIA

VOLUME 02.
TRABALHO, SAÚDE E
MEDIAÇÃO AMBIENTAL

VOLUME 03.
CIDADANIA, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS,
COMUNICAÇÃO E
RESPONSABILIDADE SOCIAL

VOLUME 04.
LITERATURA, MÚSICA
E RELIGIÃO



FICHA TÉCNICA

CONSTRUIR A PAZ

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS



VOLUME 01. FAMÍLIA, JUSTIÇA, SOCIAL E COMUNITÁRIA
VOLUME 02. TRABALHO, SAÚDE E MEDIAÇÃO AMBIENTAL
VOLUME 03. CIDADANIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
VOLUME 04. LITERATURA, MÚSICA E RELIGIÃO

EM PAZ

**A mão
ao teu irmão
darás.
Com ele
a casa
construirás.
E nela
viverás.
A sua brasa
acenderás.
E nela
enfim
repousarás
em PAZ.**

Albano Martins

PREFÁCIO

O I Congresso Internacional “Construir a Paz” pretendeu constituir uma oportunidade de reflexão entre especialistas e práticos de várias áreas de conhecimento no campo das ciências humanas e sociais, das ciências e tecnologias e das ciências da saúde, que confluam na temática da construção da paz em diferentes domínios da realidade - comunicação e consumo; educação e cidadania; família; género e sexualidade; justiça e crime; trabalho, saúde e bem-estar; política e relações internacionais; saúde; intervenção social e comunitária; mediação ambiental; religião; literatura e música; entre outros temas.

Foi uma grata honra, a que nos coube, de abrir este I Congresso Internacional “Construir a Paz”, no dia 15 de Junho de 2011, na Universidade Fernando Pessoa.

Quando há cerca de três anos atrás nos ocorreu a ideia de realizar este evento, tratou-se de algo que nos pareceu natural se olharmos para o rico passado que a UFP tem nestas matérias de pensar e operacionalizar o oposto da “fantasia da separatividade”, como a designa Pierre Weil, em “A Arte de Viver em Paz”, esse verdadeiro círculo vicioso de repetição compulsiva, uma espécie de ilusão óptica, em que com facilidade, por vezes, os humanos entram.

Passamos a explicitar esta nossa ideia inicial e a contextualizá-la no Congresso cujo Livro, decorrente do mesmo, agora prefaciamos.

Parecem ser bons tempos, estes que vivemos, para os investigadores que analisam a paz e o conflito e a sua gestão e os profissionais da negociação, da mediação, da conciliação, da arbitragem ou de sistemas mais tradicionais de resolução de litígios, que intervêm na prática da resolução pacífica e construtiva dos mesmos.

De facto, a crescente procura de informação sobre a matéria, a necessidade de ferramentas no domínio da gestão de disputas e o incremento de publicações de natureza científica e técnica, dedicadas à gestão de conflitos e à Paz, assim como o aumento de acções de formação e ensino nesta área (ex. cursos de mediadores de conflitos da UFP), são uma realidade a que o nosso país - como muitos outros, nomeadamente os nossos parceiros da União Europeia - não escapa, quer na atenção e investigação, quer na prática activa desses processos.

Num cenário de globalização, é de esperar que a interdependência entre envolvidos tenha importantes consequências nas dinâmicas dos indivíduos, dos grupos e das sociedades. Ora, a interdependência é um dos focos possibilitadores de conflitos. Com as nossas sociedades cada vez mais “abertas”, com a cada vez maior interdependência entre organizações e grupos, com a mobilidade social a tornar-se um dado da nossa actualidade, o fenómeno conflitual transformou-se em algo inteiramente estrutural das nossas vidas.

Desse modo, constatamos que, embora alternando entre momentos de avanço e de regressão, uma perspectiva dialogante

de abordagem dos conflitos em termos de procurar um acordo mutuamente benéfico para as partes, de exploração de objectivos comuns entre elas, de criação de alternativas para alcançar o compromisso, ou seja, de solucionar os conflitos de forma construtiva, foi adquirindo o seu lugar em vários níveis sociais. Referimo-nos, especificamente, ao movimento RAL - Resolução Alternativa de Litígios.

Desse movimento retiramos a ideia, a partir de meados do século passado, e após dois confrontos mundiais que capitalizaram a atenção de humanistas e ecologistas, de que é possível constatar que os conflitos, sendo fenómenos inerentes à interacção humana, podem, todavia, transformar-se em elementos enriquecedores, para os que neles se vêem envolvidos, se os mesmos possuírem determinadas competências para a sua resolução pacífica. O que nem sempre é fácil de vislumbrar.

As diferentes organizações (empresas, universidades e outras instituições) sentem, de uma forma cada vez mais presente, a necessidade dos seus colaboradores possuírem instrumentos e processos eficazes de lidar com contendas, de forma a responderem à cada vez maior pluralidade de personalidades e de situações de divergência interpessoal e à construção da paz nos mais diferentes contextos.

Este Congresso, inscrevendo-se na filosofia de base do supracitado movimento, visa a compreensão do fenómeno da paz, a experimentação das principais vias para a sua concretização e o fornecer uma panorâmica da aplicação directa dos conhecimentos transmitidos. Destacamos, por conseguinte, que o seu grande fio condutor é a prática, é a construção da paz e não um evento científico dedicado exclusivamente aos chamados *Peace Studies*.

Se atentarmos no Programa do Congresso acreditamos que o mesmo traduz essa tão almejada ponte entre teoria e prática, existindo comunicações que vão desde a análise descritiva de processos de edificação da paz até mesmo à prescrição normativa de como “Construir a Paz”.

Assim, um dos grandes objectivos do Congresso parece-nos ter sido alcançado - proporcionar um apoio a todos os que se encontram na situação de ter de enfrentar um conflito no sentido de que aqui encontrem recursos que lhes permitam avançar na sua vida e melhorar o mundo em que vivemos.

É bem notória, se atendermos às diferentes comunicações do Congresso, a preocupação com a fundamentação científica dos temas abordados, destacando-se que qualquer uma das formas de gestão construtiva de conflitos e da violência foi encarada nas suas inerentes complexidade e multidimensionalidade, o que nos remete para perspectivas vindas do direito, da psicologia, da sociologia, da economia, da ciência política, das relações internacionais, das ciências da comunicação, das ciências do ambiente, entre tantas outras.

Por outro lado, está ainda patente a ideia de que, por trás de cada uma das concepções, técnicas e instrumentos apresentados para a resolução de conflitos e a construção da Paz, se encontra uma visão que, simultaneamente, encoraja e sistematiza a importância da dimensão interpessoal (intangível), e não meramente instrumental (tangível), das vias sugeridas e analisadas.

Esperamos, assim, que o Congresso possa constituir uma ferramenta de facilitação do diálogo e do encontro interpessoal, contribuindo para a melhoria das relações entre pessoas e para a obtenção satisfatória de acordos que conduzam à Paz.

Como nunca poderemos construir paz sozinhos em projetos colectivos, e como “Construir uma cultura de paz é promover as transformações necessárias para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais” (Milani, 2003: 31), daqui envio uma palavra de apreço a todos os colegas da Comissão Organizadora e Científica, pela excelente relação, humana e profissional, mantida ao longo de praticamente 2 anos de aventura afetiva e profissional na preparação e concretização deste Congresso. Permitam-nos destacar apenas o apoio incondicional e a postura discreta da Prof. Glória Jóluskin, que contribuiu com o seu trabalho atento e organizado, daí que, estamos convictos, tanto do seu cunho pessoal como pessoa construtora de paz se encontrará colocado no Congresso.

Gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Poeta Albano Martins, docente da UFP, o facto de nos ter presenteado com um belíssimo poema sobre a Paz, o qual materializa, com rara sensibilidade, a ideia matriz para este encontro científico e em que

estabelece, de forma inequívoca, a Paz como algo de fundamental ao longo do ciclo vital dos humanos.

Um agradecimento também dirigimos, em nome da Comissão Organizadora, à Vice-reitoria e Reitoria da UFP por todos o seu apoio na divulgação e patrocínio para a concretização do evento.

Para concluir, diremos com Mahatma Gandhi que “Como seres humanos a nossa grandeza reside não tanto em sermos capazes de refazer o mundo, mas em sermos capazes de nos refazermos a nós mesmos.”

Ficam os quatro volumes do presente Livro “Construir a Paz” para registo do excelente congresso que todos os que nele participaram e em que se enalteceu através do diálogo, esse legado helénico para a Humanidade!, o período atual em que vivemos, no qual temos a sensação de que quase tudo está mudar.

Razão mais que suficiente para nos pacificarmos, para aprendermos todos a construir a Paz.

Oxalá o presente Livro possa servir de ajuda a todos os que assim querem viver.

PEDRO CUNHA

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

VIOLÊNCIA E PAZ: ENTRE O EU E O OUTRO

LABORINHO LÚCIO

JUIZ CONSELHEIRO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, JUBILADO

Num tempo em que parece abundarem as respostas fracas e escassearem as perguntas, talvez valha a pena ensaiar algumas destas!

Por exemplo, será ainda possível hoje procurar reabilitar a «Violência» como tema a suscitar as mais ricas e diversificadas propostas de reflexão ou, pelo contrário, uma visão demasiado agarrada ao pragmatismo do quotidiano já nos não concede espaço para um simples devaneio em busca de outros sinais dos tempos e das coisas?

Será que a evidente perturbação que nos é fornecida como produto de uma «Violência» de rua e fortemente mediatizada, protagonizada por indivíduos, por grupos, por organizações, ou por Estados, há-de impedir-nos de buscarmos o distanciamento necessário para o aprofundamento sereno das suas causas e para a análise, na própria «Violência», não apenas do desvalor que ela comporta, mas também da patologia de que ela é sintoma, ou, noutra dimensão, mais optimista, da saúde que ela também evidencia?

Ao discurso moral e aos anseios de paz social que legitimamente andam ligados à reprovação da «Violência», poderemos nós ainda aditar um pensamento interrogativo que reclame, de outros domínios, princípios de explicação para aquilo que rapidamente se condena no plano do «dever - ser», tantas vezes antes mesmo de se ter observado enquanto aquilo «que - é», ou «pode - ser»?

Estas apenas algumas possíveis e simples interrogações.

Antoine Garapon, depois de afirmar que «a violência é um processo infinito que clama continuamente por uma outra violência superior», assevera que «só é possível enganar a violência se tivermos uma reparação para lhe propor». E acrescenta que «pretender dominar a violência com violência é confinar-se à escala da vingança, que terá como único resultado a indiferenciação entre criminoso e autoridade. O contágio da violência [conclui] expõe qualquer sociedade à aniquilação, se esta não reagir enganando a vingança»^{[1], [2]}.

Eis aqui um primeiro marco que fixa, no longo percurso da História, e, neste caso, no que respeita à relação do Homem com o crime e com a reparação do mal por este provocado, uma das mais impressionantes vitórias da «Paz» sobre a «Violência», do direito sobre a barbárie.

E, todavia, nem por isso são tranquilizadores os modernos sinais dos tempos.

Vive-se actualmente «uma dramatização e uma politização da violência extraordinariamente grandes»^{[3], [4]}. «A sociedade de comunicação aberta reforça a tendência de os poderes públicos recorrerem ao instrumentarium punitivo, que utilizam também como resposta simbólica aos conflitos sociais»^[5]. «O facto de se estar perante uma criminalidade muito grave, de efeitos danosos avultadíssimos e cuja violência é bem conhecida, convida um discurso de encurtamento dos direitos, liberdades e garantias do delinquente, pretendendo-se que o respeito pelos direitos fundamentais é, em larga medida, inconciliável com a eficácia da perseguição deste tipo de criminalidade»^[6].

Nas palavras de Winfried Hassemer, «os direitos fundamentais tendem a constituir um obstáculo numa luta eficaz do Estado contra a criminalidade...»^[7].

Ora, como é bom de ver, são estes, já, efeitos provenientes do cunho sócio-psicológico próprio da chamada «sociedade do risco». Expressão criada pelo sociólogo Ulrich Beck, transporta ela a verificação de que as populações das sociedades ocidentais se confrontam hoje com um conjunto de medos e de pânicos provenientes de uma massa complexa de riscos que tanto se encontram numa nova criminalidade violenta e organizada, em sucessivas acções terroristas de resultados devastadores, em fenómenos perturbadores de marginalidade e de exclusão social, em graves e irreversíveis ataques ao meio ambiente, em profundas crises económicas, como nas mais diversas formas de corrupção^[8].

Reabrem-se, entretanto, novos e violentos conflitos de contornos ainda imprecisos, mas que alguns adivinham, preocupantemente, como anunciadores, a ocidente, do fim do multiculturalismo^[9] e da ameaça, à escala global, de um terrorismo de fundamento aparentemente religioso^[10].

Em contrapartida, a desregulação que acompanha a resposta deficitária do Estado social e a comprovada incapacidade de os Estados reduzirem eficazmente os riscos^[11], geram movimen-

1 Bem Julgar, Ensaio sobre o Ritual Judiciário, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p. 256.

2 Noutros termos, é este, afinal, também o pensamento de Paul Ricoeur quando considera que «a Justiça encontra o seu primeiro contrário na sede de vingança, que é uma paixão forte: a Justiça consiste em não fazer vingança» - A Crítica e a Convicção, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, edições 70, Lisboa, 1993, p. 162.

3 Cfr. Anabela Miranda Rodrigues, Globalização, Democracia e Crime, In II Congresso de Processo Penal, Memórias, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 17 e ss.

4 Idem, pág. 29. Veja-se, a este propósito, Jean de Maillard, Crimes et Lois, Dominós/Flamarion, Paris, 1994.

5 Idem, pág. 28.

6 Idem, p. 31.

7 Processo Penal e Direitos Fundamentais, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 22.

8 Cfr. António Teixeira Fernandes, Ob. Cit., págs. 120 e ss; e Frederico Isasca, Prisão Preventiva e restantes Medidas de Coacção, Jornadas Cits. p. 102.

9 Alain Touraine, Um Novo Paradigma, Para Compreender o Mundo de Hoje, Lisboa, Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade, 2005, p. 21.

10 Interessante, sobre este ponto, é a obra da autoria de Madeleine Albright, Os Poderosos e o Todo-Poderoso, Lisboa, Difel, 2006.

11 Cfr. António Teixeira Fernandes, Idem.

tos reivindicativos de maior controlo social e de intervenção mais repressiva no plano criminal, nomeadamente, através da limitação dos direitos fundamentais.

É assim que se vislumbram hoje propostas tão radicais como as que relevam do anúncio de um «direito penal do inimigo»^[12], por contraponto ao já estabelecido «direito penal do cidadão».

Tributário, em parte, das teses da exclusão «justa» ou «justificada»^[13] e levando-as até às mais severas consequências, o «direito penal do inimigo» assenta na ideia de que quem se coloca fora do direito não oferecendo a «segurança cognitiva suficiente» de um comportamento como pessoa, não acede ao direito de ser tratado como tal, já que, se assim fosse, estaria, só por isso, a colocar em causa a segurança das outras pessoas. Tal justifica, pois, o recurso a medidas excepcionais, diversas daquelas que integram o direito penal do cidadão e que são apropriadas para todos aqueles casos em que, ainda que praticado um crime, este não incorpora juízos capazes de conduzir à exclusão do agente do estatuto de pessoa, nos termos referidos^[14]. Na interpretação do pensamento de Jakobs, «tais indivíduos não podem considerar-se pessoas nem cidadãos, são inimigos da sociedade que devem ser excluídos dela», estimando que os «nichos sociais de aparecimento de inimigos dentro da sociedade do risco [...] se encontram predominantemente na criminalidade económica, no terrorismo, no narcotráfico e na delinquência organizada em geral, na delinquência sexual e em outras perigosas condutas semelhantes, na delinquência habitual e, em geral, em toda a delinquência grave»^[15].

Por sua vez, enquanto isto, e carregando ainda mais a nota, são os factos que vêm sentenciar a favor da tese assim formulada. Na verdade, para que se tenha apenas uma tênue ideia, a criminalidade constitui, já há mais de duas décadas «uma das primeiras actividades da economia mundial [revelando-se] mais importante em carteira de negócios do que a indústria do petróleo»^[16]!

Ainda assim, diante das propostas que, pela mão do «direito penal do inimigo», isto é, de um «direito de guerra», pretendem oferecer a solução para os graves problemas criminais suscitados pela sociedade do risco, não deixa de levantar-se um coro de dissonâncias que, como base comum, reclama uma história e uma cultura fortemente consolidadas em torno do «núcleo essencial» dos direitos fundamentais^[17], e da irreduzibilidade da dignidade do ser humano. Entre muitos outros, é o que sustenta Luís Garcia Martín, quando proclama que «o direito penal democrático e do Estado de Direito há-de tratar todo o homem como pessoa responsável, e não pode ser lícito nenhum ordenamento que estabeleça regras e procedimentos de negação objectiva da dignidade do ser humano em nenhum caso»^[18], adiantando não ser a pessoa delinquente quem, ao delinquir, se coloca fora do direito deixando, para este, de ser

pessoa, mas sim o direito aquele que, ao pretender excluí-lo, nega a si mesmo o «carácter de Direito»^[19].

É certo que, se assim deve ser, menos verdade não será que não tendo a nova justiça penal «por que renegar o paradigma de vertente liberal herdado do iluminismo»^[20], não pode deixar, de o «superar»^[21], afrontando novas exigências colocadas por uma também nova criminalidade, cujo combate reclama, sem motivações preconceituosas, maior eficácia e mais segurança. Agora, do que se trata é de saber, qual o limite de compressão que, em termos de concordância prática, é justo e legítimo impor aos direitos fundamentais, salvaguardado sempre o respeito pelo «núcleo essencial» destes^[22].

Muito curiosa é, a este título, a questão formulada por Olivier Abel, quando se interroga sobre se «será possível agir contra o mal sem fazer mal?»^[23] para, na esteira de Paul Ricoeur, salientar como «a justiça tenta estabelecer uma equação ou restabelecer um impossível equilíbrio, não tanto entre o crime e a sua punição, mas entre criminalidade e vitimização, entre responsabilidade e vulnerabilidade»^[24].

Ora, é aqui, neste ponto possível de encontro, que a «Paz» e a «Violência» jogam muitas das suas cartas principais, nomeadamente deparando aí, no que toca sobretudo à pequena e média criminalidade e com especial relevo na chamada delinquência juvenil, com boas portas de entrada para o ensaio das virtualidades tanto da mediação penal, da diversão, ou da justiça restaurativa, como da aposta ainda nos benefícios da reinserção, também ela adoptada como instrumento de defesa social.

Nestes termos, tanto basta, para que possamos concluir valer a pena tentar reequilibrar o sólido de contrastes que representa a «Violência» e distinguir as linhas de força que separam, na linguagem de René Girard, a «violência pura» da «violência impura»^[25]. Dizendo de outra forma, importa recriar novos pontos de vista sobre a «Violência» para que os desígnios, sobretudo humanos, que a pretendem reprimida, não venham também a anulá-la como instrumento último de defesa e de luta por valores fundamentais, como reduto derradeiro de afirmação da dignidade pessoal, ou até mesmo, embora noutra plano, como mote privilegiado a impor-se no domínio da criação artística.

Aliás, é talvez no tratamento artístico da «Violência», e na nossa observação dele, que nos confrontamos, tantas vezes surpreendentemente, com a «Paz» e com a «Violência» que nos habitam interiormente, projectando para diante dos nossos próprios olhos a real imagem de um «eu» as mais das vezes desconhecido para nós mesmos. Assim se distinguem, por exemplo, as reacções, compungidas mas serenas, diante do in-

12 Agora trazido pela mão de G. Jacobs. Cfr. Anabela Miranda Rodrigues, Ob. Cit., p. 40.

13 Cfr. Michael Waltzer, Exclusion, Injustice et État Démocratique, in Pluralisme et Équité – La justice social dans les démocraties – Esprit, Paris, pp. 29 e ss.

14 Cfr. Anabela Miranda Rodrigues, Ob. Cit., p. 42.

15 Cfr. José L. Díez Ripollés, De La Sociedad Del Riesgo A La Seguridad Ciudadana: Un Debate Desenfocado. Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología, ISSN 16950194, 2005, p. 01:20.

16 Cfr. Jean de Maillard, Crimes et Lois, Dominos – Flammarion, Paris, 1994, p. 32.

17 W. Hassamer, Ob. Cit., p. 24.

18 Consideraciones Críticas Sobre El Actualmente Denominado «Derecho Penal Del Enemigo», Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología, ISSN 16950194, p. 02:42.

19 Idem.

20 Cfr. Anabela Miranda Rodrigues, Ob. Cit., p. 44.

21 Cfr. Jorge Figueiredo Dias, O direito penal entre a «sociedade industrial» e a «sociedade do risco», Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares, Coimbra, p. 591.

22 É aqui, aliás, que o processo penal mais é chamado ao confronto com a opinião pública, sendo certo que hoje, são os mesmos que, contestando propostas de natureza tipicamente securitária próprias de modelos de *law and order*, reconhecem aqui a necessidade de promover uma abertura a novas soluções de compromisso. Por um lado, em termos mais gerais, aceitando que o «direito pode ser instrumento da política» - Cfr. Fernanda Palma, Direito Constitucional Penal, Almedina, Coimbra, 2006, p. 73 -, desde que usado legitimamente; e, por outro lado, acolhendo, naturalmente, a consciência de que o direito «não deve demitir-se de intervir perante as novas formas de criminalidade» - Cfr. Figueiredo Dias, cit. in Anabela Miranda Rodrigues, Ob. Cit. p. 47.

23 Justice et mal, in La Justice et le Mal, Opus, Editions Odile Jacob, Paris, 1997, p.116.

24 Idem, p. 117.

25 La Violence et le Sacré, Paris, Grasset.

ferno de «Os Desastres da Guerra», de Goya, ou da Guernica; das reacções mais agitadas, porque exageradamente moralistas, que amiúde provoca a «Origem do Mundo», de Courbet!?

Por outro lado, não é verdade que sobre a violência se encenou a Tragédia Grega? E com ela se ergueram as bases teóricas e ideológicas para uma Justiça de Homens e Democrática? Jean Piérre Vincent, recorda-nos que «o teatro grego assenta [precisamente] no debate entre indivíduos em torno da violência fundamental», sendo bem certo que a absolvição de Orestes, que reparara com a morte da mãe, Clitemenestra, o assassinato de seu pai, Agamemnon, não deixa de servir, ainda hoje, como ponto de partida para um reencontro cultural do ser humano com a sua «Violência».

«A minha opinião é [pois] esta: a única solução para a nossa época é a violência!»

Aliás, não estaremos «nós num estado de violência perpétua? Uma vez que nascemos e crescemos num calabouço, já não vemos a fossa em que estamos, os ferros que temos nas mãos e nos pés e a mordaca na boca. A que é que então se chama legalidade? A uma lei que tome a grande massa dos cidadãos por um rebanho sempre ao serviço que assim possa satisfazer as necessidades artificiais de uma insignificante e corrompida minoria? Essa lei é uma violência brutal e perpétua contra o direito e a razão sã e eu combatê-la-ei, em palavras e actos, onde quer que eu possa».

Assim escrevia Georg Buchner, no segundo quartel do século XIX, nas cartas que dirigia à família e à noiva.

É certo que é de Buchner que se trata!

E que quase duzentos anos passaram já por debaixo das pontes! E, todavia, não é o sentido que colhemos no dicionário, quando indagamos sobre o significado da «Paz», que vem confortar-nos perante a interpelação do autor de «A Morte de Danton».

Neles se lê, entre várias outras possíveis propostas de definição, que «Paz» equivale a «serenidade; tranquilidade; sossego; boa harmonia...»^[26], o que nos remete, quando olhamos a rua, para um ideal de «ordem», que muitos, numa tentativa de explicação fenomenológica, recolhem como sendo a verdadeira essência da Justiça, ao menos enquanto pensamento. Ora, bastaria que assim fosse - e, felizmente, que não é - para que houvesse que abrir a contestação, começando por mobilizar-se de novo Buchner, chamando-o à companhia do nosso Fernando Namora quando este, ainda que bem humorado, proclamava que «a ordem pública é uma ordem da particular estima dos que desprezam o público».

Não é este, pois, como se vê, local recomendável para um encontro saudável entre «Violência e Paz», não podendo nós esperar que os conceitos se esgotem no seu significado semântico, descarnado da dimensão de valor, ou ideológica, que os compromete necessariamente em termos sociais e humanos.

Cumpramos então nova aproximação entre «Paz» e «Violência», buscando para ela outros terrenos, mais profundos de conteúdo, como seja aquele onde procura afirmar-se a dimensão universalizante dos direitos humanos!

Foi, como é sabido, à saída da guerra e numa busca consistente de Paz que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nela se exarando, como se diria hoje, um verdadeiro «contrato de confiança», um pacto de intenções, assente no reconhecimento do direito, dos direitos e das virtudes do

Estado de direito. Relembra-la hoje aqui convida, pois, necessariamente, à assunção de um compromisso com o imperativo de reconhecimento da pessoa, de toda a pessoa, como sujeito de direito e de direitos, senhora de personalidade e portadora de dignidade humana. Não de uma dignidade de atribuição, mas de uma dignidade originária, dir-se-á mesmo ontológica. De uma dignidade «enquanto dimensão intrínseca do ser humano», na feliz expressão de Gomes Canotilho. Compromisso este, historicamente inspirado no pensamento de Roosevelt e no seu discurso sobre as liberdades fundamentais: de expressão, religiosa, contra a miséria e contra o medo, por essa via se dando então corpo aos três pilares das democracias modernas moldados na consagração dos direitos civis, políticos e sociais. Decorrido, porém, mais de meio século, no balbuciar das primeiras letras do novo milénio, importa reconhecer que não é desprezível a distância que separa ainda a proclamação, da realização em acto dos direitos por ela anunciados.

É John Kenneth Galbraith quem afirma agora que «importa que seja reconhecido que não há nada que negue de forma tão compreensiva as liberdades individuais como a ausência de recursos materiais». O que não pode deixar de comprometer a própria democracia, com a «concretização articulada das três gerações de direitos», sem deixar de conferir hoje particular relevo aos direitos sociais.

E aqui, sem perdermos de vista a constância da relação de implicação e de polaridade que pretendemos estabelecer entre «Violência e Paz», o primeiro impulso irrecusável virá, certamente, da caixa negra da pobreza e da exclusão social.

Buscando um pouco ao acaso por entre o emaranhado dos dados disponíveis, sabemos que, no que respeita à alimentação, mais de setecentos milhões de seres humanos passam fome; que onze milhões de crianças morrem em cada ano antes dos cinco anos devido à pobreza; que cerca de três mil milhões de pessoas recebem apenas 1,2% do rendimento mundial, enquanto mil milhões guardam, deste, 80%, bastando transferir, daqui para ali, tão só 1%, para assim se erradicar a pobreza extrema ou severa, em todo o mundo. Entretanto, o Parlamento Europeu assinala existirem «fortes indícios de estar a aumentar o número dos que se encontram em pobreza absoluta»!

É quanto basta para olharmos a situação como verdadeira questão de direitos humanos, nela confluindo aqui, agora como contrários, a Paz e a Violência.

Para Susan Sontag «a convicção de que a guerra é uma aberração, ainda que não seja possível, eliminá-la de imediato, é fulcral nas expectativas modernas e é um sentimento ético moderno»^[27].

Eis o que importa afirmar contra a pobreza.

Antes do mais, considerando-a, tal como entende Pierre Sané, ela própria, uma «violação dos direitos humanos» e, por isso, uma realidade a erradicar, desde logo, como projecto político prioritário. Segundo ele, «há que fazer uma escolha singela [...] entre a abolição da pobreza e a outra única forma de os pobres obterem direitos, ou seja, a sua conquista pela força»^[28].

A alternativa, a prazo, parece, assim, clara: ou «Paz», ou «Violência»!

Aí está, pois, um primeiro tópico para um programa consistente de militância pela «Paz», isto é, o da luta contra a exclusão. Mas de uma luta situada, que se não deixe capturar por projecções utópicas de expressão escatológica de tão tris-

27 Olhando o Sofrimento dos Outros, Gotica, 2003, p. 81.

28 A Pobreza – Uma Violação dos Direitos Humanos, in Pobreza, Direitos Humanos e Cidadania, Comissão Nacional Justiça e Paz, Lisboa, 2007, p. 22.

te memória na história recente do século que nos antecede. De uma luta, pois, cívica e política, que não receie, ainda que contra a corrente, colocar em diálogo crítico, por exemplo, a exclusão e a globalização. Não, para, uma vez mais, reanimar uma discussão ideologicamente comprometida à volta desta última, mas para impedir que se estabeleça uma consciência de inevitabilidade em torno dos seus efeitos, como se as causas se colocassem fora de qualquer vigilância democrática. No fundo, trata-se de impedir apenas aquilo que alguém designou já, referindo-se ao poder económico de hoje, como a «absolutização da sua verdade», de uma «verdade» que pretende apresentar a globalização «como total e irrefutável»^[29].

É certo - invocam alguns - que o número total de pobres diminuiu e que, a despeito de se tornar cada vez maior a distância entre os mais abastados e os mais carecidos, a tendência irá ainda no sentido daquela diminuição. Porém, tal argumento, aliás de base discutível, não colherá se tivermos em conta os números absolutos de que se trata e o objectivo de abolir a miséria extrema. Como observa Innerarity, «independentemente de o actual sistema económico diminuir ou aumentar as desigualdades, o que ele sem dúvida provoca é que as desigualdades sejam menos suportáveis»^[30].

Não se trata, pois, de esconjurar a globalização, mas sim de reivindicar o retorno, ainda que crítico, aos princípios da «globalização justa», eticamente comprometida, tal como, por exemplo, a define a Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização.

Mas mais!

É perante a pessoa em situação de pobreza, sobretudo de pobreza extrema, que se ergue um imperativo de respeito pelo «outro», como um ser autónomo e completo, sujeito de direito e de direitos, hábil para reclamar o lugar adequado ao exercício da sua absoluta «alteridade».

A um cartesiano «penso, logo existo», cumpre adicionar o reconhecimento de um «pensas, logo existes» para, assim, salientar «o valor do outro» e, a partir daí, confiando numa resposta positiva, acolher a pergunta ao mesmo tempo tão simples, tão ilusória e tão cara a Alain Touraine, no sentido de saber se «pourrions-nous vivre ensemble?», ou, afinal, noutra formulação, se poderemos «Viver em Paz», sem, todavia, esquecer que a interrogação se não dirige apenas à possibilidade da «Paz», mas também à exigência, prévia, da garantia de «Viver».

Ora, é aqui que emerge a exclusão como negação do acesso à condição de cidadão e, por isso, ao exercício mínimo da cidadania. De uma cidadania que, nas palavras de Salvador Giner, «não é apenas uma condição política para a acção, mas, sobretudo, a expressão da dignidade de todos e de cada um de nós». De uma cidadania que «é uma condição moral» e, nessa medida, uma condição de Vida!

É então que a exclusão gera exclusão e fixa esta como fatalidade^[31], como espaço absoluto de desigualdade real. De uma

desigualdade que vem encorpar o caldo de cultura onde se instala, como vimos, o germen próprio da «Violência».

Ora, acontece, que, com uma «ideologia situada», comprometida com preocupações de coesão social e fundada em valores como o da solidariedade, oriunda sobretudo do período do pós-guerra, e ela também seriamente comprometida com os direitos humanos, concorre hoje uma «teologia do mercado», onde a competição se afirma como regra pretensamente revestida de neutralidade axiológica. As aparentes maiorias sociais passam a ter-se como principal fonte de legitimação, até do ponto de vista moral, traduzindo-se o consumo na dimensão de referência de um novo «imperativo categórico». O sucesso e o insucesso surgem como consequências naturais, formalmente equivalentes, de um jogo aparentemente livre. Perdem-se as antigas solidariedades. Assiste-se a uma degradação progressiva da coesão social. Por isso que esta constitui matéria evidentemente indissociável das que se prendem com a questão geral da igualdade, aí cabendo perguntar «até que ponto, numa sociedade que privilegia os valores da igualdade, é possível erguer uma nação se a igualdade política e jurídica proclamada é tão brutalmente contrariada pelas desigualdades observadas e vividas de ordem económica e social?»^[32]

E, todavia, tal como não parece eticamente aceitável tratar a igualdade como princípio, sem atentar criticamente no mundo da desigualdade real, assim também não se revelará acertado utilizar a preocupante persistência desta como argumento que invalide, também neste domínio, o sentido possível de um novo «projecto esperança», no qual «liberdade, igualdade e solidariedade» podem configurar-se como «os valores básicos da vida em sociedade», isto é, como pressuposto da «Paz».

É certo que «traduzi-los na prática, impedir a sua violação ou tudo fazer para que sejam respeitados é muito mais difícil do que fazer declarações teóricas; mas é por aqui que se começa»^[33]. Desde logo, voltando a convocar a responsabilidade do político e da política.

Com efeito, importa olhar o político, na sua dimensão ideológica, como o campo de onde brotou originariamente a consciência dos direitos humanos e onde foi possível proclamar a igualdade de todos perante a lei, para que no retorno aí, e na assunção de um inequívoco compromisso ético-político, seja possível re-situar a questão dos direitos e da igualdade de direitos.

Assim sendo, animemo-nos então com a reflexão de Estanqueiro Rocha, para quem «falar de ética hoje é falar sobretudo de justiça, isto é, dos princípios, das condições e dos conteúdos susceptíveis de definir uma sociedade justa»^[34], de uma «justiça entendida como o reconhecimento e o respeito pela dignidade e integridade de cada um e a rejeição da situação de dominação e de violência»^[35].

Caberá lembrar aqui Jorge Luís Borges quando, depois de afirmar que «talvez a ética seja uma ciência que desapareceu do mundo inteiro», rematou, determinado, proclamando que «não importa; teremos de inventá-la outra vez!»^[36].

Será isso, então, que nos permite chegar à conclusão de que a busca da «Paz» reclama, também ela, um compromisso ético,

29 Assim se encobriria a realidade «de um mercado global que só clinicamente se pode chamar mundial quando centrífuga a marginalidade mais absoluta a milhões de pessoas da nossa humanidade. Por aí nos vem [neste prognóstico de José Antonio Pérez Tapias] uma nova barbárie cuja mentira só poderemos travar com recurso à verdade que pressupõe a justiça» - Del Bienestar A La Justicia, Editorial Trotta, Madrid, 2007, p. 95.

30 Daniel Innerarity, A Sociedade Invisível, teorema, 2009, p. 127.

31 Nas palavras de Acácio Catarino, «acontece, deste modo, uma dupla rejeição dos pobres e dos excluídos: primeiro, ficando entregues à sua sorte, à margem da sociedade; depois, sendo rejeitadas a própria exclusão e a pobreza, consideradas como fenómenos que não existem, ou não integram nem responsabilizam a sociedade» - Solidariedade e Segurança Social, in Reformar Portugal - 17 Estratégias de Mudança, Oficina do Livro, Lisboa, 2002, p. 223.

32 Dominique Schnapper, La Communauté Des Citoyens - Sur l'idée moderne de nation, Gallimard, Paris, 1994, p. 116.

33 Cfr. Acílio Estanqueira Rocha, Justiça e Direitos Humanos, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Coleção Hespérides/Filosofia, 2001, p. 18.

34 Direitos Humanos E O Multiculturalismo, in Justiça e Direitos Humanos, Cit. p. 204.

35 Idem.

36 Cfr. Pilar Bravo e Mario Paoletti, Borges Verbal, Assírio e Alvim, Lisboa, 1999, p.81.

do ponto em que lhe cabe aceitar como pressuposto de legitimação, a busca simultânea da igualdade, isto é, do reconhecimento do outro, e do outro do outro^[37], na sua autonomia e diversidade, como sujeito de direito e de direitos.

Na bela reflexão de Gianluca Bocchi e Mauro Ceruti, «no outro não descobrimos só um limite, alguém ou alguma coisa de irreduzível ao nosso ponto de vista, de insituável nos quadros, amiúde estreitos, onde nos fechámos. De modo mais radical, o outro torna-se o próprio motor do nosso desenvolvimento, o impulso e a unidade de medida de um confronto incessante, graças ao qual construímos e realizamos potencialidades das quais não tínhamos no entanto consciência»^[38]. E, daqui, «à luz [destas] novas formas de relação entre si e o diferente de si», partem os autores para a conclusão de que «as próprias 'vitória' e 'derrota' adquirirão novos valores: mais próximas do *viver* em conjunto, do *desenvolver* em conjunto, do *co-desenvolver*»^[39].

Ao invés, uma «Paz» que não recuse a discriminação, que resulte de uma imposição de poder e que, assim, repouse numa relação entre superior e inferior, além de meramente conjuntural, contem em si o gérmen da violência e, por isso, da sua própria destruição.

É, pois, na igual dignidade reconhecida e respeitada em todos que há-de fazer-se assentar os pilares para a instalação de um eficaz programa para «A Construção da Paz».

De um programa que não recuse, uma vez mais, as perguntas fortes e que fuja de encontrar para elas respostas igualmente densas de conteúdo, como seja, apenas a título de exemplo, a questão, sempre renovada, da consagração, ou não, do direito de ingerência, não apenas para fins humanitários e em contexto de conflito armado, mas também em defesa do núcleo essencial dos direitos humanos^[40].

Mas também de um programa empenhado no concreto e, assim, mais simplesmente, também por exemplo, em chamar a capítulo, para sobre elas reflectir, a educação e a escola, e a relação destas com a «Violência e a Paz».

Não podendo deixar de perspectivar ambas como «instrumento» para a cidadania e para a democracia, delas haverá de reclamar-se formação de pensamento crítico, promotor de dissidências responsáveis. Vale isso por dizer que não poderá aceitar-se sem análise a concepção por força da qual cabe à escola e à educação formal assumirem a condição de instrumento na «sociedade de informação e do conhecimento», educando apenas para o desenvolvimento económico. Como bem assinala Joaquim Azevedo^[41], esta não é uma concepção politicamente neutra...

Ora, uma escola responsabilmente promotora de pensamento crítico terá, antes do mais, de se instituir por si mesma e de reivindicar uma autonomia indispensável à formação da sua identidade própria. Uma autonomia que comece por permitir a sua inserção na comunidade a que pertence, que a responsabilize perante ela e que, com ela, defina, em grande parte, um projecto educativo e uma estratégia, esta, então sim, de projecção alargada no tempo e no espaço.

Não uma autonomia reclamada em nome do poder burocrático da escola, mas uma autonomia reconhecida em razão de valores democráticos que reclamam uma educação ao serviço dos cidadãos, de todos os cidadãos. Uma escola «pensada e estruturada tendo em vista a sistemática aprendizagem da cidadania moderna», na ideia de que «uma das funções essenciais da escola consiste em contribuir para a formação de cidadãos e de cidadãs responsáveis e solidários [...] não de sujeitos administrados e conformados, mas de cidadãos protagonistas do destino das suas vidas públicas e privadas»^[42].

Só assim, aliás, será possível conceber uma educação para a «Paz»!

Na verdade, educar efectivamente para a «Paz» é, em síntese, educar para os direitos. Uma vez mais para os direitos do outro. Para os direitos também enquanto instrumento de convivência entre sujeitos. Para os direitos individuais, evidentemente, mas também para a consciência do valor dos direitos colectivos. Dos direitos do presente e dos direitos do futuro. E então, talvez aí, no espaço privilegiado da educação e da escola, se encontre o terreno apropriado para se restaurar a procurada relação saudável entre «Paz» e «Violência», como valores e conceitos fortes, incompatíveis com teorizações e discursos moles. Por isso que tenha de exigir-se da escola que comece, ela própria, por se afirmar como espaço de integração de todos, de esvaziamento da discriminação, exemplar na assunção saudável da diversidade e da heterogeneidade, e promotor de condutas solidárias entre diferentes.

Com efeito, como poderá educar-se para a «Paz» sem que antes se tenha inscrito na identidade e nas práticas do quotidiano da escola exactamente uma cultura da «Paz»? Não uma cultura - repete-se - que anule a «violência», mas uma cultura que estimule o pensamento, que desenvolva o sentido da crítica e que permita, assim, no combate pela «Paz» e contra a «Violência», compreender também a legitimidade, quando não o dever, tanto de rejeitar a «Paz» dos submissos, como de valorizar a «Violência» dos justos.

Afinal, em grande parte, é isso educar para a cidadania. Mas para uma cidadania «material e activa». Uma cidadania de direitos e de responsabilidades, capaz de dar corpo a uma verdadeira e efectiva democracia participativa.

O que nos projecta, desde logo, para o espaço público e para a cotação que, na complexidade da sua textura, é hoje aí atribuída, quer à «Paz», quer à «Violência».

Mal afeiçoada a primeira a um quotidiano sem sobressaltos de maior, logo a «Violência» sobe de valor e se transforma em objecto ou bem de consumo. Para os *media*, aos quais a «Paz» pouco oferece em termos de valor concorrencial, a «Violência» assume a natureza de produto topo de gama. Assim transformada, rapidamente perde dimensão axiológica intrínseca, e, como objecto no mercado, banaliza-se ao sabor do consumo e do consumidor. Paradoxalmente, torna-se desejada. Estabelece-se como que uma relação entre palco e plateia, garantindo-se a esta a «Paz» necessária para que daí se assista, tranquilamente, à «Violência» ali representada. Como se, neste absurdo de indigência crítica, a «Paz» fosse a realidade e a «Violência» a fantasia.

Quem, entre nós, não se lembrará, num recente e pouco «querido mês de Agosto», de um assalto falhado a uma agência bancária, transmitido em directo por todos os canais de televisão? No interior das instalações da agência, os dois assaltantes mantinham reféns dois funcionários do banco. No exterior as

37 Cfr. Gabriel Bello Reguera, *El valor de los otros – Más allá de la violencia intercultural*, Biblioteca Nueva, Madrid, 2006.

38 Os Novos Jogos Planetários, in Edgar Morin, *Os Problemas do Fim de Século*, Editorial Notícias, Lisboa, 1991, p.157.

39 Idem, pp. 158-159.

40 Cfr. Álvaro Laborinho Lúcio, *Emergência Humanitária E A Legitimação Da Intervenção: A Tensão Entre A Soberania E A Justiça Dos Fins*, Academia Internacional Da Cultura Portuguesa, Lisboa, 2002, pp. 89 e ss.

41 Sistema Educativo Mundial, Ensaio sobre a regulação transnacional da educação, FML, 5, Vila Nova de Gaia, 2007, p. 23

42 Manuel Barbosa, *Educar para a Cidadania em Ambiente Escolar*, in *Educação do Cidadão – Recontextualização e Redefinição* -, E. APPACDM, Braga, 2001, pp.78 e 79.

forças policiais procuravam e rendição daqueles e o resgate sem risco das vítimas. O longo impasse instalado, a despeito da tensão crescente que ele próprio gerava, levou a que um dos canais em directo, lançasse no ar, em simultâneo, o episódio da telenovela prevista para aquele horário. Para tanto, abriu na parte inferior direita da imagem uma janela onde continuava a acompanhar-se o desenrolar dos acontecimentos na agência assaltada. A realidade e a ficção adquiriram aí, finalmente, idêntica dimensão. E, momentos passados, quando a polícia disparou, matando um dos assaltantes, capturando o segundo e libertando os reféns, nada disso, verdadeiramente, se distinguia da pretensa intensidade dramática das cenas com que a ficção competia com a realidade.

Depois da «Violência», regressou a «Paz»!

Final, os directos da guerra, das várias guerras, já nos tinham habituado!

E nós, cidadãos, deixámo-nos habitar.

Como sustenta Leopoldo Criner, «os media potenciam uma sociedade de espectáculo que nos torna *voyeurs* passivos de nós mesmos»^[43].

Ironicamente, em família!

Justamente aí, onde se instala um dos maiores factores de «Violência» e de risco do nosso tempo.

Com efeito, a família transformou-se, também ela, e bem, num agregado, ainda que relativamente diferenciado, de sujeitos de direito e de direitos. Democratizou-se. E, de uma estrutura hierárquica, vertical, na qual a violência se exercia, absurdamente, como afirmação de um poder indiscutível e indiscutido, vem passando a uma outra forma de organização interna onde tende a imperar a heterarquia e a afirmar-se a igualdade entre os sujeitos.

A modernidade, entre outras coisas, significou, como é sabido, igualdade de géneros e, com ela, «a libertação sexual - bem como política e económica - da mulher»^[44]. Entretanto, no mesmo passo, adquiriram expressão jurídica convencional os direitos da criança e os direitos do idoso, com reflexo directo nas relações intra-familiares.

A «Violência», igualmente absurda, é agora mais uma resposta à perda do poder tradicional, e um sintoma da dificuldade de convivência em meio fechado entre seres humanos autónomos e livres, que vivem o jogo de uma «igualdade partilhada», na expressão de Alain Renaut. Com isso, passou-se de uma «Violência» de explicação sócio-antropológica, para uma «Violência» de raiz psicológica. É aí que mais se choca, no diálogo entre a «Paz» e a «Violência», o conflito entre o «eu» e o «outro».

Também por isso a crescente importância e eficácia da mediação como forma de resolução de conflitos no seio familiar.

Por outro lado, a família, como instituição, polarizou-se em torno de várias formas ou modelos, eles próprios, sinais inequívocos do advento da liberdade individual e da autonomia pessoal dos seus membros. O poder, só por si, já não significa segurança na manutenção da família. A Violência tende a matar a família.

E, todavia, nada disto diminui a densidade de esperança que perpassa por todo o discurso de Luc Ferry quando nos convida a aceitar que «o único elo social que ao longo dos séculos se fortaleceu, intensificou e enriqueceu é aquele que une as gerações ao seio da família. Muitas vezes [prossegue] decomposta, situada fora do casamento ou recomposta, mas contudo

menos hipócrita, mais autêntica e mais *apegada* como nunca antes na história: eis o paradoxo da família moderna. É nela, e talvez unicamente nela, que subsistem e até mesmo se fortalecem as formas de solidariedade que o resto da sociedade, dominada quase inteiramente pelos imperativos da competição e da concorrência, quase nunca espelha. É face aos nossos próximos, àqueles que amamos e, sem dúvida, por extensão, face aos outros seres humanos, que estamos espontaneamente preparados para 'sair de nós próprios', para reencontrar transcendência e sentido, numa sociedade que mobiliza constantemente tendências contrárias»^[45].

Como quer que seja, poderemos certamente concluir que aí, no combate contra a «violência doméstica», e na valorização de uma ideia de família livre, responsável e democrática, promotora de afectos e instrumento de solidariedade, estará uma das principais pedras de toque para o êxito na «Construção da Paz».

Êxito como aquele que, entre muitos outros, procuraram Daniel Barenboim e Edward Said a partir da sua extraordinária Orquestra do Divã Ocidental - Oriental, composta por jovens músicos israelitas, palestinianos e árabes.

É Barenboim quem nos ensina que «não basta tocar muito bem a nossa parte. A arte de tocar música é a arte de simultaneamente tocar e escutar, sendo que uma reforça a outra. Isso passa-se tanto a nível individual como colectivo: a execução é valorizada pela escuta e uma voz é valorizada pela outra. Esta qualidade dialógica, inerente à música, foi a principal razão que nos levou a fundar a orquestra. Edward Said deixou bem claro nas suas conversas com os jovens músicos que a separação entre pessoas não era solução para nenhum dos problemas que nos dividem e a ignorância do outro não dá qualquer espécie de ajuda»^[46].

É assim, acrescentamos nós, que mais facilmente poderemos chegar à simplicidade, à singeleza das coisas, e concluir, com Maria José Maya, que «para fazermos a paz, precisamos de a transportar connosco. Ela tem de viver no nosso coração. Temos de acreditar profundamente nela e colocá-la como um objectivo pessoal a alcançar, na nossa vida e em nosso redor»^[47]. Construindo-a, passo a passo.

Como fazemos aqui!

43 Arte Violenta, in Revista Humanidades, Ano I, n.º 2, Abril/Junho 2001, p. 32.

44 Cfr. Robert Kagan, O Regresso da História e o Fim dos Sonhos, Casa das Letras, Lisboa, 2009, p. 123.

45 Famílias amo-vos, O novo espírito de família, Círculo de Leitores/Temas e Debates, Lisboa, 2008, p. 87.

46 Está Tudo Ligado – O Poder da Música, Bizâncio, Lisboa, 2009, p. 70.

47 Educação para a paz, in revista Humanidades – Cultura e Cidadania, n.º 6, Abril/Junho 2002, p. 51.

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 01.

**FAMÍLIA, JUSTIÇA,
SOCIAL E COMUNITÁRIA**

ÍNDICE **VOLUME 01** FAMÍLIA, JUSTIÇA, SOCIAL E COMUNITÁRIA

27	CONSTRUIR PAZ E PLURAL EM FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE PEDRO CUNHA	83	ADÓNDE ESTÁN LOS DERECHOS DE NIÑOS Y ADOLESCENTES? FAMILIAS, INSTITUCIONES JURÍDICAS Y PROTECCIÓN INTEGRAL ULISSES CAMPOS DE ARAÚJO E VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI
29	O PAPEL DA CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ ANA MARIA BRANDÃO	89	A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO MEIO DE CONSTRUIR A PAZ ISABEL POÇAS
35	A EMERGÊNCIA DE UM TERRITÓRIO CIENTÍFICO: A CIBERPSICOLOGIA LUÍS SANTOS E CONCEIÇÃO NOGUEIRA	93	CRIME E JUSTIÇA: DESAFIOS PARA MELHORAR A CONVIVÊNCIA SOCIAL GLORIA JÓLLUSKIN
39	PARENTALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR VERA RIBEIRO	95	CRIME, CULTURA E JUSTIÇA: IDENTIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE EM TORNO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA MANUELA IVONE CUNHA
41	DA VIVÊNCIA EM VIOLÊNCIA FAMILIAR À (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE (SOCIAL) DANIELA CAPRICHOSO E ANA SANI	105	CONHECENDO MELHOR COMO OS JUÍZES SENTENCIAM: CRIANDO CONDIÇÕES PARA UMA MAIS EFECTIVA PAZ SOCIAL? ANDREIA DE CASTRO-RODRIGUES E ANA SACAU
49	A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL FERNANDA MARIA DIAS DE ARAÚJO LIMA	109	MEDIDAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA PENA E CONVIVÊNCIA SOCIAL: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LICENÇAS DE SAÍDA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL ANA OLIVEIRA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
55	MEDIAÇÃO, RE-ALIANÇA E CULTURA DE PAZ CARLA LOPES	117	REINSERÇÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS RECLUSOS DO SUCESSO OU INSUCESSO DA LIBERDADE CONDICIONAL LÍGIA SILVA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
61	FAMÍLIA, SEXUALIDADE E TOLERÂNCIA: CONTRIBUTOS PARA A PAZ TERESA CORREIA E MARIA AFONSO	123	OS HETERÓNIMOS DA ILEGALIDADE NA IMIGRAÇÃO. DIREITOS HUMANOS E INTEGRAÇÃO VERSUS CRIMINALIDADE VIOLENTA MARIA JOÃO GUIA
65	A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ ALESSANDRA MARTINS DE FARIÃ		
71	COPARENTALIDADE POSITIVA NO DIVÓRCIO: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARENTAL ANA VARÃO		
77	CONFLITO E PAZ COM O SELF E O OUTRO NO CASAMENTO E SEXUALIDADE NA “ERA UMA VEZ... ADULTOS” RITA ESTRADA e TERESA FAGULHA		

-
- 131 **VITIMAÇÃO, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA**
ANA ISABEL SANI E LAURA M. NUNES
-
- 137 **TRÁFICO DE DROGA E VITIMAÇÃO: PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA**
LAURA M. NUNES E ANA ISABEL SANI
-
- 141 **EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO E MEDO DO CRIME EM POPULAÇÃO DA CIDADE DO PORTO**
ANA SANI E CARLA NUNES
-
- 147 **PAINEL. CONSTRUIR O SENTIDO DA PAZ IMPLICAÇÕES NA INTERVENÇÃO SOCIAL**
FERNANDO PEREIRA E MANUELA COUTINHO
-
- 149 **ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ PRÓXIMA**
FERNANDO PEREIRA
-
- 155 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, PAZ E FUTURO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA
-
- 159 **CONSTRUIR A PAZ NA ESCOLA: A PREVENÇÃO DO BULLYING**
ANA RODRIGUES DA COSTA
-
- 165 **GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS. UMA TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS**
MARIA AUGUSTA ROMÃO DA VEIGA BRANCO
-
- 173 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, SAÚDE MENTAL E TERRORISMO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA
-
- 177 **SOCIAL INFLUENCE IN GROUPS TO PREVENT YOUTH OFFENDING**
DÉBORA W. ELIJAH E MILTON MADEIRA
-
- 183 **MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ EM CONTEXTOS PLURAIS**
HELENA NEVES ALMEIDA, CRISTINA PINTO ALBUQUERQUE E CLARA CRUZ SANTOS
-

CONSTRUIR PAZ E PLURAL EM FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE

PEDRO CUNHA

PROF. ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

Nas últimas décadas têm surgido problemáticas pertinentes em torno das temáticas da família, do género e da sexualidade. As novas abordagem fundam-se cada vez mais, como resposta aos desafios que a construção da paz implica nestes domínios, na pertinência dada a uma visão plural, suficientemente capaz de contemplar a diversidade existente nas sociedades que se pretendem democráticas.

Os textos que a seguir se apresentam demonstram bem a importância de uma perspectiva multidisciplinar na análise das questões em torno da família, do género e da sexualidade nos nossos dias.

São, por conseguinte, um espelho bastante representativo das comunicações que foram apresentadas no Painel - Cons-

truir Paz e Plural em Família, Género e Sexualidade, ao debaterem aspetos como o papel das diferentes famílias do mundo de hoje para a construção da paz, o lugar da sexualidade e do género para a paz entre seres humanos, a gestão construtiva dos conflitos existentes nestes domínios tão relevantes do sentir humano, a negociação e a mediação em famílias e quais as problemáticas mais pertinentes que aí se levantam e/ou, por fim, os desafios que família, género e sexualidade nos trazem a todos nós para se edificar a paz entre humanos.

Eram estes, aliás, os objectivos do Painel e acreditamos que a leitura dos textos que se apresentam podem tanto elucidar questões como lançar interrogações sobre os fenómenos em análise.

O PAPEL DA CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

ANA MARIA BRANDÃO

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE DO MINHO

RESUMO

A família, o género e a sexualidade são objectos fortemente investidos de significados ideológicos em torno dos quais se desenvolvem importantes lutas sociais e políticas. Com a modernidade, as mudanças operadas nas concepções de género e sexualidade, assim como nos modelos conjugais e familiares representam ganhos importantes que se têm saldado numa ampliação da liberdade de escolha e na libertação dos actores sociais face a constrangimentos sociais, políticos e económicos diversos. Mas também constituem e produzem novos focos de incerteza, de discriminação e de conflito a que é necessário dar resposta. Traçando algumas das mais relevantes alterações nestes domínios, pretende-se, com esta comunicação de abertura, lançar pistas para o debate acerca do papel da ciência na construção de uma cultura de paz.

ABSTRACT

Family, gender and sexuality are objects strongly invested with ideological meanings around which important social and political struggles take place. With modernity, changes in the conceptions of gender and sexuality, as well as in conjugal and family models stand for important achievements, which have increased free choice and liberation from diverse social, political and economical constraints. However, they also stand for - and engender - new hubs of uncertainty, discrimination and conflict that must be attended. Sketching out some of the most relevant changes in these domains, this presentation intends to provide clues to debating the role of science in building a culture of peace.

INTRODUÇÃO

Este painel abarca algumas das temáticas mais centrais, mais debatidas e mais inovadoras das últimas décadas. A família, o género e a sexualidade são objectos fortemente investidos de significados ideológicos em torno dos quais se desenvolvem importantes lutas sociais e políticas. Debater o seu lugar e o do conhecimento que sobre eles produzimos na construção da paz situa-nos, para retomar uma ideia de Morin (2000: 123), para lá da libido sciendi e implica equacionar as consequências e utilizações desse conhecimento.

O modo plural como hoje concebemos o género, a família e a sexualidade é, indiscutivelmente, tributário do feminismo e da teoria feminista, que vieram a inspirar o desenvolvimento das correntes construtivistas do conhecimento. Geralmente reduzido à luta pela igualdade entre homens e mulheres, o feminismo é, no entanto, muito mais do que isto (cf. Beasley, 1999). Por via do questionamento do género enquanto sistema de classificação social, a teoria feminista abriu caminho a uma vasta e inovadora produção de conhecimento, transformou profundamente as nossas representações e práticas sociais e continua a inspirar movimentos sociais diversos. Como notou Castells (1998: 175-176), a essência do feminismo, o que constitui o denominador comum das múltiplas abordagens que compõem, é a recusa da definição da identidade da mulher pelos homens e enquanto inscrita na família patriarcal. Neste sentido, o feminismo é uma reclamação do direito à auto-definição e parte integrante da “nova” ordem reflexivamente ordenada a que Giddens (1997) se refere. Por um lado, pela ruptura com as explicações naturalistas, individualistas e etnocêntricas do mundo e, por outro, pelo seu compromisso com um processo de conceptualização intimamente ligado à realidade

concreta dos actores e voltado para a sua capacitação, o feminismo e a teoria feminista tiveram impactos notórios não só nas nossas concepções actuais de género e nas condições e oportunidades de vida de homens e mulheres, mas também nos modelos de organização e vivência familiares.

Mas as mudanças não se fazem sem conflitos e trazem consigo novos desafios. Por isso, se o caminho percorrido tem sido frutífero, há ainda velhas e novas questões sem resposta. Enquanto investigadores, somos chamados aqui a debater em que medida o conhecimento que produzimos acerca dos fenómenos ligados ao género, à sexualidade e à família pode servir uma cultura da paz e para a paz. Esta não é, todavia, uma comunicação produzida a partir do domínio particular dos Estudos da Paz (vide Milani e Jesus, 2003; Pureza, 2005), mas uma reflexão levada a cabo a partir do ponto de uma Socióloga acerca do papel que a ciência pode ter na construção de uma cultura de paz.

1. DA DESIGUALDADE DE GÉNERO NAS SUAS MÚLTIPLAS FORMAS

Ainda hoje, para milhares de seres humanos em todo o mundo, nascer do sexo feminino equivale a uma condenação ao silêncio, quando não à morte! Em muitos países, metade da Humanidade continua a ser tratada como propriedade privada, mercadoria, moeda de troca ou arma de guerra (cf. Ockrent, 2007). Mas é apenas na década de 1980 que, como nota Amâncio (2003: 688), o género entra no discurso e na agenda político-institucional, nomeadamente pela sua integração nas políticas dos direitos humanos e de luta contra a discriminação. Foco de contínuas lutas ideológicas e de resis-

tências provenientes de múltiplas fontes (cf. Amâncio, 2003), esse passo não pode deixar de ser visto como uma importante forma de legitimação da luta pela igualdade de género, sustentando a produção sistemática de informação neste domínio e elegendo-o ao estatuto de dimensão fundamental do desenvolvimento.

Um exemplo do que se acaba de afirmar foi a criação recente, em 2006, pelo Fórum Económico Mundial, de um índice de medição da desigualdade de género no mundo. O World Gender Gap avalia o acesso a recursos e oportunidades nos domínios fundamentais da saúde, da educação, da participação económica e da capacitação política em função do género. Os dados do relatório publicado em 2010 apontam para melhorias notórias no acesso das mulheres à saúde e à educação, mas o mesmo não se pode dizer da sua situação económica e da sua capacitação política (World Economic Forum, 2010). É nestes domínios, e sobretudo no último, que a desigualdade se mostra mais persistente e difícil de eliminar: as mulheres continuam, em geral, a ser pior remuneradas do que os homens e a ter mais dificuldades de acesso a cargos de decisão, em particular na esfera política (idem).

Além disso, dados recentes do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) (s.d.) mostram que, a despeito das melhorias verificadas, nomeadamente nos domínios da saúde e da educação, persistem diferenças notórias entre países de acordo com o seu grau de desenvolvimento. Assim, o número de mulheres que morrem por causas relacionadas com a maternidade é de 1 em 8 000 nos países desenvolvidos e de 1 em 76 nos países em desenvolvimento; as diferenças de acesso ao ensino primário de acordo com o género permanecem significativas na África subsariana, no Sul da Ásia, no Médio Oriente e no Norte de África; e a questão da desigualdade de género não se resume às “diferenças culturais”, mas ao medo e à insegurança sentida por muitas mulheres, que as impedem de reclamar e/ ou usufruir dos seus direitos e dos serviços que lhes são facultados (idem).

Mas os números da desigualdade são ilustrativos também para o caso dos países desenvolvidos. Para citar apenas dois exemplos, dados recentes para os Estados Unidos da América mostram que 1 em cada 3 norte-americanas é espancada (1 em cada 9 segundos), coagida a manter relações sexuais ou abusada sexualmente durante a sua vida; 1 em cada 6 é vítima de uma tentativa de violação ou de uma violação durante a sua vida; em média, mais de 3 são assassinadas por dia pelos seus maridos ou namorados (Washington State Department of Health, 2011). No Reino Unido, 45% das mulheres experimentam algum tipo de violência doméstica, agressão ou perseguição sexual durante a sua vida; pelo menos 80 000 são anualmente violadas (Walby e Allen, 2004); em Inglaterra e no País de Gales, todas as semanas 2 mulheres são assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros, constituindo as mulheres quase 40% do total das vítimas de homicídio (Povey, 2005).

Outro domínio onde a desigualdade de género se mostra persistente mesmo nos países desenvolvidos é o trabalho - pago e não pago. Para além de diferenças remuneratórias para trabalho igual, as mulheres continuam a ser as principais cuidadoras familiares e as principais responsáveis pelas tarefas domésticas - a conhecida “dupla jornada feminina” -, com óbvios - e distintos - impactos ao nível da prossecução de carreiras de homens e mulheres (Guerreiro e Pereira, 2006; Torres, 2005).

É preciso, no entanto, não esquecer que os efeitos da desigualdade não deixam também de se fazer sentir sobre os homens enquanto grupo, subtraindo-lhes a possibilidade de se exprimirem emocionalmente a não ser pela violência, fazendo deles pais e companheiros ausentes, impondo-lhes padrões de

assertividade, auto-controlo, coragem física e liderança difíceis de cumprir (Barbosa, 1998; Filho, 2005; Medrado & Lyra, 2008). Poderíamos recordar os efeitos da dominação masculina sobre os homens - e sobre os meninos - lembrando que são eles os primeiros a ser recrutados para os conflitos armados, mas bastam exemplos mais prosaicos: mesmo em tempo de paz, os homens são mais vulneráveis a doenças crónicas, morrem mais cedo do que as mulheres, são sujeitos a níveis elevados de stress e a sua reduzida participação na esfera privada arrasta outras formas de discriminação (cf. Courtenay, 2000; United Nations/ Department of Economic and Social Affairs, 2011; Wall, Aboim e Cunha, 2010).

De facto, muitos homens passaram, nas últimas décadas, a encarar o cuidado e a educação dos filhos como uma dimensão importante da sua realização pessoal. Mas esta ambição esbarra com concepções ideológicas explícita ou implicitamente presentes na lei e em decisões jurídicas que continuam a encarar a parentalidade como esfera exclusivamente “feminina” (Parente e Manita, 2010). A título de exemplo, refira-se que, em Portugal, só recentemente as licenças de paternidade foram reconhecidas pelo Estado, mas as empresas não reconhecem o papel dos homens no cuidado com filhos, levantando entraves ao seu usufruto (Guerreiro e Pereira, 2006). Assim, se as mulheres que investem na carreira são frequentemente assombradas pelo estigma de serem “más mães”, os homens são-no pelo receio de serem considerados “maus profissionais” (idem: 12). Decorrente dos mesmos pressupostos, os tribunais continuam a atribuir esmagadoramente às mães a custódia dos filhos em caso de divórcio, introduzindo uma desigualdade de facto face aos pais no que respeita à regulação do poder parental e fragilizando - quando não cortando - a sua ligação aos filhos (Kelly, 1994; Parente e Manita, 2010; United Nations/ Department of Economic and Social Affairs, 2011; Wall e Lobo, 1999).

As alterações nos papéis de género e nos modelos de conjugalidade, bem como o incremento das taxas de divórcio e de recasamento colocam, pois, desafios importantes no que respeita à educação e aos cuidados com os filhos, em parte ligados à complexificação das relações familiares, em geral, e de parentalidade, em particular (Aboim e Wall, 2002; Ferreira e Aboim, 2002; Lobo, 2009; Wall, Aboim e Cunha, 2010; Wall, José e Correia, 2002; Wall e Lobo, 2005). Elas representam, sem dúvida, ganhos - individuais e colectivos - importantes, nomeadamente a ampliação da liberdade de escolha e a libertação face a constrangimentos sociais, políticos e económicos relevantes. Mas também constituem e produzem novos focos de incerteza e de conflito a que é necessário dar resposta.

2. A PRODUÇÃO DE “NOVAS” IDENTIDADES

A crítica feminista teve também óbvios impactos nas identidades, nomeadamente ao abrir caminho para a sua politização. A identidade tornou-se no fundamento de lutas políticas que vieram pôr em causa a noção clássica de cidadania pela demonstração sistemática da sua natureza fortemente ocidentalizada, sexuada, racial e heterossexual (Rios 2006; Weeks, 2010). Como notam Commaille e Martin (2001), hoje, os indivíduos reclamam uma auto-determinação dos seus universos privados assente nos princípios fundadores da ordem democrática - a liberdade, a igualdade - e inscrevem a sua acção colectiva na lógica de protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. O self tornou-se central na modernidade tardia (Giddens) e este processo foi acompanhado pela emergência e consolidação de novas identidades, frequente-

mente ligadas a movimentos sociais que, inspirados pela re-
clamação feminista da igualdade de género como dimensão
complementar do princípio da igualdade, têm procurado es-
tendê-lo a novos domínios e dos quais o exemplo mais para-
digmático é o movimento lésbico, gay, bissexual e transexual
(L.G.B.T.) (Commaile e Martin, 2001; (Bourdieu, ?; Castells,
1998; Commaile e Martin, 2001; Giddens, ?).

Ao sublinhar a independência relativa entre sexo e género, as
abordagens feministas e construtivistas reforçaram uma ten-
dência longa de autonomização do género face ao sexo e à sexual-
idade, contribuindo para a consciência das múltiplas formas de
realizar a feminilidade e a masculinidade e abrindo a porta a
lutas pelo reconhecimento de “novas” identidades sexuais e de
género. As resistências ao reconhecimento destas “novas” iden-
tidades - que incluem os gays, as lésbicas e os bissexuais, mas
também os transgénero - estão ligadas a mecanismos sociais e
jurídico-legais diversos de preservação da heteronormatividade
(AAVV, 2009; Brandão, 2007; Schilt e Westbrook, 2009).

De facto, como salientou Garfinkel (1988: 4), há um conjunto
de crenças dominantes relativamente ao sexo e ao género, de
entre as quais a de que existem apenas dois sexos; a de que
o género decorre do sexo e, mais especificamente, da posse
de um pénis ou de uma vagina; e a de que as pessoas essen-
cialmente “normais” pertencerão sempre a um dos sexos ao
longo da vida, i.e., que serão sempre homens ou mulheres.
Como qualquer sistema de género define, igualmente, o que
é a expressão sexual adequada, a estas crenças acresce a de
que a heterossexualidade decorre desse arranjo particular das
relações entre os sexos e os géneros. Assim, as outras moda-
lidades assumidas pelo desejo, pela prática sexual e pela pró-
pria identidade de género têm sido estabelecidas à margem
da “normalidade”. A conformidade a este padrão normativo é
conseguida afastando-as da realidade quotidiana dos actores
ou reduzindo-as a estereótipos depreciativos face aos quais se
torna difícil produzir a identificação.

Foi contra este estado de coisas que se desenvolveu a acção
persistente e continuada do movimento LGBT e os proces-
sos de litigação desenvolvidos neste domínio levaram vários
Estados a remover da letra da lei formas explícitas de discrimi-
nação em função da “orientação sexual” e da identidade de
género. Também no caso do movimento LGBT, ao momento
da transgressão parece suceder, como nota Weeks (2010), o
da cidadania, nomeadamente através da formulação de noções
como a de “cidadania íntima” ou “cidadania sexual” e da recla-
mação do acesso a institutos jurídicos como o casamento ou a
adopção (Plummer, 2003; Richardson, 2000, 2005; Seidman,
2004; Weeks, 2010). Se alguns vêem estas reclamações como
cedências a uma “política de normalização”, para outros elas
não deixam de ser revolucionárias e indicativas de profundas
transformações ainda em curso nas relações sociais de género
e nas concepções de família (idem; Castells, 1998).

Todavia, se a obtenção recente de algumas conquistas naque-
les domínios reflecte a acção concertada dos activistas LGBT
junto dos poderes políticos dos seus países respectivos, mas
sobretudo de instâncias internacionais como o Conselho da
Europa, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvi-
mento Económico (O.C.D.E.) e a UE (cf. Gerhards, 2010; Kollman,
2009; Santos, 2005), parece estar-se ainda longe de um reco-
nhecimento institucional idêntico ao da reclamação da igual-
dade de género. Exemplo disto terá sido a promulgação, em
2007, dos Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Lei
dos Direitos Humanos à Orientação Sexual e à Identidade de
Género por parte de duas Organizações Não-Governamentais

(O.N.G.)^[48] como reacção à persistente oposição, no seio das
Nações Unidas, ao reconhecimento dos direitos LGBT como
direitos humanos (Bob, 2010; O’Flaherty e Fisher, 2008)^[49].

Essas resistências contribuem, certamente, para a ausência
de informação sistematizada e regular acerca das múltiplas
formas de discriminação de que lésbicas, gays, bissexuais e
transexuais continuam a ser alvo e para a sua eliminação. Deve
notar-se que apenas em 2003 a “sodomia” foi definitivamente
descriminalizada em todos os estados dos EUA por decisão do
Tribunal Constitucional (AI, 2008). Mas persistem formas in-
directas de penalização, geralmente articuladas em torno dos
argumentos da “defesa das crianças”, da “saúde pública” e do
impedimento de “promoção da homossexualidade” (idem). Na
União Europeia (U.E.), 20 Estados-membros possuem orga-
nismos especificamente encarregues de verificar o cumprimen-
to da não discriminação em função da orientação sexual (FRA,
2010). Mas também aqui, a igualdade no que respeita à livre
expressão de condutas, identidades e relações lgbt permanece
díspar e limitada. Nalguns casos, as formas de discriminação
incluem a acção das próprias autoridades legalmente encarre-
gues da protecção dos cidadãos, como a polícia, especialmente
nos países da Europa central onde há exemplos de tentativas
de proibição de manifestações pride com a colaboração dos tri-
bunais e onde certas proibições se estendem à distribuição de
informação acerca da orientação sexual a menores, inculcando
um único modelo de família (idem; AI, 2005).

Além disso, apesar dos progressos da UE a nível da não dis-
criminação em função da orientação sexual, ainda não existe
um enquadramento legal adequado que puna criminalmente
formas de incentivo à discriminação, ao abuso e à violência
contra os lgbt (discurso de ódio) e os meios de comunicação
social retratam frequentemente de modo estereotipado estas
populações, fazendo referência à orientação sexual quando
esta não é relevante para o caso, apesar das recomendações
feitas a este propósito (FRA, 2010).

Fora do espaço europeu e norte-americano, a recente proibição
no Brasil de ??? é exemplificativa do caminho que ainda falta
percorrer. Em muitos Estados, o sexo consensual entre homens
pode levar à pena de morte - Irão, Nigéria, Mauritânia, Qatar,
Arábia Saudita, Sudão e Iémen -, o mesmo acontecendo no caso
do sexo entre mulheres, ao abrigo da Shar’ia, em países como o
Irão, a Nigéria, o Qatar e a Arábia Saudita (AI, 2008: 46).

No que respeita ao transgênerismo^[50], e à semelhança do
que aconteceu com as identidades gays e lésbicas, está em cur-
so um processo de redefinição e revalorização identitária que
passa pela libertação do cunho patológico de que o ainda se
reveste não só ao nível do pensamento comum, mas também
clínico. A discussão em curso acerca do DSM-5, que prevê a
substituição da noção de “desordem da identidade de género”
(doença psiquiátrica) pela de “incongruência de género”, in-
dicia já uma viragem noutro sentido (FRA, 2010). Porém, os
transgénero continuam a ser submetidos a múltiplas formas
de invalidação, humilhação e/ou discriminação, incluindo o
facto de serem submetidos a processos de diagnóstico clínico
e psicológico de utilidade duvidosa que medeiam o acesso
à cirurgia correctiva; à cirurgia “forçada”; ou à punição legal
como parte de campanhas mais vastas voltadas para a crimi-

48 A *International Service for Human Rights* e a
International Commission of Jurists (cf. Bob, 2010).

49 O texto completo dos Princípios de Yogyakarta e respectivas fontes
jurídicas podem ser consultados no sítio www.yogyakartaprinciples.org.

50 A noção inclui uma multiplicidade de identificações e identidades
caracterizadas pela descoincidência entre a identidade de género
reclamada pelos indivíduos e a identidade de género que lhes foi
atribuída à nascença. A este propósito, consulte-se Ekins e King (1996).

nalização de condutas e identidades não normativas (Ala), 2008; Alb), 2008; Ekins e King, 1996; FRA, 2010; Nogueira e Oliveira, 2010; Sanders, 2009; O'Flaherty e Fisher, 2008; Turner, Whittle e Combs, 2009).

Além disso, vêm frequentemente posta em causa a sua sobrevivência pela dificuldade de acederem e/ou manterem um emprego e pelo vazio legal que não só permite mantê-los nessa situação, como impede o reconhecimento das identidades que reclamam para si próprios (Fels, 2006; Findlay, 1999; Saleiro, s.d.).

3. CIÊNCIA E CULTURA DA PAZ

Código deontológico: Artigos 4 e 5: defesa da objectividade (distinta da neutralidade) e evitar distorções deliberadas explícitando pressupostos das análises; e postura de isenção face a todos os actores e não utilização da informação sob falsos pretextos ou para fins fraudulentos. + código ISA: intervir para corrigir usos e interpretações abusivas do seu trabalho

Weber: para que serve a ciência?

- Para a tecnologia de controlo da vida;
- Métodos de pensamento, os instrumentos e o treino do pensamento;
- Obter clarividência/ clareza.

Qual o valor da ciência? Tostoi deu a resposta mais simples: "A ciência não tem qualquer sentido porque não dá resposta à questão, à única questão importante para nós: «O que faremos e como viveremos?»". Que a ciência não responde a isto é inegável. A única questão que permanece é a de saber em que sentido a ciência "não" dá resposta e se a ciência pode ou não ter alguma utilidade para quem formula a questão correctamente.

"Construir uma Cultura de Paz é promover as transformações necessárias para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais" (Milani, 2003: 31).

Declaração das NU sobre a Cultura da Paz: NO Programa respectivo estabelece, no seu ponto 9. b), a necessidade de "garantir que as crianças beneficiem, desde tenra idade, de educação sobre valores, atitudes, modelos de comportamento e modos de vida que lhes permitam resolver pacificamente qualquer disputa num espírito de respeito pela dignidade humana, tolerância e não-discriminação". Artigo 2.^a: "O progresso no sentido de um desenvolvimento mais pleno de uma cultura da paz advém de valores, atitudes, modos de comportamento e modos de vida conducentes à promoção da paz entre indivíduos, grupos e nações".

A família é fonte de "amor, validação e, frequentemente, de apoio económico" (Seidman, 2004: 96) "o lar não é só um sítio físico, mas também uma matriz de relações sociais, significados pessoais e ligações emocionais" (Gorman-Murray, 2010: 33).

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, Sofia, WALL, Karin (2002), Tipos de família em Portugal: Interações, valores, contextos, *Análise Social*, 37 (163), pp. 475-506.
- ABRANCHES, Graça (2001) - Homens, mulheres e mestras inglesas. In Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs.) - Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento: 255-305.
- AMÂNCIO, Lígia (2003), «O género no discurso das ciências sociais», *Análise Social*, vol. 38, n.º 168, pp. 687-714.
- AAVV (2009), The Reaches of Heteronormativity (special issue), *Gender & Society*, 23 (4).
- Amnesty International (2008), Love, Hate and the Law: Decriminalizing Homosexuality, U.K., Amnesty International.
- Amnesty International (2005), Stonewalled: Police abuse and misconduct against lesbian, gay, bisexual and transgender people in the U.S., N.Y., Amnesty International USA.
- Assembleia das NU (1999), Resolução A/RES/53/243 de 6 Outubro 1999: Declaração e Programa de Acção sobre a Cultura da Paz, <http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>
- Commaille, J., Martin, C. (2001) 'La Repolitisation de la Famille Contemporaine'. Comprendre: *Revue de Philosophie et de Sciences Sociales* 2: 129-149.
- COURTENAY, Will H. (2000), Constructions of Masculinity and their Influence on Men's Well-being: A theory of gender and health, *Social Science & Medicine*, 50, pp. 1385-1401.
- Department of Economic and Social Affairs/ Division of Social Policy and Development (2011), Men in Families and Family Policy in a Changing World, New York, United Nations.
- EKINS, Richard, KING, Dave (eds.) (1996), Blending Genders: Social aspects of cross-dressing and sex-changing, London, Routledge..
- FERREIRA, Pedro Moura, ABOIM, Sofia (2002), Modernidade, laços conjugais e fecundidade: A evolução recente dos nascimentos fora do casamento, *Análise Social*, 37 (163), pp. 411-446.
- FELS, Eva (2006), Development of TransGender-Politics in Europe, pp.1-5, http://tgeu.net/PubAr/Documents/EU_ILGApreGconf_evafels.pdf
- FINDLAY, Barbara (1999), Transgendered people and employment: An equality analysis, TransAction Justice and Equality Summit, June 1999, <http://www.barbarafindlay.com/articles/43.pdf>
- FRA - European Agency for Fundamental Rights (2010), Homophobia, Transphobia and Discrimination on grounds of Sexual Orientation and Gender Identity, Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) (s.d.), Quem Responde às Mulheres? Género e responsabilização. Progresso das mulheres do mundo 2008/2009, s.l., Fundo das Nações Unidas para a Mulher.
- GORMAN-MURRAY, Andrew (2010), Queering the Family Home: Narratives from gay, lesbian and bisexual youth coming out in supportive family homes in Australia, *Gender, Place & Culture*, 15 (1), pp. 31-44.
- MAGALHÃES, Maria José (1998), Movimento Feminista e Educação: Portugal, décadas de 70 e 80, Oeiras, Celta.
- GUERREIRO, Maria das Dores, PEREIRA, Inês (2006), Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e

Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (C.I.T.E.).

- KELLY, J.B. (1994), The determination of child custody, *Future Child*, 4 (1), pp. 121-142.
- LOBO, Cristina (2009), Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp. 45-74.
- MORIN, Edgar (2000), *Ciência com Consciência*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- NOGUEIRA, Conceição (2006), «Os discursos das mulheres em posições de poder», *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 9, n.º 2, pp. 57-72.
- OCKRENT, Christine (2007), *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates
- PARENTE, Carina, MANITA, Celina (2010), Tomada de decisão judicial na regulação do exercício das responsabilidades parentais: Estudo exploratório sobre algumas variáveis que a podem influenciar, *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, pp. 3357-3367 [disponível: www.actasss-nip2010.com/conteudos/actas/PsiForense_17.pdf].
- POVEY, D. (2005), Crime in England and Wales 2003/2004: Homicide and gun crime, Home Office Statistical Bulletin no. 02/05, London, Home Office.
- SANDERS, Douglas (2009), Transgender Rights, Asia and Pacific Transgender Network Development Conference, Bangkok (Thailand), December 13-16, <http://www.ilga.org/ilga.en/article/mdO32ZR1AY>
- SEIDMAN, Steven (2004), *Beyond the Closet: The transformation of gay and lesbian life*, New York, Routledge.
- TAVARES, Manuela (2011), *Feminismo: Percursos e desafios (1947-2007)*, Alfragide, Texto Editora.
- TORRES, Anália (org.) (2005), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento/ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- TURNER, Lewis, WHITTLE, Stephen, COMBS, Ryan (2009), *Transphobic Hate Crime in the European Union*, London, Press for Change/ ILGA-Europe.
- WALBY, S., ALLEN, J. (2004), *Domestic Violence, Sexual Assault and Stalking: Findings from the British Crime Survey*, London, Home Office.
- WALL, Karin, ABOIM, Sofia, CUNHA, Vanessa (2010), *A Vida Familiar no Masculino: Negociação das novas e velhas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- WALL, Karin, LOBO, Cristina (2005), Famílias monoparentais em Portugal, *Análise Social*, 34 (150), pp. 123-145.
- WALL, Karin, JOSÉ, José São, CORREIA, Sónia V. (2002), Mães sós e cuidados às crianças, *Análise Social*, 37 (163), pp. 631-663.
- Washington State Department of Health (2011), *Violence Against Women: Information for Health Care Providers*, em linha: http://doh.wa.gov/hsqa/ems-trauma/vaw/data_stats.htm, acedido 2011-04-15.
- World Economic Forum (2010), *The Global Gender Gap Report 2010*, Geneva, World Economic Forum

A EMERGÊNCIA DE UM TERRITÓRIO CIENTÍFICO: A CIBERPSICOLOGIA

LUÍS SANTOS

PROFESSOR AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CONCEIÇÃO NOGUEIRA

PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O presente capítulo afirma a ciberpsicologia como um território emergente na área da psicologia e reconhece o ciberespaço como um palco favorável à expressão de múltiplas apresentações de si, graças a uma menor vulnerabilidade percebida por parte dos seus utilizadores, desafiando, deste modo, as consolidações heteronormativas do sexo, do género e da sexualidade. Sugere-se ainda que o ciberespaço constitui um palco privilegiado para o self-disclosure online, desempenhando, assim, um importante papel numa perspectiva de empowerment associado às identidades, pela possibilidade de se constituir num importante espaço de suporte social e emocional.

ABSTRACT

The present chapter claims that cyberpsychology is an emergent area in the field of psychology and recognizes cyberspace as a favourable stage for the expression of multiple presentations of the self, thanks to a decreased perceived vulnerability on the part of its users. Thus, this represents a challenge to the heteronormative consolidations of sex, gender and sexuality. It is also suggested that the cyberspace constitutes a favourable stage to online self-disclosure, thus playing an important role from a perspective of empowerment associated to identities, due to the possibility of constituting itself as an important space of social and emotional support.

INTRODUÇÃO

Diariamente, centenas de milhões de pessoas acedem à *internet*, um pouco por todo o mundo. Estabelecem diferentes ligações, com ou sem imagem, de maior ou menor velocidade, gratuitas ou não, com ou sem fios, recorrendo a computadores fixos ou portáteis, a telemóveis e iPhones 3G ou PDAPhones 3G, a partir de casa, do carro, do trabalho, da escola, da universidade, de um centro comercial, da rua, ou de qualquer outro lugar com sinal de rede (Barak & Suler, 2008a, 2008b). A facilidade de acesso, sem precedentes, a uma diversidade de informação disponibilizada *online* constitui, sem dúvida, uma das maiores contribuições da *internet*, sendo que em 2001 o número de páginas exibidas pelo motor de pesquisa *Google* rondava os 1,3 biliões (Amichai-Hamburger, Kaynar, & Fine, 2007). A par desta realidade, a possibilidade de comunicar através da *internet* introduziu um novo tipo de discurso e, consequentemente, novas formas de relacionamento, anunciando uma nova realidade psicológica e social (Barak & Suler, 2008a, 2008b; Ben-Ze'ev, 2004).

Face a este cenário, o presente capítulo afirma a ciberpsicologia (Barak & Suler, 2008a, 2008b) como um território emergente na área da psicologia e reconhece o ciberespaço como um palco favorável à expressão de múltiplas apresentações de si (Schouten, 2007), graças a uma menor vulnerabilidade percebida por parte dos seus utilizadores (Ben-Ze'ev, 2003, 2004; Joinson, 2001; Schouten, Valkenburg, & Peter, 2007), desafiando, deste modo, as consolidações heteronormativas do sexo, do género e da sexualidade (Vale de Almeida, 2004). Sugere-se ainda que o ciberespaço constitui um palco privilegiado para o *self-disclosure online* (Barak & Bloch, 2006;

Beck, 2005; McCoyd & Schwaber Kerson, 2006), desempenhando, assim, um importante papel numa perspectiva de *empowerment* associado às identidades (Zhao et al., 2008), pela possibilidade de se constituir num importante espaço de suporte social e emocional (Amichai-Hamburger & Furham, 2007; Joinson & Paine, 2007; Barak & Hen, 2008).

A EMERGÊNCIA DE UM TERRITÓRIO CIENTÍFICO: A CIBERPSICOLOGIA

Diversos estudos revelam que em países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Austrália, o Japão e o Canadá, a *internet* marca presença em mais de 75% dos lares domésticos, sendo que os países em vias de desenvolvimento têm igualmente testemunhado um aumento importante (Barak & Suler, 2008a, 2008b). Será útil, porém, antes de avançarmos, esclarecer que o termo ciberespaço, hoje tão massivamente utilizado e para fins tão diversos, surgiu pela primeira vez em 1984, pela mão de William Gibson, essencialmente para descrever o espaço no contexto das redes informáticas como um constructo intelectual e não físico (Chester, 2004). Hoje, o termo é regularmente utilizado para referir as ligações estabelecidas através de computador, que tornam possível a comunicação entre pessoas sem a necessidade destas partilharem um espaço físico ou a mesma hora local (Chester, 2004). Na realidade, o ciberespaço tornou possível a concretização de um número notável de actividades em ambientes *online*, alterando, radicalmente, uma diversidade de hábitos culturais, que vão desde novas formas de aceder à informação, agora possíveis em tempo real, a

formas desmaterializadas de interacção social e, nesse sentido, mais libertas dos constrangimentos que habitualmente envolvem as relações face-a-face (Amichai-Hamburger, 2005), passando por novas modalidades de diversão e lazer (Chen, 2006) ou até mesmo pela criação de uma nova modalidade de terapia: a ciberterapia (Suler, 2008).

No que respeita à investigação nesta área, porém, as publicações, em particular na área da psicologia, são relativamente recentes. Na verdade, o interesse científico pelo estudo do ciberespaço, ultrapassado um período em que os projectos a si dedicados chegaram a ser considerados frívolos ou mesmo esotéricos, passou a constituir motivo crescente de interesse científico, partilhado por uma pluralidade de investigadores e disciplinas, tais como a psicologia, a comunicação, a medicina, a psiquiatria, a antropologia, o serviço social, a educação, a enfermagem, a sociologia, a gestão, entre outros (Barak & Suler, 2008a, 2008b). De facto, no decurso da última década do século XX e, em particular, os primeiros anos do século XXI, a variedade de estudos ciberpsicológicos tem vindo a acompanhar a complexidade crescente do ciberespaço. Reflectindo, no entanto, as ansiedades sociais referentes a um fenómeno tão contagiante, os primeiros estudos a atrair maior atenção foram os que se concentraram numa utilização rotulada de patológica do ciberespaço, rapidamente enquadrada por diversos cientistas sociais como uma nova adição (e.g., Greenfield, 1999; Kraut et al., 1998; Young, 1998).

Na realidade, e de acordo com estudos realizados por Anderson (1999) e Wang (2001), 15% de estudantes universitários norte-americanos e europeus e 26% de estudantes universitários australianos referiram conhecer alguém dependente da *internet*. Cerca de 10% de utilizadores adultos da *internet* auto-apresentaram-se num estudo *online* como sendo dependentes da mesma (Cooper, Morahan-Martin, Mathy, & Maheu, 2002), subindo para 31% no que diz respeito aos utilizadores do MySpace (Vanden Boogart, 2004) e 42% no que concerne aos participantes em jogos *online* (Yee, 2002). São, pois, estes números que justificaram o facto de, nos últimos anos, esta realidade passar a constituir motivo de interesse e preocupação para diferentes governos, designadamente na Ásia, tendo tais preocupações dado origem à criação de clínicas específicas na intervenção com vista a reduzir o uso da *internet*. A título de exemplo, refira-se a primeira clínica chinesa, sediada em Pequim, especializada no tratamento da adição da *internet*, que aumentou de uma capacidade de 40 para 300 camas, sendo que novas clínicas começaram a ser criadas noutras cidades chinesas (Griffiths, 2005; Lin-Liu, 2006). O governo da Coreia do Sul, por sua vez, criou o Centro Coreano para a Prevenção da Adição da *Internet* e Aconselhamento, estando a planear o aumento do número de centros de tratamento de 40 para 100 até 2010 (Morahan-Martin, 2008).

Contudo, esta ideia de adição face à *internet* não reúne particular consenso (Suler, 2004a, 2004b). Aliás, conforme refere Morahan-Martin (2008), uma diversidade de termos em torno desta ideia mais geral de adição da *internet* tem surgido nos últimos anos, como, de resto, podemos constatar: adição face à *internet* (e.g., Bai, Lin, & Chen, 2001); dependência face à *internet* (Chen, Chen, & Paul, 2001); abuso face à *internet* (Morahan-Martin, 1999, 2001, 2005); uso compulsivo da *internet* (Greenfield, 1999); utilização patológica da *internet* (Davis, 2001); e utilização problemática da *internet* (Beard, 2005). No geral, importa referir que a diversidade destes termos reflecte diferentes conceptualizações em torno de uma utilização excessiva da *internet*, diferenças essas sobre as quais, no entanto, não nos iremos aqui ocupar. Cumpre-nos, porém, sublinhar que, a par das diferentes designações, existe

um consenso quanto ao facto desta utilização mais excessiva ser lida em termos dos seus efeitos negativos, isto é, qualquer um dos termos identificados reflecte, em maior ou menor grau, uma perturbação na vida de cada utilizador relacionada com a forma como este utiliza a *internet* (Morahan-Martin, 2008).

De qualquer forma, as referências ao ciberespaço contemplam aspectos e aplicações mais positivos, sendo que Voiskounsky (2008), por exemplo, refere-se ao ciberespaço como um contexto no qual é possível, no quadro da psicologia positiva, vivenciar experiências óptimas, igualmente designadas por *flow*. Barak e King (2000) referem mesmo que este palco pode contribuir para um enriquecimento e melhoria do funcionamento humano em diversas áreas, entre elas, a saúde. É nesta linha de pensamento que Barak (2007b) defende que o ciberespaço pode constituir-se num palco de suporte social e emocional a pessoas que estejam a vivenciar momentos de grande stress emocional, inclusive, com pensamentos suicidas. É justamente nesta mesma linha de pensamento que Suler (2001), um dos mentores, juntamente com Fenichel, da *International Society for Mental Health Online* (ISMHO), recorda que alguns clientes poderão sentir-se inicialmente mais confortáveis (ou não apenas inicialmente, sem que isso, porém, constitua, em si, um problema) mantendo uma comunicação online com um terapeuta, conservando algum anonimato. Nesse sentido, o mesmo autor identifica, legitimando, diferentes métodos de comunicação, a fim de conduzir a uma avaliação inicial de cada cliente, nomeadamente: pessoalmente, através de vídeo-conferência, por telefone, por correio electrónico, por mensagens instantâneas (e.g., MSN) ou em salas de conversação. Afirma, no entanto, que os clientes interessados em realizar terapia *online* podem preferir, num primeiro contacto, uma interacção com o terapeuta baseada exclusivamente em texto.

Não sendo propriamente recente, esta ideia de que o ciberespaço pode constituir-se num palco de ajuda psicológica surgiu, na verdade, em meados dos anos 90 do século XX (Binik, Cantor, Ochs, & Meana, 1997). Desde essa altura foram criados e disponibilizados aos utilizadores da *internet* diversos serviços de apoio psicológico *online*, designadamente através de sítios, grupos de suporte social e emocional, testes de avaliação e aconselhamento e, como vimos, terapia (Barak, 1999, 2007a, 2007b). É, pois, esta última perspectiva associada ao ciberespaço que gostaríamos de, a partir daqui, desenvolver, recorrendo, para tal, ao conceito de ciberterapia proposto por Suler (2001, 2008). Diversos autores referem que, em diferentes palcos do ciberespaço (e.g. salas de conversação, blogues, MSN), muitas pessoas tendem a expressar mais facilmente o seu desconforto, a sua dor, aflição ou desespero, fundamentalmente, em resultado de um efeito de desinibição *online* (Joinson, 1998, 2001; Suler, 2008), por sua vez, favorecido por factores como a possibilidade de conservar o anonimato ou a ausência de contacto ocular.

De resto, e conforme referem McKenna e Seidman (2005), a revelação de informação mais pessoal ou íntima parece estar relacionada com o facto de muitas pessoas, ao comunicar *online*, tenderem a partilhar informação habitualmente não partilhada no contexto face-a-face, relacionada com o(s) seu(s) eu(s) mais escondido(s), o que, em nosso entender, pode estar relacionado com as diferentes identidades, em geral, e os símbolos e expectativas às mesmas associados, em particular. A este propósito, Barak (2007b) refere um projecto na área da psicologia, desenvolvido em Israel, designado por SAHAR, em que a ideia consistiu precisamente em desenvolver um ambiente *online*, de carácter anónimo e confidencial, capaz de atrair utilizadores do ciberespaço em situação de crise, disponibilizando-lhes uma escuta activa, suporte social e emocio-

nal, recorrendo, para tal, a profissionais competentes para o efeito. Tal projecto, explica o autor, disponibiliza suporte em tempos síncrono e assíncrono, nomeadamente, através de salas de conversação ou mensagens instantâneas (e.g., MSN), para o primeiro caso, e fóruns onde é possível deixar mensagens, para o segundo. Em termos de impacto deste projecto, e de acordo com os dados de 2005, o autor refere que o mesmo foi visitado mais de 10 000 vezes num mês, ou mais de 350 vezes por dia, tendo o fórum recebido mais de 200 mensagens por dia, números considerados expressivos atendendo ao universo da população israelita.

Esta visão do ciberespaço, actualmente pouco estudada em Portugal, emergiu, como dissemos, nos anos 90 do século XX (Barak, Boniel-Nissim, & Suler, 2008). Ainda que nem sempre tão bem aceite por diferentes sociedades de profissionais (na verdade, o novo raramente começa por ser encarado como oportunidade), esta forma de ajuda tem vindo, porém, a conhecer uma progressiva, diversa e sólida conquista de terreno, bem como de clientes. Acreditamos, pois, estar perante uma realidade com novos e desafiantes contornos, merecedores de uma análise científica criteriosa por parte da psicologia, envolvendo uma diversidade de objectos tão ampla quanto a própria disciplina. Na realidade, investigadores de diferentes ramos da psicologia têm já manifestado o seu interesse no estudo do ciberespaço, designadamente das áreas: cognitiva, educacional, organizacional, clínica, experimental e da personalidade (Barak & Suler, 2008a, 2008b). Afinal, perguntar o que é a psicologia do ciberespaço é como perguntar o que é a psicologia na vida real.

Contudo, a emergência da ciberpsicologia, ou da psicologia do ciberespaço (e.g., Barak, 1999) como um novo território científico coloca, de acordo com os autores, inúmeras interrogações, exigindo ainda outras tantas reflexões. Bastarão, por exemplo, os tradicionais conceitos e teorias desenvolvidos pela psicologia para compreender o comportamento *online*? Será necessário modificar tais teorias? Ou, por outro lado, será necessário desenvolver novas teorias? Como sabemos, o ciberespaço acolhe uma multiplicidade de ambientes, os quais se encontram em alteração constante, num ritmo sem precedentes, sendo que a psicologia necessita, a fim de os compreender, de ser igualmente rápida e flexível nos seus métodos de pesquisa, bem como nos seus enquadramentos teóricos. Não podemos ignorar que o ciberespaço transcende as fronteiras geográficas, sendo quase tudo passível de ser gravado, quer estejamos perante formas de comunicação síncronas ou assíncronas, mais ou menos anónimas. Nesse sentido, as fronteiras da privacidade são hoje ainda mais complexas. Face a este contexto, a fim de compreender os mundos de hoje e os de amanhã do ciberespaço, a psicologia terá de estar preparada para abraçar o inesperado, sendo capaz de identificar as potencialidades, mas também as limitações dos seus métodos e teorias (Barak & Suler, 2008a, 2008b). O ciberespaço não constitui apenas um novo tema a investigar para a psicologia, mas antes um novo domínio da experiência humana, capaz de transformar a psicologia em si.

CONCLUSÃO

A pluralidade de perspectivas conceptuais construídas no âmbito de um território científico emergente, a ciberpsicologia, permitiu-nos constatar diferentes (des)vantagens relativas à utilização de um espaço virtual onde decorrem interacções reais, em diferentes palcos, em tempos síncrono e/ou assíncrono, com ou sem imagem. Constatámos que após um período

fortemente influenciado por um interesse científico motivado fundamentalmente pela exploração dos aspectos considerados nocivos da utilização do ciberespaço (e.g., adição, dependência face à internet, abuso face à internet, utilização patológica da internet, utilização problemática da internet), associados a uma desinibição tóxica (Suler, 2008), seguem-se perspectivas que apontam para a possibilidade do ciberespaço funcionar como um palco de suporte social e emocional, desta vez, em associação a uma desinibição benigna (Suler, 2008).

BIBLIOGRAFIA

- Amichai-Hamburger, Kaynar, O., & Fine, A. (2007). The effects of need for cognition on Internet use. *Computers in Human Behavior*, 23, 880-891.
- Amichai-Hamburger, Y. (2005). Personality and the internet. In Y. Amichai-Hamburger (Ed.), *The social net: Human behavior in cyberspace* (pp. 27-55). New York: Oxford University Press.
- Anderson, K. (1999). Internet dependency among college students: Should we be concerned? Paper presented at the 107th annual convention of the American Psychological Association, Boston, MA. Retrieved February 21, 2000, from <http://www.rpi.edu/~anderk4/research.html>.
- Bai, Y. M., Lin, C. C., & Chen, J. Y. (2001). Internet addiction disorder among clients of a virtual clinic. *Psychiatric Service*, 52(10), 1397.
- Barak, A. & Suler, J. (2008a). *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barak, A. & Bloch, N. (2006). Factors related to perceived helpfulness in supporting highly distressed individuals through an online support chat. *CyberPsychology & Behavior*, 9, 60-68.
- Barak, A. (1999). Psychological applications on the Internet: A discipline on the threshold of a new millennium. *Applied and Preventive Psychology*, 8, 231-246.
- Barak, A. (2007a). Phantom emotions: Psychological determinants of emotional experiences on the Internet. In A. Joinson, K. Y. A. McKenna, T. Postmes, & U. D. Reips (Eds.), *Oxford handbook of Internet psychology* (pp. 303-329). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Barak, A. (2007b). Emotional support and suicide prevention through the Internet: A field project report. *Computers in Human Behavior*, 23, 971-984.
- Barak, A., & Hen, L. (2008). Exposure in cyberspace as means of enhancing psychological assessment. In A. Barak (Ed.), *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications* (pp. 129-162). Cambridge: Cambridge University Press.
- Barak, A., & King, S. (2000). The two faces of the internet: Introduction to the special issue on the internet and sexuality. *CyberPsychology & Behavior*, 3, 517-520.
- Barak, A., & Suler, J. (2008b). Reflections on the psychology and social science of cyberspace. In A. Barak (Ed.), *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications* (pp. 1-12). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Barak, A., Boniel-Nissim, M., & Suler, J. (2008). Fostering empowerment in online support groups. *Computers in Human Behavior*, 24, 1867-1883.
- Beard, K. W. (2005). Internet addiction: A review of current assessment techniques and potential assessment questions. *CyberPsychology & Behavior*, 8, 7-14.

- Beck, C. T. (2005). Benefits of participating in Internet interviews: Women helping women. *Qualitative Health Research*, 15, 411-422.
- Ben-Ze'ev, A. (2004). *Love online: Emotions on the internet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Binik, Y. M., Cantor, J., Ochs, E., & Meana, M. (1997). From the couch to the keyboard: Psychotherapy in cyberspace. In S. Kiesler (Ed.), *Culture of the internet* (pp. 71-100). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Chen, H. (2006). Flow on the net - detecting web users' positive affects and their flow states. *Computers in Human Behavior*, 22, 221-233.
- Chen, K., Chen, I., & Paul, H. (2001). Explaining online behavioral differences: An internet dependency perspective. *Journal of Computer Information Systems*, 41, 59-63.
- Chester, (2004). Presenting the self in cyberspace: Identity play in MOOS. Tese de Doutorado não publicada. Department of Psychology. University of Melbourne, Austrália.
- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R., & Maheu, M. (2002). Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 28, 105-129.
- Davis, R. A. (2001). A cognitive-behavioral model of pathological internet use. *Computers in Human Behavior*, 17, 187-195.
- Greenfield, D. (1999). Psychological characteristics of compulsive Internet use: A preliminary analysis. *CyberPsychology & Behavior*, 2, 403-412.
- Griffiths, D. (2005). *Treating China's online addicts*. BBC News. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/4327258.stm> (Consultada em Janeiro de 2007).
- Joinson, A. (2001). Self-disclosure in computer-mediated communication: the role of self-awareness and visual anonymity. *European Journal of Social Psychology*, 31 (2), 177-192.
- Joinson, A. (1998). Causes and implications of disinhibited behavior on the internet. In J. Gackebach (Ed.), *Psychology and the Internet: Intrapersonal, Interpersonal, and Transpersonal Implications* (pp. 43-60). San Diego: Academic Press.
- Joinson, A. N. & Paine, C. B. (2007). Self-disclosure, privacy and the internet. In A. N. Joinson, K. Y. A McKenna, T. Postmes & U-D. Reips (Eds.), *Oxford handbook of internet psychology* (pp. 237-252). Oxford: Oxford University Press.
- Kraut, R., Patterson, M., Lundmark, V., Kiesler, S., Mukopadhyay, T. & Scherlis, W. (1998). Internet paradox. A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? *American Psychologist*, 53, (9), 1017-1031.
- Lin-Liu, J. (2006). China's e-junkies head for rehab. *IEEE Spectrum*, 43(2), 19.
- McCoyd, J. L. M. & Schwaber Kerson, T. (2006). Conducting intensive interviews using email: A serendipitous comparative opportunity. *Qualitative Social Work*, 5(3), 389-406.
- McKenna, K. Y. A., & Seidman, G. (2005). Social identity and the self: Getting connected online. In W. R. Walker, & D. J. Herrmann (Eds.), *Cognitive technology* (pp. 89-110). Jefferson: McFarland.
- Morahan-Martin, J. (1999). The relationship between loneliness and internet use and abuse. *CyberPsychology & Behavior*, 2, 431-440.
- Morahan-Martin, J. (2001). Impact of internet abuse for college students. In C. Wolfe (Ed.), *Learning and teaching on the World Wide Web* (pp. 191-219). San Diego, CA: Academic Press.
- Morahan-Martin, J. (2005). Internet abuse: Addiction? Disorder? Symptom? Alternative explanations? *Social Science Computer Review*, 23, 39-48.
- Morahan-Martin, J. (2008). Internet abuse: Emerging trends and lingering questions. In A. Barak (Ed.), *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications* (pp. 32-69). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Schouten, A. P., Valkenburg, P. M., & Peter, J. (2007). Precursors and underlying processes of adolescents' online self-disclosure: Testing an "Internet-Attribute-Perception" model. *Media Psychology*, 10, 292-315.
- Suler, J. (2001). The future of online clinical work. *Journal of Applied Psychoanalytic Studies*, 4, 265-270.
- Suler, J. (2004a). The psychology of text relationships. In R. Kraus, J. Zack, & G. Stricker (Eds.), *Online counseling: A handbook for mental health professionals* (pp. 19-50). San Diego, CA: Elsevier Academic Press.
- Suler, J. (2004b). The online disinhibition effect. *CyberPsychology & Behavior*, 7(3), 231-326.
- Suler, J. (2008). Cybertherapeutic theory and techniques. In A. Barak (Ed.), *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications* (pp. 102-128). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Vale de Almeida, M. (2004). *A teoria queer e a contestação da categoria 'gênero'*. In A. F. Cascais (Org.), *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer*. s/l: Fenda Edições.
- Vanden Boogart, M. R. (2004). *Uncovering the social impacts of Facebook on a college campus*. Master's thesis, Kansas State University. Disponível em <http://krex.k-state.edu/dspace/handle/2097/181>. (Consultada em Novembro de 2006).
- Voiskounsky, A. E. (2008). Flow experience in cyberspace: Current studies and perspectives. In A. Barak (Ed.), *Psychological aspects of cyberspace: Theory, research, applications* (pp. 70-101). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wang, W. (2001). Internet dependency and psychosocial maturity among college students. *International Journal of Human-Computer Studies*, 55, 919-938.
- Yee, N. (2002). *Ariadne - Understanding MMORPG Addiction*. Disponível em <http://www.nickyyee.com/hub/addiction/home.html> (Consultada em Outubro de 2006).
- Young, K. S. (1998). Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder. *CyberPsychology & Behavior*, 1, 237-244.
- Zhao, S., Grasmuck, S., & Martin, J. (2008). Identity Construction on Facebook: digital empowerment in anchored relationships. *Computers in Human Behavior*, 24, 1816-1836.

PARENTALIDADE E GÉNERO NO CONTEXTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

VERA RIBEIRO

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS E BEM ESTAR SOCIAL DE PIAS, AMBESP



RESUMO

Com um serviço de mediação adequado, o ideal de responsabilidade parental partilhada poderá vir a ser a realidade para a maioria dos pais divorciados ou separados. A mediação familiar pode oferecer os meios mais eficazes e eficientes para o conseguir. A mediação é utilizada para promover em pais separados e a parentalidade partilhada, como uma alternativa viável, reduzindo-lhes as suas ansiedades, ajudando-os a trabalhar colaborativamente e a desenvolver um plano de parentalidade partilhada, ajudando na transição para uma parentalidade pós divórcio.

ABSTRACT

With an appropriate mediation service, the ideal of shared parental responsibility could be the reality for most divorced or separated parents. Family mediation can offer the most effective and efficient means to achieve it. Mediation is used to promote in the divorced parents shared parenting as a viable alternative, reducing their anxieties, helping them to work collaboratively and to develop a shared parenting plan, assisting in the transition to a post-divorce parenting.

“A Parentalidade é porventura a tarefa mais desafiante da vida adulta”
(Cruz, 2005)

O objectivo desta comunicação pretende reflectir sobre o tema Parentalidade e Género em contexto de mediação.

Temos conhecimento de que a família desempenha um papel essencial na formação de pessoas conscientes da sua responsabilidade social e ligadas aos nobres ideais de justiça, de paz, de liberdade e de amor por todos os seres humanos e pelas suas realizações criativas. Já em 1969, reiterando uma afirmação das Nações Unidas a família é considerada como, “o elemento básico da sociedade e meio natural para o desenvolvimento e bem-estar de todos os seus membros, deve ser ajudada e protegida a fim de poder assumir plenamente as suas responsabilidades na comunidade”

Até meados do séc. XVIII a autoridade parental era caracterizada pelo autoritarismo masculino, que se demonstrava pela rudês com que o pai tratava os filhos não havendo por isso espaço para que pudessem ser demonstrados afectos e emoções. Ao trabalho parental efectuado pelas mulheres chamaram-lhe função maternal, pois eram estas que tinham a função de procriar, educar, cuidar, cabendo-lhes toda a responsabilidade pelos cuidados da criança. Ao longo dos tempos como é natural, estas ideias foram incutidas na sociedade o que fez com que chegássemos tão tarde à equidade das responsabilidades parentais.

O termo parentalidade foi proposto por Paul Claude Recamier, em 1961, e foi utilizado por vários autores a partir da década de 80, para se referir aos pais e funções parentais.

José Luiz Caon, psicanalista, afirma que as várias opções do conceito de parentalidade obrigam o investigador de qualquer área a discernir bem o que é “estrutura parental”, o que é “função parental” e o que é “papel parental”.

Função parental é, então, uma função sem limites, sem limites nos cuidados prestados, sem limites nos sentimentos despertados, sem limites nos “fardos” suportados, e Papel parental as competências adquiridas para o poder desempenhar.

Quando falamos em Parentalidade vem nos à ideia a tão falada parentalidade positiva (Recomendação do Conselho da Europa, Lisboa, 2006) referimo-nos a um “comportamento parental baseado no melhor interesse da criança e que assegura a satisfação das principais necessidades das crianças e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento”. Este tipo de parentalidade segundo a *American Academy of Pediatrics* (2005), previne maus tratos infantis, aumenta a auto-estima e facilita o desenvolvimento da criança, sendo assim a chave para a preservação familiar em que os pais e as mães são a melhor fonte de protecção para as crianças e adolescentes, e o recurso normal para cobrir as suas necessidades de todo o tipo. Funciona como promotor da continuidade dos afectos das crianças na família.

A Parentalidade surge no contexto da família como uma prática ancestral, pois é na família que a criança começa a utilizar os valores da inter-relação social que lhe vão marcar os padrões de conduta e reproduzir da micro para a macro sociedade e onde a criança Segundo Ausloos (1996, cit. por Gomes,) estabelece-se entre pais e filhos marcando o ciclo de vida da família, e tornando-se universal na medida em que todas as famílias experienciam o processo de Parentalidade.

“Um dos papeis mais importantes dos pais é o de ajudarem os filhos a crescer. Para isso, é preciso saber ser crescido com calma, segurança e paz, e dizer: “Vai, segue em frente. Olhos levantados” (Strecht, 2004).

Assim, qualquer que seja o modelo utilizado, o objectivo da mediação familiar é, então, o de reverter as componentes negativas, destrutivas, alienantes e diabolizantes do conflito em

componentes positivas, construtivas, de conexão e humanizantes (Bush & Folger, cit. por Gomes,).

Parece-nos importante que qualquer que seja o resultado e o contexto de uma mediação familiar, esta tenha que resultar em decisões parentais responsáveis e o impacto destas nas relações e no exercício da parentalidade. Sendo o papel do mediador familiar importantíssimo no garante do superior interesse da criança.

Os pais necessitam de apoios formais e informais para levar a cabo a sua função, sobretudo em situações de adversidade psicossocial, de forma a poderem exercer a Parentalidade Positiva.

Neste sentido surge-nos a educação parental que é definida por (Pugh et al., 1995) como “Um conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos e aumente a qualidade das relações entre eles”.

No que à mediação diz respeito segundo Irving e Benjamin (2005) existe o quadro mediador que é composto por sete etapas previamente definidas: 1) Responsabilidades parentais partilhadas; 2) os pais têm interesses comuns em relação aos filhos, 3) os pais são responsáveis pelas decisões familiares, 4) cada um dos pais tem liberdade para educar o filho quando este está consigo, 5) Os pais são responsáveis por colocar o interesse do filho em primeiro lugar, 6) deve haver uma separação clara entre a separação conjugal e a parental, 7) O passado é um ponto de partida para uma história futura, por isso deve ser abordado na mediação.

Mães e pais com interesses egoístas de se atingirem mutuamente, quebram todas as hipóteses de consenso, prejudicando a criança que depende deles. Estas mães e estes pais privam os filhos da relação com o outro pai, reclamando a guarda singular no que pode ser considerado um mau trato emocional grave. Também em situações mais delicadas cabe ao mediador exercer mais afinadamente o seu papel de educador.

Ainda se torna necessário nos dias de hoje reflectir e discutir a responsabilidade da participação do elemento masculino no assumir em pleno as suas responsabilidades parentais. Fazer com que as estatísticas que demonstram que as crianças após a separação dos pais, independentemente das responsabilidades parentais há pouco tempo a esta parte serem conjuntas, passarem mais tempo com a mãe, por ser a esta que compete por (herança cultural) e passarem a ter um crescimento com qualidade e quantidade igualitária de afecto parental. Parece-nos aqui que a mediação pode e deve ter um papel muito importante no que diz respeito ao proporcionar um quadro adequado para a tomada de decisões relativas aos seus filhos, e à sua consequente responsabilização. Há que mudar mentalidades para que possa efectivamente haver uma superação da desigualdade de género. Os mediadores familiares têm aqui um grande desafio, vencer a neutralidade com todos os valores e crenças que a eles lhes estão associados.

É responsabilidade parental pôr o Superior Interesse do filho menor acima das divergências e chegar a um consenso que dê lugar à guarda conjunta (no sentido literal das palavras), única regulação ajustada do exercício do poder paternal.

Mulheres e homens só se confrontam com a parentalidade quando a vivem. Uns serão mais competentes que outros, é certo, mas todos poderão ser auxiliados a desenvolver competências ainda não exploradas. É um direito da criança, que os adultos que exercem a parentalidade, ponham o seu Superior Interesse acima das divergências e conflitos que os separam e caminhem para o consenso.

A importância da mediação como instrumento de apoio aos agentes do conflito para que cheguem à solução relativamente ao Superior Interesse das crianças e do seu melhor interesse é o caminho considerado. A mediação familiar já é utilizada no nosso país mas merece uma implementação mais eficaz.

BIBLIOGRAFIA

- Gomes, L. (2010). Percursos da mediação familiar. In Cunha, P. et al., *II Colóquio sobre mediação - Reflexões sobre práticas* (pp. 65-75). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2ª edição.
- Irving, H. & Benjamin, M. (2005). Using the “Mediatable Frame” to Define the Problem in Mediating a Parenting Plan, *Mediation Quarterly*, Vol. 22(4), 473-491. 1969, afirmação das Nações Unidas
-
- <http://www.gral.mj.pt>
- www.palavraescuta.com.br/textos/parentalidade
- <https://woc.uc.pt/fpce/getFile.do?tipo=2&id=8093>
- www.attachmentparenting.org
- www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TLO100.pdf
- www.fpce.uc.pt/familias/SemII/EdParentalDout.pdf
- www.forma-te.com/mediateca/download.../7102-parentalidade.html

DA VIVÊNCIA EM VIOLÊNCIA FAMILIAR À (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE (SOCIAL)

DANIELA CAPRICHOSO

MESTRE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ANA SANI

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Com o objectivo de compreender o impacto da exposição à violência interparental realizamos um estudo qualitativo em que analisamos em profundidade as narrativas produzidas através de entrevista por dois adolescentes sinalizados numa CPCJ devido à violência entre os progenitores. Os adolescentes retratam com pormenor episódios de violência com características de escalada e sem ocorrência de resolução adequada na maioria das situações. Face aos conflitos interparentais expressam sentir por vezes culpa, ameaça e uma representação distinta quanto ao suporte social percebido.

ABSTRACT

In order to understand the impact of exposure to interparental violence we made a qualitative study that analyzes in depth the narratives through interviews to teenagers who had been signalized by a CPCJ because of violence between the parents. Teenagers show in detail that violent episodes have features of climbing and no adequate resolution in most situations. Given an evident interparental conflicts, child sometimes feels guilt, threat, and a different image of perceived social support.

INTRODUÇÃO

A violência interparental é um fenómeno preocupante uma vez que ameaça seriamente a saúde e bem-estar das crianças que a testemunham (Fantuzzo, De Paola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991; Sudermann & Jaffe, 1999).

Os diversos efeitos da exposição por parte das crianças ao conflito interparental têm sido ao longo dos últimos anos alvo de atenção por parte da comunidade científica, contudo em Portugal há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita ao estudo desta problemática.

Este estudo partiu do relato de dois jovens e pretende ser um pequeno contributo relativamente modo como as crianças/jovens expostas à violência interparental constroem a sua própria experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças.

A exposição à violência interparental é uma experiência poderosa na medida em que irá influenciar fortemente a forma como a criança que a testemunha percebe a realidade (Eisikovits, Winstok & Enosh, 1998), a visão por parte destas crianças de que o mundo não é seguro ou de que elas não são dignas de protecção poderá levá-las a sentirem-se desamparadas e em consequência disso desenvolverem auto-percepções negativas (Margolin & Gordis, 2004). Estas crianças sentem muitas vezes a necessidade de escapar da sua realidade. A capacidade de estar fisicamente num lugar e psicologicamente num outro pode ser algo inquietante mas pode tornar-se ao mesmo tempo algo extremamente versátil e flexível que ajuda a criança a viver de modo menos doloroso com situações stressantes (Goldblatt, 2003).

A criança que testemunha a violência interparental sente necessidade de “perceber” e de dar significado a esta experiência. Esta violência em muitos casos é a única realidade que a criança conhece, tornando-se assim parte integrante da sua vida, do seu dia-a-dia (Eisikovits, et al., 1998). Testemunhar violência interparental é uma experiência insuportável que exige da criança a árdua tarefa de reconstruir o significado da sua realidade, para assim a conseguir tornar tolerável, aceitável, habitável. O facto de dar significado a esta experiência faz com que a criança consiga “afastar-se” um pouco da sua realidade o que leva a uma certa “domesticação” da violência (Eisikovits et al., 1998).

1. ESTUDO EMPÍRICO

Têm sido ao longo dos últimos anos realizadas diversas investigações e sobre a temática da violência familiar, o que tem proporcionado dados importantes não só sobre os padrões e prevalência deste fenómeno, mas também sobre seus riscos e consequências para o desenvolvimento e bem-estar das crianças (Tolan, Gorman-Smith & Henry 2006). No entanto, sabe-se ainda muito pouco acerca do modo como as crianças lidam com a violência, a forma como a percebem, as expressões que utilizam para a descrever, as atribuições e significados que dão à violência e quais as razões que as levam a ser ou não interventivas (Overlien, 2010).

O estudo que se apresenta procurou partir do relato das próprias crianças, sendo esta a forma de obter informação mais fidedigna acerca da experiência vivida pela criança exposta à violência interparental. Os progenitores ou outras figuras com

as quais a criança mantenha algum tipo de relacionamento podem, através dos seus relatos, modificar, minimizar ou ampliar a experiencição de vitimação da criança. Em alguns casos podem desvalorizar total ou parcialmente, não considerando que a criança é afectada pela exposição ao conflito interparental por acharem que se o conflito ocorre entre adultos só eles poderão ser afectados. Noutros casos, poderá também ocorrer uma sobrevalorização do conflito interparental, quando a própria criança não percepcionou esse conflito como algo significativo.

1.1. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objectivo compreender o modo como as crianças expostas à violência interparental constroem a sua própria experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças.

1.2. MÉTODO

1.2.1. PARTICIPANTES

A Inês e o Pedro (nomes fictícios) têm 15 e 17 anos respectivamente e no momento da entrevista tinham ambos a decorrer numa Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) processo de promoção e protecção por se encontrarem expostos à violência interparental sendo considerados por isso mesmo vítimas de maus tratos psicológicos/emocionais. Ambos estiveram expostos à violência interparental durante diversos anos sendo que no momento em que a entrevista foi realizada já se encontravam a residir sem o progenitor abusivo (pai em ambos os casos). É pertinente fazer um breve resumo acerca da história da vida da Inês e do Pedro uma vez que apesar das semelhanças existem alguns aspectos que tornam estes dois casos ligeiramente diferentes.

A **Inês** recorda desde muito pequena os episódios de violência a que esteve exposta. Para além de ter sido vítima indirecta, testemunhando a violência psicológica e física exercida do seu pai sobre a sua mãe, foi também muitas vezes alvo directo dessas agressões. A Inês e a mãe saíram de casa depois de o pai ter tentado “esganar” a filha e a mãe ter tentado intervir. A Inês ficou durante algum tempo aos cuidados de uma professora (enquanto a mãe residia com uma irmã e sobrinhos) referenciada como uma figura de grande suporte.

O **Pedro** esteve exposto à violência interparental durante vários anos, inicialmente pautada mais pela violência psicológica, tendo estas violência evoluído para episódios mais frequentes de violência física. O Pedro tem um irmão mais novo (13 anos) e procurou sempre proteger o irmão dos conflitos existentes entre os pais que, de acordo com o Pedro, começaram a agravar-se no último ano, em que o pai passou a utilizar mais frequentemente a violência física. Quando existiam discussões pegava no irmão levando-o para outro compartimento da casa e procurava fazê-lo “rir”. O Pedro diz que o pai bebe e que isso influencia o seu comportamento mas considera que mesmo que o pai não bebesse iria ser conflituoso por causa do seu “feitio”.

1.2.2. INSTRUMENTOS

A *Entrevista à criança vítima de experiência abusiva* por Sani em 2003 e tem por objectivo a recolha de percepções da (s) vítima (s) em 3 momentos chave da experiência abusiva: (1) viver com a violência; (2) viver em transição e (3) viver sem violência. Em cada momento exploram-se diferentes aspectos, nomeadamente: percepção da violência e percepção das necessidades de ajuda no primeiro momento, percepção sobre a saída de casa num segundo momento e por fim, percepção do abusador/pai e percepção das reacções cognitivas e emocionais num terceiro momento.

1.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

1º MOMENTO - VIVER COM VIOLÊNCIA

PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

A Inês relata pormenorizadamente algumas das situações de violência física e psicológica a que esteve exposta nos últimos anos, bem como episódios em que ela e a irmã foram alvos directos dessas mesmas agressões infligidas pelo pai. Relativamente ao que motivava as discussões entre os pais, a Inês refere que estas começavam por coisas “banais”.

Inês - “É assim eu chegava da escola...eles não trabalham (...) e eles já estavam a discutir (...) Por coisas banais mesmo. Por causa principalmente do dinheiro, começavam a discutir, ele só queria dinheiro e a minha mãe não lhe queria dar. E ele começava a ralar com a minha mãe e a minha mãe com ele e depois às vezes aconteciam ali umas coisas...”

Deu exemplos de situações de violência que a marcaram não só pela violência extrema que experienciou mas também pelo impacto que tiveram em si. Contou um episódio que ocorreu o ano passado no dia de Natal em que ela juntamente com a mãe teve de passar a noite nas escadas de um prédio.

Inês - (...) Uma vez no Natal (...) nós fizemos a ceia de natal, veio lá a minha irmã e o meu cunhado. E depois no outro dia, mesmo no dia de Natal ele quis me bater a mim e à minha mãe com um machado, e quis-me partir o meu computador, foi quando me trouxeram o meu computador e-escolas...foi no dia 23 e ele queria-me partir no dia 25 porque queria mexer nele e eu não queria deixar, porque ele não sabe mexer no computador e podia-me estragar o computador. E ele queria me bater a mim e à minha mãe com um machado e partir o computador. E eu saí de casa, e fomos dormir numa entrada para outro prédio.”

Através dos relatos da Inês acerca do episódio de violência que originou a saída de casa dela e da mãe percebe-se de forma bastante clara que para além de ter estado exposta aos conflitos interparentais, foi também alvo directo de maus tratos infligidos pelo pai.

Inês - “Ele [pai] agrediu-me a mim e ela [mãe] tentou defender-me (...) quando ele me esganou, eu fui a correr para o quarto para fechar-me no quarto e a minha mãe tava cá fora e disse-me “sai de casa, anda pa minha beira” (...)e fui

pa beira da minha mãe e eu fugi, e a minha mãe disse “famos aqui nas escadas à espera que ele vá dormir” e eu disse “não, não vou porque ele agora não vai dormir tão cedo e vai-nos fechar a porta” e eu fui pra casa da minha professora, e pronto foi tudo assim.”

O Pedro refere os conflitos existentes entre os pais ocorreram durante vários anos e de acordo com os seus relatos evoluíram em escalada, pautando-se durante vários anos pela violência psicológica maioritariamente tendo evoluído no último ano para comportamentos físicos agressivos. Pelos seus relatos depreende-se que ao contrário do caso da Inês nunca foi alvo directo de comportamentos físicos violentos por parte do pai, dizendo contudo que quanto tentava defender a mãe o pai por vezes o insultava.

Pedro - “Os meus pais discutiam (...) Não era constantemente mas... Começavam a falar, não sei quê...prontos, depois vinha à conversa outras coisas, depois começavam aí... (...) O meu pai também era um bocadinho ciumento (...) Mas também por questões económicas.”

“(...) nunca utilizou nada para lhe bater, foi sempre com a mão, mas era sempre para a cabeça.”

O Pedro caracteriza o episódio de violência que deu origem à sua saída de casa, do seu irmão e da mãe como tendo sido o mais grave de todos até àquele momento. Foi possível perceber durante a entrevista enquanto o Pedro relatava o que se tinha sucedido que não conseguia compreender o porquê do pai ter ficado tão alterado naquele dia.

Pedro - “Eu acho que naquele dia foi pior que nos outros dias todos (...) Sei lá, eu acho que nunca tinha visto o meu pai assim (...) Sei lá...até os olhos dele estavam diferentes. Era por causa da Comunhão do afilhado...porque ele tinha-se...não falava com o meu padrinho, não sei se se zangaram se quê...e a comunhão era do filho dele que era afilhado dos meus pais só que o meu pai não ia e não queria que a minha mãe fosse e prontos, e tudo começou por aí...mas nesse dia acho que não tinha bebido...a minha mãe disse-me...”

Percebe-se através dos relatos do Pedro que procurava intervir nas situações em que via a sua mãe ser alvo de maus tratos por parte do pai. Verifica-se ainda um grande sentido de responsabilidade quando refere que procurava sempre proteger o seu irmão dos conflitos.

Pedro - “Mandava a minha mãe pra um lado e o meu pai pra outro e mandava-os dormir... e pronto, ia toda a gente dormir.”

“Era o homem da casa” [caracterizando-se a si mesmo nos momentos em que tentava intervir]

“Na maior parte das vezes chorava [referindo-se ao irmão quando via os pais discutir] (...) Só que eu tirava-o sempre de lá, tentava-o animar (...) fazia-o rir...e por aí (...) No último dia que houve lá confusão em casa, ele chorava muito e eu comecei-lhe a contar anedotas e assim, e prontos ficou melhor.”

Comparando os dois casos é possível encontrar algumas semelhanças e, por outro lado alguns aspectos que os distinguem. Tanto o Pedro como a Inês referem a questão económica como sendo um impulsionador das discussões existentes entre os pais. Ao nível da tipologia dos maus tratos, percebe-se que a Inês recorda, para além da violência psicológica, graves episódios de violência física, enquanto o Pedro refere que as agressões físicas praticadas pelo seu pai, começaram há cerca de um ano.

No que respeita ao episódio que motivou a saída de casa destes dois jovens e respectivas mães (e irmão no caso do Pedro), o Pedro refere-se a esse momento como tendo sido na sua perspectiva o mais grave de todos. Já no caso da Inês esta não percepcionou o episódio que originou a saída como sendo mais ou menos grave que episódios anteriores, talvez por ter estado exposta e ter sido alvo directo durante vários anos de episódios graves de violência psicológica e física. Neste episódio que motivou a saída o pai da Inês agrediu-a fisicamente (tentando esganá-la) e foi a sua mãe que tentou intervir numa tentativa de proteger a filha.

PERCEPÇÃO DAS NECESSIDADES DE AJUDA

A Inês não se refere a pessoas da família como figuras de suporte, como pessoas a quem recorra para pedir ajuda, para conversar. Não parece existir na família alargada quem lhe transmita algum tipo de conforto/segurança, pelo contrário. Relatou o episódio em que a tia materna (com quem a mãe viveu enquanto a Inês estava aos cuidados da sua professora) expulsou a mãe (da Inês) de casa porque uns dos filhos recusou-se a dar dinheiro à mãe enquanto a tia estivesse lá em casa.

Pelos relatos da Inês a relação dela, da irmã e da mãe com a família paterna é igualmente conflituosa porque esta não aceita que a mãe se separe do pai. Referiu que algumas tias paternas já a tentaram atropelar, bem como a sua mãe e irmã. Assim os motivos para a insegurança sentida pela jovem e pela mãe estende-se para além da violência conjugal.

Inês - Elas (tias paternas) quiseram atropelar a mim e à minha mãe e à minha irmã quando nos éramos pequenas quiseram-nos atropelar, as minhas tias que agora tão na Suíça quiseram nos atropelar e aquela que eu vi na piscina... Porque não querem que a gente, eu e a minha mãe, saia da beira dele.

O contexto social onde residiam não prestava igualmente suporte, existindo inclusive vizinhança que intencionalmente se afastavam devido aos inúmeros insultos e tentativas de agressão física que o pai da Inês dirigiu a alguns, o que os levou a afastarem-se. Esta ausência de suporte pode ter como consequência um aumento do impacto negativo.

Inês - “uma vizinha não fala para a minha mãe, porque ele andou a dizer coisas sobre a minha mãe (...) e a minha vizinha do lado não fala para a minha mãe (...) um episódio até quis bater nos vizinhos [o pai], porque os vizinhos vieram defender a minha mãe, e o Quim veio defender, e ele com um machado de cortar a carne quase lhe cortava a cabeça e a partir daí os vizinhos nunca mais defenderam a minha mãe, deixaram ele bater à minha mãe”

No entanto, a Inês identifica a sua professora Rosa Maria como sendo alguém que se preocupa consigo, reconhecendo-

-a como uma figura de suporte informal. Esta percepção de suporte não se baseia apenas na sua própria experiência mas também pelo conhecimento prévio que tem sobre o apoio que esta professora deu à sua irmã. Contou que há uns anos atrás esta sua professora procurou ajudar a sua irmã por saber que também ela para além de estar exposta aos maus tratos praticados pelo seu pai sobre a sua mãe, era também alvo directo de alguns dos seus comportamentos abusivos.

Inês - “Eu já a conhecia há muito tempo, já a conheço desde o 5º ano. Ela já foi professora da minha irmã e agora foi minha...eu já a conhecia e tipo ela é uma das melhores professoras lá da escola, toda a gente gosta muito dela, toda a gente desabafa com ela (...) ela sabia também da minha irmã e um dia veio falar comigo e pronto eu disse-lhe, e pronto durante 3 anos falávamos, às vezes eu ia à beira dela e falava com ela...ela chegava a dar-me...às vezes dava-me roupa da filha dela e calçado, e eu falava-lhe das minhas coisas a ela. E depois uma vez, ela disse pa eu ir a casa dela. Fui a casa dela, até fui a casa dos pais dela...cheguei a ir com ela e pronto...”.

Apesar da experiência negativa que teve, a Inês reconhece alguns aspectos positivos daí resultantes e que estão relacionados também com o surgimento de uma figura de suporte. Entre esses aspectos há o reconhecimento de que a mudança para um contexto de segurança lhe possibilitou algum investimento pessoal nos estudos, melhorados pela sua concentração e atenção emergentes.

Inês - “Do que a minha mãe se calhar [referindo ao facto de sentir que a sua professora conseguia dar-lhe mais atenção naquela fase em que saiu de casa com a mãe e ficou lá a residir durante um mês] (...) porque quando eu tava lá [em casa da professora] eles obrigavam-se a estudar também (...) Porque eu tava em casa mas estudava, em minha casa não estudava [quando vivia com a mãe e o pai juntos]. Conseguia tirar boas notas, mas não era aquela coisa ao tar a estudar...porque eu tava a estudar e eles tavam sempre a falar ou a discutir, e eu não conseguia tar concentrada e muitas vezes dizia à minha mãe pra eles os dois se calarem porque eu queria ao menos estudar alguma coisa, pelo menos quando tinha testes...quando tinha testes às vezes ainda estudava, mas lá [casa da professora] eu conseguia estudar ela tava mais atenta, tava sempre a perguntar como é que correu a escola e a minha mãe não diz isso”

É possível ainda depreender alguma maturidade ao perspectivar como ilegítimo a obrigatoriedade de manter uma relação conjugal contra a vontade de alguém.

Inês - “A minha mãe não é obrigada, é mãe solteira, não é obrigada a tar com ele, e mesmo que fosse casada não era obrigada.”

De acordo com os relatos de Pedro tanto ele, como o irmão e mãe sempre puderam contar com o apoio de familiares, nomeadamente a família paterna que sempre os apoiou, o que é revelador de existência de percepção de suporte informal. No dia em que saíram de casa foram para casa do avô paterno. No momento da entrevista o Pedro, o irmão e a mãe encontravam a pernoitar em casa de uma bisavó (paterna) mas os dois jo-

vens passavam o dia em casa do avô. Por outro lado, para além do suporte familiar, verifica-se que recorreram a um outro tipo de suporte mais formal/institucional (e.g. autoridade policial).

Pedro - “Nesse dia [dia da saída de casa] a seguir fomos à polícia apresentar queixa e depois fomos para casa do meu avô, foi muito em cima da hora (...) ele já sabia como é que o meu pai era e não sei quê e acolheu-nos (...) Deve ser um desgosto para ele [referindo-se aquilo que acha que o avô sente por ter um filho agressivo] (...) por enquanto estamos em casa da minha bisavó que é praticamente a 100 metros de lá [de casa do avô] de dia vou pra casa do meu avô que estão lá os meus primos e assim”

“Ninguém gosta do meu pai por o que ele faz (...) Se eles [família paterna] nos estão a ajudar ele não tem nada a reclamar”

A vivência de um situação de violência pode ser diferente consoante haja ou não suporte formal e/ou informal. No que respeita à percepção que estes dois jovens têm acerca do suporte familiar estas são claramente distintas. O Pedro tem a percepção de que há suporte informal/familiar quando refere que a família paterna sempre apoiou a mãe, ele e o irmão, dizendo que sempre os ajudaram por não considerarem correcto o que o pai fazia. A Inês não vê nem na família materna, nem na família paterna ou mesmo na vizinhança uma fonte de suporte, não destaca familiares que a possam proteger a si e à sua mãe, o que cria em si naturalmente alguma insegurança. Há contudo uma figura de referência importante (a professora), capaz de responder às suas necessidades, pois como refere sempre se preocupou consigo, sempre procurou ajudá-la e que por vezes foi capaz de lhe dar um tipo de atenção que não sentiu da mãe.

2º MOMENTO - VIVER EM TRANSIÇÃO

PERCEPÇÃO SOBRE A SAÍDA DE CASA

Quando a Inês e a mãe saíram de casa, num primeiro momento a Inês ficou aos cuidados da sua professora, ficando a viver com esta e respectiva família (marido e filha) durante um mês, e mãe ficou a residir em casa de uma irmã.

O mês em que viveu em casa da professora Rosa Maria foi muito importante para a Inês não só por se encontrar afastada do pai e da violência que este praticava mas por ser perceptível que neste período de tempo recuperou algum sentimento de segurança fundamental para o seu bem-estar. Percepciona de modo positivo outras realidades de organização familiar, de partilha e afecto.

Inês - “(...) foi muito fixe (...) é diferente, porque as minhas condições no meu apartamento é diferente das condições de lá na casa da professora é muito diferente. Ela tem tudo. Tem...fogo...é muito diferente (...) na primeira noite em que eu tava lá eu estranhei porque não os ouvia a discutir na cama, porque a minha mãe tava sempre a discutir com o meu pai e eu fui assim pra filha dela “fogo aqui ao menos aqui ninguém discute” (...) e depois fomos à praia também, chegamos a ir à praia...o marido dela era muito simpático, só dizia anedotas e tava-me sempre a rir (...) É mais simpático a falar pras pessoas, não fala com aquele ar agressivo. É brincalhão, está sempre a brincar, oferece mais. Quando eu tava lá em casa dele ele dizia “come isto, come aquilo”.”

Para além da admiração que a Inês tem pelo casal que acolheu é evidente que admira o Sr. José (marido da professora Rosa Maria) enquanto marido e pai, tendo feito referência a vários aspectos da relação pai-filha.

Inês - “(...) eu cheguei muitas vezes a dizer “quem me dera ter assim um pai como o teu” pra filha.(...) ele era muito generoso pra filha. E depois a filha pedia-lhe e ele fazia. Às vezes não é? Também não era tudo que a filha queria, não é? Sei lá...é generoso para as pessoas, é amável, fala bem, não é ta assim a falar alto, brinca também quando tem de brincar, ralha também quando tem de ralhar, mas não bate...”

Depois de viver um mês separada da mãe, decidiram procurar uma casa para viverem juntas. A Inês salienta como aspectos positivos desta ausência do pai o facto de não ouvir discussões, de ter “sossego” e alguma liberdade que quando morava com o pai não tinha. Faz referência ao excessivo controlo que o pai exercia sobre as suas relações interpessoais (e.g. amizades), sendo possível depreender pelo seu discurso que por vezes em consequência disso se sentia isolada.

Inês - “Eu quando tou em casa com a minha mãe eu pergunto-lhe “Fogo oh mãe que sossego, tu não notas que sossego?” e ela “Realmente” (...) É melhor. Fogo, muito melhor.(...) Pra já não quer dizer que eu usufrua dessa liberdade que a minha mãe me dá, mas, eu quero ir a algum lado com uma amiga, a minha mãe deixa-me de tarde ou assim... o meu pai não deixava, eu tava sempre em casa sozinha ou ia lá uma amiga minha a minha casa que era minha vizinha, de resto não ia mais ninguém. Eu tava sempre sozinha em casa, nunca ia dar voltas, só se fosse à catequese (...)Tou com a minha mãe, é assim...é muito, muito melhor. Claro que eu e a minha mãe também temos as nossas discussões (...) Mas a minha mãe não me bate, por amor de Deus, fogo...”

O Pedro demonstra ter sentimentos ambivalentes no que respeita à saída de casa. Por um lado sente-se melhor porque já há algum tempo que pedia à mãe para sair de casa, por outro lado são evidentes os constrangimentos sociais que esta saída de casa implicou. Demonstra sentir-se um pouco confuso, focando-se nos aspectos que eram para si importantes quando residia com os pais juntos (e.g. ter o seu espaço, estar perto dos seus amigos).

Pedro - “Tenho me sentido melhor, já não vejo assim confusão.”

“Não porque é preferível depois de este episódio [que originou a saída de casa] ter os pais separados. Estar com um e estar com o outro é melhor. Se estivessem juntos o ambiente ia ser mau” [questionado sobre se sentiria triste por ter os pais separados]

“Isso é raro [estar com os amigos depois da saída de casa] e pra mais tenho de vir sempre de autocarro e autocarro não tenho a todas as horas. (...) Claro que gostava de estar mais na minha casa, era preferível, tinha o meu espaço.”

Relativamente à saída de casa tanto a Inês como o Pedro, salientam como aspecto positivo a ausência de discussões e

agressões. A Inês não se foca em aspectos menos positivos que possam ter resultado desta saída de casa, tendo referido apenas que a casa onde morava com os pais juntos tinha melhores condições do que a casa onde reside actualmente com a mãe. No entanto, não se refere a este aspecto, como sendo algo que possa afectar o seu bem-estar. O Pedro referiu que já tinha pedido várias vezes à mãe para sair de casa, contudo, agora que aconteceu o que desejava, pelo seu discurso percebe-se que se sente melhor por viver sem os conflitos mas prende-se a aspectos importantes para jovens da sua idade como é o caso dos amigos, com os quais não pode estar tantas vezes e o facto de sentir falta do seu espaço.

3º MOMENTO - VIVER SEM VIOLÊNCIA

PERCEPÇÃO DO ABUSADOR/PAI

A Inês refere-se ao pai em termos de personalidade como este tendo uma dupla faceta, retratando-o como hostil para a família. No que respeita ao consumo de álcool, apesar de referir que o pai ingere bebidas alcoólicas em excesso a Inês não atribui a estes consumos a razão pela qual o pai é agressivo.

Inês - “Não, ele de si mesmo já era agressivo. Mesmo sem beber já era. Ele pra’s pessoas de fora ele dava a ideia de que fosse o homem ideal, porque toda a gente de fora diz que ele é uma pessoa muito, muito....(...) Eu não sei porque mas ...eu digo sempre às pessoas “Vocês é que não o conhecem dentro de casa porque ele é totalmente diferente”(...) Porque ele fala bem para as pessoas, é amigo das pessoas. Dá mais depressa às outras pessoas do que dá às pessoas da família (...) É divertido pras pessoas, brinca mais com as crianças dos outros do que com os próprios filhos.”

Durante a entrevista a Inês nunca evidenciou qualquer sentimento positivo pelo pai nem fez qualquer referência, por exemplo, a brincadeiras de quando era criança com o pai. Caracteriza o pai baseando-se em atributos negativos, traduzindo-se os mesmos em sentimentos muito extremados pela figura parental. Referiu-se ao pai como uma pessoa má, mentirosa, tendo dito que preferia que o pai morresse. Demonstra-se firme e ciente da decisão que ela e a mãe tomaram ao decidirem sair de casa. Referiu que não voltou a ver o pai nem a falar com ele desde que saiu de casa com a mãe e diz que não pretende fazê-lo.

Inês - “Às vezes diz [a mãe]...”o teu pai isto, o teu pai aquilo” e eu “oh mãe não me fales dele, não lhe chames pai, a sério, que aquilo não é pai nenhum”, eu costumei dizer isto porque um pai pai, não bate a uma filha nem à mulher...um pai não trata mal, por amor de Deus, um pai daqueles não é pai nenhum, mas pronto.(...) E já disse à minha mãe quem nem ao funeral dele vou...quem me dera que isso chegasse já daqui a pouco tempo.”

“(...) Nem que ele diga que é o homem mais bonito do mundo, mais simpático e que mudou eu não quero falar mais”

“Ele mandou uma mensagem a dizer “vou sair daqui, vinde buscar as vossas coisas.”, e eu nem respondi. (...) Já foi praí há uma semana. Eu não respondi. Eu disse “eu não vou responder” à minha mãe, disse logo à minha mãe.”

O discurso do Pedro faz referência à existência de um ciclo de violência quando diz que o pai prometeu várias vezes que iria mudar, nomeadamente deixar de consumir bebidas alcoólicas, mas que tal nunca aconteceu. Demonstra assim descrença pela mudança do ofensor (pai). Na perspectiva do Pedro o álcool não deixa de estar associado à emergência de violência. Quando questionado sobre o que sentia nos momentos em que via o pai insultar e bater na mãe menciona emoções negativas. Contudo, apesar dessas emoções, fala frequentemente com o pai ao telefone e já esteve com ele.

Pedro - *“Raiva e ódio.”* [quando via o pai insultar ou bater na mãe]

“Ele já me disse no outro dia que eu tive que ir ter com ele por causa de uma coisa da escola...e ele disse “convence a tua mãe a vir pra cima “ e não sei quê e tal (...)só me ria, porque já tinha ouvido aquela história várias vezes (...) que tinha mudado e não sei quê e depois era sempre a mesma coisa... a minha mãe pedia-lhe “se deixares de beber pode ser que resulte”. Ele deixava uns dias e depois já não (...) Começava pelas sem álcool e depois...”

Acerca do consumo de álcool por parte do pai, o Pedro acredita que o pai possa talvez deixar de beber, mas não acredita que o seu comportamento mude.

Pedro - “Pode mudar na questão do álcool, mas eu acho que ele vai ser sempre o mesmo. (...) Porque ele até podia deixar de beber mas feitió ia ser o mesmo (...) Tem uma parte que influencia mas....há pessoas que bebem e não discutem.”

Após a saída de casa o Pedro já voltou a falar e estar com o pai, tendo referido contudo que o seu irmão não queria falar com o pai quando este telefonava nos dias que se seguiram à saída de casa. Percebe-se que a mãe procura e incentiva os filhos a manter a ligação pai-filhos, constatando-se que também o Pedro revela esta preocupação relativamente ao irmão que é mais novo (13 anos) e que numa fase inicial (após a separação) rejeitava os contactos que o pai procurava estabelecer consigo.

Pedro - “(...) nos primeiros dias o meu pai ligava-me várias vezes e ele [irmão] não queria falar com ele. (...) Eu falava e dizia pra ele falar e depois a minha mãe dizia pra ele falar que não proibia e não sei quê. (...) Mesmo assim ele não queria, estava muito abalado. (...) Só que depois até falou e já esteve com ele.”

Comparando estes dois casos percebe-se que existem diferenças claras face à percepção que a Inês e o Pedro têm acerca da figura paterna. A Inês não voltou a estar nem a falar com pai e diz que não pretende fazê-lo. Referiu que o pai lhe enviou uma mensagem à qual não respondeu por vontade própria. O Pedro atende os telefonemas do pai, está com ele e tenta convencer o irmão a falar também com o pai.

No que respeita ao consumo de álcool encontram-se semelhanças nos relatos da Inês e do Pedro uma vez que ambos consideram que mesmo que o seu progenitor deixasse de consumir, não deixaria de ser agressivo. Ambos referem-se à personalidade dos progenitores como sendo indivíduos maus em si mesmos e que independentemente do consumo de álcool

serão sempre agressivos. Consideram que o consumo de álcool poderá agravar os comportamentos agressivos de ambos os pais, mas que não é a única razão.

PERCEPÇÃO DAS REACÇÕES COGNITIVAS E EMOCIONAIS

Relativamente às percepções cognitivas e emocionais, questionada acerca do que na sua opinião levava o seu pai a ser tão agressivo consigo e com a sua mãe, e anteriormente também com a irmã, a Inês reconhece a existência da transgeracionalidade da violência e de isso poder estar na base da violência conjugal dos pais. Considera contudo que tal não justifica o comportamento violento do pai.

Inês - “Ele também quando era pequeno, o meu avô também não era peça boa...esse meu avô...ele só a partir de certa idade é que também deixou de beber, porque ele também ia pa casa de raparigas, pronto traía a minha avó muitas vezes e também batia na minha avó (...) ele também em pequenito, acho que também ele...não sei...acho que já se meteu no álcool quando era pequeno o meu pai (...) Por causa do meu avô que também bebia, e depois ele quis experimentar e depois experimentou, e depois também ia com os amigos e começou assim... o meu avô também batia à minha avó e isso, às filhas (...)Não é nenhuma desculpa [exposição do pai à violência interpaparental e hábitos de consumo de álcool desde criança], fogo, ele não tem desculpa.”

Quase no final da entrevista a Inês emocionou-se quando referiu ter medo que a sua mãe possa voltar para o pai, sendo perceptível que isto a deixa naturalmente insegura. Revelou confrontar a mãe relativamente às decisões que esta possa tomar no futuro (e.g. reconciliação dos pais).

Inês - “Eu tenho medo (...) que venham pessoas meter ideias como a minha irmã e ela voltar pra ele. Mas eu já disse à minha mãe “A próxima vez que tu voltares pra ele, tu esquece porque eu...se tu preferes voltar pra ele do que a mim, eu vou pra uma instituição, se elas não me quiserem numa instituição eu fujo de casa”. (...) Se ela falar, ela volta pra ele. Tenho a certeza!”

O Pedro referiu que de certa forma já antevia quando o pai iria ter ou não comportamentos violentos fazendo algumas referências à questão do olhar do pai o que demonstra que conseguia perceber alguns indicadores de risco no comportamento não verbal do pai. Contou ainda quem no dia a seguir aos episódios violentos o pai dizia não se lembrar do que tinha acontecido.

Pedro - *“Bastava olhar para os olhos dele que eu já sabia que ele tava diferente (...) [Mas vias o quê nos olhos dele?] Um bocadinho maiores ou...não sei...não consigo lhe explicar....ou sentia aquilo dentro de mim.”*

“Se a discussão tivesse sido muito grande falavam raramente no dia seguinte, mas normalmente no dia a seguir já tava tudo bem porque ele já não se lembrava (...) da maneira que ele tava por vezes até parecia anestesia e ele depois já não se lembrava se calhar.”

“(...)Gostava de ter uma família como toda a gente (...) que isto nunca tivesse acontecido”

Tanto a Inês como o Pedro a nível cognitivo demonstram ideias claras relativamente à atribuição de culpa pelos conflitos interparentais. Têm a noção clara que a responsabilidade de tais situações é exclusivamente da figura paterna (em ambos os casos) e através do seu discurso não se depreende que sintam qualquer responsabilização pelos conflitos interparentais. A Inês demonstra sentir uma grande insegurança, acreditando que se a mãe voltar a falar com o pai irá voltar para ele. Esta insegurança natural nestas situações é ainda reforçada com os comentários da mãe quando ambas têm algum desentendimento. O Pedro apesar de, por um lado se sentir melhor e mais seguro vivendo sem o pai, demonstra tristeza quando aborda o assunto da família, focando-se na falta que sente de ter uma família “como toda a gente”.

CONCLUSÃO

A realização de estudos qualitativos é de extrema importância para que se possa compreender a vivência de crianças expostas à violência e poder através da análise do seu discurso perceber a forma como pensa a violência em geral, mais especificamente a violência a que estão exposta no seu contexto familiar. Desta forma conseguimos depreender o modo como as crianças expostas à violência interparental constroem a sua própria experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças, encontrando no estudo qualitativo alguns fundamentos para a compreensão dos dados quantitativos.

A criança que vive num ambiente familiar abusivo/violento é como se vivesse numa espécie de zona de guerra (Rossman & Ho, 2000) daí ser importante ao nível da intervenção utilizarem-se métodos que permitam à criança libertar-se um pouco do mal-estar que a sua realidade lhe cause. Assim sendo, seria importante trabalhar com estas crianças, através de jogos, histórias, discussão de situações reais ou hipotéticas, maneiras mais construtivas e adequadas para lidar com a raiva e o conflito (Grych, Wachsmuth-Schaefer & Klockow, 2002). As intervenções focadas nas representações que a criança tem acerca das relações de intimidade poderão não ter em alguns casos um impacto imediato, mas poderão evidenciar efeito a longo prazo no que respeita à prevenção do uso tanto da coerção como do controlo e da própria violência tanto em relações de namoro como, posteriormente, num relacionamento conjugal (Grych et al., 2002). Os profissionais deverão ser sensíveis às atribuições feitas ao conflito interparental pelas crianças expostas à violência conjugal, nomeadamente à forma como estas crianças individualmente constroem e avaliam o comportamento dos seus progenitores (Dadds, Atinkson, Turner, Blums, Lendich, 1999). É importante a intervenção ter em consideração as cognições da criança, por exemplo, quando esta considera que a violência é um modo adequado para se resolver um conflito, quando considera legítimo o uso da violência como prática educativa adequada.

BIBLIOGRAFIA

- Dadds, M. R., Atinkson, E., Turner, C., Blums, G. J., Lendich, B. (1999). Family Conflict and Child Adjustment: Evidence for a Cognitive-Contextual Model of Intergenerational Transmission. *Journal of Family Psychology*, 13 (2), 194-208.
- Eisikovits, Z., Winstok, Z. & Enosh, G. (1998). Children's experience of interparental violence: a heuristic model. *Children and Youth Services Review*, 20 (6), 547-568.
- Fantuzzo, J. W., DePaola, L. M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G. & Sutton, S. (1991). Effects of interparental violence on the psychology adjustment and competencies of young children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59 (2), 258-265.
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of coping among adolescents experiencing interparental violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 18 (2), 532-552.
- Grych, J. H., Wachsmuth-Schaefer, T., Klockow, L. L. (2002). Interparental aggression and young children's representations of family relationships. *Journal of Family Psychology*, 16 (3) 259-272.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *American Psychological Society*, 13, (4), 152-155.
- Overlien, C. (2010). Children exposed to domestic violence: Conclusions from the literature and challenges ahead. *Journal of Social Work*, 10 (1), 80-97.
- Rossman, B. B. & Ho, J. (2000). Posttraumatic responses and children exposed to parental violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention, and policy development*. (pp. 85-106). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sudermann, M. & Jaffe, P. (1999). *A Handbook for health and social providers and educators on children exposed to woman abuse/ family violence*. The National Clearinghouse on Family Violence. (World Wide Web Homepage) Canada: Minister of Public Works and Government Services Canada.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D. & Henry, D. (2006). Family Violence. *Annual Review of Psychology*, 57, 557-83.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL

FERNANDA MARIA DIAS DE ARAÚJO LIMA

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
FUNDAÇÃO NACIONAL DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS

RESUMO

Sendo o Lar a escola primeira do homem, devemos tratar as relações humanas que lá se desenvolvem, com cuidado e respeito. Conflitos em um Lar pode significar “família doente” e isto requer um tratamento adequado, para que as divergências familiares não deixem seqüelas irreparáveis. Diante da realidade de significativas mudanças no perfil dos conflitos familiares, faz-se necessária a atuação de novos profissionais e a aplicação de diferenciadas técnicas na solução dos conflitos. A Mediação trata os conflitos familiares, cria novo acesso à justiça e fomenta a paz nos lares, ressaltando-se que os comportamentos familiares refletem os comportamentos sociais. Este artigo abordará também uma experiência desenvolvida em um Núcleo de Mediação de Conflitos no Brasil.

ABSTRACT

Being the first school to home of man, we must address the human relations that there are developed with care and respect. Conflicts in a home can mean “family sick” and this requires an adequate treatment so that differences do not let family irreparable consequences. Facing the reality of significant changes in the profile of family conflicts, it is necessary to performance of new professionals and the application of different techniques in conflict resolution. Mediation deals with family conflicts, create new access to justice and to foster peace in the home, emphasizing that the family behaviors reflect the social behaviors. This article will also address an experience developed in a Center for Conflict Mediation in Brazil.

INTRODUÇÃO

O lar é a benção de Deus materializada entre os homens. É a conquista maior da humanidade, estação segura para todos nós, que muito necessitamos da vida carnal para ressarcir erros de um passado, enquanto pretendemos abrir caminho para um futuro glorioso.

O lar é a pequena pátria onde o espírito humano aprende as noções de fraternidade. É a escola onde aprendemos a viver em comum, repartindo com igualdade, sendo bons sem afetação, dirigindo com prudência, a habilitando-nos a uma vida ordenada, disciplinando-nos para um convívio maior, educando-nos para reconhecer a nação em que vivemos, como lar onde devemos residir, ajudando-nos mutuamente, quais irmãos que vivem sobre o mesmo chão, guardados sob o mesmo teto.

O lar é escola de almas; oportunidade bendita de redenção; sementeira que Deus instituiu na terra para servir ao bem comum.

Por isso, se faz necessário evidenciar a responsabilidade do homem que se candidata a ser o dirigente de um lar e exaltar a responsabilidade de uma mulher que se dá à tarefa de ser coordenadora de almas a serem cuidadas entre as quatro paredes de um instituto familiar. (CORNELI *apud* BEZERRA DE MENEZES, p. 300, 1999).

Sendo o Lar a escola primeira do homem, devemos tratar as relações humanas que lá se desenvolvem, com cuidado e respeito. Conflitos em um Lar pode significar “família doente” e

isto requer um tratamento adequado, para que as divergências familiares não deixem seqüelas irreparáveis.

A mediação de conflitos é um rico instrumento de pacificação social e essa “nova” prática surge como um meio de prevenção, solução e tratamento dos conflitos familiares.

1. MEDIAÇÃO FAMILIAR

A Reforma do Judiciário no Brasil - tema que se encontra na pauta dos atuais debates da sociedade - permite-nos discutir sobre os caminhos a serem trilhados para a inserção da mediação no cenário sócio-jurídico brasileiro. As transformações sociais modificaram as famílias e suas estruturas, dando ensejo, até mesmo, a uma multiplicidade de modelos familiares (a família monoparental, a adotiva, as homoparentais e outras).

Diante dessa nova realidade de significativas mudanças no perfil dos conflitos familiares, faz-se necessária a atuação de novos profissionais e a aplicação de diferenciadas técnicas na solução dos conflitos. A Mediação, como instrumento de pacificação social, pode tratar os conflitos familiares, criar novo acesso à justiça, promover a resolução do conflito e fomentar a paz nos lares, ressaltando-se que os comportamentos familiares refletem os comportamentos sociais.

Como esperar uma comunidade segura e tranqüila sem que o lar se aperfeiçoe? A paz do mundo começa sob as telhas a que nos acolhemos. Se não aprendemos a viver em paz, entre quatro paredes, como aguardar a harmonia das nações? Se nós não habitamos a amar o irmão mais próximo, associado a nossa luta de cada dia, como respeitar o Eterno Pai que nos parece distante?” (CORNELI *apud* JESUS, p. 289, 1999)

Atualmente, vivencia-se a socialização da Mediação através da criação e implantação de núcleos de mediação de solução de conflitos familiares. Contudo, esses núcleos ainda não possuem um arcabouço científico e, tampouco, estão regulamentados por lei no Brasil.

O movimento de socialização da Mediação veio atender às necessidades decorrentes da evolução humana, social e normativa, além daquelas oriundas das transformações nas estruturas familiares, que não comportam mais a solução fragmentada do conflito.

Dada a complexidade dos conflitos familiares e o número de pessoas que são afetadas por eles, necessária se faz a ampliação do acesso à justiça e a utilização de técnica mais humanizada, que busque uma solução individualizada para cada caso concreto. Não podemos, nem devemos solucionar os conflitos familiares, como solucionamos os oriundos de um contrato mercantil.

Nesses novos arranjos institucionais, surge a Mediação como forma alternativa de solução de conflitos familiares, fazendo com que o ordenamento jurídico adote uma nova roupagem, agora mais célere, mais individualizada, mais humanizada, mais informal, menos burocrática e com capacidade de redimensionar o acesso à justiça e desenvolver uma justiça cidadã.

Para Cintra,

[...] abrem-se os olhos agora, todavia, para todas as modalidades de soluções não jurisdicionais dos conflitos, tratadas como meios alternativos de pacificação social. Vai ganhando corpo a consciência de que, se o que importa é pacificar torna-se irrelevante que a pacificação venha por obra do Estado ou por outros meios, desde que eficientes. Por outro lado, cresce também a percepção de que o Estado tem falhado muito na sua missão pacificadora, que ele tenta realizar mediante o exercício da jurisdição e através das formas do processo civil, penal ou trabalhista. (CINTRA, p. 29-30, 1990)

Em um conflito familiar, deparamo-nos com pessoas cheias de dores, abaladas, sofridas, confusas em seus sentimentos, muitas vezes cansadas e raras vezes seguras. O que fazer com esta complexidade de sentimentos?

“A realidade do lar nos exige mais que o verniz social. Pedem-nos a responsabilidade de partilhar alegrias e dores, júbilos e aflições, frustrações e conquistas...” (Corneli, 1999, pg.306)

Como homens e profissionais relacionados aos conflitos familiares: “... Sublimemos a instituição da família humana, edificando o lar no entendimento legítimo de suas valiosas funções.

Cada lar, a pátria mãe de alguns corações. Quando assim se fizer, sob a égide do Nosso Senhor Jesus Cristo, os homens estarão habilitados a se relacionarem, nas bases do entendimento, da cooperação, consolidando o sentido a nação verdadeira.

A paz do mundo necessita da paz dos lares. A organização das nações começa na organização familiar. “O homem para presidir com nobreza uma nação, antes deve ter aprendido as ordenações de um lar.” (CORNELI apud EUZÉBIO, p. 301, 1999).

Como operadores do direito, quando procurados por uma dessas pessoas, podemos indicá-las à mediação para que seus conflitos sejam solucionados, na maioria das vezes, definitivamente, já que a mediação soluciona o conflito na sua integralidade, ou seja, nos seus aspectos legais, emocionais, sociais e econômicos, evitando, quase sempre, que esses processos nas Varas de Família se multipliquem.

A mediação familiar diagnosticará o conflito oculto e trabalhará para transformar as relações que se desgastaram ao longo dos anos pelas divergências de opiniões ou pela cristalização das posições. O processo de mediação costuma ser mais rápido que o judicial. Geralmente, com 7(sete) sessões de mediação é possível a obtenção do acordo, a reaproximação das partes e o restabelecimento do respeito, o que, sem dúvida, minimiza o sofrimento, a insegurança e a angústia das partes. Não haverá ganhador e perdedor: ambos ganharão.

O processo de mediação fomenta o diálogo entre as partes, o que possibilita que descubram o real motivo do conflito, bem como os conflitos periféricos que circundam o conflito principal. Permite, também, que as partes se percebam como pessoas diferentes, com propósitos e objetivos diferentes.

Elucida Eliana Riberti Nazareth apud Robles:

A família, diversamente de outras sociedades, não se desfaz. Uma vez constituída, permanece. A estrutura pode mudar, quando há uma separação ou morte, por exemplo, mas a organização - família - prossegue. Não obstante suas modificações estruturais, essas organizações continuam existindo no mundo inteiro dos indivíduos e edificando seu mundo de relações. (RIBERTI NAZARETH apud ROBLES 2009, p.66).

2. NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

O Núcleo de Mediação do Centro Universitário Newton Paiva soluciona conflitos sociais, sendo, na grande maioria, familiares. Tem como objetivo principal mediar os conflitos da comunidade carente, aplicando as técnicas da mediação através do procedimento da mediação do Canadá.

De 2009 até os dias atuais na coordenação do Núcleo de Mediação do Centro Universitário Newton Paiva, desenvolvemos um trabalho com amplos resultados, como se pode observar nas tabelas e gráficos que se seguem.

TABELA 1. NÚMERO DE CASOS ATENDIDOS PELO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO 2009-2010 (3 SEMESTRES)

Natureza dos casos Atendidos	2º Semestre 2009 (04 meses de atendimento)	1º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	2º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	Total 12 Meses de atendimento
Alimentos	13	12	6 (-2 casos- 1º/2010)	29
Divórcio	12	9	7 (-3 casos- 1º/2010)	25
Guarda	-	1	4	5
Conciliação	3	1	-	4
Visitação	2	-	2	4
Divisão de bens	3	1	-	4
Total	33	23	19 (- 5 casos- 1º/2010)	71

FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

TABELA 2. PROCEDÊNCIA DOS CASOS ATENDIDOS PELO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO

Procedência dos casos Atendidos	2º Semestre 2009 (04 meses de atendimento)	1º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	2º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	Total 12 Meses de atendimento
Judicial	14		9	28
Extrajudicial	19		10	39
Total:	33		19 (-5 casos 1º/2010)	71

FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

TABELA 3. MÉDIA DE DURAÇÃO DAS UNIÕES (NOS CASOS ATENDIDOS PELO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO 2009-2010 SEMESTRES)

Duração média das Uniões	2º Semestre 2009 (04 meses de atendimento)	1º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	2º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	Total 12 Meses de atendimento
Pensão/ Divórcio/ Guarda Total (em anos)	8,8 anos	8 anos	9,6 anos	8,7 anos

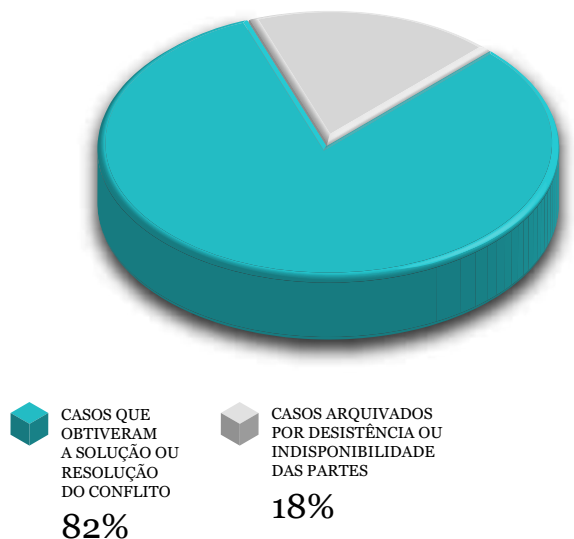
FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

TABELA 4. NÚMERO DE TODAS AS SESSÕES REALIZADAS EM CADA SEMESTRE DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO

Numero de Sessões Realizadas	2º Semestre 2009 (04 meses de atendimento)	1º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	2º Semestre 2010 (04 meses de atendimento)	Total 12 Meses de atendimento
Alimentos	36	25	18	79
Divórcio	42	34	16	92
Guarda	-	3	8	9
Conciliação	3	3	-	5
Visitação	1	-	3	4
Divisão de bens/ imóvel	5	5	-	9
Total de sessões realizadas	87	69	45	201

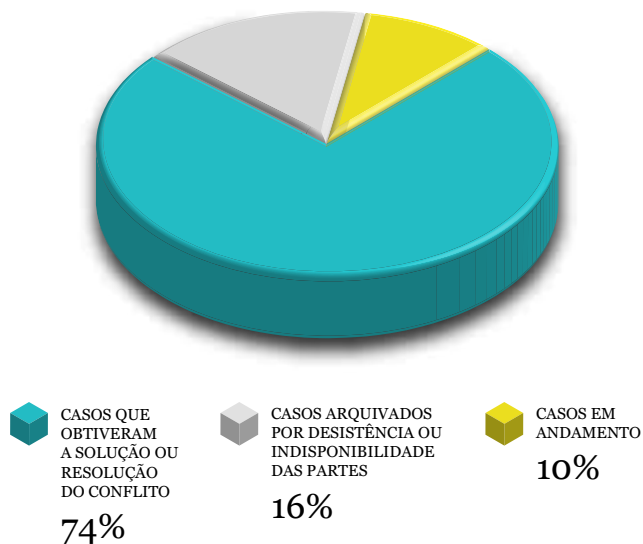
FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

GRÁFICO 1. RELATIVO À EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO
NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO 2º SEMESTRE 2009



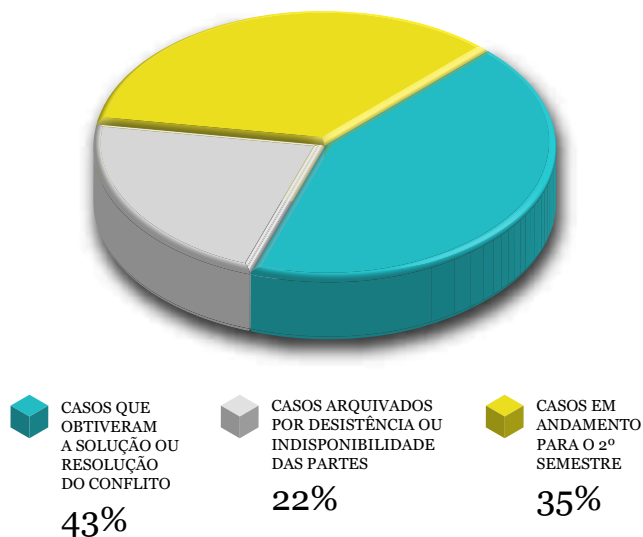
FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

GRÁFICO 3. RELATIVO À EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO
NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO 2º SEMESTRE 2010



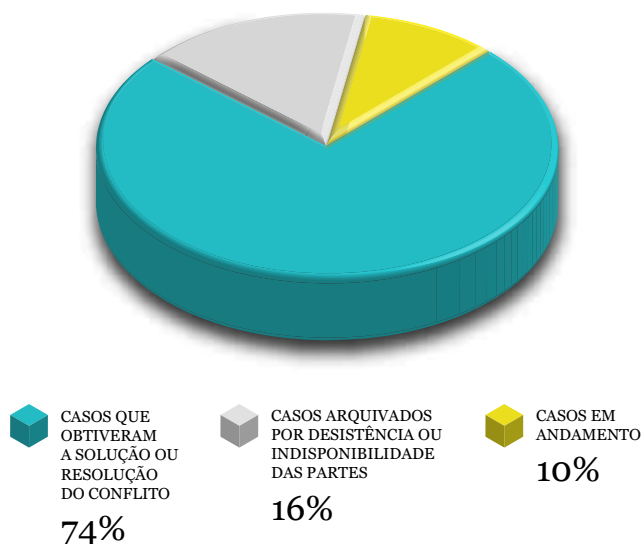
FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

GRÁFICO 2. RELATIVO À EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO
NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO 1º SEMESTRE 2010



FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

GRÁFICO 4. RELATIVO À EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO
NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO - 12 MESES



FONTE: NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

Alguns critérios foram considerados importantes para essa primeira análise. O Núcleo de Mediação trabalhou com o critério qualitativo; foram realizadas 202 sessões em 12 (doze) meses; foram realizadas 17(dezessete) sessões por mês (importante ressaltar que o Núcleo de Mediação atende 03 vezes por semana); foram atendidos 71 casos; foram mediados 51 casos com termo de acordo de Mediação; aproximadamente 284 pessoas foram beneficiadas; no segundo semestre de 2010 foram atendidos processos judiciais, tendo em vista a parceria firmada com o TJ-MG (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais), a OAB-MG (Ordem dos Advogados do Brasil), a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos e o Núcleo de Mediação de Conflitos Sociais do Centro Universitário Newton Paiva.

3. MODELOS CLÁSSICOS DE MEDIAÇÃO UTILIZADOS NO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

1º Modelo Harvardiano

Referência: Fisher e Ury (“pais” do modelo de Harvard)

Caraterísticas:

- a) Na década de 1970 quando a teoria das negociações se baseava nos jogos de soma zero, ou seja, uns ganham, porém, os outros têm que necessariamente perder. Negociação de Harvard trata de converter os conflitos em jogos de soma não-zero;
- b) Todos podem ganhar;
- c) Introduz na negociação o respeito pelo outro;
- d) A busca dos interesses subjacentes;
- e) A abertura à criatividade;
- f) Abandonam a tendência da competição;
- g) Lema: ganhar, ganhar, num jogo de soma não-zero;
- h) O conflito é a manifestação de uma situação que tem que ser tratada;
- i) As partes tratam o assunto centrando a negociação nos interesses e não nas posições;
- j) A comunicação é linear, ou seja, utiliza-se das perguntas diretas. (investigação). Qual o seu nome? Vocês moram todos juntos? Centrada no verbal;
- k) As partes deixam fluir os sentimentos;
- l) Este modelo não considera o contexto, a história das partes;
- m) Neste modelo cada pessoa chega com uma desordem ante uma situação e é o mediador que ajudará a restabelecer a ordem perdida;
- n) Este modelo passa das posições para os interesses. Utiliza as perguntas por quê? e para quê?.

2º Modelo Clássico: Mediação Transformativa

Referência: Bush e Folger

Caraterísticas:

- a) Promover a revalorização das relações;
- b) Transformação das pessoas;
- c) Apoiar o exercício da autodeterminação das partes ao decidir como resolver uma disputa;
- d) Este modelo visa ajudar as partes em disputa a aumentar sua própria capacidade para afrontar toda classe de circunstâncias adversas, não só as que rodeiam o caso presente, mas as que poderão existir em situações futuras;
- e) Este modelo visa a obtenção do empowerment: que é a potencialização do protagonismo;
- f) Objetivo final: não é o acordo, mas a modificação da relação entre as partes.

3º Modelo Circular Narrativo de Sara Cobb

Referência: Sara Cobb

Caraterísticas:

- a) Comunicação: circular Comunicação verbal e não verbal (corporais, gestuais, etc);
- b) Comunicação é circular - envolve o outro - contextualiza;
- c) As perguntas são circulares. Por exemplo: O que acha que ela responderia?; Como imagina que ele vê o problema?;
- d) Objetivo: acordo, contudo não esquecer o aspecto relacional;
- e) Neste modelo as pessoas trazem com verdadeira ordem sua narrativa e o mediador deve introduzir o caos e oferecer outra narrativa alternativa;
- f) Permite ampliar as diferenças, até um determinado ponto;
- g) Constituir uma história alternativa que permita às partes ver “o problema” sob outro ângulo.

4º Modelo Estratégico

Referência: Rúben Calcatena

Caraterísticas:

É um compêndio dos três modelos clássicos.

5º Modelo Mediação Associativa

Referência: Jorge Pesqueira

Caraterísticas:

- a) A qualidade como elemento capacitante;
- b) A qualidade de autocompreensão;
- c) Qualidades essenciais positivas do ser humano: bondade, concórdia, paz;
- d) Compreensão do outro;
- e) Compreensão do eu;
- f) O outro como complemento do eu.

No Núcleo de Mediação, utilizamos os cinco modelos clássicos de mediação, dependendo do conflito que nos é apresentado.

CONCLUSÃO

Concluimos esse capítulo enfatizando que, na origem, os modelos se diferenciam mas, na prática, tendem a evoluir de modo a utilizar de determinada escola ou aplicar determinada técnica, de acordo com a intensidade do conflito e o perfil das partes envolvidas. O Núcleo de Mediação do Centro Universitário Newton Paiva desenvolve um modelo integrador, ou seja, visa a articular as escolas e as técnicas, para que cada conflito possa ser tratado.

No Núcleo, o mediador trata igualmente as duas histórias, trabalha com as duas narrativas, propõe às partes um novo contexto, auxiliando, assim, para que as partes envolvidas em um conflito familiar crie uma história alternativa.

BIBLIOGRAFIA

- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria Geral do Processo*. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- CORNELLI, Ivía. *Uma Lembrança que Renasce. Caminho Verdade e Vida*: Belo Horizonte, 1999
- LIMA, Fernanda Maria Dias de Araújo; FAGUNDES, Rosane Maria Silva Vaz; PINTO, Vânia Maria Vaz Leite. *Manual de Mediação: Teoria e Prática*. New Hampton Press: Belo Horizonte, 2007.
- MOORE, Christopher. *El Proceso de Mediación: Métodos prácticos para La resolución de conflictos*. Buenos Aires: Granica, 2008.
- NAZARETH, Eliana Ribert Nazareth. *Mediação: O Conflito e a Solução*. São Paulo: Arte Pau Brasil, 2009.
- PARKINSON, Lisa: *Mediación familiar Teoría y práctica: principios y estrategias operativas* Barcelona: edisa editorial, 2005.
- SCHNITMAN, Dora Fried. *Nuevos Paradigmas en la Resolución de Conflictos: Perspectivas y Prácticas*. Buenos Aires: Granica, 2008.
- URY, William. *Supere o Não: Negociando com pessoas difíceis: Como fechar grandes negócios transformando seu oponente em parceiro*. 5º Ed.- Rio de Janeiro: Best-seller, 2008.

MEDIAÇÃO, RE-ALIANÇA E CULTURA DE PAZ

CARLA LOPES

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM



RESUMO

A mediação permanece sem dúvida um fenómeno minoritário, uma contra-cultura, que rema contra a maré da onnipresença do modo conflitual e da tendência para a judicialização dos conflitos. O que a mediação propõe é certamente a mais difícil alquimia, a do crescimento para Si e para o Outro, a domesticação da violência inerente à vida humana, pela via da palavra, espaço intermediário onde o Eu se possa expressar e ser escutado e onde um Nós possa ser construído. Não é pois uma simples técnica de gestão dos conflitos, mas pré-figura a emergência de um novo modelo de regulação social humanizadora que assenta no respeito, na autonomia e na responsabilidade, que faz apelo às noções de contrato, de confiança e de equidade e a novos espaços intermediários de regulação das relações sociais. O que a mediação procura é construir uma co-vivência que nos permita aceitarmos viver uns com os outros o melhor possível ou o menos mal possível, retecendo o *entre-deux*, construindo qualidade na comunicação no presente e para um futuro.

ABSTRACT

Mediation remains, no doubt, a minority phenomenon, a counter culture, rowing against the flow of the everlasting conflict mode and the tendency to bring to trial all sort of conflicts. Mediation proposes a difficult alchemy, i.e. the growth of one self and of the other, the taming of violence always present in human daily life, through verbalization, a go-between space where the Self can express itself and be heard and a space where “We” may be built. It is not a mere technique of solving conflicts, but the beginning of a new model of social regulation more human, based on respect, freedom and responsibility, appealing to the concepts of contract, trust and justice and to new interspaces of social relationships’ regulation. Mediation proposes a new form of living experience with all the others that allows a better social life, re-building the connection with the other, building quality communication today and in the future.

A prática da mediação tem vindo a demonstrar-se extremamente eficaz em todos os países e nas mais diversas áreas que a utilizam (Cunha & Lopes, 2001; Parkinson, 2008, Cunha, 2011). A disseminação desta prática exige, entretanto, uma reformulação cultural substancial, na forma como encaramos o quotidiano, como pretendemos estabelecer as nossas relações, nas nossas casas, com os nossos filhos e familiares, com nossos amigos, nos contextos de trabalho, de vizinhança. Uma nova cultura que pressupõe a alteração dos valores subjacentes a uma relação competitiva pelos de cooperação, colaboração e comprometimento. Uma cultura que irá certamente ao encontro do respeito, da estima e da inclusão do diferente. Que rejeite a força do poder hierárquico e coloque no seu lugar a força da soberania pessoal, enquanto valor em si mesmo.

O alicerce da mediação é a comunicação (Parkinson, 2008; Folberg & Taylor, 1992), a cooperação e a flexibilidade de todos os envolvidos, dimensões humanas imprescindíveis à cidadania. O desenvolvimento de práticas e modos de convivência mais humanos pode ser o caminho para minimizar a ocorrência de novos conflitos, actuando não só na consequência, mas também nas causas de problemas sociais. Acreditamos também que à medida em que os profissionais da área de direito forem tomando contacto com esta técnica e com os seus resultados, possam, também eles, repensar a tradicional postura litigante e substituí-la por uma actuação que procure mais a composição entre as partes do que os ganhos de causas, certos de que é esta a causa em que todos triunfarão.

Viver em paz corresponde a uma necessidade individual e colectiva, é um direito e um desejo que todos partilhamos. Mas

sabemos, igualmente, que se trata de um processo complexo e exigente, que supõe que entre o Eu e o Outro se construa um *entre-nós* vivível e construtivo. A edificação deste espaço requer a participação comprometida de todos. Não podemos esperar passivamente que os outros, ou a sociedade, no-lo garantam e assegurem.

O conflito encontra-se, de facto, presente nos mais diversos sistemas sociais e a sua nítida frequência nos distintos cenários da vida humana é uma constatação real e indiscutível, independentemente do tempo e do espaço (Bercovitch, 1984; Serrano, 1996c, *cit in* Cunha, 2001), podendo argumentar-se que “O universo complexo das relações humanas e interação social é sempre potencialmente instável e conflitual” (Friedberg, 1995, *cit in* Cunha, 2001).

Será seguramente uma ilusão e seria um erro pensar que devemos trabalhar no sentido de obter uma sociedade sem conflitos ou litígios. Estes são intrínsecos a qualquer sociedade, e constituem elementos naturais do processo de desenvolvimento, de crescimento, de individualização, de socialização e de progresso. Uma sociedade sem conflitos seria uma sociedade morta. Em sociedades abertas e democráticas, a pluralidade de posições e a possibilidade de confrontar as diferentes perspectivas e preferências, constituem mesmo as peças fundamentais para uma boa saúde individual e colectiva. O ponto que queremos sublinhar é o de que uma sociedade saudável depende não da inexistência de conflitos, mas da existência de mecanismos apropriados para a sua resolução construtiva e criativa. O mundo de paz não está isento de conflito. O conflito é uma realidade inerente à vida humana, inevitável.

O que se pode procurar evitar são as lutas contínuas e destrutivas que terminam com as relações e não solucionam o conflito, apenas o agravam. Torna-se necessário não desistir de encontrar formas pacíficas que ajudem as pessoas a resolver os conflitos com base na cooperação, diminuindo a desconfiança, a animosidade e o desligamento. Se, à medida que experienciamos um processo de desenvolvimento pessoal e/ou social, os conflitos se multiplicam, torna-se fundamental a oferta de formas de resolução que evitem o confronto aberto e os custos inerentes.

Reconhece-se que, durante longo tempo, a resolução dos conflitos era única e exclusivamente tratada através dos meios judiciais. Gradualmente foi-se verificando que o sistema judicial se mostrava desadequado face ao aparecimento de novas formas de conflito e ao seu aumento exponencial. Fruto de uma sociedade altamente competitiva e acelerada, as relações sociais aos mais diversos níveis tornaram-se potencialmente conflituais; a globalização da economia, a variedade cultural cada vez mais marcante no nosso país, fruto da imigração de pessoas oriundas dos mais variados países, que trazem a sua própria cultura, diferente da nossa, a revolução informática, que a cada minuto se supera a ela própria e nos deixa simultaneamente ligados e isolados, habitantes de um mundo imenso e sem fronteiras, A necessidade de mudança tornou-se quase imperativa e, acompanhando a tendência internacional que já há muito tempo se fazia sentir, tem vindo a apontar para novos caminhos, para uma nova forma de resolução de conflitos que responda aos elevados índices de conflitualidade a que também Portugal não escapou. A mediação começou, então, muito tenuemente a delinear-se como uma resposta, e, com o passar do tempo a definir-se como uma alternativa eficaz aos meios judiciais tradicionais.

Se a via judicial se centra na figura do juiz, no seu papel de ajuizador e de detentor do poder de decisão e, por seu turno, a advocacia, tem na litigância, na oposição, na disputa, na contenda e na transferência para o advogado do tratamento do problema, um marco referencial, a mediação, ao invés, pauta-se por critérios integradores, em que as partes assumem o papel de protagonistas na construção da sua realidade, promovendo-se uma atitude de cooperação, de escuta, de autonomia e de procura de um denominador comum que construa dois lugares de vida.

Para além de razões de tipo estrutural e operativo, que explicam a expansão exitosa da mediação, não é menos certo que a eficácia demonstrada em situações socialmente muito relevantes contribuiu para que ela seja hoje encarada não só como uma mera técnica mas também como uma “filosofia”, uma mudança de mentalidades, de paradigma, que é a substituição de uma cultura de litígio por uma cultura de concórdia.

Todas as revisões que avaliaram, de uma maneira ou de outra, os processos concretos de mediação, concluíram de forma unânime: a mediação propicia um alto nível de acordos e é muito bem valorizada pelos seus actores (Kelly, 1996, *cit in* Lopes. C. 2010).

Quando se recorre à mediação na resolução de conflitos os resultados apresentaram-se, na verdade, frequentemente muito positivos. A mediação tem a propriedade excepcional de “reordenar/recompor” o cenário do conflito, introduzindo um conjunto de aspectos que facilitam a criação de um contexto mais favorável para o acordo: racionalidade, realismo, clima auspicioso, *objetividade*, etc.

Poderia afirmar-se que progredimos para uma época em que os mediadores poderão assumir um papel essencial na gestão quotidiana nos diversos âmbitos do direito, na administração

de empresas, na política e, em geral, na vida de qualquer organização ou grupo social.

Poder-se-ia compreender esta importância socorrendo-nos de três níveis de análise:

1º A mediação é um dos poucos processos que, permite ao indivíduo gerir com autonomia o seu próprio futuro, desenvolvendo e ativando a “inteligência emocional” das pessoas; podendo considerar-se um andaime que, sem dúvida, permite um melhor controlo das emoções e, inclusive, a sua redefinição. A mediação é o único mecanismo em que as partes decidem por sua própria consciência e vontade. Ficando a dever-se ao desempenho eficaz do mediador.

2º A Mediação é uma alternativa eficaz a sistemas prescritos baseados exclusivamente na dissuasão. A aplicação da lei como mero exercício coercivo pode ser substituída, em numerosos contextos, por um processo de negociação que, evitando o confronto, permita um ajuste entre as necessidades dos indivíduos e o respeito pelas normas. Existem numerosos estudos (Serrano, 1996a,b) que avalizam a hipótese de que os acordos são mais respeitados a longo prazo nos casos em que os indivíduos acordam em cumprir, e são mais os incumprimentos nos casos em que impõem mediante ameaça de sanções.

Finalmente, o 3º nível que nos permite compreender a importância da mediação; trata-se de um sistema que reconhece as necessidades individuais. Os procedimentos de mediação são preconizados por profissionais que saibam escutar o que os outros têm a dizer e, mais importante, que promovam a escutar entre os outros.

DIFICULDADES DA INVESTIGAÇÃO EM MEDIAÇÃO (EM PARTICULAR DA MEDIAÇÃO FAMILIAR)

Kelly (1996) salientou que as lacunas mais relevantes na investigação em mediação se verificavam em três áreas fundamentais: as intervenções de mediadores, a relação entre estas intervenções e resultados e a análise e formulação de modelos na mediação. Este diagnóstico permanece, em nossa opinião, bastante actual, situando-nos num ponto fulcral, a saber, nas intervenções dos mediadores, nas estratégias e táticas utilizadas para desenvolver o processo de mediação, mas sem perder a perspectiva da eficácia dessas intervenções: daí a ênfase em vincular as acções e os resultados.

Salienta também que a análise dos modelos deve ser entendida como um apelo para gerar um quadro conceptual que signifique a elaboração de elementos teóricos que nos permitam enquadrar todas as dimensões e variáveis que figuram a mediação Trata-se de um convite/desafio a que escapemos da pura especulação, mas também de uma prática meramente intuitiva sem controlo ou avaliação de critérios. Perigos que, sabemos, existem constantemente em qualquer área do saber, embora que, provavelmente, no nosso caso, eles não apareçam como muito relevantes porque a investigação têm sido muito apegada à realidade e a problemas concretos e práticos.

Tem sido um tema central na investigação sobre a mediação, a sua eficácia na resolução de conflitos. A análise da eficácia da mediação tem vindo a ser apresentada a partir de duas perspectivas diferentes, complementares. Em primeiro lugar, tem sido estudada a eficácia da mediação em comparação com outras formas de resolução de conflitos, como a negociação ou arbitragem. Não sendo nosso objectivo tratar esta matéria, Importa tão apenas salientar que cada sistema de resolução é eficaz em função de um conjunto de condições contextuais.

Outro modo de analisar a eficácia de mediação é através do estudo das variáveis que facilitam ou determinam o sucesso da

mesma. Em trabalhos anteriores expusemos a perspectiva sobre a eficácia, com base em muitos autores que têm realizado desenvolvimentos sistemáticos suficientemente comprovados.

APROXIMAÇÃO A UM MODELO INTEGRADOR

Este modelo tem por objectivo determinar as dimensões relevantes no processo de mediação e as relações entre eles, na perspectiva da sua contribuição para o sucesso da mediação, entendida tanto objectiva como subjectivamente.

Corroborando a abordagem de Kelly (1996), que salienta a necessidade de nos dotarmos de hipóteses de trabalho e, se possível de modelos capazes de quantificação, com o objectivo de explicar o que determina e onde se encontra a eficácia da mediação, passamos a apresentar um modelo que tem estas pretensões, um modelo integrador dos principais fatores que determinam ou, pelo menos, facilitam um bom e bem-sucedido processo de mediação; um modelo que requer uma permanente confirmação através da observação empírica das hipóteses e afirmações; um modelo, por definição, aberto a novas contribuições e sugestões.

Trabalhos anteriores, nesta perspectiva, assinalaram algumas das condições que parecem ter um impacto sobre a possibilidade de obtenção de acordos com êxito através do processo de mediação.

Assim, alguns autores examinaram o nível de conflito entre as partes, antes da mediação, como uma possível causa determinante dos seus resultados. Rubin (1980) e Hiltrop (1989) concluíram que a mediação terá mais hipóteses de sucesso se o conflito entre as partes é moderado.

Outros autores (Pruitt & Carnevale, 1993; Gillicudy et al., 1996) constataram ainda que um elevado nível de hostilidade entre as partes durante a mediação reduz significativamente as hipóteses de sucesso do processo. No entanto, é possível que a incidência dessa variável sobre a possibilidade de chegar a um acordo não seja devida tanto à determinação objectiva da amplitude do conflito, mas à percepção de ter chegado a um “impasse”, ou, eventualmente a uma estagnação do processo de negociação.

Outros estudos assinalaram a importância da atitude prévia das partes face à mediação, concluindo que uma alta motivação para o processo de mediação ajuda a chegar a um acordo para resolver com êxito o conflito (Feuille, 1992, *cit in* Bernal, 1998).

Finalmente, algumas obras concentraram-se na análise da relação existente entre as características do mediador e a eficácia da mediação. Os seus resultados indiciam que um mediador eficaz parece ser aquele que gera confiança (Carnevale & Pagnetter, 1985), que é imparcial (Pruitt, 1990; Touval & Zarmant, 1989), que tem um conhecimento adequado e formação (Carnevale & Pagnetter, 1985) e apresenta empatia (Gillicudy et al., 1996).

Também, neste estudo procurámos avaliar os determinantes da eficácia percebida pelos usuários da mediação familiar nos conflitos relativos a processos de separação e divórcio.

Tratou-se pois, de seguir um esquema geral, com base estudos precedentes, em que se ordenassem e relacionassem todos os fatores ou dimensões consideradas relevantes no processo de mediação por autores como; Mirón, Serrano & Rodriguez, 2001.

O desenvolvimento deste modelo, que designámos por M.I.M.E. (Modelo Integrado de Mediação Eficaz), tem sido o resultado, de um duplo processo; Primeiro, uma revisão da literatura científica sobre o tema, no que respeita aos aspectos que têm demonstrado maior apoio empírico. Em segundo

lugar, introduzindo novas contribuições a partir do trabalho que a nossa equipa de investigação tem feito nos últimos anos.

O modelo tem por objectivo determinar as dimensões relevantes no processo de mediação e as relações entre elas, na perspectiva da sua contribuição para o sucesso da mediação, entendido tanto objectivo como subjectivamente. Neste sentido pode ser entendido como um instrumento que nos permitirá avaliar a prática da mediação familiar e se as relações entre os vários aspectos do modelo corroboram o que têm vindo a ser postulado.

MODELO - M.I.M.E. (MODELO INTEGRADO DE MEDIAÇÃO EFICAZ)

Partindo do que se poderia considerar como mediação bem-sucedida, ordenaram-se todos os fatores relacionados directa ou indirectamente com a mesma.

Obtivemos cinco grandes núcleos de fatores:

- 1) **Caraterísticas pessoais e socioculturais dos litigantes.** Tais como a idade, sexo, habilitações escolares, nível económico-cultural e número de filhos (fatores considerados como afetando quem enfrenta de algum modo o conflito, muito particularmente o familiar - de separação/divórcio).
- 2) **Caraterísticas da relação** - incluem o tempo de duração da relação e as causas da rutura. Consideramos estes fatores importantes no momento de determinar como chegaram à separação e, fundamentalmente, o grau da conflitualidade presente na rutura.
- 3) **Caraterísticas da separação**, que recolhe os indicadores da problemática no momento da separação - tempo decorrido desde a separação, problemas mais importantes no momento da separação, iniciativa da separação, com especial incidência para o grau de conflitualidade (aspeto que toda a literatura insiste como sendo de particular relevância para o desenvolvimento do processo de mediação).
- 4) **Caraterísticas da mediação**, incluímos aqui diversos aspetos, mas, de um modo muito especial, interessou-nos a motivação dos litigantes, a iniciativa de recorrer aos serviços de mediação, a sua vontade de chegar a um acordo, a confiança na mediação em geral e a sua disposição para o processo que estão a vivenciar.
- 5) **Caraterísticas do mediador** - onde incluímos um conjunto de competências, ou simplesmente caraterísticas pessoais que foram consideradas, por fontes muito diversas, relevantes para o exercício do papel do mediador, tais como: Imparcialidade, Formação, Firmeza, Credibilidade, Simpatia, Atitude Conciliadora, Compreensão pelos interesses de ambos, Controle de expressões hostis entre as partes, Criação de um clima confiança, Capacidade sugerir, Exercício da pressão e Esclarecimento de assuntos importantes.

Finalmente, OS RESULTADOS DA MEDIAÇÃO ou o sucesso da mesma, marca dentro do modelo, o ponto sobre o qual gravitam todas as variáveis consideradas. O sucesso da mediação inclui certamente diversos aspetos e a percepção final do resultado está provavelmente condicionada não só pelo grau de cumprimento do acordo, mas também por outros fatores como a satisfação sentida e a eficácia percebida, etc.

Embora se trate do ponto final do processo de mediação, os resultados, o êxito e a eficácia atribuída à mesma é o aspecto

que nos permite ordenar os diversos fatores concorrentes do Modelo. Ou seja, perguntar pelo resultado - bem-sucedido ou não - no processo de mediação, leva-nos a indagar as razões do mesmo e a ir, portanto, decidindo da importância de cada fator em função da sua relação, importância ou “contribuição” para uma solução positiva.

UMA ABORDAGEM EMPÍRICA

Os resultados ora apresentados inserem-se numa investigação mais ampla, cujos resultados estão em fase de análise. No entanto avançam-se algumas conclusões desse estudo.

O objectivo central do estudo foi o de investigar a coerência do modelo proposto e as suas consequências, ou seja, estabelecer as variáveis relevantes do processo de mediação, as relações entre elas e a sua relação final para o sucesso ou fracasso da mediação.

O trabalho consistiu na administração de um questionário preparado pelos autores para uma amostra de 274 sujeitos, que previamente recorreram ao Gabinete de Mediação Familiar (GMF), de Lisboa, solicitando a mediação de disputas relacionadas com a sua separação e/ou divórcio.

O questionário era composto por um conjunto de questões sobre uma vasta gama de aspetos da ruptura e/ou separação. Tendo em consideração que a investigação não está totalmente concluída, iremos referir sinteticamente alguns resultados extraídos das medidas das variáveis mais relevantes, ao nível das frequências. Uma análise, mostrando as relações entre eles, será posteriormente divulgada.

- A grande maioria das pessoas que concluem o processo de mediação, valorizam-na muito positivamente (percentagens que estão situadas nos 87,6%), considerando-a uma ajuda muito eficaz.
 - Também 73% declaram estar globalmente satisfeitos com o acordo alcançado. Entre eles 88,7% dos inquiridos indicam que se comprometem a cumprir os acordos e afirmam recomendar a mediação (95,6%).
 - O único aspecto referido que a mediação não tem tais resultados positivos é o da melhoria das relações com seu antigo companheiro. Considerando que apenas 25,5% expressaram o sentimento dessa melhoria.
 - Finalmente, 85,9% dos indivíduos sustenta que a mediação tornou possível um melhor acordo do que o que se obteria por outro meio possivelmente utilizável.
- 88,8% dos sujeitos expressam uma firme vontade prévia de chegar a acordo e 71,9% têm bastante ou muita confiança no resultado.

A atitude das partes em conflito, relativamente à mediação tem sido frequentemente vista como fundamental para o sucesso do mesmo. Quando dizemos “atitude” referimo-nos a uma predisposição geral positiva para a mediação, o que significa que os indivíduos têm confiança que nesta circunstância o acordo será possível. Dito de outro modo, os participantes que anunciam estar motivados para iniciar o processo; apresentam, igualmente, uma expectativa de sucesso razoável que facilitará o esforço que, necessariamente, terão de enfrentar. Por outro lado, o aumento da confiança na mediação apresenta uma correlação significativa com a “eficácia percebida”, abordagem clara, como dissemos, de sucesso na mediação.

- Do ponto de vista do fracasso é também evidente a importância da motivação, porque as razões apresentadas pelas pessoas que abandonam o processo sem concluí-lo estão

relacionadas com problemas de interação com seus companheiros, rigidez de posições e muita hostilidade.

- Com respeito às características dos mediadores, como já foi sublinhado, surge como um possível preditor de sucesso da mediação. Neste contexto e tendo dados meramente descritivos, verificamos que mais de 90% da amostra sentiu que o mediador mostrou níveis muito elevados de imparcialidade, confiança, conhecimento, simpatia, firmeza, abordagem conciliatória e compreensão pelos interesses de ambos. É, portanto, um conjunto de recursos do mediador, que globalmente denominamos de “habilidades sociais”, que têm uma alta correlação com dois tipos de resultados bem-sucedidos na mediação. Especificamente, a “eficácia percebida” correlaciona significativamente com características tais como imparcialidade, confiança, simpatia, abordagem conciliatória e compreensão. E a “satisfação com o acordo” é significativamente associada com imparcialidade, confiança, simpatia e compreensão, também com taxas muito elevadas.

Além disso, as intervenções do mediador determinam a atitude dos litigantes, no sentido de aumentar a confiança no processo de mediação. Prova disto é a existência de correlações significativas entre este aumento e alguns recursos sociais do mediador já referidos como habilidades relacionais.

- Com respeito às características da ruptura, as causas apontadas com maior frequência foram a “falta de comunicação”, considerada importante por 64,6% dos casos; em seguida, “desacordo sobre questões importantes” (52,9%) e finalmente, “desamor” e “incompatibilidade pessoal”, com 52%. Ao que parece, portanto, que a explicação da ruptura não é tanto um facto ou uma conduta específica mas uma situação continuada de falta de compreensão ou progressiva deterioração da relação.

E que o que define a separação antes de ir para o serviço de mediação é o elevado nível do conflito, que para 66,4% disse ter passado por esta situação, durante o último período de coabitação. Para uma maior expressividade, observe-se que 72% dos entrevistados falam de muito difícil coabitação, 74% de incomunicabilidade, de incompreensão 72%, etc. Ou seja, a dimensão relativa ao nível de conflito apresenta um perfil claro e contundente.

Daí que a abordagem de muitos autores que consideram como mais adequado para a mediação de um nível intermédio de conflito torna-se irrealista. Os dados mostram que o conflito quando chega à mediação já experienciou com muita frequência um aumento muito notável e rigidez de posições, em muitos casos, um processo de escalada.

CONCLUSÕES

Sintetizaremos agora as principais conclusões que poderão ser retidas do presente trabalho.

A valorização da mediação é um dado salientado pelos entrevistados em diferentes momentos do estudo. A Mediação é valorizada pelos usuários, com expressões de satisfação elevada.

Na linha apresentada pelo modelo, a atitude geral dos litigantes e, mais especificamente, a sua motivação surgem como relevantes para o início, desenvolvimento e fim da mediação.

Um conjunto de características do mediador, que podem ser denominadas de habilidades sociais afeta significativa e diretamente os resultados da mediação e, indirectamente, através de sua influência sobre a atitude das partes.

O grau de conflitualidade que leva os sujeitos a recorrer à mediação é geralmente alto, com todas as consequências que isso implica.

Como nos refere Parkinson (2008), o estabelecimento de acordos concretos não é de modo algum nem o único nem necessariamente o principal objetivo da mediação, tornar possível que as pessoas entrem num diálogo que aumente a compreensão mútua vale a pena, mesmo que não cheguem a nenhum acordo escrito.

Importa ressaltar que a mediação constitui, a par da negociação, arbitragem, conciliação e ação independente das partes uma via privilegiada de construção de paz, tal como nos referem Pruitt e Carnevale (1993).

Em suma, procurou-se apresentar a perceção de alguns dos que experienciaram processos de mediação, de pacificação e de edificação de uma Cultura de Paz onde o Nós parental se sobrepôs aos Eu's partes litigantes, nomeadamente na criação de ganhos e benefícios conjuntos de todos os envolvidos direta ou indirectamente no processo.

Por último, considerando que os primeiros dados que resultam desta investigação, por se apresentarem relativamente consistentes com outras pesquisas poderão constituir uma interessante contribuição para a problemática da eficácia da mediação na resolução construtiva de conflitos e espera-se que futuros resultados venham a corroborar o modelo no qual esta investigação se insere.

BIBLIOGRAFIA

- Bernal, T. (1998). La Mediación. Una solución a los conflictos de ruptura de pareja. Madrid: Colex.
- Carnavale, P.J.D. & Peggnetter, R. (1985). The selection of mediation tactics in public sector disputes: Contingency analysis. *Journal of Social Issues*, 41, 65-81.
- Cunha, P. & Leitão, S. (2011). Manual de Gestão Construtiva de Conflitos. Porto: Edições Fernando Pessoa
- Cunha, P. (2008). Conflitos e Negociação. Porto: Edições Asa.
- Cunha, P. & Lopes, C. (2002). Em torno do conceito de mediação. *Antropológicas*, 8, 151-159.
- Folberg, J. & Taylor, F. (1992). Mediación - Resolución de Conflictos sin Litigio. Mexico: Limusa.
- Gillicuddy, N. B.; Pruitt, D. G.; Welton, G. L., Zubeck, J. & Peirce, R. (1996). La Mediación y sus contextos de aplicación. Barcelona: Paidós.
- Haynes, J. M. & Marodin, M. (1996). Fundamentos da Mediação Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lopes, C. (2005). Os Mediadores e a Mediação Familiar. Trabalho de investigação não publicado. Universidade de Santiago de Compostela.
- Lopes, C., Cunha, P. & Serrano, G. (2010). Papel do Mediador na Mediação Familiar: Alguns resultados provenientes de um estudo realizado em Lisboa. VII Simpósio Nacional de Investigação de Psicologia.
- Mirón, L., Serrano, G. & Rodríguez, D. (2001). Factores Determinantes de la Mediación en Conflictos Familiares. XXVIII Congreso de la Sociedad Interamericana de Psicología. Santiago de Chile.
- Parkinson, L. (2008). Mediação Familiar. Lisboa: Ministério da Justiça - Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios.
- Pruitt, D.G. (1990). The psychology of mediation: the role of third parties in interpersonal conflict. State University of New York at Buffalo. Congreso Nacional de Psicología Social de Santiago de Compostela.
- Pruitt, D. G. & Carnevale, P. J. (2003). Negotiation in social conflict. Buckingham: Open University Press, 2nd Edition.
- Serrano, G., Lopes, C., Rodríguez, D. & Mirón, L. (2005). Relationship Between Successful Mediations and Mediators Characteristics. 9th European Congress of Psychology. Granada.
- Serrano, G. (1996a). Elogio de la negociación: Discurso inaugural lido na solene abertura do curso académico 1996-97. Universidade de Santiago de Compostela.
- Serrano, G. (1996b). Qué dice la investigación científica sobre mediación. *Revista de Psicología del trabajo y de las organizaciones*, 12, 2/3, pp.127-147.
- Schmitman, D. F. (2000). Nuevos Paradigmas en la Resolución de Conflictos. Perspectivas y Prácticas. Barcelona: Granica.
- Touval, S. & Zartman, I.W. (1989). Mediation of international conflicts. In K. Kressel, D.G. Pruitt, & Associates, *Mediation research* (pp.115-137). San Francisco: Jossey-Bass.

FAMÍLIA, SEXUALIDADE E TOLERÂNCIA: CONTRIBUTOS PARA A PAZ

TERESA CORREIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA DA ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM DESPORTO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO DA UTAD. PORTUGAL.

MARIA AFONSO

INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL - CENTRO DISTRITAL DE BRAGANÇA - CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. PORTUGAL

RESUMO

O objectivo do estudo é identificar conhecimentos e comportamentos sexuais dos adolescentes e investigar factores associados. Foram inquiridos 530 alunos de escolas secundárias através de questionário. Mais de metade dos adolescentes são raparigas, têm idade igual ou superior a 16 anos e integram famílias nucleares. O início de relações sexuais associa-se à idade e tipo de família. A família pode contribuir para uma maior informação constituindo-se como factor protector contribuindo para a paz no sentido da igualdade entre géneros.

Palavras-chave: adolescente; família; sexualidade.

ABSTRACT

The aim of the study is to identify knowledge and adolescent sexual behaviors and to investigate factors associated. Respondents were 530 students in secondary schools through a questionnaire. More than half of teenagers are girls, are aged 16 years and integrates nuclear families. The beginning of intercourse is associated with age and family type. The family can contribute to better information becoming as protective factor contributing to peace in the sense of gender equality.

Key-words: adolescent; family; sexuality.

INTRODUÇÃO

A família desempenha um papel essencial na construção da sexualidade dos adolescentes rumo ao respeito e igualdade entre géneros. O ser humano não vive bem sozinho, a vida é uma experiência partilhada e partilhável, apesar de alguns aspectos da experiência de vida serem mais individuais que sociais e vice-versa. Nos primeiros anos de vida a troca de experiências ocorre quase exclusivamente com os membros da nossa família, representando esta a unidade básica de crescimento, desenvolvimento, experiência e desempenho.

A família é uma designação tão antiga quanto a própria Humanidade, é o grupo social caracterizado pela partilha de uma residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adoptadas. (Murdock, 1949). A maior parte das famílias integrar-se-á neste conceito, no entanto, a família tem vindo a sofrer algumas alterações a um ritmo extraordinariamente rápido, principalmente em relação à sua estrutura e poder dando origem a novas formas de família. Não há nada fixo ou imutável na família, a não ser o facto de ela estar sempre connosco.

Alguns dos objectivos gerais da família são, entre outros, ajudar a desenvolver uma identidade pessoal, ligada à identidade familiar, dar força para se sentir protegido e enfrentar novas experiências; padronizar os papéis sexuais, que preparam o caminho para a maturidade, desempenho da sexualidade e respeito mútuo; educar no sentido de integrar os papéis sociais e aceitar a responsabilidade social. A sexualidade é uma das áreas do desenvolvimento da família que

também tem vindo a mudar significativamente, os comportamentos e conhecimentos dos adolescentes integram, naturalmente, esta mudança. (Correia, 2005).

Como dimensão da personalidade e com os seus reflexos no comportamento a sexualidade é um dos temas mais antigos e mais estudados sobre o qual existem as maiores divergências de opinião e de atitude. Não há, por isso, uma sexualidade, mas diferentes sexualidades, não existindo melhores ou piores sexualidades mas apenas distintas sexualidades. (Kulczycki, et al., 1996). É experimentada ou expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, actividades, práticas, e relacionamentos envolvendo, além do nosso corpo, a nossa história, os nossos costumes, as nossas relações afectivas, a nossa cultura. Desde a explosão populacional que as questões da saúde sexual e reprodutiva foram sendo discutidas. (Polan-czyk et al., 2003), sendo que a sexualidade, está desde sempre ligada ao sexo, mas não se pode confundir com ele.

Hoje vivemos numa sociedade em que o espaço privado perdeu importância a favor da hegemonia do espaço público. Pertencemos a uma sociedade, aberta, multicultural e global. No contexto da globalização, afirmam-se as sociedades multiculturais, onde o problema da tolerância é uma questão antiga, já John Locke (Sec. XVII) apelava aos homens, na sua *Carta sobre a Tolerância*, para se tolerarem.

Com o crescente choque de civilizações, os sinais de tensão à escala global, que se evidenciam em manifestações mais ou menos violentas, tem vindo a crescer também na área dos direitos sexuais e reprodutivos. Coexistir nesse espaço multicultural implica esforçar-nos por compreender as convicções e as maneiras de viver daqueles que coabitam connosco, significa ainda resolver os conflitos através do diálogo e da não-violência. Ser tolerante significa, portanto, abstermo-nos de agir

contra o que reprovamos, contra o que nos é politicamente contrário ou contra o que é diferente de nós.

O diálogo é a via de construção da cidadania por isso a família ajuda os adolescentes a reconhecer os direitos humanos e reafirmar a igual dignidade de todos, independentemente das suas opções sexuais.

O papel da família é, então, educar para a paz. É acima de tudo ampliar a competência comunicativa, isto é, ajudar os filhos a desenvolver a capacidade que eles têm de falar e agir e de, através do diálogo, superar obstáculos e estabelecer pontes.

Este estudo tem como objectivo identificar alguns conhecimentos e comportamentos dos adolescentes na área da sexualidade e investigar factores associados.

1. PARTICIPANTES E MÉTODOS

Foi desenvolvido um estudo transversal e inquiridos 530 alunos de escolas secundárias do Concelho de Bragança. Foram incluídos neste estudo os alunos de todas as áreas curriculares que frequentam o 10º, 11º e 12º ano de escolaridade no ano lectivo 2010-2011. A recolha de dados foi realizada pelas investigadoras durante os meses de Janeiro a Março de 2011. A informação foi recolhida através do questionário Epilife (Modificado) aprovado pelo Ministério da Educação após solicitação de autorização às Escolas. Os conhecimentos dos adolescentes foram avaliados através de duas questões. Para o planeamento familiar apresentavam-se três respostas possíveis, sendo considerada correcta a resposta “ajuda para uma vida sexual e uma reprodução mais saudável”. Para as doenças sexualmente transmissíveis, foi apresentada uma lista de doenças entre as quais estavam incluídas duas respostas correctas: Sida e Hepatite B, considerando-se que quem assinalou uma das respostas possui conhecimento. Os comportamentos sexuais foram avaliados através de duas questões. A primeira questão pretendia determinar se os adolescentes já tinham tido relações sexuais, sendo consideradas duas respostas, sim e não. A segunda questão foi relacionada com a idade. Para saber a idade da primeira relação sexual foram divididas em dois grupos: com idade $\leq$ a 15 anos e com idade $>$ a 15 anos.

A informação foi inserida e codificada e os dados foram analisados com recurso ao programa SPSS®. As proporções foram comparadas recorrendo ao teste do Chi-quadrado. Para o cálculo das estimativas do risco relativo e respectivos intervalos de confiança a 95% usou-se a regressão logística.

2. RESULTADOS

Desta amostra de adolescentes, 56,6% pertencem ao sexo feminino, tendo mais de sessenta por cento idade igual ou superior a 16 anos.

Em relação às habilitações literárias das mães destes adolescentes a proporção das que possuem o ensino secundário é superior à dos pais 35,8% (vs. 30,8%) e mais de um quarto das mães possui um curso superior 28,7% (vs. 23,0%). A família com quem os adolescentes vivem é do tipo nuclear representando cerca de 82% (tabela 1).

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES POR CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS

Variáveis	Frequências	
	n	%
Sexo		
Feminino	300	56,6
Masculino	230	43,4
Idade (anos)		
14	13	2,4
15	124	23,4
16	185	34,9
17	154	29,1
18	43	8,1
19 ou mais	11	2,1
Escolaridade Mãe		
1º Ciclo	73	13,8
2º Ciclo	106	20,0
Ensino Secundário	190	35,8
Ensino Superior	152	28,7
Outra	9	1,7
Escolaridade do Pai		
1º Ciclo	89	16,2
2º Ciclo	148	27,9
Ensino Secundário	163	30,8
Ensino Superior	122	23,0
Outra	11	2,1
Tipo de família		
Nuclear	434	81,9
Monoparental	64	12,1
Reconstituída	12	2,3
Outros Familiares	20	3,7

Considerando a variável conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva verifica-se que cerca de setenta por cento destes adolescentes escolheu o conceito que melhor define o planeamento familiar e apenas 8% identificam a Hepatite B como doença sexualmente transmissível. (tabela 2)

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES DE ACORDO COM OS CONHECIMENTOS SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Variáveis	Frequências	
	n	%
O que define planeamento familiar		
Controlo de nascimentos	120	22,6
Ajuda para uma vida sexual e uma reprodução mais saudável	372	70,2
Rastreio de doenças sexualmente transmissíveis	38	7,2
Qual a(s) doença(s) sexualmente transmissíveis		
Hepatite B	43	8,1
Sarampo	2	0,4
Varicela	1	0,2
Sida	484	91,3

Considerando a proporção de adolescentes de acordo com a circunstância de saberem ou não o conceito de planeamento familiar, por sexo, idade e escolaridade dos pais verifi-

ca-se uma associação estatisticamente significativa para o sexo ($p=0,000$), a escolaridade da mãe ($p=0,003$) e do pai ($p=0,013$). A proporção de adolescentes do sexo feminino que sabe a definição de planeamento familiar é superior à dos adolescentes do sexo masculino 78,0% (vs. 60,0%). Os filhos de mães com mais escolaridade apresentam maior proporção de conhecimentos comparativamente com os de menos escolaridade 62,0% (vs. 77,0%).(tabela 3).

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES DE ACORDO COM A IDENTIFICAÇÃO CORRECTA OU NÃO SOBRE O CONCEITO DE PLANEAMENTO FAMILIAR.

Variáveis	Sabe		Não sabe		p
	n	%	n	%	
	372	70,2	158	29,8	
Sexo					
Feminino	234	78,0	66	22,0	0,000
Masculino	138	60,0	92	40,0	
Idade(anos)					
14	9	69,2	4	30,8	0,183
15	79	63,7	45	36,3	
16	139	75,1	46	24,9	
17	112	72,7	42	27,3	
18	27	62,8	16	37,2	
19 ou +	6	54,5	5	45,5	
Escolaridade da Mãe					
Até 2º ciclo	154	62,9	91	37,1	0,003
Do 7º ao 12º ano	124	76,1	39	23,9	
Curso Superior	94	77,0	28	23,0	
Escolaridade do Pai					
Até 2º ciclo	118	62,8	70	37,2	0,013
Do 7º ao 12º ano	137	72,1	53	27,9	
Curso Superior	117	77,0	35	23,0	

Em relação aos comportamentos sexuais dos adolescentes, 35,3% informaram já ter tido relações sexuais (gráfico 1).

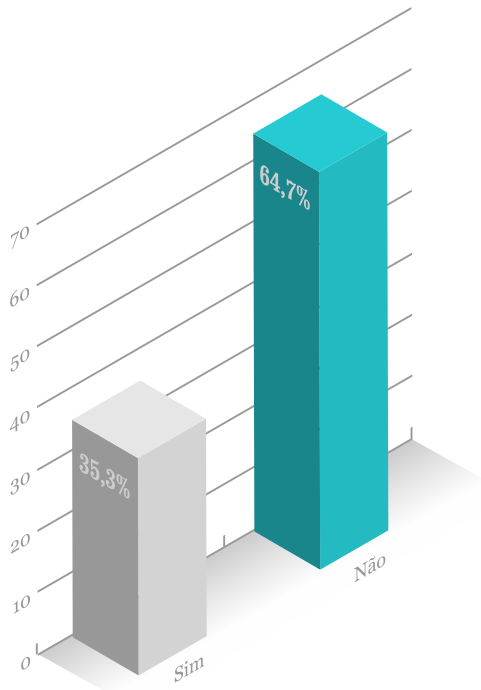


GRÁFICO 1. PREVALÊNCIA DE RELAÇÕES SEXUAIS NOS ADOLESCENTES

Dos adolescentes que informaram já ter iniciado a sua actividade sexual cerca de 49% fizeram-no até aos 15 anos de idade (gráfico 2).

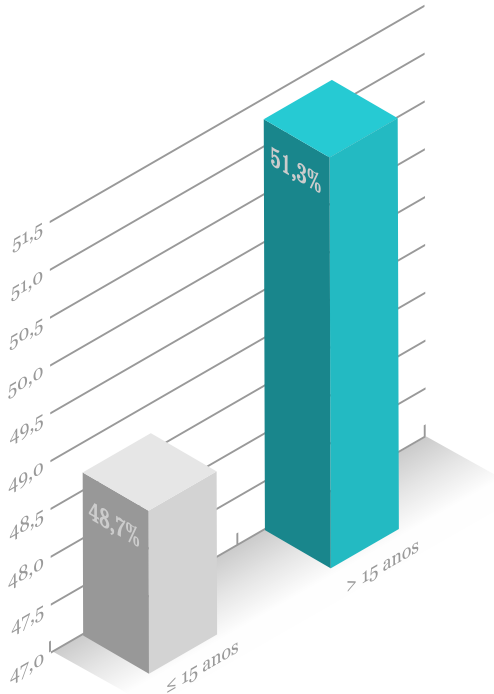


GRÁFICO 2. IDADE DE INICIO DE RELAÇÕES SEXUAIS

A idade de início da actividade sexual apresenta associação estatisticamente significativa com o ano de escolaridade e o tipo de família. Os estudantes do 12º ano de escolaridade apresentam maiores possibilidades de iniciação da actividade sexual com mais de 15 anos (OR=15,25; IC 95% 4,92-47,26). Os adolescentes provenientes de famílias nucleares apresentam cerca de duas vezes mais possibilidade de iniciarem a actividade sexual com mais de 15 anos (OR= 2,343; IC 95% 1,13-4,84) comparativamente com os que habitam com famílias não nucleares (tabela 4).

TABELA 4. IDADE DE INICIO DE RELAÇÕES SEXUAIS DE ACORDO COM ANO ESCOLARIDADE, TIPO DE FAMÍLIA E CONHECIMENTOS DOS ADOLESCENTES

Variáveis	Idade de início da Actividade Sexual				p	OR	IC 95%
	≤15 anos		≥15 anos				
	n	%	n	%			
	91	48,7	96	51,3			
Ano							
10 º	30	88,2	4	11,8	0,000	7,500	1†
11 º	31	50,0	31	50,0		15,250	(2,361-23,828)
12 º	30	33,0	61	67,0			(4,921-47,262)
Família							
Nuclear	65	44,2	82	55,8	0,021	2,343	(1,133-4,846)
Não nuclear	26	65,0	14	35,0			1†
Planeamento Familiar							
Sabe	63	48,1	68	51,9	0,874	0,926	1†
Não sabe	28	50,0	28	50,0			0,495-1,733)
Identifica hepatite B como DST							
Sabe	10	55,6	8	44,4	0,624	1,358	1†
Não sabe	81	47,9	88	52,1			(0,511-3,609)

3. DISCUSSÃO

Esta amostra de adolescentes apresenta características semelhantes às de outros estudos (Correia, 2004; Matos, et al. 2010) nos quais o sexo feminino prevalece. O tipo de família com o qual os adolescentes vivem - família nuclear - é a mais prevalente no nosso país (INE, 2001). Sendo a família um dos espaços privilegiados de socialização dos adolescentes, a aquisição de valores, normas e comportamentos saudáveis, passa por um processo interactivo entre pais e filhos (Roest, et al. 2010) que contribui para o desenvolvimento destes comportamentos saudáveis.

Os pais têm um papel fundamental na vida dos filhos, na medida em que são responsáveis por transmitir valores que ajudem os adolescentes a clarificar conceitos e orientar os seus comportamentos ao nível da sexualidade. Muitos dos comportamentos saudáveis são iniciados e mantidos no contexto familiar, podendo a família nuclear ser considerada como um dos principais factores de âmbito social capaz de influenciar os comportamentos dos adolescentes (Duncan, 2005) no geral e também em relação à sexualidade.

Dos adolescentes desta amostra cerca de 70% dizem saber o que é o planeamento familiar, tratando-se de estudantes escolarizados era de esperar resultados superiores de informação pois eles têm no seu currículo escolar matérias que lhes dão suporte científico e por isso deveriam ter mais conhecimento. No entanto estes valores são superiores aos verificados noutros estudos (Correia, 2005; Araújo, 2009;). São os adolescentes do sexo feminino e os filhos de pais com um nível de escolaridade superior que se revelaram mais informados, à semelhança de outros estudos (Correia, 2005; Gomes et al., 2002).

Cerca de 35% dos adolescentes informaram já ter tido relações sexuais o que comparativamente com outros estudos (Correia, 2005; Kohler 2008) é um valor mais baixo. A questão que se pode colocar é se os adolescentes estão a repensar a sua sexualidade e a adoptar comportamentos mais saudáveis. Dos que são sexualmente activos, a primeira relação sexual ocorre em média aos 15 anos de idade. Verifica-se que os adolescentes do sexo masculino iniciam a actividade sexual mais cedo do que os adolescentes do sexo feminino. Estes resultados confirmam os obtidos noutros estudos (Correia, 2005; Kohler, 2008; Araújo, 2009; Reis, 2009).

Os adolescentes provenientes de famílias nucleares são os que têm cerca de duas vezes mais risco de iniciarem a sua actividade sexual mais tarde verificando-se uma associação estatisticamente significativa ($p=0,021$). Estes resultados dão consistência à importância e ao papel da família em termos de contributo na tomada de decisões mais responsáveis dos adolescentes relativamente aos seus comportamentos o que de algum modo pode reflectir o papel da família na educação sexual dos jovens.

Apesar de não se verificar uma associação estatisticamente significativa são os adolescentes que sabem o que é o planeamento familiar que iniciam a sua actividade sexual mais tarde.

CONCLUSÃO

Os adolescentes ainda desconhecem informação elementar acerca da sexualidade e apresentam alguns comportamentos menos saudáveis, parece, no entanto, verificar-se alguma melhoria neste grupo de adolescentes. A família pode contribuir para uma maior informação constituindo-se como factor protector e contribuindo para a paz no sentido da igualdade entre géneros e da melhor qualidade de vida dos adolescentes.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, MSP; Costa, LOBF. (2009). Comportamento sexual e contracepção de emergência entre adolescentes de escolas públicas de Pernambuco in *Cad. Saúde Pública*, vol. 25, nº. 3, pp: 551-562.
- Bergamim, MD; Borges, ALV. (2009). Fatores associados à iniciação sexual entre adolescentes da zona oeste do município de São Paulo in *Rev Gaúcha Enferm* vol. 30, nº. 3, pp: 420-428.
- Correia, Teresa. (2005). *Saúde Reprodutiva - Planeamento Familiar Conhecimentos e Comportamentos Sexuais dos Adolescentes Portugueses*. Tese de Doutoramento. Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- Duncan, SC et al. Sources and types of social support in youth physical activity in *Health Psychol* vol. 24, nº. 3, pp: 10.
- Gomes, WA et al. (2002). Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes. *Jornal de Pediatria* vol. 79, pp: 301-318.
- Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Censos 2001: Resultados definitivos*. Lisboa, INE.
- Kulczycki, Andrzej; Potts, Malcolm; Rosenfield, Allan . (1996). Abortion and fertility regulation in *Lancet* nº. 347, pp:1663-1668.
- Kohler, P. et al. (2008). Abstinence-Only and Comprehensive Sex Education and the Initiation of Sexual Activity and Teen Pregnancy in *Journal of Adolescent Health* vol. 42, pp: 344-35.
- Matos, M; Sampaio, D. (2010). Educação sexual no contexto escolar em Portugal: dando voz aos alunos in *Arq Med* vol. 4, nº. 5, pp: 175-177.
- Murdock, George. (1949). *Social Structure*. New York, The Free Press.
- Polanczyk, Guilherme, et al. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil in *Rev. Saúde Pública* vol.37, nº.1, pp. 8-14.
- Reis, M. e tal. (2009). Contracepção, Parceiros Ocasionais e Consumo de Substâncias em Jovens Portugueses. *Rev. Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde* vol. 6, nº. 2, pp: 206-214.
- Roest, A et al. (2010). Value transmissions between parents and children: gender and developmental phase as transmission belts in *Journal of Adolescence* vol. 33, nº. 1, pp: 21-31.

A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ

ALESSANDRA MARTINS DE FARIA

EDUCADORA SEXUAL; MESTRANDA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DO MINHO;
BOLSISTA DO INTERNATIONAL FELLOWSHIPS PROGRAM FORD FOUNDATION.
UNIVERSIDADE DO MINHO



RESUMO

Neste artigo nos propomos a discutir o papel da educação para a igualdade de gênero como prática fundamental para a eliminação das violências e para o desenvolvimento da cultura de paz. Para tanto, discutiremos, num primeiro momento, o significado e a importância da educação em sexualidade em âmbito formal e informal e num segundo momento discutiremos a educação para a equidade de gênero enquanto aspecto inerente ao processo educativo em sexualidade a partir da família, mas que se estende à escola, aos meios de comunicação de massa e ao Estado.

Palavras-chave: Educação Sexual; Gênero; Cultura de Paz; Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

In this article we propose to discuss the role of education for gender equality as a fundamental practice for the elimination of violence and to developing a culture of peace. We discuss at first, the meaning and the importance of sexuality education in formal and informal context. And secondly we discuss education for gender equality as inherent aspect in the educational process on sexuality in family, but that extends to school, mass media and the state.

Key-words: Sex Education; Gender; Culture of Peace; Gender Equality.

INTRODUÇÃO

Subjetivamente, a paz emerge como um valor que orienta para atitudes de respeito, diálogo, solidariedade e não-violência de cada pessoa na convivência com as demais. Este valor não nos é inato, mas construído através de processos educativos em meio a uma possível cultura de paz também coletivamente construída. Neste sentido, enquanto cultura, a paz possui também uma dimensão social, para além da sua dimensão individual, subjetiva.

Objetivamente, parece não ser possível que a paz resulte unicamente do empenho de cada ser humano comum isoladamente pois o respeito, o diálogo, a solidariedade e a não-violência dificilmente florescem em meio à opressão política e/ou militar, ou em meio às desigualdades que relegam milhares de pessoas ao redor do planeta a uma vida de miséria, exploração, insalubridade, ignorância e desespero. Portanto, há uma faceta da paz que está vinculada com a necessidade de promover transformações estruturais nas diversas sociedades. Assim, partimos do princípio de que construir a paz signifique, objetivamente, eliminar todas as formas de violência (direta, cultural e estrutural^[51]), garantindo aos seres humanos, nas

diversas nações e de forma equitativa, acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e comunitário, assim como aos recursos básicos necessários para uma vida digna e pacífica.

Uma das bases de sustentação das violências é a desigualdade existente entre homens e mulheres que, segundo a Organização das Nações Unidas, constitui uma das principais barreiras para o desenvolvimento dos países (PNUD, 2010). Esta desigualdade tem sido observada através da criação de Indicadores de Desenvolvimento de Gênero (IDG) que medem a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, os níveis de salário e renda auferidos por ambos, as questões de saúde reprodutiva e do empoderamento feminino (avaliado segundo a participação de mulheres nos parlamentos de cada país). Porém, as desigualdades de gênero superam os indicadores e incluem as representações, os valores e práticas ligados ao gênero, ao sexo, e à própria sexualidade que naturalizam e perpetuam estas desigualdades (Cornwall e Jolly, 2008). E o questionamento da naturalização de estereótipos de gênero, dos preconceitos e das desigualdades faz parte da educação em sexualidade. Daí, então, a importância do esforço em promover nessa prática educativa a reflexão crítica acerca das noções difundidas sobre o gênero e as relações de gênero, com vistas ao fortalecimento da noção de auteridade, da com-

51 Segundo Izzo (2008: 118), o sociólogo Johan Galtung é um dos pioneiros na tentativa de desenvolver a noção de paz positiva, defendendo a tese de que “a ausência da violência conformaria a paz ‘positivamente definida’”. Neste sentido, Galtung faz um mapeamento da violência e identifica três eixos/formas de violência (direta, estrutural e cultural), conforme Pureza e Moura (2004: 3): “A violência em que existe uma clara relação entre o sujeito e o objecto é manifesta, ou seja, é visível e directa enquanto acção, podendo ser verbal ou física. Quando não existe este tipo de relação, a violência é estrutural, indirecta, resultante da desigual distribuição do poder e tem na repressão e na exploração

as suas expressões concretas. [...] quando a estrutura é ameaçada, aqueles que beneficiam da violência estrutural tenderão a preservar o *status quo* de modo a proteger os seus interesses. Nesta tentativa de defesa de interesses podem recorrer à violência pessoal.” E, por fim, a violência cultural é definida como “qualquer aspecto ou elemento de uma cultura, da esfera simbólica da nossa existência, que pode ser usado para legitimar socialmente a violência na sua forma directa ou estrutural. A violência cultural faz com que a violência directa e estrutural sejam assumidas como corretas, ou que pelo menos não pareçam erradas”.

preensão e do respeito ao outro, inclusive em sua condição e orientação sexual, difundindo, assim, o princípio da igualdade entre todos os humanos.

Neste artigo nos propomos a discutir o papel da educação para a igualdade de gêneros como prática fundamental para a eliminação das violências e para o desenvolvimento da cultura de paz. Para fazer esta reflexão discutiremos, num primeiro momento, o significado e a importância da desmitificação da educação em sexualidade em âmbito formal e informal e num segundo momento discutiremos a educação para a equidade de gênero enquanto aspecto inerente ao processo educativo em sexualidade a partir da família, mas que se estende à escola, aos meios de comunicação de massa e ao Estado.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA

O advento do VIH/SIDA no início dos anos 1990 e a urgência do controle da sua epidemia contribuíram para a inserção definitiva das questões em torno da sexualidade nas pautas dos governos em nível internacional. Até então, apesar de todas as mudanças ocorridas do ponto de vista das representações e práticas em torno desta temática desde a década de 1960 com a “revolução sexual” (ocidental), a sexualidade era assunto de foro íntimo e, portanto, inadequado de ser discutido fora dessa esfera, sendo ainda um assunto específico para adultos (Louro, 2008).

A necessidade de combater o VIH/SIDA de fato ajudou a acelerar o processo de “desmitificação” da sexualidade em muitos países, diminuindo a noção de “tabu” em torno dessa temática. Mas, ao mesmo tempo ajudou a reforçar a noção de que a saúde seria o campo por excelência de discussão e de orientação das ações relativas a sexualidade. Nesta perspectiva, a sexualidade é compreendida fundamentalmente a partir da sua dimensão biológica cujo foco são as questões de anatomia e fisiologia humanas e as práticas sexuais. Dessa forma, o objetivo da educação sexual seria instrumentalizar cidadãos e cidadãs com os conhecimentos necessários para o controle das suas pulsões sexuais, prevenindo as doenças transmitidas pelo contato sexual (Cornwall e Jolly, 2008).

O avanço das gestações precoces nos diversos países apresentaram um novo desafio para além da prevenção SIDA e das doenças transmitidas por via sexual obrigando uma ampliação das discussões e a efetivação de propostas educativas em sexualidade mais abrangentes. Além disso, para ser efetiva enquanto prevenção às doenças e a gestação precoce, precisaria ser antecipada e anterior à inauguração da vida sexual, ou seja, antes da adolescência. E como discutir com crianças as questões relacionadas com o sexo e as práticas sexuais? Esta é a questão que muitos pais e mães, professores e professoras se fazem sem, contudo, encontrar resposta satisfatória.

Diante de uma noção biologizada e redutora da sexualidade, que ainda não foi de todo vencida, a promoção da educação em sexualidade encontra obstáculos e resistências para ser efetivada especialmente nas famílias e nas escolas. Esta resistência é fundamentada pela permanência de mitos e noções equivocadas acerca da sexualidade em si e da educação em sexualidade (Caetano, 2010). Entre estas noções, acredita-se, por exemplo, que o contato das crianças com as temáticas da sexualidade as privaria da sua inocência natural, sendo, portanto um assunto inadequado para as mesmas como se as crianças fossem, inclusive, desprovidas de sexualidade. No caso dos adolescentes, Caetano (2010) relata a existência do temor pelos pais e mães de que tais assuntos alimentem mais

a sua curiosidade, motivando-os a buscarem experiências sexuais. No entanto, estudos comprovam que existe efetiva diminuição nos comportamentos de risco e comprovado retardamento no início da vida sexual entre adolescentes e jovens que têm contato com propostas de educação em sexualidade e que contam com orientação e apoio familiar neste assunto (Dias e Rodrigues, 2009). Ou seja, ao contrário do que muitos acreditam, é a falta de educação em sexualidade que tende a vulnerabilizar adolescentes e jovens, pois um dos objetivos desta prática educativa é capacitá-los com conhecimentos e habilidades para que façam escolhas responsáveis nos relacionamentos sociais e sexuais que vão vivenciar em suas vidas (UNESCO, 2010).

Neste sentido, torna-se fundamental perceber que o sexo e a sexualidade fazem parte da pessoa e dela recebem significado configurando-se como fenômenos também sociais. Estes significados variam conforme o tempo, o lugar, a cultura, a personalidade, o desejo. A sexualidade humana, portanto, não se resume às práticas sexuais e a sua dimensão biológica. Antes, configura-se como fenômeno bio-psico-social, sendo constituinte do ser humano ao longo de todo o seu ciclo de vida e não apenas durante a vida adulta, conforme Vittlielo (2000:16):

“A sexualidade, entendida a partir de um enfoque amplo e abrangente, manifesta-se em todas as fases da vida de um ser humano e, ao contrário da conceituação vulgar, tem no coito (genitalidade) apenas um de seus aspectos, talvez nem mesmo o mais importante. Dentro de um contexto mais amplo, podemos considerar que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações humanas do nascimento até a morte.”

Completando e reforçando esta concepção, a Organização Mundial de Saúde reconhece o cariz multidimensional da sexualidade e sua importância como componente relacional, definindo-a como

“[...] Um aspecto central do ser humano, que acompanha toda a vida e que envolve o sexo, a identidade, os papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Se a sexualidade pode incluir todas estas dimensões, nem sempre todas elas são experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de factores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais.” (OMS, 2002 *apud* Alves, 2010: 08).

Dessa forma, a sexualidade é complexa, constitui o ser humano e está presente em todo o seu ciclo de vida, porém manifesta-se de diferentes maneiras em cada fase desse ciclo. Está vinculada com a saúde, mas não se restringe a este domínio sendo, portanto, multidimensional e carecendo de abordagem multidisciplinar. Acreditamos que a dificuldade de compreender este cariz multidimensional da sexualidade pode ser um dos fatores que fortalecem a resistência à implementação de projetos educativos específicos nas escolas ou em outros organismos educativos e mesmo a reflexão e ampliação do diálogo e da educação oferecida no ambiente familiar.

Neste sentido, destacamos a existência de duas maneiras diferentes, mas complementares e igualmente importantes

no processo de desenvolvimento humano no que toca a sua sexualidade, chamamos aqui de educação em sexualidade^[52] informal e formal. A primeira acontece nas relações do dia-a-dia, sendo a família um ambiente privilegiado desse tipo de educação, conforme Vittielo (2000: 101)

“Uma educação sexual feita de maneira informal e espontânea, sem planos rigidamente estabelecidos, é aquela feita pela família e por outras estruturas sociais, como as religiões, por exemplo. Nesse tipo de educação busca-se que as pessoas passem a ter um comportamento assumido por imitação.”

Nesta educação não existe consciência de que se está a oferecer educação em sexualidade e de que se está a ser educado neste sentido (Alves, 2010). É o valor do “testemunho” que aqui tem um peso maior. Por isso, ainda que pais e mães não verbalizem com as crianças e adolescentes as temáticas que acreditam ser ligadas à sexualidade, uma série de valores, concepções e comportamentos estão sendo apreendidos por estes através da observação, nas trocas e vivências quotidianas - inclusive a ideia de que a sexualidade seja uma temática inadequada para ser conversada em família, reforçando concepções equivocadas e negativas sobre a mesma. Deste modo, consciente ou inconscientemente pais e mães são os primeiros educadores em sexualidade dos seus filhos e filhas. Portanto, o empenho da família em perceber os valores, os comportamentos, as noções acerca do gênero e da sexualidade que estão sendo construídos e vivenciados nesse ambiente torna-se fundamental para que os diversos mitos em torno da sexualidade e da educação em sexualidade sejam vencidos. Acreditamos que esta tomada de consciência diminui o peso de pensar o momento certo para “falar sobre sexo” com filhos e filhas, que é um dos principais temores de tantos pais e mães, transformando a educação em sexualidade numa educação para a vida. Neste sentido, a conversa sobre o sexo, se necessária, acontecerá possivelmente com a mesma naturalidade com que as outras questões da vida são discutidas.

Se a educação informal é espontânea e disseminada nas práticas do dia-a-dia, a educação formal em sexualidade é composta por práticas mais estruturadas e organizadas que focalizam de modo mais aprofundado um conjunto muito amplo de questões e temas que perpassam as diversas dimensões que constituem a sexualidade, inclusive, mas não exclusivamente, o sexo (Alves, 2010). Neste sentido, a escola surge como espaço privilegiado para a implementação destas propostas educativas que podem ser inseridas no currículo ou oferecidas em atividades extra-curriculares.

Estudos informam que a primeira fonte de informações em sexualidade a que os adolescentes recorrem são os amigos e amigas, seguidos da família, mais especificamente a mãe (Vilar e Ferreira, s.d.). Em muitos casos, é precisamente quando faltam a abertura, o apoio e a informação da parte dos pais e mães aos adolescentes que estes recorrem aos seus pares (Dias e Rodrigues, 2009). Estes pares são, possivelmente, os amigos da escola, pois esta representa lugar privilegiado de sociabilidade para crianças e adolescentes (Traverso-Yépez e Pinheiro, 2005). Assim, na escola pode-se atingir um elevado número

de crianças e jovens que interagem entre si multiplicando as informações que possuem, informações estas que nem sempre são adquiridas de fontes seguras, gerando insegurança e mitos que podem fortalecer comportamentos de risco. Portanto, a inserção da educação em sexualidade na educação formal contribui com a oferta de informações mais seguras e com a diminuição destes comportamentos de risco. Esta modalidade educativa, contudo, deve atentar para as necessidades das crianças e jovens, para o contexto cultural em que estes estão inseridos e deve ser adequada à idade e ao momento do ciclo de vida dos seus destinatários (UNESCO, 2010). Deve, ainda, favorecer o desenvolvimento de concepções positivas acerca da sexualidade, fortalecendo as capacidades humanas de conviver e de fazer escolhas responsáveis:

“A educação em sexualidade prioriza a aquisição e/ou o fortalecimento de valores como reciprocidade, igualdade, responsabilidade e respeito, que são pré-requisitos sociais e sexuais saudáveis” (UNESCO, 2010: 6)

Uma ressalva deve aqui ser feita quanto à educação formal em sexualidade. É fato que o currículo escolar pode garantir momentos específicos para a discussão e o aprendizado de temáticas também específicas. Mas é no dia-a-dia da sala de aula que as diversas situações nos interpelam e podem ser problematizadas, não necessitando, portanto, de se aguardar o tempo específico para discutir as questões - em especial aquelas ligadas ao gênero. O que queremos dizer é que a educação em sexualidade e a educação para a igualdade de gêneros podem ser transversalizadas, perpassando todas as unidades curriculares de modo informal, afinal, os valores e os comportamentos de professores e professoras também estão sendo observados e apreendidos no ambiente escolar.

Finalmente, a educação em sexualidade entendida como uma educação para a convivência e para o estabelecimento de relações sociais pautadas pelo respeito, pela reciprocidade, pela igualdade e pela responsabilidade é requisito necessário para a construção da paz. São estes valores necessários para resguardar o humano, para resguardar a vida. Inerente a este processo educativo em âmbito formal e informal, encontra-se a socialização do gênero e o questionamento ou fortalecimento dos valores relacionados a esta noção, reproduzindo desigualdades ou questionando-as e motivando a sua transformação.

POR QUE UM MUNDO AZUL E ROSA QUANDO HÁ TANTAS CORES MAGNÍFICAS? A EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

A noção de gênero enquanto categoria de análise das relações sociais entre os sexos vem sendo discutida no mundo ocidental desde a década de 1960. Uma das principais proposições da introdução da noção de gênero nas pesquisas sociais era a necessidade de desconstruir a ideia de que as categorias homem e mulher seriam naturalmente determinadas pelo sexo biológico e, portanto, categorias universais. Antes, tais categorias resultam de um processo de construção social e histórico mediado pela cultura. Por isso ser homem ou mulher é noção variável, não rígida ou fixa, nem mesmo puramente determinada pelo sexo biológico (Louro, 2008). Além disso, as discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres sob a perspectiva do gênero tornaram visível o caráter também social destas desigualdades, desnaturalizando-as, denunciando-as e provocando a sua transformação.

52 Neste artigo, optamos por utilizar a noção “educação em sexualidade” empregada e difundida pela UNESCO nas Orientações Técnicas Internacionais (UNESCO, 2010), pois acreditamos que a noção “educação sexual” acaba por reforçar a dimensão biológica e ligada às práticas sexuais da sexualidade humana em detrimento das outras dimensões que a compõem.

Apesar dos avanços alcançados no entendimento dos fatores que engendram e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres, existe ainda a permanência dessas desigualdades tanto em âmbito familiar, privado como em âmbito social, público. Segundo o relatório oficial do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010), em 2010 houve desaparecimento de mais de 134 milhões de mulheres, número que faz referência a uma diminuição do nascimento de meninas provocado por razões vinculadas à preferência pelo nascimento de meninos em alguns países como China e Índia. No campo do trabalho, as disparidades ocorrem desde as desigualdades salariais entre homens e mulheres, que chega a ser de 70% em alguns países, até o impedimento legal a que as mulheres exerçam determinadas atividades ou executem atividades laborais em determinados horários, além das dificuldades impostas às mulheres em conciliar a maternidade e a vida familiar com o desempenho profissional. Em se tratando de violência doméstica, a subnotificação pela naturalização da violência contra a mulher ainda impede a formulação de dados em escala internacional. Em 2010 uma análise feita em 13 países em desenvolvimento constatou que 20% das mulheres sofreram violência doméstica. A Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que este número chegue a 70% em alguns países.

As desigualdades de gênero prejudicam, portanto, principalmente e mais violentamente as mulheres, mas os homens também têm prejuízos nesse contexto. A prevalência de uma cultura machista que associa a masculinidade à violência, à virilidade, à força física e à competitividade contribui com a vulnerabilização masculina expondo mais fortemente meninos, jovens do sexo masculinos e homens ao envolvimento em situações de violência urbana e em acidentes de viação, por exemplo (Traverso-Yépez e Pinheiro, 2005; Seffner, 2008). Isto sem mencionar o já esperado “insucesso” ou “menor empenho” dos meninos escolar face as meninas, por professores e professoras. Neste sentido, vale ressaltar que estando inserida num contexto discriminatório, a escola tende a reproduzir esta discriminação contribuindo com o fortalecimento dos estereótipos de gênero e, portanto, das desigualdades de gênero (Felipe, 2008).

Neste sentido, pesam ainda nas representações acerca do gênero uma forte deferenciação sobre o que seja próprio do universo feminino e do que é legítimo ao universo masculino e a reprodução dessa visão dicotômica tem prejudicado o avanço da equidade entre homens e mulheres. Essa divisão, como mencionamos, não é natural, mas socialmente construída. Apesar de nascermos com um sexo biológico “indicativo” do gênero, nos tornamos mulheres e homens ao longo dos processos de socialização, na convivência com outras mulheres e homens, conforme bem definiu Simone de Beauvoir quando disse que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Louro, 2008).

Os avanços tecnológicos atuais têm permitindo, um certo adiantamento da diferenciação e da definição do gênero do bebê pela família ainda no período de gestação. Atualmente, pode-se saber o sexo biológico do bebê antes do seu nascimento e diante dessa descoberta dar início aos preparativos para a sua chegada através, por exemplo, da decoração do quarto segundo as cores consideradas apropriadas para cada sexo: em geral azul para meninos e rosa para meninas. Ou seja, ao nascer a criança já está inserida num conjunto amplo de símbolos e comportamentos que orientam o que é adequado para si segundo o sexo que possui (Costa e Antoniazzi, 1999). Assim, crescemos em meio a um mundo dividido entre meninos com coisas de meninos e meninas com coisas de meninas, como se estes “universos” fossem absolutamente distintos um do outro.

Além disso, esta distinção comporta uma hierarquização de gênero que se faz presente nas diversas dimensões da vida desde a infância, impactando as escolhas e as vivências que temos, conforme Traverso-Yépez e Pinheiro (2005:149):

“A hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados.”

Esta lógica binária e hierarquizada perpetua ainda hoje a dominação de homens sobre mulheres, do masculino sobre o feminino, da heterossexualidade compulsiva sobre a homossexualidade “escolhida”. Nascer com um determinado sexo implica, além de ter uma identidade de gênero definida, ter uma expressão sexual igualmente adequada, ou seja, heterossexual (que pressupõe o interesse sexual por alguém do sexo oposto). Neste sentido, aqueles e aquelas que tendo um sexo “de homem” ou “de mulher” e que não se identificam com o universo que lhes foi determinado e/ou que têm o seu desejo sexual direcionado de forma diferente da que se considera a norma para o seu sexo, são excluídos/as, marginalizados/as, chegando a ser perseguidos, agredidos e assassinados em algumas sociedades e países.

Diante de todo este cenário aqui desenhado temos que nos perguntar: como a paz pode ser construída em meio a realidades de dominação, opressão, exclusão, exploração e violência? A educação em sexualidade é educação para o relacionamento, para a vivência da afetividade a partir de relações pautadas pelo respeito, pelo diálogo, e, assim sendo, deve promover a desconstrução dos estereótipos de gênero constituídos em universos particulares e em comportamentos fixos, opostos e hierarquizados para homens e mulheres. Na eliminação das desigualdades entre homens e mulheres está uma possibilidade de eliminação da pobreza, da violência e da opressão sobre a mulher, em especial, está uma base de sustentação para a construção da paz.

Vale pensar que em última instância o universo feminino e o universo masculino são o mesmo planeta no qual todos vivemos, ou seja, são um só universo que pode ser experimentado, partilhado e usufruído conjuntamente. Se é ao longo dos processos de socialização de gênero que são solidificadas e naturalizadas estas desigualdades, é através desses mesmos processos que a equidade poderá ser construída. Neste sentido, cooperam na educação para a igualdade entre gêneros os mesmos agentes de socialização já mencionados: a família, a escola, a igreja, o Estado, os pares, os meios de comunicação de massa etc.

Há que se atentar, contudo, para o estatuto da diferença. É fato que em todas as culturas exista alguma diferenciação de comportamentos e práticas em função das diferenças de gênero (Brandão, 2007). A igualdade de gêneros não se opõe à diferença, mas à desigualdade. Neste sentido, promover a igualdade pressupõe a eliminação de desigualdades, preservando a diversidade. Mais do que isso, é compreendendo as demandas das diferentes pessoas, homens mulheres, lésbicas, gays, transgêneros, brancos, negros, indígenas etc., que poderemos conceber políticas e ações que de fato garantam igualdade de oportunidades e direitos a todos.

Objetivamente, então, a igualdade de gênero traduz-se em igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres (Caritas, s.d.), mas também na liberdade de escolha e na liberdade de ser o que se é e conforme se queira ser. Mas a igualdade, como a paz, é também um valor. E um valor que

não nos é inato. Portanto, deve ser promovido através da educação, da socialização e disseminado nas culturas. Neste sentido, o Estado enquanto promotor das políticas que podem garantir que os direitos sejam respeitados e universalizados deve cumprir o seu papel. E a sociedade como um todo, consciente do caráter social e não natural das desigualdades entre homens e mulheres deve ser capaz de pressionar e exigir que o Estado cumpra seu papel no avanço da igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o gênero como construção social pressupõe compreender que o mesmo está dependente de valores sociais mais do que da existência de um sexo biológico. Portanto, ser homem ou mulher são identidades que construímos sobre um corpo que possuímos, mas também sobre o que aprendemos que seja válido, correto, bom, importante, saudável segundo a comunidade e a cultura na qual nascemos. Neste sentido, destacamos como fundamentais o papel da família e da escola, sem desmerecer os papéis dos demais agentes de socialização, na promoção da educação para a igualdade de gêneros. Esta educação pressupõe o entendimento de que homens e mulheres são diferentes, mas não desiguais em termos de dignidade, anseios, capacidades e direitos.

Acreditamos que a educação para a igualdade de gêneros deve perpassar todo o período de crescimento de forma contínua contribuindo para que crianças e jovens possam consolidar noções menos estereotipadas acerca da identidade feminina ou masculina. Esta consolidação depende do que se vive em família, do que se observa na divisão sexual do trabalho, nos brinquedos que se ganha, na maneira como meninas e meninos são educados e estimulados na formulação dos seus projetos de vida. Por isso destacamos o papel e o empenho da família na educação para a igualdade de gênero.

Ao lado da família, a escola é o espaço onde crianças e jovens passam boa parte do tempo, em situações de aprendizagem que superam sua presença em sala de aula. Destacamos, neste sentido a consciência do corpo educativo escolar em refletir sobre ações e valores que reproduzem em sala de aula estas desigualdades e também os preconceitos fundamentados pela crença numa divisão absoluta do universo entre masculino e feminino. Enquanto organismo formal de educação a escola precisa estar consciente do modelo de sociedade que está ajudando a construir.

Finalmente, compreendemos que a desigualdade de gênero está na base de todas as desigualdades existentes e que, desta forma, sua eliminação seja fundamental para a construção de um mundo igualitário e pacífico no qual ninguém seja perseguido ou discriminado pelo sexo que tem ou pela orientação sexual que possui ou simplesmente por comportar-se de modo diferente do que é esperado para o seu sexo. Enquanto humanos somos diversos e esta diversidade precisa ser celebrada num ambiente de respeito e fraternidade, mais do que de tolerância simplesmente. Mas as desigualdades, estas precisam ser eliminadas para que a paz, de fato, aconteça.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Cristiana. (2010). *O Impacto de um programa de educação sexual nos comportamentos protectores dos adolescentes*. Dissertação de Mestrado em Bioética. Universidade do Porto. [Em linha] Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55445/2/TeseCristianaAlves.pdf> [10/06/2011]
- BRANDÃO, Ana Maria (2007). *“E se tu fosses um rapaz?”: Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.
- CAETANO, J. Machado. (2010). Sexualidade, saúde e direitos humanos. In: *Sexualidade e Educação Sexual: políticas educativas, investigação e práticas*. Ebook, Edições CIED Universidade do Minho.
- CARITAS (s.d.). Os principais conceitos para compreensão da igualdade de gênero. In: *Caderno prático para a integração da igualdade de gênero na caritas em Portugal I. Fascículo IV*. [Em linha] Disponível em: http://www.caritas.pt/ficheiros/cr/file/CadernoCaritas_Fasciculo%20IV.pdf [10/05/2011]
- CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (org.) (2008). *Questões de sexualidade. Ensaios transculturais*. Rio de Janeiro, ABIA.
- COSTA, Fernanda; ANTONIAZZI, Adriane. (1999). A influência da Socialização Primária na Construção da Identidade de gênero: percepções dos pais. In: *Paidea FFCLRP-USP, Rib. Preto, Junho*, pag. 67-75. [Em linha] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v9n16/07.pdf> [10/05/2011]
- DIAS, Ana; RODRIGUES, Manuel. (2009). Adolescentes e sexualidade: Contributo da educação, da família e do grupo de pares adolescentes no desenvolvimento da sexualidade. In: *Revista Referencia, II série, nº10*, pag 15 a 22. [Em linha] Disponível: www.esenfc.pt/rr/admin/conteudos/downloadArtigo.php?id_ficheiro=269&codigo [09/11/2009]
- FELIPE, Jane. (2008). Proposta pedagógica. In: *Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero, ano XVIII, boletim 26*, pag. 03 - 14. [Em linha] Disponível em: http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf [10/06/2011]
- IZZO, Roberta. (2008). *Memórias e Projeções: a cultura da paz nas Nações Unidas - De 1989 a 2001*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Franca.
- LOURO, Guacira. Lopes. (2008). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 10ª Edição. Petrópolis, Vozes.
- PNUD. (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. [Em linha]. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf [10/05/2011]
- PALHARES, Sandra. (2005). *A Internet e a Educação para a Sexualidade: uma actividade online*, Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. [Em linha] Disponível: <http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/sandra/docs/paginiciais.pdf> [11/05/2011]
- PUREZA, José; MOURA, Tatiana. (2004). O regresso da paz negativa? In: *Revista de História e Teoria das Ideias*, n. 25, pag. 157 - 168. [Em linha] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/13041>. [08/05/2011]
- SEFFNER, Fernando. (2008). Gênero, Sexualidade, Violência e Poder. In: *Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero, ano XVIII, boletim 26*, pag. 15-19.

[Em linha] Disponível em: http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf [10/06/2011]

- TRAVERSO-YÉPEZ, Marta; PINHEIRO, Verônica. (2005). Socialização de gênero e adolescência. In: *Estudos Feministas, Florianópolis 13(1): 216*, pag. 147 - 162. [Em linha] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a10v13n1.pdf> [15/05/2011]
- UNESCO (2010). *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade*. [Em linha] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf> [10/05/2010]
- VILAR, Duarte; FERREIRA, Pedro. (s.d.). *A educação sexual dos jovens portugueses: conhecimentos e fontes*. APF/ICS. [Em linha] Disponível em: <http://www.acs.min-saude.pt/files/2010/06/APF1.pdf> [10/06/2011]
- VITTIELO, Nelson. (1997). *Sexualidade: quem educa o educador*. São Paulo, Iglu.

COPARENTALIDADE POSITIVA NO DIVÓRCIO: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARENTAL

ANA VARÃO

PSICÓLOGA E MEDIADORA FAMILIAR, RED APPLE



RESUMO

O divórcio poderá ser considerado uma situação de risco para as crianças, uma vez que os progenitores neste contexto manifestam menos competências de coparentalidade. Maior hostilidade e conflitualidade, fraca cooperação e supervisão parental, poderão caracterizar o funcionamento das famílias em situações de divórcio. Por sua vez, estas práticas parentais estão relacionadas a longo prazo com dificuldades de ajustamento nos filhos do divórcio: como perturbações emocionais, problemas com a intimidade e baixa auto-estima. A investigação sugere porém que não é o divórcio em si a causa destas perturbações, mas o facto da separação se fazer acompanhar de elevados níveis de conflito entre os progenitores e degradar as relações pais-filhos. As contribuições teóricas têm demonstrado que os programas de educação parental dirigidos aos pais em processo de divórcio contribuem para reduzir os riscos de desajustamento psicológico e fomentar a resistência dos filhos de pais separados às mudanças e exigências do processo de divórcio. Estes programas de natureza psicoeducacional e preventiva, baseiam-se no princípio de que as necessidades dos filhos serão melhor atendidas mediante uma componente didáctica sobre a importância da coparentalidade positiva após a ruptura conjugal. Importa ensinar e ajudar os pais na transição para a parentalidade fora da conjugalidade, dotando-os de competências de supervisão parental, cooperação e comunicação enquanto progenitores. Torna-se essencial garantir aos filhos o contacto com ambos os progenitores e manter a qualidade da relação pais-filhos. A intervenção para a coparentalidade positiva no divórcio deve facilitar a comunicação entre os ex-membros do casal em conflito com vista à promoção das necessidades da criança. Assim sendo, pretende-se minimizar o conflito interparental, ajudar na concretização de planos parentais, ensinar competências de comunicação eficazes e resolução de problemas e encorajar o relacionamento positivo da criança com o outro progenitor.

Palavras Chave: Divórcio; Conflito; Coparentalidade; Educação Parental.

ABSTRACT

Divorce can be considered as a risk situation for children, once the parents in this context show less coparenthood skills. Major hostility and conflictuality, weak parental cooperation and supervision can characterize the functioning of families in situations of divorce. On the other hand, these parental practices are related, in a long term, with adjustment difficulties in children of the divorce, such as emotional distress, intimacy problems and low self-esteem. Investigation suggests, however, that it isn't divorce in itself the cause to these distresses, but rather the fact that the separation brings high levels of conflict among the progenitors and degenerates the parents-children relations. Theoretical contributions have been showing that the programmes of parental education for parents in a divorce process contribute to decrease the risks of maladjustment and to increase the resistance of children of separated parents to the changes and to the demands of the divorce process. These programmes of psychoeducational and preventive nature are based on the premises that the children's needs will be better taken care of through a didactic component about the importance of positive coparenthood after the rupture of the couple. It is essential to guarantee the children the contact with both progenitors and to maintain the quality in the parents-children relationship. The intervention towards positive coparenthood must facilitate the communication between the ex-members of the couple, so as to promote the children's needs. Being thus, the aiming is to minimize the interparental conflict, to help the accomplishment of parental plans, to teach skills of efficient communication and problem solving and to encourage the positive relationship with the other progenitor.

Key-words: Divorce; Conflict; Coparenthood; Parental Education.

COPARENTALIDADE POSITIVA NO DIVÓRCIO: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARENTAL

A separação e/ou divórcio poderá assumir diversas formas. Porém, de um modo geral poderá afirmar-se que, enquanto momento de crise e ruptura na vida do casal, apresenta-se como um período susceptível de gerar desajustamento emocional, acarretando sofrimento para todos os membros da família (Dolto, 1990; Ribeiro, 2007; Wolchik et al., 1993).

Enquanto período conturbado, colocam-se a todos os elementos familiares desafios e exigências. Ao casal, por um lado, apresenta-se a necessidade de assumir a ruptura de um projecto conjugal e a dolorosa tarefa de gestão das emoções: fracasso, desilusão, mágoa, ressentimento. Às crianças por ou-

tro, que se vêem confrontadas com uma situação não desejada, muitas vezes não antecipada e cujo resultado não poderão impedir/modificar, cabe-lhes aguardar para que os seus pais as preservem do conflito e que coloquem os seus interesses e necessidades “à frente dos seus sentimentos de zanga e retaliação” (Ribeiro, 2007, p.72).

Ainda que o processo de separação e/ou divórcio se revele um acontecimento difícil e um abalo intenso na vida familiar, podemos falar em divórcios bem ou mal sucedidos. Assim sendo, estamos perante um divórcio bem sucedido, quando se identificam dois cenários: um que diz respeito ao casal e outro aos filhos do mesmo (Simões & Ataíde, 2001). No primeiro caso, fala-se em sucesso a partir do momento em que a ruptura estiver assumida e resolvida em todos os seus aspectos. No caso

dos filhos, o sucesso é obtido quando se mantêm as crianças longe do conflito familiar (Amato & Keith, 1991; Dolto, 1990; Ribeiro, 2007). A par disso, torna-se essencial garantir aos filhos que o contacto com ambos os progenitores será mantido, assim como o amor destes, prezando-se uma imagem positiva do outro (Dolto, 1990; Ribeiro, 2007). A questão coloca-se não no divórcio em si, mas antes no modo como os progenitores o conduzem (Ribeiro, 2007; Simões & Ataíde, 2001). O que está em causa num divórcio bem sucedido é a qualidade da relação familiar, antes, durante e após a separação conjugal (Afonso, 1997; Ribeiro, 2007). É a garantia de que a família sobrevive à ruptura do casal, e que a parentalidade ultrapassa o campo da conjugalidade.

CONFLITO INTERPARENTAL

A investigação sugere que a natureza da relação entre os progenitores e a existência de conflito interpARENTAL, irão determinar a adaptação emocional e comportamental das crianças ao divórcio, uma vez que, a existência ou não de conflito, também determina a manutenção de contacto e o relacionamento com ambos os progenitores (Long & Forehand, 1987).

Na verdade, a intensidade do conflito entre os pais tem sido unanimemente descrito pela literatura, como o factor de risco determinante no aparecimento de perturbações psíquicas nas crianças, durante e após o divórcio (Amato, 1993; Emery, 1982; Poussin & Martin-Lebrun, 1999; Stolberg et al., 1987).

O aparecimento de alterações comportamentais nas crianças com a separação tem sido fortemente relacionado com a existência de desentendimento parental. Deste modo, “os efeitos negativos serão tanto mais graves quanto mais intensos forem os conflitos antes da separação e quanto mais a criança for implicada nessas disputas (móvil, testemunha, confidente, porta-voz). A natureza do desentendimento e o grau de envolvimento da criança são mais determinantes do que a separação em si” (Poussin & Martin-Lebrun, 1999, pp.184). Além disso, os níveis de hostilidade, bem como a exposição ao conflito existentes ainda durante a relação de casal, serão igualmente preditores do relacionamento entre progenitores no pós-divórcio. Ao que parece, a exposição ao conflito interpARENTAL antes, durante e após o processo de separação, é o factor mais significativo na adaptação das crianças ao divórcio.

Um divórcio que se faz acompanhar por elevados níveis de hostilidade e conflito, causará danos psicológicos e emocionais elevados nas crianças, devido às discussões frequentes, às avaliações no âmbito da custódia, às situações de alienação parental e ao conflito generalizado entre todos os elementos da família. A par disso, assistimos ainda nestas famílias à possibilidade de perda de recursos económicos e financeiros, confusão relativamente às visitas, dificuldades de aceitação de novos relacionamentos dos seus pais, mudanças abruptas de estilo de vida, separação do pai que não tem a custódia, perda de contacto e do suporte parental, devido aos altos níveis de hostilidade (Mitcham-Smith & Henry, 2007).

O divórcio marcado por altos níveis de conflito existe sobretudo em pais incapazes de comunicar de forma civilizada. Na realidade, o conflito existente antes e após a separação irá ter implicações no funcionamento familiar, uma vez que afecta a comunicação necessária ao estabelecimento conjunto das actividades/responsabilidades parentais (Linker, Stolberg & Green, 1999). Neste sentido, o factor conflito parental está directamente relacionado com a partilha das responsabilidades parentais (Afonso, 1997; Wall, 1992).

Pais altamente conflituosos, envolvem-se geralmente numa forma de pensar dicotómica e rígida que os impede de perceber quais os efeitos que o seu conflito tem na criança. Estes pais litigantes incorrem diversas vezes em situações de incumprimento e recorrem com frequência aos Tribunais. O processo legal de dissolução de uma união produz efeitos nocivos na interacção familiar gerando-se elevados níveis de conflito. O recurso desproporcionado às instâncias judiciais para resolução de conflitos e disputas familiares acarreta custos e tem consequências a vários níveis nos intervenientes (Goodman et al., 2004). Atendendo à natureza do processo judicial que preconiza a existência de um ganhador-perdedor, baseando-se no pressuposto da oposição, recai-se frequentemente no exagero e mesmo distorção de acontecimentos. As crianças são envolvidas nesta batalha entre oponentes e conquista de lealdades, chegando mesmo a participar de falsas alegações contra um dos progenitores. Neste cenário, a promoção do melhor interesse da criança, cabe a juristas e advogados. Infelizmente o litígio promove ainda mais conflito, hostilidade e ressentimento, criando-se formas cada vez mais distorcidas de comunicação (Mitcham-Smith & Henry, 2007). Por conseguinte, estes padrões alterados de comunicação constituem um obstáculo ao desempenho eficiente das tarefas de coparentalidade.

Os autores sugerem que as alterações na comunicação interpARENTAL e nas relações pais-filhos, e a falta de contacto entre progenitores inibem o funcionamento eficiente da família, tornando mais difícil a coparentalidade (Linker, Stolberg & Green, 1999). Ao invés, as investigações indicam que as crianças serão melhor ajustadas quando os seus pais trabalham em conjunto por forma a promover as suas necessidades (afecto, suporte, estabilidade) após o divórcio. Assim sendo, a melhor ajuda que os pais divorciados podem dar aos seus filhos, será sem dúvida, a garantia da cooperação e comunicação efectiva no que concerne às decisões relevantes da vida da criança (Heilmann, 2000).

COPARENTALIDADE

Tal como defende Paulo Guerra (2005), “ninguém duvida que é preferível a paz e o civilizado companheirismo entre cônjuges separados (que deixaram de acreditar no outro, que deixaram de acreditar no casamento) do que uma guerra institucionalizada no seio de uma Família que devia ser, em primeira instância, o local de maior segurança e maior afago para os pequenos...” (p.359), no entanto isso nem sempre se verifica. Por outro lado, embora seja verdade que alguns divórcios parecem autênticas batalhas, não podemos generalizar afirmando que todos os ex-cônjuges são inimigos (Poussin & Martin-Lebrun, 1999).

Ainda que se assista a diversas formas e tipos de divórcio, o ajustamento saudável das crianças ao divórcio está directamente associado à diminuição do conflito interpARENTAL, e à efectiva cooperação e comportamentos de coparentalidade (Irving, 2011; Macie & Stolberg, 2003). Coparentalidade significa que dois sistemas parentais funcionam conjuntamente, ao invés de funcionarem de forma rígida independentemente (Ahrons, 1981; Wallerstein & Kelly, 1980). Segundo Emery (1982), na gestão do conflito e como requisitos para a coparentalidade são necessários: o respeito e o apoio mútuo entre os progenitores e a promoção e manutenção de padrões saudáveis de comunicação e cooperação.

Todavia, embora as relações interpARENTAIS sejam diversificadas e complexas, importa salientar os critérios que contribuem para o divórcio construtivo e adaptativo e, entre eles,

considere-se a capacidade de dissociar a parentalidade da conjugalidade, “a habilidade em desenvolver uma identidade separada do ex-cônjuge e do casamento. A falha em estabelecer fronteiras no relacionamento que definam o ex-cônjuge como um parceiro na parentalidade, mas não na conjugalidade é uma das maiores causas de conflito pós-divórcio” (Hackner, Wagner & Grzybowski, 2006, pp. 75).

Porém, após a ruptura do casal, a continuidade da dupla parental não é de todo um dado adquirido. Com efeito, como descreve Poussin e Martin-Lebrun (1999, p.8), depois do divórcio “alguns pais vão deixar progressivamente de ser pais, ou sê-lo-ão de uma forma discutível”. Uma vez que os progenitores já não vivem juntos, a comunicação torna-se menos formal e menos frequente, pelo que a partilha de informações relacionadas com as crianças também ocorre menos vezes. Deste modo, a coparentalidade torna-se mais difícil, as regras familiares e sua estrutura são alteradas, e as exigências que se colocam ao desempenho do papel parental a cada progenitor são maiores (Linker, Stolberg & Green, 1999).

Como defende Poussin & Lebrun, “a função parental não resulta da adição de duas parentalidades: a “paternalidade” e a “maternalidade” (...) exprime-se antes pela realização comum de um projecto construído por ambos os pais. E podem prosseguir com esse projecto depois da separação. Alguns conseguem-no; outros, não” (1999, pp. 259). De facto a investigação sugere que muitos pais consideram o papel a desempenhar na coparentalidade bastante difícil (Ahrons & Rodgers, 1987; Wallerstein & Kelly, 1980).

Os ex-cônjuges precisam de ajuda no desempenho da função de pai separado; precisam aprender a relacionar-se um com o outro de uma forma diferente, assumindo papéis distintos; necessitam aprender competências de comunicação e estratégias de resolução de problemas no que concerne à nova dinâmica familiar. Os progenitores precisam aprender a deixar de se relacionar enquanto casal e funcionar enquanto pais separados, mas unidos no projecto comum de educar de uma forma positiva a criança (Mitcham-Smith & Henry, 2007).

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARENTAL

Como defendem os autores Duarte, Arboleda e Díaz (2007), ao se iniciar um processo de separação deveria ser proporcionado a todas as famílias serviços educativos, legais e terapêuticos que vão de encontro às suas necessidades. Estes serviços exigem a colaboração de profissionais quer da área judicial, quer da área da saúde mental. Seria importante providenciar a estas famílias, apoio psicológico em situações de desajustamento emocional; apoio legal e jurídico na celebração de acordos relativos à custódia e separação dos bens e apoio educativo por forma a ajudar os pais separados a operacionalizar na prática as novas soluções familiares, com vista sempre ao bem estar dos filhos e à promoção do seu ajustamento psicológico.

A educação parental enquanto forma de educação para a saúde, constitui uma estratégia didáctica de ensinar os pais sobre os efeitos/consequências do divórcio nas crianças, bem como providenciar as estes progenitores atitudes positivas e competências essenciais de coparentalidade, por forma a facilitar o ajustamento infantil (Braver et al., 1996; Sandler et al., 2011; Sigal et al., 2011; Stolberg, 1988; Wolchick et al., 2009).

A intervenção para a coparentalidade deve facilitar a comunicação entre os ex-membros do casal em conflito com vista à promoção das necessidades da criança. Assim sendo, pretende-se minimizar o conflito interparental, ajudar na concretização de planos parentais, ensinar competências de

comunicação eficazes e resolução de problemas, encorajar o relacionamento positivo da criança com o outro progenitor e referenciar para apoio psicológico quando necessário (Mitcham-Smith & Henry, 2007).

A educação parental tem sido feita em vários países já há alguns anos, embora se tenha centrado predominantemente em grupos específicos como: pais com custódia, pais não-residentes, envolvendo ou não as crianças na intervenção, sendo escassos os programas que se dirigem a ambos os pais (Fariña, Novo, Arce & Seijo, 2002; Stolberg, 1983). Alguns programas dirigidos a ambos os pais não se coadunam com a realidade Portuguesa uma vez que os mesmos são obrigatórios por decisão do Tribunal (impostos juridicamente) (Laufer, H. & Beriman, A. 2006; Mckenry, Clark & Stone, 1999; Pruett, Insabella & Gustafson, 2005).

Porém, a forma mais adequada de dar resposta às consequências actuais impostas pelo regime jurídico do divórcio no nosso País, que estabelece como norma o exercício conjunto das responsabilidades parentais, passa pela intervenção conjunta com ambos os progenitores. A opção de uma intervenção conjunta baseia-se na premissa de trabalharmos competências para a coparentalidade. Por sua vez, a investigação sugere que estes programas se revelam mais eficazes na promoção do ajustamento ao divórcio quando se intervém em paralelo com as crianças (Hans & Fine, 2001; Pedro-Carroll, 2005). Assim sendo, fará sentido o desenvolvimento de sessões de grupo para os progenitores e, em paralelo criar também um programa em grupo com crianças filhas de pais separados.

Tal como defendem Fariña e colaboradores (2002), estes programas devem ser o mais flexíveis possível com vista ao ajustamento a diferentes necessidades familiares, não podendo contudo deixar de seguir uma estrutura definida.

Por conseguinte, torna-se pertinente a criação e implementação em Portugal de programas de educação parental, levados a cabo por profissionais de saúde com experiência em intervenção com famílias e menores. Estes programas teriam como principais destinatários famílias em processo de separação e/ou divórcio com filhos menores, que recorram aos Tribunais de Família, às Conservatórias do Registo Civil, ao Sistema de Mediação Familiar (público e privado), consultórios de Advogados e/ou Psicólogos, bem como às Associações de Pais Divorciados.

Por forma a concretizar o objectivo principal destes programas: ensinar os pais a serem pais após o divórcio e ajudá-los na transição para a parentalidade após a conjugalidade, propõem-se ser trabalhadas em grupo as seguintes temáticas, estruturadas por sessões: 1. O processo de divórcio e seu impacto na família; 2. Reacções emocionais; 3. Mediação familiar e acordo sobre as responsabilidades parentais; 4. Alienação Parental; 5. Relação pais-filhos (importância da promoção do contacto com o outro progenitor); 6. Estratégias de Comunicação e padrões saudáveis de contacto (respeito e apoio mútuo); 7. Estratégias de Coparentalidade (cooperação e responsabilidades parentais partilhadas); 8. Gestão do Conflito e resolução de problemas; 9. Gestão do Tempo e Actividades com os Filhos; 10. Disciplina e práticas parentais.

CONCLUSÃO

Este artigo centra-se no reconhecimento da importância da cooperação e coparentalidade responsáveis como forma de promover o ajustamento das crianças ao divórcio dos seus pais. Partindo do pressuposto de que o conflito interparental persistente promove desequilíbrios emocionais nas crianças, pretende-se promover competências parentais nestas famílias mediante o desenvolvimento de programas de educação parental que visem minimizar este conflito e alertar para o reconhecimento dos seus efeitos. Importa desenvolver e implementar de uma forma crescente serviços que consigam dar resposta a este novo cenário familiar, importa educar e ensinar os pais a separarem-se, assumindo igualmente um carácter preventivo.

Em síntese, este tipo de programas visa atingir os principais objectivos: prevenir o desajustamento emocional e o desenvolvimento de problemáticas comportamentais no menor (como consequência do processo de divórcio); reduzir o conflito interparental; facilitar a comunicação, fomentar a cooperação e co-responsabilização entre os progenitores; auxiliar os pais a separar a identidade conjugal da identidade parental facilitando a adaptação a novos papéis na dinâmica familiar.

Acredita-se por último, que em situações de separação onde existem na família menores, deveria ser imposto legalmente a obrigatoriedade destas famílias frequentarem este tipo de Programas Educativos, como forma de prevenir o desajustamento psicológico das crianças e garantir que a família sobrevive à separação conjugal.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, H. (1997). Relação Coparental depois da Separação Conjugal. In H. Marchand & H. Rebelo (Eds.), *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação* (pp. 3-16). Lisboa: Educa.
- Ahrons, C. (1981). The continuing coparental relationship between divorced spouses.
- American Journal of Orthopsychiatry*, 51, 415-427.
- Ahrons, C. & Rogers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: W.W. Norton.
- Amato, P. R. (1993). Children's adjustment to divorce: Theories, hypotheses, and empirical support. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 23-38.
- Amato, P. & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well being for children. A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110, 26-46.
- Braver, S., Salem, P., Pearson, J., DeLuse, S. (1996). The content of divorce education programs: Results of a survey. *Family and Conciliation Courts Review*, 34, 41-59.
- Dolto, F. (1990). *Quando os pais se separam*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Duarte, J., Arboleda, M. & Díaz, M. (2007). *Conflictos entre los padres, divorcio y desarrollo de los hijos*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Emery, R. (1982). Interparent conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin*, 92, 310-330.
- Fariña, F., Novo, M., Arce, R. & Seijo, D. (2002). Programa de intervención "ruptura de pareja, no de familia" con familias inmersas en procesos de separación. *Psicopatología Clínica Legal y Forense*, 2, 67-85.
- Goodman, M., Bonds, D., Sandler, I. & Braver, S. (2004). Parent psychoeducational programs and reducing the negative effects of interparental conflict following divorce. *Family Court Review*, 42, 263-279.
- Guerra, P. (2005). Família, Divórcio, Parentalidade, que relações? In I. Leal (Coord.), *Psicologia da Gravidez e Parentalidade* (pp. 347-361). Lisboa: Fim de Século.
- Hackner, I., Wagner, A. & Grzybowski, L. (2006). A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade. *Pensando Famílias*, 10, 73-86.
- Hans, J. & Fine, M. (2001). Children of Divorce: Experiences of children whose parents attended a divorce education programme. *Journal of Divorce & Remarriage*, 36, 1-26.
- Heilmann, R. (2000). A community-based parent education program for separating parents. *Family and Conciliation Courts Reviews*, 38, 521-524.
- Irving, H. (2011). *Children come first. Mediation, not litigation when marriage ends*. Toronto: Dundurn Press.
- Laufer, H. & Berman, A. (2006). Surviving the Earthquake: Parent Education Program for Separated and Divorced Families- Examining of the Effectiveness. *Journal of Divorce & Remarriage*, 46, 135-149.
- Linker, J., Stolberg, A. & Green, R. (1999). Family communication as a mediator of child adjustment to divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 30, 83-97.
- Long, N. & Forehand, R. (1987). The effects of parental divorce and parental conflict on children: An overview. *Developmental and Behavioral Pediatrics*, 8, 292-296.
- Macie, K. & Stolberg, A. (2003). Assessing parenting after divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39, 89-107.
- McKenry, P., Clark, K. & Stone, G. (1999). Evaluation of a Parent Education Program for Divorcing Parents. *Family Relations*, 48, 129-137.

- Mitcham-Smith, M. & Henry, W. (2007). High-conflict divorce solutions: Parenting coordination as an innovative co-parenting intervention. *The Family Journal*, 15, 368-373.
- Pedro-Carroll, J. (2005). Fostering Resilience in the aftermath of divorce: The role of evidence. Based programs for children. *Family Court Review*, 43(1), 52-64.
- Poussin, G. & Martin-Lebrun, E. (1999). *Os filhos do divórcio. Psicologia da separação parental*. Lisboa: Terramar.
- Pruett, M., Insabella, G. & Gustafson, K. (2005). The collaborative divorce project: A court-based intervention for separating parents with young children. *Family Court Review*, 43, 38-51.
- Ribeiro, M. S. (2007). *As crianças e o divórcio. O diário de Ana. Uma história para os pais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sandler, I. et al. (2011). Long-term impact of prevention programs to promote effective parenting: Lasting effects but uncertain processes. *Annual Review of Psychology*, 62, 299-329.
- Sigal, A., Sandler, I., Wolchick, S. & Braver, S. (2011). Do parent education programs promote healthy post-divorce parenting? Critical distinctions and a review of the evidence. *Family Court Review*, 49, 120-139.
- Simões, M. C. & Ataíde, M. R. (2001). Conflito parental e regulação do exercício do poder parental: Da perspectiva jurídica à intervenção psicológica. *Psychologica*, 26, 233-259.
- Stolberg, A. (1988). Prevention programs for divorcing families. In L. A. Bond & B. M. Wagner (Eds.), *Families in transitions: Primary prevention programs that work* (pp. 225-251). Newbury Park, CA: Sage.
- Stolberg, A., Camplair, C., Currier, K., & Wells, M. (1987). Individual, familiar, and environmental determinants of children's post-divorce adjustment and maladjustment. *Journal of Divorce*, 11, 51-70.
- Stolberg, A. & Cullen, P. (1983). Preventive interventions for families of divorce: the divorce adjustment Project. In L.A. Kurdek (Ed.), *Children and divorce: new directions for child development*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Wall, J. (1992). Maintaining the connection: Parenting as non custodial father. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 9, 441-456.
- Wallerstein, J. & Kelly, J. (1980). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic.
- Wolchick, S. et al. (2009). The new beginnings program for divorcing and separating families: Moving from efficacy to effectiveness. *Family Court Review*, 47, 416-435.
- Wolchik, S., et al. (1993). The children of divorce parenting intervention: Outcome evaluation of an empirically based program. *American Journal of Community Psychology*, 21, 293-331.

CONFLITO E PAZ COM O SELF E O OUTRO NO CASAMENTO E SEXUALIDADE NA “ERA UMA VEZ... ADULTOS”

RITA ESTRADA

ASSISTENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

TERESA FAGULHA

PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



RESUMO

Partindo da teoria conflito-relacional de Stephen Mitchell, analisamos os conflitos expressos nas respostas dos homens aos cartões do casamento e sexualidade num estudo exploratório com a “Era uma vez... Adultos”. Uma prova projetiva de completamento de histórias apresentadas em banda desenhada, que tem como objetivo avaliar representações relacionais. Encontramos conflitos respeitantes à liberdade vs. obrigação social e às vantagens vs. desvantagens do casamento. E conflitos relativos à imagem do *self* e a uma fantasia triangular no contexto da sexualidade.

ABSTRACT

Starting from the relational-conflict theory of Stephen Mitchell, we analyze the conflicts expressed in the responses of men to the wedding and sexuality cards in an exploratory study with “Once upon a time... Adults”. A projective test of completion of stories presented in cartoons, which aims to evaluate relational representations. We found conflicts concerning freedom vs. social obligation and the benefits vs. disadvantages of marriage. And conflicts concerning the self-image and a triangular fantasy in the context of sexuality.

INTRODUÇÃO

A “Era uma vez... Adultos” é uma prova projetiva de completamento de histórias que pretende avaliar a forma como as pessoas se relacionam com o *self* e com os outros em contextos próprios da vida adulta. As relações com o *self* e o outro são atravessadas pelo conflito - esta é a tese da teoria conflito-relacional de Stephen Mitchell, e constitui o alicerce conceptual na análise das respostas a dois cartões da prova que efetuamos neste estudo. Assim, propomo-nos responder às seguintes perguntas: que conflitos surgem nas respostas dos homens nos cartões da “Era uma vez... Adultos” sobre o casamento e a sexualidade, e como se consegue construir a paz?

1. TEORIA CONFLITO-RELACIONAL DE STEPHEN MITCHELL

Stephen Mitchell (1946-2001) foi um psicanalista norte-americano defensor da chamada teoria relacional, que não consiste em nenhuma teoria específica, antes engloba um conjunto diversificado de perspetivas psicanalíticas que partilham a mesma tese (Fonagy, Gergely e Target, 2008; Aron, 1996/2009). Essa tese pode ser enunciada através da seguinte afirmação de Mitchell (1988): “Mind is composed of relational configurations” (p. 3).

Nas obras de Mitchell (1988, 1993, 2000/2003), encontramos uma conceção do ser humano baseada nas relações reais e imaginárias, externas e internas que cada pessoa estabelece

com os outros e consigo própria; essa conceção apoia-se em teorias de outros autores, no próprio pensamento de Mitchell e em casos clínicos, não havendo referência a investigação quantitativa. Esta ausência pode constituir uma fragilidade da sua obra, ainda que, a nosso ver, seja largamente compensada pela capacidade do autor em contextualizar histórica e socialmente as diferentes orientações teóricas, pela apresentação de casos clínicos e pelo valor das suas afirmações.

Duas teses fundamentais caracterizam a perspetiva de Mitchell (1988, 1993, 2000/2003): a vida dos seres humanos alicerça-se numa matriz relacional, e essa matriz relacional caracteriza-se pelo conflito. Ao agregar as suas duas teses fundamentais, Mitchell adota o modelo que denomina *relational-conflict model* - modelo conflito-relacional (Mitchell, 1988, p. 10).

Começemos por explicitar a sua primeira tese - a vida dos seres humanos alicerça-se numa matriz relacional. Isto significa que as relações são constitutivas das pessoas: a principal motivação dos seres humanos é estabelecer e manter relações, e a nossa personalidade forma-se nas experiências relacionais que temos ao longo da vida. Mitchell (1988) afirma, então, que “To be human means to be in relation to others, to be embedded in a relational matrix” (p. 170).

A matriz relacional constrói-se com base no externo, naquilo que se passa na área interpessoal, nas experiências relacionais reais, como também é influenciada por aquilo que se passa internamente, seja mais do campo do biológico / neurológico - temperamento, processos corporais, ativação fisiológica e emocional -, seja mais do campo cognitivo e afetivo - necessidades, expectativas do *self*.

Esta primeira tese de Mitchell não é propriamente inovadora; quer dentro da psicanálise, quer dentro da psicologia em geral, encontramos autores a defenderem o mesmo: basta, a título de exemplo, pensarmos na teoria das relações de objeto, ou na teoria da vinculação.

Passemos agora para a sua segunda tese - a matriz relacional caracteriza-se pelo conflito. Segundo Mitchell, "*Conflict is inherent in relatedness*" (1988, p. 160). O conflito surge no domínio intrapessoal, como, por exemplo, entre o nosso desejo de estarmos ligados aos outros e, ao mesmo tempo, de nos diferenciarmos deles. E no domínio interpessoal, entre, por exemplo, a disponibilidade desejada pelo *self* e aquela que é oferecida pelo outro (trata-se de um conflito que surge logo entre a criança e o seu cuidador). Assim,

Being a self with others entails a constant dialectic between attachment and self-definition, between connection and differentiation, a continual negotiation between one's wishes and will and the wishes and will of others, between one's own subjective reality and a consensual reality of others whom one lives. (Mitchell, 1988, p. 149)

Nesta conceção, percebemos também que as relações transportem sempre algum elemento de perda: "Connection with another always both actualizes and expands the self and also inevitably exacts a **price** in the narrowing of other options" (Mitchell, 1988, p. 277, a negrito por nós).

Interessantemente, também encontramos em Bowlby, um dos precursores da teoria da vinculação, o reconhecimento de que:

partnership is bought at a **price**. Since each partner has his own personal set-goals to attain, collaboration between them is possible only so long as one is prepared, when is necessary, to relinquish, or at least to adjust, his own set-goals to suit the other's. (Bowlby, 1969/1982, p. 355, a negrito por nós)

Ainda dentro da área da vinculação, estudos empíricos mostram como a interação entre a criança e a figura de vinculação apresenta ausência de sintonia, ou, utilizando o termo de Mitchell, conflito. Tronick e Gianino (1986) contabilizam que existe falta de sintonia em 70% do tempo de comunicação entre a criança e a mãe, sendo que em 34% a comunicação é corrigida; os autores consideram que essa situação indica à criança que a reparação é possível, e que ela própria tem um papel ativo nas suas relações interpessoais. Para esta mesma conclusão, aponta o estudo de Jaffe *et al.* (2001), em que se estabelece uma correlação positiva entre a vinculação segura e a interação criança-mãe em que existe uma coordenação intermédia, e uma correlação positiva entre a vinculação insegura e a interação em que há excesso ou défice de coordenação. Vemos, assim, que a necessidade de reparação na comunicação entre a criança e a mãe não é algo de negativo, muito pelo contrário: ajuda a criança a regular os seus estados emocionais, e mostra-lhe que é capaz de influenciar as suas relações.

George e Solomon (2008), também da área da vinculação, preocupam-se especificamente em investigar o sistema de cuidado, concluindo que este pode entrar em competição com outros sistemas comportamentais, como por exemplo o sexual, o exploratório, o de vinculação. Na verdade, os cuidadores costumam assumir outros papéis e estabelecer outras relações: são o parceiro sexual numa relação amorosa, investem na profissão, procuram apoio das suas figuras de vinculação. E

também pode haver competição dentro do próprio sistema de cuidado, quando o progenitor cuida de mais de uma criança.

No campo das teorias da evolução, encontramos uma perspetiva que aborda a questão do conflito entre pais e filhos: a chamada teoria do conflito progenitor-descendência (*parent-offspring conflict theory*) de Trivers (1974). Segundo este investigador, os filhos desejam por parte dos pais um investimento maior do que aquele que os pais, via seleção de comportamentos ao longo da evolução, têm para oferecer. Isto acontece porque pais e filhos têm interesses reprodutivos divergentes (na teoria da evolução, a reprodução é vista como o objetivo principal dos seres humanos (Simpson e Belsky, 2008)). Exemplificando: quando os filhos são bebés e muito dependentes dos pais, ambas as partes coincidem nos seus interesses reprodutivos, uma vez que está em causa a própria sobrevivência da descendência; quando os filhos crescem, os pais podem querer investir noutros descendentes, sendo assim levados a diminuir o investimento oferecido ao filho que já tinham para se preocuparem com nova descendência. Além disto, Trivers (1974) também considera que é preciso ter em atenção que o valor reprodutivo de uma criança depende de vários fatores, como por exemplo a saúde da criança, a idade da mãe, a existência de um pai, de outros filhos, o ambiente que circunda a criança.

Também encontramos investigação sobre a presença de conflito nos seres humanos no domínio da genética. Pesquisa efetuada nesta área revelou que os genes que herdamos dos nossos pais entram, por vezes, em conflito com os genes que herdamos das nossas mães, pois perseguem objetivos diferentes: de uma forma simplificada, o lado materno do nosso *self* conduz a comportamentos mais gregários, enquanto o lado paterno do nosso *self* leva a comportamentos mais ligados a questões de sobrevivência e de descendência (Trivers, 1997). Um exemplo: perante a possibilidade de uma ligação sexual consanguínea, o lado maternal do nosso *self* pode estar interessado em investir nessa ligação, pois é confortável aproximarmo-nos de uma pessoa com quem já estamos relacionados, enquanto o lado paternal do nosso *self* não está, pois pode ser prejudicial para a descendência. Interessantemente, o nosso esqueleto tem mais genes e células paternas ativas e o nosso cérebro tem mais maternas, com exceção do hipotálamo que regula o crescimento e o apetite. Podemos imaginar um conflito interno entre o neocórtex e o hipotálamo num diálogo metafórico: o primeiro diria "Eu gosto da família" e o segundo "Eu tenho fome" (Trivers, 1997, p. 393). Este tipo de conflito é experienciado a nível fisiológico e também psicológico.

Vemos, pois, que diferentes áreas da investigação - teoria da vinculação, teoria da evolução e genética - oferecem-nos dados que corroboram o modelo conflito-relacional de Mitchell.

Assumir, então, que o conflito faz parte da matriz relacional implica que teremos de lidar com o conflito no domínio intrapessoal e interpessoal ao longo da nossa vida. Como conseguimos isso? Aceitando, adaptando-nos, negociando. Assim, subscrevemos a conceção de que "coping entails a changed view of the "successful" man. He is not primarily a winner, but merely an accurate, authentic negotiator with himself, others, and life" (Haan, 1977, p. 4).

2. A "ERA UMA VEZ... ADULTOS"

A "Era uma vez... Adultos" é uma prova projetiva temática, que tem como objetivo avaliar representações relacionais, especificamente as relações com o *self* e com o outro. Foi criada

e está a ser estudada pela primeira autora no âmbito do seu doutoramento.

É um instrumento de avaliação que apresenta a mesma estrutura e funcionamento da “Era uma vez...” (Fagulha, 1992, 2002, 2008): uma prova projetiva de completamento de histórias apresentadas em formato de banda desenhada, destinada às crianças. A “Era uma vez...” apresenta características que a distinguem de outras provas projetivas. Em primeiro lugar, cada cartão da prova é constituído por um conjunto de nove cenas que dão continuidade à história inicial: essas cenas focam as dimensões que se pretende avaliar com a prova; também delimitam as respostas possíveis, o que facilita a interpretação, sem, contudo, se perder a variedade de resultados. A escolha de cenas para continuar a história é o primeiro pedido feito às crianças, sendo posteriormente dito para contarem a história que fizeram com as cenas - vemos, assim, a possibilidade de uma dupla resposta que a prova oferece, sendo esta outra das suas características distintivas. Em terceiro lugar, a fantasia inerente à prova e o aspeto lúdico associado ao manuseamento das cenas configuram um espaço transicional - área de elaboração emocional da experiência (Winnicott, 1971/1975). Por fim, é uma prova em que há lugar para uma espécie de diálogo entre o investigador e o participante, adquirindo assim um cariz relacional que não é comum nas provas psicológicas.

Tudo isto explica a aceitação e entusiasmo que encontramos por parte das crianças perante a “Era uma vez...” (Estrada, 2008). A “Era uma vez...” tem sido aplicada e estudada em várias investigações (vejam-se os estudos referidos em Fagulha, 2008), que têm revelado as suas potencialidades.

A ideia de construir uma prova do mesmo género para os adultos - a “Era uma vez... Adultos” - surge neste enquadramento, acrescentando-se outras razões. A “Era uma vez... Adultos” pretende avaliar representações e configurações relacionais e, consistindo numa técnica projetiva, permite aceder a aspetos mais emocionais e mais inconscientes dessas mesmas representações (cf. Blatt, Auerbach e Levy, 1997; Collins *et al.*, 2004). Além disso, a complexidade e dificuldade da avaliação implicam um investimento constante em novos instrumentos de avaliação e, por outro lado, o panorama português nesta área não é rico (Simões *et al.*, 2007).

A “Era uma vez... Adultos” é, então, constituída por cartões em banda desenhada, cada um retratando uma temática distinta. As histórias apresentadas nos cartões são desenhadas em três cenas. E cada cartão é acompanhado por nove cenas desenhadas no mesmo formato. Essas cenas constituem um dos elementos fundamentais da prova, pois nelas estão desenhadas distintas situações relacionais e afetivas em consonância com o tema de cada cartão.

O processo de definição dos temas dos cartões e cenas, bem como da categorização destas, está sustentado em literatura sobre o desenvolvimento do adulto. Em Eric Erikson, em cujos estádios da vida adulta nos inspiramos para criar as categorias da prova. Em Donald Winnicott, que serviu de base à criação da estrutura e funcionamento da “Era uma vez...” e também da “Era uma vez... Adultos”. Na teoria da vinculação, na teoria relacional, especificamente no modelo conflito-relacional de Stephen Mitchell, e na perspetiva de Sidney Blatt.

Para analisar as respostas, criamos um conjunto de parâmetros que procura dar conta de tudo que sucede na aplicação da prova. Além das cenas escolhidas, sequência e história verbalizada, a grelha de análise inclui parâmetros como reações verbais e não-verbais à prova e ao investigador, forma de comunicar, coerência da história, conflitos, mecanismos de defesa. Incluímos todos estes parâmetros, pois na aplicação de um

instrumento de avaliação é necessário considerar tudo o que se passa na situação de *testing* (Simões, 1999).

3. MÉTODO

3.1. PARTICIPANTES

Recorremos a uma amostra de conveniência de 20 participantes: 10 homens e 10 mulheres, com idades compreendidas entre os 33-56 anos. Aqui daremos apenas a conhecer as respostas dos homens. Num outro estudo (Estrada e Fagulha, 2010), apresentamos as diferenças de género que encontramos.

3.2. PROCEDIMENTO

A “Era uma vez... Adultos” foi aplicada pela primeira autora deste artigo que informou todos os participantes tratar-se de um ensaio de um teste psicológico que estava a ser estudado por si própria no seu projeto de doutoramento. Explicou-se que se tratava de um teste de completamento de histórias em banda desenhada. Foi garantida a confidencialidade e anonimato das respostas. Foi pedida autorização para gravar em áudio as respostas, devido à dificuldade em escrevê-las à medida que iam sendo verbalizadas.

Antes da aplicação da prova, foi pedido aos participantes para preencherem um breve questionário sociodemográfico, a versão portuguesa de uma escala de depressão - a C.E.S.-D. (Gonçalves e Fagulha, 2003) - e o Questionário de Estilo Relacional (QER, Moreira, 2000).

Durante a aplicação da prova, cada participante e a investigadora ficaram sentados a uma mesa, com a investigadora à direita. A investigadora colocava o cartão em cima da mesa, contava a história do cartão (o nome que é dado à personagem masculina que surge nas histórias é João), e depois apresentava as nove cenas. Surgia o primeiro pedido: a escolha de três cenas, entre as nove apresentadas, para completar a história. Retiravam-se as cenas que não foram escolhidas. Surgia o segundo pedido: a verbalização das histórias com as cenas escolhidas.

3.3. MEDIDAS

Utilizou-se a versão portuguesa de uma escala de depressão, a C.E.S.-D. (Gonçalves e Fagulha, 2003). E também o Questionário de Estilo Relacional (QER, Moreira, 2000). Os resultados destes instrumentos não serão analisados, já que estão fora do objetivo deste estudo.

E utilizou-se a “Era uma vez... Adultos”, constituída, no momento deste estudo exploratório, por quatro cartões respeitantes às seguintes temáticas: tempos livres, casamento, filhos e sexualidade. Uma vez que aqui só apresentamos os resultados relativos aos cartões *Casamento* e *Sexualidade*, apenas fazemos a descrição destes dois cartões.

No cartão *Casamento*, queremos avaliar o modo como as pessoas se situam em termos relacionais - com o *self* e com os outros - face ao casamento como acontecimento social e como forma de união entre duas pessoas. A história que contamos e que pedimos para ser completada é a seguinte: “O João recebe uma carta. Abre o envelope e é um convite de casamento. Olha para o convite e começa a lembrar-se de várias coisas”.

No cartão *Sexualidade*, queremos avaliar o modo como as pessoas se situam em termos relacionais - com o *self* e com os outros - face à possibilidade de uma relação sexual. A história que contamos é a seguinte: “O João viu o anúncio deste filme

numa capa de uma revista de programação da TV. Senta-se para ver. Está na companhia da Joana a ver o filme”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com o primeiro estudo exploratório realizado com a “Era uma vez... Adultos” foram vastos. Aqui apenas apresentaremos as histórias que foram verbalizadas pelos homens nos cartões sobre o casamento e a sexualidade. Nessas histórias, estão expressos determinados conflitos, e em alguns casos consegue-se construir a paz.

No cartão *Casamento*, em duas respostas não estão expressos conflitos. E em oito, encontramos conflitos respeitantes à liberdade *vs.* obrigação social que o convite de casamento origina e às vantagens *vs.* desvantagens de casar.

O conflito liberdade *vs.* obrigação social mostra-nos como as pessoas percecionam o casamento como acontecimento social. O desejo de não aceitar o convite de casamento surge de imediato, parece ser essa a vontade do *self*, mas esse ato de liberdade entra em conflito com o sentimento de desrespeito de uma obrigação social. Este conflito está expresso em cinco respostas. Numa delas, aparece enredado com outro conflito: o da liberdade *vs.* compromisso que o casamento como união entre duas pessoas implica. Exemplificaremos com três histórias.

Numa o conflito mantém-se:

- Portanto ele recebeu o convite e está a comentar com a mulher: “Olha recebemos um convite de casamento, fulaninho assim assim, la, la, la.” “Ó pá, temos de ir.” A esse programa do convite, se fosse recusável, ele recusava. Chegou o dia e ele foi-se arranjar, a pôr a gravata. Também só se põe gravata nos dias dos casamentos, estás a perceber. E pronto, e foi ao casamento, chega ao fim do dia cansado daquela festa, daquela coisa toda que é o casamento. ... se for como eu, não gosta de casamentos. Aquela cerimónia, depois as fotografias, depois a fotografia de conjunto e...

A aceitação do convite parece não ter origem no *self*, numa decisão do *self*, é algo que é percecionado como imposto do exterior. A forma como se lida com o conflito é através da resignação, não havendo nem uma reflexão sobre a situação, nem a sua elaboração emocional. O casamento sofre um processo de reificação, atente-se no uso da palavra “fulaninho” para nomear a pessoa que fez o convite, não tem um nome, o convite para a festa do casamento parece não ter origem em pessoas; sobressai e mantém-se o aspeto negativo do formalismo do momento.

Noutra resposta já parece haver alguma forma de adaptação:

- Que seca! Detesto casamentos. ... Eh, mas depois decide vestir-se, arranjar-se, comprar uma roupa bonita e ir ao casamento todo bem-disposto e apresentado, tentar ser o mais social e agradável possível.

Acontece que não há uma elaboração emocional do conflito, a passagem do sentimento de desagrado, face ao convite, para a decisão de estar bem com os outros não é elaborada. Os sentimentos e desejos do *self* são colocados de lado, para se conseguir a aceitação dos outros. Assim, estaremos perante uma excessiva adaptação aos outros.

Repare-se que em ambas as histórias surgem expressões na primeira pessoa, ou seja, por momentos os participantes expressam uma clara identificação com a personagem da história, assumindo o seu próprio sentir face à situação.

Noutra história, julgamos que se consegue lidar de uma forma mais madura com o conflito:

- Ora o João recebeu um convite de casamento. É assim, o João não é propriamente um bicho-do-mato, mas... se calhar não gosta muito de eventos sociais, se calhar sente-se um bocadinho embaraçado, algumas vezes. ... tinha vontade realmente de deitar fora o convite. Mas realmente por uma questão de educação e, sabendo que se fosse a situação dele não gostaria que o fizessem, resolve ir, resolve aceitar o convite. E ir à festa, ir ao casamento. Vai ao casamento. Depois resolve ir ao casamento, até levou o filhote. E sentiu-se agradado. Conseguiu divertir-se. Ao fim viu que valeu a pena. Se calhar até sentiu-se um bocadinho arrependido em ter pensado que poderia não ter gozado desse bom momento. Encontrou amigos há algum tempo atrás que já não via. Tornou-se um dia agradável, digamos.

Aqui há uma elaboração emocional do conflito que é visto como tendo origem no *self* e na relação do *self* com os outros. E essas configurações relacionais são pensadas e elaboradas. Esta parece ser a única destas três histórias em que se consegue construir a paz.

Num outro grupo de respostas, encontramos uma reflexão sobre o casamento como forma de união entre duas pessoas. Nessa reflexão, presente em três histórias, surge o conflito relativamente às vantagens *vs.* desvantagens dessa união. Aten-te-se na seguinte história:

- Recebi o convite para o casamento. Fiquei a pensar. Já fui casado, não é. Nas vantagens e desvantagens do casamento. Preparei-me para ir ao casamento. Vesti-me como normalmente. E os meus filhos acompanharam-me no casamento. Se calhar a certas alturas lembrava-me que é bom muitas vezes ter uma companheira. E se calhar outras lembrava-me que também é bom muitas vezes não ter. Isto é tudo um bocado... Se calhar pensaria nessa situação, uma vez que estávamos a falar do casamento, do relacionamento entre...

Nesta história há uma identificação imediata com a situação apresentada na prova, expressa pelo uso da primeira pessoa logo no início. O convite para o casamento conduz a uma elaboração da experiência passada do próprio participante, que reflete sobre ela no presente, manifestando a motivação mas também as dúvidas que existem no presente face à possibilidade de uma relação. Ao mesmo tempo esta história ilustra o conflito básico das relações: trazem ganhos, mas também acarretam perdas. O conflito mantém-se.

Nas outras duas histórias em que também surge o conflito relativamente às vantagens *vs.* desvantagens do casamento, o convite de casamento foi interpretado como um pedido de casamento para o próprio. Exemplificamos com a seguinte história:

- Isto aqui implica que namore com alguém. Se calhar há algum tempo já. E então apresentou-lhe um convite. Em vez de ser ele a convidar, não é. Ao fim de olhar para o convite pôs-se a imaginar o que é que isto dava. Foi tomar um cafezinho. Pensou: “O que é que isto vai dar?” No seguimento

pensou, pronto vai ser para aturar a mulher, mas de vez em quando ela há-de..., vai ter pontos bons e pontos fracos. E resumindo isto tudo assumiu o casamento. Portanto acho que se resume a isto. Resume-se a isso, a ela ter tido a iniciativa de... do convite de casamento e ele pensar um pouco que se calhar seria a melhor opção para fazer seguimento da vida que estava a ter.

Neste caso, o aspeto social da festa não é considerado, havendo de imediato lugar a uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens do casamento expressas na forma como se pondera em aceitar ou não o pedido de casamento. Nessa ponderação, há uma elaboração emocional da situação, permitindo a resolução do conflito e alcançar a paz.

Relativamente ao cartão *Sexualidade*, temos seis respostas em que encontramos conflitos relativos à imagem do *self* e a uma fantasia triangular. Sobre as outras quatro: uma não aborda a temática do cartão; noutra não está expresso qualquer conflito; noutra está expressa a recusa em elaborar o tema: o tema parece incomodar, certamente pela ansiedade que desperta; por fim, outra expressa a insegurança face à possibilidade de a relação terminar.

Em cinco respostas, encontramos conflitos relativos à imagem do *self*. Dessas cinco, em duas está também expresso um conflito respeitante a uma fantasia triangular. Este conflito surge isoladamente numa resposta.

Começemos por apresentar o conflito relativo à imagem do *self*. Atente-se nas três histórias seguintes:

- O João então, depois de ver na revista o anúncio de um filme que lhe agradava particularmente, resolve fazer um programa em casa com a Joana. E ao longo da exibição do filme a Joana vai dando demonstrações frequentes de, digamos, de algum apreço, alguma admiração pelo ator principal do próprio filme. Usando frequentemente expressões como “Vês João, olha como ele é.”, “Isto, sim, é um homem. Isto, sim, é um homem.” O João a dada altura sente-se incomodado com o contraste aparente entre a imagem do ator e o que ele próprio pensa ser. Sai da cama, levanta-se aborrecido, dirige-se ao espelho, e realmente validando algum contraste e considerando que isso é razão suficiente para que a Joana não tenha o devido apreço por ele, resolve deitar-se novamente e portanto virar as costas à situação e dormir.

- Eles estão a ver um filme amoroso, romântico. Estão os dois no sofá. Acaba o filme, ele tem um bocado de inveja do ator e vai-se ver ao espelho. “É pá estou mesmo gordo, comparado com o ator que está no filme.” E ela: “Não estás nada.”, diz ela e tal. Começam-se a enroscar e acabam na cama a fazer amor.

- A cena, pá, proporcionou uma aproximação. Emocional e física. Eh... mas acho que o homem sente-se sempre inseguro. Ele neste caso é capaz de estar a ver, não sei, imagino que esteja a ver a sua figura física, não será aquele que ele pensa que ela gostaria que tivesse. É uma coisa que eu acho que todos os homens sentem, não é. E as mulheres também. Mas acho que no fim tudo acaba bem, pronto, e eles têm sexo ou fazem amor, como quiserem. São expressões assim um bocado feitas mas pronto acho que... É uma noite centrada na mulher, no afeto e no físico, pronto. E na parte física sempre com os receios da praxe.

O conflito relativo à imagem do *self* nestas histórias poderia ser verbalizado da seguinte forma: “Eu quero envolver-me sexualmente contigo, mas preciso que tu me desejes, e não sei se sou um homem desejável, não sei se estou à altura das minhas e tuas expetativas de ser atraente e competente como homem”. Este conflito decorre da comparação que é feita entre a imagem de si próprio e uma imagem ideal do homem que conquista e atrai.

As formas diferentes como as pessoas se percecionam em termos relacionais com os outros e consigo próprias nestas três histórias ditam o seu final. Há um conflito entre uma representação do outro que garante aceitação, amor e uma representação do outro pautada por insegurança, avaliação crítica. Na primeira história, é uma relação que se caracteriza pela insegurança e desvalorização: a insegurança é intensa e, por isso, projetada na imagem desvalorizada que a companheira tem da sua imagem masculina; o conflito não é resolvido. Na segunda, há uma capacidade do *self* em reconhecer a insegurança perante a companheira e a esperança de ser aceite por ela; assim se resolve o conflito e encontra-se a paz. Na terceira, há uma aceitação de si próprio e do conflito: considera-se que a insegurança é uma condição humana, partilhada e partilhável; e desta forma se encontra a paz.

Em três respostas surge o conflito de uma fantasia triangular: na situação presente está a mulher com quem se tem uma relação afetiva e sexual, e na fantasia surge uma outra mulher que se deseja. Esta fantasia ilustra a divisão entre o afeto e a sexualidade - a mulher que se ama e a mulher que se deseja. Atente-se nas duas histórias seguintes:

- Não é que algumas vezes uma pessoa não esteja com uma e esteja a pensar na outra. Algumas vezes também acontece. Ninguém é santo. Ora muito bem, eles estiveram a ver um filme. Viram o filme os dois. De seguida deu a fome. Deu a fome, duas de conversa, mas tinha... a falar na... na sujeita do filme. Como é que tinha o cabelo, como é que ela estava. Ele lá com os pensamentos dele: “A miúda até estava gira.” Muito bem. Acabaram de jantar e pronto, tiveram de ir, como é que hei de dizer, queimar as calorias, para aquecer um bocado. Foram para casa, despertou-lhe um bocado o pensamento de alguns anos mais novos, do namoro, ao fim de ter visto o filme, não é. Pronto, e depois foram-se deitar.

- O João e a Joana estavam a ver um filme, um filme de amor. Entretanto ficou... ficou atraído pela menina do filme. Estava a jantar com a esposa e não deixava de pensar na... na atriz principal. Depois vai tomar o seu banhinho, começa a olhar para o espelho e disse assim: “Tem juízo, realmente, já passou o tempo dos devaneios. Cai na realidade.” E pronto, e depois entrega-se à sua paixão, pela esposa.

Em ambas as histórias, a demarcação entre fantasia e realidade é clara, e a escolha pela realidade também é clara. O conflito é resolvido através da aceitação da realidade do *self* e do outro, enquanto objeto de desejo. Consideramos que a fantasia funciona como um estímulo que assegurará a competência masculina, e é aceite sem que a culpa destrua ou impeça a possibilidade de viver o presente com o outro e obter satisfação. E assim se consegue a paz: o casal está junto e bem, a experiência sexual é sentida como uma experiência de união.

CONCLUSÃO

Não era nossa intenção apresentar um estudo que permitisse retirar conclusões generalizáveis. Pretendíamos, sim, apresentar o trabalho que estamos a desenvolver - a “Era uma vez... Adultos”, ilustrando como as respostas obtidas podem mostrar aspetos relevantes dos esquemas relacionais intra e interpessoais que afetam o que cada um sente, pensa e faz nas várias situações da vida.

A teoria conflito-relacional de Mitchell (1988, 1993, 2000/2003) defende que a matriz relacional se caracteriza pelo conflito. Ora, nas histórias que apresentamos, surgem conflitos que caracterizam a forma como nos relacionamos com o *self* e com os outros.

E como é que em algumas dessas histórias se consegue construir a paz? Aceitando a realidade do conflito, negociando, acreditando nas capacidades e valor do *self*, confiando na aceitação do outro. Além disso, o conflito pode, ou não, resolver-se na medida em que se experimenta uma relação em que se é valorizado. É essa resposta do outro que determina até que ponto o *self* vive a possibilidade de se sentir aceite, em paz, ou, pelo contrário, o sentimento de desvalor e rejeição impedem a resolução do conflito. A revelação do conflito e os modos de encará-lo e aceitá-lo, ou não, podem levar ao trabalho nunca terminado da sua resolução, num caminho constante para a aceitação do *self* e do outro, bem como para aceitação do *self* pelo outro ou, por outras palavras, para a paz.

Como conclusão final, julgamos que o grau de elaboração e de envolvimento emocional que as histórias apresentam constitui um forte incentivo à continuação do estudo e aplicação da “Era uma vez... Adultos”.

BIBLIOGRAFIA

- Aron, L. (2009). *A meeting of minds. Mutuality in psychoanalysis*. New York, Routledge. (Trabalho original publicado em 1996).
- Blatt, S. J., Auerbach, J. S. e Levy, K. N. (1997). Mental representations in personality development. Psychopathology, and the therapeutic process. In: *Review of General Psychology*, 1, pp. 351-374.
- Bowlby, J. (1969/1982). *Attachment and loss: Vol. 1.: Attachment*. 2nd ed. New York, Basic Books.
- Collins, N. L., et al. (2004). Working models of attachment: new developments and emerging themes. In: Rholes, W. S. e Simpson, J. A. (Eds.). *Adult attachment. Theory, research, and clinical implications*. 2nd ed. New York, Guilford Press, pp. 196-239.
- Estrada, R. (2008). “Era uma vez...”: emoções, defesas e fantasias. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Estrada, R. e Fagulha, T. (2010, Fevereiro). Homens e mulheres têm reacções emocionais diferentes face ao casamento e à relação sexual? Diferenças de género nas respostas aos Cartões II e IV da prova “Era uma vez... Adultos”. Comunicação apresentada no 8º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde - Saúde, Sexualidade e Género, ISPA, Lisboa, Portugal.
- Fagulha, T. (1992). *A prova “Era uma vez...”. Uma prova projectiva para crianças*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Fagulha, T. (2002). *Era uma vez... Prova projectiva para crianças*. Manual. Lisboa, CEGOC-TEA.
- Fagulha, T. (2008). “Era uma vez...” Prova projectiva para crianças. In: Almeida, L. S. et al. (Coords.). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*, Vol. II. Coimbra, Quarteto, pp. 109-122.
- Fonagy, P., Gergely, G. e Target, M. (2008). Psychoanalytical constructs and attachment theory and research. In: Cassidy, J. e Shaver, P. R. (Eds.). *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications*. 2nd ed. New York, The Guilford Press, pp. 783-810.
- George, C. e Solomon, J. (2008). The caregiving system: a behavioral systems approach to parenting. In: Cassidy, J. e Shaver, P. R. (Eds.). *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications*. 2nd ed. New York, The Guilford Press, pp. 833-856.
- Gonçalves, B. e Fagulha, T. (2003). Escala de depressão do centro de estudos epidemiológicos (C.E.S.-D.). In: Gonçalves, M. M. et al. (Coords.). *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa*, Vol. I. Coimbra, Quarteto, pp. 33-43.
- Haan, N. (1977). *Coping and defending. Processes of self-environment organization*. New York, Academic Press.
- Jaffe, J. et al. (2001). Rhythms of dialogue in infancy: Coordinated timing in development. In: *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 66 (2, Serial No. 265).
- Mitchell, S. A. (1988). *Relational concepts in psychoanalysis. An integration*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Mitchell, S. A. (1993). *Hope and dread in psychoanalysis*. New York, Basic Books.
- Mitchell, S. A. (2003). *Relationality: from attachment to intersubjectivity*. New York, Routledge. (Trabalho original publicado em 2000)
- Moreira, J. M. (2000). *Manual do Questionário de Estilo Relacional (QER)*. Universidade de Lisboa, Portugal, não publicado.
- Simões, M. R. (1999). O ensino e a aprendizagem da avaliação psicológica: o caso da avaliação da personalidade. In: *Psychologica*, 22, pp. 135-172.
- Simões, M. R. et al. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: dos novos desenvolvimentos às políticas de investigação em Portugal. In: Simões, M. R. et al. (Coords.). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*, Vol. III. Coimbra, Quarteto, pp. 9-23.
- Simpson, J. A. e Belsky, J. (2008). Attachment theory within a modern evolutionary framework. In: Cassidy, J. e Shaver, P. R. (Eds.). *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications*. 2nd ed. New York, The Guilford Press, pp. 131-157.
- Trivers, R. L. (1974). Parent-offspring conflict. In: *American Zoologist*, 14, pp. 249-264.
- Trivers, R. L. (1997). Genetic basis of intrapsychic conflict. In: Segal, N. L., Weisfeld, G. E. e Weisfeld, C. C. (Eds.). *Uniting psychology and biology: Integrative perspectives on human development*. Washington, DC, American Psychological Association, pp. 385-395.
- Tronick, E. Z. e Gianino, A. (1986). The transmission of maternal disturbance to the infant. In: *New Directions for Child Development*, 34, pp. 5-12.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago.

ADÓNDE ESTÁN LOS DERECHOS DE NIÑOS Y ADOLESCENTES? FAMILIAS, INSTITUCIONES JURÍDICAS Y PROTECCIÓN INTEGRAL

ULISSES CAMPOS DE ARAÚJO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR - NPEJI/UCSAL . BRASIL

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR - NPEJI/UCSAL . BRASIL



El niño gozará de protección especial y deberán serle dadas oportunidades y facilidades a través de la ley y otros medios para su desarrollo psíquico, mental, espiritual y social en un ambiente saludable y normal y en condiciones de libertad y dignidad. En la elaboración de las leyes con este propósito, el superior interés del niño constituirá la preocupación fundamental.

Principio 2º de la Declaración de los Derechos del Niño de 1959

Todas las decisiones relativas los niños, adoptadas por instituciones públicas o privadas de protección social, por tribunales, autoridades administrativas, o órganos legislativos, tendrán primordialmente en cuenta el interés superior del niño.

Artículo 3º de la Convención sobre los Derechos del Niño de 1989

Las relaciones conyugales y la filiación están, bajo la protección de las letras jurídicas, previstas y encubiertas desde antaño. Las codificaciones y arreglos para controlar, proteger y asesorar la formación, la composición y, sobre todo, la ruptura de esos vínculos están matizados en los Derechos Canónico y Civil. A pesar de un largo proceso de aproximaciones entre el ámbito público (Estado) y privado (Familia, Conyugalidades y Filiación), el advenimiento de nuevas tecnologías y bioética, aportes del cotidiano y de la vida social en constante cambio señalaran nuevas configuraciones en las relaciones familiares y en los contratos consonantes a ese *modus vivendi*, especialmente cuando mencionamos temas como libertad y justicia sociales, el enfoque puede ser dado a partir de instituciones y legislación que tienden a proteger niños y adolescentes cuando hay ruptura del contrato conyugal realizado por sus genitores.

La reflexión presentada en este capítulo indica una aproximación de una referencia teórica (familias monogámicas, heterosexuales y establecidas a partir de la codificación civil brasileña) y legal (Estatuto del Niño y del Adolescente - Ley 8.069 de 17 de Julio de 1990 - y Código Civil - Ley 10.406 de 10/1/2002) para explicar la realidad fáctica, así como la obser-

vación del suceso de la protección de los hijos más pequeños, manifiesta en el transcurso del fin del vínculo de los cónyuges y la actuación de los actores envueltos en los procesos referidos.

El instrumental analítico prevé expresamente la aplicación, en todos los casos, de la Protección Integral, teoría supra constitucional, escrita en el Estatuto del Niño y del Adolescente, que menciona en su Artículo 1º que la ley será regida por ese Principio^[53]. La tutela especial/protección integral del niño y del adolescente es dada en razón del reconocimiento señalado en la Declaración de los Derechos del Niño que, en virtud de la falta de madurez física y mental, el niño necesita de protección y cuidados especiales, incluso la debida protección legal, tanto antes cuánto después de su nacimiento [ONU-BRASIL, 2008].

Partiendo del presupuesto de la integralidad y teniendo como foco de análisis el rompimiento de vínculos familiares, otro factor puede ser agregado para observancia de condicionales, como la definición de la paternidad. Delante de ese proceso, un nuevo enfoque es necesario, distanciándose de las relaciones modelos y convencionales, llevándose en cuenta la implicación de diversos miembros y factores. Los medios refuerzan a todo momento esa concepción (familia feliz), “ya que en las propagandas del sector alimenticio e inmobiliario es común vender aquella familia compuesta de padre, madre, hijos y abuelos, perros, etc. Es lo que llamamos de familia idealizada incluso por las parejas” [CERVENY, 2006, p.88].

Las familias actualmente presentan composiciones complejas y heterogéneas, además de plurales y basadas en afecto, donde los actores conyugales cada vez más se funden o se confunden. Hombres y mujeres son proveedores, protectores y cuidadores^[54], librándose de la cultura que idealiza la fami-

53 Protección Integral puede ser referendada a través de diversos documentos internacionales, como la Declaración de Ginebra, de 1924, sobre los Derechos del Niño y en la Declaración de los Derechos del Niño, adoptada por la Asamblea General en 20 de noviembre de 1959, y reconocida en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, en los estatutos e instrumentos de agencias especializadas y de las organizaciones internacionales que demuestran interés por el bienestar del niño sostenido a partir de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño, adoptada por la Resolución L.44 (XLIV) de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en 20 de noviembre de 1989. El día 13 de julio de 1990, sin embargo, cuando de la promulgación del Estatuto del Niño y del Adolescente, el Brasil, ya recepcionara esta teoría, la cual vendría a ratificar en 20 de septiembre de 1990.

54 Castro, Miranda y Almeida (2007) resaltan que entre los cambios históricos vividos en el ambiente familiar se pueden incluir las relaciones de género y con estas la desestabilización de la figura del padre como recurso de la ley y de la autoridad. Ver Carvalho, Cavalcanti, Almeida y Bastos (2008).

lia por el casamiento monogámico, con hijos, habitando en la misma casa.

Grandes transformaciones alteraron ese cuadro, pues la dinámica familiar impuso y las letras jurídicas no pudieron dejar de lado esta nueva realidad. Modificaciones, alteraciones e indicativos institucionales para acercarse de esas relaciones fueron creados y priorizados los últimos años, especialmente dentro de las Varas de Familia y Núcleos de Conciliación Previa— creados especialmente a partir de esa última década. Las tareas se comparten e impulsan para disminuir los conflictos y proteger hijos/as. Finalmente, comprensión, cooperación y, incluso, competición, se hicieron elementos de convivencia conyugal.

Investigando el enigma de la relación familia/divorcio surge en relación a los hijos una cuestión a ellos concerniente: ¿existen diferencias de impacto del divorcio/separación para hijos/as de diferentes edades (desde bebés hasta hijos adultos)? Es posible percibir impactos y efectos en relación a los adultos y a los niños distintamente cuando del proceso de separación/divorcio, debiéndose llevar en consideración personalidad, grupo familiar, herencia y actitudes, salud y otros factores que componen la vida de aquellos que pasan por las transiciones críticas precipitadas por el divorcio [KASLOW & SCHWARTZ, 1995]. Para los niños y adolescentes, comprendieren la separación o el divorcio se hace vital para su desarrollo y construcción de relaciones sociales, familiares e individuales [CARTER & MCGOLDRICK, 2001].

En la óptica del Derecho brasileño, el proceso de separación y divorcio es visto como una solución jurídica en el que se refiere al rompimiento del contrato civil. La imposibilidad de continuar la vinculación, no importa cual motivo y origen del conflicto, siendo presentada en la diaria forense, serán dadas respuestas a esta situación, tanto formal como informal. En este último caso, a través de un proceso de disolución de sociedad de hecho (anterior la Constitución Federal de 1988) o de disolución de Unión Estable (post Constitución Federal de 1988) o de separación consensual o divorcio (si casados). La separación/divorcio visa disolver legalmente una situación provocada intencionalmente por cualquiera de los cónyuges, pero que imposibilita la convivencia y mantenimiento de la convivencia. En este caso, basta para el divorcio o para la separación de cuerpos, el suceso de circunstancias objetivas o personales que perturban o dificultan el mantenimiento de la sociedad conyugal [CAHALI, 2000].

RUPTURA CONYUGAL Y PROTECCIÓN INTEGRAL: PADRES/MADRES & HIJOS/AS EN LA CUERDA FLOJA

Todo niño cuyos padres se separaron tiene derecho a la historia de su familia, es decir, a su patrimonio familiar, genético, social y espiritual, así como a su familia ampliada: abuelos, primos, tíos...

Maria Saldanha Pinto Ribeiro, 2007

La ruptura conyugal no significa de inmediato una solución, visto que - cuando con filiación - esos individuos aún continuarán a compartir responsabilidades económicas, sociales, emocionales y familiares. Por eso, el apoyarse en la Protección Integral y en el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) es indicativo de puntos distintos para la resolución de un mismo proceso. Ambas legislaciones fueron introducidas en la Cons-

titución de 1988, tomando como fundamentos los principios básicos de la “Convención Internacional sobre los Derechos del Niño”, ya ratificados por la Organización de las Naciones Unidas, aprobada en noviembre de 1989 y consolidada en el Brasil a través del Decreto 99.710 de 21/11/1990.

Antes, Brasil ya había denunciado su preocupación con el asunto, firmando la Declaración Universal de los Derechos del Niño de 1959 y, después de la égida de la Carta Magna, firmó en 1992, el llamado pacto de San José, en la verdad, la Convención Americana de Derechos Humanos. Se destacan aún la resolución 40.330 de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas de 29/11/1985, las directrices de Riad y las Reglas Mínimas de las Naciones Unidas para la Protección de Jóvenes privados de Libertad [PEREIRA, 1997].

La protección integral establece el reconocimiento del valor del niño en el sistema jurídico de un Estado soberano. Su adopción muestra el grado de implicación y compromiso del signatario con la protección de la infancia y, finalmente, con la inversión en el futuro de esta Nación [GARCÍA MENDEZ, 2001]. Definida así, lo que resta para la implantación de la doctrina es la constatación que esta no se compatibilizará con la anterior doctrina de la Situación Irregular (Código de Menores). Su suceso depende básicamente de Políticas Públicas (programáticas y de atención) y aplicación de medidas de protección (art. 98 y 101 del ECA) para niños y adolescentes en situación de riesgo social y personal [PESTAÑA, 2008].

Considerando los aspectos ontológicos del tema, la doctrina de la Protección Integral, narrada en el texto de la Convención Internacional para los Derechos del Niño, refuta el asistencialismo y exalta el niño y el adolescente como sujetos de derechos y no objeto de la norma. Esta Convención presentó un paso en dirección a la comprensión del significado de la protección, percibiendo niños y adolescentes como personas en peculiar situación de desarrollo [PEREIRA, 2008]. Es la narrativa de su artículo 2º que prima por la toma de medidas protectoras por parte de los Estados-miembros “para asegurar la protección del niño contra toda forma de discriminación o castigo a causa de la condición, de las actividades, de las opiniones manifestadas o de las creencias de sus padres, representantes legales o familiares”.

En consonancia con el texto constitucional, al establecer que es deber de la familia, como primera receptora de un ser humano, alineada con la Convención y con la doctrina de la Protección Integral, invierte un pensamiento primario que siempre transfiere al Estado la responsabilidad por la acogida de esta. Protegerlos se hizo cuestión de la Familia, de la Sociedad y del Estado - en esa orden - y, en el artículo 227 de la Constitución Federal, se presenta la invocación de los principios de los Derechos Humanos, de la absoluta prioridad, del derecho a la vida, a la cultura, a la libertad, a la dignidad, y de salvaguarda en toda y cualquier circunstancia, proyectándose todos esos en un solo: Protección Integral.

Art. 227 - Es deber de la familia, de la sociedad y del Estado asegurar al niño y al adolescente, con absoluta prioridad, el derecho a la vida, a la salud, a la alimentación, a la educación, al ocio, a la profesionalización, a la cultura, a la dignidad, al respeto, a la libertad y a la convivencia familiar y comunitaria, además de colocarlos a salvo de toda forma de negligencia, discriminación, explotación, violencia, crueldad y opresión.

Se observa que control social quiere demostrar que en la interdisciplinaridad de las ciencias, en cuanto a la tutela jurídica y social del niño y del adolescente, se puede, tanto en

el campo sociológico, donde el control social es una función denominada estabilidad normativa, o garantía de que determinados modos de estructurar valores específicos a una sociedad en su conjunto, son conocidos por todos y que están suficientemente motivados a aceptarlos y a curvarse delante de sus exigencias ... el Estado prevé la protección del niño y adolescente y crea instrumentos para estructurar el principio de la protección integral [PESTAÑA, 2008, p. 5].

A pesar de la protección estar como punto crucial, las acciones que no atiendan a las necesidades básicas de alimentación, vivienda, educación, salud y ocio constituyen descuido y desinterés, por lo tanto, consideradas un acto de negligencia - sea por partes de los padres/genitores o de cualquier miembro responsable. Considerando que quién actúa de esta forma contra el niño y el adolescente viola sus derechos básicos, debiendo ser punido, sea por acción o por omisión en los términos de la ley [CURY, 2005]. Así asertiva indica que, en procesos de guardia, separación y divorcio donde niños y adolescentes componen el litigio, la obligación de protegerlos es inmediata, como poder-deber, de todos los envueltos. Operadores del Derecho deben dirigir todos los esfuerzos para resguardarlos de negligencia, discriminación, explotación, violencia, crueldad y opresión, acaso detectados en el proceso o incluso provocados por los padres o por uno de ellos en su propio interés, visando el mejor interés del niño y del adolescente, rebasando los intereses de sus padres-genitores que, evidentemente, buscan su propia satisfacción en un ejercicio de guardia parental o compartida - como indica la ley n. 11968 de junio de 2008. En el Brasil, el sector responsable por los niños en procesos judiciales que versan sobre guardia, separación y divorcio aún es visto con reservas, a pesar de la disposición de la Convención Internacional. Ya el sector responsable por los adolescentes es más común, justificando el censo común de que estos puedan mejor motivar su gana de residencia [DINIZ, 2003].

A los niños deben ser explicadas las responsabilidades de los padres por ellas y quienquiera y quién no quiere separarse/divorciar. Aquel que desea la separación/divorcio, siendo un adulto responsable, ve la solución para sí, como muy acertada, a fin de continuar a vivir en mejor calidad. Es importante que el niño sepa que el divorcio es algo absolutamente necesario, inclusive para mantenimiento del vínculo familiar [DOLTO, 2003b]. La revelación de mejores condiciones para el ejercicio de la guardia de uno/a hijo/a, por veces, huye la observación empírica judicial y ministerial. Ni siquiera los abogados de las partes pueden hacerlo. Es necesario que se determine, en Juico, el esmerado trabajo de un equipo multidisciplinar que ayudará en el trabajo de decisión de entrega del niño o del adolescente para la guardia [CURY, 2005].

La hipótesis de no convivencia con su familia (biológica o adoptiva) será plausible en imposibilidad moral, psíquica o material (en este caso, con concordancia de los padres) de su familia originaria. Sólo serán allá colocadas en la forma de guardia, tutela o adopción. Si los padres biológicos no presentan condiciones psicológicas o emocionales de guardar^[55] su(s) hijo(s), destáquese, excepcionalmente, podrá el Poder Judicial determinar que la guardia quede con otra persona de la familia que mejor presente condiciones del hacer. Lo que está en juego es la seguridad, el bien estar y la preservación del mejor interés del niño y del adolescente. Son hipótesis raras, sin em-

bargo, posibles de ocurrir [DOLTO, 2003a], a pesar de revelar una paradoja presente en el papel abstracto del Estado como reglamentar de las actividades públicas y privadas bajo los dictámenes de una mercantilización de las relaciones sociales.

Aspectos peculiares y aparentemente menos relevantes como cambio de residencia y de domicilio de uno de los padres, cuando de la separación, es también objeto de ancha especulación. Siendo centro de negocios y vivencia diaria, el domicilio casi siempre implica en interminables discusiones sobre guardia de hijos, no raro siendo víctimas las mujeres que, en especial cambio con ocasión de trabajo son obstadas de haber consigo sus hijos, ante la alegación que no fuera objeto de previsión del divorcio.

Habiendo el divorcio, existen decisiones a ser tomadas, principalmente con la presencia de hijos. Kaslow & Schwartz [1995] establecen premisas a ser observadas en este instante: niños no son propiedades; no son bienes conjugales que puedan ser comercializados o hendidos; las decisiones sobre con que ellas van a vivir no pueden estar condicionadas al montante de la pensión pagada o la cual de los dos cónyuges sea lo más rico.

HECHO, NORMAS Y VALORES: GUARDIA, SEPARACIÓN Y DIVORCIO EN SALVADOR

En el contexto de esa investigación fue realizada el análisis del discurso, verificándose documentación primaria (los procesos judiciales de Guardia, Separación y Divorcio) con estudio de la subjetividad y atención al habla de los actores sociales y matices más detallados del que sucede en el contexto familiar. El Derecho propone una investigación panorámica y más amplia, vinculando Hecho y Normas - privilegiando la prestación pecuniaria y asistencial -, ya la protección integral - a través de la Sociología y de la Psicología - lleva en consideración los valores de la complejidad del concepto del que es Familia en su construcción/institución.

Ya un enfoque de bienes más económico - posible también a través de la recolecta de datos - vislumbra el hecho, sin se descuidar de la micro-unidad de suceso. Por su ángulo, realiza la evaluación de la familia desde su vertiente originaria: la solidaridad. Las generaciones son unidades económicas por excelencia, produciendo y reproduciendo a partir de la herencia y concentrando mayor productividad/actividad entre 16 y 64 años de edad, donde se concentran tanto consumo individual cuanto sostengo de descendientes y ascendentes. Es la redistribución interna del excedente entre sus miembros [DOWBOR, 2005].

El Derecho relata el trípede sociológico "Hecho-Valor-Norma", considerando la Norma como el resultado de la tensión entre Hecho y Valor. Hecho es el evento social, por lo tanto, auto-explicativo. Por su turno, Norma es la regulación del Hecho, a través de la contribución legislativa: represiva (sancionadora) o distributiva. La problemática surge en el Valor. Si para el Derecho este es el mediador del conflicto entre Hecho y Norma, para la Economía, Valor es la representación del resultado efectivo del Hecho: sus consecuencias. En este contexto, la superficial atención dedicada a la comprensión del concepto valor es responsable por el equívoco en tratar los procesos conforme vertiente económica en detrimento de los aspectos sociales.

La familia, bajo la égida del *economicismo* que impera en las relaciones sociales, constituye un proceso, una sucesión de situaciones que componen nuestra reproducción social. Si hay recomposición/reconstrucciones de una generación su efecto puede ser señalado en las subsecuentes. El factor

55 Observe que en el lenguaje jurídico-institucional se usan términos como guardar, proveer y proteger, pero no cuidar. Ese abordaje fue desarrollado en el artículo de Carvalho, Cavalcanti et alli (2008).

trabajo, representa una continuidad entre las generaciones y constituye elemento esencial para organización de la convivencia social. Habiendo ruptura entre trabajo, producción y familia, esta última vivirá sobremanera un nuevo arreglo/recomposición ya que aquel debe ser organizado para mejorar las vidas de las familias y servir de regulación social [ACOSTA & VITALE, 2005].

Tomando como premisa la idea de que ante el proceso de separación y divorcio de los padres, los hijos deberán estar asegurados por la protección integral, la investigación estuvo pautada en la elección aleatoria de dos de las catorce varas de Familia de Salvador, añadidas en la investigación en una de las dos varas especializadas de la Infancia y Juventud (no se puede las confundir con las dos varas criminales especializadas en crímenes contra el niño y el adolescente). O, tomándose por base la elección de las varas⁵⁶, se optó por la misma sistemática en la metodología de elección de los procesos. Se decidió que 3% del total, objeto de la pesquisa (Separación Judicial y Divorcio litigioso) serían verificados en su titulación por vara: Separación y Divorcio, en las varas de Familia, y Guardia (situación de riesgo social), en la vara de la Infancia y Juventud, destacando solamente el tramitado el año de 2007, cuando fueron encontrados un total de 1826 procesos, siendo 162 procesos.

PUNTOS DE REFLEXIÓN: ¿LA COMPLEJIDAD Y LA PROTECCIÓN ESTÁN GARANTIZADAS?

La familia en la modernidad es plural, compleja y exige un mirar interdisciplinar. Destacada de estereotipos, cambia de formato, avanzando en la subjetividad y en el asignado para su identificación. La Constitución de 1988 establece la familia como la oriunda de la boda (institucional) y de la relación pública estable entre hombre y mujer [FARIAS E ROSENVALD, 2008]. A buen seguro es una estructura mutante, multifacética y se modifica constantemente. Los arreglos familiares son cada vez más comunes y frecuentes, sin que se pueda establecer de forma radical lo que es una familia, sino por la cuidadosa observación del sentido de la palabra.

Sea por boda o unión estable, el acto de hacerse pareja es tarea compleja en el ciclo de vida de las personas. La visión romantizada de la transición, aumenta y mucho esta complicada acción. Las ceremonias son rituales de pasada y, vistas como solución para la soledad o para problemas con la familia originaria. Los mitos se acumulan y, finalmente, se descubre que no hay felicidad eterna y constante. Surgen las crisis y sus negociaciones [CARTER & McGOLDRIC, 1989]. Siendo decidido el Divorcio, uno de los problemas que surgen es la desestructuración brusca de la afectividad del niño, como una de las dificultades por ella enfrentada. Los hijos deben ser avisados del que se está preparando en el inicio del proceso y del que quedará decidido a su final [DOLTO, 2003a]. Tanto la letra de la Ley (Código Civil de 2002), en cuanto a jurisprudencia brasileña alerta que el derecho de los padres en tener sus hijos en situación de Separación o Divorcio, es relativo. Deben demostrar aptitud y equilibrio psíquico para pleitear la Guardia de sus hijos.

Art. 1.584. Decretada la separación judicial o el divorcio, sin que haya entre las partes acuerdo en cuanto a la guardia de los hijos, será ella atribuida a quién revele mejores condiciones para ejercerla.

Párrafo único. Verificando que los hijos no deben permanecer bajo la guardia del padre o de la madre, el juez deferirá su guardia a la persona que revele compatibilidad con la naturaleza de la medida, de preferencia llevando en cuenta el grado de parentesco y relación de afinidad y afectividad.

La convivencia con los padres será compartida (o lo debe ser, teóricamente, por determinación de la reglamentación de visitas por la Justicia) [CERVENY, 2006]. Cuando en edad de seis a doce años, priman por la presencia de los padres y, casi siempre, uno de ellos acaba sobrecargado con las tareas diarias del niño. Cuando adolescentes, toda la familia “adolesce”, siendo común, por fuerza de los conflictos creados que ocurran separaciones en esta fase. En la fase madura, los hijos, en general, ya no viven con los padres y su impacto es más pequeño. ES objeto de estudio de este trabajo, el suceso de separaciones y divorcios en la infancia y a que envuelve adolescentes [CERVENY, 2006]. Los procesos de Separación y Divorcio Litigiosos que envuelven disputa de guardia de hijos más pequeños de dieciocho años y/o pago de alimentos a estos hijos tiene como personajes personas que no pidieron para participar del acto de ruptura, de unión o de estrechamiento.

De los análisis procesales ocurrentes en la Séptima y Octava varas de Familia de Salvador, objeto de ese capítulo, algunas conclusiones pueden ser presentadas:

- 1) En las cuestiones de género, la iniciativa de la solicitud de separación o divorcio fue en la orden del 100% femenino. Las mujeres tomaron la iniciativa por cuatro razones básicas:
- 2) Abandono del compañero en búsqueda de la preservación de los hijos;
- 3) Busca de la protección económica, a través del pago de la pensión alimenticia;
- 4) Violencia doméstica, incluso que en grado moderado;
- 5) Inclusión geracional económica: abuelas son compelidas a arcar con los gastos de vivienda y alimentación de hijos y netos.

Lo que está sucediendo es que la familia deja de asegurar ese puente entre productores y no productores, mezclando y rehaciendo por veces un modelado donde generaciones - hijos y netos - están bajo la responsabilidad de las abuelas, que ejercen el papel-llave de proveer y sostener la prole en su más compleja interpretación. Aseverando una relación armoniosa con los patrones de valor presentes en una sociedad orientada para las relaciones de producción. Así situación es recurrente en el levantamiento de los procesos, como ejemplificado en uno de la 7a. Vara de Familia, donde la petición inicial resalta el apoyo de ambas abuelas, materna y paterna. Mientras la abuela materna recibió la madre y el hijo más pequeño, abrigándolos y dándoles el soporte necesario a su supervivencia; la abuela paterna le daba la cuantía de trescientos y cincuenta reales por mes para ayudarla mientras no recibían pensión alimenticia del ex-marido y padre.

Por cuenta de las constantes desavenencias y para preservar el hijo, hubo un consenso entre la pareja de que la mujer saldría de la casa con el hijo para vivir con su genitora, teniendo lo Separando incluso providenciado *la ornamen-*

56 Ver tesis de maestría Ulisses C. de Araújo. A Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Processos de Guarda, Separação e Divórcio (Um estudo das 7a. e 8a. Varas de Família e 1a. Vara da Infância e Juventude ano de 2007). Salvador: UCSAL, 2008.

tación del cuarto del hijo en el departamento de la abuela materna, así como la transferencia de los muebles del niño, teniendo esto sucedido en 15 de diciembre de 2006. (Proceso 3, p.82) (Grifo nuestro).

Desde que paso a vivir con la genitora que el ex marido no da pensión para la Autora y el hijo más pequeño, siendo que la madre del Reo viene dando sólo R\$350,00 por mes. (Proceso 3, p.97) (Grifo nuestro).

Para los abuelos, el cambio en esa transición es a de pasar para una posición secundaria, en que pueden permitir a los hijos sean las autoridades paternas principales y establezcan un nuevo tipo de relación cariñosa con sus nietos. Para muchos adultos, esta transición es gratificante, que les permite tener intimidad sin la responsabilidad que la paternidad requiere. Ora, si el Estatuto del Niño y del Adolescente prevé el principio de la Protección Integral en toda la aplicación de aquella ley, por sí y por determinación constitucional, este mismo principio, debe ser contrastado, postulado y aplicado en los círculos judiciales, especialmente en los procesos asignados a las varas de familia. El principio de la Protección Integral debe ser invocado y apuntado en los Procesos de Divorcio, Separación y Guardia Litigiosos, por los Jueces en sus sentencias, por los Fiscales de Justicia en sus pareceres y por los Abogados en sus peticiones [NÉRY JÚNIOR, 2002].

Por todo histórico del Derecho que rige la Infancia y la Juventud, por la urgencia que las generaciones requieren que se aplique el principio de la protección integral en toda su extensión, existe una necesidad de ir además de las letras jurídicas y avanzar más en el campo de la multireferencialidad para decisiones y aportes que acarrearán cambios en la vida cotidiana de las familias. Que sea invocado siempre que el derecho de un niño o adolescente sea amenazado, en cualquier circunstancia de la vida, principalmente cuando esa sea mayor que su capacidad de soportarla. Que el principio sea efectivo y global, interpretado en su mejor interés y disponga de instrumental académico e institucionalizado como manera de asegurar así principio.

BIBLIOGRAFIA

- A.AZEVEDO, *Estatuto da família de fato*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2001.
- M. BASTOS, *Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BRASIL. *CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- C. BRUSCHINNI, Teoria crítica da Família. In: M.A.AZEVEDO & V. NOGUEIRA (Orgs), *Infância e violência doméstica, fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- Y.S. CAHALY, *Divórcio e separação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- A.M.A.CARVALHO, V.R.S. CAVALCANTI, M.ALMEIDA & A.C. BASTOS, Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?. *Paidéia*, 2008, vol.18, n.41, pp. 431-444.
- B.CARTER & M.MCGOLDRICK, *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- M.G.CASTRO; M.B.MIRANDA & N.ALMEIDA, Juventude, gênero, família e sexualidade: Combinando tradição e modernidade. In: A. BORGES & M.G.CASTRO (Orgs.). *Família, gênero, gerações*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- V.R.S.CAVALCANTI. & J.C.PETRINI, *Família, Sociedades e Subjetividade: Uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- C.M. CERVENY, *Família em movimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- M. CURY, *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. São Paulo: Malheiros, 2005.
- M.H.DINIZ, *Comentários ao Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- F. DOLTO, *Destino de criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a
- F.DOLTO, *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.
- L. DOWBOR, A Família como unidade econômica. In: A.R. ACOSTA & A.M. VITALE (Orgs.), *Família. Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez/ PUCSP, 2005.
- C. FARIAS & N.ROSENVALD, *Direito das Famílias*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.
- T. FÉRES-CARNEIRO (Org.), *Família e Casal*. Arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003.
- T. FERES-CARNEIRO, Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, UFRGS, 1998, vol.11/002.
- E. GARCÍA MÉNDEZ, *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- F.W. KASLOW & L.L.SCHWARTZ, *As dinâmicas do divórcio*. São Paulo: Editorial Psy, 1995.
- N. NÉRY JÚNIOR & R. M.NÉRY, *Novo Código Civil e legislação extravagante anotados*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.
- T. PEREIRA, *Direito de Família Contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. Del-Rey, 1997.
- T. PEREIRA (Org.), *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Estudos Sócio-Jurídicos. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1992.
- F. PESTANA RAMOS, *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- M.S.RIBEIRO, *As Crianças e o Divórcio*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- A. WAGNER, *Família Em Cena*. Tramas, Dramas e Transformações. Petrópolis: Vozes, 2002.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO MEIO DE CONSTRUIR A PAZ

ISABEL POÇAS

ADVOGADA E FORMADORA



RESUMO

Os meios de resolução alternativa de litígios, em especial a mediação como meio para a construção da paz. Sendo a família a base da sociedade, constitui, por isso, uma referência indispensável ao ser humano como forma de desenvolvimento da sua personalidade, dos seus afectos e das suas vivências. Na família, a mediação é um mecanismo fundamental para estabelecer a pacificação dos conflitos, daí a importância da sua utilização. Enquadramento jurídico da mediação familiar em Portugal e modo do seu funcionamento.

Palavras-chave: família; mediação; paz; legislação.

ABSTRACT

The alternative dispute resolutions and specially mediation as a means of building peace. Being the center of society, family is as itself, a fundamental reference to the human being as a means to develop his personality, affections and experiences. In the family, mediation is a fundamental method to establish the pacification of conflicts, therefore the importance of its use. Legal framing of family mediation in Portugal and its method of operating.

Key-words: family; mediation; peace; legislation.

A construção da paz pode ser alcançada pela utilização dos meios de resolução alternativa de litígios - a arbitragem, a conciliação e a mediação - constituindo por isso, instrumentos muitos valiosos em diversas áreas como na laboral, no ambiente, na comercial, na criminal e na escolar.

Na área familiar, cabe à mediação essa função, na medida em que em situações de conflito, o terceiro - mediador - tem como tarefa o reequilíbrio das forças, pelo que orienta as partes, estabelecendo a comunicação entre elas, para que por si mesmas, encontrem uma base do acordo que porá fim àquele.

A família sendo a base da sociedade, constitui, por isso, uma referência indispensável ao ser humano como forma de desenvolvimento da sua personalidade, dos seus afectos e das suas vivências.

O seu conceito mudou, por influência de diversos factores económicos, sociais e culturais: com o ingresso e permanência da mulher no mercado de trabalho e vendo reconhecidos os seus direitos também aí, torna-se independente economicamente, passando igualmente a contribuir para o sustento da família, assumindo desse modo duplamente um novo papel na sociedade. A família que tornou - se mais igualitária, democrática e participativa e desse modo a figura do patriarca ficou mais desvanecida. Entre outros, também a insegurança laboral e a incerteza que provoca na família contribui para que os conflitos ocorram mais facilmente: a agressividade, a violência, a depressão e a ansiedade assim como a ausência de comunicação acabam por afectar todos os seus membros, inclusivamente as crianças que a eles assistem.

Cabe então à mediação, como meio extrajudicial de resolução alternativa de litígios intervir, com a cultura de diálogo que a pauta, de forma a que a pacificação ocorra de forma equilibrada e consensual.

A mediação tem como princípios - base de actuação - a voluntariedade (não se impondo a sua utilização às partes, mas sem-

pre com base num pedido por elas efectuado), flexibilidade, a confidencialidade, a consensualidade, a celeridade, o carácter pessoal (a proximidade é um elemento fundamental na mediação familiar), a prestação de informação jurídica e assessoria técnica (por um terceiro, a pedido do mediador se após avaliação da situação, entender que é necessária), a extrajudicialidade e o auxílio de um terceiro imparcial - o mediador.

Os objectivos da mediação familiar são: reduzir os conflitos, na medida em que visa minorar os efeitos negativos do conflito, facilitar a comunicação, identificar e clarificar os pontos específicos em questão, a melhor utilização do sistema legal pela sua celeridade de actuação e alcançar um acordo escrito das questões discutidas.

A mediação familiar aplica-se a todas as situações em que as partes possuam a livre disponibilidade dos seus direitos, as condições de equilíbrio e plena igualdade entre si e a capacidade plena que em Portugal, significa a capacidade jurídica, que é uma capacidade de gozo de direitos e a capacidade de exercício de direitos ao abrigo nomeadamente dos artigos 67.º e 130.º do Código Civil (Decreto-Lei n.º 47344 de 25 de Novembro de 1966) de forma a que além de os assumir, possam depois cumprir os acordos obtidos.

No entanto, em situações de violência doméstica, maus-tratos infantis, alcoolismo, doenças do foro psicológico e mental e desinteresse do casal em resolver o conflito, não é aconselhável a utilização da mediação familiar.

O enquadramento jurídico da Mediação Familiar pode ser efectuado a dois níveis -internacional - Recomendação nº R (98) do Comité de Ministros do Conselho Europa aos Estados Membros sobre Mediação e adoptada em 21 de Janeiro de 1998, na qual se apontam as vantagens do recurso à mediação, com base na investigação científica e nas experiências realizadas em vários países, destacando-se nomeadamente a melhoria de comunicação entre os membros da família, a re-

dução dos conflitos entre as partes, a manutenção das relações pessoais entre pais e filhos, a redução dos custos económicos e sociais dos processos de divórcio e separação para as partes e para os Estados e a celeridade do processo de mediação. A Recomendação enumera ainda os Princípios sobre Mediação Familiar, nomeadamente o seu campo de aplicação, a sua organização, o processo de mediação, o estatuto dos acordos de mediação, a relação entre a mediação e os processos a cargo da autoridade judicial ou de uma outra autoridade competente, a promoção da mediação e acesso à mediação, as outras formas de resolução de litígios e as questões internacionais.

Também é relevante a nível internacional a Directiva 2008/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Maio de 2008, relativa a certos aspectos da mediação civil e comercial que fazendo referência à mediação como procedimento que possibilita uma solução extrajudicial rápida e pouco onerosa nessas matérias, por meio de procedimentos adaptados às necessidades das partes e em que os acordos assim obtidos mais provavelmente serão cumpridos voluntariamente, assim como, também originará uma relação amigável e estável entre elas. Também, no mesmo documento, se refere o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, em vigor em Portugal, desde 13 de Março de 2005, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que prevê especificamente que os acordos obtidos entre as partes pela via da mediação em matéria do direito da família, têm imperativamente que gozar de força executória no Estado-Membro em que foram celebrados para poderem ter força executória noutro Estado-membro. Serviu-lhe de base, a Convenção da Haia de 19 de Outubro de 1996 relativa à competência, à lei aplicável ao reconhecimento, à execução e à cooperação em matéria de responsabilidade parental e de medidas de protecção dos filhos e que constitui um importante contributo para a protecção das crianças a nível internacional, vinculando 32 Estados Contratantes e que se encontra em vigor desde 1 de Janeiro de 2002, sendo que em Portugal tal irá ocorrer a 1 de Agosto de 2011. No nosso país, Convenção já tinha sido aprovada pelo Decreto n.º 52/2008 de 13 de Novembro, mas o depósito do respectivo instrumento de aprovação manteve-se em suspenso por determinação da Decisão do Conselho da União Europeia de 5 de Junho de 2008. Na Convenção de Haia está previsto no Capítulo V - artigo 31º alínea b) o recurso à mediação (tal como à conciliação ou outro meio análogo) para alcançar uma solução de mútuo acordo para a protecção da pessoa ou dos bens da criança em situações abrangidas pela Convenção.

Também o Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares, estabelece no Capítulo VII - Cooperação entre autoridades centrais - n.º 2 - devem tomar em relação aos pedidos das partes, previstos no artigo 56.º, todas as medidas adequadas para tal, como prevê a alínea d) incentivar soluções amigáveis com finalidade de obter o pagamento voluntário dos alimentos, se oportuno, utilizando a mediação, a conciliação ou processos análogos.

Em matéria de obrigações alimentares foi adoptada na mesma data - 18 de Dezembro de 2008 - a Convenção de Haia de 2007 sobre alimentos, de 23 de Novembro assim como o Protocolo, concluído na mesma data, no âmbito da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, sobre a lei aplicável às obrigações alimentares.

A Convenção de Haia de 2007 visa a criação de um regime jurídico comum entre a União Europeia e os países terceiros que a

ratifiquem, de modo a facilitar a cobrança internacional de alimentos a menores e outros membros da família e estando em causa pensões de alimentos a menores na maioria dos casos, visa-se desse modo a sua protecção. O Protocolo destina-se a reforçar a segurança e a previsibilidade jurídicas para os credores e devedores de alimentos e pela mesma razão, tal como com a Convenção, está em causa a protecção dos menores. A Convenção foi assinada a 6 de Abril de 2011 pela Presidência Húngara, em nome da União Europeia, estando previsto um acordo dos Ministros da Justiça na reunião do Conselho “Justiça e Assuntos Internos” de 9 e 10 de Junho de 2011. Seguindo os trâmites legais, a Convenção entrará em vigor a partir de 2013. O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho e o acima referido Protocolo aplicar-se-ão entre os Estados - Membros da União Europeia a partir de 18 de Junho de 2011.

Ainda a nível internacional não podemos deixar de realçar a Convenção sobre os Direitos das Crianças de 20 de Novembro de 1989, que foi ratificada por Portugal a 21 de Setembro de 1990 e que sendo um tratado fundamental sobre os direitos humanos - civis, culturais, económicos, sociais e políticos, assenta em quatro pilares fundamentais relacionados com todos os outros direitos das crianças - a não discriminação (igualdade de oportunidades), o interesse superior da criança, a sobrevivência e de desenvolvimento e a opinião da criança - plasmado no artigo 12.º - direito de participação (direito de exprimir a sua própria opinião nos assuntos que lhe digam respeito). Este tema foi por nós apresentado e desenvolvido no I Congresso Internacional de Mediação que ocorreu a 7, 8 e 9 de Outubro de 2010 em Lisboa, na Universidade Técnica de Lisboa, sob o título A Participação das Crianças na Mediação Familiar, e aguarda publicação para breve. Pela sua importância na defesa dos direitos das crianças e pelas vantagens obtidas pela participação das crianças na mediação familiar, tem aquele tema, vindo a ser alvo de investigação científica há vários anos principalmente no Canadá, nos Estados Unidos da América e na Austrália (países onde a mediação familiar existe há cerca de trinta anos), tendo sido também por nós divulgado um Relatório - A Participação das Crianças na Mediação em situações de Divórcio e Poder Paternal (Título traduzido do original - The Involvement of Children in Divorce and Custody Mediation: A Literature Review) efectuado pela Procuradoria de British Columbia - Serviços da Justiça (Canada) - na I Conferência Internacional sobre Mediação Familiar e Comunitária. Da Teoria à Prática, ocorrida nos dias 20 e 21 de Maio de 2011 em Lisboa, no Instituto de Ciências da Família da Universidade Católica Portuguesa.

Também cabe incluir no enquadramento jurídico da mediação familiar a nível internacional, a Convenção Europeia sobre o Exercício dos direitos da Criança (STE 160) de 25 de Janeiro de 1996 e assinada por Portugal em 6 de Março de 1996 e que prevê medidas destinadas a promover os direitos das crianças, nomeadamente em processos judiciais de regulação do exercício das responsabilidades parentais e em particular o direito de visita e a residência, assim como, a sua protecção contra os tratamentos cruéis e degradantes e tratamentos médicos. Desse modo, estão previstas no Capítulo II - Medidas processuais para promover o exercício dos direitos das crianças - A - Direitos processuais da criança no Artigo 3 - direito a ser informado e a exprimir a sua opinião no processo, no Artigo 4 - direito a requerer um representante seu e no Artigo 5 - outros direitos processuais criança, assim como E. - Estados Parte - Artigo 12 - Devem promover dentro dos objectivos traçados no número 2, a promoção e o exercício dos direitos das crianças e que são fazer propostas no sentido de reforçar a lei nesse sentido assim como fornecer opiniões na preparação de novas leis, pro-

videnciar informação sobre o tema aos meios de comunicação social, ao público, às pessoas e instituições que actuem com assuntos relacionados com crianças e ainda obter as opiniões das crianças assim como fornecer-lhes a informação relevante. E quanto à mediação familiar está prevista em F. - - Outros assuntos - Artigo 13 - Com o objectivo de prevenir ou resolver litígios ou evitar procedimentos judiciais que envolvam crianças deve ser estimulada a sua actuação ou outro tipo de processos de resolução de litígios para chegar a um acordo nos casos apropriados, que os Estados Parte determinem.

A nível nacional cabe à Constituição da República Portuguesa cujo Decreto de Aprovação da Constituição de 10 de Abril de 1976, foi actualizado de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto - nomeadamente ao artigo 36.º - Família, casamento e filiação, artigo 67.º - Família e artigo 69.º - Infância, a protecção destes direitos e que orientam também a mediação familiar na sua actuação;

Foi com o Despacho n.º 18778/2007 de 13 de Julho, publicado no Diário da República, II Série, de 22 de Agosto e que entrou em vigor em 16 de Julho, que foi instituído o Sistema de Mediação Familiar em Portugal cujos princípios constam do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 5.º as competências material e territorial.

O modo de intervenção do Sistema de Mediação Familiar está regulado no artigo 6º e será analisado de forma detalhada mais à frente.

A caracterização dos mediadores familiares, a descrição das suas funções e os seus impedimentos constam do artigo 7.º, enquanto que nos artigos 8.º e 9.º se prevê o modo da sua selecção e a fiscalização da sua actividade.

O artigo 10.º refere-se à remuneração dos mediadores familiares cabendo a coordenação e supervisão do Sistema de Mediação Familiar ao GRAL (Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios) como prevê o artigo 11.º, assim como no artigo 3.º, quanto ao seu funcionamento.

O Despacho n.º 18778/2007 de 13 de Julho surgiu na sequência do aparecimento de três entidades fundamentais na década de 1990 na área da mediação familiar: o Instituto Português de Mediação Familiar em 1993, a Associação Nacional para a Mediação Familiar - Portugal em Janeiro de 1997 e o Gabinete de Mediação Familiar pelo Despacho n.º 12 368 de 25 de Novembro de 1997, publicado no Diário da República, II Série, n.º 283, de 9 de Dezembro.

Também a Organização Tutelar de Menores aprovada pelo Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de Outubro, contempla a intervenção da mediação familiar no artigo 147.º-D em processos de regulação do exercício de regulação das responsabilidades parentais, como se descreverá mais à frente.

A Lei Tutelar Educativa aprovada pela Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro prevê a mediação familiar no artigo 42.º no âmbito do processo tutelar, determinada a sua cooperação pela autoridade judiciária, tendo lugar por iniciativa desta, do menor, de seus pais, representante legal, pessoa que tenha a sua guarda ou defensor.

Também o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344 de 25 de Novembro de 1966, no artigo 1774.º prevê a obrigatoriedade de comunicação da existência e objectivos da mediação familiar por parte das entidades aí enumeradas.

Por fim, o Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44 129 de 28 de Dezembro de 1961 contempla no artigo 249.º-A - Mediação pré-judicial e suspensão de prazos, no artigo 249.º-B - Homologação de acordo obtido em mediação pré-judicial, no artigo 249.º-C - Confidencialidade e no artigo 279.º-A - Mediação e suspensão da instância.

A Mediação Familiar pode ser - global - aplicando-se a processos de divórcio e separação de pessoas e bens, à conversão

da separação de pessoas e bens em divórcio, à reconciliação dos cônjuges separados, a situações de regulação, alteração e incumprimento do exercício das responsabilidades parentais, nos casos de atribuição e alteração de alimentos ao cônjuge, na privação do direito ao uso dos apelidos do outro cônjuge e autorização do uso dos apelidos do ex-cônjuge, em partilhas de bens e nas situações em que está em causa o destino da casa de morada de família.

Pode ser também parcial aplicando-se a situações de conflitos emergentes da regulação, incumprimento e alteração do exercício das responsabilidades parentais.

A Mediação Familiar tem como seguinte o seu modo de funcionamento: em situações de divórcio está previsto no Artigo 1774.º do Código Civil que antes do início do respectivo processo, cabe à conservatória do registo civil (de acordo com o artigo 14.º n.º 3 do Decreto Lei n.º 272/2001 de 13 de Outubro) ou ao tribunal o dever de informar os cônjuges acerca da existência e dos objectivos dos serviços da mediação familiar. Este artigo surge da transposição da Directiva 2008/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Maio de 2008 na Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro que alterou o regime do divórcio, à qual pertence.

Quer a mediação global, quer a mediação parcial podem ocorrer antes da via judicial surgir - artigo 6.º do Despacho n.º 18778/2007 de 13 de Julho - voluntariamente e a pedido das partes mas, nestes casos, devem os acordos delas resultantes serem judicialmente homologados como está previsto no artigo 249.º-B do Código de Processo Civil.

Em qualquer estado do processo judicial o artigo 147.º-D da Organização Tutelar de Menores, em processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais, prevê que a mediação familiar ocorra a requerimento dos interessados ou oficiosamente com o seu consentimento (artigo 6.º do Despacho n.º 18778/2007 de 13 de Julho) mediante determinação da autoridade judiciária competente. Neste caso, suspende-se a instância judicial de acordo com o artigo 279.º, n.º 1, parte final do Código de Processo Civil que se aplica por remissão do artigo 161.º da Organização Tutelar de Menores, actuando aquela com a finalidade da obtenção de um acordo. Havendo um acordo, deve este ser homologado pelo juiz, após parecer do Ministério Público, se este satisfizer o interesse do menor.

Há que realçar que mesmo durante o processo de mediação o tribunal pode proceder à tomada de decisões urgentes sobre a protecção das partes, dos seus filhos ou do seu património, de acordo com o artigo 157.º da Organização Tutelar de Menores.

Também após o processo judicial, pode a mediação familiar também intervir - em situações de incumprimento dos acordos assumidos - como meio de os prevenir ou remediar.

A mediação familiar salvaguarda o exercício dos direitos das partes, uma vez que faz suspender os prazos de caducidade e prescrição daqueles, a partir do momento em que é efectuado o pedido de mediação - Artigo 3.º da Portaria n.º 203/2011 de 20 de Maio em conjugação com os artigos 249º-A, 249º-B, 249º-C e 279.º do Código de Processo Civil - cabendo, como se prevê no artigo 4.º, às partes a remessa do acordo para o tribunal.

A mediação familiar proporciona uma alternativa ao tribunal, sendo por isso mais célere e informal, é confidencial (característica que a lei portuguesa e comunitária ressaltam como fundamental) e salvaguarda as crianças assim como preserva as relações familiares.

Nos tempos actuais, com a elevada mobilidade geográfica das pessoas, os problemas jurídicos que se levantam à família são de elevada complexidade, pois contêm com diversas ordens jurídicas, assistindo-se a um esforço para a sua resolução, por parte das organizações internacionais, nomeadamen-

te a Organização das Nações Unidas e a União Europeia, como no presente texto se demonstrou, daí que a intervenção da mediação familiar é fundamental na pacificação desses conflitos.

A utilização da mediação familiar pode ser um meio muito valioso e importante para construir a Paz, na medida em que se baseia no futuro das relações familiares, que serão pelas mais variadas razões, diferentes das actuais, mas que podem e devem com ela crescer em qualidade, a bem de todos.

BIBLIOGRAFIA

- Ávila, Elidete Mattos, Silva, Christiane Monique Calado, Melo, Eliane Cardoso de (2004). Mediação Familiar, Formação de Base. [Em linha]. Disponível em <http://www.tj.sc.gov.br> [Consultado em 20/06/2010].
- Bittencurt, Bianca da Rosa. (2008). Mediação: Uma Alternativa para a Resolução de Conflitos no Direito da Família. Revista Jurídica da UniFil.5. [Em linha]. Disponível em <http://www.unifil.br>. [Consultado em 13/06/2010].
- Bolieiro, Helena, Guerra Paulo (2009). *A Criança e a Família - Uma Questão de Direito(s) - Visão prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*. Coimbra, Coimbra Editora.
- British Columbia. Ministry of Attorney General. Justice Services Branch. (2003). The Involvement of Children in Divorce and Custody Mediation: A Literature Review. [Em linha]. Disponível em <http://www.ag.gov.bc.ca/justiceservices/publications/fjsd/children/Mediation/pdf>. [Consultado em 20 de Junho de 2010].
- Citius. [Em linha]. Disponível em <http://www.citius.mj.pt> [Consultado em 8/02/2011].
- Direcção Geral da Política de Justiça. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt> [Consultado em 08/02/2011].
- Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. [Em linha]. Disponível em <http://www.gral.mj.pt> [Consultado em 08/02/2011].
- Ministério da Justiça. Gabinete do Secretário de Estado da Justiça. Sistema de Mediação Familiar.
- Pinheiro, Dávila Teresa de Galiza Fernandes. Mediação Familiar: Uma alternativa Viável à Resolução Pacífica dos Conflitos Familiares. [Em linha]. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br>. [Consultado em 13/06/2010].
- Ponto de Contacto Português em Matéria Civil e Comercial. [Em linha]. Disponível em <http://www.redecivil.mj.pt/> [Consultado em 08/02/2011].
- Procuradoria Geral da Republica - Gabinete de Documentação e Direito Comparado - Ficha Informativa sobre os Direitos Humanos N°10 - Os Direitos da Criança - Rev. I - 2002
- Rios, Paula Lucas. (2005). Mediação Familiar - Estudo Preliminar para uma regulamentação legal da Mediação Familiar em Portugal. [Em linha]. Disponível em <http://www.verbojuridico.net>. [Consultado em 13/08/2007].
- Sales, Lília Maia de Moraes. Conflitos Familiares - A Mediação como instrumento consensual de solução. [Em linha]. Disponível em <http://www.mediacabrasil.org.br> [Consultado em 08/06/2011].
- Sales, Lília Maia de Moraes, Vasconcelos, Mónica Carvalho. A Família na contemporaneidade e a Mediação Familiar. [Em linha]. Disponível em <http://www.mediacabrasil.org.br> [Consultado em 13/06/2010].
- Wilde, Zulema D., Gaibrois, Luis. (2003) - *O que é a Mediação* - DGAE - Direcção Geral da Administração Extrajudicial, Lisboa, Agora Publicações Lda.

CRIME E JUSTIÇA: DESAFIOS PARA MELHORAR A CONVIVÊNCIA SOCIAL

GLORIA JÓLLUSKIN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

O objetivo do painel Crime e Justiça: Desafios para melhorar a convivência social prendeu-se com a necessidade de realizar uma reflexão, numa perspectiva multidisciplinar, sobre as diferentes formas de chegar a uma solução pacífica de conflitos no âmbito legal. Nas sociedades contemporâneas é comum aceitar a ideia de que o crime é uma expressão do conflito social. Por outro lado, considera-se que a partir do sistema legal é possível eliminar os obstáculos que dificultam a paz. Mas, muito mais frequentemente do que desejado, os meios tradicionais parecem ser insuficientes para resolver os conflitos sociais. Neste módulo pretendemos explorar as diferentes soluções para tentar conseguir atenuar ou prevenir estes conflitos. Assim, por exemplo, foi abordado o significado da reinserção, assim como a capacidade das medidas de flexibilização da pena para ajudar o indivíduo a viver pacificamente em sociedade, ou a importância da justiça restaurativa no estabelecimento dum caminho para a convivência social.

CRIME, CULTURA E JUSTIÇA: IDENTIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE EM TORNO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

MANUELA IVONE CUNHA

UNIVERSIDADE DO MINHO, CRIA-UM (PORTUGAL)
IDEMEC/CNRS . FRANÇA

RESUMO

A questão da relação entre crime, cultura e justiça tem sido pensada a títulos diversos e sob diferentes ângulos, mas as diferenças de quadro de abordagem acentuam-se consoante estejam em causa realidades nacionais clássicas ou contextos pluriculturais contemporâneos associados a situações de pós-colonialidade. Interrogar-se-á esta divergência a propósito da emergência de algumas práticas culturais conotadas com minorias ou comunidades saídas da imigração, práticas essas susceptíveis de serem perseguidas como crime (através da lei geral ou da previsão de tipo legal específico) e que parecem colocar novos desafios aos aparelhos legislativos e judiciais. Porém, ainda que nalgumas delas seja iniludível a tensão entre cultura e universalismo liberal, a resposta a tais desafios é especialmente vulnerável às armadilhas a que induz um debate público habitualmente organizado em dicotomias simples e extremadas tais como cultura / indivíduo; relativismo / universalismo; diferença cultural / direitos humanos. A partir de uma problematização da noção de cultura e de uma complexificação destas dicotomias, procurar-se-á focar algumas dessas armadilhas, as desigualdades que elas escamoteiam e o exacerbamento identitário a que convidam, gerando o risco de cavar clivagens colectivas em lugar de restaurar a multiplicidade de fios que tornam possível a convivência.

Se numa arrumação esquemática dos modos correntes de problematizar a relação entre crime, cultura e justiça tivermos em conta perspectivas clássicas sobre a criminalidade, desenharam-se dois quadros de abordagem da questão. Um tem por referência uma realidade nacional relativamente homogênea e entendida como um só colectivo, quanto muito internamente segmentado em categorias subculturais “desviantes” (para usar um léxico próprio deste paradigma), mas sem que estas categorias ponham em causa o pressuposto de um guião cultural e normativo comum em que não deixariam de estar englobadas: os próprios termos “subcultura” e “desvio” mais não fazem do que indicar uma simples variante ou o afastamento de uma parte em relação ao conjunto a que pertence, conjunto este cuja unicidade tais termos acabam assim por reiterar. Uma das questões típicas formuladas nesta perspectiva é a de saber como se vê então diminuída a influência do guião cultural dominante a ponto de definições favoráveis à violação da lei assumirem prioridade. Foram várias as respostas teóricas a estas perguntas, como a clássica teoria da associação diferencial, de Donald Sutherland (1947), segundo a qual tornar-se delinquente decorre de um excesso de associações com situações, pessoas e valores desviantes, quando comparadas com as associações aos vectores de conformidade. A ideia é a de

que se delinqui porque se é envolvido em “sub-culturas” que normalizam o desvio e não como reacção a oportunidades bloqueadas, como o propunham as perspectivas de tipo mertoniano (Merton 1957). Seria assim que, por exemplo, da mesma maneira que rapazes das chamadas “classes populares” poderiam delinquir rotineiramente como efeito de um processo de crescimento onde seriam postos em prática certos valores de masculinidade (Miller 1958, Cohen 1955), também empresários poderiam desenvolver determinadas rotinas no processo de condução dos negócios que acabariam por trivializar, aos seus olhos, os crimes económico-financeiros, ao mesmo tempo que não deixariam de encarar os crimes de rua dos pobres como um problema grave e premente (Sutherland 1949).

Num segundo quadro -- e mantendo de momento a arrumação esquemática antes de a rever adiante à luz da problematização da noção de cultura --, o pressuposto que informa a abordagem da equação entre crime e cultura não é já o da existência de um só colectivo assente nos mesmos códigos culturais, incluindo-se nele as variantes “desviantes”, mas antes o da co-existência de vários colectivos com códigos culturais diferentes. Do “desvio” enquanto desconformidade passar-se-ia então à “diferença” enquanto singularidade. Este quadro é o que preside, por exemplo, à definição dos chamados “deli-

tos culturais” -- aqueles que decorrem de normas culturais em contradição com normas penais (Foblets 1998, Boeck 2001) -- e reporta-se às sociedades pluriculturais contemporâneas configuradas por situações de pós-colonialidade e por movimentos migratórios potenciados pela globalização.^[57] Neste tipo de casos, incriminadores e incriminados apresentar-se-iam por conseguinte alinhados em diferentes colectivos sob a alçada do Estado, sendo a prática de um crime imputada a uma lógica cultural e a sua repressão a uma outra.

Este quadro de abordagem não deixa de ser moldado por noções que estabelecem correspondências lineares e sinonimias monolíticas entre categorias étnicas e unidades culturais (fazendo equivaler grupos étnicos a “culturas”) e por visões-mosaico do facto multicultural como um conjunto de blocos separados e distintos, em que a cada comunidade corresponderia uma cultura homogénea. Em segundo lugar, tal quadro é objecto de uma crescente articulação com o discurso dos direitos humanos e tende cada vez mais a ser configurado por ele. Dadas estas duas tendências, e sem escamotear a tensão iniludível existente nalguns casos entre cultura e universalismo liberal, a resposta aos desafios colocados por algumas práticas culturais conotadas com minorias é bastante vulnerável às armadilhas de um debate público organizado em dicotomias simples e extremadas tais como cultura *vs.* indivíduo; relativismo *vs.* universalismo; diferença cultural *vs.* direitos humanos.

Interpretando o tema da conferência como um convite a pensar os variados fios que tornam possível a negociação da convivência, ou, inversamente, as clivagens que a dificultam, usarei o paradigmático e muito debatido caso designado por “mutilação genital feminina” (MGF) para procurar problematizar essas dicotomias e algumas das suas armadilhas, as desigualdades que escamoteiam e o exacerbamento identitário que induzem.

O leque de consequências possíveis de operações genitais subsumidas na expressão “Mutilação Genital Feminina” (MGF) na saúde sexual e reprodutiva das mulheres faz destas práticas um problema em que há que intervir e modificar. “Como”, quais as modalidades de intervenção mais adequadas, é já uma questão que não é alheia à caracterização do problema em si. Por razões metodológicas, mas também éticas e pragmáticas, essa caracterização não deve abstrair-se dos contornos culturais e políticos que adquire tanto no universo de quem intervém nele como no dos destinatários dessa intervenção (Cardeira da Silva 2007). Tal inclui, pois, quer os vários contextos onde essa prática tem lugar, quer os da mobilização contra ela -- uma mobilização de resto cada vez mais enquadrada e padronizada por um caudal de directivas, medidas, petições e retóricas emanadas de uma série de organismos internacionais como a OMS, UNICEF, UNFPA, UE, ONU, entre outros (*ibidem*: 17).^[58] Uma tal formatação, positiva em eficiência e projecção global, mas potencialmente contraproducente em adequação e eficácia quando faz tábua rasa de especificidades e experiências locais e individuais, repercute-se também no modo como marca as agendas públicas de diferentes países, seja qual for a expressão real do fenómeno em cada um. No caso de Portugal, por exemplo, a atenção mediática e política de que o problema da MGF foi objecto a partir de 2002, motivando até um projecto-lei visando a sua criminalização específica (e ao qual vol-

tairei)^[59], não foi espoletada pela envergadura de tal prática no país, dimensão essa residual quando comparada com outras realidades europeias.^[60] Em contraste com outros problemas sociais com uma amplitude sócio-histórica bem mais expressiva em Portugal, como a violência doméstica - também ela com uma dimensão de género e que só em anos recentes começou a ser objecto de um sobressalto cívico e mediático da mesma ordem --, a visibilidade pública da MGF irrompeu assim sobredimensionada por relação à sua dimensão real. Não se trata com isto, sublinho, de menorizar a importância da questão, que não decorre da sua expressão estatística, mas de sim de atender ao modo como a sua formulação é formatada, em primeiro lugar, pela produção e difusão globalizada das agendas de intervenção.^[61]

Este sobredimensionamento, além disso, não terá sido alheio ao facto de essa prática surgir “islamizada, barbarificada, tribalizada” (Cardeira da Silva: 2007: 19) na percepção pública, logo como uma realidade exótica e “exógena” e assim dissociada de realidades “endógenas” bem mais familiares e “normalizadas” de violência contra mulheres e crianças. Nas agendas em causa, a formulação do problema cristaliza-se quase sempre em simplificações e selecções que, em lugar de enunciarem com clareza linhas essenciais e verdadeiramente universalistas de protecção dos direitos humanos, não só se arriscam a torná-las menos operantes nos fins visados, como traçam, em vez disso, novas clivagens culturais que reinstituem a definição da diferença como barbárie e potenciam mais exclusão -- quando não fornecem um ponto de apoio à legitimação da mais crua xenofobia. Pois que outra coisa se não “bárbaras” serão as comunidades que “torturam” meninas e as colocam em risco de vida com o único propósito de lhes suprimir o direito ao prazer e subordinar para sempre o seu corpo e sexualidade à mais arcaica dominação patriarcal? Enunciada a questão nestes termos, nem o mais impenitente relativista deixaria de reconhecer aqui a evidência de um limite à tolerância a não transpôr.

Antes de complicar um pouco este enunciado, gostaria de fazer duas observações preliminares para desminar o registo de leitura dessa mesma complexificação e para balizar o lugar em que me posiciono num terreno de debate muito polarizado e carregado de imputações ideológico-morais -- ainda que a viva polarização que o domina seja por vezes mais retórica do que testada no terreno das situações concretas.

Em primeiro lugar, além de ter por inequívoco o princípio de protecção das crianças, partilho resolutamente do entendimento de que os portadores dos direitos humanos são indivíduos e não categorias colectivas, “comunidades” ou “culturas”. São os primeiros que “têm” direitos, não as segundas -- a não ser para fins de protecção de direitos individuais que sejam negados na base da pertença a essa categoria colectiva. Tal não significa, porém, postular uma natureza humana universal personificada em indivíduos isolados e pré-sociais. Não existe tal coisa, a não ser enquanto abstracção. Como o coloca Terence Turner, a “humanidade” não é uma propriedade do indivíduo considerado independentemente das relações sociais, mas sim uma qualidade construída por essas relações (2007: 57).^[62]

57 Trata-se portanto de um quadro algo diverso daquele que coloca lado a lado diferentes concepções do direito e da justiça, como sucede em contextos coloniais clássicos ou outros que configuram situações de pluralismo jurídico (e.g. Comaroff 2004, Sousa Santos 2003).

58 Para um vislumbre dos que continuam a produzir-se recentemente, ver APF (2009).

59 Maria Cardeira da Silva (2007) caracteriza em pormenor o contexto em que surgiu um projecto elaborado no desconhecimento completo da base sociológica, demográfica e cultural sobre a qual se procurava legislar, e analisa os seus contornos políticos e culturais.

60 Para uma avaliação possível, a partir de contextos clínicos, ver Gonçalves (2007).

61 Ver, a este respeito, os vários paralelismos discerníveis com a construção dos dispositivos de combate à droga à Portugal (Agra 1993).

62 Tradução minha.

A inevitável dimensão colectiva dos direitos individuais não pode pois ser escamoteada, sem que ela capacite “comunidade” ou grupo algum a anular os direitos dos seus membros individuais ou a desenvolver a identidade e os valores próprios a expensas de outros grupos e de indivíduos a quem se impede um desenvolvimento autónomo e distinto (*ibidem* : 60, 1997). Decorre daqui que uma “tradição” cultural não pode ser protegida por si mesma em detrimento dos direitos dos indivíduos, do mesmo modo que, se estes últimos têm direito a resistir às normas e expectativas sociais e devem poder fazer escolhas, tão-pouco devem ver estes direitos diminuídos pela circunstância de se identificarem ou serem identificados com uma determinada “tradição”.

Em segundo lugar, tal como a maioria dos antropólogos, não comungo da infausta e justamente criticada variante moral do relativismo cultural a que aludi, segundo a qual seriam válidos quaisquer valores e defensáveis quaisquer práticas na medida em que tivessem sentido nas comunidades que os perfilham e fossem aí vividos como tradição. Esta variante extrema do relativismo deixa assim entrever uma outra noção não menos obsoleta, da qual ela é indissociável: a de “cultura” entendido como um todo fechado, uniforme e unanimista, já que tal perspectiva abstrai à partida de diferenças de poder, relações opressivas e eventuais conflitos internos em torno desses valores (e.g. entre homens e mulheres, entre velhos e novos...). A antropologia mostrou há muito que as realidades culturais são bem mais dinâmicas e menos coerentes e do que o pressupõem este e outros entendimentos vulgarizados de cultura. Mas se há muito os antropólogos rejeitaram este tipo de perspectivas e foram os seus primeiros críticos, em contrapartida não abdicam de um relativismo descritivo e metodológico indispensável para analisar e perceber as diferenças culturais -- para torná-las *compreensíveis*, não no sentido de “justificáveis” ou “toleráveis”, mas no sentido de “inteligíveis”.

É pois neste registo que focarei de seguida alguns aspectos da excisão feminina, procurando tanto quanto possível evitar quer os juízos apriorísticos, quer as distorções induzidas pela exotização, isto é, uma comparação apostada em realçar apenas diferenças, sem levar em conta semelhanças. E mesmo que o exercício a tentar não seja o de tornar familiar o que é estranho e estranho o que é próximo e familiar, há pelo menos que começar por situar no contexto mais geral das intervenções de modificação genital, quaisquer que elas sejam, uma prática que não se limita ao género feminino, a universos étnicos e culturais remotos e a geografias longínquas. Ela afecta também o género masculino e realiza-se há muito nas mais variadas coordenadas, incluindo euro-americanas, e de acordo com as mais variadas racionalidades: rituais, cosméticas ou médico-profiláticas. A este propósito, aliás, é de não assumir à partida como óbvio e neutro o corrente enquadramento público do problema e a dualidade de perspectivas que o marca, assente numa separação categórica entre as intervenções sanitárias, realizadas em contexto hospitalar, e aquelas conotadas com motivações culturais, como se a racionalidade por que se pautam as cirurgias genitais profiláticas ou correctivas estivesse acima de lógicas culturais e, inversamente, as rituais não pudessem exprimir propósitos profiláticos, estéticos e de correcção de anomalias. Tanto numas como noutras trata-se de modelar o corpo à luz de concepções de pessoa, de sexo/género, fazendo “acertos” na biologia e ajustando as concepções biológicas a esses modelos.

Considerando, em primeiro lugar, as intervenções genitais rituais do ponto de vista das noções que as estruturam, sem olhar para já à sua variável inocuidade e impactos na saúde, um enfoque isolado na excisão feminina é inadequado não só

no plano analítico, como no desenho de medidas e programas de intervenção. Assim é pois, nos universos culturais em que ocorre, coexiste sistematicamente com a circuncisão masculina e forma um binómio com ela, dispondo-se, consoante os casos, em simetria absoluta ou mostrando correspondências e paralelismos vários entre as duas instituições (e.g. Abu-Salih 1994, Brett-Smith 1997, Degregori 2001, Fainzang 1985, Griaule 1965, Kennedy 1970, Maertens 1978, Sindzingre, 1979). Apesar das múltiplas variações contextuais, nesses universos o estatuto indefinido das crianças como seres sociais decorre de se entender possuírem ainda aspectos anatómicos dos dois sexos. Os órgãos sexuais femininos estariam representados nos homens pelo prepúcio e os masculinos nas mulheres pela parte externa do clitoris. É mediante a remoção de um e de outro nos rituais de iniciação que se dará a masculinização dos rapazes e a feminização das raparigas e poderão ambos assumir o estatuto sexual adulto. Trata-se em todo o caso de acentuar o dimorfismo sexual, isto é, de sublinhar as diferenças entre homens e mulheres e eliminar qualquer ambiguidade anatómica ou elemento conotado simbolicamente com o sexo oposto. Nestes contextos circuncisão e excisão são por conseguinte processos culturais complementares e até certo ponto homólogos em termos rituais e simbólicos. Mas são, além disso, intervenções equiparáveis nas valências higiénicas e estéticas que lhes são também atribuídas. Tanto a pele que reveste a glândula do pénis como a cobre a do clitoris favoreceriam a acumulação de sujidade e de odores que potenciaríamos infecções, doenças sexualmente transmissíveis e inflamações ou adesões dolorosas à glândula. Para as mães, a decisão de removê-la nas filhas tende por isso a apresentar-se tão óbvia como para o caso dos filhos, tratando-se de zelar para que tanto uns como outros possam ter genitais saudáveis e esteticamente apelativos. Surge-lhes assim como um contra-senso impedi-lo nas raparigas, mas não nos rapazes (Ahmadu 2009).

As noções de impureza e sujidade aqui implicadas podem de certo ser remetidas para um plano puramente simbólico, como “matéria fora do lugar” (Douglas 2002 [1996]). A ser assim, contudo, a mesma leitura seria extensível a racionalizações, formuladas em termos precisamente equivalentes quanto à prevenção sanitária e à promoção da higiene, que envolvem as circuncisões masculinas médicas, não religiosas, realizadas rotineiramente no âmbito dos cuidados neo-natais em universos clínicos euro-americanos, especialmente nos EUA, onde têm uma incidência muito elevada.^[63] A naturalização progressiva desta prática como medida profilática genérica nem por isso apaga das suas origens, em finais do século XIX, a marca cultural da moral vitoriana na medicina, com a diabolização do prepúcio e dos malefícios da masturbação (Gollaher 1994). Nem anula, no presente, as motivações culturais de ordem estética - de um padrão estético do sexo masculino - que em boa parte dão conta da persistência de uma prática hoje em dia considerada não só desnecessária do ponto de vista terapêuti-

63 Ver Degregori (2001). Inclui-se aqui o argumento médico segundo o qual seria uma forma de prevenir a contaminação pelo VIH, argumento também utilizado, por exemplo, em contextos árabes em relação à excisão feminina. Assim se vão, pois, incorporando *ad hoc* lógicas várias em que se fundem paulatinamente discursos de higiene e concepções culturais ao longo de uma trajectória historicamente constituída (Abu-Salih 2006). No caso dos EUA, cerca de 80% dos homens são circuncidados. Tendo apenas em conta as cirurgias realizadas em contexto hospitalar, são submetidos a esta cirurgia a maioria dos recém-nascidos do sexo masculino, com maior incidência para a população “branca”. Apesar disso registou-se um declínio abrupto e acentuado desde os anos 1990, quando incidia sobre 2/3 dos nascituros, baixando para menos de metade em 2009 (NYT 2010).

co-sanitário, mas cuja inocuidade e benignidade se encontram seriamente em questão. Tal decorre do desenvolvimento dos conhecimentos quer sobre a complexidade anatómica, funcional e sensorial do prepúcio, quer sobre os múltiplos riscos e efeitos adversos a curto, médio e longo prazo associados à sua remoção.^[64] Além disso, a vascularização e enervação complexa deste órgão faz com que a chamada circuncisão profilática do recém-nascido seja também ela susceptível de representar uma experiência dolorosa e traumática, pois só muito recentemente começou a ser realizada com cobertura analgésica, sendo mesmo assim questionada a eficácia do tipo de procedimentos utilizados na supressão da dor (CIRP 2001, Taylor et al 1996, Cold e Taylor 1999, Hammond 1999 cit. in Degregori 2001: 35-38). Tal tem levado a que o debate sobre este tipo de intervenção - a partir do momento em que é nele reposicionada como uma amputação electiva de um órgão são da anatomia humana, realizada sobre alguém em situação de vulnerabilidade e sem o consentimento do próprio -- se desloque paulatinamente do domínio médico para o bioético, o jurídico e o dos direitos humanos (*ibidem*: 46). E levou a que a designação “Mutilação Genital Masculina” faça agora entrada no debate, ainda que incipientemente, mas permitindo já um vislumbre de como é susceptível de configurá-lo, inclusive em efeitos tão espúrios e contraproducentes como alguns daqueles induzidos pela adopção de terminologia análoga na versão feminina.^[65] Voltarei a este ponto adiante.

Configurar o debate foi o que fez, de várias formas, a designação “Mutilação Genital Feminina” (MGF). Adoptada em meados da década de 1990 em *fora* e organizações internacionais como a OMS (1997), está longe de ser um descritivo técnico neutro, tendo de resto surgido envolta em disputas políticas. Ao referir-se às guerras em torno do léxico, Abu-Sahlieh (2006) refere que o termo “mutilação genital” feminina teria substituído o de “circuncisão” feminina por iniciativa de activistas feministas da OMS, as quais, sob pressão de grupos religiosos muçulmanos e judaicos, teriam deste modo procurado proteger-se de acusações de anti-semitismo e islamofobia. A ser assim, não se tratou tanto, pois, de evitar uma comparação ou equiparação à circuncisão masculina passível de trivializar as formas mais danosas da excisão feminina, receio esse que por sua vez não deixa de subestimar as consequências da operação masculina -- e subtrai igualmente à comparação com esta as modalidades femininas menos invasivas, as quais subsume no mesmo léxico das restantes: todas elas são qualificadas de MGF.^[66] Acresce que uma tal dualidade não

é neutra nas suas implicações. Primeiro, porque determina quais práticas se encontram dentro ou fora da lista de combate das agências internacionais; segundo, porque o termo “mutilação”, diversamente de “circuncisão”, suscita reacções emocionais acesas, além de ser em si mesmo uma operação de pré-qualificação jurídica (Martin 1999) - pelo que tem também, portanto, o potencial de moldar a sua perseguição penal. Em suma, a terminologia usada é ela própria produto e produtora de uma dualidade de perspectivas cultural e ideologicamente marcada (ver Gruenbaum 2001, Swheder 2002). É-o, por um lado, na diferenciação terminológica que institui face a outras modificações genitais - deixando fora do alcance do qualificativo “mutilação” as masculinas e sanitárias, ao mesmo tempo que inclui nele a variante feminina limitada à remoção do prepúcio do clítoris; é-o ainda, por outro lado, na uniformização terminológica sob a sigla MGF dos mais variados tipos de intervenção genital ritual feminina, independentemente da sua envergadura, riscos ou potencial impacto.

Tendo em conta o que atrás se referiu, a demarcação em relação à circuncisão masculina é problemática do ponto de vista sanitário quando tem implícita uma comparação que contempla as modalidades presumidamente mais benignas de um lado e as mais extremas de outro, além de tender a minimizar a envergadura dos efeitos físico-patológicos num caso (circuncisão) e a enfatizá-la por igual noutro.^[67] Além disso, tal comparação tende a não destrinçar os efeitos relativos à natureza das mutilações em si daqueles relativos às circunstâncias sanitárias em que são realizadas.^[68]

Mas a aplicação selectiva do termo “mutilação” às intervenções genitais femininas e a emotividade de que a questão se reveste na esfera pública faz também corpo com a ideia de mutilação da sexualidade feminina, mutilação essa que se constituiria como instrumento da opressão e controlo sexual das mulheres. A diminuição da libido feminina surgiria como o principal desígnio da excisão, uma intervenção cujo propósito e sentido último residiria na conformação à dominação masculina. Se há contextos que correspondem a este retrato, esta é porém uma generalização muito simplificadora, ao reduzir a uma caracterização uniforme experiências e sentidos muito variáveis consoante os universos culturais considerados. Em primeiro lugar, na medida em que ignora a já mencionada articulação complementar com a circuncisão masculina em grande parte dos universos em que se pratica. As duas formam um par em termos do estatuto social e simbólico que definem, na maturidade e contenção geral que se crê favorecerem em

64 É nesse sentido que sociedades médicas e associações pediátricas de países onde a prática tinha também uma elevada implantação, como a o Canadá e a Austrália, passaram a recomendar o seu evitamento. Ver Degregori (2001), cuja análise sigo aqui, para uma revisão sistemática da literatura sobre estes efeitos, entre os quais se incluem não só os estritamente sanitários, mas também os de perda de sensibilidade sexual.

65 Previsivelmente, abriu-se caminho a um activismo anticircuncisão (“intactismo”) que se mobiliza nos EUA para banir a prática e clamar pela sua criminalização, suscitando no mesmo passo reacções chocadas de grupos judeus como o American Jewish Committee, que a vêem como um ataque à liberdade religiosa (NYT 2011). Tendo em conta que o fundo cultural religioso não é à partida determinante para o alinhamento de posições quanto à circuncisão masculina, como já o havia atestado, por exemplo, um posicionamento contrário a esta prática por parte do Circumcision Resource Center / Jewish Associates e da Israeli Association Against Genital Mutilation, apelos recentes à sua criminalização como o acima referido arriscam-se ao efeito contraproducente de favorecer precisamente este tipo de alinhamento reactivo e acossamento identitário.

66 Por Mutilação Genital Feminina a OMS entende todos procedimentos que incluam remoções parciais ou totais dos genitais externos femininos (desde a excisão do prepúcio até ao corte dos lábios menores e infibulação) e/ou lesões por motivos culturais (e.g. perfurações do clítoris ou lábios, estiramentos, introdução de substâncias corrosivas para

provocar sangramentos ou introdução de ervas para o estreitamento da vagina). Em 2008, porém, a OMS publica uma nova declaração que revê a classificação de 1997. Apesar de manter a opção pelo termo “mutilação”, este documento menciona o facto de algumas agências das Nações Unidas que subscrevem a declaração terem adicionado a palavra “Corte” a MGF (compondo a sigla MGF/C) para assinalar a importância da utilização de terminologia não valorativa e não discriminatória (ver APF 2009).

67 No caso da excisão, esta é apresentada de forma não raro sensacionalista e sobredimensionada quanto à sua danosidade. Ver a este propósito Shell-Duncan (2008) acerca do relatório *Lancet* da OMS divulgado em 2006. Ver também as revisões sistemáticas da literatura médica sobre riscos de saúde, morbilidade e mortalidade associados à MGF, levados a cabo por Carla Obermeyer (1999, 2003), ou estudos com grupos de controlo ou assentes em comparações controladas entre mulheres excisadas e não excisadas no que toca a problemas de infertilidade, relações sexuais dolorosas, tumores, incontinência urinária, infecções e riscos obstétricos (e.g. Linda Morison et al 2001, Essen, 2002, 2005).

68 Uma circuncisão nas condições de assepsia e anestesia em que é levada a cabo, por exemplo, na população masculina WASP americana também não terá, porventura, os mesmos efeitos físico-patológicos que uma circuncisão ritual doméstica com um caco de vidro não desinfectado num rapaz de 7 anos numa aldeia tunisina.

ambos sexos e nos padrões estético-eróticos que fazem de um homem ou de uma mulher candidatos matrimoniais elegíveis e desejáveis aos olhos do sexo oposto (cf. Degregori 2001: 105-108).^[69] Dado que as desigualdades de género e as mais variadas formas de violência física e psicológica sobre as mulheres são realidades com incidência pelo mundo fora, tal não exclui que as mulheres possam ser vítimas de relações opressivas no quotidiano destes e de outros universos, ou mesmo que esta desigualdade não possa em certos casos vir a combinar-se ao binómio circuncisão / excisão e a resignificá-lo pelos sentidos que eventualmente lhe acrescente. Porém, se atendermos ao panorama comparativo, esta lógica não é inerente ao binómio em si. Faz antes parte de um pano de fundo de estruturas de dominação e desigualdade feito de uma multiplicidade de factores que lhe são extrínsecos, mesmo que coexistam com ele.

A título contrastivo, dois curtos exemplos atestam a extrema diversidade destas práticas. Sylvie Fainzang (1985) analisou o par circuncisão/excisão entre imigrantes africanos em meio urbano parisiense e a reconversão de sentido que sofreu ao ser transposto para um contexto social novo. Perdendo aqui o valor iniciático de passagem de rapazes e raparigas à idade adulta, tratou-se doravante não só de marcar a diferenciação sexual em si, mas também de inscrever nela a diferença de papéis de género dispostos numa relação de autoridade e dominação. A noção de que a presença do clítoris poderia ser uma barreira a uma penetração completa passaria aqui a caracterizar os órgãos femininos com um receptáculo e a exprimir metaforicamente uma posição de passividade feminina e subordinação sem entraves ao domínio masculino. Nos antípodas desta lógica, porém, situa-se um outro exemplo de um entendimento similar do clítoris como “barreira” a uma relação sexual satisfatória, mas cuja remoção obedece, na perspectiva das mulheres inquiridas, a um fim precisamente inverso: ela aumentaria o seu próprio prazer ao promover estimulações mais complexas e profundas que, embora requeiram uma maior aprendizagem por parte de ambos os parceiros, resultariam para elas em orgasmos mais intensos (ver Ahmadu 2000, 2009 a propósito dos Kono da Serra Leoa). Estas mulheres vêm o prazer sexual como um direito no casamento, dizem desfrutar alegre e frequentemente dele e estão portanto longe de corresponder à narrativa uniforme de sofrimento, subjugação e opressão que se padronizou e propagou a partir dos relatos mais mediatizados de mulheres africanas na diáspora como Waris Dirie (2007) e Ayaan Hirsi Ali (2006). Aquelas experiências são de resto consistentes com estudos clínicos e etnográficos indicando que a excisão, mesmo nas formas mais extremas como a infibulação, não é necessariamente incompatível com uma sexualidade gratificante e acompanha-se de taxas de anorgasmia surpreendentemente baixas ou em proporções comparáveis às de mulheres não excisadas (Ahmadu 2007, Catania et al 2007, Lightfoot-Klein 1989, Shell-Duncan e Henlund 2000).^[70]

Como ensina a história das campanhas anti-droga (Agra 1993), insistir em retóricas uniformemente exageradas e descoladas da experiência dos destinatários é contraproducente porque vêm a sua credibilidade diminuída aos olhos destes,

reduzindo assim, por conseguinte, a sua potencial eficácia. *Mutatis mutandis*, uma abordagem da excisão assente apenas em denúncias inflamadas e retóricas estandardizadas pode não ser a maneira mais convincente e estratégica de promover o seu abandono junto dos sectores que se pretende alcançar e envolver, por muito titilante que seja o horror suscitado noutros. Em todo o caso, uma tal abordagem não deveria, antes de mais, eximir-se à cautela metodológica de atender à diversidade de realidades, sentidos e experiências que se escondem sob a terminologia MGF. Consoante o contexto em que decorram e as relações de poder envolvidas, para algumas mulheres será algo traumático e violento, com sequelas sérias na sua saúde sexual e reprodutiva; outras encaram-na como uma experiência positiva e até empoderadora (Sulkin 2009), mesmo que, à semelhança de tantos outros rituais de iniciação pelo mundo fora -- masculinos ou femininos -- fisicamente dolorosa.^[71]

Este longo desvio contextualizador teve por objectivo um enquadramento do problema que leve em conta aquilo que a categoria de MGF obscurece, ou seja, que as práticas de modificação genital não existem como uma categoria única, já que ocorrem em coordenadas geográficas, culturais e religiosas muito diversas (Walley 2002); que a categoria MGF é ela própria tão historicamente constituída e envolta em dinâmicas de poder como os fenómenos a que se refere; e que a atenção à historicidade de ambas é a única via para contrariar retratos sensacionalistas do problema e para ultrapassar a falsa escolha entre a indiferença cívica do relativismo ético e a cega indignação moral.

Na mesma linha, é por isso mesmo necessário precisar que uma atenção a cosmologias locais ou ao sentido cultural destas práticas não implica pressupor que este sentido seja fixo, dado de uma vez por todas e pairando acima dos processos sociais. É precisamente porque não se encontra desligado destes processos, nos quais se inclui a mobilização, reflexão e contestação interna em torno destas práticas, que há que atender às suas transformações e resignificações. Se assim é nos países onde tais práticas têm maior implantação (o activismo feminista, secular ou islâmico, é bem vivo e actuante em África e no Médio Oriente), por maioria de razão é real o potencial de transformação em contexto migratório nas sociedades euro-americanas, onde a pressão social para o seu abandono se faz mais sentir.

Resta ver por que vias essa pressão se exerce e qual o lugar da via penal nelas. Se o direito penal não é, em regra, a mais ajustada para lidar com questões sociais, menos adequada ainda pode revelar-se no caso da excisão. Assim é não apenas pelas dificuldades que levanta de um ponto de vista estritamente jurídico,^[72] como pelos efeitos contraproducentes que é susceptível de gerar.

Campanhas de sensibilização e prevenção de riscos, acções estudadas no terreno envolvendo as comunidades como pares -- o que, evidentemente, não consiste em incursões proclamativas isoladas, desligadas delas, declarando a MGF danosa e ilegal --, bem como campanhas de informação e prevenção

69 Um homem não circuncidado pode por esse facto inspirar tanto desagrado numa potencial parceira matrimonial quanto o recíproco.

70 Tal é possível porque estas intervenções, inclusive nas variantes mais radicais, limitam-se à zona externa do clítoris, que representa apenas uma pequena da estrutura deste órgão. A maior parte do tecido erétil e erógeno desta estrutura permanece intacta no interior. Além disso, na sexualidade humana intervêm não apenas variáveis anatómicas e fisiológicas, mas psicológicas e culturais. Inversamente, e como um breve olhar histórico a contextos ocidentais bastaria para lembrar, o controlo da sexualidade feminina pode operar tão profunda e eficazmente por outras vias do que qualquer corte físico.

71 Tal é possível porque a dor não é uma resposta meramente fisiológica a uma agressão externa, inteiramente independente do contexto em que ocorre. Essa resposta é mediada por factores psico-sociais que modulam os limiares de tolerância à dor e tornam mais ou menos traumático o sentido e a memória da sua experiência (e.g. Le Breton 1988 e Derges 2009 para um contraste entre a tolerância da dor ritual e a da dor e sofrimento em contexto de guerra). De acordo com a situação e a percepção que se tem dela, as expectativas que a rodeiam e o significado social de que se reveste para o indivíduo e para o grupo, a dor física pode ser vivida como tortura, uma agressão hostil ou uma prova valorizadora.

72 Numa análise especialmente relevante para o caso português, ver Dias 2006 a propósito do caso do *fanado*.

envolvendo professores e profissionais de saúde têm mostrada uma eficácia considerável na promoção de processos de mudança, dado até que as práticas tradicionais tendem a ser bastante mais negociáveis do que as lógicas que as sustentam (Degregori 2001: 12-13).^[73] Acresce que os efeitos deste tipo de acção no terreno são sólidos e duradouros, mesmo que não linearmente mensuráveis na mesma escala de tempo dos da perseguição penal.

Orientações internacionais para o “combate” à MGF como as produzidas ao nível da União Europeia têm por isso preconizado a necessidade de uma estratégia multi-facetada e integrada de intervenção que contemple, além de medidas repressivas (punição dos perpetradores, recurso a medidas compulsórias), medidas preventivas e de acolhimento humanitário das potenciais vítimas (asilo, protecção subsidiária)^[74]. Porém, numa estratégia “multi-facetada” e “integrada” espera-se por definição que as várias componentes não joguem umas contra as outras, que no afã de fazer progredir rapidamente a frente de “combate” uma não trabalhe em detrimento da outra, mas potenciem mutuamente a respectiva eficácia ou efectividade. Ora, o instrumento penal pode ser usado de maneira positiva ou, pelo contrário, dificultar a acção de outros instrumentos e agravar o problema.

Vem isto a propósito das diversas modalidades de repressão penal desta prática e das injunções em fora variados no sentido de criminalizá-la enveredando particularmente por uma delas: isto é, a previsão de um tipo legal específico proibindo explicitamente a MGF (vulgo, a criação no Código Penal de um crime autónomo com esta designação), em lugar de reprimi-la com base na lei penal geral sobre as ofensas à integridade física. O raciocínio na base desta opção é o de que a tipificação específica ofereceria mais garantias do que a lei geral. Contudo, o caso da França parece não suportar este argumento, pois tem sido o país com maior efectividade punitiva com base apenas na lei geral (opção essa que também prevalece em Portugal)^[75] -- contrariamente a outros países que, dispondo de incriminações específicas anti-MGF, como a Suécia, não levaram caso algum a tribunal (ver Dembour 2001). E um percurso sistemático pelo tratamento penal neste país desde os anos 1980 mostra que na maioria dos casos os arguidos estavam conscientes da ilicitude da prática, mesmo sendo essa ilicitude estabelecida de forma genérica, pelo que a incriminação específica não viria acrescentar benefício algum em termos de garantias individuais (ibidem: 2001). É certo que a incriminação específica também não levaria ao decréscimo da efectividade punitiva, mesmo admitindo-se neste argumento não levar ao seu acréscimo (Leye 2009, Rodrigues 2011). Porém, a lógica jurídico-penal não é a única em jogo. É que, podendo ser assim

no plano da efectividade punitiva (a não se atingir um ganho, tão-pouco haveria algo a perder), em contrapartida pode bem dar-se, em consequência, um decréscimo no plano da efectividade última e concreta a que se aspira: um decréscimo da prática em si.

Primeiro, tal pode suceder por via do risco do exacerbamento identitário, ao reforçar ou mesmo conferir à excisão uma dimensão emblemática e identitária nas sociedades de acolhimento (de que porventura não se revestia) e o seu recrudescimento reactivo no seio de minorias étnicas que se vêm assim singularizadas - e estigmatizadas -- enquanto tal: a expressão “MGF” tem conotações etnicizantes que a de “ofensa à integridade física” não apresenta.^[76] Se uma comunidade é identificada como um todo no “sinal” que a própria lei empreende enviar-lhe, essa categoria colectiva é convidada a situar-se e a ser situada enquanto tal, inclusive nos acossamentos que isso gere. Ao contrário da lei geral, que assume como destinatários indivíduos -- *todos* os indivíduos sejam quais forem as suas identificações colectivas --, a lei específica presta-se a leituras menos universalistas ao parecer assumir como destinatários comunidades específicas. Na mesma linha, uma criminalização “particularista” é mais vulnerável às mais variadas apropriações espúrias e excludentes.

Em segundo lugar, ao colocar simbolicamente o direito penal na primeira linha da “estratégia multi-facetada” para lidar com o problema, é susceptível de contribuir ainda mais para aumentar o secretismo e a clandestinidade desta prática, assim não só criando um perigo acrescido para as próprias mulheres e crianças, que ficam mais afastadas dos serviços de saúde, como tornando mais difícil o acesso a estas comunidades por parte de organizações governamentais e não governamentais ou de membros dessas comunidades que procuram desencorajar ou modificar esta prática no terreno por outros meios (como seja, por exemplo, a promoção de rituais alternativos com diminutas ou nenhuma implicação físicas).

De resto, a propósito de mensagens, “sinais” e linguagens inadequados, se no caso de crianças é positiva a existência de protocolos de actuação que mobilizem instituições, procedimentos e estruturas montadas de protecção de menores, bem como de sinalização de crianças em risco, é contraproducente equiparar neles a excisão a “negligência” e “maus-tratos”. Na perspectiva dos pais, e de acordo com as suas noções de responsabilidade parental, negligência seria não levarem a cabo tal prática (cf, Dembour 2001). Uma intervenção apresentada nestes moldes arrisca-se a ser incompreensível e descredibilizante, gerando desencontros evitáveis. Da mesma forma, para efeitos de asilo e protecção internacional de potenciais vítimas deveria ser possível recorrer a figuras que tornem a sua necessidade igualmente atendível sem o recurso à figura da “tortura”, que seria totalmente equivocada quanto ao sentido desta prática.

Por último, a previsão penal específica anti-MGF abstrai da questão do consentimento, ou, mais problemático ainda, nos regimes legais que a adoptam tem-se o consentimento por irrelevante no que toca à exclusão da culpa, mesmo quando prestado directamente por uma mulher adulta. Parecem aqui implícitos dois *a priori*. Primeiro, que todas as formas de MGF -- mas só *esse* conjunto de intervenções genitais --, são extensas e irreversíveis por igual; segundo, mas não menos problemático, que a própria sujeição à MGF indica por si mesma a impossibilidade de ser ela voluntária por decorrer de constrangimento social e cultural, o que em abstracto - posto

73 Várias acções deste tipo estão previstas no actual Programa de Acção para Eliminação da MGF (APF 2009).

74 Para uma análise pormenorizada sobre este tipo de medidas ver Rodrigues (2011).

75 Nomeadamente através do Artigo 144 do Código Penal que contempla “ofensas contra o corpo ou saúde de outra pessoa por forma a privá-lo de importante órgão ou membro”. Este artigo sofreu uma alteração em 2007 (DR, 1.ª série, N.º 170, 4 de Setembro), tendo-lhe sido acrescentada a referência “... tirar ou afectar, de maneira grave (...), a capacidade de fruição sexual”. O referido artigo passou então a ter a seguinte formulação: Ofensa à integridade física grave: “Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a: a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente; b) Tirar-lhe ou afectar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem; c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou d) Provocar-lhe perigo para a vida; é punido com pena de prisão de dois a dez anos”.

76 Foram, por exemplo, sobretudo as associações à MGF que em Portugal projectaram a discreta comunidade guineense nos media.

que não se prevê o apuramento do grau de constrangimento em concreto -- negaria à partida a estas mulheres qualquer capacidade de consentimento informado.

Um tal raciocínio parece, antes de mais, cativo de uma concepção absolutista de cultura e de uma perspectiva de pertença cultural em que o indivíduo é visto como estando dentro ou fora dela, sem ter em conta todas as suas outras características e inserções. Ora, nas sociedades multiculturais o mapa é muito mais complexo do que um mosaico de comunidades fechadas. Cada indivíduo é ele próprio um entrecruzamento mais ou menos denso de várias pertenças, identificações e sistemas de navegação cultural. Porque cada comunidade não existe no vácuo, porque a identidade e a pertença social do indivíduo não se determinam por completo e em exclusivo em relação a ela, não podemos pressupor que em adultos a pressão social e cultural seja absoluta - em suma, que as mulheres em questão estejam por completo encapsuladas culturalmente e fixadas por definição num estatuto de minoridade.

Por outro lado, o constrangimento social e cultural afecta não apenas a MGF, mas todas as modificações genitais, sejam elas rituais ou não e seja qual for o género ou etnicidade em que incidem. Tal inclui as mais variadas intervenções não terapêuticas e cirurgias de cosmética genital feminina (labioplastias ou corte/redução dos lábios menores, vaginoplastias de estreitamento vaginal, redução do capuz do clítoris, entre outras) que são objecto de uma procura crescente sociedades euro-americanas -- Portugal incluído.^[77] Também elas podem ser extensas, irreversíveis e susceptíveis de efeitos danosos na saúde e na “capacidade de fruição sexual” (para utilizar a expressão agora em vigor no Código Penal).^[78] Todas estas práticas não são menos “culturais” apenas por não serem visivelmente associadas a etnicidades particulares ou minoritárias.

Como o colocou Maria Cardeira da Silva (2007: 23) referindo-se aos riscos de se segmentar culturalmente práticas tidas por nocivas e atentatórias dos direitos humanos, tratando-as diferenciadamente consoante se trate de práticas culturais de maiorias ou de minorias, se é absolutamente certo que o relativismo cultural tem limites, então há que cuidar que esses limites sejam *universais*, quer dizer, aplicáveis de igual modo a todas as configurações culturais - e não apenas àquelas que correspondem a minorias associadas à imigração. Caso contrário, poderemos acabar por interferir com as liberdades *individuais* de elementos das minorias - no caso, de mulheres de etnicidades minoritárias. É que se não se deve tolerar práticas atentatórias dos direitos humanos por razões étnico-culturais, em contrapartida a repressão de tais práticas tão-pouco deveria ser guiada -- consciente ou inconscientemente -- por essas mesmas razões, ou prestar-se a essa leitura.^[79] E se as “culturas” não podem ser protegidas a expensas das liberdades individuais, na mesma lógica as liberdades individuais não

deveriam poder ser minorizadas - em todos os registos da palavra -- por razões culturais.^[80]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Sahlieh, Sami A. Aldeeb (2001). *Male & Female Circumcision Among Jews, Christians and Muslims - religious, medical, social and legal debate*, Pennsylvania, Shangrila Publications.
- Abu-Sahlieh, Sami A. Aldeeb (2006). *Male and female circumcision: the myth of the Difference*. in : Abusharaf, Rogaia Mustafa (ed.) *Female Circumcision - multicultural perspectives*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Agra, Cândido (1993). Dispositivos da droga. A experiência portuguesa. In C. Agra et al (eds.) *Dizer a droga, ouvir as drogas. Estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento desviante*. Porto, Radicário: pp. 29-53.
- Ahmadu, Fuambai S. (2000). *Ain't I woman, too? Challenging myths of sexual dysfunction of circumcised women*. In Hernlund, Y. e Shell Duncan, B. (eds.) *Transcultural bodies: Female genital cutting in global context*, New Brunswick, Rutgers University Press. pp. 278-310.
- Ahmadu, Fuambai S. (2007). *Rites and wrongs: Excision and power among Kono women of Sierra Leone*. In Shell-Duncan, B e Hernlund, Y. (eds.) *Female 'circumcision in Africa: Culture, change and controversy*. New Brunswick, Rutgers University Press. pp 283-312.
- APF (2009). *Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina*, Lisboa.
- American College of Obstetricians and Gynecologists (2007). *Vaginal "rejuvenation" and cosmetic vaginal procedures*. ACOG Committee Opinion, n.º 378. *Obstetrics and Gynecology*, vol. 110, pp.737-8.
- Brett-Smith, Sara (1997). *The mouth of the Komo*. *Anthropology and Aesthetics*, n.º 31. pp. 71-96.
- Broeck, Jeroen Van (2001). *Cultural Defence and Culturally Motivated Crimes (Cultural Offences)*. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, vol. 9, n.º 1, pp. 1-32.
- Catania, Lucrezia et al. (2007). *Pleasure and orgasm in women with female genital mutilation cutting (FGM/C)*. *Journal of Sexual Medicine*, n.º 4, pp. 1666-1678.
- Cardeira da Silva, Maria (2007). *A 'Guerra' Contra a Mutilação Genital Feminina*. in A. Frade (org.), *Por Nascer Mulher. Um Outro Lado dos Direitos Humanos*, Lisboa, APF. pp. 16-26.
- CIRP (1999/ rev. 2001). *Complications of circumcision* [online] <http://www.cirp.org/library/complications/> consultado em 14-6-2011.
- Cohen, Albert K. (1955). *Delinquent Boys*. New York. The Free Press.
- Cold, C.J e Taylor, J. R (1999). *The Prepuce*. *British Journal of Urology*, vol. 23. n.º 1, pp. 34-44.

77 Ver Liao et al (2010) para o aumento exponencial das cirurgias genitais cosméticas no Reino Unido, onde são preferencialmente procuradas por adolescentes e mulheres na casa dos 20 anos; ver também The Guardian (2009).

78 Numa declaração pondo em causa a aceitabilidade destas intervenções, o American College of Obstetricians and Gynecologists refere riscos como infecções, adesões de tecidos, perda de sensibilidade sexual e relações sexuais dolorosas, probabilidade acrescida de cesarianas, entre outros (ACOG 2007).

79 Essa leitura é passível de ser feita quando, por exemplo, o partido que em 2004 Portugal avançou com uma proposta legislativa de criminalização específica da MGF situa-se numa zona do espectro político que não tem estado historicamente na primeira linha da defesa dos direitos das mulheres nem se tem destacado pelas suas perspectivas feministas. Veio estreitar-se nelas a propósito de comunidades imigrantes, culturalmente outras -- das mulheres dos “outros” (ver Cardeira da Silva 2007).

80 Os paradoxos gerados no cruzamento destes pólos no âmbito do “combate” sem tréguas à MGF podem ser os mais inusitados, como a proposta que a deputada conservadora de origem somali Hirsi Ali levou ao parlamento holandês: a de sujeitar a uma investigação em série todas as raparigas provenientes de países de risco, constituindo a partir dela uma lista de crianças não-excisadas a submeter a inspeções ginecológicas compulsórias anuais até atingirem 18 anos. Como foi amplamente observado, a proposta é estigmatizante, discriminatória e representa uma intromissão generalizada, reiterada e desproporcionada na privacidade em função da identificação étnica (ver a este propósito Dias 2006).

- Comaroff, John L.; Comaroff, Jean (2004), *Criminal Justice, Cultural Justice: The limits of liberalism and the pragmatics of difference in the new South Africa*, *American Ethnologist*, vol. 31, nº 2, pp 189-204.
- Degregori, Cristina Álvarez (2001). *Sobre la mutilación genital femenina y otros demonios*. Barcelona, Publicacions d'Antropologia Cultural, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Dembour, Marie-Bénédicte (2001). *Following the Movement of a Pendulum: Between Universalism and Relativism*, in Cowan et al (ed.), *Culture and Rights. Anthropological Perspectives*, Cambridge University Press.
- Derges, Jane (2009). *Eloquent bodies. Conflict and ritual in northern Sri-Lanka*. *Anthropology & Medicine*, 1469-2910, vol. 16, nº 1, 2009, pp. 27 - 36
- Dias, Augusto Silva (2006). *Faz sentido punir o ritual do fanado? Reflexões sobre a punibilidade da excisão clitoridiana*. Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Biblioteca Digital Ius Commune, Secção Guiné-Bissau.
- Dirie, Waris (2007). *Filhas do Deserto*. Porto, ASA Editores.
- Douglas, Mary (2002) [1966]. *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. Routledge.
- Essen, Birgitta et al (2002). *Is there an association between female circumcision and perinatal death ? Bulletin of the World Health Organization*, nº 80. pp. 629-632.
- Essen, Birgitta (2005). *No association between female circumcision, and prolonged labour : a case control study of immigrant women giving birth in Sweden*. *European Journal of Obstetrics and Gynecology and Reproductive Biology*, vol. 121, nº 2. pp. 182-185.
- Fainzang, Sylvie (1985). *Circumcision, excision et rapports de domination*. *Anthropologie et sociétés*, vol. 9, nº1, pp. 117-127.
- Foblets, Marie-Claire (1998). *Les délits culturels: de la répercussion des conflits de culture sur la conduite délinquante. Réflexions sur l'apport de l'anthropologie du droit à un débat contemporain*, *Droit et Cultures*, vol. 35, nº 1, pp. 195-222.
- Gollaher, David (1994). *From ritual to science. The medical transformation of circumcision in América*. *Journal of Social History*, vol. 28, nº 1, pp. 5-36.
- Gonçalves, Yasmina (2007). *Mutilação Genital Feminina. Um retrato possível*. in A. Frade (org.), *Por Nacer Mulher. Um Outro Lado dos Direitos Humanos*, Lisboa, APF. pp. 25-67.
- Griaule, Marcel (1965). *Conversations with Ogotomeli. An introduction to Dogon religious ideas*. *International African Institute*. Oxford University Press.
- Groskop, V. (2009). *A cut too far? The Guardian (RU)*, 20 de Novembro.
- Gruenbaum, Ellen (2001). *The Female Circumcision Controversy - An anthropological perspective*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Hernlund, Y. E Shell-Duncan, B. (eds.) (2007). *Trans-cultural bodies: female genital cutting in global context*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- Hirs Ali, Ayaan (2006). *Infel. A história de uma mulher que desafiou o Islão*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Kennedy, John G. (1970). *Circumcision and excision in Egyptian Nubia*. *Man - The journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 5, nº 2.
- Le Breton, David (1988). *Corps et Société. Essai de sociologie et d'anthropologie du corps*. Paris. Méridiens Klincksieck
- Leye, Els et al (2007). *An analysis of the implementation of laws with regard to female genital mutilation in Europe*. *Crime Law and Social Change*, nº 47. pp. 1-31.
- Leye, Els; Sabbe, Alexia (eds) (2009). *Responding to Female Genital Mutilation in Europe: striking the right balance between prosecution and prevention*. Ghent, ICRH. Ghent University.
- Liao L-M, Michala L, Creighton SM (2010). *Labial surgery for well women: a review of the literature*. *British Journal of Obstetrics and Gynaecology*. vol. 117, nº1. pp. 20-25.
- Lightfoot-Klein, Hanny (1989). *The sexual experience and mental adjustment of genitally circumcised and infibulated females in the Sudan*. *Journal of Sex Research*, vol. 26, nº 3. pp. 375-392.
- Maertens, J. T. (1978). *Le corps sexioné. Essai d'anthropologie des inscriptions génitales. Ritologiques*. 2 Paris, Aubiers-Montaigne.
- Martin, Boris (1999). *Les droits culturels comme mode d'interprétation et de mise en oeuvre des droits de l'homme*. *Revue du Mauss*, vol. 1, nº 13. pp. 236-260.
- Merton, Robert K. (1957). *Social theory and social justice*. New York, Glencoe. The Free Press.
- Miller, Walter. B. (1958). *Lower Class culture as a generating milieu of gang delinquency? The Journal of Social Issues*, vol. 14, nº 3.: pp. 5-37.
- Morison, Linda et al (2001). *The long-term reproductive health consequences off emale genital cutting in Gâmbia: a community-based survey*. *Tropical Medicine International Health*, vol. 6, nº 8. pp. 643-653.
- New York Times (2010). *Steep drop in circumcision in U.S.* [on line] <http://www.nytimes.com/2010/08/17/health/research/17circ.html> consultado em 14-6-2011.
- New York Times (2011). *Efforts to ban circumcision gain traction in California* [on line] http://www.nytimes.com/2011/06/05/us/05circumcision.html?_r=1&emc=eta1 consultado em 14-6-2011.
- Obermeyer, Carla M. (1999). *Female genital surgeries: The known, the unknown, and the unknowable*. *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 13, nº 1. pp 79-106.
- Obermeyer, Carla M. (2003). *The health consequences of female circumcision: science, advocacy, and standards of evidence*. *Medical Anthropology Quarterly*, vol. 17, nº 13. pp. 394-412.
- OMS, UNICEF, FNUAP...etc. (1997). *Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Declaração Conjunta*. Genebra.
- OMS, UNICEF, FNUAP...etc. (2007) *Eliminating Female Genital Mutilation- An Interagency Statement*. Genebra.
- Rodrigues, de Ana Maria (2011). *Imigração e práticas multiculturais na Europa: é legítimo proteger o indivíduo da sua própria cultura? O caso-limite da mutilação genital feminina*, *Mestrado em Direitos Humanos*, Universidade do Minho, policopiado.
- Shell-Duncan, Bettina e Hernlund, Y. (eds.) (2000). *Female 'circumcision' in Africa: Culture, change and controversy*. Boulder, CO, Lynne Rienner.
- Shell-Duncan, Bettina (2008). *From health to human rights: Female genital cutting and the politics of intervention*. *American Anthropologist*, vol. 110, nº 225-236.
- Shweder, Richard A. (2002). *What about female genital mutilation; Why understanding culture matters in the first place*. In R. Shweder, M. Minow, H. Marcus (eds.) *Engaging cultural differences. The multi-*

cultural challenge in liberal democracies. New York, Russell Sage Foundation Press. pp. 216-251.

- Sindzingre, N. (1979). Un excès par défaut. Excision et représentation de la féminité. *L'Homme*, vol. XIX, n° 3-4. pp. 171-187.
- Sousa Santos (2003). O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico. Conflito e transformação social na paisagem das justiças em Moçambique. Porto. Afrontamento. Pp. 47-95.
- Sulkin, Carlos L. (2009). Anthropolgy, liberalism and female genital cutting. *Anthropology Today*, vol. 26, n° 6. pp. 17-19.
- Sutherland, Edwin H. (1947). *Principles of Criminology*. Philadelphia, Lipincott
- Sutherland, Edwin H. (1949) *White Collar Crime*, New York, Holt, Rinehart & Winston.
- Taylor, J. R. et al (1996). The Prepuce. Specialized mucosa of the penis and its loss to circumcision. *British Journal of Urology*, vol. 77, pp. 291-295.
- Turner, Terence (1997). Human Rights, Human Difference: Anthropology's Contribution to an Emancipatory Cultural Politics. *Journal of Anthropological Research*, vol. 53, pp. 273-291.
- Turner, Terence (2007). Derechos Humanos, in A. Barañano, J. L.García, M. Cátedra, M. J. Devillard; (eds.). *Diccionario de Relaciones Interculturales. Diversidad y Globalización*, Madrid, Editorial Complutense.
- Walley, Christine J. (2002). Searching for 'voices' : feminism, anthropology and the global debate over female genital cutting. in: James, Stanlie M. & Robertson, Claire C. *Genital Cutting and Transnational Sisterhood - disputing US polemics*, Chicago, University of Illinois Press.

CONHECENDO MELHOR COMO OS JUÍZES SENTENCIAM: CRIANDO CONDIÇÕES PARA UMA MAIS EFECTIVA PAZ SOCIAL?

ANDREIA DE CASTRO-RODRIGUES

MESTRE ASSISTENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
ANDREIAR@UFP.EDU.PT

ANA SACAU

PROFESSORA ASSOCIADA NA UFP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PSSACAU@UFP.EDU.PT

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as explicações ingénuas dos juízes sobre as causas da criminalidade e as motivações para cometer um delito. Usou-se o “Questionário de análise da tomada de decisões judiciais” de Castro-Rodrigues e Sacau (2009). Uma análise descritiva mostra que os juízes situam as causas da criminalidade em factores sociais e externos ao indivíduo. No que respeita aos motivos para cometer delitos apenas a dependência física de substâncias se conforma como factor de compreensão da comissão de um delito.

INTRODUÇÃO

O estudo das explicações ingénuas sobre determinados fenómenos sociais não é novo no âmbito da psicologia. A maioria destes estudos tem como foco de atenção o cidadão leigo (ver, por exemplo, Furham & Henderson, 1983). Mas existe uma série de trabalhos, realizados nos anos 80, que se têm preocupado com a forma como determinados colectivos sociais ou profissionais realizam explicações causais. É o caso daqueles estudos, de forma geral, focalizados no processo de tomada de decisões judiciais, interessados em perceber de que forma as atribuições causais sobre o crime e a criminalidade afectam aquelas decisões (Pontell et al., 1985; Carroll et al., 1987, entre outros).

Heider (1958) foi o primeiro autor a elaborar uma teoria das atribuições. Segundo este autor, as pessoas, na sua necessidade de encontrar explicações para os comportamentos sociais, actuam como cientistas amadores atribuindo a determinados comportamentos causas internas ou externas. Nas atribuições externas ou atribuições circunstanciais, o comportamento é visto como causado por factores externos ao indivíduo e, portanto, fora do seu controlo (p.e. factores situacionais). Nas atribuições internas ou atribuições disposicionais, o comportamento é visto como provocado por factores próprios do indivíduo ou que estão sob o seu controlo (p.e. motivação).

Com esta teoria, Heider deu início à denominada psicologia popular, psicologia ingénua ou ainda psicologia do senso comum.

Num estudo de Martin e Rodriguez (1989), foram analisadas as explicações ingénuas de polícias, funcionários de prisões e

juízes sobre as causas da criminalidade. Através de uma análise factorial verificaram que estas explicações se dividem em 9 dimensões: socialização desviada, deficiente autocontrolo, razões económicas, causas sociopolíticas, toxicodependência, destino, transtornos mentais, carreira delituosa e, por fim, características situacionais.

Uma análise discriminante posterior permitiu-lhes verificar que o conjunto formado pelas dimensões (destino, deficiente autocontrolo, transtornos mentais e socialização deficiente) permitia de forma significativa diferenciar os funcionários de prisões dos polícias e juízes. Estes dois últimos grupos profissionais não se diferenciavam entre si na valoração das diferentes dimensões. Os resultados permitiram verificar que juízes e polícias rejeitam as quatro dimensões antes mencionadas como causas da criminalidade, contrariamente aos funcionários de prisões que lhes atribuem pontuações significativamente mais altas.

Também Carroll, nos finais dos anos 70, analisou os argumentos utilizados em audiências de liberdade condicional e verificou que do total das 227 analisadas, em 200 casos havia pelo menos uma atribuição causal sobre o crime e em 223 havia pelo menos uma atribuição causal sobre a história criminal do condenado. Em ¼ dos casos havia mais do que uma atribuição causal. Do total de 557 atribuições identificadas, 19% referem-se às drogas como causa do crime, 1% referem-se a estar drogado, 16% referem-se ao consumo de álcool, 3% a estar bêbado, 12% a enriquecimento, 9% a influência dos pares, 17% a diversos problemas de personalidade, 3% a problemas

mentais, 15 a baixo QI ou problemas de linguagem, 2% a má atitude, 4% a imprudência da vítima, 3% a problemas domésticos, 6% a outras influências ambientais (desemprego, falta de suporte social, etc.). Os 4% restantes foram situações em que foi impossível a codificação.

Com este estudo pretendemos analisar as explicações ou teorias implícitas que os juízes têm sobre as causas da criminalidade e aos motivos subjacentes ao cometimento de crimes.

1. AMOSTRA

A amostra é constituída por 49 juízes de tribunais de varas criminais de Lisboa (55,1%), Porto (28,6%) e Coimbra (16,3%) sendo que este valor representa a totalidade de juízes das varas mencionadas.

Dentro deste grupo de juízes, 53,1% são de sexo feminino e a idade média é de 44,51 anos ($dp = 5,47$) sendo a idade mínima de 32 anos e a máxima de 55 anos.

2. INSTRUMENTO

Foi administrado o Questionário de análise da tomada de decisões judiciais (Castro-Rodrigues & Sacau, 2009). Este questionário consta de 11 grupos de itens relacionados com variados aspectos do processo de tomada de decisões. A maior parte dos grupos de itens são de resposta tipo Likert de cinco pontos. Apenas um conjunto de itens é respondido através da técnica do diferencial semântico de Osgood. O questionário inclui ainda uma ficha de caracterização socio-demográfica.

3. PROCEDIMENTO

O questionário foi apresentado pessoalmente a cada um dos juízes, enquadrado por uma autorização prévia ao estudo por parte do Conselho superior de magistratura, em cada um dos 3 tribunais considerados (Porto, Lisboa e Coimbra). A administração do questionário foi directa, isto é, o preenchimento foi feito pelos participantes (Quivy e Campenhoudt, 1998) e foram tomados todos os cuidados para assegurar a privacidade (por exemplo, os juízes eram deixados sozinhos para o procedimento e o questionário era-lhes entregue num envelope, com a instrução de o devolverem fechado, sem qualquer tipo de sinal identificativo).

Os dados resultantes foram introduzidos e tratados com recurso ao SPSS 17.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela 1 mostra as médias e os desvios padrão dos factores relacionados com as causas da criminalidade. A análise descritiva mostra-nos que os juízes consideram como principais causas da criminalidade^[81], respectivamente, o “consumo de drogas” o “ambiente social disruptivo”, o “consumo de álcool”, um “ambiente familiar desadequado”, a “influência dos pares”, a “falta de valores na sociedade”, as “perturbações mentais” e a “tendência para a agressividade”. Como se pode constatar na tabela 1, as médias deste grupo de itens oscilaram entre 4.69 e

3.56 numa escala de 1 a 5. Observa-se também que dois desses itens, nomeadamente, consumo de drogas e ambiente social disruptivo, apresentam os desvios padrão mais baixos (0.652 e 0.763, respectivamente) mostrando a homogeneidade dos juízes com respeito à valoração do seu papel como agentes geradores de criminalidade.

TABELA 1. MÉDIAS E DESVIOS PADRÃO DAS CAUSAS DA CRIMINALIDADE.

	Média	Desvio padrão
Consumo de drogas	4,69	0,652
Crises e rupturas familiares	3,45	1,119
Consumo de álcool	4,06	0,852
Ambiente social disruptivo	4,20	0,763
Perturbações mentais	3,67	1,049
Brandura da lei e das penas	2,90	1,177
Défice ao nível do auto-controlo	3,33	0,922
Falta de valores na sociedade	3,69	1,045
Predisposição para o delito	2,98	1,164
Pobreza	2,90	1,159
Défice a nível intelectual	2,86	0,979
Ambiente familiar desadequado	3,90	0,984
Tendência para a agressividade	3,56	0,823
Desemprego	3,24	0,990
Hereditariedade	1,55	0,843
Ausência de prevenção por parte da vítima	1,82	0,834
Influência de pares	3,86	0,935

Por outro lado, os aspectos que os juízes consideram menos relacionados com a génese da criminalidade são, respectivamente, a “hereditariedade” e a “ausência de prevenção por parte da vítima”. Mais uma vez, constata-se alguma homogeneidade nas respostas dadas pelos juízes, denotando-se o afastamento de questões genéticas como causa da criminalidade, assim como aspectos relacionados com a responsabilização da vítima na precipitação de actos criminosos.

Numa avaliação mais neutra surgem os factores “défice a nível intelectual”, “brandura da lei e das penas”, “pobreza”, “predisposição para o delito”, “desemprego”, “défice ao nível do auto-controlo” e “crises e rupturas familiares”. Neste caso, temos então médias a oscilar entre 2.86 e 3.45 e desvios padrão entre 0.922 e 1.177. Observamos aqui que, na avaliação destes factores como causas da criminalidade, os juízes mostram-se menos homogéneos, sobretudo nos factores “brandura da lei e das penas”, “predisposição para o delito”, “pobreza” e “crises e rupturas familiares”, todos eles com valores de desvio superiores a 1.

Esta primeira análise descritiva sobre a valoração dos juízes acerca do papel de determinados factores como causas da criminalidade mostra que esta valoração se foca, de forma geral, em factores externos, assumindo o consumo de substâncias um papel predominante na génese do fenómeno criminal. Estes resultados vão de encontro aos obtidos por Carroll em 1978 que observou que 39% das explicações ingenuas que surgem nas audiências de liberdade condicional nos EUA fazem referência ao consumo de drogas e álcool. A análise dos factores mais valorados mostra-nos um quadro claro de externalidade

81 Consideramos média alta os valores iguais ou superiores a 3,5, média baixa aqueles valores iguais ou inferiores a 2,5 e valores neutros aquelas médias em torno do 3, isto é, entre 2,5, e 3,5, exclusive.

do fenómeno criminal em que os factores sociais assumem um papel preponderante.

Se a experiência é uma das principais fontes de construção de opiniões, atitudes e explicações sobre os fenómenos sociais com os que nos deparamos, cumpre questionar-nos se os juízes não estão mais do que manifestando explicações que derivam da realidade com que os tribunais se deparam. Até que ponto é que a realidade dos casos que chegam a julgamento condiciona a percepção da realidade social e criminal dos juízes? Até que ponto os juízes desenvolvem as suas explicações ingénuas sobre o delito a partir de uma realidade que não é mais do que a criminalidade mais problematizada e consequentemente mais detectada, mais criminalizada e à qual mais se reage social e legalmente?

Numa segunda análise, o nosso interesse centra-se no conjunto de itens respeitantes às motivações para o crime. Os resultados da análise descritiva podem ver-se na tabela 2.

TABELA 2. MÉDIAS E DESVIOS PADRÃO DAS MOTIVAÇÕES PARA O DELITO.

	Média	Desvio padrão
Vingança.	2,67	1,197
Necessidade física de substâncias.	3,92	1,222
Consumo de cocaína sem necessidade física.	2,80	1,384
Questões passionais.	3,22	1,159
Consumo de haxixe sem necessidade física.	2,02	1,145
Enriquecimento.	2,90	1,461
Necessidades económicas.	3,27	1,114
Consumo de heroína sem necessidade física.	2,43	1,190
Necessidade de sobrevivência (alimentação).	3,29	1,323
Consumo de álcool sem necessidade física.	2,37	1,074
Consumo de novas drogas sem necessidade física.	2,22	1,085

Através da análise descritiva das motivações para o delito que permitem, em maior ou menor grau, compreender o cometimento de um crime, podemos observar, em primeiro lugar, que a valoração realizada pelos juízes em nenhum caso atinge o valor máximo da escala sendo a pontuação média mais elevada de 3,92, numa escala de 1 a 5. De forma geral, podemos dizer que não existe nenhum motivo, entre os apresentados, que, para os juízes, “justifique” de maneira clara a comissão de um delito. Contudo, importa referir que na valoração das motivações para o delito, as opiniões dos juízes são mais divergentes do que na avaliação das causas da criminalidade uma vez que todos os itens apresentam desvios padrão superiores a 1. Isto remete-nos para uma visão mais diversificada dos juízes sobre os motivos que podem levar a um indivíduo a cometer um delito.

O factor que mais justifica, para os juízes, a comissão de um delito é a dependência física de substâncias com uma média de 3,92 (dp = 1,22). Seguem-se com valores positivos (superiores a 3) a “necessidade de sobrevivência”, “necessidades económicas” e as “questões passionais”. Contudo, segundo os nossos critérios de análise, estes factores são considerados com avaliação neutra uma vez que apresentam valores entre 2,5 e 3,5 (cf nota de rodapé 1).

O motivo que menos justifica a comissão de um delito é o “consumo de haxixe sem necessidade física”.

É interessante verificar que a dependência física de substâncias é considerada uma motivação mais justificável do que a própria necessidade de alimentação quando neste último caso o que está em causa pode ser a sobrevivência do indivíduo. Mais uma vez podemos estar aqui perante um reflexo da experiência comum dos juízes nos tribunais e as suas teorias implícitas acerca das realidades sociais. Numa sociedade desenvolvida em que as redes sociais de apoio aos mais desfavorecidos estão plenamente implementadas, o confronto com uma situação de comissão de um delito provocado pela fome pode ser perspectivado como não sendo muito provável. No entanto, por um lado, a realidade é bastante mais complexa do que isto e, por outro, a questão não apelava à avaliação da probabilidade de um delito ser cometido por aqueles factores mas antes a medida em que cada um deles permitia compreender o cometimento de um crime.

Os quatro motivos menos valorizados, com médias inferiores a 2,5, estão todos eles relacionados com o consumo de substâncias sem necessidade física o que demonstra que os juízes consideram injustificado o cometimento de um delito quando este apenas está relacionado com o consumo ‘recreativo’ e não problemático de substâncias e não com uma necessidade física real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tinha como objectivo um primeiro movimento de análise sob uma forma exploratória e segundo uma lógica descritiva dos dados do questionário relativos às explicações ingénuas sobre as causas e as motivações para a comissão de um crime, dadas por juízes do âmbito criminal.

A dita análise descritiva das causas da criminalidade mostra que os juízes explicam este fenómeno sobretudo através de factores de índole mais social descurando os aspectos relacionados com as próprias características mais intrínsecas dos indivíduos envolvidos em actos criminais. Esta maior concordância com causas mais externas pode ser reflexo, por uma lado, da sua própria experiência como juízes mas também do facto de sua formação não os preparar para uma maior sensibilidade e aferição de factores intrínsecos ao indivíduo. Por outro lado, a análise das motivações mostra a predominância do tema “drogas” que, quando associadas a uma dependência física se assumem como o principal motivador e justificador do delito mas não existindo essa dependência, transformam o crime num acto injustificável. Os juízes parecem assim revelar a partilha, em grande medida, de um paradigma das drogas biomédico, pouco sensível a um outro mais actual, crítico e complexificante que contemple devidamente as vertentes social e psicológica dos consumos, o papel activo (auto-poiético, segundo Agra (1990, 2001)) dos indivíduos nas dinâmicas de consumos problemáticos e o papel do social na construção destas identidades dependentes e destes papéis desviantes.

Por último, parece-nos importante deixar uma breve reflexão acerca da referida construção das teorias informais e sua implicação. Se estas teorias que os juízes partilham manifestam e que, em maior ou menor grau, poder-se-ão reflectir nas suas decisões sentençiais, derivam da sua prática e dos casos mais salientes que comparecem a tribunal, e estes podem não ser mais do que o reflexo das situações mais focadas e processadas em termos de sistema judicial, então parece-nos que isto apontará para a pertinência do reforço da formação dos juízes em termos de conhecimentos específicos da psicologia e da sociologia, nomeadamente no que concerne às realidades e dinâmicas sociais e criminais. Isto no sentido de criar condições para o desenvolvimento de teorias ou grelhas de leitura que

tratam os fenómenos com a complexidade que os caracteriza e que se afastem de forma inequívoca de teorias informais de registo próximo ao senso comum.

REFERÊNCIAS

- Agra, C. (1990). Sujet autopoïétique et transgression. In P. Mardaga (Ed.), *Acteur social et délinquance - Une grille de lecture du système de justice pénale*. Liège: Pierre Mardaga, pp. 415-426.
- Agra, C. (2001). Genealogia da afecção, exercício de psicopoiése. In M. Dupis et al. (Eds.), *Dor e Sofrimento, uma perspectiva interdisciplinar*. Porto: Campo das Letras, pp. 159-182.
- Carroll, John. (1978). Causal attributions in expert parole decisions In: *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 36, nº 12, pp. 1501-1511.
- Carroll, John; Perkowitz, William; Lurigio, Arthur e Weaver, Frances.. (1987). Sentencing goals, causal attributions, ideology and personality In: *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 52, nº 1, pp. 107-118.
- Furham, Adrian e Henderson, Monika. (1983). Lay theories of delinquency In: *European Journal of Social Psychology*, vol. 13, pp. 107-120.
- Heider, Fritz. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley & Sons.
- Martin Rodriguez, Ana Maria e Rodriguez Perez, Armando. (1989). La explicación ingenua del delito en policías, jueces y funcionarios de prisiones In: *Revista de Estudios Penitenciarios*, vol. 241, pp. 19-32.
- Pontell, Henry; Granite, Daniel; Keenan, Constance e Geis, Gilbert. (1985). Seriousness of crimes. A survey of the nation's chiefs of police In: *Journal of Criminal Justice*, vol. 13, pp. 1-13.
- Quivy, R. E Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

AGRADECIMENTOS

Este trabalho insere-se no âmbito de uma Bolsa de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, com a referência SFRH/BD/46202/2008.

MEDIDAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA PENA E CONVIVÊNCIA SOCIAL: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LICENÇAS DE SAÍDA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

ANA OLIVEIRA

FACULDADE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

GLÓRIA JÓLLUSKIN

FACULDADE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Este estudo pretende compreender qual a representação das licenças de saída do estabelecimento prisional (EP) e reflectir sobre o seu papel na convivência e apaziguamento do alarme social. Os dados revelam que estas licenças assumem várias significações para os reclusos. Sob o ponto de vista social, a representação destas saídas parece moldar-se de acordo com vários factores. Para além disso, se por um lado se considera que a representação seja positiva, por outro a imagem que a sociedade detém destas medidas pode ser negativa ou até mesmo ambivalente.

ABSTRACT

This study aims understand the representation of the released from prison and reflect on its role in coexistence and mitigation of social alarm. The results reveal that these allowances can assume different meanings for the inmates. From the social point of view, the representation of these outputs can mold itself according to different factors. Moreover, if one part is considered that the representation is positive, the other the image that society holds of these measures can be negative or even ambivalent.

INTRODUÇÃO

À semelhança das visitas, da correspondência, dos contactos telefónicos, da comunicação social e de outros meios de comunicação, as licenças de saída do EP constituem uma das formas de contacto com o exterior (Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro). De acordo com a Recomendação (82) 16 do Comité dos Ministros do Conselho da Europa, de 24 de Setembro, estas saídas do estabelecimento prisional contribuem para tornar a execução da pena de prisão mais digna e para melhorar as condições da detenção, constituindo umas das formas de facilitar a reintegração social do recluso. Ao permitir a reaproximação à sociedade, estas saídas revelam-se de grande importância para evitar os efeitos dessocializadores da pena de prisão, facilitando ao recluso uma preparação progressiva para a libertação (Gomes, 2003).

Estas licenças podem ser de vários tipos, tendo em conta a custódia das mesmas e o consentimento do recluso. Assim, podem ser autorizadas saídas custodiadas para comparecer em acto judicial ou em acto de investigação criminal e, para receber cuidados de saúde não susceptíveis de serem prestados no estabelecimento prisional, independentemente do consentimento do recluso (Artigo 76.º, da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro). Para além destas saídas, podem ser concedidas ao recluso, com o seu consentimento, licenças de saída jurisdicionais (LSJ) ou administrativas. A finalidade destas medidas traduz-se na manutenção e promoção dos laços familiares e

sociais e na preparação para a vida em liberdade (Artigo 76.º, da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro).

Quanto às LSJ, estas são concedidas pelo Juiz de Execução das Penas após a verificação de determinados requisitos legais. São considerados critérios para o benefício destas licenças a execução da pena em regime comum ou aberto, o cumprimento de um sexto da pena e no mínimo seis meses, tratando-se de pena não superior a cinco anos, o cumprimento de um quarto da pena, tratando-se de pena superior a cinco anos, a inexistência de outro processo pendente em que esteja determinada prisão preventiva e, a inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecedem o pedido. Cada licença não pode ultrapassar o máximo de cinco ou sete dias seguidos consoante a execução da pena decorra em regime comum ou aberto e o pedido pode ser renovado de quatro em quatro meses (Artigo 79.º, da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro).

As licenças de saída administrativas compreendem as saídas de curta duração (SCD), as saídas para a realização de actividades, as saídas especiais e as saídas de preparação para a liberdade (Artigo 76.º, da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro). Relativamente às SCD, o director do EP pode conceder este tipo de medida, caso se verifique cumulativamente, a execução da pena em regime aberto, o gozo prévio com êxito de uma LSJ e a inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses antecedentes ao pedido.

Podem ser concedidas de três em três meses, até ao máximo de três dias (Artigo 80.º, Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro).

Neste estudo, o foco volta-se apenas para as LSJ e as SCD que, antes da introdução do novo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, se designavam por saídas precárias prolongadas e saídas precárias de curta duração, respectivamente. O interesse por estudar este tipo de saídas não custodiadas do EP prosperou na sequência da constatação, através de uma revisão da literatura, da ausência de investigação com incidência neste fenómeno em Portugal. Perante esta situação, resolveu-se realizar um estudo exploratório com o objectivo de efectuar uma primeira aproximação a esta temática, fazendo uso de uma metodologia qualitativa.

1. OBJECTIVOS

O principal objectivo do presente estudo foi tentar compreender qual o significado das designadas saídas precárias (SP), sob a perspectiva dos técnicos afectos a um EP do distrito judicial do Porto. Estes técnicos constituem testemunhas privilegiadas deste fenómeno, tendo um bom conhecimento do problema em estudo pela sua posição, acção e responsabilidades (Quivy & Campenhoudt, 1998). A partir dessa compreensão, será possível reflectir acerca do contributo deste tipo de medidas para a convivência e manutenção da paz social.

2. MÉTODO

Com o intuito de atingir os objectivos delineados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com oito técnicos, de um estabelecimento prisional do Distrito Judicial do Porto, intervenientes no processo de avaliação destas medidas. Mais especificamente, os técnicos entrevistados foram dois elementos da direcção, dois elementos dos serviços de vigilância e segurança, dois elementos dos serviços de educação e ensino e dois elementos dos serviços de reinserção social.

Após a autorização do estudo por parte da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, foi dado a conhecer o mesmo à Direcção do estabelecimento prisional. Posteriormente, iniciou-se o primeiro contacto com os participantes, onde para além de se proceder à contextualização do estudo e os seus objectivos, solicitou-se a colaboração dos técnicos e agendou-se um momento para a realização das entrevistas. A recolha dos dados foi efectuada em Março de 2010, período no qual se encontrava em vigor o Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto. Daí, ao longo das entrevistas, ter-se optado por utilizar o termo saídas precárias para fazer referência a estes dois tipos de licenças de saída do EP.

Antes de se iniciar as entrevistas, relembrou-se o estudo e os seus objectivos, formalizou-se o consentimento informado de participação, abordou-se a questão da confidencialidade e anonimato e, solicitou-se a autorização do uso de um gravador de áudio como suporte de recolha de dados, referindo a possibilidade de interromper a gravação sempre que o participante o desejasse. Concretizou-se a entrevista propriamente dita, tendo sido colocadas diversas questões aos participantes sobre o fenómeno em causa. No final da entrevista, agradeceu-se a colaboração e mostrou-se disponibilidade para partilhar os resultados obtidos.

Procedeu-se à transcrição das entrevistas, tendo sido realizada uma análise ao seu conteúdo. Optou-se pela análise temáti-

ca e categorial do *corpus* de análise constituído, procedendo-se à divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos (Bardin, 2004). Sendo o principal objectivo deste tipo de análise revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame a determinados constituintes do discurso (Quivy & Campenhoudt, 1998), foi possível a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (Bardin, 2004).

Atendendo ao principal objectivo estabelecido para o presente estudo, foram consideradas na análise duas questões que, no decurso das entrevistas, foram colocadas aos técnicos: uma alusiva à representação das designadas SP para os reclusos e outra referente à representação social destas mesmas saídas.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1. REPRESENTAÇÃO DAS SP PARA OS RECLUSOS

Quando se colocou aos técnicos a questão sobre o significado de uma SP para os reclusos, estes reportaram-se fundamentalmente a quatro aspectos. Em primeiro lugar, referiram que estas saídas constituíam um procedimento que daria suporte ao processo de reinserção do recluso na sociedade. Em liberdade, o recluso poria em prática todo um conjunto de competências adquiridas no decurso do cumprimento da sua pena, por intermédio do tratamento prisional. De igual modo, este tipo de licenças propiciaria ao recluso a tomada de contacto com o exterior, diminuindo os efeitos negativos da prisionização e ajudaria a manter ou restabelecer os contactos com familiares, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, entre outros.

Para além disso, os técnicos alegaram que estas medidas são um acontecimento marcante no sentido em que interferem com as emoções do indivíduo, desencadeando principalmente sentimentos positivos. Para além disso, estas saídas são significativas uma vez que reforçam a mudança de atitude do recluso em meio prisional e a adopção de um comportamento que facilite a manutenção destas e a aquisição de outras medidas.

Os técnicos mencionaram ainda que as SP tornam o cumprimento da pena de prisão mais dúctil, pois são uma hipótese de alcançar outras medidas em meio institucional, como o regime aberto e a liberdade condicional, fazendo crer ao recluso que o final da pena de avizinha. Além disso, os técnicos relataram que, se para uns reclusos estas saídas são uma obrigação do EP, para outros são um direito pessoal, podendo ainda ser interpretadas como uma mera concessão.

Por fim, estes entrevistados relataram que para alguns reclusos, a saída temporária ao exterior era um momento oportuno, não só para demonstrarem a mudança positiva fruto do tratamento prisional, como também evidenciarem o modo como estão empenhados em retomar a liberdade sem a prática de crimes. Esta demonstração estende-se desde os familiares e vizinhos até às relações de trabalho e à sociedade em geral, contribuindo para a diminuição do alarme gerado em torno do acto anti-social.

Desta forma, com base nas verbalizações dos técnicos, foi possível identificar quatro categorias temáticas: *Meio que auxilia o processo de reinserção social*, *Factor com grande significado*, *Flexibilização da pena* e *Forma de apaziguar a sociedade e demonstrar a mudança de atitude*. Na Figura 1 apresentam-se as diferentes categorias e subcategorias encontradas, assim como a frequência das mesmas.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Representação das SP	Meio que auxilia o processo de reinserção social (51) • Contacto e adaptação à vida livre e em sociedade (21) • Restabelecimento e consolidação dos vínculos familiares (17) • Preparação para a vida em liberdade e criação de oportunidades de inserção (9) • Forma de apaziguar a sociedade e demonstrar a mudança de atitude (7) • Restabelecimento das relações sociais (4)
	Factor com grande significado (20) • Reforço ao comportamento (15) • Acontecimento que interfere com a dimensão emocional (5)
	Flexibilização da pena (15) • Hipótese de reduzir a pena e alcançar outras medidas (5) • Aproximação do final da pena (3) • Concessão (3) • Direito do recluso (2) • Obrigação do EP (2)

FIGURA 1. REPRESENTAÇÃO DAS SP PARA OS RECLUSOS, SEGUNDO A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS

Assim, as SP representam uma oportunidade para o recluso fazer um primeiro contacto mais prolongado com o exterior e uma primeira aproximação à sociedade do qual foi afastado. Um dos técnicos diferenciou a tomada de conhecimento em meio prisional com o auxílio dos meios de comunicação social, do contacto corpóreo em meio livre. Para além disso, o ir lá fora devolve-lhe a sensação de constituir um elemento integrante da sociedade.

“(...) é o momento em que o recluso contacta o meio livre e consegue aperceber-se da evolução da sociedade (...) Porque embora o recluso se vá apercebendo através dos meios de comunicação social, é diferente de ir lá fora (...) penso que para o recluso...o ir lá fora...fá-lo sentir mais cidadão... mais perto da sociedade...” (T8)

O benefício de SP assume-se como um evento marcante para o recluso, interferindo com a sua dimensão emocional, desencadeando sensações positivas que colmatam a opressão que o encarceramento imprime.

“...é uma lufada de ar fresco também, porque eles aqui estão completamente oprimidos, completamente sufocados pela falta da liberdade...” (T6)

Nesse período em liberdade, o recluso tem a oportunidade de manter os laços familiares e sociais que foram truncados aquando do ingresso em meio prisional, reforçando a importância vital da rede social do indivíduo. A distância física de outros significativos leva a que a perda das relações com a família e com os amigos, seja uma das privações mais sentidas pelos reclusos (John Howard Society of Alberta, 1999).

“(...) é uma forma que eles têm de se aproximarem à família (...)” (T2)

“(...) por outro lado...à sociedade mais restrita, às relações da vizinhança, dos amigos...como também de toda a envolvimento...do mundo exterior” (T8)

Atendendo ao facto de a reclusão poder provocar a deterioração da relação entre o recluso e a sua família, importa referir que as SP surgem igualmente como uma hipótese de reconciliação e reconstrução dos elos de união, tal como é possível observar através da seguinte verbalização:

“E, muitos deles, vêm para a cadeia depois das relações estarem muito desgastadas (...) e as saídas precárias também servem (...) para reforçar um bocadinho esses laços ou restabelecê-los....” (T7)

Os técnicos fazem alusão ao facto de a família acabar por estar implicada com estas licenças de saída ao exterior:

“O comportamento do indivíduo e a repercussão negativa vai ser para a família toda e, eu penso que, a precária (...) acaba por ser importante também para a família” (T1)

Reflectindo esta ideia do impacto das SP na família, vários estudos têm revelado que a reclusão para além de gerar um impacto psicológico negativo no recluso (Haney, 2002), acaba por se difundir na sua rede social e, a um nível mais restrito, no seu agregado familiar e nas relações de conjugais (Carmo, 2009). Desta forma, a SP possui uma importância vital aligeirando, entre outros aspectos, a ausência de troca de afecto, a sobrecarga financeira, a sobrecarga na educação dos filhos e nas tarefas domésticas, aspectos sentidos ao longo do período de reclusão do familiar (Hairston, 2002).

Para além disso, estas saídas mostram-se relevantes também para o percurso prisional dos reclusos, sobretudo em dar-lhes alento para continuar a adquirir competências pessoais, sociais e profissionais, a envolver-se e assumir-se como co-responsável do seu processo de reintegração na sociedade.

“...pode ser um elemento benéfico (...) um reforço positivo no processo de reinserção social (...) e no processo também interior dele...” (T6)

“Isto também os ajuda a responsabilizar...a assumir os compromissos...essa situação.” (T7)

“(...) eles vêem isso como um reforço (...) De facto, um indivíduo que tem um comportamento é reforçado de forma positiva com uma saída ao exterior (...) Por um lado, o reforço do comportamento que se considere como certo e como adequado à norma institucional (...) para além de ser um reforço ao comportamento... um reforço da mudança...” (T7)

Estas saídas acabam por ser o estímulo à adopção de um comportamento que, segundo as normas institucionais, é o mais adequado. Assim, os reclusos acabam por se comportar em meio prisional em função do benefício que podem tirar, tal como, a obtenção de mais SP e de outras medidas em meio prisional. Esta ideia encontra-se subjacente nos seguintes relatos:

“(...) eles fazem tudo, tudo bem e tudo, fazem tudo muito certinho pra conseguir atingir uma medida (...)” (T3)

“Porque os reclusos, sabendo que podem usufruir (...) têm atitudes, ou seja, ou ponderam o comportamento a ter...em função disso” (T4)

Durante esse período no exterior, o recluso tem a oportunidade de preparar o seu futuro em liberdade, pondo em prática as competências desenvolvidas e adquiridas.

“É um abrir...um abrir de portas, portanto, é preparar o regresso...” (T2)

“É uma forma de eles irem preparar o futuro para quando saírem em liberdade” (T5)

Esta preparação para a vida futura passa, por exemplo, pela procura de um trabalho:

“Poderá já ser...o começar a traçar o percurso que vão fazer quando saírem em liberdade (...) tentando saber onde é que poderão trabalhar...como é que poderão melhorar as condições de vida...etc.” (T6)

Na perspectiva dos técnicos, estas licenças de saída são vistas ainda como a pena a tornar-se mais flexível, podendo até ser reduzida.

“As saídas precárias, pronto, é o primeiro passo, a primeira porta rumo à liberdade dos homens (...)” (T2)

“É um marco que eles percebem que a partir daqui, vai ser muito mais fácil (...) eles vêem as precárias, exactamente como a pena de cadeia ficar mais...mais...menos pesada (...) eles começam a perceber que até agora foi a subir, agora já é a descer.” (T7)

“(...)é uma probabilidade de sair mais cedo (...) penso que para eles também é uma oportunidade para a liberdade definitiva...por exemplo, a liberdade condicional...” (T8)

Outra ideia trazida pelos técnicos é o facto dos reclusos, por um lado olharem as SP como uma simples concessão, decorrente da execução da pena. Por outro lado, vêem-nas como um direito

“...eles acham que se não tiverem castigos(...) têm direito de ir...”

ou ainda como uma obrigação por parte do EP, tal como é possível ilustrar com a seguinte afirmação:

“Eu acho que no fundo...o que eles acham...para eles, assim...Sem pensar muito...Acho que é um bocadinho uma obrigação do EP, se eles têm um bom comportamento. Tem a ver com eles acharem que, como cumpriram com tudo, «que não tenho castigos...e como trabalho...tenho o direito de ir ou vocês têm obrigação de me deixar ir!»” (T7)

Por fim, não podemos deixar de realçar os efeitos sociais que a concessão de uma SP produz. Para os técnicos entrevistados, as SP dão a oportunidade ao recluso para demonstrar à família

até que ponto eles mudaram de forma positiva, e aprenderam com a experiência da prisionização. Neste sentido, um dos técnicos afirmava:

“E, há outra questão que eu também acho que pode ser importante...que é...muitas vezes o indivíduo entra na cadeia e sai outro. E, as precárias, muitas vezes, servem para a família também perceberem a mudança. (...) perceberem até que ponto é o que eles dizem...e o que eles são...até que ponto é a verdade e a realidade...” (T7)

Num sentido mais abrangente estas saídas são fundamentais para que

“(...) o meio comunitário também se aperceba até que ponto é que o indivíduo esta mudado ou não... para se ir diluindo esse sentimento de rejeição.” (T1)

sendo que podem significar para os reclusos

“... o restaurar à instituição e à justiça...reúne condições para voltar à vida em liberdade...cumprindo com todas as obrigações que lhe são impostas durante a saída precária prolongada “ (T6)

3.2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS SP

No que respeita a representação social das SP, a análise da questão colocada aos técnicos viabilizou a edificação das categorias e subcategorias, que se expõem na Figura 2. São apresentadas, igualmente, as frequências de cada uma delas.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Representação social das SP	Representação positiva (10)
	▪ Relação com o sistema e justiça (7) ▪ Impacto causado pela prática delinquente (3) ▪ Circunstâncias da saída (3) ▪ Imagem concebida do indivíduo antes da reclusão (2) ▪ Imagem transmitida pelos meios de comunicação social (1)
	Representação negativa (6)
	Flexibilização da pena (15)
	Representação ambivalente (3)

FIGURA 2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS SP, SEGUNDO A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS

Ao ser colocada a questão aos técnicos sobre a representação social das SP, estes referiram que a representação destas saídas, em geral, é positiva, constituindo uma aproximação ao contexto social do recluso e favorecendo o seu processo de reinserção social.

“(...)acho que as saídas precárias são bem vistas, são bem vistas.” (T5)

“Penso que é a reaproximação à liberdade, à família, reaprender a viver fora dos muros, em liberdade... Penso que é isso.” (T6)

Estas saídas são interpretadas pela maioria das pessoas como o resultado da avaliação do “estado” do indivíduo. Assim, está patente a crença nas SP como um acontecimento obtido por mérito do indivíduo, consequência da manutenção de um comportamento congruente às normas do EP:

“(...)há uma relação positiva relativamente às saídas precárias. É sinal de que ele já merece. Acho que as pessoas vêem muito por este lado(...)Mas quando há alguém próximo, as pessoas sabem que é por bom comportamento (...) acho que quando um indivíduo vai a casa de precária... Quando a população o vê a ir a casa, de precária...o vê é... “este indivíduo porta-se bem lá dentro”...”este indivíduo mudou... até já vem a casa”...” (T7)

Dois dos técnicos partilharam a ideia da frequente aceitação e acolhimento por parte da comunidade aquando destas saídas ao exterior, havendo casos de oferta laboral, quer no período da SP, quer aquando da liberdade definitiva. Esta ideia revela o papel de inclusão e auxílio na reintegração do recluso no mundo social, não descurando a esfera laboral. Um dos técnicos referiu que, muitas vezes, pode haver satisfação por parte das pessoas, fazendo pensar que estas pessoas acreditam na mudança positiva do indivíduo.

“A maior parte, é bem acolhido no meio (...) mesmo sabendo que ele está na situação em que está...eles são bem acolhidos no meio e são ajudados até (...) certas pessoas... até oferecem mesmo trabalho, aos reclusos...quando sair ...”Nós temos aqui um trabalho para ti.” (T5)

“E, então, quando eles saem a meio livre, é sempre um reforço, as pessoas ficam satisfeitas, até acolhem muito bem (...)”(T1)

Uma das hipóteses que os técnicos levantam para justificar este acolhimento e integração do recluso cá fora, relaciona-se com o dano causado na vizinhança. Assim, as pessoas desvalorizam o acto criminoso uma vez que não foram directamente lesadas. Para além disso, a imagem e representação que estas pessoas tinham do indivíduo antes da detenção, poderá igualmente influenciar o modo como a “recebem” numa SP.

“Por exemplo, um indivíduo que é toxicodependente, não é? Tem carreira criminal...mas nunca roubou os vizinhos e que, apesar da toxicodependência e das características que tem anti-sociais, consegue cumprimentar os vizinhos, não ser violento na família, nem na vizinhança, no meio comunitário...as pessoas não dão má informação sobre ele... Dizem que até é muito educado, muito pacato, não é? Quando praticou imensos crimes, quando prejudicou imensas pessoas, mas fora do meio comunitário de inserção...” (T1)

“Se acham bem ou mal um indivíduo ir ao exterior, depende muito da imagem que o indivíduo tinha antes de ir preso.” (T1)

Porém, os técnicos também verbalizaram que esta representação em alguns casos pode ser negativa. Esta concepção, sob o ponto de vista dos técnicos, por um lado pode estar relacionada com a falta de entendimento da aplicação da Lei e das finalidades da pena de prisão.

“Mas, a maior parte dos portugueses, não é? Se pudéssemos fazer tipo uma sondagem, a maior parte das pessoas era contra...perfeitamente contra esse tipo de saídas (...) para a maioria da população, eu acho que eles não concordam com isso...” (T4)

“Para a maioria da sociedade...para a maioria das pessoas (...) isto aqui é um “caixote do lixo”... a cadeia é vista como um, como um local onde se deposita lixo, pronto...os sujeitos são vistos como lixo, ou seja, a imagem que eles têm é muito negativa (...) É comum ouvirem-se verbalizações do género «Então? A polícia tanto trabalho teve pra prender o gajo...e agora vocês estão a dar precárias...e estão a deixá-lo vir cá fora?»... a imagem é negativa, pronto (...)é criminoso, pronto, é longe, o mais longe da sociedade possível...o mais tempo possível”. É essa a visão da maioria das pessoas com quem nós cruzamos, diariamente, fora da cadeia...” (T2)

Por outro lado, pode ser o reflexo do desconhecimento do trabalho dos serviços prisionais, em geral e, dos objectivos destas licenças ao exterior perante os efeitos do cárcere, em particular. Estas ideias estão presentes no discurso de dois dos técnicos, tal como é possível observar:

“A sociedade, ou seja, a opinião pública...vê isto de uma forma errada (...) distorcida, no meu entender (...) porque não conhece. Não conhece o trabalho que é feito no estabelecimento prisional...não conhece...” (T3)

“Ou seja, a imagem que a sociedade tem de quem cá está e da instituição em si e até, muitas vezes, de quem cá trabalha...são imagens negativas. Também é porque não conhecem isto...pronto.” (T2)

“Portanto, a sociedade vê isto de uma forma errada... as pessoas não sabem do que estão a falar. Portanto, as pessoas devem ser julgadas...porque fazem asneiras...têm que estar presas porque que isto é assim está feito e é assim que funciona a sociedade... Se vão a casa, deve-se dar uma oportunidade, porque eles tiveram mérito...alguém aqui viu e avaliou e deu-lhe...concedeu-lhe uma saída precária.” (T3)

“(...) a nossa sociedade não percebe muito bem...porque que é que se abrem as portas, como se abrem a, pronto, a quem está cá a cumprir pena (...) quem lá está fora não... não percebe, não quer perceber. Só se preocupam é que eles não voltem, pronto, e que se voltarem...que não vão viver ali pa zona, pronto, vão viver pra longe da casa deles...que não se cruzem com eles...” (T2)

Este conceito negativo que as pessoas constroem da SP poderá estar relacionado com as circunstâncias do acto criminal, como sendo a violência do comportamento delinquente e os danos provocados, quer a nível físico, material, psicológico e social, este último influenciado sobretudo pelos efeitos mediáticos. Assim, por exemplo, um indivíduo que já deu prejuízos

na vizinhança, que esteja envolvido num crime mediático, provocados com um grau de violência elevado e que esse seu comportamento tenha acarretado danos físicos, psicológicos e materiais marcantes, condicionará a representação que as pessoas têm da sua saída ao meio livre, mesmo este já estando a cumprir a pena há algum tempo.

“Se é um indivíduo que já deu prejuízos na vizinhança, já roubou...furtos, roubo, toxicodependência e isso, é assim uma faixa mais rejeitada, digamos assim. E aí, a imagem que as pessoas têm, é que ele devia continuar na cadeia e não devia sair. Mas mais nesses casos, quando dão prejuízo directo às pessoas. Quando o prejuízo não é directo, não existe uma imagem de rejeição tão forte.” (T1)

“...falando de um indivíduo ou outro, de alguns casos pontuais, crimes mais mediáticos e de indivíduos que ofereçam mais perigosidade, se calhar o impacto da saída precária... na população...que está lá fora, da sociedade, é muito negativo.” (T6)

Sintoma desta polarização da imagem social das SP é o facto de algumas pessoas poder mostrar-se ambivalentes relativamente a esta problemática, uma vez que defendem que o recluso deva beneficiar de uma licença de saída do EP, mas ao mesmo tempo, aprovam a condenação, mostrando-se favoráveis ao cumprimento da pena de prisão:

“(...) quando o indivíduo pratica o crime, existe uma reacção das pessoas, em termos sociais...uma reacção de condenação. Não raras vezes tem acontecido que, tanto as pessoas reagem e aprovam que vá preso, que tenha uma condenação pesada, como a seguir, como a seguir, ouvem uma notícia de que o interior das cadeias é um interior repressivo e duro, violento (...) e já acham que aquela pessoa que condenaram, já é o “coitadinho”, já é uma vítima...” (T1)

“Se um determinado recluso anda a fazer asneiras na rua ou no concelho ou na freguesia, «devia de ir preso e devia ser assim e devia ser assado». Portanto, a opinião pública forma essa opinião...portanto, uma revolta... «e que devia ser preso e ninguém faz nada». Se as pessoas vêm presas, depois, cá dentro são os “coitadinhos”. E têm pena deles.” (T3)

Tentando aprofundar esta questão, questionamo-nos quais os factores que condicionam, na perspectiva dos técnicos, a atitude da população geral perante as SP. Através das respostas dos técnicos podemos concluir que um factor que parece ser importante é a relação que as pessoas têm com o sistema de justiça. Assim, segundo os técnicos, um indivíduo que tenha contacto directo ou indirecto com o sistema penitenciário, terá uma visão mais realista desta problemática e tenderá a encarar as SP como meio de facilitar o contacto do recluso com o exterior e promover a sua reintegração social. Neste sentido, vários técnicos afirmaram que:

“...só entende isto das precárias, só entende, pronto, quem cá está e trabalha, pronto, já sabe como as coisas se processam e, quem de algum forma, pronto, vive directamente ou indirectamente esta problemática (...)e que percebe a importância que tem este tipo de medidas na vida dos sujeitos.” (T2)

“É assim, se for uma pessoa que conheça minimamente o sistema, encara isso, pronto, de uma forma de ressocialização (...) para quem está ligado ao meio...isso, é óbvio que é bom que aconteça e deve acontecer.” (T4)

“Ou quem tem algum familiar, ou tem algum vizinho...começa-se a pensar nisso. Porque eu até trabalhar numa cadeia, eu acho que nem sabia que as pessoas iam a casa de x em x tempo... o que isso quer dizer...Será que está próximo, será que...” (T7)

“Eu costumo dizer que, pronto, os prisionais, pronto, de facto, quem entende são os familiares...os prisionais não, os reclusos...quem os entende são os familiares deles, em primeira mão...e, depois, somos nós, que os conhecemos e que lidamos com eles.” (T2)

“E para ele, se calhar, em tempos...o conceder uma saída a um recluso no Natal, era “uma pouca vergonha...isto é um país que nunca há-de dar nada...”, mas quando foi o filho dele, ele ficou todo contente e até chorou de alegria... Por isso, é estas coisas que a sociedade tem que perceber...Porque...se toda a gente diz isto assim e assado, mas quando lhes toca a uma pessoa da família...se calhar muda o discurso...” (T3)

Segundo os técnicos, a forma como decorrem as saídas precárias é outra condicionante da percepção que a população geral tem deste tipo de medidas. Por outras palavras, o comportamento do recluso no exterior poderá mudar a imagem social das SP. Se o indivíduo tiver um bom comportamento durante a saída, a comunidade entenderá que estas medidas cumprem o objectivo ressocializador que lhes é atribuído. Se, pelo contrário, o comportamento dos reclusos for socialmente irresponsável, em que aproveitam a saída para cometer novos crimes, a percepção social será negativa.

“(...) se as saídas precárias correrem bem... Ninguém dá conta...até dizem que nem os viram...que nem sabiam... se corre mal, o o impacto é negativo...mas se corre bem, o feedback é positivo...e aqui não há o olhar da comunicação social...” (T8)

“(...) quando o indivíduo sai de precária e tem um comportamento normativo, de respeito, pacato, não reincide em comportamentos anti-sociais, as pessoas mudam a imagem que têm...” (T1)

Por ventura, os factores anteriormente mencionados encontram-se intimamente ligados com a imagem, nem sempre positiva, que os meios de comunicação social apresentam dos reclusos e das medidas de flexibilização da pena. Neste sentido, muitas vezes nos deparamos com títulos de notícia que focam os incumprimentos e insucessos destas medidas (“Duas dezenas de reclusos não voltaram à cadeia depois do Natal”, *Jornal de Notícias*, 2009; “Reclusos assaltavam bancos nas saídas precárias”, *Portugal Diário*, 2010; “136 reclusos não voltaram à prisão”, *Expresso*, 2009; “Prisões: 80 detidos não voltaram”, *TVI24*, 2009) e quase nunca nos aspectos positivos, como a preparação para a sua liberdade, a procura de um trabalho, o acompanhamento dos filhos, entre outros aspectos. Estas notícias ao exibir uma conotação negativa e com o cunho sensacionalista dos meios de comunicação social, acabam por

enviesar a representação social do sistema prisional, dos reclusos e das medidas que lhes são aplicadas.

“A representação é ao sabor da realidade que é veiculada pela comunicação social.”(T8)

“A sociedade tem...a sociedade devia de conhecer mais...o que é...os estabelecimentos prisionais...como é que funcionam os estabelecimentos prisionais...e como é que funcionam as penas, como é que as pessoas são condenadas... porque, a sociedade tem um...tem opiniões de circunstância.” (T3)

Os técnicos apontam ainda como condicionantes da visão social das SP outros factores externos ao recluso e à ideologia da própria comunidade. Assim, por exemplo, a época na qual o recluso beneficia dessas licenças parece ser importante, o que faz com que as pessoas se tornem mais sensíveis à cedência destas medidas. Um bom exemplo disto são as SP concedidas no Natal - festa que nos últimos tempos, apesar de ter vindo a perder a ligação com a prática religiosa, socialmente continua a associar-se a um momento de convívio familiar e social.

“Depois, há alturas em que há a exploração de sentimentos...há o Natal, há aquelas festas... “olha...aqueles ali presos”...portanto, esquecem-se que era o que andava na rua a fazer asneiras. Esquecem-se que era aquele que deu notícia no jornal, que fez e que aconteceu...portanto... Depois, quando os voltam...quando os vêem na rua, e com a saída precária, dizem “Ui, veio da cadeia? Ele fez e aconteceu e ainda lhe dão...deixam o vir a casa? Isto não é país nenhum (...)” (T3)

CONCLUSÃO

Desta primeira análise e, relativamente à representação das SP para os reclusos, foi possível compreender que as SP constituem um evento significativo sob o ponto de vista pessoal, social e institucional. Para além disso, ostentam uma grande carga emocional, sobretudo por surgirem como uma possibilidade fulcral dos reclusos, no decurso do cumprimento da pena, contactarem e permanecerem em meio livre. Segundo o discurso destes entrevistados, as licenças são encaradas pelos reclusos principalmente de duas formas, tendo em conta o efeito que provocam dentro e fora do EP. A nível interno, trata-se de um factor importante para o restante cumprimento da pena, uma vez que o recluso ao iniciar o benefício de SP, fica motivado para a continuar a adquirir competências pessoais, sociais, escolares e profissionais e, está a facilitar o alcance de outras medidas e a caminhar gradualmente de modo mais flexível, para a sua liberdade definitiva. Fora dos muros da prisão, as SP traduzem-se não só na oportunidade do recluso retomar a interacção familiar e social, colmatando a segregação ocorrida com a reclusão, como também lhe permite preparar a sua futura via em liberdade, como sendo a exploração de perspectivas de inserção laboral. Além disso, o facto do recluso em meio livre dar provas da aquisição e desenvolvimento de habilidades que o fazem estar preparado para viver em liberdade e de forma pacífica e socialmente responsável.

Tendo em conta a hipótese que está na base de uma análise categorial temática, que defende que uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é

para o locutor (Quivy & Campenhoudt, 1998), importa olhar os dados num prisma quantitativo. Assim, tendo como referência esta hipótese, pode considerar-se que para os técnicos, o factor mais relevante acerca da representação das SP para os reclusos, é o facto de estas licenças os auxiliarem na sua reintegração no meio livre e em sociedade. Em segundo plano, com menor grau de importância, segue-se a ideia das SP constituírem um acontecimento marcante, ao constituir um reforço para o seu comportamento ao longo cumprimento da pena e por deter uma carga emocional elevada e, por tratar-se de um factor que ajuda o alcance precoce de outras medidas prisionais. A menor ocorrência da ideia das SP se exprimem como uma oportunidade dos reclusos demonstrarem que estão mudados e motivados para viver responsável e pacificamente em sociedade, leva a crer tratar-se de um factor menos relevante, comparativamente aos aspectos anteriores.

A análise do discurso dos técnicos, tornou-se ainda possível compreender, relativamente à concepção social destas saídas do EP, que esta assume dois pólos fundamentais. Por um lado, a sociedade em geral vê estas licenças como um fenómeno positivo, integrado na execução da pena de prisão, e coadjuvante da reintegração do recluso em meio livre e em sociedade, atenuando as rupturas sociais e o efeito dessocializador provocado pelo afastamento do indivíduo da sociedade e pela vivência prisional (Ribeiro, no prelo). Este conceito positivo é influenciado, entre outros factores, pela relação que se detém com o sistema de justiça e os serviços prisionais, com a imagem que as pessoas tinham do indivíduo antes de este ser recluso e com a época na qual a SP é gozada. Por outro, a imagem construída sobre estas saídas pode ser negativa, condicionada, por exemplo, pela imagem difundida pelos meios de comunicação social, pelo impacto físico, psicológico e social causado e pelo desconhecimento do *modus operandi* do aparelho de justiça e dos serviços prisionais. Para além da imagem social das SP poder tender para estes pólos, por

Considerando estes resultados referentes à representação social das SP, segundo a perspectiva dos técnicos e, atendendo à hipótese basilar de uma análise categorial temática (Quivy & Campenhoudt, 1998), pode constatar-se que o aspecto mais importante é considerar que a imagem destas saídas pode ser influenciada por diversos factores, referidos anteriormente. Para além disso, outro aspecto valorizado pelos técnicos é a boa imagem que a maioria dos cidadãos possui acerca destas licenças do EP. O facto de os técnicos referirem, com menor frequência, a ideia de que a imagem social acerca das SP pode ser negativa ou até mesmo ambivalente, faz pensar que são aspectos menos relevantes comparativamente aos factores anteriores.

Não deixa de ser relevante reflectir esta ideia trazida pelos técnicos sobre a forma negativa como pensam que a sociedade - da qual fazem parte - percebe este tipo de licenças de saída ao exterior, sobretudo porque as estatísticas têm vindo a revelar o seu êxito (Rocha & Oliveira, 2005; Semedo Moreira, 2006; RASI, 2008, 2009; DGSP, Comunicação Pessoal, 2010). No entanto, não pode descurar-se que estes dados referem-se ao cumprimento das SP e é sabido que alguns insucessos associados à prática delitosa no decurso da ausência ilegítima, acarretam consequências dramáticas (Gonçalves & Vieira, cit in Gonçalves, 2010) e condicionam a percepção destas medidas.

Outro aspecto que importa referir é o facto de que, para além de outros requisitos e critérios gerais e específicos, uma SP pode ser concedida caso se verifique que essa saída se revele compatível com a defesa da ordem e da paz social, sendo ainda considerado na apreciação dessa saída a necessidade de

protecção da vítima (Artigo 78.º, Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro). Assim, depreende-se que um indivíduo ao beneficiar de uma SP não estará a interferir com a defesa da ordem e paz social e, pelo contrário, revela-se num modo de apaziguar o alarme social, possibilitando o reatar dos laços que unem o recluso à comunidade e que a prática do crime, de algum modo, quebrou (Patto, 2008), promovendo assim uma melhor convivência social.

Face ao exposto, parece-nos importante apelar à importância da sensibilização da sociedade sobre a finalidade, avaliação e cumprimento destas licenças de saída do EP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. (3.ª Ed.). (L. A. Reto e A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977)
- Carmo, I. M. N. (2009). *O Impacto da Prisão na Conjugalidade*. Tese de mestrado para a obtenção de Mestrado em Família e Sociedade, Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Sociologia. Lisboa, Portugal
- Conselho da Europa. (2006). *Regras penitenciárias europeias* (M. J. Matos & J. C. Pimentel, Trans.), Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/documentos/informacoes/legislacao/RPEuropeias.pdf>
- Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, *Diário da República, I série — N.º 176 — 1 de Agosto 1979 - 1770- (5)*., disponível em http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/pdf5/dl-265-4483/downloadFile/file/DL_265_1979.pdf?nocache=1182244090.72
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). *Comunicação pessoal* (Novembro, 2010).
- Expresso (2009), “136 reclusos não voltaram à prisão”, notícia disponível em <http://aeiou.expresso.pt/prisoas-136-reclusos-nao-voltaram-na-data-fixada-na-licenca-de-saida=f531238>
- Gomes, C. (Coord.) (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/14.pdf>
- Gonçalves, R: A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios, *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII), 107- 115, disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a08.pdf>. doi: 0870-8231
- Hairston, J.C.F. (2002). *Prisoners and Families: Parenting Issues During Incarceration*, Us Department of Health and Human Service, The Urban Institute http://www.urban.org/uploadedpdf/410628_PrisonersandFamilies.pdf
- Haney, C. (2002), *The Psychological Impact of Incarceration: implications for post-prison adjustment*, US Department of Health and Human Service, The Urban
- Institute, Disponível em http://www.urban.org/UploadedPDF/410624_PsychologicalImpact.pdf
- John Howard Society of Alberta (1999). *Effects of Long Term Incarceration*, Disponível em <http://www.johnhoward.ab.ca/pub/pdf/C35.pdf>
- Jornal de Notícias (2009). “Duas dezenas de reclusos não voltaram à cadeia depois do Natal”, notícia disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1071324
- Lei n.115/2009, de 12 de Outubro, Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, *Diário da República, I Série — N.º 197 — 12 de Outubro de 2009*., disponível em <http://dre.pt/pdfgratis/2009/10/19700.pdf>
- Ministério da Administração Interna (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna 2008*, Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MAI/Documentos/Pages/20090326_MAI_Doc_RASI.aspx
- Ministério da Administração Interna (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*, Disponível em [http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20\(Versao%20definitiva\).pdf](http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20definitiva).pdf)
- Patto, P. V. (2008). Reflexões sobre os fins das penas, In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça* (pp. 381-420) Coimbra: Almedina
- Portugal Diário (2010), “Reclusos assaltavam bancos nas saídas precárias”, notícia disponível em <http://m.tvi24.iol.pt/sociedade/reclusos-assaltos-banco-precaria-tvi24-ultimas-noticias/1145488-4071.html>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (2.ª Ed; J. Marques, M. Mendes & M. Carvalho, Trad.). Lisboa: Gradiva (Original publicado em 1995)
- Ribeiro, M. P. T. (no prelo). *Condições Objectivas e Subjectivas para a Reinserção Social a partir do Meio Prisional: Entre o Possível e o Desejável*. Prelecção no âmbito do Colóquio Justiça em Análise, Universidade Fernando Pessoa, Porto
- Rocha, J. L. M. & Oliveira, I. T. (2005). Reclusões, números e interrogações, In J. L. M. Rocha (Coord.), *Entre a reclusão e a liberdade - Estudos Penitenciários*, Vol.I. (pp.67-99) Coimbra: Almedina
- Semedo Moreira, J. J. (2006). *Estatísticas prisionais 2006 - Apresentação e análise*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, disponível em [http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/relatorioestatistico/20080129040134Relatorioestatistico2006\[1\].pdf](http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/relatorioestatistico/20080129040134Relatorioestatistico2006[1].pdf)
- TVI24 (2009), “Prisões: 80 detidos não voltaram”, notícia disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/reclusos-prisoas-detidos-saidas-precarias-cds-fuga/1082531-4071.html>
- Vala, J. (2003). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (12.ª Ed., pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento.

REINserÇÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS RECLUSOS DO SUCESSO OU INSUCESSO DA LIBERDADE CONDICIONAL

LÍGIA SILVA E GLÓRIA JÓLLUSKIN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A liberdade condicional é uma medida de flexibilização da pena de prisão, cujo principal objectivo é criar um período de transição entre a prisão e a liberdade. De esta forma, a liberdade condicional pretende eliminar ou reduzir os efeitos da prisionização, favorecendo a reinserção social do recluso após a sua libertação.

Segundo o art. 61º do CP, o tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando esteja já cumprida metade da pena, dependendo da vida anterior do agente, bem como da sua personalidade e da sua evolução durante o cumprimento da pena, e sempre com o consentimento do condenado. Neste sentido, segundo o mesmo artigo, a liberdade condicional deve revelar-se “compatível com a defesa da ordem e da paz social”, esperando que o condenado viva em liberdade de forma responsável, isto é, sem cometer novos crimes.

Neste contexto, perante a inexistência de estudos que revelem os factores determinantes do sucesso bem como do insucesso desta medida, decidimos realizar um estudo com o objectivo de perceber a opinião dos reclusos sobre os factores que contribuem para o sucesso e para o insucesso da liberdade condicional. Abordaremos inicialmente o conceito de liberdade condicional para reslizar posteriormente uma breve exposição dos resultados obtidos através das entrevistas semi-estruturadas realizadas a 4 reclusos que se encontram a cumprir pena num Estabelecimento Prisional da região norte do país. Estas entrevistas permitirão compreender qual a opinião dos reclusos quanto aos factores que mais contribuem para uma liberdade condicional bem ou mal sucedida.

Palavras-Chave: Reclusão; Medidas de Flexibilização da Pena; Liberdade Condicional; Reinserção Social; Convivência social.

ABSTRACT

Probation is a measure of flexibility of imprisonment, whose main objective is to create a transition between prison and freedom. So probation aims to eliminate or reduce the effects of imprisonment, encouraging the reintegration of prisoners after their release.

According to the 61th article of the Penal Code, courts puts the condemned person in freedom when half of the sentence has been fulfilled, depending of course of his previous life, as well as his personality and his evolution during the time of serving the sentence of imprisonment. This happens always with the agreement of the condemned person. This way and according to the same article, the probation “should be in accordance with the defense of order and social peace”, hoping that the condemned person lives in freedom in a responsible way, i.e. without committing new crimes.

In this context and without the existence of studies which shows us determinant factors of success as well as the failure of this measure, we decided to make a study with the objective of knowing the prisoners’ opinion about the factors which had contributed to the success and failure of the probation. At first we will discuss the concept of probation in order to make a brief statement of the results obtained using semi-structured interviews. These interviews were answered by four prisoners who are serving a prison sentence in a prison in the North of the country. These interviews will make it possible to understand the prisoners’ opinion about which factors are more important for a successful probation.

Key-words: confinement; flexibility measures of the sentence; probation; social reintegration; social life.

1. INTRODUÇÃO

Segundo as estatísticas da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (2011), o número de reclusos nos últimos anos tem vindo a aumentar, passando de 11547, registados no 3º trimestre de 2010, a 12511 no mesmo período de 2011. Estas cifras mostram de forma indirecta que todos os anos são libertados um grande número de reclusos, que terão de se integrar às suas comunidades.

A liberdade supõe, assim, o fim do tratamento penitenciário e o início de um novo ciclo de vida na vida destes indivíduos, o que representa um autêntico desafio tanto para o recluso, quanto para a comunidade. Neste ponto das suas vidas, o tra-

tamento penitenciário deveria cumprir o objectivo para o qual foi concebido: a reinserção social do indivíduo.

Muito embora a pena de prisão pode trazer graves consequências para os reclusos, considera-se que este tipo de pena e a única que pode ser aplicada em determinados casos (Rangel, 2007). Assim, desde uma perspectiva jurídica, têm sido desenvolvidos diferentes tentativas de humanizar a execução da pena de prisão, através de medidas alternativas à privação de liberdade, da eliminação das penas curtas privativas de liberdade, da flexibilização da execução da pena de prisão, etc.

Porém, ainda com estas medidas, o cumprimento da pena de prisão continua a ter como consequência diversas reacções a nível psicológico, que implicam distorções afectivas, cogniti-

vas, emocionais e até perceptivas (Valverde, 1997; Bermudez, 2006). Todas estas circunstâncias favorecerão o surgimento de certos efeitos no indivíduo, que costumam ser negativos e dificultam a reinserção social sendo que, paradoxalmente, esta é o fim último da pena privativa de liberdade. Neste sentido, alguns autores apontam que os reclusos que estão prestes a adquirir liberdade, seja ela total ou condicional normalmente apresentam sentimentos de angústia e de medo de enfrentar novamente a sociedade (Gomes, 2003).

Torna-se assim importante que exista apoio na fase de preparação para a liberdade e depois da saída em liberdade, com o objectivo de preparar o recluso para a sua saída, e evitar a reincidência. Assim, teremos que tomar especial atenção á forma como devem ser preparados estes mesmos sujeitos para enfrentar e lidar com o quotidiano fora do contexto prisional, uma vez que se encontraram por um longo período de tempo distante do conceito de sociedade/comunidade (Baratta, s/d). Neste sentido, no presente trabalho centraremos-nos na liberdade condicional como medida destinada a favorecer a adaptação à liberdade definitiva.

2. A LIBERDADE CONDICIONAL

O objectivo da liberdade condicional relaciona-se, precisamente, com a minimização dos efeitos da estância em prisão e com a preparação para a liberdade, possibilitando ao recluso a hipótese de reatar laços sociofamiliares (Artigo 76.º, Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro) que foi interrompida pelo ingresso no EP (Patto, 2008) ou de adquirir novas competências, para que possa viver dignamente após a saída da prisão (Santos, 2003).

Segundo a legislação portuguesa, o tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando existe o consentimento do condenado, quando esteja já cumprida metade da pena e no mínimo seis meses, dependendo da vida anterior do agente, bem como da sua personalidade e da sua evolução durante o cumprimento da pena (art. 61º C.P.P). Já em liberdade condicional, indivíduo terá que se comportar de acordo com as normas vigentes. Caso não se verifique o cumprimento de comportamentos adequados, a sua liberdade condicional poderá vir a ser revogada, determinando a execução da pena de prisão ainda não cumprida (Artigo 61.º Código Penal Português).

3. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Para contribuir para a compreensão deste fenómeno, estabeleceu-se como principal objectivo de investigação tentar identificar os factores, motivos ou obstáculos que contribuem para o insucesso da liberdade condicional, assim como a percepção dos reclusos sobre a mesma.

4. METODO

Na tentativa de alcançar os objectivos anteriormente mencionados, e dada a ausência de investigação sobre este tema, decidimos realizar um estudo exploratório, utilizando uma metodologia qualitativa. Assim, realizamos entrevistas semi-estruturadas a quatro reclusos que cujas liberdades condicionais foram revogadas. Este tipo de entrevistas revelaram-se de extrema importância e traduziram-se em momentos de excelência, onde foi possível, num ambiente propício, apreender

não só as concepções relativas à temática investigada, como também as trajetórias de vida de cada um destes indivíduos. Desejamos através das entrevistas semi-estruturadas analisar os factores que, segundo os reclusos, condicionaram a comissão de novos crimes, motivando assim a revocação da liberdade condicional. Após a sua realização, procedeu-se à transcrição das mesmas e iniciou-se uma breve análise de conteúdo (Bardin, 2004; Quivy & Campenhoudt, 1998; Silva & Pinto, 1986).

5. PROCEDIMENTO

Com objectivo de realizar esta investigação, foi solicitada autorização á Direcção Geral dos Serviços Prisionais e à Direcção do Estabelecimento Prisional para a realização deste estudo. Recebido o parecer positivo para a realização da mesma, foram seleccionados quinze reclusos de um Estabelecimento Prisional da Região Norte do país que cumpriam nesse mesmo estabelecimento a revogação da liberdade no decorrer dos últimos cinco anos. Os quinze reclusos a quem foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, foram seleccionados de forma aleatória e reportam-se a 15 reclusos que se encontram a cumprir revogação da liberdade condicional nos últimos cinco anos.

Após ter-se procedido á selecção dos reclusos entramos em contacto com os mesmos e questionamo-los quanto á sua disponibilidade em participar do presente estudo, sendo que todos se mostraram disponíveis e colaboradores. Quando marcadas as entrevistas, no início foram esclarecidos todos os procedimentos e assinadas as declarações de consentimento informado e de consentimento para gravar a entrevista.

6. RESULTADOS

Quando questionamos aos reclusos sobre os motivos que levaram a que a liberdade condicional não tivesse sucesso, foi possível identificar cinco grandes categorias:

- 1) A importância do apoio familiar.
- 2) A influência do meio.
- 3) Consumos de Estupefacientes.
- 4) Preparação para a Liberdade.

A continuação, apresentaremos cada uma destas categorias, assim como os principais resultados encontrados.

6.1. A IMPORTÂNCIA DO MEIO FAMILIAR

Em primeiro lugar, os reclusos aludiram ao grande papel que a família ocupa nas suas vidas, identificando a falta de suporte familiar como um dos principais motivos que contribuíram ao insucesso da liberdade condicional.

“O apoio da família é tudo, faz com que uma pessoa se sinta melhor consigo própria, sempre tive o apoio da minha mãe. Se uma pessoa sair daqui e não tiver o apoio da família sente-se insegura, acho eu...” (R2).

“O apoio, o afecto, ajuda-nos a ver as coisas da melhor forma. Ter uma família é essencial.” (R3).

Isto leva-nos a hipotetizar que um indivíduo que possua suporte familiar terá uma menor probabilidade de voltar a

reincidir. Após a libertação do indivíduo, o apoio da família é essencial para a sua ressocialização. Pelo contrário, um indivíduo que saia em liberdade e não possuía qualquer tipo de apoio vê-se sozinho, sem apoio, sem suporte que os impulsione a retomar uma vida de forma normativa. Neste sentido, um recluso referia:

“Tenho apoio de um, tenho dois filhos, tenho o apoio de um e de outro não tenho, mas isso foi derivado ao divórcio também, que foi isso oh... oh... que ajudou a que as coisas fossem pó torto” (R1).

Assim, consideramos fundamental trabalhar a vinculação com o exterior durante o cumprimento de pena, incluindo esta intervenção no Plano Individual de Readaptação (PIR), com a finalidade de que o recluso mantenha o suporte familiar após a libertação, tentando evitar, na medida do possível, casos como o seguinte:

“O único apoio que tive foram de dois cunhados, porque divorciei-me da minha esposa e não tenho qualquer outro familiar a apoiar-me” (R4).

Em suma, a desvinculação familiar parece estar relacionada com o cumprimento da pena privativa de liberdade, constituindo um dos efeitos melhor estudados na literatura científica sobre este tema (cf., Bermúdez, 2006; Haney, 2006; Haney, 2008; Gonçalves, 2009; Valverde, 1997).

6.2. INFLUÊNCIA DO MEIO

Um outro factor apontado pelos mesmos como principal causa do insucesso no cumprimento da liberdade condicional, diz respeito à influência de pessoas do mesmo meio social no comportamento do indivíduo. Neste sentido, dois dos reclusos entrevistados apontaram como causa do insucesso da liberdade condicional o facto de se voltarem a inserir em ambientes delinquentes

“Comecei a relacionar-me com uma pessoa que conheci através da cadeia. Ela era traficante e comecei a desenvolver o tráfico junto com ela” (R2).

“Sinto que agora tenho que me afastar de certos grupos de amigos que não dá futuro, só me arrastam novamente para o mundo do crime” (R3).

Desta forma, os nossos resultados parecem indicar que determinadas figuras podem exercer uma influência negativa sobre o comportamento do recluso e contribuir ao insucesso da liberdade condicional. Este resultado relaciona-se com os pressupostos da teoria de Hirschi (1969), que defende que se o indivíduo opta por comportamentos delinquentes, deve-se a uma falta de controlo, de afectividade, de envolvimento em tarefas dentro da sociedade e de obrigações e deveres a cumprir (Gonçalves, 2008).

6.3. CONSUMOS DE ESTUPEFACIENTES

Através das entrevistas realizadas, podemos também destacar que os reclusos justificam o insucesso da liberdade condicio-

nal através do consumo de drogas e manutenção de comportamentos de adição a substâncias.

“O que me trouxe aqui, foi um belo dia de manhã. A filha da minha companheira queria ir para a escola e não tinha pequeno almoço e com a ressaca fiquei atormentado e recorri aos assaltos, para sustentar o meu vício e para ajudar a minha companheira a sustentar a família” (R3).

“O que me levou a cometer crimes novamente foi o consumo e a companheira com quem mantinha um relacionamento”(R2).

Estes resultados relacionam-se com a teoria geral da tensão de Agnew (1992), um desenvolvimento recente da teoria de Merton (1938), que, como esta, defende que o crime resulta da incapacidade de atingir certos objectivos (por ex. económicos) através de vias legítimas. Segundo Agnew (1992), as relações sociais negativas podem provocar tensão. Para o indivíduo se libertar dessa tensão poderá recorrer ao consumo de drogas, ao ataque de forma directa á fonte que lhe provoca tensão, ou ao uso de meios ilegítimos para atingir os seus fins. Por sua vez as fontes causadoras de tensão podem ser também a impossibilidade de atingir os seus objectivos, a privação de uma quantificação esperada, ou mesmo a vivência de situações negativas que não podem evitar que irão provocar tensão, ira, desespero e frustração no indivíduo.

Relacionando a teoria de Agnew com os nossos resultados, poderíamos dizer que será mais difícil que um indivíduo com problemas de toxicod dependência tenha sucesso na sua liberdade condicional, pois os seus esforços se centrarão em conseguir a substância, podendo recorrer a meios relacionados com actos ilícitos.

6.4. PREPARAÇÃO PARA A LIBERDADE

Os resultados encontrados permite-nos concluir que, como indicava Santos (2003), ao longo de todo o cumprimento da pena, têm que ser tomados em consideração pontos essenciais, como o ensino, o trabalho, a formação profissional, a saúde, a interacção dos reclusos com a comunidade, e a importância ainda da família que é um agente fundamental durante a reclusão e após a libertação dos reclusos.

Ao longo das entrevistas, os reclusos entrevistados identificaram a escola e a formação profissional como um factor de grande importância para o sucesso da liberdade condicional.

“Na minha anterior reclusão nunca me dediquei a nada, estive sempre a depender das drogas, a arranjar confrontos e a resolver confrontos nada mais que isso” (R3)

“Antes da saída em liberdade condicional na cadeia não fiz nada, eu entrei não quis trabalhar nem ir á escola” (R2)

A educação do recluso durante o tratamento penitenciário deveria assim incluir o desenvolvimento de habilitações académicas, profissionais e sociais, de forma a possibilitarem aos reclusos, uma melhor forma de lidarem com o seu quotidiano dentro da prisão, para desenvolver aptidões, valores e atitudes, assim como facilitar a sua reinserção social (Santos, 2009). De acordo com o que defendem alguns autores, para que exista uma boa formação dos reclusos no âmbito prisional, é necessário que essa formação assente na reabilitação dos mesmos

(Gabriel, 2007). Esta aprendizagem deveria ter continuidade após da saída do recluso do estabelecimento prisional, para que desta forma estes possam vir a ter uma melhor qualidade de vida e garantir a sua sustentabilidade a nível económico (Campestrini, 2002).

Apesar de todos os reclusos entrevistados, ressaltarem a importância da escola e da formação profissional em contexto prisional como forma de aumentar as suas qualificações e os dotar de ferramentas necessárias à sua reintegração social, nenhum deles foi capaz de se integrar numa actividade profissional ou educacional durante o cumprimento da sua primeira pena de prisão.

Podemos concluir assim, que, no que diz respeito ao aumento de qualificações, estes indivíduos não decorreram do cumprimento da primeira pena de prisão não conseguiram desenvolver as competências essenciais à sua reintegração, o que revelam não acontecer no decorrer do cumprimento da actual pena. Neste sentido, consideramos fundamental que durante o cumprimento da pena o recluso adquira novas competências, para que possa viver dignamente após a saída da prisão (Santos, 2003).

“Agora sim, já tirei um curso de pintura da construção civil, tirei o 2º ciclo e estou a terminar o 3º ciclo, tudo diferente da 1ª vez em que estive preso, que era o que deveria ter feito logo”. (R2)

“Abandonei os consumos, estou a aumentar o meu nível de qualificações, para me preparar para quando sair arranjar um emprego, sei que está difícil mas é o que pretendo fazer”. (R4)

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como mencionamos anteriormente, o tratamento penitenciário tem como principal objectivo a reinserção social. Neste sentido, a pena privativa de liberdade deveria ser uma resposta social ao comportamento de aqueles indivíduos que, por diversos motivos, não respeitam as normas sociais, constituindo, não um castigo, mas sim a oportunidade de se reintegrarem à sociedade. Pela sua parte, um dos objectivos da liberdade condicional é diminuir a criminalidade através da facilitação da integração dos indivíduos na comunidade aquando a sua libertação. Infelizmente, existe um grande número de reclusos que não têm sucesso durante a sua liberdade condicional ou que reincidem após o cumprimento da sua condena. Desta maneira, parece que o nosso sistema penitenciário não está a conseguir dar uma resposta efectiva às problemáticas relacionadas com o crime e a delinquência.

Sendo assim, do nosso ponto de vista, o tratamento penitenciário deverá ser aplicado só no último recurso. Não devemos esquecer o impacto que a pena privativa de liberdade tem, não só sobre o indivíduo, mas também sobre a sua família, e a comunidade na qual se insere. Promover a paz social deve passar pelo desenvolvimento de políticas de prevenção comunitária que diminuam a comissão de crimes, mas também pela aproximação do mundo penitenciário à comunidade, de forma a evitar a exclusão do recluso quando este saia em liberdade.

Contudo, não queremos ser pessimistas, e consideramos que a investigação neste campo poderá ajudar a entender melhor o sucesso ou insucesso da liberdade condicional, assim como a desenvolver melhores estratégias de acção que permitam diminuir as taxas de reincidência.

Apesar de tudo o anteriormente mencionado, sabemos que o nosso trabalho apresenta inúmeras limitações. Em primeiro lugar, a nossa amostra é muito reduzida. Além disto, o estudo atende unicamente aos motivos que os reclusos aduzem para justificar o insucesso da sua liberdade condicional, o que evidentemente limita as nossas conclusões. Conscientes da necessidade de desenvolver a nossa pesquisa, pretendemos eliminar algumas das limitações do presente trabalho. Mais concretamente, em futuros estudos pretendemos aumentar o número de participantes, e incluir na nossa amostra participantes que cumpriram com sucesso a liberdade condicional. Igualmente, pretende-se contrastar os nossos resultados com os dados do Instituto de Reinserção Social e obter ainda a opinião dos técnicos de reinserção e de reeducação acerca dos motivos que no seu entender contribuem para o sucesso e insucesso da liberdade condicional. Porém, esperamos que os resultados aqui mostrados sejam de utilidade para aquelas instituições que apoiam a reinserção social, ajudando-as a identificar os factores facilitadores do insucesso da liberdade condicional e a tentar evitar a influência de factores negativos ao longo do cumprimento da medida de liberdade condicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agnew, R. (1992). *Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency*. *Criminology*, 80, 47-87. Disponível em <http://courses.missouristate.edu/KarlKunkel/SOC540/agnew.pdf>
- Código Penal Português (2009). *Decreto-Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro*.
- Baratta, A. (2011). *Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado*. Disponível em: www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf. Acesso em: 11 Maio 2011
- Bermúdez Fernández, J. I. (2006). Efectos psicológicos del encarcelamiento In Sierra, Jiménez & G. Buela-Casal, *Psicología Forense: Manual de técnicas e aplicaciones*, 348-371. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Campestrini, B. (2002). *Aprender e ensinar nos espaços prisionais: Uma alternativa para a educação à distância, incluir jovens e adultos no processo de escolarização*. Dissertação de Mestrado apresentada Universidade Federal de Santa Catarina.
- Cequeira, D. & Lobão, W. (2004). Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *Revista de Ciências Sociais*, 2 (47): 233-269.
- Gabriel, D. (2007). *(De) Formação de Adultos em Contexto Prisional: Um Contributo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia.
- Gomes, C. (Coord.) (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/14.pdf>
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, P. C. (2009). *A pena privativa de liberdade. Evolução histórica e doutrinal*. Coimbra: Quid Juris.
- Haney, C. (2003). *The Psychological Impact of Incarceration: Implication for Post-prison adjustment*. In J. Travis & M. Waul, *Prisoners once removed. The impact of*

incarceration and reentry on children, families and communities, 33-64. Washington: The Urban Institute Press.

- Haney, C. (2008). A culture of harm: Taming the dynamics of cruelty in supermax prisons. *Criminal Justice and Behavior*, 35, 956-984.
- Júnior, J. (2009). *Políticas Públicas Educacionais no Âmbito do Sistema Penitenciário: Aplicações e Implicações no Processo de (Re)inserção Social do Apenado*. Dissertação de Mestrado.
- Leite, J. (1997). *Educação por trás das grades: uma contribuição ao trabalho educativo, ao preso e à sociedade*. Dissertação Mestrado em Educação.
- Maeyer, M. (2006). Analfabetização e Cidadania. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*. n.19:17-38.
- Moline, J. (1998). *Derecho a la reinserción social (consideraciones a propósito de la reciente jurisprudencia constitucional en materia de penales)*. *Jueces para la democracia*, 32, 36-49.
- Onofre, E. (2007). *Escola da Prisão: Espaço de construção da identidade do homem aprisionado?* Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1943--Int.pdf>
- Rangel, H. (2007). Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. *Revista Brasileira de Educação*. 12 (3), 81-93.
- Santos, M. (2003). *A atuação do juiz da execução penal na preservação dos direitos do preso*. Congresso de Execução Penal na Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/maria_de_nazare.pdf
- Santos, S. (2009). *Ressocialização através da educação*. Disponível em <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231/Ressocializacao-atraves-da-educacao>
- UNESCO. (2006). *Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projecto para a educação nas prisões brasileiras*. Brasília: UNESCO.
- Valverde, J. (1997). *La cárcel y sus consecuencias. La intervención sobre la conducta desadaptada*. Madrid: Editorial Popular.

OS HETERÓNIMOS DA ILEGALIDADE NA IMIGRAÇÃO. DIREITOS HUMANOS E INTEGRAÇÃO VERSUS CRIMINALIDADE VIOLENTA

MARIA JOÃO GUIA

DOCTORANDA DO PROGRAMA “DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SÉCULO XXI”,
FACULDADE DE ECONOMIA/FACULDADE DE DIREITO/CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES)
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Este artigo resulta do *work in progress* da investigação levada a cabo pela autora, no âmbito do programa de doutoramento na Universidade de Coimbra. Alguns destes resultados foram apresentados na conferência da Associação Americana Law and Society, ocorrida de 2 a 5 de Junho, em São Francisco, EUA. A autora deseja exprimir o seu agradecimento ao Prof. Dr. Alexandre Silva, Dr. João Pedroso, Prof^ª Dr^ª Juliet Stumpf, Dr. Carlos Nolasco, Dr^ª Tânia Vasco, Dr^ª Cristina Gatões e Dr. Eduardo Guia pelos comentários e conversas mantidas sobre os assuntos em apreço.

RESUMO

O século XXI viu acentuarem-se em Portugal os movimentos de emigração e imigração nos últimos 10 anos. Os imigrantes foram frequentemente associados à criminalidade, sobretudo pelos meios de comunicação social, ainda que estudos recentes demonstrem inexistir tal relação.

Os imigrantes irregulares, percepcionados como potenciais criminosos, têm sido vítimas de políticas progressivamente mais restritivas no panorama norte-americano que, desde os anos 80, viu florescer o novo paradigma da ‘crimigração’, resultante da criminalização, maior penalização de comportamentos e consequente estratificação da cidadania.

“Ainda acredita na verdade e na justiça, mas o [Super-Homem], o maior herói de todos os tempos já não tem a certeza de querer ser cidadão americano”^[82]

1. INTRODUÇÃO

O fenómeno das migrações, complexo, multifacetado e em permanente mutação, tem dominado os estudos académicos e as agendas políticas nas suas mais variadas vertentes e análises. As migrações internacionais têm aumentado progressivamente, fruto das discrepâncias económicas e sociais entre os países de origem e os países de destino e apesar das dificuldades de integração, do tipo de empregos disponíveis e das frequentes reacções racistas e xenófobas (Baganha e Góis, 1999:254; Guia, 2008).

Embora os países de destino colham maioritariamente benefícios económicos deste fenómeno, a chegada de imigrantes permite despoletar também facetas sociais menos positivas, como o aparecimento de redes criminosas e a desordenação social das populações (Bales, 1999). Com o aumento deste fenómeno em Portugal, sobretudo no início do séc. XXI, a criminalidade praticada por estrangeiros passou a assumir um grande destaque negativo na comunicação social, que reforça a ideia pré-formada da associação *imigração-criminalidade*.

ABSTRACT

The 21st century in Portugal has been characterised by emigration and immigration movements. Those immigrants have frequently been linked with criminality, mainly by the mass-media, even if recent research shows that there is no evidence for making such a connection.

Irregular immigrants, viewed as potential criminals, have been victims of progressively stricter policies in the North-American panorama that, since the 80's, has seen the rise of a new paradigm of 'crimmigration', resulting from the criminalisation and stronger penalization of behaviours and the consequent stratification of citizenship.

Embora os imigrantes tenham começado a ser encarados também como vítimas, continuam a manter-se os temas do crime, da exploração, da prostituição e da violência associados à sua vinda.

Os mais recentes estudos norte-americanos vieram demonstrar a inexistência de uma correlação entre o aumento do número de imigrantes e o do registo de crimes. Pelo contrário, nos últimos vinte anos, nas cidades norte-americanas onde se fixaram imigrantes, houve uma descida de registo de crimes violentos (Sampson, 2008; Wadsworth, 2010; Stowell, 2007; Rumbaut and Ewing, 2007). Contraditoriamente, as políticas migratórias naquele país sofreram uma viragem acentuada, fazendo convergir a lei penal e a lei de imigração numa nova área severamente penalizadora de imigrantes, quer pelo estatuto de irregularidade, quer pela progressiva perda de direitos adquiridos, culminando em casos mais graves na expulsão: são os efeitos da crimigração (Stumpf, 2006).

2. IMIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A natureza biopsicossocial e gregária do Homem leva-o a viver em grupo e numa coesão estável. É do equilíbrio da ligação entre os vários grupos (familiares, profissionais e afectivos) que resultam os laços de união e, resumidamente, a sociedade. Com o fenómeno da globalização que marcou o século XXI, estas relações modificaram-se. Nas grandes cidades, os sentimentos de insegurança e de desconfiança conquistaram o

82 Guy Adams. (2011:30). “A ‘traição’ do Super-Homem. Courrier International n.º184. Junho 2011.

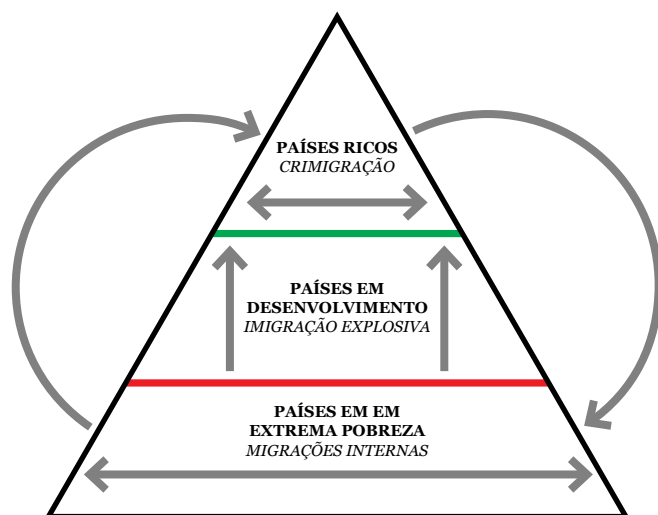
inconsciente colectivo, afectando significativamente a “amistosidade”^[83] das relações inter-pessoais, pelo que a aceitação do *outro* se processa com algum grau de reserva. É neste contexto que o estrangeiro é colocado: numa quarentena de aceitação, encarado muitas vezes como “inimigo”, sendo impedido de se inserir de forma plena na sociedade de acolhimento.

Existe uma percepção geral que parte maioritariamente do desconhecimento do *outro* e da intolerância, mas que é também reforçada pela proliferação noticiosa que dissemina sentimentos de animosidade e de rejeição em relação a este suposto *estrangeiro-inimigo*. Para uma integração plena do *outro* na sociedade, é necessário punir aqueles que se integram no grupo do inimigo-prevaricador e não aqueles que se inserem num pretenso grupo do inimigo-imigrante, como um subgrupo estigmatizado (Guia, 2010).

Apesar de o século XXI ser referido como o “século das populações em movimento”^[84] (Mota, in Pires [ed], 2010), verificando-se que cerca de dois terços de todos os Estado do mundo constituem países de origem e de destino de migrantes, apenas 4% da população mundial se integra na designação de migrante (Pires [ed], 2010). Esta fatia da população tem vindo a aumentar, procurando estabelecer-se nos países desenvolvidos: de 1800 para 2000 o número de migrantes que se incluem nesta especificação aumentou de 48 para 110 milhões, enquanto que aqueles que se estabeleceram em países em desenvolvimento aumentaram de 52 para 65 milhões. A América do Norte foi a área mais procurada pelos migrantes, aumentando de 15,9% dos migrantes mundiais, em 1970, para 22,3% . (RCMI, 2005).

A forma como estes movimentos se processaram foi determinada pela interacção de vários factores: maioritariamente relacionados com poder económico, controlo exercido sobre estratégias migratórias, factores demográficos e outros. Procurando relacionar estes aspectos com a nova realidade exercida pelos Estados, especialmente no que respeita à exclusão de migrantes das sociedades de acolhimento, foi possível construir a imagem que se segue e que integra basicamente os aspectos principais deste fenómeno.

Relação poder económico - migrações - controlo - demografia



FONTE: BASEADO EM STUMPF, 2006; SOLIVETTI, 2010

83 Com o termo *amistosidade* pretendemos exprimir um sentimento semelhante não só ao explanado por Trenner (1988), quando o indica como “a exibição de qualidades que se esperam encontrar num amigo”, como também aquele que vai além da simples abertura, acolhimento, para se transformar numa atitude de plena aceitação e integração activa.

84 No texto original “Century of people in motion”

Tendo em conta os parâmetros mais relevantes, a base da pirâmide apresentada é constituída pelos países em extrema pobreza, considerando o explosivo crescimento demográfico que se verifica. Os movimentos migratórios nesses países são maioritariamente internos e apenas em casos excepcionais estes migrantes conseguem ultrapassar as fronteiras internacionais, uma vez que o poder económico é tão escasso que funciona como um obstáculo. Por outro lado, quando migrantes destes países são detectados em países de destino, maioritariamente em situação irregular, são frequentemente objecto de expulsão para os países de origem, sobretudo em países onde a realidade da crimigração já se encontra implementada.

O patamar intermédio é constituído por países em vias de desenvolvimento nos quais se verificam movimentos migratórios explosivos, pois as possibilidades de viajar, de planear um determinado número de anos fora do país de origem e regressar anos depois, são maiores. Estes migrantes constituem uma grande percentagem da população em idade activa desejosa de migrar e são geralmente mais bem aceites e conseguem obter a documentação necessária para se regularizarem nos países de acolhimento, ainda que as entradas e os primeiros anos de permanência nesses países possam ser processados de forma irregular. É por esse motivo que estes migrantes não são aqueles que a percepção pública entende como os que maioritariamente são expulsos, ainda que também aconteça.

O topo da pirâmide é maioritariamente constituído por autóctones dos países mais ricos e poderosos e integra um número menor de migrantes que mais recentemente conseguiram os necessários documentos legais para se estabelecerem naqueles países. Esta zona comporta, assim, os países de destino mais desejados por parte dos migrantes de ambas as camadas inferiores. Os conflitos originados entre o objectivo traçado pelos migrantes que procuram estabelecer-se e as regras inflexíveis que os Estados do topo impuseram recentemente, permitiram que se instalasse a crimigração a partir das regras dessas relações de entradas irregulares e a consequente expulsão para os países de origem. A crimigração tem estado ao serviço da criminalização de comportamentos, podendo permitir a confusão entre as entradas/permanências ilegais/irregulares de imigrantes e o espectro de ataques terroristas/a prática de crimes.

Mas antes de reflectirmos sobre a crimigração e a forma como ela se implementou nos “Estados Unidos da confusão”^[85], passemos à análise dos termos utilizados para definir a imigração processada fora do âmbito da lei estabelecida, procurando identificar os heterónimos da ilegalidade.

3. A ESCOLHA DOS TERMOS UTILIZADOS EM CONTEXTO MIGRATÓRIO DE IRREGULARIDADE

A utilização de determinados termos no discurso burocrático e em documentos legais serve com frequência a posição política que se pretende defender, propositada ou implicitamente. No caso da imigração irregular, esta utilização é indicadora de uma posição explícita, conforme passamos a expor (Anderson and Ruhs, 2010).

A questão da migração encontra-se intimamente ligada à forma como os Estados definiram as suas fronteiras e as suas regras no que diz respeito à entrada e permanência de imigrantes, sendo este um fenómeno moderno que tomou formas mais definidas no século XIX (Kraler, 2009). A literatura sobre

85 Do título do artigo original “States of Confusion: the Rise of State and Local Power over Immigration” (Stumpf, 2008).

a imigração “ilegal” só começou a ganhar visibilidade nos anos 90 (Anderson and Ruhls, 2010), com os grandes processos de regularização e com o impacto do crescimento da imigração (Gosh, 1998; Black, 2003).

Determinados autores consideram que o termo “imigração ilegal” (contra a lei) implica negatividade e que a escolha deste termo encerra juízos de valor. Defendem ainda que constitui um desafio às autoridades dos Estados, pois está intimamente relacionada com a segurança nacional e o crime organizado. Acredita-se ainda que o termo esteja associado à crença da competição injusta no mercado de trabalho, permitindo lucros mais avultados aos empregadores e como forma de impedimento de acesso a recursos como benefícios sociais. Sciortino sublinha a associação que existe entre esse termo e o comportamento criminoso, algo que leva a que os imigrantes sejam temidos e considerados um problema (Sciortino, 2000). A este propósito, o prémio Nobel da Paz de 1986, Elie Wiesel, referiu-se à aplicação do adjectivo em causa classificando-o de semanticamente incorrecto, já que se refere a actos e nunca a pessoas^[86]. Por outro lado, o projecto *Clandestino*^[87] define “imigração ilegal” como qualquer acção contra as leis de entrada ou de permanência de um Estado (Vogel and Jandl, 2008).

O termo “irregular” tem sido proposto por alguns autores, maioritariamente académicos, (Düvel, 2008; Fargues, 2009; Anderson and Ruhs, 2010), para evitar as conotações intolerantes e xenófobas que o termo “ilegal” encerra e procurando manter uma isenção política. Assim, têm sido adoptadas duas abordagens na análise da aplicação dos dois termos (ilegal/irregular): de acordo com a primeira, a sua aplicação serve para destacar posições distintas, sendo o termo “ilegal” utilizado por quem quer sublinhar o poder soberano de um Estado na regulação das suas fronteiras. Estes autores apresentam a ilegalidade como um problema do Estado, a resolver através do reforço no controlo das fronteiras (internas e externas), no controlo da imigração, na atribuição de documentos de residência e na cooperação entre Estado e Sociedade Civil. “Ilegalidade” é também usado pelos meios de comunicação social que promovem e reforçam frequentemente atitudes públicas negativas em relação à imigração e, particularmente, à que não se processa de forma legal. Por sua vez, o termo “irregular” é usado por quem procura refutar a associação entre criminosos e imigrantes e assumir uma posição neutra (Anderson and Ruhs, 2010; Vogel and Jandl, 2008; Düvel, 2008).

A segunda abordagem defende que os dois termos são aplicados de forma indiferenciada e que ambas as unidades lexicais, na realidade, se referem ao mesmo (Fargues, 2009). No projecto *Clandestino*, a definição de imigração irregular engloba “residentes sem estatuto de residência legal no país onde residem, e indivíduos cuja presença no território - quando detectada - se encontra sujeita a terminação através de uma ordenação de partida e/ou expulsão, devido às suas actividades” (Vogel and Jandl, 2008; Düvel, 2008).

Outros termos como “indocumentado”, “sem autorização^[88]” ou “clandestino” particularizam infracções à lei de imigração. Alguns autores (Pinkerton *et al.* 2004; Düvel, 2008) conside-

ram o seu uso destes termos para situações particulares (bem como o uso do termo “irregular”) mais adequado do que o termo “ilegal”, já que os dois primeiros se referem à ausência dos documentos necessários (visto, documentos de viagem, residência e identidade) (Düvel *et al.*, 2008; Fargues, 2009; Vogel and Jandl, 2008) e o último à ausência de registo pelas autoridades, aquando da entrada ou permanência num determinado Estado (Fargues, 2009).

Autores como Kraler (2009) defendem a necessidade de uma definição precisa de “migração ilegal” que permita a sua compreensão e conceptualização, bem como a aplicação de tipologias diferentes no que diz respeito à entrada, residência, emprego formal e legal, tendo em conta a complexidade deste processo/fenómeno social e a irregularidade como frequentemente se processa. A existência de diferentes categorias de imigrantes (laborais, refugiados e transitórios) implica classificações, análises e direitos igualmente diferentes (Kraler 2009).

A heteronímia que se cria com a utilização indiferenciada dos termos desdobra concepções diferentes de um mesmo fenómeno, com facetas completamente distintas. Ao analisá-las, é necessário ter em conta a intenção da escolha dos termos, diferenciando realidades.

4. IMIGRAÇÃO E CRIMINALIDADE: BREVE ESTADO DA ARTE

Embora estudos efectuados a nível nacional e internacional não identifiquem uma correlação entre a imigração e o crime, como aquele cujos resultados recentemente apresentámos^[89], existem teorias que explicam o envolvimento de certas nacionalidades de cidadãos não nacionais com determinados tipos de crime, nos países de acolhimento.

O século XIX marcou a criminalização da pobreza (Tonry, 1995), exercendo o Estado uma função reguladora da vida social, reforçando o papel punitivo ao fazer uso da prisão para regular a pobreza (Wacquant in Cunha, 2008: 11). As populações desfavorecidas são frequentemente ligadas à criminalidade, o que provoca o “pânico moral”, “uma ameaça aos valores sociais e culturais prevalentes” (Cohen 1973). Na Europa, o controlo da insegurança social passou pelo agravamento das penas para os crimes graves e no estabelecimento de penas mais leves para crimes menores (Wacquant in Cunha, 2008), resultando da duplicação do número de condenações nos anos 90 (Tubex e Snacken, 1995).

A relação imigração-crime é discutida há muitos anos. A linha clássica engloba a noção de conflito cultural (Sellin and Sutherland, 1938), a teoria da desorganização social da Escola de Chicago (Shaw e Mckay, 1942) entre outras (Brimelow, 1996; Lamm e Imhoff, 1985 in Stowell, 2007), defendendo que o aumento do crime é proporcional ao da imigração, em consequência de privações económicas e da desigualdade de oportunidades nos países de acolhimento. A linha mais suave não assume efectivamente esta ligação, explicando-a como uma consequência de outros factores: económicos, desproporção e falta de acesso à justiça, sentimentos nacionalistas e uma percepção negativa dos imigrantes, bem como a sua sobre-representação nas prisões (Tonry, 1995 and 2004; Bianchi, Buonanno e Pinotti, 2008; Wacquant, 1998 a), 1999; Tournier,

86 Extraído das palavras de Elie Wiesel, sobrevivente do Holocausto e galardoado com o Prémio Nobel da Paz de 1986: “*You who are so-called illegal aliens must know that no human being is ‘illegal’. That is a contradiction in terms. Human beings can be beautiful or more beautiful, they can be fat or skinny, they can be right or wrong, but illegal? How can a human being be illegal?*”

87 *Clandestino* é um projecto de investigação sobre imigração irregular (*Undocumented Migration: Counting the Uncountable. Data and Trends Across Europe: 2009*). O relatório final do projecto está disponível na Internet

88 Na língua inglesa, “unauthorised”

89 Em termos quantitativos, foram analisados dados estatísticos das condenações de cidadãos nacionais e não nacionais em 2002 e 2005 (Guia, 2008) e de condenações por crimes violentos em 2002, 2005 e 2008 de cidadãos nacionais e não nacionais (Guia, 2010).

1996; Baganha, 1996; Seabra e Santos, 2005 e 2006; Cunha, 2008). Autores mais recentes negam esta relação e defendem mesmo que a imigração contribui para a diminuição dos crimes violentos (Sampson, 2008; Wadsworth, 2010; Stowell, 2007; Rumbaut and Ewing, 2007; Martinez, 2002), com base na teoria da selectividade (Model, 1995; Hagan and Palloni, 1999; Morenoff, Hagan, Levi and Dinovitzer, 2008).

A literatura portuguesa concentra-se em aspectos como a interacção entre fluxos migratórios e as sociedades de acolhimento, problemas económicos, exclusão e xenofobia, sublinhando que o medo, sugerido pela comunicação social, amplia a percepção do factor criminal. Vários autores têm abordado esta ligação através de estudos centrados na população prisional (Malheiros e Esteves, 2001; Rocha, 2001; Cunha, 2008; Fonseca, 2010), voltados para a discriminação nas acusações, condenações e prisões preventivas (Baganha, 1996; Seabra e Santos, 2005; Seabra e Santos, 2006), e centrados na relação imigração-crime (Seabra e Santos 2005; Peixoto, 2008; Guia, 2008 e 2010).

Alguns dos mais recentes estudos norte-americanos revelam que a imigração não só contribui para o aumento da criminalidade como contribui para a diminuição da criminalidade violenta (Sampson, 2008; Wadsworth, 2010; Stowell, 2007; Rumbaut and Ewing, 2007; Martinez, 2002). Em Portugal, os dados sobre a criminalidade violenta atribuem valores percentuais inferiores aos reclusos não nacionais (residentes e não residentes) por comparação aos reclusos portugueses, em cerca de 12%; por outro lado, em comparação com a população correspondente em geral, o grupo dos imigrantes apresenta uma taxa de incidência maior⁹⁰. Apesar destas discrepâncias e da falta de uniformização em termos de escalões sociais, educacionais, demográficos e profissionais, não é possível concluir que os imigrantes pratiquem mais crimes violentos do que os portugueses.

Para explicar estas diferenças, encontramos-nos presenteemente a averiguar, no decurso da investigação, se existe um maior contacto das autoridades com cidadãos não nacionais, se as condições de integração, de acesso e de desempenho judicial em Portugal são semelhantes para nacionais e não-nacionais, se os crimes vitimizam mais cidadãos pertencentes ao grupo dos agressores e quais os móveis dos crimes. Continuamos ainda a estudar o papel dos actores institucionais⁹¹ e dos meios de comunicação social na relação entre a imigração e o crime violento, comparando-o com resultados estatísticos.

A revisão da literatura levou-nos, ainda, a procurar encontrar as diferenças nas políticas migratórias actualmente implementadas nos Estados Unidos da América e na Europa, dois dos destinos migratórios mais desejados, à luz do passado histórico de cada um destes macro-espacos, o que poderá trazer um contributo na compreensão da defesa dos Direitos do Homem ou no aumento da severidade implementada para com os não nacionais.

5. A VIRAGEM DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NOS EUA: A EMERGÊNCIA DA CRIMIGRAÇÃO

A população mundial é actualmente constituída por cerca de 7 biliões de pessoas, dos quais cerca de 317 milhões de pessoas (4,5% da população mundial, Rosenberg, 2010) reside nos Estados Unidos da América, o terceiro país mais populoso do mundo. Calcula-se também que cerca de 200 milhões de pessoas sejam migrantes internacionais (3% da população mundial). As estimativas apontam para que cerca de 20% dos migrantes do mundo procurem os Estados Unidos como país de destino. Centrando agora a atenção nas estimativas relativamente à imigração irregular, estima-se que existam entre 2,5 a 4 milhões de migrantes a atravessar fronteiras internacionais por ano. No caso dos Estados Unidos, Hofer, Rytina and Campbell (2006), calculam que estejam em situação irregular 10,5 milhões de imigrantes irregulares, ao passo que na União Europeia haverá 5 milhões nas mesmas condições, entre os 56,1 milhões dos que ali residem: 10% dos migrantes (RCMI, 2005). Para além da EU, os EUA tiveram o maior programa de regularização de imigrantes em 1986, no decurso do qual 1,042,625 adquiriram o estatuto de Residente Legal Permanente (Monger e Yankay, 2011).

O passado histórico deste país e a forma como se constituiu justificam muitas das contradições que se foram vivendo ao longo dos tempos e a panóplia de povos que ali se estabeleceram, muito em parte devido aos movimentos migratórios para aquele país. O objectivo dos colonos anglo-saxões, maioritariamente WASP⁹² era de levar à Terra Prometida a sua cultura aos “povos inferiores”. Foram os europeus que massivamente se deslocaram para aquele país, desde o século XVII e até 1970, em sucessivos grupos, os responsáveis pela implementação do domínio sobre os povos nativos. Desde a libertação dos escravos e até 1960 os povos afro-americanos eram considerados inferiores por lei⁹³ e proibidos de entrar em determinados espaços públicos, ainda que o racismo “informal” se estendesse aos cidadãos alemães e irlandeses. Hoje em dia, os Estados Unidos integram uma série de grupos populacionais oriundos de vários países, muitos deles em comunidades coesas e, por vezes, até fechadas. Ainda que o clima vivido nos EUA até há alguns anos tenha sido pacífico no campo da imigração, actualmente o panorama é muito diferente. Procurando que a economia proliferasse sem que o impacto negativo dos imigrantes irregulares/ilegais se repercutisse na manutenção de salários miseráveis em determinados sectores maioritariamente ocupados por imigrantes, a gestão norte-americana começou a repensar a política migratória.

Uma viragem das políticas migratórias mais marcada desde os anos 80 tem implicado a convergência da lei penal com a lei de imigração, favorecendo a emergência do fenómeno da crimigração, ou da criminalização da imigração, simplificando a designação do fenómeno, o que fez avolumar a intransigência quanto aos não nacionais, cerceando-lhes ou vedando-lhes acesso a determinados direitos, retirando-lhes a possibilidade de exercer a cidadania e colocando-os em níveis estratificados de acesso aos direitos.

Só para se ter uma ideia das consequências destas políticas crimigratórias, durante cerca de 80 anos (entre 1908 e 1980) foram deportados daquele país 56 mil imigrantes com base

90 Incidência de condenados por crimes violentos de 0,4/1000 habitantes no grupo de cidadãos portugueses e de 0,9/1000 habitantes quanto aos imigrantes (Guia, 2010)

91 Organizámos no passado dia 18 de Abril de 2011, e no âmbito desta investigação de doutoramento, uma sessão de Focus Group para debater este tema tendo estado presentes um elemento da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, da Europol (Polícia Judiciária), do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Divisão de Investigação e Acção Penal, da Divisão Central de Investigação e Acção Penal, do Conselho Superior de Magistratura, do Alto Comissariado para a Imigração e Diversidade Intercultural, do Serviço de Informação e Segurança, do Gabinete Coordenador de Segurança.

92 WASP – White Anglo-Saxon Protestant
– Anglo-saxão branco protestante

93 Lei que estatuiu que aquele que tivesse apenas uma gota (“drop”) de sangue africano seria considerado automaticamente negro e, por isso, inferior por lei e biologicamente.

em condenações criminais, ao passo que apenas num ano, em 2010, houve 390 mil deportações na mesma base (Stumpf, 2011).

O paradigma da crimigração fez aumentar as penas dos estrangeiros, através da convergência da lei penal e da lei de imigração, sob a égide da teoria da pertença^[94]. Implicou consequentemente uma perda progressiva de direitos adquiridos, podendo culminar, em última instância, na expulsão. A crimigração funciona como uma ferramenta de exclusão implícita da sociedade, através da prisão, e explícita através da expulsão, criando níveis estratificados de cidadania. Esta estratificação depende não só dos crimes cometidos, mas sobretudo das escolhas políticas em vigor, que permitem que um indivíduo receba simultaneamente sanções criminais e imigratórias (Stumpf, 2006). Segundo Miller (2003), o fenómeno foi despoletado pelo aumento da imigração vinda da Ásia e do México, e mais recentemente pelos ataques terroristas que alteraram a opinião pública em relação à imigração. Na nova realidade da crimigração, as severas leis de imigração implementadas recentemente têm estado ao serviço da criminalização de comportamentos até então condenados apenas segundo a lei penal. Actualmente, a expulsão tem sido implementada por situações de irregularidade e na sequência de condenações.

Acrescente-se que os crimes que implicavam expulsão, designados de “aggravated felonies” começaram por ser os violentos, elencados nos anos 80 (homicídio, tráfico de drogas e armas), aos quais se juntaram 2 anos depois todos os crimes que implicassem violência e condenações por mais de 5 anos, sendo que 5 anos mais tarde o grupo desses crimes passou a englobar uma série de crimes não violentos como furtos, burlas, falsificação, prostituição, etc. Refira-se ainda que o período de interdição de entrada no país após estas deportações passou para um período de 10 a 20 anos, bem como as detenções dos chamados “não cidadãos” sem acusação, justificada por um “razoável período de tempo” que pode ir até 7 dias, sobretudo ao abrigo da lei anti-terrorista, o que, diga-se de passagem, é também uma das razões pela qual a Turquia ainda não terá conseguido os seus intentos junto da União Europeia, por incumprimento dos respetos para com os Direitos Humanos, nomeadamente no que respeita à detenção ilegal de refugiados durante mais de um ano, mesmo após a condenação do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

6. A EUROPA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O século XIX ficou marcado pelas migrações em massa para os EUA, contabilizando-se desde os anos 20 a 80 cerca de 25 milhões de europeus a entrar naquele país, fugindo da fome e da recessão económica, entre outras causas. Nesta altura eram bem-vindos e não era assunto primordial das agendas discutir a legitimidade do acesso aos seus direitos.

Na Europa, na sequência do fim da 2ª Guerra Mundial, guerra essa que causou cerca de 70 milhões de mortos (Sommerville, 2008), a declaração do Ministro francês dos negócios estrangeiros Robert Schuman de 1950 fez referência inequívoca à necessidade de implementar na Europa valores como a paz mundial, a solidariedade e uma Europa organizada e viva. Fundamentou a necessidade da emergência de uma federação europeia para preservação da paz.

O Conselho da Europa foi criado nessa altura, com o intuito de promover a defesa dos Direitos Humanos, mas teve sobretudo um papel inclusivo de todos os países da Europa, conforme mencionado na declaração de Schuman, acolhendo todos os Estados que manifestaram desejo e evitando assim que os mesmos voltassem a cair em extremismos, promovendo o futuro da sua inclusão na União Europeia.

No entanto, este papel da defesa dos Direitos Humanos foi atribuído em quase exclusividade ao Conselho da Europa e os Tratados que de seguida foram assinados visavam uma integração e uma união estritamente económicas, apesar dos esforços de Schuman e Jean Monnet num sentido mais amplo.

O Acto Único Europeu de 1987 veio alterar no seu preâmbulo este rumo, referindo-se ali a necessidade de “promover a democracia, com base nos direitos reconhecidos, Constituições e legislações dos Estados-Membros, convenção da protecção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais e na Carta Social Europeia, nomeadamente a Liberdade, a Igualdade e a Justiça Social”.

Entretanto, dá-se a queda do Muro de Berlim e a consequente aceleração da unificação da União Europeia, pois os países manifestaram de imediato o seu desejo em pertencer, apesar de não reunirem as condições imediatas para tal. O Tratado de Maastricht veio reforçar esse intuito de cooperação intergovernamental, com referência expressa à defesa, à justiça e aos assuntos internos, criando a nova estrutura da União Europeia.

Só com o Tratado de Amesterdão foram lançadas as bases do alargamento, bem como se instituiu a necessidade do respeito pelo Estado de Direito, Democracia e Direitos Humanos. Foi por isso criado um espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (a estabelecer em 5 anos), o que tem directamente relação com o acesso à justiça, à protecção diplomática, ao asilo, ou seja à cooperação judicial intercivil.

O Tratado de Lisboa, cuja génese se encontra na ratificação dos tratados de Maastricht e de Amesterdão, com o tratado de Nice de 2001, veio fazer-nos emergir numa nova história, sobretudo pelo que se encontra plasmado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2007, que tem hoje o mesmo valor jurídico dos tratados. Ou seja, veio trazer a consolidação do progressivo reconhecimento dos Direitos do Homem, começando nos anos 50 e passando pelas alterações dos anos 70, sendo hoje reconhecida e com referência já em 49 processos desde Dezembro de 2009 pelo Tribunal Europeu de Justiça, quando até então (a Carta) apenas tinha sido referida em menos de 10 acórdãos.

7. PORTUGAL: IMIGRAÇÃO E CRIMINALIDADE

Algumas das conclusões retiradas acerca da população imigrante em Portugal, demonstram que esta é constituída maioritariamente por homens jovens e solteiros, mais religiosos e qualificados do que os cidadãos nacionais, e que ocupam postos subalternos, trabalhando mais horas e com condições de vida inferiores, desigualdades que segundo alguns autores podem resultar, em casos extremos, em criminalidade. Internacionalmente, as taxas de criminalidade e reclusão entre minorias são significativamente mais elevadas quando comparadas com a restante população (Seabra e Santos 2005; 2006). Em Portugal, os valores da criminalidade são mais baixos e o número de reclusos estrangeiros tem sofrido flutuações; assistindo-se sobretudo a uma diversificação das nacionalidades dos reclusos, em consonância com a alteração da população imigrante em Portugal (Guia, 2008; 2010).

94 “Membership theory” no original (Stumpf, 2006).

No caso das condenações, a exclusão social pode estar na origem do problema, sobretudo no que diz respeito aos crimes relacionados com estupefacientes, que se processam sobretudo nos bairros mais pobres e nas periferias das grandes cidades onde vivem maioritariamente imigrantes oriundos dos PALOP em condições económicas de grande privação. O passado histórico-cultural dos países de origem (pautados por guerras e violência) pode também contribuir para a transposição do fenómeno criminal daqueles países para Portugal. Parece existirem padrões de criminalidade entre grupos e a diversificação de nacionalidades resultou na criação de novos tipos de crimes que não existiam ou eram pouco frequentes em Portugal, tendo sido entretanto legislados (Guia, 2008). Mas o grande número de reclusos estrangeiros nos Estabelecimentos Prisionais portugueses em 2002 e 2005 pode também estar relacionado com o aumento das prisões preventivas de indivíduos em situação irregular, antes da existência dos Centros de Instalação Temporária.

As redes de imigrantes com esquemas criminais já implantados no país de acolhimento ou a falta de apoio sentida por parte das comunidades de imigrantes podem favorecer também a entrada de cidadãos não nacionais no mundo do crime, desconhecendo as leis, os direitos e os eventuais apoios estatais e não-governamentais. O movimento de bipolarização de imigrantes como agressores-vítimas é uma outra realidade a ter em conta ao abordar o assunto, verificando-se que a passagem quase circular de um papel ao outro se processa com muita frequência (Guia, 2008).

A análise de qualquer tema que envolva imigração e criminalidade não é, portanto, simples e linear. A maior entrada de estrangeiros em Portugal pode, por si só, reflectir-se no aumento do número de reclusos estrangeiros, não implicando necessariamente um grau de criminalidade mais elevado por comparação com os portugueses. As conclusões retiradas na sequência de um estudo publicado em 2008 (Guia, 2008) apontam para a possível associação entre tipo de crime e nacionalidade, nada havendo que permita concluir que os estrangeiros pratiquem mais crimes. Concluiu-se existir a implementação ou o reforço de redes ilegais que até então não operavam com tanta visibilidade no território português.

Numa investigação posterior (Guia, 2010), centrada sobre imigração e criminalidade violenta, foi possível concluir que os cidadãos não-nacionais não praticam mais crimes violentos em Portugal. Salvaguardou-se, no entanto, que os dados apurados, por si só, não retratam a realidade social e que, embora esses dados relativos aos reclusos em Portugal espelhem imagens objectivas, só através de abordagens mais organizadas e pluriformes é possível realizar uma maior exegese da situação.

8. CONCLUSÕES

As migrações têm aumentado nos últimos anos e têm implicado alterações que se repercutem no campo da criminalidade, fruto da fragilização progressiva deste grupo de populações nos países de destino, o que se reflecte num aumento estatístico de determinados tipos de crime praticados por algumas comunidades. Em Portugal, este fenómeno foi mais visível a partir da entrada na EU e no espaço Schengen, e também pelas sucessivas regularizações de imigrantes ilegais.

No que respeita à nova realidade que aqui abordámos, é necessário reflectir sobre algumas premissas: Portugal adoptou e inseriu bem uma série de directivas europeias com o fim de permitir que os não nacionais que residem no espaço comum acessem aos direitos que lhes são reservados. Constatamos

ainda que a legislação portuguesa se tem preocupado com a implementação de políticas públicas transversais e sectoriais relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas. Portugal tem sido, por exemplo, pioneiro na implementação de boas práticas no que respeita à integração dos imigrantes, como com a *One Stop Shop* e o respeito, na medida do possível, pelos direitos dos imigrantes em situação semelhante à detenção (como é o caso do projecto DEVAS^[95]).

As estimativas apontam para que a Europa perca, em 2050, pelo menos 22 milhões de pessoas, ou seja 19% de população activa. Logo, precisará de um grande número de imigrantes para que o sistema implementado se mantenha e progrida. Ora os direitos dos cidadãos da União Europeia e os que nela residem encontram-se bem fixados e eventualmente bem protegidos. E no que respeita aos procedimentos em relação aos cidadãos irregulares, estarão estes a ser englobados no mesmo critério que penaliza os comportamentos criminais? Caminhará, por isso, Portugal para uma potencial emergência da criminalização, criminalizando os comportamentos dos imigrantes?

Ou o direito europeu e as directivas comunitárias que têm sido adoptadas recentemente e cujo exemplo aqui acabámos de analisar mostram que nos devemos regozijar por manter a diferença pela positiva, comparativamente a outros Estados, e apostar na integração^[96]?

E quando se avolumarem novamente as entradas de migrantes? Pensemos no recente caso da Líbia e nas declarações de ameaça daquele país, ao permitir o descontrolo da imigração ilegal para a Europa.

Qual será a nossa escolha futura? Integrar ou penalizar?

Tivemos oportunidade de verificar que, tanto nos Estados Unidos como em Portugal, não foi verificada uma relação entre aumento da imigração e aumento do crime. Os caminhos que levaram a estes resultados divergiram. A forte aposta na integração parece ter resultado como uma medida proactiva de combate ao aumento do crime. Ao mesmo tempo, favorecendo o respeito pelos Direitos do Homem, os migrantes podem sentir o país de acolhimento como uma segunda pátria, ao invés de se manterem permanentemente ameaçados com medidas de cariz securitário e restritivo. E assim se evitaria a

“traição do Super-Homem (...) [em que] a ameaça de renunciar à cidadania (...), mesmo não consumada, pode ser vista como uma forma de reconhecer que os super-heróis modernos já não podem olhar para o que está certo ou errado apenas através do estreito prisma do patriotismo^[97]”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, Bridegt and Ruhs, Martin. (2010). Guest Editorial. Researching Illegality and Labour Migration. *Population, Space and Place* 16. 175-179.
- Baganha, M. I.e Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais* (52-53), 229-280.

95 Na sequência do protocolo assinado em 2006 entre o SEF, o Serviço Jesuíta aos Refugiados, a Organização Internacional para as Migrações e do resultado da experiência portuguesa.

96 A este propósito, Portugal foi recentemente considerado o 2º melhor país em políticas de integração de imigrantes, num conjunto de 31, liderados pela Suécia, e avaliando um conjunto de 148 parâmetros (MIPEx III, 2011).

97 Guy Adams. (2011:30). “A ‘traição’ do Super-Homem. *Courrier International* n.º184. Junho 2011.

- Bales, Kevin. (1999; 2004). *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*. University of California Press.
- Bianchi, M., Buonanno, P., Pinotti, P. (2008). Do immigrants cause crime?. Working Paper nº 2008 - 05. Laboratoire d'Économie Appliquée. INRA. Paris - Jourdan Sciences Économiques.
- Black, R. (2003). Breaking the convention: researching the 'illegal' migration of refugees to Europe. *Antipode* 35: 34-54.
- Cohen, S. (1973). *Folk Devils and Moral Panics*. St Albans: Paladin.
- Cunha, I.[org] (2008). *Aquém e Além da Prisão - Cruzamentos e Perspectivas*. 90 Graus Editora.
- Cvajner, Martina and Sciortino, Giuseppe. A Tale of Networks and Policies: Prolegomena to an Analysis of Irregular Migration Careers and Their Developmental Paths.
- Dias, João Paulo; Pedroso, João; Branco, Patrícia. (2007). "Europa, Direitos Humanos e Acesso ao Direito e à Justiça". II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. II Congresso Nacional - Portugal e o Futuro da Europa. Fundação Calouste Gulbenkian. 25 and 26 June 2007.
- Düvell, Frank. (2008). Clandestine migration in Europe. *Social Science Information*. 47 (4): 479-97.
- Duvel, Franck; Triandafyllidou, Anna; Vollmer, Bastian. (2008). Ethical Issues in Irregular Migration Research. *Clandestino*. Accessed on 14-01-2011 - http://clandestino.eliamap.gr/wp-content/uploads/2009/11/clandestino_ethical-issues-in-irregular-migration-research_final.pdf
- Fargues, Philippe. (2009/2). Irregularity as Normality among Immigrants South and East of the Mediterranean. *CARIM Analytic and Synthetic Notes*. Irregular Migration Series.
- Fonseca, G. (2010). Percursos Estrangeiros no Sistema de Justiça Penal. *Observatório da Imigração* 43. ACIDI.
- Hoefer, Michael; Rytina, Nancy; e Campbell, Christopher. (2006). Estimates of the Unauthorized Immigrant Population Residing in the United States: January 2006.
- Gosh, B. (1998). *Huddled Masses and Uncertain Shores: Insights into Irregular Migration*. Kluwer Law International. The Hague.
- Guia, Maria João. (2008). *Imigração e Criminalidade: Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos*. Almedina.
- Guia, Maria João. (2010 a). *Imigração e Criminalidade Violenta: Mosaico da Reclusão em Portugal*. INCM e SEF.
- Guia, Maria João. (2010 b). "Imigração e Crime Violento: Verdades e Mitos". I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. *Diário de Bordo*.
- Guy Adams. (2011:30). "A 'traição' do Super-Homem". *Courrier International* nº184. Junho 2011.
- Kraler, Albert. (2009). Regularisation: A misguided option or part and parcel of a comprehensive policy response to irregular migration? *IMISCOE Working Paper*. Accessed on 02/02/2011 on <http://www.imiscoe.org/publications/workingpapers/documents/WP24-regularisation-pdf>
- Martinez, R.Jr. (2002). *Latino Homicide: Immigration, Violence, and Community*. New York: Routledge Press.
- Malheiros, J. e Esteves, A. (2001). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas. In Pinheiro, M.; Baptista, L. e Vaz, M. (orgs). *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras, Celta Editora. 95-114.
- Miller, Teresa. (2003). *Citizenship & Severity: Recent Immigration Reforms and the New Penology*. 17 Geo. Immigr. L.J. 611. In Stumpf, Juliet. (2006). *The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime & Sovereign Power*. Lewis & Clark Law School. <http://www.wcl.american.edu/journal/lawrev/56/stumpf.pdf?rd=1>. Accessed in 20 July 2010.
- MIPEX III. (2011). *Migrant Integration Policy. Index III. Portugal. Outcomes for Policy Change* (Resultados de Mudanças Políticas), co-financiado pelo *European Fund for the Integration of Third-Country Nationals*/ Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros. Fevereiro 2011. Acessado em 02-03-2011 on http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d6b77b1c7065/live/Ver+relat%C3%B3rio+MIPEX+III
- Monger, Randall; Yankay, James. (2011). U.S. Legal Permanent Residents: 2010. *Annual Flow Report*. March 2011.
- Morenoff, Jeffrey D. (2001), "Interpreting the Paradoxical in the Hispanic Paradox: Demographic and Epidemiologic Approaches", *Annals of the New York Academy of Sciences*, 954: 140-174.
- Peixoto, Alberto. (2008). *Imigrantes em Portugal: que propensão criminal?* Edições Macaronésia.
- Piacesi, Débora. (Forthcoming). *Crime and Immigration: The discourses of fear as a theoretical approach of critical evaluation*. Metropolis 2010.
- Pinkerton, C., McLaughlan, G., and Salt, J. 2004. *Sizing the Illegally Resident Population in the UK*, Home Office: Report 58/04.
- Pires, Rui (2010). *Atlas of Migrations*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- RCMI. (2005). *Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian. Outubro.
- Rocha, J. (2001). *Reclusos Estrangeiros: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Rosenberg, Matt. (2010). *The Population of the United States of America*. Accessed on <http://geography.about.com/od/obtainpopulationdata/a/uspopulation.htm>, on 19 January 2011.
- Rumbaut and Ewing (2007). *The Myth of Immigrant Criminality and the Paradox of Assimilation*. Washington, DC: American Immigration Law Foundation
- Sampson, Robert (2008). "Rethinking Immigration and Crime". *Contexts*. 7:28-33.
- Santos, B.S. (2009). *La Globalización, los Estados-nación y el Campo Jurídico: de la diáspora jurídica a la ecumene jurídica?*. *Sociología Jurídica Crítica*. Para un nuevo sentido común en el derecho. Madrid. Trotta. pp 321-409.
- Santos, T. e Seabra, H. (2005). *A Criminalidade de Estrangeiro em Portugal - Um Inquérito Científico*. Lisboa. Acime.
- Santos, Tiago; Seabra, Hugo (2006), *Reclusos estrangeiros em Portugal - Esteios de uma Problemática*. Lisboa: Acime.
- Sellin, T. (1938). *Culture Conflict and Crime*. New York: Social Sciences Research Council in Mukherjee, S. (1999). *Ethnicity and Crime: An Australian Research Study*. A report prepared for the Department of Immigration and Multicultural Affairs. Australian Institute of Criminology. Recuperado em 2005, Novembro 14 e 2006, Janeiro 23 de <http://www.aic.gov.au/publications/ethnicity-crime/>.
- Sciortino, Giuseppe. (2000). *L'ambizione della frontiera. Le politiche di controllo migratorio in Europa*. Milan. Franco Angeli.
- Shaw C.R. and McKay, H.D., (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas: A study of rates of delinquency in relation to differential characteristics of local communities in American cities*. Chicago: The University of Chicago Press in Mukherjee, S. (1999). *Ethnicity*

and Crime: An Australian Research Study. A report prepared for the Department of Immigration and Multicultural Affairs. Australian Institute of Criminology. Recuperado em 2005, Novembro 14 e 2006 Janeiro 23 de <http://www.aic.gov.au/publications/ethnicity-crime/>

- Solivetti, Luigi. (2010). *Immigration, Social Integration and Crime*. A cross-national approach. Routledge. Sabon.
- Sommerville, Donald. (2008). *The Complete Illustrated History of World War Two: Na Authoritative Account of the Deadliest Conflict in Human History with Analysis of Decisive Encounters and Landmark Engagements*. [S.I.]: Lorenz Books. 14 December.
- Sousa, C. (2007). *Imigração e o Ideal Democrático de um “Demos” Inclusivo: os Conceitos de “Estrangeria”, Nacionalidade e Cidadania*. In *Memoria de Jorge Trancano de Carvalho*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Stowell, Jacob (2007), *Immigration and Crime: The Effects of Immigration on Criminal Behavior*. (The New Americans). New York: LFB Scholarly Publishing LLC.
- Stowell, Jacob *et al.* (2009), “Immigration and the Recent Violent Crime Drop in the US: A Pooled, Cross-Sectional Time-Series Analysis of Metropolitan Areas”, Paper presented at 2007 Annual Meeting of the Eastern Sociological Society, February 21-24, New York.
- Stumpf, Juliet. (2006). *The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime & Sovereign Power*. Lewis & Clark Law School. <http://www.wcl.american.edu/journal/lawrev/56/stumpf.pdf?rd=1>. Accessed in 20 July 2010.
- Stumpf, Juliet. (2011). *Globalizing Crimmigration*. 16th International Metropolis Conference. Azores. Forthcoming
- Tonry, M. (1995). *Malign Neglect: Race, Crime and Punishment in América*. New York. Oxford University Press.
- Tonry, M. ed., (1997). *Ethnicity, Crime and Immigration in Immigration-Comparative and Cross-National Perspectives*, vol.21 *Crime and Justice*. The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Tonry, M. (2004). *Thinking about Crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. New York: Oxford University Press.
- Tournier, P. (1996). *La délinquance des étrangers en France: analyse des statistiques pénales*. In Palidda, S. [ed.] *Délit d’immigration /Immigrant delinquency*. Brussels: European Commission.
- Trenner, L. (1988). How to win friends and influence people: definitions of userfriendliness in interactive computer systems, *Journal of Information Science*, 13, 99-107
- Tubex, H. e Snacken, S. (1995). “L’Évolution des longues peines: sélectivité et dualisation”. *Déviance et Societé*, n° 19: 103-126.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2011). *Trends in International Migrant Stock: Migrants by Age and Sex* (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2011).
- Vogel, Dita e Jandl, Michael. (2008). Introduction to the methodological problem. Chapter 1. In: *Methodological Report for CLANDESTINO*. Final version. November 2008.
- Wadsworth, T. (2010). *Is Immigration Responsible for the Crime Drop? An Assessment of the Influence of Immigration on Changes in Violent Crime Between*

VITIMAÇÃO, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

ANA ISABEL SANI

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
ANASANI@UFP.EDU.PT

LAURA M. NUNES

PROFESSORA AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
LNUNES@UFP.EDU.PT

RESUMO

Determinadas comunidades urbanas apresentam elevadas taxas de criminalidade. Num estudo de diagnóstico de segurança numa área problemática na cidade do Porto, foram levantados dados sobre as situações criminais e a experiência de vitimação da população, através de uma amostra de 244 indivíduos de ambos os sexos, com idades entre 16 e 86 anos. Do conhecimento obtido sobre o crime, o seu impacto na vítima e o medo instalado, podemos definir as bases de adequação da intervenção do Estado / Polícia.

ABSTRACT

Certain urban communities have higher crime rates. In a study about security diagnostic in a troubled area in Oporto, we collected data about criminal situations and victimization experience of population, using a sample of 244 individuals of both sexes, and ages between 16 and 86 years old. From knowledge about the crime, its impact on the victim, and the installed fear, we can define the adequacy basis of State / Police intervention.

INTRODUÇÃO

Determinadas comunidades urbanas têm vindo a apresentar elevadas taxas de violência, crime e medo (Leite, 2005), com consequente percepção de insegurança por parte dos residentes nessas áreas citadinas (Skolnick e Bayley, 2006). A exploração do tema da segurança / insegurança implica a recolha de informações, não só a respeito dos crimes que ocorrem nessas comunidades, como também em relação à frequência de tais ocorrências, às incivildades que aí se verificam e à percepção de segurança / insegurança das populações que se movem diariamente nesses espaços.

Efectivamente, a captura dessa percepção revela-se essencial, na medida em que a sensação de insegurança vivida diariamente em determinadas áreas decorre, frequentemente, do aumento da criminalidade e acarreta graves consequências sociais, desenvolvimentais e económicas (Carrión, 2002). Convém deixar claro que a ideia de segurança remete para condições, quer objectivas quer subjectivas, estando evidentemente associada à compreensão do seu oposto, o da insegurança que, por seu turno, se associa à “crise da modernidade” que se vive nas sociedades contemporâneas (Cotta, 2005). Por outro lado, pode afirmar-se que, opostamente ao crime, as incivildades não se traduzem necessariamente em violações à lei, sendo antes a transgressão das normas da boa convivência social (Charlot, 2002). Assim sendo, as incivildades podem definir-se como acções de desafio e de rotura das normas da vida social, ao nível das expectativas e das regras subjacentes à convivência e à regulação das relações humanas (Garcia, 2006), podendo passar por grosserias ou falta de civilidade

e que denotam uma negligência de propriedade ou dos bons costumes. De facto, as incivildades, não estando estreitamente associadas ao sentimento de insegurança, afectam o brio de uma comunidade e prejudicam indubitavelmente a vida social (Jouenne, 2006). Os indicadores da presença de incivildades causam ansiedade nos residentes e geram um medo generalizado em relação a condições físicas e ambientais, bem como relativamente à possibilidade de ocorrência de condutas impróprias, que podem classificar-se ou não como criminais (Lewis & Salem, 1988).

Acrescente-se a necessidade de referir que a investigação tem revelado que a relação entre a criminalidade e o sentimento de insegurança não é de natureza causal nem se estabelece de forma linear. Efectivamente, o crime associa-se à insegurança, mas esta última, por sua vez, liga-se ao medo (Matias & Fernandes, 2009). O medo do crime pode definir-se como uma resposta emocional à ameaça ou à ansiedade geradas pelo crime ou pelos símbolos que as pessoas associam àquele. Logicamente, esta definição implica que haja percepção e reconhecimento de potencial perigo (Ferraro, 1995). Por tudo quanto foi até aqui exposto, e pelos sentimentos de insegurança que se têm gerado em certas áreas urbanas nas quais está presente a criminalidade, importa apurar de forma sistemática as percepções da população quanto à tipologia e à frequência com que ocorrem crimes numa das áreas mais problemáticas da cidade do Porto, não devendo esquecer-se a questão relacionada com as incivildades que aí se verificam e as condições que, ainda segundo a população, poderão concorrer para a criminalidade.

1. MÉTODO

O presente estudo desenvolveu-se após contactos com o Comando Metropolitano do Porto, que pretendia o levantamento de informações a respeito da percepção das populações que se movimentam diariamente numa das comunidades problemáticas da cidade, visando o conhecimento mais profundo e preciso do que as pessoas percebem em termos de crimes mais frequentes e, também, mais temidos por elas, a respeito das incivildades que mais se produzem e das condições percebidas como estando a potenciar a ocorrência desses comportamentos indesejáveis.

Por isso, procedeu-se ao levantamento global das informações gerais de que o Comando Metropolitano do Porto tinha conhecimento para, identificadas algumas das necessidades e dos recursos ali existentes, se passar à elaboração de um instrumento que possibilitasse a colheita sistemática de informações mais específicas. Assim, procedeu-se ao desenvolvimento de um estudo, através do método do inquérito e baseado na técnica do questionário que, uma vez concluído, foi sujeito a uma fase de pré-teste. Uma vez concluído o pré-teste, constatou-se que o instrumento se revelou de fácil percepção/resposta para os inquiridos e que era adequado para obter toda e apenas a informação necessária à realização do estudo, sem que se perdessem de vista os objectivos previamente estabelecidos.

Esses objectivos passavam pelo melhor conhecimento da percepção da população local a respeito da criminalidade e das incivildades ali praticadas, bem como sobre os elementos que eventualmente fossem percebidos como favorecedores do crime. A administração do questionário foi levada a cabo pelo grupo de alunos do mestrado em Psicologia Jurídica do ano 2010/2011, que foram previamente instruídos e treinados no sentido de que se verificasse a máxima homogeneidade na abordagem aos inquiridos e na administração do instrumento. Nesse processo houve ainda o cuidado de esclarecer todos os participantes quanto aos objectivos do estudo e em relação aos fins a que se destinavam as informações prestadas, tendo ficado bem clara a garantia de anonimato e de confidencialidade, bem como a não obrigatoriedade de participação na pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No total, foram inquiridos 244 indivíduos (n amostral) com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, sendo a média etária de 37.5 anos, com um desvio padrão de 20.15. A distribuição por categorias etárias é reveladora de uma amostra bem distribuída entre a população jovem adulta (40.6%) e adulta (54.1%), sendo que 5.3% dos participantes optaram por não mencionar a sua idade, não sendo possível por isso definir o respectivo escalão etário (cf. Quadro 1). Os dados obtidos revelam a existência de valores múltiplos de Moda (referencia o valor mais frequente na amostra numa dada variável), apresentando-se a idade dos 18 anos como o valor de Moda mais baixo.

QUADRO 1. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À IDADE POR INTERVALOS.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 16 aos 24	99	40.6
Dos 25 aos 34	21	8.6
Dos 35 aos 44	24	9.8
Dos 45 aos 54	30	12.3
Dos 55 aos 64	25	10.2
Mais de 65 anos	32	13.1
Total	231	94.7
Omissões	13	5.3
n	244	100.0

A amostra constituiu-se de indivíduos de ambos os sexos (cf. Quadro 2), com 62.7% de participantes do sexo feminino e 37.3% de sujeitos do sexo masculino.

QUADRO 2. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO AO SEXO.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	91	37.3
Feminino	153	62.7
Total / n	244	100.0

Os dados a respeito do estado civil (cf. Quadro 3) revelam que a amostra inclui predominantemente pessoas solteiras (52%), seguindo-se o grupo dos casados ou que vivem em união de facto (36.5%). Cerca de 11.5% dos participantes são divorciados/separados e viúvos.

QUADRO 3. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO AO ESTADO CIVIL.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Solteiro	127	52.0
Casado/União de facto	89	36.5
Divorciado/Separado	11	4.5
Viúvo	17	7.0
Total / n	244	100.0

Quanto ao nível das habilitações académicas, a amostra caracteriza-se por possuir mais de 50% dos indivíduos com, pelo menos, a escolaridade obrigatória, tendo 34.4% dos sujeitos, ainda, escolaridade entre o 10º e 12º anos e 8.6% terem formação graduada ou pós-graduada (cf. Quadro 4).

QUADRO 4. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À ESCOLARIDADE.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Analfabeto	5	2.0
Do 1º ao 4º Anos	61	25.0
Do 5º ao 6º Anos	12	4.9
Do 7º ao 9º Anos	61	25.0
Do 10º ao 12º Anos	84	34.4
Superior	20	8.2
Outra (Mestrado)	1	0.4
Total / n	244	100.0

No que diz respeito à situação laboral/ocupacional, nesta amostra existe um predomínio de indivíduos activos (80.4%), sejam eles trabalhadores em diversas áreas ou estudantes de vários níveis de ensino (cf. Quadro 5). A grande maioria dos sujeitos trabalhadores enquadra-se no comércio (19.3%), outros não exibem profissão ou área de trabalho diferenciada (15.6%), havendo ainda 6.1% da amostra que se exerce actividade de limpeza.

QUADRO 5. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À SITUAÇÃO OCUPACIONAL.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estudante	98	40.2
Trabalhador	98	40.2
Desempregado	19	7.8
Reformado	28	11.5
Total	243	96.6
Omissões	1	0.4
n	244	100.0

Uma vez caracterizada a amostra, parece ser chegado o momento de apresentar os resultados obtidos, quanto à criminalidade ali revelada pelos inquiridos, em relação às condições que poderão estar a favorecer a ocorrência de crimes e a respeito das incivildades ali praticadas com mais frequência.

3. RESULTADOS

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes (cf. Quadro 6), destacam-se os crimes de furto/roubo (58.6%), o assalto a residência (49.2), a agressão física (43.4%), o tráfico de drogas (41%) e o assalto a estabelecimento comercial (34%). Outros crimes são apontados como sendo temidos, embora em percentagens consideravelmente inferiores.

QUADRO 6. PERCEPÇÃO DOS CRIMES MAIS TEMIDOS.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto/Roubo	143	58.6	244
Assalto a residência	120	49.2	
Agressão física	106	43.4	
Tráfico de drogas	100	41.0	
Assalto a estabelecimento comercial	83	34.0	
Assalto sexual	45	18.4	
Violência doméstica contra/entre menores	40	16.4	
Tráfico de armas	35	14.3	
Burla	34	13.9	
Crimes rodoviários	20	8.2	
Danos a espaços/equipamentos públicos	19	7.8	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	15	6.1	
Violência doméstica contra /entre idosos	12	4.9	
Omissões	13	5.3	

Quanto à tipologia de crimes percebidos como mais frequentes, destacam-se o furto/roubo (61.1%), o tráfico de drogas (56.8%) e o assalto a estabelecimento comercial (42.2%) como os referidos por mais participantes como ocorrendo naquela área da cidade. Temos ainda referenciado por 29.9% da amostra os crimes de agressão física, por 28.7% dos sujeitos, o crime de assalto a residência e por 22.1% os danos a espaços/equipamentos públicos. Com percentagem menor, não obstante a importância de cada um, são apontados outros crimes (cf. Quadro 7).

QUADRO 7. PERCEPÇÃO DOS CRIMES MAIS PRATICADOS.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto/Roubo	149	61.1	244
Tráfico de drogas	141	56.8	
Assalto a estabelecimento comercial	103	42.2	
Agressão física	73	29.9	
Assalto a residência	70	28.7	
Danos a espaços/equipamentos públicos	54	22.1	
Burla	36	14.8	
Crimes rodoviários	36	14.8	
Violência doméstica contra/entre menores	25	10.2	
Assalto sexual	22	9.0	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	20	8.2	
Tráfico de armas	18	7.4	
Violência doméstica contra /entre idosos	16	6.6	
Omissões	11	4.5	

No respeitante à percepção das condições favorecedoras da criminalidade, o consumo de drogas/álcool foi a condição considerada como favorecedora do crime (cf. Quadro 8) por mais indivíduos (74.2%), logo seguida da pobreza/desemprego, referida por 67.2% das pessoas. Em terceiro e quarto lugar, encontra-se o policiamento deficitário e a existência de conflitos e delinquência juvenil, com 35.7% e 34.8% respectivamente, na listagem de condições favorecedoras da criminalidade. Há ainda um conjunto de outros aspectos muito ligados ao ambiente físico (e.g., má iluminação; ausência de espaços verdes/de lazer; maus arruamentos) e social (e.g., reduzido movimento à noite; presença de pessoas estranhas) que são sinalizadas pelos indivíduos da amostra com percentagem entre os 14.8 e os 23.8%. Os problemas familiares são apontados por 19.3% dos indivíduos. Por fim, são identificadas outras condições associadas à actuação perante o crime, como sejam a pouca severidade para com os ofensores e a incapacidade de actuação dos agentes de autoridade, que registam respectivamente 13.5% e 11.1%.

QUADRO 8. CONDIÇÕES PERCEBIDAS COMO
FAVORECEDORAS DO CRIME.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Consumo de drogas/ álcool	181	74.2	244
Pobreza/Desemprego	164	67.2	
Policimento deficitário	87	35.7	
Conflitos e delinquência juvenil	85	34.8	
Má iluminação pública	58	23.8	
Reduzido movimento durante a noite	52	21.3	
Presença de pessoas estranhas	51	20.9	
Problemas familiares	47	19.3	
Ausência de espaços verdes/de lazer	38	15.6	
Maus acessos/ arruamentos	36	14.8	
Pouca severidade para com os ofensores	33	13.5	
Incapacidade de actuação dos agentes de autoridade	27	11.1	
Omissões	10	4.1	

Os participantes registaram, para a área geográfica em estudo, a ocorrência de incivildades (cf. Quadro 9), sendo a mais frequentemente apontada o dispersar de lixo pela rua (51.6%). A danificação de equipamentos públicos (48%) e o estacionamento caótico (43.9%) constam também entre as incivildades mais apontadas pelos indivíduos desta amostra. A violação das regras de trânsito (20.1%) e o furto/danificação de sinalização (18.9%) aparecem também entre os registos de incivildades nessa zona urbana.

QUADRO 9. INCIVILIDADES IDENTIFICADAS.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Dispersar lixo pela rua	126	51.6	244
Danificar equipamentos públicos	117	48.0	
Estacionar de forma caótica	107	43.9	
Violar regras de trânsito	49	20.1	
Furtar/Danificar sinali- zação (de trânsito e de informação)	46	18.9	
Omissões	49	20.1	

CONCLUSÃO

Se algo mexe com o nosso sentimento de insegurança é, sem dúvida, a percepção de que a criminalidade aumenta, seja por experiência pessoal, seja mediatizada e/ou indirecta. As razões podem ser até de cariz estrutural e longínquas, mas a sensação de instabilidade, fruto de incontestáveis mudanças sociais, gera ansiedade, desconfiança e uma reconstrução social e pessoal do risco associado ao meio.

Percebemos que não havia necessariamente uma correspondência directa entre a percepção quanto aos crimes mais frequentes na comunidade e os crimes que, segundo os participantes, eram mais temidos. Isto revela que o sentimento da insegurança das pessoas não se consubstancia necessariamente e unicamente na presença do crime, mas que outros aspectos devem ser tidos em consideração. A dimensão subjectiva que ressalta da proximidade, não apenas física, de invasão da nossa privacidade, de tomada dos nossos bens (Roché, 1993) ganha peso e remete para o ideário dos nossos receios, como os assaltos a residências e estabelecimentos e a violência física. No entanto não podemos descurar a (con)vivência quotidiana com determinadas formas criminais (e.g., furtos/roubos; tráfico de drogas) pode influenciar a apreciação sobre a probabilidade de vitimação e favorecer uma representação pessoal de maior vulnerabilidade. Neste sentido, a sustentação do sentimento de insegurança não será também alheia à percepção construída de comunidade frágil ou fragilizada que, com o tempo, ganha novas regras e novos valores e que não reconhece no controle social legitimidade para restabelecer a seguridade natural.

Precisamente pelo que acaba de ser referido, não basta conhecer a realidade criminal de uma comunidade, o impacto do crime na vida das pessoas ou desvendar as bases reais para a insegurança, mas há que a partir destas definições, traçar linhas orientadoras para acção que tenham como pano de fundo políticas públicas de segurança e a adequação da intervenção do Estado / Polícia. A receptividade dos inquiridos face ao estudo levado a cabo na área de convivência social foi surpreendente pela positiva e encarada com seriedade e expectativa. Neste sentido, o estreitamento das relações comunitárias entre os órgãos de controlo social e a população residente numa das áreas mais problemática da cidade deve operar-se, encontrando eco nas representações dos cidadãos participantes neste estudo e que se representam eles próprios como agentes de mudança e, portanto, receptivos à participação comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carrión, F. (2002). Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Charlot, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: Sociologias, 4 (8), 432-443.
- Cotta, F. (2005). A crise da modernidade e a insegurança social. Mneme. Revista de Humanidades, 7 (14). Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/284>.
- Ferraro, K. (1995). Fear of crime. Interpreting victimization risk. New York, State University of New York Press.
- Garcia, J. (2006). Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. In: Educação Temática Digital, 8 (1), 10-32.
- Jouenne, N. (2006). Une certaine Jeunesse. Incivilités et sentiment d'insécurité en milieu rural périurbain. Communauté de communes « Les Marches du Velay ». Disponível em http://hal.inria.fr/docs/00/14/93/56/PDF/jouenne_jeunesse.pdf
- Leite, M. (2005). Violência, insegurança e cidadania. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Observatório da Cidadania, 66-70.
- Lewis, D. & Salem, G. (1988). Fear of crime. Incivility and the production of a social problem. New Jersey, Transaction.
- Matias, M. & Fernandes, L. (2009). Desarrumar O Medo... O Arrumador de Carros como Figura do Medo na Cidade. In: Revista Toxicodependências, 15(3), 9-22.
- Roché, S. (1993). Le sentiment d'insecurité. Paris, PUF.
- Skolnick, J. & Bayley, D. (2006). Policiamento comunitário (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).

TRÁFICO DE DROGA E VITIMAÇÃO: PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA

LAURA M. NUNES

PROFESSORA AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
LNUNES@UFP.EDU.PT

ANA ISABEL SANI

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
ANASANI@UFP.EDU.PT

RESUMO

A percepção de risco pode, em resultado da convivência pacífica com o fenómeno, não se traduzir em níveis elevados de medo do crime. Este trabalho apresenta os dados recolhidos por questionário a 244 indivíduos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, a respeito da associação entre consumo de drogas e práticas criminosas. O estudo evidenciou uma percepção do tráfico de drogas como algo não condenável, contrariamente ao consumo, entendido como reprovável.

ABSTRACT

The risk perception cannot translate into high levels of fear of crime, if exists a peaceful coexistence with the phenomenon. This paper presents data about the association between drug use and crime. We used a questionnaire, and a sample of 244 individuals of both sexes, aged between 16 and 82 years. The study shows an awareness of the drug trade as something wrong, as opposed to consumption, which is seen as reprehensible.

INTRODUÇÃO

O tráfico ilícito não é um crime novo. Antes pelo contrário, trata-se de uma modalidade criminosa tão velha quanto a civilização humana e que, indubitavelmente, se encontra associada a uma diversidade de problemas com que se deparam as actuais sociedades (Kelly, Maghan & Serio, 2005). O tráfico de drogas, em particular, é uma área de actividade que se constitui como grave ameaça à segurança internacional, sendo considerado como a segunda maior indústria do mundo (Thachuk, 2007).

Desde logo, é conveniente salientar que a cada vez mais clara distinção entre tráfico e consumo de drogas foi conduzindo à tendência, progressivamente mais marcada, para a repressão sobre o primeiro e, simultaneamente, também foi gerando uma aproximação à aposta na prevenção e no tratamento do consumo de substâncias (Quintas, 2011). Nas actuais sociedades desenvolve-se o debate da legalização das drogas (Stel, 2000), havendo mesmo quem refira (Reuter & MacCoun, 1995) ser apelativo considerar que a retirada das medidas repressivas poderia vir a ser vantajosa, na medida em que reduziria os danos associados ao proibicionismo. Não obstante, os mesmos autores também alertam para a possibilidade de que esses danos venham a ser substituídos pelos causados pela expansão do consumo de drogas.

Em Portugal, a descriminalização do consumo de drogas mantém o carácter ilícito desses consumos, muito embora deixe de os considerar como crime. Em consequência dessa descriminalização, o consumo de drogas sofreu um inicial aumento para, posteriormente, vir a diminuir, sendo que o consumo problemático parece estar em retracção, dada a redução dos pedidos de atendimento nas instituições públicas

destinadas a esse fim (Quintas, 2011). Não obstante, o tráfico de drogas prossegue e, de acordo com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2010), verifica-se uma evolução nos níveis de inovação e de sofisticação em que se encontram, por exemplo, os importadores europeus de cocaína. Por outro lado, e ainda segundo a mesma fonte, o abuso de heroína mantém-se como responsável pela maior parte de situações de morbilidade e mortalidade na União Europeia (o que remete para a sobrevivência do dependente de drogas). Não se podem também esquecer as novas drogas, na medida em que alguns Estados da União Europeia apontam para consumos elevados de anfetaminas e metanfetaminas. Referindo a mesma instituição, tem-se verificado a emergência de laboratórios clandestinos de transformação da cocaína na Europa. Sendo essa a droga mais traficada a nível mundial, as apreensões dessa substância na Europa têm vindo a aumentar progressivamente, sobretudo a partir de 2004.

Assim sendo, o tráfico de drogas mantém-se como uma actividade altamente lucrativa, que vai fazendo vítimas por vários motivos que lhe estão associados. Por isso, algumas das áreas urbanas que abrigam esse negócio ilegal apresentam níveis de consumo e de crime associado ao tráfico muito consideráveis. Essa é, precisamente, a situação de uma comunidade da cidade do Porto, que se apresenta como alvo deste estudo.

1. O ESTUDO

Este trabalho pretende apresentar os dados recolhidos através de inquérito por questionário a 244 indivíduos de ambos os sexos, residentes, estudantes ou comerciantes num bairro

problemático da cidade do Porto, com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, sendo a média etária de 37.5 anos, com um desvio-padrão de 20.15. Neste estudo pretendeu-se averiguar a percepção dos residentes a respeito da associação entre consumo de drogas e práticas criminosas, procurando-se, também, capturar a forma como os que ali moram percebem e interpretam o tráfico e consumo de substâncias.

Para tanto, foi elaborado um questionário cujas questões alternaram entre as fechadas e de resposta dicotómica e as abertas, de forma a capturar os aspectos subjectivos associados às representações e às percepções dos inquiridos a respeito do fenómeno. Ao longo da administração do instrumento, foram também registadas algumas das verbalizações dos sujeitos que, dessa forma, procuravam justificar algumas das suas respostas a certas questões do questionário. Por outro lado, através desse registo, também foi possível perceber a forma como o crime e as drogas eram percebidos pela população, bem como as suas percepções sobre segurança/insegurança, aumento/redução da criminalidade, medo do crime e implicações do tráfico/consumo de drogas na vida daquela comunidade.

2. OS RESULTADOS

Assim, e após o tratamento dos dados obtidos, a percepção das populações relativamente à segurança/insegurança, revelou-se uma componente essencial ao conhecimento daquela área citadina. As representações dos participantes quanto à (in)segurança na área geográfica em estudo caracterizam-se maioritariamente pelo sentimento de segurança (67.2%), em contrariedade com a insegurança sentida por 30.3% dos sujeitos (cf. Quadro 1).

QUADRO 10. PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA.

Considera que vive numa área segura?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	164	67.2
Não	74	30.3
Total	238	97.5
Omissões	6	2.5
n	244	100.0

No que respeita aos argumentos que sustentam a percepção de segurança dos sujeitos, prendem-se maioritariamente com a experiência pessoal, mais propriamente com o facto de nunca terem sido vítimas, nessa área geográfica em concreto, (e.g., “Nunca me senti ameaçado, não vi nada de grave”; “Nunca se meteram comigo”; “Não consta que haja problemas”), o que é sustentado por 35.7% do total da amostra. Dessa percentagem total parcial deve ser referida ainda a construção de segurança atendendo à percepção de controlo social formal (e.g., “Presença de policiamento”; “Pois tem muita polícia”; “Local vigiado”), pois este facto é referido por 6.6% dos participantes, constituindo a segunda razão mais apontada.

Já no que diz respeito à percepção de insegurança sentida por 30.3% da amostra, mas justificada por 26.2% dos sujeitos, surgiu necessariamente associada à existência de fenómenos criminais (e.g., “Todos os dias nos deparamos com criminalidade”; “Vários assaltos a carros”; “Nesta zona assaltam

tudo”) e/ou perigo (e.g., “Há sempre distúrbios e barulho”; “Muito perigosa”; “Parecem as favelas do Brasil”), assim como, e em particular, ao fenómeno da droga (e.g., “Só res-sacados e droga”; “Muita droga e assaltos”; “Há assaltos, contrabando e droga”). Estas duas categorias juntas correspondem a metade das justificações apontadas para a insegurança, correspondendo a 13.1% do total da amostra.

No que diz respeito à percepção sobre a evolução da criminalidade, 68% dos participantes considera que houve um acréscimo do fenómeno, perante 29.5% dos sujeitos que acham que não houve crescimento no crime (cf. Quadro 2).

QUADRO 11. PERCEPÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE.

A criminalidade tem aumentado?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	166	68.0
Não	72	29.5
Total	243	97.5
Omissões	6	2.5
n	244	100.0

Um número considerável de indivíduos (40.2%) não justificou a sua opinião sobre a evolução da criminalidade. Dos 46.8% dos indivíduos que justificaram o aumento da criminalidade, 16.8% atribuiu-a a problemas económicos e desemprego que atingem as populações (e.g., “Devido à crise”; “Falta de emprego”; “Falta de dinheiro ou rendimento”). Adicione-se a isso a verificação de mais crimes para 10.2% dos participantes (e.g., “Há menos segurança e vejo mais crimes”; “Há muitos criminosos”; “Há boatos de roubos e assaltos”; “Já fui assaltado”). Importa referir que 7.4% dos sujeitos da amostra constroem essa percepção sobre o aumento do crime pela mediação de incidentes criminais (e.g., “Pelo que se ouve nas notícias”; “Cada vez se ouve mais sobre aumento da criminalidade”; “Aparece nos noticiários”). Uma menor percentagem sustentou a ineficácia do sistema (legislação; estruturas) como motivo para a sua percepção de aumento da criminalidade (e.g., “Leis mais brandas”; “Ineficácia da polícia”).

Em contrapartida, para 13.1% dos indivíduos, a criminalidade tem-se mantido ou mesmo diminuído, sendo essa percepção construída com base na experiência pessoal (e.g., “Nunca soube de nenhum caso”; “Não posso queixar-me”; “Aqui na área não”). Apenas 1.2% destes referiu que poderá estar relacionado com o controlo social formal (e.g., “são zonas controladas”). Há ainda quem tenha apontado que esse aumento não existiu, o que se verifica é que “são é mais descarados a vender e a comprar droga”. Estas justificações do aumento/redução/manutenção da criminalidade, encontram-se distribuídas pelas diferentes categorias de resposta que constam do quadro 3.

QUADRO 12. FUNDAMENTOS PARA A PERCEPÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE.

A criminalidade tem aumentado porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Problemas económicos/desemprego	41	16.8
Ocorrência de roubos/assaltos	25	10.2
Mediatização	18	7.4
Ineficácia da polícia/legislação	16	6.6
Presença de muitos problemas/conflitos	8	3.3
Ocorrência de tráfico/consumo de drogas	6	2.5
Total parcial	114	46.8
A criminalidade não tem aumentado porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/Observação	28	11.5
Controlo social formal	3	1.2
Crime limitado a tráfico/consumo de drogas	1	0.4
Total parcial	32	13.1
Omissões	98	40.2
n	244	100.0

Quanto à tipologia de crimes destacaram-se o furto/roubo (61.1%), o tráfico de drogas (56.8%) e o assalto a estabelecimento comercial (42.2%) como os referidos por mais participantes como ocorrendo naquela área da cidade. Há ainda referência, por 29.9% da amostra, aos crimes de agressão física, de assalto a residência por 28.7% dos sujeitos, e por 22.1% dos inquiridos, aos danos a espaços/equipamentos públicos.

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes, destacaram-se os crimes de furto/roubo (58.6%), o assalto a residência (49.2), a agressão física (43.4%), o tráfico de drogas (41%) e o assalto a estabelecimento comercial (34%). É de salientar que o tráfico de drogas apenas apareceu como crime temido em quarto lugar. Destaque-se que, entre as verbalizações dos sujeitos, o consumo de drogas aparece como algo reprovável (e.g., “É uma vergonha”; “Consomem no átrio da escola”), enquanto o tráfico de drogas é algo que é visto como um “negócio” como qualquer outro e, de acordo com as verbalizações retiradas, trata-se de algo em que as pessoas “Não fazem mal a ninguém (...) tem de se viver de alguma coisa!”.

CONCLUSÃO

Assim, este estudo evidenciou uma percepção do tráfico de drogas como algo não condenável, contrariamente ao consumo de substâncias, entendido como reprovável, embora não sendo uma conduta criminalizada. Constatou-se, ainda, que a distribuição dos espaços e as condições degradadas em que vive aquela comunidade, são percebidas pelos residentes como causa das elevadas taxas de toxicodependentes que por ali circulam. Igualmente grave, é a proximidade espacial entre

os locais de consumo de drogas e a escola, num registo que remete para a presença de factores de risco. Os resultados corroboram a ideia de que a mudança comunitária pressupõe necessariamente a auscultação das populações que, muitas vezes, confiam que é nas mudanças estruturais que reside a razão de uma melhor e mais pacífica vivência em comunidade.

Em suma, pode depreender-se a respeito da imperativa necessidade de auscultar as populações residentes nas áreas mais problemáticas das nossas cidades, assim como sobre a forma como percebem o crime e de como o representam. Efectivamente, o que é definido como um acto passível de punição por lei, não é necessariamente interpretado como reprovável em termos sociais. É o que aqui se verifica, sendo notória a necessidade de pensar em planos de intervenção comunitária, que atendam à reinserção dos que se encontram em situação de conflito com a lei, bem como à prevenção primária dos que desde tenra idade estão expostos a um meio envolvente que se pode considerar como criminógeno e, finalmente, ao esclarecimento das populações que se pretende que colaborem num regime moderno de policiamento.

Referimo-nos, aqui, ao policiamento de carácter comunitário, em que deverá vigorar a permanente interacção e a colaboração mútua entre polícia e população. Para tanto, há urgência em desconstruir os significados atribuídos a comportamentos que, como o tráfico de drogas, sendo um crime gravíssimo, se tornaram em algo que é visto como recorrente e natural em determinadas comunidades urbanas. É que, na verdade, a existência aberta de crime numa comunidade local não está directamente relacionada com o grau de (in)segurança sentido pelas populações residentes nessa área. A percepção de risco para os moradores pode, em resultado da convivência pacífica com o fenómeno, não se traduzir em níveis elevados de medo do crime não obstante os níveis elevados de criminalidade registados no bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kelly, R., Maghan, J. & Serio, J. (2005). *Illicit trafficking*. Oxford, ABC-Clio.
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. (2010). *Relatório anual. A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_120104_PT_EMCD-DA_AR2010_PT.pdf (Consultado em Junho de 2011).
- Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consumo de drogas: impactos da experiência portuguesa da des-criminalização*. Porto, Fronteira do Caos Editores.
- Reuter, P. & MacCount, R. (1995). Assessing the legalization debate. In: G. Estievenart (Ed.). *Policies and strategies to combat drugs in Europe*. London, Martinus Nijhoff, pp. 39-49.
- Stel, J. (2000). Debate wanted about legalization of drugs. Disponível em <http://www.cedro-uva.org/lib/stel.debat.en.pdf> (Consultado em Junho de 2011).
- Thachuk, K. (2007). An introduction to transnational threats. In K. Thachuk (Ed.). *Transnational threats* (pp. 3-22). Westport, Praeger Security International.

EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO E MEDO DO CRIME EM POPULAÇÃO DA CIDADE DO PORTO

ANA SANI

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CARLA NUNES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A insegurança e o medo do crime afectam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos. Neste estudo em que participaram 288 indivíduos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 17 e os 74 anos, concluímos através da *Escala de Índice de Medo do Crime* (IMC) de Brites, Miranda e Baptista (2004) que o grupo de indivíduos que teve experiência prévia de vitimação criminal apresentava níveis mais elevados de medo do crime.

ABSTRACT

Insecurity and fear of crime adversely affect the individual's quality of life. In this study involving 288 individuals of both genders, aged between 17 and 74 years, we concluded by use the Crime Fear Index scale of Brites, Miranda and Baptista (2004) that the group of individuals who had previous experience of criminal victimization had higher levels of fear of crime.

INTRODUÇÃO

A insegurança e o crime estão presentes no nosso dia-a-dia. Não nos é possível ignorar este facto, evidenciado pelos meios de comunicação através de notícias sensacionalistas. De um modo geral todos os cidadãos já foram vítimas de algum tipo de crime, ou conhecem alguém que já o foi. Dessa forma, o medo do crime afecta negativamente a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade.

O crescimento do crime a partir dos anos 80 tem desencadeado vários estudos no sentido de medir os níveis de medo e estudar as características dos grupos sociais que apresentam níveis mais elevados (Machado, 2002).

O medo do crime é um problema que prevalece na nossa sociedade. Pode delimitar actividades sociais de um indivíduo, afecta deslocações e outras actividades, causa stress psicológico e por vezes limita a liberdade individual de cada um se deslocar consoante a sua vontade.

1. INSEGURANÇA E MEDO DO CRIME

1.1. INSEGURANÇA

Podemos considerar o sentimento de insegurança como um problema maior do que a criminalidade em si, uma vez que este afecta um número bastante mais extenso de cidadãos. O sentimento de insegurança tem assumido uma relevância cada vez maior, devido a aspectos como o discurso social (Machado, 2004) e o sentimento de perda de controlo, associado muitas vezes à experiência de crime e respectivas consequências (Cusson, 1986). Todavia o crime não deve por si só ser percebido como motivo único do sentimento de insegurança e embora se

tenha assistido nas últimas décadas a um agravamento da criminalidade, principalmente dos crimes contra o património, alguns autores (Chesnais, 1981; Roché, 1993) encaram este aumento como uma das consequências mais perceptíveis das profundas e complexas mudanças sociais que distinguem as sociedades provocando um clima generalizado de ansiedade.

A maioria dos estudos sociológicos insiste na distinção que deve ser operada entre insegurança e sentimento de insegurança. Se de um lado se tem demonstrado através da história que a violência física para com os indivíduos tem vindo a diminuir, numerosos indícios levam a constatar que o sentimento de insegurança, este continua bastante presente, com tendência a reforçar-se cada vez mais (Duprez, 1991).

Robert (2007) após estudo acerca dos sentimentos descobriu que a insegurança e a vitimação mantêm uma relação complexa, passando o sentimento de insegurança a ser considerado como um objecto de estudo autónomo. Segundo o autor a percepção do crime, varia em função do grau de vulnerabilidade percebido por cada sujeito. A possibilidade de vir a ser agredido em certas idades, consideradas mais frágeis, bem como a possibilidade de uma agressão sexual causam em certos sujeitos graus de vulnerabilidade mais elevados.

1.2. MEDO DO CRIME

Desde 1960 têm sido desenvolvidas pesquisas sobre vitimação com o intuito de tentar medir o nível e a extensão do medo do crime. Tais pesquisas têm evidenciado que o medo do crime é um fenómeno generalizado e que está a aumentar em vários países europeus. Constatou-se que a percepção do crime tem relação com o risco objectivo de vitimação, pelo que o medo do crime passou a ser considerado como um problema em si mesmo (Hale, 1996). Esta problemática tem chamado a

atenção de numerosos autores de ciências comportamentais, criminais ou sociais, tornando-se uma das pesquisas mais exploradas em criminologia (Hale, 1996).

Agra (2002) define o medo do crime em três teses: a tese objectivista, a tese construtivista e a tese subjectivista. A objectivista considera um nexos de causalidade entre medo e o crime, e nesse sentido, o aumento da criminalidade levaria ao aumento do medo. A tese construtivista considera o medo irracional atribuindo-o ao discurso sócio-político. A tese subjectivista designa uma associação entre os sinais de erosão físico-social do espaço urbano e o medo do crime.

No seguimento desta evolução, nas últimas duas ou três décadas o “medo do crime” tornou-se num tema político com grande significância (Jackson, 2004). Como conceito, emergiu nos Estados Unidos no início dos anos 70. Foram a partir daí desenvolvidos diversos estudos, a fim de se perceber o porquê de certos indivíduos apresentarem maiores níveis de medo do crime do que outros (Cornelli, 2003).

Numa perspectiva clássica, o *medo* pode ser encarado como uma resposta a algo, ou seja uma reacção do organismo a um objecto. Perante esta definição, o medo pode então ser entendido como algo que impede o sujeito de agir. Neste sentido, o medo pode ser considerado como uma reacção ao perigo, uma situação de causa e reacção a uma situação ameaçadora, sendo assim considerado como a causa e o objecto de estudo (Dias, 2006).

O significado de “medo do crime” é explorado em psicologia e em diversas outras ciências sociais. A emoção de medo é considerada como uma experiência quotidiana comum para a maioria dos seres humanos. Por sua vez os criminologistas continuam a apresentar uma tendência ao isolamento ou segmentação de “medo do crime”, supondo que este difere de alguma forma elementar de outros medos comuns, tais como o medo de acidentes de viação, medo de cair ou medo de doenças. Não existem contudo provas de que o medo do crime é qualitativamente diferente de outras formas de medo, sendo apenas o objecto ou estímulo que o diferencia (Warr, 2000).

1.3. MEDO DO CRIME E EXPERIÊNCIA DIRECTA DE VITIMAÇÃO

Os indivíduos não são todos afectados da mesma forma pela violência, contudo essas diferenças podem estar relacionadas com algumas características prévias da vítima (Sani, 2002). Diversos estudos alertam para uma estreita relação entre vitimação e sentimento de insegurança.

Frias (2004) verificou no seu estudo que os inquiridos que já tinham sido vítimas adoptavam mais comportamentos cautelares do que os que não o tinham sido, particularmente no espaço exterior. Cada indivíduo pode reagir de forma diferente, após ter sido vítima de um crime. Na origem dessa diferença encontram-se alguns factores, nomeadamente a natureza do crime, as características pessoais do autor e da vítima (idade, género, local de habitação e personalidade), entre outros. Os efeitos de um determinado episódio traumático variam em função da gravidade e tipo de crime (Dantas et al., 2006). Outros estudos adiantam que o género é delimitador, quer do tipo de exposição quer da experiencição de violência ou tipo de crime. De facto, os estudos têm evidenciado que quer as vítimas directas quer as vítimas indirectas, sofrem devido ao acontecimento traumático (Sani, 2002).

Os criminologistas têm vindo a reconhecer a vitimação como sendo uma variável que influencia o medo do crime. Deste modo, ao nível da vitimação teremos que lidar não apenas com as vítimas de crime em geral (ex. assalto, roubo, furto...)

como similarmente com as vítimas do medo do crime, independentemente de já terem experienciado ou não algum tipo de crime. Estas últimas evidenciam um potencial de dano mais elevado, do que as vítimas do crime em geral, por causa do efeito de stress a longo prazo associado às mudanças de comportamento que afectam a qualidade de vida (Williams et al., 2000).

Duprez (1991) faz depender o impacto da vitimação no medo de outros factores, nomeadamente do tipo de crime, ou seja o medo aumentaria com a violência. Assim, a vitimologia veio clarificar que a intervenção sobre as vítimas ou eventuais vítimas, é ao mesmo tempo uma forma eficiente de prevenir a criminalidade, e consequentemente entender porque é que certas pessoas ou grupos sociais são vitimados com maior frequência do que outros (Gonçalves, Machado, Sani & Matos, 1999). No entanto, a expansão do medo do crime pode ser associada, a questões acerca da vitimação mostrando ao longo do tempo a necessidade de demarcar os episódios “on-off” de um amontoar de incidentes. Existe ainda, a indispensabilidade, do reconhecimento do possível choque de longo prazo, de um único acontecimento traumático no qual um indivíduo se sentiu singularmente débil. Nesse ponto de vista as primeiras experiências na vida são responsáveis pelas consequências das condutas delas decorrentes. Outra grande dificuldade com pendências de vitimação, refere-se às pesquisas quantitativas, as quais não exploram o sentido da experiência para a vítima. Assim, a vítima pensará poder afastar-se da vitimação imediata ou combater-la no futuro (Pain, 1995).

O medo demonstrado após uma situação de vitimação em ansiedade e sentimentos de insegurança não são nem devem ser considerados como uma emoção ou percepção privada e idiossincrática, mas sim como um fenómeno com um impacto importante na sociedade e na qualidade de todos os indivíduos (Berta et al., 2007).

A diferença analisada entre a experiência real e o medo experimentado, tornou-se progressivamente numa questão de investigação independente (Robert, 2002). Contudo a apreensão com a avaliação do medo do crime é recente, não existindo ainda unanimidade sobre a forma mais correcta de medir essa variável. Os estudos existentes são na sua maioria qualitativos pretendendo esclarecer a definição do medo do crime e as dimensões por ele caracterizadas (Williams, McShane, & Akers, 2000).

Os níveis de criminalidade têm subido e quanto mais espregueira o medo do crime, mais se procura encontrar estratégias para o prevenir e evitar. A vitimação estende-se e a sua extensão é directamente proporcional à frequência dos crimes, bem como à insuficiência demonstrada pelas instituições para os combaterem. O medo por sua vez alcança uma expressão particular num mundo de incerteza profunda e uma vez instalado pode-se manifestar de diversas formas (Fernandes, 2002).

Assim e apesar de décadas de investigação e debates, os pesquisadores ainda tentam esclarecer a definição de medo do crime. Este conceito, tem sido comparado ao longo dos anos a uma multiplicidade de estados emocionais, atitudes e percepções (incluindo-se a desconfiança pelos outros, ansiedade, percepção de risco, o medo de estranhos, preocupação com a deterioração dos bairros e a preocupação com o decadência moral nacional) (Warr, 2000).

2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em consideração o exposto, pretende-se apresentar um estudo empírico que tem como principal objectivo avaliar o

medo do crime, focando três dimensões, nomeadamente as reacções fisiológicas, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade e a sensibilidade diferencial e risco (variáveis dependentes), analisando ainda estas dimensões em função da experiência prévia de vitimação (variáveis independentes).

O objectivo geral da investigação consistiu em avaliar o medo do crime numa amostra significativa da população da cidade do Porto. A análise focou três dimensões, a saber, reacções fisiológicas, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade e a sensibilidade diferencial e risco. Posteriormente pretendeu-se analisar se poderão existir diferenças nas variáveis supracitadas em função da experiência de vitimação criminal dos indivíduos., tendo sido formuladas três hipóteses:

- 1) Prevêem-se diferenças estatisticamente significativas em função de já terem sido vítimas de algum crime ao nível das respostas fisiológicas.
- 2) Prevêem-se diferenças estatisticamente significativas em função de já terem sido vítimas de algum crime ao nível do sentimento de insegurança e vulnerabilidade.
- 3) Prevêem-se diferenças estatisticamente significativas em função de já terem sido vítimas de algum crime ao nível da sensibilidade diferencial e risco.

2.1. PARTICIPANTES

Os indivíduos participantes deste estudo foram reunidos de forma aleatória entre aqueles que residindo ou trabalhando na cidade do Porto, tivessem idades superiores a 16 anos. Assim constituiu-se uma amostra composta por 288 indivíduos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 17 e os 74 anos, com média de 37 anos e desvio padrão de 14.71. No que concerne ao local de trabalho verificamos que 84% dos sujeitos (n=242) têm o seu emprego localizado na cidade do Porto, sendo que somente 16% dos participantes (n=46) trabalham fora da cidade. Porém, estes últimos têm residência na cidade em conjunto com muitos outros que no total perfazem 151 pessoas (52.4%). A restante percentagem de 47.6% correspondem a um total de 137 indivíduos que não residem na cidade do Porto.

Paralelamente pareceu-nos relevante questionar, desde já, se tais sujeitos poderiam ter sido ou não vítimas de crimes em algum momento das suas vidas, tendo-se concluindo que 25% do total da amostra já foi vítima de algum tipo de crime. Podemos concluir assim que 1/4 da nossa amostra já teve uma experiência directa de vitimação.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR LOCAL DE TRABALHO E RESIDÊNCIA EM FUNÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO (N=288)

Experiência de vitimação							
		Sim	%	Não	%	Total	%
Local de Trabalho	No Porto	60	24.8	182	75.2	242	84
	Fora do Porto	12	26.1	34	73.9	46	16
	Total (n= 288)	72	25.0	216	75.0	288	100
Local de residência	No Porto	34	22.5	117	77.5	151	52.4
	Fora do Porto	38	27.7	99	72.3	137	47.6
	Total (n= 288)	72	25.0	216	75.0	288	100

2.2. INSTRUMENTOS

Para este estudo foi construído um questionário sócio-demográfico que pressupôs uma recolha de elementos que caracterizariam o participante relativos à idade, ao género, ao local de trabalho, ao local de residência e à experiência prévia de vitimação, a qual seria posteriormente analisada em termos de distribuição demográfica para sexo e grupos etários, tipologia de crime, o contexto espaço-temporal da agressão, a relação ofensor-vítima e atitude de denúncia face ao crime.

A avaliação dos aspectos relacionados com a insegurança e medo do crime foi realizada através da *Escala de Índice de Medo do Crime* (IMC) de Brites, Miranda e Baptista (2004). Esta escala constituída por 24 itens, distribuídos por três componentes principais: factor 1 designado de Reacções Fisiológicas e composto por oito itens (1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22); factor 2 intitulado de Sentimento de Insegurança e Vulnerabilidade, constituído por nove itens (2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 24); e Factor 3 nomeado de Sensibilidade Diferencial ao Risco e que inclui sete itens (3, 6, 9, 12, 15, 18, 21). A escala IMC é de tipo *likert* com 4 opções de resposta que variam entre 0 (Nunca ou quase nunca) e 3 (Sempre). A nota total da escala apresenta uma consistência interna, avaliada pelo Alfa de Cronbach de .89, assim como valores de consistência interna igualmente satisfatórios de .85 na dimensão Reacções Fisiológicas, .82 na dimensão Sentimento de Insegurança e Vulnerabilidade e de .76 na dimensão Sensibilidade Diferencial ao Risco (Brites, Miranda & Baptista, 2004).

RESULTADOS

Sendo a nossa amostra composta por 288 sujeitos, dos quais 145 são homens e 143 são mulheres, com uma média de idade à volta dos 37 anos e que trabalham ou habitam na cidade do Porto, percebemos que 72 indivíduos desta amostra tinham já experienciado a vitimação criminal. Nesta caracterização das vítimas de crime podemos ainda acrescentar que 49.7% (n=43) são indivíduos do sexo masculino e que 40.3% (n=29) são do sexo feminino. Em termos etários verificamos que o grupo que mais se evidencia na nossa amostra com experiência de vitimação é o grupo com idades compreendidas dos 26 aos 35 anos 29.2% (n=21), e o que menos se evidencia é o grupo com idades entre os 16 e 25 anos 8.3% (n=6) (cf. Tabela 2). Relativamente aos crimes mais apontados pelos participantes, verificamos que 31.94% dos participantes vítimas de crime, foram vítimas de assalto (n=23), seguindo-se o assalto a viaturas 11.1% (n=8), e a agressão 8.33% (n=6) e o roubo 8.33% (n=6) como sendo os crimes mais participados.

TABELA 2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA VÍTIMA DE CRIME (N=72)

Experiência de vitimação				S/res- posta
		n	%	n
Sexo	Masculino	43	49.7	-
	Feminino	29	40.3	
Grupos Etários	16 aos 25 anos	6	8.3	-
	26 aos 35 anos	21	29.2	
	36 aos 45 anos	17	23.6	
	46 aos 55 anos	11	15.3	
	56 aos 65 anos	9	12.5	
	Maiores de 66 anos	8	11.1	
Quando ocorreu crime	De dia	37	51.4	1
	De noite	32	44.4	
	De dia e de noite	3	4.2	
Onde ocorreu crime	Em casa	5	7.4	4
	Na rua	45	66.2	
	Outro	18	26.5	
Como se encontrava	Sozinho	27	41.5	7
	Acompanhado	38	58.5	
Quem o agrediu	Conhecido	3	4.8	9
	Estranho	60	95.2	
Participou o crime	Sim	49	69.5	1
	Não	22	30.6	

Considerando os participantes vítimas de crime, verifica-se que 51.4% (n=37) dos crimes tiveram maior incidência durante o dia, ao invés de 44.4% (n=32), para os quais o episódio ocorreu de noite. Os sujeitos encontravam-se na sua maioria acompanhados 58.5% (n=38).

No que concerne ao agressor, em 95.2% dos casos (n=60), tratava-se de um estranho à vítima, bastante congruente com as características dos crimes de que foram vítimas. No entanto em 4.8% (n=3) o agressor era conhecido. Verificou-se ainda que o crime foi participado por 69% (=49) dos sujeitos com experiência de vitimação, não tendo contudo 31% dos sujeitos (=22) participado a ocorrência (cf. Tabela 2).

Tendo como referência o grupo de sujeitos com experiência de vitimação criminal (n=72) versus o grupo de indivíduos que nunca foi vítima de crime (n= 217) procedemos à comparação dos dois grupos. Porém dada a discrepância numérica na composição dos dois grupos realizamos um teste à normalidade da amostra através do Teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S). Os resultados ditam que a hipótese de normalidade deve ser rejeitada, pelo que optamos pelo uso do teste não paramétrico de Mann-Whitney (cf. Tabela 3), o qual relaciona o centro de localização de duas amostras, como forma de detectar as diferenças entre as duas populações existentes.

TABELA 3. TESTE NÃO PARAMÉTRICO DE MANN-WHITNEY PARA A VARIÁVEL RELATIVA À EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO CRIMINAL

Experiência de vitimação criminal				
	Sim (n=72)	Não (n=216)	U	p
F1 - Reações Fisiológicas	177.58	133.47	5394.500	.010*
F2 - Sentimento de Insegurança e Vulnerabilidade	169.90	136.03	5947.000	.015*
F3 - Sensibilidade Diferencial ao Risco	174.79	134.40	5595.000	.008**
Total	176.97	133.68	5438.500	.012*

*P < .05 ** P < .01

A aplicação do teste não paramétrico de Mann-Whitney relativamente ao facto dos participantes já terem sido ou não vítimas de crime, evidenciou a existência de heterogeneidade quanto aos três factores da escala IMC. Os resultados mostram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, sendo que o grupo de indivíduos que teve experiência prévia de vitimação criminal apresenta quer em termos de nota total quer em termos de todos os factores individualmente valores de ordem média mais elevados.

DISCUSSÃO

O objectivo principal desta investigação focava-se essencialmente na avaliação do medo do crime numa amostra significativa da população da cidade do Porto, considerando em particular as diferenças focadas na literatura referentes ao facto de já terem experienciado algum tipo de vitimação. Nesta perspectiva, pretendia-se analisar estas variáveis em função das três dimensões contidas na escala IMC, a saber, reacções fisiológicas, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade e a sensibilidade diferencial e risco.

Desta forma, e de modo a respondermos ao nosso objectivo de saber se existem diferenças entre o grupo de indivíduos com experiência prévia de crime e o grupo de indivíduos sem experiência prévia de crime, poderemos afirmar com base nos resultados alcançados em função da existência de experiência prévia de vitimação, confirmamos que o grupo de indivíduos que teve experiência prévia de vitimação criminal apresenta valores mais elevados nos três factores da escala quando comparados com os indivíduos que não tiveram qualquer experiência de vitimação.

Constatamos desta forma, a existência de uma associação evidente entre as reacções fisiológicas, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade e a sensibilidade diferencial ao risco que se relacionam com o facto dos indivíduos já terem experienciado algum tipo de crime.

De salientar que os indivíduos não são todos afectados da mesma forma pela violência, podendo essas diferenças estar relacionadas com algumas características prévias da vítima (Sani, 2002). De facto algumas características prévias da vítima podem influenciar o impacto, nomeadamente a sua experiência prévia de vitimação e a forma como lidou com isso, bem como as suas características pessoais, condições sociais entre outras.

A percepção da vulnerabilidade pode estar igualmente baseada na forma de eclosão de um processo de educação e de socialização, além deste último justificar que as diferenças individuais podem ser consideradas como quase naturais (Killias 1990).

Quanto à experiência de vitimação, verificamos de acordo com a literatura abordada que o grupo de indivíduos que teve experiência prévia de vitimação apresenta um índice de medo do crime mais elevado quando comparado com o grupo de indivíduos que não teve experiência prévia de vitimação. Pelo exposto e de acordo com os criminologistas a vitimação é considerada como uma variável que influencia o medo do crime. Desta forma os indivíduos com experiência de vitimação, evidenciam um potencial de dano mais elevado, do que as vítimas do crime em geral, por causa do efeito de stress a longo prazo associado às mudanças de comportamento que afectam a qualidade de vida (Williams et al., 2000).

Assim, os resultados obtidos quanto à experiência de vitimação vieram clarificar a importância da intervenção sobre as vítimas ou eventuais vítimas, sendo esta intervenção ao mesmo tempo uma forma eficiente de prevenir a criminalidade, e consequentemente entender porque é que certas pessoas ou grupos sociais são vitimados com maior frequência do que outros (Gonçalves, Machado, Sani & Matos, 1999).

Mais ainda a forma como a “experiência do crime”, afecta os indivíduos não é semelhante para todos. O sentimento de medo e insegurança tem engrandecido face à probabilidade de qualquer indivíduo ser vítima de um crime (Adorno, 1996), independentemente das suas características já que a oportunidade é igualmente um factor chave.

Encontramos igualmente na literatura abordada outros factores que influenciam a formação do sentimento de insegurança, tais como o nível social e económico, o estado civil ou o facto dos inquiridos terem ou não filhos menores (Frias, 2004). Estas características poderiam também nos ajudar a melhor compreender os resultados obtidos caso tivessem sido questionadas.

CONCLUSÃO

Deparamo-nos com uma enorme diversidade de estudos referentes à etiologia do medo do crime. Por exemplo, advogados e cientistas políticos focam-se sobre a dimensão jurídica, sociólogos, psicólogos e grupos de direitos civis em geral, estudam os agressores e vítimas, enquanto os geógrafos se concentram no local do evento (Verma & Lodha, 2002).

Os resultados do nosso estudo levaram-nos a demonstrar que a experiência de vitimação afecta de forma negativa os indivíduos apresentando estes, níveis mais elevados de medo do crime. Essas manifestações demonstram-se através de reacções fisiológicas, bem como do desenvolvimento de um sentimento de insegurança e vulnerabilidade, e uma maior sensibilidade diferencial ao risco.

A falta de estudos sobre o medo do crime em vítimas e não vítimas, e ponderando que cada uma destas fases poderá determinar o modo como assimilamos e damos sentido às experiências, poderá ser igualmente uma sugestão para um futuro estudo tendo por objectivo a avaliação das relações do crime por tipo de vitimação.

Em suma o significado que o indivíduo possui do mundo à sua volta é construído sobre um conjunto de categorizações que irão influenciar a percepção do medo do crime que este representa.

Torna-se essencial compreender de que forma o crime afecta os indivíduos e fundamentar a acção, mais que remediativa, na intervenção de carácter preventivo, de modo a diminuir os níveis de insegurança sentidos pelas populações e permitir-lhes uma convivência social resultante de uma percepção de paz na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, S. (1996). *A gestão urbana do medo e da insegurança*. Violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCH/USP [em linha]. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down187.pdf> [consultado em 06 de Julho de 2010].
- Agra, C. (2002). “Prefácio”, in *O Cidadão, o crime e o estado*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Berta, M., Ornelas, J.H., Maria, S. G. (2007). Sobreviver ao medo da violação: Constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica*, 1, (XXV), 135-147.
- Chesnais, J. C. (1981). *Histoire de la Violence en Occident (de 1800 à nos jours)*. Paris : Éditions Robert Laffont.
- Cornelli, R. (2003). Ética e Criminologia. O caso “medo da criminalidade”. *Impulso*, 14, (35), 49-59.
- Cusson, M. (1986). L’analyse stratégique et quelques développements récents en criminologie. *Criminologie*, 19, 53-73.
- Dantas, G., Persijn, A. & Silva Junior, A. (2006). *O medo do Crime*. [em linha]. Disponível em [http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20\(60\).pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%20(60).pdf) [consultado 02-01-2010].
- Dias, F. N. (2006). *O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções*. [em linha]. Disponível em http://www.sociologia.com/artigos/O_Medo_enquanto_Emocao_Social.pdf [consultado 02-01-2010].
- Duprez, D. (1991). De l’anomie de la gestion du social aux représentations de l’insécurité. *Déviance et Société*, 15, 272-292.
- Fernandes, A. T. (2002). Níveis de confiança e Sociedade de risco. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional “Terrorismo e Ordem Mundial”. Universidade dos Açores.
- Frias, G. (2004). A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade. In *Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. A Questão Social do Novo Milénio, 1-14.
- Gonçalves, R. A., Machado, C., Sani, A. I. & Matos, M. (1999). Crime e Psicologia - Algumas reflexões a propósito de um congresso. In R. A. Gonçalves, C. Machado, A. I. Sani & M. Matos (Coords.), *Crimes Práticas e Testemunhos*. Actas do Congresso “Crimes Ibéricos”. (pp. 11-16). Universidade do Minho: Centro de Estudos de Educação e Psicologia.
- Hale, C. (1996). Fear of Crime. A Review of the Literature, *International Review of Victimology*, 4, (2), 79-150.
- Jackson, J. (2004). Experience and expression: social and cultural significance in the fear of crime, *The British Journal of Criminology*, 44, 6, 946-966. [em linha]. Disponível em <http://bjc.oxfordjournals.org/content/51/1/75.full.pdf+html> [consultado 08-09-2010].
- Killias, M. (1990). Vulnerability: Towards a better understanding of a key variable in the genesis of fear of crime, *Violence and Victims*, 5, 97-108.

- Machado, C. & Agra, C. (2002). Insegurança e Medo do Crime: da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 12, (1), 79-101.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pain, R (1995). Elderly Women and Fear of Violent Crime: The Least Likely Victims?-A Reconsideration of the Extent and Nature of Risk, *British Journal of Criminology*, 35, (4), 584-598.
- Robert, P. (2007). *Sociologia do Crime*. Brasil: Editora Vozes.
- Roché, S. (1993). *Le Sentiment d'Insécurité*. Paris : PUF.
- Sani, A. (2002). *As Crianças e a Violência*. Coimbra: Quarteto Editora
- Sani, A. & Matos, M. (1999). Crime e Psicologia - Oportunidade e Crime. In R. A. Gonçalves, C. Machado, A. I. Sani & M. Matos (Coords.), *Crimes Práticas e Testemunhos. Actas do Congresso "Crimes Ibéricos"*. (pp. 57-67). Universidade do Minho: Centro de Estudos de Educação e Psicologia.
- Verma, A. & Lodha, S. K. (2002). A typological representation of the criminal event. *Western Criminology Review*, 3, (2), [em linha]. Disponível em <http://wcr.sonoma.edu/v3n2/verma.html> [consultado 08-09-2010].
- Warr, M. (2000). Fear of Crime in the United States : Avenues for Research and Policy. *Measurement and Analysis of Crime and Justice*, 4, 451-489.
- Williams, F. P., McShane, D. & Akers, R. (2000). Worry about victimization: an alternative and reliable measure for fear of crime. *Western criminology review*, 2, (2), [em linha]. Disponível em <http://wcr.sonoma.edu/v2n2/williams.html> [consultado 03-04-2010].

PAINEL - CONSTRUIR O SENTIDO DA PAZ. IMPLICAÇÕES NA INTERVENÇÃO SOCIAL

Este painel, intitulado *Construir o sentido da Paz - implicações na intervenção social*, é, em si mesmo um encontro de perspectivas apostadas em articular conhecimentos, que a ciência moderna teima em separar.

Uma vez que a paz que a Paz é uma aspiração consignada em compromissos definidos à escala mundial, em políticas e normativos regulamentados pelos governos em cada país e em acções estratégicas a nível de cada comunidade, temos a convicção de que é imprescindível que surjam novas instâncias de empoderamento na sociedade, capazes de viabilizar a prosperidade e a coesão social. Esta tarefa será tanto mais conseguida quanto melhor soubermos construir as alavancas para uma sociedade activa e comprometida.

Os contributos deste painel são diferentes maneiras de dizer o que só é dizível nessa diversidade. São artigos que respiram

vida e que nos convocam a reflectir sobre saberes vividos, no quotidiano, e com alguma especial incidência, no quotidiano escolar. O sentido do apelo transversal aos contributos dos autores parece ser o da necessidade de cada um de nós, no âmbito da sua esfera pessoal de influência, fazer o que está ao seu alcance para elevar os níveis de paz e de bem-estar social.

O nosso propósito foi, precisamente, cruzar horizontes disciplinares, vivências e expectativas, recorporizando saberes, em torno da promoção de “ambientes de empoderamento”, capazes de catalisar, com consistência, o compromisso da paz.

FERNANDO PEREIRA E MANUELA COUTINHO

ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ PRÓXIMA

FERNANDO PEREIRA

PROFESSOR ADJUNTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, IPB
DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA;
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCATIVAS, CIEE
DA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO;
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO DO IDOSO, NIII
DA ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE BRAGANÇA.

RESUMO

Neste ensaio pretendemos discutir um conjunto de práticas quotidianas mobilizadoras de comportamentos e de atitudes de paz, que propiciem mais solidariedade humana, mais responsabilidade ambiental, melhor cidadania, mais verdade. Em concreto, dada o âmbito do painel de comunicações que nos cumpre enquadrar denominado “Construir o sentido da Paz - Implicações na intervenção Social”, incidiremos a nossa análise sobre as práticas da esfera profissional como o serviço social, a saúde, a educação e a gerontologia; e as práticas da esfera pessoal como o relacionamento com os familiares, amigos, colegas de trabalho e concidadãos em geral.

Centramos a nossa atenção nas questões da dignidade humana, da interacção social e da comunicação, da crescente institucionalização das actividades sociais e, por último, da dessincronização dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos. Procuramos desenvolver um conceito de paz próxima, isto é, ao nível dos fenómenos das relações interpessoais que resultam em desideratos de maior bem-estar social e de paz. A ambição de universalidade deste ensaio restringe-se, modestamente, às referências da ética e aos princípios do relativismo cultural.

Palavras-chave: Interação social; comunicação; institucionalização; riscos.

ABSTRACT

In this essay we intend to discuss a set of daily practices which may encourage behaviors and attitudes of peace, providing more human solidarity, more environmental responsibility, better citizenship and more truth. In particular, given the scope of our communications panel called “Building a Sense of Peace - Implications for Social Intervention”, we will center our analysis on the practices of professional sphere such as social service, health, education and gerontology; and the practices of the private sphere, namely the relationships with family, friends, coworkers and fellow citizens in general.

We focus our attention on issues of human dignity, social interaction and communication, the growing institutionalization of the social activities, and, finally, the desynchronization of biological, social and technological rhythms. I will be located at the level of what we call a close peace, i.e. the social processes resulting from the daily interaction between social actors and that has measurable consequences on the “face to face” social interaction. The ambition of universality of this essay is modestly limited to the references of ethics and principles of cultural relativism.

Key-words: Social interaction; communication; institutionalization; risks.

INTRODUÇÃO

“Temos de nos tornar na mudança que queremos ver”.

Mahatma Gandhi

Este pensamento de Gandhi reserva ao Homem uma responsabilidade ao mesmo tempo simples e imensa. Simples, porque exorta a fazer o que está ao alcance da nossa esfera pessoal. Sem desculpas. Imensa, porque nos responsabiliza, dado que, em grande medida, fazer o bem ou o mal depende do nosso cometimento.

A construção de uma sociedade mais humana, mais segura, mais agradável, mais sustentável passa, pensamos nós, necessariamente, pelo alcance de três desideratos que consideramos essenciais: a assunção plena da dignidade humana; a eficácia da interacção e da comunicação humana e o equilíbrio entre o envolvimento e o distanciamento relacional. São estes três eixos que nos propomos comentar, todavia, há outros elementos essenciais da construção societária e civil-

zacional, igualmente importantes, e que, muito justamente, constituem temas deste congresso sobre a paz, como sejam, entre outros: as questões da produção e da redistribuição da riqueza dos povos e das nações, as questões da segurança e do risco, as questões da espiritualidade.

O fio condutor das minhas ideias, ideias tão só, emana do diálogo entre interacção e estrutura, isto é, do reconhecimento de que a subjectivação do indivíduo e a matriz dos contextos sociais, ambas contam. O texto pode denunciar uma perspectiva algo conservadora e tradicionalista da vida social. Pode. Por isso aqui fica o aviso. A nossa intenção, contudo, é, apenas, chamar a atenção para algumas vicissitudes da pós-modernidade que podem ser corruptoras dos mecanismos essenciais (estrutura) da socialização humana, os quais são insubstituíveis na construção das relações sociais conducentes a uma melhor humanidade. Por isso, o último ponto aborda a questão do envolvimento e distanciamento, a lindíssima expressão de Norbert Elias, que nos convoca, todos, para sermos lúcidos na nossa existência e na nossa acção. Por

isso, também pedimos esta expressão emprestada para completar o título do presente ensaio.

1. PARTINDO DO PRESSUPOSTO DO RESPEITO PELA DIGNIDADE DO SER HUMANO

A dignidade humana pode ser vista de três prismas distintos: filosófico, biológico e psicológico.^[98]

Do ponto de vista filosófico a dignidade humana implica o reconhecimento inequívoco do valor intrínseco do indivíduo. O valor intrínseco é o que resulta dos interesses próprios do indivíduo, enquanto ser único. É então um valor sem preço. Repousa na ontologia e na racionalidade existencial. A qualidade ontológica resulta das características humanas, e só humanas, que possuímos. São aprendidas, no sentido de partilhadas, ao longo de todo o ciclo de vida, no seio dos grupos humanos socializantes, como a família, os amigos ou os pares. A racionalidade humana, por sua vez, no seu sentido mais estrito, ou mais kantiano, permite a libertação do indivíduo face aos seus instintos. Confere ao indivíduo capacidade para se elevar acima das suas circunstâncias de vida e colocar questões sobre o sentido das mesmas. É a sua individualidade, a sua autonomia, a sua liberdade, que lhe induz a sensação de utilidade para si e para os outros.

Do ponto de vista biológico o dado fundamental é o reconhecimento de que não há nenhum determinismo biológico que possa aferir a dignidade ou indignidade do ser humano. Homens ou mulheres, pretos ou brancos, altos ou baixos, gordos ou magros, jovens ou idosos, bonitos ou feios, saudáveis ou enfermos, etc., todos são igualmente dignos. A qualidade biológica do corpo humano não altera a sua dignidade. O corpo real não é somente um corpo biológico é um corpo-vivido é um corpo-pessoa, por isso, toda a violência ou instrumentalização do corpo é uma violência ou instrumentalização da pessoa.

Por fim, do ponto de vista psicológico, a dignidade humana é sensível à existência, aos percursos de vida, às experiências vividas de cada indivíduo. A interacção social nos contextos quotidianos de vida, a reacção dos outros em relação a nós, e as interiorizações que cada indivíduo faz dessas experiências determinam a identidade pessoal dos indivíduos, tal como a concebeu George Herbert Mead na sua obra *Mind, Self and Society*, 1962 (Blumer, 1982). Na linha de pensamento interaccionista, Erik Erikson (1976) enfatiza os afectos, sendo expectável que a partilha de afectos positivos entre os indivíduos se traduza na obtenção de grupos sociais saudáveis, eficazes e agradáveis capazes de proporcionar o desenvolvimento óptimo dos indivíduos. Pelo contrário, afectos negativos, como: violência, instrumentalização, provação, privação, etc., são conducentes a grupos sociais disfuncionais, e podem ser indutoras de perda de dignidade do indivíduo e da “tolerância” colectiva com situações de indignidade. O reino dos ismos, como por exemplo: racismo, machismo, chauvinismo, idadismo, etc., são um exemplo claro. É verdade, porém, que há indivíduos, personalidades resilientes, que sobrevivem dignamente

a contextos e interacções pessoais indutoras de perda de dignidade. Esses são exemplos extraordinários de humanidade.

2. A INTERACÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

A interacção social permite a partilha de ideias, conhecimentos, valores, desejos, afectos e emoções. A interacção social é o mecanismo maior da construção identitária dos indivíduos e das sociedades. A pós-modernidade é o conjunto de fenómenos que conduziram à ruptura com fundamentos (instituições) da modernidade. Estes fenómenos são de natureza tecnológica, económica, política, social e cultural. São fenómenos globais, de grande alcance nos seus efeitos e consequências e afectam a sociedade como um todo. É por esta razão que preferimos e usamos o conceito de pós-modernidade. Outros autores como Giddens preferem a designação modernidade radicalizada ou, a mais poética, modernidade tardia. A sua argumentação assenta na ideia de que as instituições da idade moderna (que lembre-se iniciou-se com a industrialização nos finais do séc. XXVIII) ainda prevalecem como elementos estruturantes das sociedades actuais. Não concordamos com esta ideia, aceitamos que ainda não estão totalmente erodidas e que algumas possam e devam ser reabilitadas, todavia, pensamos, já não são elas que fazem girar o mundo e, por isso, preferimos a designação de pós-modernidade.

Em Portugal, nos últimos 30 anos, registaram-se profundas alterações: a urbanização dos agregados familiares; a predominância da família nuclear (apenas duas gerações por agregado) em desfavor da família alargada tradicional; a alteração profunda do papel social da mulher, conducente à maior paridade de género; a exposição dos indivíduos a fenómenos mundiais de diversa índole; a intensificação dos meios comunicacionais e informacionais; a substituição de tarefas familiares por serviços institucionalizados, no campo da educação, da saúde e do apoio aos idosos; a redução do espaço-público, enquanto espaço de debate e de aferição das práticas sociais, pela tirania dos media, sobretudo a televisão (Gil, 2004), entre outros.

Dado o carácter pedagógico e a necessidade de enquadramento dos trabalhos apresentados neste painel, iremos discurrir, brevemente, os seguintes aspectos os quais, pensamos, são relevantes para o alcance da paz próxima: a comunicação interpessoal, a institucionalização e a (des)articulação dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos.

2.1. COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NA PÓS-MODERNIDADE

A comunicação interpessoal na pós-modernidade é alvo de profundas alterações, tais como: a globalização dos contextos dos códigos comunicacionais, a diversificação das fontes de ruído, o silêncio e a gestão do silêncio e a volubilidade da mensagem. Vejamos, sumariamente, cada um deles.

Os contextos socializantes da pós-modernidade, enquanto referenciais da construção do *self*, são contextos globais (Giddens 2001). A articulação do espaço-tempo consubstanciado na localidade e na perenidade intergeracional, própria da modernidade, perdeu importância. Estamos “conectados” a vários interlocutores e não apenas aos presenciais, isto é, aquelas pessoas que temos na nossa presença. Os referenciais de escolhas, os modelos identitários, os cenários de vida, são globais, determinando aquilo a que Berger, citado por Giddens (2001) chama “pluralização dos mundos de vida”.

98 Este ponto, nomeadamente a divisão do conceito de dignidade humana pelo prisma filosófico, biológico e psicológico, é inspirado num documento de trabalho denominado “Reflexão ética sobre a dignidade humana”, editado, em 1999, pela CNEVC-Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida”. Para além da sua finalidade filosófica e orientadora das práticas éticas, reconhecemos a este texto um grande valor pedagógico, por isso o utilizamos. (acedido em 2/02/2011). www.cnevc.pt/admin/files/data/docs/1273058936_Po26_DignidadeHumana.pdf

Os códigos comunicacionais são, simultaneamente, produtos e factores das condutas sociais, são conjuntos de símbolos ou signos indutores de significados, que carecem de ser partilhados e interiorizados. A comunicação verbal e não-verbal estão em profunda alteração. Na actualidade, é difícil, quando não impossível, a partilha e o entendimento dos códigos. A superficialidade da expressão dos afectos e das emoções sobrevêm. A indexicalidade, isto é, o sentido profundo e único das práticas sociais, que é conferido pelo momento e pelas circunstâncias particulares em que essas práticas ocorrem, está comprometida.

Exemplos: o conceito de amigo do Facebook; o coração encarnado do Messenger que diz que a ama sempre da mesma maneira rotineira e estupidificante; e, o cúmulo do disparate, usar sms pré-fabricados românticos para enviar à namorada(o) no dia de S. Valentim.

As fontes de ruído, por seu turno, são os elementos imediatos, ou mediatos, do contexto da vida na pós-modernidade que perturbam a comunicação interpessoal. Neste sentido, o ruído não tem uma natureza sonora, mas emana das diferenças socioculturais, etárias e de interesses e estilos de vida dos interlocutores.

Exemplos: interromper uma conversa presencial para atender o telemóvel; almoçar em família com o televisor ligado; desconhecer e/ou negligenciar o quadro conceptual e o léxico do outro interlocutor; substituir a comunicação presencial por meio mediatizados perdendo dessa forma toda a riqueza da comunicação não-verbal, como a postura, o gestos, as expressões faciais, as pausas, etc.

O silêncio e a interpretação dos silêncios, por sua vez, são outro elemento da comunicação em profunda alteração. Na comunicação interpessoal o silêncio é uma forma de reserva e de reflexão para a interacção. Com a facilidade dos meios comunicacionais actuais, frequentemente, os momentos de silêncio são mal interpretados. Silêncio é entendido como uma não-resposta, como ausência de comunicação ou, pior, como uma punição. Estamos a ser socializados em contextos de ruído intenso, por isso, frequentemente, somos incapazes de ouvir o silêncio, ou de parar para pensar.

Exemplos: dois namorados tiveram uma pequena zanga, separam-se, uma hora depois ambos começam a pensar que o outro ainda não ligou a pedir desculpa, estúpida(o), também não lhe ligo; passa mais uma hora e o pensamento é: diz que me ama, mas não é verdade, olha se sente a minha falta; e assim sucessivamente. Isto acontece nas relações amorosas, mas não só, também é frequente entre pais e filhos, quando por exemplo, ouvimos alguém dizer: que seca pá, a minha mãe, agora, controla-me, se não atendo o telemóvel faz logo um filme...

Por fim, a volatilidade da mensagem. A grande questão dos dias de hoje é, afinal, que mensagem passar? O que é que está certo e o que é que está errado? Podem os valores tradicionais da cultura e da religião, por exemplo, continuarem a ser úteis e eficazes? Se sim como está a ser feita, se é que está a ser feita, a sua adaptação à pós-modernidade? E os valores da natureza, da liberdade e da cidadania, como estão, se é que estão,

a ser adequados à pós-modernidade? As respostas a estas e outras questões residem, pensamos nós, na salvaguarda dos valores fundamentais da humanidade, isto é, nos valores da natureza, liberdade, cidadania, cultura, ética, conhecimento e espiritualidade.

Enfim, hoje, os processos de interacção e de comunicação (processos de socialização em que supostamente deviam ser aprendidos os papéis sociais essenciais de género, de parentesco, de profissionalidade, etc.) encontram-se, para o bem e para o mal, altamente diversificados. As pessoas, nas suas vidas, têm de encontrar tempo e espaço para interagir e co-

municar. É necessário que se partilhe a vida. Crianças, jovens, adultos e idosos, são todos deste tempo, logo devem aprender a interagir e a comunicar com os vários meios disponíveis para o efeito, os tradicionais e os pós-modernos. Importa recriar as formas de interacção e comunicação, todos têm algo a fazer.

2.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES SOCIAIS

Os fenómenos da pós-modernidade vieram revolucionar a gestão do tempo e das actividades quotidianas da maioria das pessoas. A educação das crianças e jovens, o cuidado prestado aos doentes, o acompanhamento dos idosos e outras pessoas desfavorecidas, são exemplos de práticas que são cada vez mais institucionalizadas. Ironizando, a via-sacra da institucionalização passa, sucessivamente, pelas seguintes estações: fraldário, infantário, pré-escola, escola, universidade e, mais tarde, lar de idosos.

A institucionalização tem um lado bom e tem um lado mau. O lado bom consiste no acesso, cada vez mais democratizado, das pessoas aos benefícios do conhecimento científico e técnico. A institucionalização é um veículo privilegiado para o bom uso social da ciência e, nesse sentido, é um dos ganhos inequívocos da pós-modernidade. O lado mau da institucionalização emerge quando ela se substitui, em demasia, quando não completamente, aos contextos tradicionais de socialização, como sejam: a família, os grupos de amigos na infância ou na terceira idade; o convívio inter-geracional espontâneo; as formas de educação não-formal, entre outros. A aprendizagem dos papéis sociais de género, de parentesco, de pertença geracional, até de cidadania, carece das experiências vividas, face a face, nos contextos tradicionais de socialização. A institucionalização, como foi dito, é um desiderato da pós-modernidade. É incontornável, existe, condiciona as nossas vidas e vai condicionar ainda mais no futuro. O objectivo será a busca do equilíbrio entre a institucionalização e os espaços e tempos de socialização tradicionais.

Exemplos: dizia uma avó que vivia numa residência de idosos, o meu filho zangou-se comigo, agora não me vem visitar e não me deixa ver a minha neta, como é que eu posso aprender a ser avó e a menina pode aprender a ser neta se nunca estamos juntas.

2.3. DESSINCRONIZAÇÃO DOS RITMOS BIOLÓGICOS, SOCIAIS E TECNOLÓGICOS.

Seguramente a consequência da pós-modernidade mais profunda, embora nem sempre percebida em toda a sua magnitude e influência, é a velocidade de ocorrência dos eventos quotidianos. O mundo gira demasiado depressa. Apesar da plasticidade do *self*, apesar do esforço de actualização, apesar de vivermos apressados, os acontecimentos têm lugar a uma

cadência impossível de ser interiorizada pelos indivíduos. Isto resulta da dessincronização dos ritmos biológicos, sociais e tecnológicos. É observável que, comparativamente, enquanto sistema biológico evoluímos muito pouco em relação à evolução dos sistemas sociais e, literalmente nada, em relação à evolução dos sistemas tecnológicos. A “caducidade” é verbalizada de diversas formas e afecta, em maior ou menor escala, a auto-imagem e auto-estima. As formas de reacção de cada um também são distintas, há quem percepcione isso como uma contingência normal e há quem, de forma desenfreada, por vezes ridícula e quase sempre equivocada, se dedique a apanhar a última onda das novidades tecnológicas e negligencie outros aspectos essenciais da sua vida social. Mas não é só a auto-imagem e a auto-estima (a forma como olhamos para nós próprios) que são susceptíveis a esta dessincronização, a forma como os outros nos vêem a nós (alo-imagem e a alo-estima) e a forma como vemos os outros são também afectadas.

Enfim, é toda a interacção social que é trespassada por esta dessincronização. São os ritmos de aprendizagem e de interiorização das práticas sociais que não são nem compreendidos nem respeitados. As instituições sociais, elementos essenciais da estrutura social, carecem de tempo para serem construídas, interiorizadas e partilhadas. É necessário atender à escala humana do desenvolvimento (Schumacher, 1980) e, como também dizia Mahatma Gandhi “a vida merece algo mais do que o aumento da sua velocidade”.

Exemplos: continuamos a precisar de dormir uma média oito horas por dia, apesar das redes sociais electrónicas exigirem a nossa atenção pela noite dentro, o resultado é dormir menos e andar com sono (factura biológica a pagar), ou dormir de manhã e faltar aos compromissos matinais (factura social a pagar); crianças e jovens enviam dezenas de sms diariamente, o resultado não é desenvolver-se um sexto dedo, ou uma terceira mão, o resultado é tendinites precoces (factura biológica a pagar).

3. ENCONTRANDO O EQUILÍBRIO ENTRE O ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO

Neste ponto, em que pretendemos fazer a síntese possível das ideias soltas com as quais procuramos tecer uma certa visão sobre a paz próxima recorremos ao pensamento de Norbert Elias, em *Distanciamento e Envolvimento* (1997). Nessa obra, Elias enfatiza a importância de perante processos críticos nos distanciarmos o suficiente para reflectir e teorizar por referência a figuras mais complexas. Elias dá como exemplo o conto de Edgar A. Poe “Os Pescadores no Turbilhão de Maels-trom”, em que um dos três irmãos pescadores naufragados, observando a dinâmica do turbilhão que sugava a embarcação para o fundo do mar, libertando-se do medo que o afligia, observou que os objectos cilíndricos e mais pequenos se afundavam mais lentamente, decidiu, por isso, atar-se a um barril e salvou-se. Hoje, no tempo da pós-modernidade, à escala mundial, são bem evidentes as características da sociedade de risco (The Risk Society) imaginada e teorizada por Ulrich Beck (2000). Os riscos, segundo este autor, resultam de processos de desenvolvimento sem a necessária reflexão, que originam consequências imprevisíveis, muitas delas negativas para o bem-estar e segurança das pessoas, das instituições e das nações. Beck designou estes processos como “modernização reflexiva” em que o adjectivo reflexiva surge no sentido de imprevisível e incontrolado das suas consequências.

O tempo da pós-modernidade é um tempo de turbilhão, um tempo de naufrágios e de salvamentos. O grande naufrágio a evitar, na sociedade de risco em que vivemos, é o desconhecimento dos outros. Conhecer os outros (envolvimento) é o caminho a percorrer para minimizar situações de indignidade humana e assim tomarmos conhecimento da nossa própria humanidade.

É necessário encontrar as doses exactas de envolvimento para continuar a edificar o sentimento do “nós” que na perspectiva de Max Weber tão bem caracterizava a comunidade tradicional. É necessário, por outro lado encontrar a dose exacta de distanciamento de modo a promover a individualidade e a plasticidade do *self*, mas sem cair no individualismo. Paradoxalmente, cremos que era esse o sentido mais profundo de Elias, envolvimento e distanciamento, ao invés de antagonismos nos seus fins, são dois caminhos para melhor conhecer os outros e a nós mesmos. São dois caminhos para alcançar a humanidade plena.

E que coisas simples podemos fazer para potenciar a nossa humanidade e construir a paz próxima? A lista que se segue não é exaustiva e pode ser completada pela criatividade de cada um. Podemos:

- Reconhecer situações de dignidade e de indignidade humana, segundo as três perspectivas enunciadas;
- Incrementar as capacidades comunicacionais quer as mediatizadas quer as presenciais: melhor conhecer os interlocutores, controlar os ruídos, gerir os silêncios, adequar os códigos e as mensagens;
- Respeitar diferenças de género, de raça, de cultura, de classe social, de classe etária, de capacidades cognitivas, entre outras;
- Cuidar do espaço público: eliminar obstáculos físicos; criar locais que abriguem da chuva, do vento, ou do sol excessivo; reabilitar os locais de encontro espontâneo no exterior; não sujar; não falar demasiado alto só para ter uma prova da sua própria existência; não protagonizar situações indecorosas em público, entre outras;
- Encontrar tempo para si e para os outros: não tenho tempo para comer; não tenho tempo para dormir; obviamente, não tenho tempo para amar... Disparates.
- Recriar os tempos e os espaços de socialização informal e inter-geracional, compensando na medida do possível o efeito da institucionalização.
- Mediar socialmente comportamentos e atitudes, nossos e dos outros, evitando e minimizando conflitos.
- Construir relações puras: relações sociais (amor, amizade, parentesco, vizinhança, profissionais, etc.) que são internamente referenciais, isto é, que dependem fundamentalmente de satisfações ou recompensas específicas dessa mesma relação (Giddens, 2001).

Aquelas pessoas que revelam, em vida, uma extrema humanidade continuarão a ser lembradas depois da sua morte e, neste sentido, alcançam o céu. Céu é ser lembrado pela sua humanidade, inferno é ser lembrado pela sua desumanidade ou, simplesmente, esquecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Beck, Ulrich; Anthony Giddens; e Scott Lash. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras. 1ª Edição. Celta.
- Blumer, Herbert. (1982). *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Método*. Colección Psicología Social y Sociología. Barcelona. Hora, S.A..
- CNECV - Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida. (1999). *Reflexão Ética sobre a Dignidade Humana*. [Em linha]. Disponível em:
- www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf [Consultado em 2/02/2011].
- Gandhi, Mahatma. (2008). *Mahatma Gandhi Autobiografia - Historia de Mis Experiencias com la Verdad*. Madrid. Arkano Books.
- Giddens, Anthony. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras. 2ª Edição/1ª Reimpressão. Celta Editora.
- Gil, José. (2004). *Portugal, Hoje - O Medo de Existir*. Lisboa. Relógio d'Água Editores.
- Erikson, Erik. (1976). *Identidade, Juventude e Risco*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- Elias, Norbert. (1997). *Envolvimento e Distanciamento. Estudos Sobre a Sociologia do Conhecimento*. Nova Enciclopédia. Publicações Dom Quixote.
- Schumacher, E. F. (1980). *Small is Beautiful: Um Estudo de Economia em que as Pessoas Também Contam*. Universidade Moderna. Nº 65. Publicações D. Quixote. Lisboa.

IMORTALIDADE SIMBÓLICA, PAZ E FUTURO

PAULA ISABEL SANTOS

DOCENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PSANTOS@UFP.EDU.PT

MARINA BERNARDO

ESTAGIÁRIA DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUBEN FARIA

ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O conceito de imortalidade simbólica, constructo operacionalizado por Robert Lifton, diz respeito ao desejo de projecção e preservação no futuro, sendo um constructo variável e sensível às questões de guerra e paz e intrinsecamente relacionado com a saúde mental. Períodos de turbulência social e política podem fazer perigar este conceito. Neste sentido torna-se pertinente a colaboração de técnicos da área da saúde no sentido de fomentar o desejo de projecção no futuro, construindo assim um futuro, ainda que no simbólico, que se prevê melhor.

Palavras-chave: Imortalidade simbólica;
Psychic Numbness; Paz e Futuro.

ABSTRACT

The concept of symbolic immortality, construct operationalized by Robert Lifton, concerns the desire to design and preservation of the future. This construct is variable and sensitive to issues as war and peace and intrinsically related to mental health. Periods of social and political turmoil can threaten that concept. In this regard it is pertinent the technical collaboration of health care to foster the desire for projection into the future, building a future that even the symbolic, a future that provides better.

Key-words: Symbolic immortality; Psychic
Numbness; Peace and Future.

INTRODUÇÃO

Através do medo perante a morte, o homem sentiu a necessidade de criar formas simbólicas de prolongar a sua existência, surgindo o desejo de imortalidade simbólica como uma forma de mitigar a angústia perante a morte (Kastenbaum & Aisenberg, 1983; Santos & Pinto, 2009; Thompson 1977).

No entanto, por vezes surgem situações, como catástrofes naturais, atentados terroristas ou mesmo situações de guerra que podem pôr em causa o desejo de imortalidade simbólica, visto que situações como essas deixam de dar um significado à vida e à morte, o que pode fazer com que se perca a esperança em relação ao futuro investindo pouco no mesmo.

O objectivo deste trabalho é abordar os construtos sugeridos anteriormente e relaciona-los entre si.

1. IMORTALIDADE SIMBÓLICA

Após a consciência de morte, pode surgir um desejo de desenvolver a continuidade através do desejo de imortalidade simbólica (Santos & Pinto, 2009). Este conceito operacionalizado pelo psiquiatra americano Robert Ray Lifton, diz respeito ao sentimento que cada pessoa tem em fazer algo que envolva mais do que a existência física e individual (Lifton, 1979; Lifton & Olson, 1974).

Este desejo torna-se assim universal, apesar de variar conforme a cultura em que se insere e de indivíduo para indivíduo (Lifton & Olson, 1974).

Lifton através dos seus estudos com sobreviventes de catástrofes, explorou a capacidade de projecção no futuro, o que se resumiu a cinco modos, que seriam os mais adequados para lidar com a ansiedade que pode advir da morte, sendo eles: biológico, natural, religioso, criativo e transcendental ou experiencial (Lifton, 1964; Santos, 1999; Santos 2009).

O modo biológico traduz-se na imortalização através da procriação e família social.

O modo natural pode-se conseguir através da continuidade na natureza.

O modo religioso é a procura por parte do homem, da religião ou da espiritualidade.

O modo criativo relaciona-se com a invenção, ensino e produção artística.

Por último, o modo transcendental pode ser experienciado em qualquer um dos modos anteriores, traduzindo-se em experiências como dar à luz ou consumir substâncias.

Através dos cinco modos de imortalidade simbólica, referidos anteriormente, a nossa vida assume um sentido de continuidade e uma imagem de vida, de conexão, movimento e integridade (Santos, 1999).

A imortalidade simbólica é uma forma de remediar a angústia perante a morte, ou seja, manifestando a imortalidade simbólica os indivíduos conseguem encontrar formas de atenuar

o seu desespero perante a ideia de morte (Kastenbaum & Aisenberg, 1972; Thompson 1977).

Deste modo, a imortalidade simbólica veicula o desejo dos indivíduos se perpetuarem nos grupos sociais, levando a um consequente empenho em mantê-los (Santos, 1999).

A imagem de continuidade torna a certeza de morte menos ameaçadora, por isso em períodos de desorganização histórica muitas vezes qualificados pela falta de confiança nas instituições sociais, como a família, a igreja, o governo, o trabalho e a escola, investir na imortalidade torna-se mais difícil, pois o indivíduo sente-se mais só (Santos, 1999).

Pyszczynski, Greenberg e Solomon (2002), defendem que o ser humano despende muita da sua energia a tentar negar o seu terror inconsciente de morte, o que o leva à procura de identificação a valores e instituições a que sente pertencer.

Esta preservação nos grupos sociais torna-se condição necessária para tornar viável o referido desejo (Santos, 1999, 2010).

O problema do homem em lidar com a ansiedade perante a morte e adquirir um sentido de imortalidade são tarefas que os indivíduos não conseguem obter sozinhos. Assim, o homem precisa de símbolos, estes símbolos tomam forma dentro dos modos de imortalidade e isso pode ser adquirido como um projecto de vida cultural para que se viabilize os modos de imortalidade simbólica, visto que são os valores culturais que dão suporte aos indivíduos (Santos, 1999, 2001).

Por tudo isto, pode-se afirmar que o ser humano é um ser social por excelência, precisamente pelo facto de ter consciência da sua morte (Santos, 2010).

2. PAZ, FUTURO E SAÚDE MENTAL

O conceito de imortalidade simbólica está intrinsecamente relacionado com os conceitos de paz e de guerra, visto que em períodos onde a paz não existe o conceito de imortalidade simbólica pode ser posto em causa.

Lifton (1987) acrescenta que os seres humanos vivem em imagens, pinturas colectivas, limitadas por forças psicológicas e históricas, essas pinturas constroem aquilo que se considera a realidade.

Apesar de todas as catástrofes que já ocorreram, como o Holocausto e Hiroshima, que nos deviam ter ensinado a preservar a paz, o ser humano parece continuar a pôr em causa a dignidade humana, ameaçando-a todos os dias, ameaçando o significado da vida, exemplos são os ataques terroristas (Santos, 1999, 2010).

A morte é sempre uma ideia inaceitável, mas quando a vida individual parece também não ter significado, a morte torna-se ainda mais inaceitável (Kastenbaum, 1992). A morte converte-se numa ideia ainda mais inaceitável quando começa a ficar associada a contextos onde não existe paz (Kastenbaum, 1981). "Death is simply a fact-the inevitable end of biological life. The acceptability of death depends upon the psychological context in which it occurs." (Lifton, 1964, pp. 28-29).

Esta possibilidade de o ser humano aniquilar a sua própria espécie, em contexto onde a paz não existe, altera a relação do homem com os modos de imortalidade simbólica, principalmente o modo biológico (Santos, 1999). Este enfraquecimento dos modos de imortalidade simbólica levou a uma grande confiança no modo transcendental (Santos, 1999).

Deste modo, a projecção no futuro torna-se mais difícil visto que o desejo de imortalidade simbólica e o conceito de paz ficam postos em causa.

Vários estudos têm vindo a ter em atenção a crescente incapacidade dos sujeitos se identificarem com o futuro, de deixa-

rem os seus valores a gerações seguintes e de perder o sentido de pertença a sucessões de gerações, que tiveram origem no passado prolongando-se para o futuro (Kotre, 1996).

Para melhorar o investimento no futuro, é necessário o empenho de todos, desde o cidadão comum ao político ou médico (Santos, 2010).

Lifton e Olson (1974), estudaram sobreviventes de grandes catástrofes, e constataram que estes sobreviventes apresentavam sintomas em comum, ao que chamaram: *psyquic numbness*, ou seja, há uma perda de esperança no futuro e na humanidade, um entorpecimento da capacidade de acreditar no futuro, também designado de um embotamento psíquico.

Lifton (1964) acredita que esse "entorpecimento psíquico" se está a espalhar hoje em dia, devido às várias ameaças que o nosso planeta tem vindo a sofrer, sejam elas devido à poluição do planeta, ao crescente aumento do número de espécies em extinção, as rápidas transformações ao nível dos valores e normas sociais, das ameaças terroristas e mesmos das catástrofes naturais.

Quando as instituições, referidas anteriormente, perdem o seu simbolismo, a morte também perde muito do seu significado, visto que os eventos são demasiado traumatizantes e terríveis para que se lhes possa atribuir significado, através dos símbolos culturais de cada indivíduo (Lifton & Olson, 1974). A mentalidade de cada um não consegue absorver estas experiências traumatizantes e terríveis, visto que simbolicamente e interiormente não se lhes pode dar significado (Santos, 2010). Assim, o embotamento psíquico também tem a função de nos proteger de um grande sofrimento psicológico (Santos, 2010). Deste modo, os seres humanos tentam defender-se do seu medo da morte, mas se não é possível negá-la, pode-se pelo menos tentar dominar esse medo (Santos, 1999).

Neste momento vivemos numa época em que é difícil para os seres humanos darem sentido às suas ideias, valores e mesmo às suas vidas (Santos, 1999). Instituições como a família, a igreja, o governo, o trabalho e a escola estão em mudança e por isso a tarefa de cada indivíduo em partilhar imagens de imortalidade com estas instituições torna-se difícil (Santos, 1999).

CONCLUSÃO

Todos os acontecimentos que têm vindo a ocorrer no último século, pode-se afirmar que o desejo de imortalidade simbólica está cada vez mais a ser posto em causa, o que faz com que as pessoas deixem de atribuir significados a mortes que acontecem em catástrofes naturais ou em contextos onde não há paz, como atentados terroristas ou mesmo cenários de guerra. Algumas vezes em contextos como estes, existe um embotamento psíquico, onde há uma perda de esperança no futuro, problemática esta que também poderia ser alvo de intervenção por profissionais de saúde.

Para se tentar evitar esta diminuição do desejo de imortalidade simbólica, é importante que os vários profissionais na área da saúde, nas áreas da intervenção social, política, ecológica e diplomática, (entre outras) possam intervir no sentido de colmatar estas falhas no que diz respeito à paz e à projecção no futuro para que se possa aumentar o desejo de imortalidade simbólica, conjugando esforço no sentido de dar sentido à vida.

Além disso se se conseguir estimular o desejo de imortalidade simbólica, pode-se aumentar a coesão social e o desejo de atenuar problemas sociais que terão impacto no futuro da humanidade, ou seja, pode-se trabalhar para a construção da paz no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kastenbaum, R. & Aisenberg, R. (1972). *Psicologia da Morte*. São Paulo, Novos Ubrais.
- Kastenbaum, R. (1981). *Death, Society and Human Experience*. New York, Mosby Co.
- Kastenbaum, R. (1992). *The Psychology of Death*. New York, Springer.
- Kotre, J. (1996). *Outliving the Self*. New York, W.W. Norton & Company.
- Lifton, R. J. & Olson, E. (1974). *Living and dying*. New York, Praeger Publisher.
- Lifton, R. J. (1964). On Death and Symbolism: The Hiroshima Disaster. *In: Psychiatry: J. Stud Interper Proc.*, vol. 27, pp. 191-210.
- Lifton, R. J. (1979). *The broken connection: On death and the continuity of life*. New York, Simon & Schuster.
- Lifton, R. J. (1987). *The Future of Immortality and Other Essays for a Nuclear Age*. New York, Basic Books.
- Lifton, R.J. & Olson, E. (2004). America responds: An unprecedented attack. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pbs.org/americaresponds/moyers917.html> (1974). *Living and Dying*. New York: Praeger Publisher. Consultado [09/11/2005].
- Santos, P. I. & Pinto, I. (2009). Imortalidade simbólica e ansiedade perante a morte numa amostra de estudantes universitários. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde, Porto: Edições Fernando Pessoa*, pp. 380-388.
- Santos, P.I (2010). Polineuropatia Amiloidótica Familiar, Imortalidade Simbólica e Ansiedade Perante a Morte. Tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas (Não Publicada). ICBAS, Universidade do Porto.
- Santos, P.I. (1999). Imortalidade simbólica e ansiedade perante a morte, outro diálogo com os deficientes motores. Tese de Mestrado em Psicologia e Psicopatologia. (Não Publicada) ISPA: Lisboa.
- Santos, P.I. (2001). *Ninguém Morre*. Editorial Minerva: Lisboa
- Thompson, M. L. (1977). Symbolic Immortality - A New Approach to the Study of Death. *Media and Methods*, vol. 13, no. 6, pp. 60-64.

CONSTRUIR A PAZ NA ESCOLA: A PREVENÇÃO DO BULLYING

ANA RODRIGUES DA COSTA

ASSISTENTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

A escola é, por definição, um dos locais ideais para promover a educação para a paz pelo que a prevenção do bullying é absolutamente necessária dado que este fenómeno afecta as crianças académica e socialmente. Temos como objectivos definir o bullying, referir as características das vítimas, dos(as) agressores(as), das vítimas/agressores(as) e das famílias, desmistificar alguns dos mitos e apontar os locais propícios ao bullying. É ainda nosso objectivo referir algumas medidas que consideramos apropriadas para prevenir o bullying na escola.

ABSTRACT

The school is, by definition, one of the perfect places to promote education for peace so the prevention of bullying is an absolutely necessity, since this phenomenon affects children both socially and academically. This paper aims to define bullying, characterize victims, perpetrators, victims / perpetrators and their families, to demystify some of the myths and identify places conducive to bullying. The objective is also to present several measures that I consider appropriate to prevent bullying in school.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, nesta sociedade competitiva pós-moderna, se pretende que os sujeitos que constituem a sociedade sejam adaptados, tenham sucesso escolar e profissional, que sejam vencedores. Por vezes olvidamo-nos de considerar as suas qualidades enquanto pessoas, as competências sociais e, em última análise, a sua inteligência emocional.

A vitimação por bullying prejudica seriamente a competência escolar objectiva do(a)s aluno(a)s e promove o insucesso escolar pois afecta as crianças não só a nível social mas também a nível académico (Ferreira & Pereira, 2001). Em Portugal o interesse pela temática tem vindo a crescer e os estudos efectuados (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001; Carvalhosa & Matos, 2004) permitiram verificar que as taxas de comportamentos de bullying são elevadas e têm vindo a aumentar, pelo que urge, da parte de todos, procurar soluções para que se obviem as consequências nefastas quer para as vítimas, para o(a)s agressores(as), quer para o(a)s vítimas/agressores(as).

Temos assim como objectivos definir o bullying, referir as características mais marcantes das vítimas, dos(as) agressores(as) e das vítimas/agressores(as), fazer um retrato das famílias, desfazer alguns dos mitos associados a esta problemática e apontar os locais em que, geralmente, ocorrem mais situações de bullying. É ainda nosso objectivo referir algumas medidas que consideramos apropriadas para prevenir o bullying na escola.

1. O BULLYING: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS DOS AGRESSORES, DAS VÍTIMAS E DOS AGRESSORES/VÍTIMAS

O QUE É O BULLYING?

Para que possamos tomar medidas de prevenção primária temos que saber o que é o bullying, as características dos(as) envolvidos(as), o tipo de famílias que eventualmente têm, os mitos assim como os locais mais propícios ao bullying.

É importante referir que as brincadeiras em que existe envolvimento físico, o “andar à luta” e outras formas de comportamento agressivo mas que não têm a intenção de causar danos (Pereira, 2002) não podem nem devem ser considerados bullying. Assim, bullying é qualquer tipo de agressão entre crianças, em que um ou vários indivíduos abusam intencionalmente da sua situação de superioridade sobre a vítima (Ramirez, 2001; Martinez, 2002; Ferreira & Pereira, 2001). Olweus (1991, 1993, 1994) acrescenta ainda o facto de o abuso ser repetido e acontecer ao longo do tempo.

Existem alguns factores que permitem considerar um determinado comportamento como bullying, a saber:

- 1º não houve provocação prévia (Pereira, 2002);
- 2º as intimidações e a vitimação não acontecem ao acaso;
- 3º o bullye ou agressor(a) é mais forte a nível físico, tem um perfil violento e ameaçador, o que impede as vítimas de se defenderem ou de pedir auxílio (Craig & Harel, 2002; Olweus, 1993; Pereira et al, 1994).
- 4º a intencionalidade do comportamento (DeHaan, 1997; Olweus, 1993; Pereira et al, 1994);
- 5º o comportamento é conduzido repetidamente e ao longo do tempo (Mellor, 1990; Olweus, 1994).

**CARACTERÍSTICAS DOS(AS) ENVOLVIDOS(AS)
EM SITUAÇÕES DE BULLYING**

Quanto aos(as) envolvidos(as) nas situações de bullying temos que classificá-los(as) em três tipos: vítimas passivas, vítimas provocativas, que são simultaneamente agressores(as) e vítimas/, agressores(as), cujas características passamos a referir:

a) Vítimas passivas

- são mais deprimidas (Carvalhosa et al, 2001; Kaltiala-Heino, Rimpelä, Marttunen, Rimpelä & Rantanen, 1999) do que os pares;
- fumam menos e bebem menos (Due, Holstein & Jorgensen, 1999);
- têm mais dores de cabeça e dores abdominais (Williams, Chambers, Logan & Robinson, 1996);
- têm menos amigos (Carvalhosa et al, 2001; Olweus, 1994);
- têm maior dificuldade em fazer amigos (Carvalhosa et al, 2001; DeHaan, 1997);
- são rejeitados pelos pares (Boulton & Smith, 1994);
- acham a escola desagradável (Batsche & Knoff, 1994; Carvalhosa et al, 2001);
- são inseguras (Olweus, 1993);
- têm uma visão negativa de si (Olweus, 1993) e auto-estima frágil (Ramirez, 2002);
- são mais novas e mais fracas que o(s) agressor(es) (Carvalhosa et al, 2001; Craig & Harel, 2002;)
- são ansiosas (Ramirez, 2001; Stephenson & Smith, 1989, citado por Pereira, 2002)

b) Vítimas provocativas (simultaneamente provocadores e vítimas)

- apresentam queixas de sintomas físicos e psicológicos (Carvalhosa et al, 2001; Rigby & Slee, 1993);
- têm mais sintomas de depressão (Carvalhosa et al, 2001; Kaltiala-Heino, Rimpelä, Marttunen, Rimpelä & Rantanen, 1999);
- consomem mais drogas e mais tabaco (Carvalhosa et al, 2001; Rigby & Slee, 1993);
- experienciam frequentemente a recusa dos pares (Schwartz et al, 1997 citados por Carvalhosa et al, 2001);
- exprimem desagrado pela escola (Rigby & Slee, 1993);
- índices altos de violência fora da escola (Carvalhosa et al, 2001)

c) Agressores(as)

- implicam com os outros e/ou batem-lhes e/ou arrelia-os e/ou fazem-lhes coisas desagradáveis sem nenhuma razão (Olweus, 1991);
- têm atitudes positivas para com a violência (Greenbaum et al, 1988; Olweus, 1994);
- apresentam maior probabilidade de se sentirem deprimidos (Kaltiala-Heino et al, 1999);
- têm dificuldade em fazer amigos e têm poucos amigos (Boulton, 1999);
- possuem melhores relações com pares (Carvalhosa et al, 2001);
- alguns sentem-se infelizes na escola (Due et al, 1999);
- apresentam mais comportamentos de risco para a saúde como fumar (King et al, 1996), usar drogas (DeHaan, 1997);
- têm maior probabilidade de se envolverem na delinquência e na violência (Griffin, 1999; Pereira et al, 1994).

As famílias dos intervenientes em situação de bullying foram, também elas, objecto de estudo. Apontamos, em seguida algumas das características mais relevantes destas famílias.

a) As famílias das vítimas apresentam as seguintes características:

- as relações estabelecidas fazem a vítima sentir-se protegida e com pouca independência (Olweus, 1994; Ramirez, 2002);
- e os pais intrometem-se demasiado nas suas vidas, exigentes e insensíveis (Olweus, 1993; Ladd & Kochenderfer, s/d, citado por Santrock, 2004).

b) Quanto às famílias das vítimas provocativas:

- poderão expor a criança à violência (Schwartz et al, 1997) e poderão existir abusos em casa (Dodge, Bates & Pettit, 1990,
- pais punitivos (Schwartz et al, 1997) e que rejeitam (Dodge et al, 1990);
- e exposição ao negativismo paterno e excesso de protecção materno (Olweus, 1993);

c) As famílias dos(as) agressores(as)

- são pouco afectuosas e carinhosas, com problemas em partilhar os sentimentos, existência de distância emocional entre os membros da família (DeHaan, 1997);
- usam mais a crítica destrutiva, não ensinam os filhos a não usar a agressão (Greenbaum et al, 1988; Olweus, 1991);
- usam a disciplina de forma inconsistente, exercem pouca monitorização sobre o que os filhos fazem (Batsche & Knoff, 1994; Olweus, 1991);
- apresentam formas de resolução de problemas pobres e agressivas (Suderman et al, 2000);
- os estilos parentais são, por vezes, muito rígidos e punitivos, com recurso a castigos físicos (Greenbaum et al, 1988; Olweus, 1991);

Em síntese, parece que as experiências precoces de vitimação, de violência e de tratamento rígido pelos adultos significativos, em especial pelos pais, poderá desregular emocionalmente a criança levando a uma ira hiper reactiva e à vitimação (Schwartz et al, 1997).

A violência fora da escola é um determinante dos comportamentos quer de provocação quer de vitimação, o que mostra bem a dimensão do problema. Urge adequarem-se medidas de prevenção primária à escola dado que esta é, por excelência um local de crescimento enquanto pessoas, de aprendizagens não só formais mas também sociais e deve ser um local seguro e de bem estar para todos.

2. TIPOS DE BULLYING

Existem vários tipos de bullying, que passamos a descrever:

- físico (e.g. bater, empurrar) (Craig, 1998; Greenbaum, Turner & Stephens, 1988; Mellor, 1993);
- verbal (e.g. ameaçar, chamar nomes, chantagear, contar segredos ou levantar rumores) (Beck, 1995; Bosworth, Espelage & Simon, 1999; Lyznicki, McCafree & Robinowik, 2004);
- social (e.g. exclusão do grupo de pares) (Martinez, 2002);
- cyberbullying (e.g. abuso através de meios electrónicos e novas tecnologias da comunicação) (Li, 2006).

Consideramos que a todos estes tipos de bullying está associada o psicológico.

3. LOCAIS PREFERENCIAIS PARA OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE BULLYING

Os locais onde mais situações de bullying acontecem são: recreios (Pereira, 2005); cantina/bar; filas da cantina; parte de trás dos pavilhões ginnodesportivos da escola; salas de aula; corredores; outros locais da escola sem vigilância, ou seja, locais onde, geralmente, não há supervisão dos professores (Sisto, 2005), dos assistentes operacionais ou electrónica.

Por vezes, também as atitudes, os comportamentos e as rotinas dos adultos, especialmente dos professores, contribuem para o bullying e para os comportamentos agressivos (Olweus, 2003). Um exemplo desta situação acontece quando o(a) professor(a) aceita e, por vezes, até usa, nomes considerados insultuosos pela criança, como “caixa de óculos”, “rato de biblioteca” e outras alcunhas.

4. MITOS

Alguns mitos envolvem esta problemática, os quais vamos procurar desmistificar pois para podermos prevenir devemos conhecer o problema em toda a sua extensão.

Mito 1: Só os rapazes são agressores.

O bullying acontece tanto entre rapazes como raparigas. No entanto, alguns estudos referem que os rapazes se envolvem mais em situações de bullying quer como vítimas quer como provocadores, do que as raparigas (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001; Costa & Vale, 1998; Matos & Carvalhosa, 2001; Olweus, 1994). Entre os rapazes o mais vulgar é o bullying físico e as raparigas usam mais a forma psicológica de violência (Smith, Talamelli, Cowie, Naylor, & Chauhan, 2004).

Mito 2: Os bullies são inseguros e têm baixa auto-estima

Muitas crianças e jovens que intimidam são populares e têm auto-estima média ou elevada. Praticam mais exercício físico e têm melhor imagem corporal do que os seus pares (Carvalhosa et al, 2001). Por vezes, têm orgulho não só no seu comportamento agressivo mas também no facto de controlarem as pessoas sobre as quais exercem o bullying. Podem ainda pertencer a grupos de pares que consideram este comportamento não só aceitável mas também que merece ser valorizado (Greenbaum et al, 1988; Olweus, 1994) e têm bom relacionamento com os pares (Carvalhosa et al, 2001). Por outro lado, também podem ser indivíduos com poucas habilidades sociais, com ansiedade ou depressão (Forero, McLellan, Rissel & Bauman, 1999) e que usam o bullying como forma de obter status social (Boulton, 1999; Greenbaum, 1988).

Mito 3: O bullying acontece quando não há por perto outros alunos. Muitas vezes o bully necessita de “público” que aprove o seu comportamento. Geralmente não praticam o bullying em frente ou de forma a que seja perceptível pelos professores ou pelos assistentes operacionais.

Mito 4: O bullying resolve-se quando o ignoramos. O bullying reflecte um desequilíbrio de poder e acontece uma e outra vez, ou seja, vezes sem conta. Quando ignoramos o bullying passamos a mensagem aos bullies de que o podem fazer, sem consequências. É necessário intervir e proteger as crianças que são vítimas de bullying.

Mito 5: Todas as crianças superam o bullying. Muitas vezes o bullying acompanha o desenvolvimento do indivíduo e pode atingir proporções extremamente violentas assim como pode

levar a que os bullies tenham, mais tarde, comportamentos delinquentes. Olweus (1989) refere que a probabilidade de condenação em penas julgadas é 4 vezes maior para os agressores do que para os não agressores, na escola, ou seja, os comportamentos desviantes ou as perturbações de conduta vão permanecer e agravar-se ao longo dos anos. Também as vítimas não passam incólumes. Ao serem rejeitadas pelos seus pares ficam isoladas, sem amigos, não desenvolvendo capacidades relativas ao relacionamento social e à protecção pessoal, estando por isso mais expostos à rejeição e à agressão social (Pereira, 2006). Podem ainda levar a vítima à depressão, ao suicídio (Dake, 2003; Kahlala-Heino et al, 1999).

Mito 6: Denunciar o bullying piora a situação. A maioria das crianças não conta que sofre de bullying (Pereira, 2006). Os adultos devem incentivar as crianças a ajudarem a manter a escola segura, por isso devem relatar as situações de bullying que presenciam ou das quais tenham conhecimento.

Mito 7: Os professores intervêm sempre e param o bullying. A maioria das situações de bullying não acontece de forma a serem percebidas pelos adultos. Também são poucas as situações que acontecem dentro da sala de aula.

Mito 8: A escola nada pode fazer para impedir ou reduzir o bullying. As iniciativas para prevenir e impedir o bullying geralmente são bem sucedidas especialmente as que envolvem toda a comunidade (alunos, pais, professores, psicólogos, assistentes operacionais, membros da comunidade, etc (Pereira, 2006). As escolas onde foi implementado o programa de Olweus relataram uma redução de cerca de 50% das situações de bullying (Banks, 1997).

Mito 9: Os pais sabem quando os seus filhos estão a ser vítimas ou a ser bullies. Os pais desempenham um papel fundamental na prevenção do bullying mas muitas vezes não sabem que os filhos são vítimas ou agressores. Para ajudar a prevenir o bullying os pais precisam de conversar com os seus filhos sobre o que acontece na escola, no recreio, na comunidade.

5. EDUCAR PARA A PAZ: PREVENÇÃO DO BULLYING

A escola, espaço de eleição para educar para a cidadania, para a não violência, para a paz é, muitas vezes palco de situações violentas e que marcam para a vida como já referimos anteriormente.

Assim, a escola deve, em 1º lugar, reconhecer o problema, querer resolvê-lo, definir prioridades e delinear programas de prevenção do bullying que simultaneamente abarquem os(as) alunos(as), os pais, os(as) professores(as), os(as) técnicos(as) (psicólogos(as), assistentes sociais, etc.) os(as) assistentes operacionais e a comunidade envolvente.

Tendo por base o acima referido e a nossa própria experiência propomos algumas medidas que visam pelo menos reduzir as situações de bullying, a saber:

a) Para toda a escola e comunidade envolvente:

- comemorações/actividades referentes à expressão adequada de sentimentos, aceitação e respeito pelas diferenças (raça, língua, físicas, crenças religiosas, costumes, etc.) abertas à comunidade;
- acções a favor da saúde positiva;
- acções de formação sobre bullying;
- acções de formação sobre mediação e resolução de conflitos (apropriadas aos diversos grupos, professores, alunos, pais, comunidade);
- dinamização dos recreios (cantinho da musica, da leitura, dos jogos de mesa);
- prática de desportos (futebol, voleibol, corrida, estafetas);

- danças e cantos dos diversos países que constituem o universo escolar e/a comunidade.
- b) Para os directores e para os professores/educadores de infância:
- acções de formação/informação sobre o bullying, características das vitimas, agressores e vitimas/agressores; sinais de alerta;
 - acções de formação sobre como promover a saúde positiva junto dos alunos;
 - acções de prevenção e de intervenção;
 - darem a conhecer o regulamento disciplinar através de dramatizações, de grupos de debate;
 - professores tutores para os mais problemáticos;
 - elaboração do regulamento disciplinar com a participação dos alunos. Deste devem constar, para além dos direitos e dos deveres, as sanções para o incumprimento;
 - ao efectuarem conselhos disciplinares que eles sejam rápidos a decidir e a aplicar as sanções (1, 2 dias, no máximo).
- c) Para os alunos:
- acções de formação/ actividades sobre prevenção, formas de reagir ao bullying, através de dinâmicas de grupo, role-playing, passagem de filmes sobre o assunto e posterior discussão;
 - criação da assembleia de turma e/ou de escola e debater casos reais, discuti-los e procurar soluções, formas de prevenção e de intervenção;
 - treino de competências sociais e de comunicação quer para vítimas quer para agressores;
 - formação de Protectores/Mediadores (alunos encarregados de manter a ordem no recreio, ou seja, terem como missão evitar situações de bullying com formação específica para isso e escolhidos entre os mais populares);
 - ocupação de tempos livres (desporto, clubes de teatro, xadrez, ciências, astronomia, etc.)
 - promoção de actividades tendo em vista aumentar e adequar o auto-conceito, a auto-estima e a resistência à frustração;
- d) Para os pais:
- acções de formação sobre o bullying incidindo sobre os sinais de alerta nos filhos enquanto vitimas e/ou agressores;
 - promoção de actividades conjuntas entre os alunos e os seus familiares, na escola.
 - considerar os pais como interlocutores e colaboradores na prevenção do bullying ;
 - promover espaços de diálogo para pais que lhes permitam partilhar experiências, preocupações, procurar soluções.
- e) Para os assistentes operacionais:
- acções de formação no sentido de sensibilizá-los para a problemática, promover o conhecimento da mesma e as formas adequadas de intervenção perante situações de bullying;
 - fomentar a sua participação na dinamização do recreio;
 - monitorizarem com maior frequência os locais mais propícios para a prática do bullying;
 - e promoverem o conhecimento do regulamento disciplinar.

CONCLUSÃO

Prevenir o bullying é uma das formas possíveis de educar para a Paz. As consequências das situações de bullying, quer a cur-

to, médio ou longo prazo, são dramáticas e repercutem-se por todas as áreas da vida do sujeito. Assim, o bullying pode afectar a saúde física, emocional e social das crianças envolvidas. As vítimas de bullying relatam, mais frequentemente do que as crianças que não sofrem de bullying, distúrbios do sono, enurese, dores abdominais, dores de cabeça e o sentirem-se tristes (Williams *et al*, 1996; Rigby, 1999). Os provocadores, as suas vítimas, e os que são provocadores e vítimas, simultaneamente, têm um risco aumentado de desenvolver sintomas depressivos e ideias suicidas (Kaltiala-Heino *et al*, 1999).

Conhecer o fenómeno permite-nos prevenir e intervir no mesmo pelo que consideramos que as medidas acima referidas, para além de exequíveis qualquer que seja o orçamento e o tipo de escola, permitem-se não extinguir, pelo menos diminuir largamente as situações de bullying assim como promover o respeito pelo outro e pela diferença, o diálogo em detrimento da violência, a solidariedade, em síntese, promovendo a educação para a paz e para a cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- Avilez Martinez, José Maria (2002). La intimidación y el maltrato en los centros escolares (bullying). In: *Revista Lan Osasuna*, 2, pp.1-13.
- Banks, Ron. (1997). *Bullying in Schools*. ERIC Digest [Online]. Available: <http://npin.org/library/pre1998/noo416/noo416.html> [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Batsche, George, & Knoff, Howard (1994). *Bullies and their victims understanding a pervasive problem in the schools*. Disponível em www.ector.colorado.edu [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Beck, Glenn (1995). *Bullying among young offenders in custody*. Disponível em PsycLIT: Bullying and Delinquency [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Bosworth, Kris, Espelage, Dorothy, & Simon, Thomas (1999). Factors associated with bullying behavior in middle school students. *Journal of Early Adolescence*, 19 (3), 341-362
- Boulton, Michael (1999). Concurrent and longitudinal relations between children's playground behavior and social preference, victimization, and bullying. *Child Development*, 70 (4), 944-954.
- Boulton, Michael & Smith, Peter (1994). *Bully victim problems in middle-school children: stability, selfperceived competence, peer perceptions and peer acceptance*. Disponível em www.ector.colorado.edu [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Carvalhosa, Susana, Lima & Matos, (2001). Bullying - a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português, In: *Análise Psicológica*, 4, pp.571-585.
- Costa, Maria Emilia & Vale, Dulce (1998). *A violência nas escolas*. Lisboa. Instituto da Inovação Educacional.
- Craig, Wendy M. (1998). The relationship among bullying, victimization, depression, anxiety and aggression in elementary school children. In: *Personality and Individual Differences*, 24, pp. 123-130.
- Craig, Wendy & Harel, Yossi. (2002). Bullying, physical fighting and victimization. In Currie, C., et al (Eds.). *Young people's health in context. Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey. Health Policy for Children and Adolescents*, 4, pp. 133-144. Disponível em <http://www.euro.who.int/eprise/main/who/informationresources/publications/catalogue/200405181> [consultado em 25 de Maio de 2011].

- DeHaan, Laura (1997). *Bullies*. Disponível em www.nd-suext.nodak.edu [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Dodge, Kenneth., Bates, John., & Pettit, Gregory. (1990). Mechanisms in the cycle of violence. In: *Science*, 250, 1678-1683.
- Due, Pernille, Holstein, Bjorn., & Jorgensen, Peter. (1999). *Bullying as health hazard among school children*. Disponível em www.ncbi.nlm.nih.gov:80 [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Ferreira, Ana & Pereira, Beatriz (2001). Os materiais lúdicos nos recreios e a prevenção do bullying na escola. In B. Pereira e A.P. Pinto (Eds.), *A escola e a criança em risco: intervir para prevenir*. Porto, Asa.
- Forero, Roberto et al (1999). *Bullying behaviour and psychosocial health among students in New South Wales, Australia: cross sectional survey*. Disponível em www.bmj.com [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Greenbaum, Susan, Turner, B., & Stephens, Robert. (1988). *Set straight on bullies*. Disponível em www.ector.colorado.edu [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Griffin, H. T. (1999). *School bullies the target of new prevention program*. Disponível em www.ministers.sa.gov.au [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Kaltiala-Heino, Riitakerttu, et al. (1999). Bullying, depression, and suicidal ideation in finnish adolescents: school survey. In: *British Medical Journal*, 319, 348-351.
- King, Alan, et al. (1996). *The health of youth: A cross-national survey*. Canada: World Health Organization.
- Lyznick, James, et al (2004). Childhood bullying: Implications for physicians. In: *American Family Physician*, 70(9), pp.1723-1728.
- Li, Qing. (2006). Cyberbullying in School. A Research of Gender Differences. In: *School Psychology International*, 27 (2), pp. 157-170.
- Mellor, Andrew. (1993). *Finding out about bullying*. Disponível em www.scre.ac.uk [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Olweus, Dan (1991). *Bully/Victim problems among-schoolchildren: Basic facts and effects of a School-Based Intervention Program*. Disponível em www.ector.colorado.edu [consultado em 25 de Maio de 2011].
- Olweus, Dan (1993). *Bullying at school. What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell.
- Olweus, Dan (1994). Annotation: bullying at school: basic facts and effects of a school based intervention program. *Journal of Psychology and Psychiatry*, 43(7), 1171-1190
- Olweus, Dan (2003). A profile of bullying. In: *Educational Leadership*, 60 (6).pp. 12-17
- Pereira, Beatriz (2002). *Para uma escola sem violência*. Porto, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, Beatriz (2005). Recreios escolares e prevenção da violência: dos espaços às actividades. [em linha]. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/3966>. [consultado em 30 de Maio de 2011].
- Pereira, Beatriz (2006). Prevenção da violência em contexto escolar: Diagnóstico e Programa de Intervenção. In J.C. Neto e M.L. Nascimento. *Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*. São Paulo, Expressão e Arte Editora, pp. 43-51.
- Ramirez, Fuensanta (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Amadora, McGraw-Hill.
- Rigby, Ken., & Slee, Phillip (1993). *Dimensions of interpersonal relation among Australian children and implications for psychological well-being*. Disponível em www.ncbi.nlm.nih.gov [consultado em 30 de Maio de 2011].
- Santrock, John (2004). *Adolescência*. Madrid: McGraw-Hill.
- Schwartz, David et al (1997). The early socialization of aggressive victims of bullying. In: *Child Development*, 68 (4), pp. 665-675
- Sisto, Firmino (2005). Aceitação-rejeição para estudar a agressividade na escola. In: *Psicologia em estudo*, 10(1), pp. 117-125.
- Smith, Peter et al (2004). Profiles of non-victims, escaped victims, continuing victims and new victims of school bullying. In: *British Journal of Educational Psychology*, 74, pp. 565-581.
- Sudermann, Monies, Jaffe, Peter, & Schick, Elaine. (2000). *Bullying information*. Disponível em www.yrbe.edu.on.ca [consultado em 17 de Maio de 2011]
- Williams, Katrina et al (1996). Association of common health symptoms with bullying in primary school children. In: *British Medical Journal*, 313, 17-19.

GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS. UMA TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS

MARIA AUGUSTA ROMÃO DA VEIGA BRANCO

PROFESSOR COORDENADOR
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

(ESTUDO EM PROFESSORES EM CONTEXTOS LABORAIS)



RESUMO

Este estudo acede aos comportamentos e atitudes que identificam a capacidade da Gestão de Emoções em Grupo, como variável da Competência Emocional (CE). Partindo do construto inicial da Inteligência Emocional (Goleman, 1995, 1999), foi desenvolvido um estudo quantitativo e qualitativo em professores. O primeiro, quantitativo, a partir das respostas de uma amostra de 164 professores à “Escala Veiga de Competência Emocional”. O segundo, qualitativo, a partir dos discursos discursivos de uma amostra intencional de 18 professores. Deste, emergiu uma Teoria Fundamentada nos Dados, acerca da Gestão de Emoções em Grupos, em contextos laborais. No estudo correlacional, esta capacidade apresentou a correlação menos elevada com a CE, como era pressuposto no construto, (rs.658), e foi claramente construída pela amostra de professores, inserindo competências de várias dimensões: Percepção Positiva de Si, atitudes de Auto Motivação, Literacia Emocional, a Gestão das experiências emocionais, o Controlo dos impulsos, Estratégias pessoais de Coping, e Fluxo em actividades educativas. Mas o que ficou claro é que a Gestão de Emoções em Grupo é construída com e a partir das interações dos actores e circunstâncias, nas realidades vividas nos contextos educativos.

Palavras-Chave: Fluxo; Literacia Emocional; Sintonia; Sincronismo.

ABSTRACT

This study accesses at the behaviors and attitudes, that identify the capacity of Emotions Management Group, as a variable of Emotional Competence (EC). Starting from the initial construct of Emotional Intelligence (Goleman, 1995, 1999), was developed a quantitative and qualitative study in a teacher's sample: the first, had quantitative responses from a sample of 164 teachers to the “Emotional Competence Veiga Scale” (Veiga-Branco, 2004). The second: a qualitative study, from the speeches of semi-structured, in-depth interviews, made from an intentional sample (Glaser and Strauss, 1967) of 18 individuals, developing a “ground theory”, about Emotions Management Group in work context. In the correlational study, this ability had lower correlation with the EC, as was assumed in construct (rs. 658), and was clearly built by the teachers sample, entering competencies of several dimensions: Positive self-perception, attitudes of Self Motivation, Emotional Literacy, the Management of emotional experiences, the Control of impulses, Personal coping strategies, and Flow in educational activities. But what is clear is that “Emotions Management Group” capacity, is that is built with and from the interactions between actors and social circumstances, in the experienced realities in their educational contexts.

Key-words: Flow; Emotional Literacy; Synthonie; Synchronism.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objecto de análise o conceito de Gestão de Emoções em Grupos, não como um conceito teórico, mas sim como uma paisagem de atitudes e comportamentos nos quotidianos, como operacionalização e realização pessoal e portanto como uma competência de vida. Assume-se esta capacidade, como uma destreza integradora do conceito mais amplo de Inteligência Emocional (Salovey, P.; Mayer, J. 1990; Goleman, 1995, 1999) - e as variáveis comportamentais e atitudinais identificadas, emergem desse modelo teórico - para a execução de uma metodologia que pretendeu perscrutar através das experiências dos sujeitos, a sua realização emocional, conforme eles a percebem, e nos contextos naturais em que a vivem.

Para esclarecer a forma como foi conceptualizado o objecto de estudo, recuperou-se a ideia “não exclusiva de conceitos”, (Salovey; Sluter, 1999) para aceder aos aspectos semânticos, que envolvem os estatutos de cada um dos construtos, assumindo aqui que «...faz sentido desenvolver juntas, as ideias de inteligência emocional, realização emocional e competência emocional» (p.30), pelo que a partir destes pressupostos, se defendeu que a não exclusão dos três conceitos, inseria cada

um deles, numa perspectiva integradora mas simultaneamente, de desenvolvimento do objecto, tal como se segue:

- Inteligência Emocional (I.E.) - aptidão, (com o valor de conceito teórico, abstracto) da capacidade central de raciocinar com emoção, indicando um potencial, para o qual o organismo ou a pessoa, está à priori dotado para concretizar.
- Realização Emocional - o que se aprende, e se aplica, sobre emoção ou informação relacionada com a emoção, expõe a acção em concreto.
- Competência Emocional (C.E.) - só existe, quando se atinge um nível desejado de realização, e diz respeito ao pós-facto. Será apreciada, após já ter havido os comportamentos e/ou atitudes que identificam cada comportamento, através das memórias expressas. Assume aqui o estatuto de objecto de estudo, partindo do pressuposto que o que se vai perscrutar é o nível de realização.

1. OBJECTO DE ESTUDO

A pertinência de seleccionar a 5ª capacidade da Competência Emocional: Gestão de Emoções em Grupos (Goleman, 1995), emergiu não só das novas perspectivas teóricas mas sobretudo

pelos resultados emergentes dos estudos empíricos anteriores, tal como a seguir se expõe:

Ao nível Teórico, centra-se a atenção em Goleman (1999), que faz uma nova abordagem desta capacidade da I.E. surpreendente, pelo conjunto de múltiplos saberes que insere, formando um vasto e complexo competencial, com interações muito fortes e repetidas entre si que inclui, o que Goleman entende por:

- *Influência*, ou seja, exercer táticas eficazes de persuasão; “afinar” as apresentações para atrair o ouvinte, o que envolve uma capacidade de comunicação precisa e eficaz. Estes itens, aplicados ao contexto educativo, exigem de um professor saberes muito organizados, mental e emocionalmente integrados, o que resulta difícil no actual panorama do sistema.
- *Comunicação*, que na prática é ouvir com abertura e enviar mensagens convincentes, pelo que devem ser eficientes a dar e receber, registando pistas emocionais na sintonização das suas mensagens, devem lidar com assuntos difíceis de forma prática, serem bons ouvintes e estimularem as trocas comunicacionais, e serem receptivos tanto às boas como às más notícias, o que absorve as destrezas da Auto Consciência, da Gestão de Emoções, da Auto Motivação e Empatia, de uma forma integrada e envolvente.
- *Gestão de Conflitos*, que significa, negociar e resolver desacordos, pelo que lhe é solicitado diplomacia e tacto, o que remete a um tipo de Auto Consciência de tonalidade positiva, de flexibilidade, e um alto nível de Gestão de Emoções.
- *Liderança*, que significa saber inspirar e guiar grupos e pessoas, suscitando entusiasmo para uma perspectiva comum, avançando para a liderança conforme for necessário (o que exige uma gestão emocional e sentimentos positivos acerca de si mesmos, e forte motivação), bem como servir de guia e dar o exemplo.
- *Catalizador de Mudança*, iniciando e gerindo a mudança, mas numa perspectiva muito envolvente: já que «*remover barreiras, desafiar o status quo, recrutar outros intervenientes*» (Goleman, 1999: 201), é difícil de operacionalizar.
- *Criar Laços*, que significa alimentar relações instrumentais, mantendo extensas redes informais (e portanto de natureza emocional) e mutuamente benéficas para os objectivos em causa, criando e mantendo laços com pessoas do contexto laboral, mantendo-os mobilizados. Esta destreza remete de novo e profundamente, à Empatia, em que sinais e mensagens emocionais, naturalmente influenciam quem interage, o que evidencia o poder contagiante das emoções.
- *Colaboração e Cooperação*, trabalhando com outros para objectivos comuns, partilham planos, informações e recursos, em clima amigável, alimentando oportunidades de colaboração.
- *Capacidades de Equipa*, que significa ser capaz de criar sinergias de grupo, modelando qualidades «*como o respeito, a ajuda e a cooperação... numa participação activa e entusiasta*» (Goleman, 1999: 224) na prossecução de objectivos colectivos. Estes saberes usam as noções básicas de ética e todas as capacidades da Inteligência Emocional.

Ao nível empírico:

- Constatou-se que a Análise Factorial aplicada à capacidade de Gerir Relacionamentos (Veiga-Branco, 2004a; 2007; 2010) extraiu três Factores que explicam 67,0% da variância total, e selecciona 14 itens que apresentam um valor de validação interna desta capacidade como construto (α . 873) representativo da sua coerência interna
- Esta Capacidade, apresentou a correlação menos elevada com a C.E. como era pressuposto no construto, (rs.658),

mas curiosamente a amostra inseriu - agora manifestada em termos de “realização emocional” - a “Percepção Positiva de Si”, (Veiga-Branco, 2004b; 2007; 2010) e o Factor 10 que insere atitudes de Literacia Emocional o que fundamenta e reforça as finalidades de homeostasia da emoção (Damásio, 2010), como fenómeno biológico de sobrevivência, em contextos sociais.

- Além destes, a amostra também inseriu os factores que respectivamente dizem respeito à Valorização da Expressão, que segundo o construto são essenciais na Empatia, mas que os professores entendem como destrezas, para lidar com os grupos de trabalho. Assim, estão aqui agregadas, algo como uma tríade de variáveis que no seu conjunto favorecem e potencializam o relacionamento e o clima relacional.

Por todos estes motivos, e por serem importantes para a qualidade de interacção da relação educativa, será estudada a Gestão de Emoções em Grupos em Professores.

2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta um design eclético de triangulação de dados (Alves, 2002), a partir de uma análise inicial de carácter quantitativo, e de outra, sequencial, de carácter qualitativo, para aceder ao Objectivo: Conhecer o perfil em Gestão de Emoções em Grupos nos contextos de vida dos professores, como uma capacidade emergente para a sua Competência Emocional.

No estudo quantitativo, com estatuto iniciático, através de uma análise estatística de Componentes Principais, obteve-se uma visão global das variáveis (itens) de natureza comportamental e atitudinal da Auto-Motivação. O racional metodológico do percurso qualitativo, é uma **teoria fundamentada**, «*para desenvolver teoria, que está enraizada em dados sistematicamente recolhidos e analisados.*» (Strauss & Corbin, 1994: 273), para responder às seguintes questões:

- Quais são os conteúdos dos dispositivos discursivos, relativamente à capacidade da Gestão de Relacionamentos em Grupos, como conceito integrador da Competência Emocional nos quotidianos dentro dos seus contextos de trabalho?
- Como é que a Gestão de Relacionamentos em Grupos - enquanto estratégia pessoal de interacção e tranquilização assertiva de grupos - é identificada pelos professores, e como é que se apresenta nos discursos?
- Que efeitos de contexto ou de natureza pessoal são associados nos discursos?

UNIVERSO E AMOSTRA

No estudo quantitativo, a amostra de 464 professores, foi formada por 24,4% do universo (N=1896) de professores de todas as escolas do Ensino Básico e Secundário do Distrito de Bragança.

A partir dos resultados obtidos no estudo de natureza quantitativa, em que foi aplicada a “Escala Veiga das Capacidades de Competência Emocional”, pôde ser encontrada a amostra da pesquisa qualitativa. Esta, foi uma amostra intencional de 18 sujeitos, seleccionada de acordo com critérios internos ao estudo: os participantes escolhidos assumiram o estatuto de “*peritos experienciais*” (Morse, 1994, in Bogdan; Biklen, 1994), no fenómeno emocional, através do conhecimento vivencial, particular e aprofundado. Foram seleccionados dois

grupos divergentes: a partir das mais “Baixas Frequências” e mais “Altas Frequências nos Factores” que inserem as atitudes e comportamentos da capacidade de Gestão de Relacionamentos em Grupos. Esta fase de amostragem intencional, teve como intenção a selecção de professores que permitissem aceder à heterogeneidade da experiência emocional (Bogdan; Biklen, 1994) questão essencial a ser investigada. A amostra final foi constituída, ultrapassa um pouco os dez ou doze sugeridos pela *grounded theory* (Glaser & Strauss, 1967) - aqui considerado necessário para contemplar a diversidade de experiências sócio-emocionais, e suas relações no contexto pessoal e profissional. O grupo amostral insere dez homens e oito mulheres, com idades entre os 29 e os 53 anos, havendo 9 sujeitos com formação em Ciências Sociais, e outros nove nas Ciências Exactas, entre 5 e 10 anos de actividade profissional. Todos os nomes dos elementos amostrais do estudo são fictícios, no sentido da preservação da identidade dos mesmos.

INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

Este percurso qualitativo, numa perspectiva de investigação centrada no modo como os seres humanos interpretam e atribuem sentido às experiências na sua realidade subjectiva, foi aplicado o modelo de “Entrevista em Profundidade semi-estruturada”, como método de abordagem indutiva, para «*a descoberta deliberada de novos conceitos a partir dos dados*» (Reissman, 1994:1), através das formas discursivas, que tornam possível o acesso a vivências contextuais que respondem e desocultem os fenómenos em estudo.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para aceder à “capacidade contextual emocional” da Gestão de Emoções em Grupos, houve dois momentos de resultados: os que se obtiveram das respostas ao questionário, e os emergentes dos dispositivos discursivos dos professores. Assim, apresentam-se dois momentos de análise:

- Num primeiro momento obtiveram-se factores da Gestão de Emoções em Grupos da C.E. através da análise de componentes principais;
- Num segundo momento, foram obtidas categorias emergentes das entrevistas, em que foram identificados e caracterizados os contextos do campo educativo, nos seus quotidianos e nas suas interacções, através dos discursos dos grupos categoriais.

Assim, a Gestão de Emoções em Grupos como “capacidade contextual emocional” foi sustentada por dois processos de análise: inicialmente, pelos Factores encontrados no estudo quantitativo, e posteriormente, no estudo qualitativo, pelas “categorias típicas” (Bogdan; Biklen, 1994) que inserem o construto empírico.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A construção da Gestão de Emoções em Grupos, como categoria de construto, emerge da análise dos dispositivos discursivos, inserindo nove categorias:

- três teóricas e já elaboradas na análise de factores do percurso quantitativo, bem como no estudo correlacional: a “Percepção Emocional”, o “Sincronismo” e “Controlo Emocional e Relacional”.

- seis categorias de construto - tal como Goleman (1999) defende - importantes em contextos de trabalho, e de relação: a “Influência”, a “Comunicação”, a “Gestão de Conflitos”, a capacidade de “Liderança”, ser capaz de “Criar Laços” e mobilizar “Sinergias de Grupo”.

Os factores restantes, como a “Sintonia Relacional”, a “Percepção Positiva de Si”, a “Valorização da Expressão”, “Literatos, usam a Energia Emocional” e “Ser Literato em Conflito”, integrados nesta capacidade, através do estudo correlacional, não foram encontrados nos discursos, suficientes relatos para serem incluídas na Gestão de Emoções em Grupos. Também foram excluídas pelo mesmo motivo as habilidades que segundo Goleman (1999) deveriam fazer parte desta capacidade da Inteligência Emocional, tal como ser “Catalizador da Mudança” e “Colaboração e Cooperação”.

O que agora se pretende perceber é como é que o contexto de vida, nos espaços tempos laborais, com todos os actores do espaço educativo, gera estas categorias bem como outras, que emergem exactamente das interacções experienciadas, geridas (ou não) emocionalmente.

Considerando estes pressupostos, serão agora apresentadas as categorias teóricas que inserem esta capacidade. Tendo em conta a natureza e forte relação de interacções desta capacidade de Gestão de Emoções em Grupos, e o tipo de construção que é elaborada nos discursos, a sua apresentação será maioritariamente apresentada a partir da análise dos cruzamentos com as categorias empíricas, porque é aqui que esta gestão melhor se compreende.

ANÁLISE DE INTERSECÇÕES: GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS E CATEGORIAS TIPO

O cruzamento da Gestão de Emoções em Grupos com “Turbulências” (Quadro 1) explica porque há um sentido reforçado de “Identidade”, nas relações: o maior número de intersecções é na capacidade que têm de “Criar Laços”, e tal como um professor já havia explicitado, é aqui que se sente professor.

Mas à excepção desta, a categoria empírica que mais cruzamentos gera, é como vem sendo norma, “Uma Caldeira chamada Escola”, em que o “Controlo Emocional e Relacional” é assumido como necessário, mas - e curiosamente - na relação com os pares e pais.

QUADRO 1. INTERSECÇÃO ENTRE GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS E TURBULÊNCIAS

Gestão Emoções em grupos / turbulências	Uma Caldeira chamada Escola	Uma Identidade	De casa às Costas
Percepção Emocional	0	0	0
Sincronismo	0	0	0
Controlo Emoc. e Relacional	1	0	0
Influência	0	1	0
Comunicação	0	0	0
Gestão de Conflitos	1	0	0
Liderança	1	3	0
Criar Laços	1	16	1
Sinergias de Grupo	0	0	0

Assumindo que deve ser usada «a sinceridade e a honestidade acima de tudo!» (Hugo Pais) em qualquer circunstância, referem como importante:

- a destreza de “Gestão de Conflitos”, usada através do humor que se obrigam a manter para confrontar atitudes dos pais («anda tudo assim... ó molhe e fé em Deus... e depois é aquelas mães que não sei quê... vamos à SIC... quer dizer é complicado percebe? Ai!... ...e eu tento tornar as coisas mais... prá brincadeira, não é?» Sara Gouveia);
- uma forma de manterem a Liderança, é o confronto com esses pais («um recado... o pai faz favor - e frisei bem, o pai não a mãe - e o senhor veio com um ar que me vinha bater...” ah, está a falar assim comigo, não sabe com quem está a falar...” “e o senhor também não sabe com quem está a falar... está a falar com a professora do seu filho... Se quer que o seu filho seja respeitador ensine-o a respeitar» Sara Gouveia);

A produção de “Uma Identidade”, é construída através da “Influência” que acreditam poder ter sobre os alunos («...passavam o intervalo comigo» Luana Carris), e sobre as formas com que conseguem manter a “Liderança”, assumindo que as perturbações em sala são um «...problema que não pode ser resolvido em diferido... tem que ser resolvido ali no momento!» (Lília Fontes) fazendo não só apelo à formação pessoal, mas também a práticas pouco ortodoxas («...não é que o professor vá violentar o aluno...mas que de vez em quando, uns tabefezinhos...»Franco Ródão), por oposição a uma atitude de raciocínio, reforçando que esta deverá ser uma forma de estar do professor que precisa ser reflectida («uma solução consensual, sensata, razoável, afectiva... às vezes até com alguma perda, por parte do professor... se para de facto cativar o aluno... ele pode ceder um bocadinho e resolver o problema?» Lília Fontes) o que no global nem sempre parece poder ser conseguido, e que parece depender maioritariamente das realidades sociais em que o professor vive a profissão.

- Na sua grande maioria, os professores apostam em “Criar Laços” para dar corpo e significado ao que percebem como “Uma Identidade”: seja como relação de solidariedade («ser professor é ser isto, isto já nasce com as pessoas sei lá, não há ninguém que ensine isto...eu andava a estudar e defendia sempre aqueles... é assim que um professor deve estar...» Nuno Mota), seja como uma relação de fruição e de partilha («...na cabecinha deles, eles devem pensar assim: o professor não é só professor, passa a ser amigo... eu própria, sinto-me mais próxima deles» Luana Carris) retirando desta relação, um significado mais amplo da sua identidade, como: «... educador... eles trazem de casa... problemas muito graves, não posso simplesmente dar meia volta e voltar as costas!» (Rui Cruz), pelo que se percebem também como «...um professor não é só...é educador, é orientador, (pausa) formador» (Saul Torres) chamando a si responsabilidades de formação pessoal, de orientação, já que a maior parte das horas que os alunos vivem, fazem-no no mesmo espaço dos seus professores («... eles passam a maior parte do tempo connosco, devemos ser nós... não é exaustão...» Sara Gouveia), e é aí que acabam por se desenrolar a maioria das operações sociais e se estabelecem para o futuro dos alunos.

Este facto, ao ser assumido, fá-los sentir que («Pode-se ser psicólogo... pode, se estivermos à espera de um psicólogo... ele vai lá uma hora ou duas... e numa hora ou duas fala com quem?» (Hugo Pais) até à identificação de figura paternal («a minha atitude perante ela foi um bocadinho paternalista, tive

que apoiar...» Rui Cruz) facto a que não parecem poder omitir-se, tendo em conta as experiências em continuum, muitas vezes ao longo de anos («...eu acompanhei-o três anos... monodocência...é super complicado...atender todas as necessidades de todas as crianças...» Lia Marques) onde o professor assume a identidade de vigilância e de orientação num espaço, onde as problemáticas raramente passam despercebidas, e sobre as quais se torna necessário agir. Estas são as facetas que acabam por ser vividas na prática educativa, e que de algum modo, identificam a sua realização emocional, e lhes reforça a auto-estima.

Mas “Criar Laços”, pode ser sentida como uma necessidade, mas impossível de levar a cabo, pois aquele conjunto de atributos podem ser sentidos, como sobrecarga pessoal e profissional, e apontando essa responsabilidade ao Ministério («...então não sabe? tem bilhetes de identidade, tem (pausa)...então não sabem que andamos à nora?» Afonso Alves) da qual se omite e sobrecarregando assim os professores, que se manifestam, colocando a tónica em sentimentos negativos, como a revolta («alguém teria que fazer esse estudo... não vão pedir mais isso aos professores, pois não? nós já fazemos tudo na escola: matriculas no final do ano, ...as direcções de turma, registamos faltas...fazer a contabilidade (pausa) na inter qual-quer coisa... (pausa) o professor faz tudo na escola...» Afonso Alves) razão pela qual as relações de ajuda, são entendidas como não podendo ser exploradas.

Na posição inversa, estão os professores que defendem que é justamente este “não tempo disposicional” que dá imagem às más práticas («esta é uma das más práticas, portanto duas: a dificuldade nos conteúdos, e a ausência de capacidade para ajudar a construir um espírito crítico que leve as pessoas a pensar pela sua própria cabeça» Lília Fontes), e que este fenómeno, é identificador da não capacidade para o investimento na atenção relacional («o outro lado... o dos afectos, cada vez estamos mais pobres...o aluno é um muro, a maior parte das vezes é alguém que não tem direitos... até há professores - há de facto e eu conheço alguns professores - quando ele problematiza, quando critica, quando ele põe em causa, chama a atenção (...) de não serem capazes de ver para além do olhar!... ver o que é que aparece assim à vista, ver para o lado de lá, ver o que é que está lá... e... os professores não se preocupam com isso» Lília Fontes), acentuando que compete ao professor manter um fio condutor, nutriente de afectos («... um bom educador... tem que ter... tolerância emocional... um aluno não pode detestar o professor se o aluno também detesta o professor é muito mau, alguma coisa está mal... a culpa não é toda do aluno, não é?» João Silva) que sirva de plataforma para «...o desenvolvimento da personalidade, e só nesse caminho é que eu como profissional e como professor como educador como pedagogo me sinto realizado...» (José Sales) que mantém este profissional, com sentimentos positivos de auto-realização e de competência, e portanto com Percepção Positiva de Si.

No cruzamento de Gestão de Emoções em Grupos com as situações que criam “Desmotivações” (Quadro 2), verifica-se que dos professores com algum sentimento de pesar ou culpas por nem sempre terem as melhores atitudes, já que “Ninguém é Perfeito”, dois vivem momentos de “Sincronismo” com os pares, que os faz pensar acerca dessas perturbações, e mencionando que poderá sempre acontecer, tentam « não prejudicar o colega...tento que isso não aconteça» (Martim Queijo) ou até, perceber que os outros vivem em angústia, e tentam estar atentos aos outros, a partir das suas próprias percepções («ajudar colegas que também sofrem... grande maioria de nós que tem problemas, mas a maioria nem diz... para não passar

por maluco, não é? E eu foi por a ter ouvido lá na escola... e logo vi que me ia perceber, senão...» Afonso Alves), donde se pode induzir que há um sentimento global negativo entre os professores acerca da forma como agem entre si, em termos de incompreensão e de falta de entendimento.

Neste contexto usam a sua “Influência” para confrontar os colegas, no que respeita às diversidades («estes miúdos têm direito por lei!...têm direito a apoio porque são diferentes e ser diferente não é mau!...» Lília Fontes); ou actividades que não puderam concretizar por falta de apoio («e ficou lá na Acta, pronto, não sei quê... que não havia recursos... nada, uma vergonha... mas p’ró ano... eu depois (palma da mão levantada, em sinal de espera)» Luana Carris) que deixa sentimentos de fundo negativos, e de pouca receptividade inter pares.

Ainda assumindo que “Ninguém é Perfeito”, na “Gestão de Conflitos” reflectem como é difícil ser ético («é difícil e às vezes os alunos fazem de propósito para nós os pormos fora da sala de aula (...) mas não sais e no final da aula levas falta... eu sei que isto é ilegal...» Rui Cruz) em qualquer contexto («à nossa volta... talvez seja um espelho de nós próprios, e está enublado... a nossa vida muitas vezes está enublada» Josué Orta), o que remete para uma imagem “enublada” do contexto global do sistema educativo.

QUADRO 2. INTERSECÇÃO ENTRE: GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS E DESMOTIVAÇÕES

GESTÃO EMO- ÇÕES EM GR. / DESMOTIVAÇÕES	Ninguém é Perfeito	O Ministério e Sindicatos	A Situação é Confusa
Percepção Emocional	0	0	0
Sincronismo	2	0	0
Controlo Emocional e Relacional	0	0	0
Influência	2	1	0
Comunicação	0	0	0
Gestão de Conflitos	2	0	0
Liderança	0	0	0
Criar Laços	0	1	1
Capacidades/ Sinergias de Grupo	0	0	1

“O Ministério e Sindicatos” é alvo de ironia, reflectindo como a “Influência” exercida pelos professores, como grupo colectivo profissional, pode ser anulada pelos órgãos de poder («...é indigno! É indigno, porque eu... já noutros tempos a concepção de professor era mestre. Hoje, hoje ser professor, funciona por ironia...e é perverso, porque é sempre pejorativo... desclassificativo: ó senhor professor...» Josué Orta) porque, o Ministério, na sua atitude distanciada, ao não respeitar os professores, não se dá ele mesmo, ao respeito, o que vai legitimando o seu descrédito («...não é com o grau de respeitabilidade de uma autoridade de saber, mas questionando o nível da sua incapacidade! da sua incompetência! da liberalização que se vive...» Josué Orta) discurso que expressa os sentimentos da maioria dos professores.

O cruzamento entre Gestão de Emoções em Grupos e “Os Uns e os Outros” só gera duas interações, pelo que se percebe que não é fora do contexto da escola que o professor percebe em si, esta capacidade.

Já relativamente à intersecção entre Gestão de Emoções em Grupos e “Turbulências em Turmas e Pares” (Quadro3),

importa verificar porque é que os professores com “Controlo Emocional e Relacional”, geram situações comuns. Ou seja, como é que foram geridas? E constata-se que relativamente à “Indisciplina”, a gestão faz-se por omissão, silêncio («*ahm... pronto agora como é que eu resolvi essa... (sorriso triste) não fiz nada, nada*» Ana Sá) condicionada não raramente pelo aspecto dos alunos («*...eram mais velhos que eu... (sorriso trocista) já tinham ido à tropa, inclusivamente por isso... já tinham muita idade...*» Ana Sá).

Esta atitude preventiva e cuidadosamente “racional” parece ser ilustrada pela questão: «*o que é que uma pessoa pode fazer? como é que podemos combater isso? como é que... como é que vamos lidar com essa situação?*» (Luana Carris) e que ela se sustenta numa prática continuada de situações, das quais concluem que a atitude menos problemática e menos ineficaz é a do contorno da situação («*...é que se uma pessoa disser “ah vamos para o conselho executivo” quer dizer nada, nada... se uma pessoa tenta pegar a bem pronto, não é?*» Luana Carris), o que em conclusão, deixa o professor entregue aos seus próprios recursos.

Outro tipo de controlo, e que remete de novo para a formação específica do professor para aprendizagem de respostas em situações perigantes e inusitadas, como é o exemplo, em situação de “Arrogância” perante uma ameaça óbvia claramente expressa («*...faço-lhe isto!*» ... *que me cortava a garganta!... faz o gesto de me cortar a garganta e eu devo ter ficado assim... com uma calma, e fui onde é que ele “tava” e disse: ai é? E eu vou à GNR! E eu ali, a aguentar-me...*» Rita Lago) em que não deixa de ser sempre o professor sozinho, a ter que gerir as suas emoções e a usar os recursos que tem no momento, porque tal como foi defendido «*o problema não pode ser resolvida em diferido*» (Lília Fontes). Todavia, e em conclusão, é quando a questão é resolvida pelo próprio no momento, que a Percepção Positiva de Si se instala, e se sentem realizados.

Outro tipo de controlo que pode ser usado, se o professor verifica que “Os Miúdos estão agitados, Impossíveis” é refrear qualquer impulso e esperar («*se eu gritava, eles gritavam mais, se eu falava alto, eles conseguiam falar ainda mais alto que eu, houve um dia que me apeteceu chorar mas não chorei... o que é que eu fiz?! (olhar vivo, intenso) (...) sentei-me e depois conversei...*» Sara Gouveia) e quando se questiona: “Que Professores para estes Alunos?” a resposta pode ser que «*há um percurso burocrático...*» (Ana Sá), que a Escola disponibiliza. Mas até na “A sala de Professores” é necessário fazer controlo das suas emoções, já que aquele clima social nem sempre é amistoso («*é pegar no livro e vir embora... até ao meu colega ela disse: “não tem o meu nome mas é a minha cadeira”*» Luana Carris) e nem próprio de professores («*eu dei-me bem... mas iam para lá fazer croché...mas todo o dia! As empregadas!*» Rita Lago).

Quando precisam de fazer “Gestão de Conflitos” perante a “A Indisciplina”, o assunto que se aborda, é se devem ou não colocar os alunos fora da sala («*...esvaziar logo nos primeiros minutos a sala de aula, se ficar com aqueles ...que querem aprender, melhor para mim... assim não tenho problemas*» Rui Cruz) e se é a situação ideal («*manda-los sair... há quem diga que não se deve fazer...*» Afonso Alves). Mas fica sempre a dúvida do que devem fazer perante a perturbação sistemática e impertinente («*...só que manter um aluno que está constantemente a perturbar, não é? a bater com uma caneta na mesa, ou a perturbar... batem constantemente com a caneta na mesa..., há miúdos que fazem isso, riscam as mesas, as cadeiras... já fui abordado pelo conselho executivo “tu tens lá uma carteira ou não sei quê” “tu tens que ter cuidado...” eu não posso fazer nada!... eu, ou dou a aula ou estou a ver quem*

riscas as mesas!... enquanto eu for ao quadro, ele faz uma letra, eu viro costas e ele faz uma letra, eu volto-me explico... quando vou ao quadro ele faz outra, e passado um bocadinho tem ali uma redacção feita... não podemos ser polícias!... nós não podemos fazer tudo em relação à aula, não sei quem vai fazer isso ou quem é que poderá fazer isso, não sei...» Afonso Alves), o que se por um lado expõe menor competência de gestão do professor, também expõe a perturbação do contexto: entre o Conselho Executivo, os alunos e a matéria... a gestão (tal como o contexto) é muito difícil, porque as situações são repetitivas, constantes e muito perturbadoras.

QUADRO 3. INTERSECÇÃO: GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS E TURBULÊNCIAS EM TURMAS E PARES

GESTÃO EMOÇÕES EM GRUPOS/ TURBULÊNCIAS EM TURMAS E PARES	A Indisciplina	A Arrogância	A Violência	A Desmotivação	Miúds. Agitados, Impossíveis	Q. Professores p estes Alunos?	A Sala de Professores
Percepção Emocional	0	0	0	0	0	0	0
Sincronismo	0	0	0	0	0	0	0
Controlo Emocional e Relacional	1	1	0	0	1	1	1
Influência	0	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de Conflitos	1	1	0	1	1	0	0
Liderança	0	1	0	0	1	0	0
Criar Laços	1	0	0	0	0	1	0
Sinergias de Grupo	0	0	0	0	0	0	0

Quando gerem “A Arrogância”, usam a serenidade e o diálogo («no final chamo o aluno, e falo com ele...» Martim Queijo), e perante “A Desmotivação” a gestão é pontual, apesar de sentirem («que isto é ilegal, nunca posso marcar falta estando o aluno presente às vezes eles são mesmo maus» Rui Cruz).

Mas quando “Os Miúdos estão Agitados, Impossíveis”, têm que usar os seus recursos, como «... o poder de voz! Comigo funcionam! e aqueles alunos que se põem lá atrás ...são os que vêm para a frente, não é?» (Martim Queijo) ou a coragem ali construída («e faz galhofa, com os outros...Eu ignoro...(...) até que volto a ouvir as piadas pessoais e a dizer... e vejo-me, é como se eu estivesse num filme... e vejo-me a sair da minha mesa e ir directamente a eles e traz! Uma bofetada a cada um!» Rita Lago), e a reflexão, em situações mais estranhas («com 15 anos...com drogas, furtos, etc.... conclusão... cinco ou seis meses a lidar com um indivíduo... e só aí é que nos apercebemos da dimensão...» Saul Torres), pelo que cada situação, ao ser diferente e ter consequências diferentes, exige diferentes abordagens e recursos, pelo que a indisciplina e a arrogância necessitam de estudos mais próximos.

Assim, para manter a “Liderança” perante a “Arrogância”, assumem que na: «falta de disciplina, rebelião» usam métodos não ortodoxos («dou uns puxões de orelhas, puxo!...são muito importantes» Franco Ródão) mas mantendo que «legalmente, não podemos fazer nada a esse respeito...» (Franco Ródão). Esta é também a razão talvez porque em “Os Miúdos

estão Agitados, Impossíveis” os professores sentem que «aquele sétimo, oitavo ano... são anos!... e até ao nono, complicados, não é?» (Martim Queijo) são os grupos que exigem um sentido de liderança mais necessário e mais difícil, e apesar de ter havido propostas políticas para o investimento educativo de forma personalizada («...fazer o tal ensino personalizado... com 28 alunos é muito difícil» Rita Lago) resulta pouco eficaz, principalmente se há «...instabilidade familiar, a ausência do pai, nomeadamente, também se revelam instáveis, e transformam...que revertem para o contexto da educação» (Josué Orta).

Por estas razões contextuais, é que manter as situações relacionais de proximidade, criando “Laços”, e investindo a atenção e o afecto nos alunos, pode ser não só uma forma de expandir a sua Auto Consciência para obter um reforço positivo, mas também é uma forma de prevenção inespecífica relativamente à marginalidade, ou às problemáticas dos alunos.

CONCLUSÕES

Em termos globais, pode ser claramente feita a seguinte análise: a Gestão de Emoções em Grupos emerge da Auto Consciência, da Empatia e da Gestão de Emoções. As categorias construídas nos discursos como “Percepção Emocional”, “Sincronismo” emergem da Empatia, mas a partir de habilidades de auto-percepção que inserem a Auto Consciência; o “Controlo Emocional e Relacional”, a “Gestão de Conflitos” e a “Liderança” remetem à Gestão de Emoções em si mesmo, para poderem ser aplicadas nos outros.

Em termos empíricos, a Gestão de Emoções em Grupos, revela-se assim, através do universo cruzado das categorias, para expressar de forma mais viva, como é a experiência dos contextos educativos. Esta capacidade da Competência Emocional não mais poderá ser concebida fora das problemáticas, das interações e das frustrações, das expectativas mantidas ou frustradas, que tão bem se expressam através dos discursos que ilustram os seus contextos de trabalho. A Gestão de Emoções em Grupos, deixou de ser um perfil de atitudes e comportamentos idealizado, para se emancipar agora dessa rede comportamental, e recuperar o ambiente vivo, em que tudo faz sentido, desde as situações angustiantes e predadoras, até às que apaziguam, retardam, bloqueiam ou anulam esses comportamentos. As dinâmicas da Gestão de Emoções em Grupos tornaram-se reveladoras não só do sujeito, mas sobretudo das redes intrincadas no e do campo educativo.

BIBLIOGRAFIA

- Bogdan, R.C.; Biklen, S.K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Ed.
- Damásio, A. (1996). *O Erro de Descartes*. Men Martins: Europa-América.
- Damásio, A. (2010). *O Livro da Consciência. A Construção do Cérebro Consciente*. Lisboa. Temas e debates. CL. Men Martins: Europa-América.
- Glaser, B; Strauss, A. (1967). *Discovery of Grounded Theory*. Chicago: Aldine
- Goleman, D. (1995). *Inteligência Emocional*. Círculo de Leitores.
- Goleman, D. (1999). *Trabalhar com Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Saarni, C. (1999). “Competência Emocional e autocontrolo na infância”. In Salovey, P;
- Salovey, P.; Mayer, J. (1990). *Emotional Intelligence. Imagination. Cognition and Parsonality*, 9. (Pp. 185-211)
- Schutte, N.S. et al. (2002). “Characteristic Emotional Intelligence and Emotional Well-being”. *Cognition and Emotion*, 16 (6), 769-785.
- Strauss, A; Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research. Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. Thousand Oaks: Sage
- Veiga-Branco, A. (2004a). *Auto-Motivação*. Coimbra: Quarteto. ISBN: 989-558-033-9
- Veiga-Branco, A. (2004b). *Competência Emocional em Professores*. Coimbra: Quarteto.
- Veiga-Branco, M. A. (2007). *Competência Emocional em Professores* (1cap - cap. 20) in Candeias, A.; Leandro de Almeida. *A Inteligência Humana: Investigações e Aplicações*. Coimbra: Quarteto. ISBN: 978-989-558-094-1
- Veiga-Branco, M. A. (2010). *Inteligência emocional em contexto educativo*. *International Journal of Developmental and Educational Psychology IN-FAD Revista de Psicología*, Ano XXII nº 1, vol.5

IMORTALIDADE SIMBÓLICA, SAÚDE MENTAL E TERRORISMO

PAULA ISABEL SANTOS

DOCENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PSANTOS@UFP.EDU.PT

MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA

ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Lifton teorizou uma necessidade de desejo de projecção no futuro e de simbolicamente ultrapassar a morte, designada por desejo de imortalidade simbólica, que explicaria a identificação com as gerações vindouras, que de certa forma salvam a nossa identidade enquanto pertencentes a um grupo social. Nos atentados terroristas, o desejo de imortalidade simbólica fica ameaçado substituindo-se por uma certa apatia, denominada de “Psychic Numbness”, um trauma extremo que entorpece o psiquismo. A humanidade pode deixar de acreditar nela própria enquanto entidade contentora de valores e de segurança.

Palavras-chave: Imortalidade simbólica; *psychic numbness*; paz e terrorismo.

ABSTRACT

Lifton theorized a need for projection in the future and symbolically overcome death, he called this need, the desire for symbolic immortality, which would explain the identification with future generations, which somehow save our identity as belonging to a social group. In terrorist attacks, the desire for symbolic immortality is threatened by substituting certain apathy, called “Psychic Numbness” extreme trauma that numbs the psyche. Humanity can no longer believe her own as container values and security.

Key-words: Symbolic immortality; psychic numbness; peace and terrorism.

INTRODUÇÃO

O mundo tem vivido nos últimos anos ataques terroristas sem precedentes, os quais para além das consequentes mortes, têm igualmente implicações psicológicas nos sobreviventes, nomeadamente no seu sentido de continuidade, ou seja, no desejo de continuidade (Santos, 2010).

O desejo de Imortalidade Simbólica, conceito operacionalizado por Robert Jay Lifton em 1964, é a forma salutar que o homem encontra para fazer face à sua condição de mortal. Desta forma o homem controla a ideia de morte, ou seja, a ansiedade provocada pela perspectiva de que um dia vai morrer. Esse controlo é simbólico, mas dá-nos a sensação de que nos perpetuaremos, nas gerações vindouras. Contudo, existem certos acontecimentos de trauma extremo que têm o poder de reduzir esse desejo, pondo em causa o contributo de cada um para as gerações vindouras (Santos, 1999). Deste modo, o investimento no futuro pode diminuir, tendo em conta que o homem pode vir a acreditar que a humanidade se pode aniquilar a ela própria. Algumas experiências de trauma extremo têm o poder de aumentar a ansiedade perante a morte e diminuir esse “investimento” no futuro da, enquanto outras como por exemplo dar à luz, pertença social, objectivos pessoais atingidos, vão aliciar imagens de vitalidade, que nos fazem acreditar que o futuro da humanidade será cada vez melhor, desta forma, projectamo-nos e investimos nas gerações seguintes (Santos, 1999).

1. IMORTALIDADE SIMBÓLICA

O Psiquiatra norte americano, Robert Jay Lifton, através dos seus estudos com sobreviventes de catástrofes, naturais ou provocadas pelo próprio homem, quis explorar essa capacidade de projecção no futuro, traduzindo em cinco modos, o desejo de imortalidade simbólica, explorando o lugar da morte e do seu simbolismo nas nossas vidas (Santos, 1999).

Desta forma, definiu o conceito de “Imortalidade Simbólica”, operacionalizado através de cinco modos. Esses modos, caminhos através dos quais o ser humano saudável consegue lidar com a ansiedade provocada pela morte, são: biológico, natural, religioso, criativo e experiencial ou transcendental (Lifton, 1964).

Modo biológico: Consegue-se através da continuidade biológica, ou seja dos descendentes, mas também da família social, tribo, nação e da própria humanidade.

Modo criativo: Através das nossas obras, criações e da herança profissional (e.g. Médicos, professores).

Modo religioso: A imortalidade é conseguida através da crença de que a nossa alma é eterna.

Modo Natural: Depois de morrermos, a natureza continuará a existir, e nós como pertencentes a ela, seremos imortais.

Modo experiencial ou transcendental: São momentos de grande intensidade, (e.g. dar à luz, experimentar drogas, sexo), que se tornam intemporais, dominando desta forma o medo da morte.

Através destes cinco modos de imortalidade simbólica, o ser humano consegue constituir o mecanismo através do qual os humanos são capazes de reduzir a ansiedade perante a morte adquirindo o sentimento de a transcender (Lifton, 1964).

Acredita-se que esse desejo está presente em todas as pessoas, embora o modo como se expressa varie de cultura para cultura e de indivíduo para indivíduo (Santos, 2010).

Desta forma, o ser humano consegue ultrapassar este medo da morte e, de forma saudável, continuar a viver (Santos, 2010).

Ironicamente, é precisamente quando esta necessidade de o homem se identificar com o futuro, pode ser especialmente importante, já que o mundo de hoje enfrenta o perigo de um holocausto nuclear, entre outros desastres, que essa mesma necessidade está a ser esmagada. Se as pessoas acreditam que a humanidade pode ser destruída por uma guerra nuclear ou qualquer outro tipo de calamidade, este contributo dos homens para o futuro perde significado (Santos, 1999, 2001, 2010).

2. SAÚDE MENTAL

Lifton (1964), afirma que o falhanço desta dominância sobre a morte, é o sentimento de que a nossa vida está desprovida de qualquer princípio organizador, estes sentimentos estão na base de muitos distúrbios mentais.

Lifton e Olson (1974), constataram que os sobreviventes de grandes catástrofes, apresentavam um síndrome: *psychic numbness*, uma perda total de esperança no futuro e na humanidade, um entorpecimento da capacidade de acreditar no futuro da humanidade, constituindo-se um embotamento psíquico.

Lifton (1964) acredita que esse “entorpecimento psíquico” se está a espalhar hoje em dia, devido às várias ameaças que o nosso planeta tem vindo a sofrer, sejam elas devido à poluição do planeta, ao crescente aumento do número de espécies em extinção, as rápidas transformações ao nível dos valores e normas sociais, das ameaças terroristas e mesmos das catástrofes naturais.

Para Lifton (1964), esta crescente diminuição do desejo de imortalidade simbólica estará relacionada com uma forma de prevenção para o que poderá ser o futuro, ou seja, uma morte sem significado, sem simbolismo, deixando a morte com um vazio ainda maior (Mathews & Mister, 1987-88).

Assim, todas as organizações que na antiguidade deram sentido à vida estão hoje em crise, sendo elas, a família, a religião, o trabalho e o governo Lifton e Olson (1974). “*When a society's values and institutions are seriously questioned, life transitions become anxious and traumatic.*” (Lifton & Olson 1974, p. 26).

Todas estas situações referidas anteriormente tornam a ideia de morte ainda mais inaceitável, visto que as pessoas morrem devido a situações despropositadas, como ataques terroristas ou aniquilações como o Holocausto, o que não permite à pessoa criar significados para estas mortes através dos seus próprios atributos culturais (Lifton & Olson, 1974; Santos, 2010).

O embotamento ou entorpecimento psíquico assemelha-se à morte, no sentido em que envolve um bloqueio de sentimentos, que em condições extremas, assume formas extremas, tal como nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, nos quais as pessoas se transformavam em cadáveres ambulantes (Santos, 2010). A mente não pode absorver essas experiências, que não têm significado nem podem ser simbolizadas interiormente. Deste modo, o embotamento psíquico

pode ser uma forma de o ser humano se proteger de uma grande sofrimento psicológico, podendo ajudar a ultrapassar a situação traumática (Santos, 2010).

Deste modo, ficam algumas questões para reflexões são: Não estará o terrorismo a “matar” o desejo de imortalidade simbólica? Ou seja, a capacidade do homem se preocupar com as gerações vindouras e com o futuro a humanidade, por sentir que não existe futuro? Ou que este existe, mas demasiado fragilizado com ameaças constantes?

3. TERRORISMO E IMORTALIDADE SIMBÓLICA

Acontecimentos como os de 11 de Setembro têm o poder de influenciar a nossa capacidade criativa, representam uma ansiedade sem precedentes, da qual ainda não sabemos as consequências. Com o ataque às torres gémeas os terroristas procuravam a imortalidade, e com eles, levaram a imortalidade simbólica do povo americano e não só (Santos, 2010).

Desde o 11 de Setembro de 2001 que temos vindo a assistir a uma escalada de terror sem precedentes. Nos atentados de Nova Iorque contabilizaram-se mais de 6000 mortos, em Outubro de 2002 em Bali na Indonésia morreram 202 pessoas na explosão de uma discoteca, a 11 de Março de 2004 em Madrid resultaram duas centenas de mortos nos atentados na estação da Atocha e a 2 de Setembro do mesmo ano na sequência do sequestro de uma escola na região de Beslan na Rússia morreram cerca de 300 crianças, mas as vítimas não se ficam por aqui, algo nos sobreviventes morreu também. O sentimento de confiança e de esperança no mundo. “*On September 11, 2001, something died. It wasn't just people.*” (Paulos, 2002, p. 288).

Os atentados terroristas tem consequências psicológicas desastrosas, que se repercutem nos sobreviventes, uma dessas consequências é a diminuição da crença num futuro melhor (Santos, 2010). Os atentados terroristas tornam a morte absurda, como já foi referido, ainda mais angustiante do que já nos parece quando acontece naturalmente, visto que as pessoas morrem sem significado, sem causas, apenas porque estavam no local errado à hora errada (Santos, 2001, 2010).

Os terroristas procuram com estes sacrifícios, a imortalidade simbólica. Esta, ou o seu desejo, leva-os a morrer e a matar milhares de pessoas. Perante tal altruísmo, tornam-se, para todos os que partilham do seu fanatismo, imortais e com eles levaram a imortalidade simbólica de todos aqueles que sobrevivem aos atentados (Santos, 2010).

Quando o matar é absurdo, a morte torna-se inaceitável. A humanidade em geral não possui mecanismos para lidar com situações onde a morte e a vida deixam de ter significado, assim os sobreviventes de grandes situações traumáticas, serão sempre sofrendores e correm um grande risco de virem a sofrer de entorpecimento psíquico (Lifton & Olson, 1974).

CONCLUSÃO

O terrorismo é algo que deixa toda a sociedade de algum modo alarmada, visto que acaba por envolver toda a humanidade numa teia de medo e insegurança, além das vítimas directas. Tudo isto pode fazer diminuir a capacidade do Homem de acreditar no futuro, diminuindo a imortalidade simbólica e podendo aumentar o entorpecimento psíquico, o que pode mudar a vida dos indivíduos para sempre a de forma irreversível.

Por tudo isto, e em jeito de conclusão pode-se questionar se não será um dos efeitos dos atentados terroristas, o entorpecimento psíquico?

Se se tentar encontrar formas de intervir estimulando o desejo de imortalidade simbólica poder-se-á aumentar a coesão social e o desejo de intervir em problemáticas sociais que poderão ter impacto no futuro, podendo iniciar-se pela poluição ambiental, bem como tentar aumentar as hipóteses de paz mundial e, deste modo, diminuir a ansiedade perante a morte e aumentar o desejo de imortalidade simbólica (Goodman, 1996; Niesta, Fritsche & Jonas, 2008; Pyszczyński, Greenberg, & Solomon, 2002; Thompson, 1977).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goodman, D. G. (1996). Symbolic Immortality in Modern Japanese Literature. In: C. B. Strozier, & M. Flynn (Eds.), *Trauma and Self*. London, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 205-220.
- Lifton, R. J. (1964). On Death and Symbolism: The Hiroshima Disaster. In: *Psychiatry: J. Stud Interper Proc.*, vol. 27, pp. 191-210.
- Lifton, R.J. & Olson, E. (2004). America responds: An unprecedented attack. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pbs.org/americaresponds/moyers917.html> (1974). *Living and Dying*. New York: Praeger Publisher. Consultado [09/11/2005].
- Mathews, R. C. & Mister, R. D. (1987). Measuring an Individual's Investment in The Future: Symbolic Sensation Seeking, and Psychic Numbness. *Omega: The Journal of Death and Dying*, vol. 18, no. 3, pp. 161-173.
- Niesta, D., Fritsche, I. & Jonas, E. (2008). Mortality Salience and Its Effects on Peace Processes: A Review. *Social Psychology*, vol. 39, no. 1, pp. 48-58.
- Paulos, C. N. (2002). The death of ordinariness: Living, learning and relating in the age of anxiety. *Qualitative Inquiry*, vol. 8, no. 3, pp. 288-301.
- Pyszczyński, T., Greenberg, J., & Solomon, S. (2002). *In the wake of 9/11: The psychology of terror*. APA, Ed, Washington, D.C.
- Santos, P.I (2010). Polineuropatia Amiloidótica Familiar, Imortalidade Simbólica e Ansiedade Perante a Morte. Tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas (Não Publicada). ICBAS, Universidade do Porto.
- Santos, P.I. (1999). Imortalidade simbólica e ansiedade perante a morte, outro diálogo com os deficientes motores. Tese de Mestrado em Psicologia e Psicopatologia. (Não Publicada) ISPA: Lisboa.
- Santos, P.I. (2001) Ninguém Morre. Editorial Minerva: Lisboa.
- Thompson, M. L. (1977). Symbolic Immortality - A New Approach to the Study of Death. *Media and Methods*, vol. 13, no. 6, pp. 60-64.

SOCIAL INFLUENCE IN GROUPS TO PREVENT YOUTH OFFENDING

DÉBORA W. ELIJAH

ELIJASOCIALSKILLS@BTINTERNET.COM

MILTON MADEIRA

ASSOCIATE PROFESSOR

FERNANDO PESSOA UNIVERSITY

MADEIRA@UFP.EDU.PT

CASE STUDY

ABSTRACT

Working directly with young offenders, results are presented in a new understanding by reading their case study and understanding the story of their life, in UK. Common aspects applied to the wide majority of youth offenders. Social competence by Spence (1995), Hartup & Stevens (1997), Elliot, Malecky & Demaray (2001) is the ability to obtain successful outcomes of interactions with others. The project conducted by Elijah (2009-2010), had the intention to improve social skills and social competence, minimize the risk of “at risk” children of 10-11 years of joining and forming gangs and being excluded socially and by the education system. A sample of children was selected with some batteries of instruments as the Social Skills Improvement System - SSIS (Gresham & Elliot, 2008). The intervention was carried out with 3 Experimental Groups and a Control Group, presenting significant cases of success achieved by the Intervention Programme PROSCIG. The results have demonstrated significant improvements in all these areas when comparing the evaluations with the pre- and post-intervention results.

Key-words: Social Competence; Social Influence; Group Intervention.

RESUMO

Trabalhar directamente com jovens com comportamentos desviantes e compreendendo a história de vida destes, resulta numa nova compreensão quando se lê os estudos de caso no Reino Unido. Aspectos comuns foram diagnosticados para a maioria de jovens ofensores. A Competência Social, estudada por Spence (1995), Hartup & Stevens (1997), Elliot, Malecky & Demaray (2001), é definida como uma habilidade para obter resultados positivos nas interações com os outros. Este projecto de Elijah (2009-2010), foi implementado em uma escola pública inglesa, - alunos com idade de 10-11 anos para melhorar as habilidades sociais e as competências sociais, minimizar o risco de crianças formarem *gangs*, a exclusão social, e também do sistema de educação. A intervenção foi realizada através da administração do Programa de Intervenção PROSCIG numa amostra de crianças que foram seleccionadas por algumas baterias de instrumentos como por exemplo: o *Social Skills Improvement System - SSIS* (Gresham & Elliot, 2008). A intervenção foi conduzida em 3 grupos experimentais e um de Controlo, apresentando 2 casos significativos de sucesso. Os resultados demonstraram melhorias significativas em todas estas áreas ao comparar as avaliações pré- e pós-intervenção.

Palavras-chaves: Competência Social; Influência Social; Intervenção Grupal.

INTRODUCTION

Social capacity has been defined in accordance with diverse perspectives. Thus, Spence & Donovan (1998), defines it as the ability to get success from the interactions with others. Bierman & Welsh (2000) explain social ability as reflected in the capacity of the child to integrate cognitive and emotional abilities by flexible adaptation in different social contexts. This definition is put together with the determinative multiples of social ability where the social behaviour represents only one of the factors.

Social ability is considered by Spence (1995; 2003) as being influenced by a set of factors, which constitute the social abilities, which result in interactions of a person with other people. These interactions can be long term or short-term and can impact on the social answers of the other person, as well as the answers of the properly behaved child. The social abilities are the tools to promote the interactions and to allow people to obtain their inspirations, hopes and objectives.

On the other hand, social ability, the social abilities and the quality of the interpersonal relations are important compo-

nents for the treatment and the prevention of mental health adjustments (Bagwell, Bender, Andreassi, Kinoshita, Montarello & Muller, 2005).

EMPIRICAL STUDY

METHOD

The project by Elijah (2009-2010), entitled INTERVENTION SOCIAL COGNITIVE PROGRAMME, INTERRELATIONSHIP INTER-PAIRS (PROSCIG) IN A MAINSTREAM STATE SCHOOL FOR UK- PUPILS AGED 10-11 YEARS OLD was conducted to improve social skills and social competence, minimize the risk of “at risk” children joining and forming gangs and being excluded socially and by the education system, results that follow.

SUBJECTS

The intervention was carried out with **3 Experimental Groups**, mixed (6 subjects) - average (6) below (5) and **1 Control Group** (6). These subjects were selected and evaluated with some batteries of instruments in this area for example: the SSIS (Gresham & Elliot, 2008). The results have demonstrated significant improvements in all these areas when comparing the evaluations with the pre- and post-intervention results achieved by the Programme.

STUDY CASE

First Subject

Subject: 7;

Gender: Male;

Age: 11 years and 5 months;

School Year: 6;

Level of Social Competence and Social Ability: Low

This subject 7 before the-social clinical intervention of program PROSCIG presented the following social characteristics:

SOCIAL COGNITIVE COMMUNICATION:

a) Verbal (Limited)

Subject 7 passed through most of primary school without communicating with his peers as well as with his professors. In the classroom he always held his head low, avoiding eye contact with others. In “assembly” (assemblies in British state schools have an educative value, inside a process that involves moral values and social, in which the pupils are also rewarded with certificates for performance for academic achievement, sports achievement, as well as achievements in the community). Assembly is normally conducted by the Head Teacher and at times also conducted by the Deputy Head. He did not demonstrate facial expression or any expression with gestures. Subject 7 presented inappropriate behaviours for a youngster of his age. As for example: moving away from his peer group in the assembly. Subject 7 avoided eye contact; however when he made such contact his face was reddened. His arms were almost always crossed on the chest. When he was deserving of a reward the subject did not go in front of the assembly to receive it.

b) Social Verbal Cognitive

The volume of the subject’s voice was low and the rhythm and the clarity of what the subject expressed were not perceivable. Subject 7 had difficulties in initiating a conversation, maintaining a conversation or ending a conversation. He didn’t demonstrate having social topics to share communication with his peer group.

ABILITY SOCIAL COGNITIVE:

a) Social Competence

He presented low self-esteem and social ability, as well as had difficulties of relationship with parents, peers and teachers. This could be associated to psychopathology form, including depression. This low ability constitutes a factor to develop an impoverishment in the relationship capacity. His social ability did not disclose itself visibly at

the time that he was part of the group, he showed interest to participate when asked to. He controlled his natural will to participate in regular social activities.

b) Deficit Social Performance

Subject 7 had not been born with a social deficit or didn’t have development disorder; his experience of life and the social cognitive perception had constituent factors for the decrease of his social difficulties.

c) Psychosocial Behaviour

Friendship Quality

In relation to his peers, he only had two children that looked to include him in the activities in the classroom. These children displayed a certain similarity of behaviour such as antisocial behaviour, low self esteem compared to other school children and lack of cooperation

Physical Appearance

Subject 7 had a strong and solid shape and heavy walk.

Break Time

In break time he was with three of his peers in a group, remaining however on the periphery, he did not become involved with his peers and he was always held a pot with cut fruit. He revealed a certain behaviour type. Between these three children there was no effective contact.

Social Cognitive Perception from Pupils and Teachers

The teachers throughout these years had acquired a cognitive and social daily pay-judgment for the repertoire of antisocial behaviour and poor people resulting in lower cooperation. The teachers did not have the knowledge and the strategies to intervene in relation to the difficulties of this child.

In turn the peer group (they had been together since kindergarten), already had a daily pay-idea of subject 7 to be an absent child and that resulted in differences to all the others in the social network, did not present many similarities with his peers and had few capacities to share with the remainder of the group.

Thus the consequences in social, academic development and psychosocial relationship between colleagues caused a lack of learning and lack of exchanges of experiences.

The mother of this child commented that he was always a quiet child but as always she received feedback from the teachers that he had difficulties to interact, to decide on a problem. It initiated adopting the same position and judgment of the other professionals involved. This position caused consequences for this child who was displaying difficulties in learning throughout pertaining to his passage through school. He was not born with deficit cognitive and he did not have an accident that could have caused an acquisition of a neurologic deficit, but yes, he displayed a deficit in social performance being below the average of his peers. With the proper intervention of Program PROSCIG applied to this subject 7 a work programme with the parents and the teacher was initiated:

- 1) one of the worked questions was with the mother in changing the assumptions that she had of her son. The proposal was to identify the positive aspects of her son. A social cognitive mapping of the aspects was made that could cause changes in his behaviour, thought and sharing thus making it possible to reconstruct, in a positive direction, his position inside the family and the social networks and the school so as to establish positive psycho-social relations. This would affect:

- a) activities that involved management and conflict resolution
- b) the positive and new relationships
- c) the friendship moderator influence
- d) the social ability;

- 2) in relation to the relationship properties a level of individual interactions were created, examining the properties of his psychosocial relationship and friendship between peers in the group sessions at a more subjective level than before.

This subject 7 after the intervention of 6 months of character-social clinical programme PROSCIG, initiated to establish the similarities between him with a new “friend” and presented some encouraging psychosocial characteristics: it started by copying the friend (in the way of placing the shirt, when mentioning the same activities the friend liked, when showing loyalty and responsibility with the friend); a reciprocal of norms inside the group was verified equally, and in such a way there was created an experience of well-being and acceptance around subject 7.

Second Subject

Subject: 2;

Gender: Female;

Age: 11 years and 2 month;

School Year: 6

Level of Social Competence and Social Ability: High

This subject 2 before the social-clinical intervention of Program PROSCIG, presented some social characteristics. She entered directly into year 2 of school in which the children of this school already had been there in the transition from the Primary School to Junior School and already had preset groups of social interaction inter-peers. This subject presented average ability and psycho-social ability.

SOCIAL COGNITIVE COMMUNICATION:

a) Verbal and Non Verbal

b) Verbal Social Cognitive

The verbal and non verbal behaviours: she entered into conflict with other peers, the rules had to be in the way she wanted them and she was always controlling the situation. She presented good verbal and non verbal communication, however, she showed some indifference in her non verbal level.

SOCIAL COGNITIVE ABILITIES:

a) Social Competence

Subject 2 had all the components of social abilities, not having known her father and not having had contact with him in her development and not having participated in her life history. Thus she developed a negative social perception in relation to others and at times had an undeserved perception of others. Subject 2 participated with enthusiasm in the activities of group, she liked to be the leader in the activities and she was always ready to help her peers. She couldn't wait her turn to speak in a conversation. It needed the approval of the others in what she did. There was one other subject of the group of the same gender and they were competing between themselves all the time. At times she criticized the other girl and at other times she felt it necessary to be her friend.

b) Performance Deficit

This subject 2 placed very great effort in the accomplishment of the tasks, however, she did not believe that she was capable of it and she was also sometimes detached from the group and its tasks when involved in cooperation. Possession of low self esteem was not shown in her positive results. Subject 2 with the execution of Program PROSCIG experienced activities that promoted new chances for someone creating new representation partners of what she was capable of doing.

c) Psychosocial Behaviours

In relation to the group she always felt an “ugly duckling”, rejected from her peers, in general. She had an average performance. She demonstrated a good ability to initiate a conversation but sometimes she interrupted the peer group when they spoke. In school she was considered as a girl who had conflicts in classroom and provoked her peers in the group.

Friendship Quality

She showed interest to have friends; however she had difficulty of acceptance of other peers in the classroom.

Physical Appearance

She had a high stature and blue eyes; while looking sad, she did not like to see her image in the mirror, and had lack of affection, but she presented with a strong personality. She never had a relationship with her true father. Her only paternal figure was her stepfather. She had low self esteem if she found herself less than the others (low cognitive and social capacity) and she presented at a low economic level.

Break Time

In break time she was staying inside the room arranging the things, she was not playing with the peers group in any group. However she had friends outside of school.

Verbal and Non Verbal Behaviours

Subject 2 entered in conflict with other peers, the rules had that to be her way, she had the needs to always control the situation. She presented good verbal and not verbal communication, however, she showed negatively at the non verbal level.

Social Cognitive Perception of the pupils and Teachers and Psychosocial behaviours

In relation to the group, she always felt herself to be an “ugly duckling”, rejected by peers in general. She had an average income. She has the ability to initiate a conversation, but interrupted when others spoke. In school she was a girl who had conflicts in classroom and provoked the peers of the group. In recreation she was inside the room arranging the things, was not fixed in any group, although she had a high ability. However, she had friends who were not in the school. With the proper intervention of Program PROSCIG applied to this subject 2, a work programme with the parents and the teachers became equally crucial to be carried out with subject 7 (the first subject of this case study), already mentioned above. This subject 2, after the intervention of 6 months of a proper social-clinical character program PROSCIG, presented the following behaviours and attitudes at the psychosocial level: - one, she became assertive. She had positive results pertaining to school at the end of the year and with high punctuality. This subject 2 learned, through the activities of group, to cooperate and to tolerate differences. She developed the art of helping her peers and of becoming more positive in the peer group. Her mother says that the situation not to have the involvement of her father started to be accepted a little better and initiated subject 2 to be more independent in the house and being more organized.

Instruments and Materials

The instruments for collected data of information in the area of psychosocial abilities, social ability and friendship are presented as if they had been used in the scope of the present inquiry:

1. “Social Skills Questionnaire” (SSQ) - version for Peers, Parents and Teachers (Spence, 1995)
2. “Social Competence With Peers Questionnaire” (SCPQ) - versions for Peers, Parents and Teachers (Spence, 1995)
3. “Strengths & Difficulties Questionnaire” (SDQ) - versions for Peers, Parents and Teachers (Goodman, 2005)
4. Social Skills Improvement System Rating Scale (SSIS) - versions for Peers, Parents and Teachers- (Gresham & Elliot, 2008)
5. Friendship Qualities Scale (FQS) - versions for Peers, Parents and Teachers (Bukowski, Hoza & Boivin, 1994).

Procedures

At first author of this article, the administrator of the Program PROSCIG, intended that the group sessions always had a similar format so that the children were made more familiar to the Program of Intervention PROSCIG. Thus, the sessions of the related Program had been lead, at first, by a circle on entrance, in which all the participants were seated together to keep visual contact, creating a group entity as well as exercising and stimulating cooperation of those entering the group and making it possible to feel part of the same social context between peers. Whilst in the circle a participant asked the participant to his or her left how he or she felt at that moment, how had been his or her day, which were the highlights of the week etc. This process continued around the circle until all the children had participated.

1. greeting: expression of greetings and brief news of the week

2. conflict: since the previous session, the difficulties or successes in the social activities of the school and at break time whilst still in a familiar context
3. strategies for the resolution of problems, including the recourse to some techniques of the Cognitive -Behavioural Therapy, for example where the children presented a conflict, for which they had to find three positive solutions and to think of the consequence of these three solutions as well as a negative solution and the consequence of same. Later, the children had to choose a solution, to justify the choice, to write the solution, and to define a place, day and hour to practise the solution
4. game of participation in the group: reinforcement of the abilities learned in the previous sessions of the group
5. revision-quarrel-questioning: after greeting and being told of its successes and conflicts and revising the previous sessions, the subject of the session was then focused (e.g., to work with the friendship concept so as to work in the group in a situation not that was structured etc.). The subject was introduced by the administrator of the PROSCIG, and determined questions were placed before the group which were later used in a practical way on the basis of the technique of the Trainings of Auto-Instruction. This process aimed at the reinforcement of the capacity of resolution of problems, as well as the identification of behaviours, emotions and automatic thoughts
6. “role-play”: practical simulated shared learning strategy
7. written work: activity in individual group or
8. compliments: final greetings of farewell.

Finally, the aspects worked on during each session were sent to the parents as, for example, the emotional cognitive vocabulary, so as to be reinforced and strengthened in daily life with their children.

RESULTS

Subject 7 (Experimental Group)

The social network group of peers facilitated the adjustment of this shy youngster, as well as an increase in his self-esteem, finally demonstrating to this subject a pro-social positive attitude in relation to the school. His physical appearance, after the intervention, improved significantly. With the intervention of the group, remembering that it contained children with high and low social ability and that it was the first time that this subject 7 was inserted in a group with positive dynamics and in activities which required cooperation, there was a marked beneficial effect. These children were a model to practice and to experience social abilities such as to initiate, to keep and to finish a conversation and to ask for aid and to decide problems. The group where there was positive management of social cooperation was a time when a sophisticated repertoire of social abilities were acquired as well as the resolution of interpersonal problems. An example of this was one weekend riding his bicycle with a friend, who was also part of the group of intervention, which constitutes mutual reinforcement. The level of the social contact promoted interaction, sharing of ideas between friends that was developing in the core of the group which therefore developed more responsibility in the family, the school and it resulted in more cooperation in different contexts. The group created a social network of support; in truth the effect of social support emphasized the nature of the support needed to have friends. With this social network

for the few it was changing the net semantics in the mind of this youngster and started to protect himself against solitude. It helped to reduce stress allowing emotional expression and adjusted auto-control of emotion. One of the variables that appeared was the positive effect that of the group initiating and evaluating social answers and social affiliation through the emotional expressions of the children, the smile, the look and the touch of them. This social code helped and encouraged a more positive attitude, being more receptive, and smiling with the teachers who passed on more positive information and have more empathy. Thus this child who could have lost the chance to be part of the educational system now could have a positive transition from primary to secondary school. Before presenting a picture of the results of the instruments and after the intervention into this subject 7, the result shows:

SSQ: 2,12

SCPQ: 2,63

SDQ: 2 (borderline) total score of the difficulties from the teacher; 3 (abnormal) sub-scale of emotional symptoms from the teacher; 3 (abnormal) sub-scale of pro-social behaviour from the teacher; 1 (normal) on the rest of the sub-scales from the parent and from the teacher.

SSIS: Student - below average in the sub-scales assertion, responsibility and self-control, average in the other sub-scales; Parent - below average in sub-scales of assertion and engagement, above average in the sub-scale of internalizing, average in the other sub-scales; Teacher - below average in the sub-scales of communication and engagement, above average in the sub-scale of internalizing, average in the other sub-scales.

Subject 7 (Experimental Group):

Same: in all sub-scales except:

More: SSQ, SCPQ, SDQ-T total, SDQ-T se, SSIS-S com, SSIS-S cop, SSIS-S ass, SSIS-S resp, SSIS-S emp, SSIS-S eng, SSIS-S sc, SSIS-P com, SSIS-P cop, SSIS-P ass, SSIS-P resp, SSIS-P emp, SSIS-P eng, SSIS-P sc, SSIS-P int, SSIS-T com, SSIS-T eng, FS comp, FS hpvf, FS sectp, FS cloab e FS clora.

Less: SDQ-P prc, SSIS-P ext, SSIS-P hip, SSIS-P as, FS haid, FS guid e FS secra.

Important alterations - **positives:** SSQ, SCPQ, several sub-scales do SSIS Student and Parent in the Friendship Scale.

Comparison between results of the two applications for subject/instrument: Before vs. After

SSQ - questions that had improved/worsened in the second application (0 = not true; 1 = sometimes true; 2 = mostly true)

Subject 7: (experimental) SSQ Pupil: he hears the point of view of others (+); he asks for something from the parents in aspects an education (+); if he controls his temper when he loses a game or competition (+); he asks other children if he wants to participate in their activities (+); he demonstrates to others feelings affecting good things (good towards) them (+); he says likeable things to the others when they deserve it (-); he controls his temper when he disagrees with other children (-); an expression of his face is normally correct (not always angry) (+); he invites other children to join his games and activities (+); when he has a problem or if he needs aid he speaks with a teacher or his parents (-); he looks at people in the eyes when he speaks with them (+); his voice normally sounds likeable (not aggressive) (+); in reply to questions when truth is involved he replies in a true way (+); he replies in true way mostly (+); or he replies truthfully only sometimes (-).

SSQ Parent: he hears the point of view of others (+); he asks for something from the parents in aspects of education (+); he controls his temper when he loses a game or competition (+); he controls his temper when other children say something he does not like (+); he controls his temper when he is criticized

by his parents (+); he controls his temper when he disagrees with other children (+); he apologises when he does something wrong (+); he makes activities with his family (+); he invites other children for his games and activities (+); he participates in social activities or sports with other children (+); he participates in conversations with adults (+); he has appropriate eye contact with others during conversations (+); he controls his temper when he does not obtain what he wants from his parents (+); he participates in conversations with other children (+); he expresses feelings of anger but without losing his head (+). in the questions involving truth he answers truly all the time (+); he answers truly most of the time (+); he answers truly only sometimes (+) SSQ Teacher: he asks for the teachers in aspects of education (+); he asks the other children in a form appropriate to participate in his activities (+); his expression have a positive effect on others (+); he is pleasant with others (+); he compliments and says likeable things to others when it is appropriate (+); he controls his temperament when he is criticized by the teachers (+); he passes free time with his peers (+); he invites other children for his games and activities (+); when he has a problem or needs help he speaks with a teacher (+); he demonstrates that he is worried when somebody is hurt or sad (+); he complies with the rules in games or sports (+); he participates in games and activities with other children (+); he participates in conversations with adults (+); he has appropriate eye contact with others during conversations (+); his tone of voice is appropriate (not aggressive) (+); he demonstrates to other that he hears when they speak during conversations (+); he displays anger without losing his head (+); he defends himself with good behaviour when his peers act in an irrational way without losing his head (+). In questions he replies truly mostly (+); he replies truly sometimes (+).

Subject 2 (Experimental Group)

The social network group of peers also facilitated the social discovery of this adolescent daily not to have an auto negative perception of his proper image. Subject 2 passed a process of reorganization and acceptance of her story of life creating and improving her social network in a positive way. She initiated an understanding that her behaviour could have a positive or negative effect on others and that would have a consequence in her feelings and on the group and the teachers. She became helpful to others and initiated to take care of her appearance using a necklace and earrings. Before presenting a picture of the results of the instruments and after the intervention in this Subject 2, the results follow: SSQ: 2,63 SCPQ: 3,28 SDQ: 1 (normal) in all the sub-scales. SSIS: Student - average in all the sub-scales except in sub-scales of cooperation that were below. Parent - average in all the sub-scales except in sub-scales of autism spectrum that were above average. Teacher - average in all the sub-scales except in sub-scales of autism spectrum that were above average. Comparison between results of the two applications: before versus after for Subject 2 Equal: in all the sub-scales except: More: SSQ, SCPQ, SSIS-S cop, SSIS-S emp, SSIS-S sc, SSIS-P with, SSIS-P cop, SSIS-P ass, SSIS-P resp, SSIS-P emp, SSIS-P eng, SSIS-P sc, SSIS-T with, SSIS-T ass, SSIS-T emp, SSIS-T eng, SSIS-T sc, FS comp, FS haid, FS hpvf, FS secra and FS cloab. Less: SDQ-P PRC, SSIS-P ext, SSIS-P hip, SSIS-P, SSIS-T, FS conf, FS clora sectp and FS. Main alterations - positive: SSQ, SCPQ and SSIS some sub-scales Parent and Teacher and Friendship Scale. Comparison between results of the two applications for subject/instrument: Before versus after SSQ - questions that had improved/worsened in the second application (0 = not true; 1 = sometimes true; 2 = mostly true) Subject 2: SSQ Pupil: she

hears the point of view of others; she asks for something from parents in aspects of education; she controls her temper when she loses a game or when other children say something she does not like; she makes something for others without them asking for; she controls her temper when she is criticized by her parents; shares her things with other children; has an expression of her face which is normally correct; she apologises she makes a mistake; she asks a parent or teacher when she has a problem or she needs help; she demonstrates that she is worried if somebody is hurt or sad; she has conversations with adults; her voice normally sounds friendly, she controls her temper when she does not get what he wants from parents or teachers; she shows people when she is angry without losing her head; she does not lose her head if other children behave badly towards her. (+) she answers truthfully most of the time (+) SSQ Parent: she reacts appropriately to other children; she expresses affection or positive feelings towards others; she has the appropriate facial expression without being aggressive; in games or activities she invites others to join in; she complies with the rules in games and activities; (+) in all these questions she mostly answers truly(+). SSQ Teacher: she hears the point of view of others; she controls her temper when she loses a game or competition; she reacts appropriately to other children; she controls her temper when she is criticized by teachers; shares her things with others; she controls her temper when she disagrees with other children; take part in games and activities with her peers; she expresses her feelings or anger but without losing her head; she behaves well if her colleagues act in an irrational way (+) in all questions she mostly answers truthfully (+)

CONCLUSION

The case studies results are present a new understanding by reading and understanding the stories of the lives of two English children among some others. Common aspects apply to the wide majority of youth offenders: several learning disabilities - including attention deficit disorder, lack of parenting skills and exclusion from the regular English education system.

Social competence by Spence (1995), Hartup & Stevens (1997), Elliot, Malecky & Demaray (2001) is the ability to obtain successful outcomes of interactions with others; refers to the social, emotional and cognitive skills and behaviours that children need for successful social adaptation.

The project conducted by Elijah (2009 - 2010), entitled: INTERVENTION BY A SOCIAL COGNITIVE PROGRAMME, INTERRELATIONSHIP INTER-PAIRS (PROSCIG) IN A MAINSTREAM STATE SCHOOL FOR UK- PUPILS AGED 10 - 11 YEARS OLD had the intention to improve social skills and social competence, minimize the risk of "at risk" children joining and forming gangs and being excluded socially and by the education system.

The investigation presented two cases of significant success: a child of below and a child of high social competence and ability.

The intervention was carried out with 3 Experimental Groups, mixed (6 subjects) - average (6) below (5) and a Control Group (6). These subjects were selected and evaluated with some batteries of instruments in this area

The results have demonstrated significant improvements in all these areas when comparing the evaluations of the pre- and post-intervention results achieved by the Intervention Programme PROSCIG.

BIBLIOGRAPHY

- Bagwell, C.L., Bender, S.E., Andreassi, C.L., Kinoshita, T.L., Montarello, S.A., & Muller, J.G. (2005). Friendship quality and perceived relationship changes predict psychosocial adjustment in early adulthood. In: *Journal of Social and Personal Relationships*, 22 (2), 235-254.
- Bukowski, W. M., Hoza, B. & Boivin, M. (1994). Measuring friendship quality during pre- and early adolescence: The development and psychometric properties of the friendship qualities scale. In: *Journal of Social and Personal Relationships* (SAGE, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), vol. 11, pp. 471 - 484.
- Elijah, D. W. & Madeira, M. J. P. (2010). Qualidade da Interação Social entre Pares e Sucesso Escolar em Alunos Anglo-Saxónicos. VII *Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Braga: Sociedade Portuguesa de Psicologia
- Elijah, D. W. & Madeira, M. J. P. (2009). Effectiveness of Social Cognitive Intervention Program in Friendship Group - English Pupils in Transition from Elementary School to Secondary School. *EDUCARE: International Congress "Family, School and Society"*. Porto: UFP.
- Elliot, S. N., Malecki, C.K. & Demaray, M.K. (2001). New Directions in Social Skills Assessment and Intervention for Elementary and Middle School Students. In: *Exceptionality*, 9 (1&2), 19-32.
- Hartup, W.W., & Stevens, N. (1997). Friendships and adaptation in the life course. In: *Psychological Bulletin*, 3 (12), 355-370.
- Gresham, Mariot & Elliott, Stephan (2008). *Rating Scales Manual. SSIS - Social Skills Improvement System*. Minneapolis: Pearson.
- Spence, S.H. (2003). Social skills training with children and young people: Theory, Evidence and Practice. In: *Child and Adolescent Mental Health*, 2(8), 84-96.
- Spence, Susan. (1995). *Social skills training: Enhancing social competence with children and children and adolescents*. Windsor, Berkshire, England: Nfer-Nelson.

MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ EM CONTEXTOS PLURAIS

HELENA NEVES ALMEIDA

PROFESSORA AUXILIAR CONVIDADA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CRISTINA PINTO ALBUQUERQUE

PROFESSORA AUXILIAR CONVIDADA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CLARA CRUZ SANTOS

PROFESSORA AUXILIAR CONVIDADA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

Quando os laços sociais se degradam e de forma crescente têm maior expressão problemas de pobreza, exclusão social e institucional e violência, a mediação social revela especial importância. São necessárias novas e inovadoras respostas para problemas e conflitos antigos ou emergentes no mundo contemporâneo, onde imperam a complexidade, a incerteza e o risco social. O presente artigo produz uma análise crítica e reflexiva sobre o significado multidimensional da paz, os valores em confronto em contextos plurais e o contributo inovador da mediação na construção de uma sociedade mais justa e participativa e na promoção de uma Cultura de Paz.

Palavras-chave: Mediação Social; Cultura de paz; Participação; Justiça Social.

ABSTRACT

When social bonds are degraded and increasingly have greater expression problems of poverty, social exclusion and institutional violence, social mediation reveals special importance. We need new and innovative answers to problems and conflicts, emerging in the contemporary world dominated by the complexity, uncertainty and social risk. This paper examines reflexively and critically the multidimensional meaning of peace, the values in conflict in plural contexts and the contribution of mediation, as an innovative process, in building a more just and participatory society and promoting a Culture of Peace

Key-words: Social Mediation; Culture of Peace; Participation; Social Justice.

NOTA INTRODUTÓRIA

No limiar do século XXI, reconhecendo-se o efeito destrutivo dos conflitos a nível internacional, decorrentes do desenvolvimento de lógicas divergentes a nível social, cultural, económico e político, que impulsionam guerras, intolerâncias, banalização da destruição e da desvalorização do capital humano e social, impera um desiderato das Nações Unidas de desenvolvimento de uma cultura de paz, que promova o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelos Direitos Humanos.

Etimologicamente derivada do latim *Pacem = Absentia Belli*, a palavra PAZ está usualmente associada à ausência de violência, à isenção de ira, desconfiança e de todos os sentimentos negativos. Trata-se de um conceito a que as Nações Unidas não se furtam, quando definem, nos termos da Declaração para uma Cultura de Paz^[99], de 1999, que “o progresso no sentido do completo desenvolvimento de uma cultura de paz é conseguido através de valores, atitudes, comportamentos e

estilos de vida que conduzam à promoção da paz entre indivíduos, grupos e nações”.

Porém, é inegável que a paz ultrapassa questões que possam estar associadas a fronteiras histórica, política e administrativamente definidas e incorpora dimensões com relevância a nível pessoal, interpessoal e societal. Ainda de acordo com o mesmo documento (Artigo 3º), o pleno desenvolvimento de uma cultura de paz agrega diferentes dimensões inter-relacionadas, nomeadamente: A promoção da resolução pacífica dos conflitos, do respeito e entendimento mútuos e da cooperação internacional; O cumprimento das Obrigações Internacionais; A promoção da democracia, do desenvolvimento e do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; O desenvolvimento de capacidade de diálogo, negociação, criação de consensos e resolução pacífica das diferenças; O reforço das instituições democráticas e garante da plena participação no processo de desenvolvimento; A promoção do desenvolvimento económico e social sustentável; A eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e outros tipos de intolerância; A erradicação da pobreza, do analfabetismo e das desigualdades sociais; O respeito, a promoção e a protecção dos direitos da criança; O garante da livre circulação de informação e promoção da sua acessibilidade; O aumento

99 Resolução 52/243 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 6 de Outubro de 1999, Artigo 2º.

da transparência e da responsabilização na gestão dos assuntos públicos; A promoção da compreensão, da tolerância e da solidariedade entre civilizações, povos e culturas; a criação de mecanismos capazes de agir de forma curativa e preventiva dos conflitos emergentes.

Uma cultura de paz ultrapassa, pois, a resolução pacífica de conflitos, ela inscreve-se num projecto mais amplo de democratização da sociedade com respeito pelas diferenças e promoção de maior justiça social, bem como de um desenvolvimento económico e social sustentável. Uma sociedade assim compreendida integra dimensões éticas da vida social, como o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, a cidadania, a cooperação, a não discriminação, a tolerância e a solidariedade. Uma cultura de paz traduz-se, deste modo, num dever ético, político e social, um processo em desenvolvimento e em permanente construção, capaz de transformar o potencial negativo, associado ao terrorismo, à insegurança, à desigualdade, à desconfiança e à intolerância, numa dinâmica de sinergias abertas à mudança, seria desejável a sua expansão aos mais diversos contextos, documentos e discursos que reflectem simbolicamente a vida em sociedade e as relações que dela emergem.

Na senda desta reflexão, o presente artigo pretende discutir, inicialmente, os constituintes do conceito de Paz, com reforço para os seus aspectos éticos para, num segundo momento, caracterizado pela correlação analítica entre o conceito de Mediação e o conceito de Paz nos posicionarmos criticamente sobre a forma como a Mediação pode e deve servir como um instrumento estratégico de gestão social e de potenciação da democratização da sociedade actual.

O PROJECTO ÉTICO, POLÍTICO E SOCIAL DA PAZ

O projecto ético-social da paz preconiza um entendimento deste conceito como algo mais do que a simples ausência de conflito. A paz entendida como âncora e produto de desenvolvimento pressupõe a possibilidade e a capacidade de ser livre. Direitos Humanos, Liberdade, Tolerância e Justiça Social são dimensões incontornáveis à compreensão da Paz. A Paz constitui-se como um dos Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal. Parece-nos, no entanto, necessário re-discutir conceitos que, devido a uma constante utilização, podem servir muitas vezes de base justificativa a acções distintas e contraditórias, e, como tal, ficam vazias de conteúdo, perdem consistência teórica, ideológica e pragmática.

A noção de Direitos Humanos parece-nos ser uma dessas noções, e isto confronta-nos incontornavelmente com o défice de reflexão ética e política que tende a caracterizar as sociedades actuais. A permanente referência aos direitos humanos, parece não passar de mais uma metanarrativa em desagregação, ou de um conteúdo excessivamente impreciso e manipulável. Com efeito, a tendência para um discurso minimalista e mediático, o predomínio do hedonismo e da circunstancialidade (sobretudo das agendas político-ideológicas), tem colocado um debate profundamente necessário em segundo plano. Os direitos humanos, com todas as declarações, tratados e convenções que procuraram consubstanciá-los, são uma referência ética basilar e o produto de um percurso civilizacional, iniciado na época clássica. No entanto, face às condições da era actual, começa a evidenciar-se a necessidade de questionar: O que se entende por direitos universais e inalienáveis, inerentes à natureza humana? Que consenso é possível ainda destacar? A questão de base, implica uma reflexão sobre os fundamentos do nosso projecto humano. Trata-se no fundo

de superar a nossa tranquilidade pela mera consagração de tais direitos numa tábua de mandamentos, e aceder aos fundamentos éticos da mesma: a essencialidade do ser humano.

Este SER é muito mais do que existir, é uma qualidade ontológica; só podemos ser humanos com outros seres humanos, assumindo uma condição de responsabilidade pelo outro que pré existe inclusive, como afirma Levinas (1991), à própria liberdade. Neste sentido, a base estruturante, de toda a tradição de institucionalização dos Direitos Humanos é a matriz da humanidade: A igualdade de todos os seres humanos, em valor e dignidade. A “face” do outro (*Ibidem*), desprovido das qualidades efémeras e aparentes, impõe-se-nos, remete-nos para a infinitude e a universalidade do conceito de humano. Por isso, a nossa responsabilidade essencial para com o outro é um mandamento, não é uma escolha, e traduz o reconhecimento dessa componente de infinito que todo o ser humano comporta. Esta é a noção basilar para a efectivação da justiça essencial, por inerência universal.

Aquilo que pode traduzir-se, num conceito ao mesmo tempo, necessariamente simplista, mas complexo, de dignidade humana consubstancia-se, assim, na articulação entre a vida e a liberdade. Sempre que a vida se transforma em mera sobrevivência, ou que se encontra colocada em causa a verdadeira capacidade de escolha e de afirmação de si, - devido a factores como a fome; as guerras; os totalitarismos; as perseguições, entre outros, - a dignidade humana é colocada em causa. Isto significa que não podemos ser transigentes com as estratégias de legitimação de práticas de indignificação humana, invocando motivos étnicos, religiosos, geográficos, culturais ou ideológico-utilitaristas: a busca de um bem maior. A polémica entre universalistas e pluralistas é superada se considerarmos que os direitos se concretizam em contexto - consagrando a opção política em prol da igualdade e da liberdade -, mas que não podem deixar de partir de um mesmo pressuposto universal - todos os seres humanos têm direito à dignidade. Os direitos humanos não podem, pois, depender de factores contingentes como, a etnia, o género, as opções políticas, religiosas, culturais, sexuais ou o reconhecimento político da cidadania. Não é a cidadania que é a base dos direitos humanos, mas os direitos humanos é que são a base da cidadania.

O discurso da tolerância pode facilmente transformar-se no discurso da resignação, da permanência na impossibilidade. Na verdade, a afirmação da igualdade fundamental é, por outras palavras, a possibilidade de comportar, reconhecer e respeitar as diferenças. Sublinhe-se que este pressuposto de respeito pela diferença, porque parte do reconhecimento do valor e dignidade humana, anulando, pois, qualquer forma de discriminação, tem contornos universais. A existência de tratados e organizações internacionais (ONU) não são mais do que a tradução pública de emoções sociais partilhadas, de orientação para o outro e de preservação da paz.

A construção da justiça e a visibilização das injustiças é obrigação de todos e de cada um, e é esta componente de complexidade e de solidariedade (leitura ecológica do mundo) que corre hoje riscos de ruptura e que deve ser reafirmada num debate complexo e profundo sobre a condição de humanidade. Por outras palavras, trata-se de interiorizar duas ideias:

- a) Todos os seres humanos se diferenciam mas não têm de ser desiguais. A diferença é do domínio da essência, a desigualdade é uma construção social e como tal pode ser questionada e superada.
- b) Todos somos responsáveis por todos. A tragédia do outro é também a nossa tragédia.

O conhecimento da tragédia humana, próxima ou distante de nós, não deixa de existir só porque é ocultada do nosso olhar ou porque desaparece das páginas mediáticas, obviamente marcadas pela efemeridade. Temos de interiorizar este facto de forma inequívoca. A morte de cada pessoa, provocada por interferência humana, ou a negação de uma vida com dignidade, não é menos gravosa só porque a transformamos em estatísticas, ou em danos colaterais de guerras pseudo-legitimadas. Ou mais dramático ainda quando começamos a considerar tais mortes normais, como mais um *fait divers*, assumindo a resignação tácita de que nada podemos fazer.

A “plateia global” e mediática em que nos situamos, e o acenar da racionalidade instrumental, determina a formação de um “altruísmo de massas” (como afirma Lipovetsky, 2010), circunstancial e efémero. A possibilidade que temos hoje de um conhecimento global, em tempo real, da tragédia humana e, em simultâneo, a existência de todo um conjunto de processos, desde logo mentais, de banalização do sofrimento do outro, a banalização da morte, a cegueira deliberada e assumida, torna-nos cada vez mais responsáveis, como partes da humanidade.

A paz constitui uma âncora e um produto de desenvolvimento. Para o efeito, pressupõe liberdade para viver a vida que merece ser vivida, para concretizar os projectos que, para cada cidadão, se afigurem como essenciais e verdadeiramente promotores de bem-estar, como afirma Amartya Sen (2003).

MEDIAÇÃO EM ACÇÃO: CULTURA DE MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ

Este projecto de paz não adquire apenas relevância a nível internacional, ele ganha expressão instrumental em cada nação, a nível local, comunitário, social, interpessoal e pessoal. É neste contexto que o conceito e as práticas de mediação adquirem visibilidade e importância. A mediação, inicialmente entendida como um modo alternativo à tradicional resolução judicial de conflitos entre particulares e entre estes e os serviços públicos, expandiu-se, a partir de meados dos anos 70, a uma abordagem sociológica de mediação como “um modo de regulação social” (Bonafé-Schmitt, 1988, 1992), de que as “boutiques de droit” e as “community boards” são exemplo. No quadro da evidência empírica preconiza-se a necessidade de uma “cultura de mediação”, com uma vocação societal. Neste contexto, emerge a concepção de mediação como modo e modelo de Intervenção Social, que se inscreve no projecto ético-social e operativo de construção de uma cultura de paz.

As *boutiques de droit*, associações de informação jurídica, surgiram em França (1975) por iniciativa de advogados e militantes associativos. Instalaram-se nos bairros para dar resposta à procura social das populações mais desfavorecidas e facilitar-lhes o acesso ao “direito a ter direito”, e o seu domínio da sua acção é o contencioso do quotidiano, é a regulação de litígios menores, sendo pequenos furtos, querelas verbais, maus cheiros na via pública, apenas exemplos. O projecto de mediação sobre o qual as “boutiques de droit” assentam, baseia-se na criação de estruturas de proximidade e na implicação activa dos habitantes. Por tudo isto, Bonafé-Schmitt (1992) considera a mediação, uma justiça doce. Nos termos da “Carta da mediação e das boutiques de droit” (Turrek, 1995, *in* Six, 1995:147) o conceito aparece como precursor de um direito de ingerência social de certos actores da sociedade civil, direito que daria legitimidade aos habitantes dos bairros designados como mediadores.

“Le choix d’action des Boutiques de Droit procède d’un droit d’ingérence sociale de certains acteurs de la Société Civile qui permettrait à des habitants des quartiers, désignés comme médiateurs, d’être porteurs d’une certaine légitimité” (Turrek, 1995 :8)

No que respeita as *Community Boards*, a mais conhecida é a de San Francisco, Criada em 1977 por Ray Shonholtz (um professor de direito) que estava insatisfeito e decepcionado com as decisões judiciais, funciona independente dos tribunais. Esta iniciativa visava humanizar o tecido social em que se manifestavam conflitos interpessoais e pretendia implicar cada cidadão através da sua responsabilização na procura de uma solução. O clima de confiança consolidado permitia dar voz aos conflitos existentes, tendo sido criado um espaço onde as pessoas podiam falar dos seus problemas e resolvê-los com a ajuda de terceiros e de forma extra-judicial. Nesta perspectiva, mediação foi também entendida como uma acção preventiva da marginalidade (Verin, 1988: 201-206). O trabalho de base consistia no estabelecimento de contactos com a população e com as instituições. A experiência de San Francisco é diferente de outros modelos de mediação, uma vez que: a) a mediação é concebida como um meio de solucionar assuntos penais, como uma acção de prevenção de criminalidade, e b) visa a regulação pacífica de conflitos menores pela revitalização do espírito comunitário nos bairros urbanos. Neste contexto, a mediação ultrapassa a resolução de conflitos: os cidadãos procuram a paz social pela redução de tensões sociais e raciais, pelo desenvolvimento de solidariedades, pela prevenção de conflitos de vizinhança. Neste caso, a mediação é uma incitação cívica e pessoal pela informação, educação e acção.

Não se reduzindo apenas à resolução de conflitos, e à inerente associação da sua emergência à crise judicial de regulação de litígios, a mediação passa a ser considerada como “uma estratégia fundamental na perspectiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão social.” (Oliveira e Galego, 2005: 25). Esta perspectiva avança que a mediação “mobiliza um projecto de restauração de laços sociais, sustentando modalidades alternativas de gestão das relações sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais.” (*ibid*, 2005: 26). A mediação é um recurso cada vez mais utilizado e permite “incluir os diferentes participantes num conflito, promove a compreensão; ao aceitar diferentes versões da realidade, defende a pluralidade; e ao fomentar a livre tomada de decisões e compromissos, contribui para a participação democrática” (Torremorell, 2008:8).

Independentemente da concepção que seja adoptada, ao exercício da mediação implica sempre o reconhecimento de um conflito, transformado em problema, e um acto de procura. As visões mais tradicionalistas identificam o conflito como algo negativo, porém estudos aprofundados baseados nas evidências e no conhecimento empírico vieram a revelar que o conflito não é necessariamente negativo, deve surgir e seguir o seu próprio curso, ainda que não em proporções de tal forma graves, que comprometam o desenvolvimento e a integridade do ser humano. Desta feita abriu-se a possibilidade de trabalhar o conflito com uma visão diferente, não o prevenindo para evitar que surja, mas trabalhando-o para diminuir a sua escala, estimulando as relações colaborativas e cooperativas, dando corpo à concepção de mediação como instância de prevenção e não de prevenção de conflitos. Como refere (Burton, 1990:3, *in* Torremorell, 2003:38),

“provenção de conflitos significa deduzir, a partir de uma explicação adequada do fenómeno do conflito - incluindo as suas dimensões humanas -, não só as condições que criam um ambiente de conflito e as mudanças estruturais requeridas para o remover, mas, mais importante, a promoção de circunstâncias que criam relações cooperativas”

É hoje consensual que a mediação é um processo onde a transformação social está presente, implicando a melhoria das relações humanas - viver, estar e relacionar-se melhor. Nesta perspectiva enquadrámos a melhoria das competências de comunicação, com a criação de relações de empatia, das sociabilidades, implicando a participação, activa, das pessoas e o seu empowerment. A ideia de transformação surge associada ao valor social que a mediação produz e à mudança social que provoca a 5 níveis (Figura 1), considerando as dimensões relacionais do ser humano Torremorell (2003: 70-77): 1 - Intrapessoal - formação integral, que propicia às pessoas momentos de introspecção e favorece maior consciência crítica sobre o conflito, as torna mais receptivas ao diálogo, o que implica maior compreensão e disponibilidade para ouvir e ser ouvido; 2 - Interpessoal - um processo que veicula a convivência, dá lugar à construção de laços entre as pessoas; 3 - Intragrupal - um coeficiente de coesão entre os elementos que constituem um grupo; 4 - Intergrupar - constitui também um nó de intercomunicação entre diferentes grupos de pessoas, que estimula o intercâmbio e promove a aglutinação dos grupos em detrimento da dissociação; 5 - Social - como cultura, a mediação melhora as relações humanas, introduz reflexões individuais sobre a prática de cada um, promove a partilha de experiências e conhecimentos e acima de tudo desenvolve competências sociais imprescindíveis à vida em sociedade.

FIGURA 1. CONCEPÇÕES DE MEDIAÇÃO NO QUADRO DAS DIMENSÕES RELACIONAIS DO SER HUMANO



Porém, como refere François Six (1990: 185),

“não há uma mediação perfeita; toda a mediação é um momento de catálise [...]; a mediação mais conseguida, a melhor sucedida, é aquela que produz uma verdadeira comunicação entre as partes, uma comunicação que trará realmente frutos na vida de cada uma das duas pessoas ou de cada um dos dois grupos”.

e Torremorell (*ibidem*: 81) acrescenta

“A mediação desenha um arco social que cruza todas as fronteiras culturais, económicas e étnicas, iluminando zonas conflituosas a pequena e grande escala. A missão da mediação é exactamente a de servir de ponto de encontro daqueles que são diferentes sem cair na tentação de os homogeneizar”.

Os protagonistas do processo de mediação são sujeitos detentores de bagagens culturais e experiências únicas que participam na construção ou reconstrução das suas próprias histórias de vida, da relação com os outros e do contexto em que estão inseridos. Em contextos plurais, Santos Silva (1998:4, *in* Oliveira e Galego, 2005:33) salienta que

“Dada a estrutura desigualitária da distribuição de recursos, de oportunidades e de poderes, [as] diferenças [de identidade étnica, de cultura, de padrões de comportamento e organização social] tendem a ser reconfiguradas como desigualdades, tendem a induzir ou até a justificar, assimetrias, privações e marginalizações a que os membros daqueles grupos são sujeitos. O que dificulta ou mesmo impede a realização dos seus direitos pessoais, o desenvolvimento de sentimentos de auto-estima e respeito, a sua inserção social, familiar, laboral, profissional, cívica e a sua relação com as instituições, as normas e as rotinas da sociedade englobante”.

Amartya Sen (2003) defende que o êxito de uma sociedade deve ser avaliado, segundo a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, através das liberdades substantivas que os indivíduos dessa determinada sociedade desfrutam. Tal modelo de avaliação do êxito de uma sociedade difere do modelo de avaliação mais tradicional, que se foca apenas em variáveis como o rendimento económico. E salienta Marques (2010:120):

“Tais liberdades substantivas são os frutos do desenvolvimento, de modo que a falta de disposições sociais e económicas, tais como os serviços de saúde e educação, limitam a actuação livre dos cidadãos, impedindo-os de se alimentarem adequadamente, adquirirem remédios e tratamentos, obterem conhecimento e instrução”

Através de tais carências um indivíduo tem sua liberdade limitada, vivendo diante de condições degradantes, sem perspectivas de participar activamente como cidadão, na deliberação, elaboração e implementação das políticas públicas.

Um estudo recente realizado para a *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, divulgado em Lisboa (2011), revela que, apesar da disparidade de critérios de medida aplicados durante o período de análise, os indicadores de Portugal relativos à pobreza melhoraram significativamente entre 1993 e 2008: a incidência de pobreza diminuiu 4,7%, passando de 22,5% da população para 17,8% em 2008, estando, no entanto, abaixo do nível médio europeu de 16%, e por isso na lista negra dos países com maiores índices de pobreza na União Europeia. Actualmente temos uma população envelhecida, com rendimento médio baixo, uma percentagem de desemprego de 10,9%, em crescimento face ao défice financeiro e ao desequilíbrio da balança comercial, e com elevada expressão nas camadas mais jovens e mais habilitadas e nas populações acima dos 45

anos, e observamos a um desinvestimento nos apoios sociais, colocando em evidência a incapacidade de as organizações sociais que estão no terreno responderem de forma adequada às necessidades das populações. Vivemos num período de crise, onde é difícil fazer despertar a esperança e a identificação de oportunidades. Este é o panorama que encontramos nas comunidades, cada uma com a sua especificidade, mas é precisamente no local que os conflitos e os problemas ganham dimensão e expressão, porque é lá que são vividos.

De acordo com os padrões para a prática de mediação pelos trabalhadores sociais^[100], divulgados na Convenção da Mediação Familiar em Washington, a mediação constitui um método da prática de trabalho social. Tal não significa que qualquer actividade destes profissionais possa ser categorizada como mediação.

A realidade mostra que os conflitos apenas se transformam, não se diluem. A mediação permite fazer parte deste processo, de forma mais ou menos activa consoante o modelo teórico de referência (Modelo de Harvard, Modelo transformador e Modelo circular-narrativo) e introduzindo um novo elemento catalisador, que possibilite a reconstrução de uma nova narrativa, ainda que ligados/reconfigurados de forma diferente. Mas a mediação social não se esgota no uso da palavra pacificadora. O mediador é um facilitador, mas também um construtor de sinergia necessária ao processo de mudança social e ao exercício da cidadania. Espera-se que a mediação profissional no domínio social permita igualmente aos cidadãos aceder aos serviços (promoção de acessibilidades), participar em grupos de pares (facilitar a sociabilidade), potenciar a aquisição de competências (apoiar, informar e incentivar à formação), aumentar o seu potencial reflexivo e dinamizador (promover, motivar, dinamizar, favorecer um maior nível de consciencialização). A mediação social implica ainda a construção de alternativas que implicam os poderes públicos e estimulam a sociedade civil, através do diálogo, ultrapassando muitas vezes as expectativas dos cidadãos, porque a mediação promove a esperança, gere e impulsiona responsabilidades a nível político, social e pessoal.

A mediação cumpre, deste modo, o seu papel na construção de conexões, potencia vínculos e revela-se um modo de intervenção impulsionador de mudanças internas (nas pessoas) e externas (nas organizações, nas políticas e nas acções dos actores envolvidos), edificando uma teia capaz de integrar profissionais, utentes, voluntários, organizações, decisores políticos, cuja articulação constitui uma mais valia no processo de desenvolvimento social.

Martin Griffiths (s.d.), director do Centro para o Diálogo Humanitário, afirma no Relatório “10 Years. Mediation for Peace 1999-2009”, que a construção da paz está dominada pelas decisões dos homens, tanto dos mediadores como dos litigantes, e podemos acrescentar, como das organizações e das comunidades onde aqueles estão integrados (estrutura económica e política, valores culturais, recursos materiais e humanos, movimentos associativos, entre outros aspectos). A mediação social é em si um poderoso instrumento porque favorece a coesão social, cria e potencia relações coesas entre os indivíduos, os recursos e as dinâmicas ambientais. Deste modo, amplia a capacidade de conhecer e agir em conformidade com os interesses e respeito pelos direitos e deveres de cada pessoa e cidadão. É certo que a cultura da mediação em Portugal não está devidamente difundida e apreendida quer pelos órgãos políticos, potenciais preventores, quer pela população em geral, potenciais difusores e beneficiários. No entanto, a mul-

tiplicidade de experiências de mediação no campo familiar, educativo, penal, laboral, sócio-cultural, comunitário e social e a diversidade de mediadores (profissionais e cidadãos) com perfis e formações tão diversas (especializados, educadores, sociólogos, assistentes sociais, voluntários,...) permite-nos configurar a mediação como modelo integrado de intervenção social e como motor de uma cultura de paz.

Segundo Almeida (2009:118)

“A mediação e a cultura que lhe está associada, caracteriza-se pelo respeito para com o “outro”, a focalização no diálogo, a valorização da cidadania, a importância atribuída aos sujeitos e ao desenvolvimento das suas competências no processo de mudança, a esperança numa solução que ultrapasse o binómio “ganhador-perdedor”, e que é transversal a todo o processo relacional, constituem um mais-valia no “recosimento” dos laços sociais em ruptura”.

Torremorell (2003:86) afirma que

“A cultura de mediação, em si, deverá passar por um processo de construção fundamentado na interrogação e na reflexão colectivas em torno das situações conflituosas, que são as que nos interpelam”.

Neste sentido, a criação de condições estruturais que possibilitem a concretização (substancial e não apenas formal) da igualdade de oportunidades implica a efectivação de processos de mediação entre níveis de decisão (local, nacional, global), níveis de intervenção (micro, meso, macro) e dimensões (individuais e colectivas). Colocar em relação estes diferentes vectores, numa perspectiva comunicacional, operativa e política, constitui-se como um pressuposto de construção da paz por via da mediação. Incentivar a capacitação e a proactividade dos indivíduos e em paralelo desenvolver os recursos e respostas associados às estruturas de oportunidades, articular o “querer” com o “ter a possibilidade de...”, constitui-se como o pilar fundamental do desenvolvimento e da paz a ele associado. Ninguém é livre passando fome (Sen, 2003). Deste modo, o combate às desigualdades, à pobreza e a todas as formas restritivas da liberdade de ser, de estar e de agir são essenciais na promoção de um projecto ético de paz, de democracia e de desenvolvimento. É sob este pressuposto aliás que Muhammad Yunus ganha o prémio Nobel da paz em 2006.

Torna-se necessário dar voz a novas formas de enfrentar os constrangimentos, novos modos de agir face à diferença, centradas na tolerância, mas também nas forças, no sentido de oportunidade e de empowerment individual e colectivo. Tal implica a construção de alternativas, que, como refere Urie Bronfenbrenner (1996), recusam o modelo de “deficit”, aspecto igualmente salientado por Schnitman (1999), a ideia de fatalismo funcional e social (Lascoux, 2001), dando lugar a uma procura, criação e promoção de estruturas de oportunidade. A mediação para além de uma dimensão humana e pacificadora, possui, pois, uma dimensão política, pedagógica e prática, comprometida com experiências transformadoras que favoreçam o desenvolvimento humano e promovam a cidadania, e neste sentido traduz uma nova capacidade de ver e compreender o mundo e de nele intervir.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Helena (2009), “Um panorama das mediações nas sociedades. Na senda da construção de sentido da mediação em contexto educativo” (Capítulo 6), in Veiga Simão *et al.* (orgs.), *Tutoria e Mediação em Educação*. Lisboa: EDUCA, 115-128.
- Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre & *al.* (1992). *Médiation et régulation sociale*, GLSI -Université Lyon II.
- Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre (1988),,, “Plaidoyer pour une sociologie de la médiation” in *Annales de Vaucresson*, 29, , pp.19-44.
- Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre (1992), *La Médiation: une justice douce*, Paris, Syros.
- Bronfenbrenner, Urie (1996), *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Burton, J. (1990). *Conflict : Resolution and Prevention*. New York : St. Martin’s Press, Inc.
- Centre for Humanitarian Dialogue (CHD) (s.d.) *.10 Years. Mediation for Peace 1999-2009* [Em linha], disponível em http://www.operations-paix.net/IMG/pdf/CHD_MediationForPeace_19992009.pdf, [Consultado em 15 Abril 2010]
- *Declaração para Uma Cultura de Paz* - Resolução 52/243 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 6 de Outubro de 1999.
- Lascoux, Jean-Louis (2001). *Pratique de la médiation. Une méthode alternative à la résolution des conflits*. Col. Formation Permanente, Séminaires Mucchielle, Paris : ESF.
- Levinas, Emmanuel (1991). *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence*. Paris : Le Livre de Poche
- Lipovetsky, Gilles (2010). *O Crepúsculo do Dever*. Ed. Dom Quixote
- Marques, Guilherme (2010) . Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. *Revista Urutágua - académica multidisciplinar*, DCS/UEM, nº 22, 120-123.
- National Association of Social Workers. (n.d.). *Standards for social work mediators*. Washington, DC: Author. <http://www.familymediation-council.com/swstandards.htm> [15-12-2010]
- Oliveira, Ana & Galego, Carla (2005), *Mediação Sócio-Cultural: Um Puzzle em Construção, Observatório da Imigração: 14*. Lisboa: ACIME.
- Oliveira, Mirta Gómez (2005) *Mediación Comunitaria: Bases para implementar un Centro Municipal de Mediación Comunitaria y de Resolución de Conflictos*. Buenos Aires: Espacio Editorial, pp. 65-79.
- Santos Silva, Augusto (1998). “A Formação e a acção de mediadores sociais”, Síntese de mesa redonda, organizada pelo Ministério da Educação em 27 de Março de 1998, In Oliveira, Ana & Galego, Carla (2005), *Mediação Sócio-Cultural: Um Puzzle em Construção, Observatório da Imigração: 14*. Lisboa: ACIME.
- Schnitman, Dora Fried (1999), “Novos Paradigmas na Resolução de Conflitos”, in Dora Fried Schnitman e Stephen Littlejohn (orgs.), *Novos Paradigmas em Mediação*. São Paulo: Editores Artes Médicas Sul, 17-27.
- Sen, Amartya (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Six, Jean-François (1990). *Le Temps des Médiateurs*, Paris: Éditions du Seuil.
- SIX, Jean-François (1995), *Dynamique de la médiation*, Paris : Desclée de Brower.
- Torremorell, Maria Carme Boqué (2008), *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.
- Turrek, Philippe «Vers un droit d’ingérence sociale , 1995, in SIX, J.F., *Dynamique de la médiation*, Paris, Desclée de Brower, 1995, p.147.
- Verrin, Jean (1988), “Le potentiel de la médiation” in *Annales de Vaucresson*, 2, nº 29, 201-206.

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 02.

**TRABALHO, SAÚDE E
MEDIÇÃO AMBIENTAL**

ÍNDICE **VOLUME 02** TRABALHO, SAÚDE E MEDIAÇÃO AMBIENTAL

193 CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO
CARLA BARROS

**PARTE 01. CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: CONTROVÉRSIAS
ACERCA DO TRABALHO E DA PAZ**

**197 CONTROVÉRSIAS ACERCA DO
TRABALHO E DA PAZ**
MARIANNE LACOMBLEZ

**201 TRABALHO, PAZ E DEMOCRACIA:
UMA TROIKA PARA O SÉCULO XXI**
HERMES AUGUSTO COSTA

**PARTE 02. CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: (IN)VISIBILIDADES
DOS EFEITOS DO TRABALHO NA
SAÚDE E NO BEM-ESTAR**

**211 MOBBING: ASPECTOS JUSLABORAIS
E PSICOSSOCIAIS DO ASSÉDIO
MORAL NO TRABALHO**
NUNO CEREJEIRA NAMORA E NELSON LIMA-SANTOS

**217 A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE
BEM-ESTAR NO CONTEXTO TRABALHO**
MORAIS, V., MONTEIRO, A., CARVALHO, A.,
AZEVEDO, R. E BARROS-DUARTE, C.

**223 CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO:
RESULTADOS DE UM ESTUDO
SOBRE BEM-ESTAR NO TRABALHO
E PERCEÇÃO DE SAÚDE EM
AUXILIARES DE GERIATRIA**
ROSANA MONTEIRO E PEDRO CUNHA

**231 CONTRIBUTOS DA AVALIAÇÃO DOS
RISCOS PSICOSSOCIAIS NA CONSTRUÇÃO
DA PAZ E DO BEM-ESTAR NO TRABALHO**
CARLA BARROS-DUARTE, ALEXANDRA CUNHA, SUSANA
MENDES, PAULA PIRES, MARISA SOUSA, CÁTIA VIEIRA.

**PARTE 03. CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: COMO CONSTRUIR UMA
CULTURA DE PAZ NAS ORGANIZAÇÕES?**

**239 ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO: QUAIS
OS CONTRIBUTOS DE AMBAS
PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ?**
PEDRO CUNHA, JORGE CÔRREIA JESUÍNO
E MARIA LUÍS MACHADO

**243 A (IN)JUSTIÇA DOS PROCESSOS
DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:
DUAS DÉCADAS DE ACTUALIDADE
DA METÁFORA DO DUE PROCESS.**
PAULO PINTO-MOREIRA

**251 A GRH COMO INTERMEDIÁRIA NO
CONTRATO PSICOLÓGICO: INDICADORES
PARA A PAZ NAS ORGANIZAÇÕES**
RICARDO BESSA MOREIRA E PEDRO CUNHA

**257 A CONSTRUÇÃO DA PAZ, A EFICÁCIA
NEGOCIAL E A ASSERTIVIDADE: ESTUDO
NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL**
MANUELA BARROS E PEDRO CUNHA

**263 RELAÇÕES ENTRE GESTÃO DE CONFLITO
E FACTORES DE PERSONALIDADE**
ANA PAULA MONTEIRO, GONZALO
SERRANO E DAMASO RODRÍGUEZ

PARTE 04. CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE

271 CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE
ISABEL SILVA

**273 CONSTRUIR A PAZ INTERIOR:
AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES
PSICOSSOCIAIS NA DOR CRÓNICA**
ANA MATOS, RUTE F. MENESES E VIRGÍNIA REBELO

**277 CONSTRUÇÃO DA PAZ NA INFÂNCIA:
RESULTADOS DE UM PROGRAMA
DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**
ANA BOTELHO RIBEIRO, ANA COSTA, ANA GOMES,
ANA RAQUEL CARNEIRO, CARLA FONTE, CLÁUDIA
SANTANA, CRISTINA FERREIRA, FERNANDA
DUARTE, GLÓRIA JÓLLUSKIN, ISABEL SILVA,
RUTE F. MENESES E TERESA TOLDY

**283 O IMPACTO DO PSICODRAMA NOS
INDIVÍDUOS: DADOS PRELIMINARES
DE UM ESTUDO NATURALISTA**
ANA CRUZ, GABRIELA MOITA, CÉLIA SALES E PAULA ALVES

289 **TRANSIÇÃO PACÍFICA PARA O ENSINO SUPERIOR? SAÚDE E OPTIMISMO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**
ANA MATOS, DANIELA TAVARES, MARINA BERNARDO, RUTE F. MENESES E ISABEL SILVA

293 **O IMPACTO DO BEM-ESTAR SUBJECTIVO E DO ESTIGMA EM PESSOAS COM DOENÇAS CRÓNICAS**
ESTELA VILHENA, J. PAIS RIBEIRO, I. SILVA, L. PEDRO, R. MENESES, H. CARDOSO, A. MARTINS DA SILVA E D. MENDONÇA

297 **O PAPEL DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA PROMOVIDOS PELAS UNIVERSIDADES NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE – O PROJECTO “APRENDER A CRESCER EM PARANHOS”**
ISABEL SILVA, RUTE F. MENESES, CARLA FONTE, GLÓRIA JÓLLUSKIN, TERESA TOLDY, ANA GOMES E ANA COSTA

303 **DIREITO COMPARADO DA SAÚDE E PERSPECTIVA SOBRE A PAZ - OBJECTIVOS E RESULTADOS DO PROJECTO SOCHIR**
JOÃO CASQUEIRA CARDOSO

309 **A ATENÇÃO AO TOXICODEPENDENTE ENVELHECIDO**
LAURA M. NUNES

315 **RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A PERCEPÇÃO DE ESTIGMA E OPTIMISMO, EM INDIVÍDUOS COM ESCLEROSE MÚLTIPLA**
LUÍSA PEDRO, JOSÉ PAIS-RIBEIRO, RUTE MENESES, ISABEL SILVA, HELENA CARDOSO, DENISA MENDONÇA, ESTELA VILHENA, MADALENA ABREU, ANA MARTINS E ANTÓNIO MARTINS-DA-SILVA

319 **PAZ INTERIOR EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS**
RUTE F. MENESES, CRISTINA MIYAZAKI E JOSÉ PAIS-RIBEIRO

323 **PESSOAS COM EPILEPSIA E OS OUTROS: RELAÇÕES PACÍFICAS?**
RUTE F. MENESES, JOSÉ PAIS-RIBEIRO, ISABEL SILVA, LUÍSA PEDRO, HELENA CARDOSO, DENISA MENDONÇA, ESTELA VILHENA, MADALENA ABREU, VERA MELO, ANA MARTINS DA SILVA E ANTÓNIO MARTINS DA SILVA

329 **A PAZ E A SAÚDE: CONTRIBUTOS PSICO-EDUCACIONAIS**
SÓNIA ALEXANDRE GALINHA E ADÉRITO GOMES BARBOSA

337 **A COMUNICAÇÃO SEXUAL COMO CONTRIBUTO NA EDIFICAÇÃO DA PAZ**
TATIANA SANTOS E ISABEL SILVA

343 **O PAPEL DA AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES DE VIDA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ**
VÂNIA LINHARES E RUTE F. MENESES

347 **A CONSTRUÇÃO DA PAZ INDIVIDUAL: RELAÇÃO ENTRE VIVÊNCIAS ACADÉMICAS E AUTO-EFICÁCIA**
VERÓNICA FERNANDES, ISABEL SILVA E RUTE MENESES

353 **RESPONSIVENESS - A IMPORTÂNCIA DA DIGNIFICAÇÃO DOS UTENTES NOS CUIDADOS DE SAÚDE**
ANA SOARES E ISABEL SILVA

361 **GUERRA E PAZ PSÍQUICA E FAMILIAR. A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DA PASSAGEM AO ACTO**
MARTA MATOS

367 **CONFLITO E MEDIAÇÃO AMBIENTAL**
NELSON BARROS

369 **ENERGIA E AMBIENTE PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL**
GISELA M. OLIVEIRA E M. J. LEMOS DE SOUSA

379 **ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY AND UNSUSTAINABLE INEQUALITIES**
JOSÉ MANUEL MARTINS

CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO

Os discursos relativos à saúde e ao bem-estar no trabalho têm ganho relevo significativo ao nível das decisões e orientações políticas, traduzidos não só através da produção de legislação específica como, também, da criação de organismos com preocupações ao nível as condições de vida no trabalho. Contudo, e apesar dos esforços desenvolvidos neste domínio assistimos, ainda, a poucas mudanças na concretização de práticas globais que integrem, efectivamente, todas as dimensões da actividade humana de trabalho para a construção da saúde e do bem-estar.

O objectivo deste capítulo é o de apresentar e partilhar um conjunto de textos diversificados de modo a promover e estimular, numa plataforma pluridisciplinar, a circulação de saberes e experiências entre os investigadores, os técnicos e as organizações de forma a aproximar os discursos das práticas, na promoção da Harmonia e do Bem-estar no trabalho.

Está organizado em três partes. Na primeira parte são exploradas as *controvérsias acerca do trabalho e da paz* ao longo da história acentuando os contributos de disciplinas como a psicologia, a sociologia, a economia e a medicina no debate entre a paz e o conflito no trabalho, perspectivando a possível

construção da paz no trabalho. Na segunda parte, *(in)visibilidades dos efeitos do trabalho na saúde e no bem-estar*, é evidenciada a complexidade do estudo das relações trabalho e saúde, mais concretamente ao nível da avaliação dos riscos associados ao trabalho. São propostos modelos de avaliação, nomeadamente dos riscos psicossociais, que têm conduzido a uma maior sensibilização para a utilização de mecanismos capazes de tornar mais visíveis os efeitos do trabalho na saúde. Na terceira parte são analisados os contributos dos instrumentos de gestão de pessoas para a *construção de uma cultura de paz nas organizações* mais precisamente, nos processos de gestão e mediação de conflitos de conflitos, na relação contratual e na negociação do contrato psicológico e, ainda, na relevância dos sistemas de avaliação do desempenho para as práticas organizacionais.

CARLA BARROS

PROFESSORA ASSOCIADA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES E INTERNACIONAIS SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 02.

**TRABALHO, SAÚDE E
MEDIÇÃO AMBIENTAL**

PARTE 01.

**CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: CONTROVÉRSIAS
ACERCA DO TRABALHO E DA PAZ**

CONTROVÉRSIAS ACERCA DO TRABALHO E DA PAZ

MARIANNE LACOMBLEZ

PROFESSORA CATEDRÁTICA DA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO.
CENTRO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. CPUP (FCT)

Falar de paz no trabalho não deixa de ter a sua dose de provocação...

Porque sabemos quanto o trabalho, nas nossas sociedades, evoluiu no seio de relações intrinsecamente desiguais entre a entidade empregadora e as pessoas contratadas. É, aliás, o padrão de referência do Direito do Trabalho, o de compensar esta desigualdade originária - tendo em conta que a subordinação e a dependência económica do trabalhador são susceptíveis de limitar ou anular a sua capacidade de fazer valer os seus direitos. O ordenamento jurídico nesta matéria estrutura, então, e delimita, os poderes de direcção e de organização do empregador, submetendo-o a um controlo externo - contendo os poderes dos responsáveis da empresa dentro de limites juridicamente configurados e regulados.

Será então possível e/ou desejável construir um estado de “paz” neste tipo de contexto?

A “paz social” no mundo do trabalho foi, na verdade, objecto de valorização, em vários momentos da história das nossas sociedades industriais - seja com um empenho particular por parte de representantes das entidades empregadoras, seja por Estados que deram como objectivo global o de limitar as turbulências suscitadas pelas reivindicações de quem trabalha. E Portugal não deixou, durante várias dezenas de anos, de revelar o que resulta desta concepção do Estado.

Mas não tenciono referir agora os altos e baixos desta longa história da paz social no mundo do trabalho, das suas ambiguidades e das controversas que já suscitou.

Prefiro situar o meu contributo, reflectindo acerca das relações que a psicologia do trabalho acabou por ter com a questão da paz e do conflito.

E com esta perspectiva, falar da paz no trabalho acaba por ter a sua dose de desafio - porque a Psicologia do trabalho foi, sem dúvida, atravessada pela dinâmica suscitada por esta preocupação.

Podemos talvez referir sobretudo, na história desta disciplina científica, o período do pós segunda guerra mundial, em que, nos países abalados pelo conflito, dominou o projecto de uma reconstrução das economias nacionais baseada num largo consenso entre os parceiros sociais - apostando nas potencialidades de uma participação activa e real dos trabalhadores e seus representantes na deliberação de todos os assuntos que lhes diziam respeito.

Foi nesta conjuntura que algumas pesquisas, financiadas pela CECA, permitiram consolidar o que acabou por constituir o paradigma da Psicologia do Trabalho Europeia.

Trata-se de um quadro analítico cujo princípio básico é que o respeito dos direitos dos trabalhadores em termos de salvaguarda da sua saúde e segurança no e pelo trabalho, é compatível, em determinadas condições, com a preocupação da entidade empregadora de conseguir uma rentabilidade do

processo de produção. Por outras palavras, a ideia defendida é que um processo de produção concebido de modo a não colocar em risco o bem-estar dos trabalhadores, só ganha com isto - não só em termos morais, mas também em termos de rentabilidade de longo prazo.

Um dos objectos de pesquisa centrais desta tradição científica resulta, precisamente, dessa aposta: frequentemente, o trabalhador acaba por se encontrar em situações em que não consegue, ao mesmo tempo, respeitar as normas de produção que lhe foram definidas, e as normas de segurança susceptíveis de atenuar o risco de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais. Neste caso, os objectivos de rentabilidade e de preservação da saúde entram claramente em conflito e, na larga maioria dos casos, face a este tipo de dilema, o trabalhador acaba por optar pelo respeito das normas de produção, pondo então em risco a sua integridade física e psíquica.

É, nomeadamente, por isso que, nos últimos 30 anos, graças aos contributos da psicologia do trabalho, embora integrados, obviamente, numa abordagem pluridisciplinar, evoluiu bastante a legislação nesta matéria da higiene e segurança no trabalho - de modo a garantir, apesar de tudo e o melhor possível, a prevenção de qualquer tipo de risco e o princípio de precaução em caso de existência de alguma ameaça para a preservação da saúde de quem trabalha.

Todavia, esta história é longe de se revelar linear... Para referir um exemplo concreto, as pesquisas que desenvolveu a Prof^a Carla Barros (Barros Duarte & Lacomblez, 2006) contribuíram a evidenciar o quanto é difícil desencadear um processo de declaração e reconhecimento de doenças. Tratam-se de pesquisas realizadas em Portugal, mas a questão também é levantada nos mesmos termos noutros países da U. E.

Aliás, os nossos colegas franceses costumam lembrar o caso emblemático do amianto: desde há muitos anos, os efeitos dramáticos da sua foram cientificamente demonstrados - e registados no início dos anos 70 por peritos do ministério do trabalho francês; mas só passaram a ser reconhecidos como tal quando as vítimas começaram a se organizar colectivamente, interpelando a justiça em nome de princípios e direitos fundamentais - à vida, à saúde, à dignidade, conseguindo então modificações importantes da legislação, no fim dos anos 90.

Assim, neste caso como noutros, a ruptura e o passo para a frente só se operaram graças ao conflito.

O que conduz alguns autores a afirmar que, em matéria de condições de trabalho, as evoluções fazem-se, frequentemente, quando a ausência de consenso acaba por ser discutido no palco público e político (Henry, 2004).

Esta tomada de consciência está a levar a psicologia do trabalho para certas evoluções - não só em termos de cenários de intervenção, como também no plano teórico.

Em termos de intervenção, as pesquisas da Prof^a Carla Barros passaram a privilegiar uma perspectiva que optou por ultrapassar o nível da empresa, situando-se ao nível do território – colocando assim a questão, de certo modo, na cena pública. Partiu-se do princípio que todos os dados necessários existem mas que não são efectivamente e devidamente considerados, nem pelos médicos que devem cuidar da saúde, nem pelos empregadores que devem avaliar o risco, nem pelos trabalhadores que são confrontados com os riscos diariamente, nem mesmo pelos organismos que têm responsabilidades na gestão da saúde no trabalho.

O objectivo do projecto desenvolvido foi então de constituir, na linha de projectos também desenvolvidos por alguns colegas europeus, redes de apoio, no plano regional, susceptíveis de sustentar um outro processo de diagnóstico, declaração e reconhecimento das doenças profissionais e, a longo prazo, um saneamento dos locais de trabalho.

No plano teórico, temos também assistido a evoluções significativas.

Yves Schwartz (Schwartz & Durrive, 2010), por exemplo, formalizou melhor o que se passa na gestão das actividades de trabalho – definindo essas actividades como uma sucessão de arbitragens, de opções entre várias alternativas que, na realidade, se situam sempre face a dois pólos, num espaço que, por isso é definido como “tripolar”:

1. Pólo das gestões

Do trabalho.

No trabalho.

As dramáticas de uso de si nas situações de trabalho *stricto sensu*.

Temporalidade da construção para um património de experiências de trabalho.

2. Pólo do mercado

Ordenado aos valores quantitativos, mensuráveis, mercantis.

Os valores sem dimensão subordinados aos valores mercantis. Gestão económica, financeira, contabilística.

Temporalidade volátil das circulações monetárias.

3. Pólo da politeia

Orientado aos valores “sem dimensão”

A política, a deliberação nos órgãos da democracia sobre os “bens comuns”. Os valores mercantis teoricamente subordinados aos valores sem dimensão. Temporalidade de longa duração dos princípios constitucionais ordenados aos valores globais da politeia. Problemas dos novos espaços políticos e novas instâncias de regulação, para além dos Estados (ex.: Direito comunitário) ou aquém deles (ex.: poder das Regiões em França).

Eixo da vivência com os outros como problema comum

Integração dos valores sem dimensão nas gestões do trabalho.
Retratamento dos valores a partir da actividade.

> Igualdade das pessoas numa sociedade de direito.

Eixo da actividade humana

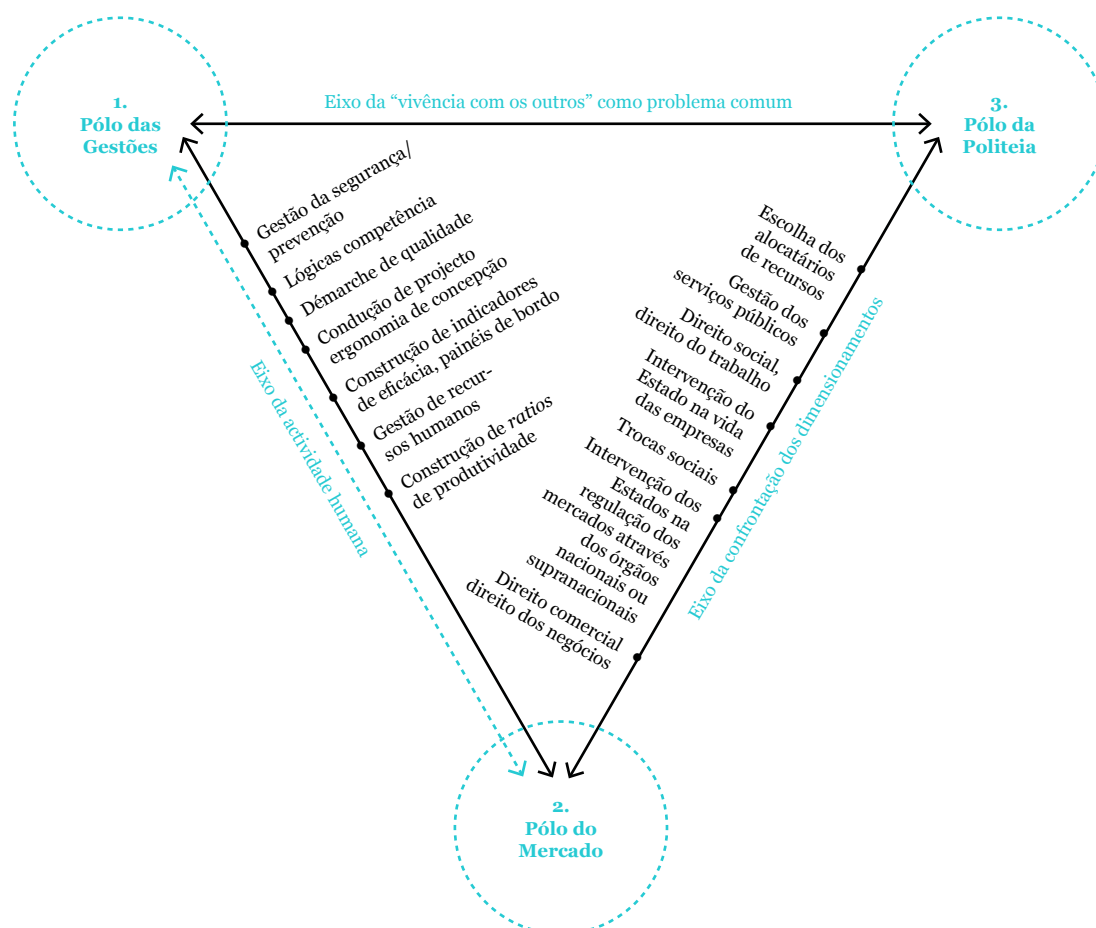
Submissão à troca mercantil.
Espaço de confrontação entre as gestões do trabalho” e a gestão por raios escritos

> Subordinação jurídica e/ou relações hierárquicas

Eixo da confrontação dos dimensionamentos

e das fontes de produção das normas antecedentes: público/mercado.

> O exercício do poder



O *Pólo II*, dito “do mercado” que funciona na base de valores quantitativos e por comparações de interesses e de mais-valia, de benefícios, de rentabilidade;

O *Pólo III*, dito “da Politeia”, do direito, e nomeadamente do direito à saúde, do político, dos órgãos da democracia – carregado de valores ditas “sem dimensão” para os diferenciar dos valores do pólo do mercado.

Espaço este em que temos então o *Pólo I*, das gestões, da actividade humana – da dramática da actividade humana – que pensa, pondera, debate as normas e os valores produzidos pelos dois outros *Pólos* – e vai gerindo os conflitos potenciais – ou já reais, visíveis, concretos.

A ideia de Yves Schwartz (Schwartz & Durrive, 2010) é que a História não resulta de um simples face a face entre o pólo do mercado e o da Politeia; mas que esta História passa pelas controversas de todos os dias em que cada um acaba por desempenhar um papel, precisamente pelas micro-arbitragens que acaba por assumir em situações intrinsecamente definidas pelo conflito e normas e de valores.

Percebemos assim que, numa mesma empresa, acabam por coexistir sempre várias posturas face aos dilemas do dia a dia. Como o realçou Yves Clot (2006; 2010) que, numa empresa há, por exemplo, várias concepções do “trabalho bem feito” – por um lado, aquelas que privilegiam critérios de eficiência produtiva e/ou normas de qualidade predefinidas no âmbito dos processos de certificação; e, por outro lado, aquelas que são próprias aos operadores de primeira linha, que resultam da sua experiência do trabalho concreto e real desenvolvida graças ao progressivo conhecimento das especificidades do processo de produção, deste conhecimento que acabaram por adquirir do que costuma correr bem, mas também do que sabem que podia correr melhor e que tentam resolver.. Trata-se neste caso de uma outra concepção do que é o “trabalho bem feito”. Uma concepção enraizada no dia a dia do trabalho real – e que, em geral, é mal ou pouco conhecida pelos responsáveis da empresa.

Yves Clot (2006; 2010) defende então que esta coexistência de concepções diferentes tem que ser gerida, não numa procura de consenso, mas sim no âmbito de um processo de debate, confrontação, discussão dos fundamentos dos pontos de vista. Só desta forma é que passam a ser reunidas as condições de uma progressão da vida em comum. Não acredita no que pode parecer pacífico; só acredita nas potencialidades do conflito – citando por isso Bakhtine, filósofo do diálogo: o que é partilhado tem pouco interesse; é o que não é partilhado que é fonte de desenvolvimento colectivo.

Dito com outras palavras: o mundo do trabalho não progride com uma negação do conflito, com a procura de uma paz – que só pode ser aparente, só pode enganar; progride, sim, criando condições para uma confrontação das divergências explicitadas.

REFERÊNCIAS

- Barros Duarte, C. & Lacomblez, M. (2006). Saúde no trabalho e descrição das relações sociais. *Laboreal*, 2, (2), 82-92.
- Clot, Y. (1999/2006). *A Função Psicológica do Trabalho*. Petropolis: Editora Vozes.
- Clot, Y. (2008/2010). Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Henry, E. (2004). Quand l'action publique devient nécessaire : qu'a signifié « résoudre » la crise de l'amiante ? *Revue française de science politique*, 54, 2, 289-314.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2003/2007/2010; s/ dir). Trabalho e ergologia: conversas sobre a actividade humana (organizadores da edição brasileira: Milton Athayde e Jussara Brito). Niteroi: EDUFF.

TRABALHO, PAZ E DEMOCRACIA: UMA TROIKA PARA O SÉCULO XXI

HERMES AUGUSTO COSTA

SOCIÓLOGO, PROFESSOR AUXILIAR
DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

RESUMO

Propõe-se uma reflexão em torno de três palavras-chave que compõem aquilo que se poderia designar de *troika* para o mundo do trabalho no século XXI. Por um lado, recuperam-se algumas das visões, significados e desafios que se colocam à noção de *trabalho*. Por outro lado, aponta-se a via da *paz laboral* como meio não só para o reconhecimento do valor do trabalho como para a afirmação cidadã pelo trabalho, mas sem deixar de ter em conta o papel da(s) luta(s) como meio, muitas vezes incontornável, para a pacificação dos espaços e contextos de trabalho. Por fim, sustenta-se que só realizando o trabalho em *condições democráticas*, i.e., em clima de liberdade, autonomia e criatividade, é possível abrir caminho à construção de formas de paz e mecanismos de bem-estar social na esfera produtiva.

ABSTRACT

It is proposed a reflection on the three key-words that make up what might be called a *troika* to the world of work in the twenty-first century. On the one hand, some of the visions, meanings, and challenges of the notion of *work* are recovered. On the other hand, it is argued that the road to *peace* is a means not only to recognize the value of work, but also the claim of citizenship through work. This does not mean, however, the denial of the conflict as a means for the pacification of spaces and work contexts. Finally, it is argued that only doing the work under *democratic conditions*, i.e., in an atmosphere of freedom, autonomy and creativity, it is possible to open the way to peace building forms and mechanisms of social welfare in the productive sphere.

A construção da paz no trabalho é certamente uma inevitabilidade perseguida por todos aqueles que, directa ou indirectamente e enquanto parte da população activa, pretendem que o fruto do seu trabalho, investimento e dedicação saibam a recompensa e não a frustração. Numa época em que a *troika* “real” (FMI-UE-BCE) veio até nós, convirá fazer apelo a uma outra *troika* (porventura mais virtual porque nem sempre possível de concretizar, o que não significa que seja menos desejada) para o mundo do trabalho, pois estou em crer que será em torno desta que será possível almejar caminhos virtuosos para a construção de uma paz no trabalho.

Assim sendo, as palavras-chave que podem animar a construção de uma *troika* para o mundo do trabalho no século XXI são, a meu ver, trabalho, paz e democracia. Três termos que, em bom rigor, se completam e apoiam mutuamente de modo inclusivo. Trabalho, desde logo, porque enquanto ideal a perseguir ele continua a ser foco de integração social, identidade e motivação. Paz, porque só num clima de pacificação das relações laborais, de segurança no emprego e de dignificação (humanização) do trabalho e das condições em que ele é prestado é possível encarar o futuro com maior confiança. O que não significa, porém, que a paz se faça ou se vá fazendo sem recurso ao conflito (como terei ocasião de dar conta abaixo). Democracia, porque só com trabalho realizado em condições de liberdade, autonomia e criatividade é porventura possível realizá-lo também em clima de paz. Estas são, pois, três palavras de uma *troika* que se pretende que seja não (mais) uma *troika* do nosso descontentamento, mas uma *troika* indutora de confiança no futuro e de maior esperança para as relações laborais. Nesta reflexão deter-me-ei, assim, em cada um daqueles termos pela ordem enunciada acima.

1. O TRABALHO: VISÕES, SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES

Um primeiro olhar sobre o trabalho prende-se como uma visão sócio-histórica da sua evolução. Pegando nas sugestões de João Maria Mendes (2008: 118-119), dir-se-á que pelo menos quatro entendimentos atravessaram historicamente o trabalho: por um lado, um elemento *punitivo* (consagrado na figura de Adão e toda a sua progenitura, que são condenados a trabalhar); por outro lado, a ideia trabalho *como reversão salvífica* (observada a partir do Antigo Regime/entre o Renascimento e as Revoluções Liberais, o que corresponde à Idade Moderna e, mais tarde, a partir do século XIX, à associação entre socialismo e movimento operário, em resultado da qual o trabalho passou a ser visto como o “Messias do mundo moderno”); em terceiro lugar, um elemento da *relação com a natureza* (pela criação das máquinas o homem seria progressivamente um dia dono da natureza, ainda que historicamente esta relação entre trabalho e tecnologia, como forma de controlar a natureza, deambulou entre o lado “bom” (Dr. Jekyll) e lado “mau” (Mr. Hyde), com ainda recorda J. M. Mendes; por fim, o *trabalho contemporâneo*, dos dias de hoje, muito associado às novas formas de polivalência e fragmentação, às novas modalidades de emprego, ao (galopante) fenómeno do desemprego, etc.

De igual modo, na linha de João Freire (1998), o trabalho¹ acolhe diferentes tipos de significados, certamente porque de-

1 Para João Freire (1998: 27), trata-se de “actividade deliberadamente concebida pelo Homem, consistindo na produção de um bem material, na prestação de um serviço ou no exercício de uma função, com vista à obtenção de resultados que possuam simultaneamente

envolve vários tipos de relações: com a natureza, com a produção (de bens e mercadorias para consumo), com os serviços (prestação de serviços entre pessoas), com a ideia de transacção (troca de bens materiais), com a noção de criação (o trabalho é invenção e descoberta), com espaços/instituições (organizações), etc.

Diferentes formas de trabalho apontam hoje cada vez mais para rotas de sentido precarizante: recibos verdes (ou melhor, falsos recibos verdes)^[2], contratos a prazo^[3], trabalho temporário, trabalho a tempo parcial, trabalho na economia informal^[4], são apenas alguns dos rostos das novas morfologias do trabalho (Antunes, 2006) no século XXI. Ora, a criação da paz ou a ausência dela não pode dissociar-se dessas diferentes modalidades que, em muitos casos, fecham mais a porta à paz do que a abrem. Talvez por isso não tenha causado estranheza, ao longo da última década, a identificação de teses opostas quanto ao lugar/centralidade do trabalho na sociedade.^[5]

Por um lado, autores mais pessimistas têm vindo a advogar a tese do fim do trabalho, permitindo-se, assim, o uso de expressões como “êxodo da sociedade salarial/não-classe de não-trabalhadores” (André Gorz), “o trabalho não garante identidade” (Claus Offe), “fim do trabalho”; fim do trabalho formal a caminho de um “mundo sem trabalhadores”; ou ainda a “máquinas = novo proletariado” (Jeremy Rifkin), “trabalhadores temporários permanentes”; “brasileirização do ocidente” (Ulrich Beck), “só por acaso o trabalho cria laços sociais (Dominique Méda).

Por outro lado, autores mais optimistas defendem a tese da centralidade do trabalho, apontando, por exemplo, as virtualidades da sociedade informacional (Manuel Castells), reafirmando que não há alternativa à civilização do trabalho e que é crucial distinguir entre consistência do trabalho (perdida) e importância do trabalho (ganha) (Robert Castel), bem como redescobrir o trabalho de forma democrática, por meio de um novo contrato social (Santos, 1998)^[6].

Mas independentemente das diferentes formas (configurações, morfologias), de trabalho, estou em crer, sobretudo na linha das teses mais optimistas sobre a centralidade do trabalho, que mesmo não havendo um mercado global de trabalho, estamos no mínimo diante do trabalho enquanto recurso global. Não no sentido de haver trabalho (ou pelo menos emprego) para todos, mas de ser uma referência pela qual as pessoas se guiam e orientam (Santos e Costa, 2004: 18; Costa, 2008:

23). Isto é, mesmo sendo admissível que os mercados de trabalho não são verdadeiramente globais^[7], o que é facto é que o trabalho constitui efectivamente um recurso global que as empresas procuram nas mais diversas partes do mundo, quer importando trabalho altamente qualificado, quer deslocando-se elas próprias à procura de trabalho mais barato. Além disso, os trabalhadores são “levados pela necessidade económica, pela guerra ou pela fome a procurar trabalho através do globo” (Castells, 1998: 93). A ânsia em querer ter trabalho ou em poder ter acesso a uma actividade minimamente remunerada tem levado mesmo a que a expressão “vale mais o pior dos empregos do que o desemprego” se tenha tornado recorrente.

Esta constatação (que parece mesmo cada vez mais ser esgrimida em forma de desespero) relega, pois, para segundo plano, imagens, significados ou representações onde o trabalho é fonte de bem-estar pessoal e realização colectiva e onde a identificação com o espaço social do trabalho é quase intuitiva^[8]. Porém, mesmo havendo secundarização, é nesse domínio da identificação com uma actividade laboral que a questão da satisfação no trabalho adquire um destaque especial. Com efeito, os estudiosos do comportamento organizacional têm dedicado um espaço considerável à questão da satisfação do trabalho, pois além de a mesma poder ser indutora de uma “paz colectiva” é também favorecedora de uma “paz individual”, expressa no modo como cada cidadão se sente reconfortado por gostar do que faz.

Na verdade, a satisfação no trabalho pode ser estudada em várias vertentes. Tomando como referência algumas das sugestões de Paulo Alcobia (2001), creio que pode distinguir-se, desde logo, uma vertente associada aos “actores” portadores da satisfação no trabalho. Neste sentido distinguir-se-ia a perspectiva do trabalhador, que realça mais (num sentido humanitário) os aspectos relacionados com a respeitabilidade, o bem-estar e a saúde psicológica associados ao trabalho. Dir-se-ia que esta é uma vertente de “baixo para cima”. E, por outro lado, uma perspectiva organizacional, que realça mais uma visão de conjunto, que vê na satisfação no/com o trabalho uma forma de aumentar a produtividade. Daí que as organizações se preocupem em fazer diagnósticos/avaliações sobre o grau de satisfação dos seus colaboradores. Trata-se assim, neste caso, de uma visão mais directiva, de “cima para baixo”. Além desta vertente mais próxima dos actores, creio que se pode destacar uma outra vertente mais directamente associada ao “meios” de expressão de atitudes de satisfação no trabalho: de um lado, a ideia de satisfação no trabalho associada a um estado emocional, a sentimentos ou respostas afectivas; do outro, a ideia de satisfação no trabalho associada a uma atitude generalizada em relação ao trabalho (podendo aqui incorporar, além dos aspectos emotivos do ponto anterior, aspectos cognitivos e comportamentais)^[9].

Em clima de retracção económica como o que atravessamos, os índices de satisfação, lealdade e envolvimento labo-

utilidade social e valor económico, através de dois tipos de mediações necessárias, uma técnica e outra organizacional”.

2 Para uma análise deste fenómeno que rondará as 900.000 pessoas, cf AAVV (2009).

3 Entre 1999 e 2007, verificou-se um aumento da probabilidade de novos contratos serem celebrados a termo e mantidos nessa situação durante mais tempo. Pela dinâmica de entrada na vida activa, este fenómeno afecta particularmente os trabalhadores jovens, mas tem-se estendido a todas as idades. No seu conjunto, os contratos a prazo abrangem mais de 20% dos assalariados, em especial jovens com níveis de escolarização elevados. (Reis, 2009: 11-12).

4 Estima-se que em Portugal o peso da economia informal represente cerca de ¼ do PIB português. Como assinalam Dornelas et al. (2010: 16), o peso do trabalho não declarado apresenta sobretudo motivações mais económicas do que sociais e atinge tanto mais as diferentes categorias quanto mais distantes estas se encontram do emprego típico e protegido. Além disso, integra uma parte (16%) não remunerada do trabalho realizado no sector formal da economia formal.

5 Para uma análise mais desenvolvida de tais teses, cf. Toni (2003).

6 Nos termos de tal contrato: i) o trabalho deve ser democraticamente partilhado (o reforço de labour standards é crucial a este respeito); ii) o seu polimorfismo deve ser reconhecido (é preciso um patamar mínimo de inclusão para as formas atípicas de trabalho); iii) e o movimento sindical deve ser reinventado (quer actuando em diferentes escalas e não apenas na local/nacional, quer funcionando como alternativa civilizacional)

7 A não ser para determinados segmentos profissionais em crescimento, assim como para alguns sectores como os das tecnologias da informação e comunicação que se inscrevem já num mercado de trabalho unificado (Munck, 2002: 11; 66-67).

8 Para uma análise de eixos de identificação social no trabalho, tais como dinâmicas de interacção, manifestações de pertença, processos de atribuição de sentido e projectos e aspirações profissionais, cf. Veloso (2007: 67-96).

9 Tanto num caso como no outro, a existência (ou não) de satisfação no trabalho estaria assim dependente de uma diversidade de pontos: pessoas, tipos de relacionamento com as chefias, os colegas de trabalho ou os subordinados; condições de trabalho; expectativas de progressão e/ou promoção na carreira; recompensas salariais; desempenho pessoal, etc., etc.

ral tendem a diminuir, tendo isso mesmo sucedido em 2010 por comparação a 2009, como constata o relatório de 2011 do Observatório Nacional dos Recursos Humanos (ONRH). Segundo este relatório, de 2009 para 2010 o nível de satisfação laboral dos trabalhadores portugueses decresceu 1,2%, a sua lealdade à empresa onde trabalha sofreu uma quebra de 1,3% e o envolvimento dos colaboradores com as organizações caiu 0,8%. Dos 12 índices avaliados pelo ONRH, todos sofreram decréscimos face a 2009.

2. A PAZ: PRODUTO DE CONSENSOS...E DE FORMAS DE CONFLITO

A paz pode ser vista como um fim em si mesmo, i.e., como algo que tanto podemos perseguir individualmente (em nome das nossas aspirações pessoais), como colectivamente (apoiados em organizações defensoras de interesses). Envolve, por isso, processos de negociação e muitas vezes subjacentes a estes estão formas de sacrifício ou privações. Neste sentido, a negociação pressupõe uma troca entre duas (ou mais) partes que, inevitavelmente, terão de estar dispostas a abdicar de algo se querem realmente a paz social no trabalho. A recente (início de Junho de 2011) desconvocação das greves agendadas quer na TAP, quer na CP obedeceu, em parte, a esse registo. No caso da TAP, o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) tinha convocado uma greve de dez dias nos meses de Junho e Julho, protestando contra a redução de um tripulante a bordo dos aviões. Além disso, os tripulantes pretendiam que a companhia lhes concedesse mais duas horas de descanso, um dia de folga antes e depois das férias e que lhes cedesse três lugares em executiva para descanso. No entanto, após uma assembleia geral extraordinária, o SNPVAC chegou a acordo com a administração da TAP tendo contado ainda com a intermediação por parte do Ministério das Obras Públicas. Para o SNPVAC os principais ganhos resultantes das negociações com a administração foram os seguintes: o aumento dos períodos de descanso; aceitação da discussão, por parte da administração da TAP (e pela primeira vez em dois anos), do Acordo de Empresa; a cessação da existência de tripulantes a contrato (cerca de 200 profissionais passam a efectivos); a divisão de ganhos da empresa por diminuição do número de tripulantes.

No caso da CP (outra empresa do sector empresarial do Estado onde a conflitualidade tem sido recorrente desde Março de 2011), estiveram envolvidos vários sindicatos que representam ferroviários, incluindo maquinistas, revisores e operadores de bilheteira. Em geral, a reclamação dos sindicatos ficou a dever-se à necessidade de fazer aplicar as regras do Acordo de Empresa (AE) ao trabalho extraordinário e em dias de feriado e de descanso semanal, em detrimento das regras da Função Pública. Sucede porém que, nas vésperas do feriado de 10 de Junho, os sindicatos dos ferroviários desconvocaram as greves marcadas para todo o mês de Junho, depois da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) ter validado o estudo da CP que permite aplicar o AE a algumas cláusulas da organização do trabalho, em vez das regras da Função Pública.

É de admitir que estes dois exemplos (que alguns analistas consideraram mesmo duas excepções às medidas de austeridade impostas à Função Pública) não fiquem fechados com estes acordos com as administrações, até porque mais medidas de austeridade se anunciam para a sociedade portuguesa nos próximos anos. São, por isso, acordos que podem vir a ser questionados futuramente, desde logo no quadro de um novo cenário político resultante da formação do governo PSD-

CDS (que tomou posse em 21.06.2011). No entanto, esses dois exemplos talvez nos ajudem a confirmar uma ideia (de resto intuitiva e por isso pouco surpreendente) que a construção da paz no trabalho parece muito mais condizente com a ideia de consenso, ordem, estabilidade, negociação, acordo, etc. do que com a ideia de choque, confrontação e conflito. A celebração de acordos de concertação social entre o governo e parceiros sociais (representantes patronais e sindicais) é o corolário disso^[10], mesmo que em torno deles a unanimidade esteja longe de ser a nota dominante^[11].

Se, como disse acima, a paz é um fim a perseguir, não nos iludamos quanto ao facto de a obtenção da paz (e, portanto, de um sentido de retribuição, de recompensa para os actores do mercado de trabalho) implicar processos de luta (conflitualidade). Na verdade, é avisado (e sensato) recordar que foi em nome de grandes lutas que se conquistou (e conquista todos os dias) a paz (pelo menos a paz possível) para o mercado de trabalho. A origem do Primeiro de Maio (institucionalizada em 1889, embora remonte a 1886) tem como móbil a redução de jornada de trabalho diária^[12]. A paz resulta, pois, de lutas que têm lugar em diferentes escalas, sendo a nacional/local a mais frequente e sendo os resultados das lutas mais ou menos imediatos.^[13]

É claro que ninguém duvidará que o sentido da paz (e da ideia de negociação que lhe é inerente) não pode confundir-se com o sentido do protesto (e com a noção de conflito que lhe é inerente). No entanto, valeria a pena trazer à discussão a posição de Ralf Dahrendorf (1981), um sociólogo contemporâneo (desaparecido em Junho de 2009), sobre a relação entre negociação e conflito. Em seu entender, conflito e negociação são duas faces da mesma moeda. Por um lado, não há conflito sem consenso prévio, no sentido de que eu só posso discordar de algo ou de alguém que conheça previamente ou com que tenha interagido de alguma forma. Dois exemplos: i)

10 Portugal terá mesmo sido, no quadro da UE, o país com maior intensidade de actividade de concertação social na primeira década do século XXI (Visser apud Dornelas, 2009: 109). De entre os temas que, desde 1986, altura em que foi celebrado o primeiro acordo de concertação social, foram objecto de entendimento entre parceiros sociais e, portanto, de criação de condições para reforçar a paz laboral em Portugal, destacam-se os seguintes: a moderação salarial (1986; 1990; 1992; 1996), a criação do rendimento mínimo garantido (1996), a reforma do subsídio de desemprego (2006), o aumento sustentado do salário mínimo nacional (2006), o direito individual à formação (2001), o reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais (2007), o quadro legal para a segurança, higiene e saúde no trabalho (1991; 2001), o quadro legal da protecção social (2001), o aumento da sustentabilidade da segurança social (2001; 2006), a regulação do emprego, da protecção social e do mercado de trabalho (1990; 1996; 2008). Para maiores detalhes, cf. Dornelas (2009: 111).

11 Desde logo porque tais acordos, como lembra Dornelas (2009: 111), são produto de escolhas políticas e orientações ideológicas. E a prova de que tais escolhas nem sempre são pacificadoras está, por exemplo, no “acordo tripartido para a competitividade e emprego” (subscrito na Comissão Permanente de Concertação Social, em sede de Conselho Económico e Social, em 22/03/2011, por sinal na véspera do pedido de demissão de José Sócrates do cargo de então Primeiro Ministro). Tal acordo, mesmo selando uma paz na articulação de interesses sectoriais, não deixou de ser o resultado de focos de controvérsia quer quanto a aspectos de conteúdo (recordo apenas a polémica em torno da aceitação por parte dos subscritores do acordo da redução de um mês para 20 dias da indemnização por despedimento e da redução de um mês por cada ano de trabalho para um máximo de 12 meses ou 20 salários mínimos), quer quanto aos mecanismos relacionados com o seu cumprimento, pois alguns parceiros sociais vieram mesmo afirmar que a expectativa de mudança de governo retiraria “validade” ao acordo.

12 Em Portugal, em 2011 apenas se completam 92 anos que a jornada de trabalho passou a ser de 8 horas (antes era bem superior)

13 Para uma análise do papel das manifestações transnacionais, cf. Costa (2010).

a luta dos professores do ensino básico e secundário sobre os sistema de avaliação tem sido marcada por recorrentes questionamentos do(s) modelo(s) de avaliação propostos pela tutela do Partido Socialista ao longo das legislaturas anteriores, ao ponto de consensos anteriores resultantes da substituição da então Ministra Maria de Lurdes Rodrigues por Isabel Alçada (e da simplificação do modelo de avaliação) terem sido posteriormente questionados pelos representantes sindicais; ii) a rejeição do “Programa de Estabilidade e Crescimento 4” (PEC 4) com medidas de austeridade sobre a sociedade portuguesa em geral e o mercado de trabalho (sobretudo funcionários públicos) em particular, ao não dar continuidade aos PECs 1, 2 e 3 (em torno dos quais se haviam gerado consenso parlamentares anteriores entre a então governação socialista e parte da oposição) abriu caminho a um conflito político que redundou em eleições antecipadas.

Por outro lado, Dahrendorf considera que o conflito, mesmo sendo sinal de coerção, pode levar ao consenso. De novo aqueles dois exemplos: i) Em resultado da inconstitucionalidade da revogação da avaliação do desempenho docente (aprovada no Parlamento português em Março de 2011) decretada pelo Tribunal Constitucional em Abril de 2011, a luta dos professores deverá a voltar a fazer-se sentir no próximo ano lectivo, ainda que o caminho da formação de consensos entre o novo governo PSD/CDS e os responsáveis sindicais que actuam em nome dos professores abrangidos pelo processo de avaliação não deva ser colocado de lado; ii) por outro lado, o aumento da conflitualidade laboral que se receia em resultado do provável anúncio de mais medidas de austeridade orçamental sobre o mercado laboral¹⁴ não deixará, pelo menos de um ponto de vista da actuação no campo partidário e da acção governativa, de ter sempre como pano de fundo a necessidade de obtenção de consensos amplos na sociedade portuguesa entre políticos e entre parceiros sociais.

Estes exemplos (baseados nas premissas de Dahrendorf) são reveladores que a paz precisa de uma vigilância apertada. Na verdade, mesmo quando se alcança a paz laboral, esta parece carecer de uma observação constante, pois encontra-se persistentemente ameaça. Com efeito, nem o conflito não se resolve de uma vez por todas (Dahrendorf defendia precisamente a ideia de um conflito regulado, adormecido, institucionalizado; num sentido próximo deste, outro sociólogo do século XX, Lewis Coser, falava em instituições “válvulas de segurança”) nem a paz se consegue para sempre. E a paz precisa de uma vigilância apertada porque o dia-a-dia do trabalho é atravessado por focos contínuos de conflito. Enuncio apenas algumas dessas hot issues geradoras de controvérsia no trabalho e retardatárias (para não dizer impeditivas) da construção da paz no trabalho:

- as características do sistema de relações laborais português, das quais destacaria por exemplo: a existência de um modelo pluralista e competitivo de relacionamento intra e inter organizações de interesses do trabalho e do capital; a forte politização dos processos de negociação das condições de trabalho; a ligação das organizações sindicais e patronais ao sistema partidário; a conexão entre emprego e mão-de-obra intensiva; os déficits na área da formação e qualificação profissionais; o peso elevado de diferentes modalidades de emprego “atípico”;

14 De entre as medidas previstas destacam-se: uma maior facilidade de despedimento individual; alterações nos subsídios de desemprego (cortes na sua duração); redução das indemnizações por despedimento para os novos contratos; possibilidade de despedimento por inadaptação mesmo sem a introdução de novas tecnologias ou alterações do posto de trabalho; não obrigatoriedade de a empresa seguir o critério da antiguidade nos casos de despedimento por extinção do posto de trabalho, etc.

ou os factores de discriminação social e sexual no trabalho (Ferreira e Costa, 1998/99; Estanque, 2009; Ferreira, 2009; Ferreira, 2010).

- a dicotomia flexibilidade/rigidez do mercado de trabalho e o facto de ela suscitar visões dicotómicas entre representantes de empregadores e representantes de trabalhadores¹⁵;
- a questão dos acidentes de trabalho¹⁶ e da cultura de prevenção de que continua sempre a carecer de maior implementação¹⁷;
- os baixos salários e as formas de emprego precárias em geral;
- o stress no trabalho e as formas de opressão/perseguição/assédio sexual e moral no trabalho que com ele se relacionam
- outros sinais que concorrem para “encostar à parede” uma cultura de paz laboral ou empurrá-la para uma posição defensiva são os seguintes: mais de 200.000 pessoas já deixaram de procurar emprego em Portugal (*Público*, 23.05.2011); os salários em atraso dispararam, tendo atingido 28,4 milhões de euros e tendo a dívida das empresas aos trabalhadores, segundo a Autoridade para as Condições de Trabalho, aumentado em 2010 cerca de 85% face ao ano de 2009 (*Público*, 27.05.2011); mais de 500.000 portugueses com salários penhorados (*Expresso*, 21.05.2011);
- no limite, estamos perante o problema do não trabalho ou, sem rodeios, do problema do desemprego. Em termos gerais, o desemprego em Portugal passou de 524.674 pessoas (10,1%), em Dezembro de 2009, para 546.926 pessoas (11%), em Dezembro de 2010. Nesta data (Dezembro de 2010), a taxa de desemprego na zona euro era de 10% e na UE/27 era de 9,6% (Eurostat, 2011).¹⁸ Entretanto, em Março de 2011, a percentagem de desempregados em Portugal situava-se nos 11,1%, sendo na média da zona euro de 9,9% e a da UE/27 de 9,5%. Num contexto de acentuada recessão económica, estima-

15 Por um lado, tem vindo a ser apontada em Portugal a existência de uma rigidez formal da legislação laboral, sendo frequente mencionar-se o elevado grau de protecção de que gozam os empregos com contrato permanente na legislação portuguesa (Centeno e Novo, 2008). Por outro lado, e mesmo já tendo sido corrigida essa suposta rigidez da legislação laboral (recorde-se que a revisão do código laboral em Fevereiro de 2009 de certo modo já previra a compensação dessa suposta rigidez, nomeadamente em matérias como adaptabilidade de horários, banco de horas, horários concentrados, ou processos de despedimento), foi igualmente reconhecido que o mais relevante não seria a legislação em si mesma, mas o uso que dela é feito e as consequências da sua aplicação (Dornelas et al., 2006: 186-187; Costa, 2009: 131).

16 Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 250 milhões de acidentes de trabalho ocorrem anualmente em todo o mundo. A perda de vidas humanas em resultado de acidentes de trabalho é, em média, de 5.000 por dia (2,5 milhões por ano). Em Portugal, em 2010, morreram 130 trabalhadores em consequência de acidentes de trabalho, mais 15 do que em 2009 (*Público*, 27.05.2011), sendo que o sector da construção civil continua a ser o mais mortífero.

17 Recorde-se, ainda assim, que lei 98/2009 de 4.09 veio regulamentar o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (incorporando processos de reabilitação e reintegração profissionais). Esta lei, que entrou em vigor em 1.01.2010, visa alargar o conceito de mera reparação de danos físicos resultantes dos acidentes de trabalho para o trabalhador, obrigando as entidades empregadoras a responsabilizarem-se em matéria de prevenção e de reabilitação e reintegração profissional de sinistrados (*Público*, 23/05/2011, Suplemento “Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho 2011”).

18 No entanto, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no último trimestre de 2010 a taxa de desemprego chegou aos 11,1%, elevando a população desempregada para 620.000, tendo a economia portuguesa perdido entre o 4º trimestre de 2008 e o 4º trimestre de 2010 cerca de 247.000 postos de trabalho.

se mesmo que o desemprego em Portugal possa, em 2012, atingir valores próximos dos 13%;

- outros conceitos que foram “tomados de assalto” ou estão no mínimo a ser seriamente postos à prova, daí não podendo resultar uma pacificação das relações laborais: Estado Social[19]; segurança/estabilidade; solidariedade e cidadania são apenas alguns deles;

- o aumento da conflitualidade previsível e que, de resto (como se disse), tem vindo a aumentar. Com base nas convocatórias da CGTP, só em Março de 2011 terá mesmo sido batido o recorde mensal de greves nos últimos três anos. Houve 98 paralisações, uma média de três empresas ou sectores em greve por dia (Sol, 12.06.2011).

3. A PAZ SÓ EXISTE EM/COM DEMOCRACIA OU VARIA NA RAZÃO DIRECTA DELA

A terceira palavra-chave da *troika* aqui analisada podia vir em primeiro lugar, pois quer o reconhecimento do valor do trabalho enquanto garante de identidade e realização pessoal, quer a construção da paz no/pelo trabalho serão tanto mais possíveis quanto forem realizadas em contextos de democracia. É claro que a democracia enquanto *rule of people*, onde supostamente todos possuem uma igual partilha do poder, na verdade não abarca todos/as, desde logo porque mulheres, minorias, crianças ficam recorrentemente de fora. Seja como for, quando aplicamos a democracia ao mundo do trabalho e falamos de uma democracia laboral não podemos deixar de pensar num “pacote” de direitos de vária ordem transpostos para o espaço da produção: informação, consulta, negociação, participação, representatividade, equidade, etc. E mesmo sabendo que o próprio local de trabalho se nos apresenta hoje como cada vez mais fluído (Standing, 2009) a construção de um índice de democracia no local de trabalho reveste-se de particular oportunidade. Segundo o relatório *The Everyday Democracy Index* (2008), de Paul Skidmore e Kirsten Bound, baseado nos dados do *European Working Conditions Survey* (2005), para construir tal índice seria importante atender em três indicadores: (i) a capacidade do trabalhador influenciar as condições de trabalho (ambiente de trabalho); (ii) a autonomia do trabalhador; (iii) e a criatividade do trabalhador no local de trabalho.

Importa, pois, elencar algumas condições para a criação de uma cultura de paz no trabalho tanto mais que a paz é sinónimo de democracia em acção:

1. Talvez a primeira condição para a efectiva concretização de uma democracia laboral orientada para contextos de relações laborais pacificados seja mesmo a que passa por criar condições para *superar os obstáculos a uma cultura de paz* anteriormente enunciados, isto é, superar os efeitos nocivos associados às *hot issues* acima elencadas. Só assim os indicadores do índice de democracia laboral no local de trabalho – capacidade de influência, autonomia e criatividade – poderão sobressair de algum modo.

2. Por outro lado, *o papel das instituições de representação colectiva é decisivo na defesa de direitos onde estes não existem ou não são respeitados*. E esse papel deve ter lugar em diferentes escalas, não só nas de âmbito local

e nacional, como nas de âmbito transnacional (europeu, regional, mundial). No âmbito das organizações sindicais transnacionais, não posso deixar de me reportar, no contexto europeu, ao papel da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e ainda, no contexto internacional, à actuação da Confederação Sindical Internacional (CSI). Normalmente estas organizações destacam-se também por perseguirem uma lema ou defenderem um slogan. Por exemplo, no hemisfério americano a organização regional da CSI, a ORIT/CSI apoiou-se historicamente no lema “Pão, paz e liberdade”, ao passo que já num registo internacional e situado para além da esfera sindical a OIT tem vindo a apoiar-se sistematicamente na campanha do “trabalho decente”.

3. Este compromisso com *slogans e símbolos* é de crucial importância para as organizações sociais e movimentos sociais que com eles estejam relacionados. Penso que pode dizer-se que são *focos de aprendizagem inter-cultural*. Na verdade, os movimentos sociais tendem a apropriar e até a domesticar símbolos e slogans. Por exemplo, a deusa da democracia, reclamada pelas manifestações de estudantes chineses em 1989 na praça de Tiananmen, pareceu mais uma filha da Estátua da Liberdade americana. Por sua vez, a Estátua da Liberdade americana, do séc. XIX, ela própria foi uma forma de reviver a imagem da Revolução Francesa do final do séc. XVIII (Markof, 1996). E ao longo da última década o slogan “Um outro mundo é possível”, veiculado no Fórum Social Mundial (FSM), a pouca gente terá passado despercebido. Aliás, este slogan do FSM foi apropriado à escala transnacional, mas depois reapropriado em diferentes contextos nacionais por diferentes movimentos sociais: sindicais, mulheres, ambientalistas, direitos das minorias sexuais, etc.

4. Mas ainda sobre *as organizações da sociedade, importaria promover uma articulação entre elas*, em nome de uma convivência democrática e saudável. Refiro-me à necessidade da criação de um clima de aproximação mais efectivo e duradouro entre os diferentes protagonistas, grupos, associações com interesses no mercado de trabalho: associações sindicais e patronais, cooperativas, organizações do Terceiro Sector, movimentos emergentes na sociedade (FERVE, Precários inflexíveis, Maldita Arquitectura, Intermitentes do Espectáculo) [20], instituições particulares de solidariedade social, etc.

5. A *criação de uma normatividade laboral* e, associada a ela, a existência de mecanismos de sanção que punissem quem não a cumprisse seria outro passo importante a caminho para uma democracia laboral efectiva. Mesmo em países considerados referências/modelos de democracia e de respeito pelos direitos humanos, a baixa ratificação das convenções da OIT[21] dá, no mínimo, que pensar.

6. Seria também curial operar um *reforço das leis comunitárias em matéria laboral*, tanto mais que directivas comunitárias em matéria laboral – como

20 Para um olhar sobre as articulações necessárias entre os sindicatos europeus e os trabalhadores “atípicos” (que, na verdade, são cada vez mais típicos), cf. Gumbrell-McCormick (2011).

21 No final da primeira década do século XXI, os EUA apenas haviam ratificado duas das 8 fundamentais convenções da OIT (C182 e C105), apresentando a mesma taxa de ratificação do que Myanmar (Birmânia). Do número total de 187 convenções da OIT, os EUA apenas ratificaram 12, estando pois lado a lado com os países com mais baixas taxas de ratificação. Neste país, milhões de trabalhadores não têm direito a sindicalização, negociação colectiva ou greve, ao passo que outros tantos que têm esses direitos no plano formal não os exercem por receio de intimidação, assédio sexual ou despedimento (Oviedo, 2008).

19 O enfraquecimento deste tende a ser traduzido em aspectos como os seguintes: incentivo ao aumento dos horários de trabalho; elevação da idade da reforma; pressão para a privatização dos sistemas de pensões; o enfraquecimento da legislação que protege o emprego; a redução dos apoios directos ao desemprego; a liberalização do sector público, etc.

as existentes nos domínios da informação e consulta, das condições de trabalho ou da saúde e segurança dos trabalhadores no trabalho – são porventura ainda escassas.

7. A aposta em *formas de voluntarismo adoptadas nas empresas e locais de trabalho* – tais como estratégias de responsabilidade social empresarial, adopção de códigos de conduta, acordos-quadro globais – é certamente uma via para compensar quer a escassez, quer a ineficácia dos instrumentos normativos. No entanto, tais acções de pacificação laboral estão longe de ser dominantes no seio das relações laborais.

8. O *reforço do investimento na educação/qualificação das pessoas e do factor trabalho*. Não obstante os progressos de Portugal no sector da educação nos últimos 40 anos, o Relatório *Estado da Educação 2010*, produzido pelo Conselho Nacional da Educação, registou, entre outros dados, que: as qualificações dos portugueses ainda se encontram muito abaixo da média europeia; 7 em cada 10 trabalhadores apresentam baixos níveis de qualificações; 17% da população activa possui qualificações médias e 13,2% qualificações elevadas, mas 1/3 ainda deixa o ensino secundário por concluir; 24% das pessoas empregadas não concluíram o ensino básico; 21% dos alunos portugueses reprovam ou abandonam o sistema de ensino e só 58% concluem o 12º ano em tempo normal sem terem reprovado nenhuma vez. Além destes baixos níveis de qualificação do emprego face à média da UE e do abandono escolar precoce, a aprendizagem ao longo da vida é ainda cerca de metade da UE27 (Dornelas, 2009: 129).

9. A indução de *mudanças no sistema de relações laborais em Portugal*, tendo como condição prévia a superação da elevada fragmentação e a forte competição entre os actores que compõem o sistema de representação de interesses.

10. Por fim (e tão ou mais prioritário do que os pontos anteriores, e em articulação com estes) a criação de um *pacto para o emprego negociado entre todos os parceiros sociais e liberto dos constrangimentos orçamentais*. A ideia de um pacto social alargado para o emprego e a competitividade, negociado entre o governos e os parceiros sociais, tem estado nos últimos anos (e estará certamente mais ainda nos próximos tempos) muito dependente de constrangimentos orçamentais. Seria, pois, desejável, em nome de uma cultura de paz genuína, que tal(is) acordo(s) se fizesse(m) tendo por base uma maior equidade social e, conseqüentemente, menores prejuízos para o factor trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (2009), *Dois anos a FERVer: retratos da luta, balanço da precariedade*. Porto: Afrontamento.
- Alcobia, Paulo (2001), “Atitudes e satisfação no trabalho”, em J. M. C. Ferreira et al. (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGraw-Hill, 281-306.
- Antunes, Ricardo (org.) (2006), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo
- Castells, Manuel (1998), *The information age: economy, society and culture. End of Millennium*. Oxford: Blackwell.
- Centeno, Mário; Novo, Álvaro (2008), “Mercado de trabalho: a fonte do sucesso das nações”, *Janus-Anuário de Relações Exteriores*, 11, 132-133.
- Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- Costa, Hermes Augusto (2009), “A flexigurança em Portugal: desafios e dilemas da sua aplicação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 123-144.
- Costa, Hermes Augusto (2010), “Austeridade europeia, protesto europeu: o valor das manifestações transnacionais”, *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), Setembro, 24.
- Dahrendorf, Ralf (1961), “Elementos para uma teoria do conflito social”, in *Sociedade e Liberdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 133-155.
- Dornelas et al. (2010), *Emprego, contratação colectiva de trabalho e proteção da mobilidade profissional em Portugal*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.
- Dornelas, António (2009), “Perante a crise: problemas e perspectivas do emprego, do trabalho e da equidade social em Portugal”, *Finisterra*, 65/66, 101-133.
- Dornelas, António et al. (2006), *Livro verde sobre as relações laborais*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Estanque, Elísio (2009), “Trabalho, desigualdades e sindicalismo em Portugal”, in A. A. Buiza e E. J. M. Pérez (orgs.), *Relaciones laborales y acción sindical transfronteriza*. Granada: Editorial Comares, 127-150
- Eurostat (2011), Newsrelease. Euroindicators – unemployment statistics [disponível em <http://www.lex.unict.it/eurolabor/documentazione/statistiche/dicembre2010.pdf>], acedido em 16 de Maio de 2011.
- Ferreira, António Casimiro (2009), “Impacto da negociação colectiva na regulação do mercado de

- trabalho”, in A. A. Buiza e E. J. M. Pérez (orgs.), *Relaciones laborales y acción sindical transfronteriza*. Granada: Editorial Comares, 151-191.
- Ferreira, Virgínia (org.) (2010) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego.
 - Ferreira, António Casimiro; Costa, Hermes Augusto e Costa (1998/99), “Para uma sociologia das relações laborais em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 141-171.
 - Freire, João (1997), “Em busca de uma definição de trabalho”, em *Variações sobre o tema trabalho*. Porto: Afrontamento, 12-30.
 - Gumbrell-McCormick, Rebecca (2011), “European trade unions and ‘atypical workers’”, *Industrial Relations Journal*, 42 (3), 293-310.
 - Markof, John (1996), *Waves of democracy: social movements and political change*. London: Pine Forge Press.
 - Mendes, João Maria (2008), “O trabalho: punição divina e libertação prometaica”, *Janus-2008*, 11, 118-119.
 - Munck, Ronaldo (2002), *Globalisation and labour: the new “Great Transformation”*. Londres: Zed Books.
 - Oviedo, Osiris (2008), “Labour rights and human rights”, *International Union Rights*, 15 (2), 10-11.
 - Santos, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva.
 - Santos, Boaventura de Sousa, Costa, Hermes Augusto (2004), “Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário”, in B. S. Santos (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 17-61.
 - Skidmore; Paul; Bound, Kirsten (2008), *The Everyday Democracy Index (EDI)*. London: Demos [disponível em <http://www.op-portugal.org/downloads/EDI.pdf>]
 - Standing, Guy (2009), *Work after globalization: building occupational citizenship*. Cheltenham: Edward Elgar Publishig.
 - Veloso, Luísa (2007), *Empresas, Identidades e Processos de Identificação*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 02.

TRABALHO, SAÚDE E
MEDIAÇÃO AMBIENTAL

PARTE 02.

CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: (IN)VISIBILIDADES
DOS EFEITOS DO TRABALHO
NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR

MOBBING: ASPECTOS JUSLABORAIS E PSICOSSOCIAIS DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

NUNO CEREJEIRA NAMORA

ESPECIALISTA EM DIREITO DO TRABALHO. NUNO CEREJEIRA NAMORA,
PEDRO MARINHO FALCÃO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS. PORTO/PORTUGAL
NUNOCEREJEIRANAMORA@SOCIEDADEADVOGADOS.EU

NELSON LIMA-SANTOS

MESTRE ASSISTENTE (ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS EMPRESAS)
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA,
LIMASANT@UFP.EDU.PT

RESUMO

Neste artigo, no quadro de questões éticas, políticas, económicas, sócio-laborais e jurídicas, aborda-se a definição de *mobbing* ou *assédio moral no trabalho*, reflecte-se sobre a sua origem, enquanto fenómeno com elevadas repercussões psicossociais, destacando a sua incidência em vários países europeus, entre eles Portugal, seus tipos e consequências, procurando-se clarificar o que é e o que não é *mobbing*, na perspectiva e na convicção de que este espelha as transformações actuais do mundo do trabalho, sendo talvez o símbolo e sinal de uma crise maior, uma crise de valores.

ABSTRACT

In this article, in the context of ethical, political, economic, socio-labour and juridical issues, we define mobbing or moral harassment at work, questioning its origin, as a phenomena with strong psycho-social consequences, emphasizing its incidence in several European countries, among them Portugal, its types and consequences, clarifying what is and what is not mobbing, assuming the perspective and the conviction that mobbing reflects the actual transformations of the labour world, representing probably the symbol and the signal of a major crisis, a crisis of values.

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, temos vindo a constatar a emergência quase totalitária de duas palavras – Crise e Mercado –, que se têm vindo a tornar donas da nossa vida, das nossas preocupações, nomeadamente nas suas dimensões política, económica, sócio-laboral e de justiça social.

No entanto, já em 1994, a Alfred Herrhausen Society for International Dialogue, no seu “Second Annual Colloquium”, com a presença de académicos de renome internacional, gestores, políticos e líderes sindicalistas fazia sugestões concretas para obstar a tal situação, perspectivando as possibilidades realísticas para continuar a criar emprego e a criar riqueza, enfatizando a promoção e valorização do trabalho e dos trabalhadores como estratégia essencial para não se chegar a uma situação deplorável num futuro próximo (estes tempos que vivemos!).

Ora, um dos sinais mais relevantes das consequências de não se terem construído adequadas soluções políticas, económicas e legais para prevenir a crise, que afecta particularmente o contexto sócio-laboral, é-nos dada pela onda galopante de suicídios na France Telecom que, como nos relata Christophe Dejours (Dejours & Bègue, 2009; Dejours, 2010, in Gerschenfeld, 2010), se pode fundar em três ferramentas de gestão actuais – a avaliação do desempenho individual, a exigência de qualidade total e o outsourcing –, que acabam por pôr em questão o trabalho e os trabalhadores, a partir de actos de gestão

de pessoas e competências desumanizados, implicando deslocações com afastamento sócio-familiar e reconversão para postos de trabalho e tarefas menos valorizadas e mais mecanizadas, fomentando graves problemas psicossociais, ancorados numa espiral de diminuição da auto-estima, de solidão e de desespero, que até pode levar ao suicídio: na base de tudo isto, temos um processo de assédio que se pode iniciar pelo pedido de que um trabalhador faça coisas que vão contra a sua ética de trabalho, prolongando-se pela censura injusta e indo até ao isolamento dos colegas, que vão desviando o olhar, como actores passivos, na esperança de que não lhes toque o mesmo a si próprios (vã esperança!).

No contexto nacional, recentemente, Vítor Bento (2011), ao discutir questões de economia, moral e política, lembra-nos que as três versam o comportamento humano, porque a actividade humana se insere em contextos morais construídos com os juízos morais formulados sobre essa actividade e os respectivos resultados por quem julga e por quem age, logo, tendo por base critérios, referências e escalas de valores e de preferências diversas, porque ideologicamente marcadas e implicando a acção política para a sua articulação concertada, de que se destacam os compromissos que tendem a impedir excessos e perversidades, como nos parece ser o caso do *mobbing* ou assédio moral no trabalho.

Em suma, saliente-se que o objectivo de procurar clarificar o que é e o que não é *Mobbing*, particularmente de um ponto de vista legal, pode ser o ponto de partida para iniciar a sua

prevenção e a dos seus efeitos e consequências psicossociais para o trabalho e para os trabalhadores, desde logo no plano da Saúde Ocupacional, assumindo-se, assim, a necessidade de trazer mais Vida para a Psicologia do Trabalho e, porque não, para a Justiça Laboral, necessidade esta fundada, também, numa perspectiva ética e de responsabilidade social, a partir de algumas questões cruciais, hoje cada vez mais agudas e mais urgentes (Arnsperger & Van Parijs, 2003), nomeadamente:

- Como tornar as nossas sociedades mais livres, mais justas e mais ajustadas?
- Como resolver os conflitos quotidianos entre os nossos prazeres e os nossos deveres? E entre as nossas fidelidades, as expectativas legítimas dos que nos são próximos e as necessidades vitais dos mais carenciados?
- Onde começa o domínio do inaceitável?

1. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: ORIGEM E DEFINIÇÃO DE MOBBING

O *mobbing no trabalho* consiste num comportamento persecutório, praticado no ambiente de trabalho, também denominado por assédio moral (Hirigoyen, 1999), terror ou terrorismo psicológico, ou traduzido literalmente, acossamento ou cerco. Mais recentemente, tem sido designado como assédio psicológico ou assédio profissional (Bouaziz, 2000).

A expressão *mobbing*, interpretada literalmente, significa ataque de matilha ou de grupo de animais, com vista à expulsão de certo elemento ou intruso, já “MOB”, escrito com maiúsculas, significa MÁFIA, numa alusão à violência perpetrada por este grupo.

Na verdade, o *mobbing* não é um processo recente: é um fenómeno social que sempre deve ter existido em todas as sociedades e ao longo dos tempos. Na perspectiva de Gomes (2007, p. 165) “trata-se apenas de um novo nome para uma realidade tão antiga como o próprio trabalho: no ambiente de trabalho sempre houve humilhação, violência física e psíquica e stress.”

Este fenómeno tem vindo a ser estudado mais recentemente, entre os anos 80 e 90, particularmente pela Medicina, pela Psicologia e pela Sociologia.

Um dos maiores investigadores e pioneiros no estudo do *mobbing* foi o alemão Henriz Leymann, que iniciou a sua investigação nos anos 80, no entanto, apenas mais perto da viragem do século tal fenómeno começou a ser tratado pelos *juslaboralistas*.

Para melhor operacionalizar o conceito é importante determino-nos nas definições que a investigação nos tem fornecido. Assim, segundo Redinha (2002, p. 833), o *mobbing* é a:

Prática insana de perseguição, metodicamente organizada, temporalmente prolongada, dirigida normalmente contra um só trabalhador que, por consequência, se vê remetido para uma situação indefesa e desesperada, violentado e frequentemente constrangido a abandonar o seu emprego, seja por iniciativa própria ou não.

Já Bouaziz (2000, p. 207) entende que *mobbing* “é todo o comportamento faltoso da empresa que atente ou possa atentar contra a dignidade do trabalhador e/ou contra a sua saúde moral.”

Numa perspectiva mais abrangente, Leymann (1996, p. 168) diz tratar-se de:

(...) sistemáticas e repetidas acções e práticas vexatórias levadas a cabo pelo empregador, por um superior hierárquico, por colegas de trabalho ou subalternos contra um determinado trabalhador, com o objectivo de o marginalizar, isolar e induzir, por fim, a demitir-se.

Numa abordagem mais psicológica do fenómeno, que nos é oferecida por Hirigoyen (2002, p. 14):

O assédio moral no trabalho define-se como sendo qualquer comportamento agressivo (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, pela sua repetição ou pela sua sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, pondo em perigo o seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

Finalmente, o artigo 29º do Código do Trabalho define assédio como:

N.º 1 – Entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em factor de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objectivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afectar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Destas definições se pode concluir que os comportamentos têm de ser repetidos, tendo que ocorrer uma prática persecutória reiterada, resultando a sua gravidade do conjunto concatenado de comportamentos e não de cada um deles *per se*, que poderão ser lícitos.

2. INCIDÊNCIA DO MOBBING

O *mobbing* tem ganho actualidade e, até, gravidade, tendo sido classificado de “*praga laboral do século XXI*”, devido a diversas razões, tais como: o aumento das rotinas do trabalho; o aumento da pressão competitiva; a existência de mais oferta do que procura de mão-de-obra; e a precarização dos vínculos laborais.

A gravidade do fenómeno está expressa nos resultados de uma sondagem publicada numa das resoluções do Parlamento Europeu sobre “Assédio Moral no Local de Trabalho” (n.º 2001/23 39, de 20 de Setembro), realizada com 21.500 trabalhadores, onde se constata que 8% afirmam ter sido vítimas de processos de assédio moral no trabalho.

No Reino Unido, numa investigação levada a cabo em 2000, realizada com 5.388 trabalhadores, apurou-se que 10% tinham sido objecto de assédio moral nos últimos seis meses e que 27,4% tinham sido objecto de assédio moral nos últimos cinco anos (Cooper, Rayer, & Hoel, 2001).

Na Irlanda, no ano 2000, apurou-se que 23% dos trabalhadores inquiridos afirmavam ter sido vítimas de *mobbing* nos últimos doze meses.

Numa pesquisa de âmbito europeu, realizada em Itália, em 2003, pelo Centro para a Incapacidade Laboral da Clínica do Trabalho em Milão, as percentagens de vítimas de assédio moral eram as seguintes: União Europeia – 1,8%; Itália – 4,2%; Alemanha – 7,3%; Irlanda – 9,4%; França – 9,9%; Suécia – 10,2%; e Reino Unido – 16,2%.

Assim sendo, um sinal de que tal fenómeno não distingue classes profissionais são os resultados de um outro estudo, publicado em 2004, em Itália, realizado nos hospitais de Veneto, região cuja capital é Veneza. Na sequência da privatização dos hospitais desta região foram inquiridos 7 mil médicos da região e, pelo menos, 2100 (30%) revelaram ter sofrido humilhantes vexações e rebaixamento de funções, isto é, *mobbing*.

O Director da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho revelou, em 2002, que o total de Europeus submetidos a processos de assédio moral se cifrava em cerca de 13 milhões!

Já no continente americano, no Canadá, Jean-Pierre Brun (2004) levou a cabo uma sondagem por telefone, a 1005 inquiridos, da qual resultaram as seguintes respostas: 7% dos inquiridos afirmaram-se propositadamente isolados do grupo; e 9% declarou-se alvo de propostas injuriosas, ameaçadoras ou degradantes.

Em Portugal, estudos de Rita Garcia Pereira, publicados em 2009, a partir da tese de Mestrado da autora, intitulada “*Mobbing ou assédio moral no trabalho: contributo para a sua conceptualização*”, revelaram que num estudo de Vaz Serra, Ramalheira, Moura-Ramos e Carvalho Homem (2005), num universo de 622 trabalhadores inquiridos, 5% dizia ter sido vítima de *mobbing*.

Por fim, refira-se que um estudo, realizado com enfermeiros do Hospital Distrital de Bragança (Carvalho, 2007), revelou que 64 dos 70 (cerca de 90%) enfermeiros inquiridos afirmaram já experimentado pelo menos uma conduta de assédio.

3. TIPOS DE MOBBING

No que se refere aos vários tipos de *mobbing*, encontramos diferentes classificações conforme as perspectivas adoptadas.

Assim, considerando o critério motivação, o assédio diz-se perverso, quando a finalidade é a destruição gratuita de outrem ou a valorização do seu próprio poder. Neste âmbito, considera-se, ainda, o assédio destinado a “contornar” as dificuldades de despedimento e, finalmente, o assédio institucional, quando incluído pelo empregador na estratégia de gestão de pessoal (Bouaziz, 2000).

Atendendo aos agentes, o *mobbing* pode ser vertical quando exercido através da cadeia hierárquica, horizontal se os executores são colegas de trabalho e combinado se o ataque revestir, em simultâneo, as duas modalidades.

O *mobbing* vertical pode ser classificado como descendente (é o mais frequente) quando os perseguidores são os superiores hierárquicos da vítima, ou, mais raramente, ascendente se a violência advier de um trabalhador e for dirigida ao superior hierárquico ou mesmo ao empregador. O *mobbing* vertical está mais associado a relações laborais autoritárias, onde predominam os desmandos e a manipulação pelo medo e pela tirania. Já o *mobbing* horizontal está mais associado ao medo de perder o emprego, à pressão para produzir com qualidade e a baixo custo: por exemplo, é este que conduz a que os doentes ocultem a sua doença e trabalhem com dores e sofrimento.

Acrescente-se, ainda, que *side mobbers* são todos aqueles que, embora não participem nas actividades agressivas, são espectadores da conduta hostil e, com a sua passividade, contribuem para o isolamento e exclusão da vítima.

Por sua vez, os *sádios* assimilam o discurso das chefias e discriminam os colegas “improdutivos”, humilhando-os e tendo comportamentos agressivos e de indiferença perante o sofrimento dos colegas.

Por fim, saliente-se que, para que o *mobbing* seja bem sucedido, a estratégia persecutória tem de ser subtil e dissimulada: o ataque não é isolado nem concentrado, devendo ser uma conduta persecutória, reiterada e prolongada, de modo a causar desgaste e incerteza. Os actos assediadores “devem ser” aplicados de forma progressiva, ao longo do tempo e em escalada.

Mais ainda, destacamos que o recurso ao *mobbing* não pode ser banalizado, pois as verdadeiras vítimas de assédio moral não podem ser prejudicadas pela sua errada qualificação e pelos casos simulados: ou seja, o maior inimigo do *mobbing* é o falso *mobbing*.

4. CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-LABORAIS E PSICOSSOCIAIS DO MOBBING

Um breve balanço do que nos dizem autores de diversos domínios (por exemplo, entre os por nós referenciados neste trabalho, Alfred Herrhausen Society for International Dialogue, 1994; Arnsperger & Van Parijs, 2003; Bento, 2011; Bouaziz, 2000; Dejourn & Bègue, 2009; Garcia Pereira, 2009; Hirigoyen, 2002; Leymann, 1996), permite-nos elaborar um conjunto de consequências sócio-laborais e psicossociais do *mobbing*, que poderão vir a constituir-se como desafios para a investigação-acção, particularmente nos domínios da psicologia do trabalho e da legislação laboral.

Assim sendo, e concretizando, podemos afirmar que o assédio moral se traduz, frequentemente, em isolamento, transferências vexatórias de local de trabalho, desocupação do funcionário ou desvalorização acintosa e pública do mesmo, com a utilização de desautorizações públicas e a prática de invectivas permanentes ao desempenho do trabalhador.

Já no campo funcional, a estratégia consiste no empobrecimento funcional de tarefas, na desvalorização do estatuto do trabalhador na empresa, na distribuição de trabalhos inúteis e não condizentes com a respectiva categoria profissional, geralmente de nível inferior e para os quais o trabalhador não tem competência, a fim de o humilhar e depreciar.

Pode, também, incluir a atribuição de tarefas para as quais o trabalhador não tem preparação, com vista a provocar erros e falhas, a atribuição de trabalhos potencialmente lesivos da sua saúde psicossomática ou a atribuição de trabalhos perigosos, arriscados ou de impossível realização.

O trabalhador pode, ainda, ser vítima de constantes humilhações, colocando-se em circulação boatos e rumores difamatórios e depreciativos (p.e., atribuindo-lhe problemas mentais e de saúde). Perante as reclamações e pedidos do trabalhador, o empregador responde sempre com o silêncio, ignorando-as.

Não raras vezes, são retirados instrumentos de trabalho (p.e., gabinete, telemóvel e viatura) e desenvolve-se um controlo apertado e contínuo da actividade do trabalhador. É ainda usual a instauração de inúmeros procedimentos disciplinares e a aplicação de sanções disciplinares, bem como a prática de actos limitativos da liberdade de expressão do empregado.

O assédio moral provoca patologias de índole psíquica, psicossomática e social, estando diagnosticados casos em que as consequências se traduzem em perda de rendimento profissional, perda de auto-estima, desenvolvimento de stress pós-traumático e síndromes depressivas. Tais patologias podem provocar dependência de fármacos, álcool e droga, contribuindo para a diminuição da empregabilidade (espiral do desemprego) e, por vezes, conduzindo ao suicídio.

Em termos sociais, as consequências do *mobbing* alastram-se à família e ao círculo de amigos da vítima. Na verdade, o assédio moral acarreta elevados custos sociais, traduzidos na

perda de produtividade, no absentismo, no aumento das baixas por doença e no aumento das reformas antecipadas e por invalidez, tudo isto com consequências para a falta de sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social dos países.

Em suma, os objectivos da prática do mobbing visam agredir de forma insidiosa e dissimulada o trabalhador e fragilizar e isolar a vítima. Através deste assédio consegue-se afectar a dignidade do visado, neutralizar ou anular os que “não cumprem” as regras de comportamento exigidas na empresa, provocar a marginalização do trabalhador e conduzir o visado à “autodestruição”. Através de tais práticas, pretende-se provocar o fim último do mobbing: o afastamento do empregado.

5. O MOBBING COMO DOENÇA PROFISSIONAL

Será que as consequências físicas e psicológicas do assédio moral podem e devem ser consideradas *doenças profissionais*?

Dois trabalhos recentes, no âmbito juslaboral, desenvolvidos no quadro de teses de mestrado sobre assédio moral, dão respostas totalmente contraditórias.

Assim, Rita Garcia Pereira (2009, p. 205) defende que sim, que as consequências do assédio moral devem ser classificadas como doenças profissionais, “atendendo a que resultam de um processo lento e contínuo a que a vítima foi sujeita por força da execução do contrato de trabalho”.

Já Rocha Pacheco (2007) defende exactamente o contrário, ou seja, que as listas ou tabelas de doenças profissionais, actualmente em vigor em Portugal (o mesmo ocorrendo em Espanha), não possibilitam que as possíveis patologias que advenham da prática de assédio moral no trabalho sejam classificadas como doenças profissionais.

E no caso de a vítima se ter suicidado, o evento deverá ser considerado como acidente de trabalho?

Novamente a doutrina juslaboral se divide, na perspectiva destes dois autores. Rita Garcia Pereira (2009) entende que sim, bastando que se consiga estabelecer o nexo causal entre a sujeição ao assédio e o dano morte. Como o evento é súbito e imprevisível deve ser considerado como acidente de trabalho e, como tal, a família da vítima deve ser indemnizada pela seguradora. Já Rocha Pacheco (2007) entende exactamente o contrário: como o assédio não é um acto instantâneo, mas reiterado, e como o evento não foi fortuito mas sim deliberado, os casos de assédio moral não podem ser configuráveis como acidentes de trabalho.

6. O QUE O MOBBING É E O QUE O MOBBING NÃO É

Importa, neste momento, fazer um balanço do que é e do que não é o *mobbing*, como forma de clarificar esta problemática de enorme importância política, social e jurídica.

Assim, temos que:

1. A denominação “Assédio Moral” é a mais adequada à realidade que aqui se tratou;
2. A conflitualidade laboral e o stresse são conceitos distintos de assédio moral;
3. A globalização dos mercados e a maior oferta do que procura de mão-de-obra geraram um aumento do assédio moral;
4. O *mobbing* é um processo que atinge na Europa números elevados e preocupantes;
5. O assédio moral é um flagelo transversal a todas as “classes” e categorias profissionais, e que ocorre no sector

privado e no sector público;

6. O assédio moral caracteriza-se por uma espécie de micro-traumatismos “repetidos”, ou seja, consiste na prática de comportamentos hostis, repetidos ao longo do tempo, visando afectar a saúde física e psíquica da vítima;

7. Alguns dos actos constitutivos do assédio moral, vistos isoladamente, até podem ser lícitos; a sua gravidade e ilicitude resultam do conjunto dos comportamentos e da sua prática persecutória reiterada;

8. Os bens jurídicos lesados são: a dignidade, o direito ao livre desenvolvimento da pessoa humana, a integridade física e moral do trabalhador e o direito ao tratamento não discriminatório. Em síntese, tudo isto conduz ao direito fundamental à integridade moral do trabalhador, enquanto pessoa, reconhecido e garantido pelo artigo 25º da Constituição da República Portuguesa;

9. Finalmente, o assédio moral pode ter repercussões muito negativas e de difícil contabilização: pode causar danos irreversíveis e, em casos extremos, pode, inclusive, conduzir ao cometimento de suicídio. As consequências nefastas do *mobbing* podem ter reflexos na saúde do assediado, podem mesmo alastrar-se à sua família e círculo de relações sociais e ter, ainda, consequências ao nível da empresa, com diversos e elevados custos sócio-económicos, juslaborais e psicossociais.

CONCLUSÃO

Este texto fundou-se na necessidade de abordar algumas facetas do comportamento humano no contexto sócio-laboral, elegendo o assédio moral no trabalho (*mobbing*) como comportamento sócio-organizacional com impacto negativo, logo, a prevenir e a combater pelas suas graves consequências sócio-económicas, juslaborais e psicossociais.

De facto, atentando ao modo como o mobbing foi caracterizado por um dos seus investigadores pioneiros – “(...) sistemáticas e repetidas acções e práticas vexatórias levadas a cabo pelo empregador, por um superior hierárquico, por colegas de trabalho ou subalternos contra um determinado trabalhador, com o objectivo de o marginalizar, isolar e induzir, por fim, a demitir-se.” (Leymann, 1996, p. 168) –, podemos assumir o assédio moral no trabalho como “(...) todo o comportamento faltoso da empresa que atente ou possa atentar contra a dignidade do trabalhador e/ou contra a sua saúde moral” (Bouaziz, 2000, p. 207).

Na verdade, nas últimas décadas, algumas ferramentas de gestão estão na base de uma transformação radical do modo como trabalhamos, destacando-se, entre outras, a exigência de “qualidade total”, a avaliação do desempenho individual, a generalização da precariedade dos vínculos laborais e a subcontratação, desvalorizando o trabalho e os trabalhadores, como que sendo esquecido o seu papel essencial para o desenvolvimento e o progresso individual, organizacional, económico e social.

E este esquecimento, de que as dezenas de suicídios, em número ainda crescente, de trabalhadores da France Telecom não podem deixar de se constituir num alerta civilizacional, pois em tempos de crise global – ética, económica, política e moral –, o esquecimento pode transformar-se em sinal e símbolo de uma crise maior, de uma crise de cidadania e de responsabilidade social, fundada numa crise de valores, valores de cuja partilha todos poderíamos beneficiar, na senda de mais e melhor desenvolvimento, progresso, justiça e paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alfred Herrhausen Society for International Dialogue. (1994). Work in future. The future of work. Stuttgart, Schäffer-Poeschel Verlag.
- Arnsperger, Christian & Van Parijs, Philippe. (2003). Ética económica e social. Porto, Edições Afrontamento.
- Bento, Vítor. (2011). Economia, moral e política. Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Bouaziz, Paul. (2000). Harcelement moral dans les relations de travail. Essai d'approche juridique. In: Droit Ouvrier, pp. 192-216.
- Brun, Jean-Pierre. (2004). L'évolution du monde du travail et les enjeux pour la SST. Consultado em <http://cgsst.fsa.ulaval.ca>.
- Carvalho, Guilhermina Dias. (2007). Mobbing nos Enfermeiros. Bragança, ISLA.
- Cooper, Carry, Rayer, Charlotte, & Hoel, Helge. (2001). Workplace Bullying: What we Know, who is to blame, and what can we do ? London, Taylor & Francis.
- Dejours, Christophe & Bègue, Florence. (2009). Suicide et travail: Que faire? Paris, PUF.
- Garcia Pereira, Rita. (2009). Mobbing ou assédio moral no trabalho: contributo para a sua conceptualização. Coimbra, Coimbra Editora.
- Gerschenfeld, Ana. (2010). Entrevista a Christophe Dejours: um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. Consultado em <http://www.publico.pt>.
- Gomes, Júlio. (2007). Estudos Jurídicos e homenagem ao Professor António Mota Veiga. Coimbra, Almedina.
- Hirigoyen, Marie-France. (1999). Assédio, coacção e violência no quotidiano. Cascais, Editora Pergaminho.
- Hirigoyen, Marie-France. (2002). O assédio no trabalho. Como distinguir a verdade. Cascais, Editora Pergaminho.
- Leymann, Henz. (1996). In the content development of mobbing at work In: European Journal of Work and Organizational Psychology, Vol. 5 (2), p. 168.
- Redinha, Maria Regina Gomes. (2003). Assédio moral ou mobbing no trabalho. In: Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Ed.). Estudos e Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura (vol. II, pp. 833-847). Coimbra, Coimbra Editora.
- Rocha Pacheco, Mago Graciano. (2007). O assédio moral no trabalho – O elo mais fraco. Coimbra, Almedina.
- Vaz Serra, Adriano, Ramalheira, Carlos, Moura-Ramos, Mariana, & Carvalho Homem, Tatiana. (2005). A “Escala Portuguesa de Mobbing”. In: Psiquiatria Clínica, 26 (3), pp. 189-211.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE BEM-ESTAR NO CONTEXTO TRABALHO

MORAIS, V.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA CLÍNICA, MEDICINA PREDITIVA E SAÚDE PÚBLICA
DA FACULDADE DE MEDICINA - UNIVERSIDADE DO PORTO
INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ISPUP

MONTEIRO, A.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CARVALHO, A.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

AZEVEDO, R.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

BARROS-DUARTE, C.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Cada vez mais o contexto de trabalho apresenta novas e subtis ameaças para o bem-estar psicológico dos trabalhadores e, consequentemente, potenciais riscos de efeitos somáticos e psicossomáticos. A actividade profissional dos professores remete-nos para problemas vocais, osteomusculares mas, igualmente, efeitos psicossociais que, embora menos visíveis, afectam a saúde e o bem-estar dos professores. O principal objectivo deste estudo é descrever as principais características do trabalho que influenciam o bem-estar psicológico dos professores. Na realidade verificou-se que, à medida que os professores percebem discriminação e falta de dignidade no trabalho a pontuação nas diferentes dimensões da escala de saúde de qualidade de vida (NHP) aumenta.

ABSTRACT

Increasingly, the work context presents new and subtle threats to psychological well-being of workers and, consequently potential risks of somatic and psychosomatic effects. The professional activity of teachers leads us to vocal problems, musculoskeletal but also psychosocial effects, although less visible, affecting the health and welfare of teachers. The main objective of this study is to describe the main characteristics of the work that influence the psychological well-being of teachers. In fact it was found that teachers perceive discrimination and lack of decent work increases the score in the different dimensions of health scale of quality of life (NHP).

INTRODUÇÃO

A relação entre homem/trabalho tem exercido um fascínio considerável para as ciências sociais e humanas, o seu estudo, tem ganho, à força da diversidade de análises, perspectivas multidimensionais que se materializam em contributos diferenciados. Embora cada ciência tente reter a complexidade do fenómeno e elaborar a sua perspectiva de análise, o trabalho é um fenómeno social que apela e suscita um tipo de estudo pluridisciplinar.

Indiscutível porém, independentemente da perspectiva adoptada, a dimensão humana do trabalho tem uma influência muito significativa no comportamento humano. Proudhon, Drubreuil, Pierre Jaccard (cit in Freire, 1997, p.26/27) são unânimes em considerarem o trabalho como “a mais importante das actividades humanas. Respondendo às necessidades vitais de subsistência, de socialização e de expressão pessoal, preenche funções essenciais: económica, social e psicológica. (...) Factor decisivo do crescimento económico, ele é fonte inesgotável de novas solidariedades e de enriquecimento para

a pessoa.” É a primeira condição de cultura, civilização e até mesmo de socialização.

O mundo do trabalho encontra-se (mais do que nunca) em profundas e contínuas transformações. A evolução das novas tecnologias obriga a que os esforços tenham de ser combinados também por parte dos trabalhadores para acompanhar ritmos acelerados de mudanças. De facto, o trabalho tem tido ao longo dos tempos uma importância vital na organização da sociedade e a implicações significativas ao nível do bem-estar dos indivíduos. A dinâmica entre as necessidades imperiosas da produção incompatibiliza-se, muitas vezes, com a saúde dos indivíduos. É nesta incompatibilização que nascem e se desenvolvem algumas disciplinas que procuram estudar as relações individuo/saúde/trabalho.

Mais recentemente, a preocupação com os factores de risco psicossociais no contexto de trabalho, têm levado a que, cada vez mais instituições e investigadores se detenham a estudar a problemática, o que se traduz numa maior visibilidade sobre a questão e resposta a nível de adequação/actuação.

Neste sentido, o estudo que pretendemos realizar procura verificar qual o impacto que o trabalho tem na saúde dos professores.

1. SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO

O significado do conceito de saúde distingue dois pressupostos: primeiro a formulação negativa da saúde, ausência de doença e a segundo a formulação positiva da saúde, bem-estar físico, mental e social do indivíduo.

A OMS (2010, p. 6) define a saúde como: “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença”. A saúde passou, então, a ser mais um valor da comunidade que do indivíduo. É um direito fundamental das pessoas, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição sócio-económica. O termo bem-estar esteve inicialmente associado aos estudos da economia e tinha outro significado, o de bem-estar material (welfare). O bem-estar material é a avaliação feita pelo indivíduo ao seu rendimento ou, de modo mais geral, à contribuição dos bens e serviços que o dinheiro pode comprar para o seu bem-estar.

Contudo, para além dos recursos materiais, outros aspectos determinam o nosso Bem-estar ou a nossa Qualidade de Vida – a nossa saúde, as relações, a satisfação com o trabalho, a liberdade política, entre outros. Na verdade, segundo Barros-Duarte & Cunha (2010), uma orientação para o bem-estar coloca no centro da análise a preocupação com o sujeito que, ao desenvolver a sua actividade põe em acção diferentes dimensões do uso da saúde: não se trata apenas do uso da dimensão física, da dimensão mental e mesmo da dimensão afectiva, mas de um uso de si (Schwartz, 1997 in Barros-Duarte & Cunha, 2010). Nesta óptica, a dimensão subjectiva da saúde referida por Canguilhem (1999/1943) traduz-se no sentir-se de boa saúde, ou seja, num poder agir sobre si e sobre o mundo que o rodeia (Clot, 1999), que se concretiza na forma como cada um gere a sua vida no trabalho e constrói a sua saúde.

Ora o contexto de trabalho é parte significativa da vida de um indivíduo que afecta o seu bem-estar mental, a sua saúde, a sua vida assim como o bem-estar da comunidade. Cada vez mais, existe uma consciência crescente e reconhecimento do papel do trabalho na promoção de bem-estar (e não apenas na protecção e na prevenção).

2. FACTORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS

As mudanças no contexto económico e social nas últimas décadas têm provocado alterações significativas nas actividades laborais. Maiores exigências quanto à qualificação e formação profissional, mudanças tecnológicas permanentes, pressão por produtividade, aumento crescente da automatização e da informatização com consequências ao nível do (des)emprego têm gerado ameaças constantes à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores.

De facto, já em 1966, antes mesmo das questões como stress no trabalho e factores psicossociais se tornarem expressões correntes, foi apresentado nos Estados Unidos um relatório intitulado “Protecting the Health of Eighty Million Workers - a national goal for occupational health”, cujo objectivo era o de orientar os futuros programas de saúde no trabalho. Este concluiu que existiam cerca de vinte problemas urgentes que necessitavam de uma abordagem prioritária, entre os quais a saúde mental no trabalho e os factores do local de trabalho

que podiam contribuir para as situações de risco. Trinta anos depois, viemos confirmar que todas as ameaças que foram identificadas vieram de facto a cumprir-se sem que se existido qualquer preocupação na prevenção (Sauter, Hurrell, Murphy e Levi, 2001):

1. O stress no trabalho tornou-se numa das principais causas de incapacidade no trabalho, por exemplo, em 1990 nos Estados Unidos cerca de 13% dos casos de incapacidade se deviam a stress no local de trabalho. Na União Europeia, a proporção de trabalhadores que se queixam de problemas ao nível da organização do trabalho é superior aos que se queixam de problemas físicos - sendo que os problemas na organização de trabalho estão relacionados com o aparecimento de stress.
2. As questões psicossociais do ambiente de trabalho têm assumido uma atenção crescente na sociedade actual (European Commission, 2000). Nos países da União Europeia, a exposição a stressores psicossociais relativos ao ambiente de trabalho é relatada por uma larga proporção de empregadores, com consequências significativas para os trabalhadores. Entre estas consequências apresentam-se as doenças músculo-esqueléticas, cardiovasculares, mentais, stress, burnout, diminuição da percepção da qualidade de vida, aumento do absentismo, aumento da carga de trabalho e decréscimo da motivação e produtividade. Recentemente, os países membros da União Europeia consideraram os factores psicossociais alvos de atenção prioritária entre os diversos factores implicados no contexto de trabalho, sendo igualmente identificados pelos diversos Institutos Europeus como o campo de investigação mais importante no futuro (EU-OSHA, 2000).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010) o conceito de ambiente psicossocial do trabalho inclui a cultura organizacional, bem como atitudes, valores, crenças e práticas quotidianas da empresa que afectam o bem-estar mental e físico dos trabalhadores. Acrescenta, ainda, que a avaliação dos riscos psicossociais deve ser realizada à semelhança dos riscos do ambiente físico do trabalho mas recorrendo a ferramentas diferentes, como estudos de caso, entrevistas e/ou questionários.

No sector da educação e, mais concretamente, a actividade profissional dos professores é referida, desde 1983 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como sendo a segunda categoria profissional, em nível mundial, com mais doenças de carácter ocupacional, incluindo desde reacções alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite até problemas psicológicos e mesmo esquizofrenia”. (Vasconcelos, 1997, cit. in Webber, 2009, p. 6).

No contexto da educação, os professores têm sofrido uma exigência acrescida ao nível dos recursos materiais e humanos. Devido a essas situações vividas pelos professores, tem-se constatado alterações na saúde física e psíquica dos mesmos. Segundo Guérin et.al (1997), o trabalhador está envolvido na sua actividade com a sua personalidade e a sua história. De acordo com as situações de trabalho, a confrontação entre suas características pessoais e as margens de manobras deixadas pela organização do trabalho irá revelar-se positiva para a sua saúde ou, no sentido contrário, provocar consequências para a saúde da relação psíquica com o trabalho. Investigações realizadas por Esteve (cit. in Picado, 2009), sobre o impacto do exercício profissional na personalidade dos educadores, revelam que a acumulação de exigências pedidas aos professores traduz-se num aumento significativo de fontes de pressão presentes no ensino que, activadas pela aceleração da mudança

social se tornam causadoras de emoções negativas. Contudo, muitos professores vencem o desafio da mudança. Infelizmente para outros docentes a profissão torna-se um espaço gerador de ansiedade, antagonismo e conflitos constantes, causando o stresse.

O stresse no trabalho segundo Grandjean (2004, p. 163), é definido pelo estado emocional, causado por uma discrepância entre o grau de exigência do trabalho e os recursos disponíveis para o gerir. É assim, essencialmente, um fenómeno subjectivo e depende da compreensão individual da incapacidade de gerir as exigências do trabalho. O stresse dos professores é considerado pela OIT não somente um fenómeno isolado, mas um risco ocupacional significativo da profissão. O contacto directo com o público é o agravante para a deflagração de doenças psicossomáticas. Nomeadamente, o Síndrome de Burnout nos professores, considerado como uma resposta do organismo ao stresse laboral crónico e prolongado. Para Codo (2002, cit. in Webber, 2009, p. 9), manifesta-se em três dimensões: 1. Exaustão emocional; 2. Despersonalização; 3. Falta de envolvimento pessoal no trabalho. Pesquisa realizada por Porto et.al (2001), com 1.024 professores no Estado da Bahia-Brasil, procurou investigar a associação entre aspectos psicossociais do trabalho e prevalência de distúrbios psíquicos em professores da educação infantil e do ensino primário, apresentaram uma prevalência de distúrbios psíquicos de 44%. Mostraram ainda uma associação positiva de 1,5 entre a presença de distúrbios psíquicos e as condições de demanda e controlo no trabalho, após ajustado para variáveis sexo, zona de trabalho e suporte social e exigência no trabalho

Estudo realizado com 127 professores de uma escola secundária do Distrito do Porto, onde se avaliaram vários indicadores relacionados com o trabalho e o bem-estar pessoal (stresse, "burnout", saúde física e satisfação profissional), revela que cerca de 40% dos participantes neste estudo terem referido experienciar índices globais elevados de stresse associados a sua profissão. Verificou-se ainda que mais de metade dos participantes (52%) referiram o comportamento inadequado e a indisciplina dos alunos como geradora de elevado mal-estar, seguindo-se o trabalho burocrático e o excesso de aulas (causadora de problemas para quase 34% dos professores), o estatuto da carreira docente (fonte de tensões para 26% dos participantes), as pressões de tempo e o excesso de aulas (avaliada como muito problemática por 25% dos docentes) e, por fim, as disparidades nas capacidades apresentadas pelos alunos, que suscitou maiores dificuldades a 18% dos profissionais deste estudo.

No contexto da saúde ocupacional as dimensões físicas são apenas a ponta do iceberg, porém as dimensões que as sustentam são as sociais, afectivas, cognitivas e criativas. O trabalho é uma dimensão psicológica, afectiva e de identidade e não apenas um meio de subsistência, portanto as acções para promoção à saúde no trabalho devem ser direccionadas às mudanças na organização do trabalho, e não aos comportamentos individuais, ou seja, a organização do trabalho está relacionada com a instância determinante do grau de demanda psicológica e de controlo. Assim, a esse nível de determinação é que devem ser realizadas as intervenções destinadas à melhoria das condições de saúde no ambiente laboral.

Não sendo possível estudar, todos os sectores de trabalho, pretendemos com este artigo realçar a exposição a risco psicossocial e o impacto na saúde e bem-estar que os problemas psicossociais têm ou podem ter nos professores.

3. METODOLOGIA

OBJECTIVOS

O principal objectivo deste trabalho é o de descrever quais as características psicossociais do trabalho que influenciam e qual o seu impacto na percepção de bem-estar dos professores. Pretende-se comparar os eixos psicossociais do Inquérito saúde e trabalho (INSAT) com as dimensões do Nottingham Health Profile (NHP) perceber as associações entre estas dimensões.

VARIÁVEIS

Nesta investigação as variáveis usadas são as dimensões do NHP que foram operacionalizadas com as dimensões agressão, discriminação, a falta de equipamento e de instalações adequadas, a falta de reconhecimento, a falta de condições dignas, satisfação no trabalho, hipersolicitação, ultrapassar o horário normal do trabalho e ter que saltar refeições, variáveis do INSAT. Variáveis sociodemográficas, Sexo, Idade, Estado civil e Tipo de empresa.

INSTRUMENTOS

INQUÉRITO SAÚDE E TRABALHO (INSAT)

O INSAT tem como objectivo estudar as consequências do trabalho e das condições de trabalho, actuais e passadas, ao nível da saúde e do bem-estar (Barros-Duarte & Cunha, 2010). O INSAT é um inquérito auto-administrado que pretende caracterizar os principais riscos profissionais e compreender a influência que os constrangimentos de trabalho têm na saúde do trabalhador. Os principais objectivos deste instrumento são: (i) elaborar uma caracterização das condições de trabalho associadas à actividade profissional; (ii) identificar os principais factores de risco e as interacções existentes entre eles, bem como a influência de certas variáveis relacionadas com o conteúdo de trabalho e a sua organização; (iii) promover uma tomada de consciência individual e colectiva relativamente aos efeitos do trabalho e das condições de trabalho na saúde e bem-estar.

NOTTINGHAM HEALTH PROFILE (NHP)

O NHP é um instrumento de avaliação de qualidade de vida, desenvolvido originalmente para avaliar a qualidade de vida em pacientes portadores de doenças crónicas. Trata-se de um questionário auto-administrado, constituído de 38 itens, baseados na classificação de incapacidade descrita pela OMS, com respostas no formato sim/não. Utilizando uma linguagem de fácil interpretação, o NHP fornece uma medida simples da saúde física, social e emocional do indivíduo. Os itens estão organizados em seis categorias que englobam nível de energia (NE), dor (D), reacções emocionais (RE), sono (S), interacção social (IS) e habilidades físicas (HF).

AMOSTRA

A amostra do presente estudo é constituída por 101 professores. Na tabela que segue mostramos a distribuição da nossa amostra por sexo, idade, tipo de empregador, estado marital, escolaridade, tempo de experiência

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

	N (%)
Sexo	101
Masculino	47 (46.5)
Feminino	54 (53.5)
Idade	101
Até 35 anos	28 (27.7)
36 anos a 45 anos	36 (35.6)
Mais de 46 anos	37 (36.6)
Estado marital	101
Solteira, Divorciada ou Viúva	41 (40.6)
Casada Ou União de facto	60 (59.4)
Escolaridade	101
Bacharelato	15 (14.9)
Licenciatura	65 (64.4)
Mestrado/Doutoramento	21 (20.8)
Tempo de experiência	97*
Até 10 anos de experiência	35 (34.7)
Entre 10 e 20 anos de experiência	24 (23.8)
Mais de 20 anos de experiencia	38 (37.6)
Tipo de empresa	101
Pública	72 (71.3)
Privada	29 (28.7)

* 4 INQUIRIDOS NÃO RESPONDERAM

Na tabela 1 podemos ver a distribuição da nossa amostra por sexo e podemos ver que 53.5% da nossa amostra são do sexo feminino, na distribuição por idade, apesar de bem distribuída são os mais novos os menos representados. Podemos ver ainda que na nossa amostra 59.4% são casados ou vivem em união de facto, 37.6% têm mais de 20 anos de experiência enquanto professores e por fim, 71.3% dos professores trabalham no ensino público.

4. RESULTADOS

Na tabela 2 são apresentados os resultados da análise estatística com vista a responder à questão: quais a características do trabalho que influenciam a percepção de bem-estar dos professores.

Verificamos que na variável agressão, os professores que referem algum tipo de agressão pontuam mais nas dimensões de reacções emocionais, interacção social e na dimensão de sono. Quanto à dimensão discriminação, esta dimensão parece mais relacionada pelos professores com mais pontuação no nível de energia e com a interacção social.

TABELA 2. FACTORES PSICOSSOCIAIS DO INSAT E QUI-QUADRADO DIMENSÕES NHP

		Reacções Emocionais		Nível de Energia		Interacção Social		Dor		Sono		Habilidade Física	
		Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)
Falta de equipamento	Não	41 (68.3)	16 (39.0)	47 (59.5)	10 (45.5)	47 (57.3)	9 (50.0)	45 (55.6)	11 (57.9)	46 (59.7)	10 (43.5)	48 (55.2)	8 (61.5)
	Sim	19 (31.7)	25 (61.0)	32 (40.5)	12 (54.5)	35 (42.7)	9 (50.0)	36 (44.4)	8 (42.1)	31 (40.3)	13 (56.5)	39 (44.8)	5 (38.5)
Instalações inadequadas	Não	43 (71.7)	18 (43.9)	50 (63.3)	11 (50.0)	50 (61.0)	10 (55.6)	48 (59.3)	12 (63.2)	48 (62.3)	12 (52.2)	51 (58.6)	9 (69.2)
	Sim	17 (28.3)	23 (56.1)	29 (36.7)	11 (50.0)	32 (39.0)	8 (44.4)	33 (40.7)	7 (36.8)	29 (37.7)	11 (47.8)	36 (41.4)	4 (30.8)
Agressão	Não	41 (68.3)	13 (31.7)	43 (54.4)	11 (50.0)	46 (56.1)	8 (44.4)	44 (54.3)	10 (52.6)	44 (57.1)	10 (43.5)	45 (51.7)	9 (69.2)
	Sim	19 (31.7)	28 (68.3)	36 (45.6)	11 (50.0)	36 (43.9)	10 (55.6)	37 (45.7)	9 (47.4)	33 (42.9)	13 (56.5)	42 (48.3)	4 (8.7)
Discriminação	Não	58 (96.7)	24 (58.5)	72 (91.1)	10 (45.5)	72 (87.8)	9 (50.0)	70 (86.4)	11 (57.9)	68 (88.3)	13 (56.5)	73 (83.9)	8 (61.5)
	Sim	2 (3.3)	17 (41.5)	7 (8.9)	12 (54.5)	10 (12.2)	9 (50.0)	11 (13.6)	8 (42.1)	9 (11.7)	10 (43.5)	14 (16.1)	5 (38.5)
Reconhecimento	Não	41 (68.3)	26 (63.4)	53 (67.1)	14 (63.9)	55 (67.1)	11 (61.1)	52 (64.2)	14 (73.7)	50 (64.9)	16 (69.6)	54 (62.1)	12 (92.3)
	Sim	19 (31.7)	15 (36.6)	26 (32.9)	8 (36.4)	27 (32.9)	7 (38.9)	29 (35.8)	5 (26.3)	27 (35.1)	7 (30.4)	33 (37.9)	1 (7.7)
Dignidade	Não	57 (95.0)	35 (85.4)	75 (94.9)	17 (77.3)	78 (95.1)	13 (72.2)	77 (95.1)	14 (73.7)	73 (94.8)	18 (78.3)	82 (94.3)	9 (69.2)
	Sim	3 (5.0)	6 (14.6)	4 (5.1)	5 (22.7)	4 (4.9)	5 (27.8)	4 (4.9)	5 (26.3)	4 (5.2)	5 (21.7)	5 (5.7)	4 (30.8)

Podemos ver na tabela 2 que 61% dos professores que referem falta de equipamento pontua nas RE. 56.1% dos professores que referem instalações inadequadas referem mais frequentemente RE. Os professores que referem exposição à discriminação são principalmente encontrados nas queixas quanto ao NE. Dos professores que referem exposição a condições indignas a proporção de resposta é muito semelhante em todas as sub-escalas do NHP. O Reconhecimento, pelas chefias e pelos colegas, é a variável que menos se emparelha com as sub-escalas do NHP.

TABELA 3: CORRELAÇÕES DIMENSÕES NHP E DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS DO INSAT

	Reacções Emocionais	Nível de Energia	Interacção Social	Dor	Sono	Habilidade Física
Falta de equipamento	0,290**	0,117	0,057	-0,018	0,138	-0,043
Instalações Inadequadas	0,279**	0,112	0,043	-0,031	0,087	-0,073
Agressão	0,361**	0,037	0,090	0,013	0,115	-0,118
Discriminação	0,479**	0,483**	0,370**	0,285**	0,341**	0,192
Reconhecimento	0,051	0,030	0,048	-0,079	-0,041	-0,215*
Dignidade	0,166	0,256**	0,307**	0,293**	0,243*	0,294**

**P <0,01 / *P <0,05

Na tabela 3 podemos ver as correlações entre as variáveis de exposição e as sub-escalas do NHP, apesar de fracas relações entre a exposição à Discriminação mostra uma relação moderada com as dimensões das reacções emocionais, com o nível de energia, com interacção social e com o sono. À medida que a Discriminação aumenta a pontuação nas dimensões do NHP aumentam proporcionalmente.

No que diz respeito à dimensão RE podemos ver que a discriminação e a agressão são as variáveis que mais se relacionam positivamente. Quanto ao NE, IS, D e S a discriminação e a dignidade são as dimensões que fazem aumentar a pontuação destas dimensões, apesar de em diferentes magnitudes. A HF apenas mostra relação com a dignidade apesar de esta ser fraca, mostra ainda a existência de uma relação negativa com o reconhecimento, ou seja, à medida que o reconhecimento aumenta, pontuar na sub-escala HF diminui.

Estes valores que mostram relações fracas entre dimensões, que podem ser explicados pelo baixo número de sujeitos na nossa amostra.

CONCLUSÕES

Segundo a Organização Mundial de Saúde, os transtornos mentais chamados menores atingem 30% dos trabalhadores ocupados e os transtornos mentais graves, cerca de 5% a 10%.

A principal vantagem deste estudo é dar-nos alguma informação sobre as associações que os professores fazem sobre o seu bem-estar e algumas características do seu local de trabalho, passamos de uma visão exterior sobre os riscos de trabalho em que são identificados, maioritariamente, problemas com a voz, para uma visão dos problemas interiores dos professores no seu contexto de trabalho.

Mais importante do que mostrarmos as relações entre dimensões psicossociais do trabalho e o bem-estar é ao mesmo tempo poder mostrar que as dimensões físicas do trabalho também estão presentes. Esta é uma das principais características do INSAT, permite-nos “olhar” para um posto de trabalho através dos “olhos” do trabalhador identificando o que está invisível.

Neste trabalho podemos ver que na sua maioria os professores se sentem expostos a problemas de agressão e discriminação. No que diz respeito às condições de trabalho, os professores referem que existem instalações inadequadas e falta de equipamento e que mais frequentemente são percebidos como condição de risco para o trabalho e para a qualidade de vida dos professores.

No que diz respeito à qualidade de vida, e às diferentes dimensões do NHP, pudemos ver que estas se relacionam na sua maioria positivamente com as diferentes variáveis que usamos para descrever esta população. A sub-escala do NHP Habilidade física é a única que se relaciona negativamente com as variáveis.

A principal vantagem deste trabalho é permitir ver um primeiro olhar sobre relações que podem ser referidas com os problemas de trabalho e a qualidade de vida. Ao conseguirmos perceber a existência de relações entre percepção de problemas no local de trabalho e qualidade de vida mais cedo conseguimos ajudar na intervenção nos postos de trabalho.

A utilização do INSAT permitiu-nos perceber alguns dos problemas que são apenas percebidos pelos professores e que numa avaliação de riscos no posto de trabalho provavelmente não seriam detectados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, (2003). Prevenção de Riscos Psicossociais no Local de Trabalho. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Barros-Duarte, C., Cunha, L. (2010). INSAT 2010 – Inquérito Saúde e Trabalho: outras questões, novas relações. *Laboreal*, 6, (2), 19-26.
- Direcção Geral de Saúde (2009) Programa Nacional de Saúde Ocupacional 2009-2012. Lisboa.
- Falzon, P. (2004). Os objectivos da Ergonomia. In: Daniellou, F. (coord.). *A ergonomia em busca de seus princípios - debates epistemológicos*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, pp. 229 - 239.
- Faria, M. (1987). A análise do trabalho como instrumento metodológico fundamental em ergonomia. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 5 (3-4), pp. 55- 60.
- Freire, J. (1997). *Variações sobre o tema trabalho*. Edições Afrontamento: Porto.
- Grndjean, E. (2004). *Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. Bookman: Porto Alegre.
- Guérin, F., Laville, A., Daniellou, F., Duraffourg, J., e Kerguelin, A. (1997). *Comprendre le travail pour le transformer*. ANACT.
- Judge, T. A., & Watanabe, S. (1993). Another look at the job satisfaction-life satisfaction relationship. *Journal of Applied Psychology*, 78, 939-948
- Laville, A. (1993). *L'ergonomie*. Presses universitaires de France: Paris.
- Maestre, D.G. (2003). *Ergonomia y Psicossociologia*. FC Editorial: Madrid.
- Noulain, M. (1992). *Ergonomie*. Technip: Paris
- Organização Mundial da Saúde (2010). *Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para acção: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais*. Tradução do Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN – p. 26
- Organização Mundial da Saúde (1994). *Declaration of occupational health for all*. Geneve.
- Picado, L. (2009) Ser professor do aml-estar para o bem-estar docente. Disponível em <http://www.psicologia.com.pt>. Acesso em 20/08/2011.
- Porto, L., Carvalho, F., Oliveira, N., Silvany, A., Araújo T., Reis I. E., Delcor N. (2006). Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. *Saúde Pública*, 40(5):818-26.
- Rabardel, P., Carlin, N., Chesnais, M., Lang, N., Le Joliff, G., e Pascal, M. (1997). *Ergonomie: concepts et méthodes*. Octares Editions: Toulouse.
- Rio, R.P. e Pires, L. (2001). *Ergonomia: fundamentos da prática ergonómica*. Editora Lda.: São Paulo.
- Sauter, Hurrell, Murphy e Levi, (2001). Factores Psicossociales y de Organización. In *Organización Internacional del Trabajo (coord) Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo*. pp 34.2-34.3.
- Spector, P.E. (1997). *Job satisfaction: Application, assessment, causes, and consequences*, Sage, London,.
- Souza, E. e Fonseca, A. R. (2006). *Contemporaneidade, trabalho docente e transformações sociais*. Disponível em <http://www.mg.senac.br>. Acesso em 20/03/2011.
- Tamayo, A. (2004). *Cultura e Saúde nas Organizações*. Editora Artmed: Porto Alegre.
- Webber, D.V. (2009). A profissão de professor na sociedade de risco e a urgência por descanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral. – Disponível em: <http://www.sinpro-caxiasdosul.org.br>. Acesso em 20/03/2011;

CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO: RESULTADOS DE UM ESTUDO SOBRE BEM- ESTAR NO TRABALHO E PERCEÇÃO DE SAÚDE EM AUXILIARES DE GERIATRIA

ROSANA MONTEIRO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
16540@UFP.EDU.PT

PEDRO CUNHA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PCUNHA@UFP.EDU.PT

RESUMO

O presente estudo investiga o modo como os auxiliares de geriatria se sentem no trabalho e a influência deste na percepção que têm acerca da sua saúde. Neste sentido, pretende-se efectuar a caracterização da percepção de bem-estar no trabalho e de saúde numa amostra de auxiliares de geriatria, analisando se existe relação entre o modo como se sentem no trabalho e o modo como encaram a sua saúde, bem como a possível influência do bem-estar profissional no modo como se percebe a própria saúde. Segundo Ryan e Deci (2001), situações geradoras de mal-estar no trabalho podem ser pontos de partida para que se gerem doenças. Estudos mencionam que os profissionais que sintam bem-estar no trabalho estarão mais aptos para prestar cuidados adequados, nomeadamente aos idosos (Alvim, 2006; Ryan & Deci, 2001). Sendo que cada vez mais se verifica o envelhecimento demográfico, é fundamental dar resposta às necessidades crescentes de cuidados de higiene e saúde, fornecendo assistência e auxílio aos idosos, daí que seja crucial que o profissional que lida com pessoas idosas se encontre satisfeito com o seu trabalho e com a própria saúde. É, portanto, um importante aspecto a explorar, visto que para que forneça bem-estar ao idoso o profissional deve sentir-se bem, sendo que é ele que lida diária e directamente com o idoso. A investigação é do tipo quantitativo, com uma amostra de aproximadamente 200 indivíduos e foram aplicados 3 instrumentos: o “Questionário de Percepção de Bem-estar no trabalho”, o Questionário de Dados Sócio-demográficos e Clínicos (ambos de elaboração própria para a investigação) e o “Questionário de Percepção de Saúde – MOS SF36”. Os resultados obtidos serão fundamentais para que se gere informação actual, mas também para que no futuro se saiba de que modo intervir em situações de mal-estar no trabalho nesta população específica.

Palavras-Chave: Bem-estar; Trabalho; Saúde; Auxiliares de Geriatria.

ABSTRACT

This study investigates how the geriatric assistant experiences their work and its influence on their perception about their health. We aim to make the characterization of the perception of well-being at work and health in a sample of geriatric assistant, and investigate any relationship that could exist between how the assistants feel in their work and how they perceive their health. Its part of our interest understands the possible influence of welfare at work in how they perceive their health. According to Ryan and Deci (2001), situations that cause discomfort at work may be starting points for diseases. Studies show that professionals who feel well-being at work will be better able to provide adequate care, particularly for the elderly (Alvim, 2006; Ryan & Deci, 2001). Since there is an increasingly aging population, it is essential to satisfy the growing needs of hygiene and health, providing care and support for the elderly, so it is imperative that professionals dealing with older people are satisfied with their work and their health. It is an important aspect to explore, as if to provide welfare to the elderly, professionals must himself feel good, because he is dealing directly and daily with the elderly. The research is quantitative and will be conducted with approximately 200 individuals, using three instruments: the “Survey of Perceptions of Wellness at Work”, the “Questionnaire of Socio-Demographic and Clinical” (both elaborated by the authors of the present article) and “Perceived Health Questionnaire - MOS SF36”. The results will be important to generate current information, but also to know how to intervene in situations of discomfort at work in this particular population.

Key-words: Well being; Work; Health; Geriatric Assistants.

NOTA: Este artigo constitui uma derivação de uma comunicação apresentada previamente no XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização (Encontro da APSIOT), em Maio de 2011, em Lisboa.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por base um estudo acerca do bem-estar no trabalho e da percepção de saúde e tem como objectivo principal investigar a relação existente entre o bem-estar no trabalho e a percepção que o auxiliar de geriatria em instituições para idosos tem da sua própria saúde. Optou-se pelos participantes em causa, visto que não são uma população amplamente estudada, merecendo portanto, uma maior exploração. Pretende-se estudar esta população em termos de trabalho e de saúde. Isto porque, o trabalho é uma componente fulcral da vida de um indivíduo e a saúde, um bem essencial e imprescindível (Alvim, 2006; Ribeiro, 2005).

O bem-estar foi inicialmente definido como a ausência de enfermidade, visto que foi estudado no âmbito da gerontologia e da psiquiatria (Hernandez, 2007; Siqueira & Padovam, 2008). Foi com a Psicologia Positiva que este conceito passou a ser considerado como algo muito mais vasto (Hernandez, 2007). O bem-estar é um conceito de grande complexidade, tendo sido fortemente investigado segundo duas grandes correntes (Keyes, Ryff & Shmotkin, 2002; Ryan & Deci, 2001). Numa vertente hedónica, o bem-estar é a demanda pelo prazer e a aversão à dor, gerando assim o conceito de bem-estar subjectivo (Albuquerque & Tróccoli, 2004; Keyes et al., 2002; Ryan & Deci, 2001; Siqueira & Padovam, 2008). Porém, segundo a óptica eudamónica o bem-estar diz respeito ao nível no qual a pessoa se encontra realizada e em amplo funcionamento das suas capacidades, ligando-se à noção de bem-estar psicológico (Keyes et al., 2002; Ryan & Deci, 2001; Siqueira & Padovam, 2008).

O trabalho é entendido como uma actividade socialmente instituída e organizada, na qual o indivíduo obedece a normas, mas também coloca muito de si no que faz, produzindo, criando e tornando possível o desenvolvimento da organização e dos objectivos a ela inerentes (Moretti, 2009).

Já a saúde é compreendida como o estado pleno de bem-estar tanto a nível físico, como mental e social, ou seja, a noção de saúde muito para além da condição isenta de doença (Ribeiro, 2005).

A relação entre o trabalho e a saúde suscitou desde sempre grande interesse, contudo, foi desde o século XIX que esta ligação foi estudada com maior profundidade (Silva, Bernardo, Maeno & Kato, 2010). Esta alteração deve-se ao surgimento de uma nova abordagem: a Medicina no Trabalho (Silva et al., 2010). E aliado a este novo conceito surgem os serviços destinados ao assegurar da saúde nas organizações empregadoras (Silva et al., 2010).

Tendo em consideração que cada vez mais se verifica uma nítida competição entre os serviços prestados por cada empresa, decorrente de uma evidente alteração da situação económica, que diariamente origina desemprego ou emprego precário, torna-se não apenas importante, mas indispensável que se aborde com profundidade estas questões: actualmente como se sente o trabalhador, como está a sua saúde, e será que há influência na saúde tendo em conta o modo como se sente no seu trabalho (Gomes & Tanaka, 2003; Serva & Andion, 2006).

O auxiliar de geriatria, profissional da área de saúde e sobre o qual ainda não existe muita investigação, proporciona serviços num período instável, a uma população que necessita de constantes e diversos cuidados (Lima & Tocantins, 2009). Como tal, acresce o interesse de explorar, visto que não estamos na presença de um trabalhador comum, mas de um profissional encarregue pela saúde e bem-estar dos outros, como tal sujeito a situações passíveis de causar desconforto e mal-estar (Gouveia, Lins, Lima, Freires & Gomes, 2009). Além do mais,

os alvos do seu trabalho são pessoas que geralmente se encontram debilitadas e necessitadas de auxílio em quase todas as actividades diárias (Vecchia, Ruiz, Bocchi & Corrente, 2005). Acrescendo a estes dois aspectos, que exercem pressão no profissional, está associada a situação económica difícil que actualmente se vive.

1. BEM-ESTAR NO TRABALHO

O Homem na vida adulta tem no trabalho um elemento de grande importância na sua vida (Alvim, 2006; Borges & Argolo, 2002; Gouveia et al., 2009).

O trabalho influencia a própria estruturação da personalidade e da identidade, constituindo-se como uma ponte para a consolidação das outras componentes da vida do indivíduo, seja mediante aspectos positivos ou negativos, como a perda de emprego ou disfunções associadas à organização do trabalho e relações daí decorrentes (Borges & Argolo, 2002; Gouveia et al., 2009). O trabalho ocupa um lugar de relevo na vida de cada um e, como tal, para que não existam repercussões negativas nas demais componentes, é importante que o indivíduo se sinta bem na sua ocupação profissional (Gouveia et al., 2009).

Segundo Siqueira e Padovam (2008), o bem-estar no trabalho é um construto constituído por três componentes: a satisfação com o trabalho, o envolvimento com este (ligações afectivas positivas que o sujeito tem face ao seu trabalho) e o comprometimento organizacional afectivo (ligação afectiva positiva com a organização).

O comprometimento organizacional afectivo refere-se à ligação que o indivíduo sente relativamente à organização na qual trabalha (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). Quanto maior for esta ligação, maior será a interiorização das perspectivas e normas da organização por parte do trabalhador (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). Quando o trabalhador verifica que a organização se preocupa com ele, acaba também por se comprometer com a organização (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). Podem advir daqui sentimentos positivos como orgulho, confiança, dedicação e vontade de permanecer na organização (Siqueira & Padovam, 2008).

Já a componente envolvimento com o trabalho, refere-se ao nível em que a pessoa se identifica com o trabalho que desempenha (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). O envolvimento afectivo com o trabalho implica que o sujeito tenha uma grande ligação com o seu trabalho, ao ponto do tempo de relativizar o valor do tempo (por exemplo, as horas de trabalho podem parecer minutos) (Siqueira & Padovam, 2008).

A última componente é a satisfação com o trabalho que se refere ao quanto o trabalhador se sente bem e gosta do seu trabalho (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). Quanto maior a satisfação com o trabalho, melhor o desempenho, melhor a colaboração com os colegas e com a organização (Hernandez, 2007; Hoch, 2010). Este componente não apenas influi no trabalho, como também noutras dimensões da vida do indivíduo como no espaço familiar (Hernandez, 2007). Harter, Schmidt & Keyes (2002) referem que quando o trabalhador faz uma avaliação positiva da sua relação com o meio de trabalho, a sua qualidade de vida e o próprio desempenho das funções aumentam.

De salientar que as componentes abordadas por Siqueira e Padovam (2008) são interdependentes entre si.

2. PERCEPÇÃO DE SAÚDE

A saúde pode ser entendida como uma condição que sofre influência de diversos factores, como é o caso dos ambientais e sociais (Matos & Albuquerque, 2006; Ribeiro, 2005). Já muitos autores procuraram definir do modo mais preciso possível este conceito, contudo é de difícil explanação (Matos & Albuquerque, 2006; Ribeiro, 2005). Ainda que se investiguem e implementem projectos de promoção de saúde, é conhecida a dificuldade de os indivíduos gerarem e manterem comportamentos ditos saudáveis, apesar de sempre se procurar o estado pleno de saúde (Bennet & Murphy, 1999; Matos & Albuquerque, 2006).

Diversos estudos foram conduzidos tendo em consideração a percepção de saúde (Ferreira & Santana, 2003; Gomes & Tanaka, 2003; McDonough & Walters 2001; MacIntyre, Ford & Hund, 1999; Pinheiro, Viacava, Travassos & Brito, 2002; Read & Gorman, 2006). Nesses estudos acederam-se a conclusões interessantes, tais como o facto de serem as mulheres a apresentarem maior tendência para referir sintomas ou doenças, ainda que vivam maior número de anos (Ferreira & Santana, 2003; Gomes & Tanaka, 2003; McDonough & Walters 2001; MacIntyre, Ford & Hund, 1999; Pinheiro, Viacava, Travassos & Brito, 2002; Read & Gorman, 2006). O que pode estar disto por detrás deste aspecto é o facto de os homens sofrerem mais de doenças crónicas e fatais, ao passo que as mulheres são mais frequentemente vítimas de doenças agudas ou crónicas não fatais (Pinheiro, Viacava, Travassos & Brito, 2002).

Contudo, não é apenas o género o factor determinante neste assunto, a própria idade também influencia a percepção de saúde (Gomes & Tanaka, 2003; Ferreira & Santana, 2003; Viana, Andrade, Back & Vasconcellos, 2010). Existe a ideia de que com a idade aumentam os relatos de doença, o que nem sempre é o que se verifica, porém geralmente é o mais comum (Gomes & Tanaka, 2003; Ferreira & Santana, 2003). A profissão, nível de escolaridade e a situação marital são também factores intervenientes nesta questão (Ferreira & Santana, 2003). Os indivíduos cuja profissão é manual tendem a perceber mais negativamente a sua saúde, do que aqueles que têm uma profissão não manual (Gomes & Tanaka, 2003; Ferreira & Santana, 2003). Os indivíduos solteiros tendem a avaliar a sua saúde física mais positivamente do que os casados (Ferreira & Santana, 2003). Os indivíduos com menos escolaridade estimam o seu estado de saúde mais negativamente, em comparação com os que apresentam maior nível de instrução (Gomes & Tanaka, 2003; Ferreira & Santana, 2003; Matos & Albuquerque, 2006).

Ao falar em escolaridade existe um outro aspecto a salientar: existem evidências de indivíduos em cursos, e posteriormente em profissões, ligados à área da saúde que apresentam melhor percepção da sua saúde (Matos & Albuquerque, 2006). Este cariz tem a ver com a formação recebida por estes indivíduos, pois é-lhes transmitido noções direccionadas à promoção de comportamentos de saúde e boas práticas para alcança-la (Matos & Albuquerque, 2006; Mendonça & Menandro, 2010).

Por outro lado, existe a informação de que profissionais ligados à saúde estão mais predispostos a terem afectada negativamente a sua saúde mental, devido às actividades características da sua profissão (Mendonça & Menandro, 2010; Sakael, Padão & Jornada, 2010).

3. CONEXÃO ENTRE BEM-ESTAR NO TRABALHO E PERCEPÇÃO DE SAÚDE

Esta relação tem sido estudada ao longo dos tempos, porém nunca é de mais explorar e ampliar esta temática (Fonseca & Moura, 2008; Ribeiro & Siqueira, 2008).

Quando o trabalhador sente que os seus esforços não são reconhecidos pela chefia ou que os resultados do seu trabalho não ocorreram como esperado, estes aspectos podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde (Fonseca & Moura, 2008).

Se no local de trabalho existem bons relacionamentos, estes podem influenciar a saúde e a motivação para realizar a função no trabalho (Brough & Pears, 2004; Fonseca & Moura, 2008; Ribeiro & Siqueira, 2008).

Situações geradoras de mal-estar no trabalho podem ser pontos de partida para que se gerem doenças (Fonseca & Moura, 2008; Sparks, Faragner & Cooper, 2001). Estudos comprovam que o facto de o trabalhador ter um escasso suporte social na organização na qual trabalha, ou seja, carência de colaboração, de reconhecimento e de valorização do trabalho por parte das chefias está correlacionado com a fadiga emocional dos trabalhadores, que pode comprometer a saúde física e emocional dos mesmos (Tamayo & Tróccoli, 2002).

Quando o sujeito se encontra face a situações stressantes, o bem-estar no trabalho tem um papel protector no que concerne à saúde mental (Suehiro et al., 2008).

O bem-estar no trabalho influencia a saúde e o próprio bem-estar da equipa profissional (Rebouças et al., 2007). O mal-estar no trabalho aliado ao desconforto ao nível da saúde mental tem impacto negativo na eficácia dos serviços prestados aos pacientes (Marco, Cítero, Moraes & Martins, 2008).

Rohlf verificou num estudo (1997, citado por Gomes & Tanaka, 2003) que mulheres que trabalham apenas na sua própria casa, ou seja, não tendo um emprego formal e remunerado, tinham uma percepção da sua saúde mais negativa que aquelas que o tinham, o que é congruente com a noção de que a percepção de saúde depende dos papéis sociais desempenhados por cada indivíduo.

É através do seguimento desta linha de raciocínio que o presente estudo se desenrola, partindo da concepção de existência de uma relação entre o bem-estar no trabalho e percepção de saúde e procurando analisar este conhecimento na realidade das auxiliares de geriatria em instituições para idosos.

4. METODOLOGIA

A presente investigação segue uma metodologia quantitativa. Enquadra-se num estudo do tipo transversal e correlacional (Almeida & Freire, 2007; Ribeiro, 1999; Ribeiro, 2010; Torres, 2006). De seguida, será efectuada uma descrição dos passos percorridos para elaborar a investigação e cumprir os objectivos a ela inerentes.

A) OBJECTIVOS DO ESTUDO:

- Verificar a validade empírica do questionário construído;
- Efectuar a caracterização do bem-estar no trabalho na amostra de auxiliares de acção médica;
- Relacionar o bem-estar no trabalho com os dados sócio-demográficos recolhidos;
- Relacionar o bem-estar no trabalho com os dados clínicos dos referidos participantes;
- Realizar a caracterização da percepção de saúde na

amostra referida;

- Relacionar a percepção de saúde com os dados sócio-demográficos recolhidos;
- Relacionar a percepção de saúde com os dados clínicos;
- Analisar se existe relação entre o modo como os auxiliares se sentem no seu trabalho e o modo como encaram a sua saúde.

B) AMOSTRA

Quanto à sua dimensão quantitativa, devido à necessidade de aferir e validar o instrumento “Questionário de Bem-estar no trabalho” de modo adequado, pretende-se aceder a uma amostra de pelo menos 200 indivíduos auxiliares de geriatria. É de referir que para efectuar o teste piloto (1ª fase do estudo) do instrumento em causa, sejam necessários 21 indivíduos, no mínimo. O único critério de inclusão na amostra é o facto de serem auxiliares de geriatria em instituições para idosos. Os participantes constituem uma amostra não probabilística, por conveniência, satisfazendo os requisitos para o cumprimento dos presentes objectivos (Pasquali, 2003; Quivy & Campenhoudt, 1998).

Na 1ª fase do estudo administrou-se a 25 auxiliares de geriatria o “Questionário de Percepção de Bem-estar no Trabalho” e na 2ª fase foram administrados os 3 instrumentos (explorados na alínea c) a 204 auxiliares.

C) INSTRUMENTOS

Neste estudo foram utilizados três instrumentos, nomeadamente o “Questionário de Percepção de Bem-estar no Trabalho”, o questionário de dados sócio-demográficos e clínicos e o “Questionário de Percepção de Saúde – MOS SF36”:

- O “Questionário de Percepção de Bem-estar no Trabalho” será construído, aferido e validado para a população em causa, tendo por base conhecimentos teóricos. O questionário é constituído por 20 proposições elaboradas de modo afirmativo, com opção de resposta segundo uma escala de Likert de 5 pontos. Optou-se por adoptar a lógica adoptada Siqueira e Padovam (2008), assim, o questionário apresenta questões relativas às componentes propostas por Siqueira e Padovam (2008), como estando no núcleo do bem-estar no trabalho, ou seja, relativas à satisfação com o trabalho (8 itens: 1, 5, 7, 11, 13, 16, 17, 18), ao envolvimento com o trabalho (6 itens: 3, 4, 8, 14, 15, 20) e ao comprometimento com a instituição (6 itens: 2, 6, 9, 10, 12, 19). Os itens relativos à satisfação no trabalho prendem-se com o facto do auxiliar se sentir bem e gostar do seu trabalho, com as promoções, salários e relacionamentos (Siqueira & Padovam, 2008). Os itens relativos ao envolvimento com o trabalho referem-se às ligações positivas que tem com o seu trabalho, com o facto de se identificar ou não com o mesmo (Siqueira & Padovam, 2008). Os itens que abordam o comprometimento com a instituição estão conectados à ligação que o auxiliar tem à instituição, o quanto se identifica com ela, a preocupação que a instituição lhe reserva e o reconhecimento por parte da instituição (Siqueira & Padovam, 2008). O questionário apresenta um valor mínimo de 20 e máximo de 100;
- O “Questionário de dados sócio-demográficos e clínicos” é composto por 13 questões, nas quais se abordam características importantes acerca do sujeito, para o estudo em causa. Nos dados sócio-demográficos pretende-se obter informação acerca da idade, género, estado civil, com quem

vive, escolaridade, o tempo de permanência na instituição, a frequência do turno nocturno e actividade que realiza com maior frequência. Quanto aos dados clínicos, consta do questionário o acompanhamento médico e psicológico, medicação e doenças na família;

- O “Questionário do Estado de Saúde – MOS SF36” é atribuído a duas organizações, à RAND e à MOT (*Medical Outcomes Trust*), contudo sem grandes diferenças (Ribeiro, 2005). Após a sua construção foi utilizado em diversas situações, estudado e adaptado por vários autores, inclusive portugueses, como é o caso do autor Lopes Ferreira (Ribeiro, 2005). É o instrumento mais utilizado para mensurar o estado de saúde e a qualidade de vida, independentemente de existir ou não doença (Ribeiro, 2005). É constituído por 36 itens de auto-resposta, distribuídos segundo 8 componentes, nomeadamente o funcionamento físico, o desempenho físico, dor corporal, saúde geral, vitalidade, funcionamento social, desempenho emocional, saúde mental e transição de saúde (Ribeiro, 2005). Por sua vez, estas oito componentes podem ser reunidas em duas dimensões, saúde mental (desempenho emocional, saúde mental, vitalidade, funcionamento social) e saúde física (funcionamento físico, o desempenho físico, dor corporal, saúde geral) (Ribeiro, 2005).

O questionário utilizado nesta investigação é a versão portuguesa do questionário disponibilizado e autorizado pelo autor Ribeiro (2005), que apresenta uma consistência interna adequada ou forte, dependendo dos itens, à excepção de um deles que apresenta um alpha de Cronbach fraco, porém foi mantido devido à importância do mesmo e à sensibilidade desta técnica estatística decorrente de um número reduzido de variáveis face a um construto.

D) PROCEDIMENTO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

Numa primeira fase, a recolha de dados foi efectuada no âmbito do Estudo Piloto, de modo a verificar se o questionário construído era compreensível e adaptado ao tema e população em causa. Recolheram-se dados de 25 indivíduos ao acaso, de modo individual, em duas instituições para idosos, após a autorização para o efeito. Foi transmitido a cada um dos respondentes que a participação era voluntária. Foi requerido a cada um que colocasse no final do questionário o seu parecer acerca do mesmo, designadamente se verificasse necessidade de retirar ou modificar questões que não estavam adaptadas ao contexto ou compreensíveis. Dos dados decorrentes desta fase foi realizada uma análise preliminar, de modo a detectar lacunas que possam vir a afectar a sua adequada administração.

Após verificar que o questionário estava apto para administração no estudo final, foram efectuados os pedidos de autorização aos directores das instituições e a recolha de dados foi realizada atendendo à disponibilidade das auxiliares de geriatria (horários e turnos). Foi explicado aos directores de cada instituição o objectivo e o âmbito do estudo pretendido, bem como a relevância dos dados recolhidos. O pedido de recolha de dados foi efectuada de modo formal, requerendo uma assinatura de cada um dos directores. Para cada instituição foi cedida uma fotocópia do pedido de autorização.

Aquando da autorização para a recolha, cada uma das responsáveis pelas auxiliares de geriatria (psicólogas e assistentes sociais) de cada instituição foram contactadas de modo a definir o melhor modo de recolha.

Ainda que os questionários apresentem uma explicação do que se pretende com a investigação, das condições de tratamento e de recolha dos dados, foi efectuado junto das responsáveis pelas auxiliares uma exposição mais exaustiva destes aspectos, de modo a que pudessem transmitir-lhes esta informação, como seria realizado caso fosse a própria investigadora a administrar os questionários. Nesse sentido, foi efectuada a apresentação da investigadora e do estudo em curso, explicando que a participação no estudo seria voluntária, ou seja, só preencheria os questionários quem de facto pretendesse, sem qualquer obrigação ou penalização.

Além da participação ser voluntária, os dados recolhidos são anónimos e confidenciais, logo os respondentes não poderão ser individualmente identificados. Foi solicitado que esta informação fosse transmitida verbalmente a cada um dos participantes. Foi ainda pedido para que a administração fosse realizada de modo individual, não invadindo o espaço do respondente, de modo a que este se sentisse livre para exprimir a sua opinião, sem influência ou inibição por parte de outrem.

O contacto da investigadora foi disponibilizado de modo a que as responsáveis pelas auxiliares pudessem esclarecer possíveis dúvidas. Os questionários eram devolvidos à discente após contacto.

Assim, nesta segunda fase o “Questionário de Percepção de Bem-estar no trabalho” foi administrado 204 auxiliares de geriatria (amostra final), juntamente com o “Questionário de Estado de Saúde – MOS SF36” e o “Questionário de dados sócio-demográficos e clínicos”.

Os participantes não apresentaram dificuldades ao nível do preenchimento ou colaboração e levaram cerca de 10 minutos a preencher os questionários.

O período de recolha de dados foi de 3 meses. Os resultados obtidos foram posteriormente analisados mediante o SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 19.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Numa primeira fase da investigação levou-se a cabo um Estudo Piloto pelas razões anteriormente mencionadas. Não foram referidas dificuldades ou dúvidas quanto ao preenchimento do questionário, assinalando-se que as questões não suscitaram confusão e foram relatadas como facilmente compreensíveis e coerentes. Não foram igualmente indicadas críticas às opções de resposta.

Relativamente à segunda fase do estudo (ainda em execução), os participantes foram na sua maioria do sexo feminino com uma percentagem de 98.5%, ao passo que o género masculino apenas foi de 1.5%. Encontram-se maioritariamente na faixa etária dos 31 aos 40 anos, com uma percentagem de 42.6% participantes. O estado civil mais frequente é o casado (70.6%). Os participantes vivem na sua maioria com o cônjuge/companheiro e filhos, com uma percentagem de 57.8%. No que se refere à escolaridade, 41.2% têm o 3º ciclo (7º ao 9º ano). Quanto ao tempo de permanência na instituição, 35.8% dos participantes refere trabalhar no local há 6 ou 10 anos.

Dos participantes, 40.2% dizem nunca fazer o turno nocturno na instituição empregadora, 19.6% menciona que o faz uma vez por semana, 15.7% 3 ou mais dias por semana 13.7% raramente o faz e 10.8% faz esse turno 2 vezes por semana.

Das actividades realizadas com maior frequência na instituição 74.5% dos indivíduos referem ocupar-se da higienização e conforto dos idosos, 53.9% auxiliam na toma da medicação e 72.1% tratam da alimentação dos idosos. 32.8% dos sujeitos auxiliam no tratamento de feridas e 43.6% acompanham

e ajudam no transporte de idosos dentro e fora da instituição. Por outro lado, 50% dos inquiridos asseguram as condições de higiene do local e dos respectivos materiais.

Relativamente aos dados clínicos dos participantes, verificou-se que 45.1% recebem acompanhamento médico regular, 59.3% encontram-se medicados e 2.5% têm acompanhamento psicológico. Dos participantes 24% menciona existirem doenças físicas na sua família, ao passo que 9.8% dizem existir doenças psiquiátricas.

6. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS DO QPBET

Relativamente à fidelidade do instrumento construído para este estudo, apurou-se um *alpha* de Cronbach para a globalidade da amostra de 0.90, um valor elevado que indica que o “Questionário de Percepção de Bem-estar no Trabalho” tem uma boa consistência interna, não existindo portanto redundância nos itens que o compõem. As subescalas do questionário apresentam um *alpha* de Cronbach 0.878. Assim, cada item contribui com informação nova para avaliar o constructo em causa.

Ao observar as correlações item-total (mediante o coeficiente de correlação de Pearson), verifica-se que os valores variam de 0.362 e 0.722, portanto, uma correlação de moderada a forte. O item 10 “Tenho de estar a adaptar-me constantemente a mudanças” apresenta uma correlação fraca com a escala total.

Quanto às correlações inter-item, estas serão analisadas consoante a subescala, de modo a perceber se existe associação entre os itens que a compõem. Verificou-se que os itens que fazem parte da dimensão “Satisfação com o trabalho” têm correlações entre si têm na sua maioria associações moderadas. É de salientar o item 16 que apresenta correlação fraca com os demais itens. Esta subescala tem um *alpha* de Cronbach de 0.791. A dimensão “Envolvimento com o trabalho” tem um *alpha* de Cronbach de 0.769 e os itens encontram-se correlacionados entre si de forma moderada a fortemente. Na dimensão “Comprometimento organizacional” o *alpha* de Cronbach é de 0.641, logo moderado, sendo que os itens se correlacionam entre si de forma moderada, à excepção do item 10.

Relativamente à extracção de factores, optou-se por efectuar uma análise factorial de componentes principais com rotação varimax. Na matriz de correlação prévia à análise factorial verificou-se uma correlação entre os itens com uma variação de 0.30 a 0.60 (associação moderada), mais uma vez à excepção do item 10 (associação fraca). Inicialmente, analisou-se o índice KMO (Kaiser Meyer-Olkin) e o teste de esfericidade de Bartlett para verificar se os itens eram apropriados para se efectuar a análise factorial. O teste parte de uma hipótese nula: além da correlação perfeita (relação do item consigo próprio), não existe correlação entre os itens (matriz identidade) (Martinez & Ferreira, 2010; Rust & Golombok, 1999). O teste KMO tem um valor de 0.90, o que indica um grau de ajuste muito bom à análise factorial.

Da análise factorial foram extraídos 5 factores com 64% de variância explicada no seu todo. O factor 1 explica 22% da variância, o factor 2 explica 15%, o factor 3 compreende 11%, o factor 4 explica 8% e o factor 5 explica 7%. O modelo factorial do questionário poderia ser então: factor 1 - itens 3,4,5,8,9,13 e 20; factor 2 - itens 1,2,6,7,18 e 19; factor 3 - 12,14,16 e 17; factor 4 - item 11 e factor 5 - itens 10 e 15. O primeiro e o terceiro factores abrangeram itens referentes às 3 dimensões abordadas inicialmente, o factor 2 reuniu factores referentes às dimensões satisfação e comprometimento organizacional.

O factor 4 tem um item pertencente à dimensão satisfação com o trabalho e o factor 5 tem itens relativos ao envolvimento e comprometimento organizacional.

CONCLUSÃO

Os dados sócio-demográficos atestam, de forma clara, a feminização do grupo sócio-profissional que constitui a amostra do presente estudo.

Apesar dos itens 10 e 16 apresentarem correlações fracas com os demais optou-se por mantê-los, visto que são aspectos importantes a explorar em termos de comprometimento com a organização e satisfação com o trabalho, respectivamente (Siqueira & Padovam, 2008). Além disso, caso a mesma escala fosse administrada a outra população ou à mesma, só que com outras características ou noutras circunstâncias, poder-se-iam obter resultados que apontassem para correlações mais elevadas (Hill & Hill, 2000; Rust & Golombok, 1999; Urbina, 2007).

Ainda que esta escala apresente boas qualidades psicométricas sugere-se o desenvolvimento de estudos futuros, nos quais se explorem mais estas características, se confirmem ou contestem os resultados obtidos e se averigüe se este instrumento constitui uma mais-valia no âmbito da avaliação da percepção de bem-estar no trabalho. Assim, não somente se gerará nova informação, como também se promoverá o desenvolvimento do presente instrumento.

É de salientar que se encontra em curso a análise estatística dos dados, uma vez que a investigação ainda está a decorrer, está ainda prevista a realização de análises diferenciais e de regressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, A.S., & Tróccoli, B.T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 153-164.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2007). Metodologia da investigação em psicologia e educação (4ª ed.). Coimbra: APPORT.
- Alvim, M. B. (2006). A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na Gestalt-Terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 122-130.
- Bennet, P., & Murphy, S. (1999). *Psicologia e promoção da saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Borges, L. O., & Argolo, J. C. T. (2002). Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. *Avaliação Psicológica*, 1, 17-27.
- Brough, P., & Pears, J. (2004). Evaluating the influence of the type of social support on job satisfaction and work related psychological well-being. *International Journal of Organizational Behaviour*, 8, 472-485.
- Ferreira, P. L., & Santana, P. (2003). Percepção de estado de saúde e de qualidade de vida da população activa: contributo para a definição de normas portuguesas. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 21(2), 15-30.
- Fonseca, I. S. S., & Moura, S. B. (2008). Apoio social, saúde e trabalho: uma breve revisão. *Revista Electrónica Internacional de la Unión*, 15, s/p.
- Gomes, K. R. O., & Tanaka, A. C. D. (2003). Morbidade referida e uso dos serviços de saúde por mulheres trabalhadoras. *Revista de Saúde Pública*, 37(1), 75-82.
- Gouveia, R. S. V., Lins, Z. M. V., Lima, T. J. S., Freires, L. A., & Gomes, A. I. A. S. B. (2009). Bem-estar afetivo entre profissionais de saúde. *Revista Bioética*, 17(2), 267 – 280.
- Harter, J.K., Schmidt, F.L. & Keyes, C.L. (2002). Well-being in the workplace and its relationship to business outcomes: a review of the gallup studies. In: Keyes, C.L. & Haidt, J. (Eds.), *Flourishing: The positive person and the good life*, Washington D.C.: American Psychological Association, 205-224.
- Hernandez, J. D. (2007). Impactos da percepção de saúde organizacional no bem-estar no trabalho. Tese de Pós-Graduação em Psicologia não publicada, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais, Brasil.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hoch, R. E. E. (2010). Antecedentes atitudinais de comportamento de cidadania organizacional percebidos em mulheres da equipe de enfermagem de um hospital público de Santa Maria. Tese de Pós-Graduação em Administração não publicada, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - Rio Grande do Sul, Brasil.
- Keyes, C. L. M., Ryff, C. D., & Shmotkin, D. (2002). Optimizing well-being: the empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 1007-1022.
- Lima, C. A., & Tocantins, F. R. (2009). Necessidades de saúde do idoso: perspectivas para a enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(3), 367-73.
- McDonough, P., & Walters V. (2001). Gender and health: Reassessing pat-terns and explanations. *Social Science & Medicine*, 52(4), 547-559.
- MacIntyre, S., Ford, G., & Hund, K. (1999). Do women “over-report” morbidity? Men’s and women’s responses to structured prompting on a standard question on long standing illness. *Social Science and Medicine*, 48, 89-98.
- Marco, P. F., Cítero, V. A., Moraes, E., & Martins, L. A. N. (2008). O impacto do trabalho em saúde mental: transtornos psiquiátricos menores, qualidade de vida e satisfação profissional. *J. Bras. Psiquiatr.*, 57(3), 178-183.
- Martinez, L. F., & Ferreira, A. I. (2010). *Análise de Dados com SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Matos, A. P. S., & Albuquerque, C. M. S. (2006). Estilo de vida, percepção de saúde e estado de saúde em estudantes universitários portugueses: influência da área de formação. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(3), 647-663.
- Mendonça, V. S., & Menandro, M. C. S. (2010). O cuidado com a própria saúde: representações e práticas de futuros profissionais da saúde. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 8(22), 116-127.
- Moretti, S. (2009). Qualidade de vida no trabalho X auto-realização humana. *Revista Leonardo Pós*, 3(12), 1-14.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Pinheiro, R. S., Viacava, F., Travassos, C., & Brito, A. S. (2002). Gênero, morbilidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 687-707.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rust, J., & Golombok, S. (1999). *Modern psychometrics: the science of psychological assessment* (2ª ed). London: Routledge.

- Read, J. G., & Gorman, B. K. (2006). Gend-er inequalities in US adult health: The interplay of race and ethnicity. *Social Science & Medicine*, 62(12), 1045-1065.
- Rebouças, D., Legay, L. F., & Abelha, L. (2007). Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. *Revista de Saúde Pública*, 41(2), 244-250.
- Ribeiro, J. L. P. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde* (1ª Ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Ribeiro, J. L. P. (2005). *O importante é a saúde* (1ª Ed.). Coimbra: Fundação Merck Sharp & Dohme.
- Ribeiro, P. E., & Siqueira, M. M. M. (2008). As relações entre suporte social e bem-estar no trabalho. *Actas do 7º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Instituto Superior de Psicologia Aplicada*, Lisboa, p. 525-528.
- Ribeiro, J. L. P. (2010). *Metodologia de investigação em psicologia e saúde* (3ªed.). Porto: Legis Editora.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141-166.
- Sakael, T. M., Padão, D. L., & Jornada, L. K. (2010). Sintomas depressivos em estudantes da área da saúde em uma Universidade no Sul de Santa Catarina – UNISUL. *Revista da AMRIGS*, 54(1), 38-43.
- Serva, M., & Andion, C. (2006). Teoria das organizações e a nova sociologia económica: um diálogo interdisciplinar. *RAE*, 46(2), 10-21.
- Silva, E. S., Bernardo, M. H., Maeno, M., & Kato, M. (2010). Saúde do Trabalhador no início do século XXI. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 185-186.
- Siqueira, M. M. M., & Padovam (2008). Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar e Bem-Estar no Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 201-209.
- Sparks, K., Faragner, B., & Cooper, C. L. (2001). Well-being and occupational health in the 21st century workplace. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 74, 489-509.
- Suehiro, A. C. B., Santos, A. A. A., Hatamoto, C. T., & Cardoso, M. M. (2008). Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho em profissionais do programa da saúde da família. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 205-218.
- Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. (2002). Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 337-746.
- Torres, C. A. B. (2006). *Metodología de la investigación: para administración, economía, humanidades e ciencias sociales* (2ªed.). México: Pearson Educación.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Vecchia, R. D., Ruiz, T., Bocchi, S. C. M., & Corrente, J. E. (2005). Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 8(3), 246-52.
- Viana, M. S., Andrade, A., Back, A. R., & Vasconcellos, D. I. C. (2010). Nível de atividade física, estresse e saúde em bancários. *Motricidade*, 6(1), 19-32.

CONTRIBUTOS DA AVALIAÇÃO DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ E DO BEM-ESTAR NO TRABALHO

CARLA BARROS-DUARTE

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
CBARROS@UFP.EDU.PT

ALEXANDRA CUNHA

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

SUSANA MENDES

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

PAULA PIRES

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

MARISA SOUSA

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CÁTIA VIEIRA

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A avaliação dos riscos associados ao trabalho e, mais concretamente, dos riscos psicossociais tem conduzido a uma maior sensibilização para a utilização de mecanismos capazes de tornar mais visíveis os efeitos do trabalho na saúde. De facto, a avaliação das consequências do trabalho na saúde e no bem-estar é, muitas vezes, condicionada pelos efeitos mais evidentes, mais objectivos e mais imediatos, impedindo uma análise mais fina das dificuldades e declarações formuladas pelos trabalhadores. No sentido de compreender os riscos psicossociais envolvidos no trabalho das operadoras de caixa e analisar as relações entre o trabalho e a saúde foi administrado o instrumento de auto-preenchimento INSAT. Este inquérito permite uma avaliação centrada na perspectiva dos trabalhadores, assim como possibilita um diagnóstico no domínio da saúde no trabalho. Foi administrado a uma amostra de 71 operadores(as) de caixa, de diversos super e hipermercados do norte e centro do país. Os resultados do estudo permitiram identificar e caracterizar: as condições de trabalho; a percepção do estado de saúde e analisar as relações implicadas entre o trabalho e a saúde. Constatou-se através dos resultados obtidos que os riscos psicossociais que mais influenciam as operadoras de caixa são a exposição a agressões verbais (40,8%) e a organização do trabalho, mais concretamente a realização de gestos repetitivos (efectuados na passagem de artigos) (70,4%). A análise dos resultados alerta para a necessidade de não esquecer que a construção da paz e bem-estar no trabalho atravessa, inevitavelmente, uma abordagem que integre as declarações dos trabalhadores.

Palavras-chave: Riscos psicossociais; infra-patologias; construção da paz no trabalho; condições de trabalho.

ABSTRACT

The assessment of psychosocial risk on health and well-being has become, increasingly important to a greater awareness of their knowledge by those responsible for health and safety work. Thus, understanding the factors organization of work as the considerations regard to career, load, work pace and technical and social environment of work, and their consequences on health and welfare should be seen in integrated manner. In order to realize the risks psychosocial operators involved is cash and examine the perceived relationship between work and the instrument was administered health INSAT. The investigation allows an evaluation focused on the perspective of workers as well as enables diagnosis and intervention in health and safety at work. The administration survey was a random sample of 71 cashiers, many supermarkets and hypermarkets in the country. The results of the study and identify feature: working conditions the perception of health and analyze the relationships between the involved work and health. These results allow us to identify the psychosocial risk that most influence the cashiers and verbal aggression (40,8%) and repetitive gestures (70,4%). It is crucial to analyze results focused on workers' perspective, o thus enable the diagnosis to intervention health and safety at work, going against promotion and health prevention and wellness in workplaces.

Keywords: Psychosocial risks; peace building work; working conditions.

1. (IN)VISIBILIDADES DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS

Nas últimas décadas sucessivas mutações demográficas, económicas e tecnológicas mudaram radicalmente a natureza do trabalho. As exigências das novas organizações do trabalho acompanhada pela elevada competitividade nas relações de trabalho tem conduzido a um aumento crescente de riscos de natureza psicossocial e ao aparecimento de um conjunto de novas patologias e infra-patologias que afectam cada vez mais as pessoas que trabalham.

As preocupações em minimizar os riscos profissionais, nomeadamente os factores de risco psicossocial, constituem, cada vez mais, uma prioridade numa abordagem preventiva mas sobretudo promotora da segurança e saúde no trabalho (Lei 102/2009). Assim, e com o objectivo da construção da paz no trabalho, da justiça social e melhores condições de trabalho, Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (2007) tem vindo a reforçar a importância da investigação no campo dos riscos psicossociais, identificando cinco grandes categorias: (a) novas formas de contratos de trabalho e insegurança no emprego; (b) a mão-de-obra em envelhecimento; (c) Intensificação do trabalho; (d) exigências emocionais elevadas no trabalho; (e) difícil conciliação entre a vida profissional e a vida privada.

Contudo, e se por um lado, os diferentes diplomas legais relativos à SST manifestam a obrigatoriedade de avaliação de riscos, discriminando (em diplomas específicos) os riscos físicos, químicos e biológicos. Por outro lado, e relativamente aos riscos psicossociais, não existe obrigatoriedade expressa de avaliação dos mesmos, as referências regulamentares limitam-se a algumas medidas avulsas de prevenção e à obrigatoriedade geral de garantia de condições de segurança, higiene e saúde no trabalho (Monteiro & Barros-Duarte, 2010).

Os riscos psicossociais são características das condições de trabalho, ou da sua organização, que afectam os trabalhadores através de mecanismos psicológicos e fisiológicos, que podem conduzir a patologias e/ou infrapatologias graves que interferem com a qualidade de vida dos indivíduos. É de salientar que são riscos pouco visíveis e emergentes, mas que o V Inquérito Europeu sobre Condições de Trabalho (2010) tem evidenciado nestes últimos anos, a sua importância crescente na avaliação dos efeitos do trabalho na saúde.

Neste sentido, algumas conclusões do V Inquérito sobre as Condições de Trabalho indicam que a implementação de uma paz e de um bem-estar no trabalho satisfatório ainda está muito longe de se alcançar. De facto, as principais conclusões apontam para que (i) entre 1995 e 2010 a proporção de trabalhadores que executam tarefas monótonas aumentou de 40% para 45%; (ii) as tarefas repetitivas representam uma parte substancial do trabalho dos europeus; (iii) uma grande percentagem de homens e mulheres executam movimentos repetitivos da mão e do braço, 64% e 63% respectivamente; (iv) homens e mulheres trabalham em posições cansativas, 48% e 45% respectivamente; (v) o ritmo de trabalho da maior parte dos trabalhadores europeus é determinado por outras pessoas que não o próprio, como por exemplo, pela interacção com clientes.

De facto, a forma como o trabalho é concebido, organizado e gerido, bem como as condições em que é realizado, o tempo de trabalho, o ambiente psicossocial, a conciliação entre a vida de trabalho e a vida fora do trabalho, entre outros, constituem um conjunto diversificado de factores de risco psicossocial que carecem de uma avaliação global.

2. A ACTIVIDADE DE TRABALHO DO(A) OPERADOR(A) DE CAIXA

A avaliação dos riscos psicossociais do(a) operador(a) de caixa leva-nos a questionar o trabalho que desenvolve e as condições em que o desenvolve. De facto, a compreensão dos efeitos do trabalho na saúde e no bem-estar ganham um outro significado e sentido se forem contextualizados na actividade de trabalho realizada.

A função de operador de caixa é complexa e de difícil abordagem, principalmente do ponto de vista da organização do trabalho. O operador de caixa é responsável por registar todas as mercadorias compradas pelos clientes, receber os pagamentos e dar o troco devido, o seu posto de trabalho fica localizado na área chamada frente de loja, sendo esta área crítica e importante, constituída por todas as operações de fecho de venda. Esta actividade contém em si o factor básico para a ocorrência de lesões por esforços repetitivos nos membros superiores, devido à repetitividade dos movimentos, que pode se tornar crítica quando o seu limite é ultrapassado e não existe o tempo necessário para a recuperação da integridade dos tecidos; por estas razões, é um profissional submetido a alta exigência física e psíquica (Júnior & Rodrigues, 2005).

Segundo Santos (2004) os elementos principais na actividade de operador de caixa, são:

- **O cliente:** este é o elemento mais importante, porque procura rapidez e eficiência.
- **O ritmo de trabalho elevado:** provocado pela passagem do cliente pelo caixa, momento no qual o trabalho deve ser realizado com a máxima velocidade, sendo a única pausa quando o operador espera que o cliente efectue o pagamento; sendo difícil a recuperação física ou psicológica.
- **A complexidade e os conflitos da tarefa:** a postura assumida pelo operador em relação ao cliente é ambígua, na medida em que deve assistir o cliente com respeito e profissionalismo e, em simultâneo, controlar para que o mesmo não desvie nenhuma mercadoria. Este duplo papel pode criar dificuldades nas atitudes para com os clientes podendo, até mesmo, criar situações de conflito.
- **Necessidade de atenção contínua e constante:** esta actividade requer a gestão da informação e procura um constante esforço da memória. Só assim todas as operações podem ser executadas sem erro, no mais curto espaço de tempo. No controle antifurto a atenção é requerida permanentemente: neste caso, o operador deve controlar possíveis alterações na etiqueta de preço ou código de barras sobre os produtos e ao mesmo tempo o conteúdo do carrinho de compras.
- **Administração de dinheiro:** o operador deve ser capaz de processar o pagamento com segurança e com calma para não cometer erros.
- **Movimentação de mercadorias pesadas e volumosas:** mesmo com o tapete, e outros equipamentos de auxílio para transporte, a maioria dos artigos são movimentados pelas mãos, elevados e transportados, sendo mais difícil nos produtos pesados e volumosos.

Além destes, existem outros elementos relacionados com as condições ambientais, tais como: a poluição sonora induzida pelo número de pessoas em uma determinada área, pelo ruído dos equipamentos, pela falta de tratamento acústico nos materiais de revestimentos das paredes e outras estruturas, e pelo sistema de iluminação geralmente pouco eficaz para uma área específica de iluminação. Pelo que foi descrito e diante da

sua complexidade, a actividade de operador de caixa, tem uma forte presença de carga física, mental e psíquica.

3. AVALIAÇÃO DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO(A) OPERADOR(A) DE CAIXA: PROBLEMÁTICA, MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo desenvolvido teve como principal objectivo identificar e caracterizar os principais riscos psicossociais associados ao trabalho dos operadores de caixa. Uma vez que os riscos psicossociais constituem um conjunto diversificado de factores que carecem de uma avaliação global e integrada mas sustentada pelas declarações dos trabalhadores, foi utilizado o Inquérito Saúde e Trabalho (INSAT_2010).

O INSAT é um inquérito, de auto-preenchimento, do tipo epidemiológico que pretende caracterizar, através de uma amostra sectorial significativa, os principais riscos profissionais de alguns sectores de actividade e compreender a influência que os constrangimentos de trabalho têm na saúde do trabalhador. Organizado em sete eixos principais: (I) O trabalho; (II) Condições e características do trabalho; (III) Condições de vida fora do trabalho; (IV) Formação e trabalho; (V) Saúde e trabalho; (VI) A minha saúde e o meu trabalho; e (VII) A minha saúde e o meu bem-estar (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2010).

Em termos dos objectivos específicos inerentes ao inquérito, podemos referir concretamente os seguintes:

- Caracterizar as condições de trabalho associadas à actividade profissional em diferentes sectores de actividade;
- Identificar os principais factores de risco, assim como as interacções que existem entre eles, e a influência de certas variáveis associadas ao conteúdo de trabalho e sua organização;
- Oferecer aos investigadores um suporte para identificarem e definirem as prioridades de futuros estudos;
- Definir medidas que promovam uma melhoria das condições de trabalho e, simultaneamente, que minimizem os efeitos dessas condições sobre o risco de deterioração da saúde dos trabalhadores, no desempenho da sua actividade de trabalho;
- Contribuir para que as empresas e os médicos do trabalho identifiquem os riscos a que se encontram expostos os trabalhadores e assim possam desenvolver uma carta de exposições a nocividades ou a situações de trabalho susceptíveis de serem prejudiciais à saúde;
- Promover uma tomada de consciência individual e colectiva no que diz respeito aos efeitos e condições de trabalho na saúde e bem-estar dos trabalhadores.

No nosso estudo, procedemos à aplicação do inquérito aos operadores de caixa de vários hipermercados, no sentido de avaliar os riscos psicossociais e o seu contributo na construção da paz e do bem-estar no trabalho dos operadores de caixa. Procuramos compreender qual a percepção que os trabalhadores têm da relação entre os riscos da sua profissão e o conhecimento sobre o impacto que estes causam na sua saúde e bem-estar, mais concretamente: (i) Na actividade de operadora de caixa, quais são os principais riscos psicossociais? (ii) Os trabalhadores estão conscientes do impacto dos riscos psicossociais na sua saúde e bem-estar? Foram analisados 71 inquéritos, os dados foram codificados através do uso do programa SPSS (versão 15).

5. O TRABALHO E OS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO(A) OPERADOR(A) DE CAIXA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Na prática profissional das operadoras de caixa não é muito notório que existam riscos subjacentes. Contudo, é importante compreender qual a percepção que os trabalhadores têm da relação entre os riscos da sua profissão e o conhecimento sobre o impacto que estes causam na sua saúde e bem-estar. No âmbito desta problemática procurou-se responder a duas questões de investigação. (i) Na actividade de operadora de caixa, quais são os principais riscos psicossociais? (ii) Os trabalhadores estão conscientes do impacto dos riscos psicossociais na sua saúde e bem-estar?

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Os dados sócio-demográficos têm a importante função de descrever a amostra, através da qual se conclui que o estudo foi predominantemente marcado por indivíduos do sexo feminino (74,6%), com média de idades de 26 anos, com o 12.º nível de escolaridade e com horário de trabalho a tempo inteiro.

1. Caracterização da amostra

Sexo	18 Masculino (25,4 %)	53 Feminino (74,6%)	
Nível Escolaridade	Inferior ao 9.º ano, n=19	12.º ano, n= 44	Licenciatura, n= 8
Idade	Mínima, 18 anos	Máxima, 41 anos	Média, 26,01 anos

Analisando a nossa amostra com algumas das cinco grandes categorias dos riscos psicossociais indicados pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2007), podemos constatar o seguinte:

2. Formas de contrato de trabalho e insegurança no emprego (situação laboral)

Efectivo ou contrato sem termo	(60,6 %)
Contrato a prazo ou contrato a termo	(33,8 %)
Trabalhador-estudante	(21,1 %)
A recibo verde ou factura	(4,2 %)
Trabalho temporário	(1,4 %)

Relativamente às novas formas de contrato de trabalho e insegurança no emprego podemos verificar que a maioria dos inquiridos são efectivos ou tem um contrato sem termo (60,6 %), mas ainda assim existe uma elevada percentagem que não se encontra numa situação de emprego segura.

3. Intensificação do trabalho

Tenho que me apressar	(71,8 %)
Tenho que resolver situações ou problemas imprevistos sem ajuda	(56,3 %)
Tenho que fazer várias coisas ao mesmo tempo	(47,9 %)
Sou frequentemente interrompido (45,1 %)	(45,1 %)
Tenho que manter o olhar fixo sobre o trabalho, sem o poder desviar	(28,2 %)

Em relação à categoria da intensificação do trabalho podemos verificar que o facto de os operadores de caixa se terem de apressar no atendimento ao cliente é o mais salientado, mas também podemos encontrar situações como a resolução de problemas imprevistos e o terem de fazer várias coisas ao mesmo tempo também é identificado.

Quanto à conciliação entre a vida profissional e a vida privada 44% dos operadores de caixa consideram que frequentemente conseguem conciliar a vida de trabalho com a vida fora de trabalho, da qual 14% consideram que esta conciliação lhes causa bastante incómodo.

4. Na actividade de operadora de caixa, quais são os principais riscos?	
Exposição a calor/frio ou a variações da temperatura	(70,4%)
Exposição a iluminação inadequada	(25,4%)
Exposição a ruído nocivo ou incómodo	(22,5%)
Obrigado a fazer gestos repetitivos	(70,4%)
Obrigado a permanecer muito tempo de pé na mesma posição	(50,7%)
Obrigado a adoptar posturas penosas	(45,1%)

No que se refere às condições e características do trabalho e mais especificamente ao ambiente e constrangimentos físicos os trabalhadores destacaram com maior percentagem o facto de estarem expostos a calor/frio ou a variações de temperatura (70,4%), a iluminação inadequada (25,4%) e a ruído nocivo ou incómodo (22,5%), assim como, o fazerem gestos repetitivos (70,4%), permanecerem muito tempo de pé na mesma posição (50,7%) e adoptarem posturas penosas (45,1%).

5. Quais os principais riscos psicossociais das operadoras de caixa?	
Exposição ao risco de agressão verbal do público	(56,3%)
Exposição ao risco de agressão verbal	(40,8%)
Exposição ao risco de agressão física	(12,7%)
Exposição ao risco de assédio sexual	(16,9%)
Exposição ao risco de intimidação	(19,7%)

Relativamente aos riscos psicossociais, enumerados pelas operadoras de caixa, e que mais se salientam são o estar exposto à agressão verbal do público (56,3%), sendo uma percentagem elevada e que interfere no bem-estar das operadoras. Verifica-se que as questões relacionadas com as agressões verbais (40,8%); física (12,7%) e sexual (16,9%) também são factores psicossociais que interferem na saúde e bem-estar das operadoras.

Outros factores como a intimidação (19,7%) ou a discriminação sexual (4,2%) ou de nacionalidade (9,9%) são outros factores enunciados.

6. Os trabalhadores estão conscientes do impacto dos riscos na sua saúde e bem-estar?	
Dores de Costas	(53,5%)
Dores de Cabeça	(39,4%)
Problemas de Sono	(22,5%)
Dores de Estômago	(15,5%)
Problemas músculo-esqueléticos (e articulações)	(11,3%)

No que diz respeito à saúde e trabalho, com uma percentagem significativa, 53,5% diz ter dores de costas, associando esse problema ao seu trabalho, o que vem provar os riscos físicos das operadoras de caixa, nomeadamente os gestos repetitivos (70,4%); permanecer muito tempo em de pé e na mesma posição (50,7%) e posturas penosas (45,1%). Relativamente a dores de cabeça, 39,4% dos trabalhadores afirma já ter sido vítima e, 43,7 desses indica que o problema foi agravado ou acelerado pelo trabalho, podendo estar associado ao risco de estarem expostas à iluminação inadequada. Quanto aos problemas de sono, 22,5% afirma sofrer e, 5,6% desses relaciona que esses problemas foram agravados ou acelerados pelo trabalho.

Porém, e de uma maneira geral, apenas 7% da amostra considera que a sua saúde e segurança estão ou foram afectados devido ao trabalho que realiza, revelando assim uma necessidade urgente do processo de avaliação de riscos.

7. Tenho ou tinha que suportar as exigências, queixas ou reclamações com o público e confrontar-me com situações de tensão na relação com o público	
No trabalho actual	(46,5%)
Nunca	(15,5%)
No trabalho actual e passado	(38%)

Relativamente ao item da relação com o público, foi possível constatar que 46,5 % da população inquirida tem que suportar exigências, queixas ou reclamações com o público, assim como confrontar-se com situações de tensão nesta relação no trabalho actual em que se encontra. Seguido de 38% dos inquiridos que responde sentiu isso, tanto no passado como no trabalho actual.

8. O meu trabalho é um trabalho que gostava que os meus filhos não realizassem	
No trabalho actual	(19,7%)
No trabalho passado	(1,4%)
Nunca	(59,2%)
No trabalho actual e passado	(16,9%)

Quando questionados se o trabalho exercido era um trabalho que gostavam que os filhos realizassem, mais de metade da população inquirida responde que “Nunca”, com 59,2%, revelando níveis de satisfação com o trabalho baixos.

CONCLUSÕES

Pela análise destes resultados pode-se confirmar o que é referido no quinto inquérito sobre as Condições de Trabalho de que os riscos físicos continuam a aumentar e os riscos psicossociais estão afirmar-se cada vez mais nos postos de trabalho, apesar das operadoras de caixa ainda não se terem consciencializado com este facto, daí apenas 7% ter considerado que a sua saúde e bem-estar estão ou foram afectados.

Neste sentido, pode-se falar de um aumento de riscos psicossociais a par de uma necessidade cada vez maior de uma prevenção dos mesmos. A própria lei, implícita ou explicitamente, remete para a doutrina e a normalização técnica a definição de uma grande quantidade de metodologias necessárias para concretizar os objectivos propostos ao empregador: “assegu-

rar a segurança e saúde dos trabalhadores em todos os aspectos relacionados com o trabalho”. (Roxo, 2004, p. 16).

No entanto, escasseiam os instrumentos para avaliar os riscos psicossociais no nosso país. É fundamental que as empresas portuguesas tenham à sua disposição instrumentos que permitam estimar e valorar os riscos psicossociais, o que é possível com a obtenção de valores parametrizados através de investigação a nível nacional, de forma a poderem ser utilizados enquanto referências. (Monteiro & Barros-Duarte, 2010). Para que deste modo, as empresas desenvolvam estratégias para compreender as necessidades dos trabalhadores e tentar manter o equilíbrio entre a eficácia, a segurança e a saúde e o bem-estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACT (2010). Quinto inquérito europeu sobre as Condições de Trabalho. Consultado em 20 de Dezembro, 2010, [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Itens/Noticias/Paginas/Quintoinqu%C3%A9ritoEuropeu-sobreasCondi%C3%A7%C3%B5esdeTrabalho.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Itens/Noticias/Paginas/Quintoinqu%C3%A9ritoEuropeu-sobreasCondi%C3%A7%C3%B5esdeTrabalho.aspx)
- Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2010). New EU Strategy on Safety and Health at Work. Consultado em 20 de Dezembro, 2010, em http://osha.europa.eu/en/new_eustrategy
- Barros-Duarte, C. & Cunha, L. (2010). INSAT2010 – Inquérito Saúde e Trabalho: outras questões, novas relações. *Laboreal*, 6, (2), 19-26. Consultado em 27 de Dezembro, 2010, em <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u560>.
- Barros-Duarte, C., Cunha, L. & Lacomblez, M. (2007). INSAT: uma proposta metodológica para análise dos efeitos das condições de trabalho sobre a saúde. *Laboreal*, 3, (2), 54-62. Consultado em 12 de Dezembro, 2010, em <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t-45nSU547112311:499682571TV6582234;5252:5:5292>
- Barros-Duarte, C. (2005). A Saúde no Trabalho: compreender a perspectiva do homem no trabalho. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 2, 212-228.
- Baudelot, C., Gollac, M., (2003). *Le Travail, Source de satisfaction ou de souffrance. Problèmes politiques et sociaux: stress et risques psychosociaux au travail*, 17-39.
- Braga, A. & Palhares, J.A. (2010). Os riscos psicossociais do trabalho no IPO Porto: o contributo da educação e formação para a prevenção. Consultado em 5 de Dezembro, 2010, em <http://www.sposho.pt/sho2010/proceedings2010.pdf>.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (1999). *Déréglementation et innovations managériales: quando l'autonomie remplace la sécurité. Problèmes politiques et sociaux: stress et risques psychosociaux au travail*, 15-18.
- Coelho, J. (2010). Riscos Psicossociais no trabalho: como transformar a literatura em prevenção efectiva. Consultado em: 29 de Dezembro, 2010, em http://www.saudeambiental.org/files/joao_aguiar_coelho.pdf
- Cruz, S. A. (2003). *Entre a Casa e a Caixa: Retrato de Trabalhadoras na Grande Distribuição*. Porto: Afrontamento.
- Dejours, C. (1980). *Insatisfaction au travail et souffrance mentale. Problèmes politiques et sociaux: stress et risques psychosociaux au travail*, 35-40
- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho (2010). Quinto inquérito europeu sobre as condições de trabalho. Consultado em 20 de Dezembro, 2010, em <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2010/74/en/1/EF1074EN.pdf>
- Guimarães, L. (2006). Factores psicossociais de risco no trabalho. Consultado em 12 de Dezembro, 2010, em http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2006/saude_mental/anais/artigos/Liliana_A.M.Guimaraes.pdf.
- Monteiro, E. & Barros-Duarte, C. (2010). Factores psicossociais: Que avaliação? Consultado em 5 de Dezembro, 2010, em <http://www.sposho.pt/sho2010/proceedings2010.pdf>.
- OIT (2004). Organização Internacional do Trabalho. Consultado em 20 de Dezembro, 2010, em <http://ilo-mirror.library.cornell.edu/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/oit.htm>
- Quadros, F. (2006). Proposta de intervenção terapêutica grupal para operadores de caixa em supermercados. Consultado em 12 de Dezembro, 2010, em <http://inf.unisul.br/~psicologia/wp-content/uploads/2008/08/TCC%20Fernanda%20Quadros.pdf>.
- Salanova, M., Cifre, E., Martinez, I. & llorens, S. (2007). *Caso a caso en la prevención de riesgos psicossociales. Metodologia Wont para una organización saludable*. Bilbao: Lettera publicaciones.
- Santos, L. (2004). Avaliação da carga de trabalho em operadores de caixa de supermercado: um estudo de caso. Consultado em 12 de Dezembro, 2010, em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5125/000421274.pdf?sequence=1>.

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 02.

TRABALHO, SAÚDE E
MEDIÇÃO AMBIENTAL

PARTE 03.

CONSTRUIR A PAZ NO
TRABALHO: COMO CONSTRUIR
UMA CULTURA DE PAZ
NAS ORGANIZAÇÕES?

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO: QUAIS OS CONTRIBUTOS DE AMBAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ?

PEDRO CUNHA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PCUNHA@UFP.EDU.PT

JORGE CORREIA JESUÍNO

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, ISCTE

MARIA LUÍS MACHADO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A presente comunicação procura analisar o impacto que dois procedimentos de gestão construtiva de conflitos, usados de forma combinada, podem ter na construção de paz numa disputa diádica.

O objectivo da investigação consiste em examinar a conjugação de duas práticas relativas à intervenção de terceiros na gestão de conflitos (mediação e arbitragem) que, regra geral são estudadas em separado.

Tendo por contexto um caso negocial de foro comercial (indivíduo vs indivíduo), analisa-se, numa amostra constituída exclusivamente por estudantes finalistas de mestrados nas áreas das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências e Tecnologia, quais os contributos que a combinação mediação-arbitragem e a combinação arbitragem-mediação podem ter em termos de um amplo conjunto de resultados alcançados pelos litigantes.

De acordo com Conlon, Moon e Yee Ng (2002), a combinação arbitragem-mediação pode constituir uma forma de resolução construtiva de conflitos com uma aplicação superior à inicialmente pensada, pelo que estudar esta assunção na realidade portuguesa pode constituir um contributo pertinente para a construção eficaz de uma cultura de paz.

Este estudo, realizado com uma amostra de 42 estudantes universitários, procurou ter uma certa originalidade, designadamente em relação ao trabalho que lhe serviu de base (cfr. Conlon, Moon e Yee Ng, 2002), uma vez que teve como objecto principal a análise do procedimento mediação-arbitragem num caso de índole comercial. Os resultados apontam para que o procedimento articulado arbitragem-mediação conduza rapidamente a acordos com ganhos conjuntos.

INTRODUÇÃO

Segundo Thompson, Wang & Gunia (2010), as pessoas negociam sempre que não podem alcançar os seus objectivos sem a cooperação de outros, pelo que negociar é participar numa actividade social ubíqua. A importância de chegar a um ponto em que todos os envolvidos ficam a ganhar é vital para a tranquilidade, sanidade e produtividade dos mesmos (Thompson, 2008). Todavia, nem sempre a negociação é possível embora

possa ser mesmo tentada pelos indivíduos envolvidos no litígio. Exemplos disso são a ausência de recursos e/ou competências das próprias partes para negociar, um elevado nível de tensão entre os litigantes e um grau de complexidade considerável nos assuntos em conflito.

A procura de resolução de tais situações tem vindo a promover, em especial nos últimos vinte e cinco anos, o desenvolvimento das teorias da mediação e da arbitragem, cuja investigação tem sido influenciada por um vasto conjunto de

domínios, à imagem do que se passa com a teoria da negociação, na qual impera uma perspectiva multidisciplinar com intenso desenvolvimento teórico e um avultado corpo de descobertas empíricas (Thompson, Wang & Gunia, 2010). É neste corpus teórico dedicado à mediação e à arbitragem que se inscreve a reflexão teórica e empírica que aqui se produz.

Uma multiplicidade de factores pode ser levada em consideração no processo de resolução de conflitos (cfr. Ury, Brett & Goldberg, 2009) entre os quais se destacam, atendendo aos objectivos que estruturam o estudo empírico da presente investigação, a frequência com que cada disputa é acordada voluntariamente, o valor desse acordo e a rapidez com que esse acordo se produz.

Tal como destaca a abordagem psicossocial do conflito, entre os procedimentos mais conhecidos para a resolução construtiva de litígios encontram-se a mediação e a arbitragem, que pelas suas potencialidades permitem o atingir recíproco de objectivos mediante lógicas procedimentais de teor não adversarial, que, ainda que diferentes, assentam ambas na utilização de uma terceira parte que auxilia a construção do acordo e consequentemente da paz entre os envolvidos.

O presente estudo insere-se numa tentativa inovadora de examinar a combinação entre mediação e arbitragem tendo por inspiração o trabalho de Conlon, Moon & Yee Ng (2002), sem todavia replicar exactamente esse estudo experimental que serviu de referência.

1. MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM: BREVES DEFINIÇÕES

Em muitos conflitos, a presença de um terceiro elemento (pessoa ou instituição) poderá ser um facilitador da resolução desse conflito entre os litigantes.

A mediação é um procedimento que se caracteriza pela presença de um terceiro elemento, dotado de neutralidade e imparcialidade, que assiste ambas as partes em litígio, na prossecução de um acordo no qual as mesmas participaram voluntariamente.

Os mediadores desempenham um papel difícil e sensível, pois espera-se que sejam neutrais na comunicação com as partes e que facilitem a resolução de disputa entre elas, respeitando e encorajando a sua auto-determinação (Gerami, 2009).

A arbitragem é um processo, segundo o qual, uma terceira parte, o árbitro, determina uma proposta de acordo, após ambas as partes permanecerem nas suas respectivas posições. Constitui o método de resolução de conflitos que tem uma maior similitude com o que se aplica no sistema judicial tradicional.

Os litigantes, mediante um acordo de vontades que se designa por convenção de arbitragem, remetem a decisão para árbitros por si escolhidos e, em princípio, cooperam no procedimento utilizado pelo árbitro e na emissão do respectivo acordo. Neste sentido, o árbitro está obrigado a cumprir a lei e tem poder para tomar uma decisão. A rapidez decisória constitui, regra geral, uma das vantagens do processo de arbitragem.

Uma vez que diferentes procedimentos promovem diferentes forças, alguns autores defendem a adopção dos dois procedimentos combinados num processo de negociação: a mediação e a arbitragem.

Segundo Ross e Conlon (2000), um grande número de conflitos, envolvendo uma terceira parte, inicia-se com a mediação e termina com a arbitragem. O que significa que os oponentes tentam muitas vezes chegar a acordo com o auxílio de uma

terceira parte, antes de concordarem com a imposição de um resultado por esse terceiro elemento.

Contudo, os mesmos autores sugerem que a arbitragem antes da mediação poderá produzir resultados superiores em dois dos três componentes de uma negociação bem sucedida: a frequência com que se chega a um acordo voluntário e o valor desse acordo.

Nesse sentido, estudar se tais pressupostos têm actualidade e pertinência na realidade portuguesa, afigura-se como um importante aspecto no âmbito da gestão construtiva de conflitos, nomeadamente quanto aos efeitos desses procedimentos combinados nos resultados obtidos pelas partes.

2. ALGUNS EFEITOS DE PROCEDIMENTOS COMBINADOS NOS RESULTADOS

O processo combinado de mediação-arbitragem (doravante designado por med-arb) consiste na mediação seguida da arbitragem, no caso de a mediação falhar na obtenção de um resultado satisfatório para as partes. Aqui, a terceira parte desempenha o papel tanto de mediador como de árbitro.

É de notar que a fase de arbitragem só ocorre no caso de falhar a fase de mediação e culmina com a imposição, por parte do terceiro elemento, de um acordo entre as partes. Como referem Conlon, Moon e Yee Ng (2002), esta combinação articula sugestões de diferentes autores (e.g., Ury, Brett & Goldberg, 1988), que afirmam que os procedimentos de resolução de conflitos devem ser operacionalizados numa “sequência de baixo para elevado custo” para os utilizadores.

Outros autores argumentam igualmente que a mediação precede a arbitragem porque retira menos controlo do resultado final dos litigantes (e.g., Starke & Notz, 1981). Um estudo experimental (McGillicuddy, Welton & Pruitt, 1987), de comparação entre a mediação-arbitragem com uma forte mediação, descobriu que a mediação-arbitragem conduziu a menor hostilidade e maior utilização do comportamento de solução de problemas, apesar de não se terem constatado diferenças significativas nos acordos mediados voluntariamente.

O outro procedimento combinado, o da arbitragem-mediação (arb-med), consiste em três etapas: 1) o árbitro escuta atentamente os interesses dos envolvidos e decide a sua proposta de melhor integração dos interesses das partes, a qual é colocada num envelope fechado e não é revelada às mesmas; 2) segue-se a mediação dos litigantes e, só no caso de esta falhar, se passa para a fase 3), que é a revelação às partes litigantes da proposta do árbitro.

3. METODOLOGIA

Nesta investigação seguiu-se, em exclusivo, uma metodologia experimental. Houve, assim, recurso a uma tarefa de simulação negocial com o objectivo de analisar o impacto que os dois procedimentos combinados anteriormente expostos poderiam ter na construção da paz entre dois indivíduos.

Foi efectuado um desenho de investigação do tipo 2x1 de acordo com o tipo de procedimento de resolução da disputa usado (mediação-arbitragem e arbitragem-mediação) e com a composição diádica dos litigantes (indivíduo vs. indivíduo).

3.1. AMOSTRA

Os participantes do estudo ($N = 42$) são todos estudantes universitários, finalistas de licenciatura ou mestrado, nas áreas

das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências e Tecnologia. 63% são do sexo masculino e 37% do feminino. Foram selecionados tendo em consideração que os cursos que frequentemente incluem, no seu futuro profissional o exercício de tarefas de gestão de conflitos e de negociação entre pessoas e/ou equipas. A participação foi voluntária e a amostra é de conveniência, sendo que a cada participante era dada a oportunidade de escolha do papel que gostaria de representar.

3.2. HIPÓTESES

Tendo por referência Conlon, Yee Ng e Moon (2002), formularam-se as seguintes hipóteses para a presente investigação:

- H1 - Espera-se que existam mais acordos mediados usando a arbitragem – mediação do que a mediação – arbitragem;
- H2 - Os resultados obtidos na arbitragem – mediação, proporcionam maiores ganhos conjuntos do que os resultados conjuntos alcançados através da mediação – arbitragem;
- H3 - As disputas serão resolvidas mais rapidamente na mediação-arbitragem do que arbitragem-mediação.

De notar que na formulação das hipóteses se teve em consideração aspectos como o facto de a tarefa ser de natureza estritamente comercial e aferida para a população portuguesa, assim como o facto de não se ter seguido todas as etapas definidas pelos referidos autores.

3.3. INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS

No início da experiência era fornecido aos participantes material com a descrição do caso e as respectivas instruções e o experimentador explicava igualmente toda a informação necessária.

Foi utilizada uma simulação negocial de âmbito comercial (cfr. Cunha & Leitão, 2011), com base numa função canónica entre indivíduo/indivíduo, que assumiam, em termos dos role-play, os papéis de cliente e gestor de conta. O caso negocial incluía três assuntos em disputa: o valor da taxa de juro de um crédito aplicável ao montante pretendido pelo cliente (que varia entre 5 e 5,8%), o prazo de pagamento do empréstimo (que vai de 15 a 30 anos) e o tempo de disponibilidade para que o cliente tenha em seu poder a verba pretendida (com um intervalo possível de uma a nove semanas).

As tabelas de valores eram diferentes de acordo com o papel a desempenhar (gestor de conta/cliente). No entanto em ambas constavam nove níveis de proposta, para cada um dos assuntos, os quais eram assinalados por nove letras e correspondiam a um valor específico em pontos.

Quanto à dinâmica empreendida, era transmitido aos negociadores que os mesmos comunicariam um nível de proposta (uma letra), para cada um dos três assuntos em negociação, pelo que uma proposta completa era composta por três letras correspondentes a cada um dos três assuntos em negociação.

Aos litigantes eram distribuídas as respectivas tabelas de valores da parte (cliente ou gestor de conta) que representavam, não tendo os mesmos, acesso à tabela do oponente. Era-lhes comunicado de que dispunham de um máximo de cinco rondas para alcançarem um acordo conjunto, dando-se início ao processo de mediação. Neste, o experimentador desempenhava o papel de mediador. Quando ambas as partes propunham a mesma letra para cada um dos assuntos, significava que conseguiram alcançar o acordo através da mediação (primeira etapa do procedimento combinado med-arb).

O processo de mediação terminava e dava-se início à arbitragem, na qual o experimentador (agora árbitro), expunha a melhor proposta de acordo para ambos, atendendo aos interesses e pontuações de cada um nos três assuntos. Se as partes acordassem na proposta da arbitragem, o processo ficava concluído.

O procedimento arbitragem-mediação (arb-med) só tinha início se as partes considerassem que poderiam melhorar o acordo proposto pelo árbitro, iniciando-se assim um novo processo de mediação que tinha como ponto de partida a proposta do árbitro. As partes dispunham novamente de cinco rondas.

De notar que, ao contrário de Conlon, Moon e Yee Ng (2002), na presente investigação o procedimento combinado entre arbitragem e mediação não foi seguido, o que se prendeu basicamente com o facto de que o objectivo principal da pesquisa residia em aferir os possíveis efeitos do processo combinado de mediação-arbitragem, assim como questões de tempo para a investigação.

No entanto, nos poucos casos em que a solução proposta pelo árbitro não foi aceite pelas partes em negociação, seguiu-se uma nova fase de mediação que tinha como ponto de partida essa mesma proposta, não se tendo estabelecido previamente o número máximo de rondas. De salientar que nestes casos excepcionais, tal como os investigadores previram, não foram necessárias mais rondas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos permitem analisar uma série de aspectos que apontam para os benefícios que podem decorrer da utilização da combinação entre mediação e arbitragem (e vice-versa).

Assim, não podemos deixar de ter em linha de conta as possíveis limitações do estudo, bem como a singularidade e a especificidade que enquadra cada situação de gestão conflitual experimentalmente criada. Em relação às primeiras, para além das inerentes a qualquer experimento, destacamos o facto de a amostra ser apenas constituída por estudantes universitários, não contemplando uma análise directa com litigantes envolvidos no campo concreto da negociação comercial. Por outro lado, a terceira parte foi imposta aos litigantes, sem que os mesmos a tenham requisitado. Um destaque também para o facto de as partes terem recebido muito pouca formação para a sua intervenção, o que no contexto profissional formal provavelmente não aconteceria. Todavia, em muitas situações profissionais, formais ou informais, os sujeitos podem ter que lidar muito rapidamente com uma disputa sem dela terem preparação ou formação prévia. De salientar ainda que não foram mensuráveis as expectativas das partes envolvidas.

Deste modo, destacam-se os seguintes aspectos:

- Em relação à hipótese 1, em que se esperava que existissem mais acordos mediados usando a arbitragem – mediação do que a mediação – arbitragem, a mesma foi parcialmente confirmada, pois constatou-se que 11 díadas optaram apenas pelo procedimento mediação-arbitragem, tendo aceite a proposta da arbitragem e não considerando necessário ir novamente para mediação (após arbitragem).

Por outro lado, 10 díadas fizeram a opção de passar pelos dois procedimentos articulados, pelo que decidiram não aceitar a proposta efectuada pelo árbitro, querendo novo processo de mediação com base inicial na mesma. Atendendo aos resultados obtidos, o enunciado que se hipotetizou não pode ser totalmente comprovado nem refutado, abrindo caminho à

necessidade de realizar futuras investigações sobre o assunto (onde se considerem aspectos como recorrer a uma amostra com outras características, utilizar os mesmos procedimentos da metodologia do estudo de referência a esta investigação e/ou explorar outras hipóteses constantes no estudo que serviu de base).

Os litigantes preferiram adoptar a decisão arbitral quando esta foi revelada em vez de manterem o acordo conjunto que haviam alcançado por mediação. A tabela 1 permite verificar como se distribuíram os acordos atingidos pelas partes de acordo com o procedimento seguido.

TABELA 1. NÚMERO DE ACORDOS EM FUNÇÃO DO PROCEDIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DIÁDICA

Procedimento combinado e decisão final	Composição diádica (indivíduo/indivíduo)
Mediação-Arbitragem	
Na Mediação	0
Na Arbitragem	11
Arbitragem-Mediação	
Na Arbitragem	3
Na Mediação	7

Apesar da maioria dos sujeitos ter preferido alterar o acordo mediado pelo proposto em arbitragem, é conveniente assinalar três situações nas quais a mediação-arbitragem poderá ser mais útil do que a arbitragem-mediação, como referem Ross e Conlon (2000). São as seguintes: a) situações onde existe uma pressão do tempo significativa derivada do facto do procedimento *arb-med* ter sido demasiado moroso no encontro de uma solução conjunta; b) situações em que os custos financeiros com o pagamento de uma terceira parte têm que ser minimizados; c) situações onde existe uma marcada hostilidade entre os conflitantes (situações que não ocorriam na presente investigação).

- Relativamente à hipótese 3, constatou-se, tal como previsto, que os resultados finais obtidos na arbitragem-mediação proporcionaram maiores ganhos conjuntos do que os resultados conjuntos alcançados através da mediação-arbitragem. De facto, apenas uma diáde constituiu excepção a este pressuposto.

- A hipótese 4, na qual se previa que as disputas seriam resolvidas mais rapidamente na mediação-arbitragem do que na arbitragem-mediação não foi comprovada, ao contrário do verificado em Conlon, Moon e Yee Ng (2002).

Assim, no que diz respeito ao tempo dispendido para a resolução das disputas, verificou-se, na esmagadora maioria das diádes, que no procedimento arbitragem-mediação existia uma maior rapidez na resolução do conflito, tendo-se igualmente constatado que a solução que permitia maiores ganhos conjuntos era encontrada mais rapidamente (sendo suficiente uma só ronda para o efeito).

Na realidade, a partir do momento em que a solução proposta pelo árbitro era por este apresentada, quase na totalidade os litigantes preferiram-na enquanto decisão definitiva, tendo apenas 10 diádes decidido manter as posições anteriores à arbitragem.

Como referido anteriormente, o estudo experimental realizado não constitui uma replicação integral ao trabalho de Conlon, Moon & Yee Ng (2002), constituindo, sobretudo, uma primeira tentativa de analisar os benefícios da arbitragem a

par da mediação na gestão construtiva de conflitos, abrindo-se, assim, necessariamente caminho para novos estudos que se pretendem vir a efectuar.

Por outro lado, as conclusões que deste estudo se podem retirar não poderão minimizar a singularidade e a especificidade que enquadra cada situação de gestão conflitual experimentalmente criada e, por conseguinte, que cada indivíduo pensa diferente e sente diferentemente, o que é algo inerente à interacção humana como é, exemplarmente, uma situação de conflito e de negociação.

BIBLIOGRAFIA

- Bazerman, M. H. & Chugh, D. (2005). Bounded Awareness: Focusing Failures in Negotiation.
- Conlon, D. E.; Yee Ng, K. & Moon, H. (2002). Putting the Cart Before the Horse: The Benefits of Arbitrating Before Mediating. *Journal of Applied Psychology*, 87 (5), 978-984.
- Cunha, P. Leitão, S. (2011). Manual de Gestão Construtiva de Conflitos. Porto: Edições UFP.
- Gerami, A. (2009). Bridging the Theory-and-Practice Gap: Mediator Power in Practice. *Conflict Resolution Quarterly*, 26 (4), 433-451.
- McGillicuddy, M. B., Welton, G. B. & Pruitt, D. G. (1987). Third-Party Intervention: A Field Experiment Comparing Three Different Models. *Journal of Social and Psychology*, 53, 104-112.
- Ross, W. H. & Conlon, D. E. (2000). Hybrid Forms of Third-Party Dispute Resolution: Theoretical Implications of Combining Mediation and Arbitration. *Academy of Management Review*, 25, 416-417.
- Starke, F. A. & Notz, W.W. (1981). Pre and Post-Intervention Efforts of Conventional vs. Final Offer Arbitration. *Academy of Management Journal*, 24, 832-850.
- Thompson, L. (2008). A Verdade sobre a Negociação. Lisboa: Actual.
- Thompson, L.; Wang, J. & Gunia, B. C. (2010). Negotiation. *Annu. Revue of Psychology*, 61, 491-515.
- Ury, W., Brett, J. & Goldberg, S. (2009). Resolução de Conflitos. Lisboa: Actual.

A (IN)JUSTIÇA DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: DUAS DÉCADAS DE ACTUALIDADE DA METÁFORA DO DUE PROCESS.

PAULO PINTO-MOREIRA

PARTNER, INDEVE – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, PORTO
PROFESSOR CONVIDADO, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

RESUMO

Com este artigo pretende-se fazer uma reflexão acerca da (in)justiça dos processos de avaliação de desempenho nas organizações, revisitando a metáfora do *due process* de Folger, Konovsky & Cropanzano (1992). Alinhada com a dimensão procedimental da justiça organizacional, esta abordagem enfatiza o impacto positivo da expressão (*voice*) e do “capital de confiança” dos intervenientes, posicionando a dignidade humana como preocupação central da avaliação de desempenho. Duas décadas passadas, a metáfora parece manter actualidade e relevância para as práticas organizacionais.

ABSTRACT

This article intends to make a reflection about the organizational performance appraisal (in) justice, revisiting the Folger, Konovsky & Cropanzano (1992) due process metaphor. In line with the procedural organizational justice, this approach emphasizes the positive impact of voice and the “trust capital” of actors, placing human dignity as the central concern of performance evaluation. Two decades past, the metaphor seems to maintain timeliness and relevance to the organizational practices.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, a avaliação de desempenho é uma das práticas mais comuns e importantes da gestão de recursos humanos. Revela-se crucial para uma efectiva gestão das pessoas, estando relacionada com melhores desempenhos individuais e organizacionais, mesmo ao nível dos resultados financeiros (Huselid, 1995; Delery & Doty, 1996; Kuvaas, 2006). Estima-se que 80 a 90% das organizações, nos EUA e no Reino Unido, usem instrumentos de avaliação de desempenho, tendo-se registado entre 1998 e 2004, um aumento de 69% para 87% de organizações que usam processos formais de avaliação de gestão do desempenho (Armstrong & Baron, 2005). Em Portugal, inquéritos realizados às práticas de avaliação de desempenho, realizados pela empresa de consultadoria “SHL – People Solutions”, revelaram que, em 2001, 79% das organizações respondentes utilizavam sistemas de avaliação de desempenho e que, em 2005, esse valor aumentou para 92,1% (SHL, 2005). A sua utilização tem os mais diversos fins, tais como: rever o desempenho passado e estabelecer objectivos individuais de desempenho futuro; determinar aumentos salariais, determinar a remuneração variável e pagamento de prémios; avaliar potencial futuro; motivar os colaboradores; melhorar a relação/comunicação entre chefia e colaborador; apoiar decisões de planeamento de carreira e de promoções; avaliar as necessidades de formação e desenvolvimento; estabelecer planos de desenvolvimento pessoal e profissional.

As organizações, confrontadas com as pressões de uma concorrência global intensa e com os acelerados avanços tecnológicos, necessitam de contribuições em patamares de excelência sustentada. Assim, torna-se necessária a implementação de processos eficazes de avaliação do desempenho, que permitam gerir esse mesmo desempenho. Deste modo, o conceito de ava-

liação de desempenho evoluiu, sendo actualmente entendido como parte integrante de um âmbito mais vasto - a gestão do desempenho - um processo considerado fundamental para a gestão estratégica de recursos humanos, capaz de integrar diferentes níveis organizacionais e promover a melhoria da performance das pessoas, das equipas, e toda a organização. Assim, o conceito de gestão de desempenho concretiza-se com a evolução do processo de avaliação de desempenho para uma série de processos interligados de gestão das pessoas, ainda que mantenha a sua centralidade na avaliação, recompensa e desenvolvimento dos colaboradores (Fletcher, 2001).

1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E (IN)JUSTIÇA

Apesar das organizações desenvolverem sistemas, cada vez mais, sofisticados, os colaboradores manifestam continuamente desagrado para com as avaliações de desempenho, entendendo-as como injustas, incorrectas, enviesadas, causadoras de insatisfação pessoal (Bowles & Coates, 1993; Skarlicki & Folger, 1997), podendo promover desempenhos abaixo do possível, comportamentos políticos, medo, desconfiança e angústia emocional (Nickols, 2007). O estudo de Pulakos (2004) refere que, só um em cada dez trabalhadores, acredita que o sistema de avaliação pelo qual é avaliado, contribui para melhorar o seu desempenho. No mesmo sentido, as chefias continuam a considerar o processo de avaliação como uma tarefa desagradável, que lhes causa incómodo (Holbrook, 1999; DeNisi & Pritchard, 2006).

Com o objectivo de identificar as causas, que levam a que os processos de avaliação não atinjam os objectivos para os quais foram concebidos, a investigação deslocou-se dos estudos da fiabilidade, dos instrumentos psicométricas (a metáfora do tes-

te) e da exactidão dos julgamentos, por via dos recursos cognitivos dos avaliadores (metáfora do processador de informação), para aspectos contextuais como a influência dos comportamentos estratégicos de avaliadores e avaliados (metáfora política), e para a ênfase nas reacções dos colaboradores às avaliações de desempenho, como indicadores de satisfação e eficácia do processo. São diversos os estudos que concluem que, ao não recolher a aceitação e apoio, por parte de avaliados e avaliadores, a eficácia dos processos de avaliação fica comprometida (Hennessey & Bernardin, 2003; Levy & Williams, 2004), tornando-se necessário que o processo seja percebido como justo (Erdogan, Kraimer & Linden, 2001). Assim, parece fazer todo o sentido o recurso à área da justiça organizacional, que enquanto psicologia da justiça aplicada aos ambientes organizacionais, pretende descrever e explicar o papel da justiça no local de trabalho, focalizando as percepções existentes nas relações entre trabalhadores e as suas organizações (Greenberg, 1990; Cropanzano & Greenberg, 1997; Folger & Cropanzano, 1998).

Que a justiça organizacional é importante para a avaliação do desempenho, não parece haver muitas dúvidas (Greenberg, 1986; Korsgaard & Roberson, 1995). Surpreendentemente, só se chegou a esta conclusão muito recentemente, porque já em 1949, Thorndike defendia que uma das principais componentes que dava vida a um método de avaliação de desempenho, era a reacção de avaliados e avaliadores, sendo essas reacções parcialmente determinadas pela percepção de justiça (Folger & Cropanzano, 1998). No pressuposto de que a melhoria da eficácia da avaliação de desempenho passa por fomentar a justiça dos processos (Erdogan, Kraimer & Linden, 2001), uma corrente, mais recente na literatura, tem analisado a perspectiva dos avaliados, tentando encontrar respostas ao nível das percepções de justiça (Greenberg, 1986; Levy & Williams, 2004). Segundo Rego (2000), o modo como os trabalhadores percebem a justiça do processo de avaliação de desempenho é crucial, pois além de condicionar o seu posicionamento face ao mesmo, irá influenciar uma série de comportamentos e atitudes organizacionais como, por exemplo: intenções de permanecer na organização; absentismo; satisfação no trabalho; desempenho individual e organizacional; comportamentos de cidadania, comportamentos de compromisso e de retaliação organizacional.

Os estudos desenvolvidos acerca da justiça organizacional destacam as seguintes dimensões: a justiça distributiva, que se refere aos resultados (outcomes) obtidos pelos colaboradores, como troca pela sua contribuição, em que se incluem os salários e benefícios; as classificações obtidas nas avaliações ou a distribuição de lucros; a justiça distributiva, que envolve a percepção de justiça dos processos, através dos quais são estabelecidos os resultados e recompensas que se referem à justiça distributiva, em que se inclui o processo de avaliação de desempenho; a justiça interaccional, que foca o tratamento interpessoal e a comunicação entre a chefia e os colaboradores, ou seja, a qualidade do tratamento interpessoal que os indivíduos recebem, aquando da implementação dos procedimentos. Diversos autores não consideram a justiça interaccional como uma dimensão de justiça, mas sim como uma componente específica da justiça procedimental (Tyler, 1994; Cropanzano & Wright, 2003). No entanto, Bies, Shapiro & Cummings, (1988) e Greenberg (1990, 2004), referem que os colaboradores atribuem bastante importância ao tratamento que recebem das chefias e à forma como lhes são explicados os processos formais de decisão. Os trabalhos desenvolvidos por Masterson et. al. (2000), Cropanzano, Prehar, & Chen, (2002) e por Tekleab, Takeuchi & Taylor, (2005) demonstram que a justiça procedimental é a principal determinante da qualidade da interacção colaborador - organização. Muitos estudos, como os de Korsgaard & Roberson

(1995), Taylor et. al (1995), Giles, Findley & Feild (1997), Levy & Williams (1998), Mossholder, Bennett & Martin (1998), Taylor, et al. (1998) Masterson, et. al. (2000), Erdogan, Kraimer & Linden (2001), Rubin, (2009), Chen, Wu & Leung (2011) entre outros, analisaram, as percepções de justiça procedimental, em contexto de avaliação de desempenho.

Segundo Cropanzano & Greenberg (1997) e Folger & Cropanzano, (1998), se os procedimentos e regras, que levam a uma distribuição de recompensas, forem considerados como legítimos e justos e para, além disso, se for dada oportunidade às pessoas de se manifestarem e opinarem sobre os critérios de distribuição, estas até podem aceitar resultados desfavoráveis para si mesmas. Neste caso, não se sentiriam injustiçadas porque, de certa forma, atribuiriam a si mesmas a responsabilidade pelo resultado desfavorável. No mesmo sentido, os resultados dos estudos de Van den Bos, Wilke & Lind (1998), referem que as reacções das pessoas a resultados fornecidos por chefias, nas quais não sabem se podem confiar, são fortemente influenciadas pela justiça dos procedimentos, ou seja, existirá maior tendência para aceitar os resultados, que derivem de processos entendidos como justos. O estudo de Hagedoorn, Buunk & Van de Vliert (1998) indica que a presença da justiça inibe as reacções negativas, face a um resultado desfavorável e estimula as reacções positivas.

2. A METÁFORA DO DUE PROCESS

A metáfora do due-process é consistente com os modelos teóricos da justiça procedimental, que enfatizam o processo, através do qual as decisões acerca de conflitos de interesses são tomadas, como o principal determinante da percepção de justiça das partes (Taylor et. al., 1995, p.497)

Entre as várias abordagens ao contexto social e específico da avaliação de desempenho, encontramos, na metáfora do *due-process* de Folger, Konovsky & Cropanzano (1992), procedimentos de particular relevância e actualidade para as práticas organizacionais. A denominação da metáfora remete para o princípio jurídico *a due process of law* (processo justo), estabelecendo uma analogia entre o julgamento em tribunal e a avaliação de desempenho, que se refere à ideia de que as leis e os procedimentos legais devem ser justos, de forma a garantir os direitos básicos dos cidadãos, pretendendo assegurar tratamento justo a qualquer pessoa acusada de algum tipo de violação legal.

Ao contrário da metáfora do teste, a metáfora do due process e a metáfora política partilham uma visão da realidade organizacional, em que existem divergências e potenciais conflitos, entre os diversos actores, quanto aos valores, interesses e objectivos. No entanto, divergem na resolução dessas diferenças. A metáfora política postula que, inevitavelmente, é quem detém o poder que decide os resultados, enquanto a metáfora do due-process, ao focar-se nas questões relativas ao equilíbrio de poder entre colaboradores e chefias, apresenta um mecanismo, que permite impor restrições de poder às chefias, dando “voz” aos colaboradores. A esse propósito, Pfeffer (1981) expressou sérias dúvidas, quanto ao sucesso de sistemas de justiça similares ao due-process, porque: os mais poderosos seriam incapazes de ir além das suas próprias preocupações paroquiais, para tomar decisões justas para os menos poderosos; e estes teriam menos recursos analíticos, menos competências de negociação, e menos informação, que lhes permitisse defender os seus interesses.

A metáfora política negligencia um elemento importante, relevante para a avaliação de desempenho - os procedimentos legais, a que as sociedades recorrem, a fim de resolver litígios, quando as considerações políticas tendem a prevalecer...O sistema legal é uma componente vital do sistema político de uma sociedade. Assim, é nossa convicção que as existentes abordagens políticas à avaliação do desempenho ignoraram as possibilidades do *due process*, para resolver os inevitáveis conflitos que surgem em contexto de avaliação de desempenho (Folger, Konovsky & Cropanzano, 1992, p.139, 140).

A partir da teoria da resolução de disputas jurídicas de Thibaut & Walker (1978), os autores Folger, Konovsky & Cropanzano (1992) assemelham os critérios da metáfora do teste às situações que, em tribunal, são decididas através do apuramento dos factos, portanto em função de um padrão ou norma existente. Por contraste, os conflitos sobre repartição de bens ou perdas, por não poderem ser resolvidos por simples referência aos factos, exigem que a tomada de decisão, por parte dos juizes, leve em conta complexas e subtis particularidades das situações. O mérito das pretensões/alegações dos pedidos em disputa exige juízos de valor por parte do decisor. A metáfora do *due process* destaca os aspectos da avaliação de desempenho que mais se assemelham a estes últimos. Os autores consideram que a forma mais adequada de abordar as avaliações de desempenho é vê-las como disputas acerca da afectação de resultados, como as compensações salariais por mérito ou o *status*. De acordo com Farr & Jacobs (2006), a metáfora do *due process* foca-se nos diversos *stakeholders* da avaliação de desempenho (avaliadores, avaliados, outros colaboradores e a gestão organizacional) que terão interesses conflituantes. O quadro 1 explicita a relação entre os princípios que alicerçam o conceito jurídico do *due process*: informação adequada; audiência justa; julgamento baseado em evidências; e a adequação destes ao contexto de avaliação de desempenho nas organizações.

QUADRO 1. RELAÇÃO DO DUE PROCESS COM A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Princípios do Due Process	Adequação ao contexto da Avaliação de Desempenho
Informação adequada	Os critérios e normas são estabelecidos à priori, amplamente divulgados e explicados. É dado aos colaboradores a oportunidade de participação no desenvolvimento dos critérios e normas de avaliação ou, pelo menos, a possibilidade de questionar os seus conteúdos, o processo pelo qual foram estabelecidos e a forma como vão ser implementados. É fornecido feedback de forma regular e em tempo oportuno.
Audiência Justa	As normas para a “admissibilidade das evidências” da avaliação de desempenho, incluem a familiaridade do avaliador para com o desempenho técnico e/ou comportamental do avaliado, suficientemente baseada em observações frequentes. Os colaboradores têm formas de expressar opinião em relação ao próprio desempenho, e oportunidade para explicitar as suas interpretações acerca das “evidências” da avaliação do desempenho, apresentando argumentos que as suportem.
Julgamento baseado em evidências	São tomadas medidas para que o avaliador aplique as normas da avaliação de forma consistente, sem pressão externa, corrupção ou prejuízo pessoal. As avaliações demonstram o respeito pelos princípios da honestidade e justiça. Os colaboradores têm a oportunidade de questionar os resultados/cotações obtidas, e as justificações fornecidas reflectem esses princípios. As avaliações são à prova de escrutínio, incluindo a possibilidade de recurso da decisão, ou outra forma de apelo.

FONTE: FOLGER, KONOVSKY & CROPANZANO (1992, P.142)

Os conteúdos de cada um dos três princípios do *due-process* parecem, de uma forma geral, estar em linha com as evidências encontradas por outros autores, na área da justiça procedimental. Assim:

- “Informação adequada”. Existem evidências na investigação de que o conhecimento das normas, mecanismos e compreensão do processo (Tang & Sarshfield-Baldwin, 1996; Levy & Williams, 1998), mesmo ainda antes de ser implementado na organização (Farr & Jacobs, 2006) e receber, de forma regular, feedback do avaliador (Inderrieden, Keaveny & Allen, 1988) estão relacionados com a justiça procedimental (Greenberg, 1986), aumentando os níveis de confiança no processo (Mayer & Davis 1999). A participação no desenvolvimento dos critérios de avaliação, permitindo a negociação de objectivos e planos de acção entre avaliador e avaliado, aumenta significativamente a aceitação dos resultados (Bailey & Fletcher, 2002).
- “Audiência Justa”. A familiaridade do avaliador para com o desempenho do avaliado está relacionada com as percepções de justiça (Landy, Barnes & Murphy, 1978; Fulk, Brief & Barr, 1985). O facto de os colaboradores terem formas de expressar a sua opinião, em relação ao seu desempenho (Lind, Kanfer & Earley, 1990), mesmo quando não é permitido que a mesma influencie a sua cotação final (Korsgaard & Roberson, 1995; Cawley, Keeping & Levy, 1998), representa uma consistente variável da justiça procedimental. Em contexto de avaliação de desempenho, uma das formas mais significativas de expressão é a auto-avaliação, que aumenta o nível de envolvimento do trabalhador, face ao processo e face à organização. Quanto maior for o consenso entre as chefias e os seus colaboradores relativamente aos aspectos relevantes do desempenho, maior será a concordância entre os resultados da avaliação de desempenho feita pelas chefias e os oriundos da auto-avaliação (Dulebohn & Ferris, 1999; Bailey e Fletcher, 2002).
- “Julgamento baseado em Evidências”. A aplicação consistente das normas da avaliação é uma importante determinante da justiça procedimental, assim como a existência de um procedimento formal de recurso, através do qual os colaboradores possam contestar e, potencialmente, ver corrigido o resultado de uma avaliação que consideram injusto, contribui para o aumento da percepção de justiça do processo de avaliação (Greenberg, 1986). Isto, porque a formalização dos procedimentos é dos principais mecanismos, através dos quais as organizações promovem a justiça dos resultados e a possibilidade de reparação de injustiças cometidas (Colquitt, Noe, & Jackson, 2002), levando os colaboradores a percepcionarem a organização, como um lugar onde as pessoas são tratadas com dignidade e respeito (Aquino, Bies & Tripp, 2006).

A possibilidade de expressão (*voice*), que “aparece” de forma transversal na metáfora do *due process*, tem recebido grande atenção empírica. Diversos estudos apontam para o facto dos procedimentos que garantem expressão aos envolvidos serem considerados mais justos do que os procedimentos que não a contemplam (Folger, 1977; Lind, Kanfer, & Earley, 1990; Van den Bos, 1999; Whiting, Podsakoff & Pierce, 2008).

Para além dos princípios enunciados no quadro 1, os autores defendem que, de forma a evitar os enviesamentos das cotações, os sistemas de avaliação devem ser suportados pela melhor tecnologia disponível, em termos de conteúdos e formatos de análise de funções, escalas de avaliação comportamental e de formação dos avaliadores. Isto reflecte a ideia de que a me-

táfora do due-process não contesta a importância da validade e fiabilidade dos instrumentos de avaliação, que caracterizam a metáfora do teste, até porque, como afirmam os autores “um sistema de avaliação impreciso não poderia existir, sem que a sua iniquidade fosse questionada” (Folger, Konovsky & Cropanzano., 1992, p.171). No entanto, observam que a tecnologia nunca alcançará a precisão total, e mesmo se a precisão e os critérios de avaliação alcançassem a perfeição, não impedia que os colaboradores, em face de processos de decisão, se sentissem tratados de forma injusta, e que essa percepção de injustiça poderia originar sérios problemas para a organização, especialmente se o poder, tal qual é apresentado pela metáfora política, representar o único mecanismo disponível de resolução das divergências.

O impacto dos princípios do due-process nas percepções de justiça, atitudes e reacções comportamentais de colaboradores e chefias, em relação à avaliação de desempenho, foi testado nos estudos de Taylor, et. al. (1995, 1998). Em termos gerais, os resultados obtidos indicaram um impacto positivo sobre as reacções de colaboradores e chefias. Apesar dos colaboradores terem obtido cotações mais baixas, avaliaram mais favoravelmente as suas chefias/avaliadores. Por sua vez, as chefias revelaram maior satisfação para com o processo de avaliação, apesar de lhes ter exigido mais esforço e disponibilidade de tempo, maior capacidade para resolver problemas de trabalho e menor distorção das cotações atribuídas, nomeadamente a diminuição das cotações inflacionadas.

“O estudo viabilizou a metáfora do due-process, como um mecanismo que permite aumentar a contribuição dos processos de avaliação para eficácia das organizações. “Em vez de elusivo, o objectivo de projectar um sistema de avaliação eficaz pode, de facto, ser realista (Taylor et. al., 1995, p.521).

3. CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÃO

A analogia entre o julgamento em tribunal e a avaliação de desempenho e a consideração de que a forma mais adequada de abordar as avaliações de desempenho é vê-las como disputas, não será, por certo, a visão mais agradável acerca do processo. No entanto, esta realidade não deve negada, só porque as implicações podem parecer, à partida, desagradáveis.

A metáfora do due process eleva o objectivo de justiça ao mesmo nível do da exactidão da avaliação de desempenho, abordando os direitos dos trabalhadores face ao poder das chefias, trazendo para a frente do palco a temática da gestão de conflitos. (Folger, Konovsky & Cropanzano, 1992, p. 166)

Parece-nos que, em contexto de avaliação de desempenho, o surgimento de divergências não só será inevitável, como será até desejável, atendendo a princípios contemplados na metáfora do due-process, como é o caso da possibilidade de expressão (voz), participação ou de recurso de uma decisão. A divergência provoca o diálogo e a troca de pontos de vista, permitindo desenvolver a individualidade de cada um, de forma a sentir-se satisfeito e capaz, já que oferece uma oportunidade para cada um exprimir as suas necessidades, opiniões e posições. Do mesmo modo, poderá proporcionar uma efectiva cooperação, visando o alcance de soluções satisfatórias, e correspondendo positivamente às necessidades organizacionais, defendidas por Schein (1993), de estimulação da capacidade

de questionamento e desafio do *status quo*, de forma a evitar o estancamento organizacional, melhorar a performance, estimulando a criatividade e a mudança.

Para isso, o desenvolvimento e o “bom uso” das competências interpessoais dos intervenientes, nomeadamente ao nível da comunicação, assertividade e negociação, deverão ser devidamente enquadrados em processos de avaliação de desempenho, que permitam um efectivo “clima para participar e discordar”, que contribua para a promoção das percepções de justiça e a confiança das partes. De forma contrária, a divergência, o conflito, que se caracteriza pela não cooperação, desconfiança, hostilidade e que parece impedir esforços para alcançar soluções satisfatórias, anula, assim, as potenciais consequências positivas, que muitos atribuem ao conflito moderado (Pinto-Moreira, 2011). O conflito, independentemente do seu resultado final, acarreta custos emocionais, que permanecem e podem durar muito tempo, mesmo após a sua resolução “oficial” (Levine, 1998).

O próprio termo “conflito” não ajuda, já que não tem sido apresentado com um único e claro sentido. Muita da confusão parece ser criada por estudiosos e autores de diferentes áreas do saber que, “ao mínimo sinal de discordância, dispõem o termo conflito em todas as direcções...Neste sentido, parece ser importante estabelecer a distinção entre o que é um problema ou divergência e o que é um conflito. Não se trata apenas de semântica, “a diferença faz toda a diferença” (Pinto-Moreira, 2011, p.39)

O “investimento” na justiça organizacional, será um dos melhores contributos para a diminuição da potencial “passagem” da divergência/problema para o conflito. Por outro lado, parece-nos que, na “vida real” de muitas organizações, a temática da justiça estará mais presente nos discursos, manifestações de intenção e, até mesmo, nos manuais de procedimentos, do que em efectivas práticas de gestão, persistindo a ideia de uma hipotética incompatibilidade entre justiça e competitividade. Em consequência, muitas das vezes, as práticas utilizadas para “competir”, atropelam de tal forma os mais elementares princípios de ética, que acabam por produzir efeitos contrários.

A experiência sugere-me que a justiça organizacional não é sexy! Presume-se, frequentemente, que a “virilidade” dos negócios não se compagina com “molezas”. Todavia, o tabu não é o modo sensato de gerir. A justiça organizacional, pelo menos a médio/longo prazo, gera maior empenhamento no trabalho e mais elevados desempenhos. Ao contrário, sentimentos de injustiça geram cinismo, retaliações, rupturas na lealdade e na cooperação e quebras no desempenho...pode afirmar-se que a justiça distributiva “apenas” induz os colaboradores a fazerem o que deles se espera. Se as organizações desejam construir desempenhos acima do esperado, então cabe-lhes fomentar também a justiça procedimental e a interaccional (Rego, 2006, p.1).

A exemplo de muitas outras áreas do saber, não deverá constituir surpresa o afastamento entre a investigação académica e as práticas organizacionais na área da avaliação de desempenho. No entanto, devem ser investigadas mais razões para o facto, até porque o mesmo não se verifica noutras áreas da gestão de recursos humanos, como é o caso do recrutamento e selecção e da compensação (DeNisi & Pritchard, 2006).

A metáfora do *due-process* posiciona a dignidade humana como a preocupação central da avaliação de desempenho nas organizações. Alinhada com a dimensão de justiça procedimental, enfatiza a confiança como o construto, talvez, com maior impacto na eficácia de um sistema de avaliação (Farr & Jacobs (2006). Existem evidências empíricas que relacionam a confiança organizacional e o comportamento dos colaboradores na organização.

A confiança remete para expectativa favorável ou positiva, tendo um papel preponderante na formação das percepções de justiça. Diversos estudos demonstram que a confiança gera importantes benefícios para as organizações e para os seus membros, representando, mesmo, o elemento-chave de um efetivo contrato psicológico entre o colaborador e a organização. Aumentam a satisfação e o envolvimento profissional, melhorando a qualidade das relações interpessoais e a predisposição dos colaboradores para adotarem comportamentos altruístas e cooperativos. De que se destaca o papel de suporte da mudança e do desenvolvimento organizacional (Rousseau et. al. 1998; Mayer & Davis, 1999; Zeffane & Connell, 2003). Ao representar um papel crítico, como mediador de justiça, a confiança OuvirLer foneticamente DiVer dicionário detalhadofunciona como moderadora entre o feedback prestado e o subsequente desempenho. Não só conduz as percepções de justiça, mas também os comportamentos, positivos ou negativos, em relação ao processo de avaliação, são influenciados pelo nível de confiança (Mayer & Davis, 1999). Constatase que níveis elevados de confiança estão associados a níveis elevados de percepção de justiça e exactidão para com a avaliação de desempenho, maior aceitação de objectivos e de decisões, níveis elevados de percepção de exactidão da informação prestada por outros e maior quantidade e exactidão de informação prestada às chefias, assim como a níveis baixos de conflito (Dirks & Ferrin (2001).

CONCLUSÃO

A metáfora do *due-process*, não sendo uma panaceia para todos os problemas organizacionais da avaliação de desempenho, tem o mérito de definir e regular um conjunto de princípios e orientações, fundamentais para o aumento do nível de percepção de justiça e, conseqüente, eficácia dos processos. No entanto, as implicações de uma ampla aplicação dos princípios da metáfora do *due process* são mais vastas do que, inicialmente, possam parecer. Isto, porque a sua efectiva implementação estará mais dependente de uma cultura organizacional, fundada em valores de justiça, mérito e sensibilidade social, que estimule e valorize o envolvimento e participação das pessoas nos processos organizacionais, do que de, bem intencionadas intervenções “mais ou menos” isoladas, de concepção ou ajustamento do processo de avaliação de desempenho.

É nossa convicção, que a relevância e actualidade da metáfora do *due process*, reside na necessidade de adoptar os seus princípios como “alicerces procedimentais”, que suportem e orientem as práticas de avaliação de desempenho. Sem os quais, dificilmente se poderá promover a adesão e confiança de todos os intervenientes, bem como, (re)orientar muitas das mais recentes e sofisticadas metodologias e instrumentos de avaliação, para a gestão do activo organizacional mais importante – as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aquino, K., Tripp, T.M. & Bies, R.J. (2006). Reports an error in getting even or moving on? power, procedural justice, and types of offense as predictors of revenge, forgiveness, reconciliation, and avoidance in organizations. In: Journal of Applied Psychology, Vol. 91, no.3, pp. 653-668.
- Armstrong M. & Baron, A. (2005) Managing performance: performance management in action. London, CIPD - Chartered Institute of Personnel and Development.
- Bailey, C. & Fletcher, C. (2002). The impact of multiple source feedback on management development: findings from a longitudinal study. In: Journal of Organizational Behavior, Vol. 23, no.7, pp. 853-867.
- Bowles, M. L. & Coates, G. (1993). Image and substance: the management of performance as rhetoric or reality? In: Personnel Review, Vol. 22, no.2, pp. 3-21.
- Cawley, B. D., Keeping, L. M., & Levy, P. E. (1998). Participation in the performance appraisal process and employee reactions: a meta-analytic review of field investigations. In: Journal of Applied Psychology, Vol.83, no. 4, pp. 615-633.
- Chen, T., Wu, P. & Lung, K. (2011). Individual performance appraisal and appraisee reactions to work groups: the mediating role of goal interdependence and the moderating role of procedural justice. In: Personnel Review, Vol. 40, no. 1, pp. 87-105.
- Colquitt, J. A., Noe, R. A., & Jackson, C. L. (2002). Justice in teams: antecedents and consequences of procedural justice climate. In: Personnel Psychology, Vol. 55, nº 1, pp. 83-109.
- Cropanzano, R., & Greenberg, J. (1997). Progress in organizational justice: tunnelling through the maze. In: C. L. Cooper e I. T. Robertson (Eds.), International Review of Industrial and Organizational Psychology. New York, John Wiley & Sons, pp 317-372.
- Cropanzano, R., Prehar, C. A., & Chen, P. Y. (2002). Using social exchange theory to distinguish procedural from interactional justice. In: Group & Organization Management, Vol. 27, no. 3, pp. 324-351.
- Cropanzano, R., & Wright, T. A. (2003). Procedural justice and organizational staffing: a tale of two paradigms. In: Human Resource Management Review, Vol. 13, no. 1, pp. 7-39.
- Delery, J. E. & Doty, D. H. (1996). Modes of theorizing in strategic human resource management: testes of universalistic, contingency, and configurational performance predictions. In: Academy of Management Journal, Vol. 39, no. 4, pp. 802-835.
- DeNisi, A. S. & Pritchard, R. D. (2006). Performance appraisal, performance management and improving individual performance: a motivational framework. In: Management and Organization Review, Vol. 2, no. 2, pp. 257-277.
- Dirks, K. T. & Ferrin, D. L. (2001). The role of trust in organizational settings. In: Organization Science, Vol. 12, no. 4, pp. 450-467.
- Dulebohn, J. H. & Ferris, G. R. (1999). The role of influence tactics in perceptions of performance evaluations' fairness. In: Academy of Management Journal, Vol. 42, no. 2, pp. 228-244.
- Erdogan, B., Kraimer, P. L., & Linden, R. C. (2001). Procedural justice as a two-dimensional construct: an examination in the performance appraisal context. In: The Journal of Applied Behavioural Science, Vol. 37, no. 2, pp. 205-222.
- Farr, J. L. & Jacobs, R. (2006). Trust us: new perspectives on performance appraisal. In: Benett, Jr W., Lance,

- C. E. e Woehr, D. J. (Eds.). Performance measurements. Current perspectives and future challenges. Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 321-337.
- Fletcher, C. (2001). Performance appraisal and management: the developing research agenda. In: *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, Vol. 74, no. 4, pp. 473-487.
 - Folger, R. (1977). Distributive and procedural justice: Combined impact of "voice" and improvement on experienced inequity. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 35, no. 1, pp. 108-119.
 - Folger, R., & Cropanzano, R. (1998). *Organizational Justice and Human Resource Management*. Thousand Oaks, Sage.
 - Folger, R., Konovsky, M.A. & Cropanzano, R. (1992). a due process metaphor for performance appraisal. In: *Research in Organizational Behavior*, Vol. 14, pp.129-177.
 - Fulk, J., Brief, A. P. & Barr, S .H. (1985). Trust-in-supervisor and perceived fairness and accuracy of performance evaluations. In: *Journal of Business Research*, Vol.13, no. 4, pp. 301-313.
 - Giles, W. F., Findley, H. M. & Field, H. S. (1997). Procedural fairness in performance appraisal: beyond the review session. In: *Journal of Business and Psychology*, Vol. 11, no. 4, pp. 493-506.
 - Greenberg, J. (1986). Determinants of perceived fairness of performance evaluations. In: *Journal of Applied Psychology*, Vol.71, no.2, pp. 340-342.
 - Greenberg, J. (1990). Organizational justice: Yesterday, today, and tomorrow. In: *Journal of Management*, Vol.16, no. 2, pp. 399-432.
 - Greenberg, J. (2004). Stress fairness to fare no stress: managing workplace stress by promoting organizational justice. In: *Organizational Dynamics*, Vol. 33, no. 4, pp. 352-365.
 - Hagedoorn, M., Buunk, B., & Van de Vliert, E. (1998). Opening the black box between justice and reactions to unfavorable outcomes in the workplace. In: *Social Justice Research*, Vol. 11, no.1, pp. 41-57.
 - Hennessey, H. W., & Bernardin, H. J. (2003). The relationship between performance appraisal criterion specificity and statistical evidence of discrimination. In: *Human Resource Management*, Vol. 42, no.2, pp.143-158.
 - Holbrook, R. L. (1999). Managing reactions to performance appraisal: the influence of multiple justice mechanisms. In: *Social Justice Research*, Vol.12, no. 3, pp. 205-221.
 - Huselid, M. A. (1995). The impact of human resource management practices on turnover, productivity, and corporate financial performance. In: *Academy of Management Journal*, Vol. 38, no. 3, pp. 635-672.
 - Inderrieden, E. J., Keaveny, T. J., & Allen, R. E. (1988). Predictors of employee satisfaction with the performance appraisal process. In: *Journal of Business and Psychology*, Vol. 2, no. 4, pp. 306-310.
 - Korsgaard, M. A., & Roberson, L. (1995). Procedural justice in performance evaluations: the role of instrumental and non-instrumental voice in performance appraisal discussions. In: *Journal of Management*, Vol. 21, no. 4, pp. 657- 669.
 - Kuvaas, B. (2006). Performance appraisal satisfaction and employee outcomes: mediating and moderating roles of work motivation. In: *The International Journal of Human Resource Management*, 17, no. 3, pp. 504 - 522.
 - Landy, F. J., Barnes, J. L., & Murphy, K. R. (1978). Correlates of perceived fairness and accuracy of performance evaluation. In: *Journal of Applied Psychology*, Vol. 63, no. 6, pp.751-754.
 - Levine, S. (1998). *Getting to resolution: Turning conflict in to collaboration*. San Francisco, Berrett-Koehler Publishers.
 - Levy, P. E., & Williams, J. R. (1998). The role of perceived system knowledge in predicting appraisal reactions, job satisfaction, and organizational commitment. In: *Journal of Organizational Behavior*, 19, no. 1, pp. 53- 65.
 - Levy, P. E. & Williams, J. R. (2004). The social context of performance appraisal: a review and framework to the future. In: *Journal of Management*, Vol. 30, no.6, pp. 881-905.
 - Lind, E.A., Kanfer, R. & Early, P.C. (1990). Voice, control, and procedural justice: instrumental and noninstrumental concerns in fairness judgements. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 59, no.5, pp. 952-959.
 - Masterson, S. S., Lewis, K., Goldman, B. M., & Taylor, M. S. (2000). Integrating justice and social exchange: the differing effects of fair procedures and treatment on work relationships. In: *Academy of Management Journal*, Vol. 43, no. 4, pp.738-748.
 - Mayer, R.C. & Davis, J.H. (1999). The effect of the performance appraisal system on trust for management: a field quasi-experiment. In: *Journal of Applied Psychology*, Vol. 84, no.1, pp. 123-136.
 - Mossholder, K. W., Bennett, N., & Martin, C. L. (1998). A multilevel analysis of procedural justice context. In: *Journal of Organizational Behavior*, Vol. 19, no. 2, pp. 131-141.
 - Nickols, F. (2007). Performance appraisal: weighed and found wanting in the balance. In: *The Journal for Quality and Participation*, Vol. 30, no.1, pp. 13-16.
 - Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*. Marshfield, MA, Pitman Publishing.
 - Pinto-Moreira, P. (2011). A funcionalidade dos problemas e a disfuncionalidade dos conflitos interpessoais nas organizações. In: *Recursos Humanos Magazine*, Vol. 72, Jan./Fev., pp. 36-40.
 - Pulakos, E. D. (2004). *A Roadmap for developing, implementing, and evaluating performance management systems*. Alexandria, VA, SHRM Foundation.
 - Rego, A. (2002). *Comportamentos de Cidadania nas Organizações*. Lisboa, McGraw-Hill.
 - Rego, A. (2006). A Justiça organizacional é "sexy"? [Em linha]. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=646035&page=1. Consultado em [11.03.2011].
 - Rousseau, M.T., Stikin, S.B., Burt, S.B. & Carmerer, C. (1998). Not so different after all: across-discipline view of trust. In: *Academy of Management Review*, Vol. 23, no. 3, pp.393-404.
 - Rubin, C.V. (2009). The role of procedural justice in public personnel management: empirical results from the department of defense. In: *Journal of Public Administration Research and Theory*, 19, no. 1, pp. 125-143.
 - Schein, E. H. (1993). How can organizations learn faster? the challenge of entering the green room. In: *Sloan Management Review*, Vol. 35, no. 2, pp. 85- 92.
 - SHL - People Solutions (2005). *As Práticas de avaliação do desempenho. Relatório do inquérito realizado em Portugal – 2005*.
 - Skarlicki, D. P., & Folger, R. (1997). Retaliation in the workplace: the roles of distributive, procedural and interactional justice. In: *Journal of Applied Psychology*, Vol. 82, no. 3, pp. 434-443.

- Tang, T. L., & Sarshfield-Baldwin, L. J. (1996). Distributive and procedural justice as related to satisfaction and commitment. In: *SAM Advanced Management Journal*, Vol. 61, no.1, pp.25-31.
- Taylor, M. S., Masterson, S. S. Renard, M. K., & Tracy, K. B. (1998). Managers reactions to procedurally just performance management systems. In: *Academy of Management Journal*, Vol. 41, no. 5, pp. 568-579.
- Taylor, M. S., Tracy, K. B., Renard, M. K., Harrison, J. K., & Carroll, S. J. (1995). due process in performance appraisal: a quasi-experiment in procedural justice. In: *Administrative Science Quarterly*, Vol. 40, no. 3, pp.495-523.
- Tekleab A. G, Takeuchi, R. & Taylor, M.S. (2005) Extending the chain of relations relationships among organizational justice, social exchange, and employee reactions: the role of contract violations. In: *Academy of Management Journal*, Vol. 48, no.1, 146–157.
- Thibaut, J., e Walker, L. (1975). *Procedural justice: A psychological analysis*. Hillsdale, NJ, Erlbaum.
- Tyler, T. R. (1994). Psychological models of the justice motive: antecedents of the distributive and procedural justice. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol.67, no.5, pp. 850-863.
- Whiting, S. W., Podsakoff, P. M. & Pierce, J. R. (2008). Effects of task performance, helping, voice, and organizational loyalty on performance appraisal ratings. In: *Journal of Applied Psychology*, Vol. 93, no.1, pp. 125-139.
- Van den Bos, K. (1999). What are we talking about when we talk about no-voice procedures? on the psychology of the fair outcome effect. In: *Journal of Experimental Social Psychology*, Vol. 35, no. 6, pp. 560-577.
- Van den Bos, K., Wilk, H. M. & Lind, E. A. When do we need procedural fairness? the role of trust in authority. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 75, no. 6, pp. 1449-1458.
- Zeffane, Z. & Connell, J. (2003). Trust and HRM in the new millennium. In: *International Journal of Human Resource Management*, Vol. 14, no. 1, pp. 3-11.

A GRH COMO INTERMEDIÁRIA NO CONTRATO PSICOLÓGICO: INDICADORES PARA A PAZ NAS ORGANIZAÇÕES

RICARDO BESSA MOREIRA

ASSISTENTE CONVIDADO DA ESCOLA DE ECONOMIA E GESTÃO . UM
RICARDO.M.B.MOREIRA@CLIX.PT

PEDRO CUNHA

PROFESSOR ASSOCIADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PCUNHA@UFP.EDU.PT

RESUMO

Esta investigação assenta na análise e extrapolação de algumas visões presentes em 20 entrevistas realizadas a directores de departamento(s) e unidade(s) que não o de GRH, de empresas de grande dimensão do Norte do País - que integra um estudo muito mais abrangente sobre a hipotética actividade '(inter)mediadora' do departamento que gere as pessoas no Contrato Psicológico. Sobressaem os indicadores do comprometimento do Departamento de GRH com alguns pressupostos éticos e de justiça, que podem conduzir a uma maior salvaguarda de imperativos de paz nas organizações.

Palavras-Chave: GRH; Contrato Psicológico;
Poder Negocial; Intermediação.

ABSTRACT

This research relies on the analysis and extrapolation of some of the views found in the 20 interviews conducted with directors of departments and units – other than HRM ones – of large companies from the Northern region of the country. These interviews are part of far broader study concerning the hypothetical 'inter-mediation' role played by the department responsible for managing people based on the Psychological contract. The HRM department's indicators of commitment with a number of assumptions related with ethics and justice stand out, which may lead to stronger concerns with peace imperatives in the respective organizations.

Key-Words: HRM; Psychological Contract;
Power of Negotiation; Mediation.

INTRODUÇÃO

As interacções entre os colaboradores e a organização, modeladas, informalmente, nos direitos e deveres mútuos (por exemplo: formação e desenvolvimento, equidade, apoio, reconhecimento, ambiente de trabalho, compensação segurança no emprego, e acompanhamento de Carreira, por parte dos empregadores, ou competência, cumprimento dos horários de trabalho, honestidade, lealdade, propriedade, e flexibilidade, por parte dos colaboradores, entre outras possibilidades de ambas as partes) têm sido alvo de crescentes investigações organizacionais, apesar da complexidade de delimitação científica da temática (Cunha *et al*, 2006). Subsidiárias da 'Teoria do Contrato Psicológico' de Rousseau (1995), estas abordagens emergem como quadros de análises fundamentais das relações laborais. A deslocalização dos mercados, as fusões, os oligopólios e a persistência de mecanismos de produção pós-industriais, - variáveis que acompanham um critério de banalização na redução de efectivos, reestruturações, e *downsizings* que se sucedem, não tanto por fundamentos estratégicos mas por força de pressões provenientes de uma maior competitividade do mercado - têm desencadeado um aumento de percepções de insegurança nos trabalhadores, o que pode propiciar uma menor lealdade organizacional e alguma diminuição da confiança nas promessas da organização.

Partindo do entendimento convergente dos objectivos pessoais e organizacionais, o departamento de GRH tem como uma das funções fundamentais poder actuar, estrategicamente como um facilitador. Geralmente, este departamento, nem sempre realiza uma política concertada dos recursos humanos, porque, em algumas situações, os fluxos hierárquicos não o viabilizam. É, de certa maneira, benéfico para a organização perceber não só o enquadramento legal, mas também, de forma parcial, os interesses e aspirações dos seus colaboradores, para que se possa decidir sem colidir integralmente com a(s) necessidade(s) dos mesmos. Não se pode interpretar essa "regulamentação" num plano estritamente normativo. A vertente comportamental desse complexo exponencia a sua natureza. As "leis", escritas ou não escritas, que incentivam e protegem a igualdade de oportunidades incorporam essa orientação. A finalidade da "lei" extravasa o Direito, em sentido restrito, e assume contornos mais informais.

Nas organizações subsistem duas posições nucleares no que diz respeito às relações entre empregadores e colaboradores, e aos discursos que as integram: os directores destacam a autoridade e a importância do estilo de liderança. Por seu turno, os trabalhadores aludem às relações complexas com a chefia hierárquica e a uma participação condicionada de sua parte nas decisões tomadas. A dinâmica desencadeada nas participações negociais é uma das vertentes mais visíveis do Depar-

tamento de Gestão de Recursos Humanos que, pela posição de 'intermediário', está sujeito a múltiplos constrangimentos. O objectivo primário da decisão é supostamente convergente com determinados interesses dos colaboradores que constituem uma 'colectividade política', no entanto, a sua concretização não corresponde, em múltiplos momentos, a essa lógica de complementaridade. A GRH é uma função dispersa pelos diferentes níveis de chefia e a responsabilidade do seu departamento, enquanto órgão de suporte, prende-se com a definição de sistemas transversais como a Análise e Descrição de Funções ou a Gestão da Formação.

Para determinados autores aparecem como factores mais influentes deste enquadramento conceptual: a percepção cognitiva pessoal, as preferências dos negociadores, as características situacionais e o poder. Se os dois primeiros indicadores parecem remeter-se para uma esfera pertencente ao domínio individual, - que engloba as cognições e as emoções e incide sobre os interesses, as expectativas e a percepção da combinação de ambos por parte do(s) oponente(s), com reflexos quase imediatos na análise das prerrogativas subjacentes e, consequentes, tomadas de posição - os dois últimos relacionam-se com disposições contextuais e com movimentações de estatutos e de forças, latentes ou manifestas, implicando a activação de meios no seu desdobramento.

O facto de poder dispor de instrumentos de controlo e de ligação com os representantes do Pessoal revela-se extremamente enriquecedor para o departamento de GRH, mas não se limita a uma perspectiva regulamentar. Os departamentos de GRH não podem negociar sob a égide exclusiva de leis internas. Cada organização deve tentar amenizar a sua vulnerabilidade, mas tal não a impede de intervir com flexibilidade, respeitando as contingências das negociações que enfrentam. O que acontece, habitualmente, é que muitas chefias não percebem, com a devida abrangência, as leis, burocráticas e sociais, que regem os assuntos do departamento de GRH. Não obstante, os subsistemas de tratamento dos recursos humanos coexistem em estruturas decisórias inter-departamentais. Destaca-se o imperativo de se estabelecerem relações horizontais entre as diversas áreas da organização. Esta gestão, sendo partilhada e integrada, implica uma convergência funcional que influencia as diversas sensibilidades e poderes. Este tipo de interacções é, frequentemente, contingente. O envolvimento sistémico exposto conjectura a existência de relações negociais entre este departamento e os outros, num modelo de funcionamento inter-estrutural.

Parece assistir-se a uma consciência global da desadequação da ideia clássica do 'emprego para toda a vida' e a uma 'nova' apropriação da noção de Carreira, pelo que é determinante a intervenção 'pacificadora' da GRH na gestão dos eventuais conflitos daí decorrentes. Embora se possa conceber um modelo de 'flexibilidade' de procedimentos no Contrato Psicológico, não é de descurar a 'segmentação da força de trabalho' e a sua influência nas políticas de Responsabilidade Social levadas a cabo pela GRH (Freese & Schalk, 1996; Van Buren III, 2000).

1. O PAPEL DA GRH NO CONTRATO PSICOLÓGICO: (INTER)MEDIAÇÃO E PAZ NAS ORGANIZAÇÕES

Por definição, os trabalhadores e as organizações têm obrigações e compromissos mútuos, plasmados no Contrato Psicológico da organização, que definem as suas relações pessoais e profissionais. A não ser que os gestores construam 'novas fronteiras' torna-se complexo esperar dos colaboradores uma

interiorização de modificações que não encontrem anti-corpos nos diferentes *status quo* vigentes. Isto é, as formas de produção já não são tão estáveis como outrora e é determinante não só a intervenção na Formação como, igualmente, a adopção de uma comunicação mais flexível e abrangente por parte dos gestores e, sobretudo, dos gestores de recursos humanos.

Uma das formas de conciliar os interesses, salvaguardando as devidas implicações éticas, é através de uma maior participação, directa ou indirecta, dos actores organizacionais. O Departamento de GRH é, teoricamente, por excelência, um dos facilitadores deste tipo de actividade de gestão. Gerir as pessoas envolve a consideração de vários fluxos de comunicação e uma atenção especial ao domínio do simbólico (Clegg, Cunha & Cunha, 2002).

Tanto a perspectiva racional como a política assumem que os gestores actuam em conformidade com os interesses da organização. Ao invés de almejar unicamente a prossecução de consensos o modelo político não enjeita as dissonâncias e idiossincrasias. Ao ter consciência da sua existência, o gestor de recursos humanos poderá contribuir para uma visão estratégica de índole sistémica, onde tudo é afectado numa lógica global de interacção na qual a justiça organizacional, os conflitos de interesse percebidos e a proactividade dos agentes são elementos fundamentais.

Muitas investigações sobre esta problemática optam por uma posição que reflecte uma orientação funcional, mobilizando uma análise que focaliza as questões que convocam o papel do poder na disseminação da informação. Contudo, alguns teóricos organizacionais argumentam que o poder é, sobretudo, uma parte do processo pelo qual determinada organização, por via da comunicação, (re)constrói a sua realidade social. A função do departamento de GRH, no tocante à negociação, é dispersa na organização. O seu contributo passa, principalmente, por de ser um dos vectores responsáveis pela salvaguarda da política delineada. Actua mais como operacional e movimenta-se como um intermediário; numa acção de suporte, dependendo, em larga medida, da sua competência técnica e da sua aptidão para colocar em comunicação as diferentes componentes da empresa (Moreira, 2003; Moreira & Cunha, 2008; Moreira & Cunha 2010).

Neste estudo, a opção por uma amostra exploratória de conveniência recaiu em 4 empresas consideradas, na sua quase totalidade, de grande dimensão. Foram realizadas 20 entrevistas com o intento de se analisarem as perspectivas inter-departamentais sobre o poder e a política, tendo como base as diferentes expectativas, preocupações e percepções dos entrevistados; Directores de diferentes Departamentos/Unidades (o facto de serem, na sua maioria, pertencentes a organizações com mais de 5000 colaboradores facilita o desenho funcional e estratégico de Unidades de Negócio, dada a sua complexidade) posicionalmente situados no organograma no mesmo nível hierárquico de atribuições (Moreira & Cunha, 2010).

Com a intenção de se ultrapassarem certas dificuldades - intrínsecas a uma investigação com estas características - optou-se por abordar organizações com esta(s) envergadura(s) no panorama empresarial português, na medida em que a sua configuração estratégica resulta numa riqueza analítica relevante. Em termos de caracterização, pode referir-se que se tratam de 2 organizações do ramo da Indústria e outras tantas da Distribuição com sede no Norte de Portugal (3 do Distrito do Porto e 1 de Braga). Algumas organizações assumem, igualmente, uma vertente multinacional incorporando fábricas, escritórios e agentes espalhados pelos diversos lugares do mundo.

De facto, atendendo às dimensões comportamentais do objecto central da presente investigação (a aferição do papel intermediário da GRH na relação inter-departamental), o recurso a uma metodologia qualitativa - dado dirigir-se à compreensão e descrição dos fenómenos, numa perspectiva dinâmica, fenomenológica e com especial atenção aos significados e aos contextos - possibilita uma riqueza analítica considerável. Desse modo, optou-se pela aplicação da técnica da entrevista semi-estruturada a informantes privilegiados, atendendo a que a interacção com os interlocutores possa ser facilitadora de uma maior espontaneidade e revele atitudes e posturas que obedeçam a uma certa informalidade, não negligenciando a tendência dos sujeitos responderem de acordo com o que é socialmente esperado e aceite.

Para alguns dos entrevistados (informantes privilegiados), responsáveis de outros departamentos o departamento de GRH pode pautar-se como 'intermediário', como 'mensageiro', ou conjugar os dois papéis, assumindo um estatuto 'híbrido' no Contrato Psicológico. O esforço da 'intermediação' pode constituir-se como um importante eixo estratégico nas organizações catalisando, eventualmente, a participação do Departamento de GRH no processo de tomada de decisão (Freese & Schalk, 1996).

Segundo alguns dos entrevistados a(s) 'política(s)' da(s) empresa(s) no plano das intenções impende(m) para uma aproximação ao reduto da GRH. O Contrato Psicológico também oscila entre o envolvimento e a submissão. Talvez por no departamento se efectuarem muitas tarefas legais, o envolvimento e o auto-controlo se ressentam:

"Exemplos... Deixe-me ver... Normalmente se algum procedimento institucionalizado, alguma regra, alguém que tenha dúvidas dirige-se ao Departamento de Recursos Humanos para saber. Alguma outra regra pode provir da Área Financeira, mas até mesmo nesse caso, há algumas explicações que são dadas pelos Recursos Humanos" (E 5, p. 3).

"O seu papel também acaba, de alguma forma, por passar aquilo que são as regras e os valores da organização. (...) passar as regras e os valores da organização (a cultura da empresa) para o capital humano" (E 9, p. 1).

"Eu já falei um bocadinho sobre isso... dentro de uma empresa, com vários departamentos, é preciso alguém que diga: isto é assim; estas são as regras. Um departamento não pode ter umas regras e outro departamento regras diferentes. (...) E dentro do mesmo departamento, para a mesma função, também tem de haver regras (em termos de formação, de remuneração e regalias em geral)" (E 18, p. 4).

O arquétipo que se destaca ainda é muito 'pluralista' e 'colectivista' e isso condiciona a 'confiança organizacional' desta divisão. O departamento é, intrinsecamente e de raiz, muito dependente da Administração. Porém, não é despidendo o desígnio desenvolvimental que se tenta, pontualmente, operacionalizar (Clegg, Cunha & Cunha, 2002).

Emerge aqui uma nova faceta; a do 'diplomata':

"Quando gere ou lida (também em questões de conflitos) com os colaboradores se você não tem uma forma política de actuar... Tem de ser político na gestão das coisas... Repare vou-lhe dar um exemplo que se passou nesta divisão: um colaborador/cliente nosso foi acusado de desviar verbas: tem ou não tem de se ser político para gerir esta situação?

São muitas sensibilidades, desde o próprio colaborador, que desde o início nega tudo, até aos próprios interesses da organização. Ou você gere isto de uma forma muito hábil e diplomática de forma a ir de encontro aos interesses de todos ou então arranja para aqui uma 'salsada' e uma confusão" (E 12, p. 3).

"Quando digo que é político é porque é preciso informar, ter cuidado, é preciso validar, envolver e ser-se um pouco diplomata também. Obviamente que a Direcção de Recursos Humanos também tem que o ser" (E 18, p. 3).

Nesta investigação tentou-se também, de forma mais indirecta, abordar o clima organizacional - que é um dos instrumentos mais determinantes da GRH - identificando várias áreas críticas associadas a esta temática que, por sua vez, se poderão transformar em fontes de eventuais conflitos, que terão de ser dirimidos nas negociações em que a gestão das pessoas se vê implicada: destacam-se os altos níveis absentismo e os indicadores de baixa produtividade, entre outros problemas passíveis de serem considerados. Estudar a eficácia negocial desta dimensão pode contribuir para um 'diagnóstico' mais efectivo das condições que o Departamento de GRH possui para ter influência ao nível das relações laborais. Ao nível do Contrato Psicológico é vital aferir-se o grau de motivação dos colaboradores para se intervir na política de recursos humanos. A análise do clima organizacional centra-se na interacção da organização com o seu ambiente sócio-técnico e procura aferir um conjunto de situações que caracterizam o estado de satisfação ou insatisfação dos colaboradores. No entanto - apesar de este conceito ser muito importante para a circunscrição das características comportamentais fundamentais para o funcionamento das organizações - aqui essa intenção só se cumpre parcial e indirectamente, uma vez que o objectivo primordial é o da avaliação desta dimensão quanto à eficácia negocial do Departamento de GRH (Sims, 1994; Moreira & Cunha, 2007).

Aliás, estes predicados estão igualmente presentes no(s) discurso(s) de alguns entrevistados:

"No clima acho que o Departamento de Recursos Humanos tem um papel fundamental, claramente, porque, de alguma forma, pode aqui ter uma preponderância ao 'definir o clima', isto dito de uma maneira muito ligeira (risos). Portanto como lhe estava a dizer, tal envolve a forma como se cativa as pessoas e a visibilidade que organização tem para as pessoas, a preocupação com a motivação e satisfação dos colaboradores. (...) Em termos negociais o departamento, se calhar, não tem muito 'espaço de manobra'" (E 9, p. 4).

Pela posição que ocupa na estrutura organizacional o Departamento de Gestão de Recursos Humanos tem condições para ser um potencial 'intermediário' no(s) processo(s) de negociação que pode desenvolver. Como podemos constatar, na opinião de um dos directores de outros departamentos entrevistados no estudo:

"(...) Cada vez mais os outros departamentos também têm essa consciência sobre os Recursos Humanos. (...) Utilizo muito os Recursos Humanos para pôr os vários poderes mais equilibrados. Equilibrar mais influências. Penso que no que respeita à minha Direcção têm influenciado, indirectamente, a nossa estrutura dizendo por exemplo: se for por aí é possível ter-se bons resultados porque vai ao en-

contro das expectativas das pessoas (ex: há muitas trocas de impressões sobre afectação de pessoas a outras funções (...))” (E 5, p. 5).

Cabe ao departamento de recursos humanos a exploração da componente humana e dos comportamentos subjacentes, latentes ou expressos. É suposto que tenha um conhecimento aprofundado das pessoas que compõem as organizações – através da tomada de consciência dos seus anseios, interesses e finalidades – ouvindo as suas sugestões e reclamações directas ou em resposta a inquéritos e sondagens feitos internamente. Tal pode acontecer tanto quantitativamente (ex: análise da demografia da empresa) como qualitativamente (ex: análise de desempenho).

Para além de informar os seus superiores das carências das pessoas, o referido departamento tem que fazer chegar a estas as directrizes da administração e gestão. Estes caminhos, frequentemente divergentes, dificultam o desempenho departamental. Em muitas situações é necessário reforçar-se a sensibilização para se realizarem, com pouco prejuízo das partes, as decisões mais justas e eficazes. É positivo insistir para que sejam realizados, quando necessário, aspectos incómodos e constrangedores para as pessoas. Em oposição, é preciso proteger os trabalhadores de alguns excessos que lhes são adversos (Clegg, Cunha & Cunha, 2002).

As diferentes funções levadas a cabo pelas Direcções de GRH das organizações estudadas - para os directores dos outros departamentos - inserem-se numa lógica de orientação bipolar em relação aos resultados que se propõem atingir. Por um lado a actividade administrativa é inalienável, todavia, a preocupação com o bem-estar e com desenvolvimento das pessoas revela-se um dos objectivos primordiais da Administração que poderá percepcionar este departamento como um ‘intermediário’ privilegiado da concretização desses pressupostos, numa primeira instância, através das políticas de Recrutamento e Selecção e de Formação que, por vezes, desenvolve e monitoriza. Internamente há, igualmente, o incentivo a uma progressão na carreira dos funcionários. Segundo a opinião de alguns entrevistados:

“É muitas vezes complicado para a própria Administração conseguir chegar a todas as Direcções. No meu entender o próprio Departamento de Recursos Humanos pode ir um bocadinho nesse sentido; o de servir de intermediário entre a Administração e as restantes Direcções para saber quais os efeitos que determinadas medidas poderão ter nas nossas equipas (...)” (E 5, p. 1).

“Nós existimos com o objectivo de podermos desempenhar da melhor forma as funções nos nossos serviços (unidades de negócio). Temos uma visão estruturada para podermos responder às várias solicitações. Entroncando nos Recursos Humanos, como é lógico, é uma Divisão que é fundamental que seja a melhor possível... que promova a existência das pessoas certas para determinada função, no sentido de se tentar atingir os objectivos anuais. Portanto, é uma preocupação constante desta empresa ter, de facto, um quadro de pessoas ‘qualificado’. Por exemplo, ao nível da média etária desta unidade é muito baixa (na casa dos 30 anos) e quase todos os colaboradores têm formação superior (...)” (E 14, p. 1)

dos melhores profissionais e da valorização dos efectivos, procurando salvaguardar-se as suas necessidades e resolver alguns dos seus problemas.

A influência do departamento de GRH em vertente consideração, no Contrato Psicológico, é difusa na organização. O seu contributo passa, principalmente, por ser um dos responsáveis pela salvaguarda da política delineada. Actua mais como operacional do que como decisor, movimenta-se como um intermediário; numa segunda linha, dependendo, em larga medida, da sua competência técnica e da sua aptidão para colocar em comunicação as diferentes componentes da empresa. A interface impressa nas participações negociais com os sindicatos é uma das vertentes mais visíveis deste departamento.

A hierarquia é estruturante, mas a flexibilidade no seu processamento pode ser vital. Em algumas fases da existência organizacional é usual ocorrerem informações deficientes ou desacordos pessoais e inter-departamentais que ‘obrigam’ à intervenção da Gestão de Recursos Humanos em domínios tão multifacetados como a Formação, a Gestão de Conflitos ou a Negociação Salarial. Este departamento tem como incumbência assistir a Administração em áreas como as anteriores, mas também em reuniões com os supervisores ou na elaboração de regulamentos internos, intervindo na análise da informação ascendente e descendente (hoje em dia esta aparece, igualmente, em rede). As regras que sustentam as práticas de recursos humanos surgem como reacção a ‘desigualdades’ do passado portadoras de lacunas na contratação, na promoção ou formação de trabalhadores, entre outros exemplos. Essa legislação aporta limites às organizações, estabelecendo o que lhes é ‘permitido’ ou ‘interdito’.

Este quadro encontra explicação no facto da GRH também poder estar incorporada na gestão de topo, e de implicar uma maior propensão para os profissionais de GRH, com funções de direcção, serem mais eficazes quanto à flexibilidade de procedimentos não deixando estes de ter, paralelamente, uma certa orientação para os ‘resultados’, conforme mencionado no estudo qualitativo:

“(...) o que acontece é que, às vezes, há visões diferentes (...). O que é que quero dizer com isto: a eficácia da própria estratégia reflecte-se na forma como os resultados aparecem, ou não (...). Há sempre a dúvida se devemos avaliar só pelo resultado ou não...embora enquanto organização de direito privado, que tem como objectivo a obtenção de lucros, nós devamos dar primazia a esta questão da eficácia dos resultados finais...” (E 10, p. 2).

O objectivo último destas regras não é ‘obrigar’ as organizações a contratar pessoas que cumpram determinados parâmetros - ou ‘quotas’ - mas não desempenhem correctamente as suas tarefas. O ‘bom-senso’ acompanha, forçosamente, todos os intentos das organizações. Os negócios, pelas características que apresentam, nem sempre são passíveis de aplicarem, na plenitude, imperativos de ‘justiça’. Essa eventual incompatibilidade tem que ser tida em conta pelos departamentos nos processos negociais, mas, não é recomendável para as organizações que seja encarada numa lógica de passividade. Há momentos em que essa aparente insolubilidade pode ser contornada e revertida (Clegg, Cunha & Cunha, 2002).

Na ‘missão’ apontada a esta divisão é comum no discurso equacionarem-se como decisivas as questões da manutenção

CONCLUSÕES

O recurso a um guião de entrevista semi-estruturada (*GRH-PN*) possibilitou, através da resposta a questões abertas, uma maior abrangência analítica que traduzisse a complexidade da relação entre o poder da GRH e a sua intervenção no Contrato Psicológico. Constatou-se que a GRH é uma função disseminada pelos diferentes níveis de chefia e a responsabilidade do seu departamento focaliza-se na definição de sistemas transversais como o Desenvolvimento de Carreiras ou a Avaliação de Desempenho, nos quais este acaba por negociar. Alguns estudos empíricos - e o desta dissertação não foi excepção à regra - continuam a centrar-se em organizações abordadas transversalmente e, dessa forma, passíveis de serem 'isoladas' no que diz respeito à sua análise. Alguns entrevistados consubstanciaram esta reflexão invocando a temática da 'flexibilidade funcional', que se alicerça nas competência(s) e na(s) capacidade(s) de comprometimento dos colaboradores, o que implica necessidades de investimento em Formação e ao nível das relações de trabalho a longo-termo.

Uma gestão dos recursos humanos estratégica (GRHE) que identifique as competências emocionais, sociais e técnicas de cada colaborador - que contribui para a sua motivação e os afecta individualmente para uma posição estratégica propiciadora de maiores vantagens competitivas - possui características para interagir nas coligações que possam aparecer. A gestão de relações profissionais com base na estrutura organizacional é, de igual modo, uma gestão de capacidades que podem funcionar como fontes para o desenvolvimento de aspectos relacionados com a responsabilidade social: no domínio dos sistemas de comunicações; na capacidade de interpretação e modificação das normas ou regulamentos vigentes; nos critérios de decisão e nos planos que a constituem ou nos critérios de igualdade de oportunidades. Independentemente do sistema em que se insere a organização e da maior ou menor formalização dos procedimentos, os factores identitários que a integram são primordiais na gestão dos conflitos (Guest, 2001; Cabral-Cardoso, 2004; Cabral-Cardoso, 2006).

Do exposto, pela análise das entrevistas, depreendem-se referências, directa ou indirectamente, relacionadas com a estratégia organizacional. É relativamente pacífico considerar-se, actualmente, uma quantidade moderada de conflito como funcional, quando se escolhe o estilo de gestão de conflito mais adequado. O contrato Psicológico serve de enquadramento a estes desígnios. Por outras palavras, tal desiderato é exequível se as variáveis que afectam conflito e os resultados organizacionais forem geridos com flexibilidade. Caso contrário, se o conflito for tão excessivo que se torne incontroável, as consequências nefastas - como a diminuição da satisfação pela tarefa, o aumento do absentismo e do turnover, ou o abaixamento da produtividade - podem ser inevitáveis (Cunha & Serrano, 2000).

Nas organizações é relevante a dinâmica entre os objectivos - previamente definidos e delineados - e os resultados (in) tangíveis. Paralelamente, o decurso do processo depende, largamente, das relações de dependência. Para se promover um clima construtivo é necessário edificar-se um sentimento mútuo de alguma credibilidade e confiança entre as partes. Tal desiderato só pode verificar-se se se implementarem mecanismos que permitam que a situação, apesar de alicerçada em oposições, possa resolver-se eficazmente, evitando-se alguns custos colaterais indesejados para qualquer gestor. O Departamento de GRH pode revelar-se decisivo na prossecução destes intentos (Cunha & Serrano, 2000; Cunha, 2008).

Verificou-se que, numa acção negocial, o Departamento de Gestão de Recursos Humanos pode funcionar como um tipo de 'mediador' entre um ou mais departamentos e/ou unidades de negócio - não só no que concerne aos fluxos informacionais que faz confluir, devido à sua posição na hierarquia, mas também em algumas actividades que possam implicar várias interacções negociais, competitivas ou distributivas - e essa faceta reveste-se de algumas cambiantes. Pode-se intermediar acções entre objectos (questões, dossiês, projectos ou outros) ou entre entidades hierárquicas (direcções, chefias, supervisões e pares) que são independentes desta actuação.

Nesta investigação, a natureza decisória do Departamento de GRH no Contrato Psicológico, que subsume um meio em relação a um fim e pode implicar, de igual modo, que este departamento sirva de interligação entre um primeiro e um segundo agente, sendo a acção do primeiro produtora da do segundo. Este departamento possui, essencialmente, uma disposição relacional, o que pressupõe que a 'força' que a exerce - e que venha a intercalar-se entre os dados desta acção - seja, de certa forma, 'mediadora'. Pretendeu-se conjugar os dois núcleos: o Contrato Psicológico e as características do departamento de GRH como negociador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Cabral-Cardoso, Carlos. (2004). The Envolving Portuguese Model of HRM. In: The International Journal of Human Resource Management, vol. 15, nº 6, pp. 959-977.
- Cabral-Cardoso, Carlos. (2006). Portuguese Management Between Global Rethoric and Local Reality: The Case of HRM. In: Management Research, vol. 4, nº 3, pp. 193-204.
- Clegg, Stuart, Cunha, João & Cunha, Miguel P. (2002). Management Paradoxes: A Relational View. In: Human Relations, vol. 55, nº 5, pp. 483-503.
- Cunha, Miguel P. et al. (2006). Manual de Comportamento Organizacional e Gestão (5a ed.). Lisboa, Editora RH.
- Cunha, Pedro & Serrano, Gonzalo. (2000). Variables de Personalidad y Eficacia de los Negociadores. Actas do VII Congreso Nacional de Psicología Social, Oviedo.
- Cunha, Pedro. (2008). Conflito e Negociação (2ª Ed). Porto, Edições Asa.
- Freese, Charissa & Schalk, René. (1996). Implications of Differences in Psychological Contracts for Human Resource Management. In: European Journal of Work and Organizational Psychology, vol. 5, nº 4, pp. 501-509.
- Guest, David. (2001). Human Resource Management: When Research Confronts Theory. In: The International Journal of Human Resource Management, vol. 12, nº 7, pp. 1092-1106.
- Moreira, Ricardo. (2003). O Poder do Departamento de Recursos Humanos: Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos. Braga, Universidade do Minho.
- Moreira, Ricardo & Cunha, Pedro. (2007). Efeitos do Conflito nas Organizações: Ameaça ou Contributo para o Desenvolvimento Organizacional?. In: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, vol. 4, pp. 152-161.
- Moreira, Ricardo & Cunha, Pedro. (2008). Considerações sobre o(s) Fenómeno(s) de Poder na Negociação: A Perspectiva Organizacional. In: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, vol. 5, pp. 280-289.

- Moreira, Ricardo & Cunha, Pedro. (2010). A Influência do Departamento de GRH nos Processos de Negociação: Uma Análise Psicológica nas Organizações. Actas do VII SNIP – Simpósio Nacional de investigação em Psicologia, pp. 827-835, Braga.
- Rousseau, Denise. (1995). Psychological Contracts in Organizations: Understanding Written and Unwritten Agreements. London & New York, Sage.
- Sims, Ronald. (1994). Human Resource Management's Role in Clarifying the New Psychological Contract. In: Human Resource Management, vol. 33, nº 3; pp 373-383.
- Van Buren III, Harry. (2000). The Bindingness of Social and Psychological Contracts: Toward a Theory of Social Responsibility in Downsizing. In: Journal of Business Ethics, vol. 25, pp. 205-219.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ, A EFICÁCIA NEGOCIAL E A ASSERTIVIDADE: ESTUDO NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL

MANUELA BARROS

MESTRE EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS.
MEDIADORA IMOBILIÁRIA.
MANUELARSBARROS@GMAIL.COM

PEDRO CUNHA

PROFESSOR ASSOCIADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
PCUNHA@UFP.EDU.PT

RESUMO

A comunicação reporta uma análise teórica e consequente estudo empírico sobre a construção da paz entre gestores comerciais e os seus potenciais clientes, atendendo especificamente à relação entre eficácia em negociação e assertividade dos negociadores na área comercial.

Partindo da análise da relação entre organizações, conflitos e negociação, procura-se destacar a necessidade de existência de competências de negociação por parte dos gestores comerciais, dado que a negociação de potenciais conflitos na relação comercial surge também como um garante de paz nas organizações. Temos presente que a cultura de paz está intrinsecamente relacionada com a prevenção e resolução construtiva dos conflitos.

O objectivo principal da investigação baseou-se na concretização de um estudo correlacional sobre a eficácia negocial no âmbito comercial. Foram aplicados o CEN II (Questionário de Eficácia na Negociação) e a EHS (Escala de Habilidades Sociais) a 3 subgrupos de indivíduos detentores de diferentes tipos de experiência negocial (vendedores imobiliários, administrativos e o estudantes universitários). Os resultados apontam para importantes aspectos a ter em conta na relação entre a eficácia em negociação e a assertividade dos negociadores para a construção de acordos pacíficos dentro das organizações e com os clientes destas.

Palavras-Chave: Eficácia Negocial; Assertividade; Gestão Comercial; Construção de Paz nas Organizações.

1. ORGANIZAÇÕES, CONFLITO E NEGOCIAÇÃO

Os conflitos estão subjacentes à realidade organizacional, como parte do processo de identificação e de evolução organizacional. As organizações, enquanto sistemas sociais abertos, comportam conflitos internos e externos, consequência das relações que se estabelecem entre os membros que as compõem e das relações que a mesma mantém com o seu ambiente (económico, social, político, entre outros). A empresa é, por essência, um domínio fértil para a eclosão das mais diferentes disputas, uma vez que estamos perante um cenário que se desenrola, ele mesmo, quase sempre, num campo de tensões e numa esfera de relações de poder (Cunha & Silva, 2006).

O conflito constitui uma realidade incontornável na vida organizacional. Sendo incontornável, é necessário geri-lo de tal modo que as suas potenciais vantagens sejam aproveitadas e que os seus efeitos nefastos sejam mitigados ou anulados. Os gestores antagonizam-se sobre qual estratégia a seguir pela organização. Subordinados colidem entre si quanto à pertinência da adesão a uma greve, ou quanto ao modo de reagir a uma alteração das políticas organizacionais. Clientes e fornecedores divergem em matéria de preços e prazos de entrega (Cunha, Rego, Cunha & Cardoso, 2004).

Por conseguinte, negociar os conflitos surge como garante de paz nas organizações. A cultura de paz está intrinsecamente relacionada com a prevenção e resolução dos conflitos. So-

mente uma cultura baseada na tolerância, solidariedade e partilha do quotidiano, respeitando todos os direitos individuais – assente no pluralismo, poderá sustentar um ambiente organizacional propício à gestão e negociação dos conflitos.

A gestão construtiva de conflitos consistirá precisamente na escolha e implementação de estratégias mais adequadas, para se lidar com cada tipo de situação, implicando trabalhar com os grupos e tentar romper com alguns estereótipos vigentes na organização.

Nesta linha de pensamento, Baron (1997), De Dreu (1997), Van de Vliert (1997) e Cunha, Rego, Cunha e Cardoso (2004) advogam que, contrariamente à perspectiva tradicional que fazia a apologia da gestão inibidora do conflito, têm emergido argumentos válidos mencionando que a sua supressão e inibição podem concitar consequências negativas e que a eventual estimulação pode suscitar efeitos positivos.

2. A NEGOCIAÇÃO INTERPESSOAL E ORGANIZACIONAL

Numa época marcada pela crescente competição e por recursos cada vez mais escassos, os gestores de topo entendem ser fundamental encorajar o uso da negociação a todos os níveis da organização para aumentar a eficácia em geral. Como transmite Neale (1991), todos (dentro das empresas) precisam de ser mais eficazes na obtenção de recursos interna e externamente, pelo que a negociação é fundamental para que uma organização possa ser de sucesso neste tempo de competição impiedosa (Neale, cit. por Edson, 2000).

Apesar da sua complexidade, as negociações são um processo muito comum. A grande maioria das tarefas que se realizam em ambiente organizacional envolvem a troca de informação e/ou recursos entre departamentos ou divisões ou entre membros da empresa e representantes de outras organizações. Este tipo de “trocas” requer que os gestores que não tenham formalmente poder ou autoridade sobre os outros, negociem acordos que satisfaçam os interesses e necessidades de ambas as partes. A aptidão para fazer acordos é, pois, considerada, cada vez mais, uma competência crítica da gestão moderna (Felicio, Lopes, Salgueiro & Pareira, 2007).

Os decisores não se movem directamente dentro de factos objectivos, mas dentro de uma realidade cognitiva, uma interpretação da realidade, veiculando-se à realidade organizacional, mediante uma representação considerada como verdadeira. Os modelos mentais determinam que informações recebam atenção, tanto facilitam como limitam a atenção para codificar informações sobre mudanças no ambiente organizacional, ajudando os dirigentes a lidar com a abundância de informações disponíveis (Cunha & Rodrigues, 2002).

As negociações ocorrem em todo o “universo” organizacional, quer em termos de macro, quer em termos de micro ambiente. Podem envolver um processo formal (como a negociação de contratos comerciais) mas genericamente as negociações ocorrem sempre que indivíduos ou grupos tentam adquirir privilégios ou recursos organizacionais. É difícil pensar em qualquer iniciativa empresarial que não necessite de uma qualquer forma de negociação. No entanto, apesar do resultado de uma única negociação poder não ter um impacto decisivo na empresa, as inúmeras negociações em que tipicamente uma empresa intervém têm, em conjunto, um enorme impacto na implementação da sua estratégia e consequentemente no seu sucesso.

Ertel (2000) defende que é crucial para as empresas actuais, num ambiente cada vez mais competitivo, dinâmico, incerto e

globalizado, tratar a negociação como uma competência central da organização.

Bazerman e Neale (1993) concordam que as negociações organizacionais são não só mais frequentes que anteriormente, mas também que são cada vez mais complexas e cruciais devido à crescente ambiguidade e aceleração da mudança nos contextos empresariais, pelo que os executivos necessitam de dominar a “arte da negociação” para fazer face aos numerosos desafios que um mundo empresarial complexo e dinâmico lhes coloca.

Na gestão comercial, devido à ansiedade que norteia a profissão, podem surgir bastantes conflitos, consequentemente, construir a paz numa perspectiva intra-organizacional (entre os comerciais) e extra-organizacional (potenciais clientes ou habituais clientes) deverá ser o princípio orientador da estratégia organizacional a seguir.

Na linha de pensamento de Serrano (1996), a eficácia – entendida agora na visão concreta do negociador e da sua organização – passará pelo alcance dos seus objectivos e pela resolução eficaz do conflito. No entanto, e reforça novamente o autor em análise, entende-se que o conceito de eficácia não implica a total ausência de concessões, derrotar abertamente o opositor, negar o conflito ou manipular a negociação para os objectivos serem alcançados.

Segundo Mastenbroek (1987, 1989), a eficácia decorre da articulação de eixos como a obtenção de resultados substanciais (integrada na estratégia de solução de problemas em que o negociador se deverá situar no ponto próximo à tenacidade, sem se fechar às concessões); a influência do equilíbrio de poder (o poder e as relações de dependência das partes são cruciais a um reconhecimento de que ambas partes necessitam uma da outra); o desenvolvimento de um clima construtivo (o negociador pode optar por um posicionamento mais jovial ou hostil, apontando o modelo para que o procedimento eficaz se situe no ponto intermédio entre os dois); e o obter uma dinâmica flexível (isto é, na combinação da flexibilidade dos meios com a firmeza dos objectivos).

A obtenção de resultados substanciais constitui o grande objectivo da negociação, o que determina todas as restantes acções. Os negociadores tentam influenciar a distribuição entre os custos e os benefícios de uma forma que lhes seja favorável, de modo a minimizar os primeiros e a maximizar os segundos. Digamos que será estimável que o negociador, uma vez perante o contínuo concessão/dureza, se situe num ponto próximo à dureza e tenacidade, porém não se fechando às concessões (princípio da “firme- flexibilidade”).

Serrano e Rodríguez (1993) equacionam a eficácia negocial no sentido em que os negociadores a alcançam quando conseguem resolver satisfatoriamente o conflito e, em simultâneo, atingem os seus próprios interesses e os da sua organização. Os negociadores eficazes têm uma atitude positiva perante as situações conflituais, sendo capazes de encarar o conflito como normal e construtivo. As competências de que se servem aprendem-se, no sentido de favorecer a coragem e a auto confiança que, por sua vez são necessárias para desafiar os outros e estabelecer negociações positivas.

É neste âmbito que, os autores acima referenciados, defendem que a negociação não pode ser vista apenas e singelamente como um conjunto de acções orientadas para a resolução de conflitos, uma vez que o processo negocial é tão manipulável e influenciável como qualquer outro tipo de acção social. Os negociadores eficazes têm uma atitude positiva perante situações conflituais, sendo capazes de encorajar o conflito como normal e construtivo (Cunha & Silva, 2003).

3. A ASSERTIVIDADE

Entre múltiplas definições do conceito de assertividade, pode-se afirmar que a mesma pode ser entendida como a capacidade que um indivíduo tem de, num dado processo de interacção social, defender os seus sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de maneira directa, firme e honesta respeitando, simultaneamente, os sentimentos do outro sem experimentar demasiada ansiedade (Serrano & Rodríguez, 1993).

González (2000) descreve a conduta assertiva como um conjunto de respostas verbais ou não verbais, parcialmente independentes e situacionalmente específicas, através das quais um indivíduo expressa num contexto interpessoal as suas necessidades, sentimentos, preferências, opiniões e direitos, sem ansiedade excessiva e de forma não hostil, respeitando-se a si e aos próprios direitos, tendo como consequência a auto afirmação e maximizando a probabilidade de conseguir reforçar a sua afirmação e posição social.

A assertividade apresenta-se, assim, como uma competência social assente em características de traços de personalidade e em contextos situacionalmente específicos, pressupondo uma avaliação situacional, de forma a conduzir o comportamento assertivo directamente relacionado com a especificidade da situação.

Muitos são os autores que têm vindo a demonstrar preocupações no sentido de identificar o perfil de pessoas assertivas, dado que muitos são os postos de trabalho em que a assertividade parece ser relevante para o seu exercício eficaz. As organizações precisam cada vez mais de colaboradores com competências de relacionamento interpessoal que permitam a interacção e a coordenação entre colegas de trabalho. É, pois, essencial para se fazer face a aspectos como a crescente introdução do trabalho em equipa, as equipas de trabalho auto-geridas, as estratégias de tomada de decisão de forma participativa e a flexibilidade funcional (polivalência), as quais ampliam as responsabilidades dos colaboradores e os estimulam, aos mais diversos níveis, a desenvolverem novos comportamentos, nomeadamente o comportamento assertivo (Adánez & Marrón, 1996; Jehn, 2000; Lee, 1999; Tannenbaum, Salas & Cannon-Bowers, 1996).

No mesmo sentido, Brown (2003), Coghlan (1993), Carochinho (2002), Jehn, Northcraft e Neale (1999) e Thomas-Hunt, Ogden e Neale (2003) concordam que cada vez mais as organizações se debatem com determinadas incapacidades de adaptação dos seus colaboradores às distintas situações de trabalho, mais precisamente no que respeita ao trabalho em equipa, como consequência da ausência ou deficit de várias competências, envolvendo as de relacionamento interpessoal. Tal situação gera inúmeros problemas, tanto ao nível da produtividade como ao nível comportamental, dificultando também a adesão a novas regras, a procedimentos internos e a formas de trabalho.

4. ESTUDO EMPÍRICO

4.1. OBJECTIVOS E HIPÓTESES DO ESTUDO

O estudo inscreve-se, globalmente, na tentativa de dar a conhecer quais as competências de negociação que deverão prevalecer nos indivíduos que exercem funções comerciais. A relação entre a eficácia em negociação e a assertividade no domínio da gestão comercial constitui o seu eixo central. A investigação visa, essencialmente, analisar a relevância da eficácia negocial e a assertividade na amostra seleccionada, através da

aplicação de dois instrumentos de medida: o *CEN II* (Questionário de Eficácia na Negociação) e a *EHS* (Escala de Habilidades Sociais).

O objectivo geral é analisar aprofundadamente a relevância da eficácia negocial e a assertividade, especificamente em negociadores comerciais do Norte do país. Foram definidos os seguintes objectivos: em primeiro lugar, pretende-se analisar a relação entre a assertividade e a eficácia negocial enquanto competências estratégicas no domínio da gestão comercial e, em segundo lugar, verificar em que medida é que um conjunto amplo de variáveis sócio-demográficas (como o sexo, a idade, o estado civil, as habilitações literárias e a experiência negocial) está relacionado com a obtenção de eficácia negocial e com a assertividade nos sujeitos da amostra.

O grande objectivo da presente investigação baseou-se, em termos empíricos, na concretização de um estudo correlacional sobre a eficácia negocial, no qual se aplicou uma escala sobre o tema em análise a 3 grupos de sujeitos possuidores, à partida, de diferentes tipos de experiência negocial: grupo 1 (vendedores imobiliários), grupo 2 (administrativos) e o grupo 3 (estudantes universitários). Quanto à experiência negocial dos sujeitos, considerou-se apenas que 100 tinham experiência negocial.

Com base nos objectivos definidos, formularam-se as hipóteses sobre as quais, desde já, se destaca que, nomeadamente pelo facto de a *EHS* ter sido objecto de uma primeira tradução para a língua portuguesa com todas as limitações que tal acarreta, algumas possuem um cariz fundamentalmente exploratório.

As hipóteses têm em consideração as diferentes variáveis sócio-demográficas consideradas e as variáveis eficácia negocial (aferida, neste caso, através da pontuação total dos sujeitos no *CEN II*) e assertividade (mensurada através da pontuação total dos sujeitos na *EHS*). Nessa linha de raciocínio, em relação ao tema da eficácia negocial, colocaram-se as seguintes cinco hipóteses: 1) Os sujeitos do sexo masculino apresentam-se mais eficazes em negociação do que os do sexo feminino; 2) As pontuações obtidas no *CEN II* podem variar com a idade dos sujeitos; 3) As pontuações obtidas no *CEN II* podem variar de acordo com o estado civil dos sujeitos; 4) Quanto mais elevada o grau de habilitações literárias, mais elevadas são as pontuações no *CEN II*; 5) Quanto mais elevada for a experiência negocial, mais elevada será a conduta eficaz dos sujeitos em situações negociais.

Quanto à possível relação entre as variáveis sócio-demográficas seleccionadas e o tema da assertividade, formularam-se as seguintes hipóteses: 1) Os sujeitos do sexo masculino são mais assertivos do que os sujeitos do sexo feminino; 2) Os sujeitos com menor idade são mais assertivos do que os de mais idade; 3) As pontuações obtidas pelos sujeitos na *EHS* podem variar em função do estado civil; 4) Os sujeitos com menores habilitações literárias são menos assertivos do que os que têm um maior nível académico; 5) Quanto mais elevada for a experiência negocial, mais elevada será a assertividade dos sujeitos em situações negociais.

4.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Tendo por base os objectivos propostos, administrou-se o *CEN II* (Questionário de Eficácia em Negociação) relacionado com a eficácia negocial, e desenvolvido e adaptado ao contexto português por Cunha (1996, 2000) e, no que respeita à assertividade, aplicou-se a *EHS* (Escala de Habilidades Sociais), concebida por González (2000).

O CEN II (Questionário de Eficácia na Negociação) é composto por 42 itens, em que 9 deles se encontram redigidos em sentido inverso ao das premissas da eficácia negocial e aos outros 33 foram equacionados em sentido positivo relativamente às mesmas, podendo as pontuações dos sujeitos variar entre 42 (mínimo) e 210 (máximo), tendo por base conceptual o modelo de negociação proposto por Mastenbroek (1989). Foram ainda, consideradas as abordagens de outros autores, nomeadamente Bazerman & Neale (1993), Fisher, Ury & Patton (1993) e Pruitt & Carnevale (1993).

A escala utilizada foi a escala de Likert, na qual a cada item corresponde, como tipo de categoria de respostas, uma escala de atitude representada numericamente de 1 a 5, com as seguintes categorias de resposta: 1) Discordo fortemente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo fortemente. Cada item é um enunciado de uma atitude, perante a qual o sujeito tem de indicar o seu grau de concordância.

A EHS (Escala de Habilidades Sociais), na sua versão definitiva, é composta por 33 itens, 28 dos quais estão escritos no sentido da falta de assertividade em habilidades sociais e cinco deles em sentido positivo. Consta de 4 alternativas de resposta, desde “Não me identifico em absoluto; a maioria das vezes não me ocorre nem o faria” a “Muito de acordo e sentiria ou actuaria assim na maior parte das situações”. Na maior pontuação global, o sujeito expressa habilidades sociais e capacidade de asserção/afirmação em distintos contextos.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O total de efectivos do estudo é de 300 indivíduos, divididos da seguinte forma: 100 indivíduos cujas profissões desempenhadas possuíam conteúdos funcionais que assentavam essencialmente em tarefas de negociação comercial; 100 indivíduos que desempenham funções na área administrativa e 100 indivíduos que não tinham nenhuma experiência de âmbito negocial, todos estudantes de Licenciatura em Recursos Humanos (área de conhecimento cujo desenvolvimento profissional se dirige muito para âmbitos cujas competências profissionais incluem negociação).

De um modo geral, a amostra é constituída maioritariamente por sujeitos do sexo feminino (62.3%) e, no que respeita à idade, o grupo etário dos 18 aos 35 anos é o mais representativo (76.3%). Cerca de 58.3% dos inquiridos eram solteiros e 38.3% casados. Considerando ainda as habilitações literárias dos sujeitos, a amostra é composta por 202 sujeitos (67.33%) com habilitações ao nível secundário, sendo este grupo o mais representado. Relativamente à variável anos de experiência, verifica-se que 16.3% dos indivíduos têm entre 1 a 5 anos de experiência.

5. RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

5.1. QUALIDADES PSICOMÉTRICAS DOS INSTRUMENTOS

Relativamente às qualidades psicométricas dos instrumentos, procurou-se determinar a validade das escalas, o seu grau de fidelidade e o poder discriminatório dos itens que as compõem. Assim, de acordo com as análises estatísticas efectuadas, o CEN II (Questionário de Eficácia na Negociação) apresenta níveis de fiabilidade muito interessantes, ou seja, um coeficiente Alpha de .77 e um Spearman-Brown de .72, pelo que podemos concluir que a versão do instrumento em análise revela ser uma escala com boas qualidades psicométricas, apresentando um conjunto de itens com um grau de homogeneidade rela-

tivamente elevado (tal como em inúmeras investigações que têm utilizado a escala). A versão utilizada do CEN II revela ser uma escala com boas qualidades psicométricas, apresentando valores para o coeficiente de Alpha de Cronbach de .81, e para o coeficiente de correlação de Spearman-Brown de .74 (Silva, 2002). Por sua vez, a EHS demonstrou igualmente possuir boas qualidades psicométricas, apresentando um coeficiente Alpha de .79 e um coeficiente de Spearman-Brown de .78.

Uma análise factorial aplicada através do método das componentes principais revelou que 58.3% da variância dos itens era explicada pela extracção de 12 factores. Porém, para efeitos de interpretação da estrutura factorial do referido questionário, tivemos em consideração somente os 5 primeiros factores que explicam, no seu conjunto, 38.2% da variância total dos resultados.

TABELA 1. ESTRUTURA FACTORIAL DO CEN II (APÓS ROTAÇÃO VARIMAX)

Factores	F1	F2	F3	F4	F5	Comunidade
Nº de itens	TORS	EPHN	PEEP	BOC	FFF	
1	.68					.51
2	.38					.39
3	.15					.41
4	.12					.40
5	.3					.21
6	.25					.31
7	.34					.32
8	.38					.36
9	.21					.22
10	.16					.47
11	.22					.47
12	.19					.42
13	.14					.42
14	.27					.36
15	.37					.27
16	.18					.27
17	.8		.41			.38
18	.16		.52			.36
19	.17		.53			.40
20	.7		.51			.36
21	.10		.21			.48
22	.4		.36			.28
23	.31		.47			.41
24	.17		.47			.24
25	.3		.46			.29
26	.23		.48			.27
27	.41		.2			.41
28	.8		.36			.38
29	.13		.52			.38
30	.2		.5			.36
31	.18		.48			.42
32	.12		.48			.29
33	.49		.41			.32
34	.15		.46			.21
35	.42		.41			.31
36	.26		.36			.31
37	.18		.72			.38
38	.12		.44			.31
39	.42		.41			.38
40	.12		.48			.38
41			.41			.38
42			.41			.38
43			.41			.38
44			.41			.38
45			.41			.38
46			.41			.38
47			.41			.38
48			.41			.38
49			.41			.38
50			.41			.38
51			.41			.38
52			.41			.38
53			.41			.38
54			.41			.38
55			.41			.38
56			.41			.38
57			.41			.38
58			.41			.38
59			.41			.38
60			.41			.38
61			.41			.38
62			.41			.38
63			.41			.38
64			.41			.38
65			.41			.38
66			.41			.38
67			.41			.38
68			.41			.38
69			.41			.38
70			.41			.38
71			.41			.38
72			.41			.38
73			.41			.38
74			.41			.38
75			.41			.38
76			.41			.38
77			.41			.38
78			.41			.38
79			.41			.38
80			.41			.38
81			.41			.38
82			.41			.38
83			.41			.38
84			.41			.38
85			.41			.38
86			.41			.38
87			.41			.38
88			.41			.38
89			.41			.38
90			.41			.38
91			.41			.38
92			.41			.38
93			.41			.38
94			.41			.38
95			.41			.38
96			.41			.38
97			.41			.38
98			.41			.38
99			.41			.38
100			.41			.38
101			.41			.38
102			.41			.38
103			.41			.38
104			.41			.38
105			.41			.38
106			.41			.38
107			.41			.38
108			.41			.38
109			.41			.38
110			.41			.38
111			.41			.38
112			.41			.38
113			.41			.38
114			.41			.38
115			.41			.38
116			.41			.38
117			.41			.38
118			.41			.38
119			.41			.38
120			.41			.38
121			.41			.38
122			.41			.38
123			.41			.38
124			.41			.38
125			.41			.38
126			.41			.38
127			.41			.38
128			.41			.38
129			.41			.38
130			.41			.38
131			.41			.38
132			.41			.38
133			.41			.38
134			.41			.38
135			.41			.38
136			.41			.38
137			.41			.38
138			.41			.38
139			.41			.38
140			.41			.38
141			.41			.38
142			.41			.38
143			.41			.38
144			.41			.38
145			.41			.38
146			.41			.38
147			.41			.38
148			.41			.38
149			.41			.38
150			.41			.38
151			.41			.38
152			.41			.38
153			.41			.38
154			.41			.38
155			.41			.38
156			.41			.38
157			.41			.38
158			.41			.38
159			.41			.38
160			.41			.38
161			.41			.38
162			.41			.38
163			.41			.38
164			.41			.38
165			.41			.38
166			.41			.38
167			.41			.38
168			.41			.38
169			.41			.38
170			.41			.38
171			.41			.38
172			.41			.38
173			.41			.38
174			.41			.38
175			.41			.38
176			.41			.38
177			.41			.38
178			.41			.38
179			.41			.38
180			.41			.38
181			.41			.38
182			.41			.38
183			.41			.38
184			.41			.38
185			.41			.38
186			.41			.38
187			.41			.38
188			.41			.38
189			.41			.38
190			.41			.38
191			.41			.38
192			.41			.38
193			.41			.38
194			.41			.38
195			.41			.38
196			.41			.38
197			.41			.38
198			.41			.38
199			.41			.38
200			.41			.38
201			.41			.38
202			.41			.38
203			.41			.38
204			.41			.38
205			.41			.38
206			.41			.38
207			.41			.38
208			.41			.38
209			.41			.38
210			.41			.38
211			.41			.38
212			.41			.38
213			.41			.38
214			.41			.38
215			.41			.38
216			.41			.38
217			.41			.38
218			.41			.38
219			.41			.38
220			.41			.38
221			.41			.38
222			.41			.38
223			.41			.38
224			.41			.38
225			.41			.38
226			.41			.38
227			.41			.38
228			.41			.38
229			.41			.38
230			.41			.38
231			.41			.38
232			.41			.38
233			.41			.38
234			.41			.38
235			.41			.38
236			.41			.38
237			.41			.38
238			.41			.38
239			.41			.38
240			.41			.38
241			.41			.38
242			.41			.38
243			.41			.38
244			.41			.38
245			.41			.38
246			.41			.38
247			.41			.38
248			.41			.38
249			.41			.38
250			.41			.38
251			.41			.38
252			.41			.38
253			.41			.38
254			.41			.38
255			.41			.38
256			.41			.38
257			.41			.38

A TABELA TEM DE SER EDITÁVEL. (ENVIAR PF ESTE CONTEUDO, EM TABELA WORD)

Factores Nº dos Itens	F1 DNCE	F2 ECD	F3 AESS	F4 DPD	F5 FP	F6 HSD	Comunidade
6	.60						.46
24	.55						.45
14							.38
23	.21						.33
13		.63					.41
8							.43
21		.43					.50
22							.37
12		.46					.36
13							.43
20							.37
1							.40
2							.35
29			.54				.18
27			.49				.47
9			.45				.47
26			.38				.38
28			.37				.23
31				.57			.37
30				.54			.37
33				.49			.40
10				.42			.33
10				.39			.55
8					.71		.31
7					.63		.36
16					.59		.32
25					.47		.40
18					.29		.29
19						.70	.33
17						.53	.36
11						.48	.42
Valor Proprio	5.8	1.8	1.7	1.4	1.3	1.3	
%Validade	16.8%	5.0%	5.2%	4.4%	4.1%	3.9%	
%Comunidade Anunciada	16.8%	7.5%	7.8%	5.7%	5.6%	40.8%	

No que concerne à sensibilidade do *CEN II* (Questionário de Eficácia na Negociação) e da *EHS* (Escala de Habilidades Sociais), os dados obtidos permitem apontar para uma distribuição normal dos resultados, sendo tal verificável tanto no caso das escalas totais como no das subescalas.

5.2. ANÁLISES DIFERENCIAIS

No que respeita às análises diferenciais empreendidas, as quais relacionaram o conjunto de variáveis sócio-demográficas consideradas com as variáveis eficácia negocial e assertividade, várias elações parecem-nos possíveis de retirar dos resultados obtidos, assim como tecer um conjunto de reflexões importantes sobre a articulação das duas principais temáticas aprofundadas na presente investigação.

Assim, a favor das nossas hipóteses, podemos mencionar o facto dos resultados da análise das diferenças das médias dos homens e mulheres da amostra indicarem visivelmente diferenças significativas nas pontuações no *CEN II* (Questionário de Eficácia na Negociação) em relação ao sexo dos inquiridos ($F=5.565$, $P=.019$).

No que respeita à hipótese exploratória de que as pontuações obtidas no *CEN II* poderiam variar com a idade dos sujeitos, as análises de variância (Anova Oneway) realizadas comprovam que a variável idade pode encontrar-se na base de diferenças significativas no que concerne às pontuações do *CEN II* ($F=2.508$, $P=.042$). Assim, permite concluir que a hipótese que se havia formulado sobre esta variável sócio-demográfica se confirma.

Quanto à relação entre a assertividade e a idade, a análise da variância (Anova Oneway) comprova que a variável idade pode encontrar-se na base de diferenças significativas entre os sujeitos da presente amostra. Assim, conclui-se que a hipótese que se havia colocado sobre a relação entre esta variável sócio-demográfica e a assertividade se confirma ($F=2.724$, $P=.030$), já que se constata que os sujeitos com menor idade apresentam médias mais elevadas do que os que têm mais idade, mais especificamente a faixa etária entre os 18 e os 25 anos, seguida da faixa etária dos 26 aos 35 anos.

CONCLUSÕES

Na presente investigação definimos como objectivo geral realizar um estudo sobre competências estratégicas de negociação

em gestão, nomeadamente analisar a relação que se poderia estabelecer entre um conjunto de variáveis sócio-demográficas e as variáveis eficácia negocial e assertividade em contexto comercial. Desse modo, o desiderato foi procurar contribuir para melhorar a prática da gestão de disputas, dado que a gestão construtiva dos conflitos nas organizações é um elemento essencial para a eficácia organizacional.

O trabalho de investigação centrou-se, essencialmente, na temática da eficácia negocial, procurando deslindar, mais especificamente, a relação entre a eficácia negocial, a assertividade e diversas variáveis sócio-demográficas no domínio comercial, sendo que os resultados obtidos no estudo empírico permitem afirmar que os mesmos foram de encontro à perspectiva de análise da negociação patenteada no modelo integrativo de negociação eficaz de Mastenbroek (1989).

Tendo presente a problemática teórica que desenvolvida acerca da eficácia negocial como competência estratégica na gestão comercial e os resultados obtidos no estudo empírico, esta pesquisa permitiu não só apurar, mas também descobrir alguns elementos de análise sobre os comportamentos que os indivíduos seleccionados na amostra opinam quando envolvidos em contexto negocial.

Por conseguinte, face aos resultados obtidos, poderemos afirmar que os objectivos delineados neste trabalho de investigação podem considerar-se, de um modo geral, atingidos, uma vez que o presente estudo nos proporcionou, sob o ponto de vista científico, resultados bastante interessantes. Assim, três das hipóteses deste estudo foram confirmadas e os resultados demonstraram uma fidelidade e validade elevadas, uma vez que os dados estatísticos relativos ao Alpha de Cronbach e ao Spearman-Brown revelaram-se bons, o que permite verificar que os instrumentos utilizados apresentam um conjunto de itens com um grau de homogeneidade relativamente elevado, bem como uma estrutura factorial que reproduz o modelo teórico de base. As restantes hipóteses, que foram parcial ou totalmente refutadas, passam a ter valor heurístico.

A investigação em negociação tem procurado responder a numerosas questões. No entanto, não parecem restar dúvidas que a questão central que se coloca é a da eficácia dos processos negociais. O objectivo último da investigação em negociação é prever, explicar ou encontrar formas de influenciar os resultados (que são a variável dependente final da negociação). Admitindo que a explicação para esses resultados é, certamente, complexa e resulta da influência de um elevado número de factores, a perspectiva que orientou esta investigação coloca-se, desde o seu início, nesse mesmo nível.

BIBLIOGRAFIA

- Adánez, A. & Marrón, J. (1996). El perfil de las personas asertivas, en términos de 16 PF. In Almeida, L., Araújo, S., Gonçalves, M., Machado, C., & Simões, M. (orgs.). Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, IV, 611-615. Braga: APPORT.
- Bazerman, M. H. & Neale, M. A. (1993). La negociación racional en un mundo irracional. Barcelona: Paidós.
- Baron, R. A. (1997). Positive effects of conflict: Insights from social cognition. In C. K. W. De Dreu & E. Van de Vliert (Eds.), Using conflict in organizations (pp. 177-191). London: Sage.
- Barros, M. (2007). Competências Estratégicas de Negociação em Gestão Comercial: Estudo Sobre a Relevância da Eficácia Negocial e a Assertividade.

- Dissertação de Mestrado: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.
- Brown, T. (2003). The effect of verbal self – Guindance training on collective efficacy end team performance. *Personnel Psychology*, 56 (4), 935-964.
 - Carochinho, J. A. (2002). Assertividade e compromisso organizacional: Evidências de um estudo empírico. *Psicologia, Investigação e Prática*, 1 (pp. 37-52). Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
 - Coghlan, D. (1993). Facilitating teams at work. *Person – Centred Practice*, 1 (1), 5-11.
 - Cunha, P. (1996). Análise empírica sobre eficácia negocial. Trabalho de Investigação prévio à tese doutoral – não publicado. Universidade de Santiago de Compostela.
 - Cunha, P. (2000). Algumas reflexões sobre eficácia em negociação: resultados de um estudo experimental. IV Congresso Nacional de Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia.
 - Cunha, P., Moreira, M. & Silva, P. (2003). Estilos de gestão de conflitos nas organizações: uma contribuição para a prática construtiva de resolução de conflito. *Recursos Humanos Magazine*, nº 29, 42-52.
 - Cunha, M. P. & Rodrigues, S. B. (2002). Manual de estudos organizacionais. Lisboa: RH Editora.
 - Cunha, M. P. & Rodrigues, S. B. (2000). Teoria organizacional. Perspectivas e prospectivas. Lisboa: Dom Quixote.
 - Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C. & Cardoso, C. C. (2004). Comportamento organizacional e gestão. Lisboa: RH Editora.
 - Cunha, P., & Silva, P. (2006). Variáveis culturais na negociação com trabalhadores imigrantes: um repto actual das empresas portuguesas. *Recursos Humanos Magazine*, nº 43, 40-48.
 - De Dreu, C. K. W. & McCusker, C. (1997). Gain-Loss Frames and cooperation in two-person social dilemmas: A transformational analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 1093-1106.
 - Edson, L. (2000). The negotiation industry. *Across the board*, April 2000, 14-20.
 - Ertel, D. (2000). Turning negotiation into a corporate capability. In *Havard Business Review on Negotiation and Conflict Resolution*, pp. 101-127. Boston: Havard Business School Press.
 - Felício, M. J., Lopes, A., Salgueiro, F. & Pereira, P. (2007). Competências de gestão – Um instrumento de medida para a realidade portuguesa. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 6 (3), 18-30.
 - Fisher, R., Ury, W. & Patton, B. (1993). Como conduzir uma negociação? Porto: Asa.
 - González, H. G. (2000). Escala de habilidades sociales. Madrid: Tea Ediciones.
 - Jenh, K. A., Northcraft, G. & Neale, M. (1999). Why differences make a difference: A field study of diversity, conflict and performance in Workgroups. *Administrative Science Quarterly*, 44 (4), 741-763.
 - Jehn, K. A. (2000). Benefits and detriments of workplace conflict. *Public Manager*, 29 (2), 24-48.
 - Lee, C. (1999). A change in the outlook for psychology in management – from skill-building to personal development. *Journal of Managerial Psychology*, 14 (4), 586-605.
 - Mastenbroek, W. (1989). *Negotiate*. Oxford, England: Basil Blackwell.
 - Mastenbroek, W. (1987). *Conflict management and organization development*. New York: Wiley.
 - Pruitt, D. G., & Carnevale, P.J. (1993). *Negotiation in social conflict*. Burkngham: Open University Press.
 - Serrano, G. & Rodriguez, D. (1993). *Negociación en las organizaciones*. Madrid: Eudema.
 - Serrano, G. (1996). *Avances hacia un modelo de eficacia negociadora*. Texto não publicado, Universidade de Santiago de Compostela.
 - Silva, P. I. (2002). Estudo empírico sobre a influência de algumas variáveis na eficácia negocial. Monografia de Licenciatura em Psicologia Social e do Trabalho. Universidade Fernando Pessoa.
 - Tannenbaum, S., Salas, E. & Cannon-Bowers, J. (1996). Promotion team effectiveness. In West M. (Ed), *Handbook of work group psychology* (pp. 503-529). Sussex: John Wiley & Sons.
 - Thomas-Hunt, M., Ogden, T. & Neale, M. (2003). Who's really sharing? Effects of social and expert status on Knowledge exchange within groups. *Management Science*, 49 (4), 464-478.
 - Van de Vliert, E. (1997). Complex interpersonal conflict behavior: theoretical frontiers. *Accomplishment and challenges. Applied Psychology: An International Review*, 47, pp. 285-342.

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO DE CONFLITO E FACTORES DE PERSONALIDADE

ANA PAULA MONTEIRO

ASSISTENTE
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

GONZALO SERRANO

PROFESSOR CATEDRÁTICO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

DAMASO RODRÍGUEZ

PROFESSOR TITULAR
FACULDADE DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RESUMO

A presente investigação teve como propósito averiguar em que medida os factores de personalidade, considerados no modelo dos cinco factores, influenciam a eficácia da negociação e os estilos de gestão de conflito numa amostra de 255 sujeitos. Os principais resultados demonstraram que: o estilo integração relaciona-se positivamente com as características de personalidade com excepção do factor neuroticismo. Os estilos evitamento e compromisso relacionam-se positivamente com a amabilidade. A dominação relaciona-se negativamente com a amabilidade. A extroversão, a amabilidade, a abertura à experiência e a responsabilidade caracterizam um desempenho negociador eficaz.

Palavras-chave: personalidade; modelo dos cinco factores; estilos de gestão de conflito e eficácia negocial.

ABSTRACT

The purpose of this investigation was evaluating the extent to which personality factors, considered in the model of five factors, influence the effectiveness of negotiation and conflict management styles in a sample of 255 subjects. The main results showed that: the integration style correlates positively with the personality traits except for the factor neuroticism. The styles compromise and avoidance relate positively to agreeableness. The domination relates negatively with agreeableness. The extroversion, agreeableness, openness to experience and conscientiousness characterize an effective negotiator performance.

Keywords: personality; model of five factors; styles of conflict management and negotiation effectiveness.

INTRODUÇÃO

O estudo das características individuais constitui um dos temas que tem suscitado uma atenção notável na investigação atinente ao comportamento dos negociadores (Serrano & Rodríguez, 1993a).

Deste modo, a investigação neste âmbito têm sido muito extensa particularmente, sendo a segunda metade do século vinte profícua em estudos que pretendiam analisar o papel das variáveis individuais no processo e resultados da negociação. Esses estudos centravam-se na análise de conjuntos de traços isolados como, por exemplo, o autoritarismo (Herman & Kogan, 1977), o maquiavelismo (Rubin & Brown, 1975), a ansiedade social (Herman & Kogan, 1977), a assertividade (Greenhalgh, Neslim & Gilkey, 1985), a complexidade cognitiva (Phelan & Richardson, 1985) e a propensão ao risco (Shure & Meeker, 1965).

Todavia, a maior parte destas investigações iniciais constituídas sob o prisma dos traços isolados forneceram resultados inconsistentes e de difícil replicação. Essa inconsistência levou alguns pesquisadores a questionar se os traços de personalidade individuais eram relevantes na predição dos estilos de gestão do conflito e dos comportamentos de negociação (Lewicki, Litterer, Minton & Saunders, 1994).

Parte desta inconsistência advém do emprego de instrumentos e métodos divergentes nos diversos estudos (Pruitt, 1981) e sobretudo, porque se analisavam as características individuais de forma isolada (Barry & Friedman, 1998).

Na convicção de Antonioni (1998), o modelo dos cinco factores constitui uma possibilidade para ajudar a ultrapassar as limitações da perspectiva de traços isolados, que constituíam as assunções das anteriores investigações, em vez de utilizarem um modelo genérico de estrutura de personalidade, agora possibilitado pelo mencionado modelo de cinco factores.

O modelo de cinco factores tem sido caracterizado por muitos investigadores, como sendo basilar para a descrição da personalidade, dado fornecer uma compreensiva e robusta taxionomia das diferenças de personalidade entre indivíduos (Digman, 1990; McCrae & Costa, 1994). Nesta medida, importa apresentar, ainda que sinteticamente, os factores que compõem o modelo dos cinco factores de personalidade:

Extroversão: esta característica relaciona-se com a tendência a ser sociável, assertivo, optimista, activo, conversador, afável, a prezar o convívio e apreciar a diversão.

Amabilidade: são pessoas flexíveis, cooperativas, tolerantes, confiantes e preocupadas com as outras pessoas. Neuroticismo: o aspecto primacial neste domínio é a

propensão a experienciar afectos negativos, como tristeza, medo, raiva, culpa, embaraço e abominação.

Responsabilidade: esta característica relaciona-se com a tendência a ser organizado, persistente e responsável.

Abertura à Experiência: são pessoas curiosas, originais, imaginativas, criativas, com interesses diversificados, e não tradicionais.

Actualmente, assiste-se a uma expansão de estudos que procuram relacionar os factores de personalidade contemplados no referido modelo com as condutas apresentadas pelos negociadores (e.g. Barry & Friedman, 1998; Antonioni 1998, Sandy, Boarman & Deutsch, 2000; Jensen- Campbell, L. & Graziano 2001; Ma, 2005; Park & Antonioni, 2007). Grande parte dessas investigações avalia o comportamento negocial através dos estilos de gestão de conflitos, dado serem considerados como importantes e actuais indicadores dos comportamentos de negociação (Ma, 2005). Identicamente, outros autores centram-se na análise da eficácia nos processos de negociação devido às suas repercussões teóricas e práticas (e.g. Serrano, 1996; Serrano & Rodríguez, 1993b).

No presente estudo ao analisar o papel da personalidade na resolução de conflitos é tida em consideração a eficácia negocial e os estilos de gestão. Assim, dos vários investigadores no campo da negociação, adoptou-se, especialmente, a estruturação desenvolvida por Mastenbroek (1987, 1989), como linha orientadora da apresentação e interpretação das táticas de negociação. O sentido das táticas de negociação será orientado para as resoluções negociais de: obter resultados substanciais; influir no equilíbrio do poder; desenvolver um clima positivo e conseguir uma dinâmica de flexibilidade.

Relativamente, ao conceito de estilos de gestão, apesar da considerável variedade conceptual, do ponto de vista interpe-soal, estes podem ser definidos como uma orientação para a adopção de determinados comportamentos numa determinada situação conflitual (Oetzel & Ting-Toomey, 2003). Tal definição, não exclui a possibilidade de os indivíduos adoptarem comportamentos próprios de outros estilos ou de mudarem de estilo quando se modificam as características da situação.

De acordo com Rahim e Bonoma (1979), os estilos de gestão podem ser descritos a partir de duas dimensões que caracterizam a intenção estratégica do negociador: uma dimensão traduz o grau em que cada uma das partes procura satisfazer os seus interesses, sendo designada por preocupação consigo; a outra dimensão reflecte o grau em que cada uma das partes se preocupa activamente com os interesses da outra parte e recebe a denominação de preocupação com os outros, dando lugar a cinco estilos de gestão: integração, compromisso, dominação, evitamento e submissão.

Os estudos empíricos tradicionalmente desenvolvidos na área das estratégias de abordagem aos conflitos, apontam que a utilização do estilo integrativo se relacionaria estreitamente com uma negociação mais eficaz uma vez que conduz a resultados mais criativos e construtivos, produzindo maior satisfação e compromisso nas decisões tomadas pelas partes em conflito (Rubin, Pruitt & Kim, 1994). No entanto, dado que os estilos de gestão de conflitos deverão ser utilizados estrategicamente, ou seja, de modo contingente às necessidades da situação de negociação concreta na qual o sujeito está envolvido, e, portanto, não existe um estilo que possa ser caracterizado como eficaz, não podemos assim colocar a integração como critério único de eficácia.

Tendo presente esta teoria, este estudo teve como objectivo investigar em que medida os factores de personalidade considerados no modelo dos cinco factores (Amabilidade, Abertura

à Experiência, Responsabilidade, Extroversão e Neuroticismo) influenciam a eficácia negocial e os estilos de gestão de conflito (Integração, Evitamento, Compromisso, Dominação e Servilismo).

Assim, quanto à possível influência das variáveis de personalidade na eficácia negocial, levantámos como hipóteses que os sujeitos altos em Amabilidade, Extroversão, Responsabilidade e Abertura à Experiência tendencialmente atingem resultados mais elevados em eficácia negocial (ou seja, pontuações mais elevadas no IN). E, sujeitos com baixas pontuações em estabilidade emocional tendem a conseguir baixos resultados em eficácia negocial (H#1. a H#5.).

Levantámos também um conjunto de hipóteses relativas à relação entre os factores de personalidade e os estilos de gestão de conflito, designadamente:

H#6. A Extroversão encontra-se positivamente relacionada com os estilos de gestão de conflito Integração, Compromisso e Dominação e negativamente relacionada com os estilos Servilismo e Evitamento.

H#7. A Abertura à Experiência relaciona-se positivamente com os estilos Integração, Compromisso e Servilismo e relaciona-se negativamente com Evitamento e Dominação.

H#8. A Responsabilidade relaciona-se positivamente com os estilos de gestão Integração, Compromisso, Dominação e relaciona-se negativamente com Servilismo e Evitamento.

H#9. A Amabilidade relaciona-se positivamente com os estilos de gestão de conflito Integração, Evitamento, Servilismo e Compromisso, e relaciona-se negativamente com o estilo Dominação.

H#10. O Neuroticismo relaciona-se positivamente com os estilos de gestão de conflito Dominação e Evitamento, e relaciona-se negativamente com os estilos Integração, Compromisso e Servilismo.

1. METODOLOGIA

PARTICIPANTES

Participaram da presente investigação 255 sujeitos, sendo 111 do sexo masculino e 144 do sexo feminino. A média das idades dos participantes foi de 37.20 anos de idade (DP=11,18) anos. Quanto ao estado civil, 60.8% dos participantes é casado ou vive em união de facto, 32.5% é solteiro e, 6.3% é viúvo ou divorciado/separado. Relativamente às habilitações literárias 25.5% possuem o Ensino Básico, 37.3% o Ensino Secundário e o 31.1% o Ensino Superior

INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

O estudo empírico que se apresenta foi efectuado empregando o NEO-FFI (*NEO Five-Factor Inventory*, o *ROCI-II* (*Rahim Organizational Conflict Inventory-II*), o IN (*Inventário de Negociação*) e um questionário sócio-demográfico elaborado especificamente para este estudo.

NEO-FFI (*NEO Five-Factor Inventory*) - Consiste num inventário dos cinco factores de personalidade desenvolvido por Costa e McCrae (1985), constituindo um formato sumário do Inventário do NEO-PI-R. Cada um dos cinco factores é medido por doze itens para um total de 60 itens, num formato tipo Likert com um intervalo de cinco pontos, em que um significa discordo fortemente e cinco concordo fortemente.

ROCI-II (*Rahim Organizational Conflict Inventory*) - Este instrumento é formado por um total de 28 itens, que sustentam a dimensionalidade dos cinco estilos de gestão do conflito

interpessoal de Rahim & Bonoma (1979). Tem sido utilizado em inúmeras investigações (Rahim & Magner, 1995), as quais confirmaram altos níveis de fidelidade e suportaram a validade de critério do instrumento, sendo este um dos motivos que nos levou à sua utilização. O instrumento é composto por três formas, através das quais se pretende medir de que modo os sujeitos lidam com situações conflituais perante superiores (forma A), subordinados (forma B) e colegas (forma C). Neste estudo, utilizámos a forma C que mede cinco estilos avaliados por uma quantidade diferente de itens para cada um deles, sendo sete para o estilo integração (a pontuação varia de 7 a 35), seis para o estilo servilismo (a pontuação varia de 6 a 30), cinco para o estilo dominação (a pontuação varia de 5 a 25), seis para o estilo evitamento (a pontuação varia de 6 a 30) e quatro para o estilo compromisso (a pontuação varia de 5 a 25).

IN – O Inventário de Negociação consiste num questionário destinado a mensurar a eficácia negocial, desenvolvido por Monteiro, Rodríguez e Serrano (2007). Este instrumento é baseado no modelo de negociação proposto por Mastenbroek (1987,1989), considerando também contribuições de outros autores, especialmente, da perspectiva de negociação racional, desenvolvida por Bazerman e Neale (1993). O I.N. apresenta um Alpha de Cronbach de .85, por sua vez, a fiabilidade avaliada mediante o procedimento das duas metades apresenta valores do coeficiente de Spearman-Brown de .77. O instrumento é formado por 45 itens numa escala de Likert (1- discordo fortemente a 5- concordo fortemente), dos quais 22 itens encontram-se redigidos no sentido positivo relativamente à eficácia na negociação e 23 itens redigidos em sentido negativo. O intervalo de pontuações pode oscilar entre 45 (mínimo) a 225 (máximo).

Caracterização sócio demográfica - Foram elaboradas um conjunto de questões para descrever os participantes deste estudo, designadamente, sexo, idade, estado civil e habilitações literárias.

Quanto ao modo de administração dos questionários, os participantes responderam directamente aos mesmos, tendo sido informados dos objectivos principais do estudo, do carácter confidencial das suas respostas e da voluntariedade da sua participação.

2. RESULTADOS

Para avaliarmos as hipóteses decorrentes do nosso estudo, começamos por analisar as correlações entre os estilos de gestão de conflito e a eficácia negocial com os factores de personalidade. Como se pode observar na Tabela 1, de acordo com o esperado o estilo integração correlaciona-se positivamente com as características de personalidade com excepção do factor neuroticismo. Os estilos evitamento e dominação correlacionam apenas com o factor amabilidade, embora dominação varie inversamente ($r = -.279$; $p=.000$). Quanto ao estilo compromisso correlaciona-se positivamente com o factor abertura à experiência ($r = .212$; $p=.001$). Por fim, pode ver-se que o estilo servilismo não apresentou valores de correlação significativos com nenhum dos factores. Quanto à eficácia negocial é de sublinhar a correlação negativa com o factor neuroticismo ($r = -.135$; $p=.03$) e positiva com os restantes factores.

TABELA 1. CORRELAÇÕES ENTRE OS ESTILOS DE GESTÃO DE CONFLITO E EFICÁCIA NEGOCIAL COM VARIÁVEIS DE PERSONALIDADE

Variáveis	Extroversão		Neuroticismo		Abertura à Exp.		Amabilidade		Responsabilidade	
	r	p	r	p	r	p	r	p	r	p
Integração	0.27**	0.000	-0.12	0.051	0.27**	0.000	0.38**	0.000	0.30**	0.000
Evitamento	0.01	0.884	0.10	0.123	-0.11	0.079	0.20**	0.001	0.04	0.557
Dominação	-0.03	0.652	0.11	0.090	-0.12	0.061	-0.28**	0.000	-0.02	0.748
Servilismo	-0.09	0.148	0.07	0.285	-0.03	0.586	0.11	0.087	-0.03	0.592
Compromisso	0.11	0.087	0.02	0.796	0.21**	0.001	0.06	0.382	0.10	0.106
Ef. Negocial	0.24**	0.000	-0.14*	0.031	0.19**	0.003	0.37**	0.000	0.16*	0.012

* $P < 0.05$; ** $P < 0.01$

Elaborámos uma análise de Regressão Múltipla “Passo a Passo” (*Stepwise forward*), com a pontuação total do IN como critério e os factores de personalidade do NEO-FFI como preditores (Tabela 2).

TABELA 2. ANÁLISE DE REGRESSÃO (EFICÁCIA NEGOCIAL)

Análise de Regressão							
V. dep	Passos	V. Seleccionadas	F	P	R	R2	S.E
Eficácia Negocial	1	Amabilidade	40.330	.000	.373	.139	15.909
	2	Abertura à Exp.	25.349	.000	.411	.169	15.659
	3	Extroversão	18.548	.000	.428	.183	15.557

A Análise de Regressão Múltipla para a pontuação total do IN detém-se no terceiro passo seleccionando os factores amabilidade ($\beta = .346$), abertura à experiência ($\beta = .132$) e extroversão ($\beta = .128$) como preditores significativos explicando, conjuntamente, 18,3% da variância total do IN. Contudo, exclui da selecção os factores neuroticismo ($t = -0.45$; *ns*) e Responsabilidade ($t = .313$; *ns*).

Com o propósito da determinação do melhor modelo predictor para cada estilo de gestão de conflito, elaboramos igual-

mente, uma análise de Regressão Múltipla “Passo a Passo” (Stepwise forward) tendo como critério os cinco estilos de gestão de conflito e por preditores as variáveis de personalidade. Desta análise destacamos os resultados encontrados para o estilo integração, ficando a equação preditora constituída pelas variáveis “Amabilidade”, “Abertura à experiência” e “Responsabilidade” (Integração= 11.544 + .169* Am. + .126* Ab. Exp. + .108 * Consc. + e), explicando globalmente, 25.6% da variância total.

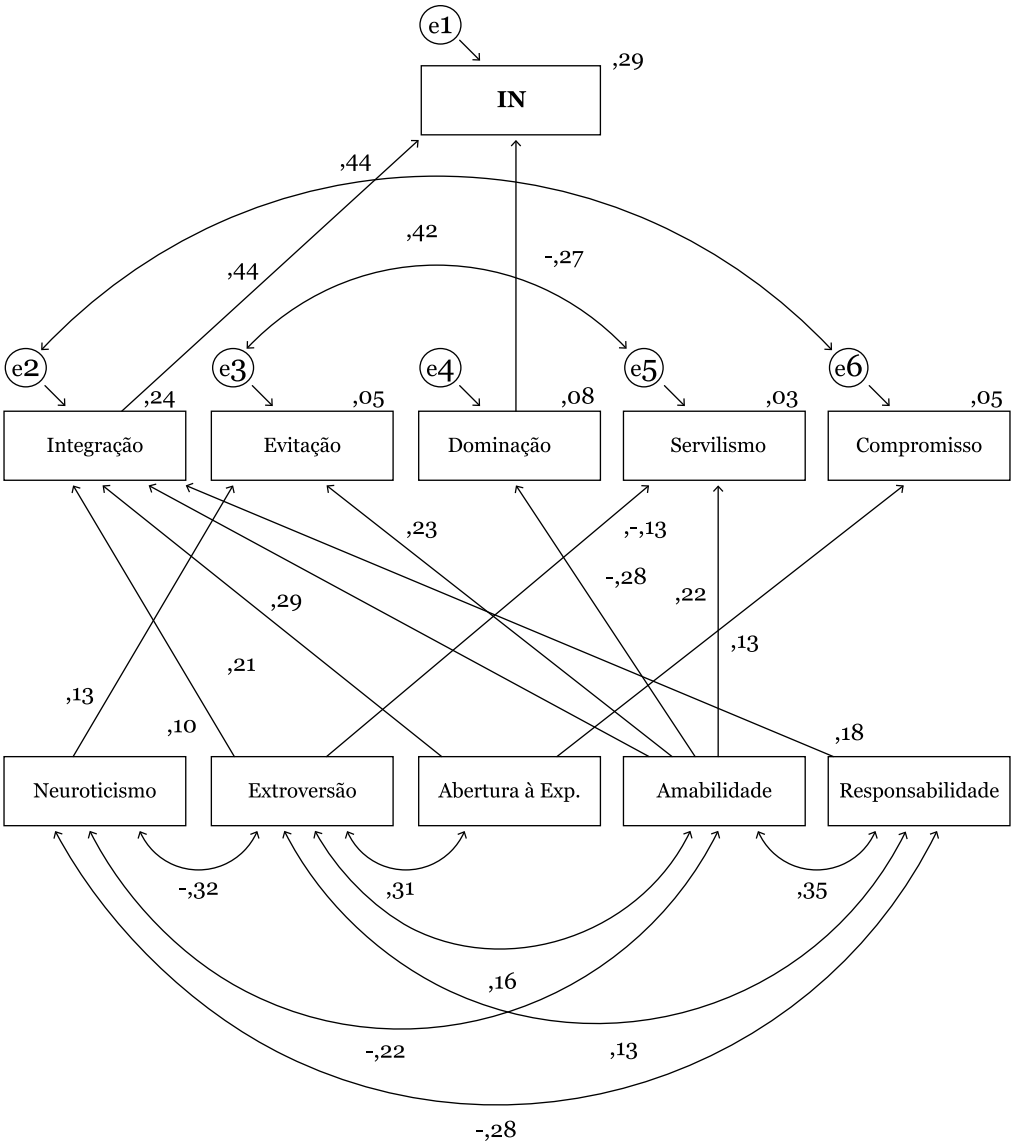
Apresentámos e avalíamos ainda um modelo estrutural das relações entre os factores de personalidade, os estilos de gestão de conflitos e a eficácia negocial dos sujeitos, através do Método de Equações Estruturais (Structural Equation Models, SEM). Os índices de ajustamento Goodness of Fit Index (GFI), e Comparative Fit Index (CFI) possuem valores superiores a .95 e o índice Adjusted Goodness of Fit Index (AGFI) apresentou um valor de .94 e o Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) é inferior a .05, o que reflecte um elevado grau de ajuste do modelo aos dados, como podemos constatar na tabela seguinte.

TABELA 3. ESTATÍSTICOS DE AJUSTAMENTO PARA O MODELO ORIGINAL E PARA O MODELO RE-ESPECIFICADO (PERSONALIDADE)

Modelo	χ^2	Gl	p	χ^2/gl	GFI	AGFI	CFI	RMSEA
Original	125.96	15	<0.001	8.40	.92	.65	.74	.17
Re-especificado	47.42	34	0.06	1.39	.97	.94	.97	.04

Através da análise do diagrama (Figura 1) podemos observar que o Neuroticismo influencia positivamente o Evitamento ($\beta = 0.13$); a Extroversão tem uma influência positiva sobre a Integração ($\beta = 0.10$) e negativa sobre o Servilismo ($\beta = -0.13$); a Abertura à Experiência tem um papel relevante e positivo sobre a Integração ($\beta = 0.21$) e o Compromisso ($\beta = 0.22$) e a Responsabilidade desempenha um papel positivo na Integração ($\beta = 0.18$). Podemos também verificar que as relações encontradas entre a personalidade e os estilos de gestão de conflitos seguem a tendência apontada pela literatura. Por exemplo, a amabilidade representa um papel preferente na predição de quatro de cinco dos estilos de gestão de conflitos, a saber: integração ($\beta = .29$), evitação ($\beta = .23$), dominação ($\beta = -.28$), e servilismo ($\beta = .13$). Por sua parte, 29% da variância da capacidade negociadora avaliada mediante o IN prediz-se a partir da integração ($\beta = .44$) e da dominação ($\beta = -.27$).

FIGURA 1. MODELO RE-ESPECIFICADO (PERSONALIDADE)



3. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Uma vez superadas as limitações da perspectiva dos traços isolados devido à inserção do modelo de cinco factores na investigação sobre o papel da personalidade na negociação, têm emergido novas dificuldades. A ausência de critérios uniformes para investigar a eficácia na negociação tem dificultado a integração e interpretação dos resultados encontrados na literatura. Acresce que, as investigações que relacionaram os “big five” com os estilos de gestão de conflitos não têm encontrado resultados suficientemente congruentes (Sandy et al., 2000), pelo que importa continuar a realizar estudos nesta área.

Assim, os resultados que obtivemos nesta investigação indicam que a eficácia negocial, tal como é medida pelo IN, pode predizer-se a partir dos cinco grandes factores de personalidade, confirmando assim o nosso primeiro conjunto de hipóteses.

No que concerne, ao papel da personalidade sobre cada um dos estilos de gestão de conflito os resultados mais destacados desta investigação podem sintetizar-se do seguinte modo: (i) a amabilidade associou-se positivamente com os estilos de gestão de conflito Integração, Evitação e Servilismo e negativamente com o estilo Dominação; (ii) a responsabilidade e a extroversão predizem a utilização do estilo integrativo; (iii) a abertura à experiência relacionou-se positivamente com a integração e o compromisso; (iv) o neuroticismo tem um papel influente na utilização dos estilos dominação e evitação.

É de sublinhar, que relativamente a associação entre o factor amabilidade e a integração, os nossos dados, coincidem com a maior parte da literatura (Graziano, Jensen-Campbell & Hair, 1996; Antonioni, 1998; Jensen-Campbell & Graziano, 2001). Para Graziano et. al. (1996) e Jensen-Campbell & Graziano (2001), a amabilidade constitui o aspecto que mais se relaciona com a relação interpessoal e com a motivação para estabelecer relações interpessoais positivas. A amabilidade assume especial importância nas situações sociais, como as situações de conflito, em que a cooperação e a consideração para com os resultados dos outros são aspectos relevantes. Ora, o emprego do estilo integrativo implica a colaboração entre as partes, o intercâmbio de informação, a procura activa de uma solução aceitável para ambos. Portanto, mais que oponentes, as partes envolvidas modificam o conflito num problema procurando activamente soluções que representem um ganho conjunto.

Os nossos resultados comprovam também a relação já encontrada noutros estudos empíricos entre Neuroticismo e a Evitação (Antonioni, 1998; Sandy et al., 2000). Neste sentido, Ma (2005) enfatiza que os conflitos frequentemente estimulam sentimentos negativos e que a sua gestão consiste uma tarefa cognitiva exigente, como tal, os sujeitos neuróticos, provavelmente percebem o conflito como uma ameaça e, assim, exteriorizam uma forte necessidade de evitar qualquer conflito ou actuar de forma muito combativa para proteger os seus interesses próprios. Quanto, à associação da responsabilidade com a integração esta poderá resultar da integridade própria dos conscienciosos que podem optar por estratégias que facilitem a satisfação dos interesses de ambas as partes.

Concluindo, gostaríamos de mencionar a explicação de Bono, Boles, Judge & Lauver (2002), de como a personalidade pode influenciar o procedimento negocial em três níveis distintos, especificamente, na possível relação entre certos traços e as motivações que originam um conflito, nos comportamentos específicos desenvolvidos na situação de conflito e no modo como os indivíduos interpretam a sua vivência. Por outras palavras, os autores consideram que a personalidade influencia

tanto o comportamento no conflito, como as posteriores interpretações sobre os acontecimentos do conflito.

No nosso ponto de vista, este trabalho de investigação possui algumas limitações, especificamente, o emprego de questionários de autoresposta na avaliação das variáveis em apreço e a abordagem exclusiva dos efeitos intrapessoais da personalidade no comportamento negocial.

Para terminar gostaríamos ainda de referir algumas sugestões para estudos futuros, como a continuação de estudos que se dediquem à aplicação do NEO-FFI no campo da negociação, no sentido de elaborar uma descrição o mais pormenorizada possível dos efeitos de personalidade dos sujeitos nas situações de conflito. Consideramos ainda que seria importante em investigações futuras conhecer os efeitos interpessoais da personalidade sobre o comportamento e os resultados da negociação, bem como, a observação dos participantes em reuniões de negociadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antonioni, D. (1998). Relationship between the Big Five personality factors and conflict management styles. In: *International Journal of Conflict Management*, vol. 9, nº4, pp. 336 - 355.
- Barry, B., & Friedman, R. A. (1998) Bargainer Characteristics in Distributive and Integrative Negotiation. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 74, nº2, pp. 345-359.
- Bono, J.E, et. al. (2002). The Role of Personality in Task and Relationship Conflict. In: *Journal of Personality*, vol. 70, nº 3, pp.311-344.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1985). *The NEO personality inventory manual*. Odessa, FL, Psychological Assessment Resources.
- Digman, J. M. (1990). Personality structure: Emergence of the Five-Factor Model. In: *Annual Review of Psychology*. vol.41, nº3, pp. 417- 440.
- Graziano, W., G., Jensen-Campbell, L., & Hair, E. C. (1996). Perceiving interpersonal conflict and reacting to it: The case of agreeableness. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 70, nº 4, pp.820 - 835.
- Jensen-Campbell, L. A., & Graziano, W. G. (2001). Agreeableness as a Moderator of Interpersonal Conflict. In: *Journal of Personality*, vol. 69, nº2, pp. 323-362.
- Lewicki, R. J., et al. (1994). *Negotiation* (2 ed.). Burr Ridge, IL: Irwin.
- Ma, Z. (June, 2005). Exploring the Relationships between the Big Five Personality Factors, Conflict Styles, and Bargaining Behaviors. IACM 18th Annual Conference.
- Disponível em <http://ssrn.com/abstract=735063> [Consultado em 10/10/2006].
- Mastenbroek, W. (1987). *Conflict management and organization development*. New York, Wiley.
- Mastenbroek, W. (1989). *Negotiate*. (5ª ed.) Oxford, England, Basil Blackwell.
- McCrae, R. R., & Costa, P.T. (1994). The stability of personality: Observation and evaluations. In: *Current Directions in Psychological Science*, vol. 3, nº6, pp.173-175.
- Monteiro, A. P., Rodríguez, D. & Serrano, G. (2007). Construcción de un Inventario de Negociación. In: *Actas do X Congreso Nacional de Psicología Social*, vol. II, pp. 1479-1485.
- Oetzel, J. G., & Ting-Toomey, S. (2003). Face Concerns in Interpersonal Conflict: A Cross-Cultural

Empirical Test of the Face-Negotiation Theory. In: Communication Research vol.30, pp.599-624.

- Park, H., & Antonioni, D.(2007). Personality, reciprocity, and strength of conflict resolution strategy. In: Journal of Research in Personality, vol. 41, n°1, pp.110-125.
- Pruitt, D. G. (1981). Negotiation Behavior. New York, Academic Press.
- Rahim, M., & Bonoma, T. (1979). Managing organizational conflict: a model for diagnosis and intervention. In: Psychological Reports, vol.44, pp.1323-1344.
- Rubin, J. Z., Pruitt, D. G., & Kim, S. H. (1994). Social conflict: Escalation, stalemate, and settlement (2ed.). New York, McGraw-Hill.
- Sandy, S., Boardman, S., & Deutsch, M. (2000). Personality and conflict. In: M. Deutch & P. Coleman (Eds.), The Handbook of Conflict Resolution. San Francisco, Jossey-Bass Publishers. pp. 289-315.
- Serrano, G. (1996). Elogio a la Negociación. Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico.
- Serrano, G., & Rodríguez, M. D. (1993a). Características individuales y eficacia negociadora. Boletín de Psicología, vol. 40, pp. 53-65.
- Serrano, G., & Rodríguez, D. (1993 b). Negociación en las Organizaciones. Madrid, Eudema.

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 02.

TRABALHO, SAÚDE E
MEDIÇÃO AMBIENTAL

PARTE 04.

CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE

CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE

ISABEL SILVA

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

A World Health Organization (WHO), que nasceu de um compromisso internacional de construção da segurança e da paz global (WHO, 2007), tem vindo a promover o princípio de que o papel dos profissionais da saúde na preservação e promoção da paz constitui o factor mais significativo para se alcançar uma saúde para todos (World Health Assembly, 1981).

Num documento que intitidou “Health as Bridge for Peace” (s.d.), a WHO defende que, em situações de instabilidade social e de emergências complexas, é imperativo adoptar estratégias de construção da paz para assegurar ganhos duradouros no domínio da saúde.

Nesta obra, assumimos por completo a definição de Saúde proposta pela WHO em 1948, e que ainda hoje permanece, que a concebe como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou incapacidade (WHO, 1948), defendendo que usufruir do nível mais elevado possível de saúde é um direito fundamental de todos os seres humanos.

O conjunto de capítulos integrados em “Construir a Paz na Saúde” pretende fomentar a reflexão sobre a saúde enquanto uma oportunidade de construção e manutenção de uma ponte para a paz, constituindo um estímulo para aprofundar conhecimentos e para o desenvolvimento de novas atitudes e boas práticas neste domínio. Nele são abordadas a saúde e as doenças, reflectindo-se sobre diversas experiências da população em geral e, em particular, daqueles que estão doentes e dos seus cuidadores, e sobre os esforços que estão ao nosso alcance fazer para promover o bem-estar dos indivíduos em diferentes etapas do seu ciclo vital e em distintos contextos, assim como para assegurar o seu direito fundamental à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nygren-Krug, H. (s.d.). Health and human rights – a historical perspective. WHO. [Em linha]. Disponível em http://www.who.int/hhr/news/Human_rights_UNspecial673_may08.pdf [Consultado em 25.11.11]
- World Health Assembly (1981). Resolution 34.38. WHO.
- WHO (1948). Official Records of the World Health Organization, no. 2. WHO.
- WHO (2007). WHO calls for global action to “protect health from climate change”. Geneva, WHO. [Em linha]. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2007/pr58/en/> [Consultado em 25.11.11].
- WHO (s.d.). Health as Bridge for Peace. [Em linha]. Disponível em <http://www.who.int/hac/techguidance/hbp/about/en/index.html> [Consultado em 25.11.11]

CONSTRUIR A PAZ INTERIOR: AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS NA DOR CRÓNICA

ANA MATOS

FINALISTA DE MESTRADO EM
PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE F. MENESES

PROFESSORA ASSOCIADA
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

VIRGÍNIA REBELO

PSICÓLOGA CLÍNICA, MESTRE EM PSICOLOGIA DOR
SERVIÇO DE PSIQUIATRIA HSJ - UNIDADE DA DOR,
HOSPITAL DE SÃO JOÃO . PORTO-PORTUGAL

RESUMO

A dor crónica acarreta alterações significativas a diferentes níveis, implicando processos de adaptação e readaptação, podendo desencadear sintomas psicopatológicos reactivos – p.e., ansiedade e depressão –, interferir nas cognições e crenças sobre a doença, nas estratégias de coping com a dor e na qualidade de vida do indivíduo. Assim, o objectivo do presente estudo é apresentar o racional teórico de um projecto de investigação sobre as necessidades psicossociais de indivíduos com dor crónica, como um meio para construir a sua paz interior.

ABSTRACT

Living with chronic pain brings significant changes at several levels, requiring adaptation and re-adaptation processes that may lead to re-active psychopathological symptoms – e.g., anxiety and depression –, interfere with disease cognitions and believes, with the strategies to cope with pain and with the individual's quality of life. Therefore, the aim of this study is to present the theoretical rational of a research project on the psychosocial needs of individuals with chronic pain, as a means to build their inner peace.

INTRODUÇÃO

O conceito de doença crónica contempla todas as condições de doença incurável, indesejáveis, com modificações irreversíveis e de duração muito prolongada, o que torna necessário adaptações e readaptações variadas, sendo determinante saber lidar com a doença (Cardoso, 2004).

Nas doenças crónicas a dor é uma patologia e não um sintoma (Araújo-Soares et al., 2000; Dellaroza et al., 2007; Durán et al., 2003). Como sintoma, a dor é muito frequente em doentes com perturbações mentais e psicofisiológicas (Capela et al., 2008).

A dor é um elemento importante da comunicação do corpo com o indivíduo, indicando uma possível alteração no organismo (Durán et al., 2003), sendo um forte motivo para que o doente vá ao médico e descreva a percepção que tem da sua dor (Capela et al., 2008; Pimenta et al., 1996).

A presença constante de dor afecta o doente em diversas dimensões, tais como física, psicológica, social, laboral, relacional, entre outras (Araújo-Soares et al., 2000; Cardoso, 2004; Durán et al., 2003; Maestre et al., 2001). E, desta forma, pode desencadear sintomas psicopatológicos reactivos – p.e., ansiedade e depressão –, interferir nas cognições e crenças sobre a doença, nas estratégias de coping com a doença/dor e na ma-

nutenção/melhoria da qualidade de vida do indivíduo (Cardoso, 2004; Durán et al., 2003; Mateus et al., 2008).

A literatura aponta para uma avaliação e intervenção na dor numa perspectiva multidisciplinar e multidimensional para a melhor adequação do tratamento ao doente, e, conseqüentemente, obter melhores resultados (Araújo-Soares et al., 2000; Capela et al., 2008; Durán et al., 2003).

Consequentemente, o objectivo do presente estudo é apresentar o racional teórico de um projecto de investigação sobre as necessidades psicossociais de indivíduos com dor crónica, focando a sintomatologia ansiosa e depressiva, as cognições de doença, as estratégias de coping e a qualidade de vida, como um meio para construir a sua paz interior.

1. DOR CRÓNICA

Ainda que o conceito de dor tenha sofrido alterações ao longo dos últimos anos, esta tem sido descrita como uma experiência subjectiva individual, multidimensional, única e dinâmica (Durán et al., 2006; Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996). A Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP), em 1979, definiu a dor crónica como “uma experiência sensorial ou emocional desagradável, associada a uma lesão tecidular

real ou potencial, ou descrito em função dessa lesão” (Júnior et al., 2003; Mateus et al., 2008; Schestatsky, 2008).

Melzack e Wall, em 1992, propuseram a teoria do portão para o controlo da dor (gate control) que demonstrou a necessidade de integração dos factores neurofisiológicos e psicológicos, com o objectivo de melhorar a compreensão da percepção da dor (Araújo-Soares et al., 2000; Capela et al., 2008).

O seu carácter multidimensional deve-se a factores fisiológicos, sensoriais, afectivos, cognitivos, comportamentais e socioculturais, que contribuem para a complexidade da dor (Araújo-Soares et al., 2000; Mateus et al., 2008). A sensação subjectiva, a qualidade e gravidade da experiência da dor dependem de factores intra-pessoais (processos psicodinâmicos nos primeiros anos de vida podem manifestar-se mais tarde perante a doença ou outros tipos de sofrimentos), inter-pessoais (os comportamentos podem ser reforçados ou inibidos) e biológicos (Capela et al., 2008).

Por exemplo, os mecanismos neurofisiológicos permitem a descodificação da intensidade, duração e localização das mensagens nociceptivas – factor sensorio-discriminativo –, assim como o estado de humor do indivíduo expressa a interferência da dor – factor afectivo-emocional (Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996). Os processos mentais inerentes à percepção da dor têm em consideração experiências anteriores do indivíduo, para atribuição dos significados à sua dor - factor cognitivo (Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996). As manifestações comportamentais e verbais dos indivíduos também permitem descreverem a dor – factor comportamental –, sendo que os padrões transmitidos pela sociedade ao indivíduo interferem na sua percepção de dor – factor sociocultural (Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996).

A dor pode não ter um carácter orgânico, ou seja, não ser explicada por lesões físicas ou disfunções fisiológicas (Verhaak et al., 1998). Nestes casos, está presente a dimensão psicológica da dor crónica, existindo três modelos, descritos por Lousberg (1994, citado por Verhaak et al., 1998), que tentam explicar esta dor. Um dos modelos, modelo do condicionamento operante, sugere a presença de reforços positivos e negativos no comportamento de dor (Verhaak et al., 1998). Segue-se o modelo do controlo antecedente da dor, em que o indivíduo tem dor como resposta a um estímulo físico previamente associada a um estímulo doloroso (Verhaak et al., 1998). E, por fim, é de referir o modelo cognitivo-comportamental, que sugere a dor como associação de distorções cognitivas (Verhaak et al., 1998).

Assim, a dor pode ter um impacto negativo nas diferentes dimensões da vida de um indivíduo, acarretando incapacidade física e funcional, dependência, fadiga, limitação do foco de atenção, isolamento social, alterações sexuais, alterações do apetite, alterações do sono, modificação do processo de pensamento, alterações na dinâmica familiar, dificuldades económicas e laborais, tristeza e mesmo pensamentos suicidas (Araújo-Soares et al., 2000; Cardoso, 2004; Dellaroza et al., 2007; Durán et al., 2003; Mateus et al., 2008; Maestre et al., 2001; Neubern, 2010; Pires et al., 2008).

A dor crónica pode ainda estar associada a psicopatologia, como, por exemplo, sintomatologia depressiva, sintomatologia ansiosa, perturbações somatoformes, perturbações da personalidade, perturbações do sono e uso de substâncias (Dersh et al., 2002; Pires et al., 2008).

Consequentemente, os protocolos utilizados para a avaliação da dor incluem medidas psicológicas, comportamentais, do funcionamento físico e geral (Araújo-Soares et al., 2000). Deste modo, é importante abordar: as características principais da dor; factores de alívio e agravamento; perceber a forma como

o doente exprime a sua dor; implicações da dor nas actividades; estratégias de coping; personalidade; impacto emocional, sócio-económico e espiritual da dor; impacto no sono, apetite, sexualidade; sintomas associados; entre outros (Júnior et al., 2003; Mateus et al., 2008; Vowles et al., 2011).

O trabalho em equipa multidisciplinar permite, assim, uma avaliação, diagnóstico, prevenção e tratamento mais rigorosos e satisfatórios para o controlo da dor (Araújo-Soares et al., 2000; Mateus et al., 2008). Permite também que o doente, cuidador informal e familiares tenham um papel activo, sendo importante a sua inserção no tratamento como parceiros de cuidados (Mateus et al., 2008).

O tratamento da dor crónica, em geral, requer intervenções farmacológicas e não farmacológicas (Capela et al., 2008; Mateus et al., 2008). De facto, a impossibilidade de tratar alguns doentes com dor crónica só com o modelo biomédico levou à inserção da intervenção psicológica (Araújo-Soares et al., 2000; Neubern, 2010). Actualmente, a dor (orgânica ou não) pode ser modificada com a utilização de modelos e estratégias psicológicas (Araújo-Soares et al., 2000). Desta forma, a utilização do modelo biopsicossocial contribui para uma melhor compreensão da dor crónica e seu tratamento (Araújo-Soares et al., 2000).

Neste contexto, é de sublinhar que os modelos cognitivo-comportamentais têm demonstrado vantagens para a sua utilização na dor crónica (Capela et al., 2008; Morley, 2010). A investigação tem indicado que as intervenções psicológicas têm sido eficazes em diferentes dimensões, com benefícios até pelo menos 1 ano após a intervenção (Araújo-Soares et al., 2000; Morley, 2010; Vowles et al., 2010).

2. SINTOMATOLOGIA ANSIOSA E DEPRESSIVA

As doenças crónicas podem originar sintomatologia depressiva, assim como a depressão pode contribuir para o desenvolvimento de queixas somáticas crónicas (Capela et al., 2008; Durán et al., 2006).

As perdas significativas nas diversas dimensões de vida de um doente com dor crónica podem originar sintomatologia depressiva e ansiosa (Capela et al., 2008).

De facto, a sintomatologia depressiva e a sintomatologia ansiosa são as mais frequentes na dor crónica, podendo, ambas, interferir negativamente na evolução do processo terapêutico (Pires et al., 2008).

Assim, o doente pode indicar os seguintes sintomas: diminuição dos seus interesses, tristeza, desesperança, alteração do sono, fadiga, diminuição da atenção e concentração, inquietação, agitação psicomotora, entre outros (Capela et al., 2008; Durán et al., 2003).

3. COGNIÇÕES DE DOENÇA

Cada vez mais a investigação incide na compreensão do significado, representação ou crenças dos indivíduos relativamente à doença (Pires et al., 2008). É fundamental analisar cuidadosamente o contexto onde o doente está inserido, pois este determina em grande escala a sua percepção de doença, assim como o que ela significa para si (Durán, et al., 2006; Neubern, 2010).

No caso da dor crónica, a experiência subjectiva e os significados que o indivíduo atribui aos processos de doença determinam a sua adaptação à doença, aos sintomas, aos tratamentos e à evolução da doença (Pires et al., 2008).

Assim, as diferentes construções de sentido e significado fazem a diferença na percepção da doença, com reconhecida importância da cultura e das experiências anteriores (Neubern, 2010). O doente vai interpretar a sua dor tendo em conta a sua percepção e cognição de dor (Pires et al., 2008).

A forma como o doente percebe a sua dor tem sido cada vez mais valorizada na sua avaliação (Pires et al., 2008). Deste modo, as alterações inerentes dos mecanismos neurofisiológicos da percepção envolvem, de forma significativa, a actividade cognitiva e comportamental (Durán et al., 2006).

Convém não esquecer que as cognições de doença podem sofrer alterações, ao longo do processo da doença, por diferentes motivos, sendo um deles a psicopatologia (Pires et al., 2008).

4. ESTRATÉGIAS DE COPING

O *coping* e o *stress* estão intimamente relacionados (Serra, 1988). Selye utiliza pela primeira vez o conceito de *stress* na comunidade científica, definindo-o como “uma resposta não específica do organismo a qualquer tentativa de alteração do seu equilíbrio” (Selye, 1974, citado por Pereira, 2006, p. 147). Existem três perspectivas diferentes de abordar o *stress*: pelos factores que determinam o seu aparecimento, pelas respostas do indivíduo ao *stress* (a nível psicológico, biológico ou social) e uma perspectiva transaccional que estuda a forma como o indivíduo vê as exigências do meio e como as enfrenta (Pereira, 2006). A forma como o indivíduo lida com as exigências do meio, sendo situações de dano, ameaça ou desafio, são as estratégias de *coping* (Serra, 1988).

Peralin e Schooler (1978, citado por Serra, 1988) afirmam que é importante conhecer quais os comportamentos das pessoas face aos problemas do dia-a-dia. Assim, cada vez mais se reconhece a relevância de incluir, aquando da avaliação da dor, as estratégias de coping, variável psicológica muito importante e que pode sofrer a influência da personalidade do doente e dos seus mecanismos de defesa (António, 2010; Serra, 1988).

Torna-se, deste modo, possível intervir, sendo que as intervenções nas estratégias de coping com a dor podem ser: estratégias de relaxamento, distração, aumento das actividades sociais e físicas agradáveis, reestruturação cognitiva, estabelecimento de objectivos e resolução de problemas (Araújo-Soares et al., 2000; Vowles et al., 2010). É importante ensinar o doente a melhorar/ampliar/adequar as suas estratégias de coping de forma a aumentar a sua qualidade de vida, diminuindo o sofrimento (Capela et al., 2008; Durán et al., 2003).

5. QUALIDADE DE VIDA

Nos últimos anos a investigação têm dado ênfase ao estudo da qualidade de vida, em diferentes áreas, como, por exemplo, nas doenças crónicas (Pais-Ribeiro, 2009; Ray et al., 2011), sabendo-se que quanto mais grave é a psicopatologia menor é a qualidade de vida do doente (Barbosa et al., 2000).

No âmbito da dor, Pedrosa (2009), p.e., verificou correlações estatisticamente significativas (fracas) entre a intensidade da dor e os domínios físico, psicológico e ambiental da qualidade de vida, não verificando correlações estatisticamente significativas entre a intensidade da dor e o domínio social e o score global da qualidade de vida numa amostra de indivíduos com dor crónica isquémica.

Num plano de tratamento, a promoção da qualidade de vida do doente é sempre uma preocupação dos profissionais de saúde, tornando-se relevante desenvolver intervenções para

maximizar a qualidade de vida do doente, de forma a controlar melhor a doença e possuir mais suporte emocional (Bennett, 2002).

Os indivíduos com dor crónica não são excepção, sendo que cada vez mais a investigação propõe uma equipa multidisciplinar para entrevir de forma holística, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos doentes (Araújo-Soares et al., 2000; Mateus et al., 2008).

CONCLUSÃO

A complexidade, subjectividade e multidimensionalidade da dor crónica fazem com que se torne essencial a continuação da investigação neste campo (Durán et al., 2006; Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996). Esta torna-se determinante para uma melhor avaliação das necessidades do doente e, consequentemente, uma intervenção adequada a cada doente, com maior probabilidade de eficácia (Castro et al., 2006; Mateus et al., 2008; Pimenta et al., 1996).

Assim, tanto a prática clínica junto de indivíduos com dor crónica como a revisão da literatura da especialidade (alguma da qual aflorada anteriormente) sugerem a pertinência de desenvolver projectos de investigação sobre as necessidades psicossociais de indivíduos com dor crónica, explorando a sua sintomatologia ansiosa e depressiva, cognições de doença, estratégias de coping e qualidade de vida. A identificação das necessidades dos doentes permitirá o desenvolvimento de esforços (multidisciplinares) para as colmatar, contribuindo para construir a paz interior dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- António, Patrícia (2010). A psicologia e a doença crónica: intervenção em grupo na diabetes mellitus. In: Psicologia, Saúde & doença, vol.11, no.1, pp. 15-27.
- Araújo-Soares, Vera et al. (2000). É possível viver apesar da dor!.. Avaliação da eficácia de um programa de intervenção multimodal em pacientes com dor crónica. In: Psicologia, Saúde & Doenças, vol.1, no.1, pp. 101-112.
- Bennett, Paul (2002). Introdução clínica à psicologia da saúde. Lisboa, Climepsi.
- Capela, Calos et al. (2008). Perturbação de dor. In: Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca, vol.5, no.1, pp. 30-45
- Cardoso, Jorge (2004). Sexualidade na doença crónica e na deficiência física. In: Revista Portuguesa de Clínica Geral, nº20, pp. 385-394.
- Dellarozza, Mara et al. (2007). Prevalência e caracterização da dor crónica em idosos não institucionalizados. In: Caderno de Saúde Pública, vol.23, no. 5, pp. 1151-1160.
- Dersh, Jerffrey et al. (2002). Chronic pain and psychopathology: research findings and theoretical considerations. In: Psychosomatic Medicine, vol. 64, pp. 773-786.
- Durán, Carl et al. (2003). Abordage psicossocial del dolor crónico. In: Catalá, Elena e Aliaga, Luis. (EDs.). Manual de tratamiento del dolor. Barcelona, Publicaciones Permanyer, pp. 27-49.
- Júnior, Edson et al. (2003). Epidemiologia da dor crónica e dor neuropática: desenvolvimento de questionário para inquéritos populacionais. In: Revista Brasileira de Medicina, vol.60, no.8, pp. 610-615.

- Maestre, Carl et al. (2001). Neuroticismo, afrontamiento y dolor crónico. In: *Anales de psicología*, vol.17, no.1, pp. 129-137.
- Mateus, Ana et al. (2008). *Dor: Guia orientador de boa prática*. Lisboa: Ordem dos Enfermeiros.
- Morley, Stephen. (2010). Efficacy and effectiveness of cognitive behaviour therapy for chronic pain: progress and some challenges. In: *Pain*, no. 30, pp. S99-106.
- Neubern, Maurício. (2010). Psicoterapia, dor e complexidade: construindo o contexto terapêutico. In: *Psicologia: Teoria e Prática*, vol.26, no.3, pp. 515-523.
- Pais-Ribeiro, José. (2009). A importância da qualidade de vida para a psicologia da saúde. In: Cruz, J.N., Jesus S.N. & Nunes, C. (Coords.). *Bem-estar e Qualidade de Vida*. Alcochete, Textiverso, pp.31-49.
- Pedrosa, D. F. A. (2009). *Avaliação e mensuração da dor crônica isquêmica e da qualidade de vida*. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- Pereira, A.M.S. (2006) *Stresse e doenças: Contributos da Psicologia da Saúde na última década*” In Isabel Leal (Eds) *Perspectivas em Psicologia da Saúde*. Coimbra: Quarteto Editora, 145-167.
- Pimenta, Cibele et al. (1996). Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, vol.30, no.3, pp. 473-483.
- Pires, Ana et al. (2008). Significações de doença, confronto sintomático e adaptação em pacientes de reumatologia e ortopedia: uma abordagem desenvolvimentista e dialéctica. In: *Análise Psicológica*, vol.2, nº25, pp. 309-326.
- Ray, Lhasa et al. (2011). Mechanisms of association between obesity and chronic pain in the elderly. In: *Pain*, vol.152, pp. 53-59.
- Schestatsky, Pedro. (2008). Definição, diagnóstico e tratamento da dor neuropática. In: *Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre*, vol.28, no.3, pp. 177-187.
- Serra, Adriano. (1988). Um estudo sobre o coping: o Inventário de Resolução de Problemas. In: *Psiquiatria Clínica*, vol.9, no.4, pp. 301-316.
- Verhaak, Peter et al. (1998). Prevalence of chronic benign pain disorder among adults: a review of the literature. In: *Pain*, pp. 231-239.
- Vowles, Kevin et al. (2010). Comparing the role of psychological flexibility and traditional pain management coping strategies in chronic pain treatment outcomes. In: *Behavior Research and Therapy*, no.48, pp. 141-146.

CONSTRUÇÃO DA PAZ NA INFÂNCIA: RESULTADOS DE UM PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

ANA BOTELHO RIBEIRO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

ANA COSTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

ANA GOMES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

ANA RAQUEL CARNEIRO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

CARLA FONTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

CLÁUDIA SANTANA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

CRISTINA FERREIRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

FERNANDA DUARTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

GLÓRIA JÓLLUSKIN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE F. MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL

TERESA TOLDY

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PES-
SOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

O objectivo do presente estudo é apresentar parte de um programa de promoção da saúde com implicações para a construção da paz, implementado numa turma do ensino básico. O Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos” procura reforçar a criança como sujeito social, capacitando-a a cuidar de si e a agir em grupo, em defesa da saúde. A avaliação da satisfação e dos conhecimentos sugere que os objectivos principais das sessões foram globalmente alcançados.

ABSTRACT

The aim of the present study is to present part of a health promotion program, with implications for peace building, implemented in 2nd year students. The Project “Learning to Grow in Paranhos” seeks to reinforce children as social actors, making them able to take care of themselves and to act in group, defending health. Satisfaction assessment and knowledge assessment suggest that the main aims of the sessions were globally achieved.

INTRODUÇÃO

O Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos”, que resulta de um protocolo estabelecido entre a Universidade Fernando Pessoa (UFP) e a Junta de Freguesia de Paranhos, constitui um recurso que pode permitir ao sistema educativo enfrentar os novos desafios com que se depara, na medida em que, além da transmissão de conhecimentos organizados, a escola tem como objectivo fundamental educar para os valores, promover a saúde, a formação e a participação cívica dos alunos, tornando-os mais autónomos mediante um processo de aquisição de competências pessoais e sociais que são a base das aprendizagens ao longo da vida.

As sessões implementadas procuraram reforçar, por um lado, a criança, como sujeito social, para capacitá-la a cuidar de si e agir em grupo e em defesa da promoção da saúde, valorizando a sua subjectividade e intersubjectividade no processo

de conhecimento da realidade e privilegiando o diálogo como expressão da comunicação; por outro, a participação como acto inerente ao viver colectivo; a utilização de estratégias que permitam a coexistência de várias áreas do conhecimento; o reconhecimento da dimensão afectiva no processo de transformação e tomada de decisão, pelo incentivo e fomento de parcerias através de redes sociais de apoio (Catrib, 2003).

1. PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL INFANTIL

A promoção da saúde mental infantil é fundamental, pois os problemas psiquiátricos infantis são comuns a todas as sociedades (Dell’Aglia *et al.*, 2004). Um grande número desses problemas têm mau prognóstico e muitas perturbações, na idade adulta, originam-se em factores de risco na infância (Dell’Aglia *et al.*, 2004). De igual modo, a promoção da saúde mental na

infância tem um impacto positivo não só a um nível micro-sistémico, para as crianças e suas famílias, mas também a um nível macrosistémico, para as instituições, designadamente a escola e as comunidades (Brofenbrenner, 1979).

Vários estudos demonstram a efectividade do treino de competências sociais em problemas de escolares, orientação vocacional, perturbações de ansiedade, dependência química, perturbações de personalidade, depressão e esquizofrenia, entre outros (Bedell et al., 1997). Na depressão, para citar um exemplo, os factores de risco identificados são as competências sociais pobres, fracasso escolar, dificuldades de temperamento, doença física, estilo de interacção negativa (factores individuais); baixa auto-estima, imagem corporal negativa, expectativas pessimistas e baixa auto-eficácia (factores cognitivos); conflitos conjugais, depressão na família, negligência e maus tratos pelos pais (factores familiares) e exposição à pobreza, violência na comunidade e outras situações de vida stressantes (situações de vida) (Dell'Aglío et al., 2004). Por outro lado, as competências sociais, sucesso na vida escolar, envolvimento em actividades extra-curriculares, auto-conceito positivo, competência intelectual, práticas educativas parentais saudáveis e suporte social são exemplos de factores de protecção comuns a algumas perturbações (Dell'Aglío et al., 2004).

Ao longo do seu desenvolvimento, as crianças devem desenvolver competências que visem aumentar o bem-estar, principalmente quando se encontram em risco de desenvolver doenças mentais. Por isso, pode-se falar também de prevenção da doença (Sroufe et al., 1984). A maior parte das intervenções dirigidas a crianças têm objectivos gerais (McGuire et al., 1991) e os aspectos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida das crianças podem estar associados a conceitos de saúde mental, tais como o aumento da auto-estima e a diminuição do comportamento anti-social. Observar o desenvolvimento normal da criança pode orientar para estratégias de intervenção dirigidas aos problemas de saúde mental. A Psicopatologia Desenvolvimental refere que algumas formas do comportamento normativo e desenvolvimental, como por exemplo as relações com os pares ou a auto-estima, podem associar-se à vulnerabilidade e a problemas posteriores, como a depressão e o comportamento anti-social (Sroufe et al., 1984). Assim, os problemas com as relações com os pares são um dos maiores factores de risco de ocorrência de perturbações na infância e início da adolescência, um dos maiores preditores da perturbação de conduta na adolescência (Dodge et al., 1986) e um dos factores psicológicos individuais que estão mais fortemente associados à depressão na infância (Attie et al., 1992).

As intervenções de saúde mental na infância têm como objecto o meio no qual a criança está inserida (McGuire et al., 1991). Como tal, os pais da criança, os professores e as instituições, nomeadamente a escola, têm sido o alvo de intervenção, pois sobretudo a escola é o local onde a criança passa a maior parte do seu tempo. A promoção da saúde mental infantil consiste no processo de capacitação da criança, inserida numa comunidade, para actuar no sentido da melhoria da sua qualidade de vida e saúde, enfatizando uma maior participação da criança no controlo deste processo (McGuire et al., 1991). De modo a alcançar um estado de completo bem-estar físico, mental e social dos indivíduos e grupos, devem identificar-se as aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente (WHO, 1986). No entanto, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva da área da saúde e visa, além de um estilo de vida saudável, um bem-estar global (WHO, 1986). Actualmente, a saúde deve ser encarada num sentido positivo, como recurso para a vida, valorizando

os recursos sociais e pessoais e as capacidades físicas, e não como mera ausência de doença (WHO, 1986). As acções de promoção da saúde procuram reduzir as diferenças no estado de saúde da população e assegurar oportunidades e recursos igualitários para capacitar todos os indivíduos a realizar integralmente o seu potencial de saúde (WHO, 1986).

Assim, torna-se fundamental promover ambientes favoráveis, o acesso à informação e a experiências educativas significativas e a aquisição de competências pessoais e sociais, assim como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais saudável (WHO, 1986). A promoção da saúde mental deve assentar em estratégias holísticas e ecológicas. Promover a saúde mental infantil no século XXI deve contemplar a responsabilidade social para com a saúde, bem como consolidar e expandir parcerias para o desenvolvimento social e da saúde entre os diferentes sectores sociais e em todos os níveis da sociedade de modo a aumentar a capacidade comunitária e dar direito de voz ao indivíduo, nomeadamente através da facilitação da aprendizagem compartilhada e da solidariedade em acção (Witier, 1997). Por isso, não existem doenças estritamente locais, não há “saúde local”, a saúde é total, é o todo (Witier, 1997).

O bem-estar social é um dos aspectos essenciais a considerar nos projectos de promoção da saúde dirigidos às crianças. A Carta de Ottawa (WHO, 1986) foi um dos documentos fundadores da promoção da saúde actual, enfatizando a concepção de responsabilização múltipla dos diversos intervenientes perante os problemas e as propostas de soluções para os resolver. Cada cidadão é actor e autor do seu percurso de vida, e condiciona, com as suas decisões, os indivíduos e os contextos com os quais interage (Rodrigues, et al., 2005). Por isso, a educação é essencial para a construção da cidadania e para o desenvolvimento de competências transformadoras e criadoras de condições de vida saudáveis (Rodrigues et al., 2005).

As intervenções ao nível da promoção da saúde e a prevenção das doenças dirigidas a crianças assumem um papel basilar para preparar a criança para viver uma vida individual na sociedade em que se insere e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, sobretudo, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. A Carta de Jacarta, elaborada em 1997, propõe um conceito de promoção da saúde baseado em princípios e valores éticos, como a vida, a solidariedade, a equidade e a cidadania e estratégias que procuram concretizar a cooperação e as parcerias para viabilizar uma sociedade mais humana e fraterna. A partir da década de 1970, deu-se início a uma mudança do objecto de intervenção dos programas de prevenção, do âmbito individual para o comunitário, com incidência na participação da comunidade e na colaboração multidisciplinar, reconhecendo-se que cabe à comunidade melhor avaliar e solucionar os problemas locais. A par deste processo surgiu a evolução do conceito de promoção da saúde, como estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afectam as populações humanas e o seu meio social. Até ao início da década de 80, as diversas áreas das ciências médicas e sociais incidiram as suas investigações e aplicações práticas nas múltiplas doenças para descobrir as causas de problemas físicos e mentais. Os modelos teóricos dessas investigações viviam explicar a elevada probabilidade de resultados negativos em função dos factores de risco que não eram suficientes para explicar os fenómenos da sobrevivência humana face à adversidade. A partir de 1990, a promoção da saúde, como meio para alcançar melhor qualidade de vida, com a participação de indivíduos e da comunidade, veio fortalecer a saúde pública e a cidadania. Na V Conferência Internacional de Pro-

moção da Saúde, realizada na Cidade do México, em 2000, assumiu-se um compromisso de implementar planos nacionais de acção em promoção da saúde, demonstrando o seu papel fundamental. A VI Conferência Internacional de Promoção da Saúde que ocorreu em Bangkok, na Tailândia, em 2005, teve como tema a efectividade da promoção da saúde, cuja recomendação fundamental foi a formação de recursos humanos pelas universidades para actuar no paradigma da nova cultura da saúde. Nesta conferência concluiu-se ainda que a capacitação para a promoção da saúde deve ir além do desenvolvimento comunitário e do desenvolvimento de competências individuais, para passar a considerar as políticas mundiais e locais, as parcerias, os sistemas económicos e de informações, entre outros. Assim, deve preparar-se cada indivíduo, cada criança, para assumir o controlo e a responsabilidade sobre a sua própria saúde e sobre a saúde da comunidade, bem como preparar para o empowerment, para a participação e tomada de decisões, para o controlo social, para exigir direitos, para actuar sobre os factores determinantes e condicionantes da saúde e qualidade de vida (Pelicioni et al, 2007).

2. PROJECTO “APRENDER A CRESCER EM PARANHOS”

No âmbito do projecto “Aprender a Crescer em Paranhos”, um grupo de 5 alunos do 2º Ciclo de Estudos em Psicologia Clínica e da Saúde da UFP implementou um plano de promoção da saúde, focando a educação para a cidadania, educação para os afectos e prevenção da violência. As sessões, num total de três, foram realizadas na Escola Básica Agra do Amial, do Agrupamento de Escolas do Amial, ao longo do 1º semestre do ano lectivo 2010-2011.

O projecto teve a sua continuação no segundo semestre do mesmo ano lectivo, com mais três sessões que versaram a educação para a paz, prevenção do tabagismo e prevenção do consumo de drogas. Cada sessão teve uma duração média de 90 minutos e decorreram durante o período de aula. Foram dinamizadas através de jogos pedagógicos realizados em grupo, como actividades plásticas ou recreativas que facilitaram a reflexão e a partilha de experiências, bem como a convivência entre os colegas da turma com quem foram realizadas. O projecto pretende contribuir para o desenvolvimento de competências nas crianças que respeitam o e são definidas pelo Programa Nacional de Saúde Escolar (2006), ou seja, criar um clima de escola amigável; desenvolver competências pessoais e sociais nos alunos; promover a igualdade entre os alunos; promover uma convivência saudável; promover atitudes assertivas; sensibilizar para os riscos do consumo de substâncias; desenvolver conhecimentos no âmbito da prevenção da violência, educação para a cidadania, educação afectiva e prevenção de consumos nocivos; reforçar os factores de protecção relacionados com estilos de vida saudáveis e promover uma boa articulação com a comunidade extra-escolar (Despacho 12.045/2006).

As sessões do projecto tiveram início no mês de Outubro de 2010, sendo agendadas para os dias 29 de Outubro (sessão sobre a educação para a cidadania); 26 de Novembro (sessão dedicada à educação para os afectos) e 10 de Dezembro (sessão dedicada à prevenção da violência).

2.1. PREPARAÇÃO

De forma a serem concretizadas as actividades propostas para cada sessão e atingidos os respectivos objectivos, foi necessária

uma primeira fase de preparação, quer em termos de materiais, quer em relação à execução das várias fases das actividades a implementar. Neste sentido, depois de uma leitura atenta da planificação (elaborada pelos docentes da UFP envolvidos no projecto) de cada sessão por parte de cada monitora (mestranda de Psicologia) e da construção/adaptação dos materiais necessários à execução de cada actividade, procedeu-se à realização de um *role-play*, em contexto de sala de aula, com a finalidade de treinar a implementação de cada fase da sessão. Este processo foi importante na medida em que possibilitou identificar pontos que poderiam ser aperfeiçoados, tais como a linguagem a usar na apresentação e explicação de cada tarefa, integrações conceptuais a fazer no final de cada tarefa e/ou no final da sessão, avaliação e finalização. Daqui resultaram algumas alterações às planificações iniciais, por sugestão dos vários elementos do grupo, que foram posteriormente explicitadas na avaliação individual que cada monitor fez da sessão (por escrito). Após a primeira sessão, e depois de conhecido o grupo, a segunda e terceira sessões foram também ajustadas em função da dinâmica observada entre as crianças, do espaço físico da sala e dos materiais a utilizar.

2.2. IMPLEMENTAÇÃO

Como já foi anteriormente referido, cada sessão teve a duração média de 90 minutos, com início por volta das 9 horas e término cerca das 10h30min. Uma vez que o início das sessões coincidia com a chegada das crianças à escola, houve sempre a necessidade de reservar um tempo de espera para que todos estivessem presentes, sentados e tranquilos de modo a poder dar-se início às actividades.

Em todas as sessões, houve a preocupação de saber, junto da professora, se havia algum elemento da turma que não tinha autorização para participar. De facto, uma das crianças não tinha o consentimento informado necessário assinado pelo encarregado de educação, pelo que não foi envolvida nas actividades.

Cada fase das sessões foi assegurada por todas as monitoras de uma forma fluida e coordenada. Na gestão das actividades, atendeu-se a várias fases: a fase inicial, que tem a função de “quebra-gelo”, momento em que monitores e crianças se cumprimentam, apresentam ou são lembrados os nomes dos monitores; a fase de intervenção propriamente dita, altura em que se realizam as actividades planificadas para a sessão e em que o objectivo é fornecer às crianças as ferramentas necessárias para compreender e utilizar os conceitos que importa assimilar/treinar as competências-alvo, através dos jogos e integrações conceptuais; a fase de avaliação, em que são dadas às crianças duas folhas – numa assinalam se gostaram ou não da sessão (avaliação da satisfação global) e noutra registam, por escrito ou em desenho, o que aprenderam; e, por último, a fase de finalização, relativa à despedida. Todavia, existe sempre algo que escapa ao programado e, portanto, algo que obriga a saber lidar com o inesperado e utilizá-lo em proveito do caminhar do grupo.

As actividades permitiram que as crianças se movimentassem e descontraíssem, quebrando a seriedade das tarefas, vistas sempre como jogos, e permitindo a aproximação dentro do grupo e do grupo com os monitores. Ao longo da gestão das actividades foi considerada a fase de desenvolvimento das crianças, o seu conhecimento e experiência e respeitada a diversidade individual de cada uma, tentando garantir uma igualdade de oportunidades (Abric, 1998). Através das actividades de grupo foi trabalhada especialmente a estrutura informal do grupo, a comunicação, a participação, a empatia,

a aceitação, a tolerância e o desenvolvimento de relações de respeito e de assertividade entre todos os membros, de modo a promover o desenvolvimento pessoal e social dos valores e das normas ou regras sociais, tendo sempre em consideração a temática central de cada sessão. Para tal, foi assegurado que todas as crianças participavam em cada actividade de forma equilibrada e ordeira, falando cada uma na sua vez, havendo necessidade de gerir situações de maior excitação das crianças, por se tratar de um momento diferente na sua rotina. Cada sessão foi filmada e/ou fotografada, de acordo com os consentimentos informados previamente obtidos.

2.3. AVALIAÇÃO

Conscientes de que um bom exercício da Psicologia consiste em fazer avaliações contínuas do desempenho e do processo, procedeu-se a uma reflexão crítica contínua sobre o modo como as actividades estavam a ser implementadas na escola. Esta avaliação contínua alertou para algumas das limitações sentidas, motivando o grupo para fazer leituras complementares sobre as temáticas das sessões e o modo de geri-las, respeitando as características dos indivíduos participantes e dando atenção a vários aspectos necessários e importantes a ter em conta para quem intervém, nomeadamente a utilização de linguagem simples e uma explicação clara e objectiva do modo de realização da actividade e as suas estratégias e objectivos, o desenvolvimento, as variantes alternativas e os comentários pertinentes dos colegas e da docente. A colaboração da professora das crianças no decorrer da primeira sessão resultou numa mais-valia na adequação dos conteúdos abordados e na transferência das temáticas e organização das actividades para o contexto da escola. As reflexões decorrentes deste processo foram registadas num formulário desenvolvido pelas doentes envolvidas no projecto, tendo cada monitora preenchido um formulário por sessão, que forneceu à docente.

Foi também fundamental a avaliação feita no final de cada sessão pelas crianças, com recurso a duas fichas que visavam obter um indicador da sua satisfação global (cf. Tabela 1 - Resultados da avaliação da satisfação global relativa às sessões realizada pelas crianças) e um indicador do que fora aprendido (desenhando ou escrevendo).

A análise das fichas de avaliação da satisfação mostra que as sessões foram, em geral, de encontro aos gostos dos participantes. No que se refere às aprendizagens efectuadas, todos os participantes foram capazes de expressar, minimamente, o tema principal de cada sessão, ainda que, quando confrontados com a necessidade de transpor para o papel, em forma escrita ou de desenho, tenham existido algumas limitações e/ou dificuldades. Ficou assegurado, no entanto e dentro do possível, que o objectivo principal de cada sessão foi alcançado no que diz respeito à passagem das noções essenciais de cada temática.

3. PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL INFANTIL: CONTRIBUTOS DO PROJECTO “APRENDER A CRESCER EM PARANHOS”

Nas sessões foram utilizadas competências comunicacionais e técnicas que permitiram estabelecer relações de confiança e colaboração com as crianças (Bierman, 1997), sendo de enfatizar o encorajamento das competências e o suporte das crianças para a autoconfiança, fortalecendo a sua confiança e a manifestação da resiliência (Fraser *et al.*, 1999).

A primeira sessão abordou o tema da cidadania, tendo como directriz principal capacitar as crianças para reconhecerem valores positivos face à diferença e à diversidade, promovendo o reconhecimento de que todas as pessoas apresentam semelhanças e diferenças e de que ninguém é igual ao outro. Todos somos seres únicos e diferentes, mas todos temos coisas em comum. A diversidade é considerada um factor de enriquecimento e de desenvolvimento uma vez que a inclusão desafia a mudança, estimula a flexibilidade das relações e permite uma eficaz distribuição dos recursos e do seu bom aproveitamento, motivando o trabalho em equipa e o envolvimento de todos os intervenientes da escola, dos pais e encarregados de educação, da comunidade e dos diversos serviços. Esta sessão possibilitou também aos alunos envolverem-se na aprendizagem do conviver com o outro, respeitando as diferenças e a percepção de que a multiplicidade de olhares contribui para o planeamento de acções de grupo mais integradas e totalizadoras. A cidadania é um dos aspectos essenciais de uma escola promotora de saúde, em que a escola pode e deve trabalhar nessa perspectiva. A educação para a cidadania e a valorização do singular de cada criança assumem um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção da doença mental quando encontram um apoio no contexto colectivo, cultural e social e, mais concretamente, na escola actual que enfrenta um conjunto de desafios que incluem a massificação do ensino, o aumento da escolarização e a adaptação ao grande desenvolvimento tecnológico da sociedade.

A segunda sessão teve como tema central a educação para os afectos. De acordo com os ideais transdisciplinares, a educação passa pelo afecto. O aluno, quando percebe que a escola promove afectos e que as acções afectivas podem reflectir-se na melhoria da escola, valoriza os estudos e ajuda a transformar o ambiente escolar. Promover acções de sensibilização para os afectos desperta o aluno para os sentimentos e emoções. O conceito de afectividade é polissémico, referindo-se a sentimentos de apego e de ternura, relação de cuidado e de ajuda, empatia, amizade, amor e carinho. Espinosa (2003) propõe uma análise da afectividade em cinco componentes, ou seja, motivação, confiança em si, atitudes, emoções e atribuição causal. Estes componentes assumem um papel importante na aprendizagem e no ensino. A educação afectiva privilegia a atitude de respeito, empatia, abertura ao outro, e relaciona-se com sentimentos de bem-estar e emoções, como a alegria, satisfação, confiança, sentimento de si, que decorrem de situações e contextos de interacção nas quais essas atitudes ocorrem. A escola actual tem a função de formar cidadãos pensantes, críticos e actuantes. Por isso, a aprendizagem é um processo interactivo, dinâmico e consequente. Torna-se fundamental realizar actividades no âmbito da educação afectiva dado que é pela afectividade que o indivíduo tem acesso aos sistemas simbólico-culturais. Na medida em que os aspectos cognitivos e os afectivos se associam mutuamente, pode concluir-se que o êxito escolar depende não só dos aspectos intelectuais mas também dos afectivos (Neves e Carvalho, 2006). Assim, é essencial abordar a temática da afectividade no contexto escolar dado que isso significa analisar as condições concretas através das quais se estabelecem os vínculos entre o aluno e o objecto, ou seja, os conteúdos escolares e culturais. A afectividade manifesta-se mediante comportamentos posturais e verbais e vai adquirindo complexidade à medida que o indivíduo se vai desenvolvendo. A comunicação afectiva deve fluir respeitando a faixa etária do indivíduo e as necessidades de cada fase, visando um relacionamento que favoreça ambientes de diálogo, de partilha, de confiança e de valorização das suas contribuições, valorizando assim a auto-estima e au-

mentando a segurança e contribuindo para uma relação positiva com o meio social (Spagolla, nd). Por isso, quando a escola decide abrir-se à comunidade, com toda a sua complexidade, assumindo a responsabilidade de ser uma referência na sociedade, unindo-se às famílias e a outros parceiros sociais, está a prevenir que, no futuro, as crianças venham a apresentar problemas, promovendo a sua saúde global (Spagolla, nd).

A terceira sessão, em que foi abordada a prevenção da violência, partiu da necessidade cada vez mais premente de passar às crianças noções básicas do que é a violência e das várias hipóteses que têm à disposição para resolver um conflito. Se é verdade que a violência nas escolas é um espelho da violência na sociedade civil envolvente, as acções de sensibilização, prevenção e promoção nas escolas constituem um passo na diminuição dos níveis de violência entre jovens (Matos et al, 2009). Muito mais haverá a fazer, em especial junto das famílias, professores, assistentes operacionais e comunidade em geral, de uma forma mais frequente e consistente, para que os resultados possam ser mais expressivos e evidentes.

Actualmente, o conceito de bullying/provocação tem sido alvo de uma enorme divulgação por parte dos media. O fenómeno não é recente mas é o facto de estar na ordem do dia que tem permitido que a investigação sobre o tema avance, fazendo com que a sua compreensão seja maior e os meios para a sua resolução mais eficazes. As agressões físicas e o bullying são os tipos de violência mais praticados nas escolas europeias (Matos et al, 2009). Sendo um comportamento intencional, específico e agressivo, representa um tipo de violência praticado entre pares, num contexto próprio: a escola. Estes comportamentos, que englobam acções de ordem física, verbal e psicológica, podem ser praticados por um único indivíduo ou por um grupo, direccionado igualmente a um indivíduo ou a um grupo. Quem é simultaneamente vítima e agressor é denominado de vítima-provocatória (Matos et al., 2009). Mais recentemente, a atenção foi-se focalizando também nos denominados bystanders (espectadores) que são aqueles que normalmente assistem sem interferir ou que interferem tomando a defesa da vítima ou incentivando o agressor (Matos et al 2009). Comportamentos como bater, pontapear, empurrar, roubar, ameaçar, brincar de uma forma rude e intimidatória e usar armas constituem o bullying físico ou directo; o bullying psicológico refere-se a chamar nomes, arrelhar ou pegar com alguém, ser sarcástico, insultuoso ou injurioso, fazer caretas e ameaçar; o bullying indirecto, que constitui o tipo de bullying mais dissimulado porque não é tão visível, inclui excluir ou rejeitar alguém de um grupo (Bullock, 2002).

CONCLUSÃO

Na medida em que os problemas da sociedade reflectem-se na escola, a escola deve ter recursos para lidar com estas questões que possam emergir, o que nem sempre se evidencia. A intervenção articulada de instituições e serviços da escola e da comunidade torna-se fundamental para se poder intervir eficazmente. Os primeiros anos de vida da criança são momentos muito importantes para a formação da criança, num período em que ela está a construir a sua identidade e a sua estrutura física, social, afectiva e intelectual. Por isso, através de actividades lúdicas, pensa-se ter contribuído para intervir positivamente no desenvolvimento das crianças, suprimindo as suas necessidades biopsicossociais e concedendo condições adequadas para elas adquirirem e desenvolverem as suas competências. Espera-se ter contribuído para o desenvolvimento integral das crianças, ampliando as suas experiências e co-

nhecimentos para estimular o interesse pela dinâmica da vida social e permitindo uma integração e convivência adaptada à sociedade através de valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito. As actividades lúdicas, segundo Schaefer *et al.* (1986), promovem e contribuem para o bem-estar psicológico da criança. As escolas acolhedoras, e estimuladoras, acessíveis às crianças e suas famílias, através da realização de acções socioeducativas, podem contribuir para a promoção da saúde e prevenção de doenças, nomeadamente de âmbito mental. A interacção com os pares é uma parte imprescindível da socialização na infância, proporcionando um espaço de aprendizagem de papéis, desenvolvimento cognitivo e moral, domínio de impulsos agressivos e aquisição de competências sociais globais (Kendall *et al.*, 1983).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, Jean-Claude. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, Antónia. e Oliveira, Denise. (Org.), Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia, AB. pp. 27-38.
- Attie, Ilana. et al.. (1992). Development issues in the study of eating problems and disorders. In: Crowther, Janis H. et al (Eds). The etiology of bulimia: the individual and familial context. Washington, DC, Hemisphere, pp. 35-50.
- Bedell, Jeffrey et al. (1997). Handbook for communication and problem-solving skills training: A cognitive behavioral approach. New York, John Wiley & Sons, Inc.
- Bierman, Karen, et al. (1997). Implementing a comprehensive program for the prevention of conduct problems in rural communities: The fast track experience. In: American Journal of Community Psychology, vol. 25, pp. 493-514.
- Bronfenbrenner, Urie. (1979). The ecology of human development. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Bullock, Janis. (2002). Bullying among children. In: Childhood Education, vol. 78, n.º 3, pp. 130-133.
- Catrib, Ana Maria. (2003). Saúde no espaço escolar. In: Barroso, Maria Grasiela, Vieira, Neiva, e Varela, Zulene. Educação em saúde no contexto da promoção humana. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, pp. 39-46.
- Dell’Aglia, Débora e Hutz, Cláudio. (2004). Desempenho e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 7, n.º3, pp. 351-357.
- Despacho nº 12.045/2006 de 7 de Junho. Programa Nacional de Saúde Escolar. Diário da República nº 110 – Série II. Ministério da Saúde, Divisão de Saúde Escolar: Lisboa.
- Dodge, Kenneth. et al (1986). Social competence in children. In: Monographs of the Society for Research in Child Developments, vol. 51, n.º 2.
- Espinosa, Gaelle. (2003). L’Affectivité à L’Ecole. Paris. PUF.
- Fraser, Mark, et al. (1999). Risk, protection, and resilience: toward a conceptual framework for social work practice. Social Work Research, vol. 23, n.º 3, pp. 131-142.
- Kendal, P. et al. (1983): Integrating Cognitive and Behavioural Procedures for the Treatment of Socially Isolated Children. In: Meyers, Andrew e Craighead, Edward. (Eds.). Cognitive Behavior Therapy with Children, New York, Plenum Press, pp. 261-288.
- Matos, Margarida et al (2009). Violência entre pares no contexto escolar em Portugal, nos últimos 10 anos. Interacções, vol. 13, pp. 98-124.

- McGuire, Jacqueline. e Earls, Felton. (1991). Prevention of psychiatric disorders in early childhood. In: Journal of Child Psychology, vol. 31, pp. 129-153.
- Neves, Maria do Carmo. e Carvalho, Carolina. (2006). A importância da afetividade na aprendizagem da matemática em contexto escolar: Um estudo de caso com alunos do 8.º ano. In: Análise Psicológica, vol. 24, nº 2, pp. 201-215.
- Pelicioni, Maria, et al. (2007). A educação e a comunicação para a promoção da saúde. In: Rocha, Aristides e César, Chester. (Org.). Saúde pública: bases conceituais. São Paulo, Atheneu Editora.
- Rodrigues, Manuel, et al. (2005). Educação para a saúde: Formação pedagógica de educadores para a saúde. Coimbra, Formasau – Formação e Saúde, Lda.
- Schaefer, Charles, et al (1986). Advances in Therapies for Children. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Sroufe, Alan. et al. (1984). The domain of developmental psychopathology. In: Journal of Child Development, vol. 55, pp. 705-711.
- Spagolla, Rosimeiri. (nd). Afetividade: Por uma educação humanizada e humanizadora. [Em linha]. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf> [Consultado em 25 de Novembro de 2010].
- Witier, P. (1997). La qualité de vie. In: Revue Prévenir, vol. 33, pp. 61-62.
- World Health Organization. (1986). Carta de Ottawa. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília: Ministério da Saúde/IEC.

O IMPACTO DO PSICODRAMA NOS INDIVÍDUOS: DADOS PRELIMINARES DE UM ESTUDO NATURALISTA

ANA CRUZ

PHD CANDIDATE; SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICODRAMA
DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

GABRIELA MOITA

PHD, SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICODRAMA
DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

CÉLIA SALES

PHD, UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL DO ISCTE-IUL

PAULA ALVES

MSC, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL DO ISCTE-IUL



RESUMO

O presente estudo pretende conhecer o impacto do Psicodrama e do próprio grupo, em cada indivíduo que nele participa. Seguindo o paradigma metodológico “practice-based research”, na linha *Change process research* (Elliott, 2010), serão apresentados e discutidos dados de natureza qualitativa e quantitativa recolhidos em contexto real, semanalmente, num grupo orientado com o modelo psicodramático. Espera-se com este estudo contribuir para a compreensão do papel do psicodrama nas mudanças individuais o que poderá influir na sua Saúde Mental e forma de estar no mundo.

ABSTRACT

The present study aims to explore the impact of psychodrama on the individuals undergoing this form of therapy. Following a “practice-based research” philosophy, in line with the *Change process research* paradigm (Elliott, 2010), we present and discuss qualitative and quantitative data collected in real contexts, in weekly psychodrama group sessions. We expect to contribute to the understanding of how psychodrama promotes inner changes in individuals, which may influence their mental health and their relationship with the world as a whole.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

The world is you. Without transformation of the individual which is you, there can be no radical revolution in the world. Krishnamurti

Maybe by continuing the work in small groups we can make a modest contribution in curing the ills of society and of the individual. I hope so. Marcia Karp, 2006

O facto de ter dito que o grupo tinha características minhas, já que pertencia a ele. Senti que a minha presença e personalidade deixam uma marca e contribuem para o ambiente em que estou inserida. (retirado de um HAT de um elemento do grupo-alvo do estudo)

A lacuna entre a investigação e a prática da psicoterapia tem vindo a ser discutida há mais de trinta anos. Nos últimos vinte anos foram efectuadas várias tentativas para relacionar ou unir a investigação à prática da Psicoterapia. Prática baseada na evidência é o termo proposto pelo movimento internacional para a construção da prática terapêutica com base na

evidência científica (Elliott *et al.*, 2006) e que nos permitirá a melhoria constante das práticas profissionais.

Apesar dos inúmeros obstáculos à avaliação da eficácia das psicoterapias, são consideráveis os avanços nesta área de investigação e actualmente procuram-se já respostas sobre a eficácia comparada entre diferentes formas de intervenção psicoterapêutica de acordo com uma perturbação psicológica específica. No entanto, continua a existir uma questão fulcral que ainda não está totalmente esclarecida: quais os factores que tornam a(s) psicoterapia(s) potencialmente eficaz(es)?

O termo Change Process Research (CPR) foi introduzido há mais de 20 anos atrás para se referir à investigação que advém da velha dicotomia processo – resultado e que se debruça na identificação, descrição, explicação e predição dos factores de processo que conduzem à mudança terapêutica (Greenberg In Elliott, 2010). Nos últimos anos, o termo tem vindo a referir-se ao estudo dos processos através dos quais a mudança ocorre em psicoterapia, incluindo simultaneamente os processos inerentes à terapia que produzem a mudança e a sequência em que ocorrem essas mudanças.

A abordagem CPR é um complemento necessário aos ensaios clínicos randomizados e estudos de caso experimentais ou interpretativos. Ambos os tipos de investigação causal se focam no estabelecimento da existência de uma relação causal entre

terapia e mudança do cliente mas não especificam a natureza dessa relação, ao contrário do que ocorre nas investigações feitas à luz do paradigma CPR (Elliot, 2010).

O contexto de revoluções sociais do início do século XX, com o fim da I Guerra Mundial, bem como todo o contexto educacional religioso de Moreno, poderão ter contribuído para o surgimento do Psicodrama enquanto novo modelo terapêutico e preventivo, baseado na acção, com potencialidade para a "cura" das massas. Historicamente, a psicoterapia de grupo, de que o Psicodrama é um modelo possível, representa o ponto culminante na passagem do tratamento do indivíduo isolado para o tratamento do indivíduo em grupo.

À semelhança de inúmeros pensadores e filósofos que dissertam sobre a Paz e sobre a Humanidade, Moreno defende a cura através da relação. Aqui reside a importância do método centrado no grupo, onde cada elemento se torna um agente terapêutico para os demais elementos.

É importante lembrar que o Psicodrama enquanto método terapêutico, foi apenas uma das contribuições de Moreno. Blatner (2007) enumera uma série de áreas de interesse, entre as quais podemos encontrar a sociometria enquanto método útil para dinâmicas de grupo e interpessoais; a sociatria aplicada à comunidade e cultura para higiene mental e cura intergrupo; sociodrama para questões culturais e métodos interactivos grupais para busca de conhecimento experiencial em educação, negócios, reabilitação, construção de comunidades, religião, acção política, entre outros.

Este reconhecimento da importância das abordagens grupais, para além do contexto clínico e do impacto no indivíduo, não é nova, tendo sido já referida por vários autores e nomeadamente pela IAGP – International Association of Group Psychotherapy, da qual Moreno foi fundador. Recentemente a IAGP expandiu o seu nome, tornando-se na International Association of Group Psychotherapy and Group Processes reconhecendo uma nova dimensão que engloba aspectos ligados à educação, desenvolvimento organizacional e mudança social.

Na verdade e, muito embora constitua uma das primeiras psicoterapias reconhecidas, acreditada pelos governos Austríaco e Húngaro, bem como pela associação Europeia das Psicoterapias, permanece com um estatuto relativo nos campos científicos da psicologia, psiquiatria e psicoterapia. (Wieser, 2007). Este facto deve-se em grande parte à escassez de investigação.

Neste sentido, tanto a nível nacional como internacional foram desenvolvidos alguns estudos que se debruçaram sobre a eficácia do Psicodrama enquanto abordagem psicoterapêutica de grupo. O primeiro estudo meta-analítico da eficácia das técnicas psicodramáticas foi conduzido por Kipper et al. (2003). Estes autores analisaram estudos publicados nos últimos 35 anos sobre a eficácia da inversão de papéis, duplo, role-play e múltiplas técnicas. Concluíram que o efeito do tratamento global dos 25 estudos foi de 0.95, acima do ponto de corte de 0.80, que usualmente indica um forte efeito. Este efeito é largamente superior aos usualmente indicados na literatura sobre a eficácia das psicoterapias de grupo no geral, e a inversão de papéis e duplo são as técnicas mais eficazes. Wieser procedeu a uma análise e descrição dos estudos existentes sobre a eficácia da psicoterapia psicodramática na forma de uma revisão da literatura. Foram agrupados 52 estudos, publicados e não publicados, de acordo com as categorias da ICD-10. Esta amostra inclui ensaios clínicos randomizados, estudos comparativos e estudos naturalísticos. Todos incluem pré e pós teste e alguns deles follow-up. Foram excluídos a maioria dos estudos qualitativos uma vez não permitirem testes estatísticos. O autor concluiu que existem estudos que revelam efeitos estatisticamente significativos do psicodrama em vários

distúrbios, como sejam perturbações mentais e comportamentais (ICD-10 F10-F19), esquizofrenia, perturbação esquizotípica e delirante (ICD10 F20-F29), perturbações do humor (ICD10 F30-F39), perturbações neuróticas, perturbações relacionadas com o stress e somatoformes (ICD 10 F40-F48), perturbações do comportamento e emocionais na infância e adolescência (ICD 10 F90-F98). Em Portugal foram também realizadas algumas tentativas de avaliação dos resultados do Psicodrama. Marques Teixeira (cit in Godinho e Vieira 1999) utilizou as escalas de Hamilton para a depressão e ansiedade antes e após a terapia psicodramática e concluiu existir melhoria dos perfis sintomáticos após tratamento. Vieira, Carnot e Canudo (1993, 1994 In Godinho et al., 1999) aplicaram o SCL-90, o Inventário de Depressão de Beck e o STAY num grupo de psicodrama institucional e concluíram igualmente melhoria dos perfis sintomáticos. Godinho et al. (1999) efectuaram um estudo em que procuraram avaliar as variações dos perfis sintomáticos medidos pelo SCL-90 antes e após um ano de terapia psicodramática. Os resultados apontaram para a eficácia do psicodrama na redução de vários sintomas psicopatológicos nomeadamente, a depressão com os níveis de significância mais elevados, ansiedade, obsessão-compulsão, psicoticismo e somatização. Mas apesar das evidências apontando para a eficácia do psicodrama no que toca, por exemplo, à alteração sintomática, é ainda desconhecido o processo pelo qual ocorrem as mudanças internas nos indivíduos que integram grupos terapêuticos desta natureza.

O presente estudo constitui parte de um projecto, de natureza longitudinal, que visa estudar os processos individuais de mudança psicológica num grupo psicodramático. Este projecto segue um desenho de estudo de caso Hermeneutic Single-Case Efficacy Design (HSCED) que se traduz numa abordagem de avaliação em contextos clínicos naturais. Utiliza métodos mistos (quantitativos e qualitativos) para em primeiro lugar, identificar relações causais entre processo terapêutico e resultados e, posteriormente, avaliar explicações não-terapêuticas para a aparente mudança (Elliott, 2002). Do ponto de vista teórico, HSCED segue o paradigma da mudança, utilizando medidas de mudança individuais (PQ e CORE), identificação dos eventos significativos na terapia (HAT), e o estabelecimento de relações sistemáticas entre eventos ocorridos nas sessões e os resultados atingidos pelo cliente (Carvalho, et al., 2008). Assim sendo, pretende-se com este estudo demonstrar a potencialidade desta metodologia de investigação em psicoterapia, apresentando os resultados preliminares deste projecto.

2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Explorar a evolução do bem-estar psicológico individual dos membros de um grupo psicodramático ao longo de 4 meses;

Reflectir sobre os processos de mudança psicológica em contexto psicodramático, com base em dados preliminares recolhidos ao longo deste período;

3. METODOLOGIA

DESENHO DO ESTUDO

O presente projecto segue uma metodologia exploratória, em contexto naturalista, que visa investigar o potencial impacto que o psicodrama pode ter no bem-estar dos indivíduos. Para cumprir tal objectivo, desenhou-se um estudo longitudinal, no âmbito do qual um grupo de indivíduos em psicodrama é

avaliado e monitorizado com medidas quantitativas e qualitativas, procurando explorar não só o nível de bem-estar psicológico individual, como também os potenciais factores de ajuda e impacto terapêutico desta intervenção clínica de grupo. Os dados serão recolhidos, semanalmente, ao longo de um período de 12 meses.

AMOSTRA

Este estudo incide sobre um grupo de psicodrama num contexto de consultório privado, composto por 7 indivíduos do sexo feminino, sendo a maioria solteira e com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos. Relativamente à escolaridade, apenas um elemento do grupo está abaixo da licenciatura (9º ano) e dois possuem mestrado. Todos os nomes foram modificados, de forma a preservar o anonimato.

Trata-se de um grupo terapêutico semanal, e cada sessão tem a duração aproximada de duas horas e meia. A maioria das pacientes não está pela primeira vez em terapia, muito embora apenas um dos elementos já tivesse recorrido ao Psicodrama com um outro terapeuta. Em termos clínicos, trata-se de um grupo heterogéneo, que apresenta diferentes diagnósticos: PMD, ideação suicida, depressão, luto, problemas relacionais. A terapia, de acordo com o modelo Psicodramático, foi conduzida por dois terapeutas. Uma directora do sexo feminino, sócia didacta da sociedade Portuguesa de Psicodrama, e um ego-auxiliar do sexo masculino, Psicólogo, sócio titular da Sociedade Portuguesa de Psicodrama.

INSTRUMENTOS

Para cumprir os objectivos deste estudo, o grupo acima descrito tem sido avaliado através de um software de monitorização clínica em psicoterapia, o Individualized Patient Progress System (IPPS; Sales, Alves, Elliott, Evans, Moleiro & Wakker, 2011). Este software integra as seguintes medidas, as quais têm sido utilizadas no contexto desta investigação:

Clinical Outcome Routine Evaluation – Outcome Measure (CORE-OM; Evans et al., 2000; Sales et al., 2007). O CORE – OM (do inglês Clinical Outcome Routine Evaluation – Outcome Measure) é um instrumento estandardizado de auto-relato que mede o bem-estar psicológico em diversas áreas. O CORE-OM é composto por 34 itens que se agrupam em 4 dimensões, nomeadamente: bem-estar subjectivo (4 itens), queixas e sintomas (12 itens), funcionamento social e pessoal (12 itens) e comportamentos de risco (contra o próprio e outros) (6 itens). Todos os itens deste questionário são pontuados numa escala de Likert que varia de 0 (“Nunca”) até 4 (“Sempre ou quase sempre”). Este instrumento pode indicar o nível médio de bem-estar psicológico, mediante a média aritmética das pontuações atribuídas aos 34 itens; o bem-estar em cada um das dimensões do CORE-OM pode também ser calculado, somando apenas os itens respectivos a cada uma delas.

Questionário Pessoal Simplificado (PQ; Elliott, Mack & Shapiro, 1999; Sales et al., 2007). O PQ é um instrumento personalizado de mudança de tipo target complaint, ou queixas. Os itens que compõem este instrumento são construídos numa entrevista individual, de resposta aberta, que procura a criação de uma lista dos problemas que o paciente (ou cada elemento do grupo) pretende trabalhar em terapia, formulados pelas suas próprias palavras. Como se trata de um instrumento individualizado (idiográfico), a cada paciente corresponde uma lista de itens única e subjectiva, representando as suas problemáticas específicas.

Aspectos Úteis da Terapia (HAT; Elliott, 1993; Sales et al., 2007). O HAT é uma medida qualitativa e subjectiva que procura identificar as experiências individuais vividas pelos pacientes em terapia. O HAT constitui, assim, uma medida de resposta semi-aberta, a qual visa explorar os eventos significativos da terapia, isto é, os aspectos inerentes à terapia e / ou terapeuta que tornam as sessões úteis, dolorosas ou pouco benéficas, do ponto de vista do paciente.

PROCEDIMENTOS

Todos os elementos foram previamente avaliados numa sessão que consistiu na assinatura do consentimento informado para participação no projecto de investigação, preenchimento de ficha de identificação, construção do PQ e primeira avaliação do PQ. Esta sessão para construção do PQ foi conduzida pela investigadora. Posteriormente o PQ foi auto-administrado de 4 em 4 sessões, após sessão, em simultâneo com o CORE. O HAT foi preenchido todas as semanas, no período inter-sessões. Um dos elementos do grupo, abandonou a terapia em final de Abril pelo que foi efectuada avaliação de follow-up

com auto-administração do PQ e do CORE.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tal como podemos observar na Tabela 1, à excepção de um elemento que apresenta deterioração, e de um elemento que não apresenta alterações significativas, todos os outros apresentaram uma melhoria a nível da sintomatologia geral, sendo que dois deles, no CORE passam de valores de população clínica para não clínica. Devemos ressaltar aqui, que estamos a tomar como referência os valores para a população Inglesa, uma vez que em Portugal ainda se encontra a decorrer o estudo de validação, do qual vão decorrer normas para a população clínica e não clínica (Projecto “Desenvolvimento de um sistema de avaliação individualizado do progresso dos pacientes”, financiado pela FCT, nº PTDC/PSI-PCL/098952/2008).

TABELA 1. VALORES MÉDIOS DO CORE – OM (TODOS OS ITENS) POR SESSÃO TERAPÊUTICA (N = 7)

	AValiação 1	AValiação 2	AValiação 3	AValiação 4	DIFERENÇA AValiação 4-1 (OUTCOME)	MELHORIA CLÍNICA	MELHORIA SIGNIFICATIVA
Teresa	12	10	9	6	-6	Melhora	Melhora
Manuela	20	16	17	14	-5	Sem alteração	Melhora
Paula	14	16	22	23	9	Sem alteração	Deterioração
Sara	12	11	12	10	-3	Melhora	Sem alteração
Raquel	S/dados	13	17	16	*	*	*
Sofia	12	11	6	12	0	Sem alteração	Sem alteração
Susana	19	18	10	9	-9	Melhora	Melhora

*UMA VEZ QUE OS DADOS DO PRIMEIRO MOMENTO DE AVALIAÇÃO, PARA ESTA PESSOA, SÃO INEXISTENTES, NÃO É POSSÍVEL CALCULAR A DIFERENÇA PRÉ-PÓS (OUTCOME).

	AValiação 1	AValiação 2	AValiação 3	AValiação 4	DIFERENÇA AValiação 4-1 (OUTCOME)	MELHORIA CLÍNICA	MELHORIA SIGNIFICATIVA
Teresa	12	10	9	6	-6	Melhora	Melhora
Manuela	20	16	17	14	-5	Sem alteração	Melhora
Paula	14	16	22	23	9	Sem alteração	Deterioração
Sara	12	11	12	10	-3	Melhora	Sem alteração
Raquel	S/dados	13	17	16	*	*	*
Sofia	12	11	6	12	0	Sem alteração	Sem alteração
Susana	19	18	10	9	-9	Melhora	Melhora

TABELA 2. VALORES MÉDIOS DO PQ POR APLICAÇÃO DE 4 EM 4 SESSÕES (N = 7)

	AValiação 1	AValiação 2	AValiação 3	AValiação 4
Teresa	2.3	2.8	2.7	2.9
Manuela	6	4.5	4.9	4.6
Paula	2.5	1.3	3.3	5
Sara	3.6	2.3	2.8	3.1
Raquel	4.9	4.2	4.6	3.9
Sofia	4.6	4.8	4.2	5
Susana	5.9	5.9	2.9	2

Vejamos agora, sujeito a sujeito.

“Teresa” é um dos elementos do grupo que apresenta melhorias significativas, passando de valores de população clínica para não clínica.

As linhas do CORE e do PQ apresentam ligeira tendência oposta. Embora melhore nos resultados do CORE, evidencia um aumento no desconforto dos problemas apresentados no PQ. Estes resultados poderão estar relacionados com um maior envolvimento psicoterapêutico que nomeadamente, conduziu à necessidade de acrescentar novos itens ao PQ. De certa forma, parece estar mais mobilizada para “resolver” as questões familiares que apresenta desde o início da investigação, nomeadamente, o facto de não se relacionar com alguns elementos da família, mas que à data da formulação do PQ não lhes atribuía mal-estar. De assinalar tratar-se de uma pessoa com sintomatologia psicossomática (artrite reumatóide e dor crónica) que refere ter melhorado no último ano, embora não relacione directamente com a terapia.

A “Manuela”, apesar de melhorar, mantém-se dentro dos valores para uma população clínica. Os resultados no CORE e no PQ seguem a mesma tendência apresentando uma melhoria em todos os domínios. Devemos salientar tratar-se do elemen-

to mais antigo do grupo. Está em terapia há 6 anos, com historial clínico complexo. Quando inicia o Psicodrama vem com diagnóstico de PMD e cancro. Actualmente encontra-se numa fase de luto do marido, que faleceu há menos de um ano. Para este elemento, o grupo constitui sem dúvida um espaço de conforto importante e bem espelhado no HAT: “Nesta sessão foi, mais uma vez, evidente a grande partilha que é fazer parte de um grupo. Sai mais enriquecida espiritualmente.” Assim como fica também evidente a melhoria geral, com capacidade de perspectivar o futuro:

“Foi importante relembrar o passado, como se estivesse a ler um diário, e sentir que me podia projectar para o futuro, com ajuda das novas tecnologias, novos amigos, etc. Ficou para pensar e acreditar que posso ainda fazer alguma coisa que me ajude a viver o resto dos meus dias com mais entusiasmo.”

A “Paula” é o único elemento do grupo a apresentar deterioração. Apresenta resultados no CORE e no PQ que seguem a mesma tendência. O grau de desconforto quanto aos problemas apresentados (de muito pouco para grande mal-estar) e os valores do CORE (de ligeiro para moderado elevado) aumentaram consideravelmente. A assinalar também um aumento do grau de risco, mantendo contudo níveis abaixo do cut off, provavelmente relacionado com quadro diagnóstico. Um dos itens do PQ constitui precisamente a eminência de risco suicida.

Trata-se do elemento do grupo que no HAT refere a ocorrência de maior número de acontecimentos negativos. O aumento da sintomatologia parece estar de acordo com o aumento de algum desconforto espelhado no HAT. Parece tratar-se de uma pessoa com dificuldade na integração no grupo, referindo como acontecimentos negativos, questões relacionadas com esta dificuldade:

“Bem, o que senti, foi o reforço de algo que já venho a sentir por parte do grupo. Estou a integrar-me como em todos os grupos ao longo da minha vida: de forma insuficiente. Não é exagero: na escola primária, era a única anotação negativa da minha folha de notas! O aquecimento (longo, ou jogo, a “ronda”) era um processo muito querido aos membros do grupo. Senti que não conhecia as regras do grupo, nem a sua história, senti que os membros do grupo são verdadeiramente amigos uns dos outros, e que sou uma outsider.”

Contudo, assim como refere bastantes acontecimentos negativos, também refere bastantes positivos:

“Fui a protagonista. Há anos e anos que tratava os meus fantasmas pelos nomes. Já tinha tentado expurgá-los em outros tipos de terapia: amigoterapia, psicoterapia, farmacoterapia, bom-sensoterapia. Tinha a secreta esperança que o psicodrama pudesse ajudar. Era a última hipótese. E foi fantástico ter ali no palco nos egos auxiliares os meus 5 fantasmas principais e conseguir falar com eles cara a cara. Não tive medo, ou pelo menos não tive muito medo dos que sempre me assustam pela ameaça. Falei com eles, protegida. E até me dei ao luxo de ser má. Vi que estas 5 relações humanas (afectivas e/ou doentias) eram deturpadas e eu atropelada. Mas eu também nunca tive grande coragem de por os pontos nos “is” (excepto quando senti risco de vida, só aí soube proteger-me, mais do que fugir). Mesmo assim

mantive uma culpa estúpida pois não me atrevia a partilhar com ninguém esta sucessão de histórias algo estranhas: ou colhia risos “só a ti Paula”, ou desconfiança incrédula “se calhar não foi assim”, “ele gosta de ti, és tu que não gostas de ti”. No palco não disfarcei: assumi”

A “Sara”, é um dos elementos do grupo que apresenta melhoria. Apresenta resultados lineares, com ligeira melhoria da sintomatologia. Entre as duas últimas aplicações, verifica-se uma tendência oposta em termos dos resultados. Melhora no CORE e apresenta maior desconforto no que se refere aos problemas que a conduziram à terapia entre a segunda e quarta aplicação, mantendo contudo, valores abaixo dos apresentados na primeira aplicação. Embora não apresente alterações significativas, passa de uma população clínica para não clínica, ao nível do CORE.

No caso “Raquel” há também uma melhoria embora, as linhas do CORE e do PQ sigam a mesma tendência, algo flutuante em zigue-zague o que parece ser corroborado pelo expressado no HAT, uma vez tratar-se de uma pessoa que vive uma situação amorosa de grande impasse, sem ser capaz de fazer a tomada de decisão.

“Foi a constatação que estou completamente bloqueada na minha situação pessoal. Que, embora desconfortável, estou o mais confortável que consigo neste momento”

No caso “Sofia” os resultados no CORE e no PQ apresentam uma linha quase sobreponível. No momento da primeira avaliação, apresenta valores de população clínica, que mantém. Embora melhore o seu funcionamento pessoal e social - sub-escala determinante para o seu valor global - apresenta uma ligeira deterioração na sub-escala “problemas” Esta deterioração, pode estar relacionada com um acontecimento de vida ocorrido durante a terapia (mudança de emprego). Salientamos nomeadamente, que esta mudança ocorre após uma sessão em que reflecte sobre o impasse em que se encontra, referindo como momento importante no HAT

“O comentário do terapeuta: referindo que as minhas acções denunciavam alguma acção que nunca se chegava a concretizar. Foi importante pensar que é uma forma recorrente de eu agir face a projectos pessoais. Há algum impulso para as coisas acontecerem mas parece que ficam suspensas. É como se toda a acção fosse um “quase”... nunca se concretizando ou revelando em nada.”

Mais uma vez, os acontecimentos descritos como importantes no HAT, reflectem problemas formulados no PQ. Entre as duas últimas aplicações dos instrumentos, apresenta um aumento do desconforto com os problemas formulados no HAT, que pode estar relacionado com a referida mudança de emprego e, numa das sessões, através do HAT, é evidente a importância do grupo enquanto um espaço de conforto e suporte.

“O ter rido quando o grupo estava na dramatização. Sentia-me muito tensa, a semana não tinha corrido muito bem. Senti alívio e desconpressão. Foi importante sentir o grupo como espaço de conforto.”

No caso “Susana” os resultados no CORE e no PQ seguem a mesma tendência. Na primeira avaliação, apresenta valores significativamente acima do cut off, situando-se numa população clínica. A Susana abandona o grupo em finais de Abril, por iniciativa própria. Segundo informações da terapeuta, por considerar não ser este o modelo mais adequado para si, dada a sua dificuldade de exposição. Esta é uma questão, de certa forma espelhada nos itens do PQ. Na avaliação de follow-up apresenta melhorias significativas em quase todas as sub-escalas à excepção do risco e do bem-estar onde já apresentava valores abaixo do cut off.

Apesar de tudo, trata-se de uma pessoa bastante resistente e que desvaloriza possíveis ganhos terapêuticos. Nos HAT’s com frequência refere não ter havido nada de importante a assinalar, contudo, as questões que indica como terem sido importantes, estão directamente relacionadas com os itens construídos para o CORE, nomeadamente, o medo do confronto e o medo de ser mal interpretada.

“No fase de comentários após a dramatização, quando a protagonista reagiu de forma mais ‘emocional’ a um comentário que eu fiz. Consegui compreender a reacção dela sem me sentir culpada por de alguma forma lhe ter dado origem. Não me perturbou como em situações semelhantes noutras sessões no passado.”

CONCLUSÃO

Este estudo pretende apresentar os resultados preliminares de um Projecto que visa estudar os processos de mudança psicológica num grupo psicodramático, à luz do paradigma de investigação *change-process research*. Acredita-se que estudos desta natureza possam complementar os dados recolhidos em estudos experimentais (RCTs), pois auxiliam na compreensão dos factores que promovem a mudança interna, isto é, o porquê da psicoterapia ser, potencialmente, eficaz.

O desenho de estudo de caso utilizado – HSCED – foi útil enquanto estrutura de análise dos dados recolhidos de modo a permitir iniciar algum levantamento de hipóteses quanto aos factores terapêuticos promotores da mudança. Particularmente o HAT, parece permitir um importante exercício de auto-reflexão para os clientes, assim como, associado ao HAT e ao CORE, poderá vir a constituir um elemento importante para as decisões do Terapeuta.

A monitorização do Progresso ao longo do tratamento através de um sistema informático (IPPS) que integra medidas qualitativas e quantitativas, é uma abordagem pioneira que não só permite a avaliação das mudanças, como dá feed-back em tempo real, ao terapeuta, sobre os movimentos que estão a decorrer em terapia. Esta monitorização cumpre ainda uma importante função na aproximação entre investigação e prática clínica.

REFERÊNCIAS

- Blatner, A. (2007). Morenean Approches: Recognizing Psychodrama's Many Facets. *Journal of Group Psychotherapy, Psychodrama & Sociometry*, vol., 59, no.4, pp.159-170.
- Carvalho, M. J., et al. (2008). Understanding Pamina's recovery: An application of the hermeneutic single-case efficacy design. *Counselling and Psychotherapy Research*, vol.8, no.3, pp.166-173.
- Elliott, R. (1993). Helpful Aspects of Therapy Form. [em linha] Disponível em <http://www.experiential-researchers.org/instruments/elliott/hat.html>
- Elliott, R. (2002). Hermeneutic single case efficacy design. In: *Psychotherapy Research*, vol.12, pp.1-20.
- Elliott, R. (2010). Psychotherapy change process research: Realizing the promise. *Psychotherapy Research*, vol.20, no.2, pp. 123-35.
- Elliott, R., et al. (1999). Simplified Personal Questionnaire procedure manual. Toledo: University of Toledo, Department of Psychology.
- Elliott, R., et al. (2006). Doing Research on the Effectiveness of Psychotherapy and Psychotherapy Training: A Person-Centered/Experiential Perspective. *Person-Centered and Experiential Psychotherapies*, vol.5, no.2, pp.81-100.
- Evans, C., Mellor-Clark, J., Margison, F., Barkham, M., Audin, K., Connell, J., et al. (2000). CORE: Clinical Outcomes in Routine Evaluation. *Journal of Mental Health*, vol.9, no.3, pp.247-255.
- Godinho, H. et al. (1999). Resultados da abordagem psicodramática em clusters de sintomas psicopatológicos. In: (Des)dramatizar na doença Mental. *Psicodrama e Psicopatologia*. Lisboa: Edições Sílabo, pp.199-206
- Kipper, D. et al. (2003.) The effectiveness of Psychodramatic Techniques: A Meta-Analysis. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, vol. 7, no.1, pp.13-25.
- Sales, C., et al. (2007). Formulário – Aspectos Úteis da Terapia (HAT). [Protocol - Helpful Aspects of Therapy]. Universidade Autónoma de Lisboa, Unpublished manuscript.
- Sales, C., et al. (2007). Procedimento do Questionário Pessoal Simplificado (PQ). Universidade Autónoma de Lisboa, Unpublished manuscript,
- Sales, C., et al. (2008). Translation of the CORE-OM into Portuguese and initial data on its use in Portugal. Oral paper presentation at the 39th SPR International Meeting, Barcelona, 18-21 June 2008.
- Sales, C. M. D., et al. (2011). Individualized patient-progress system (IPPS): an on-going project. In: Sales, C. M. D. et al. (Eds.). *Methodological diversity in psychotherapy and counseling research: Qualitative-quantitative approaches* [Extended abstract and Poster]. In: *Proceedings of the 1st International Summer School for Psychotherapy and Counseling Research*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa. [em linha]. Disponível em <http://eventos.ual.pt/>
- Wieser, M. (2007). Studies on Treatment effects of psychodrama psychotherapy. In: Baim, C. et al. (Eds.). *Psychodrama. Advances in Theory and Practice*. Ed. London and New York, Routledge, pp. 271-292.

TRANSIÇÃO PACÍFICA PARA O ENSINO SUPERIOR? SAÚDE E OPTIMISMO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

ANA MATOS

FINALISTA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

DANIELA TAVARES

FINALISTA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

MARINA BERNARDO

FINALISTA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE F. MENESES

PROFESSORA ASSOCIADA
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

PROFESSORA ASSOCIADA
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A transição dos jovens para o ensino superior implica mudanças significativas nas suas rotinas diárias. O optimismo nos estudantes do ensino superior está associado à qualidade da adaptação perante situações desafiantes e/ou ameaçadoras destes jovens, estando relacionado com a sua saúde física e mental. Assim, os objectivos do presente estudo são: caracterizar o optimismo em estudantes do ensino superior; caracterizar a sua percepção de saúde; e explorar a relação entre saúde e optimismo.

ABSTRACT

The transition of young people for higher education entails significant changes in their daily routines. Optimism among higher education students is associated with the quality of the adaptation of these young people to challenging and/or threatening situations, being related to their physical and mental health. Therefore, the objectives of this study are: to characterize the optimism of higher education students, to characterize their health perception, and to explore the relationship between health and optimism.

INTRODUÇÃO

Quando ingressam no ensino superior, os estudantes têm que enfrentar grandes mudanças e adaptarem-se a novos papéis, responsabilidades e rotinas, sendo que as mudanças se referem às competências de estudo, mas também à autonomia do próprio aluno e sua organização (Monteiro *et al.*, 2008).

O ensino superior tem a responsabilidade de tentar proporcionar uma educação que permita aos seus alunos concretizar projectos para que mais tarde possam servir a sociedade da melhor forma possível, podendo promover competências académicas, pessoais e cognitivas, tendo em vista a preparação dos alunos para a vida activa (Ferreira *et al.*, 2001).

O ensino superior é visto como um contexto facilitador do desenvolvimento pessoal dos jovens, promovendo o ajustamento e a integração académica, pessoal, social, e afectiva, facilitando a passagem para o ensino superior e deste para o merca-

do de trabalho (Santos *et al.*, 1999, citado por Ferreira *et al.*, 2001). Acrescentando a tudo isto, vários autores sugerem que este período de transição reforça o desenvolvimento da autonomia, a construção de uma base sólida da identidade, desenvolvimento das relações sociais, tal como o desenvolvimento da integridade (Ferreira *et al.*, 2001).

Ou seja, existem várias mudanças que estes jovens que terminam o ensino secundário têm que enfrentar, logo terão também que se projectar no futuro. Como um processo de transição está associado ao conceito de tempo, crucial para a adaptação ao ensino superior, é fundamental a forma como essa transição é perspectivada pelo próprio (Seco *et al.*, 2005). Consequentemente, esta transição pode levar a que alguns jovens tenham necessidade de (re)formular objectivos pessoais, aumentar o seu sentido crítico em relação às suas capacidades, competências e recursos, adquirindo consciência também das suas capacidades sociais, o que pode funcionar como um

incentivo para o desenvolvimento pessoal, ajudando a desenvolver estratégias de coping e de resolução de problemas (Seco et al., 2005).

Todavia, a mudança que decorre da transição do ensino secundário para o ensino superior pode associar-se a experiências perturbadoras, visto que se trata de uma mudança que pode resultar em efeitos adversos sobre a saúde física e psicológica (Costa et al., 2008).

A Organização Mundial de Saúde, define saúde como um estado de completo bem-estar multidimensional (físico, mental e social) e não referenciando, apenas, a ausência de doenças ou enfermidades (Straub, 2002; Trindade et al., 2000).

Quanto à saúde física, pode-se dizer que ela se refere, entre outras coisas, ao facto de ter um corpo vigoroso e sem doenças, com um bom desempenho ao nível cardiovascular, sentidos aguçados, capacidade de resistir a ferimentos, englobando também hábitos relacionados com o estilo de vida que aumentam a saúde física (Straub, 2002).

A saúde psicológica remete para o conceito de ser capaz de pensar claramente, ter uma boa auto-estima e um senso geral de bem-estar, incluindo, também, a resolução de problemas e a estabilidade emocional (Straub, 2002).

Por último, a saúde social, implica ter boas habilidades interpessoais, relacionamentos significativos com família e amigos e apoio social em alturas de crise (Straub, 2002).

Cada um destes domínios, referidos anteriormente, sofre influência dos outros dois (Straub, 2002) e de muitas outras variáveis, como o optimismo.

Ainda que conceitos como pensamento positivo ou optimismo tenham passado a ser do conhecimento comum há muitos anos, só recentemente se começou a fazer investigação nesta área (Ferrando et al., 2002). O interesse neste constructo prende-se com o facto de ele permitir predizer variáveis importantes na Psicologia Clínica, tendo um papel importante no bem-estar psicológico e físico (Ferrando et al., 2002).

O optimismo é um conceito bem compreendido tendo vindo a ser alvo de vários estudos empíricos, provocando uma maior resistência à depressão quando o indivíduo é atingido por acontecimentos negativos, “oferecendo” um melhor desempenho no trabalho e melhor saúde física (Seligman, 2008).

Sabe-se que o optimismo é um recurso associado a um melhor ajustamento e adaptação efectiva que se torna importante quando uma pessoa tem que enfrentar situações desafiantes ou ameaçadoras (Gaspar et al., 2009). Como está relacionado com comportamentos de saúde, o optimismo surge associado à saúde física e mental, sendo que pessoas com baixa auto-estima normalmente não são optimistas (Gaspar et al., 2009).

O optimismo é definido como a tendência que uma pessoa tem para acreditar que lhe podem acontecer coisas boas e verificar o lado positivo das situações (Snyder et al., 2009). Sabe-se que existe uma base genética para o optimismo (Snyder et al., 2009). Este advém de experiências precoces que se passaram durante a infância, que estimularam a confiança e os vínculos seguros face às figuras parentais (Snyder et al., 2009).

As pessoas que têm boas expectativas perante o futuro, isto é, que apresentam características optimistas, têm uma maior facilidade em estabelecer metas para serem alcançadas, assim, elas identificam e adoptam medidas mais adequadas, dependendo da situação em causa, para que assim regulem as suas acções para alcançar os objectivos a que se propõem com sucesso (Pedro, 2010).

Optimismo e saúde são dois constructos intimamente relacionados. Sabe-se que as pessoas optimistas têm mais facilidade em se adaptar a situações de transição da vida e dessa forma desenvolvem e direccionam estratégias de coping que

visam a resolução de problemas, para melhor se adaptarem à nova realidade (Pedro, 2010). Quando estão perante um problema que possa fragilizar a sua saúde, os sujeitos optimistas tendem a utilizar estratégias de coping adequadas para resolver a situação (Pedro, 2010). Dessa forma, eles adoptam mecanismos emocionais, tais como o humor ou atitudes positivas diante de determinada situação, o que lhes permite resolver facilmente os problemas (Pedro, 2010). Estas pessoas também são conhecidas por serem mais persistentes em relação às metas que querem atingir, especialmente numa situação de dificuldade (Pedro, 2010).

Adicionalmente, as pessoas que são optimistas têm menor probabilidade de desenvolver sintomas de depressão e alterações do foro psíquico e têm, também, taxas baixas de problemas de adição (Pedro, 2010). Uma vez que manifestam uma atitude mais positiva face à vida, possuem uma percepção mais elevada de bem-estar físico e psíquico (Pedro, 2010). Além disso, têm tendência a considerar as experiências positivas relacionadas com aspectos positivos (Pedro, 2010). Um estilo de processamento de informação mais racional, associado à satisfação com a vida, também é característico destas pessoas (Pedro, 2010).

No que diz respeito à saúde propriamente dita, os optimistas enfrentam com muito mais facilidade as dificuldades que possam surgir neste campo e têm maior tolerância no controlo de alguns sintomas (Pedro, 2010).

A maioria dos jovens que ingressam no ensino superior tem expectativas positivas relativamente à experiência futura da vida académica (Cunha et al., 2005). Contudo, alguns autores referem que, por vezes, os hábitos e estilos de vida dos estudantes do ensino superior podem originar problemas de saúde, visto que têm comportamentos que podem ser nocivos para a saúde, tais como consumo de substâncias, principalmente álcool, comportamentos alimentares incorrectos e reduzida prática de exercício físico (Pereira et al., 2006).

Neste contexto, os objectivos do presente estudo são: caracterizar o optimismo em estudantes do ensino superior; caracterizar a sua percepção de saúde; e explorar a relação entre percepção de saúde e optimismo nestes indivíduos.

1. MÉTODO

1.1. PARTICIPANTES

A amostra é constituída por 124 participantes, sendo 71,9% do sexo feminino e 28,1% do sexo masculino. As idades dos participantes estão compreendidas entre os 17 e os 46 anos ($M=21,1$; $DP=6,1$). A maioria dos alunos frequenta o primeiro ano do curso de Psicologia (24,2%), seguindo-se o curso de Enfermagem (23,3%), depois os de Medicina Dentária e Ciências da Comunicação (16,7%), o curso de Serviço Social (10,0%) e, por último, o de Ciências Farmacêuticas (9,2%).

1.2. MATERIAL

Neste estudo utilizaram-se: um questionário sócio-demográfico, os itens 1 e 2 do SF-36 e o *Life Orientation Test – Revised* (LOT-R). (Uma vez que o presente estudo está integrado num projecto mais amplo, o protocolo de avaliação administrado era mais extenso do que o apresentado no presente estudo.)

O questionário sócio-demográfico, parte do Questionário de Vivências Académicas – versão Reduzida (Almeida et al., 2002), inclui três questões, a idade, o sexo e o curso.

Com o objectivo de avaliar, de forma global, a percepção de saúde dos estudantes do primeiro ano do ensino superior (percepção de saúde geral e percepção de transição de saúde geral), utilizaram-se os itens 1 e 2 do SF-36, traduzido e adaptado para a população Portuguesa, havendo dados normativos para adolescentes e adultos (Ribeiro, 2005b). As opções de resposta, apresentadas numa escala tipo Likert, oscilam entre 1 e 5, sendo que um valor mais elevado corresponde a pior percepção de saúde geral/menor deterioração geral em relação ao ano anterior (Ribeiro, 2005b).

O LOT-R é uma escala de fácil aplicação, em populações de adolescentes e adultos, estando traduzida e adaptada para a população portuguesa (Amorim et al., 2009; Laranjeira, 2008). É constituído por 10 itens, em que 4 são distractores (os itens 2, 5, 6 e 8) e os outros 6 avaliam o optimismo disposicional (os itens 1, 3, 4, 7, 9 e 10) (Amorim et al., 2009; Gaspar et al., 2009). Relativamente ao seu preenchimento, este é realizado segundo uma escala tipo Likert, em que as opções de resposta são: “concordo bastante”, “concordo”, “neutro”, “discordo” e “discordo totalmente” (Laranjeira, 2008). A cotação dos itens varia entre 0 e 4; seguidamente, para obter uma nota final, tendo em conta a inversão de alguns dos itens, que pode variar entre um mínimo de 0 e um máximo de 24 (Amorim et al., 2009; Gaspar et al., 2009). Quanto mais elevados são os resultados obtidos melhores são os valores de optimismo (Amorim et al., 2009).

1.3. PROCEDIMENTO

Após obtenção das devidas autorizações (autores das versões portuguesas dos instrumentos, responsável pela instituição do Ensino Superior, Comissão de Ética, docentes e participantes – consentimento informado), teve lugar a auto-administração colectiva, em sala de aula, na presença do investigador.

2. RESULTADOS

No que se refere ao optimismo da amostra, verificou-se que a média era de 14,4 ($DP=4,4$), sendo o valor mínimo registado 5,0 e o máximo 24,0. Aliás, 75,4% obtiveram um valor de optimismo acima do ponto médio do LOT-R, indicando bons índices de optimismo.

Relativamente à percepção de saúde geral, 44,4% dos estudantes universitários avaliados consideraram a sua saúde “muito boa”, 29,0% consideraram-na “boa”, 15,3% “ótima”, 8,1% “razoável” e 0,8% consideraram-na “fraca”, existindo 0,8% de dados omissos ($M=2,33$, $DP=0,87$).

No que toca à percepção de transição de saúde geral, 44,4% dos inquiridos referiram que o seu estado geral estava “aproximadamente igual” ao que se verificava há um ano, 33,1% “com algumas melhoras”, 12,1% “muito melhor”, 7,3% “um pouco pior” e 0,8% “muito pior”, constatando-se 0,8% de dados omissos ($M=2,5$, $DP=0,84$).

No que concerne à relação entre saúde e optimismo, constatou-se uma correlação negativa e fraca entre percepção de saúde geral e optimismo ($r(121) = -0,21$, $p=0,022$).

CONCLUSÃO

O facto da maioria dos estudantes inquiridos ter apresentado bons indicadores de optimismo pode ser favorável à sua adaptação à fase de transição para o ensino superior. Na realidade, de acordo com a literatura revista, pessoas optimistas

têm uma maior facilidade de adaptação. No entanto, é de sublinhar que houve uma certa discrepância nos resultados, já alguns estudantes obtiveram elevados valores de optimismo e outros valores muito baixos, o que pode ter impacto na sua adaptação.

Também de acordo com a literatura, pessoas optimistas encaram a vida de forma mais positiva e, dessa forma, beneficiam de bem-estar físico e psicológico, o que potencia uma boa saúde.

De facto, ainda que a observação quotidiana e a literatura indiquem a existência de (bastantes) estudantes com comportamentos nocivos para a sua saúde, a maioria dos estudantes do primeiro ano do ensino superior avaliados consideravam a sua saúde “muito boa” ou “boa”. Estes dados podem, todavia, indicar que (alguns) jovens podem não ter a noção de que alguns dos seus comportamentos são prejudiciais para a sua saúde e/ou ainda não sentiram os efeitos dos seus comportamentos sobre a sua saúde. Podem também espelhar os hábitos saudáveis da amostra estudada.

É ainda de sublinhar que, nesta fase de transição, apenas uma minoria referia mudanças negativas ao nível da saúde. Tal pode, de novo, reflectir os efeitos benéficos do optimismo.

Assim, em geral, os presentes resultados revelam bons indicadores de saúde e optimismo e que este último pode desempenhar um papel não desprezável na primeira, fazendo supor uma transição pacífica para o ensino superior.

Como limitações do presente estudo, destacam-se o número reduzido de sujeitos, que formam subgrupos bastante heterogéneos ao nível das variáveis sócio-demográficas (cf. amostra de conveniência), e os indicadores seleccionados, já que se privilegiou a brevidade do protocolo, com as clássicas desvantagens psicométricas, de modo a diminuir a probabilidade de recusas/desistências/respostas “à sorte”.

Em estudos futuros, seria interessante avaliar o impacto de políticas educativas que promovam o optimismo em relação à transição para o ensino superior sobre a saúde dos estudantes.

Uma vez que esta é uma das fases mais importantes da vida de um jovem/adulto, afigura-se importante o desenvolvimento do optimismo e de comportamentos saudáveis, para que a transição para o ensino superior seja encarada de forma pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Leandro, et al., (2002). Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. In: Avaliação Psicológica, no. 2, pp. 81-93.
- Amorin, Liliana, et al. (2009). Optimismo, suporte social e morbilidade psicológica em filhos adultos de doentes oncológicos. In: Psicologia, Saúde & Doença, vol. 10, no. 1, pp. 83-98.
- Bennett, P. (2002). Introdução clínica à psicologia da saúde. Lisboa, Climepsi.
- Costa, Etã Sobal, et al., (2008). Um olhar sobre a saúde psicológica dos estudantes do ensino superior – Avaliar para intervir. In: Actas do 7º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. Porto, Portugal.
- Cunha, Simone, et al., (2005). O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento académico. In: Psicologia Escolar e Vocacional, vol. 9, no. 2, pp. 215-224.
- Ferrando, Pere, et al., (2002). Propriedades psicométricas del test de optimismo Life Orientation Test. In: Psicothema, vol. 14, no. 3, pp. 673-680.
- Ferreira, Joaquim, et al., (2001). Adaptação académica em estudantes do 1º ano: diferenças de género, situação de estudante e curso. In: Psico-USF, vol. 6, no. 1, pp. 1-10.
- Gaspar, Tania, et al. (2009). Optimismo em crianças e Adolescentes: Adaptação e Validação do LOT-R. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 22, no. 3, pp. 439-446.
- Laranjeira, Carlos (2008). Tradução e validação portuguesa do Revised Life Orientation Test (LOT-R). In: Universitas Psychologica, vol. 7, no. 2, pp. 469-476.
- Monteiro, Sara, et al., (2008). Optimismo disposicional, sintomatologia psicopatológica, bem-estar e rendimento académico em estudantes do primeiro ano do ensino superior. In: Estudos de Psicologia, vol. 1, no.13, pp. 23-29.
- Pedro, Luísa (2010). Implicações do optimismo, esperança e funcionalidade na qualidade de vida em indivíduos com esclerose múltipla. Lisboa, Edições Colibri.
- Pereira, Anabela, et al., (2006). Sucesso e desenvolvimento psicológico no Ensino Superior: Estratégias de intervenção. In: Análise Psicológica, vol. 1, no. 24, pp. 51-59.
- Ribeiro, José (2005a). Introdução à Psicologia da Saúde. Coimbra, Quarteto.
- Ribeiro, José (2005b). O importante é a saúde: Estudo de adaptação de uma técnica de avaliação do estado de saúde – SF-36. Lisboa, Fundação Merck.
- Seco, Graça, et al., (2005). Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: pontes e alçapões. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- Seligman, Martin (2008). Felicidade Autêntica (1ª Edição). Cascais, Editora Pergaminho.
- Snyder, C., et al. (2009). Psicologia Positiva: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Porto Alegre, Artmed.
- Straub, R. (2002). Psicologia da Saúde. Porto Alegre, Artmed.
- Trindade, Isabel, et al. (2000). Aconselhamento psicológico em contextos de saúde e doença – Intervenção privilegiada em psicologia da saúde. In: Análise Psicológica, vol. 18, no.1, pp. 3-14.

O IMPACTO DO BEM-ESTAR SUBJECTIVO E DO ESTIGMA EM PESSOAS COM DOENÇAS CRÓNICAS

ESTELA VILHENA

IPCA, INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE · BARCELOS
ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

J. PAIS RIBEIRO

FPCE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL
UIPES, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE · LISBOA

I. SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

L. PEDRO

UIPES, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE · LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA

R. MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

H. CARDOSO

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL
HGSA, CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

A. MARTINS DA SILVA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL
HGSA, CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

D. MENDONÇA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL
ISPUP, INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

(APOIADO PELAS BOLSAS PTDC/PSI/71635/2006, SFRH/PROTEC/49284/2008)

RESUMO

O estudo teve como objectivo comparar o impacto do estigma e do bem-estar subjectivo em pessoas com diferentes doenças crónicas. Foram avaliados 729 doentes, recrutados em hospitais de Portugal, que após o diagnóstico retomaram a sua vida normal. Aplicando Análise de Covariância Multivariada, controlando para variáveis sócio-demográficas e clínicas, os resultados revelaram diferenças significativas entre os grupos de doenças crónicas apenas para o estigma. Pessoas com obesidade, epilepsia e esclerose múltipla referem mais estigma e pessoas com diabetes tipo1 e miastenia gravis referem menos estigma.

ABSTRACT

The objective of study was to compare the impact of stigma and subjective well-being in people with different chronic disease. Patients, recruited from central hospitals of Portugal, which after diagnosis returned to their normal life were evaluated (n=729). Multivariate analysis of covariance was used. Controlling for socio-demographic and clinical variables, results revealed significant differences for stigma but not for subjective well-being. Obese, epilepsy and multiple sclerosis patients have more perception of stigma and cancer and diabetes (type 1) patients have less perception.

INTRODUÇÃO

Uma doença crónica que, por definição, são doenças prolongadas, não se resolvem espontaneamente e raramente têm cura (Marks 1998), são responsáveis por alterações na vida das pessoas. Pessoas a quem lhes é diagnosticada uma doença crónica são confrontadas com um conjunto de factores que resultam em efeitos negativos nas suas actividades quotidianas, funcionamento social, psicológico e actividades recreativas (Zhang, *et al.*, 2009). O risco de terem problemas psiquiátricos é maior, estes tipos de doenças influenciam a satisfação com a vida, a realização pessoal e a felicidade, pelo que é im-

portante ampliar o conhecimento existente sobre o bem-estar subjectivo (BES) (Bartlett, *et al.*, 2003; Zhang, *et al.*, 2009). O BES é definido como avaliação global de todos os aspectos da vida de uma pessoa, incluindo a componente afectiva e cognitiva (Diener, 1984). Também as atitudes estigmatizantes para pessoas com doenças crónicas são predominantes e têm implicações negativas no processo de integração na comunidade (Joachim *et al.*, 2000). O estigma é definido como “a situação do indivíduo que estiver impedido de plena aceitação social” (Rao, *et al.*, 2009). Estigma deriva de uma palavra grega e descreve sinais que indicam algo fora do comum ou de mau relativamente a

uma pessoa. É um processo social caracterizado por exclusão, rejeição ou desvalorização de uma pessoa, baseado numa característica permanente de identidade conferida por um problema de saúde ou condição relacionada à saúde (Joachim et al., 2000; Scamber, 2009).

Pretende-se com o presente estudo avaliar e comparar o impacto da percepção de estigma e do bem-estar subjectivo em pessoas com diferentes tipos de doenças crónicas.

1. MÉTODOS

PARTICIPANTES

Estudo transversal, no qual foi avaliada uma amostra constituída por 729 voluntários com doenças crónicas, recrutados em hospitais de Portugal. Os doentes foram avaliados por psicólogos, sendo incluídos no estudo os doentes que satisfaziam os seguintes critérios de inclusão: 1) ter o diagnóstico cancro, diabetes (tipo 1 e tipo 2), esclerose múltipla, epilepsia, miastenia gravis e obesidade; 2) ter idade superior a 18 anos; 3) ter nível de escolaridade de 6 anos ou mais; 4) tempo desde o diagnóstico de doença de 3 anos ou mais; 5) ter vida estável com doença controlada; 6) não apresentar alterações do foro neurológico ou psiquiátrico. Os pedidos de autorização de recolha de dados seguiram os padrões estabelecidos na Declaração de Helsínquia, e os procedimentos exigidos pela lei Portuguesa e por cada uma das instituições. Todos os participantes deram o seu consentimento informado para participarem.

MATERIAL

Os doentes responderam a um questionário auto-resposta, estruturado, que incluía um conjunto de variáveis sócio-demográficas, clínicas, percepção de estigma e bem-estar subjectivo. Os dados foram recolhidos por psicólogos após consulta médica.

VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E CLÍNICAS

Os dados sócio-demográficos registados neste estudo foram: idade do doente e escolaridade. Os dados clínicos dizem respeito ao número de anos de diagnóstico da doença e da percepção de gravidade da doença.

PERCEPÇÃO DE ESTIGMA

A estigmatização é um processo no qual as pessoas são consideradas por apresentarem características diferentes daquelas que são aceites pela sociedade e, na qual estas são tratadas de forma diferente na comunidade, mostrando conceitos errados e preconceituosos sobre o indivíduo.

Encontra-se em desenvolvimento a escala aqui aplicada e utilizada para avaliar a percepção do estigma (Pais-Ribeiro, et al., 2009), onde valores mais baixos reflectem maior percepção de estigma.

BEM-ESTAR SUBJECTIVO

O bem-estar subjectivo remete para uma avaliação emocional e cognitiva que as pessoas fazem das suas vidas. Inclui o que se designa por felicidade, paz, realização e satisfação com a vida. Envolve uma análise da forma como as pessoas avaliam as suas vidas nesse momento e por períodos mais longos (Diener, et al., 2003). Foi utilizada a versão Portuguesa do Índice

de Bem-estar Pessoal (IBP) que inclui 7 itens/domínios (satisfação com nível de vida, saúde, realização pessoal, relações pessoais, sentimento de segurança, ligação à comunidade e segurança com o futuro) que pretendem representar um primeiro nível da “satisfação com a vida em geral” (Pais Ribeiro et al., 2008). Valores mais elevados correspondem a um melhor bem-estar subjectivo.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Após uma análise descritiva das características sócio-demográficas e clínicas da amostra, aplicou-se Análise de Variância (ANOVA) para analisar a existência de diferenças estatisticamente significativas nos diferentes grupos de doentes. A associação entre as variáveis sócio-demográficas e clínicas com a percepção de estigma e o bem-estar subjectivo foi estimada pelo coeficiente de correlação de Pearson. A Análise de Covariância Multivariada (MANCOVA) foi utilizada, controlando para o conjunto de variáveis sócio-demográficas e clínicas, com o objectivo de avaliar o impacto simultâneo da percepção de estigma e do bem-estar subjectivo nos diferentes grupos de doentes crónicos. Foram avaliados os pressupostos de aplicabilidade dos modelos. O nível de significância considerado foi de 5%. Todas as análises foram efectuadas usando o *software* SPSS versão 17.0.

2. RESULTADOS

CARACTERÍSTICAS DOS DOENTES

As características sócio-demográficas e clínicas dos participantes, por doença, estão sumariadas na Tabela 1.

TABELA 4. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E CLÍNICAS DOS DOENTES [MÉDIA (DP)]

(inserir tabela 1)

FALTA A TABELA

Os resultados relativos à Análise de Variância mostraram que os grupos diferem no que respeita à idade ($F_{(6, 721)}=36.322$, $p<0.001$), educação ($F_{(6, 726)}=27.608$, $p<0.001$), anos de diagnóstico ($F_{(6, 695)}=25.740$, $p<0.001$) e percepção de gravidade da doença ($F_{(6, 717)}=9.826$, $p<0.001$).

(inserir Fig1)

FALTA A

FIGURA

FIGURA 1. MÉDIAS PARA AS VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E CLÍNICAS PARA OS DIFERENTES GRUPOS DE DOENTES

ASSOCIAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E CLÍNICAS COM A PERCEPÇÃO DE ESTIGMA E BEM-ESTAR SUBJECTIVO

A Tabela 2 mostra correlações estatisticamente significativas entre variáveis sócio-demográficas e clínicas com a percepção de estigma e bem-estar subjectivo para a amostra total de doentes. Verifica-se que a percepção de estigma se correlaciona positivamente com a idade ($r=0.083$, $p<0.05$) e negativamente com os anos de diagnóstico da doença ($r=-0.084$, $p<0.05$) e com a percepção de gravidade da doença ($r=-0.247$, $p<0.01$). O bem-estar subjectivo correlaciona-se positivamente com a escolaridade ($r=0.102$, $p<0.01$) e negativamente com a classificação da doença ($r=-0.138$, $p<0.001$). Verifica-se também uma correlação positiva, estatisticamente significativa, entre a percepção de estigma e o bem-estar subjectivo ($r=0.467$, $p<0.01$).

TABELA 2. PERCEPÇÃO DE ESTIGMA E BEM-ESTAR SUBJECTIVO: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS E CORRELAÇÕES COM VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E CLÍNICAS

(inserir tabela 2)

FALTA A TABELA

A associação entre as variáveis sócio-demográficas e clínicas com a percepção de estigma e o bem-estar subjectivo, por doença, revelaram resultados semelhantes aos encontrados para a amostra total de doentes crónicos. Nesta análise, de destacar, para a maioria das doenças, uma correlação negativa, estatisticamente significativa entre a percepção de estigma e o bem-estar subjectivo com a percepção de gravidade de doença.

IMPACTO DA PERCEPÇÃO DO ESTIGMA E DO BEM-ESTAR SUBJECTIVO

Os resultados da MANCOVA (Tabela 2) revelaram que, controlando para a idade, escolaridade, anos de diagnóstico e percepção de gravidade da doença, os níveis da percepção de estigma foram estatisticamente diferentes para o tipo de doença ($F_{(6, 661)}=7.788$, $p<0.001$). Verificou-se que os níveis de percepção de estigma para pessoas com epilepsia são inferiores aos níveis de percepção de estigma de pessoas que sofrem de diabetes do tipo 1 ($\Delta=-3.571$, $p=0.046$); níveis de percepção de estigma para pessoas com obesidade são inferiores relativamente aos níveis de percepção de estigma de pessoas com diabetes tipo 1 ($\Delta=-4.978$, $p<0.001$); e níveis de percepção de estigma de obesos são inferiores aos níveis de percepção de estigma de pessoas que sofrem de cancro ($\Delta=-4.281$, $p<0.001$). Os resultados sugerem que as pessoas que sofrem de epilepsia

referem mais estigma do que aquelas que sofrem de diabetes tipo 1; assim como os obesos relativamente a pessoas com cancro e diabetes tipo 1.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para os níveis do bem-estar subjectivo entre os grupos de doenças crónicas ($F(6, 661)=1.671$, $p=0.125$).

TABELA 3. RESULTADOS DA ANÁLISE MANCOVA

(inserir tabela 3)

FALTA A TABELA

CONCLUSÕES

Após o diagnóstico de uma doença crónica, muitas das pessoas, confrontadas com as alterações e as consequências negativas no seu dia-a-dia, esforçam-se por encontrar novas formas de lidar com o binómio doença-vida-diária de modo a reconstruir um 'novo estilo de vida'. Este processo requer um ajustamento em múltiplos domínios da vida, ao longo do tempo e, além disso, existe uma grande heterogeneidade entre os indivíduos em como ajustar-se à doença crónica (Stanton, Revenson et al. 2007). O bem-estar subjectivo, traduzido pela satisfação com diversos domínios da vida e o processo pelo qual as pessoas se integram na vida em comunidade, implicam formas cognitivas e afectivas de lidar com o estigma percebido. Esta percepção varia entre pessoas com diferentes características, personalidades, condições, doenças e espelha-se no bem-estar subjectivo.

O presente estudo pretendia estudar a relação entre a percepção de estigma e o bem-estar subjectivo nos grupos de doenças crónicas avaliadas [cancro, diabetes (tipo 1 e tipo 2), esclerose múltipla, epilepsia, miastenia gravis e obesidade mórbida]. Os grupos diferiam relativamente à idade, educação, anos de diagnóstico da doença e percepção de gravidade da doença. Verificou-se que a percepção de estigma difere consoante o tipo de doença. As pessoas que referem mais estigma são as que apresentam obesidade mórbida, epilepsia e a esclerose múltipla, o que em certa medida está de acordo com a percepção geral das pessoas ou da comunidade. As que percebem menos estigma são a diabetes tipo 1 e a miastenia gravis. Relativamente ao bem-estar subjectivo, não existem diferenças na satisfação com a vida entre grupos de doenças estudadas.

Por outro lado, a correlação estatisticamente significativa entre o estigma e o bem-estar subjectivo sugere uma relação forte entre estas duas dimensões. Se observarmos a correlação entre a percepção de gravidade de doença e o estigma verifica-se uma correlação baixa, embora estatisticamente significativa, tal como entre a percepção de gravidade da doença e o bem-estar subjectivo, sugerindo que percepção da gravidade da doença e estigma são cognitivamente organizados de modo diferente pelas pessoas, com o estigma com uma correlação substancialmente mais forte com o bem-estar subjectivo. Em resumo, para o apoio a estas doenças devia dar-se especial atenção à redução da percepção de estigma de modo a que re-

sulte um maior bem-estar subjectivo e daí um melhor ajustamento à vida do dia-a-dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bartlett, S.J., et al. (2003). Spirituality, well-being, and quality of life in people with rheumatoid arthritis. In: *Arthritis & Rheumatism-Arthritis Care & Research*, vol. 49, no. 6, pp. 778-783.
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. In: *Psychological Bulletin*, vol. 95, pp. 542-575.
- Diener, E., et al. (2003). Personality, Culture, and Subjective Well-Being: Emotional and Cognitive Evaluations of Life. In: *Annual Review of Psychology*, vol. , pp. 403-425.
- Joachim, G. et al. (2000). Stigma of visible and invisible chronic conditions. In: *Journal of Advanced Nursing*, vol. 32, no. 1, pp. 243-248.
- Marks, J. (1998). Looking back offers perspectives for meeting challenges that lie ahead. In: *Chronic Disease Notes and Reports*, vol. 11, no. 1, pp. 2-3.
- Pais-Ribeiro, J., et al. (2009). Stigma and quality of life of obese women – preliminary Study. In: *The European Journal of Obesity*, vol. 2, no.sup 2, pp. 244-244.
- Pais Ribeiro, J. et al. (2008). O bem-estar pessoal: estudo de validação da versão portuguesa da escala. In: Leal, I. et al. (Edts.). *Actas do 7º congresso nacional de psicologia da saúde*. Lisboa, ISPA, pp. 505-508.
- Rao, D., et al. (2009). Measuring stigma across neurological conditions: the development of the stigma scale for chronic illness (SSCI). In: *Quality of Life Research*, vol. 18, no. 5, pp. 585-595.
- Scamber, G. (2009). Health-related stigma. In: *Sociology of Health & Illness*, vol. 31, pp. 441-455.
- Stanton, A.L., et al. (2007). Health psychology: Psychological adjustment to chronic disease. In: *Annual Review of Psychology*, vol. 58, pp. 565-592.
- Zhang, J.P., et al. (2009). A study on the subjective well-being and its influential factors in chronically ill inpatients in Changsha, China. In: *Applied Nursing Research*, vol. 22, no. 4, pp. 250-257.

O PAPEL DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA PROMOVIDOS PELAS UNIVERSIDADES NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE – O PROJECTO “APRENDER A CRESCER EM PARANHOS”

ISABEL SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE F. MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CARLA FONTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

GLÓRIA JÓLLUSKIN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

TERESA TOLDY

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ANA GOMES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ANA COSTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

O presente capítulo pretende estimular a reflexão sobre o envolvimento das universidades, através da implementação de projectos de extensão comunitária, na promoção da saúde das populações. Aqui se apresenta o projecto de intervenção comunitária “Aprender a Crescer em Paranhos”, direccionado para populações especialmente desprotegidas, em particular a crianças de meios socioeconómicos desfavorecidos. Caracterizam-se as sessões do programa realizadas junto de sete escolas do ensino básico geograficamente inseridas na freguesia de Paranhos da cidade do Porto e apresentem-se algumas reflexões sobre a importância dos projectos de extensão comunitária promovidos pelas universidades na comunidade.

ABSTRACT

This chapter aims to stimulate discussion on the involvement of universities, through the implementation of community outreach projects, on the health promotion of populations. It presents the design of the community intervention program “Learning how to grow in Paranhos”. This program aims to promote the health of especially unprotected populations, particularly of children with socio-economic deprived backgrounds. The chapter also describes the program’s sessions, implemented in seven elementary schools geographically placed in Paranhos, Porto, and presents some thoughts on the importance of community outreach projects sponsored by universities.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo pretende estimular a reflexão sobre o envolvimento das universidades, através da implementação de projectos de extensão comunitária, na promoção da saúde das populações.

A saúde é um direito de todo o ser humano, mas também uma responsabilidade de todos - cidadãos, instituições, governos.

As Universidades confrontam-se com o importante desafio e com a responsabilidade de se tornarem, enquanto instituições com um papel de relevo na promoção do bem-estar das comunidades em que se encontram integradas, elas próprias um instrumento de promoção da saúde daquelas. Isto é, cabe-lhes também a elas o dever de promover a saúde da comunidade e de constituir um recurso para a saúde desta (Rocha, 2008). Nesse sentido, há muito foi constatado que é indispensável

estabelecer parcerias e promover uma participação activa das Universidades na comunidade em que se encontram inseridas.

A consciência desta mutualidade de direitos e deveres levou a Universidade Fernando Pessoa (UFP) a desenvolver um programa de extensão comunitária no âmbito da promoção da saúde direccionado para populações especialmente desprotegidas, em particular a crianças de meios socioeconómicos desfavorecidos.

O reconhecimento, por um lado, da importância das crianças compreenderem o seu “direito à saúde” (consagrado na própria Constituição, à semelhança do direito à educação) e, por outro, de que a viabilização deste direito constitui um desafio fundamental, levou à criação do Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos”.

Este Projecto, que nasceu de um trabalho conjunto entre a UFP e a Junta de Freguesia de Paranhos, teve uma dupla missão. Por um lado, promover a aquisição/consolidação de conhecimentos e competências nas crianças e na comunidade educativa (pais, professores, Autarquia) que lhes permitam uma participação activa individual, mas também colectiva, na construção de uma melhor saúde pessoal e da sua comunidade. Por outro, oferecer aos estudantes universitários uma oportunidade de desenvolver competências fundamentais para o seu exercício profissional, assim como de promover um sentido de responsabilidade enquanto cidadãos. Pretendeu-se, desta forma, que a Universidade cumprisse a sua principal missão – ensinar a pensar e dar instrumentos às crianças e também aos estudantes universitários para avaliarem os desafios com que se confrontam diariamente e tomarem decisões, trilhando o seu próprio caminho.

Esta ampla missão reflectiu-se na definição de distintos conjuntos de objectivos: (a) objectivos dirigidos às crianças e à comunidade educativa e (b) objectivos dirigidos aos estudantes universitários.

A) OS OBJECTIVOS DIRIGIDOS ÀS CRIANÇAS E À COMUNIDADE EDUCATIVA

Nas últimas décadas a intervenção no domínio da saúde e das doenças tem vindo a mudar o seu foco do tratamento de pessoas com perturbação, para alargar o seu âmbito à promoção de aspectos positivos da vida, entre os quais Matos e Sampaio (2009) identificam: a comunicação interpessoal, a identificação e gestão de emoções, a resolução de problemas, as competências sociais, a assertividade, as estratégias para lidar com as emoções, a participação/responsabilização na vida social e a gestão dos riscos ligados ao ambiente físico e social, entre outros.

Tendo este novo espírito de intervenção presente, o Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos” teve como principais temas alvo: (1) a prevenção da violência; (2) a educação para a cidadania; (3) a educação para os afectos; e (4) a prevenção de consumos nocivos, consideradas como prioritárias pela Direcção Geral da Saúde (Direcção Geral de Saúde, 2004).

Neste contexto, é de referir que estes temas, inicialmente escolhidos pela equipa técnica do Projecto (com base na literatura e no conhecimento que tinham da Freguesia), foram apresentados aos representantes da Autarquia e das escolas envolvidas, que os consideraram perfeitamente adequados às necessidades que haviam identificado.

Relativamente à comunidade educativa, foi intenção do Projecto estimular a reflexão de pais, educadores e Autarquia sobre diversas problemáticas e formas de intervenção nestas, designadamente sobre a prevenção relacionada com: (1) problemas de comportamento em crianças e jovens; (2) consumo de álcool; (3) violência entre crianças e jovens; e (4) o impacto na criança da separação conjugal.

A promoção para a saúde é um processo que tem como principais objectivos estimular o desenvolvimento nos indivíduos de uma atitude positiva no sentido de adoptarem estilos de vida saudáveis e promotores de bem-estar. Pretende, igualmente, reduzir a adopção de comportamentos de risco, associados a acidentes ou doenças. O Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos” visou capacitar os cidadãos – crianças, pais, professores e outros elementos da comunidade educativa – para assumirem um papel activo na conquista da melhoria da saúde e do bem-estar, promovendo o empowerment da comunidade no que respeita à promoção da sua saúde (cf. Ottawa Charter for Health Promotion).

O empowerment pode ser definido como um processo que tem como fim aumentar a capacidade dos indivíduos ou grupos para fazerem escolhas e transformarem essas escolhas nas acções e resultados desejados (The World Bank, 2010). Desta forma, constitui um processo que promove a liberdade de escolha e de acção, tornando as pessoas mais capazes para influenciar o curso das suas vidas e as decisões que as afectam, fomentando uma mudança auto-determinada (The World Bank, 2010).

O Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos” procurou operacionalizar dois elementos considerados como chave no processo de empowerment das populações pelo World Bank (2010): (a) o acesso à informação, e (b) a inclusão/participação dos cidadãos, independentemente da sua faixa etária. Pretendeu-se com isso criar condições para que os jovens e adultos se tornassem “actores” e “autores” no processo de construção da sua própria saúde.

B) OS OBJECTIVOS DIRIGIDOS AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

O Projecto compreendeu, simultaneamente, um conjunto de objectivos dirigidos aos estudantes universitários, entre os quais: promover o desenvolvimento de competências de promoção/educação para a saúde (formar formadores neste âmbito); estimular o desenvolvimento de competências técnicas; promover a sensibilidade para questões humanas; promover uma atitude positiva face à mudança; promover uma visão estratégica, bem como um conhecimento sobre questões sociais, políticas e éticas, essencial ao seu futuro desempenho profissional.

Foi igualmente objectivo deste Projecto promover o desenvolvimento cognitivo dos estudantes universitários, confrontando-os com uma multiplicidade de quadros conceptuais, levando-os a questionar a sua concepção relativizante do conhecimento, estimulando-os a ter em consideração as dimensões contextuais e idiossincráticas deste. Estes objectivos nascem do pressuposto de que as concepções epistemológicas afectam a forma como se interpretam e resolvem os problemas e de que é importante promover nos estudantes universitários a construção de um pensamento que tenha em consideração a natureza interactiva e a interdependência dos conhecimentos, características consideradas por Marchand (2008) como sendo de estádios de raciocínio mais elevados.

Os objectivos do Projecto “Aprender a Crescer em Paranhos” encontram-se com os objectivos globais do ensino superior referidos por Marchand (2008): desenvolver conhecimentos científicos, humanos, culturais, morais e éticos; assimilar conhecimentos de diferentes naturezas; identificar problemas e reflectir sobre soluções para estes; analisar modelos conceptuais que estão em constante transformação; tomar consciência de que os conhecimentos têm uma causalidade multivariada; comparar, transformar e sintetizar sistemas de

relações; e usar o raciocínio crítico para justificar as soluções propostas para os problemas com que se confrontam.

Especificamente, pretendeu-se, com o envolvimento dos estudantes universitários, formar profissionais capazes de assumir as seguintes responsabilidades referenciadas por Paúl e Fonseca (2001) como essenciais no processo de educação para a saúde: avaliar as necessidades do indivíduo e da comunidade relativamente à educação para a saúde; planejar programas de educação para a saúde eficazes; implementar esses programas; avaliar a eficácia destes; organizar o fornecimento de serviços de educação para a saúde; e actuar como elementos de recurso e assumir responsabilidades no âmbito da educação para a saúde.

1. O PROGRAMA

A UFP havia já estabelecido, anteriormente, um protocolo com a Junta de Freguesia de Paranhos, que assegurava a prestação de assistência, através da sua Clínica Pedagógica de Psicologia, a crianças e adolescentes residentes ou a estudar na área da Junta de Freguesia identificados como apresentando problemas psicológicos. Com o Projecto “Aprender a Cresce em Paranhos”, a Universidade foi mais além nesta parceria, deixando de se limitar a uma abordagem remediativa, para passar a incluir como alvo da sua intervenção também a promoção da saúde e a prevenção de problemas.

O Projecto foi implementado em 7 escolas E.B.1 integradas na Junta de Freguesia de Paranhos, pertencentes a dois agrupamentos – Agrupamento de Escolas do Amial e Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade. Foram abrangidas, no total, 11 turmas das seguintes escolas:

1. E.B1 dos Miosóti
2. E.B1 de S. Tomé
3. E.B1 da Azenha
4. E.B1 da Agra do Amial
5. E.B1 de Augusto Lessa
6. E.B1 de Costa Cabral
7. E.B1 do Covelo

Estas escolas foram seleccionadas tendo em consideração a sua proximidade em relação à UFP e ao perfil de alunos que integram. É de referir que algumas são escolas TEP (Território Educativo de Intervenção Prioritária). Ou seja, são estabelecimentos de ensino abrangidos pelo nº 6 do art.4º do Dec. Lei 35/88, de 4-2 decido a: (i) serem frequentadas por um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem (DA), inadaptadas ou portadoras de deficiência; (ii) verificar-se insucesso escolar sistemático e /ou serem abrangidas pelo programa de promoção do sucesso escolar.

As actividades do Projecto foram implementadas, sob orientação dos docentes (sete), pelos alunos da UFP que frequentavam as seguintes unidades curriculares do 1º e 2º Ciclos de Psicologia e do 1º Ciclo de Serviço Social:

- 1º Ciclo de Psicologia: Psicologia Positiva; Intervenção Psicológica em Contexto Forense; Modelos e Métodos de Intervenção Psicológica I e II; Ética e Deontologia em Psicologia; Psicopatologia da Criança e do Adolescente.
- 2º Ciclo de Psicologia: Psicologia Comunitária; Psicologia da Doença Crónica e Terminal; Psicologia da Reinserção Social; Psicologia Clínica e da Saúde; Psicossociologia da Orientação Escolar e Profissional; Psicologia da Reinserção Social; Questões Aprofundadas de Psicopatologia; Intervenção Psicológica em Grupos; Psicologia da Saúde e do Lazer.

- 1º CICLO DE SERVIÇO SOCIAL: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.

Foram planeadas, implementadas nas escolas e avaliadas 6 sessões ao longo do ano lectivo de 2010-2011, 3 em cada semestre lectivo. Cada sessão teve a duração de aproximadamente 90 minutos.

Foram mobilizados para a dinamização destas sessões 58 alunos da UFP no 1º semestre do ano lectivo e 89 alunos no 2º semestre, tendo sido envolvidos 185 alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. O envolvimento dos estudantes universitários foi voluntário (uma das alternativas do sistema de avaliação da Unidades Curriculares envolvidas no Projecto). O envolvimento das crianças implicou a obtenção prévia do consentimento informado por parte dos seus representantes legais (via professores).

Foi, também, organizada uma sessão aberta à comunidade educativa (pais, encarregados de educação, professores e outros funcionários das escolas envolvidas, etc.) com vista a abordar, de forma proactiva, temas como a importância do contexto familiar e escolar na prevenção e controlo dos problemas de comportamento; o impacto da separação e divórcio nas crianças; o consumo de álcool e a violência entre crianças e jovens. Esta sessão, realizada no Auditório Horácio Marçal da Junta de Freguesia de Paranhos, foi igualmente dinamizada pelos alunos da Universidade, sob supervisão dos docentes.

AS SESSÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS ESCOLAS

SESSÃO 1 - “EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA”

A sessão “Educação para a Cidadania” teve como objectivo geral capacitar as crianças a reconhecerem valores positivos face à diferença e à diversidade, promovendo o reconhecimento de que todas as pessoas apresentam semelhanças e diferenças e de que ninguém é igual ao outro. Todos somos seres únicos e diferentes, mas todos temos coisas em comum. Porquê educar para a diferença? Porque existem numerosas manifestações de exclusão e de discriminação, e porque, frequentemente, tememos e evitamos o que é diferente. Esta sessão teve como objectivos específicos: (i) reflectir sobre a diversidade do ponto de vista individual e cultural; (ii) desenvolver o auto-conhecimento; (iii) promover o reconhecimento de que todas as pessoas apresentam diferenças; (iv) promover o reconhecimento de que, apesar das diferenças, também apresentamos semelhanças; (v) promover uma atitude de valorização positiva das diferenças; (vi) promover o respeito em relação aos outros.

SESSÃO 2 - “EDUCAÇÃO PARA OS AFECTOS”

Perante uma sociedade que é palco de violência, de incompreensão, de falta de civismo e de cidadania, urge educar as emoções no sentido da aquisição de competências que nos permitam lidar, adequadamente, com as frustrações, negociar com os outros, reconhecer as nossas angústias, medos (Armstrong, 2001; Goleman, 2010) e exprimir os nossos sentimentos de forma a respeitarmos e a não magoarmos os que nos rodeiam.

Assim, a sessão “Educação para os Afectos” teve como objectivo geral capacitar as crianças para identificarem os seus próprios sentimentos e os dos outros, desenvolvendo uma compreensão empática dos mesmos, condição essencial para a melhoria das relações interpessoais e para a mudança de comportamentos. Através da educação para os afectos pretendeu-se estimular o desenvolvimento da inteligência emocional da criança, contribuindo para que esta alcance um equilíbrio

entre sentir, pensar e agir. A sessão apresentou como objectivos específicos: (i) reconhecer sentimentos em si próprio; (ii) reconhecer sentimentos nos outros; (iii) explorar diferentes formas de exprimir sentimentos; (iv) exprimir sentimentos de forma adequada; (v) reconhecer as próprias angústias e medos; (vi) adquirir competências para lidar com as frustrações; (vii) desenvolver as capacidades de expressão e de comunicação.

SESSÃO 3 - “PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA”

Esta sessão foi dedicada às técnicas de resolução de problemas. As técnicas de resolução de problemas consistem na apresentação de situações abertas e sugestivas que exijam das crianças uma atitude activa e um esforço para definir respostas e procurar as suas soluções, construindo o seu próprio conhecimento. Pretendeu-se que as actividades propostas contribuíssem para um enriquecimento e para a estimulação cognitiva das crianças. Esta sessão teve como objectivos específicos: (i) desenvolver competências de resolução de conflitos; (ii) promover o estilo de comunicação assertivo; (iii) prevenir comportamentos violentos na interacção social; (vi) promover o respeito em relação aos outros.

SESSÃO 4 - “PAZ NA ESCOLA”

Esta sessão, abraçando uma abordagem positiva, que ultrapassa a intervenção nos problemas já existentes, focou a importância da construção da paz no quotidiano. Foram seus objectivos gerais desenvolver o auto-conhecimento; compreender a importância da paz no mundo e na escola; promover a compreensão e a realização de comportamentos pela paz; e estimular a imaginação para a resolução de conflitos. Os seus objectivos específicos foram: (i) promover vocabulário e expressão escrita sobre a paz; (ii) promover comportamentos relativos à paz; (iii) demonstrar como é importante ter comportamentos pela paz; (iv) estimular a resolução de conflitos pela paz; (v) fomentar a imaginação associando-a à paz; (vi) promover a imaginação para resolver conflitos; (vii) estimular a imaginação para construir um mundo mais pacífico; (viii) promover uma atitude de valorização positiva face à escolha de comportamentos pela paz.

SESSÃO 5 - “NÃO FUMAR É O QUE ESTÁ A DAR”

Esta sessão teve como tema alvo a prevenção do tabagismo. Pretendeu-se, assim, desenvolver o conhecimento sobre comportamentos protectores para a saúde, potenciar o conhecimento sobre comportamentos prejudiciais à saúde, procurando estimular a prática de comportamentos saudáveis. A sessão teve como objectivos específicos: (i) potenciar comportamentos cívicos relativos ao não consumo de tabaco; (ii) identificar comportamentos desadequados dos fumadores; (iii) promover o conhecimento dos malefícios físicos do consumo de tabaco; (iv) identificar as diferentes zonas do corpo afectadas pelo consumo de tabaco; (v) promover uma atitude de valorização positiva face ao não consumo de tabaco; (vi) desenvolver o conhecimento de comportamentos protectores para a saúde.

SESSÃO 6 - “NÃO ÀS DROGAS”

Esta sessão, cujo tema alvo foi a prevenção da toxicodependência, pretendeu desenvolver o auto-conhecimento e promover o processo de tomada de decisão, fomentando o

conhecimento sobre os malefícios do consumo de algumas substâncias (alimentos e drogas). Com esta sessão pretendeu-se também alcançar os seguintes objectivos específicos: (i) estimular boas tomadas de decisão; (ii) demonstrar como é importante tomar decisões saudáveis; (iii) possibilitar a compreensão de que os medicamentos quando são utilizados sem prescrição médica podem ser muito perigosos para a saúde; (iv) promover uma atitude de valorização positiva face à escolha de decisões boas, saudáveis e anti-droga.

É de sublinhar os cuidados que foram tidos durante o planeamento e a implementação da sessão para que esta não estimulasse conflitos entre as crianças e os adultos fumadores/toxicodependentes dos seus contextos de vida, nem a preocupação das crianças face à probabilidade destes mesmos adultos virem a desenvolver doenças graves/mortais devido ao consumo de tabaco ou de outras substâncias.

Para todas as sessões foi fornecido a todos os professores envolvidos o guião de cada uma das sessões implementadas.

CONCLUSÃO

A presente experiência permitiu afirmar que a formação dos futuros promotores da saúde deveria passar pela prática no terreno, por ser esta uma forma de ligação com a diversidade e raízes culturais da comunidade, que possibilita a compreensão dos processos de mudança subjacentes a cada grupo social, e não só o desenvolvimento de competências práticas de planeamento, implementação e avaliação de programas de intervenção.

Por outro lado, o facto de a intervenção ser aplicada em contexto real foi um factor determinante na motivação para o desenvolvimento e envolvimento na planificação e execução da proposta de intervenção, o que se traduziu num bom rendimento académico. Igualmente, sendo a promoção da saúde um processo orientado para a criatividade, esta experiência permitiu aos estudantes universitários adquirirem competências práticas perante a necessidade de planear, dinamizar e de ser flexíveis na gestão de objectivos, duração das sessões de intervenção e adequação destas às características da população alvo e condições físicas e humanas das instituições. Muitas vezes, as populações não estão consciencializadas das suas necessidades de desenvolvimento, mas os próprios futuros profissionais também poderão não estar sensibilizados para as mesmas. Neste sentido, os estudantes universitários apresentam características culturais distintas daquelas apresentadas pela população com a qual realizaram a intervenção. A experiência constituiu uma oportunidade de aquisição de diferentes pontos de vista, o que lhes permitiu obter uma perspectiva alargada da diversidade e complexidade da promoção da saúde.

Assim, esperamos que esta experiência seja um contributo, não só para a promoção do desenvolvimento pessoal e social das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, como também dos estudantes universitários, permitindo-lhes evoluir profissionalmente, também enquanto cidadãos, numa dupla vertente: no que diz respeito ao desenvolvimento da sua autonomia e no que toca ao seu contributo activo para a construção da sociedade em que se inserem, estimulando a sua responsabilidade social. Em resumo, esperamos que este projecto tenha contribuído para a construção da paz na comunidade em que foi implementado e tenha lançado sementes para a construção da paz nas comunidades com as quais os intervenientes no projecto interagem/interagirão (p.e., futuros contextos profissionais).

REFERÊNCIAS

- Armstrong, T. (2001). Inteligências Múltiplas na Sala de Aula. Porto Alegre, Artes Médicas.
- First International Conference on Health Promotion. (1986). Ottawa Charter for Health Promotion [WHO/HPR/HEP/95.1] [em linha]. Retirado de http://www.who.int/hpr/NPH/docs/ottawa_charter_hp.pdf
- Goleman, D. (2010). Inteligência Emocional. Lisboa, Temas & Debates.
- Marchand, H. (2008). Desenvolvimento intelectual e ético em estudantes do ensino superior – implicações pedagógicas. In: Revista de Ciências da Educação, vol.7, pp.9-17.
- Matos, Margarida Gaspar, et al. (2009). Jovens com saúde. Diálogo com uma geração. Lisboa, Texto.
- Ministério da Saúde (2004). Plano Nacional de Saúde de 2004-2010. Volume 1. Prioridades e Volume 2. Orientações estratégicas. [Em linha]. Disponível <http://www.dgs.pt/> . [consultado em 06/2004].
- Paúl, C., et al. (2001). Psicossociologia da saúde. Lisboa, Climepsi.
- Rocha, E. (2008). Universidades promotoras de saúde. In: Revista Portuguesa de Cardiologia, vol.27, no.1, pp.29-35.
- The World Bank. (2010). What is empowerment? [Em linha]. Retirado de <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTEMPOWERMENT/o,,contentMDK:20245753~isCURL:Y~menuPK:546167~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:486411,00.html> [consultado em 21/06/2010].

DIREITO COMPARADO DA SAÚDE E PERSPECTIVA SOBRE A PAZ - OBJECTIVOS E RESULTADOS DO PROJECTO SOCHIR

HEALTH IN COMPARATIVE LAW AND PEACE PERSPECTIVE - AIMS AND RESULT OF THE SOCHIR RESEARCH PROJECT

JOÃO CASQUEIRA CARDOSO

PROFESSOR ASSOCIADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

Esta comunicação sublinha os novos desafios do Direito da Saúde (implementação do Regulamento Sanitário Internacional — OMS) como instrumento de paz. Apresenta primeiro o contexto global do Direito da Saúde, numa perspectiva comparada. A seguir aborda questões específicas, como a atenção dada às necessidades das populações mais vulneráveis, em particular os refugiados e as crianças. Trata-se de uma oportunidade de apresentar o projecto SOCHIR, um projecto ligando direitos sociais e direitos das crianças numa perspectiva de Ciências Sociais e de Direito Comparado, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

ABSTRACT

This communication emphasizes the new challenges of Health Law (following the in progress implementation process of the International Health Regulations — WHO) as a tool for peace. It first presents the global context of Health Law in a comparative perspective. It then turns to specific issues, such as the attention to the needs of vulnerable populations, in particular refugees and children. It is an opportunity to present the SOCHIR project, a project linking social and child rights in a social science and comparative law perspective within the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP).

1. CONTEXTO: OS REGULAMENTOS SANITÁRIOS INTERNACIONAIS

O Regulamento sanitário internacional (RSI) foi publicado primeira vez em 1969. A este momento, a pergunta da *paz internacional* e as minorias era um assunto internacional delicado, particularmente após a vaga africana decolonisation, começando em 1960. Apesar de aprovado pela grande maioria dos Estados no mundo, o primeiro RSI desenvolveram pouco uma perspectiva holística da cooperação internacional de saúde entre os Estados. O novo RSI, adoptado em 2005, tenta mudar radicalmente esta perspectiva limitada. Abre a possibilidade de uma perspectiva mais global da coordenação, e de um campo mais completo das acções. Contudo é limitado igualmente.

A) O REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL DE 1969

O primeiro o RSI tem a sua origem nos regulamentos sanitários internacionais adaptados nas conferências sanitárias internacionais celebradas na segunda metade do século XIX. O RSI foi adoptado na vigésima-segunda Assembleia mundial

da saúde e entra em vigor 1 Janeiro de 1971. Tem sido alterado duas vezes: primeiro, na vigésima sexta Assembleia mundial da saúde em 1973; em segundo lugar, na 34^a Assembleia mundial da saúde, em 1981.

A primeira alteração, em 1973, alterou disposições sobre a cólera. A segunda alteração, em 1981, excluiu varíola na lista das doenças notificáveis. Todos os Estados-Membros da OMS, representando um total de 160 estados — menos dois — foram vinculados ao RSI em virtude da sua adesão à Organização mundial da saúde. Alguns Estados partes emitiram reservas, todos que exigem uma aplicação mais enérgica de medidas que evitam a propagação da febre amarela. O RSI de 1969 (WHO, 1983) foca em quatro doenças notificáveis, ou antes, de acordo com o RSI “as doenças sujeitas ao Regulamento” (as doenças que justificam o quarentena [que] significa a cólera, incluindo a cólera devida ao vibrio El Tor, a peste, a febre amarela, e a varíola. Cf. art. 1, RSI de 1969). Em 1980, varíola foi retirado da lista das doenças notificáveis.

O RSI de 1969 assenta num equilíbrio pelo qual visa evitar a propagação das doenças epidémicas, e ao mesmo tempo assegura uma interferência mínima com o comércio mundial. Como diz o seu artigo 23, aqui parafraseado, as medidas sanitárias permitidas [pelo RSI, 1969] constituem o máximo que

um Estado pode exigir em relação ao tráfego internacional para a protecção do seu território contra as doenças sujeitas ao Regulamento. O RSI de 1969 não visa explicitamente populações específicas - como as minorias e mais especificamente os imigrantes. Contudo, define o conceito “da viagem internacional” como que significando: a) no caso de um navio ou uma aeronave, uma viagem entre portos ou aeroportos situados nos territórios de mais de um Estado, ou uma viagem entre portos ou aeroportos situados nos territórios de um mesmo Estado, se o referido navio ou aeronave entra em relações com o território de qualquer outro Estado durante a sua viagem, mas apenas no que diz respeito a estas relações; b) no caso de uma pessoa, uma viagem que comporta a entrada no território de um Estado, outro que o território do Estado onde esta viagem começa (cf. art. 1, RSI de 1969). Sobre este aspecto, no que diz respeito às pessoas, limita os documentos de saúde que podem ser exigidos aos viajantes por razões de saúde. O RSI de 1969 relembra que Nenhum documento sanitário outro que os referidos no presente regulamento pode ser exigido no tráfego internacional (cf. art. 81, RSI de 1969). Os documentos de saúde que podem ser exigidos pelas administrações nacionais comportam apenas os certificados internacionais de vacinação (de acordo com um modelo fornecido no RSI) contra as três doenças notificáveis. Certificados da vacinação são exigidos eventualmente antes de uma partida (para obter um visto, por exemplo) apenas para as pessoas que provêm de zonas infectadas (o art. 30.2 do RSI de 1969 prevê que a autoridade sanitária de uma zona infectada pode exigir dos viajantes à partida um certificado de vacinação válido). Contudo, e apesar do facto de, no caso dos viajantes internacionais em geral que desejam deixar o seu país, nenhum documento específico de saúde ser exigido pelo RSI, mas especifica que os migrantes, os nómadas, os trabalhadores sazonais ou as pessoas que participam em agrupamentos periódicos importantes, bem como qualquer navio, em especial os pequenos barcos utilizados para o tráfego costeiro internacional, qualquer aeronave, comboio, veículo camionista ou outro meio de transporte usado, podem ser sujeitos à medidas sanitárias adicionais conformes com leis e regulamentos de cada um dos Estados interessados e acordos entre os mesmos. (cf. art. 84.1 RSI de 1969). Além disso, uma nota final afirma que “[n]o caso dos viajantes que, embora não imigrantes, no entanto tenham a intenção de residir num país durante um período prolongado (como estudantes), o fornecimento de um certificado médico deveria preferivelmente ser uma condição da concessão do visto antes que ser exigido como documento de viagem à chegada”. (WHO Official Records, No. 72, 1956: 37, cit. in WHO, 1983).

B) O NOVO O REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL DE 2005

O RSI foi revisto e adoptado o 23 de Maio de 2005 pela Assembleia da OMS, e entrou em vigor a 15 de Junho de 2007. Vincula actualmente 194 Estados partes, todos membros da OMS (inclui a Santa Sé, que não é um membro da OMS). Apenas um Estado permanece fora da OMS e do RSI, e apenas dois Estados partes — Índia e Estados Unidos da América — propuseram reservas. O objectivo e o alcance do novo RSI são largos (WHO, 2008). O seu objectivo geral é prevenir a propagação internacional das doenças, proteger-se, dominar e reagir com uma acção de saúde pública proporcionada e limitada aos riscos que apresenta para a saúde pública, evitando criar obstáculos inúteis ao tráfego e o comércio internacionais (cf. Introdução, RSI, 2005). Os domínios afectados pela nova execução do RSI incluem onze matérias, cobrindo

todos os tipos de doenças (e não somente uma lista restrita das doenças internacionalmente adequadas escolhidas no RSI de 1969). Isto inclui as doenças que são biológicas, químicas ou radionucleares de origem ou de fonte e potencialmente transmitidos por pessoas (por exemplo SRAS, gripe, poliomielite, Ebola), mercadorias, alimento, animais (riscos zoonóticos), vectores (por exemplo peste, febre amarela, West Nile Fever), ou ambiente (por exemplo libertações radionucleares, de produto químico ou qualquer outra contaminação) (WHO, 2009). Sempre é pedido comunicar à OMS quatro doenças críticas, em todas as circunstâncias, incluindo: varíola, poliomielite devida ao tipo selvagem do vírus da polio, gripe humana provocada por novo sub-tipo, e Síndrome respiratória aguda severa (SRAS). O RSI de 2005 exige igualmente a notificação num máximo de 24 horas dos acontecimentos de saúde pública que podem constituir urgências de saúde pública (conhecido sob o nome de PHEIC - *Público Health Emergency fora International Concern*) (cf. RSI, Anexo 2). As Partes no RSI de 2005 têm agora papéis e responsabilidades acrescidas, no que diz respeito a aspectos internacionais e nacionais de saúde. Além disso, o núcleo da responsabilidade nacional engloba seis assuntos escolhidos como prioritários:

- National IHR Focal Points: designation and operation;
 - Detection, reporting, verification, and control of events, as well as related communications, domestically and internationally;
 - Communication and collaboration with WHO;
 - Implementation of IHR (2005) documents: Ship Sanitation Certificate; International Certificate of Vaccination and Prophylaxis; Maritime Declaration of Health; Health Part of Aircraft General Declaration;
 - Designation of Points of Entry (ports, airports and ground crossings) for development of core public health capacities;
 - Identification (and informing WHO) of ports authorized to issue Ship Sanitation Certificates and provide related services.
- (Selected priority subject areas for the implementation of the IHR, 2005 [WHO, 2009]).

Os Estados partes no RSI de 2005 devem reforçar capacidades de vigilância e resposta para detectar, avaliar, informar e de reportar acontecimentos de saúde pública junto da OMS e igualmente responder — sobre o terreno, a diferentes níveis (primário, regional ou nacional) aos riscos e às urgências de saúde pública. A OMS fornece o apoio e ajuda para a avaliação e execução na vigilância e a resposta, mas os Estados deve desempenhar um papel activo, criando e informando a OMS quanto aos organismos competentes e aos procedimentos (por exemplo pontos focais nacionais para a implementação do RSI). A legislação nacional no domínio da saúde é respeitada, mas deve alinhar-se os objectivos do RSI de 2005 (art. 3, do RSI de 2005), respeitando três categorias dos princípios: Em primeiro lugar, abordagem de pleno respeito para a dignidade, direitos do Homem e liberdade fundamental da pessoa, de acordo com os princípios do direito internacional público; em segundo lugar, conformidade com a Carta das Nações Unidas e Constituição da Organização mundial da saúde; em terceiro lugar, aplicação universal do RSI a todas as pessoas do mundo.

A execução do novo RSI está prevista como progressiva. De acordo com o prazo previsto pela OMS, os Estados, com o apoio das estruturas regionais da OMS, devem responder às exigências do RSI tão cedo quanto possível, mas não mais tarde do que cinco anos após a sua entrada em vigor (em Junho 2007). O RSI (artigos 5 e 13 do RSI de 2005; art. 2 do Anexo 1 do RSI de 2005) define uma cronologia máxima que é de

dois anos para a avaliação, e de três anos para a execução, do seguinte modo: abordagem, entre o 15 de Junho de 2007 e o 15 de Junho de 2009: este período de dois anos é consagrado à avaliação das estruturas e dos recursos nacionais existentes, que devem desenvolver planos de acção; em segundo lugar, entre o 15 de Junho de 2009 e o 15 de Junho de 2012: este período de três anos consistirá na execução destes planos de acção para assegurar que as capacidades dos pontos focais presentes e funcionando em todo o país e/ou os territórios adequados.

Este prazo pode ser prolongado ligeiramente, até dois ou mesmo quatro anos, se assim justificado. Embora o novo RSI favorece uma maior cooperação internacional, conserva a antiga filosofia do RSI, dando aos Estados margem importante na interpretação e aplicação do mesmo. Baseie-se nos Estados para a disseminação do seu conhecimento, enquanto os estudos precedentes indicaram que o RSI continua não muito bem conhecido pelos profissionais da saúde em sectores geográficos onde o número de pessoas vulneráveis é precisamente mais importante. Ofili et al. (2002), num estudo empreendido entre médicos na universidade (de Estado) do Hospital de Benin City e Hospital central (Nigéria), verificou que o conhecimento das doenças notificáveis era, já na vigência do antigo RSI, limitado.

2. QUESTÕES EM SUSPENSO E O PROJECTO SOCHIR

Numa perspectiva clássica, a questão da saúde como factor de paz diz respeito sobretudo a um tipo de populações, de cariz transnacional: os migrantes, e mais especialmente os refugiados.

O projecto SOCHIR (Social Rights and Child Rights) visa precisamente estudar, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o modo como este tipo de população — migrantes em geral, refugiados em particular — e mais especificamente as crianças, podem ver os seus direitos sociais e sanitários garantidos de forma mais eficaz.

Nesta fase de contextualização do projecto, averiguou-se dois aspectos, pelo menos.

- Primeiro, a situação dos migrantes implica com efeito sempre pelo menos **dois tipos específicos de riscos sanitários** (ACNUR, 1995):

a) Os riscos de mortalidade como consequência directa de deslocação de população. A deslocação de população, e em especial a deslocação de massa de população, apresenta um elevado risco da mortalidade^[22]. Por exemplo, segundo informação do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados de Moçambique (Inar), reportado pela ONU, entre Janeiro e Maio 2011, morreram 39 migrantes no Centro de Acolhimento de Maratane, na província de Nampula. As taxas de mortalidade entre refugiados durante a fase aguda (os primeiros dias e

semanas do novo afluxo) da deslocação é extremamente elevado, até 60 vezes as taxas previstas. Isto afecta todos os grupos de idade, mas com um excesso geralmente observado da mortalidade nos grupos de idade de crianças com menos de 14 anos (Toole *et al.*, 1990).

b) Há doenças que são causas específicas da mortalidade entre migrantes e refugiados. As doenças específicas afectam populações de refugiado durante e após a migração. O sarampo, as doenças diarreicas, infecções respiratórias agudas, como a malária, são os problemas de saúde principais tradicionalmente mencionados. As doenças que não são normalmente mortais podem tornar-se problemas de saúde sérios devidos à desnutrição de proteína-energia e a certas insuficiências de micronutrientes. A falta de água limpa adequada e de higiene, a imunização do sarampo agrava igualmente a situação das populações de migrantes e de refugiados.

Por exemplo, como o ACNUR indica, durante a segunda metade 1994, um milhão de refugiados ruandeses salvaram-se no Zaire, mas as vidas de 50.000 refugiados foram perdidas em algumas semanas, principalmente devido à cólera. O ACNUR trouxe igualmente relatos de pelagra entre os Moçambicanos no Malawi em 1988, do escorbuto no corno de África e de beribéri na Ásia do sudeste. Todas estas doenças poderiam ter sido evitáveis pelo fornecimento oportuno de alimento de qualidade e quantidade proporcionados para responder às exigências mínimas diárias (ACNUR, 1995), o que não se produziu. Como nota o d' ACNUR, estas doenças explicam uniformemente entre 60 a e 80 por cento de todas as causas de óbitos [das populações de refugiados]. Mais: há uma relação causal directa entre a desnutrição e a mortalidade nas zonas de refugiados. Além disso, a maior parte dos falecimentos referidos refere-se a crianças abaixo de cinco anos de idade. Em 1991, 63 por cento dos falecimentos documentados entre os refugiados Curdos à fronteira do Iraque eram crianças abaixo de 5 anos (ACNUR, 1995). Em alguns casos, os próprios surtos de doenças impenhem aos refugiados o repatriamento — como é o caso dos angolanos refugiados em Zâmbia.^[23]

Por fim, note-se que doenças específicas podem afectar populações de refugiado como tuberculose, as doenças transmitidas por vectores, as doenças sexualmente transmissíveis (DST) que compreendem o HIV/SIDA, as complicações de gravidez e do parto, e doenças da infância previsível por vacina (excepto o sarampo) (ACNUR, 1995). Todas as doenças são doenças potencialmente sérias e mortais entre as populações deslocadas. Nenhuma destas doenças é incluída sistematicamente no RSI (nova versão), apesar do seu impacto imediato na mortalidade à grande escala e longo no termo.

- Segundo: **Novos problemas** identificáveis para estas populações.

Os novos problemas de saúde são identificáveis, devido à sensibilidade mais à elevada da comunidade médica e a sociedade civil em geral. Após ter considerado os novos problemas de saúde, é importante contudo duvidar que o RSI possa supervisionar eficazmente estes problemas de saúde que afectam especificamente populações minoritárias. Quais esses problemas?

a) Os riscos mentais específicos: Estes últimos anos, houve uma sensibilidade crescente, entre ONG e agências públicas no terreno com as populações de

22 . «Nós constatamos que os últimos grupos (de refugiados) que dão entrada através do distrito de Palma, província de Cabo Delgado, maioritariamente constituídos por indivíduos de países de Corno de África, como seja Somália e Etiópia, apresentavam elevado índice de desnutrição, que resultou em algumas mortes». Porquê? «Distâncias. Segundo o responsável governamental, grande parte dos candidatos a asilo chegam ao centro de acolhimento após percorrer milhares de quilómetros desde o Corno de África, o que contribui para a sua má condição física.» (<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/195734.html>).

23 . Cf. http://angonoticias.com/full_headlines_.php?id=10178

refugiados, aos aspectos psicológicos das doenças. Com efeito, o esforço emotivo da deslocação pode ter um grande impacto no exame médico assim como na saúde mental das populações migrantes e refugiadas, ambos antes e após de um repatriamento por exemplo. A perseguição, a violência física e psicológica estar-se-ão em muitos casos acrescentados ao trauma da viagem. O esgotamento das forças físicas e emotivos da pessoa pode baixar a sua resistência normal à doença. As necessidades de saúde mental deveriam ser identificadas, e se necessário ser providenciado o apoio de pessoal qualificado, como elemento dos serviços primários de cuidados de saúde. É especificamente importante numa perspectiva a longo prazo de cuidados de saúde, tomando em consideração o facto dos refugiados puderam ter sofrido dificuldades psicológicas provocadas pela guerra cujas consequências podem ser visíveis imediatamente. Outro aspecto é a importância da sexualidade e as necessidades de saúde genésica (ou reprodutiva) dos refugiados, e mais em especial das mulheres e das adolescentes. A maternidade, a prevenção dos riscos de HIV/AIDS/DST, os serviços de planeamento dos nascimentos, e a gestão da violência sexual nos serviços primários globais de cuidados de saúde são pedidos constatadas em 1995, mas ainda não concretizadas (ACNUR, 1995).

b) o problema da eficácia do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Várias razões podem pôr em causa a eficácia dos RSI face aos problemas de saúde de migrantes e refugiados: uma das razões principais é a própria multiplicidade de problemas. Os Estados e as agências da ONU (OMS, ACNUR, UNICEF, UNFPA), mas também as agências privadas (WPF, por exemplo) devem tratar simultaneamente de velhos e novos problemas de saúde. Um do paradigma principal dos velhos problemas de saúde que tem consequências para os novos é o problema da desnutrição (de diversas formas de Proteína-Energia), que afecta populações deslocadas inteiramente dependentes da ajuda alimentar externa. Uma segunda ordem das razões que põe potencialmente em causa a eficácia dos RSI é a seguinte: a perspectiva meramente técnica às vezes adoptada perante os problemas de saúde de refugiado. Como o ACNUR notou, em instalações de refugiados, talvez mais que noutro lugar, é um erro grave contar com a única avaliação médica e a tecnologia para assegurar a saúde a dispensar à uma população. Os efeitos das condições de vida pobres não podem ser rectificadas por serviços médicos, ainda que estes sejam equipados inteiramente, fornecidos em pessoal e operacionais. Com efeito, pode-se dizer que os outros sectores essenciais da ajuda como o alimento, a água, a higiene e o abrigo são mais importante que os cuidados de saúde curativos (ACNUR, 1995). Consequentemente, o ACNUR - e outras agências da ONU e igualmente vários Estados - desenvolvem uma abordagem multisectorial e preventivo da saúde. Esta parece cada vez mais essencial para favorecer uma acção duradoura, embora as intervenções de saúde prioritária residam a imunização contra o sarampo, o controlo das doenças diarreicas, o controlo e a prevenção da infecção respiratória aguda, e a gestão e controlo da malária. Como exemplo, o ACNUR propõe parâmetros indicativos e valores a empregarem para objectivos da planificação no que diz respeito a água, alimento, higiene e abrigo no caso das urgências humanitárias. No que diz respeito às situações de não urgência, os objectivos são

bem mais vagos (e.g os oito *Millennium Development Goals* definidos para 2015).

Mas uma derradeira razão pode pôr em causa a eficácia do RSI no caso do direito à saúde dos migrantes: é a falta de radiografia das populações especificamente vulneráveis nos grupos mais vulneráveis. Seria um erro para ver uma população de migrantes ou refugiados como grupo uniforme. Os refugiados por grupos são caracterizados, antes, por níveis importantes de diversidade cultural, étnica e demográfica. Por esta razão, intervenções de saúde devem ser adaptadas a estes factores, em especial género e idade. O melhor exemplo disto é a necessidade de satisfazer mais as necessidades das crianças abaixo de cinco anos, que constituem habitualmente 15 a 20 por cento de uma população de refugiados, e são claramente o grupo de maior risco. A recolha dos dados sobre taxas de mortalidade dos menos de 5 anos é bastante recente: as estatísticas da ONU, através do Inter-Agency Child Mortality Estimation Group (IACMEG), começaram apenas em 2008. Por outro lado, os dados sobre a mortalidade dos menos de 5 anos não especificam a situação de refugiado. Seria essencial ter estes dados para fornecer serviços como a imunização, a alimentação para as crianças, os cuidados curativos básicos, a terapêutica oral de rehidratação, a profilaxia a base de vitamina A, e os serviços de saúde de família.

No que diz respeito à população de mulheres, outras observações podem ser feitas. Os dados internacionais sobre migrantes ou refugiados distinguem raramente a população por género. Ora, as mulheres suportam geralmente uma parte desproporcionada da dor e as dificuldades vividas por uma população em exílio. Certos problemas de saúde específicos às mulheres são susceptíveis de ser agravados pelas condições de vida em instalações (settings) de refugiado (ACNUR, 1995). As causas desta vulnerabilidade específica incluem: a carga emocional devido ao facto de tratar da família inteira nas condições novas e muito difíceis, carga de trabalho aumentado pelo facto da desorganização da família e das relações sociais, o regime alimentar alterado ou insuficiente, e uma posição desfavorecida do ponto de vista de do acesso à assistência. Em algumas situações, incluindo tanto a vida em campo como fora de campo, a violência de género aumenta radicalmente os riscos de saúde — devido a complicações após abortos perigosos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV (Austin et al., 2008). A saúde pública do refugiado pode apenas ser abordada eficazmente se as necessidades específicas das mulheres refugiadas são satisfeitas. Estes devem ser considerados como uma parte integral dos aspectos de planificação, incluindo a disposição física do campo e a sua segurança, o desenho dos serviços da saúde em consulta com as mulheres refugiadas, o seu emprego como fornecedores de saúde pública e o treino como pessoal de saúde, identificando e tratando os problemas abuso sexual e de violência de género (ACNUR, 1995).

Os constrangimentos culturais ou outros que podem limitar a abordagem feminina à assistência ou aos serviços devem também ser identificados e tidos em conta nas intervenções.

CONCLUSÃO

É claro que a situação de saúde das minorias, e mais especificamente dos migrantes e os refugiados no mundo inteiro, é uma pergunta complexa. A saúde de migrantes — e mais especificamente dos refugiados — é específica, e o direito da saúde pode ser demasiado geral, como no caso do RSI e, até certo ponto, o das regras humanitárias. Ou o direito pode ser,

ao invés, demasiado estrito, como no caso da Convenção de 1951. Nas duas eventualidades, o direito da saúde neste domínio não é proporcionado. Uma grande parte da solução aos problemas de saúde considerados para as populações em questão continuará a ser resolvida numa base numa base casuística e voluntarista, sem sistematização. Na maioria dos casos, as populações de refugiado dependem das iniciativas de ONG, ou das sociedades civis — e de boa vontade política de alguns Estados (principalmente no caso de repatriamento). Mas os bons exemplos são raros. A pergunta é, no entanto, crucial. Isto, num contexto onde o impacto das migrações na saúde pode ter sido subestimado pela Organização mundial da saúde, como na gestão das mais recentes crises epidémicas. A pluralidade de normas, a pluralidade de organismos internacionais competentes, a pluralidade de actores (públicos e privados) tendo uma responsabilidade potencial para intervir nas questões de saúde das populações migrantes: todos esses elementos são factores de incerteza na equação deste problema. Uma coisa é, contudo, certa: no futuro, o direito da saúde das minorias continuará a ser uma pergunta na ordem do dia dos *trabalhos internacionais para a paz*. Os RSI deverão brevemente ser avaliados, e é importante que esta avaliação tenha em conta uma protecção proporcionada contra todos os riscos sanitários, incluindo riscos às populações específicas — em especial o risco que consiste em ser obrigado a viver, contra a sua vontade, num ambiente insalubre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR (The Office of the United Nations High Commissioner for Refugees)(1995). Refugee health, EC/1995/SC.2/CRP.29, Administrative and Financial Matters (SCAF), 11 September 1995 [Em linha]. Disponível em www.unhcr.org/print/3ae68bf424.html. [Consultado em 01/06/2011].
- Austin, J. et al. (2008). Reproductive Health: A Right for Refugees and Internally Displaced Persons. In: Reproductive Health Matters, vol.16, no.31, pp. 10-21.
- La Documentation Française (2004). Les organisations en charge des réfugiés, Réfugiés et droits d'asile dans le monde, Dossiers d'actualité, Avril. [Em linha]. Disponível em www.ladocfrancaise.gouv.fr. [Consultado em 01/06/2011].
- Ofili, A.N. et al. (2002). Knowledge of disease notification among doctors in Government hospitals in Benin City, Edo State, Nigeria. In: Public Health, vol. 11, no.73, pp. 214-217.
- Toole, M.J. & Waldman, R.J. (1990). Prevention of Excess Mortality in Refugee and Displaced Populations in Developing Countries. In: The Journal of the American Medical Association, vol.263, no.24, pp. 3296-3302.
- WHO (World Health Organization) (1983). International Health Regulations 1969. Third Annotated Edition, Geneva: WHO, 1983. [Em linha]. Disponível em <http://www.who.int/csr/ihr/ihr1969.pdf>. [Consultado em 01/06/2011].
- WHO (World Health Organization) (2008). International Health Regulations 2005 (2nd edition). WHO: Geneva. [Em linha]. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241580410_eng.pdf. [Consultado em 01/06/2011].
- WHO (World Health Organization) (2009). International Health Regulations (2005) — A brief introduction to implementation in national legislation (WHO/HSE/IHR/2009.2). [Em linha]. Disponível em http://www.who.int/ihr/Intro_legislative_implementation.pdf. [Consultado em 01/06/2011].

A ATENÇÃO AO TOXICODEPENDENTE ENVELHECIDO

LAURA M. NUNES

PROFESSORA AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
LNUNES@UFP.EDU.PT

RESUMO

A toxicod dependência é um fenómeno que continua a flagelar as actuais sociedades e, não sendo novo, vai assumindo diferentes configurações em função variadíssimos aspectos, entre os quais o envelhecimento dos dependentes de drogas. Este trabalho apela aos dados relativos a esse envelhecimento dos consumidores de substâncias, procurando apresentar uma análise reflexiva que integre essa nova faceta do fenómeno das drogas, bem como as tendências que se antecipam a esse propósito.

ABSTRACT

Drug addiction is a phenomenon that continues to plague actual societies. The problem is not new, and takes different configurations depending on numerous different aspects, including the aging of drug addicts. This work appeals to the details of the aging drug users, seeking to present an analysis that incorporates this new facet of the phenomenon of drugs, as well as the tendencies that are anticipated about that problem.

INTRODUÇÃO

O consumo de drogas constitui um dos maiores problemas de saúde pública que se colocam às actuais sociedades, acarretando elevados custos aos níveis pessoal, familiar e social (Be-coña, 2002). Se esse problema não é novo, também é verdade que vai apresentando diferentes configurações. Designadamente, na actual situação europeia, de crise económica e com crescentes taxas de desemprego, receia-se o aumento de formas problemáticas de consumo de drogas em diferentes modalidades. Na verdade, os actuais padrões de consumo tornam imperativa a criação de respostas complexas e diferenciadas para as díspares situações que vão emergindo e, indubitavelmente, os problemas associados à complexidade do policonsumo de substâncias colocam novos desafios aos Estados da Europa (Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, 2010).

Um desses novos desafios que se colocam prende-se com o abuso de substâncias por parte de adultos com idade já avançada e que, ao que parece, tem sido alvo de reduzida atenção (Patterson & Jeste, 1999). Efectivamente, a adicção às drogas tem sido comumente associada aos mais jovens. No entanto, alguns estudos têm evidenciado tratar-se de um fenómeno que afecta cerca de 17% dos adultos idosos (D'Archangelo, 1993) e, nos Estados Unidos da América, prevê-se que os dependentes de drogas, com idade igual ou superior aos 50 anos, dupliquem até 2020 (Wu et al., 2011). É preciso ter em consideração que o mundo está a passar por drásticas mudanças em termos populacionais, de que se destaca o envelhecimento das populações e, logicamente, o consequente aumento de pessoas de mais idade. A Europa, especificamente, é o continente com a população mais envelhecida (European Monitoring Centre

for Drugs and Drug Addiction, 2010). Por outro lado, essas tendências demográficas e o facto de o abuso de substâncias constituir o quadro psiquiátrico de maior prevalência entre os jovens do sexo masculino, parecem indicar que, em relativamente pouco tempo, haverá um envelhecimento dos próprios consumidores de substâncias psicoactivas (Patterson et al., 1999).

Para além do envelhecimento dos consumidores de drogas, nomeadamente daqueles que se iniciaram nas décadas de 70 e 80 do século passado (Patterson & Jeste, 1999), deve atender-se ainda ao facto de que a população mais idosa faz uso de uma multiplicidade de fármacos que, sendo prescritos, acabam por ser consumidos por períodos e em dosagens medicamente não recomendados e, não raras vezes, verifica-se ainda co-dependência de álcool. Deve salientar-se que os idosos constituem o grupo populacional que mais consome medicamentos, e entre esses consumos encontram-se, também, os fármacos vendidos sem qualquer receita médica (Hulse, 2002). Os estudos sobre o consumo de substâncias entre adultos de mais idade, nomeadamente a partir dos 50 anos, além de não serem muitos, apontam para percentagens substancialmente mais baixas do que as encontradas entre os mais jovens. Não obstante, de acordo com Blazer et al. (2009), esses resultados devem ser cuidadosamente interpretados, na medida em que, sendo análises baseadas no auto-relato, podem conter o viés causado por lapsos de memória dos investigados, bem como por ocorrências de consumos que não sejam reportadas.

O facto é que, apesar de se verificar a realização de várias análises ao consumo alcoólico entre os mais velhos, pouca atenção se tem dedicado ao fenómeno do consumo de outras drogas nessa população. Ora, se é certo que parece haver taxas reduzidas de consumidores de drogas ilegais entre as populações de

mais idade, comparativamente aos mais jovens, não é menos verdadeiro que se têm encontrado evidências de que há uma tendência para o crescimento desses casos. Sabe-se, por exemplo, que 1 em cada 4 adultos de mais idade consome fármacos que apresentam um considerável potencial para se tornarem drogas de abuso (Simoni-Vastila et al., 2006).

Por tudo quanto até aqui foi referido, parece pertinente alertar para esta nova configuração do abuso de substâncias psicoactivas, através da apresentação de um trabalho baseado na revisão da literatura, e em que se procurará explorar questões como a evolução do fenómeno na Europa e a sua prevalência, o abuso de substâncias sujeitas a prescrição médica, as alterações decorrentes da idade em consumidores de drogas e as possibilidades de tratamento de tais situações.

1. A EVOLUÇÃO DO FENÓMENO E O SEU PANORAMA GERAL

Como já foi referido anteriormente, entre as razões para o envelhecimento da população toxicodependente encontram-se as tendências demográficas da Europa, a par de outros factores como o aumento da esperança de vida dos próprios consumidores de drogas, decorrente do acesso a tratamentos e do desenvolvimento de medidas de minimização de danos e de redução de riscos (European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2010).

Na Europa, o fenómeno das drogas emergiu como um problema social ligado à cultura dos jovens da década de 70 do século XX, altura em que se consumiam drogas como cannabis, Dietilamina do ácido lisérgico (LSD) e anfetaminas. A heroína, por exemplo, era usada por um número muito reduzido de consumidores pertencentes a subculturas específicas mas, entre tanto, entre as décadas de 70 e de 80, verificou-se uma maior disponibilidade daquela substância nos mercados ilegais de drogas, pelo que o aumento desses consumos foi drástico e o seu pico ocorreu entre os anos 70 e 90, verificando-se a rápida proliferação dessa dependência por toda a Europa (Hartnoll, et al., 2010).

Com o posterior aumento de consumos por via endovenosa e o aparecimento de casos de infecção pelo Vírus de Imunodeficiência Humana (VIH), com grande incidência entre os consumidores de drogas injectáveis, a questão do tratamento, acompanhamento, redução de riscos e minimização de danos entre a população toxicodependente foi olhada como prioritária, pelo que se passou à tomada de medidas que se reflectiram no aumento da esperança de vida dos consumidores. Consequentemente, ao longo das últimas décadas, o número de dependentes de substâncias, crónicos e com idades já avançadas, tem sofrido um aumento muito significativo. Assim, estimativas recentes têm revelado que cerca de 33% dos consumidores problemáticos de drogas de certos países europeus apresentam idades entre os 35 e os 64 anos. Nomeadamente, no ano de 2008, em Portugal, mais de 25% dos consumidores de drogas em tratamento apresentavam idade igual ou superior aos 40 anos (European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2010).

No que se refere às substâncias mais consumidas por essa população na União Europeia, prevalecem os opiáceos, sobretudo a heroína, usada por 65% dos consumidores com idade igual ou superior aos 40 anos, logo seguida da cocaína consumida por 17% desses sujeitos (European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2010). No que aos aspectos sociais diz respeito, parece haver uma maior tendência para que os dependentes de drogas com mais idade vivam proble-

mas muito graves, em termos sociais, pelos anos sucessivos de consumos. Os estudos evidenciam a presença de exclusão social, isolamento relativamente às famílias, marginalização, taxas mais elevadas de desemprego ombreado com baixos níveis académicos, com percentagens consideráveis de sujeitos em situação de sem-abrigo, bem como de indivíduos que já terão cumprido pelo menos uma pena de prisão (Cassar, et al., 2009).

Em relação ao estado de saúde dos dependentes de substâncias com idade mais avançada, algumas pesquisas têm evidenciado que este tipo de consumidor apresenta níveis mais elevados de doença física e mental, comparativamente aos toxicodependentes mais jovens. As razões para que tal aconteça parecem prender-se com o facto de longos anos de consumos terem exacerbado, ou mesmo aumentado o risco, da ocorrência de problemas associados ao envelhecimento de ambas as componentes: o corpo e o cérebro (Beynon, 2009).

As alterações decorrentes de décadas de consumos de drogas, o uso de uma multiplicidade de substâncias, o processo de envelhecimento e a escassa informação disponível a respeito deste tipo de toxicodependência acarretarão, certamente, grandes dificuldades em acudir a esta nova faceta do fenómeno que, evidentemente, carece de uma nova formulação.

2. A NECESSIDADE DE REDEFINIR O PROBLEMA DO CONSUMO DE DROGAS

Como já foi referido anteriormente, verifica-se a realização de inúmeras pesquisas sobre o fenómeno do uso problemático de drogas, mas poucas análises se têm debruçado sobre os consumidores de idade mais avançada. Este desconhecimento do fenómeno também se relaciona com o facto de se tratar de uma população toxicodependente que se encontra “escondida” e sem registos sistemáticos (Beynon, et al., 2007).

A esta realidade devem acrescentar-se os problemas que se prendem com o facto de se analisar o problema sobre bases conceptuais e definições estabelecidas para os jovens consumidores. Estes aspectos podem estar a traduzir-se num registo de subestimação do problema (Patterson et al., 1999) e, consequentemente, de grandes dificuldades em definir estratégias para acudir ao número crescente de toxicodependentes mais idosos. Mas o que se poderá entender por toxicodependente idoso?

Efectivamente, deve averiguar-se o que se poderá designar por toxicodependente envelhecido. É que não existe uma idade estabelecida para tal definição e, atente-se, não pode estabelecer-se qualquer paralelismo com o que está definido para o idoso da população geral. Os 65 anos que definem a entrada na fatia dos idosos, ao nível da população geral, não podem nem devem aplicar-se à população toxicodependente. Evidentemente, entre esses indivíduos, o ponto de corte para o estabelecimento do toxicodependente idoso deve ser muito mais baixo. Nalgumas situações defende-se que essa idade se situa pelos 35 anos, ao contrário de muitos estudos que definem os 40 anos como o limite a partir do qual se pode considerar o dependente de drogas como idoso. Por outro lado, muitos outros investigadores apontam os 50 anos como sendo a idade definidora desse limite. Não obstante, há razões para que se considere a idade dos 40 anos como sendo aquela a partir da qual o toxicodependente é considerado como idoso: desde logo, por se tratar de um grupo de pessoas que apresenta uma longa experiência de consumo problemático de drogas e que acumulou os efeitos nefastos desses consumos; depois porque esse longo percurso exacerbou o processo de envelhecimento

e antecipou a manifestação de problemas como a arteriosclerose e as doenças cardíacas e pulmonares; finalmente, porque certos tratamentos para o consumo de drogas começam, por volta dos 40 anos, a apresentar problemas associados (European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2010).

Ainda a respeito da definição de parâmetros de análise deste fenómeno, podem referir-se alguns dos critérios de diagnóstico para o abuso de substâncias e definidos pela American Psychiatric Association (2002), como estando adaptados ao jovem consumidor, mas não ao dependente de drogas com mais idade. Um desses critérios aponta para um aumento de tolerância, face aos efeitos da substância, resultando numa tendência para aumentar os consumos ao longo do tempo. Não obstante, podem verificar-se alterações em termos da farmacocinética e ao nível fisiológico do dependente mais idoso. Exemplo disso ocorre com a redução de tolerância no alcoólico idoso, com redução dos consumos e sem que se verifique qualquer diminuição em termos de intoxicação. Outro dos critérios definidos (American Psychiatric Association, 2002), relaciona-se com as consequências do abuso, como o absentismo laboral ou o pobre desempenho no trabalho, os problemas na escola e até a negligência em áreas de vida que exigem responsabilidades. Ora, este critério dificilmente se identifica com a população mais velha que vive sozinha e se encontra em situação de desemprego. Por outro lado, a dependência de substâncias entre a população mais envelhecida relaciona-se não apenas com as drogas ilegais, mas também com o abuso de fármacos com utilização terapêutica (Patterson et al., 1999). Ora, esta realidade apresenta-se com especificidades que não têm sido consideradas na definição do problema do abuso de drogas.

A propósito do uso indevido de fármacos que, sendo substâncias usadas com fins terapêuticos, acabam por se converter em drogas de abuso entre certas camadas da população, refira-se o grupo das benzodiazepinas como medicamentos largamente consumidos por idosos, mais especificamente, por mulheres de idade mais avançada. De acordo com Mendonça e Carvalho (2005), pode afirmar-se que em muitas dessas pessoas se verifica um uso diferente do que foi indicado pelo médico. Entre os factores implicados nesse registo de abuso das benzodiazepinas por parte dos mais idosos, os autores referem a má utilização do fármaco por erros devidos a um estado confusional ou a lapsos de memória, as interacções medicamentosas favorecedoras de intoxicações e decorrentes da ingestão de uma grande diversidade de outros fármacos, e a tentativa de repor padrões de sono que podem não ser os mais naturais a partir de determinada idade.

Assim, independentemente da substância consumida ser legal ou ilegal, com ou sem uso terapêutico, parece evidente que o aumento do número de sujeitos mais idosos dependentes de substâncias é uma tendência em que está presente, também, todo um conjunto de complicações associadas à idade e aos longos anos de abuso de drogas que, não raras vezes, se encontram implicadas na morte dos consumidores.

Efectivamente, alguns estudos longitudinais permitem averiguar as causas de morte dos consumidores de substâncias. Um estudo longitudinal desenvolvido na Suécia analisou a causa de morte entre consumidores de opiáceos e concluiu que as mortes se ficavam a dever a problemas cardiovasculares, suicídio, acidentes, tumores, cirrose hepática e outras complicações directamente ligadas ao uso de álcool ou outras drogas. Nestes resultados, deve salientar-se que a idade média de morte foi de 49 anos para os consumidores de opiáceos do sexo masculino e de 42 anos para os usuários do sexo feminino. De facto, verifica-se a presença de diferenças significativas nas causas de morte dos consumidores de mais idade, comparativamente

aos mais jovens. Assim, os sujeitos com mais de 40 anos têm mais do triplo das probabilidades de perecer por causas não directamente relacionadas com as substâncias psicoactivas. As causas de morte mais presentes entre esta população de dependentes de drogas são os problemas hepáticos, neoplasias, infecções respiratórias e hepatites víricas. É ainda de salientar que se verifica um envelhecimento muito precoce entre os consumidores de drogas, pelo que a definição das complicações associadas à idade também deve ser revista para este grupo de indivíduos (European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, 2010).

3. MUDANÇAS AO LONGO DOS ANOS E CONSUMO DE DROGAS

É certo que, alguns autores como Winick, referem os aspectos pelos quais se opera uma redução do uso de drogas com a idade. Desde logo, o autor menciona o facto de haver uma elevada mortalidade entre os dependentes de substâncias, pelo que dificilmente chegariam a uma idade mais avançada mantendo os consumos; depois, o autor considera que uma série de mudanças se vão operando com os anos, no sentido de haver uma redução, ou até mesmo uma extinção dos consumos (Patterson et al., 1999).

Assim, há quem conclua no sentido da redução do número de consumidores de drogas à medida que se vão analisando faixas etárias mais elevadas. Não obstante, esta ideia nem sempre tem conseguido apoio empírico, uma vez que certas análises têm constatado o tendencial aumento do número de dependentes de drogas com idades mais avançadas e têm concluído que os consumidores de longos anos nem sempre abandonam esse comportamento adictivo. De facto, constata-se que, por exemplo, muitos heroíno-dependentes apresentam longas trajetórias de consumos, arrastando consigo as consequências desses comportamentos que se mantêm por muito tempo e até uma idade avançada (Hser, et al., 2001).

Note-se que diversos sistemas de saúde referem factores que colocam os mais idosos sob o risco de abuso de substâncias psicoactivas. Na sequência de algumas análises a esta faceta do fenómeno das drogas, têm sido identificados alguns factores que se associam ao risco de dependência química entre os mais idosos. Mais especificamente, o próprio processo de envelhecimento acompanhado de alterações fisiológicas, em que está presente a acumulação de problemas de saúde, que se fazem acompanhar de agentes psicossociais de stresse. Por outro lado, há factores que, estando associados às alterações decorrentes do próprio envelhecimento, acabam por contribuir para o facto de haver uma subestimação do número de dependentes de drogas com mais idade. Designadamente, porque os próprios técnicos de saúde tendem a relativizar o fenómeno, até por se verificar a possível confusão com sinais e sintomas mais facilmente atribuíveis a estados demenciais, depressivos ou a outros quadros mais típicos do idoso; depois, porque o idoso tende mais a ocultar o seu estado de dependência química, para além de que também se verifica que os próprios familiares, particularmente os filhos adultos, se envergonham da situação, optando por não a reportar (Blow, 1998).

Assim, as próprias mudanças que derivam da idade podem contribuir para ocultar um problema sobre o qual se torna muito difícil intervir. Barreiras como a apreciação negativa e estereotipada do idoso, apelidada por ageism por Butler em 1969, conduzem a uma série de problemas (Wilkinson et al., 2004) de que não escapa a subvalorização do problema do consumo de substâncias. A falta de consciência relativamente

à própria dependência também pode constituir uma barreira à identificação e tratamento do abuso de substâncias entre pessoas de mais idade e o comportamento dos técnicos de saúde pode, como já se referiu, dificultar o diagnóstico e subsequente tratamento e, associado aos restantes factores e devido ao próprio processo de envelhecimento, podem levantar-se dificuldades decorrentes da co-morbilidade (Blow, 1998).

Todos estes problemas levaram a que se concluísse a favor da necessidade de mais investigação sobre as toxicodependências entre os indivíduos mais velhos e a um repensar de formas de tratamento para esses casos (Simoni-Wastila et al., 2006). A propósito dos consumos alcoólicos entre idosos, por exemplo, também se verifica essa necessidade de repensar modalidades de tratamento, até porque, ao longo dos anos, não parece verificar-se uma redução dos consumos, o que impõe uma mudança de atitudes face ao problema (Glynn, et al., 1985).

4. SUGESTÕES DE TRATAMENTO

Obrigatoriamente, deve admitir-se a existência de graves lacunas ao nível do tratamento dos comportamentos adictivos entre os mais envelhecidos (Horton & Fogelman, 1991), para além de que as investigações sobre a abordagem terapêutica desse tipo de consumidores também se revelam escassas. Porém, para se identificar um modelo de tratamento há necessidade de se proceder a um diagnóstico criterioso e, sobretudo, com parâmetros adequados à população mais idosa (Patterson et al., 1999).

Uma abordagem voltada para o consumo de álcool que constitui um bom instrumento para idosos na medida em que não apresenta uma idade limite para recolha de dados, consiste na Comprehensive Drinker Profile (CDP), de Miller e Marlatt, e consiste numa entrevista estruturada (Horton et al., 1991) que requer uma abordagem empática, devendo ser conduzida como se se tratasse de uma conversa ao longo da qual se vão recolhendo os dados sócio-demográficos, a situação familiar, a situação laboral e económica, a história desenvolvimental, o início e desenvolvimento dos consumos problemáticos, os actuais padrões de consumo e a evolução desses padrões, os problemas associados ao comportamento adictivo, os espaços e circunstâncias associados aos consumos, bem como os comportamentos que também se encontram associados ao acto de consumir, não sendo de esquecer a história médica geral. A todas estas informações há necessidade de juntar os dados que permitem aceder à componente motivacional. Assim, também se questiona a respeito das razões subjacentes aos consumos e dos efeitos sentidos, bem como sobre problemas eventualmente associados, não esquecendo as questões relativas à motivação para a mudança (Miller et al., 1984).

Esta entrevista pode ser adaptada e conjugada com outros instrumentos. Nomeadamente, pode recorrer-se à entrevista motivacional de Miller e Rollnick que se revela particularmente interessante como técnica de aconselhamento, sobretudo quando se verifica que os usuários de substâncias psicoactivas se encontram num estado de ambivalência quanto à mudança da sua conduta problemática (Jarvis, et al., 1996). Para se tirar o melhor partido da entrevista motivacional enquanto técnica de intervenção, impõe-se a observância de aspectos, ainda que adaptados à faixa etária a que se destina. Entre os pontos salientados pelos seus autores, podem destacar-se Miller e Rollnick (2001): a atribuição de qualquer rótulo ou de alguma forma de etiquetagem do indivíduo; o acentuar da capacidade de escolha e da responsabilidade do sujeito, relativamente a comportamentos futuros; a focalização de avaliações objectivas, sem se perderem de vista as preocupações subjectivas do

indivíduo; a interpretação de resistências como algo a tratar de forma reflexiva; a definição de estratégias de tratamento através da negociação e do debate com o próprio; a exploração e a reflexão a respeito das percepções do indivíduo, sem emitir rótulos ou correcções; o recurso a estratégias e a princípios específicos, bem como à modelagem e ao treino, no sentido de que se verifique uma responsabilização do sujeito pelo seu próprio processo de mudança; a estimulação e o desenvolvimento de competências de resolução de problemas; a devolução ao sujeito, através de feedback por parte do terapeuta, bem como o uso de reflexão empática selectiva de forma a reforçar determinados processos e a exploração das discrepâncias apresentadas pelo sujeito.

Tudo isto deve processar-se atendendo aos princípios básicos que se traduzem na expressão de empatia, no desenvolvimento da discrepância, no acto de evitar a argumentação, acompanhando as resistências e promovendo a auto-eficácia (Miller et al., 2001). No contexto do consumo de substâncias por parte de adultos com idade avançada, pode ainda recorrer-se a abordagens terapêuticas de grupo, que se revelam particularmente úteis, na medida em que propiciam terreno fértil para a troca de ideias e de competências, para além de proporcionarem novas oportunidades de interacção. Saliente-se que as experiências em grupo permitem ainda o desenvolvimento de competências sociais e, consequentemente, constituem uma forma de combater o isolamento social dos sujeitos. Ainda dentro da perspectiva do trabalho através da criação de grupo, podem mencionar-se os grupos terapêuticos, assim como os grupos educacionais como uma importante componente do tratamento de comportamentos adictivos (Blow, 1998), desde de que adequadamente orientados e ajustados à situação específica dos indivíduos, tendo sempre em conta as particularidades do toxicodependente idoso.

CONCLUSÃO

As propostas de tratamento que vão surgindo a propósito do toxicodependente envelhecido são adaptações do muito que foi sendo explorado e criado para o acompanhamento do dependente de drogas mais jovem. Se por um lado essa adaptação vai fornecendo algum suporte para o progressivo envelhecimento das pessoas que padecem de dependências químicas, por outro lado, começa a tornar-se urgente que se desenhem planos de intervenção que atendam às especiais necessidades dessa população.

Assim, aos já velhos problemas associados ao abuso de substâncias, vêm agora juntar-se novos aspectos que, decorrendo da idade mais avançada dos usuários de drogas, tendem a tornar o fenómeno ainda mais complexo. Com efeito, os toxicodependentes mais envelhecidos tendem a apresentar problemas derivados do longo tempo de exposição aos efeitos das drogas, muitos desenvolveram um conjunto de condições crónicas em termos de saúde e de exposição a excessivos riscos, num estilo de vida que também se tornou crónico e potenciador de uma série de graves situações que gravitam em torno da situação de dependência. Acrescentem-se as dificuldades inerentes a um envelhecimento prematuro, numa população que tende a negligenciar a sua saúde, para além dos problemas do foro social, como a pobreza, o desemprego e até a situação de sem-abrigo.

Por tudo quanto foi até aqui referido, impõe-se a necessidade, tão urgente quanto imperativa, de aprofundar conhecimentos a respeito desta faixa etária de dependentes de drogas, com vista ao desenvolvimento de medidas adequadas, em termos de saúde e de novas e adaptadas políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychiatric Association (2002). DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais (5ª Ed.; J. Almeida, Trad.). Lisboa, Climepsi Editores.
- Becoña Iglesias, E. (2002). Bases científicas de la prevención de las drogodependencias. Madrid, Ministerio del Interior.
- Beynon, C. (2009). Drug use and ageing: older people do take drugs!. In: Age and Ageing, vol. 38, pp.8-10.
- Beynon, C., et al. (2007). Problematic drug use. Ageing and older people: trends in the age of drug users in northwest England. In: Ageing and Society, vol.27, pp.799-810.
- Blazer, D. et al. (2009). The epidemiology of substance use and disorders among middle aged and elderly community adults: national survey on drug use and health (NSDUH). In: American Journal of Geriatric Psychiatry, vol.17, no.3, pp.237-245.
- Blow, F. (1998). Substance abuse among older adults. Rockville, U.S. Department of Health and Human Services.
- Cassar, J., et al. (2009). Examining differences between younger and older injecting drug users in the 2009 National Illicit Drug Reporting System sample. Drug trends bulletin. Sydney, National Drug and Alcohol Research Centre, University of New South Wales.
- D'Archangelo, E. (1993). Substance abuse in later life. In: Canadian Family Physician, vol.39, pp.1986-1993.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. (2010). Treatment and care for older drug users. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Glynn, R., et al. (1985). Aging and general effects on drinking behaviors in men: results from the normative aging study. In: American Journal of Public Health, vol.75, no.12, pp.1413-1419.
- Hartnoll, R., et al. (2010). Variations in problem drug use patterns and their implications for harm reduction. In Thodes, T. et al. (Eds.). Monographs. Harm reduction: evidence, impacts and challenges. Luxembourg, Publications Office of the European Union, pp. 405-436
- Horton, A. et al. (1991). Behavioral treatment of aged alcoholics and drug addicts. In Wisocki, P. (Ed.). Handbook of clinical therapy with the elderly client. New York, Plenum Press, pp. 299-316.
- Hser, Y.-I., et al. (2001). A 33-years follow-up of narcotics addicts. In: Archives of General Psychiatry, vol.58, no.5, pp.503-508.
- Hulse, G. (2002). Alcohol, drugs and much more in later life. In: Revista Brasileira de Psiquiatria, vol.24, no.1, pp.34-41.
- Jarvis, T., et al. (1996). Treatment approaches for alcohol and drug dependency. An introductory guide. New York, John Wiley e Sons.
- Mendonça, R. et al. (2005). O consumo de benzodiazepínicos por mulheres idosas. SMAD, Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas. 1 (2). [Em linha] Disponível em http://www.revista-susp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762005000200009&lng=en&nrm=iso.
- Miller, W. et al. (1984). Manual. CDP. Comprehensive drinker profile. Albuquerque, University of New Mexico.
- Miller, W. et al. (2001). Entrevista motivacional. Preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos (A. Caleffi e C. Dornelles, Trad.). Porto Alegre, Artmed Editora.
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência. (2010). A evolução do fenómeno da droga na Europa. Relatório anual. Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia.
- Patterson, T. et al. (1999). The potential impact of the baby-boom generation on substance abuse among elderly persons. In: Psychiatric Services, vol.50, no.9, pp.1184-1188.
- Simoni-Watila, L. et al. (2006). Psychoactive drug abuse in older adults. In: American Journal of Geriatric Pharmacotherapy, vol.4, no.4, pp.380-394.
- Wilkinson, J. et al. (2004). Thirty years of ageism research. In: Nelson, T. (Ed.). Ageism. Stereotyping and prejudice against older persons. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology, pp. 339-359.
- Wu, L.-T. et al. (2011). Illicit and nonmedical drug use among older adults: a Review. In: Journal of Aging and Health, vol.23, no.3, pp.481-504.

RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A PERCEPÇÃO DE ESTIGMA E OPTIMISMO, EM INDIVÍDUOS COM ESCLEROSE MÚLTIPLA

LUÍSA PEDRO

ESTES-LISBOA
UIPES, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE

JOSÉ PAIS-RIBEIRO

FACULDADE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

RUTE MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

HELENA CARDOSO

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

DENISA MENDONÇA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

ESTELA VILHENA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

MADALENA ABREU

UIPES, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE
FACULDADE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

ANA MARTINS

HOSPITAL STO. ANTÓNIO · PORTO

ANTÓNIO MARTINS-DA-SILVA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL
HOSPITAL STO. ANTÓNIO · PORTO



RESUMO

O objectivo deste estudo é verificar a existência de uma relação entre, a percepção de estigma na esclerose múltipla e o optimismo. Foram avaliados 101 indivíduos com esclerose múltipla. Os resultados indicam que existe uma relação evidente entre o optimismo disposicional e a percepção de estigma em pessoas com esclerose múltipla. O optimismo é um factor facilitador relativamente à percepção de estigma social, nomeadamente à capacidade destes indivíduos lidarem com a deficiência e a incapacidade funcional.

ABSTRACT

This study aims to verify the existence of a relationship between the perception of stigma and optimism in multiple sclerosis. We evaluated 101 patients with multiple sclerosis. The results indicate that there is a clear relationship between dispositional optimism and perceived stigma in people with multiple sclerosis. Optimism is a important factor in what concerns the perception of social stigma, in particular the ability of these individuals cope with incapacity and functional disability.

INTRODUÇÃO

A Esclerose Múltipla é uma doença crónica neurodegenerativa que pode provocar situações de incapacidade e deficiência. Esta doença surge predominantemente em indivíduos jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, do sexo feminino, e que vivem nos países de temperaturas moderadas (Grimaud *et al.*, 2004). É uma doença inflamatória, auto-imune, neurodegenerativa, que pode atingir todos os tecidos do sistema nervoso central, com extensão muito variável. O aparecimento desta doença dá-se geralmente através de um surto com recidiva, que poderá ser visualizado através de variadíssimos sintomas neurológicos, sendo o mais frequente a nevrite óptica, que pode incluir turvação visual ou a perda de visão unilateral. A sua evolução está relacionada com o número de recidivas — remissões nos primeiros dois anos de doença. Relativamente ao prognóstico desta doença, os indicadores apontam para um prognóstico negativo quando surgem muitas recidivas num curto espaço de tempo (Keneadly, *et al.*, 2003; Pekenham, 2005).

A progressão desta doença, poderá determinar a instalação de alterações funcionais que são uma grande ameaça para as pessoas com esclerose múltipla, nomeadamente quando estes problemas afectam as actividades diárias do indivíduo, e podem mesmo pôr em causa a autonomia individual, quando as limitações físicas comprometem as capacidades de auto-suficiência, tais como vestir-se sem auxílio, alimentar-se sem necessidade de ajuda, ter capacidade de realizar a higiene pessoal, conseguir deslocar-se em casa e fora de casa com independência e autonomia, conseguir escrever e ter outras capacidades intelectuais e criativas. Nestes casos, a própria autonomia individual está comprometida (León, *et al.*, 2003; Yozbatiran, *et al.*, 2006).

O impacto das doenças crónicas de incapacidade progressiva, como é o caso da esclerose múltipla, são susceptíveis de provocar situações de estigmatização destes indivíduos. No caso do estigma na esclerose múltipla está muito associado à deficiência e à incapacidade funcional (Grytten *et al.*, 2005, 2006).

O estigma é um termo encontrado com frequência na literatura, associado às doenças crónicas. A palavra estigma, tem

origem numa palavra grega cujo significado indica a existência de sinais fora do comum sobre uma pessoa (Joachim et al., 2000). A estigmatização é um processo no qual, um significado social está ligado a determinados comportamentos individuais.

Joachim et al. (2000) descrevem a existência de três tipos de estigma. O primeiro está relacionado com os aspectos físicos e de deficiências físicas. O segundo direcciona-se para as questões do comportamento, que podem incluir características como falta de motivação, desonestidade, vício ou doença mental. O terceiro tipo de estigma está relacionado com os aspectos de relação social, tais como, a raça ou a religião.

Na sociedade moderna a aparência física de uma pessoa é um aspecto importante na sua integração social e está relacionada muitas vezes, com os níveis de sucesso na vida pessoal e profissional de um indivíduo. A aparência afecta o modo como os indivíduos se valorizam, bem como, o modo como os outros percebem e valorizam as suas características. Grytten et al. (2006) referem que o corpo desempenha um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam com as outras no quotidiano. Para as pessoas com uma deficiência ou sintomas visíveis de doença, o corpo não é apenas um organismo biológico que sofre uma perda funcional, o corpo também é o centro das atenções e meio de expressão e conhecimento e consequentemente um meio de interacção e comunicação do indivíduo na sociedade.

Segundo Grytten et al. (2005, 2006), os aspectos mais relevantes do estigma na deficiência, não se referem à gravidade da aparência funcional, ou mesmo às limitações físico-funcionais, mas às variações contextuais com que o indivíduo se depara na sociedade e ao significado relativo ao desempenho do corpo.

O estigma nas pessoas com esclerose múltipla pode estar associado aos sintomas visíveis da doença, como é o caso das alterações de equilíbrio, alterações de coordenação ou mesmo limitações físico-funcionais, ou a sintomas invisíveis da doença, como é o caso da fadiga. Enquanto os indivíduos que têm sinais visíveis da doença, podem perceber estigma associado à falta de controlo sobre o seu corpo ou a situações mais estigmatizantes relacionadas com o desempenho físico para determinadas tarefas. As pessoas sem sinais visíveis de doença, podem esconder as suas dificuldades, contudo, estão mais susceptíveis a más interpretações relativamente ao seu desempenho, como por exemplo: os sintomas de fadiga serem interpretados como falta de motivação (Grytten et al., 2005, 2006).

Deste modo parece importante a forma como cada indivíduo com doença crónica, mobiliza estratégias de adaptação em contextos sociais. O optimismo é um traço da personalidade que se focalizam nas expectativas positivas em relação ao futuro. Segundo (Carver et al., 2002) o optimismo, enquanto característica estável da personalidade, pode ter uma enorme importância no dia-a-dia de cada pessoa, nomeadamente nas respostas positivas face às adversidades e aos problemas, que podem surgir na sua vida e consequentemente ajuda-lo a adoptar estratégias mais vantajosas para lidar com a adversidade. O optimismo é um processo que influencia o modo como as pessoas enfrentam as situações e como podem obter sucesso através do planeamento de estratégias.

Os optimistas face à adversidade, adoptam comportamentos positivos acerca dos resultados que irão obter, traçam planos de estratégia centrados na resolução do problema, planificam planos de recuperação, procuram mais informação e reformulam as estratégias de recuperação de forma a obter sucesso nos seus resultados. Os indivíduos optimistas são mais resistentes a sintomas de depressão, são mais felizes com a vida, utilizam

frequentemente o humor, têm mais satisfação com o suporte dado pelos amigos e familiares. Face a situações de doença, têm uma maior facilidade em perceber o bem-estar emocional, e as alterações da saúde física têm menor impacto sobre a sua vida quotidiana. Todos estes factores vão influenciar de uma forma determinante a qualidade de vida destes indivíduos (Carver et al., 2002).

Ridder, et al. (2002, 2004) defendem que, no caso de doenças incontrolláveis, como a esclerose múltipla, caracterizadas pela imprevisibilidade quanto ao curso da doença, existem inúmeras variáveis que podem ocorrer, bem como a incapacidade de prever as consequências dos défices que poderão acontecer depois de um surto, sendo impossível a previsão do decurso da doença. O optimismo está directamente relacionado com a adaptação dos doentes à situação clínica, com implicações na redução da ansiedade, e do índice de depressão e é um preditor importante na função física e psíquica em doentes com esclerose múltipla.

Este estudo pretende relacionar o optimismo com a percepção de estigma em pessoas com esclerose múltipla.

1. MÉTODO:

O estudo é exploratório e descritivo. Os participantes deste estudo são indivíduos com diagnóstico definitivo de EM, não havendo dúvidas no seu diagnóstico neurológico, sem alterações mentais, num total de 101 indivíduos.

Esta amostra foi obtida através da Associação Portuguesa de Esclerose Múltipla entre os indivíduos associados entre 20 e 40 anos, que vivam na região de Lisboa e que exercem uma actividade profissional, estando alguns com baixa médica, devido à doença.

Dos 101 participantes, (65,3%) são mulheres e (34,7%) homens, havendo assim uma diferença de cerca de 2 para 1, ou seja, as mulheres são o grupo predominante nesta doença; a idade média é $M = 35,6$ e $DP = 6,6$; escolaridade de $M = 14,0$, entre 4 e 22 anos, com $DP = 3,6$, a maioria dos sujeitos são casados ou vive em união de facto (64,4%), a maioria vive na cidade de Lisboa, (51,5%), não vai acompanhada às consultas por não necessitar. Relativamente aos anos de diagnóstico da doença registou-se uma média $M = 8,2$ encontrando indivíduos entre 1 e 20 anos de diagnóstico de EM.

Utilizou-se a escala de Percepção de Estigma para a doença crónica e a escala LOT-R, para avaliar o optimismo.

A escala de Percepção de Estigma avalia a percepção de estigma, foi desenvolvida por Pais-Ribeiro et al. (2009). É constituída por 5 itens, medidos em escala de likert, com afirmações com possibilidade de opção entre 1 (concordo totalmente) e 7 (discordo totalmente). Esta escala apresenta boas propriedades psicométricas.

A LOT-R é uma escala de optimismo desenvolvida por Scheier, et al., (1994), chamada Life Orientation Test - Revised (LOT-R). Este instrumento resulta de um outro que foi construído, tendo por base o optimismo disposicional, é constituída por 10 itens com cinco possibilidades de resposta entre “concordo plenamente” e “discordo plenamente”. Esta escala tem boas propriedades psicométricas. Foi validada para a população portuguesa (Pais-Ribeiro, et al., 2006).

2. RESULTADOS:

Na análise dos resultados utilizámos o “Statistical Package for the Social Sciences – SPSS”, versão 16, utilizando o teste de correlação de Pearson entre a escala de estigma e a escala de optimismo.

Através dos resultados deste estudo podemos verificar que, na relação entre as variáveis destas escalas, os resultados indicam que existe uma correlação estatisticamente significativos entre o estigma e o optimismo de ($r=0.31$, $p<0.01$). Estes resultados apesar de indicam uma relação moderada entre a percepção de estigma da doença e o optimismo em pessoas com esclerose múltipla, são indicadores que estes dois construtos estão relacionados entre si.

Apesar do valor obtido ser moderado, existe uma relação entre os indivíduos que têm valores mais elevados de optimismo e a capacidade de lidar de um modo mais eficaz, com o estigma da doença.

3. DISCUSSÃO

Podemos concluir que existe uma relação positiva entre o optimismo disposicional, enquanto característica psicossocial estável e a percepção de estigma em pessoas com esclerose múltipla.

O optimismo é um factor facilitador relativamente à percepção de estigma social, nomeadamente à capacidade destes indivíduos, lidarem com a deficiência e a incapacidade funcional, na interacção com os outros e na em todos os planos da sua vida social.

Estes resultados podem ser muito importantes para os profissionais de saúde que trabalham com pessoas com esclerose múltipla, no que concerne ao ajuste de programas de reabilitação e inserção social, no sentido de trabalhar a reabilitação física, psíquica e social como um elemento integrador do indivíduo no meio social, focando o optimismo, tendo em conta não só a reabilitação do indivíduo, como também o modo como este se relaciona com o meio em que está inserido.

Segundo Grytien et al. (2005, 2006) os aspectos mais relevantes do estigma na deficiência, não se referem à gravidade da aparência funcional, ou mesmo às limitações inerentes ao estadio da doença, mas às variações contextuais com significado relativo ao desempenho do corpo e à imagem das performances e capacidades que este indivíduo tem no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carver, C., et al. (2002). Optimism. In: Snyder, C. R. et al. (Ed.). *Handbook of Positive Psychology*. New York, Oxford University Press, pp. 231-256
- Carver, C., et al. (2002). The hopeful optimist. In: *Psychological Inquiry*, vol.13, no.4, pp.288-290.
- Grimaund, J., et al. (2004). L'évaluation médico-économique dans la sclérose en plaques. In: *Revisite Neurologie*, vol.160, pp.23-34.
- Grytien, N., et al. (2005). What is expressed is not always what is felt: coping with stigma and the embodiment of perceived illegitimacy of multiple sclerosis. In: *Chronic Illness*, vol.1, pp.231-243.
- Grytien, N., et al. (2006). When I am together with them I feel more ill.' The stigma of multiple sclerosis experienced in social relationships. In: *Chronic Illness*, vol.1, pp.195-208.
- Joachim, G., et al. (2000). Stigma of visible and invisible chronic Conditions. In: *Journal of Advanced Nursing*, vol.32, no.1, pp.243-248.
- León, J., et al. (2003). A review about the impact of multiple sclerosis on health-related quality of life. In: *Disability and Rehabilitation*, vol.25, no.23, pp.1291-1303.
- Keneadly, S., et al. (2003). The genetic epidemiology of multiple sclerosis. In: *Journal of Neuroimmunology*, vol.143, pp.7-12.
- Pais-Ribeiro, J., et al. (2009). Desenvolvimento de uma escala de avaliação do estigma. Simpósio Apresentado no I Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde. O estigma nas doenças crónicas: aspectos psicossociais. Faro. Portugal.
- Pais Ribeiro, J., et al. (2006). Contribuição para a análise psicométrica e estrutural da escala revista de avaliação do optimismo (escala de orientação de vida revista-EOR-R) em doentes com esclerose múltipla. In: Leal, Isabel et al. (Edts.). *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. Lisboa, ISPA, pp.133-139.
- Pekenham, K. (2005). Benefit finding in multiple sclerosis and associations with positive and negative outcomes. In: *Health Psychology*, vol.24, no.2, pp.123-132.
- Scheier M., et al. (1994). Distinguishing Optimism From Neuroticism (and Trait Anxiety, Self-Mastery, and Self-Esteem): A reevaluation of the Life Orientation Test. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, vol.67, no.6, pp.1063-1078.
- Yozbairan, N., et al. (2006). Motor assessment of upper extremity function and its relation with fatigue, cognitive function and quality of life in multiple sclerosis patients. In: *Journal of the Neurological Sciences*, vol.246, pp.117-122.

PAZ INTERIOR EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

RUTE F. MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CRISTINA MIYAZAKI

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP · BRASIL;

JOSÉ PAIS-RIBEIRO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O objectivo do presente estudo é identificar o perfil sócio-demográfico e clínico associado a maior paz interior (PI). Avaliaram-se 177 estudantes do ensino superior Português, através de um Questionário Sócio-demográfico e Clínico e do WHOQOL-SRPB. A PI não se correlacionou com a idade. Não se verificaram diferenças entre os sexos, nem entre religiosos e não religiosos ao nível da PI. Identificou-se um perfil associado a maior PI, que tem implicações clínicas: indivíduos praticantes, sem problemas de saúde ou com problemas de saúde há mais tempo.

ABSTRACT

The aim of the present study is to identify the socio-demographic and clinical profile associated with higher inner peace (IP). A total of 177 Portuguese university students were assessed with a Socio-demographic and Clinical Questionnaire and the WHOQOL-SRPB. IP did not correlate with age. There were no differences in IP between sexes or between religious and non-religious participants. A profile associated with higher IP, with clinical implications, was identified: those practicing their religion, with no health problems or facing health problems longer.

INTRODUÇÃO

A paz interior é um conceito científico de tal forma importante que a Organização Mundial de Saúde desenvolveu um instrumento que a avalia (Fleck, Borges, Bolognesi & Rocha, 2003; World Health Organization, 2002a). De facto, um dos *scores* do WHOQOL-SRPB denomina-se Paz interior/serenidade/harmonia (Fleck & Skevington, 2007; World Health Organization, 2002b).

O WHOQOL-SRPB foi desenvolvido, numa perspectiva transcultural, para complementar o domínio religiosidade, espiritualidade e crenças pessoais do WHOQOL-100, instrumento genérico de qualidade de vida (Fleck et al., 2003). No WHOQOL-SRPB (Fleck, et al., 2007, s/p.), a

“faceta sobre paz interior/serenidade/harmonia é definida como: “O quanto as pessoas estão em paz consigo mesmas. A fonte dessa paz vem de dentro da pessoa e pode estar ligada a uma relação que ela tem com Deus ou pode se originar de sua crença em um código moral ou um conjunto de crenças. O sentimento é de serenidade e calma. Sempre que alguma coisa dá errado, essa paz interior ajuda a lidar com o problema. É considerada uma condição muito desejada”

Dos 15 grupos focais realizados no Brasil (dois com profissionais da saúde, dois com católicos, um com evangélicos afro-brasileiros, dois com espíritas, dois com ateus, dois com doentes recuperados, um com doente agudos, um com doentes

crónicos e um com doentes terminais), no âmbito do desenvolvimento do WHOQOL-SRPB, verificou-se que a faceta paz interior foi “caracterizada como uma faceta importante pelos grupos “Espíritas 1”, “Terminais”, “Agudos”, “Afro-brasileiros”, “Recuperados 2”, “Profissionais da saúde 1”, “Católicos 2” e “Crónicos”, sendo que “ambos os grupos de “Ateus” consideraram que o ato de lidar com situações difíceis está mais relacionado ao estado psicológico do que com a paz interior” (Fleck *et al.*, 2003, p. 453).

Na validação brasileira do WHOQOL-SRPB, para estimar a validade discriminativa do instrumento, foram realizadas comparações entre grupos de acordo com o sexo, a idade, o estado de saúde, a crença religiosa/espiritual, a escolaridade e a classe sócio-económica, verificando-se diferenças entre os mais novos (18-44 anos) e os mais velhos (≥ 45 anos), não se verificando diferenças entre os doentes e os saudáveis, nem entre homens e mulheres, nem entre os indivíduos com e sem crenças, nem entre os indivíduos com maior vs. menor escolaridade (3 categorias) (Panzini, et al., 2011). No que toca a validade de critério concorrente, constataram que os indivíduos “deprimidos” (i.e., com sintomas de depressão) apresentaram médias significativamente mais baixas do que os “não deprimidos” ao nível da paz interior (Panzini et al., 2011).

Não foi, todavia, identificado mais nenhum estudo em que tivessem sido exploradas as relações entre a paz interior e variáveis sócio-demográficas e clínicas. Na base de dados Pubmed, p.e., a palavra-chave “inner peace” permite aceder a apenas 5 documentos e a palavra-chave “WHOQOL-SRPB” a 4 artigos (neste caso, sem acesso a texto integral gratuito).

Assim, tendo em consideração a relevância do conceito (cf. a definição do mesmo), urge conhecer as condições mais propícias para a presença da paz interior. Consequentemente, o objectivo do presente estudo é identificar o perfil sócio-demográfico e clínico associado a maior paz interior em universitários Portugueses.

1. MÉTODO

Foram avaliados 177 estudantes do ensino superior Português, entre os 18 e os 47 anos ($M=22,18$, $DP=3,70$): 26% do sexo masculino, 96,6% solteiros, 35,6% do curso de Psicologia, 17,5% estudantes-trabalhadores, 17,5% sem religião, 44,6% não praticantes e 19,8% com problemas de saúde, cuja duração oscilava entre os 0,06 e os 22,0 anos ($M=9,24$, $DP=7,12$) (cf. Quadro 1).

QUADRO 1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES ($N=177$)

FALTA O QUADRO

O protocolo de avaliação utilizado (incluído num protocolo mais amplo relativo a um projecto de investigação também ele mais amplo) incluía um Questionário Sócio-demográfico e Clínico, desenvolvido para o efeito e constituído por 13 itens, e o WHOQOL-SRPB.

O WHOQOL-SRPB é constituído por 32 itens, organizados em facetas, sendo que, associado ao WHOQOL-100, “produz um perfil de qualidade de vida com informação detalhada sobre aspectos SRPB da qualidade de vida” (World Health Organization, 2002b, p. 6). A faceta paz interior/serenidade/harmonia inclui, tal como as restantes 7, 4 itens, cuja resposta, dada numa escala de Likert, pode variar entre 1 e 5, sendo que valores mais elevados indicam melhor qualidade de vida (World Health Organization, 2002b). É ainda de referir que foram desenvolvidas facetas adicionais, que os investigadores podem optar por utilizar ou não, e itens (adicionais) de importância, que indicam a importância para a qualidade de vida global das facetas de qualidade de vida, e que os investigadores podem também optar por utilizar ou não (World Health Organization, 2002b).

Após a obtenção das devidas autorizações (autores do instrumento, instituição de ensino superior, comissão de ética, professores e potenciais participantes – consentimento informado), teve lugar a auto-administração colectiva, em sala de aula, na presença do investigador.

2. RESULTADOS

A paz interior da amostra oscilou entre 1 e 5 ($M=3,35$, $DP=0,80$).

No que toca a relação entre a paz interior da amostra e as variáveis sócio-demográficas e clínicas seleccionadas, verificou-se que:

a) a paz interior não se correlacionou com a idade dos participantes;

b) não houve diferenças estatisticamente significativas entre os sexos ao nível da paz interior;

c) não houve diferenças estatisticamente significativas entre religiosos e não religiosos ao nível da paz interior;

d) os praticantes ($M=3,60$) manifestaram maior paz interior do que os não praticantes ($M=3,17$; $t(124,244)=3,190$, $p<0,002$);

e) os indivíduos sem problemas de saúde ($M=3,41$) relataram maior paz interior do que os que tinham problemas de saúde ($M=3,10$; $t(175)=2,104$, $p<0,04$); e

f) a paz interior correlacionou-se com a duração dos problemas de saúde dos participantes (na altura, em anos: $r(33)=0,37$, $p<0,04$).

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito à relação entre paz interior e idade, os resultados do presente estudo, com estudantes do ensino superior Português, não estão de acordo com os de Panzini et al. (2011). Contudo, é de sublinhar que, entre outras (p.e., país de origem, efectivo), as análises estatísticas realizadas e a amplitude etária das duas amostras divergem: enquanto os universitários tinham idades compreendidas entre os 18 e os 47 anos, os doentes (hospitalizados ou seguidos em ambulatório) e “saudáveis” (funcionários do hospital ou da universidade) do estudo de Panzini et al. (2011) foram divididos em dois grupos - entre os 18 e os 44 anos e com 45 ou mais anos. Assim, estas diferenças podem ser, pelo menos em parte, a causa das diferenças entre os resultados dos dois estudos.

Em ambos os estudos verificou-se uma ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os sexos ao nível da paz interior.

Não se identificaram diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes Portugueses religiosos e os não religiosos, nem entre os participantes Brasileiros com e sem crenças, ao nível da paz interior.

Porém, os praticantes do presente estudo relataram maior paz interior do que os não praticantes. Ora, esta variável não foi contemplada no estudo de Panzini et al. (2011).

Os estudantes sem problemas de saúde referiram maior paz interior do que os que tinham problemas de saúde. Inversamente, a amostra brasileira de doentes em tratamento não mencionou paz interior significativamente diferente da amostra de brasileiros saudáveis. É possível que o tipo de doença/tratamento em causa possa explicar (ainda que parcialmente) estes resultados. De facto, (Panzini et al., 2011) constataram que os indivíduos com sintomatologia depressiva relataram paz interior significativamente menor do que os que não referiram sintomatologia depressiva.

Não é possível comparar os presentes resultados com os de Panzini et al. (2011) no que toca a duração dos problemas de saúde dos participantes, pois o estudo brasileiro não faz menção a este dado.

Por seu turno, no presente estudo não foi considerada a escolaridade da amostra, pelo que não é possível confirmar se se verifica o mesmo padrão identificado na amostra brasileira.

CONCLUSÃO

Os presentes resultados mostram um perfil sócio-demográfico e clínico associado a maior paz interior: indivíduos praticantes, sem problemas de saúde ou com problemas de saúde há mais tempo.

Este perfil tem implicações clínicas. Na realidade, ele sugere a necessidade de desenvolver esforços no sentido de promover a paz interior dos indivíduos não praticantes, com problemas de saúde, principalmente se recentes. Dito de outro modo, os resultados apoiam a integração do cuidado espiritual nos cuidados de saúde, logo nas primeiras fases e mesmo com indivíduos “funcionais”, como os estudantes universitários.

Todavia, é de sublinhar que os grupos considerados tinham efectivos bastante heterogêneos, o que deve ser controlado em futuros estudos.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi desenvolvido com apoio da bolsa FCT SFRH/BPD/39186/2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fleck, M. P. A., et al. (2003). Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Revista de Saúde Pública*. 37 (4), pp. 446-455. [Em linha]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000400009-&lng=en&nrm-iso [Consultado em 09/06/2011].
- Fleck, M. P., et al. (2007). Explicando o significado do WHOQOL-SRPB. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 34 (suppl.1), pp. 146-149. [Em linha]. Disponível em <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol34/s1/146.html> [Consultado em 09/06/2011].
- Panzini, R. G., et al. (2011). Validação brasileira do Instrumento de Qualidade de Vida/espiritualidade, religião e crenças pessoais. *Revista de Saúde Pública*. 45(1), pp. 153-165. [Em linha]. Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000100018&lng=en. doi: 10.1590/S0034-89102011000100018 [Consultado em 09/06/2011].
- World Health Organization. (2002a). WHOQOL-SRPB field-test instrument. WHO/MSD/MER/02.5. [Em linha]. Disponível em http://www.who.int/mental_health/media/en/622.pdf [Consultado em 09/06/2011].
- World Health Organization. (2002b). WHOQOL-SRPB users manual. WHO/MSD/MER/02.4. [Em linha]. Disponível em http://www.who.int/mental_health/media/en/620.pdf [Consultado em 09/06/2011].

PESSOAS COM EPILEPSIA E OS OUTROS: RELAÇÕES PACÍFICAS?

RUTE F. MENESES

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

JOSÉ PAIS-RIBEIRO

FCPE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

LUÍSA PEDRO

ESTESL, ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA · PORTUGAL

HELENA CARDOSO

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
E HAS-CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

DENISA MENDONÇA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ESTELA VILHENA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

MADALENA ABREU

FCPE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

VERA MELO

FCPE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO · PORTUGAL

ANA MARTINS DA SILVA

HAS-CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

ANTÓNIO MARTINS DA SILVA

ICBAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR
DA UNIVERSIDADE DO PORTO E HAS-CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

RESUMO

A Escala de Estigma e a Escala de Satisfação com a Vida foram administradas a 92 indivíduos com epilepsia, para analisar o bem-estar subjectivo (BES), o estigma e seus correlatos. Os *scores* de BES oscilaram entre 32,5 e 100 (M=66,11, DP=16,06), os de estigma entre 5 e 35 (M=26,93, DP=8,20). O estigma correlacionou-se com: BES e percepção de doença, não variando em função do meio habitacional. O estigma percebido, indicador de relações pouco pacíficas, pode reduzir o BES e ter um impacto negativo na percepção de doença.

ABSTRACT

The Stigma Scale and the Satisfaction with Life Scale were administered to 92 individuals with epilepsy, in order to analyze their subjective well-being (SWB), stigma, and its correlates. SWB scores varied between 32,5 and 100 (M=66,11, SD=16,06), stigma scores varied between 5 and 35 (M=26,93, SD=8,20). Stigma correlated with: SWB and disease perception, and did not vary with residence context. Perceived stigma may reduce SWB and have a negative impact on disease perception.

INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos que as crises epilépticas/a epilepsia são explicadas através de um conjunto de crenças e superstições que muitas vezes contribuem para o estigma relatado pelos doentes (cf. Fernandes *et al.*, 2006).

O estigma é um conceito que tem vindo a suscitar diversas definições científicas, sendo alvo de variados modelos explicativos (cf. Ahmad, 2011; Jacoby *et al.*, 2007; Fernandes *et al.*, 2006). Deste modo, o estigma relativo à epilepsia é considerado multideterminado, estando já identificados diversos factores a ter em conta (cf. Fernandes *et al.*, 2006; Shibre, *et al.*, 2006).

Um dos problemas do estigma relativo à epilepsia prende-se com a sua presença em variados contextos (Ahmad, 2011). Todavia, em diferentes locais os níveis de estigma relativo à epilepsia podem ser consideravelmente diferentes, podendo variar em função de aspectos culturais e regionais (Fernandes,

et al., 2008). É de sublinhar que os níveis de estigma são mais elevados nos indivíduos que percebem a existência de estigma na sociedade (Fernandes *et al.*, 2008).

Fernandes, *et al.* (2004), p.e., procuraram identificar a percepção dos professores do ensino fundamental (Brasil) sobre o estigma relativo à epilepsia, tendo constatado, neste grupo com uma instrução considerável, a existência de diversas crenças incorrectas e preconceitos.

Noutro estudo, um grupo de estudantes do ensino médio (Brasil) foi dividido em três grupos: um que observou os procedimentos correctos a seguir durante uma crise (tónico-clónica generalizada), outro que observou procedimentos incorrectos face a uma pessoa que estava a ter uma crise (do mesmo tipo) e o grupo de controlo (sem observação); seguiu-se a avaliação de conhecimentos/crenças e do estigma na epilepsia, a participação numa palestra sobre epilepsia (que incluía observação do modo correcto de agir na presença de uma crise) e a re-avaliação (com o mesmo questionário) passados 6 meses

(Reno, et al., 2007). Verificou-se que a percepção de estigma era mais elevada no grupo que fora exposto a procedimentos incorrectos e que a percepção de estigma diminuía com o tempo. Consequentemente, os autores referiram que a informação e a demonstração de procedimentos correctos parecem ser aspectos centrais na intervenção contra o estigma.

Analogamente, num estudo com adultos com epilepsia, a maior parte relatou perceber estigma relativo à epilepsia e defendeu que o mesmo poderia ser diminuído através de intervenções educativas, dirigidas ao público em geral e aos doentes (Paschal et al., 2007).

Por sua vez, Boer, et al. (2008) referiram dois modos de reduzir o estigma relativo à epilepsia: apoiar as pessoas com epilepsia como grupo (cf. papel das associações) e individualmente (destacando o papel dos programas educativos e do aconselhamento para doentes e familiares), sublinhando a necessidade de desenvolver esforços para alterar as atitudes públicas negativas.

Fernandes et al. (2006) defenderam que há três formas principais de trabalhar para diminuir o estigma relativo à epilepsia: campanhas nos media, trabalho biopsicossocial com os doentes e seus familiares (que inclui o atendimento médico, psicoterapia e grupos de apoio ou grupos educativos) e programas de educação contínua dirigidos a profissionais de saúde e da educação.

Jacoby et al. (2007) e Ahmad (2011) também apresentaram um conjunto de estratégias para ajudar os indivíduos no que toca o estigma relativo à epilepsia, muitas das quais vão de encontro às ideias supracitadas. A intervenção torna-se particularmente importante quando se considera o impacto do estigma nos indivíduos com epilepsia (cf. Ahmad, 2011).

Todavia, o estigma é só parte das dificuldades com que os indivíduos com epilepsia se confrontam (Boer et al., 2008). De facto, as características biopsicossociais da epilepsia e sua terapêutica estão frequentemente relacionadas com reduzido bem-estar (cf. Meneses, 2005), um conceito operacionalizado de diversos modos (cf. Galinha et al., 2005).

Já em 1993, Vickrey verificou que os indivíduos com crises com alteração da consciência após a cirurgia da Epilepsia apresentavam valores piores do que os indivíduos com hipertensão, diabetes e doença cardíaca ao nível do bem-estar emocional.

Em 1997, Baker, et al., no maior estudo até à data sobre qualidade de vida de pessoas com epilepsia na Europa, confirmaram os resultados de estudos prévios sobre o impacto da epilepsia no bem-estar social e psicológico.

Neste sentido, Fernandes, et al. (2004, p. 173), ao defender a utilidade do trabalho com grupos (de indivíduos com epilepsia e seus familiares, profissionais de saúde e educação, pessoas interessadas na epilepsia, participantes de projectos sociais, etc.) na epilepsia, referiram que

Nossa experiência mostra que o trabalho em grupos possui um forte potencial para proporcionar bem-estar, reduzindo a ansiedade das pessoas e proporcionando melhora na qualidade de vida e redução do estigma associado.

Neste contexto, é de referir o estudo de Whatley, *et al.* (2010), em que o estigma se revelou capaz de prever a qualidade de vida 3 meses depois em adultos com epilepsia, e o estudo de Reisinger *et al.* (2009), em que o estigma predisse sintomas depressivos de indivíduos com epilepsia na linha de base, aos 3 e 6 meses.

Assim, o objectivo do presente estudo é analisar o bem-estar subjectivo (BES), o estigma e seus correlatos num grupo de indivíduos com epilepsia.

1. MÉTODO

A amostra é constituída por 92 indivíduos com diagnóstico de epilepsia, maioritariamente do sexo feminino e habitantes da cidade (cf. Quadro 1), com idade, escolaridade, duração do diagnóstico e percepção da doença muito heterogéneas (cf. Quadro 2).

QUADRO 1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO SEXO E AO MEIO HABITACIONAL

FALTA O QUADRO

QUADRO 2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO À IDADE, ESCOLARIDADE, DURAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E PERCEPÇÃO DE DOENÇA

FALTA O QUADRO

No âmbito de um estudo mais amplo, os participantes responderam a um protocolo de avaliação que incluía um Questionário Sócio-demográfico e Clínico, a Escala de Estigma e a Escala de Satisfação com a Vida.

Do Questionário Sócio-demográfico e Clínico, destaca-se o indicador de percepção da doença. Este era constituído por uma única questão (“Em geral, como classificaria a sua doença?”), a que o indivíduo devia responder através de uma escala visual analógica, numerada de 1 (“Nada grave”) a 11 (“Muito grave”), sem denominação das categorias intermédias e com 6 faces indicadoras da gradação (por cima dos números 1, 3, 5, 7, 9, 11).

A Escala de Estigma utilizada é constituída por 5 itens, que devem ser respondidos através de uma escala tipo Likert com 7 opções de resposta (Concordo totalmente (1); Concordo em grande parte (2); Concordo um pouco (3); Não concordo nem discordo (4); Discordo um pouco (5); Discordo em grande parte (6); Discordo totalmente (7)). O score global varia entre 5 e 35, representando o 5 maior percepção de estigma (Pais-Ribeiro et al., 2009).

Para avaliar o BES, recorreu-se à versão Portuguesa do Índice de Bem-estar Pessoal (IBP) (Pais-Ribeiro & Cummins, 2008), que inclui oito itens/domínios (satisfação com: nível de vida, saúde, realização pessoal, relações pessoais, sentimento de segurança, ligação à comunidade, segurança com o futuro e espiritualidade) que pretendem representar um primeiro nível da “satisfação com a vida em geral”. Em cada questão, as pessoas indicam quão satisfeitas estão com cada item/domínio, numa escala de “0” (extremamente insatisfeito) a “10” (extremamen-

te satisfeito), com uma posição intermédia neutra. O score do IBP varia entre 0 e 100, em que 100 corresponde a maior BES.

2. RESULTADOS

A análise do Quadro 3, onde se encontram os indicadores de BES e estigma da amostra, mostra que os participantes diferiam consideravelmente entre si no que se refere a estas duas variáveis.

QUADRO 3. INDICADORES DE BEM-ESTAR SUBJECTIVO E ESTIGMA DA AMOSTRA

FALTA O QUADRO

Nos Quadros 4 a 8 estão patentes as respostas dadas a cada um dos itens da Escala de Estigma, mostrando, uma vez mais, mas com maior pormenor, a heterogeneidade da amostra a este nível. De facto, todas as opções de resposta aos itens de estigma foram seleccionadas pelo menos por 1 participante, ainda que a maior parte das respostas não indicasse estigma.

QUADRO 4. RESPOSTAS AO ITEM 1 DA ESCALA DE ESTIGMA

FALTA O QUADRO

QUADRO 5. RESPOSTAS AO ITEM 2 DA ESCALA DE ESTIGMA

FALTA O QUADRO

QUADRO 6. RESPOSTAS AO ITEM 3 DA ESCALA DE ESTIGMA

FALTA O QUADRO

QUADRO 7. RESPOSTAS AO ITEM 4 DA ESCALA DE ESTIGMA

FALTA O

QUADRO

QUADRO 8. RESPOSTAS AO ITEM 5 DA ESCALA DE ESTIGMA

No que se refere à relação entre estigma e BES, verificaram-se correlações lineares estatisticamente significativas entre todos os itens da Escala de Estigma e o *score* de BES, bem como entre o *score* global de estigma e o *score* de BES (cf. Quadro 9).

QUADRO 9. CORRELAÇÕES ENTRE ESTIGMA E BEM-ESTAR SUBJECTIVO

FALTA O QUADRO

Não se verificaram diferenças ao nível do estigma em função do meio habitacional.

A percepção de doença correlacionou-se com o *score* global de estigma e com todos os itens de estigma, com excepção de um (cf. Quadro 10).

QUADRO 10. CORRELAÇÕES ENTRE ESTIGMA E PERCEPÇÃO DE DOENÇA

FALTA O QUADRO

CONCLUSÃO

Os indivíduos com epilepsia estudados revelaram uma heterogeneidade considerável em termos de BES e de estigma. No entanto, pode considerar-se que, em geral, os resultados obtidos são positivos: tanto ao nível do BES como a nível do estigma, a média da amostra foi sempre superior ao ponto médio dos instrumentos usados. Adicionalmente, no que toca o estigma, o número de indivíduos que discordou das afirmações foi sempre superior ao número de indivíduos que concordou com elas, destacando-se, em termos de escolhas, a resposta que reflectia maior discordância.

No que se refere aos correlatos do estigma, os resultados sugerem que o estigma percebido, indicador de relações pouco pacíficas, não varia em função do meio habitacional, o que não vai completamente de encontro ao estudo de Fernandes et al. (2008). Tal pode dever-se a especificidades nacionais, bem como à ausência de diferenças significativas entre as cidades, vilas e aldeias em que os participantes do presente estudo habitavam em indicadores importantes ao nível do estigma (p.e., informação sobre a doença). Estes resultados podem ainda espelhar a discrepância de efectivo dos três grupos constituídos com base no meio habitacional.

No que toca a relação entre estigma e BES, os resultados do presente estudo sugerem que o estigma percebido pelos doentes pode reduzir o seu BES. Estes dados vão de encontro aos de Whatley et al. (2010) e de Reisinger et al. (2009).

Relativamente à relação entre estigma e percepção de doença, os resultados da amostra indicam que o estigma pode ter um impacto negativo na percepção de doença, fazendo com que os doentes percepcionem a sua doença como muito mais grave do que a percepcionariam se não associassem à mesma o estigma de que são alvo. Pode ainda supor-se que a sintomatologia depressiva possa também desempenhar aqui um papel importante (cf. Reisinger et al., 2009)

Em resumo, actualmente, muito há ainda a fazer para diminuir o estigma relativo à epilepsia e, com isso, melhorar o BES/qualidade de vida e percepção de saúde dos doentes e seus familiares. Não se deve, porém, esquecer que muitos dos participantes do presente estudo relataram elevado BES e baixo estigma, o que sugere que os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos estão a dar fruto. I.e., muitas vezes as relações entre pessoas com epilepsia e sem epilepsia são, de facto, pacíficas.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi desenvolvido com apoio da bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia PTDC/PSI/71635/2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmad, M. (2011). Epilepsy: Stigma and management. In: *Current Research in Neuroscience*, vol. 1, no. 1, pp. 1-14.
- Baker, G. A., et al. (1997). Quality of life of people with epilepsy: A European study. In: *Epilepsia*, vol. 38, no. 3, pp. 353-362.
- Boer, H. M., et al. (2008). The global burden and stigma of epilepsy. In: *Epilepsy & Behavior*, vol. 12, pp. 540-546.
- Fernandes, P. T., et al. (2004). Formação de grupos como suporte psicológico e social na epilepsia. In: *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, vol. 10, no. 3, pp. 171-174.
- Fernandes, P. T., et al. (2008). Stigma scale of epilepsy: The perception of epilepsy stigma in different cities in Brazil. In: *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, vol. 66, no. 3, pp. 471-476.
- Fernandes, P. T., et al. (2006). Percepção de estigma na epilepsia. In: *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, vol. 12, no. 4, pp. 207-218.
- Fernandes, P. T., et al. (2004). Percepção do estigma da epilepsia em professores do ensino fundamental. In: *Estudos de Psicologia (Natal)*, vol. 9, no. 1, pp. 189-195.
- Galinha, I., et al. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. In: *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 6, no. 2, pp. 203-214.
- Jacoby, A., et al. (2007). Social stigma for adults and children with epilepsy. In: *Epilepsia*, vol. 48, Suppl. 9, pp. 6-9.
- Meneses, R. F. (2005). Promoção da qualidade de vida de doentes crónicos: Contributos no contexto das Epilepsias Focais. Porto, Universidade Fernando Pessoa & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Pais-Ribeiro, J., et al. (2009). Desenvolvimento de uma escala de avaliação do estigma. Comunicação apresentada no I Congresso Luso Brasileiro de Psicologia da Saúde, Faro.
- Pais-Ribeiro, J., et al. (2008). O bem-estar pessoal: Estudo de validação da versão Portuguesa da escala. In: Leal, I., et al. (Eds.). *Actas do 7º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 505-508.
- Paschal, A. M., et al. (2007). Epilepsy patients' perceptions about stigma, education, and awareness: Preliminary responses based on a community participatory approach. In: *Epilepsy & Behavior*, vol. 11, no. 3, pp. 329-337.
- Reisinger, E. L., et al. (2009). Individual, seizure-related, and psychosocial predictors of depressive symptoms among people with epilepsy over six months. In: *Epilepsy & Behavior*, vol. 15, no. 2, pp. 196-201.
- Reno, B. A., et al. (2007). Stigma and attitudes on epilepsy a study: with secondary school students. In: *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, vol. 65, suppl. 1, pp. 49-54.
- Shibre, T., et al. (2006). Perception of stigma in people with epilepsy and their relatives in Butajira, Ethiopia. In: *The Ethiopian Journal of Health Development*, vol. 20, no. 3, pp. 1-7.
- Vickrey, B. G. (1993). A procedure for developing a quality-of-life measure for epilepsy surgery patients. In: *Epilepsia*, vol. 34, Suppl. 4, pp. S22-S27.
- Whatley, A. D., et al. (2010). Examining the relationships of depressive symptoms, stigma, social support and regimen-specific support on quality of life in adult patients with epilepsy. In: *Health Education Research*, vol. 25, no. 4, pp. 575-584.

A PAZ E A SAÚDE: CONTRIBUTOS PSICO-EDUCACIONAIS

SÓNIA ALEXANDRE GALINHA

PROFESSORA ADJUNTA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM · PORTUGAL

ADÉRITO GOMES BARBOSA

PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA · PORTUGAL

RESUMO

A paz e a saúde são valores a perseguir. A paz é o sentimento de bem-estar intra e interpessoal que dá a consciência e o equilíbrio para olhar e construir o mundo, fundamento da própria vida (Rogers, Seligman; WHO). Constitui-se como nosso objectivo central analisar i) o bem-estar como confluente de factores psicológicos e sociais, ii) a importância da percepção da paz interior e iii) a paz social, como tranquilidade da ordem, como justiça e concórdia. Girard afirma que a dinâmica básica da vida atravessa a interioridade.

ABSTRACT

Peace and health are values to pursuing. Peace is the feeling of well being that gives intra-and interpersonal awareness and balance and look to build the world, the foundation of life itself (Rogers, Seligman, WHO). It serves as our central objective to analyze i) the well-being as a confluence of psychological and social factors, ii) the importance of perception of inner peace and iii) social peace, tranquility and order, such as justice and harmony. Girard says that the basic dynamics of life crosses through the interior.

INTRODUÇÃO

O estudo, prevenção e promoção de vida saudável é cada vez mais uma temática emergente da comunidade científica internacional enquanto exigência da contemporaneidade (Seligman, 2008). Em todo o mundo, as pessoas, as organizações e as sociedades atravessam um ciclo sem precedentes no que concerne à convivialidade cívica e à responsabilização (Caride *et al.*, 2007). Os modelos críticos, muitas vezes, colidem com realidades sociais da era da globalização, onde frequentemente proliferam obstáculos a uma educação assente nos conceitos de paz, de democracia, de desenvolvimento e de direitos humanos (Savater, 2005a; Jares, 1996, 2008).

Neste contexto, entende-se a paz e o desenvolvimento psicológico e social, como uma experiência dinâmica intersubjectiva da saúde e da educação: não há sociedades tolerantes e solidárias sem indivíduos que gerem as suas emoções equilibradamente nem indivíduos tolerantes e justos sem sociedades emocionalmente competentes, o que abre a janela da responsabilidade e do compromisso dialógico do ser, do ser para o outro e do ser com o outro ética e socialmente. É importante que as pessoas participem na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos, capacidades num clima virtuoso. Esta é a razão pela qual, e segundo a ONU, a interdependência e participação contínua nas questões sociais, económicas, culturais, espirituais e civis são princípios relevantes para o bem-estar subjectivo. Construir a paz é construir a saúde e construir a saúde é construir a paz. Ao invés, construir a violência é construir a doença, com danos nefastos irrecuperáveis a curto, médio e longo prazo nas gerações afectadas. Construir a violência nas sociedades é construir sociedades que violentam e adoecem os seus indivíduos. As políticas de

saúde visam o aumento de factores de protecção e a minimização de factores de risco, para uma vida sadia. Enquanto a Organização Mundial de Saúde propunha em meados do século como objectivo aumentar a esperança média de vida, hoje considera como desafio aumentar a expectativa de vida. Nesta linha, os estudos revelam que os educadores em geral e os profissionais de saúde em particular, nos mais diversos sistemas de formação, na construção das suas comunidades, devem ser convidados a reflectir permanentemente sobre a importância de um conjunto de valores pilares da relação humana singular, plural e universal, para a qualidade da humanização, para o fortalecimento de boas práticas e novas atitudes (Goodstadt, 2001; Seligman, *et al.*, 2005).

1. O BEM-ESTAR COMO CONFLUENTE DE FACTORES PSICOLÓGICOS E SOCIAIS

Como refere Savater (2005 a, 2005 b), ninguém chega a tornar-se humano se está só: tornamo-nos humanos uns aos outros. É preciso acreditar que é possível alcançar uma vida melhor. Mas não qualquer vida: é preciso ser uma vida humana, com boas relações com outros seres humanos. Caso contrário, pode até ser vida, mas não chegará a ser boa nem humana. É preciso haver união entre liberdade e responsabilidade, pois uma não existe sem a outra.

Catalano, *et al.* (2002), na sua obra *Positive Youth Development in the United States*, identificam alguns factores cuja promoção se pretende: bonding (ligação), resiliência, auto-determinação, auto-eficácia, identidade positiva, expectativas positivas no futuro, reconhecimento de comportamentos

positivos, oportunidades para um envolvimento pró-social e normas sociais.

Nestas perspectivas, os indivíduos passam a diferenciar-se pelo modo como convivem, como se auto-regulam, criam e mantêm relações sociais: como acolhem o humano e são humanos (Caride Gomez, 2009; Jares, 1996; 2006; 2008; Savater, 2005 a, 2005 b). Pode referir-se que a inteligência intrapessoal e interpessoal de Gardner correspondem à inteligência emocional de Goleman. (Gardner, 1983; Goleman, 2003; Galinha, 2010 a). Deste modo, o controlo e a formação de um sentimento ou afecto positivo e as práticas participadas podem determinar a forma como o(s) sujeito (s) percepção(m) e avalia(m) os acontecimentos que ocorrem na(s) sua(s) vida(s) promovendo o aumento da qualidade de vida percebida e do sentimento de bem-estar de acordo com a OMS e, a par do exposto, a diminuição do conflito, da violência, dos comportamentos disruptivos e da vulnerabilidade (Antonovsky, 1979; Seligman, 2008).

O Modelo Rogeriano, aplicado com notável êxito à Psicologia, com as três condições propiciadoras (empatia, aceitação incondicional e congruência) traz à comunidade científica inúmeras possibilidades de reflexão para as ciências do humano (Rogers, 1985). Também, mais recentemente, a American Psychology Association aponta para a importância do estudo de variáveis positivas que se inserem na esfera do bem-estar psicológico tais como a esperança, sensibilidade estética, a comunicação humana, a perseverança, o perdão, a originalidade, a espiritualidade, o talento e a sabedoria, entre outras, ou mesmo a nível social, para o estudo das virtudes dos cidadãos e das instituições: a responsabilidade, o altruísmo, a comunicação institucional, a gratidão, a tolerância e o trabalho ético.

Historicamente, a Psicologia debruçava-se, sobretudo, na investigação sobre as patologias, negligenciando os aspectos saudáveis dos seres humanos. Contudo, a origem formal da Psicologia da Saúde, em 1973, quando nos EUA foi criada, no seio da American Psychological Association, a Task Force on Health Research da APA (Epp, 1990) foi um marco histórico com a publicação, logo em 1974, do relatório *A New Perspective on the Health of Canadians*, o Livro Branco para a Saúde, por Marc Lalonde (Ministro de Saúde e de Bem-estar do Canadá), donde destacamos a célebre frase “pretendemos que os canadianos vivam uma vida feliz, plena, longa e livre de doenças” (Lalonde, 1974, p.5). Espelhando as mesmas preocupações, a pedido do governo dos EUA, em 1977, foi divulgado um estudo sobre a saúde da nação, *Healthy People: the Surgeon General's Report on Health Promotion and Disease Prevention*, conhecido por relatório 1979 de Richmond. Criada em 1978, a Divisão 38 – Psicologia da Saúde da American Psychological Association, a partir de 1982, publica o *Journal of Health Psychology*. Na Dinamarca, em Copenhaga, o Regional Office for Europe da OMS, publica, em 1984, pela European Federation of Professional Psychologists Association, um artigo sobre a contribuição da Psicologia para a Saúde.

A partir de 1998, assumindo a presidência da American Psychological Association, Seligman inicia o movimento denominado Psicologia Positiva, que visa oferecer uma nova abordagem às potencialidades e virtudes humanas, apreciativa, estudando as condições e processos que contribuem para a prosperidade dos indivíduos e comunidades (Paludo et al., 2007). Seligman (1991; 2008) concentra-se na identificação das forças pessoais típicas de cada personalidade e de que forma conhecê-las pode significar o caminho para melhores interações: reforça a necessidade de se fazer o enfoque na saúde mental e não na doença mental, uma forma também de conhecer como as pessoas saudáveis optimizam os seus recursos e

de ajudar e treinar com novas estratégias pessoas que experienciam a fragilidade e a crise, numa ligação ao empowerment psicológico e comunitário. De acordo com Seligman e Csikszentmihalyi (2000, cit in Haydée Cuadra et al., 2003) a Psicologia está a abrir uma viragem notória no seu campo de estudo e intervenção, abraçando novos rumos e debruçando-se mais do que nunca sobre aspectos positivos como o bem-estar subjectivo, a qualidade de vida, a alegria, a esperança, o optimismo aprendido e a felicidade podendo assim observar-se os benefícios que estes assumem para a vida saudável dos sujeitos e dos grupos (Galinha, 2010a).

Como afirma Sigerist (1941), ser saudável é ser bem equilibrado, numa unicidade pós-cartesiana (Damásio, 1995; Lopes, et al., 2010; Galinha, 2010 b), bem ajustado ao meio físico e social estando em controlo total nos recursos mentais e físicos, é adaptar-se às mudanças do meio (não excedendo os limites ditos normais), é contribuir para o bem-estar da sociedade de acordo com a sua capacidade. A saúde é positiva, é uma atitude jovial perante a vida e de aceitação das responsabilidades que a vida sugere. Entendemos conceptualmente o bem-estar subjectivo como sinónimo de estado de equilíbrio interno necessário existência humana, no seu sentido de vida maior. Por isso, somos defensores de uma educação com um especial relevo na compreensão e na optimização do bem-estar intra e interpessoal, da participação, autonomia, tolerância e interdependência na tríade razão, emoção, acção.

A abordagem conceptual de bem-estar subjectivo resulta da avaliação que o indivíduo realiza sobre as suas capacidades, as condições ambientais e a sua qualidade de vida, a partir de critérios pessoais combinados com os valores e as expectativas que vigoram na sociedade. O seu indicador mais conhecido é a satisfação com a vida, havendo três elementos centrais ao conceito de bem-estar subjectivo: 1) Pertence ao âmbito da experiência privada; 2) A sua avaliação pode ser feita em termos globais e em termos de aspectos seleccionados da vida (domínios), tais como o trabalho, a família, as amizades, a saúde física e mental e a espiritualidade; 3) Inclui medidas cognitivas e emocionais actuantes de forma dinâmica e contextualizada. De entre as primeiras, a mais conhecida é a satisfação (global com a vida e referenciada a domínios seleccionados) e entre as segundas, as medidas de estados emocionais (positivos e negativos).

Peterson et al. (2004) desenvolveram um sistema de classificação para os aspectos positivos, enfatizando as forças e o carácter denominado *Values in Action (VIA) – Classification of Strengths and Virtues*. Nesse manual as forças foram divididas em características emocionais, cognitivas, relacionais e cívicas e em seis grupos de virtudes: sabedoria, coragem, humanidade, justiça, temperamento e transcendência.

Para Seligman (2008), assim, especificamente, a Felicidade Autêntica procura compreender uma emoção positiva, que construa força e virtude e forneça caminhos de orientação: deriva da identificação e cultivo das forças mais fundamentais de cada um de nós e da sua utilização diária no trabalho, no amor, na educação, entre outros. Dentro deste âmbito, dos Princípios da Psicologia Positiva, Seligman (2008) aborda a emoção positiva e a forma como esta pode ser aumentada. Como tal, é apresentado um quadro de três tipos diferentes de emoção positiva: passado, presente e futuro. Existem vinte e quatro forças oblíquas que podem estar mais ou menos presentes nas nossas vidas – denominadas forças de assinatura. Se o percurso da nossa vida emocional não passa por momentos cheios de luz, então devemos aceitar o facto de estarmos num clima emocional frio, e avançar no sentido da resolução através de acções que tragam todos os sentimentos positivos. A educa-

ção, o clima, raça e género influenciam as nossas emoções. Os pessimistas tendem a possuir uma forma negativa de construir as suas frustrações e problemas. Pensam automaticamente que a causa é permanente, penetrante e pessoal. Os optimistas tendem a revelar uma força que lhes permite interpretar as suas contrariedades como ultrapassáveis, específicas de um único problema e resultantes de circunstâncias temporárias ou de outras pessoas. A emoção positiva alarga os nossos recursos intelectuais, físicos e sociais, formando reservas das quais nos podemos socorrer face a uma ameaça ou situação concreta. A nossa estrutura mental torna-se expansiva, tolerante e criativa, estando aberta a novas ideias e experiências. Está implicada na construção de recursos físicos. Saúde e longevidade são bons indicadores de reservas físicas. Podemos dizer que a emoção positiva protege os indivíduos e permite também suportar melhor a dor. Facilita, de facto, a construção de recursos sociais.

A emoção positiva, quanto ao tempo passado, pode ser aumentada pela libertação de uma ideologia determinista apresentante (através do perdão, gratidão, etc.) expressa em satisfação, contentamento, realização, orgulho e serenidade. Quanto ao tempo presente, a emoção positiva divide-se em dois factores: prazeres e gratificações – prazeres associados ao gozo de situações momentâneas e pelas emoções sentidas, e as gratificações como mais permanentes e podem ser obtidas na ausência de qualquer emoção positiva sentida tais como alegria, êxtase, calma, gozo, entusiasmo, prazer e fluxo. Relativamente ao tempo futuro, a emoção positiva pode ser aumentada aprendendo a reconhecer e disputar os pensamentos pessimistas (optimismo, esperança, fé, e confiança). Neste tempo futuro, a emoção do optimismo contempla duas dimensões básicas: a permanência e a penetrabilidade (esperança: causas permanentes e universais para as coisas boas versus desespero: causas permanentes e universais para as coisas más). Mudando a maneira como nos sentimos em relação ao passado, como pensamos sobre o futuro e como vivemos o presente. Os pensamentos de pessoas deprimidas são dominados por interpretações negativas do passado, do futuro e das suas capacidades, e aprender a argumentar contra essas interpretações pessimistas alivia muito um estado de depressão. As pessoas optimistas tiram o melhor partido do sucesso e persistem assim que as coisas boas começam a correr melhor.

Relativamente às vinte e quatro forças de assinatura da teoria de Seligman (Seligman, 2008), na sua globalidade, estas são consideradas valiosas em quase todas as culturas; são valiosas por direito próprio e não só como meio para atingir outros fins; são maleáveis, as forças e as virtudes servem-nos em momentos maus e bons, os momentos difíceis são uma oportunidade para a demonstração e descoberta de muitas forças dentro de nós. Importa referir que a construção de forças e virtudes não está relacionada com a aprendizagem ou treino, mas com a descoberta, a criação e a propriedade. Os vários caminhos para atingir cada uma das seis virtudes designam-se por forças.

Uma força envolve escolhas sobre quando usar e se a deve continuar a construir, mas também se deve ou não adquirir à partida (Seligman, 2008). São as Forças de Assinatura de Sabedoria e Conhecimento: 1-Curiosidade, Interesse pelo mundo; 2-Amor à aprendizagem; 3 – Julgamento, pensamento crítico, abertura mental; 4-Engenho, originalidade, inteligência prática, inteligência de rua; 5- Inteligência social, pessoal e emocional; 6- Perspectiva. São as Forças de Assinatura de Coragem: 7- Valor e bravura; 8- Perseverança, indústria, diligência; 9- Integridade, genuinidade, honestidade. Forças de Humanidade: 10 – Bondade e Generosidade; 11- Amar e dei-

lar-se amar. Forças de Justiça: 12- Cidadania, dever, trabalho de equipa, lealdade; 13- Equidade; 14- Liderança. Forças de Temperança: 15- Autocontrolo; 16- Prudência, discricção, cautela; 17- Humanidade e modéstia e, por último, Forças de Transcendência e Espiritualidade: 18- Apreciação da beleza e excelência; 19- Gratidão; 20- Esperança/optimismo/ orientação para o futuro; 21- Espiritualidade, sentido de propósito, fé, religiosidade; 22- Perdão e misericórdia; 23- Brincadeira e bom humor; 24- Prazer, paixão, entusiasmo.

2. A IMPORTÂNCIA DA PERCEPÇÃO DA PAZ INTERIOR

FALTA DE PAZ

Dizia Tamaro (2002) que a nossa sociedade está doente, considerando o outro como um risco, como um perigo. Eu pos-suo. Sou proprietário do meu tempo, da minha casa, dos meus afectos, dos meus êxitos e não tenho vontade de os partilhar. A vida já não visa a relação com os outros, mas com as coisas. A gratuidade que está na base da vida, já não existe ou é olhada com desconfiança. O desejo torna o homem cada vez mais escravo, já que em vez de se servir das coisas, passa o tempo atrás e dependente delas. É que mal se satisfaz um desejo aparece logo outro. É como uma sede que nunca se poderá saciar. Tamaro percebe este movimento do mundo, da sociedade humana, pensa o ser e acrescenta o que na maioria da rotina da vida, não valorizamos, ou provavelmente não colocamos num patamar de essencial. Quando o único objectivo pessoal na sua realização é apenas estar com os outros por cálculo de interesse, ninguém poderá ser feliz.

Nesta ordem, podemos apontar ainda três justificações para a falta de paz. Antes de mais, a rivalidade e a inveja impedem a paz. É a interpretação elaborada por um notável pensador francês contemporâneo, René Girard, para a falta de paz. A sua teoria afirma que a dinâmica básica da vida humana se encontra na estrutura do desejo que atravessa a nossa interioridade e possui um carácter insaciável. Esta teoria fundamenta assim, uma constante dinâmica do que realmente somos, mesmo com os nossos limites. De facto, cada um constrói a sua própria paz de acordo com a sua interioridade. Duas ou mais pessoas desejam a mesma coisa. Entram em rivalidade. Cada uma procura eliminar as demais concorrentes para, somente ela, possuir o objecto desejado. Mas a posse não é pacífica, porque outros vão imitá-la e disputar novamente o objecto. Desencadeia-se uma corrente de violências sem travão. Como parar este processo destrutivo? Alguém tem de ceder, perceber que se a violência continua, caminha-se para a destruição. Há que reconciliar-se consigo e com os outros. Há que parar de fazer o mal e construir o bem (Barbosa, 2009). Em segundo lugar, apontamos o desencontro entre a consciência e a morte. Esta interpretação da falta de paz no coração humano, nas relações interpessoais e sociais, provém da moderna tradição psicanalítica (Freud, 1973). Segundo esta compreensão, existem no ser humanas duas forças antagónicas, o eros que quer a vida e o thanatos que traz a morte. Por mais que procure viver, o eros sucumbe perante o thanatos. Daí a dificuldade em se acolher a morte. Este desencontro entre a vida e a morte gera o medo, medo de que a morte possa insinuar-se de mil maneiras e provocar uma destruição. O medo gera a violência que reforça a morte. Instaura-se um estado permanente de guerra e desaparecem as bases para a paz. A morte é sempre sinónimo de perda... um inimigo a destruir. Humanamente falando, todos negam esse inimigo de diversas formas. O medo é uma

orientação de base para esse inimigo. Aqui reside a origem da agressividade: o medo de que o outro possa ameaçar, tirar ou diminuir as nossas oportunidades de vida. Ele pode ser portador da morte que rejeitamos. Por isso, é o inimigo e terá de ser combatido (Eibl-Eibesfeldt, 1987; Fromm, 2004). Antes de mais, há que eliminar a categoria inimigo, afastando o medo, produtor da violência. O medo afasta-se quando se introduz a confiança, o amor incondicional e o cuidado. Quando os seres humanos começam a cuidar-se reciprocamente, a cuidar o bem comum, a saúde, a educação, a habitação, a comunicação livre, o meio ambiente, então desaparecem as causas do medo. Depende de mim fazer dos outros inimigos ou próximos. Posso assumir um projecto de vida no qual para mim não há inimigos e pelo cuidado, pelo perdão e pela aceitação, todos podem ser aproximados e feitos meu próximo. Porque é que a maioria dos seres humanos não consegue manter esta compreensão a nível pessoal, social e internacional? Porque têm de criar continuamente um inimigo? Por que é tão forte a falta de cuidado, o medo da morte e a persistência da agressividade que mina os caminhos da paz? Porquê? A terceira interpretação procura a sua fonte no encontro com o Mistério. Esta resposta procede da experiência religiosa da humanidade.

Os povos mais antigos e as pessoas religiosas de todas as culturas afirmaram e continuam a afirmar a presença de um Mistério que impregna o Universo. Vêem a sua actuação no Universo e sobretudo no coração humano. Uns chamam a esse mistério Javé, Ísis, Alá, Deus, Tão, Shiva, etc... A experiência religiosa deu origem a muitas religiões. Elas são espaços institucionais, onde se cultiva a experiência através de ritos, celebrações, codificações éticas, ideais de justiça, fraternidade e felicidade.

O BEM-ESTAR

O bem-estar e o estar bem não são a mesma coisa. O bem-estar pode referir-se a parâmetros subjectivos e objectivos, vinculados com uma situação favorável nos diferentes planos que compõem o nosso viver. Podemos falar do bem-estar económico, físico, familiar e assim sucessivamente. O estar bem é um estado subjectivo, uma sensação de plenitude. É sentir-se bem (felicidade, paz interior). Podemos ainda dizer que o estar bem tem a ver com o equilíbrio entre ambições e possibilidades, dentro de um marco ético. Se ambicionamos mais do que o que podemos seremos uns eternos frustrados. Se a nossa ambição é menor do que o que podemos, não desenvolvemos as nossas potencialidades e muito menos as transformamos em actos (Schneer, 2008).

No entanto, nós somos um organismo inteligente e gregário que se relaciona com os outros em contexto social. Embora haja regras de jogo para cada cultura e para cada país, há certos princípios que são universais. Formamos parte de um sistema e nós mesmos somos um sistema de funções biológicas, intelectuais e emocionais. Assim efectuamos intercâmbios com o mundo da natureza e com o social, dos quais os seres humanos fazem parte. Estes intercâmbios regem-se por alguns princípios: maximização dos benefícios e minimização dos prejuízos; facilitação das experiências satisfatórias e recusa das não satisfatórias; prémios e castigos para a eficiência ou para a falta de eficácia; procura de gratificação no plano emocional; necessidade de eixos valorativos que dêem sentido e significado aos intercâmbios. Portanto, o ser humano é um eu com necessidades objectivas e subjectivas. A teoria das necessidades de Maslow é aceite e explícita em si mesma, mas queremos avançar para outros planos e destacar as necessidades subjectivas do eu: Sobre a identidade, as respostas às

perguntas clássicas (Quem sou eu? De onde venho? Para onde vou?) são fundamentais para a organização eficiente e eficaz dos intercâmbios com o mundo exterior. Em segundo lugar, o indivíduo tem necessidade de integrar (como organismo sistémico) os diversos planos do seu viver. Um eu integrado permite a melhor articulação dos ditos planos (físico, psicológico, emocional e espiritual entre outros) e possibilita uma acção com êxito sobre a realidade externa. Por isso, é fundamental não confundir a realidade com os desejos; a estes chamam os ingleses *wishful thinking* (o pensamento como expressão do desejo). Já o processo da individualidade está próximo da identidade, mas está mais referido à constituição da personalidade. Significa que o indivíduo biológico vai-se configurando com o indivíduo pessoa. Um processo adequado de individualidade permite a assumpção de funções de condução e de liderança que são básicas para todo o projecto de crescimento pessoal e profissional. O fenómeno da autoavaliação está vinculado com os atributos básicos da personalidade e a função social do ser humano. Nascemos para contribuir de algum modo a nossa realização e para agregar valor à comunidade à qual pertencemos. O fenómeno da criatividade passa por um ordenamento diferente das análises e dos processos de viver. A criatividade consiste em ordenar os elementos conhecidos de uma maneira desconhecida. A criatividade é a antítese da rotina e da burocracia. Situada no vértice máximo da escala de Maslow, a autorealização aponta a um êxito transcendente em que a sensação de plenitude e de satisfação dão sentido à vida. Esta auto-realização pode dar-se em diferentes planos do viver. Assim, todos os processos de intercâmbio do eu supõem a delimitação da interioridade e do mundo exterior.

Schneer (2008) sugere dez planos do bem-estar. O material e económico corresponde aos intercâmbios que afectam a materialidade. O espiritual e axiológico corresponde à expressão da transcendência, a concepção da nossa vinculação com o cosmos, assim como aos valores de ética pessoal e moral social que sustentam o nosso proceder. O teleológico/visional corresponde à nossa razão de ser no mundo, a expressão do nosso propósito mais íntimo, a projecção do que queremos ser, desejamos alcançar e os modos como podemos consegui-lo. Já o psíquico exprime como se configura o nosso eu e o aparato psíquico no processo de adaptação, transformação e integração com o mundo exterior. O plano familiar inclui a nossa constelação familiar e a história pessoal que desenvolvemos na interacção com ela. O afectivo corresponde à configuração dos planos afectivos enquanto à nossa relação connosco mesmos e com os que nos rodeiam. Isto supõe os sentimentos, vivências e sensações que formam parte dos intercâmbios afectivos e amorosos na nossa constelação familiar, laboral, amistosa, social e comunitária. O criativo, artístico e hedonista corresponde à particular maneira que temos em resolver problemáticas, colocar inovações, abordar fenómenos estéticos e artísticos, desfrutar do tempo livre e do ócio e configurar respostas originais, diferentes e satisfatórias, vinculadas com as nossas inserções de todo o tipo nos contextos em que actuamos. O profissional inclui o desenvolvimento profissional e laboral, num sentido amplo. Corresponde à actividade de investigação científica, aplicação tecnológica, actuação nos âmbitos de negócios e de mercados. A comunicação social corresponde à nossa inserção na comunidade e as diferentes áreas da nossa participação social. O plano físico refere-se ao corpo que habitamos, ao nosso estado físico, à configuração biofísica e à sua interacção com a saúde e as possíveis doenças, assim como ao estilo de vida e à qualidade de vida no seu impacto sobre a nossa constituição física; à forma como nos alimentamos, fazemos desporto ou outra actividade física; às acções preventivas

e terapêuticas que empreendemos e os impactos da genética e história familiar sobre nós.

3. A PAZ SOCIAL, COMO TRANQUILIDADE DA ORDEM, COMO JUSTIÇA E CONCÓRDIA

A PAZ

A paz não se pode definir por simples conceitos, mas situa-se no mundo dos valores, captando-se mais com o coração do que com a cabeça. A palavra paz convive com outras palavras, tais como o amor, a justiça, a fidelidade, a liberdade e a felicidade. O termo grego *eirene* foi quase sinónimo de *homonoia* (harmonia). Ambos se referiam à condição de completa tranquilidade e serenidade. *Eirene* é um termo que designa a unidade interior e social (Lederache, 2000). O conceito latino de *pax* significa a relação legal e recíproca e está relacionado com a ideia de manter e respeitar o que é legal, o que marca e define as relações e interações humanas. Significa manter a ordem estabelecida. O conceito hebraico *shalom* explicita-se em termos de qualidade, de relação e de interação humana. Significa ser completo, tornar-se completo, conduzir à harmonia e ao cumprimento. Onde existe *shalom*, o todo e as partes constitutivas atingiram o grau máximo do ser (Barbosa, 2003).

Porém, há uma definição de paz que remonta a Santo Agostinho (354-430):

paz é a tranquilidade da ordem. Paz é a quietude que deriva da conservação e da protecção da ordem pensada pelo Criador. A paz é o bem-estar na ordem justa, na harmonia com tudo e com todos. É estar bem com Deus, com os demais e consigo mesmo. Quando esta ordem é violada, instala-se imediatamente a discórdia, a falta de paz e a desunião entre o corpo social. Então o que dificulta a paz é o orgulho do ser humano, a sua auto-suficiência, a sua independência em relação aos demais e a Deus.

Santo Agostinho compreendia essa plenitude pela sua experiência mística com essa mesma paz. Quando tudo tem uma ordem, todas as realidades da vida, da natureza, encaixam nessa ordem que provoca uma harmonia cósmica e que derruba barreiras incalculáveis. Acontece um natural equilíbrio que produz a felicidade sem exuberâncias. A paz é um dos principais valores da existência humana e afecta as várias dimensões da vida: interpessoal, intergrupar, nacional e internacional. Exige igualdade e reciprocidade de relações. A paz diz respeito a três conceitos fundamentais: a democracia ou cidadania, o desenvolvimento e os direitos humanos. É um processo dinâmico que se deve conquistar. É necessário aprender a ética da paz, que não se obtém com o temor ou com a miséria, mas com a criação de condições de liberdade e de igualdade (Barbosa, 2008).

A paz é justiça e concórdia. A paz é obra da justiça. Justiça é dar a cada um o que lhe pertence. Justiça é ter uma relação adequada à natureza de cada coisa. Justiça é uma relação e uma atitude correctas, exigidas por cada situação. Justiça é tratar o ser humano como deve ser, com dignidade, com aceitação, simpatia, respeito pela sua alteridade. Justiça é tratar as crianças como convém às crianças: cuidando para que tenham um lar, zelando pela sua inocência e organizando a saúde e a educação infantil. Justiça é realizar a política como deve ser, com cuidado para com a coisa pública. Justiça é tratar um animal como lhe compete, respeitando a sua existência. Se paz é

equilíbrio, vivemos momentos de desequilíbrio, de verdadeira guerra declarada à terra, contra os ecossistemas, contra os povos, contra as classes dos trabalhadores. A paz é concórdia. Os seres humanos não vivem apenas da justiça, mas também da gratuidade e da alegria de estarem juntos como humanos, amigos, irmãos e irmãs. Dessa dimensão nasce a concórdia. A con-cór-dia exprime a sinfonia de corações (cor) que pulsam ao mesmo ritmo (con). Quando um coração escuta o coração do outro, quando lhe capta as aspirações manifestas, quando os corações convergem, nasce a sintonia recíproca e produz-se a concórdia. Concórdia é um outro nome para a paz. Concórdia não anula as diferenças, mas fá-las convergir. Um coração atento e vigilante escuta e vê o outro com respeito pela sua diferença, mais ainda passa a amar a sua diferença como um dom para si próprio e para os outros. A concórdia está ligada à cordialidade. Cordialidade tem a ver com o coração e com a sua lógica tão exaltada por Pascal. O coração tem as suas razões que a razão desconhece. A lógica do coração coloca a pessoa antes dos interesses, o bem-estar espiritual, antes do bem estar material, a paz acima da vontade de ter razão. Pascal enaltece o amor que está num patamar acima da própria justiça que só o é, porque o amor a reconhece. O coração reconhece o amor porque o ama. As razões quando existem são apenas coincidências e que podem, ao acaso, coincidir com a justiça. A paz é cordialidade quando as pessoas e as sociedades conseguem transformar as relações existentes de discriminação e de domínio em relações de inclusão e de participação equitativa. A relação senhor/escravo, presente em quase todas as relações sociais, transforma-se numa rede de relações entre os cidadãos livres que se cuidam reciprocamente e se tratam com cordialidade. A paz não significa só ausência de guerra, mas bem-estar total, harmonia com o transcendente, com os outros, consigo mesmo. A paz é o completo bem-estar que nos dá a consciência e o equilíbrio da mente e do espírito e nos leva a olhar o mundo com a mesma consciência e o mesmo equilíbrio (Barbosa, 2009).

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ

A educação para a paz fundamenta-se na tentativa de conscientização da pessoa e da sociedade, considerada a harmonia do ser humano para consigo mesmo, com os seus semelhantes e com a natureza. Implica, porém, duas obrigações morais: não tratar os outros injustamente e não os abandonar quando estão em dificuldade. A primeira obrigação recebe o nome de *ética da justiça*. A segunda obrigação tem o nome de *ética da benevolência* e recomenda que confortemos os que se encontram em sofrimento material e psicológico. É que a paz é o resultado das condições geradoras de paz, que criam uma mentalidade, uma cultura de paz. Educar para a paz e edificar as bases para uma cultura de paz significa preparar as novas gerações para um novo consenso fundamental sobre convicções humanas e integradoras que incluirá uma pluralidade heterogénea de projectos de vida. Se as crianças continuarem a brincar com metralhadoras de plástico nas ruas, com carros blindados de imitação, se virem na televisão cenas de violência em filmes ou telejornais, se a família viver envolta em violência entre os pais ou entre os pais e os filhos, nenhuma técnica artificial resiste a este dantesco cenário natural. Todas as técnicas de sensibilização para a paz terão êxito pedagógico se forem a continuidade de uma educação para a paz na família e noutras instituições educativas (Barbosa, 2008).

O primeiro nível na educação para a paz exige conhecer os problemas, a realidade que nos circunda, as dificuldades que impedem a implantação de uma nova cultura de paz (Bouzas

et al., 2002). Para se concretizar uma paz interior, familiar, comunitária, mundial, é necessária uma educação ética que mude nos indivíduos as atitudes, as motivações, a consciência, o coração, e se esforcem por alcançar uma maturidade moral, autodomínio, assim como formar famílias unidas e harmoniosas. A educação para a paz não se pode restringir exclusivamente ao mundo escolar, mas abarca a realidade total da pessoa, a sociedade e o mundo em constante desenvolvimento (Cano, 2000).

CONCLUSÃO

A educação para a paz está unida à educação para outros valores e sobretudo ao respeito e à aplicação dos direitos humanos, onde se encontram os direitos e as liberdades fundamentais que dão sentido às nossas sociedades democráticas. É necessário ajudarmo-nos mutuamente para sermos cidadãos do mundo, com respostas próprias para vivermos num contexto democrático, de participação, de representação genuína e de antecipação. A educação para a paz, os direitos humanos, a tolerância, a justiça tiveram um grande desenvolvimento do ponto de vista teórico e prático nos últimos vinte anos através de meios formais e informais. Os princípios básicos de uma educação moral para a convivência, para a tolerância e para a paz orientam-se de forma a fomentar o diálogo, pois todos podemos oferecer algo aos outros através de uma aprendizagem cooperativa, que estimula a colaboração em grupo; quanto mais o grupo avançar, mais avançará o indivíduo. A educação moral para a convivência e para a paz promove, também, o desenvolvimento da auto-estima e do autoconceito, desenvolvendo nas pessoas a afirmação e a crença nas próprias possibilidades e atitudes democráticas. É importante oferecer canais de participação, pois só se aprende a participar, envolvendo-se e participando (Monclús *et al.*, 2008).

Há que dizer também que os valores, nomeadamente, a paz, devem ser tratados numa perspectiva pessoal (interiorização dos valores) e social (na medida em que os valores são as pautas do comportamento e de actuação que temos para nos relacionarmos). A antropóloga Jeanne Briggs referia que os esquimós nunca se deixam levar pela fúria. Não, porque não a sentem, mas porque, desde crianças são educados para evitar estes sentimentos que podem entorpecer a convivência na sociedade, onde todos precisam de todos (Barbosa, 2011). Os seres humanos unem-se para serem felizes. Este projecto de felicidade individual tem que se integrar num projecto de felicidade social. Todos nós aspiramos viver numa sociedade que aumenta as nossas possibilidades de ser feliz (Marina *et al.*, 2007). Esta é uma sociedade justa que protege os direitos dos seus membros, partilha os valores fundamentais e fomenta a participação. No entanto, por vezes, o individualismo e o egoísmo marcam a nossa posição pessoal e social. Sabemos, porém, que a vida e a acção da pessoa na sociedade não estão à margem do compromisso com o outro (Touraine, 1998).

Assim, é necessário promover o vínculo entre os diferentes povos, promover a discussão, o diálogo e o intercâmbio. Aprender a conviver exige cultivar atitudes de abertura, um interesse positivo pelas diferenças e um respeito pela diversidade, ensinando a reconhecer a injustiça, adoptando medidas para superá-la, resolvendo as diferenças de maneira construtiva e passando de situações de conflito à reconciliação e à reconstrução social (Jares, 1996, 2006, 2008). A convivência, a capacidade de viver juntos, de dialogar, de acolher o outro e de partilhar são qualidades cada vez mais valorizadas na sociedade actual, funcional e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antonovsky, A. (1979). Health, stress and coping: new perspectives on mental and physical well-being. San Francisco, Jossey-Bass.
- Barbosa, A.G. (2011). Prólogo. In: Almeida, M.E.M.(Ed.). A Educação para a Paz no ensino das ciências naturais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e Tecnologia, XXIX-XLIV.
- Barbosa, A.G. (2009). Coração Grande? Lisboa: Paulinas.
- Barbosa, A.G. (2008). Onde está a felicidade? Lisboa: Paulinas.
- Barbosa, A.G. (2003). Apresentação. In: Almeida, M.E.M. (Ed.). A Educação para a Paz. Lisboa, Paulinas, 11.
- Bouzas, A.M. et al. (2002). Qué es la paz? Madrid, Paulinas.
- Cano, M.A. (2000). Ética y Paz. III. Huelva, Hergué.
- Caride Gomez, J. A. (2009). Los Derechos Humanos en la Educación y la Cultura. Rosario, Homo Sapiens Ediciones.
- Caride Gomez, J., et al. (2007). Educação e Desenvolvimento Comunitário Local - Perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade. Porto, Profedições.
- Catalano, R. et al. (2002). Positive Youth Development in The United States: Research findings on evaluations of positive youth development Programs. In: Prevention & Treatment, vol.5, no. 15.
- Csikszentmihalyi, M. (2006). Introduction. In: Csikszentmihalyi, M. et al. (Eds). A life worth living: contributions to positive psychology. New York, Oxford University Press, pp.3-14.
- Csikszentmihalyi, M., et al. (Eds.) (2006). A life worth living: contributions to positive psychology. New York, Oxford University Press.
- Damásio, A. (1995). O Erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano. Lisboa, Publicações Europa América.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1987). Guerra y paz. Una visión ontológica. Barcelona, Salvat.
- Epp, J. (1990). Achieving health for all: a framework for health promotion. Canada, Minister of Supply and Services Canadá.
- Freud, S. (1973). Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte. Madrid, Alianza.
- Fromm, E. (2004). L'amore per la vita. Milano, Mondadori.
- Galinha, S. A. (2010 a). Sociedades Empáticas e Organizativas - Contributos Psicossociológicos em Educação. Santarém, Imprimove.
- Galinha, S.A. (2010 b). Criar, Comunicar, Participar Com Adultos e Idosos para uma pedagogia dos Afectos. Santarém, Imprimove.
- Gardner, H. (1983). Frames of mind: The theory of multiple intelligences. New York, Basic Books.
- Girard, R. (2008). Mimesis and Theory: Essays on Literature and Criticism, 1953-2005. Stanford, Stanford University Press.
- Goleman, D. (2003). Inteligência Emocional. Lisboa, Temas e Debates.
- Goodstadt, M. et al. (2001). Evaluation in Health promotion: synthesis and recommendations. In Rootman, I. et al. (Eds). Evaluation in Health promotion: principles and perspectives. Denmark, WHO, pp.517-533.
- Haydée Cuadra, L. et al. (2003). El Bienstar Subjetivo: Hacia una Psicología Positiva. In: Revista de Psicología de la Universidad de Chile, vol.12, no.1, pp.83-96.
- Jares, J. R. (2008). Presente e futuro da construção da Paz. Vigo, Xerais.

- Jares, J.R. (2006). Pedagogia de la convivencia. Barcelona, Graó.
- Jares, J.R. (Coord) (1996). Construir a Paz. Cultura para a Paz. Vigo, Xerais.
- Lalond, M. (1974). A new perspective on the health of Canadians. Ottawa, Minister of National Health and Welfare.
- Lederach, J. (2000). El abecé de la paz y los conflictos. Educación para la Paz. Madrid, Catarata.
- Lopes, M.S., et al. (2010). Animação e Bem-estar Psicológico – Metodologias de Intervenção Sociocultural e Educativa. Chaves, Intervenção.
- Marina, J. A. et al. (2007). Competência social y ciudadanía. Madrid, Alianza Editorial
- Monclús, A. et al. (Coord.). (2008). Educación para la paz. Barcelona, CEAC.
- Paludo, S.S. et al. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. In: Paidéia, vol.17, no.36.
- Peterson, C. et al. (2004). Character strengths and virtues: A classification and handbook. Washington, DC, American Psychological Association.
- Rogers, C. (1985). A Way of Being. Boston, Houghton Mifflin.
- Savater, F. (2005 a) La Aventura de Pensar. Madrid, Editorial Debate.
- Savater, F. (2005 b). Os dez mandamentos para o Séc. XXI. Rio de Janeiro, Ediouro.
- Schneer, M. (2008). Bienestar y estar bien. Barcelona, Granica
- Seligman, M. (2008). Felicidade autêntica - Os Princípios da Psicologia Positiva. Lisboa, Pergaminho.
- Seligman, M. (1991). Learned Optimism: How to change your mind and your life: New York, Knopf.
- Seligman, M., et al. (2005). Positive psychology progress: Empirical validation of interventions. In: American Psychologist, vol.60, no. 5, pp.410-421.
- Sigerist, H.E. (1941). Medicine and human welfare. New Haven, Yale University Press.
- Tamaro, S. (2002). O fogo e o vento. Lisboa, Presença.
- Touraine, A. (1998). Iguais e diferentes. Lisboa, Instituto Piaget.

A COMUNICAÇÃO SEXUAL COMO CONTRIBUTO NA EDIFICAÇÃO DA PAZ

TATIANA SANTOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

As investigações têm evidenciado que maiores níveis de assertividade correspondem a maiores níveis de satisfação sexual (Ménard *et al.*, 2009). Pretendeu-se explorar a relação entre a assertividade e a satisfação sexual. Administraram-se 3 questionários a 100 estudantes universitários, 70 raparigas e 30 rapazes, entre os 18 e os 25 anos. Os resultados sugerem que um grau elevado de Desconforto/ Tensão na tomada de iniciativa em situações sociais e na expressão das próprias opiniões, corresponde a uma menor satisfação sexual. Parece-nos pertinente elaborarem-se programas de intervenção que desenvolvam a assertividade nos jovens.

ABSTRACT

Investigations have shown that higher levels of assertiveness correspond to higher levels of sexual satisfaction (Offman *et al.*, 2009). It was intended to explore the relationship between assertiveness and sexual satisfaction. 3 questionnaires were administered to 100 college students, 70 girls and 30 boys between 18 and 25 years. The results suggest that a high degree of discomfort / tension to take the initiative in social situations and in expressing their own ideas corresponds to a lower sexual satisfaction. It seems to us to develop appropriate intervention programs that develop assertiveness in young.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948/58, define a saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade (Bennett *et al.*, 1997; Pais-Ribeiro, 1994b). Esta afirmação aponta para a necessidade das estratégias de promoção da saúde contemplarem não o simples prevenir da doença, mas também o incremento activo da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos (Bennett *et al.*, 1997).

O mesmo tipo de abordagem deverá ser considerado no âmbito da sexualidade, especificamente, da saúde sexual.

A sexualidade é tida como uma dimensão essencial do ser humano, que inclui as capacidades individuais e sociais e as condições de erotismo, envolvimento emocional/amor, sexo e reprodução (PAHO/WHO, 2000). É ancorado em pensamentos, fantasias, desejos, crenças e valores e expressa-se através de uma identidade, atitudes, valores, papéis, comportamentos e relacionamentos (PAHO/WHO, 2000). Assim, a sexualidade é um resultado da interacção de factores biológicos, psicológicos, socioeconómicos, culturais, éticos e religiosos/espirituais (PAHO/WHO, 2000).

Por sua vez, a saúde sexual, de acordo com Robinson, *et al.* (2002), é uma abordagem da sexualidade fundada num conhecimento preciso, consciência pessoal e auto-aceitação, em que o comportamento de alguém, os seus valores e emoções são congruentes e integradas dentro de uma estrutura de personalidade e de auto-definição. Esta envolve a capacidade de ter intimidade com o parceiro, de comuni-

car explicitamente as suas necessidades e desejos sexuais, de ser sexualmente funcional (ter desejo, estar excitado, e obter satisfação sexual), de actuar de forma deliberada e responsável, e de estabelecer limites sexuais (Robinson *et al.*, 2002). Inclui, ainda, um aspecto comunitário, que reflecte também o respeito e a valorização pelas diferenças individuais e a diversidade, e um sentimento de pertença e de envolvimento numa determinada cultura sexual (Robinson *et al.*, 2002).

Assim, a saúde sexual também não se limita somente à ausência de doença ou de disfunção, pois ela inclui a capacidade de compreender e medir os riscos, as responsabilidades, os resultados e os impactos das práticas sexuais, assim como inclui a capacidade de integrar a sexualidade na vida de cada um, de sentir prazer, e de reproduzir-se, se assim o entender (PAHO/WHO, 2000).

Não raras vezes, os programas de intervenção e as investigações no âmbito da saúde sexual tentam encontrar soluções para problemáticas como as doenças sexualmente transmissíveis, a SIDA, as disfunções sexuais, a violência, que de alguma forma correspondem ao campo da epidemiologia clínica (Arturo, 2006). Novamente, estas assentam nos factores de risco e nas doenças, sem contemplar os aspectos positivos, neste caso, da sexualidade, nomeadamente, a expressão de amor e intimidade, da satisfação sexual, da comunicação de necessidades e desejos sexuais, entre outros aspectos, que contribuem igualmente para uma sexualidade saudável, com influências directas na qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos (Fagundes, 2009).

Ainda assim, alguns autores já têm em consideração questões do tipo relacional e emocional (Arturo, 2006), muito

por conta da evolução que o conceito de sexualidade tem sofrido ao longo das décadas, particularmente no que respeita às significações sociais e psicológicas da sexualidade e da dinâmica das relações entre parceiros (Giami, 2008).

Parece-nos, pois, importante desenvolver competências ao nível afectivo-relacional, nomeadamente de resolução de problemas e de tomada de decisão, de comunicação, assertividade e negociação, de modo a incrementar quer a prática de comportamentos sexuais seguros, quer os níveis de prazer e de bem-estar dos indivíduos nos seus relacionamentos sexuais (Ménard et al., 2009).

A promoção da saúde visa essencialmente o desenvolvimento de aptidões, quer individuais quer colectivas, através de métodos diversos mas complementares, que incluem não apenas a informação mas também a educação, entre outros, para que os indivíduos possam ter um papel activo no controlo da sua saúde, inclusive sexual (Pais-Ribeiro, 1994a).

Com efeito, torna-se pertinente conhecer uma vertente mais positiva da sexualidade, especificamente, torna-se essencial conhecer o nível de recursos (inter)pessoais, e de que forma estes recursos podem relacionar-se com a sexualidade dos indivíduos, a fim de se elaborarem e implementarem programas que promovam estilos de vida sexuais mais saudáveis e níveis mais elevados de bem-estar físico, psicológico e social, com a consequente diminuição dos custos relativos aos cuidados de saúde (Precioso et al., 2007).

1. SATISFAÇÃO COM O RELACIONAMENTO SEXUAL

A satisfação sexual é um dos factores psicológicos avaliados no âmbito da sexualidade, todavia, com base na revisão da literatura relacionada com o tema, conclui-se que existe uma falta de consenso quanto à definição e operacionalização do conceito, que se revela nas diferentes conceptualizações teóricas de satisfação sexual e nas diferentes metodologias de avaliação (Pechorro, et al., 2009).

O modelo teórico proposto por Lawrance et al., em 1995, denominado “Interpersonal Exchange Model of Sexual Satisfaction”, aponta para que a satisfação seja uma resposta afectiva que surge da avaliação subjectiva que o indivíduo faz das dimensões positivas e negativas do relacionamento sexual (Young, et al., 1998). Como afirmam os autores deste modelo, a resposta afectiva subjacente é de difícil mensuração e ainda que alguns a meçam através da consistência orgásmica, outros procuram medi-la através das componentes psicológicas e fisiológicas (Young, et al., 1998).

Por este motivo, este modelo foi desenvolvido de forma a superar algumas limitações metodológicas nos estudos que investigam a satisfação sexual e de modo a criar um quadro conceptual para o estudo da satisfação sexual (Renaud, et al., 1997). Um estudo efectuado pelos autores deste modelo, com uma amostra de 149 mulheres e 94 homens canadianos, comprova a sua validade, sendo que os componentes tidos em conta neste modelo representavam 79% da variância da satisfação sexual (Renaud et al., 1997). O modelo funcionou tão bem para homens como para mulheres, para relações quer a curto prazo,

quer a longo prazo, e indivíduos com e sem filhos (Renaud et al., 1997).

Como um modelo de partilha, este tem em conta os níveis de recompensas e custos, os níveis de comparação entre as recompensas e os custos, e a percepção de equidade das recompensas e dos custos que existam na partilha entre o casal no seu relacionamento sexual (Renaud et al., 1997). Para melhor compreensão deste modelo, por recompensas entende-se a partilha de experiências sexuais prazerosas e gratificantes e por custos a partilha de experiências sexuais que impliquem esforço e/ou dor, constrangimento ou ansiedade (Renaud et al., 1997).

Por conseguinte, este modelo prevê que a satisfação sexual será maior quando a satisfação com o relacionamento é maior (Renaud et al., 1997). A satisfação sexual também deve ser maior quando o nível de recompensas decorrentes da relação sexual ultrapassa o nível dos custos (Renaud et al., 1997). Além disso, a satisfação sexual será maior quando o nível relativo de recompensas excede o seu nível relativo de custos, enfim, a satisfação sexual será maior se existir uma equidade percebida entre os níveis de recompensas e os do parceiro, e entre os níveis de custos e os do parceiro (Renaud et al., 1997).

É pertinente salientar que ao considerar a satisfação sexual, o modelo também considera o contexto relacional no qual a partilha sexual ocorre (Renaud et al., 1997).

Segundo Young, et al. (2000), as diversas investigações também revelam que a satisfação sexual se encontra relacionada com a existência de relações íntimas e com a qualidade dessas relações, sendo que, para a população feminina, quanto maior o nível de proximidade emocional numa relação, maior a satisfação com o relacionamento sexual.

Concomitantemente, a satisfação sexual tem sido correlacionada com os aspectos físicos da experiência sexual, nomeadamente com a consistência orgásmica e a frequência ou tempo do orgasmo (Young et al., 1998).

Em suma, poderemos ressaltar o facto de que, para que as pessoas se sintam satisfeitas sexualmente, é necessário obter um grau aceitável de prazer conjunto nas actividades sexuais efectivas e interessar-se cada um pelo prazer do outro; a existência de um acordo mais ou menos geral no que respeita à frequência com que desejam manter determinados contactos sexuais e outro tipo de contactos físicos não meramente sexuais; a existência de algum tipo de variação nas relações, que vá mais além da típica sequência de jogos sexuais – coito; a ausência de problemas continuados na excitação sexual ou na obtenção do orgasmo; o auto conhecimento e a aceitação da própria sexualidade, incluindo aceitação do próprio corpo; e, por fim, o conhecimento e aceitação da sexualidade do casal, isto é, das diferenças no que respeita a desejos, atitudes, preferências e actividades (López et al., 1999).

Os mesmos autores identificam, ainda, factores não sexuais que também consideram relevantes: a capacidade de comunicação, procura activa e intimidade, sentido de confiança e compromisso na relação, atracção erótica e autonomia, liberdade e responsabilidade por parte de cada elemento do casal em relação ao outro (López et al., 1999).

Tratando de um conceito tão multifacetado e multidimensional, a satisfação sexual deverá então ser compreendida tendo em consideração duas grandes vertentes, o funcionamento sexual, do ponto de vista biológico, e a qualidade do relacionamento afectivo, tendo em conta todos os factores não-sexuais que uma relação implica, intimidade, confiança, compromisso, comunicação, entre outros, não esquecendo factores de ordem sócio-económica, demográfica, cultural.

2. COMUNICAÇÃO SEXUAL

A comunicação é um processo mediante o qual o casal pode ter um intercâmbio de informação, percepções, opiniões, sentimentos, expectativas, entre outros aspectos (Nina, 2008). Ao falarmos de comunicação sexual, referimo-nos a toda a informação de índole sexual que faz parte de uma relação íntima, inclusivamente a sexual (Nina, 2008). A literatura sobre a comunicação sexual (Nina, 2008; Sprecher, 2002) apresenta-nos três aspectos que são consistentes em vários estudos: 1) existe uma relação entre a comunicação sexual, o compromisso e a frequência do acto sexual; 2) o desejo ou aversão sexual está relacionado com a satisfação com o relacionamento; e 3) existem diferenças de sexo relativamente àquilo que os indivíduos gostam ou não na sua vida sexual.

Existem investigações que demonstram que a comunicação sexual é um elemento de maior satisfação sexual, sendo que estes estudos estabelecem também que ter uma conversa sobre a nossa sexualidade, no âmbito da relação, produz um alto nível de satisfação, sobretudo quando se fala de prazeres e fantasias sexuais (Nina, 2006/ 2008).

Investigações prévias na área da satisfação sexual operacionalizam a comunicação sexual como auto-revelação sexual (e.g. Byers et al. 1999; MacNeil et al., 2009), ao invés de assertividade sexual. Por sua vez, a auto-revelação sexual é usualmente definida como o grau de revelação de um indivíduo acerca das suas preferências relativas a técnicas sexuais (e.g. beijos, sexo oral, coito) ao seu parceiro (Byers et al., 1999; MacNeil et al., 2009). Os estudos efectuados demonstram que a auto-revelação sexual se encontra positivamente relacionada com a satisfação sexual (Byers et al., 1999; MacNeil et al., 2009).

No entanto, existem grandes diferenças entre revelarem-se preferências sexuais a um parceiro e ter essas preferências promulgadas (Ménard et al., 2009). Neste sentido, a assertividade sexual, para além da revelação de uma preferência sexual, surge como a capacidade activa de fazer pedidos e iniciar comportamentos de índole sexual, sendo que tal implica um maior risco interpessoal (e.g. de rejeição) (Ménard & et al., 2009).

Na actualidade, com o aumento crescente das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), em particular da SIDA, de gravidezes precoces, da violência doméstica, de divórcios e de disfunções sexuais, a assertividade é cada vez mais requerida para a consolidação dos relacionamentos afectivos e/ou sexuais e para a garantia da saúde e de perspectivas futuras (Del Prette et al., 2001). Assim, habilidades como o solicitar ou exigir o uso do preservativo e de exames médicos, recusar o sexo inseguro e falar abertamente sobre medos e expectativas no campo da sexualidade constituem habilidades que necessitam de ser desenvolvidas e executadas (Del Prette et al., 2001).

A assertividade foi definida por Del Prette et al. (2001), aquando uma revisão da literatura, como a afirmação dos próprios direitos e expressão de pensamentos, sentimentos e crenças de forma directa, honesta e apropriada, não violando os direitos de outrem, implicando assim o autocontrolo de sentimentos negativos despertados pelo comportamento de outra pessoa ou a expressão adequada desses sentimentos.

De acordo com estes autores, esta dimensão pode ser compreendida, na taxonomia das habilidades sociais, como uma classe constituída por subclasses que são suas componentes, podendo ser destacadas as de defender os próprios direitos e os direitos dos outros, recusar pedidos, lidar com críticas, expressar sentimentos negativos de raiva, desagrado, desconforto, discordar e solicitar mudança de comportamentos (Del Prette et al., 2001). E, ainda, possibilita a expressão de afectos,

carinho, empatia, apreço, interesse e outro tipo de sentimentos positivos (Boisvert, et al., 1985).

No âmbito da sexualidade, falamos da assertividade sexual, considerada por alguns autores como uma especificidade da comunicação sexual e definida como a capacidade de uma pessoa comunicar as suas necessidades sexuais e iniciar um comportamento sexual com um parceiro (Ménard et al., 2009). Dunn, et al. (1979) definem assertividade sexual como o conhecimento que temos de nós próprios enquanto seres sexuais e como a utilização de competências comportamentais, com o mínimo de ansiedade, de forma a que, quer nós quer o nosso parceiro, possamos obter satisfação sexual. Por conseguinte, os mesmos autores salientam o facto da assertividade sexual envolver assim a aprendizagem quer da obtenção de prazer, quer da transmissão de prazer ao outro, bem como, implica que permitamos que o outro seja sexualmente assertivo e que cada um de nós seja responsável pelo seu próprio prazer sexual (Dunn, et al., 1979).

A assertividade sexual parece-nos, assim, de grande importância para a vivência de uma sexualidade plena, livre de manipulações, com direito a que as pessoas tenham as suas próprias opiniões e crenças com respeito à sexualidade, direito a mudarem de ideias, opiniões, ou comportamentos, direito a expressarem uma crítica e a protestarem em relação a um comportamento injusto, direito a tentarem modificar aquilo que não as satisfazem, direito a pedirem ajuda e apoio emocional, direito a sentirem e a expressarem dor, direito a estarem sós, direito a dizerem “não”, sobretudo e principalmente, direito a serem livres (Arturo, 2006).

Na verdade, a literatura indica que, no quotidiano, a expressão assertiva dos desejos, sentimentos e necessidades, facilita a solução de problemas interpessoais aumenta a percepção de auto-eficácia e auto-estima, melhora a qualidade dos relacionamentos e promove a tranquilidade (Falcone, 1999).

O presente estudo de carácter exploratório e transversal teve como objectivos:

- Analisar se existe uma relação estatisticamente significativa entre os níveis de satisfação sexual e a assertividade.
- Analisar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os sexos dos participantes quanto ao nível de satisfação sexual e ao nível de assertividade.

3. MÉTODO

PARTICIPANTES

Este estudo utilizou o método de amostragem não-probabilística, do tipo amostra por conveniência constituída por jovens adultos universitários.

Participaram 100 estudantes universitários (70 do sexo feminino e 30 do sexo masculino) com idades entre os 18 e os 25 anos ($M=20,4$; $DP=1,79$). Todos os participantes são solteiros e com uma vida sexual activa, sendo que 96% são heterossexuais. Em média, iniciaram a sua vida sexual aos 17 anos ($DP=1,64$) e mantiveram relações sexuais 1 a 18 vezes nos últimos 2 meses (56%), na sua maioria com parceiros fixos (84%).

MATERIAL

No presente estudo foram administrados os seguintes instrumentos de avaliação: Questionário Sócio-Demográfico e de Comportamento Sexual, que pretende recolher dados sobre a amostra para que a posámos caracterizar; Questionário de

Satisfação com o Relacionamento Sexual (Pais-Ribeiro *et al.*, 2005), é um instrumento de avaliação da satisfação sexual, que inclui 14 questões classificadas de um a cinco pontos, sendo que o resultado global é calculado pela soma de todos os itens, considerando-se que a uma nota elevada corresponde uma satisfação elevada; Escala de Comportamento Interpessoal (Vagos *et al.*, 2007), trata-se de um instrumento de avaliação multidimensional da assertividade, que considera os domínios afectivo e comportamental, é composto por 50 itens avaliados em quatro dimensões específicas, respondidos numa escala de Likert de cinco pontos, sendo que o resultado global é calculado pela soma de todos os itens. Ambos os instrumentos apresentam níveis adequados de validade e fidelidade.

PROCEDIMENTO

Para a realização do presente estudo foi pedida autorização por escrito à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, tendo esta autorização sido concedida. Todos os participantes foram convidados a participar no estudo e informados acerca dos objectivos e procedimentos da investigação, da garantia do anonimato, da confidencialidade e do acesso aos resultados. Foi salientado que a sua participação seria voluntária, existindo a possibilidade de não participarem ou de desistirem a qualquer momento, sem qualquer tipo de represálias. A recolha dos dados apenas se realizou após o consentimento livre e esclarecido, obtido por escrito, para participação na investigação. A administração do protocolo de investigação foi individual, de auto-preenchimento e na presença da investigadora, tendo a duração de aproximadamente 15 minutos. O processamento e a análise estatística dos dados obtidos foram efectuados com recurso ao software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

4. RESULTADOS

Os resultados expostos referem-se às análises estatísticas conduzidas com base nos dados recolhidos, dispostos de acordo com os objectivos que foram antecipadamente propostos. Esta apresentação é de carácter unicamente descritivo, uma vez que a discussão dos resultados será efectuada posteriormente.

O primeiro objectivo formulado é: “Analisar se existe uma relação entre os níveis de satisfação sexual e de assertividade”. Para a verificação deste objectivo foi realizada a análise correlacional (coeficiente de correlação, r de Pearson) para determinar a percentagem da variância (de uma variável explicada pela outra) dos níveis de satisfação sexual e de assertividade.

A partir dos resultados apresentados no Quadro 1 (cf. Anexo), conclui-se que existe uma correlação fraca e negativa, estatisticamente significativa, entre a componente afectiva (Desconforto/Tensão) da assertividade e o nível de satisfação sexual total ($r(100) = -0,367$, $p < 0,01$). Particularmente, esta componente da assertividade correlaciona-se de forma fraca e negativa, com as duas dimensões, consideradas na satisfação sexual, a “Satisfação com o Funcionamento Sexual” e a “Confiança” ($r(100) = -0,384$, $p < 0,01$; $r(100) = -0,262$, $p < 0,01$, respectivamente). Com relação à dimensão da “Confiança”, a componente afectiva da assertividade correlaciona-se apenas com a subescala da “Auto-Estima”, de forma fraca e negativa ($r(100) = -0,299$, $p < 0,01$).

A subescala “Assertividade de Iniciativa” apresenta uma correlação moderada e negativa relativamente ao nível de satisfação sexual total ($r(100) = -0,413$, $p < 0,01$). As restantes subescalas “Demonstração de Sentimentos Negativos”, “Ex-

pressão e Gestão de Limites Pessoais” e “Assertividade Positiva” apresentam correlações fracas e negativas ($r(100) = -0,295$, $p < 0,01$; $r(100) = -0,304$, $p < 0,01$; $r(100) = -0,324$, $p < 0,01$, respectivamente) com relação ao nível de satisfação sexual total.

Por seu turno, não se verificaram correlações estatisticamente significativas entre a frequência do comportamento assertivo e o nível de satisfação sexual total.

O segundo objectivo formulado é: “Analisar se existem diferenças significativas entre os níveis de satisfação sexual, de assertividade e o sexo dos participantes”. Para tal foi utilizado o teste t-student para analisar a relação entre as variáveis de contraste (satisfação sexual e assertividade) com a variável de agrupação (sexo dos participantes).

Com base no Quadro 2 (cf. Anexo), podemos afirmar que se verificam diferenças significativas entre o sexo dos participantes e a subescala “Relacionamento Geral”. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre o sexo e o nível de satisfação sexual total, nem entre as dimensões e subescalas subjacentes.

Analisando o Quadro 2, poderemos, ainda, verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos quanto à subescala “Assertividade de Iniciativa”, para ambas as dimensões (Tensão/ Desconforto e Frequência do Comportamento). O mesmo não se verifica para as dimensões e restantes subescalas, em que os dois sexos não diferem de forma estatisticamente significativa.

5. DISCUSSÃO

Com relação ao primeiro objectivo proposto, os resultados sugerem que um grau elevado de Desconforto/Tensão face a situações sociais que requerem comportamentos assertivos associa-se a uma menor satisfação sexual, particularmente menor percepção de funcionamento sexual e menor confiança e auto-estima associadas. Nota-se que quanto maior o Desconforto/ Tensão na tomada de iniciativa em situações sociais e na expressão das próprias opiniões, assim como nos pedidos de mudança de comportamento, na defesa dos próprios direitos, na iniciativa na resolução de problemas e na satisfação de necessidades, na recusa de pedidos não razoáveis, na admissão de dificuldades, no dar e receber elogios e expressar sentimentos positivos, menor é a satisfação sexual.

De facto, a literatura constata que um indivíduo que se expressa assertivamente permite que o seu parceiro possa atender as suas necessidades de forma mais adequada, sentindo-se ele próprio mais satisfeito quando recebe um feedback sincero sobre as suas acções, podendo assim ajustá-las de forma a agradar o seu parceiro (Sardinha, *et al.*, 2009). Por conseguinte, o casal poderá sentir-se mais confiante e mais aceito, pois encontram-se numa posição melhor para prever as consequências das suas mensagens (Boisvert *et al.*, 1985). Desta forma, faz sentido que os indivíduos com maior auto-estima evidenciem níveis mais elevados de assertividade sexual (Ménard *et al.*, 2009). Assim, maiores níveis de assertividade predizem maiores níveis de satisfação sexual, o que vai de encontro à literatura, pois um indivíduo que se revela satisfeito com a sua relação sexual apresenta uma maior capacidade para entender as necessidades que satisfazem o seu parceiro, permitindo-lhe assim uma capacidade de interacção mais efectiva com o outro (Arturo, 2006).

A análise do segundo objectivo proposto revela-nos que as participantes do sexo feminino apresentam níveis mais elevados de satisfação com o seu relacionamento em geral do que os participantes do sexo masculino. De facto, a literatura

descreve-nos diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito às causas imediatas da insatisfação sexual que aparentemente tendem a esbater-se com a idade: para as mulheres, a qualidade emocional das interações sexuais parece ser a influência mais importante nas suas avaliações do relacionamento sexual, indicando que as mulheres que estão insatisfeitas querem mais amor, afeição e carinho; para os homens, a quantidade da actividade sexual é mais importante, dado que os homens que se declaram insatisfeitos querem mais frequência e variedade de actividades sexuais. Aparentemente as mulheres relatam ter maior satisfação sexual através da intimidade com os companheiros (e.g. os aspectos emocionais e interpessoais da actividade sexual), mesmo que tal não inclua o prazer orgástico (Pechorro et al., 2009). Segundo Young, et al. (2000), as diversas investigações também revelam que a satisfação sexual encontra-se relacionada com a existência de relações íntimas e com a qualidade dessas relações, sendo que para a população feminina, quanto maior o nível de proximidade emocional numa relação, maior a satisfação com o relacionamento sexual.

Constatamos ainda que os participantes do sexo feminino apresentam graus mais elevados de desconforto/tensão quando, em situações sociais, necessitam de tomar a iniciativa ou expressar a sua opinião, sendo que por outro lado, os participantes do sexo masculino apresentam mais frequentemente comportamentos assertivos perante o mesmo tipo de situações. Estes resultados não vão de encontro à literatura, uma vez que Arturo (2006), no seu estudo com 200 estudantes universitários oriundos do México, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, constatou que as mulheres apresentavam um grau de assertividade, inclusivamente sexual, significativamente superior ao dos homens.

CONCLUSÃO

Nas últimas três décadas, a saúde sexual passou a ser, cada vez mais, reconhecida como um componente fundamental da saúde geral, do bem-estar e, por isso, actualmente, é considerada um aspecto legítimo e central da saúde (Finotelli Jr., 2010).

A literatura refere que o desenvolvimento do conceito de saúde sexual implicou a legitimação da dissociação entre actividade sexual reprodutiva da actividade sexual não reprodutiva, circunstância esta necessária para que dimensões, antes excluídas, pudessem ser agregadas em relação ao conceito de saúde e bem-estar, quando praticada livremente sem restrições, mas certamente não sem regras precisas (Finotelli Jr., 2010).

De facto, o bem-estar sexual, segundo diversas pesquisas, encontra-se frequentemente correlacionado com a felicidade geral, tanto nos homens como nas mulheres (Finotelli Jr., 2010).

Dado o papel da sexualidade em aspectos fundamentais da vida, incluindo reprodução e relacionamentos, não é de se estranhar que os problemas com o funcionamento sexual estejam correlacionados com a redução subjectiva de bem-estar (Finotelli Jr., 2010).

Índices de violência, separação, instabilidade conjugal, problemas interpessoais, entre outros, aumentam quando a satisfação sexual diminui, indicando uma associação complexa entre satisfação no relacionamento com satisfação com a função sexual (Byers, 2005; Davies, et al., 1999).

Desta forma, a satisfação sexual deverá contemplar não apenas a satisfação com o funcionamento sexual, como também a satisfação com o relacionamento afectivo.

De forma a atingir a satisfação sexual, existem competências que os jovens adultos deverão ter desenvolvidas, nomeadamente a assertividade, que, tal como foi possível verificar, podem influenciar directa ou indirectamente o grau de satisfação sexual.

De facto, a capacidade de um indivíduo ser assertivo facilita não apenas a expressão dos seus desejos e necessidades sexuais, como permite que este não se envolva em actividades sexuais inseguras, assim como, facilita uma maior capacidade de comunicação efectiva entre o casal, evitando assim a existência de conflitos interpessoais.

Por fim, o resultado da presente investigação poderá ter implicações importantes nas intervenções clínicas efectuadas por profissionais de saúde e/ou terapeutas da área da sexualidade, na medida em que possibilitam que novos construtos sejam tidos em consideração, nomeadamente a assertividade. Contudo, a contemplação destes construtos não deverão ser restritos aos comportamentos sexuais saudáveis, mas deverão desempenhar um papel ao longo de todo um contínuo de funcionamento sexual, desde o disfuncional ao funcionamento óptimo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arturo, H. (2006). Estudio de Correlación Entre Satisfacción Sexual y Asertividad Sexual. In: Archivos Hispanoamericanos de Sexología, vol.12, no.2, pp.199-216.
- Bennett, P., et al. (1997). Psicologia e Promoção da Saúde. Lisboa, Climepsi.
- Boisvert, J., et al. (1985). Assertiveness Training and Human Communication Processes. In: Journal of Contemporary Psychotherapy, vol.15, no. 1, pp.58-73.
- Byers, E. S., et al. (1999). Sexual Satisfaction and Sexual Self-Disclosure Within Dating Relationships. Journal of Sex Research. [Em linha] Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2372/is_2_36/ai_54882520/ [Consultado a 23 de Outubro de 2010].
- Del Prette, A., et al. (2001). Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo. Petrópolis, Editora Vozes.
- Dunn, M., et al. (1979). Sexual Assertiveness in Spinal Cord Injury. In: Sexuality and Disability, vol.2, no.4, pp.293-300.
- Fagundes, M. (2009). Sexualidade Humana e Orgasmo Sexual. In: Psicologia em Foco, vol.2, no. 1, pp.102-109.
- Falcone, E. (1999). A Avaliação de um Programa de Treinamento da Empatia com Universitários. In: Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, vol.1, pp.23-32.
- Finotelli Jr., I. (2010). Evidências de Validade da Escala de Autoeficácia Sexual – Função Erétil (SSES-E) em Pacientes com Queixas Sexuais. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Francisco.
- Giami, A. (2008). A Experiência da Sexualidade em Jovens Adultos na França: Entre Errância e Vida Conjugal. In: Paidéia, vol.18, no.40, pp.289-304.
- López, F., et al. (1999). Para Compreender a Sexualidade. Lisboa, APF.
- MacNeil, S., et al. (2009). Role of Sexual Self-Disclosure in the Sexual Satisfaction of Long-Term Heterosexual Couples. Journal of Sex Research. [Em linha]. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2372/is_1_46/ai_n31500369/ [Consultado a 24 de Novembro de 2010]
- Ménard, A., et al. (2009). The Interrelationships Between Sexual Self-Esteem, Sexual Assertiveness

- and Sexual Satisfaction. In: *The Canadian Journal of Human Sexuality*, vol.18, no. 1-2, pp.35-45.
- Nina, R. (2006). Cuando Existe Un Nosotros: Estudios sobre la Sexualidad en Parejas Heterosexuales Puertorriquenãs. In: *Archivos Hispanoamericanos de Sexología*, vol.12, no.2, pp.165-184.
 - Nina, R. (2008). Comunicación Sexual Desde el Contexto de la Relación de Pareja. In: *Archivos Hispanoamericanos de Sexología*, vol.14, no.1, pp.43-56.
 - Pais-Ribeiro, J. L. (1994a). A Psicologia da Saúde e a Segunda Revolução da Saúde. In: McIntyre, T. M. (Ed.). *Psicologia da Saúde: Áreas de Intervenção e Perspectivas Futuras*. Lisboa, Associação dos Psicólogos Portugueses.
 - Pais-Ribeiro, J. L. (1994b). Psicologia da Saúde, Saúde e Doença. In: McIntyre, T. M. (Ed.). *Psicologia da Saúde: Áreas de Intervenção e Perspectivas Futuras*. Lisboa, Associação dos Psicólogos Portugueses.
 - Pais-Ribeiro, J. et al. (2005). Estudo de Adaptação do Questionário de Satisfação com o Relacionamento Sexual (QSRS) em Mulheres com Incontinência Urinária. In: *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol.6, no.2, pp.191-202.
 - Pechorro, P., et al. (2009). Satisfação Sexual Feminina: Relação com Funcionamento Sexual e Comportamentos Sexuais. *Análise Psicológica*, vol.27, no.1, pp.99-108.
 - Precioso, J., et al. (2007). Psicologia e Educação para a Saúde em Contexto Escolar. In: Teixeira, J.A.C. (Org.). *Psicologia da Saúde: Contextos e Áreas de Intervenção*. Lisboa, Climepsi.
 - WHO (2000). Promotion of Sexual Health: Recommendations for Action. In: *Proceedings of a Regional Consultation convened by Pan American Health Organization, World Health Organization in collaboration with the World Association for Sexology*. Antigua, Guatemala, WHO.
 - Renaud, C., et al. (1997). Sexual and Relationship Satisfaction in Mainland China. *Journal of Sex Research*. [Em linha]. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2372/is_n4_v34/ai_20536047/. [Consultado a 23 de Outubro de 2010].
 - Robinson, B., et al. (2002). The Sexual Health Model: Application of a Sexological Approach to HIV Prevention. In: *Health Education Research: Theory and Practice*, vol.17, no.1, pp.43-57.
 - Sardinha, A., et al. (2009). As Relações entre a Satisfação Conjugal e as Habilidades Sociais Percebidas no Cônjuge. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.25, no.3, pp.395-402.
 - Sprecher, S. (2002). Sexual Satisfaction in Premarital Relationships: Associations with Satisfaction, Love, Commitment, and Stability. *Journal of Sex Research*. [Em linha]. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2372/is_3_39/ai_94130315/. [Consultado a 25 de Novembro de 2010]
 - Vagos, P., et al. (2008). Escala de Comportamento Interpessoal: Adaptação de uma Escala de Medida de Assertividade para a Língua Portuguesa. In: Noronha, A.P., et al. (Eds.). *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga, Psiquilibrios.
 - Young, M., et al. (1998). Correlates of Sexual Satisfaction in Marriage. *Canadian Journal of Human Sexuality*. [Em linha]. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_g01966/is_n2_v7/ai_n28710627/. [Consultado a 23 de Novembro de 2010]
 - Young, M., et al. (2000). Sexual Satisfaction Among Married Women. *American Journal of Health Studies*. [Em linha]. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_moCTG/is_2_16/ai_72731720/. [Consultado a 23 de Novembro de 2010].

O PAPEL DA AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES DE VIDA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

VÂNIA LINHARES

DOUTORANDA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE F. MENESES

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A construção da Paz assume, no panorama Mundial, contornos urgentes. O treino de habilidades de vida tem evidenciado eficácia a nível das relações interpessoais e promoção de saúde. O objectivo deste estudo é analisar a literatura referente à avaliação das dez habilidades de vida. Assim, recorreu-se às bases de dados *SciELO* ($N=816$) e *B-on* ($N=246$) e obteve-se técnicas de avaliação para todas as habilidades, com excepção do pensamento crítico. Sugere-se a necessidade de clarificação conceptual e desenvolvimento de uma bateria de avaliação das habilidades de vida.

ABSTRACT

The construction of worldwide peace requires urgent measures. Life skills' training has demonstrated effectiveness in terms of interpersonal relationships and health promotion. The purpose of this study is to analyze the literature concerning the assessment of 10 life skills. Searching on the *SciELO* ($N=816$) and *B-on* ($N=246$) databases, it was possible to identify assessment techniques for all life skills, except critical thinking. There is a need for further conceptual clarification and the development of a life skills' assessment battery.

INTRODUÇÃO

Na actualidade, parece consensual que a construção da Paz deve constituir uma preocupação universal. É urgente a sensibilização sistemática, individual e colectiva, bem como a ampliação de esforços no sentido do desenvolvimento de competências psicossociais, como um trajecto possível para uma maior consciência social. Gorayeb (2002) advoga o treino de habilidades de vida como “um instrumento para ajudar na transformação social e construção de um mundo melhor” (p.217).

Neste contexto, faz sentido falar de habilidades de vida, que são capacidades para comportamento adaptativo positivo (Gorayeb, 2002), no âmbito de habilidades sócio-afectivas (Choque-Larrauri al., 2009) e que possibilitam-nos negociar eficazmente as demandas e desafios do quotidiano (Gorayeb, 2002; Choque-et al., 2009).

Não obstante as diversas formas de classificar as habilidades de vida (Mangrulkar, al., 2001), a Organização Mundial de Saúde (OMS) em qualquer contexto sociocultural, preconiza o treino de dez habilidades de vida: auto-conhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, lidar com as emoções e os sentimentos, lidar com o stress, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e resolução de problemas (OMS, 1997; Gorayeb, 2002; Minto, al., 2006). Esta sequência de apresentação de habilidades de vida pretende acompanhar o processo de conhecimento pessoal (Minto al., 2006).

Mangrulkar al. (2001), com base em investigações realizadas e em teorias de desenvolvimento humano, identificaram

três categorias “chave” de habilidades de vida, que se complementam e que são capazes de influenciar activamente o desenvolvimento dos jovens, nomeadamente: habilidades sociais ou interpessoais, habilidades cognitivas e habilidades emocionais.

Minto al. (2006), p.e., desenvolveram uma intervenção psicológica com adolescentes, numa escola, com recurso a estratégias de trabalho de grupo, desenvolvendo as dez habilidades de vida supracitadas. A partir das considerações finais dos adolescentes, os mesmos autores defendem que este modelo constitui uma importante estratégia no desenvolvimento de competências psicossociais, com repercussões na qualidade de vida dos participantes. Resultados semelhantes foram evidenciados numa intervenção de treino de habilidades de vida a futuros professores e a professores, uma vez que a intervenção “favoreceu mudanças de comportamento e melhoria na qualidade de vida” (Gorayeb, 2002, p.216).

Noutros contextos, estudos têm evidenciado, de igual modo, potencialidades do treino de habilidades de vida. Cimini, Martens, Larimer, Kilmer e Neighbors (2009), p.e., defendem que o aumento de utilização de estratégias de protecção comportamental está associado a uma diminuição de consumo de álcool ou a problemas relacionados com este. Paralelamente, para Ribeiro (2004), factores socio-cognitivos são causas importantes do comportamento, que medeiam o efeito de muitos outros factores.

Emerge, assim, o treino de habilidades de vida como uma abordagem fundamental no empowerment individual e na promoção de comportamentos adaptativos e positivos. Deste modo, a prevenção de comportamentos de risco psicossociais

e problemas de saúde (OMS, 1997), assume um papel fundamental, sugerindo que a tónica nas intervenções seja colocada na mudança de comportamentos e, consequentemente, na sinergia de múltiplas estratégias, em diferentes níveis e contextos.

O treino de habilidades de vida pode constituir a ponte necessária para a mudança de comportamentos, necessária na construção da Paz. Contudo, carece de maior investigação o processo que permite o desenvolvimento de cada habilidade de vida, bem como a intervenção (e avaliação da sua eficácia) em diferentes contextos.

Nesta perspectiva, a clarificação conceptual e a avaliação (Illback, al., 1990) devem constituir o ponto de partida para futuras investigações. Consequentemente, a avaliação é fundamental na identificação de necessidades, bem como, dos objectivos relevantes para a implementação de intervenções (OMS, 1997).

Paralelamente, Mangrulkar al. (2001) defende que a análise de situação, por si só, é insuficiente, pelo que propõe algumas implicações importantes para o desenvolvimento de intervenções, nomeadamente: adequação ao contexto dos adolescentes; foco no treino de habilidades de vida e foco de intervenção a nível dos valores dos adolescentes. Como tal, o objectivo do presente estudo é analisar a literatura referente à avaliação de cada uma das habilidades de vida, como um possível caminho na construção da Paz da população Portuguesa.

1. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão da literatura, referente à avaliação das dez habilidades de vida preconizadas pela OMS. Para tal, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados: *SciELO* e *B-on*, no período de 8 e 9 de Março de 2011, sem limites, com os seguintes descritores para cada uma das seguintes habilidades de vida:

1. Auto-conhecimento: “Auto-conhecimento” e avaliar
2. Relacionamento interpessoal: “Relacionamento interpessoal” e avaliar
3. Empatia: “Empatia” e avaliar
4. Lidar com emoções: “emoções” e avaliar e “lidar com emoções” e avaliar
5. Lidar com o stress: “stress” e avaliar “lidar com stress” e avaliar
6. Comunicação eficaz: “Comunicação” e avaliar
7. Pensamento crítico: “pensamento crítico” e avaliar
8. Pensamento criativo: “pensamento criativo” e avaliar e “criatividade” e avaliar
9. Tomada de decisão: “Tomada de decisão” e avaliar
10. Resolução de problemas: “resolução de problemas” e avaliar e “solução de problemas” e avaliar

Optou-se por utilizar palavras-chave em língua Portuguesa e incluir sempre a palavra “avaliar” como forma de aumentar a probabilidade de identificar técnicas de avaliação que tivessem uma versão nesta língua. Os artigos identificados nas bases de dados *SciELO* e *B-on* foram alvo de uma selecção que ocorreu mediante a leitura dos respectivos resumos e/ou do texto integral.

Foram seleccionados apenas os artigos com referência à utilização de uma ou mais técnicas de avaliação, que permitisse avaliar pelo menos uma habilidade de vida, sendo excluídos aqueles artigos em que não era utilizada ou claramente identificada uma técnica para avaliação de, pelo menos, uma habilidade de vida. Posteriormente, as técnicas de avaliação

identificadas foram categorizadas de acordo com as diferentes habilidades de vida.

Na fase seguinte, procedeu-se a uma nova análise, mais pormenorizada, dos artigos seleccionados, recolhendo-se informações acerca das características de cada técnica previamente identificada, nomeadamente: designação do instrumento, autores, construto(s), População(ões)-alvo, composição, administração e propriedades psicométricas.

2. RESULTADOS

Dos artigos encontrados com as palavras-chave utilizadas, num total de 1062, a maioria estava indexada na base de dados *SciELO* (cf. Tabela 1).

TABELA 5. NÚMERO DE ARTIGOS ANALISADOS

Base de dados	Artigos analisados	
	Frequência	Porcentagem
SciELO	816	76,8
B-on	246	23,2
Total	1062	100

O ano de publicação dos artigos identificados variou entre 1999 e 2010, destacando-se maior presença, para o ano de 2008, bem como, para o país de origem o Brasil. Dos 816 artigos analisados oriundos da *SciELO*, foram seleccionados 47 artigos, tendo-se obtido referência a 44 técnicas de avaliação. Dos 246 artigos analisados oriundos da *B-on*, foram seleccionados 7 artigos, nos quais houve referência a 8 técnicas de avaliação. Todavia, um artigo e um instrumento de avaliação, para a habilidade de vida “comunicação”, estava indexado em ambas as bases de dados, *SciELO* e na *B-on*.

Em relação às técnicas de avaliação relativas a cada uma das dez habilidades de vida, foram identificadas técnicas para todas as habilidades de vida, com excepção do “pensamento crítico” (cf. Tabela 2). Salienta-se, contudo, que não foram encontrados artigos na base de dados *B-on* que focassem as seguintes habilidades: “empatia”, “relacionamento interpessoal” e “pensamento criativo”.

TABELA 2. NÚMERO DE ARTIGOS E TÉCNICAS POR HABILIDADE DE VIDA

Habilidade de vida	Artigos analisados nas bases de dados		Artigos seleccionados	Técnicas
	SciELO	B-on		
Auto-conhecimento	2	30	1	1
Relacionamento interpessoal	5	0	3	4
Empatia	7	0	4	4
Lidar com emoções	12	36	2	3
Lidar com stress	570	109	28	19
Comunicação eficaz	134	24	6	7
Pensamento crítico	0	0	0	0
Pensamento criativo	7	0	2	2
Tomada de decisão	56	10	1	1
Resolução de problemas	23	37	6	10
Total	816	246	53	51

Pela análise da Tabela 2 é possível constatar que a habilidade de vida associada a maior número de artigos indexados, em ambas as bases de dados, foi “lidar com o stress”, coincidindo também com o maior número de artigos seleccionados e técnicas identificadas. Segue-se a “comunicação” e a “resolução de problemas”, ainda que a um maior número de artigos seleccionados não corresponda um maior número de técnicas.

Contrariamente a estes resultados, obteve-se menor número de artigos seleccionados, bem como de técnicas de avaliação no que toca o “auto-conhecimento”, “tomada de decisão” e “pensamento criativo” (Cf. Tabela 2).

No que se refere ao “auto-conhecimento”, “empatia”, “pensamento criativo” e “tomada de decisão” foram identificadas tantas técnicas como artigos seleccionados. De salientar, contudo, maior número de técnicas, em relação ao número de artigos seleccionados, no que se refere a “relacionamento interpessoal”, “lidar com emoções” “comunicação” e “resolução de problemas”. O inverso verificou-se para a habilidade “lidar com o stress” (Cf. Tabela 2).

A análise das informações sobre as técnicas de avaliação relativas a cada uma das habilidades de vida permitiu a obtenção dos seguintes resultados:

- “Empatia” e “lidar com emoções” correspondem às habilidades de vida cujas técnicas identificadas avaliavam especificamente estas habilidades;
- No que diz respeito à “lidar com stress”, “comunicação”, “pensamento criativo” e “resolução de problemas”, apenas algumas das variáveis das técnicas identificadas avaliavam estas habilidades;
- Contrariamente, foram identificadas técnicas de avaliação, associadas às habilidades de vida “auto-conhecimento”, “relacionamento interpessoal” e “tomada de decisão” que avaliavam de modo indirecto estas habilidades;
- As técnicas identificadas estavam adaptadas para os seguintes contextos: Portugal, Brasil, Colômbia, Reino Unido, Estados Unidos da América, sendo que, para a população portuguesa, as técnicas identificadas dizem respeito às seguintes habilidades de vida: “lidar com emoções” e “lidar com o stress”;
- A população-alvo das técnicas compreende crianças, adolescentes e adultos, bem como as populações específicas: enfermeiros, pais e professores;
- A forma de administração das técnicas de avaliação identificadas é maioritariamente directa, contudo, para a habilidade de vida “auto-conhecimento”, “empatia” e “lidar com o stress”, havia referência a técnicas com administração indirecta.
- Dos instrumentos seleccionados, 43,1% ($N=22$) faziam referência às propriedades psicométricas do mesmo, nomeadamente: validade e/ou fidelidade e/ou sensibilidade.

3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tendo em consideração que a maioria dos resultados obtiveram-se a partir de artigos indexados na base de dados *SciELO*, comparativamente com a *B-on*, seria expectável, que a origem da maioria dos artigos seleccionados fosse do Brasil, tal como sucedeu.

Na globalidade, os resultados obtidos apontam para publicações recentes no âmbito das habilidades de vida, o que pode espelhar uma preocupação maior em relação a este tema, bem como o reconhecimento das evidências acerca de programas

de treino de habilidades de vida (Minto al., 2006), o que também pode justificar o facto do maior número de artigos se referir à habilidade de vida “lidar com o stress”.

Globalmente, os resultados espelham as dificuldades sentidas na identificação de artigos que relatassem o uso de, pelo menos, uma técnica de avaliação de uma ou mais habilidades de vida, o que se tornou mais evidente em relação às habilidades: “auto-conhecimento”, “pensamento crítico”, “pensamento criativo” e “tomada de decisão”. Tal pode ter subjacente controvérsias na definição conceptual das habilidades de vida (Mangrulkar al., 2001).

O facto da maior parte dos artigos serem originários do Brasil levou a que a maior parte das técnicas de avaliação identificadas se adequasse sobretudo ao contexto Brasileiro, o que pode ser explicado com base nos descritores (palavras em Português) e, em parte, nas bases de dados utilizadas. No entanto, salienta-se o facto destes aspectos estarem em consonância com o objectivo de analisar as técnicas de avaliação de habilidades de vida adequadas ao contexto Português.

É também de enfatizar a constatação de uma indexação diferencial nas duas bases de dados escolhidas, i.e., numa delas (*B-on*) não foram sequer encontrados artigos sobre algumas das habilidades de vida em análise.

A não correspondência perfeita entre o número de artigos seleccionados e de técnicas identificadas pode sugerir, por um lado, que alguns autores consideraram que nenhuma das técnicas de avaliação disponíveis era suficiente para avaliar adequadamente determinadas habilidades de vida, por outro, que há algum consenso sobre a utilização de técnicas de avaliação para certas habilidades de vida, como “lidar com o stress”.

Em relação ao propósito deste estudo, os resultados sugerem lacunas a nível da existência de questionários aferidos para a população Portuguesa, bem como de instrumentos de avaliação que avaliem as dez habilidades de vida. Salienta-se o facto de não terem sido encontrados artigos/técnicas de avaliação relativas à habilidade de vida pensamento crítico, bem como terem sido seleccionados apenas 5% ($N=53$) dos artigos analisados.

Face à análise dos resultados obtidos e ao facto das habilidades de vida deverem ser entendidas como habilidades complementares e que se reforçam mutuamente (Mangrulkar et al., 2001), ressalta a urgência de se repensar a avaliação das habilidades de vida globalmente.

Sugere-se, assim, o desenvolvimento de uma bateria de avaliação de habilidades de vida, para a População Portuguesa, capaz de dar continuidade à investigação (nomeadamente, sobre a eficácia dos programas de treino destas habilidades) e permitir uma melhor compreensão conceptual das habilidades de vida.

Bühler al. (2007), apesar de considerarem que os programas de treino de habilidades de vida são instrumentos de grande potencial, com ganhos evidentes a nível de aumento de factores protectores (ex. resolução de problemas e comunicação), também salientam o facto de não esclarecerem algumas dúvidas acerca do processo. A utilização de instrumentos de avaliação bem desenvolvidos deve estar na base de qualquer programa de intervenção psicossocial, de modo a subsidiar o planeamento e avaliação do mesmo, permitindo clarificar quais as variáveis mediadoras da eficácia dos programas desenvolvidos, neste âmbito, que permanecem desconhecidas (Botvin & Griffin, 2004).

CONCLUSÃO

Uma vez que as intervenções em habilidades de vida, em diferentes contextos, têm evidenciado eficácia no desenvolvimento de competências psico-sociais, estas tornam-se uma área a explorar no âmbito da construção da Paz.

O primeiro passo em qualquer iniciativa de intervenção reside na avaliação. Todavia, a revisão da literatura efectuada sugere que esta etapa levanta ainda algumas dificuldades para todos os que estejam interessados em implementar intervenções no âmbito das habilidades de vida, nomeadamente, como contributo para a construção da Paz.

Na sua globalidade, da análise dos resultados emerge, no âmbito das habilidades de vida, um campo conceptual, metodológico e instrumental ainda em construção, permitindo antever alguns desafios em termos de investigações futuras.

Concretamente, a análise da informação sobre as técnicas de avaliação evidencia dificuldades na definição conceptual de habilidades de vida e lacunas a nível de instrumentos de avaliação específicos e validados para a população Portuguesa.

Surgem, assim, pistas para investigações e intervenções futuras, nomeadamente: clarificação de algumas controvérsias sobre a definição dos conceitos e o desenvolvimento de uma bateria de avaliação das habilidades de vida para a população portuguesa, como passos possíveis na construção da Paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Botvin, G., al. (2004). Life Skills Training: Empirical Findings and Future Directions. In: *The Journal of Primary Prevention*, vol.25, no.2, pp.211-232.
- Bühler, A, al. (2008). The role of life skills promotion in substance abuse prevention: a mediation analysis. In: *Health Education Research*, vol.2, no.34, pp.621-632.
- Cimini, M., al. (2009). Assessing the Effectiveness of Peer-Facilitated Interventions Addressing High-Risk Drinking Among Judicially Mandated College Students. In: *Journal of Studies on Alcohol and Drugs/Supplement*, vol.58, no.16, pp.57-66.
- Choque-Larrauri, R., al. (2009). Eficacia del Programa de Habilidades para la Vida en Adolescentes Escolares de Huancavelica. In: *Revista de salud Pública*, vol.1, no.12, pp.169-181.
- Gorayeb, R. (2002). O Ensino de Habilidades de Vida em Escolas no Brasil. In: *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol.3, no.2, pp.213-217.
- Illback, R., al. (1990). Na overview of principles and procedures of program planning and evaluation. In Gutkin, T. B. al. (Eds.). *The handbook of School Psychology*. New York, Wiley, pp.799-820.
- Mangrulkar, L., al. (2001). Life skills Approach to child and Adolescent Healthy Human Development. Washington, DC, Pan American Health Organization/WHO.
- Minto, E., al. (2006). Ensino de Habilidades de Vida na Escola: uma experiência com adolescentes. In: *Psicologia em Estudo*, vol.11, no.3, pp.561- 568.
- Ribeiro, P., al. (2004). Comportamentos de saúde e dimensões de personalidade em estudantes universitárias. In: *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol.5, no.1, pp.107-127.
- World Health Organization (1997). Life skills education in schools. Geneva: WHO.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ INDIVIDUAL: RELAÇÃO ENTRE VIVÊNCIAS ACADÉMICAS E AUTO-EFICÁCIA

VERÓNICA FERNANDES

MESTRANDA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

PROFESSORA ASSOCIADA
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RUTE MENESES

PROFESSORA ASSOCIADA
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A entrada no ensino superior é perspectivada, pela maioria dos estudantes, como uma nova etapa repleta de múltiplos desafios a diversos níveis. A investigação aqui apresentada revela a existência uma correlação estatisticamente significativa positiva e elevada entre a auto-eficácia e a adaptação ao ensino superior. Assumindo tais resultados, considera-se que o estudo da auto-eficácia, no contexto académico, adquire uma particular relevância, devido aos inúmeros desafios pessoais e externos com que o estudante é confrontado, que põem à prova os seus recursos internos e a capacidade para lidar com a competição, ambiguidade e a incerteza.

ABSTRACT

The entry into higher education is viewed by most students as a new stage filled with multiple challenges at various levels, together with the possibility of building a new identity, new relationships and increased responsibility and opportunities for exploration, experimentation and commitment in several dimensions. The preliminary results of the study presented in this paper indicate the existence of a statistically significant correlation between positive and generally moderate self-efficacy and adjustment to higher education. It is considered that the study of self-efficacy in an academic context acquires a special importance due to the numerous personal and external challenges with which the student is confronted, that test their internal resources and capacity to deal with competition, ambiguity and uncertainty.

INTRODUÇÃO

A transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior corresponde ao momento inicial de um projecto de vida decisivo para a maioria dos estudantes universitários, confrontando-os com inumeráveis desafios e mudanças, designadamente a separação da família e dos amigos, a adaptação a uma série de novas tarefas e exigências pessoais, sociais e escolares, tendo estes implicações não só ao nível do sucesso e da satisfação, mas também ao nível da vida em geral e, em particular da dimensão académica (Seco, *et al.*, 2005; Seco, *al.*, 2007).

Assim sendo, as instituições de ensino superior não podem preocupar-se apenas com o desempenho académico dos seus estudantes ou com o facto de os preparar para se tornarem sujeitos altamente especializados. Devem antes perspectivá-los de forma global e sistémica, como indivíduos que vivenciam um processo de transição em diversas esferas das suas vidas e para quem os recursos sociais se assumem como factores relevantes em tal processo de adaptação. Importa, pois, procurar

alcançar o equilíbrio possível entre os desafios que este novo contexto coloca ao estudante e as respostas dadas pelas instituições que os acolhem (Seco, *al.*, 2005).

Assim, partindo deste enquadramento conceptual, realizou-se um estudo transversal, com uma amostra de estudantes que se encontravam a frequentar o 1º ciclo de estudos de alguns cursos na Universidade Fernando Pessoa. O objectivo global deste estudo é analisar as relações existentes entre os padrões de adaptação ao contexto do ensino superior privado e a auto-eficácia destes estudantes.

1. ADAPTAÇÃO ACADÉMICA E AUTO-EFICÁCIA

UMA FASE ESPECIAL PARA OS ESTUDANTES (DO PRIMEIRO ANO) DO ENSINO SUPERIOR

A transição para o ensino superior tem vindo a assumir-se como uma etapa marcante no desenvolvimento psicossocial

dos jovens estudantes, pois confronta-os com uma nova realidade, repleta de múltiplos desafios a diversos níveis, e ainda com a possibilidade de desenvolverem novos projectos de vida, de reorganizarem as suas redes sociais individuais e de assumirem novas responsabilidades e oportunidades de exploração, experimentação e compromisso em várias dimensões (Almeida, *al.*, 2007; Pereira, *al.*, 2006; Pinheiro, 2003; Seco, *et al.*, 2005).

A qualidade da transição para o ensino superior depende tanto do desenvolvimento psicossocial do estudante, como também da respectiva instituição universitária, particularmente dos mecanismos de apoio colocados à disposição dos estudantes (Cunha *al.*, 2005).

A universidade surge-nos como um contexto facilitador do desenvolvimento pessoal dos estudantes, promovendo a sua integração e o seu ajustamento académico, pessoal, social e afectivo, facilitando a transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior dos alunos recém – chegados (Ferreira, Almeida & Soares, 2001). Portanto, os objectivos da educação universitária estendem-se para lá do domínio estritamente cognitivo (numa perspectiva de formação integral dos indivíduos) (Soares, *al.*, 2006). O processo de adaptação ao contexto universitário não deve, assim, ser desprendido dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humanos (Soares, *al.*, 2006).

Na revisão da literatura realizada por Cunha *al.* (2005), é possível concluir que as interacções que ocorrem durante este período de acesso ao ensino superior, entre os estudantes e o contexto académico servem de referência para uma melhor compreensão da sua adaptação académica e a realização. Mais especificamente, se as interacções estabelecidas entre o estudante e o contexto forem percebidas como satisfatórias e recompensadoras, ocorre uma maior adaptação do estudante ao sistema, por outro lado, se estas experiências assumirem um carácter negativo, poderá evidenciar-se uma redução dos níveis de integração e haverá maior probabilidade de afastamento do estudante da comunidade académica (Santos, 2000).

O processo de adaptação e integração ao contexto académico pode assumir-se como complexo e problemático, originando, muitas vezes, níveis elevados de ansiedade e stress e, consequentemente insucesso escolar, com repercussões no desenvolvimento do indivíduo (Costa, *al.*, 2008; Fernandes, *al.*, 2005; Pereira, *al.*, 2006; Santos *al.*, 2001). Por outro lado, se faltam estruturas de apoio aos alunos, materiais ou relacionais, poderão verificar-se comportamentos de absentismo escolar e, consequentemente, aumento dos índices de reprovação (Santos, 2000).

O primeiro ano num curso do ensino superior pode ser considerado como um período crítico, que implica, e é concomitante, com uma série de mudanças na vida do estudante, cujo impacto depende das características desenvolvimentais do próprio e das exigências e apoios deste novo contexto (Cunha *al.*, 2005; Santos *al.*, 2001). Assim, há uma elevada possibilidade da entrada na universidade contribuir para a emergência de dificuldades e crises desenvolvimentais, até então despercebidas, quer devido à menor exigência de autonomia e de trabalho, própria do ensino secundário, quer pelo ambiente mais securizante e menos impessoal, no qual o estudante se encontrava inserido até à sua entrada numa universidade (Almeida, *al.*, 2002; Freitas, *al.*, 2003; Monteiro, *al.*, 2007; Seco, *al.*, 2005; Shankland, *al.*, 2010).

Porém, o desafio subjacente à entrada para a universidade é percebido de diferente forma pelos alunos, podendo variar consoante a história de desenvolvimento, as capacidades

e as características pessoais dos estudantes. Assim, se for percebido pelo estudante como muito elevado, pode provocar respostas de inibição ou de desadaptação, originando dificuldades a nível das tarefas académicas, pessoais e sociais, e a nível do desenvolvimento vocacional do estudante. Quando o desafio é percebido como relativamente pequeno, pode promover no estudante sentimentos de segurança, de continuidade, de estabilidade, pouco favoráveis ao próprio desenvolvimento, pois colocam-no num nível mínimo de confronto e de exigência adaptativa (Costa, *al.*, 2008; Seco, *al.*, 2007). Com efeito, para que o ambiente universitário contribua para um crescimento positivo do estudante, é necessário que os desafios e os apoios (familiares, relacionais e institucionais), dentro dos contextos sociais, sejam adequados aos níveis de desenvolvimento do mesmo (Silva, *al.*, 2009).

Escreva texto ou o endereço de um Web site ou traduza um documento

- OuvirLer foneticamente Dicionário - Ver dicionário detalhado

TRADUZIR Q

Com efeito, é possível contribuir-se, de modo intencional, para o desenvolvimento do estudante universitário, em particular os do primeiro ano, sendo que tal pode ser conseguido através de dois níveis: na epistemologia e ciência pessoal, ou seja, diferentes formas de conceptualizar a realidade ou de pensar o conhecimento; e ao nível do auto-conceito, isto é, concepções pessoais mais autónomas (Santos, *al.*, 2001).

A AUTO-EFICÁCIA NA TRANSIÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

O conceito de auto-eficácia é central na teoria sócio-cognitiva. Previamente denominada como teoria da aprendizagem social, a sua renomeação, proposta por Bandura, nos anos 80 do século XX, deve-se a um aumento da importância dado a fenómenos psicossociais que vão para além dos aspectos tradicionais de aprendizagem e do condicionamento. Um dos principais objectivos desta teoria prende-se com o estudo da influência do pensamento auto-referente no funcionamento humano (Samssudin, 2009).

Ribeiro (1995) entende a auto-eficácia como um juízo pessoal que os indivíduos fazem acerca de quanto são capazes de organizar e promover actividades, em situações imprevisíveis e passíveis de gerar stress. Assim, a percepção de eficácia pode ter efeitos diversos no comportamento, nos padrões de pensamento, nos aspectos emocionais, e ainda, na escolha das actividades e dos ambientes ou situações (Ribeiro, 1995). A auto-eficácia assume-se, também, como uma variável cognitiva com uma função motivacional (Ribeiro, 1995).

De facto, a auto-eficácia desempenha um papel central na motivação do estudante, e deste modo, no contexto académico. Um aluno sente-se motivado a envolver-se no processo de aprendizagem se acreditar que os seus conhecimentos, aptidões e capacidades lhe vão permitir adquirir novos conhecimentos, dominar melhor um determinado conteúdo, aperfeiçoar as suas competências (Meneses, *al.*, 2009).

Santos (2000) concorda com esta perspectiva e acrescenta que, no âmbito académico, a auto-eficácia também pode ser entendida como a capacidade dos estudantes universitários elaborarem estratégias sociais, cognitivas e comportamentais com vista à concretização dos seus objectivos académicos, tratando-se assim, de factores que afectam a imagem que os alunos constroem de si enquanto estudantes, sendo que tal tem

implicações directas nos níveis de persistência nas tarefas e sucesso escolar conseguidos.

Nesta fase de grandes transformações e desafios, vividas tanto pelos alunos do 1º ano (gestão da mudança para um novo contexto académico mais exigente), como pelos finalistas de licenciatura (procura de uma actividade profissional adequada à formação adquirida e às expectativas pessoais ou familiares), as componentes académicas são determinantes na construção de uma imagem de si próprio enquanto sujeito competente e auto-eficaz, capaz de enfrentar novas aprendizagens académicas, de aprender a lidar com o fracasso, de persistir e de procurar a mestria pessoal (Faria, al., 2006).

Para além disso, a auto-eficácia correlaciona-se positivamente com as expectativas profissionais relativas às percepções que os estudantes têm acerca das suas capacidades, a base para a motivação humana, o bem-estar e as realizações profissionais. Desta forma, estudantes universitários com crenças de auto-eficácia positivas podem comprometer-se de modo mais activo com seu futuro profissional, através de comportamentos exploratórios vocacionais, ainda durante o período de formação académica. Por conseguinte, tais comportamentos consistem em acções presentes na preparação individual para escolha de uma carreira, tendo por objectivo obter informações sobre o sujeito da acção e sobre os contextos de interesse, a fim de orientar as acções futuras (Bardagi, al., 2010).

Neste contexto, o objectivo do presente estudo é avaliar a relação existente entre o grau de adaptação ao ensino superior e a auto-eficácia de alunos do primeiro ciclo de estudos da Universidade Fernando Pessoa.

2. MÉTODO

PARTICIPANTES

Foi estudada uma amostra não probabilística constituída por 264 estudantes, a frequentar, na Universidade Fernando Pessoa, o 1º Ciclo de estudos no ano lectivo de 2009/2010, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 54 anos ($M=22,22$, $DP=6,07$), a maioria do sexo feminino (cf. Quadro 1 e Quadro 2)

QUADRO 1. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO EM FUNÇÃO DO ANO

Ano			Sexo			
			Feminino		Masculino	
	n	%	n	%	n	%
1º ano	114	43,2 %	90	78,9 %	24	21,1 %
2º ano	79	29,9 %	57	72,2 %	22	27,8 %
3º ano	71	26,9 %	36	50,7 %	35	49,3 %

QUADRO 2. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA POR IDADE EM FUNÇÃO DO ANO

Ano			Idade			Máximo	Mínimo
			n	M	DP		
1º ano	114	43,2 %	114	19,5	2,2	31	18
2º ano	79	29,9 %	79	21,1	3,8	47	19
3º ano	71	26,9 %	71	27,8	8,3	54	20

MATERIAL

No presente estudo foram administrados os seguintes instrumentos de avaliação: Questionário Sócio-Demográfico (adaptado por Santos, al., 2009); Questionário de Vivências Académicas (QVA-r) (Almeida, al., 1999); Escala de Auto-eficácia Geral (Ribeiro, 1995).

Para compreender e operacionalizar os processos pessoais, interpessoais e institucionais experimentados pelos estudantes aquando da sua entrada no ensino superior, utilizou-se o formato reduzido do Questionário de Vivências Académicas (QVA-r), construído e validado para a avaliação da adaptação dos estudantes portugueses ao Ensino Superior (Almeida, et al., 1999).

A versão definitiva do formato reduzido do QVA (QVA-r) é constituída por 60 itens, num formato likert de cinco pontos, distribuídos por cinco dimensões (pessoal, interpessoal, carreira, estudo e institucional) consideradas pela literatura e pelos autores, como determinantes para a qualidade da adaptação académica dos estudantes académicos (Seco, et al., 2005).

A Escala de Auto-Eficácia Geral, elaborada por Sherer, Maddux, Mercante, Prentice – Dunn, Jacobs e Rogers, nos anos 80 do século XX, com o propósito de medir a auto-eficácia em jovens e adultos, foi adaptada por Ribeiro (1995).

A resposta aos 15 itens da escala (com 10 itens investidos) é realizada numa escala de tipo Likert de 7 pontos, podendo-se a partir daí calcular-se três factores/ dimensões: Iniciação e Persistência (IP), Eficácia Perante a Adversidade (EPA) e Eficácia Social (ES) (Ribeiro, 1995). A nota total e por dimensão corresponde à soma bruta dos itens, assim quanto mais baixa esta for, menor a percepção de eficácia (Ribeiro, 1995). A nota de cada item corresponde ao valor de um a sete: valor de “1” é atribuído à letra “A”, excepto naqueles itens invertidos; valor de 7 atribuído à letra “G”, excepto nos itens invertidos (Ribeiro, 1995).

PROCEDIMENTO

O presente estudo encontra-se integrado num estudo mais amplo para o qual já havia sido solicitada a autorização à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa e aos autores dos instrumentos utilizados.

Assim, após a obtenção das autorizações necessárias, as turmas foram seleccionadas por conveniência de acordo com a disponibilidade de horário, contactando-se por correio electrónico os docentes, solicitando-se a autorização para que a recolha de dados ocorresse no dia e na hora que considerassem mais oportunos, dando-se aos mesmos a possibilidade não só de recusar o pedido, como também de seleccionar uma semana que implicasse menor alteração das actividades lectivas planificadas pelos docentes.

A recolha de dados ocorreu durante os meses de Março, Abril e Maio de 2010. Procedeu-se à recolha de dados sobre as vivências académicas e a percepção de auto-eficácia, por recurso ao QVA-r e a Escala de Auto-eficácia Geral, junto dos estudantes, sendo anexado ao protocolo, um questionário de caracterização sócio-demográfica e da situação escolar, no sentido de obter dados mais específicos sobre a mesma.

Os estudantes preencheram o referido protocolo no contexto de sala de aula, privilegiando-se, as aulas práticas de algumas unidades curriculares numa tentativa de se conseguir o maior número possível de estudantes por turma.

Apresentados os objectivos do estudo e explicada a importância da colaboração dos estudantes, assim como prestados outros esclarecimentos (nomeadamente sobre a garantia da

confidencialidade e do anonimato das respostas dadas), os estudantes poderiam optar por preencher, ou não, o mesmo, sendo ainda livres de desistirem em qualquer momento, mesmo após o seu consentimento inicial. Os estudantes que deram o seu consentimento informado responderam ao protocolo de forma colectiva, tendo o tempo médio de resposta rondado os quarenta e cinco minutos.

3. RESULTADOS

Pela leitura do Quadro 2 verifica-se que as pontuações totais das escalas QVA-r e de Auto-eficácia revelam uma correlação estatisticamente significativa positiva e elevada, ou seja, os estudantes que apresentam um elevado nível de auto-eficácia tendem a evidenciar uma elevada adaptação à vida académica.

Existe uma correlação estatisticamente significativa positiva entre a Auto-eficácia total e as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira”, “Estudo” e “Institucional”, sendo que a correlação entre a Auto-eficácia total e as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira” e “Estudo” é moderada, e a correlação entre a Auto-eficácia total e a dimensão “Institucional” é fraca. Assim, os estudantes que apresentam um elevado nível de auto-eficácia apresentam uma maior confiança em si próprios, têm mais facilidade em estabelecer relações interpessoais e, na integração grupal, identificam-se mais facilmente com o curso, são mais capazes de organizar o trabalho e gerir o tempo, e estão também melhor adaptados ao funcionamento da própria instituição.

Verifica-se a existência de uma correlação estatisticamente significativa positiva entre a dimensão “Iniciativa e Persistência”, da escala de Auto-eficácia, e o QVA-r total, as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira”, “Estudo” e “Institucional”. A correlação entre a dimensão “Iniciativa e Persistência” e o total da escala QVA-r e as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira” e “Estudo” é uma correlação positiva moderada. Por outro lado, verifica-se a existência de uma correlação positiva fraca entre a dimensão “Iniciativa e Persistência” e a dimensão “Institucional”. Assim, os estudantes que apresentam uma maior iniciativa e persistência nas tarefas evidenciam também uma maior confiança em si próprios, maior facilidade em estabelecer relações interpessoais e na integração do grupo. Para além disso, são estudantes que se identificam mais facilmente com o curso, são mais capazes de organizar o trabalho e gerir o tempo, e ainda estão melhor adaptados ao funcionamento da própria instituição.

Pode-se constatar a existência de uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre a dimensão “Eficácia Perante Adversidade”, da escala de Auto-eficácia, total da escala QVA-r e as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira” e “Estudo”, esta assume-se como moderada. Por seu turno, constata-se a existência de uma correlação estatisticamente significativa positiva e fraca entre a dimensão “Eficácia Perante Adversidade”, da escala de Auto-eficácia e a dimensão “Institucional” da escala QVA-r. Deste modo, os estudantes que revelam uma maior eficácia perante adversidade também apresentam uma maior confiança em si próprios, maior facilidade em estabelecer relações interpessoais e na integração grupal, maior identificação com o curso, melhor organização do trabalho e gestão do tempo, e ainda melhor adaptação ao funcionamento da própria instituição.

É possível verificar, ainda, uma correlação estatisticamente significativa positiva entre a dimensão “Eficácia Social” da escala de auto-eficácia, o total da escala do QVA-r e as dimensões “Pessoal”, “Interpessoal”, “Carreira”, “Estudo” e “Institucional”. A correlação entre a dimensão “Eficácia Social”, o total da escala do QVA-r e a dimensão “Interpessoal” assume-se como moderada. Por seu lado, a correlação entre a dimensão “Eficácia Social” e as dimensões “Pessoal”, “Carreira”, “Estudo” e “Institucional” apresenta uma baixa magnitude. Assim, podemos concluir que a eficácia social é um factor que apresenta alguma relevância no processo de adaptação à universidade, pois possivelmente permite que os jovens possam experimentar maior bem-estar e mais confiança em si próprios, maior satisfação com as relações pessoais estabelecidas, maior satisfação com o curso, melhor organização do trabalho e gestão do tempo, e ainda melhor adaptação ao funcionamento da própria instituição.

QUADRO 3. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ADAPTAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR E A AUTO-EFICÁCIA

Auto-eficácia	QVA-r					
	Total	Pessoal	Interpessoal	Carreira	Estudo	Institucional
	r = 0,739** p = 0,0001	r = 0,595** p = 0,0001	r = 0,632** p = 0,0001	r = 0,472** p = 0,0001	r = 0,517** p = 0,0001	r = 0,365** p = 0,0001
	r = 0,668** p = 0,0001	r = 0,614** p = 0,0001	r = 0,517** p = 0,0001	r = 0,401** p = 0,0001	r = 0,444** p = 0,0001	r = 0,309** p = 0,0001
	r = 0,603** p = 0,0001	r = 0,457** p = 0,0001	r = 0,433** p = 0,0001	r = 0,427** p = 0,0001	r = 0,455** p = 0,0001	r = 0,297** p = 0,0001
	r = 0,530** p = 0,0001	r = 0,375** p = 0,0001	r = 0,622** p = 0,0001	r = 0,289** p = 0,0001	r = 0,287** p = 0,0001	r = 0,223** p = 0,0001

4. DISCUSSÃO

Na discussão, pretende-se efectuar uma síntese e análise crítica dos resultados obtidos, confrontando-os entre si e com o enquadramento teórico que orientou o presente estudo, procurando-se enfatizar o seu significado e implicações.

Os dados obtidos sugerem que os estudantes apresentam uma maior vontade para iniciar e concluir uma acção, e para persistir na mesma perante situações adversas, apresentam elevadas expectativas perante situações sociais. Também são estudan-

tes que evidenciam uma maior confiança em si próprios, têm mais facilidade em estabelecer relações interpessoais e na integração grupal, identificam-se mais facilmente com o curso, são mais capazes de organizar o trabalho e gerir o tempo, e ainda estão melhor adaptados ao funcionamento da própria instituição. Os estudos encontrados na literatura sugerem que a Auto-eficácia no ensino superior se relaciona positiva e significativamente com a adaptação académica (Guerreiro, 2007). Assim, de acordo com a pesquisa da literatura realizada por Guerreiro (2007) é possível constatar-se que a auto-eficácia no ensino superior influencia directa e indirectamente o envolvimento, a persistência, a memória e o desempenho, estando ainda correlacionada com a motivação do estudante, com o controle e a valorização da aprendizagem percebida, com a persistência, com a cooperação aos colegas, com a habilidade de pensamento crítico e a habilidade profissional.

Outros estudos indicam que a auto-eficácia e a adaptação académica se assumem como importantes variáveis para a permanência e o sucesso académico, bem como para a magnitude do desenvolvimento e da mudança promovida pela frequência ao respectivo nível de ensino (Byer, 2002; Kennedy, Scheckely, al., 2000).

Contudo, sabe-se que a auto-eficácia no contexto académico não é um construto estático, mas sim um construto que pode variar em nível dependendo das dinâmicas relações triádicas estabelecidas entre os aspectos pessoais do estudante, o seu comportamento e o ambiente no qual se encontra inserido. O mesmo aplica-se à adaptação ao ensino superior, a qual também é entendida como um construto dinâmico, que integra relação a dinâmica entre os estudantes, com os respectivos aspectos internos, e a vivência académica, com seus aspectos ambientais (Guerreiro, 2007).

Assim, ressalta-se a importância do conhecimento desta relação entre a auto-eficácia e adaptação académica para o processo multidimensional de formação do estudante universitário, de modo que este conhecimento possa contribuir para o desenvolvimento de acções institucionais intencionais, estimulando as capacidades cognitivas e as habilidades auto-reguladoras dos estudantes fundamentais para a resolução de problemas complexos inerentes ao mundo globalizado (Guerreiro, 2007).

CONCLUSÃO

Esta investigação pretendeu dar um contributo para a compreensão das relações existentes entre vivências académicas e auto-eficácia dos estudantes universitários.

O ingresso no ensino superior é uma situação de desafio e um processo de mudança. Este processo de mudança, constituído por transições e adaptações, decorre simultaneamente com um processo de separação e individuação (Preto, 2003). Deste modo, a capacidade do estudante ser bem sucedido neste processo dependerá de factores internos e pessoais, mas também das características da instituição de ensino superior que o acolhe (Preto, 2003).

Tal como sugere a literatura, a adaptação e a auto-eficácia assumem-se como construtos positivamente relacionados com uma transição eficaz, com uma maior motivação e disponibilidade para o processo de aprendizagem, com maior qualidade e eficácia na utilização do potencial cognitivo, o que conduz a realizações melhoradas e, em última instância, ao sucesso académico (Stocker, al., 2009).

Neste sentido, importa também incrementar as crenças de auto-eficácia dos estudantes no próprio contexto de sala de aula, sendo que para tal é necessário que estes sejam orienta-

dos pelos docentes de modo a realizarem tarefas que representem objectivos ou metas a serem cumpridas. Ora, tais tarefas ou metas terão efeito motivacional, e consequentemente efeito na auto-eficácia, se possuírem três características: devem ser próximas, ou seja, tarefas que possam ser cumpridas num curto espaço de tempo, de modo a que os estudantes possam experimentar êxito e progresso sucessivo com mais probabilidade do que no caso de metas de longo prazo (e.g. pequenos trabalhos a realizar no próprio contexto de aula com orientação do docente); devem ser específicas, isto é, bem definidas em seus detalhes de cumprimento, não podendo ser genéricas ou vagas, para que o estudante possa mais facilmente avaliar as suas capacidades relativamente ao cumprimento da tarefa; grau adequado de dificuldade, pois desafios mais difíceis, desde que acessíveis mediante o esforço, que favorecerão a percepção sobre as verdadeiras capacidades (Bzuneck, 2001).

Assumindo-se tais considerações, sugere-se a aplicação do projecto intitulado “Cartas de Gervásio ao Seu Umbigo” (Rosário, al., 2006), pelo facto deste se encontrar orientado para o debate com estudantes do 1º ano da universidade sobre aspectos relacionados com as estratégias e os processos de auto-regulação da aprendizagem, dotando-os de ferramentas para conseguirem enfrentar as tarefas de aprendizagem com maior qualidade. As “Cartas de Gervásio ao Seu Umbigo” consistem num conjunto de cartas de um estudante do 1º ano, o Gervásio, dirigidas ao seu Umbigo, sendo que em tais textos, este reflecte sobre algumas das suas experiências vividas no contexto académico, destacando o papel das estratégias e dos processos de auto-regulação na sua aprendizagem (Rosário al., 2006).

Apesar destas cartas seguirem uma determinada lógica e de cada uma estar orientada preferencialmente para uma fase específica do processo auto-regulatório, este projecto foi delineado para permitir a selecção das mesmas, sem que tal provocasse a desorganização da estrutura conceptual. Também o carácter não formatado das sessões (cartas), sem tempos rígidos ou actividades normalizadas, apela à reflexão metacognitiva e à construção de um percurso auto-regulatório pessoal. Ainda, as pistas de trabalho, a propósito de cada carta, apresentam um conjunto de sugestões para desenvolver as competências auto-regulatórias (Rosário al., 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L. S., al. (2007). Rendimento académico no Ensino Superior: estudo com alunos do 1º ano. In: Revista Galeco – Portuguesa de Psicologia e Educación, vol.1, no.14, pp.207-220.
- Almeida, S. L., al. (2002). Questionário de Vivências Académicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. In: Avaliação Psicológica, vol.2, no.1, pp.81-93.
- Almeida, L.S., al. (1999). Questionário de Vivências Académicas: Construção e validação de uma versão reduzida (QVA-r). In: Revista Portuguesa de Pedagogia, vol.33, no.3, pp.181- 207.
- Bardagi, M., al. (2010.). Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários conculintes. In: Avaliação, vol.1, no.15, pp.41-56.
- Bzuneck, J. A. (2001). As Crenças de Auto-Eficácia e o seu Papel na Motivação do Aluno. In: Boruchovitch, E., al. (Orgs.). A Motivação do Aluno: Contribuições da Psicologia Contemporânea, pp.116-133. [Em linha]. Disponível em <http://des.emory.edu/mfp/Bzuneck2.pdf>.

- Byer, J.L. (2001) The effects of college students' perceptions of teaching and learning on academic self-efficacy and course evaluations. Paper presented at the Annual Meeting of the Mid-South Educational Research Association, Little Rock. [Em linha]. Disponível em <http://www.eric.ed.gov>.
- Costa, E., al. (2008). Um olhar sobre a saúde psicológica dos estudantes do ensino superior – Avaliar para intervir. In: Leal, I., al. (Eds.). Actas do 7º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, pp.213-216.
- Cunha, S., al. (2005). O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento académico. In: Psicologia Educacional e Escolar, vol.2, no.9, pp.215-224.
- Faria, L., al. (2006). O auto-conceito de competência na transição do secundário para a universidade. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 3, 225-235. [Em linha]. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/624/1/225-235FCHS2006-4.pdf>.
- Fernandes, E., al. (2005). Expectativas e vivências académicas: impacto no rendimento dos alunos do primeiro ano. In: Psychologia, vol.40, pp.267-278.
- Ferreira, J., al. (2001). Adaptação académica em estudante do 1º ano: diferenças de género, situação de estudante e curso. In: Psico-USF, vol.1, no.6, pp.1-10.
- Freitas, A., al. (2003). Integração do (a)s aluno(a)s do 1º ano na Universidade do Minho. In: Revista Galeco - Portuguesa de Psicologia e Educación, vol.8, no.7, pp. 1138-1663.
- Guerreiro, D.C. (2007). Integração e auto-eficácia na formação superior na percepção de ingressantes: mudanças e relações. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. [Em linha]. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000422520&fd=y>.
- Kennedy, P.W., al. (2000). The Dynamic Nature of Student Persistence: Influence of Interactions between Student Attachment, Academic Adaptation, and Social Adaptation. In: Kanarek, E. (Org.). Information for the Next 100 Year. 40th Annual Forum of Association for Institutional Research, Cincinnati.
- Meneses, R.F. al. (2009). Auto-eficácia de estudantes do 1º ano de cursos superiores de saúde pós-bolonha. In: Revista da Faculdade de Ciência da Saúde, vol.6, pp.474- 484. [Em linha]. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1298/1/474-484_FCS_06_-11.pdf.
- Monteiro, S., al. (2005). Rendimento académico: influência dos métodos de estudo. In: Centro de Investigação em Educação (Ed.). Actas do VIII Congresso Galaico Português de PsicoPedagogia Braga, Minhografe – Artes Gráficas, Lda., pp.3505-3516.
- Pereira, A., al. (2006). Sucesso e desenvolvimento psicológico no Ensino Superior: Estratégias de intervenção. In: Análise Psicológica, vol.1, no.24, pp.51-59.
- Pinheiro, M. (2003). Uma época especial: suporte social e vivências académicas na transição e adaptação ao ensino superior (Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra). [Em linha]. Disponível em <http://www.fpce.uc.pt/pessoais/pinheiro/trabalhos/001%20INDICE%20ROS%204.pdf>.
- Preto, L. (2003, Maio). O desenvolvimento da autonomia como factor de adaptação ao Ensino Superior. In: Referência, vol.10, pp.63-71.
- Ribeiro, J.L.P. (1995) Adaptação de uma escala de avaliação da auto-eficácia geral. In Almeida, L.S., al. (Eds.). Avaliação Psicológica: Formas e contextos. [Em linha]. Disponível em <http://www.fpce.up.pt/docentes/paisribeiro/testes/EFICACIA.htm>.
- Rosário, P., al. (2006). Comprometer-se com o estudar na Universidade: Cartas do Gervásio ao seu Umbigo. Coimbra, Almedina.
- Samssudin, S.(2009). Relação entre as crenças de auto-eficácia e o apoio social na transição para o trabalho em estudantes finalistas do ensino superior. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. [Em linha]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/902/1/18396_ulsd_dep.17714_Dissertacao_Sara_Samssudin.pdf.
- Santos, L., al. (2001). Vivências académicas e rendimento escolar: Estudo com alunos universitários do 1.º ano. In: Análise Psicológica, vol.2, no.19, pp.205-217.
- Santos, L. (2000). Vivências académicas e rendimento escolar: estudo com alunos universitários do 1º ano. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho. [Em linha]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/206>.
- Seco, G., al. (2007). Construindo pontes para uma adaptação bem sucedida ao ensino superior: implicações práticas de um estudo. In: Sousa, J.M., al. (Orgs.). IX Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. [Em linha]. Disponível em http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/18/1/texto_SPCE%20Funchal.pdf.
- Seco, G., al. (2005). Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: pontes e alçapões. [Em linha]. Disponível em <http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/55/1/ESTUDO%20IPL%20REVISTA%20UBI.pdf>.
- Shankland, R., al. (2010). Student adjustment to higher education: the role of alternative educational pathways in coping with the demands of student life. In: Springer Science & Business Media B.V, vol.3, no.59, pp.353–366.
- Silva, S. al. (2009). Família e ensino superior: que relação entre dois contextos de desenvolvimento?. Exedra. 1. [Em linha]. Disponível em <http://www.exedrajournal.com/docs/01/101-126.pdf>
- Soares, A., al. (2006). Modelo Multidimensional de Ajustamento de jovens ao contexto Universitário (MMAU): Estudo com estudantes de ciências e tecnologias versus ciências sociais e humanas. In: Análise Psicológica, vol.1, no.24, pp.15-27.
- Stocker, J., al. (2009). Auto-conceito e adaptação ao ensino superior: estudo diferencial com alunos da Universidade do Porto. In B.Silva, L. Almeida & A. Lozano (Orgs.). Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. [Em linha]. Disponível em <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/t9/t9c302.pdf>.

RESPONSIVENESS - A IMPORTÂNCIA DA DIGNIFICAÇÃO DOS UTENTES NOS CUIDADOS DE SAÚDE

ANA SOARES

ASSOCIAÇÃO PARA A SEGURANÇA DOS DOENTES, APASD
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

ISABEL SILVA

ASSOCIAÇÃO PARA A SEGURANÇA DOS DOENTES, APASD
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL
CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS,
DA LINGUAGEM E DO COMPORTAMENTO - CECLICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A World Health Organization introduziu um novo quadro para a avaliação do desempenho do sistema de saúde, que inclui a responsividade deste sistema às legítimas expectativas da população. A perspectiva do utilizador dos cuidados de saúde tem sido, cada vez mais, reconhecida como um importante indicador sobre o desempenho dos serviços e sistemas de saúde, bem como para orientações sobre melhoria dos serviços. No presente capítulo discute-se a definição deste conceito e a sua importância para os cuidados de saúde.

ABSTRACT

The World Health Organization introduced a new framework for evaluating the performance of health systems, including the responsiveness of this system to the legitimate population's expectations. The user's of health care perspective has been increasingly recognized as an important indicator of the performance of health systems and services, as well as guidance for their improvement. This chapter discusses the definition of responsiveness and its importance to the health care system.

INTRODUÇÃO

"The health of all peoples is fundamental to the attainment of peace and security and is dependent upon the fullest cooperation of individuals and States".

United Nations, World Health Organization Interim Commission (1947, p.13)

A actividade organizada da sociedade pode ser dividida em vários sistemas tais como educação, saúde, económico, ou político. Para cada um destes sistemas existe um objectivo definido - a razão pela qual o sistema existe. O objectivo definido para o sistema de saúde é melhorar a saúde da população. Em adição ao objectivo definido, existem outros dois objectivos comuns a todos os sistemas. Estes são a capacidade de resposta do sistema às expectativas legítimas da população e a equidade na contribuição financeira necessária para fazer o sistema funcionar (Murray, & Evans, 2003; Murray, & Frenk, 2000).

Para todos os sistemas e objectivos definidos, a população tem expectativas sobre como as instituições e os agentes devem interagir com ela enquanto tentam alcançar o objectivo. Por exemplo, no domínio da saúde, os direitos humanos são respeitados? Até que ponto os indivíduos são autónomos e en-

volvidos nas decisões? As pessoas são tratadas com dignidade? (Murray, & Frenk, 2000).

Deste modo, o World Health Report, em 2000, introduziu um novo quadro para a avaliação do desempenho do sistema de saúde e iniciou um processo de trabalho e análise científica mais rigoroso sobre este tema. A ênfase no objectivo de ter sistemas de saúde responsivos está em linha com o trabalho desenvolvido pela WHO, nomeadamente com a Strategy on Health and Human Rights e outras alianças gerais da ONU, como o International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights de que muitos membros da WHO são signatários (WHO, 2001).

A perspectiva do utilizador tem sido, cada vez mais, reconhecida como um importante indicador sobre o desempenho dos serviços e sistemas de saúde, bem como para orientações sobre melhoria dos serviços (Cleary, 1999). Os utilizadores são a principal fonte de dados com informações sobre o respeito e dignidade com os quais são tratados (Cleary, 2003). A perspectiva do utilizador é particularmente importante quando se pretende tornar os serviços de saúde mais responsivos às suas expectativas. Neste contexto, a WHO desenvolveu o conceito de responsividade (responsiveness) do sistema de saúde, definindo-o como a capacidade do sistema de cuidados de saúde para responder às expectativas legítimas dos utilizadores dos serviços sobre questões não-clínicas (WHO, 2000). Assim, a

WHO redefiniu e ampliou o conceito de experiência do doente para abranger não só o processo interpessoal entre médico e doente ou utente, mas também a interacção entre o sistema de saúde e a população que serve. Este conceito foi definido como responsividade (Murray, & Frenk, 2000; Valentine et al., 2003; WHO, 2000).

1. DEFININDO RESPONSABILIDADE

Na criação da WHO, em 1948, saúde foi definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade” (WHO, 2006, p.1). Foi reconhecido que o sistema de saúde deve atender às necessidades médicas dos indivíduos, mas deve também focar outros factores que afectam o seu bem-estar, uma tradição que tem continuado desde então (Valentine et al., 2003).

Quando os indivíduos interagem com o sistema de saúde, isso influencia o seu bem-estar. É óbvio que uma forma de alcançar o bem-estar é através de melhorias na saúde, mas o bem-estar é também ele influenciado por outros aspectos da interacção pessoal dos indivíduos com o sistema de saúde. A WHO define os aspectos relacionados com a forma como os indivíduos são tratados e o ambiente no qual são tratados como “responsiveness” (responsividade) (Valentine et al., 2003).

A responsividade no contexto dos sistemas de saúde foi definida como “o resultado que pode ser alcançado quando as instituições de saúde e relações institucionais são projectadas de tal forma que estão conscientes de, e respondem apropriadamente, às expectativas individuais universalmente legítimas” (De Silva, 2000; Darby et al., 2000).

Os indivíduos que são tratados com respeito e cuidados num ambiente agradável são susceptíveis de responder melhor aos conselhos oferecidos por prestadores de saúde no curso do diagnóstico e tratamento. Este facto pode contribuir para melhorar os resultados do tratamento (Murray, & Frenk, 2000; Valentine et al., 2003). A investigação revela mesmo que certos domínios de responsividade, como comunicação, dignidade e autonomia, têm um impacto positivo nos resultados do tratamento (Clever et al., 2007; Loh et al., 2007). Um sistema de saúde responsivo (“responsive”), contribui para a promoção da saúde ao favorecer a procura atempada de cuidados, ao estimular os indivíduos a serem mais abertos nas suas interacções com os prestadores de cuidados de saúde, e a melhor assimilarem as informações de saúde (Darby et al., 2000; Valentine et al., 2003). Sistemas de saúde responsivos podem, igualmente, contribuir para a utilização dos serviços de saúde através da redução de barreiras, tornando-se a responsividade um forte determinante na confiança nestes (Gilson, 2003).

2. DOMÍNIOS DE RESPONSABILIDADE

Embora o conceito de responsividade seja caracterizado por múltiplos domínios, a sua operacionalização exige a selecção de um conjunto de domínios que seja aplicável a todos os sistemas de saúde (Valentine et al., 2003). Estes domínios não-clínicos são de importância “universal”, o que significa que são importantes para todos os seres humanos, independentemente da cultura, sexo, ou idade - questão controversa no momento (Mooney, & Wiseman, 2000). Para responder à questão sobre o que é valorizado pelas pessoas na sua interacção com

o sistema de saúde, a investigação centrou a sua análise nas disciplinas de Sociologia, Antropologia, Economia de Saúde, serviços de saúde e gestão, Ética, direitos humanos e direitos dos doentes. A partir deste processo, foi identificado um conjunto de oito domínios que se acredita captar, de uma forma mais compreensiva, o conceito de responsividade. Entre estes compreendem-se a autonomia, escolha, comunicação, confidencialidade, dignidade, atenção imediata, qualidade de serviços básicos, e apoio (acesso à família e apoio comunitário) (De Silva, 2000; De Silva, & Valentine, 2000; Murray, & Frenk, 2000; Valentine et al., 2003).

Deste modo, sugere-se que a responsividade tem dois componentes principais. O primeiro, designado “respeito pelas pessoas”, capta aspectos da interacção dos indivíduos com o sistema de saúde e tem, frequentemente, uma importante dimensão ética. O segundo, designado “orientação para o cliente”, inclui vários aspectos da satisfação dos consumidores (Murray, & Frenk, 2000).

2.1. RESPEITO PELAS PESSOAS

O respeito pelas pessoas contempla quatro aspectos distintos: o respeito pela dignidade, o respeito pela autonomia individual, o respeito pela confidencialidade relativamente a informação pessoal, clareza da comunicação

2.1.2. RESPEITO PELA DIGNIDADE

Dignidade deriva do Latim *dignus*, que significa digno, definido como “o estado de ser digno de honra e respeito” (Allen, 1990). O domínio de dignidade refere-se a receber cuidados num espaço de forma respeitosa, carinhosa, não-discriminatória (De Silva, 2000). A WHO define a dignidade como o direito de um indivíduo que requer cuidados ser tratado como uma pessoa no seu próprio direito e não meramente como um doente que, devido à assimetria de informação e incapacidade física, rescindiu o seu direito de ser tratado com dignidade (De Silva, 2000).

Existe uma relação próxima entre a dignidade e os domínios de comunicação, atenção imediata e confidencialidade. A forma como o prestador de cuidados de saúde comunica com um indivíduo, atende às suas necessidades atempadamente, e mantém a confidencialidade sobre qualquer resultado médico, suporta a dignidade individual (Valentine et al., 2003). Por outro lado, a privacidade durante os exames médicos também revelou ser importante para encorajar os indivíduos a utilizar os serviços de saúde (Gilson, Alilio, & Heggenhougen, 1994).

Na revisão da literatura sobre as prioridades dos doentes no atendimento de clínica geral, Hall e Dornan (1998) descobriram que muitas das listas de prioridades continham o desejo de “humanidade” nas interacções no sistema de saúde.

A dignidade é tão relevante na área da saúde pública, como em interacções entre um doente e um prestador. Esta questão é importante também nos casos de educação para a saúde e disseminação de informação. A preparação de folhetos ou cartazes precisam de ter em consideração os aspectos emocionais da estigmatização que podem resultar da redacção insensível (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003). Assim, os prestadores de cuidados de saúde são responsáveis por tratar os indivíduos com dignidade, devendo também, ao nível do sistema, existir legislação apropriada para facilitar a execução deste tipo de tratamento. Para além do sistema legislativo, as Cartas do Doente e orientações desenvolvidas em conjunto com profissionais de saúde, ajudam a assegurar que todos os indivíduos sejam tratados com dignidade nos serviços de saúde.

O sistema de educação em saúde pode desempenhar um papel importante na formação do prestador de modo a que este trate os doentes e consumidores atendendo aos seus direitos. O uso de incentivos positivos também tem um impacto no comportamento do prestador relativamente aos doentes (Valentine et al., 2003).

Jacobson (2009) procurou compreender a violação da dignidade nos cuidados de saúde e explorar o contexto em que tais violações ocorrem. A autora verificou que a violação da dignidade na assistência à saúde ocorre através de processos de grosseria/indelicadeza, indiferença, condescendência, demissão, desrespeito, dependência, intrusão, objectificação, restrição, rotulagem, desprezo, discriminação, afastamento, privação, agressão e humilhação. As condições que promovem estes processos residem nas posições dos actores envolvidos; nas relações assimétricas entre os actores; no ambiente de saúde em si, que é caracterizado por múltiplas tensões – incluindo aquelas envolvidas entre as necessidades e os recursos, de crise e de rotina, experiência e conhecimentos, e retórica/teoria e realidade; e na inserção de cuidados de saúde numa ordem social mais ampla de desigualdade. Estas descobertas dão pistas importantes para intervir no sentido de atenuar a violação da dignidade dos cuidados de saúde.

2.1.2. RESPEITO PELA AUTONOMIA INDIVIDUAL

Autonomia deriva da palavra Grega *autos* (eu) e *nomos* (lei). Tem duas componentes: tomada de decisão e o sistema de valores sobre o qual as decisões são tomadas (Valentine et al., 2003). Também é definida como “a liberdade da vontade” (Allen, 1990). Na filosofia, este conceito refere-se a ser auto-determinado em vez de determinado pelo exterior (Valentine et al., 2003). Em ética, autonomia é a noção de que as regras éticas devem estar ligadas à razão, ao invés de impostas a alguém (Vesey, & Foulkes, 1990). Autonomia no contexto médico exige aos profissionais de saúde um permanente dever de respeito, e por vezes, a obrigação de ajudar a promover a livre escolha dos doentes (Hebert, 1996).

A definição de autonomia da WHO centra-se particularmente no desejo dos doentes de lhes ser dada uma escolha no que diz respeito ao tratamento (De Silva, 2000). Isto implica que um sistema será descrito como mais responsivo se os prestadores discutirem com os doentes todos os protocolos de tratamento relevantes com uma explicação dos seus relativos méritos, ao invés de simplesmente recomendarem a opção escolhida pelo prestador (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003). Tendo estes factores em conta, a autonomia é definida para focar quatro questões: (1) a necessidade de proporcionar informação aos indivíduos (e seus familiares, se for o caso) sobre o seu estado de saúde e riscos, e sobre opções de tratamento alternativas; (2) necessidade de envolver os indivíduos (e familiares, se for o caso) no processo de tomada de decisão na medida em que desejam que tal ocorra; (3) a necessidade de obter o consentimento informado no contexto de exames de diagnóstico e tratamento; e (4) o direito dos doentes orientados e conscientes a recusar tratamento para si próprios (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

A questão da autonomia é mais complicada no caso de algumas culturas. Esta contradição relativa ao contexto cultural impõe um dilema quando se pretende determinar uma norma universal em relação a este aspecto da autonomia (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

2.1.3. RESPEITO PELA CONFIDENCIALIDADE RELATIVAMENTE A INFORMAÇÃO PESSOAL

Confidencialidade é definida como sendo confiada de segredos (Allen, 1990). É comparada à privacidade, que foi definida como a afirmação de um indivíduo para controlar as condições sob as quais informações pessoais - informações identificáveis, relativas a um indivíduo - são adquiridas, divulgadas e utilizadas (Lowe, & Havens, 1998).

Enquanto domínio da responsividade, está relacionada com três áreas específicas: (1) a privacidade no ambiente em que as consultas são realizadas por profissionais de saúde; (2) o conceito de “comunicação privilegiada” e (3) a confidencialidade dos registos médicos e informações sobre os indivíduos (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

Os indivíduos consideram que a confidencialidade requer dos profissionais de saúde manter segredo sobre a natureza da sua doença em relação a outros que não estejam implicados no seu tratamento. A noção de não permitir que outros oiçam a conversa durante a consulta também é valorizada, assim como a preocupação dos registos médicos serem mantidos em segredo. Por sua vez, a comunicação privilegiada refere-se ao facto dos indivíduos divulgarem informações sobre si próprios aos profissionais de saúde com a convicção de que esta informação será confidencial. A confidencialidade dos registos médicos é dependente da orientação e formação dos profissionais de saúde, e independentemente dos registos serem feitos em forma electrónica ou em papel (Valentine et al., 2003).

Os profissionais de saúde, por vezes, enfrentam um dilema entre salvaguardar a confidencialidade do doente e a necessidade de informar outras pessoas, particularmente em casos de doenças transmissíveis, em que é importante rastrear a fonte de infecção e tratar outras pessoas que possam precisar, assim como proteger outras pessoas de se infectarem (Denley, & Smith, 1999). Neste último caso, a ênfase tem sido colocada em educar as pessoas sobre os riscos envolvidos em tipos particulares de infecções, e em encorajar as pessoas a partilhar voluntariamente a informação com os outros em risco. A responsabilidade da divulgação em tais casos, seria colocada no doente, mas os prestadores de cuidados de saúde podem desempenhar o papel de inspirarem tais movimentos. Nos casos em que garantir a autonomia individual põe os outros em perigo (como no caso de grandes ameaças à saúde pública), existem recursos estabelecidos aos princípios da lei internacional dos direitos humanos para decidir sobre a divulgação de informação pessoal (Valentine et al., 2003).

2.1.4. CLAREZA DA COMUNICAÇÃO

A clareza da comunicação é definida como a clareza em transmitir informação. Como um domínio da responsividade, inclui a noção de que o prestador explica claramente ao doente e família (se for o caso) a natureza da doença, detalhes do tratamento requerido e opções. Inclui também disponibilizar tempo para os doentes compreenderem os seus sintomas e colocarem questões (Valentine et al., 2003).

O domínio da comunicação aplica-se a todos os tipos de contactos entre a população e o sistema de saúde, e não só às interações clínicas entre o doente e o prestador. Assim como outros domínios, a comunicação pode melhorar os resultados de saúde uma vez que as pessoas são mais propensas a receber informação se o sistema comunicar bem. No entanto, a boa comunicação também é valorizada por si própria pelos utentes e doentes, e é por esta razão que a comunicação é incluída como um domínio da responsividade (Valentine et al., 2003).

2.2. ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE

O segundo componente da responsividade, designado “orientação para o cliente”, inclui vários aspectos da satisfação dos consumidores (Murray, & Frenk, 2000) e contempla quatro factores: atenção imediata às necessidades de saúde, qualidade dos serviços básicos, acesso ao apoio familiar e comunitário, escolha de instituições e indivíduos prestadores de cuidados.

2.2.1. ATENÇÃO IMEDIATA ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE

Atenção imediata é definida como os cuidados prestados prontamente ou logo que seja necessário (Allen, 1990). Este domínio inclui o conhecimento das pessoas de que podem ter acesso a cuidados rápidos em emergências, curtos períodos de tempo de espera para receber tratamento e cirurgia mesmo nos casos de não emergências, horários e modos de acesso a intervenções de saúde públicas mais convenientes, serviços com uma distância de viagem fácil, e serviços de acompanhamento (Valentine et al., 2003).

Estas dimensões não estão limitadas apenas aos serviços médicos pessoais. A falta de atenção imediata em relação aos processos administrativos em torno de uma consulta também pode afectar o bem-estar. Por exemplo, atrasos na regularização dos sinistros de seguros, ou de emissão de certidões de nascimento e de atestados de óbito, podem ser uma fonte de ansiedade (Collins, 1996). É também importante no contexto de serviços não pessoais, como questões de saúde pública, que devem ser comunicadas de forma rápida, particularmente em áreas com surtos de doenças (Okware et al., 2002). Do mesmo modo, informação sobre medidas preventivas que podem ser tomadas para evitar a doença devem ser acessíveis, assim como as mensagens de educação em saúde devem ser fornecidas atempadamente (Valentine et al., 2003).

A atenção imediata pode ser limitada por pelo menos dois factores: a escassez de recursos (como, por exemplo, pessoas), bem como a falta de um mecanismo eficiente para facilitar os fluxos de trabalho ao longo do tempo (Valentine et al., 2003). A acessibilidade geográfica é particularmente importante, assim como a capacidade de aceder rapidamente a cuidados de saúde em caso de emergência, tendo em conta a distância, disponibilidade de transporte e acessos. Essa acessibilidade reduz a tensão e incerteza das pessoas, contribuindo directamente para o bem-estar (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

2.2.2. QUALIDADE DOS SERVIÇOS BÁSICOS

O domínio de qualidade de serviços básicos refere-se à disponibilização de uma infra-estrutura física e de um ambiente favorável a cuidados (De Silva, 2000). Este aspecto está relacionado com a medida em que a infra-estrutura física de uma unidade de saúde é acolhedora e agradável (Allen, 1990). A qualidade de serviços básicos inclui aspectos como um ambiente limpo, a manutenção regular, mobiliário adequado, ventilação suficiente, água potável, sanitários limpos, roupas limpas, alimentos saudáveis (De Silva, 2000). Estes serviços são algumas vezes denominados “comodidades de hotel” (Draper, & Hill, 1996). Neste sentido, limpeza e conforto são considerados os elementos essenciais neste domínio. Assim, este domínio está relacionado com as instalações de saúde (quer seja de consulta externa ou de internamento), quer a prestação de serviços esteja relacionada com a promoção, prevenção, tratamento ou reabilitação.

2.2.3. ACESSO AO APOIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

O acesso do doente à sua família e outras redes de apoio comunitário durante o atendimento contribui para o bem-estar daquele (De Silva, 2000; Kruse, Rohland, & Wu, 2002). As pessoas que apoiam o doente ajudam a suportar alguma da carga da doença e suas consequências, assim como lhe dão força e o encorajam (Tekle, Mariam, & Ali, 2002; Tomaszewska et al., 1996).

Estudos, como o apresentado por Friedland et al. (1996), sugerem que o apoio social ajuda as pessoas a lidarem melhor com o stress causado pela doença e suas consequências. Deste modo, este domínio não é inteiramente separável de melhorias na saúde (Valentine et al., 2003).

Se o sistema de saúde não pode ser responsável pelos tipos de relações que existem entre os membros da família e a extensão do apoio que os doentes recebem das pessoas próximas, ou organizações comunitárias, pode, sem dúvida, assegurar que proporciona um ambiente encorajador no qual podem ocorrer estas interações benéficas (Valentine et al., 2003).

Deste modo, este domínio inclui o direito de visita de familiares e amigos a doentes internados se estes o desejarem. Abrange também a oportunidade de realizar práticas religiosas e culturais que não sejam contrárias às sensibilidades de outros doentes ou prestadores de cuidados de saúde, e o direito de ser alvo de medicinas complementares, que não sejam contrárias ao regime dos cuidados de saúde do hospital (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

2.2.4. ESCOLHA DE INSTITUIÇÕES E INDIVÍDUOS PRESTADORES DE CUIDADOS

O domínio de escolha refere-se às instituições de cuidados de saúde e prestadores de saúde. A escolha relativamente à instituição e indivíduos que prestam cuidados é importante para os utilizadores do sistema de saúde (De Silva, 2000).

A escolha é definida como o poder ou oportunidade de seleccionar, o que requer mais do que uma opção (Allen, 1990). A escolha também incorpora a capacidade de um indivíduo obter uma segunda opinião (possivelmente em caso de doença grave ou crónica, ou cirurgia) e acesso a cuidados de um especialista se necessário (Van Campen, 1998).

O debate em relação a este domínio tem-se centrado sobre os encargos impostos aos sistemas de saúde, que se confrontam com a escassez de recursos financeiros e humanos. Proporcionar escolha à população pode levar a limitar recursos que poderiam ser usados para melhorar a saúde e outras dimensões da responsividade. As barreiras geográficas podem também tornar muito difícil a países mais pobres garantir que todas as pessoas tenham níveis semelhantes de escolha. Em muitas sociedades, contudo, as barreiras podem ser processuais. Estas podem incluir a falta de flexibilidade no encaminhamento para práticas e procedimentos de seguros ou obstáculos legislativos para a criação de unidades de saúde (De Silva, 2000; Valentine et al., 2003).

A investigação sugere que a capacidade de consultar um prestador específico inspira confiança, e a capacidade de consultar outro, se tal for desejado, aumenta o bem-estar. A escolha de um prestador de cuidados de saúde pode também melhorar indirectamente os resultados da qualidade dos serviços prestados e da própria saúde. Por sua vez, os prestadores que sabem que os doentes têm uma opção são mais propensos a tratá-los com respeito e garantir que se actualizem em termos das suas práticas (Valentine et al., 2003).

O debate recai essencialmente sobre os encargos que a procura pela escolha impõe aos sistemas de saúde com recursos limitados. Esta questão pode ser empiricamente respondida ao determinar o peso relativo que as pessoas dão à escolha, comparativamente aos outros domínios da responsividade, e o peso relativo à responsividade comparada com a saúde, em diferentes contextos (Valentine et al., 2003).

4. RESPONSABILIDADE E ÂMBITOS RELACIONADOS

A responsividade, como concebida pela WHO, tem como objectivo reforçar os direitos dos indivíduos no contexto do sistema de cuidados de saúde (Gostin, Hodge, Valentine, & Nygren-Krug, 2003; Valentine et al., 2003).

4.1. RESPONSABILIDADE E DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos e os domínios de responsividade do sistema de saúde partilham um objectivo comum: promover os direitos dos indivíduos e das comunidades no contexto do sistema de saúde. A terminologia e conceitos que sustentam os direitos humanos são particularmente adequados em fornecer um quadro normativo para medir os domínios da responsividade dos sistemas de saúde (Gostin et al., 2003).

O quadro internacional dos direitos humanos é forte. Decorrentes das atrocidades da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos representam a preposição de que os direitos não podem ser dados nem retirados pelo governo, mas existem por natureza para todos os seres humanos. Os direitos humanos são compostos de direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. Estes fazem parte do direito internacional evidenciado pela adopção mundial dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Os direitos humanos são também parte vinculativa e de execução do direito internacional, evidenciado pelas obrigações decorrentes dos tratados gerais das duas principais convenções internacionais: International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (ICESCR, 1966) e International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR, 1966). Estes documentos contêm uma ampla variedade de direitos relacionados com a saúde, incluindo “o direito à saúde” e têm sido amplamente rectificadas pelos governos a nível mundial (Gostin et al., 2003).

O que é que a responsividade e os direitos humanos têm em comum? Ambos reconhecem um quadro no qual a melhoria da saúde é o principal objectivo dos sistemas de saúde (Gostin et al., 2003). O quadro da WHO para avaliar o desempenho dos sistemas de saúde identificou o objectivo de “saúde” como o principal objectivo dos sistemas de saúde (WHO, 2000). Promover a saúde das populações é também um dos principais objectivos dos direitos humanos. Na verdade, a saúde é um direito humano. Na sua análise da saúde como um direito humano, Jamar salientou a afirmação da WHO de que “sem saúde, os outros direitos têm pouco significado” (WHO, cit in Jamar, 1994, p. 3).

O direito à saúde pode ser definido como o dever da sociedade assegurar as condições necessárias para a saúde dos indivíduos e das populações. (Jamar, 1994). Jonathan Mann defendeu como a protecção dos direitos humanos é sinérgica com a melhoria da saúde pública (Mann, 1996; Mann et al., 1994). “A promoção e protecção dos direitos humanos pode ser essencial para a promoção e protecção da saúde” (Mann, 1996, p. 925). Promover a saúde das pessoas permite-lhes exercer os seus direitos fundamentais; salvaguardar os direitos humanos das pessoas permite-lhes levar uma vida segura

e saudável; e, assim, a protecção dos direitos humanos e da saúde pública reforçam-se mutuamente (Mann et al., 1994). Do mesmo modo para a responsividade, ao assegurar que as pessoas são tratadas de uma forma que corresponde às suas necessidades, elas estão capacitadas para levarem uma vida mais saudável. Promover e proteger os direitos humanos dentro do sistema de saúde pode, deste modo, voltar a reforçar o objectivo de alcançar uma melhor saúde, além de ser um objectivo em si mesmo. Isto é consistente com a noção de “uma abordagem baseada nos direitos humanos para a saúde” que presta a mesma atenção aos processos (como os direitos das pessoas são respeitados no âmbito do sistema de saúde), bem como aos resultados (o objectivo de melhorar a saúde) (Gostin et al., 2003).

Esta relação sinérgica significa que o bem-estar de todas as pessoas pode ser alcançado apenas através de esforços sistemáticos para proteger e promover outros direitos humanos relevantes dentro do sistema de saúde, bem como o seu direito à saúde (Gostin et al., 2003).

Na prática, os direitos humanos na área da saúde estão muitas vezes preocupados com os momentos nos quais a responsividade e a saúde possam trabalhar em direcções opostas (Valentine et al., 2003). Quando, porém, os governos agem para restringir qualquer direito humano (que é não absoluto) a fim de promover e proteger a saúde pública, a sua acção deve obedecer aos critérios estabelecidos pelos Princípios de Siracusa* de 1985 (Gostin et al., 2003). Na abordagem dos direitos humanos, limitar o exercício ou usufruto de um direito em nome da saúde pública é um último recurso. No espaço da responsividade isto significa que algumas maneiras de melhorar a saúde em detrimento de reduzir a responsividade não são legítimas. A preocupação da responsividade é, deste modo, coerente com a preocupação com os direitos humanos em saúde (Valentine et al., 2003). Na sua essência, a responsividade dos sistemas de saúde e os direitos humanos estão preocupados com o processo através do qual o objectivo essencial da sociedade de melhorar os resultados de saúde é favorecido (Gostin et al., 2003).

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclama o importante papel da dignidade da pessoa: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (DUDH). Jose Ayala Lasso, Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos e Peter Piot, Director Executivo da ONUSIDA salientam (Piot, & Ayala-Lasso, 1997) afirmam:

“Não é necessário relembrar as inúmeras cartas e declarações... para compreender os direitos humanos... Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos... têm o direito a todos os direitos e liberdades enunciadas nos instrumentos internacionais de direitos humanos, sem discriminação, como o direito à vida, liberdade, e segurança da pessoa, privacidade, saúde, educação, trabalho, segurança social, e de casar e fundar uma família. No entanto, as violações dos direitos humanos são uma realidade a ser encontrada em todos os cantos do globo”.

4.1.1. REFORÇAR OS DOMÍNIOS DA RESPONSABILIDADE DE SAÚDE ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS

Cada um dos domínios da responsividade em saúde discutidos anteriormente é sem dúvida, apoiado por um ou mais princípios dos direitos humanos. Para além do simples suporte,

existem pelo menos três formas através das quais os direitos humanos reforçam estes domínios (Gostin et al., 2003):

- **Sinergia:** A autoridade de saúde e defensores dos direitos humanos sublinham a ligação entre a protecção dos direitos humanos e a manutenção da saúde humana. Como discutido acima, os direitos humanos e a saúde são sinérgicos. Os princípios dos direitos humanos suportam a necessidade de oferecer serviços de saúde consistentes com estes domínios não só para melhorar os resultados de saúde, mas também para promover o respeito pelos direitos humanos que fundamentam o valor intrínseco dos próprios domínios.
- **Autoridade e Responsabilidade:** Além da necessidade de reconhecer estes domínios na prestação de serviços de saúde, o campo dos direitos humanos fornece um conjunto de normas internacionais que sustentam a sua aceitação. Desrespeitar estes domínios da responsividade pode levar a violações dos direitos humanos que poderão ser alvo de avaliação por tribunais internacionais, instâncias de acompanhamento dos direitos humanos, ou através da opinião pública, atribuindo um grau de responsabilidade contra os que infrinjam ou violem os direitos humanos. Os direitos humanos fornecem uma base com autoridade jurídica para os domínios da responsividade, impondo responsabilidade nos intervenientes governamentais e outros responsáveis.
- **Coesão:** De muitas formas, os oito domínios da responsividade do sistema de saúde são distintos, mas relacionados entre si. Todos os direitos humanos demonstram semelhanças com vários domínios da responsividade e ajudam a identificar possíveis falhas nos cuidados de saúde.

4.2. RESPONSABILIDADE E DIREITOS DOS DOENTES

A preocupação com os direitos dos doentes tem ganho cada vez maior importância (Coulter, & Cleary, 2001; Crofton, Lubalin, & Darby, 1999; Gostin, & Fund, 2002; Jamar, 1994; Kinney, 2001; Mann, 1996; Mann et al., 1994; Sitzia, & Wood, 1997). Em particular, obter o consentimento do doente para qualquer procedimento invasivo assumiu uma importância adicional, uma vez que os tribunais têm vindo a conceder indemnizações por acções tomadas sem a autorização do doente. Em 2000, uma revisão interna da WHO sobre o apoio jurídico e regulamentar dos direitos dos doentes mostrou que existe referência aos direitos dos doentes em várias leis de diversos países. Em alguns destes países, tal como em Portugal, foi desenvolvida a Carta dos Direitos dos Doentes. A adopção dos direitos do doente na legislação de modo algum garante a sua eficácia na prestação de serviços de saúde responsivos, mas é um indicador da aceitação oficial da perspectiva do doente como uma componente importante da qualidade dos sistemas de saúde. Ao mesmo tempo, tem crescido o interesse no desenvolvimento de organizações não governamentais e de consumidores que advogam os direitos do doente e do consumidor (Valentine et al., 2003).

Os domínios da responsividade para além de reflectirem os direitos humanos, reflectem também as leis dos direitos do doente e cartas do doente. O direito à auto-determinação sobre os cuidados corresponde à autonomia, o direito a informação sobre o estado de saúde do doente e opções de tratamento é semelhante à comunicação, o direito à confidencialidade e ser tratado com dignidade são ambos domínios da responsividade; o direito do doente receber apoio familiar e espiritual corresponde ao domínio de acesso a apoio familiar e comuni-

tário; e o direito a cuidados terminais humanitários é parte da dignidade (Valentine et al., 2003).

CONCLUSÃO

Responsividade é um dos parâmetros centrais no desempenho dos cuidados de saúde (Murray, & Frenk, 2000; Murray & Evans, 2003), tornando os estudos que medem a responsividade fundamentais para fornecerem provas que podem orientar a atribuição de recursos e estratégias de gestão (De Silva, 2000).

Tal como acontece com a saúde, a preocupação centra-se não só com o nível médio de responsividade, mas também com as desigualdades na distribuição desta. A preocupação com a distribuição da responsividade entre os indivíduos significa que existe o interesse implícito nas diferenças relacionadas com factores sociais, económicos, demográfico e outros (Murray, & Frenk, 2000).

Os resultados da investigação podem ser utilizados em políticas de saúde para criar prioridades quando os recursos são limitados (Valentine et al., 2008; Peltzer, 2009). As avaliações sobre a importância são mais estáveis ao longo do tempo nos diferentes países do que as classificações de desempenho (Kerssens et al., 2004). Projectar mecanismos apropriados que permitam que as prioridades da população moldem as reformas do sistema de saúde constitui um campo de interesse político para a melhoria da responsividade dos sistemas de saúde (Pickard, Sheaff, & Dowling, 2006; Valentine et al., 2008; Wait, & Nolte, 2006).

A responsividade é instrumental para alcançar o objectivo de saúde – existe uma maior probabilidade das pessoas procurarem cuidados e seguirem recomendações de prestadores de cuidados de saúde num sistema responsivo (Valentine et al., 2003). A avaliação e a intervenção neste domínio pode, deste modo, melhorar não só a responsividade, mas também a própria saúde dos indivíduos. Para além do facto dos aspectos dos cuidados não-médicos e a terapia estarem inter-relacionados (particularmente nos cuidados de saúde mental) (Bramesfeld et al., 2007), a responsividade deve ser considerada como uma entidade em si própria (Valentine et al., 2003). É um dos três objectivos fundamentais e independentes dos sistemas de saúde (WHO, 2000).

*Os princípios de Siracusa sobre as disposições de limitação e excepção no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos compreendem (Referência: UN Doc. E/CN.4/1985/4): (1) a restrição é prevista e realizada em conformidade com a lei; (2) a restrição decorre do interesse de um objectivo legítimo de interesse geral; (3) a restrição é estritamente necessária para atingir o objectivo; (4) não existem meios menos intrusivos e restritivos disponíveis para atingir o mesmo objectivo; (5) a restrição não é elaborada ou imposta arbitrariamente, isto é, de uma forma não razoável ou discriminatória.

BIBLIOGRAFIA

- Allen, R.E. (1990). The concise Oxford dictionary of current English. New York, Oxford University Press.
- Bramesfeld, A., et al. (2007). How does mental health care perform in respect to service user's expectations? Evaluating inpatients and outpatients care in Germany with the WHO responsiveness concept. In: BMC Health Service Research, vol.7, pp.99.

- Cleary, P.D. (1999). The increasing importance of patients surveys. In: *British Medical Journal*, vol.319, pp.720-721.
- Clever, S.L., et al. (2007). Primary care patients' involvement in decision-making is associated with improvement in depression. In: *Medical Care*, vol.44, pp.398-405.
- Collins, H. (1996). Patient satisfaction surveys. In: *Hospital Practice*, vol.31, no.11, pp.39-45.
- Coulter, A., & Cleary, P.D. (2001). Patient's experiences with hospital care in five countries. In: *Health Affairs*, vol.20, no.3, pp.244-252.
- Crofton, C., Lubalin, J.S., & Darby, C. (1999). Consumer assessment of health plans stands CAHPS. In: *Medical Care*, vol.37, no.3S, pp.1-9.
- Darby, C., Valentine, N., Murray, C.L., De Silva, A. (2000). World Health Organization: Strategy on measuring responsiveness. In: GPE Discussion Paper series N° 23. Geneva, World Health Organization.
- De Silva, A. (2000). A framework for measuring responsiveness. In: GPE Discussion Paper series N° 32. Geneva, World Health Organization.
- De Silva, A., & Valentine, N. (2000). Measuring responsiveness: Results of a key informant survey in 35 countries. In: GPE Discussion Paper series N° 21. Geneva, WHO.
- Denley, I., & Smith, S.W. (1999). Privacy in clinical information systems in secondary care. In: *British Medical Journal*, vol.318, pp.1328-1330.
- Draper, M., & Hill, S. (1996). Feasibility of national benchmarking of patient satisfaction with Australian hospitals. In: *International Journal for Quality in Health Care*, vol.8, pp.457-466.
- DUDH. Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Friedland, J., Renwick, R., & McColl, M. (1996). Coping and social support as determinants of quality in life in HIV/AIDS. In: *AIDS Care*, vol.8, no. 1, pp.15-31.
- Gilson, L. (2003). Trust and the development of health care as a social institution. In: *Social Science and Medicine*, vol.56, no.7, pp.1453-1468.
- Gilson, L., Alilio, M., & Heggenuhogen, K. (1994). Community satisfaction with primary health care services: An evaluation undertaken in the Morogoro region of Tanzania. In: *Social Science and Medicine*, vol.39, no.6, pp.767-780.
- Gostin, L., Hodge, J.G., Valentine, N.B., Nygren-Krug, H. (2003). The domains of health responsiveness: A human rights analysis. In: *Health and Human Rights Paper Series No2*. World Health Organization.
- Gostin, L.O., & Fund, M.M. (2002). *Public health law and ethics*. California, University of California Press.
- Hall, J.A., & Dornan, M.C. (1998). What patients like about their medical care and how often they are asked: a meta-analysis of the satisfaction literature. In: *Social Science & Medicine*, vol.27, pp.935-939.
- Hebert, P.C. (1996). *Doing right – a practical guide to ethics for medical trainees and physicians*. Oxford, Oxford Press.
- Hsu, C., Chen, L., Hu, Y.W., Yip, W., & Shu, C.C. (2006). The dimensions of responsiveness of a health system: A Taiwanese perspective. In: *BMC Public Health*, vol.6, pp.72.
- Jacobson, N. (2009). Dignity violation in health care. In: *Qualitative Health Research*, vol.19, no.11, pp.1536-1547.
- Jamar, S.D. (1994). The international Human Right to Health. In: *Southern University Law Review*, vol.22, pp.1-68.
- Johnson, R.B., & Onwuegbuzie, A.J. (2004). Mixed methods research: A research paradigm whose time has come. In: *Educational Researcher*, vol.33, no.7, pp.14-26.
- Keressens, J.J., Groenewegen, P.P., Sixma, H.J., Boerma, W.G., & Van der Eijk, I. (2004). Comparison of patient evaluations of health care quality in relation to WHO measures of achievement in 12 European countries. In: *Bulletin of the World Health Organization*, vol.82, pp.106-114.
- Kinney, E.D. (2001). The international human right to health: What does mean for our nation and world? In: *Indiana Law Review*, vol.34, pp.1457-1475.
- Kruse, G.R., Rohland, B.M., & Wu, X. (2002). Factors associated with missed first appointments at a psychiatric clinic. In: *Psychiatric Services*, vol.53, pp.1173-1176.
- Loh, A., Leonhard, R., Wills, C.E., Simon, D., & Hartes, M. (2007). The impact of patient participation on adherence and clinical outcome in primary care of depression. In: *Patient Education and Counseling*, vol.65, pp.69-78.
- Lowe, M., & Havens, D.M. (1998). Privacy and confidentiality of health information. In: *Journal of Pediatric Health Care*, vol.12, pp.42-46.
- Mann, J. (1996). Health and Human Rights. Protecting Human Rights is essential for promoting health. In: *British Medical Journal*, vol.312, pp.924-925.
- Mann, J., Gostin, L.O., Gruskin, S. et al. (1994). Health and Human Rights. In: *Journal of Health Human Rights*, vol.1, pp.6-22.
- Mooney, G., & Wiseman, V. (2000). World Health Report: challenging a world view. In: *Journal of Health Services Research & Policy*, vol.5, pp.198-199.
- Murray, C.J., & Frenk, J. (2000). A framework for assessing the performance of health systems. In: *Bulletin of the World Health Organization*, vol.78, no.6, pp.717-731.
- Murray, C.J.L., & Evans, D.B. (2003). Cap. 1. Health system performance assessment: Goals, Framework and Overview. In: Murray, C.J.L., & Evans, D.B. (Eds). *Health systems performance assessment: Debates, methods and empiricism*. World Health Organization, pp.573-596.
- Njeru, M.K., Blystad, A., Nyamongo, I.K., & Fylkesnes, K. (2009). A critical assessment of the WHO responsiveness tool: lesson from voluntary HIV testing and counselling services in Kenya. In *BMC Health Services Research*, vol.9, pp.243.
- Okware, S.I., Omaswa, F.G., Zaramba, S., et al. (2002). An outbreak of Ebola in Uganda. In: *Tropical Medicine & International Health*, vol.7, no.12, pp.1068-1075.
- Peltzer, K. (2009). Patient experiences and health system responsiveness in South Africa. In: *BMC Health Services Research*, vol.9, pp.117.
- Pickard, S., Sheaff, R., & Dowling, B. (2006). Exit, voice, governance and user-responsiveness: the case of English primary care trusts. In: *Social Science & Medicine*, vol.63, pp.373-383.
- Piot, P., & Ayala-Lasso (1997). Prefácio. In: Gostin, L.O., & Lazzarini, Z. (Eds.). *Human Rights and Public Health in the AIDS Pandemic*. OUP, Oxford.
- Sitzia, J., & Wood, N. (1997). Patient satisfaction: a review of issues and concepts. In: *Social Science & Medicine*, vol.45, no.12, pp.1829-1843.
- Tekle, B., Mariam, D.H., & Ali, A. (2002). Defaulting from DOTS and its determinants in three districts of Arsi Zone in Ethiopia. In: *International Journal of Tuberculosis & Lung Disease*, vol.6, pp.573-579.
- Tomaszewska, W., Peselow, E.D., Barouche, F., & Fieve, R.R. (1996). Antecedent life events, social supports and response to antidepressants in depressed patients. In: *Acta Psychiatrica Scandinavica*, vol.94, pp.352-357.

- Ugurluoglu, O., & Celik, Y. (2006). How responsive Turkish health care system is to its citizens: The views of hospital managers. In: *Journal of Medical Systems*, vol.30, no.6, pp.421-428.
- Valentine, N., De Silva, A., Murray, C.J.L. (2000). Estimating responsiveness level and distribution for 191 countries: Methods and results. In: WHO (Ed.). *GPE Discussion Paper séries N° 22*. Geneva, WHO.
- Valentine, N.B., Darby, C., Bonsel, G.J. (2008). Which aspects of non-clinical quality of care are most important? Results from WHO's general population surveys of "health systems responsiveness" in 41 countries. In: *Social Science & Medicine*, vol.66, no.9, pp.1939-50.
- Valentine, N.B., De Silva, A., Kawabata, K., Darby, C., Murray, C.J.L., & Evans, D.B. (2003). Cap. 4. Health system responsiveness: Concepts, domains and operationalization. In: Murray, C.J.L., & Evans, D.B. (Eds). *Health systems performance assessment: Debates, methods and empiricism*. World Health Organization, pp.573-596.
- Van Campen, C., Sixma, H.J., Kerssens, J.J., Peters, L., & Rasker, J.J. (1998). Assessing patients priorities and perceptions of the quality of health care. The development of the QUOTE-Rheumatic Patients instrument. In: *British Journal of Rheumatology*, vol.37, no.4, pp.362-368.
- Vesey, G., & Foulkes, P. (1990). *Dictionary of Philosophy*. Collins, Glasgow.
- Wait, S. & Nolte, E. (2006). Public involvement policies in health: exploring their conceptual basis. In: *Health Economics, Policy and Law*, vol.1, pp.149-162.
- WHO (1947). *Chronicle of the World Health Organization*. Volume 1. Geneva, United Nations, World Health Organization Interim Commission.
- WHO (2000). *The World Health Report 2000: Health Systems: Improving Performance*. Geneva. World Health Organization.
- WHO (2001). *Background paper for the technical consultation on responsiveness concepts and measurement*. Geneva, World Health Organization.
- WHO (2005). *The health systems analytical guidelines for surveys in the multi country survey stands*. Geneva, World Health Organization.
- WHO (2006). *Constitution of the World Health Organization. Basic Documents, Forty-fifth edition, Supplement October*. Geneva, World Health Organization.

GUERRA E PAZ PSÍQUICA E FAMILIAR. A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DA PASSAGEM AO ACTO

MARTA MATOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

A partir do caso de um jovem seguido em consulta psicoterapêutica, reflectimos sobre as dificuldades de comunicação na família, seus impactos psicológicos, riscos de violência, e sobre a importância do acompanhamento psicológico na prevenção e na reconstrução da paz individual e familiar. A agressividade, com “passagem ao acto”, pode decorrer de um estado de solidão depressiva e de descompensação da organização limite da personalidade. Cuidar das condições que favorecem a saúde mental é contribuir para a paz, interna e externa.

ABSTRACT

Drawing on the case of a young man in psychotherapeutic consultation, I reflect on the differences in family communication, their psychological impacts, and the risks of violence, as well as on the importance of psychotherapy in the prevention and the reconstruction of individual and family peace. The aggressiveness and the acting out can result from a state of depressive solitude and unbalance of the border-line personality organization. To look after the conditions that favor the mental health is to contribute to peace, both internally and externally.

INTRODUÇÃO

OS SENTIDOS DA PAZ: APARÊNCIA OU VERDADE?

Em sentido literal, a palavra “paz” significa a “ausência de lutas, violências ou perturbações sociais” (Cunha, 1986, p. 588); reconhece-se aí o seu cunho quer social, quer sociopolítico e militar. Para além dessa acepção social, política e militar, sabemos que o uso comum do termo também se aplica ao nível interpessoal, pessoal, e psicológico...

A grande riqueza de sentidos e sua transversalidade que lhe estão associados é nomeadamente ilustrada nas expressões etimologicamente mais próximas: pacificado, pacificação, apaziguado, apaziguamento, apaziguador, pacífico, pacato, pacifista... (Cunha, 1986, p.588)

A noção de paz aponta duplamente para a realidade dos factos, como também para a percepção acerca deles. Desde logo distinguem-se aí dois planos ou níveis: um manifesto e factual, referente às condutas e à realidade aparente dos fenómenos, outro latente e não explícito nem visível, no qual mergulha o sentido dos fenómenos, com variações e motivações múltiplas e complexas. Assim se coloca imediatamente a questão: até que ponto a paz aparente é uma paz real, verdadeira e significativa? A realidade pode ser ilusória se confinada a uma perspectiva positivista de objectivação da ausência de violência. Já a verdade envia para as os factores latentes, que em negativo processam outras realidades, mais ou menos congruentes com o visível. Definitivamente, até que ponto a paz aparente representa uma paz latente ou pacífica?

Questão transversal a uma transversalidade de fenómenos e que nos incita a lembrar, com alguém com quem dialogá-

vamos recentemente, que “a paz é muito mais do que a ausência de guerras e conflitos. (...) Ela pressupõe, a noção de desenvolvimento...”, dizia a pessoa, evocando João Paulo II. Em suma, a paz parece definir-se não pela soma das partes que negavam a violência, mas de modo mais significativo, pelos elementos qualitativos que cumprem a liberdade e a justiça. Nesta acepção, todo o processo histórico que levou à celebração dos direitos humanos se estende à noção de bem-estar colectivo e individual.

Não é ainda fácil definir a paz, para além do nível vago da abstracção, sem a vivência que a põe em perigo ou a destrói, como toda a experiência dialéctica é necessária à integração do conhecimento. Com efeito, a “paz” contém uma forte ressonância simbólica e subjectiva, que remete não só para a análise de consciência do indivíduo sobre si mesmo e para as suas relações com os outros, como para um desafio de superação permanente. Neste sentido, a paz é indissociável de uma dinâmica de reconstrução, ser pacífico nem sempre se compraz com ser passivo, mas exige uma orientação pela vontade. Mais do que uma ausência de conflito, a paz pressupõe a existência de um sentido, deseja-se, restaura-se. A própria condição humana do viver pressupõe a aliança entre Eros e Thanatos, de resto como princípio de evolução e de criatividade.

Culturalmente, o termo paz é também marcado por um sentido espiritual. Nas sociedades ocidentais está fortemente associado às influências judaico-cristãs e às tradições confessionais: “estar em paz”, “viver em paz”, “dar a paz”, “ficar em paz”, “ir em paz”, “morrer em paz”, etc. Reconhece-se aqui quer o papel significativo do reconhecimento pelo Outro, quer a função individual da análise de consciência. O problema da culpabilidade encontrou no rito da confissão, que “dá a paz”,

uma solução transitória e em certa medida ilusória ou alienante. Ao mesmo tempo, sabemos quanto a culpabilidade é uma formação complexa do psiquismo que está longe de ser um tributo do campo religioso. Em todo o caso, a configuração da questão da culpabilidade é talvez uma das mais problemáticas em relação à paz, que procuramos formular por agora de modo bastante esquemático: a ausência de culpabilidade, como o seu excesso, estão na origem de distorções psicológicas e interpessoais, comprometem a percepção de si mesmo, como a relação com o Outro. Ou se quisermos, a incapacidade de sentir culpabilidade, como a culpabilidade inusitada, são portanto antitéticas à noção de paz. A extensão destes fenómenos psíquicos e socioculturais, influencia de modo complexo, mas, quer-nos parecer decisivo, toda a atmosfera ético-moral das relações interpessoais e intersubjectivas, e, mais amplamente, os códigos de conduta numa comunidade: a regulação das relações de poder, na família, como nas instituições, os fenómenos de cidadania e do espaço público, as relações de vizinhança, para não referir se não alguns exemplos.

Assim sendo, a partir do momento em que a Clínica se instaurou com os primórdios da era moderna (direitos humanos, laicização,...) e se funda em princípios para os quais convergem correntes filosóficas e científicas, todo um léxico novo se forjou como constitutivo da psicopatologia. Deste ponto de vista estritamente epistemológico e terminológico, é pois fácil entender como a palavra “paz” é extrínseca à tradição clínica das ciências médicas e psicológicas, não fora o seu sentido preservar intacta uma forte ressonância emocional, simbólica e ética nas relações humanas.

O caso clínico que aqui se apresenta é emblemático da maneira como o mundo interno do indivíduo se desenvolve numa complexa interdependência com o mundo exterior familiar, mostrando até que ponto pode ser ténue a fronteira entre eles... Se factores da personalidade apontam para uma fragilidade na contenção dos impulsos irracionais e destrutivos, compreende-se que a fragilidade dos limites Eu/outro está fortemente correlacionada com situações de comportamentos violentos. Complexas relações deixam-se adivinhar quando certos comportamentos de um membro da família abalam fortemente a regulação simbólica da liberdade, a noção de respeito e de autonomia, na relação com o Outro. A agressão registada no seio da família é uma temática que na sociedade fortemente mediatizada em que vivemos tende a ser invocada sob o termo de violência doméstica (sobre esta evolução do discurso, seria interessante investigar que factores socioculturais e representações sociais lhe estão associados).

O caso de Emanuel propõe um enfoque clínico e psicopatológico de um comportamento de violência física de um jovem, quase adulto, em relação a sua mãe. Tal leitura poderá, porventura, constituir um contributo enriquecedor para a análise clínica compreensiva de certos casos que podem estar na interface da psicopatologia, da psicologia forense e da criminologia. Contudo, falaremos a partir do lugar da consulta clínica e psicoterapêutica, sem que a terminologia e conceptualização do campo forense seja um elemento da nossa formação e reflexão.

Adiante no texto colocaremos em relevo uma ou outra ilustração do discurso do paciente, pelo interesse clínico que representam a nível do seu mundo interno, das suas representações e do seu modo de funcionamento... Contudo, muitos elementos e detalhes sobre o caso serão omitidos ou alterados, em referência aos princípios de confidencialidade e deontologia clínica, para com o paciente e sua família.

Restringimos o objectivo do presente artigo a uma dimensão clínica, por encontrarmos nele um particular interesse a este

nível, e dada a raridade de encontrar material clínico acessível na literatura. Acreditamos, por isso, que este pode ser um contributo para os clínicos iniciados e investigadores neste campo. O enquadramento clínico, assim como algumas análises que propomos, organizam-se em referência ao modelo psicodinâmico e psicanalítico. A presente apresentação segue uma linguagem simples e acessível, dado o contexto temático e pluridisciplinar em que se insere este trabalho assim como o público muito abrangente a que se dirige, no seguimento do Congresso “Construir a Paz” (UFP, 15-16/06/2011).

Trata-se dum exemplo da problemática dos limites do Eu e da identidade, que indica como, face a situações críticas, o conflito, em lugar de poder ser mentalizado e estruturado numa comunicação “negocial” com o outro, ou seja dentro dos limites do “normal” (socialmente), pode ser extravasado em comportamentos de risco para o próprio e para o(s) outro(s).

Sublinha-se a importância do acompanhamento psicológico a título preventivo primário e secundário, ou seja quer em relação a situações de risco de descompensação e desorganização psíquica sem precedentes na história do sujeito, quer relativamente a situações de risco e descompensação no futuro.

A «passagem ao acto» (Laplanche e Pontalis, 1990; Cahn, 2004) é um termo conceptual relativamente característico deste tipo de organizações border-line da personalidade. Ao longo desta apresentação, avançamos também a nossa análise do ponto de vista psicopatológico e psicoterapêutico.

1. EMANUEL (RESUMO CLÍNICO)

Emanuel inicia, no final da adolescência, a psicoterapia por indicação do psiquiatra consultado no seguimento duma agressão à mãe, com intenção homicida. O processo psicoterapêutico é surpreendente e desafiante pela sua improbabilidade e pela inquietante estranheza suscitada em nós (contratransferência), o seu discurso alexitímico (cf. Sifneos, 1974, ct. Mc Dougall, 1982) oscilando entre a indiferença afectiva e os conteúdos sádico-masquistas. Numa organização “limite”, observamos em E., ao longo dos dois primeiros anos do processo terapêutico semanal, a descoberta da expressão pela palavra e uma lenta mas inconfundível progressão da consciência de si, com a questão identitária como central.

A grave problemática narcísica mergulha num crescimento infantil vivido com solidão interior e enorme inibição, num quadro familiar depressivo e opressor. Os mecanismos de exclusão dos afectos e a dificuldade de experienciar sentimentos de satisfação sugerem um desenvolvimento afectivo gravemente inibido, uma espécie de depressão sem sofrimento subjectivo. A imaturidade do pensamento é desconcertante: « Depois de tentar encontrar uma arma na Internet para me suicidar, desisti e comecei a pensar em matar a minha mãe: assim resolvia a fonte do meu problema – ser obrigado por ela a frequentar o curso ».

No plano da identidade psicosssexual também se constata uma grande indiferenciação e significativas clivagens. A alusão a figuras femininas e masculinas reduz-se a imagens físicas estereotipadas e pouco ou nada reais, reduzidas à aparência corporal. Uma figura ficcional altamente mediatizada pelos filmes de acção americana, do tipo Rambo, é o seu principal pólo de identificação. Nesta fase após a descompensação e os primeiros meses da psicoterapia, o treino praticamente diário de musculação é o principal objectivo do paciente, que busca atingir certos recordes numa tentativa de compensação narcísica e anti-depressiva: E. procura aproximar a imagem de si mesmo da imagem do corpo descomunamente musculado do

personagem Rambo. A sua obstinação é significativa, sendo que algo que ponha em causa a prática do exercício físico em local próprio despoleta uma frustração crítica, com automático efeito depressivo.

Em termos psicoterapêuticos, os conteúdos masoquistas e sádicos vão sendo analisados com prudência, ora com ligações à história infantil e adolescente, ora deslocando-se para figuras da experiência profissional actual: estas, sucessivamente representadas e portanto interiorizadas através das experiências narradas, vão assinalando o desenvolvimento da capacidade de contenção e controlo, a distinção entre fantasma e comportamento, entre mundo interior e mundo exterior. Todavia, a resistência à interpretação é notória, num pano de fundo existencial de passividade, que no plano fenomenológico envia para a morte, e no plano metapsicológico sugere que a « pulsão agressiva » (« pulsão de morte », Freud, 1920) parece mais real do que teórica.

2. ANAMNESE. ANÁLISE DINÂMICA E EVOLUÇÃO PSICOTERAPÊUTICA.

Durante os anos da adolescência e na actualidade, a sua actividade centra-se essencialmente em actividades virtuais, académicas, e desportivas, tornando-se muito bom aluno na área do seu interesse. Porém E. não estabelece relações vinculares de qualquer tipo, não faz amizades nem namoros.

Durante longos anos frequentou uma formação técnico-artística por vontade dos pais e contra sua vontade. Emanuel diz que não gostava da actividade, “mas tinha que andar lá porque eles queriam”; queria ter desistido, mas não se sentia capaz de exprimir a sua vontade junto dos pais, e, para evitar tensões e conflitos, submeteu-se passivamente.

Sobre os tempos de infância, lembra desejar um lanche diferente daquele que era habitual (o lanche que levava para a escola era sempre igual). Gostaria de incluir um leite achocolatado na sua sacola, mas era impossível convencer a mãe a satisfazer-lhe tal capricho. Recorda que uma vez não resistiu a tirar um que viu na pasta de um colega.

A escolaridade técnico-profissional que seguiu levou-o, em determinada fase do percurso escolar, a abandonar a turma e a escola que frequentava, facto que o paciente representa como uma vivência de ruptura e perda no seu processo de crescimento e desenvolvimento afectivo.

Nos anos seguintes, a socialização com os novos colegas foi longe de ser fácil. As discrepâncias socioculturais e educativas entre ele e a grande maioria do grupo tornaram difíceis as relações construtivas com os pares e os processos de identificação nesta fase. Além disso, o facto de ser muito bom aluno foi vivido por E. com ambivalência na relação com os colegas, pois o paciente parece sentir que estavam com ele “por interesse” e não por companheirismo, assinalando aí um factor da sua fraca auto-estima. Nos trabalhos de grupo sempre foi fazendo tudo sozinho, sem saber organizar a comunicação e a distribuição de tarefas, pelo que o seu registo muito fechado e submisso acabou por se associar à desresponsabilização dos outros, levando o paciente a sentir que se aproveitavam dele – mas “eu nunca disse nada, não me importo...”, diz encolhendo os ombros. É provável, por aquilo que a observação clínica do paciente nos leva a crer, que as grandes dificuldades de comunicação do paciente estão a condicionar esta percepção distorcida, mais que o peso que a realidade em si poderia ter. Vemos neste pequeno exemplo um sinal das dificuldades de relacionamento e comunicação, de como implicam uma complexa e deformada realidade; como o sentimento de pequenas

injustiças pode ser concomitante a problemas de desenvolvimento da personalidade e da identidade e conduzir ao desajustamento ético-moral na relação com o Outro.

A este propósito, do desenvolvimento ético-moral, poderíamos lembrar referências diversas como o modelo do desenvolvimento moral de Kohlberg, a teoria de Freud sobre a estruturação do Super-ego e sobre a dinâmica das identificações, a teoria de Winnicott sobre o desenvolvimento afectivo e a formação da capacidade de reparação (culpabilidade, compaixão e empatia), etc. É uma temática que não vamos desenvolver aqui no plano teórico, mas não podemos deixar de lembrar que as complicações nesta área ético-moral são nucleares na organização da personalidade estado-limite (border-line, no termo original da língua inglesa).

Entendemos como é rebuscada e distorcida a teia de posicionamentos e percepções na história do paciente, e que a passividade e o fechamento (esquizoidia) são dos traços mais marcantes da sua personalidade, e que têm sido dos mais difíceis de mobilizar terapeuticamente.

É sobre essa fase da sua adolescência que recorda um episódio de desentendimento num jogo desportivo com um colega e que veio a tornar-se um ponto de fixação das fantasias agressivas do paciente. Ao longo do processo terapêutico, o paciente descreve desejos de vingança em relação a esse colega especificamente, que parece assim aglutinar todo um conjunto de sentimentos de revolta até então nunca expressos. A figura do colega constituiu durante um tempo uma função conjuratória, uma espécie de “bode expiatório” que serve para exteriorizar ressentimentos, e que opera provavelmente uma série de deslocamentos, nomeadamente a partir da relação com os pais e das vivências distorcidas acumuladas ao longo do seu crescimento, o seu regime de fechamento e da deficiente comunicação com eles. O paciente diz que se sentiu fraco por não ter conseguido reagir quando o colega o insultou e que considera que devia ter agredido o colega para se sentir aliviado; o insulto era um palavrão evocativo da sua filiação. “Ao ouvi-lo dizer aquilo, era como se eu estivesse a dizer aquilo sobre a minha mãe.” Esta formulação é significativa pela indiferenciação/confusão de identidades: ouvir o colega a insultar a mãe = como se estivesse eu mesmo a insultar a minha mãe.

Esta amálgama de sentimentos e identidades, eu-colega-mãe, sugere que o paciente apercebe no colega o seu próprio Eu, mas que essa identificação (projectiva) se torna insuportável de analisar directamente. Essa dificuldade não pode ser senão amplificada no momento em que o paciente evoca na sessão clínica a memória deste incidente, ou seja, já após ter agredido a mãe de facto: neste processo histórico entende-se que o factor de culpabilidade tenha o seu efeito inibitório. Contudo, não será escusado lembrar que essa culpabilidade é primitiva e pré-simbólica, mais baseada em emoções hostis do que na integração de representações afectivo-conativas constitutivas da maturação ético-moral. Nesta conjuntura, um outro factor associado a essa enorme dificuldade em falar dos sentimentos e ideias acerca da mãe pode residir na angústia associada à imagem da mãe (imago), fragmentada, clivada: ela não se configurar como uma imagem relativamente unificada, ligada nas suas várias partes e contradições, mas em partes desligadas – por um lado uma imagem de afecto e apego, e, por outro lado, uma outra imagem de medo e hostilidade (clivagem do objecto).

Assim, podemos compreender que a passagem ao acto agressor emana da projecção da imagem “má” (objecto mau), carregada de sentimentos hostis e de angústia, e que o paciente não consegue elaborar e abordar pelo pensamento (linguagem) devido à ameaça de destruição que ela contém em re-

lação à parte “boa” da mãe (objecto bom). Por conseguinte, tal parte hostil é desligada e descarregada na acção (processo de dessimbolização e desintração pulsional) e é concomitante à desorganização do Eu e do pensamento (desrealização, despersonalização).

Numa configuração deste tipo, dependente e pouco diferenciada da identidade do sujeito em relação à figura materna (relação de objecto anaclítica), a parte negativa desta figura pode gerar um efeito em espelho (identificação projectiva), e/ou retornar-se contra si mesmo. A hostilidade primária desdobra-se quer para o exterior e o outro, quer para dentro do próprio psiquismo (esbatidos os limites psíquicos entre o papel manifesto da “vítima” e o do “agressor”). Compreende-se até certo ponto falar acerca da imagem materna está intimamente ligado à afecção da auto-estima e à auto-destrutividade. Veremos mais adiante como esta questão pode também ser abordada em termos da indiferenciação Self-Objecto.

À medida que estas fantasias de raiva e vingança em relação ao colega são exteriorizadas, não podemos pois deixar de as pensar em ressonância com o acto agressor cometido em relação à mãe. Elas são faladas como via indirecta (e inconsciente) de exteriorização face ao problema da contradição inenarrável de sentimentos e representações relativamente à mãe (partes desligadas).

Entretanto, progressivamente, as fantasias sádicas sobre o colega extinguem-se, para (re)aparecerem deslocadas e projectadas sobre o chefe da empresa. O paciente descreve situações quotidianas em que se sente injustiçado e revoltado com o chefe, pelas suas maneiras de lidar em relação a si, orientações e ordens que lhe dá, formas de falar. Ao descrever tais situações, a tónica vai sendo de quanto isso o oprime e se sente vulnerável, não sabe como reagir, o que dizer e de que maneira, e afloram então ideias de agressão... Os seus limites frágeis tornam-se muito expostos e susceptíveis de despoletar reacções imprevisíveis e sem controlo. Algumas dessas vezes em que o chefe lhe falava, Emanuel levanta-se do seu lugar e vai embora, por não conseguir conter a tensão sentida. Durante um período de maior impasse, E. deixou de aparecer no trabalho, até que o chefe o convenceu a regressar contactando-o em casa ou através dos pais.

Estes parecem não compreender nem apoiar o E. a estruturar atitudes, inculcando-lhe a ideia de dever obedecer ao chefe, como que incondicionalmente (p.e. trabalhando para além do horário e sem remuneração, sem contrato, ou com vencimentos em atraso – 5 meses nunca pagos).

A verbalização das emoções vai configurando acções de destruição do local de trabalho, etc., e nessa fase a terapeuta sente os limites do paciente vacilarem e avalia algum risco de descontrolo. Por outro lado, é notório que as sessões são efectivamente utilizadas pelo paciente; é manifesto o trabalho psíquico operado através dessa narrativa do quotidiano laboral, levando-nos a não temer verdadeiramente esse risco. Nas sessões, essa verbalização vai cumprindo o seu efeito de descarga e catarse; dizer vem em lugar de fazer; E., ao falar das situações destrutivas que imagina, é como que realizá-las – dizê-las é como se as realizasse, toda a transformação do seu comportamento reside neste novo lugar da palavra e sua abertura ao “como” (ainda que em esboço), da imagem mental em vez da acção... Ou por outras palavras, aqui está presente todo o poder terapêutico da fala, constituinte da representação, através da transferência. O imaginário avança, através da fala, sobre a cena psíquica e toma assim o lugar da acção, ou mais propriamente, da passagem ao acto. Este processo é indiscutivelmente, do ponto de vista clínico, o mais representativo do processo terapêutico com Emanuel, da maneira como a

palavra, nestas condições de atenção e aceitação proporcionou uma relação de transferência, e passou a exercer o seu papel manifestamente preventivo (de comportamentos agressivos).

A problemática da passividade em Emanuel estabelece então uma paradoxal relação com o desenvolvimento da agressividade. O registo da passividade, tão dominante no seu funcionamento, forjou-se num sistema de acumulação de sentimentos de injustiça e de ressentimentos, numa lógica que lembra a expressão popular do “engolir tudo”, “o meter p’ra dentro”... até rebentar, diríamos. O paciente cresce num ambiente idealizado por parte dos pais, que, com a melhor das intenções, queriam ver nele um filho virtuoso e bem sucedido; o registo das suas reacções, sobretudo da mãe, teve um impacto opressor no Emanuel, que desenvolveu uma conduta de submissão e fechamento (repressão interna ou mesmo exclusão dos afectos), conjuntura que despoletou a inibição do seu desenvolvimento afectivo. As suas representações e memórias assinalam a incapacidade de comunicar os seus desejos, segundo relata, por causa do medo de se confrontar com reacções ansiosas e de oposição por parte da mãe, sentidas como hostis pelo paciente. Esse receio relativamente à figura materna parece remeter para um complexo traumático, uma efracção dos seus limites e capacidades psíquicas de assimilação e contenção, e ter levado ao evitamento defensivo como mecanismo sistemático, assim como a uma posição passiva e a uma espécie de “anestesia afectiva”, um “aplainamento” dos afectos do seu mundo interior (“desafecção” da vida psíquica – “dis-affected patient”, cf. McDougall, 1982, 1984). Encontramos assim nesta hipótese a maneira como a adopção de uma posição de passividade e os processos de desvitalização afectiva concorreram para a apatia e a anedonia (dificuldade de experienciar emoções de prazer e satisfação) e terão comprometido o sentimento da auto-estima primordial (alicerces da identidade). Tais falhas do narcisismo primário repercutiram-se a par do bloqueio ou inibição do desenvolvimento afectivo.

Dada a importância dos traços clínicos associados à “anestesia afectiva” no estudo do nosso caso (inibição, apatia, anedonia, alexitimia, esquizoidia), vale a pena ilustrar um excerto de Joyce McDougall que descreve tais mecanismos nalguns pacientes, nomeadamente nos alexitímicos:

A capacidade do sujeito atacar os pólos somático e psíquico da dor mental acompanha-se duma luta tão violenta como contra a experiência dos afectos de prazer. Assim, há um esforço contínuo para cortar os laços entre o sujeito e os seus próprios afectos, quer estes sejam ligados às forças pulsionais, quer às ideias carregadas de sentimentos ou às relações sociais. Esta capacidade de atacar e ejectar rapidamente, seja o afecto, seja a representação, fornece-nos uma explicação para o facto dos pacientes alexitímicos e psicossomáticos revelarem uma pobreza da fantasia e da vida onírica. (ibid., p.143).

Em Emanuel, com efeito, a acumulação das vivências de opressão/ repressão esteve manifestamente na origem do seu isolamento e solidão interna, assim como de sentimentos depressivos e de aniquilamento do sentimento de si mesmo (desajustamento da identidade e afecção da auto-estima). Tal situação de isolamento interno e de erosão emocional está latente no desencadeamento da situação crítica que culminou na agressão à mãe e que corresponde a uma descompensação aguda da personalidade, num fenómeno psíquico e comportamental de reviravolta e “explosão”. Identifica-se neste uma forma arcaica de defesa contra a angústia: a acção expelindo

para fora o impulso (“passagem ao acto”, *acting*) (Cahn, 2004; Richard, 1998). Também se assinala neste processo a falência das defesas habituais do seu funcionamento (a que aludimos acima a propósito da desvitalização ou “anestesia emocional”) e a entrada numa mudança abrupta do pólo *passivo* para o pólo *activo*: este volte-face compreende um anseio de afirmação de si mesmo, sinal positivo em si mesmo, não fora o processo desintegrado e destruturante, devido à “má” escolha da violência e ao grau de destrutividade. Este aspecto da ruptura psíquica de manifestações diversas encontra certa afinidade com a descrição do “breakdown” relativamente prevalente na adolescência (Laufer, et. Richard, 1998). Na primeira entrevista clínica, a descrição do paciente e juízo sobre o seu comportamento levam a supor um estado de desrealização psicótico, que, felizmente, foi transitório e circunstancial. A sua evolução ao longo do processo terapêutico, e estando o paciente medicado, permitem-nos dar conta da reestruturação da consciência de modo consolidado e afastar o diagnóstico de psicose. (Ou, se quisermos, de modo mais explícito: sem dúvida, um núcleo psicótico existe em profundidade nesta organização limite, ou seja latente; mas nas condições favoráveis de evolução da sua experiência de vida, tal núcleo permanece como que adormecido, graças aos factores de equilíbrio compensatório e adaptativo.)

Agora, muito sucintamente, salientamos as características gerais da acção agressiva do paciente assim como de outros episódios agressivos anteriores, no sentido de contextualizar o seu comportamento e personalidade, do ponto de vista clínico:

- A agressão constituiu uma tentativa de matricídio com um utensílio doméstico durante o sono da mãe, e cujo desfecho revela a fragilidade do sujeito a nível psíquico e estrutural: logo imediatamente o E. se deixa cair no chão a chorar.
- Embora existindo um motivo consciente para passar à acção e a “justificar” (racionalização), a descrição da acção em entrevista indica perturbações do juízo crítico e da consciência, assim como da estruturação da personalidade e da identidade.
- E. dizia-se muito deprimido por frequentar um curso que não se revelava do seu agrado e que frequentava por vontade dos pais. A dificuldade em comunicar e exprimir a sua vontade de modo adequado, levou E. a um estado de progressivo fechamento e alienação; a frequência das aulas era vivida com frustração e alheamento (desrealização), “*não percebia nada da matéria, do que os professores diziam nas aulas*” (sic.); porém não falava com ninguém sobre o problema. Ao fim de algum tempo, deixou de comparecer, mas saía todas as manhãs à hora habitual, como se fosse às aulas, evitando desse modo confrontar-se com os pais perante a sua situação.
- A incomunicabilidade e isolamento levou E. a sentir-se desesperado e começou a imaginar maneira de se suicidar.
- Após algumas buscas na *Internet*, pensou que não teria meios, pelo que a solução era pôr um fim à mãe. Passou uns dias a cismar na ideia, antes de a pôr em prática enquanto ela dormia.
- Alguns precedentes na história de Emanuel põem em perspectiva a sua personalidade, quanto à gestão dinâmica da agressividade. Esta é sem dúvida peculiar, mas mais pela forma como aparecem dispostas as representações e sentimentos (ou a sua falta), do que pelos comportamentos em si. Por exemplo, na experiência dos tempos de escola e da relação com os pares, pautados por pequenos episódios relativamente banais – como enunciámos acima a propósito do jogo de *baseball* e do ódio expresso em

torno do insulto do colega. Porém, já em relação à mãe, uma reacção de agressividade é lembrada por E. quando uma vez, frente ao computador, um desentendimento levou a mãe a dar-lhe uma bofetada, ao que E. retorquiu na mesma moeda, dando uma bofetada à mãe, o que teve como desfecho um pranto de lágrimas. Emanuel é frugal em palavras a propósito deste episódio, demonstrando a forte inibição em abordar a figura materna, assim como a dificuldade de elaborar uma análise crítica relativamente ao seu comportamento. Aqui o seu discurso contrasta com a ênfase dada aos conteúdos agressivos vivenciados nos conflitos com colegas, sugerindo existir entre esses dois tipos de relação – colegas *vs.* mãe – uma quantidade de deslocamentos inconscientes e efeitos deformadores.

Interrogando o sentido psicopatológico da agressão à mãe, são de salientar os seguintes pontos:

- Os elementos do relato clínico de E., o modo do pensamento e da acção e respectivas circunstâncias, assim como o conjunto dos elementos clínicos que fomos conhecendo ao longo do acompanhamento, sugerem um estado de dissociação psíquica, com despersonalização e desrealização, ou seja um estado de perda do contacto com a realidade (estado psicótico), quer no momento da agressão, quer nos dias anteriores.
- Em termos dinâmicos, a acção agressiva parece constituir uma forma de libertação paranóide do objecto persecutório, ou se quisermos, o acto é uma forma externalizada do indivíduo pôr um termo ao seu estado de angústia interior quando ela assume um impacto persecutório (paranóide) (a “descarga” comportamental sinaliza a inoperância das defesas psíquicas e é reveladora da fragilidade dos limites Eu-outro). Tal acção agressiva sugere o grau de confusão entre fantasia e realidade, e mais especificamente entre o *self* e o objecto: a mãe real afigura-se como uma extensão do mundo de sentimentos e emoções do Eu do sujeito. Desse modo, a mãe real aparece nesse momento como suporte de projecção da angústia vivenciada, numa colisão ou curto-circuito entre Eu-outro (Eu-mãe); e, em simultâneo nesse processo, a angústia ameaça o sentimento de si mesmo (interrupção da noção de continuidade), e desorganiza as fronteiras do Eu (logo, da acção sobre o exterior), como um mastro a girar sem leme... – entendemos assim a equação: ameaça *self* <--> objecto. É o que nos sugere também a rápida e aleatória transição das ideias de suicídio para as ideias de matricídio.
- A acção agressora parece decorrer de um mecanismo primitivo de descarga da agressividade, que pensamos associar-se mais a um modo de insensibilidade afectiva (indiferença, do sadismo primário), do que a um sentimento de gozo ou prazer de infligir o sofrimento (sadismo secundário) (cf. Freud, 1915 ; 1924). No plano clínico e subjectivo do paciente, não se trata de desejar fazer sofrer a mãe, mas livrar-se dela como objecto representante do seu sofrimento, numa colisão entre a mãe (real) e a sua imagem interna clivada (objecto clivado hostil), como vimos acima.

CONCLUSÃO

REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DA RECONSTRUÇÃO DA PAZ PSÍQUICA E FAMILIAR

Centraremos agora os pontos essenciais da evolução clínica do nosso caso, e esboçamos uma reflexão crítica sobre ele à luz da temática da Paz.

Emanuel conseguiu mudar para o curso da sua opção e, manifestamente, evoluir para um estado de apaziguamento, mas... como instaurar a paz na família? Como despertar a consciência auto-crítica neste jovem e estruturar um comportamento fiável e maduro?

Ao longo da terapia deixamos que Emanuel exprima livremente as fantasias agressivas (ora em relação a um antigo colega com quem correu mal o jogo de futebol, ora em relação ao patrão da actualidade, ...), ao mesmo tempo que se vai estruturando a diferenciação entre fantasia e mundo real exterior, e consolidando o seu equilíbrio emocional através da relação empática com a terapeuta e do investimento espontâneo da sua acção para actividades construtivas (desporto, trabalho, estudo, comunicação com os pais, filmes de ficção...).

O balanço da terapia, em curso desde há alguns anos, é positivo nos seguintes aspectos: desaparecimento das fantasias de vingança sadico-masoquistas, capacidade de controlo e consciência de que afectos-ideias agressivos não podem ser agidos, comportamento estável e compensado narcisicamente (melhor auto-estima), responsabilização e realização pessoal na área dos estudos, comunicação mais aberta e diferenciada na relação com os pais.

Para este equilíbrio de compensação efectivo e maior auto-estima em Emanuel, que justamente promovem o estado de paz interna, pensamos que contribuem os seguintes factores: a expressão das suas emoções e pensamentos na relação com a terapeuta, o « setting » regular e estável (cumprimento das sessões semanais, e ao fim de 2 anos, quinzenais), postura empática mas questionante da terapeuta (suscita a reflexão crítica); valorização narcísica associada ao empenho nos estudos e seus bons resultados; maior abertura por parte dos pais na relação com ele, maior aceitação relativamente às suas opções e ao seu processo de relativa autonomização.

Este paciente, que revela uma organização da personalidade do tipo estado-limite, não é um psicopata, mas um exemplo clínico da maneira como um jovem de enorme imaturidade afectiva e fragilidade narcísica pode, em situações de solidão interna e de incomunicabilidade, chegar ao desespero e passar à acção percepções altamente distorcidas da realidade que mancham a história familiar de modo traumático e indelével...

Como reconstruir o elo familiar, ademais sem o discernimento de um gesto reparador?

Sem a questão do « perdão » aflorar como dado tangível, como significar a acção agressiva no plano intersubjectivo e ultrapassá-la, no sentido de uma pacificação autêntica na atmosfera familiar? Como resolver a ambiguidade, no silêncio da palavra, sem a clarificação do comportamento ofensivo?

Podemos colocar a questão da superação desse « fosso » na confiança básica e mútua na relação pais/filho; em que condições e processos é ela viável em circunstâncias como esta? É uma questão que ultrapassa os limites da intervenção clínica, é certo, mas que, num outro registo, colocamos aqui como livre reflexão.

O pedido de desculpas raramente acontece sem uma mudança interna assente num reconhecimento sobre si mesmo, a sua eficiência simbólica depende da emanção subjectiva do ofensor: não será redutor definir essa posição reparadora como um

processo ético puramente subjectivo. Ora, na ausência dessa emanção, no plano familiar, após o acto extravasado, talvez a esperança seja já um termo possível para fazer a ligação entre pais e filho. Assim, imaginando a representação dos afectos na família: a cada dia que se vive a paz em casa, não será muito pensar que o medo e a vergonha ficam um pouco mais longe?

Do ponto de vista pessoal, hoje Emanuel é um rapaz que evolui de forma estável. O processo terapêutico constitui um forte elo na preservação do seu contacto com a realidade e uma função preventiva (contra alguma eventualidade remota de descontrolo), através do amadurecimento de limites e de uma nova economia afectiva.

É um exemplo do modo como a responsabilização em saúde mental representa um processo de construção da Paz individual e familiar. E de quanto a paz é um processo de construção activo, nas suas mil faces : pessoal, interpessoal, familiar, social...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Dr. Orlando Von Doellinger o seu apoio na elaboração do caso clínico e à Dra. Otilia Pinheiro a discussão proporcionada sobre o tema da paz.

BIBLIOGRAFIA

- Cahn, Raymond (2004). *Passagem ao acto*. In Houzel, D., Emmanuelli, M., Moggio, F. (2004). *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, Climepsi.
- Da Cunha, António Geraldo. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Freud, Sigmund. (1915). *Pulsions et destins des pulsions*. In Freud, S. (1968). *Métapsychologie*. Paris, Gallimard.
- Freud, Sigmund (1920). *Au-delà du principe de plaisir (1920)*. In Freud, S. (1981). *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot.
- Freud, Sigmund (1924). *Le problème économique du masochisme*. In Freud, S. (1990). *Névrose, psychose et perversion*. Paris, PUF.
- Laplanche, Jean, e Pontalis, Jean-Bertrand (1990). *Vocabulário da Psicanálise*. 7ª edição. Lisboa, Presença.
- Richard, François. (1998). *Les troubles psychiques à l'adolescence*. Paris, Dunod. Chap. 3 : *Les pathologies ni névrotiques ni psychotiques*, pp. 39-71.
- McDougall, Joyce. (1982). *Théâtres du je*. Paris, Gallimard. Chap. VII: *Les mots manquants et l'économie de l'affect*, pp.131-151.
- McDougall, Joyce. (1984). *The "dis-affected" patient: reflections on affect pathology*. *Psychoanalytic Quarterly*, 53, 386-409.

CONFLITO E MEDIAÇÃO AMBIENTAL

NELSON BARROS

FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



A construção da paz passa, inevitavelmente, no nosso mundo globalizado, pela construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado num princípio de justiça inter-geracional e entre os povos, numa partilha de responsabilidades que não deverá ser igualitária.

A mediação ambiental poderá desempenhar um papel vital rumo à construção de uma paz solidária, fundamental para o desenvolvimento sustentável da Terra.

O debate gerado por este painel apontou claramente o caminho para o equilíbrio solidário entre as vertentes social, económica e ambiental, rumo a um desenvolvimento que se espera mais sustentável, capaz de gerar um ambiente de paz e partilha solidária dos recursos do planeta.

ENERGIA E AMBIENTE PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

GISELA M. OLIVEIRA

MESTRE, ALUNA DE DOUTORAMENTO

M. J. LEMOS DE SOUSA

CIAGEB, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ALTERAÇÕES
GLOBAIS, ENERGIA, AMBIENTE E BIOENGENHARIA
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O mundo ocidental tornou-se excessivamente dependente do consumo de energia. O modelo actual de abastecimento de energia baseia-se nos combustíveis fósseis que totalizam mais de 80% da energia primária total consumida no mundo. A disponibilidade de recursos naturais, incluindo as matérias-primas energéticas fósseis, é limitada e a sua distribuição geográfica não é homogênea. A procura pela energia no mundo está em permanente crescimento e não constitui um bem acessível a todas as populações, atingindo níveis de grande carência nos países subdesenvolvidos. O acesso às matérias-primas fósseis está restringido por razões económicas, de mercado e de localização geográfica. O consumo crescente de energia tem vindo a exercer grande pressão sobre o meio ambiente e teme-se que as consequências negativas para o clima possam ter efeitos irreversíveis. O problema das alterações climáticas tem uma dimensão global sendo, actualmente, motivo de preocupação também para políticos.

ABSTRACT

The current way of life has become excessively dependent on energy consumption. The model of primary energy supply is based on fossil fuels accounting of more than 80% of total primary energy consumed in the world. The availability of natural resources, including fossil fuels, is limited and their geographical distribution is not homogeneous. The world energy demand is in constant growth, and yet, energy does not constitute a commodity accessible to everybody, especially in undeveloped countries. Access to fossil fuels is restricted by economic reasons, but also by the geographical location of reservoirs. The continuous growth of energy consumption has been pressuring the environment and scientists fear that the negative consequences for the climate can have irreversible effects if the current situation of intensive energy consumption is maintained. The climate change problem has a global dimension and, currently, is matter of concern also for politicians.

1. ENERGIA E AMBIENTE

A energia é um bem absolutamente central na vida quotidiana, tão vital como o ar que se respira e, talvez por essa razão, a sua presença é tida como garantida, tão simples quanto é o acto de ligar de um interruptor. A energia é reconhecida universalmente como um bem precioso e constitui uma área estratégica de importância crucial para os governos de todos os países; por isso, a conquista pela disponibilidade de recursos energéticos tem sido responsável por muitos conflitos no mundo. O desenvolvimento e, mesmo, a estabilidade económica de um país são dependentes da energia, sob formas directas e indirectas.

A acessibilidade à energia de forma segura é crítica não apenas para o desenvolvimento dos países, em todas as suas vertentes (sobretudo as vertentes tecnológica, social e económica), mas também para o bem-estar e prosperidade de cada indivíduo pois permite a alimentação, a mobilidade, o conforto pessoal. No entanto, a não ser que os preços da energia sejam notória, raramente se pensa em tudo o que está envolvido para que seja possível ligar o gás ou abastecer o automóvel.

A energia não se cria, sendo que existe na Natureza sob a forma de energia primária que se pode transformar. A energia química, potencial ou energia nuclear transforma-se em electricidade, movimento, calor, trabalho mecânico e talvez, de novo, em energia potencial. Como, normalmente, não é possível a utilização directa da energia a partir da fonte e é necessária a transformação de formas de energia primária

noutras formas mais convenientes. Estes processos de transformação nunca são 100% eficientes e geram desperdício, ou seja, poluição.

Assim, os desenvolvimentos de tecnologias de utilização de energia, a definição de estratégias e de políticas de energia, serão sempre indissociáveis dos efeitos que provocam no meio ambiente.

Por outro lado, todo o progresso tecnológico alcançado pela humanidade nos últimos 250 anos surgiu em resultado da possibilidade de transformar energia potencial em trabalho mecânico (através da máquina a vapor) ou em electricidade. Neste curto período de tempo (relativamente à história do Homem na Terra) foram possíveis tais evoluções tecnológicas que a melhoria das condições de vida das populações resultou num considerável aumento da esperança de vida, conseguido pela erradicação de algumas doenças e pela possibilidade de tratamento de outras.

2. ENERGIA PRIMÁRIA: COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E FONTES RENOVÁVEIS

Toda a energia que se utiliza no planeta Terra provém, de forma directa ou indirecta, do Sol. De forma directa, ou seja, no momento actual, usa-se a energia radiante do Sol e, de forma indirecta, recorre-se à energia química potencial armazenada sob diferentes formas. A energia radiante que incide na Terra

manifesta-se sob a forma de luz e de calor que são também aproveitados sob a forma de energia química através da conversão pela fotossíntese que ocorre em plantas e seres microscópicos como as microalgas e as cianobactérias. Esta energia potencial química pode ficar armazenada por tempo indefinido. De facto, há cerca de 300 a 500 milhões de anos existiam na Terra condições especiais em que abundavam seres vivos fotossintéticos (sobretudo plantas, microalgas e plâncton). Com a evolução do estado do planeta, em determinadas zonas geográficas, esses organismos ficaram depositados em circunstâncias que permitiram a sua conservação ao abrigo da oxidação, tendo sido submetidos a condições induzidas pela dinâmica dos eventos geológicos naturais em bacias sedimentares e ao longo do tempo. A acção conjunta da pressão e da temperatura ao longo do tempo provocou a progressiva transformação da matéria orgânica num processo que se designa por incarbonização ou carbonificação. Consoante o tipo de organismos, do local onde foram sedimentados e dos níveis de pressão e temperatura experimentados, a lenta transformação da matéria orgânica deu origem a combustíveis fósseis com propriedades e características diferentes. Assim se formaram os combustíveis fósseis que se extraem actualmente do subsolo e que alimentam centrais termoeléctricas ou os meios de transporte.

Combustível fóssil é uma designação genérica que se atribui a produtos naturais que englobam essencialmente substâncias de origem orgânica e que resultaram de diversos processos de transformação química na crosta terrestre sobretudo sob a acção, inicialmente biológica e, subsequentemente da temperatura e da pressão. Habitualmente, denominam-se por combustíveis fósseis convencionais, o carvão, o petróleo, o gás natural, e por combustíveis fósseis não convencionais, o petróleo pesado, os betumes, o gás natural do carvão e o gás em hidratos.

O petróleo bruto é uma mistura complexa (por vezes com milhares de compostos diferentes) de hidrocarbonetos que são moléculas constituídas por carbono e hidrogénio com a fórmula generalizada C_nH_{2n+2} . A composição do petróleo bruto varia consoante a sua génese e a eventual e subsequente evolução do jazigo. Quanto maior for a concentração de moléculas grandes na mistura de hidrocarbonetos, maior é a massa volumica e a viscosidade da mistura. O gás natural é uma mistura de moléculas pequenas, maioritariamente metano (CH_4), mas também pode conter etano (C_2H_6), propano (C_3H_8) butano e pentano, para além de elementos vestigiais como azoto, dióxido de carbono, oxigénio e gases raros.

Segundo a definição adoptada em conjunto pela OCDE^[24] e pela União Europeia (IEA - International Energy Agency and Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2004) designa-se como “Produto energético primário” ou, simplesmente, “energia primária”, todos os produtos energéticos que são extraídos de recursos naturais ou simplesmente captados directamente da Natureza. Assim, nesta categoria contabilizam-se os combustíveis fósseis (carvão, lignite, gás natural, petróleos, betumes e asfaltos), os minérios radioactivos (dos quais se extraem os isótopos naturais de urânio ^{238}U e ^{235}U ou de tório ^{232}Th) usados para obtenção de energia nuclear e, ainda, as fontes de energia ditas renováveis: sol, vento, água, biomassa e energia geotérmica.

Por seu lado, a “energia secundária” obtém-se da transformação dos produtos energéticos primários como acontece com a produção de electricidade a partir da combustão de gás natural, ou da obtenção de coque metalúrgico a partir do carvão ou, ainda, de carvão vegetal a partir da madeira. Nesta perspectiva, a electricidade obtida por acção da energia hídrica ou solar, por exemplo, pertence à categoria da energia primária.

Por outro lado, as fontes de energia renovável tomam esta designação porque o aproveitamento destes produtos energéticos não provoca a destruição ou inutilização da fonte de energia. Contudo, é também importante notar que a inesgotabilidade das fontes renováveis não significa que a sua capacidade de produção de energia seja ilimitada, ou que a utilização destas fontes não possa causar impactos negativos na Natureza.

Actualmente, as tecnologias disponíveis que permitem a exploração das fontes de energia renováveis tem ainda, limitações importantes para o desenvolvimento, a generalização e a expansão geográfica destas fontes, nomeadamente:

- Capacidade de produção limitada pela falta de disponibilidade do recurso natural quer no tempo (por exemplo a ausência de vento), quer no espaço geográfico (escassez de água nas zonas desérticas ou de sol nas regiões de maior latitude).
- Intermitência da produção dependente das condições climáticas e das condições geográficas locais. Por exemplo, Portugal tem condições relativamente boas para o desenvolvimento, pelo menos de alguns tipos de energias renováveis, mas países de menor dimensão geográfica, como sejam o Luxemburgo e a Bélgica tem certamente maiores dificuldades na sua implementação.
- Eficiência reduzida na transformação da energia, já que nas instalações de produção de energia por meio de renováveis o *ratio* entre a capacidade instalada e a produção obtida é, ainda, muito elevado comparativamente aos processos convencionais, nomeadamente a produção a partir de fontes de energia fóssil.
- Competição com outras utilizações dos recursos naturais, nomeadamente quanto ao uso da água e do solo como acontece na produção energética com base em hidroeléctricas, em biocombustíveis ou, mesmo, no caso da implantação de painéis solares em terrenos aráveis.
- Descentralização dos recursos uma vez que a produção através de fontes renováveis se efectua, maioritariamente, fora dos meios urbanos pela disponibilidade quer de espaço, quer dos recursos naturais. No entanto este é um factor também muito positivo pois permite a produção doméstica ao nível, por exemplo, do uso da energia solar.

Por estas razões, os combustíveis fósseis, no seu conjunto, continuam sendo a fonte de energia primária dominante em todo o mundo. Na Figura 1 representam-se esquematicamente as principais fontes de abastecimento de energia primária, no ano de 2008, considerando os consumos ao nível mundial, da OCDE, da Europa e de Portugal.

No conjunto, a fracção da energia primária total respeitante aos combustíveis fósseis totalizou em 2008, em termos de consumo:

- 84% da energia no Mundo,
- 79% da energia em Portugal
- 78% da energia na União Europeia
- 82% da energia na OCDE

O petróleo é a fonte de energia mais utilizada em todos os planos de análise, o carvão, que ocupa o segundo lugar ao nível mundial, é, nos planos da OCDE e da União Europeia, apenas

24 OCDE – Organization for Economic Cooperation and Development. Reúne 34 países que colaboram entre si para tratar, em conjunto, de desafios comuns da globalização, nomeadamente da energia. Para além de 20 países da União Europeia (entre os quais Portugal), esta organização conta ainda com a Suíça, Noruega, Turquia, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, EUA, Japão, México, Nova Zelândia, Chile e Israel.

a terceira fonte de energia mais procurada. Em Portugal, o petróleo representou 52% da energia primária em 2008: cerca de metade do petróleo consumido destina-se ao sector dos transportes cujo consumo energético representa um terço do consumo final de energia. Portugal não possui explorações de petróleo nem de gás natural e, por isso, é totalmente dependente das importações destes combustíveis fósseis de países terceiros. O gás natural foi introduzido em Portugal apenas em 1997 e, actualmente, o abastecimento regular de gás natural ao país, efectua-se através do gasoduto com a Argélia; no entanto, o consumo de gás natural ultrapassou já o do carvão. Cerca de um quarto da energia total consumida no Mundo, UE, e OCDE provém do gás natural.

FALTA A FIGURA

FIGURA 1. CONSUMO DA ENERGIA PRIMÁRIA, NO ANO DE 2008, SEGUNDO AS PRINCIPAIS FONTES DE ABASTECIMENTO, CONSIDERANDO OS CONSUMOS AO NÍVEL MUNDIAL, DA OCDE, DA EUROPA E DE PORTUGAL. O ITEM “RENOVÁVEIS E OUTRAS” COMPREENDE AS SEGUINTE FONTES DE ENERGIA: HIDROELÉCTRICA, BIOMASSA, GEOTÉRMICA, SOLAR, EÓLICA, ONDAS, MARÊS, MAS TAMBÉM COMBUSTÃO DE RESÍDUOS. DADOS SOBRE PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA OBTIDOS DE EUROSTAT (EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2009; EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2010A; EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2010B); SOBRE A OCDE E O MUNDO DADOS DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA - IEA (IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2009A) E DA AGÊNCIA DE ENERGIA DO DEPARTAMENTO DE ENERGIA DOS EUA - EIA/DOE (EIA - ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2010).

3. PLANO ENERGÉTICO: SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO

Em cada país, a definição do plano energético, a concepção das políticas energéticas e, nomeadamente, a utilização de determinadas fontes de energia em detrimento de outras, baseia-se em diversos factores que têm em consideração dois objectivos principais: a garantia da segurança do abastecimento e a diminuição da dependência do país (idealmente, seria de independência do país) face ao fornecimento de energia oriunda de países terceiros, especialmente de zonas instáveis. Dentre os diversos factores que determinam as opções energéticas de um país, destacam-se:

- A disponibilidade de fontes de energia primária em território nacional, sejam de origem renovável ou fóssil. O tipo de recursos energéticos endógenos num país depende das suas condições geológicas, geográficas e climáticas.
- A fiabilidade do abastecimento que se relaciona, sobretudo, com a existência de tecnologias e de infra-estruturas que tornem a exploração e utilização de um determinado recurso energético economicamente rentável.
- A capacidade de abastecimento em quantidade necessária à manutenção dos processos industriais e dos serviços.
- A possibilidade de adaptação de infra-estruturas e processos industriais já existentes a novas matérias-primas energéticas e, também, a novas tecnologias.

- A possibilidade de aquisição de matérias-primas em mercados competitivos.

A produção de electricidade no conjunto dos países da União Europeia apresenta grande diversidade no que respeita às fontes de energia utilizada conforme se observa pelos dados da Tabela 1. Na maioria dos países da União Europeia, para além das condicionantes referidas, as condições geográficas e climáticas do país e a existência de recursos naturais fósseis e renováveis são os factores mais determinantes na escolha das fontes de energia primária.

Na Tabela 1 apresentam-se os valores relativos à produção (líquida, em percentagem) de energia eléctrica nos países que constituem a União Europeia. Os dados são relativos ao ano de 2008 e encontram-se discriminados por tipo de fonte de energia primária. Os valores da tabela foram calculados a partir de informação retirada da base de dados Eurostat da Comissão Europeia (Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2010b).

FALTA A TABELA

TABELA 1. PRODUÇÃO (VALORES LÍQUIDOS, EM PERCENTAGEM) DE ENERGIA ELÉCTRICA EM PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA SEGUNDO DIFERENTES FONTES DE ENERGIA EM 2008.

Na União Europeia e, em 2008, 53,3% da capacidade total instalada para produção de electricidade provém de centrais termoeléctricas convencionais, sendo que, a energia eléctrica produzida pelas centrais a carvão representou 26,2% da electricidade total enquanto 24,0% se obtiveram com recurso ao gás natural.

A energia nuclear é a fonte de produção mais importante na União Europeia correspondendo a 27,7% da electricidade total produzida, valor que resulta da enorme expressão que este tipo de energia tem nos países do Báltico (Lituânia, Finlândia, Eslováquia), mas também em França e em Espanha. Recentemente e, como consequência directa do acidente da central nuclear de Fukushima resultante do tsunami em conexão com o terramoto ocorrido no Japão em Março de 2011, alguns países da União Europeia anunciaram a reformulação da política relativa a novos projectos de centrais nucleares. Posteriormente ao acidente, a Alemanha anunciou, mesmo, o desmantelamento de várias centrais nucleares num claro aproveitamento político da situação, uma vez que as centrais nucleares a encerrar se encontravam já obsoletas e com encerramento programado após vários anos de funcionamento. Em todo o caso, a energia nuclear tem sido, permanentemente, alvo de forte contestação por diversas organizações não apenas pelo elevado risco de ocorrência de consequências graves em caso de acidente, mas também devido à geração de resíduos radioactivos e ao problema do destino a dar à sucata radioactiva resultante do desmantelamento das centrais. Por outro lado, a produção de electricidade com recurso à energia nuclear não origina emissões de gases com efeito de estufa e esta característica, cada vez mais importante no contexto global, é argumento para os apoiantes da energia nuclear.

O conjunto das fontes de energia renovável é responsável pela produção de 19% da electricidade total, na União Europeia. Na maior parte dos países, incluindo Portugal, a energia hidroelétrica é a que tem maior importância entre as energias renováveis. Por seu lado, a energia solar está numa fase de desenvolvimento tecnológico que ainda não atingiu a maturidade, representando uma fatia muito diminuta (cerca de 0,2%) da produção total de electricidade na Europa, estando em desenvolvimento em apenas sete países da UE. Neste sector, a Alemanha e Espanha, em conjunto são responsáveis por 94% da energia eléctrica produzida por via solar na União Europeia.

A segurança no abastecimento energético é um dos factores vitais na agenda política de todos os países e constitui de per se um motivo de conflito entre países, especialmente os produtores de petróleo e de gás natural. A utilização de diferentes fontes de abastecimento energético tem evoluído ao longo do tempo, influenciada por factores como a disponibilidade e o custo mas, também, pelas tecnologias de exploração dos recursos e de transformação dos produtos energéticos.

Assim, os cenários expostos na Fig. 1 e na Tabela 1 têm vindo a transformar-se aos longos dos anos, observando-se uma tendência notória para a redução do consumo relativo do carvão, acompanhada pelo aumento simultâneo do consumo de gás natural e das energias renováveis, e de uma forma muito menos expressiva, do petróleo e da energia nuclear.

Segundo as previsões publicadas pela Agência de Energia do Departamento Americano de Energia – EIA/DOE (EIA - Energy Information Administration, 2011), pelo menos até 2035, os combustíveis fósseis continuarão a dominar o abastecimento de energia primária, apesar da previsível subida continuada dos preços do petróleo e de crescimento das energias de fonte renovável. Os combustíveis fósseis reúnem condições que os tornam imensamente atractivos, sobretudo face às fontes de energia renováveis: as tecnologias de exploração e de transformação atingiram a total maturidade e os recursos fósseis ainda estão bastante disponíveis quer em quantidade quer em localização geográfica.

A forte dependência dos sistemas tecnológicos dos países desenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, dos combustíveis fósseis e, em particular, do petróleo, sobretudo para o sector dos transportes, alarga-se, também, ao sector da economia e até político, uma vez que muitos países, entre os quais Portugal, não possuem em território nacional qualquer tipo de exploração de combustíveis fósseis. Quase 90% das reservas totais de matérias-primas fósseis conhecidas estão localizadas no hemisfério norte, o que resulta da existência de maior área continental neste hemisfério, enquanto que no hemisfério sul a maior parte da superfície terrestre está coberta por oceanos. O carvão é o combustível cuja ocorrência é mais dispersa, existindo em todos os continentes em quantidades consideráveis. Mesmo assim, mais de 60% das reservas mundiais encontram-se em três dos maiores países do mundo: os Estados Unidos da América possuem cerca de um terço (29%) das reservas mundiais, a Federação Russa tem 19% e a China cerca de 14%.

No que se refere ao petróleo, a assimetria é muito marcada: 70% das reservas de petróleo encontram-se em apenas 10 países (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Federação Russa, Angola, Venezuela, Equador) e somente a OPEC^[25] conta com 52% dessas reservas.

No que respeita ao gás natural cerca de 67% das reservas situam-se no médio Oriente e na Federação Russa.

Possuir recursos energéticos em território nacional é sinónimo de possuir poder de influência, de negociação e, até, de embargo ou de chantagem relativamente a outros países ou organizações e, por isso, o facto das reservas de petróleo e de gás natural se encontrarem concentradas em determinadas regiões do globo tem sido um factor de conflitos ao nível regional e internacional.

Os factores que influenciam a definição da política energética de um país são dinâmicos no tempo e altamente dependentes da conjuntura política ao nível regional e mundial. Por vezes os planos energéticos estabelecidos por cada país são fortemente condicionadores por razões políticas e estratégicas que se sobrepõem a todos os restantes factores: é o caso dos conflitos bélicos, dos embargos comerciais e das especulações de mercado. Ao longo da história, diversas situações de guerra, de contestação social ou resultantes das leis de comércio, foram determinantes nas decisões e estratégias tomadas ao nível da política energética. Hoje em dia, estes factores são considerados extensíveis a nível regional. De facto, existe, por exemplo, um plano energético da União Europeia condicionado por constrangimentos gerais idênticos aos aplicáveis individualmente a cada país.

4. A RECONSTRUÇÃO DA EUROPA E AS BASES DE FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

No final da Segunda Guerra mundial, a Europa necessitava urgentemente de meios para a reconstrução e, por isso, de acesso fácil a fontes de energia. Os combustíveis fósseis tiveram um papel preponderante nesta difícil tarefa, de tal forma que em 1951, seis países (França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Luxemburgo e Bélgica) assinaram o Tratado de Paris (Conselho das Comunidades Europeias, 1951) que regulamentava a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e Aço) por interesses e causas que garantiam a livre circulação do carvão e do aço, bem como o livre acesso às fontes de produção, não apenas entre os países signatários do tratado mas também entre países em terceiros. Estavam assim criadas as bases da União Europeia, cuja origem foi, afinal, a criação do mercado do carvão na Europa.

5. AS CRISES ENERGÉTICAS E O EMBARGO COMERCIAL DE PETRÓLEO DE 1973

A crise petrolífera que decorreu de Outubro de 1973 a Março de 1974 surgiu como retaliação dos países membros da OPEC e, ainda, a Síria, a Tunísia e o Egipto, ao apoio concedido pelos EUA a Israel durante a guerra de “Yom Kippur” (este conflito teve origem num ataque surpresa conjunto da Síria e do Egipto a Israel em 6 de Outubro de 1973), nomeadamente pelo abastecimento de armamento a Israel. Apesar de parecer um conflito à escala regional, as consequências desta crise sentiram-se não apenas nos EUA mas em toda a Europa. Os países da OPEC inflacionaram de forma sem precedentes (400%) os preços do petróleo e racionaram o seu abastecimento com

petróleo (Arábia Saudita, Irão, Iraque, Kuwait e Venezuela) criaram a OPEC que, tal como o nome indica, é uma associação de países que tem como objectivos regulamentar o mercado internacional de petróleo segundo os seus interesses comerciais, nomeadamente a disponibilização de matérias-primas e a regulação de preços.

25 OPEC – Organisation of Petroleum Exporting Countries (ou em Português OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Em 1960, os cinco principais países produtores de

diminuição da produção em 5%, forçando a paragem de diversas indústrias nos EUA e, também, na Europa e a falha no abastecimento de combustíveis a todos os sectores dos meios de transporte. Nesta situação, a energia foi usada como uma arma política para forçar os EUA a influenciar Israel na retirada do Sinai e dos Montes Golan, territórios que tinha ocupado durante a guerra de “Yom Kippur”. E, efectivamente, o embargo petrolífero da OPEC foi levantado apenas quando Israel desocupou alguns territórios destas zonas. As economias ocidentais e industrializadas assentavam, aliás, tal como hoje, na economia do petróleo e os principais fornecedores de matéria-prima eram sobretudo os países da OPEC.

Como consequência desta crise, estabeleceram-se nos EUA e na Europa vários projectos de produção de electricidade por energia nuclear, como o objectivo de assegurar, pelo menos em parte, a segurança do abastecimento energético. A criação das cimeiras dos 8 países mais industrializados, comumente designadas por cimeiras do G8 (inicialmente G7 por não incluir a Rússia), teve também origem nesta crise petrolífera de 1973.

Posteriormente, outros conflitos de origem inicialmente regional tal como a guerra Irão - Iraque em 1979 e a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1991, provocaram alarmantes subidas dos preços do petróleo, mas as consequências destas guerras nos mercados do petróleo e do gás natural nunca atingiram o impacto gerado pela crise de 1973.

O crescimento do número de países produtores de petróleo e de gás natural, assim como o aumento das explorações, contribuiu, em larga escala, para a relativização das consequências destes conflitos.

Outra razão que contribuiu para este facto deve-se à progressiva participação das fontes de energia não-fósseis (incluindo a nuclear, as energias renováveis e, também, outras formas de energia não convencional como a que provém da combustão dos resíduos sólidos urbanos, agrícolas e industriais), no abastecimento de energia primária. No entanto, a cota dos combustíveis fósseis no abastecimento energético tem acompanhado o crescimento da procura de energia primária em todos os casos: à escala mundial, da OCDE, da UE e, também, em Portugal. Entre 1971 e 2007, o consumo mundial de energia primária duplicou e este crescimento sustentou-se com base no maior consumo de combustíveis fósseis.

6. CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA NO MUNDO: AUMENTO DA PROCURA ENERGÉTICA

Até ao final do séc. XX, o conjunto dos países da OCDE registava um consumo anual de cerca de 58% da energia primária total consumida no Mundo, facto que é reflexo da industrialização dos países desenvolvidos, por um lado, e, por outro, um exemplo da desigualdade existente ao nível da disponibilidade para consumo de energia. O continente africano é rico em recursos energéticos, quer sejam combustíveis fósseis, quer sejam fontes de energia renovável e, no entanto, neste continente verificam-se carências enormes na disponibilidade da energia, sendo a electricidade um bem escasso em muitos países africanos.

Por outro lado, países com economias emergentes como sejam a China e a Índia registaram, na última década, um crescimento extraordinário no consumo de energia primária, consequência do desenvolvimento tecnológico que experimentam.

De facto, o mundo industrializado está totalmente dependente da energia pelo que o consumo energético per capita é um dos parâmetros indicadores do desenvolvimento de um

país, não apenas sob o ponto de vista económico mas também social.

FALTA A FIGURA

FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA NO CONJUNTO DOS PAÍSES DA OCDE, DA UNIÃO EUROPEIA E, AINDA, DA CHINA E DA ÍNDIA. (EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2010A; EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2010B)

Enquanto a tendência actual, no conjunto dos países da OCDE e da União Europeia, é de diminuição do consumo anual de energia primária, a procura da energia primária no Mundo tem tendência para o aumento contínuo como um reflexo da expansão da população mundial que atingiu, em 2011, o valor global, sem precedentes, de 7 mil milhões de habitantes. No entanto, nos países industrializados da Europa e da OCDE, o crescimento demográfico é estável e em muitos casos, até negativo.

No século passado verificou-se em diversas regiões do mundo e, também em Portugal, a tendência para a migração das populações rurais para os meios urbanos, avolumando as cidades. Estima-se que cerca de 50% da população mundial vive em cidades e também que este número ascenderá a cerca de 70% em 2050. As dez maiores cidades do mundo têm populações superiores a 13 milhões de habitantes e, deste conjunto das dez maiores cidades, sete situam-se na Ásia. Na China, há 30 anos atrás, apenas 19% da população vivia nas cidades, mas com o progressivo deslocamento da população rural para as cidades, cerca de 50% vive, actualmente, em zonas urbanas.

Estima-se que 75% da energia mundial consumida seja utilizada nas cidades e, em consequência, cerca de 80% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) têm a sua origem também nas cidades. No continente europeu não existe nenhuma cidade com dimensão comparável à das mega-cidades, ou seja, as com mais de 10 milhões de habitantes (o que equivale à população inteira de Portugal concentrada num único local geográfico), mas prevê-se que o número destas mega-cidades aumente de 22 para 26 em 2015. Por outro lado, estima-se também (IEA - International Energy Agency, 2010) que existam ainda no Mundo cerca de 1,4 mil milhões de pessoas (aproximadamente 20% da população mundial) sem acesso à electricidade, situações que ocorrem, predominantemente, em países subdesenvolvidos (e até em países em vias de desenvolvimento) situados em África, na Ásia ou na América latina (IEA - International Energy Agency, 2009b).

É um facto incondicionalmente aceite que a utilização da energia é altamente dependente da prosperidade do sistema económico, da produção, receitas e rendimentos de um país. Por sua vez, o crescimento da economia solicita ainda mais disponibilidade de energia para a indústria, os transportes, os serviços, o consumo doméstico e este ciclo funciona em realimentação positiva. A observação dos dados obtidos ao longo das últimas décadas, indica a existência de uma relação directa entre o crescimento da energia com o crescimento do PIB^[26]

26 PIB – Produto Interno Bruto: valor expresso em unidades monetárias e que exprime o conjunto da produção de bens e serviços,

considerando o contexto mundial. Assim, enquanto se verificar, a expansão da população mundial (uma certeza inquestionável) e o desenvolvimento da economia mundial, a procura pela energia aumentará em resultado destas solicitações.

De acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia (IEA - International Energy Agency, 2010) e da Agência de Energia do Departamento de Energia Americano (EIA - Energy Information Administration, 2010), o consumo mundial de energia primária continuará a aumentar, até 2035, pelo menos em 1,2% por ano em média, resultante num extraordinário aumento global de cerca de 36% face ao valor verificado em 2008. O petróleo, o carvão e o gás natural continuarão a assegurar a grande fatia de abastecimento de energia primária, previsivelmente 80% da energia total, enquanto os restantes 20% provirão de fontes de energia renováveis e da energia nuclear.

O progresso da urbanização tem uma influência positiva na economia, contudo, especialmente nas grandes cidades, a dimensão e número de infra-estruturas fundamentais (rede de fornecimento de electricidade, hospitais, zonas comerciais e de serviços, etc.) para mega aglomerados populacionais, implica também grandes desafios em termos de fornecimento energético, quer ao nível da capacidade instalada, quer ao nível da gestão e transporte de combustíveis. Em alguns países, tal como a China e a Índia, a ocorrência de consideráveis reservas de carvão, a existência de mão-de-obra barata e acessível, algumas carências ao nível da capacidade de aplicação das tecnologias mais recentes (mais eficazes e menos poluentes) e, sobretudo, a relativização das questões ambientais ou até ausência do seu enquadramento político e legislativo, confere a estes países as condições para se tornarem, simultaneamente, nos maiores consumidores de energia ao nível mundial e nos maiores poluidores. No entanto, para estes países, parece inevitável que o progresso tecnológico e o desenvolvimento económico e social, previsíveis no futuro próximo, sejam fortemente dependentes dos combustíveis fósseis, em especial do carvão.

7. EMISSÕES DE CO₂ ORIUNDAS DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

O gráfico da figura 3 representa a quantidade de dióxido de carbono (expressa em milhões de toneladas de carbono) libertada para a atmosfera por ano, oriunda da queima de combustíveis fósseis, desde 1751 (ano que se considera de referência para o início da Revolução Industrial) até 2009.

FALTA A FIGURA

FIGURA 3. EMISSÕES DE CO₂ LIBERTADAS PARA A ATMOSFERA DA TERRA. CURVA CONSTRUÍDA COM DADOS OBTIDOS DE CDIAC – CARBON DIOXIDE INFORMATION ANALYSIS CENTER (BODEN ET AL., 2011).

Existem fortes evidências científicas que indicam que o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera resulta da acti-

vidade humana, nomeadamente, pela alteração da utilização do solo, pela desflorestação para obtenção de terrenos para produção agrícola ou para a construção, pela exploração intensiva dos recursos naturais e também como resultado das emissões de gases da combustão de combustíveis fósseis, sobretudo do carvão e hidrocarbonetos líquidos (principalmente fuel) mas também gasosos (gás natural). Independentemente de se questionarem ou não as teorias que prevêem o aumento da temperatura global do planeta devido ao aumento da concentração dos gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera, é um facto inquestionável que o desenvolvimento industrial e a utilização da energia contribuem de forma inequívoca para o aumento das emissões de CO₂.

Os registos das concentrações de GEE na atmosfera desde 1951 demonstram o aumento contínuo e acentuado do CO₂ na atmosfera, o que está de acordo com a curva de emissões libertadas para a atmosfera demonstrada na figura anterior.

Apenas em 1951 tiveram início as medições directas e os registos regulares da concentração de GEE na atmosfera, os dados existentes para períodos de tempo anteriores a esta data, são estimativas obtidas indirectamente quer pela análise de amostras de ar aprisionadas no gelo de glaciares existentes em zonas remotas do planeta, quer pela análise do crescimento das árvores e da relação existente entre os anéis dos troncos e o nível de CO₂ na atmosfera. Assim, o conhecimento científico sobre a evolução da concentração dos GEE ao longo da história da Terra é baseado em medições indirectas e na extrapolação de resultados, o que contribui para a incerteza, a insegurança e o desacordo entre a comunidade científica, seja sobre os dados anteriores a 1951, seja sobre as perspectivas futuras. Apesar disso, as evidências do gráfico exposto são reais: a manter-se o crescimento das emissões de CO₂ libertadas para a atmosfera expresso na curva, a concentração de CO₂ na atmosfera atingirá rapidamente níveis nunca antes experimentados no planeta.

Não há certezas sobre os reais efeitos destes níveis de concentração de CO₂ para a Terra enquanto ser vivo, no entanto, os cientistas recebem que se a situação actual se mantiver inalterada, ou seja, se a quantidade de CO₂, de origem antropogénica, libertada para a atmosfera continuar a aumentar ao ritmo verificado até ao momento, o actual equilíbrio da atmosfera se altere de forma prejudicial para o Homem e para os restantes seres vivos, de uma forma geral.

Estas alterações são genericamente designadas por “Alterações climáticas” e por vezes também referidas como “Aquecimento global”. As verdadeiras consequências que poderão existir para a Terra, não são ainda bem conhecidas, mas estima-se que possam alterar profundamente o clima da Terra, afectando especialmente determinadas zonas do planeta e assim ameaçar, de forma previsivelmente irreversível, o modo de vida das populações e os restantes seres vivos, de uma forma geral. A ameaça das Alterações climáticas é tão real que, actualmente, não é apenas objecto de preocupação dos cientistas mas passou também a fazer parte da agenda política e estratégica. Não existe reunião dos grupos denominados G8 e G20, ou outra cimeira de países industrializados que não tenha no seu programa de trabalhos a questão das Alterações climáticas, invariavelmente associada à questão da energia.

Com efeito, a Humanidade enfrenta, actualmente, a dupla dificuldade de sustentar o seu modo de vida e a economia (em particular dos países desenvolvidos - OCDE e União Europeia) em sistemas energéticos fortemente dependentes dos combustíveis fósseis, como esses mesmos recursos naturais, tão preciosos e, cada vez mais, menos disponíveis, são também os responsáveis pela degradação do meio ambiente, em particu-

sendo normalmente associado a um país, ou a uma zona geográfica.

lar da atmosfera da Terra, sem qual a vida não é possível. Este comportamento de exploração intensiva das matérias-primas fósseis verifica-se há mais de 200 anos e as previsões são unânimes (EIA - Energy Information Administration, 2011) em considerar que o *modus vivendi* se manterá pelo menos enquanto a energia for o motor do desenvolvimento tecnológico e do progresso económico. Uma vez que esta não é, de todo, uma situação sustentável, será, pelo menos, legítimo interrogar-mo-nos até quando será suportável?

Alguns cientistas, consideram que o problema do aumento da concentração de CO₂ na atmosfera é um problema de importância menor, porque as provisões de combustíveis fósseis serão esauridas muito antes de serem visíveis os efeitos adversos destes elevados níveis de CO₂ na atmosfera. Este ponto de vista é motivo de acesa controvérsia, pois, sendo verdadeiro que, um dia, as reservas de combustíveis fósseis se esgotarão, não contempla o facto das concentrações actuais de CO₂ na atmosfera resultarem não apenas das emissões actuais mas da acumulação das emissões do último século, uma vez que o tempo médio de residência do CO₂ na atmosfera é em média, cerca de 120 anos (na verdade, variável entre 30 a cerca de 200 anos).

POTENCIAL PARA FUTURA OCORRÊNCIA DE CRISES ENERGÉTICAS – DURABILIDADE DOS RECURSOS FÓSSEIS

Não obstante as questões das Alterações climáticas, as previsões de crescimento da procura de energia colocam um enorme desafio, não só e sobretudo aos cientistas e decisores políticos, mas também a todas as restantes partes interessadas nas questões energéticas, principalmente as que envolvem a segurança do abastecimento: até quando será possível manter o crescimento pela procura energética sustentada por matérias-primas cuja disponibilidade é limitada (combustíveis fósseis e minerais radioactivos)?

O problema da durabilidade dos recursos fósseis e nucleares é algo que preocupa os estudiosos na área da energia desde longa data e a discussão está longe de atingir o consenso, uma vez que não existe uma opinião comum sobre as quantidades de cada produto energético existente, principalmente no que respeita aos combustíveis fósseis. O Conselho Mundial para a Energia (WEC - World Energy Council) é uma instituição que reúne informação, proveniente de vários países do mundo (engloba 93 comités nacionais e mais de 3000 organizações), sobre a exploração, a produção, o consumo, as transacções, os recursos e as reservas dos diferentes produtos energéticos. A Agência Internacional de Energia (IEA – International Energy Agency) e a União Europeia, através dos seus departamentos, também são organismos que congregam, processam e analisam informação relevante sobre a energia, sobretudo a nível da OCDE e da UE. O Instituto Alemão Federal para as Geociências e os Recursos Naturais (BGR - Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe) é outro organismo que, de forma independente, recolhe e processa informação sobre os recursos geológicos. Periodicamente, estas instituições publicam dados estatísticos sobre os recursos de combustíveis fósseis e de urânio com base na informação oficial que recebem de cada país. Contudo, se a informação enviada por cada país à WEC, IEA e UE não for fidedigna ou estiver já enviesada, a incerteza das estimativas aumenta. É basicamente por estas razões que existe grande controvérsia sobre os números relativos aos recursos e reservas dos recursos fósseis.

Outro motivo, que é também causa de alguma distorção sobre as quantidades de recursos fósseis existentes no planeta é a falta de concordância total nas definições de recurso e de reserva.

De acordo com as definições estabelecidas pela WEC a designação “recurso” atribui-se à quantidade de matéria-prima que se encontra num determinado local (jazigo) em dado momento e que se considera tecnicamente extraível segundo as tecnologias actualmente disponíveis. Por outro lado, a designação “reserva” refere-se à porção de um dado recurso cuja extracção é economicamente rentável num determinado momento e que, consequentemente, depende dos preços da matéria-prima no mercado, nesse momento.

Na figura 4 apresentam-se as estimativas de recursos e reservas dos combustíveis fósseis e que reúnem os dados estatísticos mais recentes disponíveis no Conselho Mundial para a Energia (WEC) e no Instituto Alemão Federal para as Geociências e os Recursos Naturais (BGR).

Desde há alguns anos, as Nações Unidas, no âmbito da Comissão Económica para a Europa, têm vindo a desenvolver uma tentativa de uniformização das diferentes terminologias e nomenclaturas para recursos e reservas. O documento, na sua versão actual (UNECE - United Nations Economic Commission for Europe, 2010) diz não só respeito a matérias minerais sólidas em geral, mas também a hidrocarbonetos, tanto líquidos como gasosos. Trata-se, neste sentido, de uma importante contribuição moderna, já experimentalmente aplicada, com êxito, a alguns casos reais, mas ainda não generalizada à totalidade dos casos, dado que está, ainda, em fase de aperfeiçoamento.

FALTA A FIGURA

FIGURA 4. POTENCIAL (RECURSOS E RESERVAS) DE MATÉRIAS-PRIMAS ENERGÉTICAS FÓSSEIS EXPRESSO EM 106 TEP (MILHÕES DE TONELADAS EM EQUIVALENTE DE PETRÓLEO). VALORES APRESENTADOS CALCULADOS A PARTIR DE DADOS DE BGR (CRAMER AND ANDRULEIT, 2009) E (REMPEL ET AL., 2008; REMPEL ET AL., 2009) E DE WEC (WORLD ENERGY COUNCIL, 2007; WORLD ENERGY COUNCIL, 2009).

Neste sentido, valerá a pena referir que países tão importantes do ponto de vista mineiro como a África do Sul, a Austrália e o Canadá desenvolveram, por sua vez, códigos para o cálculo estimado de recursos e reservas, códigos estes que, pela sua importância a nível do binómio mineiro-económico, passaram a ser uma referência para considerar o valor em bolsa das acções das principais companhias mineiras, muitas delas multinacionais actuando nestes países. Tais códigos são conhecidos pela designação de SAMREC /SAMCODE (The South African Mineral Resource Committee (SAMREC) Working Group, 2009) para a África do Sul, JORC para a Austrália (The Joint Ore Reserves Committee of The Australasian Institute of Mining and Metallurgy and Australian Institute of Geoscientists and Minerals Council of Australia (JORC), 2004) e CIM para o Canadá (Special Committee of the Canadian Institute of Mining Metallurgy and Petroleum on Valuation of Mineral Properties (CIMVAL), 2003).

A validade das estimativas das reservas dos combustíveis fósseis é de importância extrema para a delineação das políticas energéticas, principalmente para permitir a antevista de eventuais dificuldades de abastecimento energético, de dependência externa e de expectativas futuras do utilizador de energia quanto à disponibilidade de matéria-prima e seu custo. Importa, por isso, projectar e obter informação sobre a capacidade de produção de uma determinada matéria-prima energética no futuro.

Outrossim, e num enfoque diferente, a previsão sobre a ocorrência de um pico máximo de produção possível para cada recurso natural foi, pela primeira vez, publicada por Hubbert em 1956 (Hubbert, 1956), ao serviço da companhia petrolífera Shell. Com este trabalho Hubbert introduziu o conceito de pico (peak), correspondente ao valor máximo de produção que é fisicamente possível de atingir em face dos constrangimentos associados a cada recurso: existências actuais (recursos e reservas), descobertas de novos reservatórios, explorações já efectuadas e consumos previstos. Em termos simples a teoria do peak de Hubbert ilustra-se no diagrama da Figura 5.

FIGURA 5. CURVA DE PRODUÇÃO TÍPICA DE UM RESERVATÓRIO DE MATÉRIA-PRIMA ENERGÉTICA FÓSSIL EM FUNÇÃO DO TEMPO (DEFINIÇÃO DE PICO DE PRODUÇÃO).

Hubbert verificou para todos os reservatórios o mesmo padrão evolutivo ao longo do tempo: no início da exploração de um jazigo a produção cresce lentamente, depois de forma mais acentuada até atingir um valor máximo (um pico de produção – peak) e, depois, decresce naturalmente, em função das dificuldades de acesso à matéria-prima em determinadas zonas do reservatório. Atingindo o pico sabe-se que mais de 50% da exploração possível já foi alcançada. O fim da exploração está representado no diagrama da Figura 5 pela abcissa $t + \Delta t$.

Em teoria, a produção de um jazigo poderia continuar até que se atingisse um valor nulo correspondente à total depleção do jazigo; contudo, existe um limite físico de exploração para cada jazigo, bem aquém da sua exaustão, e a partir do qual não é possível retirar mais matéria-prima. Apesar da curva de produção não ter uma forma de sino perfeita, considera-se grosso modo, que no momento em que ocorre o pico de produção cerca de 50% das reservas foram já consumidas.

A previsão da altura em que ocorrerá o pico de produção mundial para cada um dos combustíveis fósseis é um assunto muito actual e também controverso. Para além das incertezas referentes às estimativas dos recursos e das reservas já mencionadas, convém ainda não esquecer que a própria definição de reserva contempla as questões económicas na estimativa das quantidades de matéria-prima consideradas recuperáveis, embora estas sejam dinâmicas no tempo.

Apresentam-se, na Tabela 2, as estimativas para os picos de produção dos combustíveis fósseis convencionais, considerados de forma global, ou seja, no Mundo, e segundo diferentes fontes bibliográficas.

TABELA 2. PREVISÕES DO PICO DE PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E CARVÃO.

Fonte bibliográfica	Petróleo	Gás Natural	Carvão
Steve Mohr (Mohr, 2010)	2005 – 2019 (mais provável 2011)	2019- 2062 (mais provável 2030)	2015 – 2033 (mais provável 2019)
Jean Laherrère (Laherrère, 2008)	2012 - 2015	2025 - 2030	2050

BRGM1 (Masset et al., 2009)	2005 - 2015	2030	>2050

De novo, são visíveis as discrepâncias dos autores quanto às perspectivas futuras, embora haja unanimidade em considerar que o petróleo será o primeiro a atingir o pico de produção, dentro ainda desta década, depois o gás natural, daqui a cerca de 20 anos e, um pouco mais tarde, também a exploração de carvão terá atingido 50% daquela que é actualmente possível.

A situação descrita refere-se a previsões médias mundiais; porém, nalguns países, não apenas os picos de produção, desta ou daquela matéria-prima, já ocorreram (por exemplo, no Reino Unido, em 2000, atingiu-se o pico de produção de gás natural), como os reservatórios se encontram exauridos. É esta precisamente a situação de Portugal e da França no que respeita ao carvão.

Todavia, o crescimento da procura energética e o alargamento da produção de electricidade a zonas do Mundo actualmente mais desfavorecidas dependerá, certamente, do aumento do consumo de combustíveis fósseis, não obstante os progressos previstos também ao nível das tecnologias de transformação das fontes de energia renovável.

O FUTURO DA ENERGIA E A POLÍTICA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

Com plena consciência da insustentabilidade da situação actual e tomando a dianteira das políticas energéticas ao nível mundial, em Dezembro de 2008, a União Europeia estabeleceu uma política integrada em matéria de energia e alterações climáticas que inclui objectivos ambiciosos a realizar até 2020 (Commission of the European Communities, 2008). Com a “estratégia 2020”, tal como é conhecido conjunto destas medidas, espera-se assegurar um futuro sustentável para a Europa, transformando-a numa economia com baixo teor de carbono e eficiente em termos energéticos. Para o efeito, propõe-se:

- reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa (30%, se for alcançado um acordo internacional), face aos valores registados em 1990;
- reduzir em 20% o consumo de energia através de um aumento da eficiência energética,
- obter 20% das necessidades energéticas a partir de fontes de energia renováveis.

Entretanto, em 2010, a Comissão Europeia reconheceu que o plano inicialmente definido pela “estratégia 2020”, não seria suficiente para alcançar as metas estabelecidas nesse plano e que seria necessário adoptar um conjunto de medidas, de contexto mais abrangente, incluindo objectivos de carácter social. Neste novo documento de Novembro de 2010 (Comissão Europeia, 2010; European Commission and Directorate-General for Energy, 2011), designado por “estratégia Europa 2020”, os objectivos já definidos no âmbito da política energética e ambiental da Europa são enquadrados no cenário global do desenvolvimento da União Europeia. São também os principais objectivos de desenvolvimento esperados para a Europa até 2020:

1. Emprego: espera-se que 75% da população na faixa etária entre 20-64 anos esteja activamente a trabalhar.
2. Conhecimento, Investigação científica, Desenvolvimento tecnológico e Inovação: a União Europeia pretende ser líder mundial nesta área e, por isso, destinou 3% do PIB (com provisões públicas e privadas) para o financiamento de projectos de actividades científicas e tecnológicas.

3. Energia e Alterações climáticas: os objectivos previamente definidos mantêm-se.
4. Educação: a taxa de desistência do ensino básico deverá descer 10% face aos níveis actuais e espera-se que, pelo menos, 40% da população na faixa etária entre 30-34 anos complete os estudos ao nível terciário.
5. Luta contra a pobreza e a exclusão social: pelo menos cerca de 20 milhões de pessoas deverão sair de situações e risco em que se encontram actualmente.

Para evitar crises energéticas futuras e com vista a atingir os objectivos a alcançar no âmbito da política energética da União Europeia, cinco prioridades de actuação foram definidas:

1. Realização de uma Europa energeticamente eficiente;
2. Construção de um mercado da energia verdadeiramente pan-europeu e integrado;
3. Capacitação dos consumidores e garantia do mais elevado nível de segurança intrínseca e extrínseca;
4. Alargamento da liderança da Europa no domínio das tecnologias energéticas e da inovação;
5. Reforço da dimensão externa do mercado da energia da UE.

Assim, no que respeita à situação europeia, prevêem-se desenvolvimentos no sentido de cada país membro:

- Estimular a redução efectiva do consumo de energia ao nível industrial, empresarial ou individual através da consciencialização do consumo e da responsabilização dos consumidores
- Adoptar um *mix* energético diversificado e que seja cada vez menos dependente de importações de países externos à UE;
- Incentivar a utilização de tecnologias energéticas mais eficientes e menos poluentes,
- Promover o desenvolvimento das tecnologias de transformação e de utilização de energia a partir de fontes renováveis;
- Implementar tecnologias adequadas para uso de combustíveis não convencionais.

REFERÊNCIAS

- Boden, T., Marland, G. and Andres, B., 2011. Global CO₂ Emissions from Fossil-Fuel Burning, Cement Manufacture, and Gas Flaring: 1751-2008 Carbon Dioxide Information Analysis Center, Oak Ridge National Laboratory.
- Comissão Europeia, 2010. Comunicação da Comissão ao Parlamento europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Energia 2020 - Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura. European Union Commission, pp. 24.
- Commission of the European Communities, 2008. 20 20 by 2020 - Europe's climate change opportunity. European Union Commission, available at http://www.energy.eu/directives/com2008_0030en01.pdf, pp. 12.
- Conselho das Comunidades Europeias, 1951. Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Paris, 18 de Abril de 1951, AA-P 3/84, Bruxelas, pp. 49.
- Cramer, B. and Andruleit, H., 2009. Energy Resources 2009: Reserves, Resources, Availability - Crude Oil, Natural Gas, Coal, Nuclear Fuels, Geothermal Energy, BGR - Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe, Hannover, Germany.
- EIA - Energy Information Administration, 2010. International Energy Outlook 2010. DOE/EIA-0484(2010), DOE/EIA, Washington, DC.
- EIA - Energy Information Administration, 2011. International Energy Outlook 2011. DOE/EIA-0484(2011), DOE/EIA, Washington, DC.
- European Commission and Directorate-General for Energy, 2011. Energy 2020 - a strategy for competitive, sustainable and secure energy. Publications Office of the European Union, Luxemburg, pp. 28.
- Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2009. Energy, transport and environment indicators. Eurostat Pocketbooks on Environment and energy. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 184 pp.
- Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2010a. Energy - early statistics 2008. Eurostat Statistical books on Environment and energy. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 473 pp.
- Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2010b. Eurostat Statistics Database site: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database. Consultado em Junho de 2011. European Commission.
- Hubbert, M.K., 1956. Nuclear Energy and the Fossil Fuels, Publication nº 95, Shell Development Company - Exploration and Production Research Division, Houston, Texas.
- IEA - International Energy Agency, 2009a. Key World Energy Statistics 2009, OECD / IEA - International Energy Agency, Energy Statistics Division.
- IEA - International Energy Agency, 2009b. World Energy Outlook 2009, OCDE / IEA - International Energy Agency, Energy Statistics Division, Paris, France.
- IEA - International Energy Agency, 2010. World Energy Outlook 2010, OCDE / IEA - International Energy Agency, Energy Statistics Division, Paris, France.
- IEA - International Energy Agency and Eurostat - Statistical Office of the European Communities, 2004. Energy Statistics Manual. IEA publications, pp. 195.
- Laherrère, J., 2008. Peak (or plateau) of fossil fuels. In: M.J. Lemos de Sousa et al. (Editors), Workshop on "Energy, Greenhouse Gases and Environment".

edições Universidade Fernando Pessoa, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

- Masset, J.-M., Gautier, D.L., Perrodon, A. and Bauquis, P.-R., 2009. Oil and gas: peak or plateau?, *Géosciences International Year of Planet Earth Special Issue: "10 core Challenges for the Geosciences"*, BRGM, pp. 16-26.
- Mohr, S., 2010. Projection of world fossil fuel production with supply and demand interactions, *The University of Newcastle, Newcastle, Australia*, 783 pp.
- Rempel, H., Schmidt, S. and Schwarz-Schampera, U., 2008. Reserves, Resources and Availability of Energy Resources 2007 - Annual Report 2007, BGR - Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe, Hannover, Germany.
- Rempel, H., Schmidt, S. and Schwarz-Schampera, U., 2009. Reserves, Resources and Availability of Energy Resources - Annual Report 2009, BGR - Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe, Hannover, Germany.
- Special Committee of the Canadian Institute of Mining Metallurgy and Petroleum on Valuation of Mineral Properties (CIMVAL), 2003. Standards and Guidelines for Valuation of Mineral Properties, pp. 35.
- The Joint Ore Reserves Committee of The Australasian Institute of Mining and Metallurgy and Australian Institute of Geoscientists and Minerals Council of Australia (JORC), 2004. The Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves (the JORC Code). Australasian Institute of Mining and Metallurgy (AusIMM), Minerals Council of Australia, Australian Institute of Geoscientists, pp. 32.
- The South African Mineral Resource Committee (SAMREC) Working Group, 2009. South African Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Mineral Reserves (The SAMREC code). In: *South African Mineral Codes (SAMCODE)* (Editor). Southern African Institute of Mining and Metallurgy (SAIMM), Geological Society of South Africa (GSSA), pp. 64.
- UNECE - United Nations Economic Commission for Europe, 2010. United Nations Framework Classification for Fossil Energy and Mineral Reserves and Resources 2009. ECE Energy Series No. 39, United Nations Publications, Geneva.
- World Energy Council, 2007. 2007 Survey of Energy Resources. Survey of Energy Resources. World Energy Council, 600 pp.
- World Energy Council, 2009. Survey of Energy Resources - Interim Update 2009, WEC - World Energy Council, London.

ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY AND UNSUSTAINABLE INEQUALITIES

JOSÉ MANUEL MARTINS

ASSISTANT PROFESSOR, DEPO CIÊNCIAS
SOCIAIS, POLÍTICAS E DO TERRITÓRIO
DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO



SUMMARY

The growing price of oil may well correspond to the expected arrival of the difficulties to meet supply and demand - or the “peak oil”. The global increase in the prices of energy is being reflected in the price of many commodities, namely food. Considering, on the other hand, population growth, we observe already a decreasing amount of *per capita* availability of several resources. Due to the enormous unbalances at intra- and inter-national level, new equilibria and paradigms are required in the path to this coming era.

RESUMO

O aumento consistente do preço do petróleo pode corresponder à anunciada dificuldade de responder ao aumento de procura – o chamado “pico do petróleo”. O aumento global dos preços de energia tem-se refletido no preço de vários produtos, nomeadamente alimentares. Considerando por outro lado o crescimento populacional, verifica-se já uma diminuição da disponibilidade *per capita* de vários recursos. Devido às enormes disparidades aos níveis intra- e inter-nacionais, é indispensável encontrar novos equilíbrios e paradigmas no caminho para esta nova era.

INTRODUCTION

Infinite growth in a finite planet has long been a source of debate since we succeeded, during the last 200 years, in creating growing wealth for a growing number of people. However signs became more and more evident that some growing problems would have to be surpassed as time went by: among several others, pollution of air and water and the scarcity of water and oil. We are now going through a global crisis that most relate to financial management but is coincidental with a significant increase in the price of oil. The increase in the prices of food and energy is also certainly related to riots and upheavals, namely those occurring this year in northern Africa and Middle East.

1. RESOURCES AND POPULATION

As a short form of a diagnosis I briefly present here just the case of two very fundamental resources: water and energy. In what concerns water, Postel et al (1996) described and quantified the global flow of water in the planet. The estimates pointed in 1996 to an appropriation by mankind of 30% of accessible freshwater renewable resources and 54% of the runoff. The forecasts for 2025 however pointed to values above 70% of runoff appropriation, even considering constant per capita consumption and keeping the previous trends of dam construction.

In some developed countries the domestic per capita consumption is now decreasing and industry is reducing water intake per unit of product (e.g. by recycling). In spite of these changes in the trends of the use of water, the population under high water stress is estimated to double from 2000 to 2025 to about 3 billion people (Taikan and Shijiro, 2006).

Agriculture is responsible for at least 70 % of water consumption in the world. The irrigated areas (20 % of the total, producing 40 % of the food) are growing at an ever lower pace since the sixties, below 0.1 % per year (UNWWD, 2008). Groundwater is another source of concern since it is being used widely and is responsible for a large percentage of consumption but is in many cases exploited beyond sustainability.

In what concerns oil, the high volatility of prices in the last years may be the result, among other factors, of market agents willing to maximize their profit in a context of uncertainty. Or it may be the result of increasing difficulties from suppliers to meet the growing demand. Certainly both causes play a role. The period 2005-2010 watched a growing world in terms of population (5.9 % in this period) and GDP (12 %; only 2009 was a year of negative GDP growth: -2 %) but oil production increased only by 2.6 % in this period (World Bank 2011; EIA 2011). This means more productivity in terms of energy but also less oil per capita and per unit of production.

According to the United Nations (2010) the world population is heading to a number around 9 billion before 2050 and 10 billion by the end of the century. We will need to provide for the 70+ million extra people every year for the next years. An important issue is that most children are being born in developing countries which have the worst conditions to support them. The problem is not only related to very low relative income but also to other important aspects like the access to clean water and education. Figure 1 clearly shows the income distribution in 2005: half the world's population lives with less than 2.50 USD/day.

FALTA A

FIGURA

FIGURE 1. PERCENTAGE OF PEOPLE IN THE WORLD AT DIFFERENT
POVERTY LEVELS, 2005
SOURCE: WORLD BANK DEVELOPMENT
INDICATORS (WORLD BANK, 2008)

2. PROPOSALS

More than calling the attention to potential problems, it is important to understand which alternative policies would be acceptable to deal with such problems. Assuming that business-as-usual approaches do not require particular focus, we will refer a few ideas that may deserve some attention.

2.1 OTHER ECONOMIC PARADIGMS

One of the popular schools is the one about ecological economics and the concept of steady-state economics (Daly 1991) or the zero-growth theory. Since the seventies Daly has been promoting the idea that material growth is not required to ensure life quality and that a lot of the economic growth is obtained at some relevant costs to the environment or the people. Concerning developing countries, he advocates that the arguments used to increase, e.g., energy production to cope with population growth could, on the contrary, be used to promote the reduction of population growth...

An intellectually interesting complement to this theory is the writings of Julian Simon (1981) advocating the ingenuity of mankind to find new tools and resources and to push the material limits forever.

2.2 HISTORICAL EXAMPLES

Another approach that deserves some attention is the one by Friedrichs (2010): he presents the cases of three different nations that, in recent history, suffered from an oil shortage – Japan, North Korea and Cuba.

In the case of Japan, with a powerful military force, the result was an invasion of neighbor countries in order to obtain the necessary resources. North Korea, on the other hand, defended the privileges of a very small minority in the country and condemned the rest of the population to miserable sub-human conditions.

Cuba is presented as a not so bad example: in spite of the tough conditions, solidarity among neighbors and shared resources allowed the maintenance of minimum living standards for the majority.

2.3 MOVING FORWARD WITH TECHNOLOGY

The first approach to be presented should have been probably the one based on technology. Science and technology are considered responsible for bringing us here and are expected to continue their support on this track or, at least, minimize the eventual difficulties ahead.

Science and technology are clearly already present when we think of efficient light bulbs, recycling procedures or in new approaches to agriculture practices – from industrial methodologies and water saving devices to backyard permaculture initiatives.

Two larger scale examples are presented here to illustrate this view: the International Energy Agency (IEA, 2009) in its

yearly world outlook has been proposing a strong reduction of energy consumption (and CO₂ emission). The goal would be to stay below the 450 ppm of CO₂ concentration in the atmosphere. The present emission values of 30 Gt per year were expected to climb in 2030 to 40 Gt. The proposal is to reduce the emissions in 2030 to 26 Gt by using efficiency measures (57 % of global reduction), renewable energy and bio-fuels (23 %), nuclear energy (10 %) and carbon capture and storage technologies (10 %), see Figure 2.

FALTA A FIGURA

FIGURE 2. THE “450 SCENARIO” CO₂ ABATEMENT MEASURES
SOURCE: IEA, 2009

A second similar example occurs at the European Union where the European Climate Foundation (ECF, 2011) led a project joining several European institutions (academic, research, industry) that came up with a proposal to reduce CO₂ emission in Europe by 80 % till 2050. This comes in line with the International Panel on Climate Change proposals for Annex I countries to reduce emissions until 2020 (compared with 1990 emissions) by 25 to 40 %, and to reduce emissions by 80 to 95 % until 2050, in order to achieve the 450 ppm CO₂ scenario. These emission levels would allow limiting the expected global temperature increase to 2 °C.

This project, “Roadmap 2050”, analyses technical, economic and policy aspects concluding that a reduction of 80 % until 2050 is technically feasible and that the costs involved are not significantly higher than the alternative business-as-usual option. It proposes a reduction to zero CO₂ emissions from the power sector; it also includes analysis, e.g., on the destruction of jobs in obsolete industries and the creation of new jobs at the emerging industries, namely in the renewable energy areas.

In practical terms, the proposal includes a much stronger energy grid interconnection between northern and southern European countries aiming to provide large energy transport capacity, namely to supply solar electrical power to the North during the summer and wind electrical power to the South during the winter.

The schedules proposed and the goals to achieve are tight, requiring an overall reduction of CO₂ emission of about 4 % per year during the next 40 years. It calls the attention to an important topic: a delay in the implementation of the proposed measures of 10 years would push the required investments from about 60 billion euro to 80 billion euro – and the rate of reduction to over 5 % per year. Note that the business-as-usual scenario requires 30 billion euro investments and is the baseline for comparisons.

ESTA FIGURA NÃO TEM LEGIBILIDADE!!!!

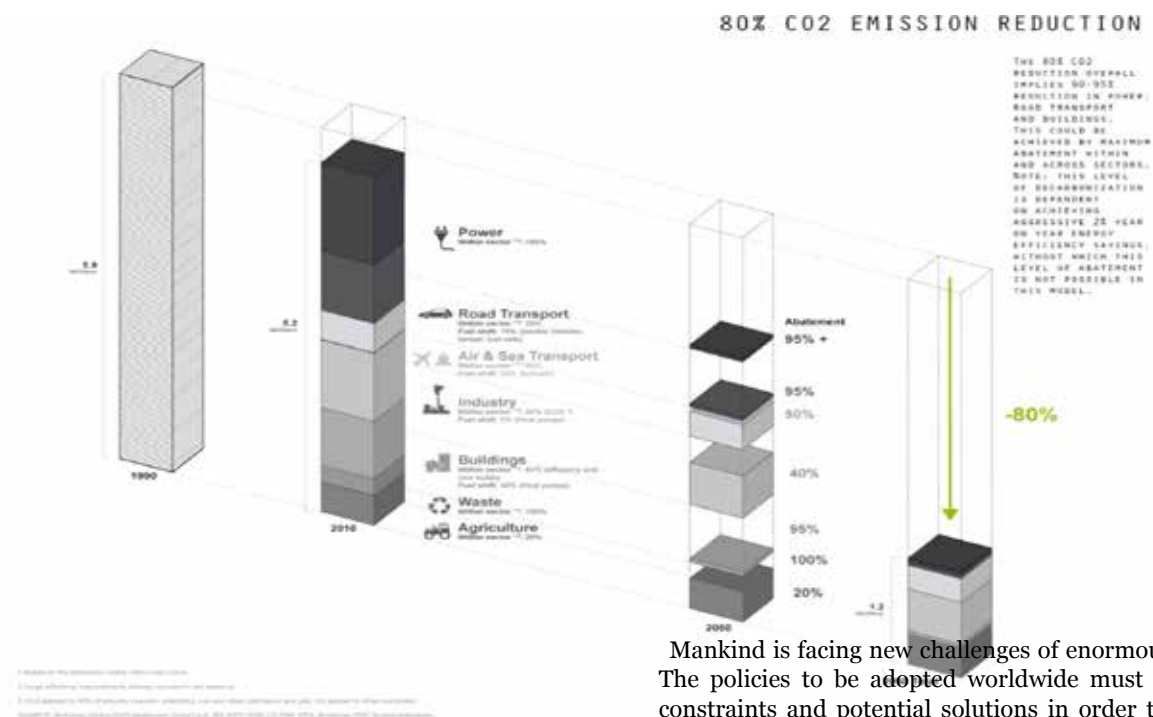


FIGURE 3. THE “ROADMAP 2050” SCHEME FOR CO₂ EMISSION REDUCTION
SOURCE: ECF, 2011

CONCLUSION

Material constraints may in the coming decades imply increasing difficulties to meet overall demand for basic goods. These difficulties will be particularly felt in less developed countries with significant population growth, but will also affect countries with higher living standards and strong dependency on those scarce resources.

Several possible paths into this new era have been proposed and analyzed. The business-as-usual approach would probably lead to an increasing number of social convulsions and wars over resources, eventually to enormous humanitarian tragedies. The less unfavorable scenarios imply the reversion of a trend to higher wealth concentration, both within countries and between countries. In a world of limited supply of goods it will be necessary to actively exert solidarity in order to provide for the basic needs of all.

The examples available both from history and present practice show that it is in general possible to find solutions that minimize negative social and economic impacts of an environmental or resource constraint. It is also obvious that under certain circumstances these situations can lead to military solutions or to elitist protection and crowd misery. The good examples can take the form of international cooperation to develop a technological structure to respond more efficiently to a given challenge or rely simply on local production of food and basic goods to be exchanged locally on a relatively equitable basis. These extreme examples share the fact that the solutions imply the cooperation of partners and result in a win-win situation.

Mankind is facing new challenges of enormous proportions. The policies to be adopted worldwide must consider these constraints and potential solutions in order to generate the conditions for progress, peace and to a meaningful “sustainable development”.

REFERENCES

- Postel, S. L. et al. (1997) Human Appropriation of Renewable Fresh Water, In: Science, Vol. 271, Issue 5250, pp. 785-788.
- Daly, Herman (1991) Steady-State Economics, 2nd edition, Island Press.
- ECF - European Climate Foundation (2011) Roadmap 2050, available at <http://www.roadmap2050.eu>.
- EIA – U.S. Energy Information Administration (2011) International Energy Statistics, available at <http://www.eia.gov>
- Friedrichs, Jörg (2010) Global energy crunch: How different parts of the world would react to a peak oil scenario, In: Energy Policy, Volume 38, Issue 8, August 2010, Pages 4562-4569.
- IEA - International Energy Agency (2009) World Energy Outlook.
- Simon, Julian (1981) The Ultimate Resource, Princeton.
- Taikan Oki, Shijiro Kanae (2006) Global Hydrological Cycles and World Water Resources, In: Science, Vol. 313, Issue 1068.
- United Nations (2010) World Population Prospects, the 2010 Revision, New York, UN Department of Economic and Social Affairs, Population Estimates and Projections Section.
- UNWWD – United Nations World Water Development (2008) Water in a changing world, World Water Development Report 3.
- World Bank (2008) World Bank Development Indicators.
- World Bank (2011) World Data Bank, available at <http://databank.worldbank.org>.
- (Footnotes)
- 1 BRGM – Bureau de Recherches Géologiques et Minières (serviços geológicos franceses).

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 03.

CIDADANIA, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, COMUNICAÇÃO
E RESPONSABILIDADE SOCIAL

ÍNDICE **VOLUME 03** CIDADANIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

-
385	CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DA PAZ CLÁUDIA TORIZ RAMOS	439	EMPREENDEADORISMO SOCIAL, MEDIAÇÃO E CIDADANIA ACTIVA: COMPLEMENTARIDADES E SIGNIFICADOS PEDRO CARDOSO E HELENA NEVES ALMEIDA
387	CITIZENSHIP AND PEACE IN LIGHT OF REALISTIC UTOPIA MARIA JOÃO CABRITA	445	DA CONDIÇÃO HUMANA À PRÁTICA CIDADÃ TERESA DENIS
393	UNE CITOYENNETÉ SANS ÉPITHÈTE GEORGE CHABERT	449	CONSTRUYENDO LA PAZ: PARTICIPACIÓN Y ESPACIOS DE CIUDADANÍA MARIA BELÉN MARTIN CASTRO
399	DUAL CITIZENSHIP FOR ETHNIC HUNGARIANS ANNA MOLNÁR	457	A QUEM INTERESSA A PAZ NO CAMPO? REIVINDICAR NÃO É CRIME. É CIDADANIA! CRISTIANE REIS
405	INTERNATIONAL DEMOCRACY ASSISTANCE IN BOSNIA-HERZEGOVINA AND IN THE RUSSIAN FEDERATION: REACTIONS AND CONFRONTATIONS TO THE LIBERAL PEACE PROJECT EUNICE CASTRO SEIXAS	465	PACIFICIDADE E NOVAS CONFLITUALIDADES: FUNDAMENTALIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA WEB 2.0 / 3.0 PEDRO DE ANDRADE
415	ESTUDOS SOBRE A PAZ: REFLEXÕES SOBRE UMA ÁREA DISCIPLINAR CLÁUDIA TORIZ RAMOS	473	POLÍTICA E PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ISABEL COSTA LEITE
419	EVOLUÇÃO DO ALTRUÍSMO E DA COOPERAÇÃO NOS GRUPOS HUMANOS MARINA PRIETO AFONSO LENCASTRE	475	O DIREITO À PAZ NO CONTEXTO DOS DIREITOS DO HOMEM ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES
423	EDUCAR PARA A CIDADANIA, UM CAMINHO PARA A PAZ MARIA EMANUEL MELO DE ALMEIDA	481	O PEACEKEEPING: PALIATIVO OU VERDADEIRO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS? MARIA DO CÉU PINTO
427	NA DEMANDA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TRANSNACIONAL PROMOTORA DE PAZ, COMPREENSÃO E TOLERÂNCIA, DESENVOLVIDA EM CONTEXTO ESCOLAR ANNA KOSMIDER LEAL E MAFALDA MENDES	487	O MODELO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: QUE PAPEL PARA A SUA 'ARQUITETURA DE PEACEBUILDING'? FERNANDO CAVALCANTE
433	CIDADANIA ACADÉMICA: PRÁTICAS CULTURAIS DOS ESTUDANTES DE COIMBRA NA DÉCADA DE 1980 ALEXANDRA SILVA	495	O COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA POR VIA LEGAL: UM SISTEMA AUTO-SUFICIENTE? FRANCISCO JORGE GONÇALVES
-

-
- 503 **DO ESTADO AO CIBERESPAÇO:
NOVAS AMEAÇAS, NOVOS
CONFLITOS INTERNACIONAIS**
MARCO ANTÔNIO BAPTISTA MARTINS
-
- 509 **A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NAS
QUESTÕES DE DEFESA E SEGURANÇA**
JOÃO LUÍS DIAS
-
- 515 **AMNISTIA, PAZ E DIREITOS HUMANOS**
JOÃO PEDRO CAMPOS
-
- 523 **TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
DA PAZ E DOS CONFLITOS: DA
INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA À
RESPONSABILIDADE DE PROTEGER
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
VASCO VIANA BATISTA
-
- 531 **A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO
DE NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS:
O CASO DE ANGOLA E OS
ACORDOS DE BICESSE (1991)**
MANUEL MAIO
-
- 539 **INTEGRAÇÃO POLÍTICA COMO
INSTRUMENTO DE PAZ: A
GÊNESE DA UNIÃO EUROPEIA**
ISABEL COSTA LEITE
-
- 545 **COMUNICAÇÃO, CONSUMO E
RESPONSABILIDADE SOCIAL**
PAULO RIBEIRO CARDOSO
-

-
- 547 **OS CONDUTORES JOVENS E O
COMPORTAMENTO RODOVIÁRIO
DE RISCO: ESTUDO PILOTO PARA
O DESENVOLVIMENTO DE UMA
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**
ANA SILVA E CRISTINA PIMENTÃO
-
- 557 **PAZ NA ESTRADA: AS CAMPANHAS
PUBLICITÁRIAS DE PREVENÇÃO
RODOVIÁRIA EM PORTUGAL E O
SEU IMPACTO NOS CONDUTORES.**
PAULO RIBEIRO CARDOSO E MANUEL JOSÉ FONSECA
-
- 563 **MENSAGENS PUBLICITÁRIAS
COM APELOS À CIDADANIA EM
CAMPANHAS DE NATUREZA
COMERCIAL E INSTITUCIONAL**
ELSA SIMÕES LUCAS FREITAS E
SANDRA GONÇALVES TUNA
-
- 569 **EL PODER DE TU VOZ. REFLEXIONES
ACERCA DE LAS CAMPAÑAS
PUBLICITARIAS POR LA PAZ**
JORGE DAVID FERNÁNDEZ GÓMEZ E
ROCÍO CALVO FERNÁNDEZ
-

CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DA PAZ

CLÁUDIA TORIZ RAMOS
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O debate da cidadania como construção teórica, quadro normativo e prática ancorada na relação entre as instituições políticas e os membros da comunidade política convoca filósofos, juristas, politólogos, sociólogos, educadores e cidadãos em geral. Transversal, tal debate cruza os caminhos da construção da paz, na medida em que a cidadania, cujo ancoradouro é a democracia, se arquitecta sobre sociedades pacíficas e de isonomia. Do local ao global, as práticas da cidadania definem-se ainda e sempre por relação com o Estado, mas também aquém e além dele, na aprendizagem quotidiana da participação local, ou nos exercícios de redimensionamento supranacional ou até global.

É a cidadania um projecto viável para a paz universal? O que dizem os teóricos? O que diz a experiência do terreno? E como

se fazem cidadãos: bastará a condição humana ‘natural’? O estatuto legal? Ou requer-se todo um processo de socialização nas práticas da cidadania, da casa, à escola, ao trabalho, à comunidade? São estas as questões que este painel pretendeu acolher e debater.

À chamada acima responderam estudiosos dos vários campos enunciados, tendo o item cidadania reunido participações valiosas que recobrem campos tais como a filosofia e valores, a história, a psicologia, a educação para a cidadania, a política, nas dimensões institucionais e da participação democrática. É desse debate que dão conta os textos subsequentes.

CITIZENSHIP AND PEACE IN LIGHT OF REALISTIC UTOPIA

MARIA JOÃO CABRITA

CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO MINHO, CEHUM/FCT



ABSTRACT

The Rawlsian realistic utopia illustrates the hope in of the reconciliation between the individual and his society. From the institutional point of view the importance of this idea extends from the national case – linked to the practices of citizenship – to the international case – the consolidated development of the character of a people. In the framework of an international society, the realistic utopia opens the road to the integration of different values and practices of the west and promotes respect for human rights – basic rights that substantiate its legal basis and forge an idea of peace which articulates the negative and positive meanings. In this perspective, democracy – and with it citizenship – thrives as a social ideal and not as international coercion.

Keywords: realistic utopia; citizenship; peace; democracy.

RESUMO

A utopia realista rawlsiana ilustra a esperança na reconciliação do indivíduo com a sua sociedade. Do ponto de vista institucional a importância desta ideia estende-se do caso nacional – ligada às práticas da cidadania – ao internacional – consolidada pelo desenvolvimento do carácter de um povo. No âmbito da sociedade internacional, a utopia realista abre via à integração de valores e práticas distintas das ocidentais e fomenta o respeito pelos direitos humanos – direitos básicos que substanciam a sua base legal e que permitem forjar uma ideia de paz que articula os sentidos negativo e positivo. Nesta perspectiva, a democracia – e com ela a cidadania – prospera como um ideal social e não como coerção internacional.

Palavras-chaves: utopia realista; cidadania; paz; democracia.

Throughout this article I will try to elucidate on the notions of citizenship and peace put forth in Rawls's political liberalism, especially in the light of its last feature, the realistic utopia. With this in mind, I begin by clarifying the meaning of the idea of realistic utopia. Although it might at first sight appear as an absurd notion, the realistic utopia emerges from Rawls's understanding of political philosophy as reconciliation and adds to it the task of "probing the limits of practicable political possibility" (Rawls, 2001, p. 4). In this sense, the political philosopher is not content to reflect on reality, considering "that the limits of the possible are not given by the actual" (Ibid., p. 5). He must bump against the borders of reality, for only thus will it be possible for him to shorten the distance between that which is desirable, but not merely simulacrum, and which is possible, even if he is not visible. In brief, one could say that the realistic utopia probes the limits of social reality on the horizon of reconciliation between what is collectively desirable and what is reasonable on an individual basis. Thus, even though it doesn't contradicting knowledge about human nature, it cannot be mistaken for realism.

The pressing question, then, is: can the realistic utopia be confused with utopianism? In *Equality and Partiality* (1991) Thomas Nagel suggested an answer to this question. According to this philosopher, "while utopianism tends to defend the egalitarian ideal without taking into account individual motivations, the realistic utopia consists rather in the formulation of reasonable ideals – for which reasonable individuals might be motivated – with some historical grounding, but which also open to the future" (Rosas, 2011, p. 17). By subjecting individuals to an impersonal transformation, utopian policy exerts excessive pressure on individual motivations (see Nagel, 1991,

p. 24). Differently, in Rawls's realistic utopia a problem arises regarding the constraints of a well-ordered society. In Nagel's view, the Rawlsian concept of a well-ordered society expresses its moral viability through mutual reinforcement between fair institutions and moral psychology.

Finally, it should be noted that the realistic utopia is distinct from utopian realism – Rawls explains this distinction in *The Law of Peoples* (1999). In this essay the philosopher calls the realistic utopia a world in which political injustices have been eliminated by the pursuit of just social policies (or at least decent ones) and the establishment of just basic institutions (or, again, at least decent ones); a world in which no law of nature is violated and which is the product of an ideal theory. This is not a compromise between realism (power) and utopianism (judgment and moral values), as in the case of utopian realism (Brown, 2002) – so much so that a Rawlsian realistic utopia puts limits on the reasonable exercise of power. Moreover, a realistic utopia gives a greater role to ideal theory than to non-ideal theory.

In *The Law of Peoples* Rawls raises the following issue: "how reasonable citizens and peoples might live together peacefully in a just world" (Rawls, 1999: vi). That is, the philosopher takes as his starting point the question about the possibility of a realistic utopia and the conditions under which it would thrive. In this sense, Rawls begins by pointing out that reasonable pluralism is an unavoidable fact of a reasonably just society of well-ordered peoples and the same is true of a reasonably well-ordered domestic society. It is, in the society of peoples, "diversity among reasonable people with their different cultures and traditions of thought, both religious and nonreligious" (Ibid., p. 11). This is reflected in the range of available

possibilities and in the impartiality of the Law of Peoples; and it paves the way for a society that promotes justice and political freedom; and that reconciles us, as individuals, with our contemporary social and political condition.

The conditions which are necessary to achieve a realistic utopia in a reasonably just society of well-ordered peoples are similar to those necessary to achieve a realistic utopia in a reasonably just constitutional democracy (see *Ibid.*, p. 11-19). I will briefly examine this parallel:

- 1) A liberal conception of justice is realistic when 1) it is based on the actual laws of nature and reaches the kind of stability that these laws allow – that is to say, stability for the right reasons – and 2) its primary principles and precepts are functional and applicable to current social and political arrangements. A reasonably just society of peoples is realistic and ordered in the same way. Its law is functional and applicable at to political agreements of cooperation and to relations between peoples;
- 2) A liberal conception of justice is utopian when using political (moral) ideals, principles and concepts to determine a reasonable and just society. It must therefore 1) substantiate the rights, freedoms and opportunities essential to a constitutional regime, 2) give them a special priority, particularly regarding the values of the general good and perfectionism, and 3) ensure that all citizens have primary goods necessary for the effective and intelligent use of their freedoms. These principles, which are characteristic of liberal conceptions of justice, must satisfy the criterion of reciprocity. A reasonably just Law of Peoples is utopian because it uses political (moral) ideas, principles and concepts to enumerate reasonably accurate and fair social and political preparations for the Society of Peoples;
- 3) The category of policy must contain within it all the elements which are essential to a political conception of justice – hence the idea of a free citizen is determined by a liberal political conception rather than by a comprehensive doctrine. The Law of Peoples satisfies this condition since the liberal political conception extends from domestic society to the relations between peoples;
- 4) Given the fact of reasonable pluralism, constitutional democracy should have political and social institutions that lead citizens to acquire, throughout their development and their involvement in society, an appropriate sense of justice. In a well-ordered society of peoples reasonable pluralism is more evident than in a domestic society. While loyalty to the law of peoples does not have to be equally strong in all people, it must be strong enough.
- 5) The national unity must be rooted in a reasonable political conception of rights and justice affirmed by an overlapping consensus of comprehensive doctrines. As the unit of a domestic society, the unity of a reasonable Society of Peoples does not require religious unity. The Law of Peoples offers a content of public reason of the Society of Peoples parallel to the principles of justice in a liberal domestic society. The idea of public reason for the society of people is analogous to the idea of public reason in the national case, when there is a shared basis of justification which may be discovered upon appropriate reflection. Political liberalism, with its ideas of public reason and realistic utopia, denies that the stability of peoples is no more than a balance of forces, a *modus vivendi*;
- 6) The political conception must have a reasonable idea of tolerance resulting from ideas obtained exclusively from the political category. A political conception is

strengthened if it contains within itself a reasonable idea of tolerance – public reason demonstrates the reasonableness of tolerance. The argument regarding tolerance derived from the idea of rational citizens also remains the same in the vast society of peoples; in other words, the same reasoning applies in one case and in the other.

The idea of realistic utopia illustrates the hope of reconciling the individual with his society and is motivated by two fundamental ideas: the idea that political injustice is the source of the great evils of human history and the idea that once this is “cut off at the roots”, by the practice of just (or at least decent) social policies and the establishment of just (or at least decent) basic institutions, these evils will disappear (Rawls, 1999). From the institutional point of view the importance of this idea extends from the national case – linked to the practices of citizenship – to the international case – the consolidated development of the character of a people – and shows the roots of social stability in the progressive moral learning of individuals. In this sense, the establishment of a stable peace within and among domestic societies requires that the practices of public reason should have priority over these practices based on comprehensive doctrines held by citizens.

After illustrating the idea of “realistic utopia”, I will focus on the notion of citizenship put forward by Rawlsian political liberalism. As an exercise in the *reductio*, I begin by recalling its specific character: the Rawlsian notion of citizenship does not place emphasis on the cultural and ethical community to which individuals belong, as the communitarianism does; on political participation, as civic republicanism does; nor on the freedom and autonomy of individuals, as neo-liberalism does. Which does not mean that Rawls distance himself completely from these conceptions. Specifically, and in the wake of the democratic tradition, Rawls conceives the citizens as free and equal persons, reasonable and rational, persons engaged in the system of just social cooperation of a democratic regime (Rawls, 1993). This means that within a well-ordered society everyone has the same rights and duties – civil, political and social – and is free – freedom understood in the light of a liberal political conception and not a comprehensive theory. Under this statute, the fundamental interests of individuals are protected against any disagreeable act, by either an individual or the state; and societies have an obligation to protect the most disadvantaged people.

Society as a stable and fair system of cooperation among free and equal citizens, deeply divided by the reasonable comprehensive doctrines that they advocate, must meet three conditions. Namely: its basic structure must be governed by a political conception of justice; this must be the result of an overlapping consensus of reasonable comprehensive doctrines; and it must guide public discussion when it comes to fundamental constitutional matters and basic justice issues. Political constructivism, which is the justification of Rawlsian political liberalism, has the task of reconnecting the content of the political principles of justice with the contents of the concepts of citizens viewed as reasonable and rational subjects.

The moral capacities which characterize persons – the capacity for an effective sense of justice and the capacity for a conception of good – and their sense of responsibility in the pursuit of their goals enables citizens, within a well-ordered society that is essentially closed (see Rawls, 1993, p. 12), to enjoy full autonomy. In a liberal society, as that defined by Rawlsian political liberalism, citizens are disturbed by three types of conflicts: 1) those arising out of irreconcilable comprehensive doctrines, 2) those arising from differences in status,

social class, occupation, or ethnicity, gender or race, and 3) those arising from the burdens of judgment (see Rawls, 1999, p. 177). The recognition of the burdens of judgment – such as the willingness to offer one another just terms of social cooperation – is a characteristic of reasonable citizens (see Rawls, 1993, p. 54-58, *Ibid.*, p. 136).

The ideal of citizenship imposes as a moral duty that citizens must be able to explain to each other how the principles and policies they advocate and vote for are based on the political values of public reason – this is the duty of civility. This duty also includes the willingness to listen to the arguments of others and a spirit of loyalty and fairness in the deliberation of adjustments to be made in order to accommodate their perspectives (see Rawls, 1993, p. 217). In domestic society, citizens comply with the duty of civility when they participate in it and, watchful of the actions of politicians, they do what they can to ensure that political practices are guided by public reason. The disposition to honor this duty is one of the cooperative virtues of public life (Rawls, 2001).

The fusion of the duty of civility with political values produces the ideal of democratic citizenship – this is, as noted by Rawls, “[the] ideal of citizens governing themselves in ways that each thinks the others might reasonably be expected to accept” (*Ibid.*: 218); an ideal stated from the reasonable comprehensive doctrines of citizens. Thus, political liberalism presupposes that the limits of public reason are justified by the appreciations of reasonable comprehensive doctrines that share the political conception of justice as fairness. The boundaries of public reason coincide with respect for the ideal of democratic citizenship. This is a shared sense of political values that preserves the bonds of civic solidarity and is consistent with the duty of civility. In a democratic constitutional regime the political relationship is by nature a relationship of civic friendship – we believe that the reasons why we act, in the political sphere, can be accepted by others (see Rawls, 1997, p. 137).

According to Rawlsian political liberalism, the legitimacy of political power is based on the criterion of reciprocity and demands that citizens should respect the limits of public reason. Just as the ideal of public reason leads citizens to question the political practices of their domestic societies, it also leads them to be indignant in the face of any practice that violates the public reason of free and equal peoples. In the society of peoples, public reason plays a role among free and equal peoples similar to that exercised in a constitutional democracy among free and equal citizens. In the words of Rawls, it is “the public reason of free and equal liberal peoples debating their mutual relations as peoples” (Rawls, 1999, p. 55), whose content is revealed in the eight principles of the Law of Peoples^[1] and not in the liberal principles of justice in a democratic constitutional regime.

Social stability – stability for the right reasons – is rooted in the progressive moral learning of individuals – their sense of justice is gradually acquired as they grow and participate in

fair institutions. Moral sentiments, the fundamental soundness of social stability, require the psychological process of moral learning – in this context, Rawls follows the steps of the rationalist tradition, illustrated by Kant and Rousseau, J. S. Mill and Piaget’s theory (Rawls, 1971). In a well-ordered society the individual moral development involves three distinct and successive steps – the morality of authority, the morality of association and, finally, the morality of principles – guided by psychological laws taking reciprocity as a basic idea. Once their emotional ties have been developed – by the morality of authority – and their ties of friendship and trust as well – by the morality of association – the individual develops a sense of justice though the principles-based morality. The sense of justice, understood as an extension of our natural links and a way to concern ourselves with the collective good, is manifested in two ways: first, it leads us to accept the just institutions, under which we grow and from which we benefit together with those with whom we are associated; second, it predisposes us to want to establish just institutions or to reform existing institutions when justice so requires.

As noted in *The Law of Peoples*, moral learning is an essential element of the idea of a realistic utopia, both in the context of domestic societies, and in the context of a society of democratic and decent peoples. Like citizens – protagonists of the contract that stipulates the principles of political justice of a well-ordered domestic society – peoples – the protagonists of the contract establishing the Law of the Peoples in a society of decent peoples – have a definite moral nature. In this sense, peoples are characterized by a certain proper pride and a sense of honor, they are moved by rational interests “guided by and congruent with a fair equality and due respect for all peoples” (Rawls, 1999, p. 45), which makes democratic peace possible. This psychological process, moral learning, provides the development of moral character of a people, either democratic or decent – decent hierarchical peoples, as Rawls notes, “have the capacity for moral learning and know the difference between right and wrong as understood in their society” (*Ibid.*, p. 66).

If on the one hand the extension of the Law of Peoples to decent hierarchical societies opens the way for inclusion, in the international community, of values and practices distinct from those of the West and fosters respect for basic human rights^[2]; on the other hand, it is decentralizes from the liberal conception of “person” – according to which, “persons are citizens first and have equal basic rights as equal citizens” (*Ibid.*). The imposition of obligations arising from these rights presupposes a conception of justice that seeks the common good and the good faith of legal justification of the law. Applying these conditions implies the concept of “person” specific to a decent hierarchical society, as a responsible and cooperative member of the groups to which he/she belongs, and not the liberal conception of person as a free and equal citizen. In this sense, because the individuals are considered to be members of a people and not citizens of the world, Rawls ends up yielding some space to the communitarian vision of international relations (Cabrita, 2009).

While not all members of a decent hierarchical society are taken as free and equal citizens and deserving of equal representation, or as having the right to participate in political deli-

1 “1. Peoples are free and independent, and their freedom and independence are to be respected by other peoples.
2. Peoples are to observe treaties and undertakings.
3. Peoples are equal and are parties to the agreements that bind them.
4. Peoples are to observe a duty of non-intervention.
5. Peoples have the right of self-defence but no right to instigate war for reasons other than self-defence.
6. Peoples are to honour human rights.
7. Peoples are to observe certain specified restrictions in the conduct of war.
8. Peoples have a duty to assist other peoples living under unfavorable conditions that prevent their having a just or decent political and social regime” (Rawls, 1999, p. 37).

2 Rawls presents a list of basic human rights that includes: the right to life (to the means of subsistence and security); to liberty (to freedom from slavery, serfdom, and forced occupation, and to a sufficient measure of liberty of conscience to ensure freedom of religion and thought); to property (personal property); and to formal equality as expressed by the rules of natural justice, in Rawls, 1999, p. 65.

beration, they are rational and decent people, capable of moral learning – they recognize, in accordance to the common idea of justice of their people, their duties and moral obligations. In this sense, the groups represent the rational interests of its members, taking into account the broader interests of political life. Unlike a constitutional democracy in which every citizen has a vote, a consultation hierarchy focuses on the bonds of community rather than in individual interests. But just as the description of a Rawlsian democratic people is engendered in the light of realistic utopia, his description of a decent people is purely hypothetical. Rawls mainly intended to show on the one hand the feasibility of a decent government that allows for political discussion; and on the another hand, that “the liberal conception requires not only, from other societies what they can reasonably guarantee, without the mastering or degrading them” (Ibid., p. 237). This view ultimately paves the way for peace between peoples whose political culture is distinct.

Following this account, I move the focus of my analysis to the notion of peace in a realistic utopia. In *The Law of Peoples* Rawls analyzes the issue of peace at three distinct levels: first in the relationships between democratic peoples; then, in the agreement between democratic peoples and decent peoples; and lastly, in the way in which the well-ordered society of peoples deal with outlaw states and burdened societies. I begin by invoking the relevance of the thesis of democratic peace, in order to show that Rawls provides one of the more interesting versions of this theory, by removing it from its usual horizons – the context of the relations between liberal states – into the realm of ideal theory (Brown, 2002).

The democratic peace thesis is based on the following observation: “democracies do not go to war with each other”. It thus reflects the empirical law that illuminates the idealistic vision of international relations and its concept of positive peace, understood as a model of cooperation and integration. But the argument is widely disputed by realistic critics, who understand peace as an absence of war. In the realistic view the democratic peace thesis is questionable because: 1) it fails to consider the existence of some wars within and between democracies, 2) it devalues factors as important as geographical distance, the alliances against common enemies and the prudent desire to avoid unnecessary wars, and 3) there is no guarantee that the states will stay or become democratic (Lynn-Jones, 1996). However, the idealists insist on the importance of democratic peace by putting forward statistical studies; by a careful and reasonable defense of their definitions of democracy – although they admit exceptions to democratic peace; by explaining the causal logic underlying democratic peace; and by the allegation that the spread of democracy continues to grow and that few democracies become stable autocracies (Ibid). Aside from its theoretical meaning – visible in the debate between realism and liberalism – the issue of democratic peace has a practical significance: if democracies do not go to war with each other, they encourage the spread of democracy which is the best formula for world peace.

The idea of democratic peace, the anchor of the liberal theory of international relations, is indebted to the Kantian idea of *foedus pacificum* and to its justification on the basis of the peaceful nature of republics, of its socializing force in international trade and of the political function of public space (Kant 1795/6). Rawls follows the trail of this idea and of those contemporary theorists who defend it – such as Michael Doyle and Bruce Russett – without going from the right of peoples

to cosmopolitan right^[3], which calls for a moral conception of a person as free and equal and a paradigm of society denying the pluralism of the international community. Despite this disparity, Rawls understands liberal democratic peace, alongside the facts of reasonable pluralism, of democratic unity in diversity and of public reason, as a foundation of hope in a society of peoples that respect and enforce human rights and honor the law of peoples. In other words, along with Kant, Doyle (1983; 1997) and Russett (1993), he considers that the stability of domestic societies leads to the stability of the international society; and departs from the realist theory, the perspective that envisages social relations as a continuous struggle for wealth and power. But, unlike Kant, Doyle and Russett, he puts forward the possibility that peace will extend beyond liberal societies, to decent societies; and contributes to the understanding of the proper “spread of democracy” through free membership and not by imposition. In this point of view, democracy – and with it citizenship – thrives as a social ideal and not as international coercion. Two fundamental ideas converge in the concept of democratic peace: the idea that between the constant misery of life on the one hand, and fatalism, on the other hand, there are political and social institutions that can be changed by people in order to make them happier and satisfied; and the Montesquieu’s idea of *moeurs douces*, according to which the virtues promoted by the market on citizens (attendance, diligence, punctuality and integrity) lead to peace. The rational interests that drive rational people – guided in line with a fair equality and the respect for all people – make democratic peace possible. It is a state of peace by satisfaction, as described by Raymond Aron, in the *Paix et guerre entre les nations* (1962) against the light of “peace by impotence”, or “peace through terror”, and “peace by power”; a situation as stable as it is more general and in accordance with the order of international law. In this sense, the peace between democratic nations derives from the fact that they are satisfied with the status quo for the right reasons.

Rawls clarifies the meaning of democratic peace by formulating the following framework hypothesis: the fact that constitutional democratic societies satisfy the characteristics of a reasonably fair system makes peace between them more secure; and this makes it unlikely that they would become involved in wars against outlaw states, except in self-defense, in defense of their allies, or for the protection of human rights (see Rawls, 1999, pp. 48s). A reasonably fair constitutional democracy is distinguished by the following characteristics: a certain degree of fair equality of opportunity, especially in education and training; a decent distribution of income and wealth, to ensure that all citizens can enjoy an intelligent and effective implementation of their basic freedoms; society as employer as a last resort, avoiding the ruin of the self-esteem of the citizens; basic health care assured for all citizens; and public financing of elections as well as a means to assure the availability of public information on matters of policy (see Ibid., p. 50). A society that prescribes these requirements is, in Rawlsian terminology, a society whose behavior supports the idea of a democratic peace.

The achievement of democratic peace, such as respect for human rights, constitutes an objective of international global democracy according to realistic utopia. As pointed out by Kok-Chor Tan (2008), unlike cosmopolitan global democracy, the international global democracy assimilates the pluralism of the international community by presuming two stages: first

3 I clarify this issue in “The Influx of” Perpetual Peace “in the “Rawlsian Realistic Utopia” (2003).

the democratization of domestic society, and then the democratization of international institutions. This approach conforms with the Rawlsian adoption of the international contract, the application of which sets up a process on two levels – starting with the principles of justice of the basic structure of domestic society and, only then, progressing to a well-ordered society of peoples; and with the universalism of reach of the law of peoples. The notion of international global democracy conforms to the law of peoples that provides principles for all politically relevant subjects – both for the free and equal citizens and their governments and to the free and equal peoples (see Rawls, 1999, p. 86) – and that respect the self-determination of peoples, just as the Rawlsian realistic utopia.

Insofar as the well-ordered society of peoples includes undemocratic peoples, as is the case of decent hierarchies, those societies that do not treat their members as free and equal citizens, it is urgent to ask: what type of peace can be expected of the relationship between democratic peoples and decent peoples? In assessing the criterion of decent hierarchical societies, Rawls begins by pointing out that this type of society is non-aggressive – unlike the outlaw states – and seeks to achieve its legitimate ends through peaceful means, such as diplomacy and trade (see *Ibid.*: 64). This means that the normative horizon of decency includes the duty to honor the laws of peace, such as respect for human rights – recognized “as the necessary conditions of any system of social cooperation” (*Ibid.*, p. 68). This is the minimum requirement to acceptance of these people on the part of reasonable citizens of a liberal society, and it allows them to be treated as equals in the society of peoples.

Peace and stability within a well-ordered society – liberal or decent – requires two kinds of conditions: the psychological – the case of moral learning, discussed above, and the institutional. However, Rawls tends to emphasize the first, “because this is the way allegiance to democratic institutions and stability works in liberal democracies” (Audard, 2006, p. 63). He tells us that just as citizens develop a sense of justice, to the measure that they grow and participate in fair institutions, so do peoples create bonds of trust among themselves if they honor a just law of peoples. But this bumps against the cultural difference between liberal and decent peoples, and it presupposes that the latter tend to sooner or later, assimilate the democratic ideal. Rawls tries to protect himself from this reading by insisting that his foreign policy vision recognizes the self-determination of peoples as well and is not ethnocentric. The mere fact that he recognizes the representatives of a decent hierarchical people, an idealized Islamic people called “Kazanistan”, as part of the international agreement opens way for a political conception of peace which is more inclusive than the idea of democratic peace.

As has already been mentioned, Rawls addresses the issue of peace at a third level, within the non-ideal theory of the Law of Peoples. Nonideal theory seeks to determine the necessary means to achieve the ideal of a well-ordered society of peoples, or at least the essential means for its progressive realization: “it looks for policies and courses of action that are morally permissible and politically possible as well as likely to be effective” (Rawls, 1999, p. 89). Rawls distinguishes between two types of nonideal theory, that having to do with the conditions for non-compliance and that having to do with adverse conditions. In the first, Rawls develops, in the pathway of Michael Walzer (1977), a doctrine of just war in order to explain how the society of peoples must deal with states that refuse to honor the law of peoples and disrespect human rights, which he calls the outlaw states; and in the second he refers to society of peoples’

duty to assist burdened societies, which as a result of historical, cultural, social, political and economic circumstances, fail to establish reasonably just (or at least decent) institutions.

Well-ordered peoples do not wage war against each other; and are intent, when they undertake a just war – in defense of themselves or their allies – on a just and lasting peace among peoples, especially with their enemy (see Rawls, 1999, p. 94). In case of a just war is triggered, these peoples should target only those responsible for the conflict; respect the human rights of their enemies and, if possible, teach them the content of these rights. That is, they must set examples for their practice in seeking for peace, a just peace that guarantees an autonomous well-ordered regime to the losers. The statesman, the leader of the people in turbulent and dangerous times, looks at the present enemy as a future member of the well-ordered society of peoples, given the hope of universal peace among peoples. This is possible if all peoples act in accordance to the Law of Peoples.

The concept of just peace, rather than the concept of positive peace, provides an argument for the human right to peace that incorporates the third generation of human rights. By recognizing the common interests of mankind to the right of peoples to peace, it promotes the dignity, welfare and the effective enforcement of other human rights (Hayden, 2002) – just peace requires, in this sense, the commitment of social and political institutions to the basic principles of justice, equality, respect, opportunity, democracy and the protection of human rights protection. And, while it is in favor of mediation and resolution of conflicts, it recognizes the legitimate use of force “if the offenses against human rights are egregious and the society does not respond to the imposition of sanctions” (Rawls, 1999, p. 94).

The aim of expanding the territory of peace, as implied by the Law of Peoples, is also visible in the duty of the well-ordered society of peoples to assist burdened societies. This is not a duty of justice, as advocated by adepts of global justice^[4], neither is it charity, rather it is a duty of humanitarian assistance that meets the objective of providing and maintaining the just, or at least decent, institutions and not the increase much less the indefinite maximization of the average level of wealth or of the absolute wealth of any society or any social class (see *Ibid.*, p. 105-120). Especially since, according to Rawls, the wealth of a people is not the result of the abundance of natural resources but rather of its social and political culture, and the international community does not have a miraculous formula to extinguish the deficit of political and social culture of a burdened society.

The purpose of the duty of assistance is to empower the societies until then burdened to manage their affairs reasonably (or at least decently) and rationally, ensuring political autonomy, independence and self-determination. Only thus, may these societies come to integrate the set of full members of a well-ordered society of peoples. Ultimately, the duty of assistance illustrates the essential aspects of what Rawls calls “a healthy social policy in the way of a utopia” (see *Ibid.*, p. 124-126), namely: religious freedom, freedom of conscience and politics, constitutional rights and equality for women. By appropriating these aspects, the political culture is the foundation of a society more egalitarian socially and economically and more democratic politically.

4 In “Justiça global: o influxo rawlsiano e a demarcação da Lei dos Povos” (2010), I present an analyses of different positions of Rawls, Pogge e Beitz about social justice.

Therefore, I conclude that if the realist utopia of the Law of Peoples does not spring from an optimistic vision of world peace presenting itself as a way of moving towards it, it fails to achieve its long term objectives, namely: to bring all societies to respect the law of peoples, expanding the company of liberal and decent peoples worldwide. The development of a reasonable and functional design for the political right and justice to be applied to the relations between peoples can, according to Rawls, feeds the expectation towards the idea of world peace as a realistic utopia. Global promotion of active democracy and human rights is essential to the continuation of perpetual peace. As pointed out by Rawls:

one does not find peace by declaring war irrational or wasteful, though indeed it may be so, but by preparing the way for peoples to develop a basic structure that supports a reasonably just or decent regime and makes possible a reasonable Law of Peoples (Ibid., p. 123).

REFERENCES

- Aron, Raymond (1962). *Paz e Guerra entre as Nações*. S. Paulo, Editora Universal de Brasília. 2002.
- Audard, Catherine (2006). "Cultural Imperialism and "Democratic Peace"". Martin, Rex, and Reidy, David (Ed.). *Rawls's Law of Peoples: A Realistic Utopia*. Oxford, Blackwell Publishing, 2006, pp. 59-75.
- Brown, Chris (2002). "The Construction of a "Realistic Utopia: John Rawls and International Political Theory". [Online]. Available at: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000744>. [Consulted in 05/05/2011].
- Cabrita, Maria João (2003). "O Influxo de "A Paz Perpétua" na Utopia Realista Rawlsiana" In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, XVI-XVII, pp. 513-530.
- ----- (2009). "Os Direitos Humanos nos Contornos da Utopia Realista Rawlsiana" In: *Diacrítica*, vol. 23, n. 2, pp. 231-247.
- ----- (2010). "Justiça Global: o influxo rawlsiano e a demarcação da Lei dos Povos" In: *Diacrítica*, vol. 24, n. 2, pp. 323-340.
- Doyle, Michael W. (1983). "Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs", In: Brown, Michael E., Lynn-Jones, and Miller, Steven E. (Ed.). *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, The Mit Press, 1996, pp. 3-57.
- ----- (1997). *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. New York / London, W. W. Norton & Company.
- Hayden, Patrick (2002). *John Rawls Towards a Just World Order*. Cardiff, University of Wales Press.
- Kant, Immanuel (1795/6). "A Paz Perpétua", In: *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa, Edições 70, pp.119-171.
- Lynn-Jones, Sean M. (1996). "Preface" In: Brown, Michael E., Lynn-Jones, and Miller, Steven E. (Ed.). *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, The Mit Press, 1996. pp. ix-xxxiii.
- Nagel, Thomas (1991). *Equality and Partiality*. New York, Oxford University Press.
- Rawls, John (1971). *A Theory of Justice*. Revised Edition. Oxford, Oxford University Press.
- ----- (1993). *Political Liberalism*. New York, Columbia University Press.
- ----- (1997). "The Idea of Public Reason Revisited" In: *The Law of Peoples*. Cambridge, Harvard University Press, pp. 131-180.
- ----- (1999). *The Law of Peoples*. Cambridge, Harvard University Press.
- ----- (2001). *Justice as Fairness: A Restatement*. Kellin, Erin (Ed.). Cambridge, Harvard University Press.
- Rosas, João Cardoso (2011). *A Filosofia Política e o Futuro Indefinido*. Forthcoming.
- Russett, Bruce (1993). *Grasping the Democratic Peace*. Princeton, Princeton University Press.
- Tan, Kok-Chor (2008). "Global Democracy: International, Not Cosmopolitan". In: Chatterjee, Deen K. (Ed.). *Democracy in a Global World*. New York, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., pp. 161- 183.
- Walzer, Michael (1977). *Just and Unjust Wars*. Fourth Edition. New York, Basic Books.

UNE CITOYENNETÉ SANS ÉPITHÈTE

GEORGE CHABERT

PROFESSOR
NTNU, NORWEGIAN UNIVERSITY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY · NORWAY

RESUMO

Na Europa a paz é a grande questão dos últimos quatro séculos. Verdadeira pedra filosofal, pensou-se frequentes vezes tê-la conseguido e frequentes vezes foi anunciada em fanfarra. Último avatar dessa busca centenária pela paz, a cidadania apresenta-se hoje como chave definitiva desse prodigioso problema humano. Todavia, tornou-se evidente – a crise financeira de alguns países servindo de demonstração – que no justo momento em que a ideia de cidadania alargada a um continente se institucionaliza e faz o seu caminho na consciência colectiva europeia, os efeitos esperados não emergem afinal. Será a cidadania, novamente, uma via sem saída? Não será a cidadania apenas mais uma miragem para os povos europeus sedentos de paz? De um simples conceito jurídico, a ideia de *cidadão* desenvolve-se, a partir do século XVIII, dando origem a uma verdadeira antropologia. É nesta transformação do conceito jurídico em conceito antropológico que é necessário buscar os limites que se descortinam na construção de uma cidadania europeia. Afirmando-se como parangona da neutralidade axiológica, logo *universal*, a cidadania europeia condena-se a ficar incompleta e por isso inoperante. Tal será a tese aqui defendida.

Palavras chave: Cidadania; imparcialidade; desenraizamento; identidade.

SOMMAIRE

En Europe, la paix est la grande affaire des ces quatre derniers siècles. Véritable pierre philosophale, on a cru la détenir maintes fois, et maintes fois fut-elle annoncée en fanfare. Dernier avatar de cette quête centenaire de la paix, la citoyenneté se présente aujourd'hui comme clé définitive à ce prodigieux problème humain. Or, il est désormais évident – la crise financière d'un certain nombre de pays faisant lieu de démonstration – qu'au moment même où l'idée d'une citoyenneté élargie à un continent s'institutionnalise et fait son chemin dans la conscience collective européenne, les effets escomptés ne seront pas au rendez-vous. La citoyenneté serait-elle une fois de plus une voie sans issue ? La citoyenneté ne serait-elle rien qu'un mirage de plus pour peuples européens assoiffés de paix ? D'un simple concept juridique, l'idée de *citoyen* se développe à partir du XVIII^e siècle, en une véritable une anthropologie. C'est dans cette transformation de concept juridique en concept anthropologique qu'il faut chercher les limites que l'on entrevoit à la construction d'une citoyenneté européenne. En s'affirmant comme le parangon de neutralité axiologique, et partant *universelle*, la citoyenneté européenne se condamne à rester incomplète et, au-delà, inopérante. Telle sera la thèse défendue ici.

Mots clés: Citoyenneté; impartialité; déracinement; identité.

Le Congrès qui vient de s'ouvrir s'intitule comme *Construire la paix*, et dans ce cadre nous sommes ici pour réfléchir sur le rapport entre la citoyenneté et la paix. En Europe, la paix est la grande affaire des ces quatre derniers siècles.^[5] Véritable pierre philosophale, on a cru la détenir maintes fois, et maintes fois fut-elle annoncée en fanfare. Dernier avatar de cette quête centenaire de la paix, la citoyenneté se présente aujourd'hui comme clé définitive à ce prodigieux problème humain. Or, il est désormais évident – la crise financière d'un certain nombre de pays tenant lieu de démonstration – qu'au moment même où l'idée d'une citoyenneté élargie à un continent s'institutionnalise et fait son chemin dans la conscience collective européenne, les effets escomptés ne seront pas au rendez-vous. La citoyenneté serait-elle une fois de plus une voie sans issue ? La citoyenneté ne serait-elle rien qu'un mirage de plus pour peuples européens assoiffés de paix ?

1. 24 AOÛT 1572, L'ENTERREMENT D'UNE CIVILISATION

La Révolution française est moins un «événement sans pareil» comme dira plus tard Victor Hugo d'autres événements historiques remarquables, qu'une simple cristallisation, mieux *traduction* d'un projet métaphysique qui sous-tend l'histoire politique et philosophique de notre continent.

Dans cette perspective élargie, les origines idéologiques de la Révolution française ne sont pas à chercher au siècle des Lumières et à son bouquet de Philosophes agnostiques et athées.^[6] Remonter au XVII^e siècle et à ses Libertins, ne suffirait pas non plus et risquerait même de nous fourvoyer dans une quête rétrospective de «libertés». Si l'on comprend 1789 comme fondamentalement une révolte contre l'Autel (Michelet) et le Trône – ce dernier étant en dernière instance, et par droit divin, que le dépositaire du pouvoir temporel du premier – c'est bien au XVI^e siècle qu'il faut remonter. En ce

5 Le premier Congrès de la Paix eut lieu à Londres en 1843. Dans la seule deuxième partie du XIX^e siècle il y eut dix-sept Congrès de la Paix (1843-1897), et vingt-cinq dans la première moitié du XX^e siècle (1900-1939).

6 Pour la thèse contraire, classique, selon laquelle la Révolution n'est que la réification des Lumières, voir l'ouvrage classique de Daniel Mornet (1933). Dans un ouvrage plus récent Roger Chartier (2000) invertira l'équation. Les Lumières se transmutent dès lors en une «invention» de la Révolution, mais l'on reste attaché à un même cadre historique.

sens, ce n'est pas 1789 qui achèvera l'Ancien Régime comme l'écrivait Taine; il était déjà mourant depuis la longue nuit de la Saint-Barthélemy.

2. GUERRES SANS FRONTIÈRES

Qui ne se souvient pas des leçons d'histoire distraitemment entendues sur les bancs de l'école? Une succession de mariages, d'alliances en tout genre, de guerres, souvent de courte durée ou s'étalant sur de plus longues périodes, plus par souci de classification a posteriori que par exactitude historique. Les buts poursuivis par les uns et les autres étaient toujours vaguement rationnels, même si certains (un affront personnel, une histoire d'amour qui tourne mal, un simple désir de reconnaissance) semblaient, disons-le, ridicules. Occupations légitimes, les guerres avaient des règles (jus ad bellum et jus in bello) et servaient parfois des fonctions fort louables, telles la paix civile: «Le plus beau moyen de conserver un État et le garantir de rébellions, séditions et guerres civiles, et d'entretenir les sujets en bonne amitié, est d'avoir un ennemi, auquel on puisse faire tête» écrit Bodin dans *Les Six Livres de la République* (1993, pp. 463-464). Quand elles ne se greffaient pas sur des guerres civiles, comme ce fut le cas pendant la guerre des Trente Ans, les guerres interétatiques n'étaient pas catastrophiques. Et ainsi voguait l'Europe à travers les siècles.^[7]

Les guerres de religion qui s'ouvrent au XVI^e siècle ont tout en autre caractère. Là, nous ne sommes plus en face de ces guerres classiques que n'étaient «qu'un duel à grande échelle» (Clausewitz), car elles ne cherchaient que «réparation» et nullement l'annihilation de l'ennemi.^[8] Avec les guerres de religion la question n'est plus dynastique ou territoriale, mais bien idéologique. Il n'est plus question de «guerre juste», avec ses règles et ses objectifs bien circonscrits. L'objectif recherché n'est plus le gain d'avantages matériels, mais l'élimination pure et simple de l'apostat, par le glaive si reconversion ne s'ensuit. Le conflit n'est plus interétatique mais civil, résultant en une rupture totale de l'ordre de l'État. Les belligérants ne sont plus des armées ordonnées que les armures aux couleurs vives distinguent, mais des populations informes qu'aucune ligne – ethnique, linguistique ou même familiale – ne sépare. Guerres civiles^[9], les guerres de religion en France, et bientôt en Allemagne, sont bien des guerres totales, ou tout est permis, destructions par le feu de viles entières, massacres indiscriminés, où hommes, femmes, vieillards, enfants sont

allègrement décimés.^[10] Ainsi, de 1618 à 1648^[11], c'est un tiers de la population allemande, la deuxième la plus importante d'Europe qui sera exterminée. Ainsi, du XVI^e au XVII^e siècle, l'Europe se sera entretenue pour motif de croyances pendant une bonne centaine d'années. La civilisation occidentale en sortira profondément transfigurée.

3. L'ÉTAT IMPARTIAL

La christianisme survivra dans les âmes, mais n'en sortira pas agrandi. La preuve venait d'être faite que l'autorité divine ne serait jamais en mesure d'assurer la paix entre les hommes. C'est dans ce cadre de désordres religieux que l'Absolutisme et la conception de l'État comme seul garant de la souveraineté va se développer. Le *prince souverain* de Jean Bodin, le *Léviathan* de Hobbes, ce «Dieu mortel», et le peuple souverain en la *Volonté générale* de Rousseau, opèrent tous trois un même transfert de l'autorité divine, sans limites, à l'État moderne. Le garant de la paix civile n'est plus Dieu, mais l'État impartial.

Or, l'impartialité de l'État ne peut se construire que dans un environnement neutre, ou le juridique fait appel à la raison ou à la Nature, et non pas à une morale spécifique. Voilà comment, à partir du XVI^e siècle, nous assistons non seulement à une séparation graduelle de l'État et des Églises, séparation finalement codifiée en France en 1905, mais bien plus profondément, à une séparation graduelle de toute valeur morale du domaine public: l'État moderne se veut et se revendique éthiquement neutre^[12]; l'État moderne – l'État de Droit – n'est pas uniquement sécularisé, mais «officiellement a-moral et sans idéologie» (Michéa, 2008).

Les sciences physiques pourvoient l'analogie parfaite de l'État Naturel. Galilée et Newton avaient vulgarisé l'idée d'un discours scientifique basé sur les Lois de la Nature; nulle besoin donc de faire appel à la religion pour en assurer la validité. En vérité, la science se substitue à la théologie: comme l'assène Saint-Simon dès les premières années d'un dix-neu-

10 Voici un petit épisode des guerres de religion qui ont déchiré la France au XVI^e et XVII^e siècles, tiré au hasard parmi tant d'autres. Il est rapporté par Jean Héroard qui en 1622 accompagne son pieux souverain au siège de Royan: «à six heures et demi, soupé (...) Va à la fenestre d'où il void l'assault qui se donnoit à Negrepelisse qui fut prinse: tout tué et le lendemain bruslé. A neuf heures, se remets dans le lit: tousse fort, dix heures, prie Dieu. A dix et demie, s'endort jusques a huit après minuit.» Le Mercure françois décrit ce spectacle édifiant que le roi observait avec tant de bonhomie de sa fenestre: «tout ce qui se rencontra d'hommes petits et grands, et de femmes et de filles passèrent par le fil de l'espée (...). Les mères tenant leurs enfans s'estant sauvées au travers de la rivière ne peuvent obtenir aucune miséricorde du soldat qui la attendoit à l'autre bord et les tuoit. En demi heur, tout fut exterminé dans la ville, et les rues étoient si pleines de morts et de sang qu'on y marchoit avec peine.» Le chroniqueur ajoute à propos de ces «désordres» (sic.), que ceux qui avaient parvenus à se réfugier un temps au château furent repris dès le lendemain et prestement pendus. (Cité dans Cornette, 1997, p. 119).

11 Enzo Traverso (2007) voit dans la guerre de Trente ans le premier véritable antécédent de «la guerre civile européenne» du XX^e siècle (1914-1939). «Les analogies entre les guerres européennes du XVII^e siècle et celles du XX^e siècle sont en effet assez frappantes. Il s'agit, dans les deux cas, de guerres totales. Elles ont été terriblement meurtrières non seulement pour les soldats qui y ont participé mais aussi pour les populations civiles qui les ont subies, tuées par millions à cause des famines et des épidémies lors de la première, par les bombardements, les massacres et les génocides qui ont accompagné les combats lors de la seconde.» (Ibid., p. 46).

12 Telle est la thèse défendue par Jean-Claude Michéa: «La clé de voute du montage occidental moderne est l'idée qu'on pourrait mettre un terme définitif à la guerre civile idéologique (qui constitue probablement la forme la plus cruelle de la guerre de tous contre tous) en plaçant la vie collective des individus sous le contrôle d'un pouvoir (ou d'un ensemble de pouvoirs) axiologiquement neutre.» (2008, p. 201).

7 Si elle n'est pas nécessairement désirable, du moins pas par la soldatesque, la première visée, la guerre interétatique a même une fonction d'intégration sociale comme le souligne Dominique Schnapper: «Le système international européen d'avant 1914, fondé sur la rivalité des nations voisines, nourrissait le patriotisme et entretenait l'intégration de chaque entité nationale. Toute guerre ou menace de guerre est un facteur d'intégration.» (1994, p. 197).

8 Dans *Physiologie du duel* publié en 1863, Alfred d'Alembert explique qu'on chargeait les pistolets de sorte à que la balle «fasse trou, mais mollement, sans dépasser jamais l'épiderme, sans provoquer ces horribles fractures qui rendent terrible l'usage des armes à feu». Mutatis mutandis, lorsqu'un chimiste présenta à Louis XV un «feu si dévorant qu'on ne pouvait l'éteindre», le roi paya de ces propres deniers pour que l'apprenti-sorcier débarrasse le monde d'une telle invention; à Louis XVI un ingénieur proposa une sorte de mitrailleuse, «un orgue mécanique actionné par une manivelle», capable d'exterminer un régiment entier: l'inventeur fut immédiatement chassé par le roi qui l'apostropha vertement «d'ennemi de l'humanité» (Traverso, 2007, p. 86).

9 Pour une «anatomie de la guerre civile», voir Traverso (2007, I, p. 2).

vième siècle épris de Science, «La gravitation doit jouer le rôle de l'idée absolue universelle et remplacer l'idée de Dieu» (Chabert, 2004, p. 130).

Et bien, au monde naturel correspond l'homme naturel, individu pourvu de qualités intrinsèques: «Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits» (Article premier de la Déclaration de 1789). Les hommes naissent libres et égaux dans l'état de nature; on naît homme, avec des droits qui découlent du fait de notre appartenance à l'espèce humaine. Si la cité réintroduit l'inégalité (Rousseau), elle peut et doit être corrigée. L'Homme nouvellement émancipé, l'Individu délié de tous les liens, s'affirme Citoyen. Rousseau renverse ainsi les termes de l'équation aristotélicienne. Pour Aristote l'homme naît avec des attaches et ne devient libre que dans l'enceinte de la cité; pour Rousseau l'homme naît libre de tout lien, et c'est au contraire la cité qui l'enchaîne.

4. CITOYENS, C'EST-A-DIRE HOMMES UNIVERSELS.

Le XVIII^e siècle est comme l'on sait le siècle de l'éloignement du monde des «chimères métaphysiques», comme l'écrit Voltaire en 1764. Vingt ans plus tard, Kant résume le programme des Lumières: «Qu'est-ce que les Lumières ? La sortie de l'homme de sa Minorité, dont il est lui-même responsable. *Minorité*, c'est-à-dire incapacité de se servir de son entendement sans la direction d'autrui, minorité dont il est lui-même responsable, puisque la cause en réside non dans un défaut de l'entendement, mais dans un manque de décision et de courage de s'en servir sans la direction d'autrui. *Sapere aude* ! Aie le courage de te servir de ton propre entendement – telle est la devise des Lumières.»

Pour accéder une fois pour toutes à la majorité, il fallait se libérer de Dieu, et les conjurés de 1789 vont le faire. Il ne suffisait pas de décréter l'Homme-Machine (La Mettrie), ou l'incohérence des vérités révélées (D'Holbach), il fallait enrayer la machine théologique. Les révolutionnaires avaient des comptes à régler avec les hommes en soutane qui peuplaient encore leurs rêves et les tribunaux du monde qui s'achevait. Oui, comme le soulignait déjà Michelet, au-delà du Roi, c'est bien Dieu et lieutenants autoproclamés qui étaient en première ligne de mire, et c'est pourquoi la table des 17 commandements de 1789 vint à s'appeler Déclaration des droits de l'Homme et du Citoyen. «Notre Seigneur Genre Humain», aimait dire Anacharsis Cloots^[13], avant que décollation ne s'en suive (24 mars 1794).

En se libérant de toute autorité transcendante, seul maître de la Raison, l'homme devient individu. Ce qui le rattache à la cité n'est plus un ordre intemporel qui le dépasse, mais un attachement rationnel ; ses actions ne sont plus accordées sur les injonctions divines, mais sur son seul intérêt ; il n'est plus sujet d'un roi, mais bien membre volontaire d'un corps politique, il est citoyen.

L'Homme-citoyen, individu atomisé délié de toute racine qui l'entrave, et de toute allégeance sacrée qui le compromet, annonce enfin les «hommes universels» (Fichte), le «citoyen de l'humanité» (Cloots), ce cosmopolite accompli qui tient de sa main droite le *Weltbürgerrecht*, le droit du citoyen du monde,

qu'entrevoyait Kant pour un avenir encore bien lointain.^[14] Il n'y aurait plus de guerres, mais bien du «commerce», de biens et autres si affinités.

La France, ce raccourci d'Europe, ce fit naturellement l'organe de l'apologie du nouvel Homme. Ne fallait-il pas sortir de l'inférieur cercle vicieux des guerres civiles qu'elle entretenait depuis sa naissance ?^[15] L'histoire de France n'était-elle pas «une affaire Dreyfus en permanence» comme le résumera Julian Benda ? D'où l'obsession révolutionnaire d'homogénéisation. Homogénéisation des poids, des mesures, du temps, de la langue, de l'architecture et, surtout, de l'espace politique. En 1790, Mirabeau écrit à Louis XVI pour lui annoncer le nouvel ordre politique. «Une partie des actes de l'Assemblée nationale, et c'est la plus considérable, est évidemment favorable au pouvoir monarchique. N'est-ce donc rien que d'être sans Parlement, sans pays d'états, sans corps du clergé, de privilèges, de noblesse ? L'idée de ne former qu'une classe de citoyens aurait plu à Richelieu: cette surface égale facilite l'exercice du pouvoir.» La paix civile enfin, au bout du bâton du gendarme...^[16]

L'article 3 de la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789 stipule que «le principe de toute souveraineté réside essentiellement dans la nation» et précise que «nul corps, nul individu ne peut exercer d'autorité qui n'en émane expressément.» Cette nation n'est pas une nation particulière dont l'histoire et le peuple la distinguerait d'une autre, mais une construction politique, un «contrat social», un pacte politique entre contractants si l'on peut dire. C'est pourquoi, en vertu de l'idée de citoyenneté qui en découle, le Français n'est pas tant le dépositaire d'un héritage, mais tout et chacun qui embrasse «les valeurs de la République».

La transposition de la France à l'Europe, et de celle-ci au monde s'inscrit dans cette conception même de l'Homme universel aux droits universels tel que l'on définit dans les cénacles parisiens. Aujourd'hui encore, l'image officielle véhiculée par «la patrie des droits de l'homme» est celle d'un mélange curieux d'universalisme et d'ethnocentrisme parisien issu de 1789. Écoutons le révolutionnaire Cloots qu'aucun obstacle ne semble inquiéter: «Voulons-nous rétablir la paix sur notre continent? Faisons pour l'Europe ce que nous avons fait pour la France. Éclairons les hommes, délivrons-les de leurs erreurs; et la haine naturelle entre voisins se changera en amour

14 «Quand la nature humaine aura atteint sa destinée ultime et sa maximale perfection possible, il s'instaurera le royaume de Dieu sur terre ; il dominera alors la justice et l'équité en vertu d'une conscience interne et non pour cause d'une quelconque autorité publique. Ceci est la perfection morale suprême que peut atteindre le genre humain, la fin ultime à laquelle il fut destiné, bien que nous ne puissions espérer d'y accéder que dans bien de siècles.» (Kant, Cours d'éthique, prononcés en 1785, cité dans Chabert, 2007, p. 119).

15 «La France... n'a pas tant le génie des armes que celui de la guerre civile. Sauf en 1914, elle n'a jamais connu l'expérience d'une longue et véritable guerre patriotique... Chacun des conflits livrés par la nation la plus fière de sa gloire militaire a été peu ou prou matiné de lutte civile. Ce qui est clair pour 1939-1945 l'a été également pour la Révolution et l'Empire, ou l'époque de Jeanne d'Arc et des Bourguignons, pour Henri IV, la Ligue et le temps de Richelieu. Même en 1870, il s'est trouvé un parti qui, secrètement ou ouvertement, désirait la défaite de ceux qui dirigeaient le pays.» (Ferro, 1969, p. 24).

16 On me pardonnera de citer Baudelaire: «Crosse, crosse un peu plus fort, crosse encore, municipal de mon cœur, (...) car en ce croisement suprême je t'adore et te juge semblable à Jupiter le grand justicier. L'homme que tu cresses est un ennemi des roses et des parfums, un fanatique des ustensiles; c'est un ennemi de Watteau, un ennemi de Raphaël, un ennemi acharné du luxe et des belles-lettres, iconoclaste juré, bourreau de Vénus et d'Apollon... Crosse religieusement les omoplates de l'anarchiste.» Charles Baudelaire, Salon de 1846 (cité par Lidzky, 1982, p. 25).

13 D'origine prussienne, Jean-Baptiste du Val-De-Grâce, baron De Cloots, député à la Convention (1792), s'auto-nommait «orateur de genre humain» et «citoyen de l'humanité».

pour la loi commune qui, toujours impassible, ne fléchira pas sous la fougue des passions locales.» Pour ce faire Cloots propose à la Convention de prendre un décret «sous les auspices des Droits de l'homme» destiné à éliminer d'un simple trait toute souveraineté nationale en Europe, et pourquoi pas dans le reste du monde. Lisons-en les deux premiers articles: «Il n'y a pas d'autre souverain que le genre humain (art. I). Tout individu, toute commune que reconnaîtra ce principe lumineux et immuable, sera reçu de droit dans notre association fraternelle, dans la République des Hommes, des Germains, des Universels (art. II)». (Chabert, 2007, pp. 100-101)

Mais avant de créer l'Homme, il fallait bien créer le Français, car comme le soulignait Mirabeau, la France n'était alors qu'un «agrégat inconstitué de peuples désunis».

5. CREER LE LIEN SOCIAL

Cloots n'a réussi qu'à faire rire les conventionnels, dont l'un l'interrompit pour s'exclamer: «Je demande la réunion de la terre à la lune !» Les Jacobins, par la voix de Robert, ajoutèrent: «Laissons aux philosophes, laissons-leur le soin d'examiner l'humanité sous tous les rapports: nous ne sommes pas les représentants du genre humain. Je veux donc que le législateur de la France oublie un instant l'univers pour ne s'occuper que de son pays; je veux cette espèce d'égoïsme national sans lequel nous trahirons nos devoirs. J'aime tous les hommes; j'aime particulièrement tous les hommes libres; mais j'aime mieux les hommes libres de la France que tous les autres hommes de l'univers». L'universalisme tant vanté de la Révolution française avait des limites; elles se confondaient très exactement avec les limites de la Nation française. Paradoxalement, l'universalisme de 1789 a ouvert la voie aux nationalismes belliqueux, nationalismes qu'auront leur apothéose en 1939.^[17] Dans un essai sur Clausewitz, Carl Schmitt écrit justement: «La légitimité révolutionnaire se transforma en légitimité nationale; celle-ci fut assez forte pour s'accaparer la gloire de Napoléon, mais en tant que légitimité nationale elle n'était plus en mesure de légitimer l'impérialisme français surtout face aux autres nations du continent européen. Le fort nationalisme français avait plutôt la tendance à contraindre les peuples voisins à se recueillir sur leur propre nation et leur propre légitimité nationale et à tenter l'épreuve nationale. Les Espagnols comme les Allemands ne devinrent à leur tour des nations européennes au sens moderne du terme que dans le conflit avec le nationalisme français. Ces conflits souvent acharnés d'Europe continentale montrèrent du moins que, par sa Révolution, la France était devenue le modèle du concept de Nation et finalement qu'elle avait été la première à créer le type d'une légitimité nationale.» (Schmitt, 2007, pp. 104-105).

Dans cette construction du Français, retenons deux éléments. Tout d'abord Napoléon, qui a le mérite d'énoncer clairement les termes du problème: «Nous sommes éparés, sans système, sans réunion, sans contact. Des grains de sable! Nous n'avons pas la République définitivement acquise et nous ne l'aurons pas si nous ne jetons pas sur le sol de la France quelques masses de granit» (cité par Chevalier, 1977, p. 116). Napoléon fut sans doute un des plus grands maçons de France. Les masses de granit avec lesquelles l'Empereur raffermir le sol mouvant de la France, un nouveau régime de la société civile, une administration fortement centralisée, une institution ecclésiastique

régi par un Concordat imposé, une Université soumise, des Légion d'Honneur pour les plus fidèles – «ses hochets avec lesquels on mène les hommes», disait-il –, furent relayées par un orgueil national retrouvé^[18], seul apport de quinze ans de batailles, de Mantoue à Waterloo.^[19]

L'édifice napoléonien s'avéra particulièrement solide et apte à traverser un siècle de révolutions. «Ces durables masses de granit bien assises, on aurait envie d'écrire que tout le reste est littérature.» (Goubert, 1984, p. 295). Enfin, il fallait endoctriner les petits Français, ces mutins invétérés, dès leur plus jeune âge. Napoléon l'aurait fait si le temps ne l'eut pas manqué: «Tant qu'on n'apprendra pas dès l'enfance s'il faut être républicain ou monarchique, catholique ou irréligieux, l'État ne formera point une nation, il reposera sur des bases incertaines et vagues, il sera constamment exposé aux désordres et aux changements.» Ce sera la tâche de la Troisième République, la bien dénommée «République des instituteurs» (Ozouf et Ozouf, 2001).

Qu'avons-nous autres Européens, citoyens sans État, à apporter face à de tels moyens?

6. LA CITOYENNETÉ SANS IDENTITÉ

Depuis le XVIII^e siècle finissant, l'idée de citoyenneté était indissociable à l'idée de Nation, Démocratie et Liberté. Comme l'énonçait le *Catéchisme du Citoyen* publié en 1788 par Guillaume-Joseph Sage, la liberté était un droit inaliénable des citoyens qu'aucun pouvoir ne pouvait ravir, et le Souverain n'était rien d'autre que la volonté du peuple.^[20] Le Citoyen n'était simplement le membre d'une communauté politique, mais bien le fils d'une grande famille nationale. Et au sein de la famille nucléaire, on s'attendait du père une probité *citoyenne*, de la mère un tendre amour *citoyen*, et du fils une aveugle obéissance pareillement *citoyenne*.

Or, que lit-on dans l'article 20 du Traité sur le fonctionnement de l'Union européenne? «Il est institué une citoyenneté de l'Union. Est citoyen de l'Union toute personne ayant la nationalité d'un État membre. La citoyenneté de l'Union complète la citoyenneté nationale et ne la remplace pas. Les citoyens de l'Union jouissent des droits et sont soumis aux devoirs prévus par le présent traité.»

De la mièvre exaltation de la démocratie participative naissante nous tombons dans une déclaration purement factuelle de la citoyenneté européenne. À l'instar des Euros dépersonnalisés, exemple phare de cette recherche désespérée du moindre dénominateur commun, la citoyenneté se résume à quelques «droits» et quelques «devoirs» (à consulter dans le «présent traité») Alors que les révolutionnaires français avaient fait table rase des références régionales et historiques de la France, remplaçant les anciennes provinces par des départements aux toponymes basés sur les ensembles géographiques pour mieux construire l'unité nationale, les bureaucrates eu-

17 Je développe ce point de vue sur l'origine révolutionnaire du nationalisme dans un livre à paraître en norvégien, *Europa i Frankrikes tanker*, § Å dø for fedrelandet (Mourir pour la patrie).

18 «Le 15 mai 1796, le général Bonaparte fit son entrée dans Milan à la tête de cette jeune armée qui venait de passer le pont de Lodi, et d'apprendre au monde qu'après tant de siècles César et Alexandre avaient un successeur.» (Stendhal, 1973, p. 5).

19 Comme l'écrit Pierre Goubert, l'épopée napoléonienne «porte le nationalisme ou le patriotisme au paroxysme, puisque jamais la France ne fut aussi grande (...) ni aussi puissante ou terrible.» (1984, p. 304).

20 Voir Schama (1989, pp. 248-249). Au temps de la Commune de Paris, il y aura un foisonnement de «catéchismes»: Catéchisme républicain, par le citoyen Leroux, 1870; Catéchisme du citoyen, par Raphaël, 1872; Catéchisme du soldat citoyen, par Pierre Quantin, 1873; et autres Catéchismes des droits de l'homme et du citoyen. (Gallica Bibliothèque numérique).

ropéens évitent toute référence historique pour ne pas bousculer le statu quo plurinational.

Résumons l'histoire de cette abstraction de l'Européen. Les guerres de religion mènent au déracinement de l'homme, finalement réincarné en citoyen. Si des restes du monde ancien persistent moribonds jusqu'en 1914 en la forme de monarchies multinationales, l'habitat du nouvel homme-citoyen était bien la Nation, sacralisée dans l'autel révolutionnaire.^[21] Les nations deviendront vite en Europe le principal facteur belligène. Elles seront à leur tour sacrifiées dans les champs de bataille du XXe siècle, Verdun, Guernica, Stalingrad, Dresde, et dans les camps d'extermination nazis, Auschwitz, Birkenau, Buchenwald, Sobibor. Dans cette nouvelle pièce les Allemands joueront naturellement le rôle jadis dévolu aux Français. Alain Finkielkraut les appelle ainsi les «superfrançais»: «Superfrançais car ce sont eux, aujourd'hui, les athlètes de l'incorporel. Ce sont eux qui délivrent aux hommes empêtrés dans leurs divers héritages des leçons d'universalisme. (...) L'Allemagne nous indique donc la voie à suivre pour sortir de ce dangereux enchevêtrement et devenir enfin des républicains impeccables. Légitimée par son traumatisme, elle sépare le bon grain citoyen de l'ivraie nationaliste et de l'homme tel qu'en lui-même de ses incarnations fautives. Adossée à Auschwitz, elle prêche le nouvel évangile de la postnationalité (...).» Et Finkielkraut poursuit, «cette nouvelle Aufklärung plaide urbi et orbi pour une socialisation et un engagement public indemnes de toute compromission identitaire.» (2000, pp. 124-125).

Mais cette nouvelle citoyenneté kantienne si l'on peut dire, pose un problème, problème qu'aura été compensé un temps, nous l'avons vu, par l'hypertrophie de l'enracinement national. Peut-on être véritablement citoyen, c'est-à-dire coresponsable de la chose publique, elle-même réciproquement constitutive de l'identité intime de tout individu, dès lors qu'on ne s'y sent pas particulièrement attaché, ou que l'attache n'est que rationnelle – sonnante et trébuchante, diraient les plus cyniques – et nullement affective ?^[22]

6. LE PARI EUROPÉEN N'EST PAS GAGNÉ

L'Europe – lire, l'Union européenne – c'est la paix, nous dit-on à l'envie! La citoyenneté européenne serait dès lors l'image même d'une «communauté de citoyens» (Schnapper, 1994) transnationale pacifiée. Outre que cette affirmation reprise tant de fois pour justifier la construction européenne n'est pas vraiment convaincante – les guerres civiles européennes, et en particulier le terrible épilogue 39-45, ayant fait plus pour pacifier l'Europe que mille traités et autant d'institutions communautaires –, nous voyons clairement aujourd'hui que le problème européen ne se pose plus dans les termes de guerre ou paix.^[23] La crise économique et financière mondiale a mis

à nu la faiblesse réelle du lien européen. Tous les stéréotypes dignes du bon vieux dix-neuvième siècle sont revenus à la surface, relayés par les plus hautes autorités des États: l'ineffable Nord protestant et travailleur; l'irréductible Sud catholique et paresseux.

Les États-nations européens ont vu leur souveraineté s'éroder au fil des ans depuis 1945, sans que l'on ait pu résoudre entrevoir clairement les contours de ce que les substituera. Les questions restent ouvertes: Il y a-t-il une politique possible hors du cadre de l'État-nation?^[24] Comment retrouver la solidarité hors du cadre contraignant de la Nation contenue par courroies l'État? Si elle nous donne une piste, l'équation de Jean-Marc Ferry – Communauté légale + communauté morale = communauté politique^[25] – est insuffisante. Si, dans une grande mesure, l'Europe contient sans doute une communauté légale (dont les racines s'enfoncent dans les entrailles du droit romain), une communauté morale (histoire millénaire elle aussi) et une communauté politique qui lentement mais sûrement se met en place au détriment des communautés politiques nationales, l'Européen est encore une abstraction. Il est un apatride, un paria nanti qui présente quand il le faut son passeport comme on brandissait jadis un passeport Nansen. Bref, ce n'est pas une citoyenneté qui manque à l'Européen, mais bien une communauté de destin^[26], seule capable d'assurer une solidarité nationale.^[27]

Encore une fois, la question que nous devons nous poser n'est pas - Comment assurer la pérennité de la paix ? -, mais bien comment créer un lien social et identitaire au-delà des frontières imaginaires de l'Europe. Comment fonder la solidarité européenne ? Voilà la véritable question. De la réponse à cette dernière question dépend en définitif l'énigme du problème énoncé dans la première question.

Or, pourrions-nous refaire au XXIe siècle, ce que poètes, historiens, archéologues, géographes, linguistes, instituteurs, philosophes, hommes politiques, et tutti quanti, en parfait accord, ont accompli au XIXe siècle, à savoir la création de

tous exclusivement «humanitaires». Et, surtout, on évite toute perte de soldat, chaque mort étant travestie en une «tragédie nationale», et chaque soldat en un «combattant pour la liberté».

24 Pour Carl Schmitt (1992), dès lors que la souveraineté de l'État «ce chef-d'œuvre de la forme européenne et du rationalisme occidental» se délite, le politique n'est plus possible.

25 «Entendons par communauté légale l'ensemble des normes positives, juridiques, applicables sur un territoire déterminé et opposables à ses ressortissants situés administrativement comme co-sociétaires ; par communauté morale, le corpus des valeurs, significations et pratiques partagées entre des membres formant culturellement communauté. (...) Lorsque la communauté légale n'est pas exhaustivement recoupée par une communauté morale, (...) les ressortissants commencent à s'interroger sérieusement sur la réalité de leur communauté politique.» (Ferry, 2004, p. 23).

26 La communauté de destin n'est pas une simple figure de rhétorique politique ou littéraire, mais une catégorie biologique, dans la mesure qu'elle relève de l'instinct de survie de l'individu. «Humans, like other social animals, are biologically selected to be nepotistic because, by favoring kin, they maximize their inclusive fitness.» (Van den Berghe, 1987, p. 35) Mais dans l'espèce humaine l'identité biologique – «kinship» – se crée, se défait et se recrée au gré des exigences de l'écologie territoriale.

27 Relisons Renan, réfléchissons à ce qu'il nous disait il y a cent trente ans déjà, car aujourd'hui comme hier, les Sedan ne sont jamais bien loin: «Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs ; l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble (...). Dans le passé, un héritage de gloire et de regrets à partager, dans l'avenir un même programme à réaliser (...). Une nation est donc une grande solidarité, constituée par le sentiment des sacrifices qu'on a fait et de ceux qu'on est disposé à faire encore.» (1997, pp. 31-32).

21 «Je suis républicain et Français; je me dois à ma nation», écrit un révolutionnaire, et un autre renchérit, «La grande nation! Que c'est joli! Quelle belle idée!» Une pétition, présentée à l'Assemblée révolutionnaire en 1792, demandait que l'image de la patrie soit «la seule divinité» que l'on puisse honorer (Chabert, 2007, pp. 101-102).

22 La pensée libérale française de la première moitié du dix-neuvième siècle, avocate d'une démocratie censitaire et naturellement européeniste, répondait affirmatif. Le citoyen accompli est par définition propriétaire. Or, la propriété, dans le monde industriel qui se met alors en place, est de plus en plus multinationale. Il faut relire à ce propos Saint-Simon (1814).

23 Le fait qu'aucun pays de l'Europe occidentale ne déclare plus la guerre à un autre État souverain n'est pas étranger à ce développement. C'est toujours au nom de «la communauté internationale» ou pour «sauver» un peuple «opprimé» que l'on intervient. Les bombes ne tuent plus des civils (ou à peine), bref les conflits armés sont

peuples européens parfaitement étanches? Réussirons-nous un jour à décliner le pluriel au singulier? Réussirons-nous à créer une identité européenne transnationale sans qu'une guerre particulièrement meurtrière nous soit imposée? Nous sentirons nous profondément et indissociablement solidaires sans qu'une catastrophe écologique continentale ne mette en péril notre existence? Toute la difficulté relève du fait que nous ne pourrions plus compter sur des appareils d'États simultanément dociles et volontaires qui n'hésitent pas à recourir à la force quand la contrainte doit prendre le pas sur la persuasion, mais nous contenter – et pour longtemps – d'une Commission qui n'ose pas dire son nom.

Il nous faudra donc la patience et la persévérance d'un Proudhon: «Faisons-nous une bonne et loyale polémique, donnons au monde l'exemple d'une tolérance savante et prévoyante, mais (...) ne nous faisons pas les chefs d'une nouvelle intolérance, ne nous posons pas en apôtres d'une nouvelle religion, cette religion fût-elle la religion de la logique, la religion de la raison. Accueillons, encourageons toutes les protestations; flétrissons toutes les exclusions, tous les mysticismes; ne regardons jamais une question comme épuisée, et quand nous aurons usé jusqu'à notre dernier argument, recommandons s'il faut avec l'éloquence et l'ironie. »^[28]

BIBLIOGRAPHIE

- Bodin, Jean (1993). *Les Six Livres de la République*, Paris, Le Livre de Poche.
- Braudel, Fernand (1986). *L'identité de la France. Espace et Histoire*, Paris, Arthaud.
- Chabert, George (2004). *Un nouveau pouvoir spirituel. Auguste Comte et la religion scientifique au XIXe siècle*, Caen, Presses Universitaires de Caen.
- Chabert, George (2007). *L'idée européenne. Entre guerres et culture: de la confrontation à l'union*, Bruxelles, P.I.E. Peter Lang.
- Chartier, Roger (2000). *Les origines culturelles de la Révolution française*, Paris, Seuil.
- Chevalier, J.J. (1977). *Histoire des institutions et des régimes politiques de la France de 1789 à nos jours*, Paris, Dalloz.
- Cornette, Joël (éd.) (1997). *La France de la Monarchie absolue 1610-1715*, Paris, Points Seuil.
- Ferro, Marc (1969). *La Grande Guerre 1914-1918*, Paris, NRF.
- Ferry, Jean-Marc (2004). *L'Europe, l'Amérique et le Monde*, Nantes, Éditions Pleins Feux.
- Finkielkraut, Alain (2000). *L'ingratitude. Conversation sur notre temps*, Paris, Folio Gallimard.
- Goubert, Pierre (1984). *Initiation à l'histoire de France*, Paris, Fayard.
- Lidsky, Paul (1982). *Les écrivains contre la Commune*, Paris, Maspero.
- Michéa, Jean-Claude (2008). *La double pensée. Retour sur la question libérale*, Paris, Champs Essais.
- Mornet, Daniel (1933). *Les origines intellectuelles de la Révolution française 1715-1787*. Paris, Armand Colin.
- Ozouf, Jacques et Ozouf, Mona (2001). *La République des instituteurs*, Paris, Seuil.
- Proudhon, P.-J. (1875). *Correspondance générale*, T. II, Paris, Lacroix.
- Renan, Ernest (1997). *Qu'est-ce qu'une nation ?*, Paris, Éditions Mille et une nuits.
- Saint-Simon (1814). *De la réorganisation de la société européenne ou de la nécessité et des moyens de rassembler les peuples d'Europe en un seul corps politique*, Paris, A. Egron.
- Schama, Simon (1989). *Citizens. A chronicle of the French revolution*, London, Penguin Books.
- Schmitt, Carl (1992). *La Notion du Politique : théorie du partisan*, Paris, Flammarion.
- Schmitt, Carl (2007). *La guerre civile mondiale. Essais (1943-1978)*, Maisons-Alfort, Éditions Ère.
- Schnapper, Dominique (1994). *La communauté de citoyens. Sur l'idée moderne de nation*, Paris, Gallimard.
- Stendhal (1973). *La Chartreuse de Parme*, Paris, Garnier.
- Traverso, Enzo (2007). *À feu et à sang. De la guerre civile européenne 1914-1945*, Paris, Stock.
- Van den Berghe, P. L. (1987). *The ethnic phenomenon*, London, Praeger.

28 Lettre de Proudhon à Marx du 17 mai 1846, en réponse à une missive de Marx, alors réfugié à Bruxelles, exhortant à que l'on se prépare «au moment de l'action» (Proudhon, 1875, p. 198). Une âme chagrine me rétorquera sans doute: «On sait ce qu'une telle méthode a apporté à la postérité des idées de Proudhon!». Devrions-nous nous inspirer plutôt de la méthode forte de son illustre correspondant? La question reste ouverte.

DUAL CITIZENSHIP FOR ETHNIC HUNGARIANS

ANNA MOLNÁR

ASSOCIATE PROFESSOR
UNIVERSITY OF PANNONIA · HUNGARY



RESUMO

É objectivo desta comunicação apresentar uma revisão do contexto político e histórico da questão, simbólica e controversa, da dupla cidadania de húngaros residentes no estrangeiro. Após as eleições de 2010, o Parlamento húngaro aprovou legislação nesse sentido. Esta comunicação analisa essas alterações à legislação da nacionalidade e foca também as consequências de tal legislação e suas implicações nas questões regionais de etnicidade e nacionalidade. Apesar da tensão criada por este tema entre a Hungria e os países vizinhos, os húngaros politicamente situados à direita conferem-lhe um valor simbólico muito importante. No contexto da União Europeia, a construção de uma cidadania e identidade europeias favorecem a própria integração, mas este processo da dupla cidadania veio reforçar conflitos étnicos entre estados membros (ex. Eslováquia e Hungria). Esta comunicação toma assim por referência as circunstâncias da formação dos Estados do Leste da Europa depois de 1945 e depois de 1989, nomeadamente no que respeita à etnicização da cidadania. Como consequência desta, a legislação em apreço baseia a cidadania na identidade nacional (origem e língua) e não na localização geográfica e fronteiras.

Palavras-chave: cidadania; dupla cidadania; etnicidade; Hungria; integração europeia.

ABSTRACT

The aim of this paper is to provide an overview of the political and historical background of the controversial and symbolic issue of dual citizenship for Hungarians living abroad. Following the general elections of 2010, a Bill on Hungarian Nationality was accepted by the Parliament. This paper examines the changes of the Hungarian Citizenship Law in 2010, and will also focus on the debates related to the consequences of this political decision, and on the question of ethnicity and nationality in the region. Although this issue created tension between Hungary and the neighbouring States (member-state and not members of the European Union, and mostly members of the ex-communist block.), for those Hungarian people with strong right political orientation this issue carries an important and symbolic value. Despite the fact that in the European Union the building of the sense of EU citizenship and identity helps the European integration process, and the breaking down of borders between nations, this decision created more ethnic conflicts between new member states (e.g. Slovakia and Hungary). Given the special circumstances of state formation and ethnic characteristics in the region of Eastern Europe after 1945 and 1989, special attention will be given to the citizenship policy and to the problems of EU membership, ethnic questions, and the re-ethnicization of citizenship. As a consequence of this new Bill, in Hungary the citizenship is based on the national identity (origin and language) and not on geographical location and borders.

Keywords: citizenship; dual citizenship; ethnicity; European integration; Hungary.

INTRODUCTION

The practice in most European countries towards fellow-countrymen living abroad is usually offered on the basis of previously existing citizenship, territorial belonging, or origins. The ways of regulating citizenship differs from country to country, with traditions, customs, conception of nation and internal political situation at the background. Each country has different requirements for citizenship.

There are countries, for example, where *ius sanguinis* (at least one parent is a citizen), and at other places the *ius soli* (the person was born on the country's territory) are the major factors influencing the issue of citizenship. And, furthermore, in every state a person without citizenship can become naturalized, but the criteria for obtaining the citizenship (legal term: nationality) vary along a wide scale. The Hungarian citizenship is based on the principle of *ius sanguinis*, and dual citizenship is permitted. We must emphasise that the issue related to the so called "dual citizenship" is connected to the fact that Hungary offers citizenship to ex-citizens and their suc-

cessors. This is an extraterritorial, non-resident citizenship for ethnic Hungarians (ex Hungarian citizens or their successors living mostly in the neighbouring countries (Romania, Slovakia, Serbia and the Ukraine).

During the 20th century the concept of citizenship was closely connected to the concept of territory. As Kopper stated:

the Bancroft Treaties, The Hague Convention on the avoiding of dual citizenship in 1930, and the Montevideo Conference of 1933 promoted the image for each individual to belong to one state and only to one, through which the problem of both statelessness and multiple citizenships was resolved (2011, pp. 6).

In the last decades due to the globalisation and the growing measures of migrations the practice of dual and multiple citizenship has become more usual. Furthermore, the creation of European Citizenship created an additional layer of belonging to a political entity (Kopper, 2011).

Nowadays international law generally, as noted e.g. in the Preamble of the “European Convention on Nationality” (Council of Europe, 1997) recognizes the multiplicity of solutions “the varied approach of States to the question of multiple nationality and recognising that each State is free to decide which consequences it attaches in its internal law to the fact that a national acquires or possesses another nationality,” and tries “to promote the progressive development of legal principles concerning nationality, as well as their adoption in internal law and desiring to avoid, as far as possible, cases of statelessness.” This convention stated that “Each State shall determine under its own law who are its nationals.” (*article 3*), and the rules on nationality of each State Party shall be based on the following principles (*article 4*): a) everyone has the right to a nationality; b) statelessness shall be avoided; c) no one shall be arbitrarily deprived of his or her nationality; d) neither marriage nor the dissolution of a marriage between a national of a State Party and an alien, nor the change of nationality by one of the spouses during marriage, shall automatically affect the nationality of the other spouse.

1. THE QUESTION OF DUAL CITIZENSHIP IN HUNGARY

Ethnic Hungarians live in the regions of the neighbouring countries which used to be part of Hungary before WW I. Hungary lost two-thirds of its territory and half of its population as a consequence of the 1920 Treaty of Trianon. Following the new nationality law (of 2010) every person who used to be a Hungarian citizen or is a descendant of a Hungarian citizen in the periods before 1920 or between 1938 (the first Vienna Awards) and 1945, and speaks Hungarian can apply to obtain the Hungarian citizenship without living in Hungary.

The question of dual citizenship has become a key issue in Hungarian internal politics since the change of the regime and the political transition. The World Federation of Hungarians, a rather radical and extremist rightwing organization, accepted a recommendation for the expansion of citizenship in 1996, and have remained faithful to this recommendation ever since. In 1999 they even elaborated a draft proposal for a bill for the Hungarian Parliament, without immediate success.

The Hungarian Government eventually drafted the so called Status Law to be adopted in 2001. The status law provided a “kind of semi-citizenship status” for Hungarians living in the neighbouring countries. The new law established the “foreign Hungarian” card, which provides benefits in educational, cultural, and socio-economic fields and symbolically “declared them to be part of the Hungarian nation” (Kopper, 2009, p. 130).

As the historian Ablonczy stated:

This was an attempt on behalf of the governing political elite to ‘reimburse’ at least symbolically the Hungarians living outside the borders of the country for Hungary having lost two world wars and thus having put a large number of its nationals in a disadvantaged situation. (Ablonczy, 2004, p. 1).

Following this political decision the problem of dual citizenship temporarily disappeared from the political agenda for a period of a few years. It was the statement by Zoran Živković, Serbian Prime Minister about the Serbian government not opposing the introduction of dual citizenship in Hungary that

brought the issue back on the table. This started a lengthy political debate about the way of implementing this proposal. The World Federation of Hungarians, in 2003 decided to initiate a referendum about the dual citizenship for Hungarians living in the diaspora. After heated discussions, the late Head of State, Ferenc Madl called a referendum on the topic to December 5, 2004. In the referendum initiated originally by The World Federation of Hungarians the following question was asked:

Do you want the National Assembly to legislate a law on offering - upon individual request - Hungarian citizenship, by preferential naturalization, to non-Hungarian citizens, living outside Hungary, declaring themselves to be of Hungarian nationality, proving their Hungarian nationality either by a “Hungarian Certificate” under Art. 19 of the Act 62/2001 or in another way, defined in the law requested for legislation? (Institute for Ethnic and National Minority Studies of the Hungarian Academy of Sciences, 2004).

The referendum was accomplished with very low turnout and it became invalid as neither the ratio of ‘no-s’ or ‘yes-es’ reached the required 25%. None the less, 51.57% of the voters answered positively to the question, so the aim of the referendum was supported by the majority of participants.

The governing parties of the time (MSZP-SZDSZ coalition) stood up against the introduction of the dual citizenship. The main reason for this might have been their fear that by the expansion of right to vote, the majority of votes of the new citizens would support the centre-right opposition, and thus could determine the political landscape of the country. These parties emphasised the serious consequences of the changes for the Hungarian welfare state. In contrast, the rightwing parties and the Head of State supported the initiative. The President referring to the cultural interpretation of ‘nation’, argued for the introduction of dual citizenship. FIDESZ stressed the symbolic unification of the nation. Although FIDESZ had earlier not supported the dual citizenship (before the EU membership the centre-right party did not want to show a nationalist standpoint), their opinion changed under the influence of Zoran Živković’s declaration. Finally, the government modified the Citizenship Bill in 2005. The requirement of residency in Hungary remained in the text, but it was no longer necessary to live in Hungary at least one year prior to the application. Due to this modification the procedure became faster and simpler.

On October 12, 2009 three centre-right opposition MP-s handed in a draft proposal on the amendment of the Citizenship Bill. They recommended that the applicant should not have to stay in Hungary continuously. The governing parties, though already not excluding the possibility of dual citizenship, still did not support the proposal (Kántor, 2010, pp. 3-4).

2. THE AMENDMENT TO THE ACT ON HUNGARIAN NATIONALITY

After the general elections of 2010 the FIDESZ-KDNP coalition gained a majority of more than two thirds in the Parliament, so they could pass the amendment even without the opposition, but they considered it important that the Bill should be supported also by the centre-left opposition. But in 2010, there was no more debate about the amendment of the Bill, the members of the Parliament accepted its modifica-

tion almost unanimously (only three socialist deputies voted against it). The Act XLIV of 2010 amending Act LV of 1993 on the Hungarian Nationality was passed by the Parliament on May 26, 2010. The new measures entered into force on 1 January 2011.

The amendment of the Citizenship Bill is in harmony with the change in the national policy represented by the new coalition. This is also a part of symbolic politics, as it was possible to apply for the preferential acquisition of Hungarian citizenship after August 20, 2010. This symbolic date refers to the commemoration of the foundation of the nation by the Hungarian king Saint Stephen I (Kántor, 2010, p. 8).

Hungary offered “non-resident” citizenship (preferential naturalisation) to ethnic Hungarians living abroad whose ascendant was a Hungarian citizen or “whose origin from Hungary is probable, and whose Hungarian language knowledge is proved”. There are two other requirements: first, a clean criminal record according to Hungarian laws; second, his/her naturalization must not be considered a threat to the public order or national security of the Republic of Hungary [The Act XLIV of 2010, Art. 4(3)].

At the same time, according to the reaction in the international media, a lot of criticism was posed about the developments. It was often considered a symptom of the growing nationalism in Hungary. It must be emphasised, though, that the government’s intention was to heal a long-time sore point in the relationship between Hungarians inside and outside the borders.

Nowadays in Hungary, radical nationalism and euroscepticism is represented by the party Jobbik. The Better, having caused some surprise at the 2009 EP elections with its electoral success, and now it is the third force in the parliament (Elections, 2010). In Hungary with the strengthening of the extreme right nationalistic Jobbik party, the nationalistic trend, calling for a return to the “Greater Hungarian Empire” has increased significantly. The governing coalition parties also show in their rhetoric some differences in opinions on the question. Sources abroad, for example, have often referred to the more nationalistic statements of certain politicians. An example is the reference to the role of the second deputy prime minister without portfolio, Semjén Zsolt, leader of the small far-right party of Christian Democrats (KDNP), responsible for nationalities and minorities, as known for his nationalist standpoint. He was one of the initiators of the new citizenship law (Salzmann, 2010).

The negative reactions are partially due to the fact that in Central, Eastern and Southern Europe totalitarian systems managed to smother nationalism for a while, but after the collapse of the communist block populism and nationalist tendencies began to emerge on the surface again, in some cases in the form of bloody ethno-nationalist conflicts (former Yugoslavia). Radicalism and extreme rightist nationalism has apparently increased also all over Western Europe, but in Hungary their support among people only started to grow parallel to the economic and social crisis of the recent years. Although populist politics has been present in Hungary since the Nineties, but it must be distinguished from radicalism and extreme rightist nationalism, whose political is to achieve “radical changes” in the political system represented by the party Jobbik (Jobbik, 2010).

3. EXAMPLES

Since the dissolution of the Soviet Union there have been hardly any examples for the expansion of the citizenship with

resemblance to the Hungarian developments. The only very similar case was the situation of Germans in Poland. In 1992 the German State made it possible for ethnic Germans living in Poland to obtain the German citizenship without residency in Germany. As Poland was not yet member of the EU, the new citizens became European citizens at the same time. This legislation concerned exclusively those (approximately 500,000) ethnic Germans who were German nationals before May 8, 1945. The two cases are similar because the Ukraine and Serbia are not EU members, the same process took place in connection with Hungarians living in these countries (Kovács, 2004).

In Spain, however, those applicants received citizenship in an accelerated procedure, even without residency in Spain for those who had been forced to leave the country during the civil war and the Franco. A similar legal environment can be detected in Italy as well. The Spanish case is different from the Hungarian one, because of the political reasons. Similarly in Germany ex-nationals who were forced to leave their homeland between 1933 and 1945 were treated in the same manner, just as well as in Hungary in regard to the emigrants who left the county during the communist era.

According to Dr. Herbert Küpper, a legal expert of Hungary at the Institut für Ostrecht (Institute for East-European Law) these cases are different because in the Hungarian case the beneficiaries of the new legislation (2010) had never lived in the territory of the Hungarian Republic, and they did not lose their citizenship due to actions directed against the rule of law, so in his opinion there is nothing to “reimburse” them for (Küpper, 2010). In reality, however, the reimbursement is symbolic, as the persons in question lived in the Hungarian Kingdom. It is important to mention that in the 2011 Constitution the name of the country became Hungary instead of “Hungarian Republic”.

4. RELATIONS WITH THE NEIGHBOURING COUNTRIES

These measures had an effect on the relationship between Hungary and the neighbouring countries, as well as on the internal minority policies of the countries in question. As a consequence of this new law it will be easier for approximately two and a half million ethnic Hungarians living in the neighbouring countries to gain Hungarian citizenship without living in Hungary (preferential and accelerated naturalisation). As the political scientist Kovács stated:

transborder ethnic relatives make up large proportions of some of the contiguous countries with whom Hungary has a long history of border disputes which is why the Hungarian reform initiative touched upon sensitive issues connected to the sovereignty of these states (2006, p. 431).

After the modification political analyst Zoltan Kiszelly said:

There could be conflicts, mainly with Ukraine and Slovakia, where a large number of Hungarians live along the borders. These countries are scared that if Hungarians live on both sides of the border, then perhaps in the future, it could serve as a legal basis for a future Hungarian government to modify the borders based on ethnic principle. They’re afraid this could endanger their young statehoods. (Euronews, 2010).

The various neighbouring countries with large Hungarian minorities reacted to the changes in different ways. Among the neighbouring countries, Slovakia reacted in the most sensitive manner, the new law created tensions between the two countries.

Firstly, the concept of dual citizenship is rather misleading. Hungary can only decide about Hungarian citizenship. If this is given to a person, it is possible for the home country to deprive them of the previous citizenship. This is the way that for instance the Ukrainian and German law react to the issue. Even in countries (Serbia, Romania, Slovakia) where the new citizenship does not mean directly the loss of the other one, the legislation may be modified, as Slovakia later did it.

Ukraine and Slovakia (following the amendment on the Slovakian nationality act, 2010) consider dual or multiple citizenship undesirable and take measures to prevent it. In this cases the person obtaining the Hungarian citizenship ("by an act of will" other than marriage or birth) will lose their Ukrainian and Slovakian citizenship.

Slovakia has about half million ethnic Hungarians, this is about 10% of the country's population. The Hungarian minority is concentrated along the Hungarian-Slovak border. In 1938, due to the first Vienna Awards, this area had been annexed by Hungary. Until 1920 the territory of Slovakia was part of Hungary.

The reaction of the Slovak government was based on its own nationalism. Fico's social democratic Smer-SD was in coalition with the extreme rightwing National Party SNS. Smer-SD adopted numerous initiatives and laws against the minorities in the country. The latest example is the language law that makes Slovak the sole official language and limits the use of minority languages there. Hungarian is widely spoken in the southern region of the country.

The reason why Slovakia's criticism could be considered lawful is that the Hungarian Government had not negotiated with the Slovak government prior to the introduction of the new Nationality Law, although according to international law such negotiations are required as citizens of another country are also involved.

The daily newspaper published in Prague, the *Lidove Noviny* expressing the common opinion in these countries stressed that "If you add to this plans that have already been announced to create a united national space and facilitate the full participation of Hungarians living in neighbouring countries in the political and economic life of Hungary, then you get a highly explosive cocktail". The newspaper added, "Not only is the Hungarian-Slovak area compromised, but the entire Carpathian Basin and even the European Union as a whole." The Slovak government was concerned that secessionist tendencies could develop in the south of Slovakia (Salzmann, 2010).

Slovakia's then Prime Minister Robert Fico in the Slovak parliament said that the Hungarian law represented "a security threat" against sovereignty and territorial integrity and it is an attempt to revise history (BBC, 2010).

Last May Slovakia adopted its own new citizenship law introducing measures which led to the loss of Slovak citizenship in case of obtaining a second one. Interior Minister Robert Kalinak, who drafted the text of the law, justified the new Hungarian law as a "security risk" which could arise if "masses of citizens of the Slovak Republic were granted another nationality" (Salzmann, 2010). This law is loaded with a symbolic meaning because it came into force on the day of Slovakia's Day of Independence (June 17).

The leaders of the two smaller coalition parties, Jan Slota (SNS) and Vladimir Meciar (S-HZDS), even spoke about a

possible war. Slota emphasised that this was the "beginning of a military conflict" and called the parliamentary deputies to prepare the country's "defence capabilities" (Salzmann, 2010). The Slovak government formally asked Prime Minister Robert Fico to call together the National Security Council.

Romania, as it has similar regulation concerning ethnic Romanians living in Moldova, officially welcomed the change. In Romania about 1.5 million ethnic Hungarians live.

Zsolt Szilagyi, the former president of the Transylvanian Hungarian National Council, stated that Citizenship "is a form of symbolic relationship – recognition that after 90 years of living without Hungary we maintain our identity, we value our mother tongue". He emphasised that, "as EU citizens living in Romania, ethnic Hungarians had the right to move to Hungary and work there well before the new law came into force" (BBC, 2011).

Serbia, where about 250,000 ethnic Hungarians live mostly in Vojvodina, did not stand up officially against the new law, partly due to the fact that they intend to join the EU.

In Ukraine there has not been any official reaction. According to the 2001 census, in Ukraine there are 156,600 ethnic Hungarians concentrated in the Zakarpattia oblast (region) along the Hungarian border, 12 percent of the region's population. Zakarpattia was part of the Kingdom of Hungary and became part of the Soviet Ukraine only in 1945. In June 2010 the Zakarpattia branch of the Committee of Defence of Ukraine formed in May by leaders of some ten opposition parties approved a document which considers the Hungarian law "carrying a threat to the national security of Ukraine". The lack of official reaction can be explained by the fact that issue of the Hungarian minority in Ukraine is not a politically sensitive question. There is no irredentist rhetoric among the Hungarian minority in Zakarpattia (Shevel, 2010).

Hungarian citizenship means an additional major benefit for Hungarians living there, as Ukraine is not an EU member state and its citizens need visas to enter the EU. Ukrainian legislation does not allow dual citizenship. If an Ukrainian citizen obtains another citizenship of a foreign state, the person loses his/her Ukrainian citizenship (2001 Ukrainian Citizenship Law, Shevel, 2010).

5. THE NEW CONSTITUTION AND THE CITIZENSHIP

The new Hungarian constitution, approved by the central right government with a two-thirds majority on 18 April 2011, was signed into law on 25 April. This date has a symbolic message for its religious content (Easter Monday). The Socialists (MSZP) and the new liberal and green party the Politics Can Be Different (LMP) boycotted the parliamentary debates and the vote. The extreme right Jobbik for different reasons voted against. The new constitution comes into force on 1 January 2012.

As Kovács and Pogonyi stressed the new constitution has several symbolic messages widely criticised by the Hungarian and the international media.

1. "The preamble ("National Credo"), while respecting Hungary's different religious groups, acknowledges the constitutive role of Christianity in preserving the nation and states that the Holy Crown embodies Hungarian constitutional continuity" (Kovács-Pogonyi, 2011).

2. “The new constitution endorses an antiquated notion of the nation. The text refers to ‘nation’ in an ethnic sense. As the preamble states, Hungary promises to protect the intellectual and spiritual unity of the nation torn apart by the storms of the past century. The next sentence (taken with some changes from the 1949 constitution) notes that the nationalities living with us are constituent parts of the political community and the state – but it is not mentioned whether they are part of the Hungarian nation. While the 1949 constitution also stated that Hungary bears responsibility for the fate of Hungarians abroad, the new constitution adds that this provision follows from the principle of a united Hungarian nation (Art. D.)” (Kovács-Pogonyi, 2011).

3. “As a novelty, the new constitution introduces a new article on the acquisition of Hungarian citizenship. Article G. states that descendants of Hungarian citizens become citizens by birth and adds that other modes of acquisition can be specified by the Nationality Act. Though the new article is in line with provisions of the current Act on Citizenship, the inclusion of the principle of *ius sanguinis* in the supreme law without mentioning other modes of acquisition has a clear symbolic message” (Kovács-Pogonyi, 2011).

A long-debate arose about the question whether non-resident Hungarians should or should not acquire rights to vote. According to the present legislation permanent residency is required to participate at political elections. The new Constitution states that all adult Hungarians should have the right to vote and to stand as candidates in parliamentary and European Parliamentary elections (Art. XXIII. para 1.). This issue is left open by the constitution (Kovács-Pogonyi, 2011). As Fidesz is planning to reduce the number of MPs to less than 200, non-resident Hungarians’ votes could then decide about four percent of all seats in the parliament. Two-thirds majority in parliament, allows them to pass legislation almost unilaterally.

CONCLUSIONS

As Ákos Kopper stated the citizenship paradigm has recently eroded, and the strict territorial linkage between state and citizenship is on the way of dissolution. As a part of this, the earlier principle of exclusiveness connected to the concept of territorial citizenship is slowly declining, and the practice of dual citizenship is becoming accepted world-wide (Kopper, 2010).

In Hungary the question of the dual citizenship is closely connected to some issues of the Treaty of Trianon which still has to be aired, discussed, verbalized. All the stages of elaboration have to be experienced. The biggest problem is that the issue of loosing territories with Hungarian Majorities was a taboo subject during the communist era, and now, since the taboo has been eliminated, like in Germany, Hungarians have to reach the state of catharsis. But the way to reach that is a painful process.

The historian, Ablonczy mentioned the fact that the trauma caused by the Treaty of Trianon has not yet been elaborated by the nation. Hungarians are not yet over the “mourning work”, he said in one of his interviews. He also pointed to the fact that the idea of revision has been overcome by history, and in the uniting Europe of the 21st century politics has the primary goal to mobilize all the vast human energies for positive goals, in a civilized manner (Ablonczy, 2010).

The new Bill expresses that those who identify themselves as Hungarian, speak the language, have been earlier citizens of Hungary or are their successors can obtain Hungarian citizenship.

As the earlier Citizenship Bill and the Status Bill were advantageous primarily for Hungarians living in the neighbouring countries, the new Act makes it possible for Hungarians all over the world to obtain Hungarian citizenship, and the interpretation which leads back the Hungarian concept of nation to kinship is incorrect: a Hungarian person is who identifies themselves as Hungarian and knows the language.

The new bill caused criticism in the neighbouring countries about the question of sovereignty and a wide debate among Hungarians as well. It is still difficult to decide whether the dual citizenship means a progressive idea of nation building, or it is the classical nationalist-reactionary project simply repackaged. The opinion of Kopper expressed regarding the 2004 referendum is still valid, as he pointed that:

While these concerns were partially valid as the debate was not free from nationalist overtones on the right, also the political left was not hesitant to invoke a fair share of populism and xenophobia. In the pessimistic reading therefore the debate was a clash of implicit territorial revisionism on the right and welfare chauvinism of the left, while in a more optimistic reading the debate was about two alternative readings of the nation; with the right promoting the nation as a cultural community overcoming the Westphalian straightjacket of sovereign states, and the left and the liberals understanding the nation as the community of citizens sharing equal rights and duties within the shared territory of the state (2009, p. 130).

The political representation of the “new Hungarians” is still a question. As Kopper stated:

Recognizing dual citizenship, however, does not automatically mean the right to vote for expatriates. Ireland, for example, does not allow non-resident Irish citizens to vote, although it allows dual citizenship. However, there are states which have not only encouraged the inclusion of their expatriates, but have also created special constituencies for their representation. Italy offered the right to vote for its expatriates in the 2006 elections – with 4 separate electoral districts, which are: Europe, North and Central America, South America, and, finally, Africa-Asia-Oceania – which eventually led to the defeat of Berlusconi by Prodi thanks to the vote from abroad. France, only recently, adopted a law to create eleven voting districts for the representatives of the France living abroad (2011, pp. 13-14).

REFERENCES (AND FOR FURTHER READING)

- Ablonczy, Balázs (2004). Tisztelt Szerkesztők! Budapest, 22 November 2004. [on line]. Available at http://www.kettosallampolgarsag.mtaki.hu/anket/ank_20.html [consulted on 30/05/11]
- Ablonczy, Balázs (2010). A “trianoni gyászmunkát” végre el kell végezni. Pozitív célok - nemzeti érzésből. [on line]. Available at http://tudomany.ma.hu/tart/cikk/h/o/71189/1/tudomany/Ablonczy_a_trianoni_gyasz-munkat_vegre_el_kell_vegezni [consulted on 30/05/11]

- BBC (2010) Slovaks retaliate over Hungarian citizenship law. 26 May 2010. [on line]. Available at <http://www.bbc.co.uk/news/10166610> [consulted on 30/05/11]
- BBC (2011) New Hungary citizenship law fuels passport demand. 4 January 2011. [on line]. Available at <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-12114289> [consulted on 30/05/11]
- Euronews (2010). Controversial Hungarian Citizenship law passed. 26 May 2010. [on line]. Available at <http://www.euronews.net/2010/05/26/controversial-hungarian-citizenship-law-passed/>
- Halász, Iván (2005). Dual Citizenship as an Instrument of the Hungarian Policy Towards the Nation? [on line]. Available at In: Regio. vol. 8, pp. 73-87. http://www.mtaki.hu/docs/etnopolitikai_modellek/halasz_ivan_dual_citizenship_as_an_instrument_regio_minor_pol_soc_2005.pdf [consulted on 30/05/11]
- Institute for Ethnic and National Minority Studies of the Hungarian Academy of Sciences (2004). Dual Citizenship and Hungarian Minorities Abroad News, Information, Analyses [on line]. Available at <http://www.kettosallampolgarsag.mtaki.hu/english.html> [consulted on 30/05/11]
- Jobbik (2010). Radical change. A guide to Jobbik's parliamentary electoral manifesto for national self-determination and social justice. [on line]. Available at 2010. <http://jobbik.com/temp/Jobbik-RADICALCHANGE2010.pdf> [consulted on 30/05/11]
- Kántor, Zoltán (2005). Re-institutionalizing the Nation – Status Law and Dual Citizenship. In: Regio. vol. 8, pp. 40-50. [on line]. Available at <http://adatbank.transindex.ro/vendeg/htmlk/pdf3422.pdf> [consulted on 30/05/11]
- Kántor, Zoltán (2010). Az állampolgársági törvény módosítása. In: MKI-Tanulmányok, Hungarian Institute of International Affairs. [on line]. Available at <http://www.kulugyiintezet.hu/pub/displ.asp?id=GHXOYE> [consulted on 30/05/11]
- Kopper, Ákos (2009). Cosmopolitan Sovereignty and the proliferation and stratification of citizenship. Thesis of Doctor of Philosophy in Political Science and International Relations. Jacobs University Bremen. School of Humanities and Social Sciences December, 2009. [on line]. Available at <http://www.jacobs-university.de/phd/files/1241879831.pdf> [consulted on 30/05/11]
- Kopper, Ákos (2011). Recasting the Public in Europe? Representation of the external within: expatriates and non-citizen residents of the EU. CEU HPSA CONFERENCE, Budapest, 2011.
- Kovács, M. Mária (2004). Az állampolgárságról szóló népszavazás és az 1992-es német állampolgársági reform: különbségek és hasonlóságok. 2004. [on line]. Available at http://www.kettosallampolgarsag.mtaki.hu/anket/ank_16.html [consulted on 30/05/11]
- Kovács, M. Mária (2005). The Politics of Non-resident Dual Citizenship in Hungary. In: Regio. vol. 8, pp. 50-73.
- Kovács, M. Mária (2006). The Politics of Dual Citizenship in Hungary. In: Citizenship Studies, vol. 10, n. 4, pp. 431-51.
- Kovács, M. Mária and Pogonyi Szabolcs (2010). External Hungarian citizens to get voting rights. 21 October 2010. In: European Union Democracy Observatory on Citizenship. [on line]. Available at <http://eudo-citizenship.eu/citizenship-news/398-external-hungarian-citizens-to-get-voting-rights> [consulted on 30/05/11]
- Kovács, M. Mária and Pogonyi, Szabolcs (2011). Hungary: New Constitution Entrenches Ius Sanguinis and Keeps Open the Issue of Non-Resident Voting Rights. In: European Union Democracy Observatory on Citizenship. [on line]. Available at <http://eudo-citizenship.eu/citizenship-news/469-hungary-new-constitution-entrenches-ius-sanguinis-and-keeps-open-the-issue-of-non-resident-voting-rights>
- Küpper, Herbert (2010). Interview 15 Jun 2010. [on line]. Available at <http://www.jogiforum.hu/intervju/72#ixzz1II74pOmk> [consulted on 30/05/11]
- Salzmann, Markus (2010). New Hungarian citizenship law creates tensions with Slovakia. 2 June 2010. In: European Union Democracy Observatory on Citizenship. [on line]. Available at <http://www.wsws.org/articles/2010/jun2010/hung-j02.shtml> [consulted on 30/05/11]
- Shevel, Oxana (2010). Ukraine: Reactions to the Hungarian Citizenship Law. European Union Democracy Observatory on Citizenship. 12 July 2010. [on line]. Available at <http://eudo-citizenship.eu/citizenship-news/345-ukraine-reactions-to-the-hungarian-citizenship-law> [consulted on 30/05/11]

INTERNATIONAL DEMOCRACY ASSISTANCE IN BOSNIA-HERZEGOVINA AND IN THE RUSSIAN FEDERATION: REACTIONS AND CONFRONTATIONS TO THE LIBERAL PEACE PROJECT

EUNICE CASTRO SEIXAS

PHD STUDENT, CENTER FOR SOCIAL STUDIES (CES), COIMBRA UNIVERSITY



RESUMO

Os processos de assistência internacional à democratização e de construção da paz assentam num quadro de paz liberal que tem sido amplamente criticado. As críticas incidem sobre o facto de esta intervenção ser feita tipicamente de cima para baixo e usada para promover os interesses securitários dos doadores ocidentais, em vez de ser motivada por uma preocupação genuína pelo bem-estar dos recipientes, contribuindo deste modo para aumentar a divisão entre o Norte e o Sul, “vida segurada e vida não segurada”. As Organizações Não Governamentais (ONGs), em particular, são vistas como representantes desta perspectiva, ao promoverem as narrativas globais dos direitos humanos, democracia e cidadania global. Os objectivos desta comunicação são: 1) propor uma análise crítica que assente na investigação dos processos de democratização na sua real complexidade, o que significa analisar as dinâmicas de poder situadas entre doadores e recipientes e o modo como os países recipientes reapropriam, contestam ou modificam os discursos e as práticas de democratização e de construção da paz; 2) apresentar os resultados do meu projecto de doutoramento, um estudo de caso múltiplo que compara dois contextos deliberadamente seleccionados pelos seus resultados esperados de contraste, no modo como estes respondem à expansão do projecto de governação global para a Europa de leste, nos processos de democratização e ajuda ao desenvolvimento: o pequeno Estado periférico da Bósnia-Herzegovina e o poder emergente da Federação Russa. Focarme-ei, em particular, nas ONGs ligados aos direitos humanos e construção da paz, nos seus discursos, relação com os doadores e impacto na sociedade recipiente, com o objectivo de investigar as respectivas reacções e possíveis confrontações com o projecto liberal de paz/democratização e cidadania.

Palavras chave: assistência internacional à democratização; peace-building; projecto de paz liberal; Bósnia-Herzegovina; Federação Russa.

ABSTRACT

International Democracy Assistance and Peace-Building processes rely on a liberal peace framework that has been widely criticized. Critics argue that this assistance/intervention is typically done in a top-down manner and used to promote the western donors' security interests, rather than being motivated by a genuine concern for the recipients well being contributing, instead, to further the divide between North-South, “insured and non-insured life”. Non-Governmental Organizations (NGOs), in particular, are seen as representatives of this approach, promoting global narratives of human rights, democracy and global citizenship. The aims of this presentation are: 1) to suggest that these critical propositions should be examined by investigating the processes of democratization in their full complexity, which means analyzing the situated dynamics of power between donors and recipients, and how the recipient countries re-appropriate, contest or modify the discourses and practices of democratization and peace-building; 2) to present the results of my PhD project, a multiple case-study comparing two contexts deliberately chosen for their expected contrasting results in the way they respond to the expansion of the global governance project to Eastern Europe, in its processes of democratization and development aid: the small and peripheral state of Bosnia-Herzegovina and the emergent power of Russian Federation. I will focus, in particular, on the human rights/peace-building NGOs in the two cases, their discourses, relationship with donors and impact on recipient society, with the aim of investigating their reactions and possible confrontations to the liberal peace/democratization/citizenship project.

Keywords: international democracy assistance; peace-building; liberal peace project; Bosnia-Herzegovina; Russian Federation.

INTRODUCTION

Liberal peace refers to the external interventionist approaches in transitional and post-conflict societies through export of the liberal frameworks of democratic elections, rule of the law, market economy, and more recently, 'good governance'. In this sense, it comprises, especially in its current form, both the political and economic reforms to assist regime change, and a focus on human rights and civil society building to support culture and society shifts.

From a critical approach on liberal peace/international assistance to democratization, and arguing on the need to investigate the processes of democratization in their full complexity, which means analyzing the situated dynamics of power between donors and recipients, and how the recipient countries re-appropriate, contest or modify the discourses and practices of democratization and peace-building, I present the results from a multiple case-study comparing Bosnia-Herzegovina (hereinafter BiH) and the Russian Federation (hereinafter the RF). These two cases were deliberately chosen for their expected contrasting results in the way they respond to the expansion of the global governance project to Eastern Europe, in its processes of democratization and development aid: the small and peripheral state of Bosnia-Herzegovina and the emergent power of Russian Federation. I will focus, in particular, on the human rights/peace-building NGOs in the two cases, their discourses, relationship with donors and impact on recipient society, with the aim of investigating their reactions and possible confrontations to the liberal peace/democratization project.

The structure of this paper is the following: I start by briefly presenting the main critiques to the global liberal peace project, and then I address the question of resistance, hybridity and the possibility of a post liberal peace. The role of the human rights/peace-building NGOs in relation to other relevant social actors in the process of constituting hegemonies and counter-hegemonies is then considered. Afterwards, I present the methodology and the finally, the results of the study, first separately for each case and then comparing the two cases of the RF and BiH, as to their commonalities and differences. A final conclusion is then outlined, reflecting on the consequences of the global liberal peace in different contexts, forms of resistance and the possibility of a post-liberal peace.

1. THE GLOBAL LIBERAL PEACE PROJECT: MAIN CRITIQUES

International assistance to democratization has been advancing the liberal peace framework since the 1990s throughout Latin America, Central and Eastern Europe, the former Soviet Union, sub-Saharan Africa and Asia. Nevertheless, there have been some transformations in this approach throughout the years and four generations of peacebuilding can be identified (Richmond, 2000). Peacebuilding starts from a focus in conflict management (1st generation), to a focus on bottom-up peace-building (2nd generation), moving then to a focus on state-building (3rd generation) and lately to a concern with emancipation and social justice that goes beyond the state (4th generation (*Ibid.*). Chandler (2000: 8) also refers to these latest transformations when he argues that the main concern of democratization today is not anymore about the establishment of democratic institutions but about their sustainability and new democratic standards relate much more to culture and society than to formal political processes and institutions.

The global liberal peace project has been criticized for creating a new East/West divide, now between 'mature' democracies and 'fragile' or 'qualified' ones (Chandler, 2000: 14) or a 'bio-political divide' between developed and underdeveloped, "insured and non-insured life" (Duffield, 2008). In this process "(...) transitional states are audited for conformity with liberal political values and global governance demands by organizations like Transparency International, Amnesty International, Human Rights Watch, the World Bank" (Roberts 2010: 37), reinforcing at the same time, the liberal opposition between the state and the civil society. The rhetoric of 'partnership' masked situations of limited or 'shared sovereignty' and the accountability to western external agencies, rather than to local citizens. In this sense, Chandler argues that "(...) IR became the discipline that could prove that the sovereign didn't exist, that we lived in a world of globalization, of complexity and interdependence, where liberal assumptions no longer applied. (206-207)". According to Chandler (2007) international assistance to democratization, especially within the human security framework, is becoming an 'anti-foreign policy', lacking any clear policy framework or goals and resorting instead, to moral rhetoric as a way to avoid responsibility and promote western symbolic self-image. This shift towards an ad hoc policy making is also associated with a change of focus from development to good governance, capacity-building, anti-corruption and transparency, that places responsibility in recipient non Western countries (*Ibid.*: 375).

Chandler deliberately distances himself from authors who see the global liberal peace as strategically following goals of domination and neo-colonialism. This is the case of Mark Duffield who argues that the human security approach, which emerged in the 1990s, and presumes a nexus between security and development is an "assemblage of global governance" with the aim of managing "uninsured life" in underdeveloped countries (Duffield, 2002). Human Security is based both on the radicalization of the periphery and on strategy of containment of conflicts in the same periphery, in order to prevent its spread to the 'North'. The international containment strategy is legitimized by the idea that life which is not insured constitutes a danger to the security and dominant position of the 'North' (Duffield, 2008). Thus, development assistance serves to create a "bio-political divide" between developed and undeveloped people, "insured and uninsured life" (*Ibid.*).

Similarly, Roberts argues that "Global governance, then, can be understood as the ideationally hegemonic biopolitical process by which neoliberalism disciplines and punishes polities, economies and societies globally through asymmetrically oriented public and private institutions" (Roberts, 2010: 38). Roberts sees governmentality as the power that serves not only to produce life but also to reduce it (*Ibid.*: 43), and identifies three conditions of global governance hegemonic neoliberalism: 1) its biopolitical nature; 2) its capillary distribution and 3) its asymmetry of power. One of the ways that liberal peace can produce power inequalities and social injustice is by contributing to support local political elites and warlords even if unintentionally. This is also evidenced by Richmond (2009), who argues that this complicity of international actors with corrupt and nationalist political elites is explained both by the former lack of real interest in the empowerment of citizens and a kind of naivety in implementing these policies. Richmond argues that peacebuilding failed because it was anchored in globalization and the global liberal recipe of "one size fits all". It has instead, to be anchored in localization as well as transnationalisation (*Ibid.*). In sum:

Critical research agendas for peace have shown that the liberal peace has, in the relatively new testing grounds of post-conflict environments, been troublingly diverted. This has been towards states, elites, international actors, security issues and liberal institutions and norms.

Worse, internationals have blamed local actors and communities for this diversion in a classical move, reminiscent of an essentialising and romanticising 'colonial gaze' (Richmond, 2009: 3)

In spite of these criticisms and claims for a neoliberal revisionism, "(...) economic wisdom (still) resides with the powerful" as well as ideas about good life and the means to achieve it and "(...) we are still entitled to ask the critical question: who is peacebuilding for, and what purposes does it serve?" (Pugh, 2005: 38).

2. RESISTANCE, HIBRIDITY AND POST-LIBERAL PEACE

The critics of liberal peace have different conceptualizations of what it means to resist hegemonic global liberal peace. Roberts (2010), believes that a counter-hegemonic movement is already taking place but sees this as adjustments to the system that arguably can make a huge difference in the power to save lives. On the other hand, Richmond (2010:3) argues that "We are already beyond the liberal peace" because hegemonic neoliberalism is being contested and transformed by the non-western recipients. Richmond links resistance to hybridity and to a post-liberal form of peace funded on both localization and transnationalization; "(...) a hybrid localliberal peace" (Richmond, 2010a: 669). This does not mean the end of liberal peace but a form of peace and political mobilization more in touch with everyday issues, more locally resonant. Although Richmond proposal is an important one, there are dangers of abusing the ideas of localization and hybridity, namely, the limited impact of strategies focusing on local levels, the danger of reinforcing warlords and more important, the essentialization of identities (see Tadjbakhsh, 2009). Moreover, this seems to resonate well with Chandler's warning about the new *ad hoc* policy making as a way to escape responsibility and denial of the Empire.

The dead and the about to die could only help themselves, they had to "own" the policies of their salvation and be their own angels of intervention. The disappearing global sovereign could only facilitate, empower or capacity-build and even then, unknowing and uncomprehending, had to struggle to realize that in the postliberal world very little could be done, except to challenge the hubris of those who had gone before. (Chandler, 2010: 206)

Chandler shows how the idea of a postliberal world and associated ideas of localization, empowerment or capacity-building, are used by hegemonic neoliberal discourse to conceal the relations of power and domination in globalization. As post-colonial authors have shown, globalizers and globalized are mutually constituted in a complex process of domination and resistance, of sometimes unpredictable frictions and translations. And the analysis of such situated processes means an investigation of the dynamics of power and of the emergence

and hegemonies and counter-hegemonies. Subaltern can speak, but it is not easy to recover and translate their voice (see Spivak, 2006). To prevent the risk of either victimizing or romanticizing the subaltern, we need to situate him within the multiplicity of hierarchies that affect him and investigate the relations between these same hierarchies, forces and discourses (Loomba, 2005).

3. THE ROLE OF HUMAN RIGHTS/ PEACE-BUILDING NGOS

Although involved in the constitution of hegemonies and counter-hegemonies, NGOs are relatively historically recent organizations and they are neither the single, nor probably the most important actors in humanitarian/developmental aid. Therefore, one can only understand their role by analyzing their relations with other actors, as the State and the market (Mitlin, Hickey & Bebbington, 2006).

Good governance ideology tends to attribute to NGOs either a role of a partner to the State, acting to complement its work, through an operational relation according to which NGOs are primarily regarded as good executants (Masse, 2007), or of a watchdog, whose role is to call attention to the grey areas of policies, but always from a perspective of cooperation with the state. Therefore, those NGOs that are called on to political participation, the "liberal civil society", do it according to the rules established by the state or by the global governance organizations and see their possibility of contestation diminished (Santos, 2005). Public organisms carefully select and seek to control NGOs political participation and hence "NGOs have to constantly struggle to preserve their independence and their freedom of action" (Masse, 2007:117). Despite all the rhetoric claiming NGOs participate more and more in the conceptualization of the projects, their political participation remains quite weak and constrained by both their assigned inferior status vis a vis public organisms, and their image as essentially good executants (Ibid.). Financial dependence of NGOs on public funds leads to a uniformization of the sector, through a concentration of funds in a small number of professional NGOs, and to these becoming the "doubles of governments", inheriting also their administrative "pathologies" of statism, conservatism, bureaucracy, absence of innovations, etc. (Ibid.: 241).

Human rights and democratization NGOs make use of and legitimize western liberal concepts of basic needs, human rights, civil society, development and security. Rather than promoting a grassroots, collaborative bottom-up development, NGOs tend to establish a priori goals, making humanitarian system more oriented by offer than by demand (Vaux, 2005). This shows the increasing predominance of NGOs "upward accountability", to donor States and international institutions as United Nations. "Downward accountability" - to the beneficiaries and partners (social movements, local NGOs) is rare, and NGOs seldom critically examine their own work.

The developmental policies of the Monetary International Fund and the World Bank evidence a liberal governmentality, which acts through the economic way to obtain profound political results (Best, 2007). This liberal governmentality is grounded on three norms: the definition of global standards corresponding to non-judicial norms appearing as consensual; the norm of transparency, operationalized through standardized quantifiable procedures and the norm of 'ownership' associated to an ethics of self-responsibility which sees the States as responsible for their own development or sub-development, regardless of the external interventionism

and conditionality these states are subjected to (Ibid.). Liberal Governmentality proclaims the ideas of cooperation and inclusion and contributes to depoliticize the entire question of inclusion/exclusion, transforming it into technical dimensions of coordination (Santos, 2005: 15). Thus, global governance, in the framework of “partnership governance” appears to guarantee inclusion of all by avoiding debate and contributing instead, to a ‘bracketization’ of the conflicts, by means of funding inducements linked to pressures to deliver measurable achievements, in order to establish consensus – rather than cooperation, - and legitimize existing power relations (Fairclough, 2005:16). These measurable achievements seem to be increasingly focused on individual level coping strategies rather than on societal changes (Chandler, 2007). Moreover, through partnership governance and human security discourses, the States and IGOs may be evading responsibility for their lack of policy framework and passing it to NGOs. However, this shifting responsibility to non- western states and societies does not mean the end of regulation practices, but rather a denial of empire (Ibid.).

[...] the lack of policy goals and the attempts to evade questions of policy responsibility that pervade the projection of international policy frameworks should not be equated with the lack of external regulatory power. Since the end of the Cold War there have been less and less opportunities for non-Western states and their citizens to impact on international policy prescriptions, and policy research has highlighted the lack of attention paid to local input in the generation of policy frameworks shaped by the security–development nexus. (Chandler, 2007: 374)

In sum, most of the critical literature on cooperation to development calls attention to the dangers of the co-option of NGOs within global governance regulation practices in non-Western States. There is also, in some authors, a tendency to present the dilemma of NGOs as a tension between the allegedly impartial humanitarian mission of these organizations and the economic and political interests exerted upon them. A simplistic perspective, grounded in a binary opposition between the political and the humanitarian and presenting NGOs as the victims/instruments of global governance. However, NGOs dilemmas don’t result solely from their double accountability pressures (upward and downward) and neither are these organizations apolitical or neutral. As the cultural studies tradition has shown, the humanitarian is not fixed and its meaning depends upon the friction between global and local relations of power and the confrontation of hegemonic politics with situated processes of resistance, re-appropriation and transformation of those (see Castro Seixas, 2010). The complex way in which these organizations position themselves regarding these dilemmas determines their role in hegemonic global governance and also, in part, the nature of the developmental policies in non-western countries.

4. METHOD

4.1. DESIGN

This is a multiple case-study aiming at contrasting the cases of Bosnia-Herzegovina and the Russian Federation in how these contexts receive and react to the international assistance to democratization and the global liberal peace project. Case-study

methodology enables the use of different methods, techniques and data and this study included observation of discussion dynamics in conferences related to the theme of human rights and civil society; in-depth qualitative interviews face-to-face, with members of human rights NGOs (see annexes), and document analysis (NGO reports and other documents, news related to human rights activities, etc.).

4.2. SETTING AND SAMPLING STRATEGY

The settings of the research are Bosnia-Herzegovina and the Russian Federation, more specifically in BiH, in the cities of Sarajevo and Banja Luka and in the Russian Federation, in the city of St. Petersburg. I spent about 5 months in each country, in BiH during the summers of 2009 and 2010 and in the RF, during the autumn and winter of 2010, 2011.

Sampling strategy was based on making use of several sources to develop a list of the most active/important human rights NGOs in each context, as well as to get their contacts. Inquiry within my host institution, research within academic documents and use of World Wide Web search engines constituted the first moment of sampling. Personal contacts of academics and journalists were also used. In a second moment, when interviews started, I would ask my interviewees for further names and contacts.

4.3. DATA COLLECTION TECHNIQUES

Data collection was primarily based on in-depth interviews with representatives (if possible directors) of Human Rights NGOs, during fieldwork in each context. Open questions covered the topics of the history of the organization, since it was established until the present; its major goals and frameworks; major achievements and obstacles/difficulties; relationship with donors and the influence of international community; civil society and human rights organizations in Russian Federation; human rights discourse in Russian Federation and perception of the future of human rights system in Russian

Federation. Following informed consent,^[29] interviews were recorded and later subjected to critical discourse analysis.

Other sources of data consisted on a field-diary, where I stated my impressions, feelings and analysis during my fieldwork as well as other relevant documents (NGOs reports and other material, news, surveys, economic data from each country, etc.).

4.4. RELATIONSHIP BETWEEN RESEARCHER AND PARTICIPANTS

All my interviewees were quite open and transparent, and the big majority did not have any objections to my recording of the interviews. The fact that neither me nor the interviewee was a native speaker of English was taken into consideration in the analysis. Also, as a way to deal with possible language bias, during the interview I consistently reformulated the key ideas (including feelings) of what I perceived from my interviewee’s speech, to make sure I understood it correctly.

29 Before each one-on-one interview and also previously in the first contact, usually by email, I would briefly explain the purposes of my research as part of my PhD studies at the University of Coimbra (Portugal), and assure my interviewees that data would be used solely for the purposes of my research. Then I would ask their permission to record the interview.

4.5. ANALYSIS

The analysis of the interviews followed a critical discourse analysis approach, using the framework and categories proposed by Norman Fairclough (2003). Subsequently, an integrative analysis of the different types of data was outlined, which is presented here.

5. RESULTS

5.1. BOSNIA-HERZEGOVINA

Bosnia-Herzegovina (BiH) is, since Dayton Peace Agreement that put an end to war in 1995, under international regulation and the supervision of the “Office of the High Representative” (OHR), which is now also the Special Representative of the European Union. The complex political structure established by the Dayton Peace Agreement to accommodate BiH’s various warring factions; Serbs, Croats, and Bosnian Muslims (Bosniaks), has divided the society in two so-called “entities”: the Federation of Bosnia and Herzegovina (the Federation) and the Republika Srpska (RS). The Federation is predominantly Bosniak and Bosnian Croat, while the RS is predominantly Bosnian Serb. The Constitution (Annex 4 of the Dayton Agreement) established a central government with a bicameral legislature, a three-member presidency (consisting of a Bosnian Croat, a Bosniak, and a Bosnian Serb), a council of ministers, a constitutional court, and a central bank. The Dayton establishment of the Office of the High Representative (OHR) to coordinate and supervise the implementation of the agreement’s civilian provisions and therefore, transformed BiH into a shared sovereignty, where supra-national organizations implement liberal peace and market economy, in a process criticized by many for the dependency from foreign aid and lack of ownership and accountability it created, either in civil society, politics or economy (see for example, Bieber, 2002; Chandler, 2000; Jansen, 2006). Chandler argues that this international supervision has been prolonged in order to provide “(...) a flexible form through which international institutions have extended their capacity to accommodate to and to influence new East/West and West/West international relations without the framework of the Cold War” (Chandler, 2000: 181); and that in whole, it has failed to constitute a stable society and promote democracy in BiH, contributing instead to create a fragile or failing state.

Presently, major donors in BiH are multilateral organizations like European Commission, European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), European Investment Bank, the World Bank and the United Nations agencies, as well as bilateral ones: the US Government, Germany, Sweden, the Netherlands, Spain, Italy, Switzerland, Norway, Japan, the United Kingdom, Canada, Austria and France. Most important donors like European Commission or USAID, have been focusing on democratization through a strategy of civil society building on the one hand, and on promoting security through asylum, migration and visa sector policies (see the Stabilization and Association Agreement - SAA, VII Justice, Freedom and Security) and human trafficking combat (see USAID SUSTAIN project) on the other. A huge amount of money was invested in these goals. For instance, the European Commission has invested more than €13 million in projects aimed at developing the civil society sector in BiH through OBNOVA/CARDS and the European Initiative for Democracy and Human Rights. And the development of civil society and

democratization are key themes under the Stabilisation and Association Agreement.

Civil society building in BiH implied a top-down imposition of a liberal/pluralist idea of civil society which led to an exponential increase of associations, presumed independent from the State and from the market (cf. Belloni, 2001). This way of developing civil society, without any concern with the local context or attempt of intercultural translation led to the present legitimacy and sustainability crisis of NGOs (Castro Seixas, 2010). Moreover, donors’ developmental discourses^[30] reveal a securitizing framework that, by giving priority to civil society building and containment strategies via focus on visa, migration and human trafficking control, have reinforced the images of both sub-development or lacking and instability of the region, thus of development and security. These lacking and instability legitimizes further intervention of the IC, through more psychosocial development and containment strategies, i.e., more of the same.

5.1.1. FINDINGS

My fieldwork research has focused on human rights/peace-building NGOs and their work in BiH at the present time, their perceptions about the international supervision, their relationship with donors and their views of the future. From integrative analysis of data from qualitative in depth interviews, ethnographic observation and document analysis (NGOs reports and analysis, surveys), five themes emerged: images and responsibilities of the “international community”; images of BiH; civil society; agency and change. It is not possible, within this article to analyze in detail each of these themes. In general, the analysis of these themes show that apathy and pessimism prevail in BiH and are associated to a discourse of underdevelopment portraying BiH as lacking; lacking agency, lacking mobilization, lacking progressive change, lacking political alternatives. One finds also the discourse that depicts BiH as “an abnormal country”, one where everything is possible (especially everything bad) congruent with the images of

“Wild West” (see Jansen, 2005), and “Wild East” (see Goldsworthy, 1998; Kovacevic, 2008). As I argued before (Castro Seixas, 2010) this could mean either a deconstructing of the stereotype through an ironic identification with it (Žižek, 2006), or a celebratory appropriation of it which has the effect of reinforcing the same. In either case, it possibly acts as a blockage of social and political mobilization (Castro Seixas, 2010).

Both of these discourses resonate well with the securitizing developmental discourses of western donors (for instance the EU and the USAID) whereby failures of democratization programs are justified by a naturalization of BiH identity as either sub-development or dangerous irrationality, anyway incapable to govern itself but assigned the sole responsible for its own sub-development. And another representation comes to mind, the one as BiH “as a child”, learning to give the first steps on his own as a democratic state. This is uttered by both nationals and internationals and also by some of my interviewees. Also congruent with western focus on psychosocial development, democratization is linked to a change of mindset and human rights/peacebuilding NGOs tend to see this as their main indicator of success/achievement.

30 This is especially the case of “USAID Country Assistance Strategy for Bosnia and Herzegovina 2009-2013”.

Nonetheless, this seemingly adherence to western developmental discourses and the internalization of a self-image associated to lacking and abnormality is accompanied by a strong critique of the international community. IC is deconstructed as a heterogeneous assemblage of powers and interests, which rather than being a neutral supervisor/mediator, became an internal player in BiH nationalist politics and failed even to guarantee security in the country. One finds also the claim that IC is using his power in BiH to endorse neo-colonial practices of economic and political domination, further promoting the dependence of the country. IC is therefore losing credibility in BiH and it is often associated with feelings of resentment and distrust. Seldom had some positive associations emerged and these were related to the IC managing to prevent a new war since Dayton until now (and the 'until now' is emphasized here), or the amount money invested in the country, (but many of which disappeared). At the same time there is the acknowledgment that "IC cannot solve our problems, we must do that ourselves", and an associated critique to the national elites and civil society organizations.

This critique to the IC appears to be stronger in think tank and media related NGOs as well as some NGOs working more on advocacy, compared to other more service delivery human rights NGOs. In general though, NGOs are more concerned about their sustainability, bureaucracy and standardization constraints and the limited duration of the projects. They are more preoccupied with developing surviving strategies than in contesting IC and donors' policies. Burnout is a risk for many of them.

5.2. THE RUSSIAN FEDERATION

Democratization process in the Russian Federation has resulted in a hybrid regime, an "overmanaged democracy" (Petrov, Lipman & Hale, 2010), or a "sovereign democracy" (Krastev, 2006) with imperialist re-emergent ambitions of becoming "the other Europe, an alternative to the European Union" (*Ibid.*). Following the 90s transitional period, many international organizations working on human rights and democratization have left the country, and international funding has decreased. Nevertheless, at present, human rights NGOs still rely mostly on western donors like the National Endowment for Democracy (NED); Ford Foundation, European Commission; Soros Foundation, Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA); United States Agency for International Development (USAID); UK Department for International Development (DFID), among others.

Recently, cooperation for development in Russia has been building on the idea of 'strategic partnership'. For instance, USAID refers to its commitments in Europe and Eurasia as: "Partner with Russia as an emerging donor while pressing for respect of universal values and democratic liberty; Enhance stability in the Caucasus through assistance for economic growth and trade, confidence building measures, institutional and civil society development". There is a clear recognition of the economic power of Russia and its status as an emerging donor, while at the same time there is the assumption that Russia has not achieved the same democratic standards as Western Europe states. Also the European Union (EU), has, since the end of the 1990s, and afterward, within the framework of the Neighborhood Policy (ENP), launched in 2003, established several Partnership and Cooperation Agreements (PCAs) with: Russia and the New Independent States of Eastern Europe, the Southern Caucasus and Central Asia:

Armenia, Azerbaijan, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Moldova, Ukraine, Uzbekistan and Tajikistan. "The aims of these partnerships are to: provide a suitable framework for political dialogue; to support the efforts made by the countries to strengthen their democracies and develop their economies; accompany their transition to a market economy; encourage trade and investment" (EU, 2011). There is thus, a multiplicity of interests (economic; energetic; military; security; political; cultural) invested in this strategic partnership. Is this discourse of partnership with Russia merely a rhetorical move by both the parts aiming at securing their own interests but without any real substance (Lynch, 2004) or is it associated with alternative practices in the framework of cooperation to development? And what are the consequences of this strategic partnership to democratization policies in Russia and NGOs working on this field?

If strategic partnership is the current discourse among the most important western donors, there is, on the other hand, in today's Russian Federation, an atmosphere of suspicion, instilled by the Kremlin towards international and national organizations working in the sphere of human rights protection. National NGOs that are funded by foreign donors become associated with the Western agenda and Western imperialism, especially from the USA. The Kremlin's attempts to control human rights NGOs' include the passing, in 2006, of a law that "(...) significantly expands government control over NGOs and considerably restricts the right to association and the right to privacy of NGOs and NGO members" (Kamhi, 2006) demanding from these organizations frequent reports and documents, and enabling the possibility of surprise checks that have been occurring also in 2010. Most NGOs members I talked to mentioned this law as well as the difficult process of NGO registration and the surprise checks on the part of the Kremlin as obstacles to their work. Additionally, human rights defenders continue to face grave security problems, being victims of attacks, including severe beatings and even killings.

The liberal discourse on human rights and civil society promoted by CSOs has been contested and re-appropriated by both the Russian Orthodox Church and by the Russian State. On the 6th of April 2006, the Tenth World Council of Russian People adopted a "Declaration of Human Dignity and Rights," a document that intended to challenge the 1948 "Declaration of Human Rights" passed by the United Nations. This manifesto openly questions the system of liberal values, calling on Russian society to revise the universally accepted concept of human rights. On the other hand, Russian political elite discourses have sought both to deprive civil society associations (CSOs) of their monopoly of civil society and establish a divide between genuine and non-genuine organizations, by associating to the latter group those CSOs receiving funding from western donors and mostly linked with human rights, ecological issues and fair elections (Belokurova, 2010). These CSOs were seen as working against national interests and could not represent Russian civil society, which became a broad and ambiguous concept including many political and social representatives. This situation has made both the neutrality of CSOs and their dialogue with the State and international actors, more difficult to achieve, contributing to a "souring of Russia-EU relations" (*Ibid.*: 468). Mr. Medvedev's modernization project, on the other hand, portrays Russia as an "open country", that "has already become part of the world community", as a country "undergoing dramatic changes" and "moving forward", and sets out the goals of "establishing the rule of the law" and "strengthening democratic and civil socie-

ty institutions in Russia”.^[31] This discourse has in fact been associated to a pragmatic politics seeking to attract foreign investors and strategic partnerships within EU, but with few real implementations in terms of democratization and human rights in the Russian Federation.

Arguably, the Russian Federation’s recent foreign policy of affirmation in concert with president Medvedev’s pragmatic policy aiming at building strategic partnerships with EU points to a rhetorical use of the discourses on democracy, civil society and human rights, without any real change of policy in this field. Moreover, democracy and human rights may be associated to the hardship and to some extent, national humiliation Russia felt after the collapse of the Soviet Union, rather than being linked to development and improvement in the quality of life. On the other hand, present conditions of relative political stability and the pursuit of pragmatic policies bring back the hope of Russia as a great power, or at least as an emergent power.

5.2.1. FINDINGS

Following integrative analysis of the data collected from interviews, documents, and observations in conferences, I present some general findings regarding the way human rights and civil society western discourses are received and re-appropriated in the Russian Federation. First, western human rights and civil society are relevant concepts within the Russian Federation NGOs community, but don’t mobilize the general public. Second, while Russian human rights NGOs’ discourse incorporates some elements of western understanding of human rights and civil society, there are also some critiques to this understanding. And finally, there seems to be some openness to debate within NGO community, perhaps as a way to adjust to a changing national and international environment (Castro Seixas, 2011).

Regarding my first proposal, in spite of the heterogeneity among Russian CSOs, their focus and structure, in general, these organizations still identify themselves with human rights discourse, as the creation of the Human Rights Council coalition proves. One does not find any emergent, alternative discourse to the western concept of human rights. However, human rights NGOs face legitimacy problems and find it hard to mobilize people. This is sometimes associated with the costs of activism, as when students are expelled from university because of their participation in public protests contesting university policies. Some of my interviewees link the legitimacy problem to the human rights discourse itself, and its general perception as an “old, 1990s idea, like democracy”, or as associated to Western agenda and imperialism. Some other difficulties in mobilizing people to human rights activities were explained by the current security and economic priorities, the fragmentation of society, and also the “post-modern condition” of the new generation, who gets bored easily, and prefers experiencing new things than committing to one activity and also prefer more lucrative fields. Indeed, there seems to be a need of professionals (for instance, lawyers and judges), to work in human rights activities (Ibid.).

Regarding my second proposal, western ideas of human rights and civil society are both accepted in some of their aspects

and contested in others. Thus, universality of human rights was sometimes questioned, and attention was called upon the western and USA double standards in evaluating compliance with it. On the other hand, some aspects of western human rights and civil society understanding seem to be less contested, as their foundation on a conception of a self-sustaining individual; their implicit idea of an opposition between State and civil society; the importance of the rule of law and the adoption of a legalistic/educational approach to human rights, also linked to the use of international legal instruments, as the European Court of Human Rights^[32], and concerns with professionalization of NGOs, associated with managerial discourse. Regarding this last issue, the concerns with professionalization and management may also represent a re-appropriation of the Kremlin discourse on successful management and leadership or as an assertion of the importance of strong leadership when the NGO becomes associated with its director (Castro Seixas, 2011).

There is an appeal to more support and action from the international community, and a strong commitment to self-ownership and agency. These NGOs’ call for a more active position on the part of the western community regarding human rights violations in Russia, as well as more “moral and intellectual support” to Russian human rights defenders, could mean a rejection of being treated as victims by an international community not wishing to interfere with national politics and taking a non-threatening stance towards human rights, knowing this will not change anything (see Kapur, 2006). Pragmatic arguments are also used in this appeal for a more active support from western community, as when one of my interviewer told me to warn Western community that if they don’t take a more active standpoint, there is the risk that Russia could again follow a more isolationist and autocratic approach and that would not be good for anyone, nor to the West.

My third proposal is that there seems to be some openness to debate within NGO community, as Belokurova (2010) suggests, and in spite of the presence of GONGOs. This domestic debate could be a sign of these NGOs trying to adjust and survive in a new, changing domestic and international context. A sign of change whose result we cannot predict. There are, on the other hand, no signs of enlarging this debate to the public sphere and thus, no signs of questioning the civil society liberal understanding as composed of CSOs and excluding the citizen (Ibid.).

We can conclude that human rights and civil society liberal narrative is being presently transformed and re-appropriated in today’s Russia society, by the State, the Church and civil society organizations. NGOs seem to be simultaneously resisting and initiating a reflexive process/discussion among themselves and with western donors – and in some instances, with the Russian government, at different levels. While certain elements of a liberal understanding are kept – like the legalist and educational focus, there are also some critiques to the liberal concepts of human rights and civil society. In particular, there seems to be a rejection of the victimization status, related to an appeal to a more active position and support to human rights in Russia by western community. Self-ownership and agency appear to be important drives for Russian NGOs and this resonates well with today’s Russian status as an emergent power. It also resonates however, with the natio-

31 See Mr. Medvedev speech on this year Davos Forum: <http://dealbook.nytimes.com/2011/01/26/medvedev-defends-russias-modernization-efforts/> See also Mr. Medvedev discourse in 2010 annual Russian-German summit, held in Yekaterinburg: <http://politicom.moldova.org/news/medvedev-moots-russiagermany-modernization-alliance-210881-eng.html>.

32 Human rights defenders and organizations using the European Court of Human Rights have nonetheless referred the problem of implementation of the law, which lead to the use other strategies, like international media pressure to force authorities to act.

nalist discourse on successful management/leadership, sometimes re-appropriated by the NGOs. And like Russia, NGOs also seek for equal and strategic partnerships with the West, but they are also, especially human rights NGOs, dependent on the west for funds and recognition (Ibid.).

6. RESPONSES AND CONFRONTATIONS TO THE GLOBAL LIBERAL PEACE AND DEMOCRATIZATION PROJECT

This multiple case study was design based on the expectation of contrastive findings regarding the way BiH and the RF responded to the global liberal peace and democratization project. As a way to improve reliability of our data let's try to affirm our predictions and look first at some possible commonalities between the two cases.

6.1. COMMONALITIES

There are indeed common aspects emerging from the findings and in the RF two of my interviewees considered that the RF and BiH do resemble in some aspects regarding NGOs and democratization and also the fragmented nature of each society. This opinion was never uttered in BiH though, probably due to its peripheral self-representation. Nevertheless, NGOs in both of these countries share some concerns: the concern with funding and even sustainability, the concern with legitimacy regarding the public opinion, the difficulties in mobilization, the bureaucracy and standardization of the work, the risk of burnout and security risks (these latter are much more pronounced in the Russian Federation, especially when human rights defenders are working on 'hot issues' like the war on Chechnya and respective violations of human rights). Also, there are Governmental NGOs (GONGOs) in both of these cases, although probably of greater importance in the RF. In face of this scenario, many human rights defenders are pessimist towards the future in both countries.

Interestingly also, in general, NGOs in both countries seem to endorse a liberal understanding of human rights, civil society and democratization, with some reserve/criticism. One does not find alternative discourses/language to these western understanding but rather a quite critical approach to the politics of democratization and a drive for self-ownership, understood in a non-hegemonic manner.

6.2. DIFFERENCES

In spite of the referred commonalities my findings also show important differences between the two countries. One of these relates to the discourses about the IC in each case. In the IC in BiH is deconstructed as a non-reliable and hegemonic heterogeneous assembly of interests, which "doesn't care about BiH" and whose intentions are to gain control instead of helping BiH citizens. There is a great deal of resentment, distrust and even anger towards an IC that failed to build a truly democratic state in BiH and guarantee the citizens' security, in spite of the international supervision. BiH citizens are tired, resentful and nevertheless dependent on the IC.

In the RF, NGOs criticize the IC for lack of support of human rights defenders and claim for a more active political standpoint of Western community regarding human rights violations in Russia. They are also claiming in some way that IC doesn't care, but are doing so by refusing to be victims or mere implementers. And only in the RF one finds within NGOs a

discourse of 'resistance' which seems to describe human rights defenders' work since its inception and associating it to a kind of mission requiring intrinsic motivation. In the RF more than in BiH I heard human rights defenders telling me they want to continue working with human rights in the future because that is what they ever did and they are committed to this. In BiH, on the other hand, burnout and financial problems seems to be leading to human rights defenders thinking about working in some other field, even if their organization isn't at immediate risk of disappearing.

Finally, Russian 'resistance' may be leading to an internal process of self-reflection and debate among NGOs and opened even to participation from the IC, although not extended to the common citizen. In BiH I did not find this drive for self-reflection and on the contrary, have witnessed problems of competition and isolationism of NGOs.

CONCLUSION

More than anything, I argue this study has revealed the common practices and faults of the global liberal peace/democratization process by showing the unexpected similarities between two contrastive cases: the Russian Federation and Bosnia-Herzegovina. In both these countries, and in spite of their differences in state power and also regarding the developmental discourses of the western donors' (much more securitizing in BiH), similar processes of democratization through civil society building created similar problems. In general, the global liberal peace/democratization process failed to build peace, stability or a real democracy in these contexts.

While a weak civil society and the lack of political will are the most common western justifications for failure in building democracy and peace, which denotes a strategy of de-responsibility possibly in line with Chandler's arguments about the lack of a strategic policy and passing responsibility to NGOs and to the recipient state, one finds important critics to the western developmental policies in both of these countries.

If the prospects for the continuation of human rights work are decreasing in both cases, but possibly more in the RF, it is interestingly in this case where one finds more intrinsic motivation and more resistance. At the same time, in both cases, human rights defenders continue to be coopted by the political elites. In sum, existent forms of resistance have not produced, so far any counter-hegemonic alternative able to solve the global liberal peace/democratization project faults. The possibility of an emancipatory postliberal peace possibly requires some intrinsic drive for struggling to change the rules of the game dictated by the national and international powers. If in BiH pessimism and apathy seem to impede any mobilization to change, even within NGOs, in the RF, on the other hand, one finds more a motivation to resist than to create new alternatives.

REFERENCES

- Belloni, Roberto. (2001). Civil society and Peacebuilding in BIH. In: *Journal of Peace Research*, vol. 38, n. 2, pp. 163-180.
- Belokurova, Elena. (2010). Civil Society Discourses in Russia: The Influence of the European Union and the Role of EU-Russia Cooperation. In: *Journal of European Integration*, vol. 32, n.º. 5, pp. 457-474.

- Bieber, Florian. (2002). Aid Dependency in Bosnian Politics and Civil Society: Failures and Successes of Post-war Peacebuilding in Bosnia-Herzegovina. In: *Croatian International Relations Review*, January-June, pp. 25-29.
- Best, Jacqueline. (2007). Why the economy is often the exception to politics as usual. In: *Theory, Culture & Society*, vol. 24, n.º. 4, pp. 87-109.
- Castro Seixas, Eunice (2011). Civil Society and Human Rights as Part of the Neoliberal Narrative: An Export to the Russian Federation. In: *Academic Quarter*, n. 2 “Global Tales”, pp. 31-49.
- Castro Seixas, Eunice (2010). Governação Global e Ajuda ao Desenvolvimento: Fricção e Tradução. In: *O Cabo dos Trabalhos. Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC.*, n.4, Edição Especial. Comissão Editorial do Primeiro Colóquio de Estudantes de Doutoramento do CES “Coimbra C: Escalas e Transbordos.
- Chandler, David. (2010). Forget Foucault, Forget Foucault..., In: *International Political Sociology*, vol. 4, n.º. 2, pp.205-207.
- Chandler, David. (2007). The security–development nexus and the rise of ‘anti-foreign policy. In: *Journal of International Relations and Development*, vol.10, pp. 362–386.
- Chandler, David. (2000). *Faking Democracy after Dayton*, second edition. London, Pluto Press.
- Duffield, Mark. (2008). *Global Civil War: The Non-Insured, International Containment and Post-Interventionary Society*. In: *Journal of Refugee Studies*, vol. 21, n.º. 2, pp. 145-165.
- Duffield, Mark. (2002). Social reconstruction and the radicalization of development: Aid as a relation of global liberal governance. In: *Development and Change*, vol. 33, n.º. 5, pp. 1049-71.
- Duffield, Mark; Waddell, Nicholas. (2004). *Human Security and Global Danger. Exploring a Governmental Assemblage*. Lancaster: Department of Politics and International Relations, University of Lancaster.
- European Union (2011). [Online] Available in: http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/re_lations_with_third_countries/eastern_europe_and_central_asia/r17002_en.htm. [Consulted in 14/06/2011].
- Fairclough, Norman. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London and New York, Routledge.
- Fairclough, Norman. (2005). Governance, partnership and participation: cooperation and conflict. (Unpublished paper given at the conference of the International Association for Dialogue Analysis, Bucharest 2005). [Online] Available in <http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/governance.doc> . Consulted (08/04/08).
- Jansen, Stef .(2005). Who’s Afraid of White Socks? Towards a Critical Understanding of Post-Yugoslav Urban self –perceptions. In: *Ethnologia Balkanica*, n.º. 9, pp. 151-167.
- Kovacevic, Nataša. (2008). Orientalizing Post-Comunism: Europe’s ‘Wild East’ Literature and Film. In: *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture*, vol. 8, n.º. 4 [Online]. Available at: <http://reconstruction.eserver.org/084/kovacevic.shtml#top> [Consulted in 14/06/2011].
- Kamhi, Alison. (2006). The Russian NGO Law: Potential Conflicts with International, National, and Foreign Legislation. In: *The International Journal of Not-for-Profit Law*, vol. 9, n.º.1.
- Kapur, Ratna. (2006). Human Rights on the 21 st Century: Take a Walk on the Dark Side. In: *Sidney Law Review*, vol. 28, n.º. 665, pp. 665- 687.
- Lynch, Dov. (2004). The Russia-EU Partnership and the Shared Neighbourhood. In: *Analyse - n.ºo, juillet* [Online]. Available in <http://www.iss.europa.eu/nc/fr/actualites/actualite/browse/3/article/the-russia-eu-partnership-and-the-shared-neighbourhood/> . [Consulted in 14/06/2011].
- Loomba, Ania. (2005). *Colonialism/Postcolonialism. Second Edition*, London and New York, Routledge.
- Masse, Cédric. (2007). *Les Organisations Non Gouvernementales face aux Gouvernants*. Paris, Éditions Le Manuscrit.
- Mitlin, Diana, Hickey, Sam, and Bebbington, Anthony. (2006), Reclaiming Development? NGOs and the Challenge of Alternatives. In: *World Development*, vol. 35, n.º.10, pp. 1699-1720.
- Pureza, José Manuel, Duffield, Mark, Matthews, Robert, Woodward, Susan and Sogge, David (2006). *Peacebuilding and Failed States. Some Theoretical Notes*. In: *Oficina do CES*, vol. 256.
- Petrov, Nikolai, Lipman, Masha and Hale, Henri E. (2010). Overmanaged Democracy in Russia: Governance Implications of Hybrid Regimes. In: *Carnegie Endowment Papers, Russia and Eurasia Program*, 106, February, Carnegie Endowment for International Peace [Online]. Available at: http://carnegieendowment.org/files/overmanaged_democracy_2.pdf. [Consulted in 14/06/2011].
- Pugh, Michael. (2005). The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. In: *International Journal of Peace Studies*, vol. 10, n.º. 2, Autumn/Winter, pp. 23-42.
- Richmond, Oliver. (2010a). Resistance and the post-liberal peace. In: *Millennium: Journal of International Studies*, Vol.38 No.3, pp. 665–692.
- Richmond, Oliver. (2010). What is your alternative? [Online]. Available at <http://www.opendemocracy.net/oliver-p-richmond/what-is-your-alternative>. [Consulted in 14/06/2011].
- Richmond, Oliver. (2009). Liberal Peace Transitions: A Rethink is Urgent. [Online]. Available at <http://www.opendemocracy.net/oliver-p-richmond/liberal-peace-transitions-rethink-is-urgent>. [Consulted in 14/06/2011].
- Roberts, David. (2010). *Global governance and biopolitics: Regulating Human Security*. London and New York: Zed Books.
- Spivak, Gayatri C. (2006). Can the Subaltern Speak (from 1999 edition). In Bill Ashcroft, Gareth Griffiths and Helen Tiffin (Eds.), *The Post-Colonial Studies Reader*, 2nd edition. London and New York, Routledge, pp. 28-37.
- Tadjbakhsh, Shahrbanou. (2009). Liberal Peace is dead? Not so fast. [Online] Available at <http://www.opendemocracy.net/shahrbanou-tadjbakhsh/liberal-peace-is-dead-not-so-fast>. [Consulted in 14/06/2011].
- Žižek, Slavoy (2006), *Bem Vindo ao Deserto do Real*. Lisboa, Relógio d’Água. [Edição original: 2

ESTUDOS SOBRE A PAZ: REFLEXÕES SOBRE UMA ÁREA DISCIPLINAR

CLÁUDIA TORIZ RAMOS

PROFESSORA AUXILIAR
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



RESUMO

A evolução dos estudos sobre segurança e conflitualidade nacional e internacional tem produzido, nos últimos anos, novos conceitos, novas nomenclaturas, novas ou reformuladas áreas disciplinares. Estudos sobre a guerra, sobre o conflito, sobre a segurança, sobre a defesa, recobrem áreas afins, eventualmente sob leituras paradigmáticas diferentes. Esta comunicação procurará estabelecer a perspectiva dos estudos sobre a paz e procurará evidenciar ligações transdisciplinares que tal perspectiva potencia, nomeadamente com as condições político-sociais de construção da paz, que abrangem campos tão diferentes como a diplomacia, a educação, ou a democratização. A cidadania é neste contexto um conceito operativo da maior relevância.

Palavras chave: estudos sobre a paz; segurança; democratização; cidadania.

ABSTRACT

Recent developments in studies on security and conflict at the national and the international levels have produced new concepts, new theoretical frameworks, new or reshaped disciplinary areas. Studies on war, conflict, security and defence overlap on a series of issues, but eventually diverge on the paradigmatic approaches chosen. This paper seeks to establish the perspective of peace studies. Transdisciplinary connections thus defined are addressed, notably those concerning the socio-political conditions for the construction of peace, which embrace fields as different as diplomacy, education, or democratisation. Citizenship is of utmost importance in this context, as a conceptual tool.

Keywords: peace studies; security; democratisation; citizenship.

INTRODUÇÃO

Nonviolence is a weapon of the strong (Ghandi, cit. por Weber, 2007: 3)

A paz, tema que convocou o congresso ‘Construir a Paz’, corresponde, no plano académico, a uma área de estudos cujos contornos esta comunicação pretende abordar, particularmente nas dimensões que operam a sua convergência com a cidadania, conceito agregador do painel ‘Cidadania e construção da paz’.

De facto, a evolução dos estudos sobre segurança e conflitualidade nacional e internacional tem produzido, nos últimos anos, novos conceitos, novas nomenclaturas, novas ou reformuladas áreas disciplinares. Estudos sobre a guerra, sobre o conflito, sobre a segurança, sobre a defesa, recobrem áreas afins, eventualmente sob leituras paradigmáticas diferentes. Esta comunicação procurará estabelecer a perspectiva dos estudos sobre a paz e procurará evidenciar ligações transdisciplinares que tal perspectiva potencia, nomeadamente com as condições político-sociais de construção da paz, que abrangem campos tão diferentes como a diplomacia, a educação, ou a democratização. A cidadania é neste contexto um conceito operativo da maior relevância.

Para esse efeito far-se-á aqui uma abordagem centrada nos autores, conceitos e organizações de referência, não se pretendendo, no entanto, ser exaustiva nesta tarefa, antes apontar as principais linhas de investigação/reflexão suscitadas nesta área. Ao final, abordar-se-á, em jeito de súmula, a relação da

paz com a cidadania e bem assim o espaço interdisciplinar dos estudos sobre a paz.

Sem preocupações de inscrição fechada numa área disciplinar – sendo pelo contrário escopo deste texto posicionar a construção da paz numa encruzilhada de saberes – parte-se, no entanto, do ponto de vista da ciência política e das relações internacionais, olhando para a paz e para a guerra como fenómenos intra- e inter- nacionais.

1. O PARADIGMA DOS ESTUDOS SOBRE A PAZ

Difícilmente se poderá falar de ‘estudos sobre a paz’ sem mencionar o nome de Johan Galtung (1930-....) académico norueguês cuja obra é fundadora dos estudos sobre a paz e sobre conflito. Matemático e sociólogo de formação académica, criou, a partir dos finais dos anos 50 do século XX, um novo ângulo de abordagem às questões da paz que veio a fazer ‘escola’. Em obras de referência como, *Essays in Peace Research* (1980), *The True Worlds: A Transnational Perspective* (1980a), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization* (1996) ou ainda *Rethinking Conflict: The Cultural Approach* (2002), para mencionar apenas algumas da sua vasta bibliografia, Galtung não só definiu um campo teórico inovador, face aos estudos tradicionais sobre a guerra e o conflito, como inaugurou também um padrão de abordagem normativa que abriu caminho a uma ciência aplicada à própria promoção da paz, nomeadamente pela prevenção, mediação e superação do conflito, baseada no entendimento das raízes profundas do mesmo. No dizer do próprio, em entrevista mais

recente (Galtung, 2008) os estudos sobre a paz passam por uma abordagem que deve reunir cinco características fundamentais, a saber, ser: 1. transdisciplinar; 2. transfronteiriça; 3. trans-nível (micro/meso/macro/mega); 4. empírica mas crítica; 5. aplicada. A transdisciplinaridade, que adiante abordarei, corresponde à convergência de saberes que sustentam o diagnóstico, prognóstico e intervenção construtores de uma paz estrutural e duradoura. A dimensão transfronteiriça separa a construção da paz da lógica imediata do Estado-Nação e suas fronteiras, abrindo, nomeadamente, caminho à relação entre académicos e organizações não governamentais através das barreiras do Estado. A compreensão dos conflitos e a ideia de que a paz se constrói a vários níveis recorre às implicações profundas da mesma desde o indivíduo, aos grupos, às nações e aos estados, às regiões e, Galtung ensaia dizê-lo, às civilizações. A ciência comporta uma abordagem empírica, racional e positiva, mas Galtung assume que, para lá dessa, há uma reflexão crítica que sustenta, depois, a abordagem normativa e as implicações numa prática promotora da paz, ancoradas à quinta característica apontada (Galtung, 2008).

Em uma outra obra recente que se almeja manual de estudos sobre a paz e o conflito – *Handbook of Peace and Conflict Studies* (2007) – editada conjuntamente com Charles Webel, aquele autor salienta, num capítulo introdutório designado *Peace by peaceful transformation*, no qual apresenta algumas das características cruciais na superação do conflito e construção da paz do modelo TRANSCEND, organização de que foi fundador:

For conflict transformation we need transcendence, going beyond the goals of the parties, creating a new reality like the European Community so that the parties can live and develop together. A child may struggle with 5 – 7, but a new mathematics with negative numbers accommodates the problem. Much politics is done by people with 5 – 7 problems and no idea of negative numbers (...) But peace and conflict studies have to struggle to get a foothold, possibly because they may be as disturbing to established dogma (security?) as were medical studies to the church some time ago (Galtung, 2007, pp. 14-15).

Ou seja, a obra do autor tem-se centrado na proposta de uma mudança de paradigma, na abordagem às questões da paz, relativamente ao paradigma securitário (e talvez ainda estado-cêntrico) dominante.

Tal proposta encontra sustentação em utensílios conceptuais como os conceitos já consagrados de ‘paz negativa’ e ‘paz positiva’ e no entendimento produzido pelo autor sobre conflito estrutural. Assim, entende-se por paz negativa aquela que é gerada pela eliminação da violência directa, ou ausência de guerra, enquanto que a paz positiva implica uma acção mais profunda de construção de uma paz estrutural (Galtung, 1996; 2004; Galtung e Webel, 2007; Pureza e Moura, 2004). Tal senda levou o autor à análise e caracterização da conflitualidade e da violência, descrevendo-as como: violência directa, visível; violência cultural e violência estrutural, invisíveis (Barash e Webel, 2009; Galtung, 2004). As duas últimas existirão enraizadas nos tecidos social, político e cultural e não se diluem pelo facto de haver contenção da violência visível, nomeadamente por dissuasão, controle de armamento, etc, podendo irromper a cada nova oportunidade. Por outras palavras, para que haja paz, há que enraizar a paz nas estruturas profundas dos grupos humanos e que cultivar uma cultura de não-violência, por si substantiva, que não apenas uma ausência de guerra.

Por sua vez, Charles Webel, na obra que edita com Galtung, já mencionada, e ilustrando a mesma ideia de que a paz corresponde a um paradigma diferente, escreve:

Perhaps ‘peace’ is like ‘happiness’, ‘justice’, ‘health’ and other human ideals, something every person and culture claims to desire and venerate, but which few if any achieve, at least on an enduring basis. Why are peace, justice and happiness so desirable, but also so intangible and elusive? (Webel, 2007, p. 5).

Este autor aborda a questão da paz na perspectiva da filosofia e da psicologia, trazendo assim uma perspectiva transdisciplinar aos estudos sobre a paz, no contexto da política e relações internacionais. Como Galtung, o seu labor nesta área pauta-se não apenas pela produção académica mas também pelo envolvimento em organizações não governamentais vocacionadas para a promoção da paz.

Com David Barash, Webel (2009) publicou recentemente obra abrangente que recobre as grandes temáticas dos estudos sobre a paz, intitulada *Peace and Conflict Studies*. A análise das partes dessa obra e sua súmula é proveitosa para a compreensão deste campo disciplinar. À parte I (*The promise of peace the problems of war*) fazem os autores considerações iniciais de definição dos campos teóricos da paz e da guerra, clássico contraponto daquela, se não mesmo foco, na abordagem tradicional que aqui assim se descentra. Na parte II (*The reasons for wars*) são abordadas as razões profundas geradoras de conflito, nomeadamente aos níveis: individual, grupal, do Estado, dos decisores políticos, económico, social e ideológico). À parte III (*Building ‘negative peace’*) são analisados os instrumentos clássicos da construção da paz negativa, i.e., movimentos pela paz, diplomacia, negociações e resolução de conflitos, desarmamento e controle de armamento, cooperação internacional, força e dissuasão, direito internacional, perspectivas éticas e religiosas. Em contraste, a parte IV (*Building ‘positive peace’*) aborda direitos humanos, ecologia, bem estar económico, reconciliação nacional, ideário e prática da não violência. Claramente, e embora o leque de instrumentos abrangidos à parte III corresponda já a uma visão alargada da segurança activa (conforme se abordará adiante, em relação ao paradigma vigente) é a parte IV que se regista maior amplitude e inovação no discurso sobre as condições estruturais para a paz.

Duas características maiores desta mudança de paradigma de abordagem à questão da paz haverá ainda a salientar: o carácter transdisciplinar e, consequentemente, a questão do seu espaço académico; a sua implicação normativa e aplicada, que se traduz no surgimento de organizações não-governamentais voltadas para a promoção da paz.

Quanto à primeira: a transdisciplinaridade é recorrentemente assinalada nos estudos sobre a paz, não só pela convergência de estudiosos de diversos campos, mas também pelo facto de que, à luz deste paradigma, há contributos de múltiplas áreas de especialização que podem sustentar a construção de uma cultura de paz (Alger, 2007; Galtung, 2008). Se tradicionalmente esta seria uma área onde se posicionariam os estudos militares, a diplomacia, as relações internacionais e porventura a ciência política, o leque abre-se à psicologia, aos estudos culturais, à educação, à economia e à sociologia, em se olhando às razões fundas da conflitualidade e às condições de construção de uma cultura de paz. É certo que o mainstream das relações internacionais não consagra ainda esta como uma área maior – a ênfase ter-se-á deslocado da guerra

para a segurança, mas aí a abordagem segue parâmetros mais próximos do tradicional. É certo também que o directório da International Peace Research Association (IPRA) registava em 2007, cerca de 450 cursos de graduação e pós-graduação na área dos estudos sobre a paz (Alger, 2007; IPRA, 2007). Aquela associação corresponde aliás a alguma agregação e visibilidade académicas dos estudos sobre a paz, do mesmo modo que o reconhecido Peace Research Institute Oslo (PRIO) promove estudos sobre a paz (PRIO, s.d.). Em Portugal, e sem pretensões de exaustividade, exemplifique-se com o Núcleo de Estudos para a Paz, integrado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (NEP-CES, s.d.). A nível internacional, revistas como o *Journal of Peace Research* (editado pela Sage), o *International Journal of Peace Studies* (editado pela IPRA), o *Peace and Change* (editado pela Wiley-Blackwell), ou colecções, junto de casas editoras de renome internacional (por exemplo, a colecção *Routledge Studies in Peace and Conflict Resolution*) consagram também esta área de estudos. Nas grandes associações académico-profissionais internacionais vão emergindo secções e grupos de trabalho neste campo, havendo embora que reconhecer o predomínio dos estudos securitários. Assim, a título de exemplo, a International Studies Association (ISA) regista uma secção de 'Estudos sobre a Paz', de par com outra, sobre 'Estudos Securitários Internacionais' (ISA, s.d.); a American Political Science Association (APSA) regista uma secção sobre 'Processos de conflito' (APSA, s.d.).

Segundo: algumas das organizações supracitadas tenderão, por implicação do próprio modelo de abordagem da paz a ligar a investigação com a intervenção. Galtung (2008) salienta, com alguma insistência, que as ONGs com que se envolveu, na tarefa da construção da paz, procuram ser transnacionais e independentes dos Estados, justamente para se poderem posicionar numa perspectiva crítica sobre o diagnóstico e a 'cura' da violência estrutural. Já foi mencionado acima o modelo TRANSCEND INTERNATIONAL, que se auto-define como 'uma rede internacional de resolução de conflitos' cuja missão é apresentada nos seguintes termos:

To bring about a more peaceful world by using action, education/training, dissemination and research to transform conflicts nonviolently, with empathy and creativity, for acceptable and sustainable outcomes. (TRANSCEND, s.d.).

É, afinal, a ideia abordada acima da 'paz por meios pacíficos' conforme a concebe Galtung.

2. REVISITAÇÕES DO PARADIGMA SECURITÁRIO E CONVERGÊNCIAS COM O PARADIGMA DA PAZ

Não se almeja nesta secção sistematizar o paradigma securitário; apenas se pretende aduzir um conjunto de exemplos que ilustram traços da evolução deste, nas últimas décadas e que poderão apontar a alguma convergência com o discurso sobre a paz, supramencionado.

Por um lado, ocorre um re-dimensionamento das escalas da segurança, que se reconfigura em nacional, internacional e societária (Baylis, 2006). Obras de referência como a de Wæver e Buzan (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*, apontam o papel dos grandes blocos regionais nas estruturas de segurança internacional. Na mesma linha da 'escola de Copenhaga', Buzan e Hansen (2009) escreveram também recentemente sobre a evolução dos estudos sobre segurança internacional (*The Evolution of International*

Security Studies) enquadrando nessa abordagem os contributos dos estudos sobre a paz.

Por outro, há que considerar todo o labor das Nações Unidas (NU), cujo ponto de partida foi a 'Agenda para a paz' de Boutros-Boutros Ghali, em 1992 (Pinto, 2007; UN, 1992). Embora alvo de muitas críticas, que vão da excessiva dependência de um Conselho de Segurança assimétrico, a uma orientação genericamente apontada à construção de uma paz negativa, à instrumentalização no âmbito de um horizonte político-ideológico de 'paz liberal', certo é também que utensílios de terreno e conceptuais como o *peacekeeping*, *peacemaking*, *peacebuilding*, emergiram e se desenvolveram no âmbito das operações das NU. Se aos dois primeiros conceitos anda associada uma ideia de interposição de mediadores internacionais para impedir ou mediar o conflito, o *peacebuilding* estendeu a sua acção às condições estruturais para a paz (Newman, Paris e Richmond, 2009; Richmond e Franks, 2011). Embora esta abordagem possa ser eminentemente política, talvez valha a pena estudar-lhe as conexões com a 'paz democrática' (Doyle, 1995), isto é, com as expectativas de pacificidade nas sociedades democráticas, o que remete, em última análise, à cultura política e aos modos de conceber a violência, no interior das sociedades.

Finalmente, uma referência aos globalistas e à doutrina da 'segurança humana', onde se opera também uma superação do quadro tradicional – estatal – da protecção (política e jurídica) dos indivíduos, em nome de um referencial universal e positivo, o dos direitos humanos. A Comissão sobre Segurança Humana das NU usou uma definição larga: 'to protect the vital core of all human lives in ways that enhance human freedoms and human fulfilment' Glasius e Kaldor (2008, p. 6). É certo que, na sequência, é explicado que há uma espécie de núcleo duro de ameaças à segurança humana – genocídio, tortura em larga escala, tratamento degradante e desumano, desaparecimento, escravatura, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, detenção arbitrária, distintas de outras menos imediatas – falta de alimentação, saúde, habitação.... estruturais no entanto. De notar, por outro lado, que estes mesmos globalistas, Kaldor nomeadamente, propõem um papel particularmente activo dos agentes de 'sociedade civil', na securitarização de sociedades submetidas a conflito – nessa medida, um exercício de transcendência do Estado e das próprias organizações governamentais.

Em suma: por onde anda a cidadania, em todas estas abordagens? Encontra-se a vários níveis, desde logo na vertente activista dos estudos sobre a paz, quando se concebe que cabe às ONGs e à dimensão transnacional um particular papel na sua construção, deslocando-a de 'questão de Estado' para 'questão societária', de 'questão nacional' para 'questão transnacional' ou mesmo 'global'. Encontra-se também na dimensão estatutária dos direitos humanos como padrão de referência e nessa medida converge com o debate sobre espaços múltiplos da cidadania e cidadania global. Finalmente, está na ideia da pacificação pela democracia e pela participação, isto é, salientando a 'paz' como característica estrutural das sociedades democráticas, por excelência lugares da cidadania – neste âmbito, abre-se amplo espaço de debate também sobre os processos de democratização e seu enraizamento. Não cabe todavia ignorar que um dos contributos fundamentais os estudos sobre a paz se reporta à natureza profunda do conflito, nas suas dimensões estruturais, culturais nomeadamente. Deep culture é a expressão frequentemente empregada por Galtung para aludir a essa ideia. Um universalismo de superfície não permite ver esse nível profundo das culturas, sejam elas de violência ou de não violência. A geometrização política também não o

permite. Há que compreender onde radica a violência para poder actuar sobre ela. Na óptica dos ‘estudos sobre a paz’, paradigmaticamente diferentes da segurança clássica, não serve ‘preparar a guerra’, não serve sustê-la, há que construir a paz por meios pacíficos.

REFERÊNCIAS

- Alger, C. (2007). Peace studies as a transdisciplinary project. In: Webel, C. e Galtung, J. (eds.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. London, Routledge, pp. 299-318.
- APSA (s.d.). American Political Science Association. [em linha]. Disponível em http://www.apsanet.org/content_4938.cfm [consultado em 10.06.2011]
- Barash, D. e Webel, C. (2009). *Peace and Conflict Studies*. 2ª ed. London, Sage.
- Baylis, J. (2006). International and global security in the post-cold war era. In: Baylis, J. e Smith, S. (eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 3ª ed., Oxford, O.U.P., pp. 297-323.
- Buzan, B. e Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge, Cambridge U.P.
- Doyle, M. (1995). On the Democratic Peace. In: *International Security*. Vol. 19, n. 4, pp.164-184.
- Galtung, J. (1980). *Essays in Peace Research*. Copenhagen, Ejlers.
- Galtung, J. (1980a). *The True Worlds: A Transnational Perspective*. New York, Free Press.
- Galtung, J. (1996). *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London, Sage.
- Galtung, J. (2002). *Rethinking Conflict: The Cultural Approach*. Strasbourg, CoE,
- Galtung, J. (2004). *Violence, War, and Their Impact On Visible and Invisible Effects of Violence*. In: Polylog. Forum for Intercultural Philosophy. 5 [em linha]. Disponível em <http://them.polylog.org/5/fgj-en.htm> [consultado em 10.06.2011]
- Galtung, J. (2007). Introduction: Peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach. In: Webel, C. e Galtung, J. (eds.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. London, Routledge, pp. 14-32.
- Galtung, J. (2008). Johan Galtung is interviewed by Jan Oberg of TFF, The Transnational Foundation for Peace and Future Research. [em linha]. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=siSLNNB-CA3E&feature=related> [consultado em 10.06.2011]
- Glasius, M. e Kaldor, M. (2008). *A Human Security Doctrine for Europe*. London, Routledge.
- IPRA (2007). International Peace Research Association. [em linha]. Disponível em <http://soc.kuleuven.be/iieb/ipraweb/index.php?action=home&cat=home> [consultado em 10.06.2011]
- ISA (s.d.). International Studies Association. [em linha]. Disponível em <http://www.isanet.org> [consultado em 10.06.2011]
- NEP-CES (s.d.). Núcleo de Estudos para a Paz. Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra [em linha]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pages/pt/apresentacao.php> [consultado em 10.06.2011]
- Newman, E., Paris, R. e Richmond, O. (2009). *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. New York: United Nations U.P.
- Pinto, M. C. (2007). As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais. Coimbra, Almedina.
- PRIO (s.d.). Peace Research Institute Oslo. [em linha]. Disponível em <http://www.prio.no/> [consultado em 10.06.2011]
- Pureza, J. e Moura, T. (2004). O Regresso da Paz Negativa? In: *Revista de História das Ideias*, n. 25, p. 157-168.
- Richmond, O. e Franks, J. (2011). *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edinburgh: Edinburgh U.P.
- TRANSCEND INTERNATIONAL (s.d.) [em linha]. Disponível em <http://www.transcend.org/> [consultado em 10.06.2011]
- UN - United Nations (1992). *An Agenda for Peace, Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. Report of the Secretary-General. A/47/277 - S/24111. 17 June 1992 [em linha]. Disponível em <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html> [consultado em 10.06.2011]
- Waever, O. e Buzan, B. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge U.P.
- Webel, C. (2007). Toward a philosophy and metapsychology of peace. In: Webel, C. e Galtung, J. (eds.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. London, Routledge, pp. 3-13.

EVOLUÇÃO DO ALTRUÍSMO E DA COOPERAÇÃO NOS GRUPOS HUMANOS

MARINA PRIETO AFONSO LENCASTRE

PROFESSORA CATEDRÁTICA
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA · PORTO-PORTUGAL

RESUMO

A origem do altruísmo social e da cooperação é discutida no contexto da teoria dos jogos e da biologia evolutiva. Os seus fundamentos emocionais e cognitivos são apresentados a partir de precursores animais como a empatia social e a teoria da mente. Discutem-se as relações entre a intencionalidade partilhada, a linguagem e os grupos altruístas estabilizados. Num mundo globalizado, abordam-se as condições etológicas e psicológicas para a experiência do altruísmo, da cooperação e da paz em contextos expandidos.

Palavras-chave: Altruísmo; cooperação; teoria dos jogos; biologia evolutiva.

ABSTRACT

The origin of altruism and cooperation is discussed in the context of game theory and evolutionary biology. Its emotional and cognitive aspects are related to social empathy and theory of mind. The relation of shared intentionality, language and stabilized altruistic groups is presented. In a globalized world, the ethological and psychological conditions for the experience of altruism, cooperation and peace in expanded social contexts is approached.

Keywords: Altruism; cooperation; game theory; evolutionary biology.

1. EVOLUÇÃO DO ALTRUÍSMO E DA COOPERAÇÃO

A cooperação é um fenómeno corrente no mundo animal que só recentemente encontrou uma explicação biológica satisfatória. Contradizendo aparentemente a ideia darwiniana de competição egoísta por recursos alimentares e sexuais, a cooperação e o “altruísmo”^[33] biológico, genericamente definido como o sacrifício de um animal em favor de outros, coloca um sério dilema à biologia: como pode ser evolutivamente adaptativo sacrificar-se em favor de outros e assim correr o risco de condenar o seu próprio potencial reprodutivo? O trabalho moderno sobre cooperação e “altruísmo” resolveu esta questão através da introdução em 1963 por W.D.Hamilton do conceito de vantagem inclusiva. Este autor, que está na origem não só da investigação contemporânea sobre cooperação e “altruísmo”, como também da ecologia comportamental e da sociobiologia, argumentava que os comportamentos cooperativos e altruístas tinham evoluído com mais probabilidade entre animais aparentados do que entre animais sem parentesco. Os parentes partilham mais genes semelhantes do que os não aparentados, o que significa que uma acção beneficiando um parente reverte a favor do altruísta, na medida em que as chances de reprodução dos genes comuns foram aumentadas pelo acto altruísta. Assim, o “altruísmo” biológico consiste num egoísmo genético. A teoria de Hamilton baseia-se numa modelo matemático complexo que prevê que a cooperação deverá ser mais frequente entre animais aparentados do que

entre os não aparentados, e que o grau de “altruísmo” dependerá do grau de parentesco genético. A sua teoria, associada ao trabalho de E.O.Wilson sobre os insectos sociais, forneceram um contexto muito favorável para o desenvolvimento da sociobiologia e das suas hipóteses sobre a origem filogenética do “altruísmo”.

O poder explicativo do modelo de Hamilton para o “altruísmo” genético não conseguiu no entanto resolver o problema dos comportamentos “altruístas” entre animais não aparentados. Como compreender, à luz do modelo da vantagem inclusiva, que um animal ajude ou se sacrifique por outro com o qual não tem nenhuma ligação genética? Foi Trivers quem, em 1971, ofereceu uma explicação para estes comportamentos: os genes para o comportamento “altruísta” poderão ser seleccionados se os indivíduos forem diferencialmente “altruístas” com aqueles que foram “altruístas” consigo próprios. Os morcegos-vampiro, por exemplo, partilham o alimento recolhido durante a noite com os congéneres que não tiveram oportunidade de sugarem a sua ração de sangue. Regurgitam uma parte do sangue recolhido, de maneira a evitarem que o animal beneficiado morra de inanição. Como este comportamento é comum ao grupo, o indivíduo pode contar que, em situação análoga, será igualmente alimentado e poderá assim sobreviver. O receptor pode ser um parente, mas pode ser também um adulto não aparentado. Observou-se que os grupos de morcegos são estáveis, e que há um reconhecimento individualizado entre os seus membros, o que faz com que o receptor seja identificado e, mais tarde, solicitado por sua vez para uma dádiva de sangue.

Este tipo de “altruísmo” foi chamado de “altruísmo” recíproco e foi conceptualizado para os humanos em termos da teoria dos jogos; iremos apreciar particularmente o dilema do prisioneiro o jogo do ultimato . O dilema do prisioneiro apresenta o

33 O altruísmo biológico aparecerá entre aspas, seguindo a recomendação de Ruse (1996) quanto à distinção entre a etologia do “altruísmo” nos animais socialmente menos complexos, e o verdadeiro altruísmo motivado por emoções, como nos primatas superiores, ou por obrigações, como no ser humano.

seguinte cenário: dois suspeitos de um crime são interrogados pela polícia em salas separadas. Podem cooperar ou desertar. Desertar significa dizer às autoridades que o outro é culpado e cooperar significa não acusar o outro. A polícia tem provas suficientes para prender os dois durante um ano, mesmo sem confissão. Se os dois acusarem o outro, vão presos 3 anos; se só um acusar e o outro se calar, o acusador sai livre e o acusado irá preso durante 5 anos. O dilema está em que, apesar do comportamento egoísta oferecer a possibilidade de ir livre, a ignorância sobre o comportamento do outro faz com que os dois prisioneiros tenham mais interesse em cooperar do que em desertar. O dilema do prisioneiro foi desenvolvido por Hamilton e Axelrod nos anos 1980 e aplicado à previsão dos comportamentos de cooperação em populações de indivíduos: quando a probabilidade de um dado indivíduo encontrar outro num futuro próximo ultrapassa um limiar crítico, então é grande a probabilidade de que apresente um comportamento cooperativo. Segundo Axelrod, esta estratégia cooperativa condicional chamada de Olho por Olho (Tit for Tat) deve o seu sucesso evolutivo a três características: ser simpático – nunca ser o primeiro a desertar –, ser rápido a retaliar e saber perdoar, se o parceiro só tiver desertado uma vez.

Recentemente, a modelização da cooperação nos humanos evoluiu no sentido de integrar factores sociais mais complexos como a reputação social, os comportamentos pró-sociais, a influência das crenças e da religião, a promoção social da conformidade, etc. Estes foram alguns dos factores indicados para tentar explicar os comportamentos aparentemente irracionais dos jogadores do jogo do ultimato (Gale et al., 1995). Este jogo consiste na interacção entre dois jogadores a um dos quais foi dada uma soma de dinheiro. Esse jogador líder propõe a divisão do dinheiro pelos dois e o jogador receptor pode aceitar ou rejeitar a soma que lhe foi atribuída. No caso de aceitar a soma de dinheiro, os dois jogadores ficam com a soma total de acordo com essa divisão; mas no caso em que o receptor rejeita a soma, os dois perdem todo o dinheiro dado no início do jogo. A escolha racional seria a de o jogador líder dar o mínimo possível e, mesmo assim, o jogador receptor aceitar esse mínimo, uma vez que é melhor ficar com alguma coisa do que partir sem nada. Mas o que se passa na realidade é que as ofertas excedem sempre o mínimo aceitável e são generosas na maior parte das vezes. Resultados idênticos são encontrados em diversas culturas (Henrich et al, 2004), mesmo nos casos em que o líder sabe que propostas injustas seriam igualmente aceites. Uma hipótese para explicar este comportamento consiste na ideia de que os humanos desenvolveram selectivamente uma «aversão à injustiça» ou uma «preferência pela equidade», que encontramos já esboçadas nos chimpanzés (de Waal, 2006), e que estariam igualmente na base da punição dos desertores egoístas.

Zak, Stanton & Ahmadi (2007) mostraram que a generosidade no jogo do ultimato depende de dois factores importantes: a empatia emocional e a empatia cognitiva, que sustenta a tomada de perspectiva do outro. Variaram os níveis de empatia emocional através da administração de oxitocina intranasal e de um placebo, tendo a oxitocina aumentado em 80% as ofertas generosas, comparadas com o placebo. Estes resultados mostram que a generosidade é motivada por emoções positivas de ligação ao outro. Por outro lado, estudos em neuroimagem mostraram que a antecipação de uma oferta mesquinha, por parte do jogador líder, activa o seu córtex insular, uma região associada com a aversão visceral, o que pode ter como efeito aumentar a sua generosidade (Stanfey et al., 2002). O nível de serotonina também parece influenciar a resposta à oferta, com o níveis mais baixos tendendo a estar associados

com uma rejeição mais frequente das ofertas injustas (Crockett et al., 2008).

Os trabalhos sobre o que se apelidou de altruísmo forte mostraram que os humanos tendem a cooperar com os outros, mesmo quando os custos da cooperação não são sempre recuperados. Este modelo funciona sobretudo quando os contextos de troca são sólidos e previsivelmente estáveis. A confiança na estabilidade contratual dos contextos alargados promove a cooperação, como é o caso dos estudos sobre altruísmo e cooperação de mercado (Gintis et al., 2007). Os humanos comportam-se altruísticamente, mesmo quando parecem não retirar benefícios imediatos disso. O altruísmo forte depende dos contratos assumidos pelos humanos, e estes assentam na capacidade para criar responsabilidades e obrigações recíprocas. A perspectiva co-evolutiva sobre o altruísmo (Boyd, 2003) propõe que a capacidade dos humanos para cooperarem em grupos de grandes dimensões deriva da evolução conjunta dos genes altruístas e de uma cultura institucional da cooperação que tende a punir os comportamentos egoístas. Deste modo, os egoístas não terão oportunidade para disseminar o seu padrão de sobrevivência, e o grupo tenderá a ser altruísta e cooperativo.

2. EMPATIA EMOCIONAL E COGNITIVA: A TEORIA DA MENTE

Fundamentando o que aparece como uma «irracionalidade» (emocional) da escolha nestes modelos, as observações etológicas mostraram que nos animais parentais (as aves e os mamíferos), a vantagem inclusiva e o “altruísmo” recíproco se complexificaram com a entrada em cena evolutiva das emoções ligadas à vinculação e ao abandono. Nestes animais, as emoções de ligação e de abandono adquiriram uma autonomia e níveis motivacionais próprios. Os animais comportam-se de forma genuinamente pró-social (de Waal, 2006) e não é de esperar que, em situações complexas e urgentes, se dediquem a uma complicada matemática de investimentos, custos e benefícios. É provável que algumas das dificuldades encontradas pelos modelos evolutivos do altruísmo e da cooperação na análise destes comportamentos complexos resida na emancipação neurofisiológica das respostas cognitivas e emocionais destes animais. De facto, tanto nos antropóides como no ser humano, a motivação pró-social parece depender mais dos circuitos neurofisiológicos e etológicos das emoções sociais, do que da lógica selectiva dos genes. Este é o caso da empatia emocional e cognitiva que, nos chimpanzés mas também noutros primatas, decide qual o comportamento a apresentar. Uma vez que a selecção se faz ao nível dos fenótipos e não directamente sobre os genes, é de esperar que um organismo complexo apresente mais níveis de organização neurofisiológica e epigenética para a expressão do comportamento, do que um organismo simples. Este tipo de organização por níveis desloca a motivação original para outros níveis motivacionais através de processos de emancipação motora e emocional que foram descritos por Tinbergen (1951) para a ritualização. Para alguns primatólogos, o comportamento pró-social dos primatas é acompanhado de experiências emocionais genuínas que são precursoras da experiência emocional da bondade e da compaixão, nos humanos.

Na evolução, raramente se perdem traços biológicos; as estruturas são transformadas, modificadas, co-optadas para outras funções (de Waal, 2006). Assim, é de esperar que os comportamentos dos primatas obedeçam em parte às leis mais antigas da selecção de parentela e do “altruísmo” recí-

proco. Mas como são animais socialmente mais sofisticados, que vivem em grupos individualizados fundados na existência de núcleos familiares e de amizades, é também de esperar que apresentem comportamentos pró-sociais mais elaborados e mais diversificados do que os outros mamíferos. O ser humano herdou muitas destas tendências comportamentais e acrescentou-lhes outras que lhe são específicas. A bondade e a compaixão, e a disposição moral que delas deriva, são traços especificamente humanos; mas importa compreender que carregam dimensões filogenéticas que inscrevem a raiz da bondade e da moralidade na natureza e não só, como se costuma pensar, nas leis e normas das culturas. A bondade, a compaixão e a moralidade estão provavelmente tão enraizadas em nós como outros comportamentos sociais espontâneos e intuitivos do dia a dia.

À empatia emocional acresce a empatia cognitiva, que é a capacidade para avaliar as razões para a emoção dos outros. Este tipo de empatia, que se encontra presente nos primatas capazes de elaborar uma teoria da mente, é mais avançada do que a empatia emocional e pressupõe a sua existência. Permite avaliar a situação e prestar uma ajuda adequada. É um dos fundamentos para o discernimento moral humano e adquiriu, com a linguagem, a possibilidade de se elaborar através de normas e de narrativas morais. A velha questão de saber se o que preside às escolhas morais é o afecto ou a razão, encontra novas evidências com estes trabalhos: são os impulsos genuinamente generosos e a compreensão da situação do outro que nos motivam a agir em favor dele, e só depois intervém a razão, para organizar a acção de forma argumentada.

3. ATENÇÃO E INTENCIONALIDADE PARTILHADAS NOS HUMANOS: EFEITOS SELECTIVOS SOBRE A LINGUAGEM E A COOPERAÇÃO NOS GRUPOS EXPANDIDOS

Wyman & Tomasello (2007) propõem que a capacidade dos bebés humanos para partilharem a atenção (*shared attention*) e para partilharem a intencionalidade, é possível por causa da maior cooperação e confiança, que acontece no interior dos grupos altruístas estabilizados. Assinalar um foco de atenção conjunta pelo simples prazer de o partilhar com outro (e não por uma razão instrumental) indica um alto nível de protecção contra a competição social e talvez uma capacidade alargada para cooperar. É possível que haja co-evolução entre cooperação e linguagem: a capacidade simbólica surgiu associada à partilha e à transmissão de estados mentais (estados do mundo) no interior de grupos altruístas estabilizados. Como consequência da capacidade para partilharem estados mentais e os traduzirem em linguagem, os humanos desenvolveram complexas formas de cooperação que resultaram nas organizações culturais humanas modernas. Segundo estes autores, os chimpanzés carecem de atenção partilhada e de partilha de informação mental, não podem portanto partilhar estados do mundo nem desenvolveram uma linguagem simbólica que os exprima³⁴.

Nos humanos, o sentido da empatia e a preocupação com os outros desenvolve-se muito cedo e depende da herança filogenética mas também, em grande medida, de condições ontogenéticas que implicam a proximidade e a constância da figura

de vinculação, o acesso ao afecto e à benevolência adulta, a tradução das emoções positivas na linguagem. É particularmente durante o primeiro ano de vida que a criança desenvolve a capacidade para interagir intencionalmente com o adulto, passando progressivamente de uma compreensão diádica das emoções e objectivos para uma compreensão triádica e depois para a acção cooperativa, que implica a adopção de um objectivo conjunto. São estas actividades colaborativas que estão na origem de formas únicas de aprendizagem cultural, comunicação simbólica e representação cognitiva. A cooperação, dentro dos grupos altruístas humanos, permite que a criança aprenda a internalizar as perspectivas dos adultos e a utilizá-las para mediar a sua compreensão emocional, cognitiva e simbólica do grupo social e de si própria, no seu seio (Fonagy et al., 2004; Wyman & Tomasello, 2007).

A empatia, o altruísmo e a cooperação apresentam-se primariamente como um fenómeno familiar e intra-grupal. Além de necessitarem de uma base ontogenética sólida para se desenvolverem – o que só se consegue num pequeno grupo familiar – os humanos tenderam ao longo da história a desenvolver uma moralidade grupal, muitas vezes com exclusão dos outros. A etologia humana e a psicologia mostraram que os humanos tendem a tratar os de fora muito pior do que os membros do seu próprio grupo. Eibl-Eibesfeldt (1989) por exemplo, mostrou que a socialidade afiliativa (laços de pertença ao grupo) que governa em grande parte as relações grupais humanas, decresce à medida que o grupo aumenta. Parece haver um tamanho adequado para o funcionamento espontâneo dos laços de empatia, da reciprocidade e do altruísmo benevolente ou bondade. Mas, como vimos mais acima, os trabalhos utilizando a teoria dos jogos e sobre altruísmo forte mostraram também que os humanos tendem a ser generosos em condições de interacção, mesmo desconhecendo os parceiros, e que a cooperação, em contextos expandidos, tende a estabelecer-se quando os contratos sociais estabelecem condições de confiança e de honestidade. O instrumento essencial destes contratos é a linguagem.

De facto, a evolução humana acrescentou algo de essencial às emoções sociais e à capacidade cognitiva. A linguagem e a possibilidade de partilhar e de desenvolver argumentos racionais sobre as nossas acções, e as acções dos outros, faz de nós a única espécie verdadeiramente moral. À medida que o grupo humano cresceu e se complexificou, a territorialidade, a hierarquia e as normas sociais tácitas ligadas à cooperação tornaram-se insuficientes para realizarem a coordenação grupal. A linguagem, com os seus objectos mentais (conceitos), permitiu uma coordenação mais poderosa à distância, permitindo também a enunciação e o reconhecimento de normas sociais e morais que passaram a impor-se como realidades mentais e sociais (Gibbard, 1996). As emoções associadas a comportamentos com valor social passaram a ser coordenadas por conceitos que, por sua vez, se organizaram em narrativas justificativas desses sentimentos sociais. Os sentimentos sociais elaboraram-se deste modo em trajectórias culturais que os tornaram próprios a essas culturas e distintos de culturas diferentes. Os sistemas de normas de conduta impostos por um conjunto de instituições para regular as relações sociais e, em certas culturas, para promover a cooperação (o direito, p. ex.) resultam da trajectória histórica dos conceitos e das suas justificações, que tendem a definir o que é desejável para a vida em sociedade.

Há alguma evidência de que a justificação para o nosso agir moral é frequentemente post hoc (de Waal, 2006): reagimos emocionalmente e depois justificamo-nos pela linguagem. Mas também sabemos que as narrativas morais são dinâmi-

34 Contrariando esta afirmação, F. de Waal mostra, numa obra de 2009, que os chimpanzés utilizam o olhar e apontam para chamar a atenção dos humanos para objectos cobiçados. Parecem mesmo monitorizar os efeitos do gesto do mesmo modo que as crianças.

cas e permitem-nos remodelar a acção. Como somos criaturas imaginativas e narrativas, podemos configurar as nossas vidas de novas maneiras. É dentro da narrativa e das suas vias de argumentação que emerge o sujeito moral.

Algumas investigações actuais apontam para a ideia de que uma parte da actividade conceptual presente nas narrativas se baseia em imagens que partem da experiência emocional para fundar domínios mais abstractos e menos estruturados. No caso da ética, experiências básicas como a dor, o prazer, o prejuízo, o bem-estar, a empatia, o sofrimento, a alegria, a bondade, a compaixão, poderão fornecer uma base universal para a construção da ideia abstracta de direitos humanos e animais (Johnson, 1993). A compreensão dos conceitos mostra que estes carregam as dimensões cognitivas e emocionais da experiência, permitindo ao mesmo tempo a sua extensão imaginativa para fora dos contextos em que nasceram, de maneira a suportar deliberações colectivas mais abstractas.

CONCLUSÃO: IMPLICAÇÕES EVOLUTIVAS PARA UMA CULTURA DE COOPERAÇÃO E DE PAZ

Vivemos num mundo em que as questões éticas estão globalizadas, mas as condições etológicas e psicológicas para a experiência da bondade e do altruísmo ainda são hoje muito parecidas com as que caracterizaram um mundo humano de mais pequena escala. Em geral, continuamos a escolher pertencer a pequenos grupos e as nossas tendências altruístas tendem a beneficiar, em primeiro lugar, os nossos familiares, de seguida o nosso grupo e só depois a comunidade mais alargada. Em termos evolutivos, os nossos comportamentos pró-sociais associaram-se estreitamente com as nossas tendências agressivas para com outros grupos (Gintis *et al.*, 2007). A pressão evolutiva que seleccionou a cooperação e o altruísmo para a sobrevivência do grupo associou-se à que levou a discriminar contra aqueles que não pertencem a esse grupo e são potencialmente inimigos (Eibl-Eibesfeldt, 1989). No entanto, a situação da humanidade actual modificou drasticamente o cenário evolutivo dos milénios anteriores. Confrontamos hoje com um mundo globalizado que nos é apresentado quotidianamente através dos meios de comunicação social. O grupo de pertença alargou-se e identificamo-nos hoje com os humanos que vivem nos antípodas quase tanto como nos identificamos com os vizinhos que vivem ao nosso lado. Todos passaram a fazer parte do grupo alargado da humanidade. Os movimentos de solidariedade colectiva a que assistimos com frequência e a reflexão contemporânea sobre a aldeia global reflectem essa identificação.

É claro que, nestas comunidades expandidas, o altruísmo e a cooperação, o exercício da bondade e o vínculo moral são muitas vezes frágeis. Falta-lhes o reconhecimento individual, a constância e a potencial reciprocidade dos pequenos grupos. Mas a compreensão das condições etológicas e psicológicas da cooperação e do altruísmo poderão ajudar a criar as condições para que a motivação pró-social se mantenha nas comunidades expandidas. Como vimos, essas condições incluem a compreensão da cooperação e do altruísmo enquanto forças biológicas de promoção dos grupos sociais, a ontogénese partilhada do afecto e da cognição e a experiência precoce da bondade, que se encontram sobretudo activa nos grupos individualizados, a capacidade de identificação expandida com outros que consideramos moralmente semelhantes a nós, a possibilidade de instituir um sistema de normas e de penalizações derivadas, a capacidade de imaginar argumentos nar-

rativos que justifiquem uma cultura cada vez mais alargada da cooperação e da paz.

BIBLIOGRAFIA

- Axelrod, R. & Hamilton, W.D. (1981). The evolution of cooperation. In: *Science*, 211, pp. 1390-96.
- Crockett, M. J., Clark, L., Tabibnia, G., Lieberman, M. D., Robbins, T. W. (2008). Serotonin modulates behavioral reactions to unfairness. In: *Science*, 320, pp. 5884.
- Boyd, R. (2003). Cultural evolution of human cooperation. In: Hammerstein, P. (ed.). *Genetic and cultural evolution of cooperation*. MIT Press.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1989). *Human ethology*. N.Y., A de Gruyter.
- Fonagy, P., Gergely, G., Jurist, E. & Target, M. (2004). *Affect regulation, mentalization and the development of the self*. N.Y., Other Press.
- Gale, J., Binmore, K.G. & Samuelson, L. (1995). Learning to be imperfect: the ultimatum game. In: *Games and Economic Behavior* 8, pp. 56-90.
- Gibbard, A. (1996). Moralidade e evolução humana. In: Changeux, J. P. (ed.). *Fundamentos naturais da ética*. Lisboa, Instº Piaget, pp.61-81.
- Gintis, H., Bowles, S., Boyd, R. & Fehr, E. (2007). Explaining altruistic behavior in humans. In: Dunbar, R.I.M., Barrett, L. *The Oxford Handbook of Evolutionary Psychology*. USA, Oxford Un. Press, pp. 605-619.
- Henrich, J., Boyd, R., Bowles, S., Gintis, H., Fehr, E., & Camerer, C. (2004). *Foundations of Human Sociality: Ethnography and Experiments in 15 small-scale societies*. Oxford University Press.
- Hamilton, W.D. (1964). The evolution of altruistic behavior. In: *Am. Nat.*, 97, pp. 354-56.
- Johnson, M. (1993). Moral imagination. Implications of cognitive science for ethics. U.S.A., University Chicago Press.
- Sanfey, A. G., Rilling, J. K., Aronson, J. A., Nystrom, L. E., Cohen, J. D. (2002). The neural basis of economic decision-making in the ultimatum game. In: *Science* 300 (5626), pp. 1755-1758.
- Tinbergen, N. (1951). *The study of instinct*. London, Oxford University Press.
- Trivers, R. (1971). The evolution of reciprocal altruism. In: *Q. Rev. Biol.* 46, pp. 35-57.
- Waal, F. de (2006). *Primates and philosophers. How morality evolved*. Princeton Un. Press.
- Waal, F. de (2009). The age of empathy. Nature's lessons for a kinder society. U.S.A., Three Rivers Press.
- Wyman, E. & Tomasello, M. (2007). The ontogenetic origins of human cooperation. In: Dunbar, R.I.M., Barrett, L. (ed.). *The Oxford handbook of evolutionary psychology*. Oxford Un. Press.

EDUCAR PARA A CIDADANIA, UM CAMINHO PARA A PAZ

MARIA EMANUEL MELO DE ALMEIDA

PROFESSORA DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

CEMRI, CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS, UNIVERSIDADE ABERTA – PORTUGAL

F.I.F.I.E.D., FUNDACIÓN PARA LA INVESTIGACIÓN Y PARA LA FORMACIÓN EN INTERCULTURALIDAD Y EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO (MEMBRO FUNDADOR)

RESUMO

Actualmente, vivem-se momentos de aceleradas mudanças a nível mundial em todos os âmbitos, e sectores da actividade humana. São tempos de instabilidade, de transitoriedade, de incertezas e de riscos. Estes factos são consequências da globalização e devem-se à existência de uma sociedade aberta e dinâmica que contribui para a livre circulação das pessoas, dos capitais, das empresas e, sobretudo, da informação ou/e do saber. É a nova economia da sociedade que actualmente rege a vida dos indivíduos, orienta o seu futuro e transforma a sua vida. Neste sentido, a educação para os valores é imprescindível, pois é a partir destes que se reconhecem as exigências universais resultantes da própria condição humana e da sua dignidade. A operacionalização destes valores, conduz à formação de cidadãos livres e responsáveis, solidários e tolerantes, honestos e disponíveis, com um compromisso participativo e de esperança. Assim, a trilogia legada pela Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), matriz dos direitos humanos e das conquistas democráticas, recupera-se no projecto actual de educação para a cidadania. Têm sido abordadas as questões da liberdade e da igualdade, deixando para segundo plano o que hoje é uma exigência: a fraternidade, ou, se preferirmos, a solidariedade. Importa realçar o pleno exercício da cidadania que exige uma concepção da vida em comum em torno da igualdade, perspectivando a liberdade no sentido do respeito pelo outro. Garantir a concretização destes valores passa pela noção de solidariedade, sustento da existência plural e democrática, e pela valorização da associação como forma de conquista de um outro ideal: a paz.

Palavras-chave: Educar para a cidadania; valores; paz; globalização.

ABSTRACT

There are worldwide important changes going on in all sectors of human activity. These are times of instability, transition, uncertainty and risk. These facts are the consequence of globalisation and are due to the existence of an open and dynamic society which contributes for free circulation of people, capital, entrepreneurship and most of all information. Education for values thus becomes necessary in order to stress the universal demands of human condition and dignity. These values put into practice lead to the development of tolerant, free and responsive citizens, willing to engage in projects of participation and hope. Thus the French Revolution's triad (liberty, equality, fraternity) which is the matrix for human rights and democracy is to be included in on going projects of education for citizenship. Unlike liberty and equality, fraternity (i.e. solidarity) has not so often been addressed. Full citizenship however implies the three of them leading to another ideal: peace.

Keywords: Education for citizenship; values; peace; globalisation.

INTRODUÇÃO

Presentemente, a sociedade encontra-se sob a influência da globalização e dos seus efeitos, tanto positivos como negativos. Embora possua inegáveis potencialidades, que podem favorecer a vida em sociedade, a globalização, não garante que o mundo, no futuro, seja mais unido politicamente, mais equitativo economicamente, socialmente mais solidário e culturalmente mais rico. Entre os seus efeitos desejáveis, estão presentes a promoção da paz, da solidariedade, da compreensão, da tolerância, da justiça, da liberdade, dos direitos humanos, entre outros. No que se refere aos seus efeitos negativos, evidenciam-se as manifestações de rivalidade entre o global e o local, por vezes relacionadas com aspectos apenas de carácter económico, em que os seres humanos são considerados como recursos ou material de troca.

Perante este contexto, a educação deve ser uma resposta aos problemas mencionados, pois tem-se procurado realizar projectos educativos, que respondam aos desafios de uma socie-

dade globalizada, onde a informação é cada vez maior e onde as alterações tecnológicas são cada vez mais rápidas. Contudo, é necessário que exista uma formação do ser humano, em função do seu crescimento pessoal e social, pois sem uma educação global, é difícil sobreviver no mundo de hoje e de amanhã. Esta constatação leva a considerar que a principal tarefa da educação, consiste em humanizar, ou seja, em pôr os educandos em contacto com as obras da humanidade e os valores que elas representam. Mais do que nunca, urge educar para os valores, pois não se pode pensar numa escola neutra, porque sendo feita por pessoas e para pessoas, se está continuamente num processo de interacção, que obriga a que se façam escolhas. E as escolhas implicam valores.

Apesar de ser difícil, deve-se, do ponto de vista ético, promover uma globalização saudável que contraste com os seus efeitos etnocêntricos, através dos quais se pretende impor abusiva e injustificadamente a particularidade em benefício próprio. Este tipo de globalização só se pode alcançar a partir da diversidade, pois é esta que garante a riqueza do ser humano e que

conduz à pluralidade de uma sociedade e/ou de uma cultura. Estes factos obrigam a pensar a realidade política, cultural, social, económica e educacional de forma diferente, de modo a encontrar os valores essenciais através dos quais é possível chegar a um acordo.

1. EDUCAR PARA OS VALORES VS. CIDADANIA

Os valores a mencionar são em primeiro lugar os valores da vida digna que são nucleares e próprios de uma moral universal, pois são o ponto de partida dos direitos humanos que correspondem ao incondicional respeito que merece cada indivíduo de qualquer sociedade e cultura a que pertence. Estes valores são a chave que orientam a democracia e activam a mudança necessária. Assim, uma orientação democrática consiste em construir uma sociedade onde existam relações humanas solidárias e condições dignas do ser humano.

No entanto, os valores de uma vida digna não se concretizam se não estão enraizados nos sujeitos; caracteriza-os a mediação jurídica e política através da qual reforçam eficazmente o seu vigor. Os valores de um ethos democrático referem-se sobretudo aos que se concretizam institucionalmente e estão ligados ao âmbito das atitudes, entre as quais se destacam a solidariedade, a justiça, o respeito, a liberdade e a igualdade.

Neste contexto, trabalhar a cidadania conduz, inevitavelmente, à promoção de determinados valores fundamentais, suporte da própria acção humana e do sentido de comunidade que lhe está subjacente. A promoção de valores não se pode afastar do princípio fundamental da construção da cidadania, ou seja, do processo pelo qual se ajuda a formar/construir cidadãos conscientes, autónomos, críticos e responsáveis. É preciso ter em conta que os valores se constituem como ideais condicionantes da acção humana, como algo que se procura enquanto princípios orientadores e estruturantes do próprio conhecimento e das relações. É pois importante trabalhar os valores fundamentais globais da vida e da acção social comum. A trilogia legada pela Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), matriz dos direitos humanos e das conquistas democráticas, recupera-se no projecto actual de educação para a cidadania. O desafio está em assegurar, neste conjunto de valores, a sua globalidade e a sua concomitância.

Têm sido abordadas as questões da liberdade (valor fundamental para assegurar os direitos individuais) e da igualdade (princípio fundamental da democracia e garantia da liberdade), deixando para segundo plano o que hoje é uma exigência: a fraternidade, ou, se preferirmos, a solidariedade. O desafio da nova ordem social, consiste na (re)valorização da solidariedade como princípio orientador da existência em comunidade, pois permite abarcar, reunir e consolidar a diversidade.

Lubich (2000) sublinha que é através da fraternidade que a liberdade e a igualdade podem adquirir novos significados e ser plenamente alcançados. Deste modo estabelece-se uma nova cidadania que tem como principal objectivo a fraternidade universal. No entanto, esta só é possível quando cada povo ultrapassar o seu próprio confim, olhar para além, amar a pátria do outro como a sua e fizer da humanidade uma família universal, isto é, ultrapassar o limitado conceito de sociedade nacional. Neste contexto deve-se promover a responsabilização de cada indivíduo como membro de toda a humanidade, e oferecer-lhe a possibilidade de atingir a sua própria realização e felicidade através da fraternidade universal.

Para que tal se concretize, é necessário que se ame todos os indivíduos, sem discriminação alguma; que não se espere dos outros, que se seja o primeiro a amar; que se ame o outro como

a si mesmo, como Gandhi dizia: «tu e eu somos uma só coisa, não posso fazer-te mal sem ferir-me» (Mühs, 1996, p. 82). Importa ainda fazer-se um com os outros, o que significa entrar na pele do outro, assumir como seus, os pesos do outro, as suas preocupações, os seus sofrimentos e as suas alegrias.

Quando o amor se encontra na base das relações dos indivíduos, estabelece-se a unidade que não é uma simples concórdia de propósitos ou de opiniões baseadas numa mesma opção, mas uma realidade que une de modo mais profundo, e que ultrapassa as diferenças de cultura e de pertença política, entre outras. Assim, as diferenças adquirem o seu verdadeiro significado e, na reciprocidade, tornam-se riqueza comum.

O cidadão, segundo esta perspectiva, não é um mero objecto, é o verdadeiro actor da comunidade política, devendo, por isso, ser consciente e responsável pela sua intervenção. O poder político deve colocar-se ao serviço do cidadão. Para que este modelo se possa actuar, de maneira sempre mais completa, a política deve ser vivida pelo governante como serviço de verdade e de amor, à qual deve corresponder, por parte do cidadão, uma maior participação na causa pública, pois só na reciprocidade se pode construir o bem de toda a humanidade.

2. EDUCAR PARA A PAZ

Os professores devem explicar aos alunos, a razão das suas decisões, ter consciência da sua condição de modelos, que não incitem, nem à neutralidade que pode conduzir ao vazio, nem ao endoutramento. Neste sentido, pode afirmar-se que educar para a paz, não é uma questão neutra, mas pelo contrário, implica uma contínua escolha de valores, por vezes em oposição aos maioritariamente defendidos pela sociedade. Não se trata, pois, de uma *paz pacífica*, mas *activa* e, até, *revolucionária*, porque não pretende deixar as coisas como estão, mas sim, contribuir efectivamente, para a transformação positiva, do meio em que se está inserido.

É importante relevar, ainda, a questão da violência e da indisciplina que aumenta continuamente no meio escolar. Verifica-se que este problema se relaciona, não só com a incapacidade dos professores em lidar com estas situações, pela ausência de formação específica nessas áreas, mas também com a falta de recursos humanos, responsabilidade da administração educativa, que parece mais preocupada em manter os estudantes nas aulas, do que em verificar a qualidade do processo educativo. Um outro aspecto que importa realçar, prende-se com a alteração de valores que se verifica na sociedade actual, tais como, o consumismo exacerbado, o acesso facilitado ao dinheiro, a perda de sentido do esforço e do sacrifício, a falta de respeito, a incapacidade de distinção entre autoridade e autoritarismo, entre outros.

Constata-se, portanto, uma degradação das relações de convivência, que não dizem respeito unicamente, ao sistema educativo e/ou aos estudantes, mas pelo contrário, se referem a toda a sociedade e a cada indivíduo, como membro integrante e responsável pela mesma (Jares, 2003).

Perante este contexto, torna-se cada vez mais necessário, educar de um modo personalizado, adequado às circunstâncias de cada indivíduo, dando particular atenção ao significado de aprender a ser.

É imprescindível reforçar a preocupação do ser, fazendo com que o ter, passe a ocupar o segundo lugar na hierarquia de valores e na cultura de cada um. Enquanto que a cultura do ter é materialista e consumista, a cultura do ser, refere-se à intimidade e ao espírito da pessoa, visa a conquista da realização pessoal e a procura da felicidade, independentemen-

te dos bens materiais, que se possa ou não possuir. É desta permanente procura de realização pessoal, que se desenvolve a consciência da necessidade do outro, para se ser feliz e daí a importância de se aprender a viver juntos, o que implica a construção da paz. No que se refere à paz, é importante sublinhar, também, o aspecto subjectivo deste valor, ou seja, o referente à paz interior, que se manifesta no equilíbrio e na harmonia do ser humano consigo próprio e que se reflecte no modo como se convive com os outros e com a natureza.

A educação possui, pois, uma enorme tarefa: educar para a paz, o que pressupõe reforçar os valores da tolerância, da compreensão, do respeito, da solidariedade e da justiça, entre outros, e contribuir para eliminar da sociedade, a violência, a guerra, a injustiça, a intolerância e a instabilidade.

É imprescindível, que a escola insista na promoção deste valor, desde as mais jovens idades, contrapondo com o ambiente vivido, o clima de violência (difundido pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral) e promovendo uma educação, que forme seres pacíficos e serenos, onde o amor substitua o ódio e a paz tome o lugar da violência. É um grande desafio, quer para os pais, quer para os educadores de hoje. É um trabalho a longo prazo, que implica esforço e muita paciência. Quintas (1996), refere que a paz interior depende, em grande parte, da tolerância mútua, porque a verdadeira tolerância, não se reduz a uma mera permissividade e aceitação de qualquer tipo de comportamento, não implica indiferença perante a verdade e os valores, mas supõe respeito, no sentido da estima.

É, também, importante, sublinhar, que o direito de viver em paz, é um direito fundamental, inerente à dignidade da pessoa e à sua liberdade. Neste sentido, não é suficiente reconhecer o direito, mas é necessário possuir os meios para o defender e para o readquirir, sempre que se perca.

Tal como se deseja para as futuras gerações, um ecossistema equilibrado, também se deve ter em conta o direito de viver numa sociedade em paz, que é a base de uma cidadania democrática e responsável.

3. PROMOVER UMA CULTURA DE PAZ

Tendo em atenção a complexidade das sociedades, o seu crescimento multicultural, os processos de globalização e o aumento da violência, urge que a educação formal, informal e não formal, promova processos positivos de socialização, tanto à escala local, como internacional e sensibilize os indivíduos para a resolução pacífica dos conflitos. Neste sentido, é essencial entender a convivência, como um elemento fundamental da educação actual, tal como confirma o *Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (Delors, 1996), que releva o *aprender a viver juntos*, como um dos quatro pilares, em que se deve sustentar a educação no século XXI. Do mesmo modo, Edgar Morin, no seu livro *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*, destaca que «a democracia, a equidade e a justiça social, a paz e a harmonia com o nosso meio ambiente natural, devem ser as palavras-chave deste mundo em transformação» (2002, p. 11). Como o mesmo autor refere, a educação do futuro deve abordar, em qualquer sociedade e em qualquer cultura, sem excepção, a «educação para a paz, à qual estamos associados por essência e por vocação» (Morin, 2002, p. 20).

Constata-se que defender uma educação neutra, céptica, sem valores, pode conduzir à possibilidade de fornecer uma ideologia à educação. Toda a acção educativa é, em si mesma, um

assunto moral, visto que consiste numa prática e numa capacidade moral (Jares, 2004).

Pelo exposto, considera-se que numa educação para a paz, não se pode propor, apenas, a aprendizagem de determinadas estratégias e capacidades, para resolver os conflitos, mas são fundamentais as propostas de uma cultura de paz, formuladas por diversos organismos, entre os quais se destaca o programa da cultura de paz da UNESCO.

Como Jares (2001a e 2001b) refere, uma cultura de paz, deve recusar o domínio, em todos os âmbitos da actividade humana, porque se baseia no respeito pela diferença, pela diversidade e elimina a noção de inimigo. Uma cultura de paz exige e origina uma cultura democrática, onde se dá prioridade aos valores públicos, em relação aos privados.

Nos tempos actuais, em que se vive um neo-liberalismo implacável, que conduz ao mercantilismo da democracia, convém ter presente, quer no plano social em geral, quer no educativo em particular, a necessidade de dar um novo impulso à cultura democrática, isto é, a uma cultura de paz, que se alicerce no debate, na crítica, no diálogo, na liberdade de expressão e na criatividade.

Contudo, é de relevar que ninguém pode viver em paz, enquanto as situações de extrema injustiça, não só, não desapareçam, como se acentuem, através da nova ordem mundial. A perspectiva global da paz, contém, para além da rejeição da guerra e da violência directa, a recusa e a ausência das violências estruturais, como o racismo, a xenofobia, o sexismo, a pobreza, a exclusão social e a marginalização, em qualquer lugar do planeta.

Neste contexto e perante a cultura da indiferença, do desprezo, do mercantilismo, do individualismo, do triunfo e do enriquecimento pessoal a qualquer custo, uma cultura de paz, deve recuperar, desenvolver, promover e cultivar, os valores do compromisso social, dos direitos humanos, da justiça, da igualdade, da liberdade e da solidariedade, valores estes, que por si só, representam uma mais valia para a humanidade, visto proporcionarem, a cada indivíduo, o prazer de partilhar, de cooperar, de ser solidário e de ser feliz por isso e assim contribuir, para a implementação de uma cultura de paz.

CONCLUSÃO

Actualmente vivem-se momentos de contínuas e aceleradas mudanças a nível mundial em todos os âmbitos, e sectores da actividade humana. Estas alterações têm a probabilidade de se estenderem para além do previsto, podendo-se assim alcançar uma nova ordem sócio-cultural e um novo paradigma técnico-económico. São tempos de instabilidade, de transitoriedade, de incertezas e de riscos. É, pois, o momento de reflectir sobre aquilo em que se acredita, as posições científicas, as convicções ideológicas, as atitudes e o estilo de vida. Segundo Ibañez (2006), existem mudanças, inovações, reconversões e reajustes que exigem uma certa maleabilidade e capacidade de readaptação pessoal, necessária para enfrentar com êxito todas as modificações e transformações sócio-culturais em que se está imerso.

Neste contexto, é preciso ter capacidade criativa ou de imaginação, talento e raciocínio prático para reconduzir a vida, por isso importa saber pensar de modo inovador e diferente. Não basta saber, ter e acumular informação, sendo imprescindível saber aplicar, resolver, reflectir, imaginar, raciocinar, arriscar e decidir. Ninguém pode viver só com os conhecimentos que adquiriu na sua formação básica, nem com os obtidos durante os estudos superiores. Actualmente, nem sequer é suficiente

compreender o presente, porque este é quase efêmero. Urge, portanto, aprender a prever as mudanças, o sentido e o significado das mesmas com o objectivo de se formularem preposições adequadas sobre as necessidades educativas com que se enfrenta o futuro.

Não obstante a transitoriedade e o fluxo contínuo de alterações que se verificam no mundo actual, pode instalar-se uma sociedade pós-industrial da precariedade do emprego; da mobilidade, da desocupação profissional e consequentemente do ócio, devido à sucessiva informatização e automatização do trabalho que conduz obrigatoriamente a uma reconversão profissional. Neste contexto, verifica-se a necessidade de uma actualização permanente, do saber fazer perante as mudanças e as incertezas existentes. Os factos enumerados são consequências da globalização que faculta uma deslocação das empresas na procura de melhores condições fiscais e de uma mão-de-obra mais barata. Estas consequências devem-se, por sua vez, à existência de uma sociedade aberta, dinâmica e globalizada que contribui para a livre circulação das pessoas, dos capitais, das empresas e, sobretudo, da informação ou/e do saber. É a nova economia da sociedade pós-industrial que actualmente rege a vida dos indivíduos, a sua forma de actividade, orienta o seu futuro e transforma a sua vida.

Só quem dispõe, no momento exacto, do saber pretendido, da informação exigida e saiba actualizar as suas competências segundo os requisitos e dinâmicas da sociedade em mudança, pode sobreviver. A incerteza, a precariedade do emprego, a escassez e/ou instabilidade económica, a desigualdade de oportunidades e as exigências de adaptação profissional, só são possíveis de ser ultrapassadas desde que se possua o saber e se seja livre, porque saber é poder; e só se pode e se é livre na medida em que se sabe.

Num mundo que se encontra cada vez mais unificado, mas onde se verificam simultaneamente tendências opostas, isto é, onde existe uma homogeneização dos modos de vida devido a um sistema económico que funciona à escala mundial, mas também onde as redes de comunicação difundem e implementam comportamentos de uma civilização técnico-científica que chega a quase todo o planeta, constata-se a necessidade de ultrapassar a falsa globalização e abrir espaço a uma outra que não é imposta nem absolutista, mas de diálogo e respeitadora das diferenças.

Este aspecto é importante, sobretudo, no campo educativo, visto que a escola é um lugar de confluência de uma diversidade humana sem precedentes. Neste sentido, a educação para os valores é imprescindível, assim como a procura de um consenso sobre os valores fundamentais susceptíveis de serem partilhados por todos, no âmbito da racionalidade dialógica e a partir de onde se reconheçam as exigências universais que resultam da própria condição humana e da sua dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Delors, J. (Ed.) (1996). Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Porto, Asa/UNESCO.
- Ibañez, J. R. (2006). La educación ante un nuevo orden mundial. Madrid, Diaz de Santos.
- Jares, X. R. (2001a). Aprender a convivir. Vigo, Xerais.
- Jares, X. R. (2001b). Educación y conflicto. Guía de educación para la convivencia. Madrid, Editorial Popular.
- Jares, X. R. (2003). A escola não só deverá ensinar o respeito pelas instituições democráticas mas ela própria ser um exemplo prático e quotidiano de organização democrática. *Jornal a Página da Educação*, 123, 11. [em linha] <http://www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp?ID=2473> [consultado em 23/03/2006].
- Jares, X. R. (2004). Educar para la paz en tiempos difíciles. Bilbao, Bakeaz.
- Lubich, C. (2000). Il Movimento dell'unità per una politica di comunione. *Nuova Umanità*, 131, 605-613.
- Morin, E. (2002). Os sete saberes para a educação do futuro. Lisboa, Instituto Piaget.
- Mühs, W. (1996). Parole del cuore. Milano, Edizioni San Paolo.
- Quintás, L. (1996). El libro de los valores. Madrid, Planeta.

NA DEMANDA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TRANSNACIONAL PROMOTORA DE PAZ, COMPREENSÃO E TOLERÂNCIA, DESENVOLVIDA EM CONTEXTO ESCOLAR

ANNA KOSMIDER LEAL

ASSISTENTE E DOUTORANDA EM ANTROPOLOGIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

MAFALDA MENDES

ASSISTENTE E DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O que significa viver em paz? E para a paz? A escola foi o palco escolhido para reflectirmos sobre esta temática, pois é em contexto escolar se constrói de forma significativa a identidade de cada jovem, futuro cidadão activo europeu. Tal é também perceber como estão a construir-se os conceitos da tolerância, da cidadania e, consequentemente, da paz. Estarão estes alunos – europeus – preparados para perpetuarem uma cidadania transnacional salutar e cooperante? Consideraremos a realidade de dois países europeus – Polónia e Portugal, através das representações identitárias dos seus alunos.

Palavras-chave: cidadania; identidade; educação; paz.

ABSTRACT

What does it mean to live in peace? And for peace? School was our chosen stage to reflect on this matter once it is in school that each teenager's identity is significantly built, thus the identity of the future active European citizen. This also allows us to understand how the concepts of tolerance, citizenship, and, consequently, peace are being built. Are these – European – secondary school students prepared to perpetuate a transnational cooperative citizenship? We will consider the reality of two European countries – Poland and Portugal – through the identity representations of their secondary school students.

Keywords: citizenship; identity; education; peace.

Peace is not merely a distant goal that we seek, but a means by which we arrive at that goal.

Martin Luther King, Jr (1929-1968)

Que, como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz.

Acto Constitutivo da UNESCO (1945)

INTRODUÇÃO

É bastante comum ouvirmos, no nosso dia-a-dia, a referência à palavra “paz” e a toda a área vocabular dela derivada: ele é uma pessoa pacífica, estar de regresso à paz do lar ou, simplesmente, deixa-me em paz!

Este é um conceito que nos acompanha pessoal e socialmente, metafórica e literalmente. Está enraizado na nossa vivência desde sempre, reflectindo o nosso anseio por um meio não hostil, promotor de harmonia e equilíbrio. Assume-se como uma meta atingir, uma utopia a perseguir.

Na presente comunicação, propomo-nos reflectir sobre os conceitos de paz, cidadania, identidade e educação, inevitavelmente interligados. Analisaremos, com a ajuda ilustrativa de um elemento de uma investigação de terreno, as representações relativas à identidade cultural de uma amostra de alunos do ensino secundário, oriundos de dois países europeus: Portugal e a Polónia. Estarão os nossos alunos, futuros cidadãos activos europeus, preparados para serem árbitros da paz, perpetuadores de uma cidadania saudável e cooperante?

1.

1.1. O QUE SIGNIFICA VIVER EM PAZ? E PARA A PAZ?

Sob que perspectiva devemos pois reflectir sobre este conceito? Tal como refere Weil (2002) evoluiu-se de um paradigma newtoniano-cartesiano para uma visão holística da paz, abandonando-se a visão fragmentada do pensamento humano derivada do elevado grau de especificidade dos diferentes campos científicos em florescimento. Tal como enuncia Weil, o conceito era sempre considerado numa perspectiva dualis-

tica: tinha-se em conta a paz interior do sujeito e^[35] a paz do “objecto”. No âmbito das ciências sociais, refere ainda uma subdivisão e uma nova dualidade: paz enquanto ausência de violência e paz enquanto sinónimo de harmonia.

Também Galtung (1964, in Pureza, 2001) salienta uma dicotomia mais ténue, dividindo a paz em negativa – na ausência de guerra – e positiva – referindo-se a uma comunidade humana integrada e harmónica. Em 1996, na sua obra *Peace by peaceful means*, actualiza esta perspectiva, mencionando um conceito de paz enquanto equação resultante do equilíbrio de três denominadores: paz directa, paz estrutural e paz cultural.

Presentemente, a conceito de paz é abordado numa óptica assumidamente transdisciplinar, integral e integradora. Não tem apenas a ver com o cruzamento de várias áreas do saber, mas também tem em conta os indivíduos e grupos sociais que a vivenciam (ou não), bem como os espaços e contextos onde estes estão integrados: “A visão holística, é, portanto, uma consciência cósmica de natureza transpessoal, transsocial e transplanetária, que integra estes três aspectos da consciência numa perspectiva mais ampla” (Weil, 2002, p. 39).

Na “Declaração das Responsabilidades Humanas Para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável” realizada pela Universidade da Paz das Nações Unidas na Costa Rica (1989) pode ler-se no artigo 4:

Todos os seres humanos são partes inseparáveis da família humana e dependem uns dos outros para sua existência, seu bem-estar e desenvolvimento. Cada ser humano é uma expressão e manifestação singular da vida, e tem uma contribuição individual a dar para a vida na Terra. Cada ser humano tem direitos e liberdades inalienáveis e fundamentais, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou outra opinião, origem social e nacional, status económico e outras situações sociais.

Ainda na mesma declaração, mas no artigo 9: “Por meio da paz orientada e consciente, os indivíduos entenderão a natureza das condições necessárias ao seu bem-estar e desenvolvimento”. Verificamos assim, o enfoque na importância da paz enquanto alicerce estrutural de uma sociedade promotora de um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

Também Kofi Anan, por ocasião do lançamento do Ano Internacional da Cultura da Paz em 2000 refere que o verdadeiro conceito de paz vai muito além da ausência de guerra. Implica obrigatoriamente desenvolvimento económico e justiça social e conceitos como democracia, dignidade, diversidade e respeito, apenas citando alguns.

Viver em paz e para a paz implica também outro conceito fundamental a qualquer sociedade que se pretenda desenvolver harmoniosamente: o de cidadania.

1.2. SER CIDADÃO DO SÉCULO XXI: DIREITOS, DEVERES E DESAFIOS

Cidadania, civismo, civilidade e cidadão têm a sua origem etimológica no latim *civitas*, significando “cidade”, e designará um estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, a qual lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, um compromisso de parte a parte. Cortina (2005) refere tratar-se de uma relação legal e moral baseada num sentimento de identidade. Tal situa, o indivíduo num es-

paço e num tempo, enquanto elemento condicionado e condicionador relativamente ao seu meio envolvente.

Presentemente, falar em cidadania vai muito além de falar dos direitos e obrigações de cada indivíduo dentro de um estado de direito. A cidadania, direito consagrado pelo capítulo V da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2007), já não se refere somente ao vínculo de pertença de um indivíduo a uma identidade nacional através do seu território, leis, língua, cultura, tradições e símbolos nacionais como o hino ou a bandeira. O processo de rápida globalização que presentemente vivemos e a maior mobilidade de pessoas dentro e além fronteira reflecte-se no modo como nos vemos e como vemos os outros, levando ao aparecimento dos conceitos de cidadania local e de cidadania transnacional, esta última remetendo para a extraterritorialidade do conceito e sentimento de cidadania.

Viver em paz e para a paz significa pois sermos agentes responsáveis, tolerantes e integradores da diferença, actuantes numa sociedade cada vez mais global, exercendo uma cidadania salutar ao crescimento local e global, pessoal e social.

1.3. IDENTIDADE: SEUS VÁRIOS TRILHOS

Outro dos conceitos-chave, inevitável para discutir as questões desta comunicação é o conceito de Identidade, directamente relacionado com o de cidadania.

Existem várias formas de identidade como são exemplo a identidade individual, a identidade moral ou a identidade política, mas nesta comunicação iremo-nos concentrar numa outra, a identidade nacional, que rivaliza com a identidade cultural igualmente abordada neste estudo.

Todas as definições para identidade nacional remetem para uma ideia de construção complexa composta por um conjunto de elementos que se inter-relacionam: étnicos, culturais, territoriais, económicos e políticos (Smith, 1991). Significam a solidariedade existente entre os membros de uma comunidade unidos por memórias, mitos e tradições partilhadas, que lhes são inculcados nas diversas fases da sua existência.

“The most obvious is the socialization of the members as “nationals and citizens”. Today this is achieved through compulsory, standardized public mass education systems, through which state authorities hope to inculcate national devotion and a distinctive, homogeneous culture, an activity that most regimes pursue with considerable energy under influence of nationalist idea of cultural authenticity and unity” (Smith, 1991: 16)

Daqui se pode concluir que cada cidadão é fruto do meio onde é criado. Os valores culturais são, de um modo geral, inculcados pelos regimes políticos de acordo com as ideologias vigentes.

Segundo o mesmo autor (1997) a identidade nacional permite-nos sistematizar os seguintes diferentes elementos: o território, a(s) história(s) comum(s), a cultura popular, direitos e deveres legais e uma economia comum.

Catherine Halpern (2009) assume que a noção de identidade foi difundida na década de sessenta, nos Estados Unidos, por culpa do aumento das minorias e da modernidade, que criou a afirmação do indivíduo. No entanto, ela menciona também que “a busca de si mesmo” não tem qualquer sentido sem a interação social e não existe sem o reconhecimento das escolhas individuais. A autora pensa que a identidade engloba várias identificações. A identidade que depende da sociedade (“iden-

tificação coletiva”) em que cada um vive chama-se identidade nacional.

William Bloom (1990), define a identidade nacional como a condição em que as massas se identificam com os símbolos nacionais”.

A outra forma de identidade que será abordada neste artigo é a identidade cultural. Conforme o pai dos Estudos Culturais, Stuart Hall (1993) a identidade cultural é um fenómeno que é constituído tanto pelo presente como pelo passado. As identidades estão vulneráveis à constante mudança complementada com os trilhos do passado, com a cultura e o poder.

“Cultural identity, in this second sense, is a matter of ‘becoming’ as well as of ‘being’. It belongs to the future as much as to the past. It is not something which already exists, transcending place, time, history and culture. Cultural identities come from somewhere, have histories. But, like everything which is historical, they undergo constant transformation. Far from being eternally fixed in some essentialised past, they are subject to the continuous ‘play’ of history, culture and power”(Hall, 1993:225)

Resumindo e analisando as abordagens teóricas acima referidas e relativas à identidade nacional e cultural, pode afirmar-se que as identidades representam os mesmos valores, crenças, partilhando a mesma história, a mesma língua, e todos os elementos culturais criados pelo grupo, geralmente ligados ao território.

1.4. EDUCAR PARA A PAZ: ESCOLA, PALCO DE INTERACÇÕES TRANSFORMAÇÕES

Para que qualquer sociedade e cultura se perpetuem, é necessário que haja transmissão, ou, citando Bourdieu e Passeron (1985), reprodução social. Esta pode ser prevista e intencional – quando mencionada em documentos oficiais – ou invisível – sempre que aconteça como efeito secundário não planeado, livre de qualquer ideologia.

Seja a transmissão de que natureza for, ela influenciará sempre o seu sujeito receptor. Encaremo-la como um ciclo passível de ser trabalhado e aperfeiçoado: vejamos o meio físico e social como matéria-prima que será assimilada e catalisada pelo sujeito, o qual – simultaneamente matéria-prima e agente de transformação – a devolverá ao meio.

Ora, este ciclo entra em cena no palco perpetuador da cultura padronizada, instituída e basilar ao prosseguimento harmonioso de qualquer sociedade: a escola. Esta, na presente era de Interculturalidade e Globalização, assume um papel fundamental na construção e edificação dos futuros cidadãos – locais, europeus e mundiais – os quais terão um papel crucial na construção da paz, em toda a plenitude do seu conceito, enquanto micro-agentes.

Tal como para o conceito de paz, também o de educação deverá ser tido em conta numa perspectiva holística: Delors, no relatório apresentado à UNESCO em 1998, enuncia os quatro pilares nos quais devem assentar a educação: o sujeito receptor deverá aprender simultaneamente a conhecer, a fazer, a viver em conjunto e a ser. Muito mais abrangente do que o reducionista conceito de ensino – resultado de uma transmissão iminentemente vertical – a educação tem implícita a noção de que nos conseguimos ensinar a nós mesmos, a partir de tudo – e de todos – que nos rodeia(m).

Vemos pois a importância do Outro para a construção do Eu, esteja neste Outro incarnada uma pessoa, uma cultura, uma religião, uma nacionalidade, raça ou uma língua.

2.

2.1. METODOLOGIA

O estudo incidiu sobre o conceito de cidadania/identidade e serão revelados os resultados de um elemento da investigação. O objectivo será perceber a construção dos cidadãos europeus, nomeadamente nos alunos das escolas secundárias dos países mencionados anteriormente. Pretendemos verificar se a sua identidade cultural lhes permite possuir um sentimento de tolerância e aceitação em relação ao Outro.

O que constrói o nosso conceito de cidadania? O que nos caracteriza ou identifica? Estaremos preparados para sermos agentes pacíficos e pacificadores na era da globalização e do confronto de culturas?

São perguntas muito complexas e de difícil resposta. O estudo foi efectuado nas duas escolas polacas e duas escolas portuguesas é apenas uma tentativa de dar essas respostas, reflectindo uma imagem da cidadania em construção, representada pelos jovens cidadãos polacos e portugueses^[36].

A principal razão da escolha foi que estudar dois países, um da Europa do Sul e outro da Europa de Leste originava um espectro geográfico muito amplo. Iremos ver mais à frente que apesar das diferenças inerentes à cultura existem muitas semelhanças entre duas realidades de dois cantos da Europa. As duas razões conjuntas deram raiz a este estudo.

Foi importante escolher como participantes no estudo alunos que representassem o próprio país e ao mesmo tempo diferentes classes sociais, domicílios e modos de pensamento. Para obter este efeito era preciso escolher uma metrópole e não ser a capital do país, onde a mistura étnica e social poderia distorcer o reflexo real da nação.

Em Portugal foi seleccionada a área metropolitana do Porto, e na Polónia a área metropolitana de Poznan. Nos dois casos, as cidades estudadas fazem papel de “segunda cidade” do país, em termos geográficos e económicos.

O passo seguinte foi a selecção das escolas secundárias em cada um dos países. Esta tarefa não foi muito fácil pois ainda não existe grande abertura das escolas para este tipo de investigação com os alunos.

Na área do Grande Porto, fizeram-se estudos na Escola Secundária de Águas Santas e na Escola Secundária de Rio Tinto. A primeira escola mencionada foi nomeada em função de ser mais monocultural, e a segunda em função de ser mais intercultural. Estas nomeações foram feitas com a ajuda das opiniões da direcção e dos professores.

Na Polónia as duas escolas da área metropolitana de Poznan, foram o Terceiro Liceu (III Liceum Ogólnokształcące) e o Liceu de Kornik, situado a 30 km da cidade. A nomeação das escolas foi baseada no mesmo processo verificado em Portugal.

2.2. REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS

Foram estudadas três turmas em cada escola, com alunos de idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos. As turmas portuguesas tinham por volta de 20 alunos cada, e as polacas por volta de 30, totalizando 150 alunos.

36 Estudo realizado de acordo com parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

O objectivo seria diferenciar o conceito de cidadania com cidadania local e cidadania transnacional. Era também pertinente saber como são ou estão a ser construídas as identidades dos cidadãos do futuro, os alunos.

O exercício elaborado para obter estas informações compôs-se por nove indicadores da identidade:

1. Ser Português/esa (Polaco/a)
2. Ser Cidadão/ã do Porto ou da respectiva cidade
3. Ser Europeu/eia
4. Ser Ibérico/a (Cidadão/ã do Leste)
5. Ser Católico/a
6. Fazer parte da minha família
7. Fazer parte do meu grupo de amigos
8. Fazer parte de outro grupo (de dança, futebol, coro)
9. Outro (qual?)

A tarefa do aluno consistia em ordenar os itens do maior grau de importância para o menor, no que dizia respeito à sua identidade cultural. Os resultados do exercício foram interessantes e ao mesmo tempo surpreendentes. Serão revelados os resultados dos alunos da Escola Secundária de Águas Santas na Maia (Gráfico 1), distrito do Porto e dos alunos polacos do terceiro Liceu em Poznan (Gráfico 2). No eixo horizontal representa-se o grau de importância do indicador de identidade (1 a 9) e no eixo vertical o número de alunos.

RESULTADO DOS ALUNOS PORTUGUESES

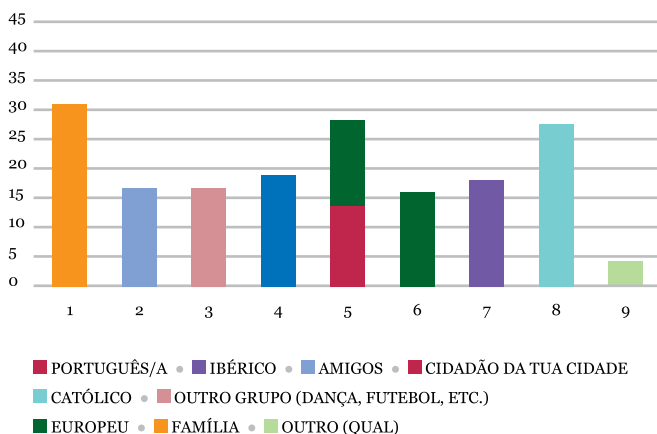


GRÁFICO 1. RESULTADOS DOS ALUNOS PORTUGUESES

RESULTADO DOS ALUNOS POLACOS

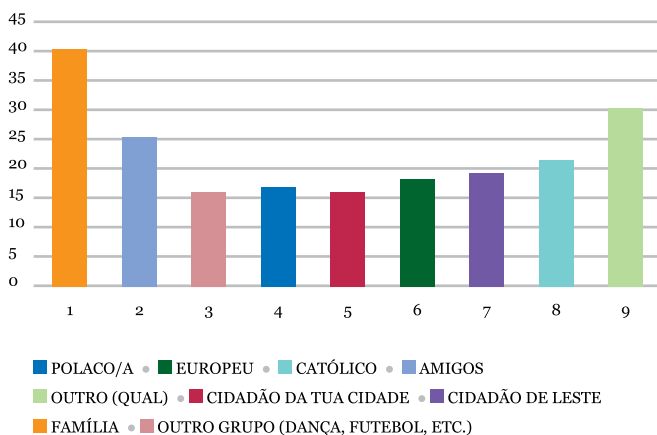


GRÁFICO 2. RESULTADOS DOS ALUNOS POLACOS

Mediante estes gráficos registou-se que em primeiro lugar, os alunos portugueses e polacos valorizam a família. Este resultado terá a ver com o conceito de família ainda bem vincado nestas duas sociedades e sobretudo pelos sentimentos de afetividade e a comunhão de ideias e valores dentro do seu clã.

Em segundo lugar os alunos de ambas as nacionalidades também mostraram a mesma preferência. A amizade e o grupo de amigos fazem grande parte da identidade destes jovens cidadãos.

Primeira conclusão: embora com culturas e circunstâncias geográficas e sociais diferentes, a família e os amigos são a base comum da identidade destes jovens europeus.

Os portugueses, como que a dar seguimento ao “círculo da amizade” preferiram na terceira posição “Outro grupo” (com destaque para equipas de futebol e grupos de dança).

Enquanto os jovens polacos se mostraram mais nacionalistas, os portugueses sublinharam o bairrismo e o orgulho em ser cidadão local.

Poderá justificar-se a primeira escolha pelo facto do povo polaco desde sempre ter sentido algumas ondas de choque vindas dos seus vizinhos. Na maioria dos casos bastante negativas. Este factores provocaram a existência de sentimentos de suspeição, insegurança, e alguma inferioridade que vêm do passado e vão existindo até aos dias de hoje atingindo as gerações mais jovens. O sentimento forte da necessidade de protecção do seu país perante a adversidade externa fez uma marca e conseguiu subsistir na criação da identidade dos jovens da Polónia.

A escolha dos alunos portugueses tem também a ver com factores culturais. Neste caso com o estilo de vida e mais concretamente com futebol, desporto-rei dos portugueses, que já ultrapassou o seu estatuto de desporto a atingiu um patamar mais alto - uma marca nacional, neste caso na identidade. Verificou-se também a divergência Norte-Sul que para além do desporto rege-se por factores históricos. Embora alguns alunos não a consigam explicar, sentem-na na maior parte dos casos transmitida no seio familiar.

O indicador “ser Europeu” em sexto lugar coincidiu nas duas nacionalidades, o que significa um conceito de cidadania europeia ainda pouco presente na vida dos jovens. Isto poderá explicar-se pela entrada de ambos os países ser relativamente recente – 1986 no caso português e 2004 no caso polaco – e não ter ainda decorrido o tempo necessário para a criação de um sentimento de pertença. Por outro lado pode significar um bom começo para a cidadania transnacional, anteriormente mencionada.

Ser cidadão Ibérico ou cidadão do Leste foram classificados em sétimo lugar, onde no caso dos portugueses, Ibérico tinha uma conotação neutra e no caso dos Polacos tinha uma conotação negativa, facto que se relaciona com factores históricos (ressentimento devido a traição durante a Segunda Guerra Mundial) e com os estereótipos culturais (crime e prostituição).

Os elementos seleccionados como menos pertinentes na construção da identidade, foi fazer parte de um grupo (futebol, dança, coro) na consideração dos alunos polacos e ser Católico na consideração dos alunos Portugueses. Esta informação revela diferenças culturais significativas entre as duas nacionalidades estudadas. Podemos explicar esta escolha devido à crença religiosa, muito mais evidente na Polónia do que em Portugal na faixa etária estudada.

REFLEXÕES FINAIS

Com o presente trabalho procurámos reflectir sobre várias questões. O conceito de paz integrado numa cidadania impulsionadora de um desenvolvimento global – europeu – harmonioso. Reflectimos sobre a importância do sentimento de tolerância, de mão dada com o conceito de identidade, fundamental à aceitação do Outro e da diferença, seja esta de que origem for. Consideramos ainda a importância da escola, enquanto espaço veiculador de educação, palco onde os futuros micro-agentes activos da sociedade constroem grande parte da sua representação identitária.

Já na parte empírica do trabalho analisámos as seguintes questões: com o que se identificam os jovens que presentemente frequentam a escola secundária? Esta identificação varia ou é condicionada pelo seu lugar de origem? O meio envolvente, o seu passado pessoal e a história e a cultura do seu país influenciam as suas escolhas? Serão receptivos e tolerantes à diferença? A educação apreendida em contexto escolar foi capaz de modificar eventuais representações negativas em relação à cultura do Outro?

Começamos por referir a (crescente) abrangência do termo cidadania nos tempos que correm pois os desafios são crescentes: tanto para cada indivíduo como para a instituição escola, a qual assiste a uma vertiginosa mudança da sociedade à qual se tenta adaptar uma vez que é a ela que compete formar os novos cidadãos. Cidadãos dos mais diferentes quadrantes e origens, os quais trazem na bagagem muito mais do que os livros: trazem experiências, um passado pessoal, histórico e cultural, o(s) qual(ais) terão de ser adaptados ao Outro.

Os resultados obtidos mostraram-nos que uma grande percentagem dos jovens inquiridos identificam-se principalmente com a família e amigos, o que revela a importância das raízes bem como a adesão aos valores por elas veiculados.

Deve ser notado que no caso português, o terceiro indicador de identidade mencionado é o “Outro grupo” no qual está incluído o futebol. Tal facto evidencia que tendemos a identificarmo-nos com aquilo que nos alimenta o ego e projecta de forma positiva. Devemos ainda referir que no caso polaco não existe nenhum desporto de destaque relevante. Logo, este mesmo indicador obteve o último lugar.

No que diz respeito ao indicador “Ser Europeu”, obteve o sexto lugar em ambos os casos. Tal revela que o sentimento de cidadania e, por conseguinte, de pertença, europeia, ainda não é significativo mas, curiosamente, aparece na mesma posição nos dois países. Tal deverá ser interpretado de forma positiva ou negativa? Será boa a preservação e valorização das raízes? Será boa ou má a quase indiferença ao facto de estarmos inseridos num contexto social mais alargado que é a Europa e mais concretamente, a União Europeia? Levanta-se pois a questão: já estaremos preparados e a preparar eficazmente as futuras gerações para os novos desafios locais, nacionais e europeus no sentido da cooperação e tolerância e paz?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alred, Geof et al. (2008). Education for inter-cultural citizenship: concepts and comparisons, Cleveland, Multicultural Matters.
- Bloom, W. (1990). Personal identity, national identity and international identity. Cambridge, Cambridge Press University
- Bourdieu, P. (1985). Les héritiers: les étudiants et la culture. Paris, Editions de Minuit.
- Cortina, A. (2005). Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía. Madrid, Alianza Editorial.
- Fernandes, A. (2009). A Europa e os desafios à construção da cidadania: apresentação. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Hall, S. (1993). Cultural Identity and Diaspora, [online: http://www.unipa.it/~michele.cometa/hall_cultural_identity.pdf] (acedido em 01-05-2011);
- Halpern, C. (2009). Identité(s): L'individu, le groupe, la société. Auxerre, Sciences Humaines.
- Marques, R. (2008). A cidadania na escola. Lisboa, Livros Horizonte.
- Pureza, J. (org.) (2001). Para uma cultura da paz. Coimbra, Quarteto Editora.
- Smith, A. (1997). Identidade Nacional. Lisboa, Gradiva-Publicações.
- Smith, A. (1991). National Identity. USA, University of Nevada Press.
- Weil, P. (2002). A arte de viver em paz – Manual de educação para uma cultura de paz (UNESCO). Porto, Edições Asa.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

- <http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php> (acedido em 26-04-2011)
- <http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm> (acedido em 01-05-2011)

CIDADANIA ACADÉMICA: PRÁTICAS CULTURAIS DOS ESTUDANTES DE COIMBRA NA DÉCADA DE 1980

ALEXANDRA SILVA

BOLSEIRA DE DOUTORAMENTO DA FCT, FLUC/CES

RESUMO

Os anos oitenta correspondem, em Portugal, ao período da chamada normalização democrática que trouxe consigo uma maior disponibilidade para os cidadãos à participação cívica. Nos meios universitários esses hábitos contribuíram para que a massa estudantil assumisse práticas de cidadania que são um legado indiscutível dos “anos sessenta”. Na Universidade de Coimbra educação e cidadania cruzaram-se com a consciência de uma intervenção cultural e social mais permanente e empenhada, através de formas de participação académica no campo da música, cinema, teatro, fotografia ou artes plásticas, no decurso da década de 1980.

Palavras chave: anos oitenta; cidadania académica; participação social e cultural.

ABSTRACT

The eighties are known in Portugal as the period of democratic normalization, bringing a greater willingness for citizens’ civic participation. In the University environment these habits have contributed to increase students’ citizenship practices which are an undeniable legacy of the sixties period. At the University of Coimbra education and citizenship crossed paths with an awareness of cultural and social intervention, more permanent and committed, through the many forms of academic participation in the fields of music, film, theatre, photography or visual arts.

Keywords: the eighties; academic citizenship; cultural and social participation.

INTRODUÇÃO

Temos assistido recentemente a uma celebração revivalista e nostálgica dos anos oitenta pontuada de elementos *kitsch* na moda, na música, nas festas, nos ícones, na decoração, nas séries televisivas. Mas observados criticamente percebe-se que foram mais do que isso. Corresponderam também a um tempo de criatividade, de contrastes e inovação que abriu caminhos a novos processos de profunda mudança e a fortes contradições e pluralidades, transformações globais essas que proporcionaram o aparecimento de novos modelos de produção artística e cultural – na música, no cinema, no teatro, nas artes plásticas ou na literatura – e novas formas de intervenção cívica e de prática da cidadania.

Em Portugal, como consequência dos acontecimentos políticos, a vida cultural depois da Revolução dos Cravos traduziu-se na abertura de novos espaços de liberdade de expressão e experimentação artística a nível textual, temático e discursivo. No imediato pós-25 de Abril a esperança cultural surgiu não só como objectivo de consciencialização do povo, mas também como um instrumento pedagógico de formação política e cultural. Essa função determinante na resistência cultural relaciona-se directamente com a construção de um património de iniciativas que, sobretudo no período que se seguiu ao 25 de Novembro, se ocuparam da defesa e consolidação do regime democrático, através do desenvolvimento de actividades culturais de grande impacto local, nacional e internacional. A cultura surgiu também para legitimar a nova ordem política, seguiu-se um profundo debate intelectual, exposições, reposição de filmes, recuperação de editoras e obras, conferências, reunião de artistas e intelectuais e

regresso do exílio de muitos artistas e intelectuais (Ribeiro, 1986; Dionísio, 1993; Reis, 1996).

Verificou-se uma abertura às tendências vindas do exterior e tiveram lugar criações particularmente importantes que aproximaram a cultura portuguesa dos modelos internacionais – nos consumos musicais, cinematográficos, literários, no teatro, na dança, nas artes plásticas e performativas. Foi-se constatando uma padronização dos hábitos de consumo e de convívio mas as transformações não acompanharam expectativas e as esperanças criadas. Todavia, aconteceram “grandes rompimentos” (Dionísio, 1996, p. 446) mesmo que a cultura não tivesse sido um território prioritário, pois “multiplicaram-se novas representações culturais ainda que tenha persistido a sua instrumentalização, traduzida numa cega subordinação à política” (ibidem).

Também nas sociedades académicas se sentiu fortemente o espírito do tempo, com os jovens estudantes a constituírem-se como um corpo social autónomo e a desenvolverem novas atitudes, a organizarem diversas actividades e a criarem novas identidades com intervenção notável em diversas vertentes da esfera pública.

Na década de 1980, o movimento estudantil europeu caracterizou-se pela preocupação com a educação e o emprego, num clima de crescente concorrência. Embora caracterizado pelo refluxo dos movimentos que reflectem os impactos da crise dos anos setenta, o activismo político na década de 1980 continuou a existir e a intervenção estudantil continuou a ser uma questão importante (Boren, 2001) ainda que o movimento estudantil se tenha apropriado de outras discussões decorrentes de necessidades distintas, resultado da aparição de uma nova

apreciação do trabalho e a reorganização do próprio processo de emprego.

As novas condições que influenciaram profundamente o meio universitário geraram novas aspirações e comportamentos dos estudantes que se caracterizou por um novo modelo de actuação. A profunda reconfiguração nas universidades conduziu a práticas, preocupações e atitudes dos estudantes que adaptaram o seu quotidiano às novas realidades, aspecto que se traduziu em novas práticas artísticas e culturais, recriando novas formas de participação cívica e de cidadania e reconfigurando as identidades estudantis (Stevenson, 2001).

1. CIDADANIA ACADÉMICA

Os acontecimentos políticos, económicos e culturais que em Portugal se desenrolaram no terceiro quartel do século XX estruturaram os elementos que marcaram a condição juvenil na transição dos anos setenta para os anos oitenta e tiveram profundas consequências na forma como a juventude percepcionou a política, a sociedade, a cultura e o mundo. Essa situação histórica e económica concreta, aliada às mudanças culturais, modelou as condições e comportamentos das culturas juvenis, perspectivando-se, por isso, novas formas de mobilização, intervenção cultural, participação cívica e de exercício de cidadania.

Este novo modelo de participação cívica e associativa revitalizou o movimento estudantil e conferiu-lhe um novo estatuto. Muitas vezes a intervenção cultural foi a marca histórica desses movimentos, que lhe conferiu um cariz metafórico pois transportou “imagens, símbolos, valores e signos” (Lopes, 2004, p. 140). Segundo o historiador Rui Bebiano e o sociólogo Elísio Estanque, comprovou que o movimento estudantil se expressava mais no plano cultural e da participação cívica do que exclusivamente na intervenção nas questões políticas, institucionais ou nas relações formais de poder (2007, p. 38). Efectivamente, desde finais dos anos cinquenta os jovens portugueses, ainda que lenta e prolongadamente, foram-se envolvendo num clima de crescente politização que foi transformando as iniciativas culturais em momentos de maior contestação e de enfrentamento aos valores “de regime”, dos quais o corpo estudantil se foi progressivamente desafectando. Nesse período, a Universidade caracterizou-se pelo estabelecimento de experiências culturais a ela associadas contribuindo para um contexto de contestação, perceptível através do número crescente de estudantes na participação em diversas formas de protesto ao autoritarismo e à luta sistemática pelos valores da democracia (Bebiano, 2003; Estanque et al., 2007; Cardina, 2008).

Os movimentos estudantis constituem-se como importante “barómetro social” (Estanque et al., 2007, p. 71) e a Universidade foi o meio onde se desenvolveu uma “consciência crítica” (idem, 2007, p. 81) num exercício participativo de “cidadania académica” (idem, 2007, p. 82) que se define mais acentuadamente a partir de finais dos anos cinquenta. A partir de então assistiu-se a uma continuada, persistente e fecunda resistência cultural por parte de artistas, de cientistas, nos meios intelectuais e também formas de resistência popular no associativismo, nas pequenas colectividades, no teatro amador, no cineclubismo, nas associações de estudantes, nos grupos e publicações universitárias (Bebiano, 2003; Cruzeiro e Bebiano, 2006; Cardina, 2008). Esses combates organizaram-se fortemente na frente cultural e tiveram um papel determinante na mobilização dos estudantes.

Como consequência da alteração das perspectivas da juventude também o movimento estudantil universitário conheceu nesse período profundas modificações e alteraram-se as estratégias e estruturas organizativas, decorrentes da democratização do sistema político e do próprio sistema de ensino. Após um período de intensa participação no imediato pós-25 de Abril, na fase de transição para a democracia assistiu-se a um fenómeno de participação espontânea da sociedade civil que se traduziria numa ampla interacção nos espaços públicos urbanos (Fortuna, 2005, p. 124).

Historicamente, o movimento estudantil interveio e influenciou o espaço político, social e cultural das universidades e das cidades. As suas formas de luta, reivindicação e actividade participativa sempre se caracterizaram pelo dinamismo e a forte politização. Mas foi sobretudo durante os “longos anos sessenta” – sensivelmente entre os meados das décadas de 1950 e de 1970 (Marwick, 1998; DeKoven, 2004) – que começou integrar formas de protesto global e anti-disciplinar. Essa intervenção caracterizou-se pela rejeição e reclamação de atitudes de indiferença (Stephens, 1998), até com elevado potencial revolucionário (Melucci, 1999), assumindo-se como uma forte cultura de oposição (Boren, 2001; Bebiano, 2003; DeGroot, 2003).

Verificou-se, pois, uma profunda alteração no cenário do activismo estudantil em Portugal cujas atitudes, discursos, aspirações e compromissos se tornaram consideravelmente diferentes. O debate ideológico nas universidades deu lugar ao cumprimento de necessidades e expectativas imediatas, a utopia deu lugar à decepção e reconfiguração pragmática de percursos e por tudo isto a participação juvenil e estudantil na década de 1980 compôs-se de novos desafios, descontinuidades e transformações.

A profunda crítica e descrença nos grandes sistemas civilizacionais – o socialismo e o capitalismo – que convergiu na crise geral das ideologias clássicas e na ausência de referenciais paradigmáticos norteadores, afastou cada vez mais os jovens universitários e a luta ideológica deu lugar à rotinização, ao funcionalismo, ao pragmatismo das acções políticas e ao retrocesso das ideologias contraculturais. Essa situação histórica e económica concreta, aliada às mudanças culturais descritas no primeiro ponto, modelou as condições e comportamentos das culturas juvenis, perspectivando-se, por isso, novas formas de mobilização e participação cívica.

Contribuíram para alimentar o fenómeno de afastamento da política, dos valores de solidariedade e das grandes causas, criando “outros sistemas de valores estruturantes das consciências e das identidades dos indivíduos e dos grupos” (Fernandes, 1993, p. 811). A juventude dos anos oitenta foi caracterizada por uma atitude generalizada de indiferença, apatia e desinteresse, acusada de ser despolitizada, pouco empenhada militantemente em organizações e sindicatos ou partidos políticos (Nilsen, 1998; Galland, 1991). A juventude “rebelde” deu lugar a uma juventude mais adaptada à sociedade e ao sistema, empenhada na construção e estabilidade do futuro e nas condições de emprego perante um esquema social que oferecia cada vez menos oportunidades imediatas e que exigia novas necessidades de especialização (Estanque, 1999) com grande influência na reconstrução das identidades estudantis que se debateram com novos desafios e renovadas formas de participação cívica e intervenção cultural.

Esta realidade teve reflexos em termos de associativismo juvenil e estudantil e é, pois, nesta altura, que juventude e corpo estudantil se misturam e “a identidade juvenil e a identidade estudantil, no contexto universitário, tendem a misturar-se e a influenciar-se mutuamente” (Drago, 2004, p. 139). O

movimento estudantil perdeu a sua visibilidade para as culturas juvenis, caracterizadas essencialmente pela sua imagem de consumo (Pais, 1993). Estas mudanças pronunciaram um novo “modelo cultural de juventude” (Caiado, 1990, p. 266) enquanto conjunto de regras, valores e comportamentos orientaram e caracterizaram a massa juvenil que se encontrava em reestruturação e redefinição.

As novas condições que influenciaram profundamente o meio universitário geraram novas aspirações e comportamentos dos estudantes que se caracterizou por um novo modelo de actuação. Este novo modelo de participação cívica e associativa revitalizou o movimento estudantil e conferiu-lhe novo estatuto. Muitas vezes a intervenção cultural foi a marca histórica desses movimentos, devido ao ser cariz metafórico pois “ela transporta imagens, símbolos, valores e signos” (Lopes, 2004, p. 140).

Essa realidade teve implicações significativas na juventude portuguesa, que se tornou cada vez mais urbana à medida que os governos revelavam também maior preocupação em criar políticas de juventude e que incentivassem à participação cívica e cultural.

2. PRÁTICAS CULTURAIS DOS ESTUDANTES DE COIMBRA

Coimbra desempenhou neste processo de redefinição da participação juvenil e estudantil um papel fulcral afirmando-se, desde cedo, como permanente “escola de democracia” (Estanque *et al.*, p. 179). Segundo Rui Bebiano, a iniciativa colectiva dos estudantes pode caracterizar-se conflituamente de acordo com três tendências: uma definida pela sua relação com o poder académico e relacionada com a intervenção institucional; uma outra centrada nas políticas educacionais e empenhada em suscitar a alteração das políticas governamentais para o sector da educação, particularmente no ensino universitário; e uma terceira relacionada com o poder governamental e empenhada na transformação da sociedade em geral (Bebiano, 2003).

Essa terceira tendência da iniciativa estudantil define-se pelo envolvimento dos estudantes em iniciativas de carácter mais amplo visando, em última análise, a intervenção activa nas transformações da sociedade portuguesa e por vezes na definição do próprio regime político. É “mais duradoura e que mais profundamente marcou o movimento académico coimbrão ao longo dos últimos 150 anos” e a que tem particular destaque “na história da cidade e no contexto do desenvolvimento da comunidade nacional” (Estanque *et al.*, p. 142).

Na fase final do Estado Novo seria através da cultura e de imaginação, no campo do teatro, do cinema, da literatura, do cinema, contornando os limites da censura e “convertendo esse apolitismo numa espécie de trunfo” (Garrido, 2008, p. 147) que as suas manifestações dos estudantes haveriam de ter mais longo alcance. Entre 1970 e 1974, detecta-se um “novo período crítico” (Cardina, 2005, p. 54) com a intensificação de práticas mais alargadas de participação estudantil e a consolidação da auto-imagem estudantil assumindo uma posição de “comprometimento social” (Cardina, 2007, p. 97). Os primeiros anos da década de 1970 pautar-se-iam pelo acentuar da repressão e o encerramento da AAC provocaria um certo refluxo do “movimento associativo” em prol do “movimento estudantil”. Mas as lutas continuaram a fazer-se sobretudo pelo combate cultural, multiplicando-se as iniciativas culturais, ainda que sem apoio institucional devido à ausência de vida associativa legal.

Essa tendência para iniciativas de carácter cultural perpetuou-se pelo período revolucionário, mantendo-se as assembleias e reuniões gerais das faculdades com a intervenção directa dos sectores mais politizados e radicais da população estudantil com influência próxima dos sectores políticos mais radicalizados. Embora este período necessite de estudos mais aturados, grande parte dos estudantes terá mantido um aparente distanciamento da situação política, o que, segundo Bebiano e Estanque, comprova que, sobretudo em Coimbra, o movimento estudantil se expressava mais no plano cultural e da participação cívica do que propriamente na intervenção permanente nas questões políticas, institucionais ou nas relações formais de poder (2007, p. 38).

São signos destas novas linguagens as actividades culturais desenvolvidas pelos organismos autónomos e secções culturais da AAC onde a dimensão cultural ganhou novo impacto na forma de intervenção estudantil, como a actividade permanente da Rádio Universidade de Coimbra (RUC) que organizou o Concurso de Música Moderna, a actividade dos grupos corais como a Tuna Académica Universitária de Coimbra que organizava do Ciclo de Música Instrumental de Coimbra ou o Festival Música em Mi além da Mostra Internacional de Coros Universitários que serviu para congregar na cidade de Coimbra várias comunidades estudantis europeias. No campo da arte contemporânea, Coimbra conheceu desde os anos cinquenta uma intensa actividade que se desenvolveu em torno da criação de um espaço cultural voltado para a criação artística, o Círculo de Artes Plásticas da Universidade de Coimbra (CAPC).

Desde a fundação, foram defendidos como objectivos nucleares da acção do CAP promover e difundir as artes visuais, visando despertar o público para a arte contemporânea proporcionando um conhecimento ampliado dos panoramas artísticos contemporâneos, seus elementos e linguagens, estimulando o gosto pela fruição artística e impulsionando exposições de arte contemporânea e actividades de animação cultural multidisciplinares (A Brios, 30-06-1988. As suas principais actividades passam pelo ensino, experimentação e criação através da organização das exposições, divulgação de textos sobre Arte (nomeadamente através da revista Via Latina) e criar mesmo o embrião de uma Escola de Belas Artes (Diário de Coimbra, 6-02-1984). Durante os anos oitenta o conceptualismo perdeu presença retornando da pintura, principalmente a bad painting.

Segundo Pinharanda foi a partir daqui que se “lançou (e simultaneamente se popularizou) o conceito e o debate do «pós-moderno» em Portugal” (Pinharanda, 2004, p. 266), tornando-se dominantes nas produções plásticas, as referências à “transvanguardia”, à bad painting, ao novo expressionismo e ao “regresso à pintura”. Na década de oitenta reina a expressividade pessoal, alicerçada na exploração da pintura, do desenho e da escultura. História da pintura, passando pela poética literária, a citação surrealista ou a recuperação de alguns meios de arte conceptual, todos contribuíram para a difusão da chamada arte contemporânea (Melo, 1998; Pinharanda, 2004).

Com destacada a actividade, logo nos anos setenta, manteve em funcionamento três galerias de arte portuguesa e uma biblioteca de apoio às actividades, organizou “Nossa Coimbra deles”, organizou a Exposição Internacional do Livro de Arte, “1.000.011º Aniversário da Arte”, a iniciativa “Semana de Arte na Rua” (Nogueira, 2005). Nos anos oitenta configurou uma intensa e inovadora actividade de aproximação à sociedade com a destacada exposição “Novas Tendências na Arte Portu-

guesa”, onde foi mostrado o que de novo se estava a produzir em Portugal no domínio das artes plásticas.

O Círculo de Artes Plásticas aliou-se frequentemente às actividades do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), promovendo também sessões de cinema e exposições temáticas, cursos de cinema de animação. Uma das mais emblemáticas foi realizada com elementos cedidos pelo Festival Internacional da Figueira da Foz, tendo como tema o desenho animado belga e os seus autores (Diário de Coimbra, 31-10-1982).

O CEC notabilizou-se pela realização do Festival Internacional do Filme Amador de Coimbra (FIFAC) que procurou sensibilizar os estudantes para o cinema alternativo, procurando seguir temáticas específicas acrescentando um valor de conjunto aos filmes, escapando aos circuitos comerciais. As suas edições foram marcadas pela generalidade de géneros cinematográficos, multiplicidade de assuntos nelas incluídos, a qualidade dos filmes, as técnicas utilizadas tratando-se de um encontro mundial semelhante ao dos grandes festivais internacionais.

Promoveu ainda cinema de divulgação como actividade dos meios teóricos, com sessões comentadas e filme sobre as obras de arte (épocas, movimentos e artistas) ou exposições documentais, com intenção essencialmente didáctica propondo o confronto entre os vários aspectos e tendências de cada época ou movimento, estabelecendo as relações universais com o que se passava noutros sítios, para esclarecimento do que hoje se compreende como arte.

Neste quadro merece igualmente referência, o Grupo de Etnologia e Folclore da Universidade de Coimbra (GEFAC) fundado em 1967 que dedicou à pesquisa, recolha, estudo e divulgação da cultura portuguesa visando “promover e colaborar em espectáculos públicos empenhando-se no esclarecimento sócio-cultural do povo português e na dinamização da sua capacidade criadora” (“Estatutos do GEFAC”). Ao desenvolver uma intensiva actividade de canto, dança, performance teatral, poesia, costumes, inventariação de trajes, utensílios agrícolas festas rurais visava caracterizar e preservar a cultura portuguesa com base nas raízes tradicionais. Interesse nas formas populares e espontâneas de resistência, tendo o seu principal paradigma na tradição das esquerdas culturais pré-25 de Abril. As realizações proporcionadas pelo GEFAC de evidente denúncia e crítica ao mercado cultural, apresentando-se como uma alternativa baseada na concepção de uma cultura enraizada nos problemas e na vida do país e na valorização da cultura popular, através da redescoberta do país e das suas origens. A experiência de cunho formativo, interventivo e comunitário recupera de certa forma o ethos baseado na tradição do movimento estudantil que tem como característica o envolvimento com os segmentos populares, no sentido da troca de experiências e do comprometimento com as causas dos movimentos populares.

Com actividade limitada até ao 25 de Abril, posteriormente novas perspectivas se abriram, desenvolvendo uma actividade mais contínua e profunda. Apostando na dialéctica entre o tradicional e o moderno, o GEFAC procurou a inovação e a renovação tendo sempre presente a conservação dos costumes populares, revitalizando-os e dando-lhes uma nova expressão “experimentando novas vias de expressão a que a cultura popular abre perspectivas) que, embora simples, essa cultura não é “inferior”, como muitas mentalidades ainda a julgam” (Diário de Coimbra, 19-01-1983).

O GEFAC, recuperando a intensidade das suas actividades, organizou desde 1979 as Jornadas de Cultura Popular. Esta realização bienal (como outros acontecimentos protagonizados por organismos da AAC) proporcionou aos estudantes

universitários e à cidade de Coimbra múltiplos momentos de reflexão sobre a cultura popular, através de colóquios e mesas-redondas, realização de exposições, espectáculos de dança e teatro, jogos tradicionais, manifestações de rua, exposições de artesanato ou oficinas e cursos de arte

As Jornadas de Cultura Popular aliaram a arte e educação como forma de valorização da cultura do povo, centralizando-se no trabalho de intervenção e revalorização das manifestações de arte popular. Pretendiam ser uma amostra pura das manifestações culturais do povo português e dar a conhecer o que se fazia no país em termos de cultura tradicional portuguesa, através da sua recolha, estudo e difusão. As Jornadas de Cultura Popular aliaram a arte e educação como forma de valorização da cultura do povo, centralizando-se no trabalho de intervenção e revalorização das manifestações de arte popular. Pretendiam ser uma amostra pura das manifestações culturais do povo português e dar a conhecer o que se fazia no país em termos de cultura tradicional portuguesa, através da sua recolha, estudo e difusão. As Jornadas promoveram assim, o encontro dos cidadãos com a sua própria cultura mas também com a cultura de outros povos uma vez que contaram com a presença de outros grupos juvenis, artistas de renome contemporâneo, representantes da cultura popular com os quais estabeleceram frutuólos diálogos. Desejavam “sensibilizar o público para a necessidade de defender a Cultura Tradicional do nosso País” e “atrair a atenção dos responsáveis para estas coisas da cultura”, perante o risco de “não se conhecer as raízes daquilo que nos liga como povo e nos identifica como sendo portugueses”, segundo testemunhou João Curto, um dos membros da organização (Diário de Coimbra, 30-05-1981).

As experiências de intercâmbio entre os membros do teatro universitário viriam a servir ao teatro português como exemplos construtivos para um festival de teatro internacional de raiz portuguesa. De acordo com Manuel Sardinha, um dos mentores da ideia, “trocar experiências e quebrar com o isolamento” (Diário de Coimbra, 5-04-1982) foram as principais razões para o lançamento da I Semana Internacional de Teatro Universitário, em 1978, que marcou o regresso do teatro universitário português, após 17 anos de inexistência de encontros internacionais de teatro universitário em Portugal. Reuniu em Coimbra, ao longo da década, o melhor do teatro universitário que à época se fazia pela Europa, divulgando, simultaneamente, o teatro português e universitário. Publicou entre 1978 a 1988 a revista Teatruniversitário, única publicação regular de teatro durante esse período e está associada à criação do Instituto de Teatro Paulo Quintela.

A década de 1980 será marcada sobretudo pelo experimentalismo e lança propostas diferentes e inovadoras autores polémicos como Brecht, Fo, Boris Vian, Cervantes ou Marguerite Duras, ou novas formas de linguagem com autores como Fernando Gusmão, José Oliveira Barata, Ricardo Pais ou Andrzej Kowalsky, Rogério de Carvalho ou Manuel Sardinha Adolfo Gutkin, Enrique Buenaventura, Wedekind ou Albert Adelach, assumindo-se nesta fase o papel imprescindível da formação. Neste domínio deve destacar-se o programa de estágios sobre teatro, com Júlio Castrunovo sobre Pantomina Clássica ou os cursos livres com Ricardo Pais e o seu trabalho que consistiu num projecto de trabalho sobre o tema “O actor como transgressor do espaço cénico”. Realce-se ainda o programa de estágio com Adolfo Gutkin sobre “Encenação e Dramaturgia”, aberto a todos os estudantes universitários, com o intuito de fazer uma sondagem sobre a eventual criação de uma Escola de Teatro em Coimbra, que o TEUC pretendia ver agregada à sua actividade de formação, dentro do teatro universitário (Teatruniversitário, 4-5, p. 87). A partir de 1986 a SITU

dá lugar à Bienal Universitária de Coimbra criada a partir de uma base autónoma, jurídica e financeiramente formada pelo TEUC, GEFAC e TUNA, organismos autónomos da AAC (Briosa, 22, Abril 1986).

No campo da fotografia destaca-se a organização dos Encontros de Fotografia de Coimbra (EFC) pelo Centro de Estudos de Fotografia, que tiveram lugar pela primeira vez em 1980. Os estudantes à frente desta secção cultural eram também os mentores desta iniciativa, entre eles Manuel Miranda, Fernando Zeferino, António Miranda, Jorge Santos, entre outros (Medeiros, 2000). Os Encontros trouxeram a Portugal, desde início, de forma sistemática, o conjunto mais significativo de exposições estrangeiras e criaram um espaço notável no campo da fotografia em Portugal.

Anualmente, Coimbra recebia a visita de artistas que eram já considerados como verdadeiros mitos da fotografia contemporânea que apresentaram trabalhos sobretudo no domínio das exposições temáticas, formação pedagógica, concursos e workshops (“Encontros de Fotografia”). Mas os Encontros dedicaram também uma particular atenção à fotografia portuguesa cuja valorização determinou um esforço de desenvolvimento de linhas de diálogo com a produção internacional contemporânea, cruzando olhares e culturas e constituindo novas linguagens artísticas numa clara intenção pedagógica e formativa. Ofereceram a possibilidade de contemplar as melhores produções internacionais e disponibilizando as obras dos grandes autores e promovendo a itinerância das exposições no país e fora dele. Os próprios organizadores diziam que era objectivo dos Encontros de Fotografia “dar a conhecer as tendências da fotografia contemporânea, saindo progressivamente do mundo fechado e limitado, da lógica do seu discurso e dos fins da fotografia tradicional, abrindo-se a uma experimentação fértil em soluções saídas da exploração livre de todas as possibilidades dos suportes” (Diário de Coimbra, 28-04-1983).

CONCLUSÃO

Paralelamente, ao esvaziamento do conteúdo do associativismo no campo escolar e o descuramento da promoção cultural alternativa por parte das Direcções-Gerais, fortemente influenciadas pela massificação cultural, a cultura estudantil alternativa respondeu com a organização de um conjunto enorme de actividades como exposições, tertúlias, teatros, periódicos e revistas, salas de projecção, etc., com o objectivo principal de discutir e viver a sua filosofia e cimentar as bases de uma sociedade académica mais activa, debatendo as contradições da sociedade do consumo. Os próprios estudantes faziam uma apologia do associativismo enquanto “meio de formação cultural, humana e pedagógica do indivíduo” e enquanto “instrumento de aproximação dos indivíduos” (*Via Latina*, 4, 1982: 4).

Os organismos e secções culturais surgem, por isso, como uma das expressões do movimento estudantil, que a partir dos seus processos de mobilização se impuseram culturalmente na Academia e na cidade. O associativismo surgido nesses grupos culturais surgiu claramente como uma alternativa e um espaço de vinculação de formas de acção colectiva, mais próximas do quotidiano dos jovens estudantes e mais afastadas das lógicas partidárias. Tratam-se de formas de cidadania académica, de intervenção activa dos estudantes ou seja, formas de participação cívica que servem os propósitos cívicos da universidade.

Estas iniciativas revelam o empenho cívico dos estudantes universitários, mesmo com as dificuldades e preocupações

com os cursos, as saídas profissionais e a concorrência que se instalou na Universidade, a par de um maior alheamento pelos conteúdos culturais, dando assim lugar a novas formas de cultura da liberdade e da contestação. Por um lado esse espírito competitivo que os anos oitenta trouxeram mas por outro um empenho profundo em trazer os estudantes para a rua.

Variados, nas áreas de intervenção artística, cultural e até ideológica, as secções culturais da AAC tiveram (e têm ainda) um inegável papel formador na vida de muitos estudantes, enquanto pessoas e enquanto profissionais, considerando muitas vezes a AAC como “escola de vida” ou “laboratório de experimentação” (Rua Larga, nº 3, 2004). De facto, e se observarmos os testemunhos de alguns ex-membros de secções e organismos, percebe-se que na sua opinião, a frequência desses espaços possibilitou o acesso a experiências diversas, ao contacto com pessoas e ao nascimento de novos interesses. Mas também politicamente esses espaços forneceram um certo grau de politização ou de crítica política.

Os festivais e encontros aqui tratados foram laboratórios de intercâmbio cultural que contemplaram diferentes práticas e experiências de convívio e participação cívica, política e cultural dos seus membros.

Se é verdade que a universidade permaneceu como território de formação de elites – como incubadora de quadros, “doutores” e “engenheiros” cujo simples título se afirmou durante muito tempo como indiscutível signo de autoridade, prestígio e privilégio – mesmo para alguém das grandes mudanças operadas ao longo das últimas duas décadas, o movimento estudantil que a integrou manteve-se também, inequivocamente, como uma permanente “escola de democracia”, capaz de formar quadros para o combate político e de treinar hábitos e consciências para o exercício da cidadania. (Estanque et al., 2007, p. 207).

Apesar das mudanças no papel tradicional da Universidade mas considera-se como é que a cidadania académica pode ser reconhecida através de critérios de promoção universitária no contexto de um incremento da cultura académica performativa. Efectivamente, tratou-se da criação de espaços onde surgiram novas possibilidades de actuação dentro do movimento estudantil, revitalizando o próprio movimento através do campo cultural como campo privilegiado da expressão das preocupações estudantis. Assumiram também uma importante tarefa no processo de diversificação da identidade colectiva do movimento dando-lhe em certa medida alguma coesão.

Estas iniciativas, actualizadas e pedagógicas, visavam pois a divulgação de formas artísticas contemporâneas nas suas expressões mais inovadoras e, ao mesmo tempo, suscitavam e promoviam a vantajosa apreciação da produção cultural enquanto fenómeno estético, artístico e social, constituindo assim espaços onde se podia falar, compreender e descobrir a cultura. Papel e responsabilidade dos membros das faculdades, organismos autónomos e secções culturais para o bem comum, neste caso o bem cultural (Silva, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra, Angelus Novus.
- Boren, Mark Edelman (2001). *Student resistance: a history of the unruly subject*. New York; London, Routledge.
- Caiado, Nuno (1990). *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa, IED.
- Cardina, Miguel (2008). *A tradição da contestação*. Coimbra, Angelus Novus.
- Cruzeiro, Manuela e Bebiano, Rui (2006). *Anos Inquietos – Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto, Afrontamento.
- DeGroot, Gerard (1999). *Student protest: the sixties and after*. Algés, Difel.
- Dekoven Marianne (2004). *Utopia Limited. The Sixties and the Emergence of the Post-modern*. London, Duke University.
- Dionísio, Eduarda (1993). *Títulos, acções, obrigações: a cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa, Edições Salamandra.
- Dionísio, Eduarda (1996). “As práticas culturais” in *Portugal 20 anos de democracia. Coordenação António Reis*. Lisboa, Temas e Debates pp. 443-489.
- Drago, Ana (2004). *Agitar Antes de Ousar: o Movimento Estudantil «Antipropinas»*. Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio (1999). “Acção colectiva, comunidade, e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, Coimbra, CES, pp. 85-111.
- Estanque, Elísio et al. (2007). *Culturas juvenis e participação cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos: relatório final*. Coimbra, CES-FEUC, 2007.
- Fernandes, António Teixeira (1993). “Conflitualidade e movimentos sociais”, in *Revista Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124). Lisboa, Gabinete Análises Sociais, pp. 787-828.
- Fortuna, Carlos (2005). “Cidade e Cidadania: perspectivas sociológicas sobre os espaços políticos urbanos” in *Actas do Congresso de Cidadania*, pp. 121-129.
- Galland, Olivier (1997). *Sociologie de la jeunesse*. Paris, Armand Colin.
- Garrido, Álvaro (2008). “A Universidade e o Estado Novo: de “corporação orgânica” do regime a território de dissidência social” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n.º 81, pp. 133-153.
- Lopes, João Teixeira (2004). “Trinta anos de políticas culturais. A revolução inacabada e o país complexo” in Louçã, Francisco e Rosas, Fernando (org.). *Ensaio geral: passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, pp. 137-156.
- Medeiros, Margarida (2000). “Encontros de Coimbra: a Fotografia como memória das imagens” in Sardo, Delfim, *Memória, montagem e edição*, in *Projecto Mnemosyne*, ed. Encontro de Fotografia de Coimbra.
- Melo, Alexandre (1998). *Artes plásticas em Portugal: dos anos 70 aos nossos dias*, Lisboa, Difel.
- Melucci, Alberto (1999). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Nilsen, Ann. (1998). “Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, ISCTE/CIES, n.º 27, pp. 59-78.
- Nogueira, Isabel (2005). “O Círculo de Artes Plásticas de Coimbra nos anos setenta: ‘A vanguarda está em Coimbra, a vanguarda está em ti’” in *Arquivo Coimbrão: boletim da biblioteca Municipal*. Coimbra, Câmara Municipal, n.º 38, pp. 169-182.
- Pais, José Machado (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pinharanda, João (2004). “A arte portuguesa no século XX” in Pinto, António Costa (coord.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa, D. Quixote.
- Reis, António (1996). “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime” in *REIS, António (coord.). Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, pp. 45-60.
- Ribeiro, António Sousa (1986). “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Fevereiro. Coimbra, CES, pp. 11-26.
- Silva, Alexandra (2009). *Movimento estudantil e resistência cultural em Coimbra na década de 1980*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Stephens, Julie (1998). *Anti-Disciplinary Protest. Sixties Radicalism and postmodernism*. New York, Cambridge University Press.
- Stevenson, Nick (2001). *Culture and citizenship*. London, Sage Publications.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL, MEDIAÇÃO E CIDADANIA ACTIVA: COMPLEMENTARIDADES E SIGNIFICADOS

PEDRO CARDOSO

LICENCIADO EM SOCIOLOGIA,
FREQUENTA O MESTRADO EM INTERVENÇÃO SOCIAL,
INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DA FPCE E FE
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

HELENA NEVES ALMEIDA

PROFESSORA AUXILIAR CONVIDADA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

Sendo a cidadania uma forma responsável de tornarmos efectivos os direitos e os deveres de que dispomos, enquanto elementos de uma determinada sociedade, as iniciativas de empreendedorismo social e os princípios da mediação assumem-se como estratégias fundamentais no exercício de uma cidadania activa. Pretendemos, num primeiro momento, tecer algumas considerações sobre o empreendedorismo social e os princípios / objectivos da mediação, analisando posteriormente o modo como estes dois paradigmas se relacionam e contribuem para a valorização de uma cidadania social responsável.

Palavras chave: mediação; empreendedorismo social; cidadania activa; cultura de paz.

ABSTRACT

The initiatives of social entrepreneurship and the principles of mediation are key strategies in the exercise of active citizenship, which functions as a responsible way for our rights and duties to become effective, while part of a society. At first, we intend to discuss some ideas about social entrepreneurship and the principles / main goals of mediation. Finally, we analyse how these two paradigms are interrelated and contribute to the promotion of a socially responsible citizenship.

Keywords: mediation; social entrepreneurship; citizenship; culture of peace.

INTRODUÇÃO

Num mundo global, pautado pela diversidade e pela desigualdade, os conflitos sucedem-se. De forma a dar resposta a muitos destes conflitos, que têm origem na arena social, vão surgindo respostas inovadoras no seu modo de intervir que, dado o impacto e a mudança social que criam, podemos classificá-las como iniciativas de empreendedorismo social.

Postulamos que as práticas de empreendedorismo social, de modo a se converterem em germe de mudança social, assumem os princípios da mediação. Ao promover-se uma cultura de mediação nos contextos de intervenção social, transformam-se os conflitos em momentos de aprendizagem social e convertem-se os problemas sociais em oportunidades, estando, deste modo, a contribuir simultaneamente para o desenvolvimento de uma cultura de paz, edificada no respeito pela diversidade e no exercício de uma cidadania activa.

1. EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Um dos grandes desafios da actualidade, com impacte nas questões de política macroeconómica e social para o crescimento de produtividade e competitividade, e simultaneamente para a inclusão social dos mais desfavorecidos, não é alheio às aspirações do movimento Fórum Social Mundial (FSM) de

uma sociedade social, política e culturalmente mais justa, liberta das formas de exclusão, de exploração, de opressão, de discriminação e de destruição ambiental, que caracterizam o capitalismo em geral e que a globalização neoliberal tem contribuído para agravar.

A redução da pobreza assenta em dois pilares fundamentais: educação e crescimento económico, combatendo a situação de economia de subsistência que abrange milhões de pessoas e promovendo a sua inserção em sectores de indústria e prestação de serviços. Tomando por base a Estratégia de Lisboa (2000), que relança a ideia da consolidação de uma economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social, salientamos, entre as suas onze prioridades, o fomento do espírito empresarial para criar mais e melhores empregos; apoiar o investimento em capital humano e as estratégias de aprendizagem ao longo da vida; apoiar a integração e combate à discriminação no mercado de trabalho das pessoas.

No contexto actual, de recessão económica e de elevadas taxas de desemprego, com todas as impactes que têm a nível individual e colectivo, os conceitos de Empreendedorismo, Educação para o Empreendedorismo e iniciativas empreendedoras, ganham relevo político, económico e social. Conotado com a ideia de desenvolvimento e de produção de valor, estes conceitos estão associados à concretização de actividades de iniciativa individual. Ao nível social e em paralelo com as

transformações que se vão operando na sociedade, eles começam também a fazer eco, com vista à prossecução de mudanças sustentáveis a nível individual e colectivo.

Para Wennekens e Thurik (1999), o empreendedorismo é definido como

a capacidade manifesta e vontade dos indivíduos, sozinhos, em equipas dentro ou fora de organizações existentes, para perceberem e criarem novas oportunidades económicas (novos produtos, novos métodos de produção, novos esquemas organizações e novas combinações de produto-mercado) e para introduzirem a suas ideias no mercado, face à incerteza e outros obstáculos, tomando as decisões no local e usando os recursos e instituições.

Esta concepção de empreendedorismo tem associada a noção da criação de uma actividade económica de mercado, capaz de gerar lucros, ideia também partilhada por Sarkar (2009). Com o crescimento do terceiro sector e emergência de novos problemas sociais que geram situações de pobreza e exclusão social, o conceito é repensado e emerge associado à necessidade de se desenvolverem abordagens dinâmicas e potenciadoras da criação de valor social. Conjectura-se uma atitude de mudança inovadora, voltada para o desenvolvimento sustentável das comunidades e para a construção de novas formas de organização e mobilização de recursos (Melo Neto e Froes, 2002).

Existe um conjunto vasto de significados de empreendedorismo social, que vão variando de acordo com o peso do mercado, com a natureza da mudança e com o contexto em que ocorrem as iniciativas (Ferreira, 2009). Não sendo nossa intenção produzir uma revisão bibliográfica sobre o tema, não podemos deixar, no entanto, de salientar os contributos de Gregory Dees (2001), que concebe o empreendedorismo social como uma abordagem inovadora de resolver problemas sociais, capaz de criar mudança e valor social.

Partindo dos contributos de Say no que concerne à criação de valor, nos argumentos sobre inovação e mudança de Shumpeter, na exploração das oportunidades criadas pela mudança preconizada por Peter Drucker e na desenvoltura que é necessária para se enfrentarem os obstáculos, como foi defendido por Haward Stevenson, Gregory Dees (2001) apresenta aquilo que entende por empreendedores sociais. Para este autor, os empreendedores sociais, enquanto agentes de mudança, devem procurar: adoptar uma missão que vise criar e manter valor social; encontrar oportunidades nos obstáculos; desenvolver as actividades segundo os princípios da inovação, da experiência e da aprendizagem; agir com ousadia face à limitação dos recursos; seguir uma lógica de accountability perante os cidadãos quanto aos recursos envolvidos nos projectos; avaliar e divulgar os resultados gerados (Ibidem, 2001).

Por sua vez, Bill Drayton, fundador da Ashoka^[37] e considera o pai do conceito de empreendedorismo social, defende que a função do empreendedor social é reconhecer quando uma parte da sociedade está bloqueada e apresentar novos procedimentos para a desbloquear, resolvendo

o problema mudando o sistema, difundindo a solução e convencendo sociedades inteiras a dar novos saltos. Os empreendedores sociais não se contentam apenas em dar o peixe ou a ensinar a pescar. Eles não descansarão enquanto não revolucionarem a indústria da pesca (Drayton in Ferreira, 2005, p. 12).

Na esteira do modelo desta Associação, o empreendedorismo social deve assumir-se como uma transformação sistémica, na medida que a identificação dos problemas e a busca de respostas sustentáveis, passíveis de serem replicadas, devem ser partilhadas por todos os intervenientes.

O fenómeno do empreendedorismo não é alheio ao contexto em que se desenvolve, configura-se e relaciona-se com o sistema mais vasto em que se insere, operando transformações no mesmo. De acordo com Sarkar (2009, p. xxiv), as iniciativas de empreendedorismo não surgem por acaso, o risco assumido não depende unicamente da predisposição dos empreendedores, está intimamente associado ao contexto. Neste sentido, para emergir e se desenvolver o empreendedorismo, pressupõe-se a existência de condições favoráveis, como o âmbito de intervenção dos poderes públicos, o sistema financeiro, a política económica, entre outros. A sustentabilidade da iniciativa empreendedora advém, em larga margem, do contexto fértil que a as práticas inovadoras vão encontrar para poderem crescer e posteriormente se poderem reproduzir noutros contextos (Kanter, 2000).

2. MEDIAÇÃO: REGULAÇÃO SOCIAL E (RE) ESTABELECIMENTO DE LAÇOS SOCIAIS

A sociedade contemporânea é marcada por uma complexidade crescente, onde os conflitos surgem revestidos de múltiplas formas, com níveis variados, envolvendo diversos actores. Sendo o conflito algo inevitável à vida em sociedade, este deve ser encarado como instrumento catalisador do diálogo, capaz de conduzir à mudança social.

Na sociedade actual constata-se uma ineficácia ao nível das respostas institucionais tradicionais, que se demonstram falíveis para efectivar uma real mudança social. A emergência de realidades sociais complexas exige respostas criativas e inovadoras, nomeadamente a criação de mecanismos de mediação, capazes de promover o (re)estabelecimento e, ou a (re)configuração de laços sociais. A mediação assume-se, neste contexto, como um meio estruturado para promover a coesão social, capaz de promover o diálogo e a participação dos intervenientes (Almeida, 2001; Bonafé-Schmitt, 2009).

A mediação surge como uma modalidade de resolução de conflitos entre as partes, procurando valorizar de forma positiva esses mesmos conflitos. Alguns autores defendem que a mediação existe desde que os indivíduos começaram a viver em sociedade. Mas, é a partir das décadas de sessenta e setenta do século XX, inicialmente nos EUA e posteriormente na Europa, que a mediação tem a sua hegemonia. Em Portugal, a mediação dá os primeiros passos apenas nos anos noventa (Almeida, 2001; Boqué Torremorell, 2008).

Apesar de se encontrar em permanente discussão aquilo que se designa por mediação, podemos afirmar que se trata de um processo em que um terceiro elemento “neutro” interage com duas partes em conflito, criando as condições de diálogo necessário à construção de um entendimento. O processo de mediação assenta em vários princípios, imprescindíveis para que a sua operacionalização possa surtir efeitos, nomeadamente,

37 Ashoka é uma associação, líder a nível mundial, de empreendedores sociais, homens e mulheres empenhados em mudar o mundo, que apoia sistemas de soluções para os problemas sociais mais urgentes. Desde 1981, elegeu mais de 2.500 empreendedores sociais como “Fellows Ashoka”, fornecendo-lhes bolsas de vida, apoio profissional e acesso a uma rede global de pares em 70 países.

a imparcialidade, a confidencialidade e a voluntariedade (Oliveira e Galego, 2005:23; Almeida, 2001).

Enquanto modo de regulação social, a mediação procura ainda desenvolver o respeito mútuo, a comunicação assertiva e a aceitação das diferenças de todos os envolvidos. Este modo de regulação pretende tornar sujeitos das suas próprias acções os protagonistas de um determinado conflito, dando-lhes o poder de tomarem as suas próprias decisões e de construírem os seus próprios projectos de vida (Almeida, 2000; 2001; 2004).

Actualmente assistimos à expansão do número de mediadores e de práticas de mediação como resposta criativa aos conflitos motivados pelas mais diversas situações. O raio de actuação da mediação é diversificado, podendo estender-se a várias áreas de interesse: mediação social, escolar, cultural, ambiental, civil, comercial, comunitária, familiar, laboral, penal, entre outras. Para além de proporcionar uma responsabilização individual, a mediação procura desenvolver uma maior responsabilidade social, imprescindível ao pleno exercício da cidadania, uma vez que está, de acordo com Boqué Torremorell (2008:18), destinada a dar coesão às sociedades plurais em vez de segregar as pessoas, evitando a utilização de qualquer forma de violência.

Helena Neves Almeida (2009) salienta ainda que a base da mediação reside no (re)estabelecimento da comunicação entre as partes, que podem ser pessoas, grupos, organizações, comunidades, nações. A sua interacção exige para além de competências específicas do “agente de fronteira”, o reconhecimento da sua autoridade e a vontade expressa das partes. Por isso, o (re)estabelecimento dos laços sociais revela-se um desafio complexo, que ultrapassa a perspectiva da contratualização, como produto final da mediação. Por outro lado, a autora defende que a mediação no domínio social constitui um processo aberto, e que mesmo quando não termina num acordo entre as partes, classificá-la como uma prática de insucesso é relativo, uma vez que se estabeleceu um processo de comunicação que, embora parcial, introduziu transformação. De acordo com Jares (in Morgado e Oliveira, 2009, p. 49), o processo de mediação deverá favorecer e estimular a comunicação entre as partes envolvidas, de modo a que estas percebam o conflito de um modo global e consigam encontrar formas criativas para o resolverem.

A prática da mediação tem associada a si a emergência de novos paradigmas que, de acordo com Dora Schnitman (1999, p. 26), ultrapassam o desenvolvimento da mediação como “negociação assistida”, na sua perspectiva mais tradicional de “Alternative Dispute Resolution” (ADR), e encaram os indivíduos como co-construtores da sua realidade, num contexto diversificado e “polifónico”, construído a múltiplas vozes. Segundo esta autora, estes novos paradigmas propõem uma visão contra-hegemónica da realidade (Schnitman, 1999, p. 26), próxima do que Boaventura de Sousa Santos igualmente postula, relativamente à construção democrática de regras e ao reconhecimento recíproco entre identidades e entre culturas distintas, que nos permitem ter “o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2001, p. 80).

3. A RELAÇÃO ENTRE O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A MEDIAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA UMA CIDADANIA ACTIVA E UMA CULTURA DE PAZ

Desde a década de 90, em Portugal, têm surgido alguns programas de intervenção social, que permitem que um conjunto de instituições, sob uma proposta fundamentada, possa desen-

volver uma intervenção estruturada, num dado território, para públicos específicos. Os projectos assumem-se actualmente, num período de (re)definição das políticas sociais, como uma forma de regulação partilhada entre o Estado e a sociedade, fruto de uma maior consciência que cada um destes parceiros tem do seu próprio papel e do papel do outro na intervenção social e na sociedade (Hespanha, 2008). Este sistema híbrido de intervenção, ao nível da aplicação das políticas sociais, possibilita que se alcancem melhores formas de beneficiar os seus destinatários, devendo para isso perceber-se o modo de articulação daquilo a que Boaventura de Sousa Santos designa por “localismos globalizados” e “globalismos localizados” (Santos, 2001), que acabam por influenciar as políticas sociais e simultaneamente os projectos de intervenção social.

Partindo de um diagnóstico prospectivo, grande parte destas iniciativas são exemplos vivos daquilo que podemos designar por empreendedorismo social, na medida em que, com uma abordagem de proximidade inovadora, conseguem dar respostas sustentáveis para determinados problemas sociais. O *modus operandi* de alguns projectos visa a criação de valor social e a promoção do empowerment individual e colectivo dos cidadãos por eles abrangidos, dois dos objectivos relevantes para a assunção de que estamos perante práticas de empreendedorismo social.

A par da ineficácia de alguns modos de intervenção social na construção de alternativas sociais, por estarem centrados na ideia de “deficit” e não de oportunidade, as iniciativas de empreendedorismo social assumem claramente uma dimensão política e cultural. Na verdade, para além de contribuírem para a inclusão e para a afirmação dos indivíduos enquanto cidadãos, têm um grande impacte na sociedade, havendo a possibilidade de as mesmas práticas poderem ser replicadas em contextos semelhantes, desde que salvaguardadas a sua especificidade e diversidade, de forma a se alcançarem resultados significativos individual e colectivamente.

Qualquer intervenção de âmbito social começa a ser impossível sem um trabalho em parceria e em rede, envolvendo diversas entidades, uma vez que os fenómenos da pobreza e da exclusão social são consequência de vários factores. As redes apresentam-se “como um elemento narrativo fundamental da comunidade, um elemento básico a partir do qual os indivíduos interagem e a própria comunidade se estrutura” (Ruivo, 2002, p. 139). É inegável que são as redes funcionais que servem de suporte à definição do conteúdo das próprias relações sociais, de novas formas de acção, de comunicação e de intervenção, estando também seguramente na base da manutenção da sustentabilidade de tais conteúdos e formas, assim como na prossecução dos objectivos previamente definidos. O trabalho em parceria e o trabalho em rede contribuem para a coesão social, resultando num reforço das solidariedades, da comunidade e do próprio capital social dos cidadãos.

Torna-se, pois, necessário questionar qual a relação que existe entre empreendedorismo social e mediação e que afinidades têm entre si. Antes de mais devemos referir que estamos perante dois paradigmas orientados para e emergentes na sociedade civil, que se constituem como pilares na promoção de respostas aos conflitos, problemas ou necessidades diagnosticadas. No seu modo de actuação, quer o empreendedorismo, quer a mediação, têm em comum o desiderato de alcançar mudança social, mas afastam-se nitidamente dos modelos mais clássicos de acção. Se, por um lado, a mediação procura ser uma alternativa ao modo tradicional de resolução de conflitos, onde há desigual distribuição de poderes, o empreendedorismo traduz e promove uma atitude divergente no modo de in-

troduzir a mudança (Lipset, 2000), rejeitando a forma usual de agir, centrada no problema.

A comunicação é o instrumento de actuação central em ambos os paradigmas, que transformam os conflitos em momentos de aprendizagem social. Seguindo uma lógica de intervenção sistémica, os sujeitos envolvidos em ambos os processos são os verdadeiros protagonistas e co-construtores de um futuro que se quer conspirador na prossecução de princípios sustentáveis para o desenvolvimento dos contextos sociais em que se movem.

Especificados alguns dos princípios orientadores da acção que partilham entre si, cabe-nos agora discutir qual a relação existente entre práticas de empreendedorismo social e processos de mediação. Relativamente a esta questão, defendemos que para se alcançarem mudanças sociais efectivas, na prossecução de iniciativas de empreendedorismo social, torna-se essencial que os intervenientes no seu modo de agir possam assumir os princípios da mediação. Como referimos anteriormente, está ultrapassada a forma de enfrentamento territorializada, onde cada actor (Estado, mercado, comunidade) isoladamente aborda os problemas que vão emergindo no domínio social. Vislumbra-se, actualmente, a necessidade de se conjugarem sinergias numa arena de fronteiras invisíveis, onde a intervenção social assumirá um carácter híbrido ou, por outras palavras, ecléctico. Nesta nova arquitectura institucional, onde os papéis e as responsabilidades de cada esfera são redefinidos, a mediação assume um papel preponderante, na medida que possibilita que cada actor possa ver o outro de igual para igual, numa lógica ganhar/ganhar.

Ainda neste contexto deve ser referido o papel preponderante que os trabalhadores sociais têm, uma vez que são agentes de fronteira entre os diferentes corpus que compõem as redes de interacções. De acordo com Helena Neves Almeida (2001), estes profissionais são mediadores que potenciam mediações diversas, necessárias ao desenvolvimento humano e social, dada a sua posição intermédia entre os diferentes actores sociais (cidadãos, organizações económicas, culturais e sociais, profissionais, políticos, comunidade e território).

Para ser eficaz e causar o devido impacto na comunidade para a qual foi planeada, a intervenção deve ter um carácter holístico. Promover uma cultura de mediação na intervenção social implica o envolvimento de todos os stakeholders, de modo a responsabilizar todos os elementos no processo de gestão cooperativa dos conflitos e dos problemas que lhe estão associados. O desenvolvimento de uma cultura de mediação promove igualmente uma corrente de educação para a paz e para uma cidadania activa, na medida em que se valorizam o diálogo e a escuta activa como estratégias de construção de alternativas, se desenvolve a cooperação entre as partes e se estimula a aceitação e o respeito pelas diferenças. Neste sentido, as expressões “cultura de mediação” e “cultura de paz”, nos termos da Declaração para Uma Cultura de Paz (Resolução 52/243 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 6 de Outubro de 1999), não sendo sinónimos, constituem paradigmas complementares.

Hoje, mais do que nunca, surgem os mais variados discursos a reiterarem a importância dos direitos humanos, não obstante os ultrajes e as violações diárias a que vamos assistindo. A mediação tem um impacto directo na valorização da cidadania, na medida em que procura que as partes reconheçam os direitos e os deveres que lhe assistem, ao mesmo tempo que vai trabalhando algumas competências pessoais e sociais dos indivíduos, que, em alguns casos, lhes permite ultrapassar a barreira da pobreza e da exclusão social (Almeida, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação é mais do que um modo de intervenção, é igualmente uma área vastíssima de investigação, o que lhe confere um cunho identitário transversal e multidisciplinar. Num contexto de globalização, ou globalizações, onde se assiste a um pluralismo da sociedade, das políticas e das culturas, os conflitos são constantes, tornando-se premente uma permanente reinvenção dos processos de intervenção social. A emergência de uma cultura de mediação, na área da intervenção social, sedimentada por uma estratégia de diálogo intercultural, configura-se como um via imprescindível para reivindicar a igualdade e a diferença, o “direito a ter direitos”, e se promover uma cultura de paz.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Helena. (2000). O Perfil da Mediação Social. In: Acta do II seminário Internacional – Intervenção das autarquias na área social no início do terceiro milénio. Coimbra, Fundação Bissaya-Barreto / Centro de Estudos e Formação, pp. 99-120.
- Almeida, Helena. (2001). Conceptions et Pratiques de la Médiation Sociale: les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux. Coimbra, Instituto Superior Bissaya-Barreto.
- Almeida, Helena. (2004). A Recomposição dos Laços Sociais – uma mediação expressiva e instrumental na luta contra a exclusão social. In Cunha, Pedro. (Ed.). Actas do Colóquio Mediação, uma forma de resolução alternativa de conflito. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 33-61.
- Almeida, Helena. (2009). Um panorama das mediações nas sociedades. Na senda da construção de sentido da mediação em contexto educativo. In: Simão, Veiga et al.. (Eds.). Tutoria e Mediação em Educação. Lisboa, EDUCA, pp. 115-128.
- Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre. (2009). Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social”. In: Silva, Ana e Moreira, Maria. (Eds.). Formação e Mediação Sócio-Educativa. Porto, Areal Editores, pp. 15-40.
- Boqué Torremorell, Maria. (2008). Cultura de Mediação e Mudança Social. Porto, Porto Editora.
- Dees, J. Gregory. (2001). O Significado do “Empreendedorismo Social”. [Em linha]. Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/cec/significadoempreendedor.pdf>. [Consultado em Abril de 2011].
- Ferreira, Sílvia. (2005). O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. Oficina do CES, n.º 223.
- Hespanha, Pedro. (2008). Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. In: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, vol.39, n.º 1, pp. 5-15.
- Kanter, Rosabeth. (2000). When a Thousand Flowers Bloom: Structural, Collective, and Social Conditions for Innovation in Organization. In: Swedberg, Richard. (Ed.). Entrepreneurship: the social science view. Oxford, Oxford University Press, pp. 167-210.
- Lipset, Seymour Martin. (2000). Values and Entrepreneurship in the Americas. In: Swedberg, Richard. (Ed.). Entrepreneurship: the social science view. Oxford, Oxford University Press, pp.110-128.

- Melo Neto, Francisco e Froes, César. (2002). Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro, Qualitymark.
- Morgado, Catarina e Oliveira, Isabel. (2009). Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. In: Exedra, n.º 1, pp. 43-56.
- Oliveira, Ana e Galego, Carla. (2005). Mediação Sócio-Cultural: Um Puzzle em Construção, Observatório da Imigração: 14. Lisboa, ACIME.
- Ruivo, Fernando. (2002). Poder Local e Exclusão Social – Dois estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza. Coimbra, Quarteto.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2001). Os Processos da Globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa. (Ed.). Globalização: Fatalidade ou Utopia. Porto, Afrontamento, pp.31-106.
- Sarkar, Soumodip. (2009). Empreendedorismo e Inovação. Lisboa, Escolar Editora.
- Schnitman, Dora. (1999). Novos Paradigmas na Resolução de Conflitos. In: Schnitman, Dora e Littlejohn, Stephen. (Eds.). Novos Paradigmas em Mediação. São Paulo, Editores Artes Médicas Sul, pp. 17-27.
- Wennekers, S. e Thurik, Roy. (1999). Linking entrepreneurship and economic growth. In: Small Business Economics, vol. 13, n.º 1, pp. 27-55.

DA CONDIÇÃO HUMANA À PRÁTICA CIDADÃ

TERESA DENIS

PROFESSORA ADJUNTA
IPL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
/ ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIAS DA SAÚDE

RESUMO

Os Direitos Humanos derivam da natureza do homem, têm por fundamento ético o factor humano, a dignidade da pessoa, são anteriores a qualquer forma de organização social e estão para além desta. Buscando o seu fundamento na identidade da “natureza Humana” alicerçam-se no direito natural. Assim, segundo o seu âmbito, temos direitos que resultam da natureza do homem e outros que são atribuídos pelo Estado. Um direito traduz uma reivindicação de carácter ético, que tende a ser sancionada juridicamente. O reconhecimento só se efectiva quando coloca o ser humano na qualidade de para além de pertencer à família humana pertencer àquela sociedade, comunidade, Estado em particular com o qual estabelece uma relação contratual. Ou seja, fora dum quadro social e político, os direitos humanos são mera filosofia; a cidadania não se instaura por decreto ou legislação mas vivencia-se na *praxis* quotidiana norteada por direitos e deveres.

Palavras-chave: direitos humanos; cidadania; paz; contratualismo.

ABSTRACT

Human rights are a consequence of human nature and are ethically grounded on it, the person's dignity, which is prior to any social organisation. They are thus based on the natural rights. Depending on the scope, there are rights directly resulting from human nature and others that are guaranteed by the state. A right is an ethic vindication sanctioned by the law. The recognition of rights, however, is dependent upon the affiliation of the citizen with a given state, to which he/she is bonded by contract. This is the same as saying that outside a social and political framework, human rights are mere philosophy; citizenship does not spring from legislation; it is a quotidian *praxis*, guided by rights and obligations.

Key words: human rights; citizenship; peace; contractualism.

INTRODUÇÃO

O título da comunicação “Da Condição Humana à Prática Cidadã” conduz-nos a uma reflexão entre direitos humanos e direitos de cidadania, sua natureza, amplitude, acção, efectivação e responsabilização. São estes os aspectos que tentaremos abordar num primeiro momento, seguido de um segundo onde procuraremos, com base na natureza da acção humana social e culturalmente situada, analisar algumas das limitações, constrangimentos ou desfaseamentos face a uma concepção de direitos humanos universalmente consignados para serem aplicados na prática quotidiana, vivenciada no local comunitário entre iguais e diferentes.

1. A NATUREZA HUMANA COMO FUNDAMENTO DE DIREITOS

Como ponto de partida procuraremos distinguir direito natural e direito positivo. Direito natural são os direitos que resultam da própria natureza do homem, têm por fundamento ético o factor humano que se apresenta como princípio de universalidade visando eliminar qualquer julgamento moral sobre o direito a beneficiar ou não do apoio da colectividade. Estes direitos são anteriores a qualquer forma de organização social, estão para além desta e estabelecem, como que, uma espécie de utopia ou de ideal da humanidade, na base da qual são re-

clamados os direitos do homem sem o seu respeito, a vida, a pessoa perdem a sua dignidade.

A filosofia inerente a esta concepção de direitos incorpora uma visão transcendental da pessoa humana, com um inequívoco carácter simbólico. Assim, estamos perante uma identidade que advém da “natureza humana”, natureza que é a mesma em toda a parte, cujo suporte é o direito natural que sustenta a declaração dos direitos do homem, concebidos como “aqueles que a natureza indica a todos os homens” independentemente da sociedade ou Estado.

Estes direitos que derivam da dignidade humana são, segundo Jorge de Miranda (1990), Direitos Fundamentais assentes na Constituição e reportam-se aos direitos ou posições jurídicas subjectivas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas.

Desta forma, temos Direitos que resultam da natureza do Humano e outros que são atribuídos pelo Estado; enquanto uns são direitos fundamentais, os outros têm a ver com a vida em sociedade, com a relação contratual entre o indivíduo e o Estado da qual, resulta uma relação de direito positivo entre o cidadão e o Estado. Há, efectivamente, como que uma transferência do estatuto do humano para o de cidadão.

Pelo que podemos dizer que os direitos humanos consignados pela Declaração Universal visam ou são o alicerce, a base ética de uma sociedade democrática que almejam a vida boa e a paz para todos sob a finalidade das instituições justas.

2. DO HUMANO À CONDIÇÃO CIDADÃ

A condição de cidadania flui directamente dos direitos do homem e introduz uma nova visão da acção humana em sociedade, em consonância com a territorialidade, com o facto de se pertencer àquela comunidade em particular, sociedade, nação, Estado o qual institui a figura de cidadão.

Assim, a cidadania, segundo a concepção de Marshall (1967), apresenta-se como o status que está associado à qualidade de membro de uma comunidade em particular, condição que suporta um conjunto de direitos e deveres. Nas sociedades modernas, organizadas sob a forma de Estado-nação, a cidadania identifica o estatuto de todos aqueles que são considerados membros legítimos, de um Estado nacional de forma que o aparelho estatal, através das suas instituições, promove e garante o exercício da cidadania e apresenta a legitimidade para estabelecer os critérios de pertença aquela comunidade e, por consequência, do acesso aos três ramos de direitos: direitos civis, políticos e sociais.

A primeira dimensão da cidadania a afirmar-se foi a civil e estabelece a igualdade formal de todos os cidadãos perante o Estado e a lei; depois a cidadania política confere o direito de participar, de eleger e ser eleito para cargos de natureza política; finalmente, a cidadania social estabelece o direito de acesso aos recursos disponíveis na sociedade, isto é, a um determinando padrão de bem-estar económico e social abaixo do qual ninguém em condições de dignidade poderá descer.

Neste sentido, para Turner (2000), a cidadania é basicamente um conjunto de práticas que definem e apresentam uma pessoa como membro de uma sociedade, facto que, vai determinar o fluxo dos recursos e o acesso a esses recursos, concepção que subentende uma visão dinâmica de construção social de cidadania.

Ou seja, enquanto produto de reivindicações, os direitos de cidadania, segundo Mozzicafreddo (2002), remetem para o estabelecimento regular de procedimentos democráticos e para o enquadramento jurídico dos direitos dos indivíduos, campo que tem de se conquistar, pois a democracia não é uma realidade acabada, constrói-se permanentemente, através de uma participação activa e consciente dos recursos e capacidades necessárias para a efectivação desses direitos e que na prática operam como mediadores entre a acção dos indivíduos e as estruturas sociais.

Assim, a cidadania a par com o empowerment fomentam o desenvolvimento social e humano para desenvolver a autonomia, a iniciativa, o respeito pelos outros, a capacidade de inovar, de encontrar respostas para os novos desafios sociais, culturais bem como a capacidade de participação crítica, criando condições de exercício da liberdade e da transparência, fortalecendo a democracia e a cidadania na promoção da paz. A cidadania moderna precisa ser orientada para acções de responsabilidade onde a confiança social, parafraseando Turner (2000), se torna indispensável para a instauração da responsabilidade cívica.

3. DIREITOS HUMANOS - DIREITOS DE CIDADANIA: QUE RELAÇÃO?

A teoria do contrato social apresenta uma concepção jusnaturalista que transforma os direitos do homem em princípio organizador da sociedade.

Os direitos humanos, enquanto doutrina ou princípio orientam e indicam o caminho a seguir depois, a forma, o modo de o percorrer fica a cargo do Estado, é a Este que cabe encontrar os

meios para efectivar os direitos. Esta é, certamente, a primeira relação entre direitos humanos e direitos de cidadania dado que, os direitos só ganham substância quando adquirem significação em relação a uma comunidade política, a um Estado. A ideia da lei, como a do direito, é inseparável da presença de uma autoridade pública que a promova e garanta, fora dum quadro social e político podemos dizer que os direitos humanos são mera retórica.

De facto, na prática efectiva e quotidiana da realidade social, na praxis não há direitos do homem mas só e apenas direitos de cidadania, o conceito de cidadania está sempre associado a uma vinculação jurídica que se formaliza na ligação da pessoa com algum Estado, pois não há cidadania sem um Estado que a garanta e efective. Como constata Hegel, na Crítica da Filosofia do Estado, a distinção entre direitos do homem (abstractos e egoístas) e direitos do cidadão (reais e realizados) advém do facto de os primeiros consagrarem a atomização da ordem social, cabendo aos segundos realizarem o homem enquanto ser colectivo, activo e solidário.

A dimensão ética concretiza-se na praxis ou na prática norteada por princípios ou valores que orientam a conduta humana, que avaliam e justificam a acção social, estabelecendo uma ligação entre a dimensão filosófica da ética e os princípios da vida social.

Efectivamente, um direito apresenta-se como uma reivindicação de carácter ético, que tende a ser sancionada juridicamente, esta passagem do ético ao jurídico realiza-se tecnicamente quando o poder do estado cria as condições que assegurem o exercício efectivo desse direito.

Um direito não terá consagração jurídica enquanto o Estado não lhe reconhecer força de lei. Para Bobbio “direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico” (Bobbio, 1992, p. 5), isto é, sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia e sem democracia não há condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Para o autor a democracia é a sociedade de cidadãos na medida em que os súbditos tornam-se cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais.

Neste sentido, Teixeira Fernandes (1998), salienta que a história demonstra que os direitos humanos são simultaneamente fruto de uma contínua reivindicação social e política e, produtores de legislação, democracia e paz.

Os direitos humanos são, segundo o autor, incompatíveis com todos os fechamentos sociais, com todas as formas, mais ou menos, subtis de censura, com a existência de agrupamentos sem voz, com as participações dependentes, com a falta de capacidade decisória, com a insatisfação das necessidades, com as aspirações comprometidas ou com as esperanças traídas.

Sem a promoção generalizada dos direitos humanos não há libertação e, sem esta, a liberdade não passa de um sonho e, em consequência, a democracia não é mais do que uma quimera. Urge vencer a inércia social que fortalece e torna inquebrantáveis as grilhetas da servidão, torna-se necessário reivindicar o sentido para a existência, a finalidade para o trabalho, os direitos para a liberdade e a esperança para a vida. Se os direitos humanos não são respeitados e o quotidiano de muitos aparece como absurdo, a liberdade encontra-se esmagada e a democracia esvaziada de todo o seu conteúdo” (Fernandes, 1998) e obviamente, diremos nós, a paz comprometida.

4. LIMITAÇÃO DO DIREITO FACE À AMPLITUDE DO HUMANO

A primeira dimensão da cidadania a entrar em cena foi a civil seguida da política – mas estas dimensões apresentam um carácter muito abstracto dado que sem as condições para a efectivação destes direitos, estes são meras intenções. A sua promoção exige os meios para o exercício da cidadania e passam pela aquisição de bens indispensáveis ao usufruto da vida digna em todos os domínios da vida social o que obriga a que a cidadania passe a inscrever-se num duplo registo: o registo dos espaços territoriais e o registo dos direitos do homem.

Sem esta articulação na perspectiva de Turner (1986), a cidadania continuará a apresentar diferentes formas de fechamento social ao assentar em critérios de inclusão mas também de exclusão. Ao mesmo tempo que estabelece um conjunto de princípios igualitários que asseguram o acesso de todos os membros aos recursos que são produzidos, distribuídos e dados a usufruir na sociedade, a cidadania exclui da participação plena da vida em comunidade aqueles que, não são reconhecidos legitimamente como membros de direitos.

A cidadania moderna precisa reforçar a base tanto do direito a viver em sociedade, como da obrigação de desenvolver uma actividade colectiva. De tal forma, os direitos sociais necessitam de ser redefinidos de acordo com uma relação de direitos e obrigações, direitos em relação às pessoas e obrigações em relação à sociedade. O exercício da cidadania pressupõe a existência de indivíduos activos, participativos e empenhados na vida colectiva e na prossecução do bem comum.

Só a articulação/conjugação da cidadania com a dignidade humana assente em direitos mas sobretudo em deveres, obrigações em relação à comunidade e ao meio ambiente podem promover a vida plena agora e no futuro. Os desafios que se colocam à cidadania deslocam-se para o sistema social e exigem, cada vez mais, a participação colectiva, as condições sociais e materiais que possibilitem uma vida digna para todos, na expressão total da sua humanidade.

Assim, urge promover a passagem da cidadania do domínio político para o interior da sociedade, para o campo económico e social. A questão desloca-se do exercício da soberania para a garantia dos direitos individuais, de forma que, a cidadania passe a ser um estado de suficiente e real autonomia, com o desenvolvimento e o exercício das plenas capacidades de cada um, fazendo jus à noção de responsabilidade cívica apresentada por Turner (2000), como princípio de ligação impessoal ou tipo particular de interacção social, promotor de simplicidade, parcimónia, solidariedade recíproca, respeito pelos direitos e deveres que na nossa perspectiva, teria por base a concepção de deveres de obrigação de natureza imperfeita. Ou seja, como deveres de obrigação perfeitos temos todos os imperativos morais ou normativos claros e precisos não dando, por isso, margem para considerações ou ambiguidades. As obrigações de natureza imperfeita, ao contrário, são de tipo indefinido, no sentido de não se prescreverem com clareza os limites e as condições sob as quais esse acto ético e humanamente louvável deve ser conduzido. Por exemplo o imperativo moral “tu não matarás” traduz um dever perfeito enquanto “tu farás tudo para que o outro viva” traduz uma obrigação de dever imperfeito. Assim, as normas de reciprocidade generosidade, afectividade, amizade entram neste campo dos deveres imperfeitos. Efectivamente, os sistemas perfeitos encerram em si mesmos a compreensão dos actos que defendem, proclamam ou concedem. Os sistemas imperfeitos concedem maior liberdade e amplitude comportamental propiciando liberdade e campo de acção sem limites. Os deveres imperfeitos assumem

um carácter mais problemático ligado ao campo das virtudes, beneficência ou generosidade cujo grau de exigência é sempre indeterminado e ilimitado.

Estas ideias corroboram o pensamento de Ghai (2000), que entende que o facto de o regime internacional de direitos humanos desvalorizar o “dever” submetendo-o ao absolutismo do “direito” prejudica a reciprocidade entre direitos e deveres. Ou seja, os direitos humanos não são, na opinião do autor, desejáveis, uma vez que elevam o indivíduo acima da sociedade e podem prejudicar a construção e coesão da mesma. Os deveres, segundo a opinião do autor, constituem uma via melhor para se alcançarem os objectivos visados pelos direitos, são menos propensos a rivalidades e alimentam o cultivo das virtudes, logo dos deveres de natureza imperfeita estabelecendo as condições para uma solidariedade recíproca entre direitos e deveres.

Em paralelo impõe-se, pela voz de alguns autores, uma reflexão sobre a abrangência universal dos direitos humanos que conduzem a uma constante reivindicação pela sua efectivação bem como, a uma análise crítica, construtiva e desconstrutiva, na medida em que o ser humano, não sendo um produto acabado e final, está permeável à transformação política, cultural, económica e social. Neste sentido, Sousa Santos (2002), com o intuito de ultrapassar o dualismo universalismo e relativismo cultural, apresenta uma concepção multicultural de direitos humanos. Pois, como refere Ghai, (2000), a universalidade dos direitos humanos está ancorada no pressuposto da existência de uma natureza humana universal e essencialmente diferente de qualquer outra realidade. Postulado que os relativistas contestam ao considerarem que a natureza humana não é uma abstracção, mas um produto resultante da relação entre seres humanos num determinado contexto espacial, temporal e histórico.

Efectivamente, Sousa Santos (2003) chama a atenção para as dissonâncias quanto à imposição de um modelo de dignidade humana elaborado pelos países ocidentais como um valor exterior e universal, pois, segundo Suresh (1999), os discursos contemporâneos sobre direitos humanos baseiam-se na tradição da modernidade ocidental e da democracia liberal que evidencia o universalismo dos direitos, reduzindo a expressão do pluralismo cultural ou da comunidade, enquanto centro de direito e de justiça; pelo que, uma abordagem positiva dos direitos humanos requer uma reconciliação construtiva entre indivíduos e comunidade, universalidade e especificidade, com base na justiça social e cultural.

Pois, como afirma Panikkar (1984, p. 28), “nenhuma cultura, tradição, ideologia ou religião pode hoje falar em nome de toda a humanidade, quanto mais resolver os seus problemas”. Este etnocentrismo e egocentrismo em torno da concepção humana só poderá ser atenuado quando cada cultura reconhecer a sua incompletude, e perceber que os aspectos de outras culturas poderão completar ou enriquecer a sua. “Aumentar a consciência de incompletude cultural até ao seu máximo possível é uma das tarefas mais cruciais para a construção de uma concepção multicultural de direitos humanos” (Santos, 2003, p. 442).

Neste sentido, o autor propõe que, contra o universalismo, se proponham diálogos interculturais, que contra o relativismo se desenvolvam critérios que permitam distinguir uma política progressista de uma política conservadora de direitos humanos, uma política de capacitação de uma política castradora, uma política emancipadora de uma política reguladora. Aspectos que apresentam, como que, os pilares necessários para a construção de uma agenda de direitos humanos baseada em constelações de sentidos locais, nacionais e globais que,

sendo mutuamente inteligíveis, constituam redes normativas e capacitantes de democracia e paz.

Efectivamente, a substituição do princípio de igualdade ou diferença pelo princípio de igualdade e diferença coloca o enfoque da análise sobre a diversidade enquanto valor patrimonial da humanidade, exigindo que a cidadania, a participação e a democracia sejam consequentemente mais inclusivas e dialogantes na preservação e instauração da paz em sentido alargado, dado que paz é algo mais do que ausência de conflitos, é o sentimento de si, de estar e sentir-se em paz consigo e com os outros, é um estado de consciência do dever cumprido para a prossecução do bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bobbio, Norberto (1992). A Era dos Direitos. Rio de Janeiro, Campus.
- Fernandes, António Teixeira (2000). Estado, Exclusão e Cidadania. In Viegas, José Manuel Leite (org.), Cidadania, Integração, Globalização, Oeiras, Celta Editora.
- Fernandes, António Teixeira (1998). Estado Democrático e Cidadania. Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (1997). A Sociedade e o Estado – Sociologia das Formações Políticas. Porto, Afrontamento.
- Ghai, Yash (2000), Universalism and Relativism: Human Rights as a Framework for Negotiating Interethnic Claims. In Law Review, nº 21 (4), 1095-1140
- Haarscher, Guy (1993). A Filosofia Dos Direitos Do Homem. Lisboa, Instituto Piaget.
- Marques, Viriato Soromenho (1996). A Era da Cidadania. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Marshall, T.H. (1950,1991). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar Eds.
- Miranda, Jorge (1990). Manual de Direito Constitucional. Vol. I, Tomo I, 4ª ed. Coimbra, Coimbra Ed.
- Panikkar, Raimon (1984). Is the Notion of Human Rights a Western Concept?, In Interculture, XVII, Cahier 82.
- Santos, Boaventura Sousa (org.) (2003). Democratizar a Democracia – os caminhos da democracia participativa. Porto, Afrontamento.
- Turner, B.S. (2000). Citizenship and Capitalism. London, Allen and Unwin.
- Suresh, Kumar (1999). Perspectives on Human Rights. Nova Deli, Mank.

CONSTRUYENDO LA PAZ: PARTICIPACIÓN Y ESPACIOS DE CIUDADANÍA

MARIA BELÉN MARTIN CASTRO

DRA. EN CIENCIA POLÍTICA Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA
PROFESORA COLABORADORA FACULTAD DE SOCIOLOGÍA Y CIENCIAS POLÍTICAS
UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPAÑA)



RESUMEN

En vista de los rápidos cambios en nuestras sociedades y los modos en que la ciudadanía se concibe y experimenta, es esencial reforzarla. De hecho, existe una creciente preocupación en torno a la ciudadanía, así como sobre la calidad de la democracia y la gobernanza. El debate actual y la discusión sobre aquel concepto y sus límites van más allá sobrepasando de hecho el medio escolar, llegando a un contexto más amplio incluyendo todas las instituciones implicadas. Estos procesos de cambio de reglas, actitudes, capacidades y valores pueden alcanzarse a través del aprendizaje social y político; de tal modo, se trata de iluminar aquellos temas relacionados con la ciudadanía democrática dentro de un mundo contemporáneo cada vez más desigual, con veloces cambios sociales y un declive de la cohesión social con emergentes divisiones, culturales, étnicas, de género, etc. El trabajo se ocupa de las experiencias denominadas “espacios de ciudadanía” que implican una variedad de grupos en el desarrollo de las prácticas democráticas, sin presentar fronteras territoriales.

Palabras clave: comunidad; empoderamiento; gobernanza; partenariados.

ABSTRACT

Given the pace of change in our societies and the ways in which citizenship is conceived and experimented it is essential to reinforce it. There is a growing concern with citizenship, the quality of democracy and governance. Present days' debate on that concept and its limits has surpassed school institutions and now reaches all other institutions implied in the process. These processes of change concern social and political learning, since they relate to democratic citizenship, which is under growing inequality, rapid social change, downgrading of social cohesion, emerging cultural, ethnic and gender gaps, etcetera. The paper thus addresses “spaces of citizenship” which imply a variety of non-territorial groups working for the development of democratic practices.

Keywords: community; empowerment; governance; partnerships.

INTRODUCCIÓN

Las transformaciones que vienen teniendo lugar en Europa y a través del mundo recientemente han desafiado el tradicional modelo de participación. En la actualidad en un mundo cada vez más complejo ha llegado a ser necesario redefinir simultáneamente el significado de la democracia participativa. Los cambios son múltiples y afectan a numerosas áreas. El incremento de riesgos y retos en la vida cotidiana lleva a la gente a cuestionarse las prioridades de su vida en relación a cada aspecto de la existencia (trabajo, familia, religión, sociedad...). Ello puede devenir tanto en un aumento de la solidaridad como en un declive de la sensibilidad social. De hecho la perspectiva inclusiva/exclusiva ha surgido en años recientes como una preocupación nuclear y centra el foco de la actividad de las agencias estatales.

En vista de los rápidos cambios en nuestras sociedades y los modos en que la ciudadanía es concebida y experimentada, es esencial reforzarla. De hecho, existe una creciente preocupación entorno a la ciudadanía, así como sobre la calidad de la democracia y la gobernanza. El debate actual y la discusión sobre tal concepto y sus límites van más allá sobrepasando de hecho el medio escolar, llegando a un contexto más amplio incluyendo todas las instituciones implicadas. Estos procesos de cambio de reglas, actitudes, capacidades y valores pueden alcanzarse a través del aprendizaje social y político; de tal

modo, se tratan de iluminar aquellos temas relacionados con la ciudadanía democrática dentro de un mundo contemporáneo cada vez más desigual, con veloces cambios sociales y un declive de la cohesión social con emergentes divisiones, culturales, étnicas, de género, etc.

El trabajo se ocupa de las experiencias denominadas “espacios de ciudadanía” que implican una variedad de grupos en el desarrollo de las prácticas democráticas, sin presentar fronteras territoriales. Trataremos de responder como los resultados y las tasas de participación pueden sostenerse sin conducir al abandono o la desmotivación. Una de los factores coadyuvantes es cierto nivel de sponsorización institucionalizada que les apoya (pej el Consejo de Europa y otras agencias). Podremos analizar los vínculos entre la participación comunitaria y los resultados políticos y las vías en que se construye la paz en estos espacios. Esto significa observar los “lugares de ciudadanía” como formas de inclusión social y ciudadanía pluralista, así como los diferentes aprendizajes – derivados la educación y la formación tanto formal como informal. El foco sobre la inclusión puede encontrarse en los diversos grupos representativos étnicos, religiosos, culturales que capacitan a las comunidades desfavorecidas para combatir contra diferentes problemas.

1. MARCO CONCEPTUAL

Comenzando por el concepto de ciudadano que, aunque frecuentemente utilizado, siendo multiforme no es fácil de definir. Deberíamos evitar llamar ciudadano a cualquier actitud, iniciativa, o comportamiento. Está lejos de tener un significado estable y generalmente aceptado como otros términos de la vida política y social. Esto hace que cualquier intento de construcción sintética especialmente difícil, pues toda tentativa será sospechosa de reducir la diversidad de experiencias y modos de pensamiento o incluso de estandarización.

De cualquier modo, las diferentes definiciones muestran estas características: ciudadanía es un estado jurídico y político (una serie de derechos y libertades, el acceso a la vida pública y participación cívica, la cara interna de la nacionalidad) y un papel social (una de las identidades de un individuo, ciertas competencias para hacer este status posible de ejercitar, disociado de la pertenencia a un territorio particular). Como mínimo este rol y status debe asegurar el acceso a derechos civiles, políticos y sociales (Marshall, 1950).

Ahora bien, en las sociedades democráticas la ciudadanía es algo más que un asunto de establecimiento de derechos formales y responsabilidades, alcanza campos legales, políticos, sociales y culturales. Envuelve un conjunto de habilidades personales e internas de comunicación y deliberación (argumentar, discutir, debatir, dialogar, resolver conflictos, escucha activa especialmente con razonamiento crítico y reflexivo), competencias (social, ética, o de proceso emocional), capacidades (para la acción, cooperación, convivencia, tomar decisiones y asumir responsabilidades, etc.). Y por otro lado, el conocimiento objetivo o externo de los principios y valores de derechos humanos y del mundo actual en varias dimensiones tanto legal, económico, político, social, como cultural (desde el concepto y funcionamiento de la democracia, la herencia cultural e historia, el papel de partidos políticos y grupos, la elaboración de decisiones políticas y legislación, los actuales problemas internacionales, las cuestiones de economía de mercado, empleo, derechos de consumidores, retos de globalización, hasta la sensibilidad hacia la igualdad de género, seguridad social, minorías étnicas, etc.). Todo ello debería contribuir a generar comportamientos de ciudadanía democrática y la preocupación por la necesidad de actuar conforme a los valores de derechos humanos (Closa, 1998).

El componente social es la condición esencial para la participación efectiva y el empoderamiento (puede verse Lashley, 2001). Este concepto implica el aumento de las capacidades y oportunidades de la gente para hacer o expresar elecciones y transformarlas hacia acciones y resultados deseados, para participar efectivamente en el desarrollo local determinada no sólo por los recursos propios individuales sino también por el capital social que proporciona la base de la acción colectiva.

Curiosamente el Estado es el único agente del que se requiere y espera asuma alguna forma de responsabilidad tanto a nivel de individuo como respecto al bienestar colectivo. Mientras que tradicionalmente apenas se han mencionado los deberes del sujeto hacia la comunidad o el Estado. De hecho tales responsabilidades necesitan ser enseñadas a través de la familia, escuela, formadores, mediadores, y aprendida no sólo por los estudiantes sino también por toda la gente en cualquiera de los campos de su vida. Es necesario, pues, reafirmar lo que constituye tal concepto de ciudadanía en una sociedad democrática (véase a Norris, 2002). El énfasis sobre los derechos y responsabilidades y sobre la necesidad de ciudadanos activos (en especial entre los jóvenes) y la participación dentro de la sociedad civil refleja el interés creciente entre políticos y otros

actores públicos, científicos, educadores, etc. sobre el estado de la cultura democrática.

Por su parte, hay diferentes modelos de participación política como la acción orientada, las iniciativas de asociaciones, la integración de jóvenes en toma de decisiones (foros, consejos...) y el defensor del pueblo. En el mismo sentido es posible señalar un circuito lógico: empoderamiento, participación cívica y responsabilidades compartidas. Sin embargo, en un nivel diferente, una participación plural puede sostenerse para trascender divisiones tradicionales. Una crítica largamente sostenida alrededor de la ciudadanía ha sido su naturaleza en relación al género, pues tradicionalmente se ha argumentado la ausencia o el marginal interés por las mujeres dentro de una concepción patriarcal. Ha habido una falla entre la garantía de una plena ciudadanía activa de un lado, y la experiencia vivida por ellas, de otro.

Los denominados “espacios de ciudadanía” se conciben como proyectos con raíces locales en donde se indagan y descubren las circunstancias, estructuras, procesos y condiciones que refuerzan o debilitan las actividades de ciudadanía democrática. No necesariamente se identifican con un lugar o tienen una localización concreta. Pueden cubrir un número de actividades similares a través de diferentes áreas geográficas o de hecho a través de una región o país. Algunas veces pueden ser diversas actividades cada una con más o menos su identidad propia³⁸¹. Puede tratarse de un grupo de gente que juntos y alrededor de un asunto particular o un consorcio entre instituciones locales, llegan a tener una organización compleja y a recibir el apoyo de diversos recursos. Si bien buscando ser auto suficientes y auto sostenibles rastrean al mismo tiempo los posibles recursos en la comunidad para el desarrollo local, se dirigen directamente al cambio social siendo libres y tratando de no estar bajo control establecido. Así mismo colaboran para descubrir cualquier vía de cambio para desarrollar los mejores conceptos y prácticas para preparar a los ciudadanos para la participación democrática. De hecho, otros grupos y países pueden aprender de ellas.

En todo caso están involucradas en la participación en ciertos aspectos del poder político, y por ende, en aquellas políticas públicas (el contenido de la educación, el empleo, la justicia, la salud, la cultura, la lucha contra la xenofobia, etc.) que configuran más directamente la relación entre los ciudadanos y el Estado, que en principio se entiende ya es o aspira a ser Social y Democrático de Derecho, y a continuación de Bienestar. También se implican en identificar y confrontar la exclusión social y las barreras a la participación.

Partiendo de una concepción comunitaria de la democracia (en oposición a una tradición representativa constitucional y más formal) no es de extrañar que “quien” participa sea la llave de la cuestión. Así el corazón de estos “espacios de ciudadanía”, tanto organizativa como conceptualmente, es la noción de “comunidad”. De hecho el empoderamiento – proceso mediante el que se asiste a la gente para capacitarles en la auto-ayuda y que lleguen a tener mayor capacidad de influencia – es el término que más comúnmente se vincula a aquellos, dando a las agencias la centralidad dentro de la definición de tales zonas.

Tal perspectiva comunitaria privilegia así las preocupaciones y valores relacionados por ejemplo, con el desarrollo de

38 Pueden darse en un centro, institución (como un instituto), en un barrio, o comunidad, pueblo, ciudad, o país. También pueden responder a un paternariado entre un grupo de gente e instituciones locales (por ejemplo una clínica para mujeres, un centro de salud), el municipio y el Ministro de Salud. O un conjunto de escuelas a lo largo de una región, o una asociación de universidades.

prácticas compartidas y la comprensión y extensión de formas de inclusión social. De tal modo, con nuevas habilidades y conocimiento los participantes pueden influir o cambiar las circunstancias que deriven en una participación más fuerte o que lleve a retar las injusticias y desigualdades. Al mismo tiempo, la colaboración entre socios es una clave estructural y a menudo ofrece acuerdos con nuevos participantes que crean relaciones de paz social, solidaridad y confianza.

Otro concepto a tener muy en cuenta es la gobernanza local. Constituye la vía en que la autoridad se organiza y legitima, empleando el comportamiento de la población local mediante la planificación, toma de decisiones, refuerzo de reglas, y procesos de gestión y rendición de cuentas. Se incluye no sólo el gobierno local y otras estructuras del sector público sino también una variedad de instituciones de la comunidad y sociedad civil por las cuales la gente se organiza para actuar colectivamente. Los principios y procesos de descentralización y participación se entienden coadyuvan a una buena gobernanza y por ende, a la potenciación y el desarrollo local, por el que se aboga desde diversas instancias internacionales (por ejemplo, la UE) y también nacionales para el refuerzo de este nivel territorial más próximo al ciudadano.

2. EVOLUCIÓN Y CONTEXTO

Los antecedentes más inmediatos hay que situarlos en la guerra de los Balcanes a principios de los 90's, a raíz de la cual la zona de Kosovo llegó a ser un área geopolítica prioritaria para las organizaciones europeas.

Así se celebraron, en primer lugar, la Conferencia sobre "Cooperación Educativa para la Paz" en la ciudad de Graz (Austria) en nov.1998 y en el año siguiente la de Sofia (Bulgaria) en 1999, conocido como el Proceso de Graz, sostenidas ambas dentro del marco del Pacto por la Estabilidad en el Sudeste de Europa. Como resultado creció la colaboración entre socios acordada para promocionar las actividades educativas en el desarrollo democrático de la región basada en la cooperación entre aquellas organizaciones y la implicación activa de las fuerzas locales. Otras agencias como UNICEF, la OSCE, el Banco Mundial, la Unión Europea, la Fundación Europea por la Formación, etc. vienen contribuyendo a tales planteamientos y proyectos.

En consecuencia, las actividades del proyecto de Educación para la Ciudadanía Democrática, en adelante ECD (Belanguer, 1999) impulsado desde el Consejo de Europa (CoE) han incrementado su importancia en los países del Sudeste Europeo. El núcleo de la ECD es el vínculo entre el aprendizaje y la formación junto al desarrollo de los proyectos a raíz de suelo, los llamados "espacios de ciudadanía". De hecho, lo que se entenderá y conocerá por ciudadanía democrática surgirá en un amplio sentido conforme a lo que suceda en el desarrollo local de la misma.

Debe subrayarse como las comunicaciones personales han mejorado, el uso de la ciencia y la tecnología son más eficientes y la movilidad se ha incrementado por los movimientos de población con la emergencia de nuevas formas de comunicación y protesta. Es más fácil intercambiar información, opiniones e ideas a gran escala. En consecuencia, existen oportunidades ilimitadas para el crecimiento de los individuos y el aprendizaje que implica la redefinición de la esfera vital de cada uno con nueva aspiraciones y expectativas en relación a los valores de la existencia incrementándose la necesidad de la comprensión y responsabilidad en el mundo.

Por el contrario, resultado de tales procesos y de la presión global hay nuevas desigualdades vinculadas a la brecha digital y de conocimiento, nuevas formas de crisis personales en seleccionar información, ambigüedades que emergen en las lealtades, relaciones e incluso nuevas inseguridades. Al mismo tiempo diferentes transiciones van teniendo lugar. Las hay desde una democracia representativa a una gobernanza participativa con un debilitamiento del poder del Estado y un empoderamiento de los ciudadanos, así como en las instituciones educativas desde una instrucción de carácter formativo (basada en la enseñanza) hacia lo transformativo y constructivo (basado en el aprendizaje), lo que llevaría desde la comprensión individual y societal de naturaleza moderna a la posmoderna (recordar a Inglehart, 1997).

Hay también situaciones paradójicas como la realidad de la fragmentación de la sociedad y la noción de comunidad y nivel local en paralelo al fenómeno de la globalización. Es posible señalar diversas contradicciones de las modernas sociedades democráticas: Estado versus mercado, producción versus medio-ambiente, inclusión versus exclusión, crecimiento de bienestar frente al incremento de pobreza, modernidad versus postmodernidad, ciudadanía nacional versus ciudadanía internacional, individualidad vs redes colectivas, globalización arriba-abajo vs redes abajo-arriba, local vs universal, etc.

De tal manera, no se puede hablar de ciudadanía como algo aislado, sino que debe de situarse dentro de un contexto particular. La misma sólo adquiere sentido en relación a las necesidades y requerimientos de una sociedad o sistema político. Las características predominantes en el contexto de la mayoría de los "espacios de ciudadanía" fluyen desde una concepción de naturaleza comunitaria de la democracia frente a una democracia de corte más representativa. De tal modo, abundan los supuestos que buscan reforzar y desarrollar formas de participación así como instituciones y procesos de toma de decisiones. Predominan menos aquellas actividades centradas en el gobierno, parlamento o elecciones libres, aunque el ámbito público, especialmente en el nivel local, mantiene un importante foco de interés y en algunos casos, en los paternarios^[39] (Skelcher, Malthur y Smith, 2004).

Efectivamente, la construcción de la ciudadanía es un largo proceso durante toda la vida. La socialización política se da desde los grupos primarios (padres, familia, vecinos, grupo de iguales y amigos, sistema educativo), hasta iglesias, medios (actores, músicos, artistas), mundo laboral (empleadores, formadores) y sistema político (miembros y líderes, funcionarios, policía, etc.). En consecuencia, las instituciones y organizaciones son múltiples y los factores y objetivos también. Un primer nivel de apoyo está en la política general basada en la preocupación por la relevancia del desarrollo de la conciencia democrática y por la cohesión social como un todo. Con esta tarea están relacionados muchos temas, por ejemplo: derechos humanos, diálogo, participación respeto, diversidad, tolerancia, empoderamiento, multiculturalismo, etc. De ahí que, en segundo lugar, diferentes políticas públicas sectoriales estén vinculadas a ello, (Taylor, 2003) especialmente aquellas que implican desarrollo de recursos humanos como las políticas

39 Los llamados "partnerships" significan socios en proyectos que implican intercambio de información, cooperación tanto en desarrollo como ejecución de programas, etc. que pueden establecerse con las autoridades o actores locales, regionales... También pueden ser intra-sectoriales (p.ej entre comités especializados en educación superior) e inter-sectoriales (cuando abarcan comisiones o departamentos de diversas áreas: educación, salud, idiomas, anti.-racismo, etc.), entre agencias (desde el CoE, el Banco Mundial, organizaciones de la ONU, UE, etc.).

educativas y en un tercer grado, están los programas específicos de ECD.

De cualquier forma, estas cuestiones engloban todas las edades y clases sociales y numerosos actores. De hecho, este tercer nivel tiene que ser apoyado extensamente por la sociedad civil. Esto se centra especialmente en profesores, padres, formadores, políticos, decisores, instituciones políticas y culturales, expertos de los medios, investigadores, movimientos sociales, sindicatos, ONG's, comunidades, incluso representantes de compañías. Se evidencia, pues, la importancia de los actores, las iniciativas locales y socios así como las sinergias, estrategias y condiciones de acceso a la participación (Krishna, 2004, p. 365). Además, el énfasis en ésta, en la comunidad y patronazgos implica algo de crítica o revela cierto déficit de acuerdos políticos y cívicos existentes. Esto eleva las dificultades sobre las cuestiones de sentirse miembro, quien pertenece y quien no, cuales son los criterios de consideración y quien decide.

Por ejemplo, las experiencias de diversidad de "rangos de democracia" van desde las más recientes y frágiles en los países post-comunistas (Bosnia, Bulgaria, Croacia) hasta las democracias más jóvenes de la posguerra mundial (España, Portugal, Italia). La democratización constituye una definición importante de las características contextuales pero se experimenta en modos diferentes, ya sea mediante una negociación del carácter emergente de la cultura política contemporánea que es pluralista, aunque en otras ocasiones, acabe siendo desorganizada y retórica (Romeo, 2002).

3. CARACTERÍSTICAS, ÁMBITOS Y SUPUESTOS

En principio, las características comunes a los diversos tipos y ejemplos de los "espacios de ciudadanía" vienen a ser:

Su carácter dinámico, en tanto involucran la participación real de los ciudadanos; su naturaleza innovadora, pues permiten una comprensión contemporánea de la ciudadanía democrática que surge desde diferentes prácticas y en diversos contextos; acorde a ello, se trata de proyectos no exentos de osadía, ya que las actividades son decididas por los propios participantes y por tanto, en cierto modo, arriesgadas; finalmente su pretensión es integradora al ir más allá de un mera definición política de la ciudadanía tomando en consideración temas más amplios respecto a la participación socio-económica y cultural.

Los escolares, son uno de los grupos predominantes de actores dentro de numerosos "espacios de ciudadanía", en tanto la receptividad de la gente joven a nuevas ideas y prácticas, su contexto institucional (ámbito escolar) y el tipo de organización y gestión junto a una simbólica representación del futuro son factores que contribuyen hacia tales actividades vivificándose alrededor de los estudiantes. Máxime si se trata de zonas con diversidades étnicas y desigualdades, con marcos multilingües y barrios multiculturales. Ahí habrán de aprender también a desenvolverse en la vida cotidiana, compartiendo esferas de poder para construir una sociedad, y donde la herencia cultural se enriquezca merced a las diversidades^[40].

Las escuelas deberían llegar a ser micro-comunidades democráticas: distribuyendo derechos y responsabilidades horizontalmente, ofreciendo múltiples oportunidades para el aprendizaje y el crecimiento personal, garantizando un medio-ambiente seguro y sostenible, promocionando la inclusión y cohesión social, desarrollando la cooperación y asociacionis-

mo entre actores, etc. Los estudiantes regularmente participan en la toma de decisiones y expresan sus opiniones libremente en todos los niveles de la vida escolar, a través de los consejos de alumnos, clubs u organizaciones similares, y medios. Las escuelas pueden funcionar como foros abiertos de todos quienes apuestan sobre tales temas que mejoran la calidad de aprendizaje, enseñanza y gestión. Mientras se enganchan en discusiones, los estudiantes y todo el personal académico demuestran la auto-conciencia y participación desde el conocimiento y las habilidades comunicativas y deliberativas. Los estudiantes universitarios también son actores de estos espacios, pues no sólo mediante la curricula normal sino también a través de las universidades que actúan como instituciones con actividades extra-curriculares. Por tanto, jóvenes alumnos y profesores participan en el mundo académico y en la más amplia comunidad universitaria mediante una combinación de métodos formales e informales (para un análisis crítico del caso español, Gutiérrez Sastre, 2005).

En el nivel comunitario muchas actividades se comienzan desde las ONG's, grupos juveniles y asociaciones de vecinos o barriadas y la forma de aprendizaje difiere desde los proyectos comunitarios a los debates espontáneos para reforzar la vida democrática. Nuevos movimientos sociales, estilos de vida, y políticas identitarias han generado o están asociadas con tales desarrollos. Todas ellas, actividades formales y no formales proporcionan un amplio abanico de posibilidades no sólo para la gente joven sino también para los adultos, para aprender sobre los derechos y responsabilidades como ciudadanos, como protegerlos y llenar de contenido a través de la vida. De ahí que los adultos sería una tercera importante categoría de actores, aún cuando no estén directamente involucrados en el proyecto educativo de ECD. Si bien tiene gran importancia el aprendizaje de por vida (el extendido *life long learning*). En definitiva, el foco sobre la comunidad (la relación entre lo individual y la sociedad) y la participación pueden ser vistos como una parte de la modernización de la agenda, y en algunos casos, como énfasis en una agenda postmoderna.

Si estos actores señalados dentro de cada espacio particular son vistos o acaban por sentirse como políticamente desafectados, cultural o étnicamente aislados, social o económicamente excluidos o combinando tales situaciones, los "espacios de ciudadanía" definen sus actividades como mecanismos de hacer conexiones, valorar las diferencias, explorar posibilidades, y desde esto, diseñar programas de acción que integren tales asuntos.

Vistos las características más comunes y los niveles más propicios, cuando se trata de interpretar las semejanzas y diferencias es posible identificar algunos criterios y marcos interpretativos del contexto de base que configura, informa y da significado a la diversidad de "espacios de ciudadanía".

En primer lugar, algunos de estos criterios y marcos serían, por un lado, que todos los espacios se sitúan firmemente dentro de la sociedad civil y pueden ser vistos como esfuerzos directos para reparar o reforzar las complejas redes formadas libremente o las asociaciones voluntarias. Mientras esto puede hacerse o a menudo se logra, se acarrea una vinculación con las agencias estatales (en especial, en el nivel regional o local) siendo las relaciones entre ellos en un número de casos problemáticas, a veces complejas o sólo tenues en otros. Los espacios intentan negociar y conectar con el sector estatal y casi por definición, tal relación establecerá unas características complicadas y difíciles tanto a la hora de realizar la configuración como respecto al determinar la actividad del sitio o espacio.

En segundo lugar, los espacios están diseñados para explorar y en algunos casos responder que es lo que se entiende y prac-

40 Países mediterráneos como Italia, Portugal, España, pero también en otros del Sudeste como Croacia, Albania, Bulgaria.

tica como democracia. La intensidad de la participación, inclusión, solidaridad, y/o integración, por ejemplo pueden ser vistas como un proceso de democratización, usualmente en el nivel local o de búsqueda de soluciones a problemas vinculados a la democracia. Lo común a estas diferentes experiencias democráticas, sin embargo, es a menudo, la consolidación, el refuerzo o la reinención de lo que se entiende y practica como democracia y que son relevantes a la situación, el contexto y los problemas confrontando cada espacio, región o país.

En tercer lugar, un campo interesante e importante de exploración que ilustra algunos de estas diferencias se da entre los “espacios de ciudadanía” al este y oeste de Europa. Baste recordar que en los primeros países se ha necesitado una doble y compleja transición: hacia la economía de mercado y a la democratización de sus instituciones. La transformación simultánea tanto de la política como de la economía puede hacer explosiva la interacción entre ambas, y por tanto, incierto el resultado. De tal modo, las asunciones apriorísticas y las experiencias aceptadas en el mundo occidental, por ejemplo, en ámbito anglosajón, no pueden ser aplicadas acríticamente en tales lugares. De cualquier forma, la práctica de gobernanza y la creación de las actividades de ciudadanía en las nuevas democracias es un proceso de ensayo y error sin un mapa muy específico.

Y es que la participación es a menudo vinculada a procesos políticos y relacionada con decisiones de naturaleza pública, implicando un poder compartido e impactando más allá de un pequeño grupo local. Así mismo, es vista como un proceso social de toma de decisiones propio del día a día. Aquí el énfasis estará más en alcanzar acuerdos y consensos. La conexión entre estos dos tipos de participación es compleja y no exenta de réplicas. Pero para los propósitos iniciales es suficiente con entender ambos usos como importantes temas en los “espacios de ciudadanía”, sin que quepa trazar una rígida distinción entre los mismos.

Por otro lado, se asocia también a las aspiraciones y demandas de un refuerzo de los sentimientos y correlaciones de pertenencia. Tal concepto complejo podría referirse a un camino poderoso para confrontar formas de exclusión social. Se pueden incluir estrategias específicas que englobarían lucha contra por ejemplo: abandono temprano escolar, adicciones a drogas, vandalismo, marginalidad de grupos concretos tales como familias monoparentales. En otros casos, la pertenencia implica no sólo la consideración de formas de exclusión social, sino también crear y desarrollar relaciones y educación interculturales que conllevarían la mejora en la igualdad de oportunidades para luchar contra las desigualdades y discriminación dando una voz activa a aquellos que tienen algo que ver con la educación a nivel local y comunitario.

En consecuencia, la actividad de estos espacios constituye formas inclusivas de ciudadanía. De hecho la perspectiva inclusiva/exclusiva ha surgido en años recientes como una preocupación nuclear y centra el foco de gran parte de la actividad de las agencias estatales. Las razones son complejas e incluso contradictorias, pero generalmente reflejan los rápidos cambios sociales en este postmoderno y desorganizado mundo capitalista, donde aumentan impredeciblemente las desigualdades de los poderes económicos y políticos. El predominio del término “socio” dentro del título del espacio, junto con la importancia dada al proceso y los objetivos del patneriario, como señalan numerosos informes, es indicativo de la centralidad de este enfoque de inclusión.

También existen casos que pueden implicar a diferentes grupos representativos bien culturales, religiosos o étnicos en el desarrollo de habilidades, conocimiento, comprensión y acti-

vidades necesarias en una activa sociedad de participación cívica, donde presentan un desarrollo institucional interesante, a pesar de una existencia inicialmente frágil (Bulgaria, Croacia, Portugal). Por su parte, la cohesión social, las actividades anti-racistas, y la comunicación intercultural son algunas de las preocupaciones centrales del espacio del barrio de Cueto en Santander. Siendo su principal objetivo las actividades educativas alrededor de la vida cívica para reforzar las conexiones entre los diferentes grupos sociales del barrio. Mediante mediadores sociales se resuelven confrontaciones entre aquellos y la organización de eventos deportivos y culturales incluyendo diversos grupos étnicos se ven como vías de desarrollo de la integración social de los grupos excluidos.

Así mismo la actividad de estos espacios responde a formas de ciudadanía pluralista. La noción de diferencia es de la misma forma otra categoría interpretativa a considerar, lo que nos lleva a la pluralidad de la ciudadanía. De hecho, la diferencia como un resultado del cambio social puede ser vista como un interés central dentro de las concepciones y prácticas de aquella. Mientras hay un reconocimiento de la base de los derechos humanos, hay también lugar para la variedad, la negociación y la redefinición.

4. EDUCACIÓN Y CIUDADANÍA PARA LA PAZ

Cabe señalar, en principio, que tal enfoque o dimensión de la educación debe encuadrarse dentro de una educación general del conocimiento global de la historia y el mundo, de los principales problemas actuales y su interdependencia (de pobreza y subdesarrollo, crecimiento poblacional, medio-ambientales, inseguridad, etc.), con una toma de conciencia desde múltiples perspectivas que lleve a apreciar las diferencias y semejanzas culturales.

La preparación para la paz y no violencia de la juventud es el tema central de todo programa educativo para gente joven que aparece primero en los movimientos pacifistas. Se pretende guiar a los estudiantes hacia una mejor comprensión de los principios y técnicas de la no violencia, de las causas de los conflictos, y de los obstáculos para la resolución pacífica de las disputas. También se contribuye al aprendizaje y desarrollo de habilidades, tolerancia y respeto a la diversidad, los derechos humanos y multiculturalismo, diálogo, negociación y mediación entre las partes en conflicto.

Los principales cambios educativos en este campo han venido de la mano de las ONG's tanto locales como internacionales (UNESCO, 1995), pudiendo ir señalándose varias fases en su evolución. Los programas pioneros se centraron sobre todo en el temor nuclear y la pobreza, incluyéndose también la preocupación por el desarme mundial, en especial, de las grandes potencias de la llamada guerra fría, y poco después se siguieron desarrollando sobre la cuestión de la desmilitarización. Seguidamente, la idea de no violencia como fundamento de la paz en la década de los 80 fue reemplazada por la filosofía de la paz positiva -basada en el respeto a derechos humanos universales, igualdad y justicia- como plataforma de la estabilidad social. Con posterioridad se vienen desplegando desde la cultura de la paz, entendiéndose ya no sólo en términos de guerra y paz, sino desde un planteamiento de ser activo o estar involucrado en la paz global. La cultura de la paz se considera para resistir la violencia a través de la promoción de las libertades humanas y la dignidad, la igualdad y respeto por la vida y por introducir el aprendizaje de estrategias no violentas, el diálogo, la mediación y la no percepción prejuiciosa de los otros. Ambas culturas se refuerzan, máxime si considera-

mos la interdependencia en todos los niveles de las acciones de los ciudadanos.

Aunque la ECD no trata de terminar con la violencia y conflictos, sí que intenta comprender tales fenómenos mejor, remover los obstáculos y barreras estructurales para contribuir a resolverlos de manera pacífica.

Para favorecer tal cultura de paz, como decíamos, va a coadyuvar la educación en paralelo tanto con carácter global de lo ya señalado, como toda propuesta de educación cívica, de derechos humanos, de alcance intercultural y de inclusión social. Dimensiones, todas ellas, que de un modo u otro se pretenden tocar mediante la ECD. En paralelo a todo ello, hay que subrayar la importancia de la participación social que contribuye tanto en la construcción de la concordia como en la construcción del desarrollo, en pro de una sociedad inclusiva, para materializar los derechos al progreso, la paz e inserción social (García Roca, 2004, pp.129-130), objetivos que estarán presentes en los diversos “espacios de ciudadanía”.

CONCLUSIONES

Mientras ha habido mucho énfasis en la organización y desarrollo de los métodos y herramientas de la participación en las comunidades, se ha producido en general mucha menos reflexión sobre cómo éstos deben ser ubicados dentro de procesos políticos más amplios, donde las claves son las relaciones de poder y los intereses políticos. De un lado, muy a menudo la participación comunitaria que se separa del subsistema político acaba teniendo poco efectos perdurables. De otra parte, aunque los procesos deliberativos se extienden como solución general a la complejidad de las políticas públicas y a la pluralidad de valores, la evidencia sugiere que pueden ser más apropiados en algunos campos de políticas que en otros (Fung y Wrigh, 2003, p. 39).

En todo caso, en principio el testimonio desde y entre los grupos tanto de sus experiencias, desarrollo de prácticas y creación de asociaciones alrededor de la preocupación por la ciudadanía es algo bien relevante. Los beneficios del aprendizaje y la perspectiva práctica proporcionados por buen número de estos espacios tanto para los participantes como para las agencias locales y nacionales son potencialmente enormes. El énfasis debería darse sobre la calidad de la actividad de los espacios en cuestión más que sobre la cantidad (número de los mismos).

Al mismo tiempo es importante aprender desde los “espacios de ciudadanía” para reforzar su desarrollo y los procesos interactivos entre los recursos de información, proyectos e instituciones. Quienes practican y apuestan por ello deberían estudiar los conceptos y enfoques, apoyar ejemplos de buenas prácticas, producir material educativo y desarrollar redes entre los diversos socios. Los líderes políticos habrán de posibilitar la elaboración de toma de decisiones a favor de políticas directamente implicadas en la ciudadanía, especialmente la educación. Y más específicamente los líderes juveniles deberán identificar los actores que pueden promover estas políticas e iniciar procesos que favorezcan dicha implicación. Ambos deben poner en valor la cultura juvenil y su aspiración a ser escuchados, promocionar el acceso a las NTIC's y la selección informativa, desarrollar la práctica de responsabilidad social corporativa, etc. Desde las autoridades tanto nacionales como locales o desde ONG's bien establecidas puede darse el marco necesario de apoyo (puede verse a Innes y Boothe, 2003).

Se deberá desarrollar una cultura de evaluación transformando los indicadores en cuestiones valorativas, establecien-

do una unidad preguntándose la cuestión correcta como qué información se busca y donde encontrarla, pej. con un enfoque al comienzo de paso a paso, como motivar para el cambio, como construir un equipo, el sentido de miembros e involucrarlos, perfilando unas conclusiones que reflejen los logros concretos y los puntos a mejorar, evaluando no sólo la dimensión cognitiva sino también el cambio de actitudes y comportamientos, preparar el desarrollo de estrategias, y propagar el informe evaluativo.

Específicamente a nivel de estudiantes, el resultado del aprendizaje es el balance entre el qué, el cómo y el porqué del cambio educativo. Se requiere saber cómo unas prácticas contribuyen más que otras a una ciudadanía activa y responsable. A nivel político general, se debería de dirigir gradualmente una ejecución de políticas efectivas identificando las debilidades y el modo de corregirlas, apoyando la capacidad para alcanzar objetivos previstos.

Además la mayoría de estos espacios optan por trabajar en contextos interculturales, donde el reconocimiento y el valor de la diferencia coexisten con relaciones complejas de integración. De tal modo, el énfasis sobre la participación y su relación con las prácticas de pertenencia, la exclusión social y la actividad intercultural sugiere un número importante de dimensiones del contexto en el cual están situados estos espacios. Características comunes del contexto incluyen el refuerzo o extensión de importantes aspectos de la sociedad civil (especialmente en colaboración con los marginados o grupos excluidos) y las conexiones entre los intereses, experiencias y conocimientos particulares de tales grupos con temas más generales bien de carácter legal-constitucional bien de la propia sociedad civil.

Por otro lado, es necesaria la integración del marco conceptual con la acción concreta, la reflexión con la innovación, etc. lo que algunos autores denominan “práctica reflexiva”. De hecho, este enfoque es muy importante desde la perspectiva de la sociedad del conocimiento, específica de nuestro milenio, en la cual la acción social incorpora tanto conocimiento, innovación y resultados de investigación como sean posibles.

Así pues, la integración del conocimiento y la acción es alcanzada en dos direcciones: inductivamente sobre los “espacios de ciudadanía”, denominadas organizaciones, comunidades o redes institucionales donde la ciudadanía democrática se está aprendiendo; aquí el uso del conocimiento conlleva tratar ciertas cuestiones específicas en un contexto concreto: así los expertos deberán ayudar a los practicantes a clarificar sus objetivos, metas y orientar la acción en un marco conceptual más amplio. Y deductivamente, a través del análisis conceptual realizado por expertos, y subsecuentemente validado y completado por quienes lo practican. En este segundo caso, el conocimiento es utilizado explícitamente para clarificar y definir conceptos; primeramente hay un análisis de la terminología usada por los expertos, y los practicantes vinculados, en consecuencia, validan tal definición dada por aquellos e incluso proponen su propia visión y concepción operativa.

En consecuencia, será bien interesante que los investigadores identifiquen y comparen diversos espacios de ciudadanía (iniciativas innovadoras con múltiples formas o unidades en que los ciudadanos participan activamente en su sociedad, en especial en el nivel local). La monitorización, reflexión, la investigación y evaluación – dentro de un marco metodológico en sintonía – deberían constituir dimensiones integrales dentro de los mismos. Pues de cualquier forma, estos centros son formas innovadoras de gestión de la vida democrática y acaban modificando las relaciones de poder de la comunidad creando condiciones para que los ciudadanos se involucren directa-

mente en los procesos de toma de decisiones, y a la postre, que contribuyan a la construcción de espacios de paz.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Belanguer, P. (2000). Conference on Education for Democratic Citizenship: methods, practices, and strategies. (Warsaw, 4-8-dic. 1999). Final Report, Strasbourg, Council of Europe (Document DECS/edu/cit).
- Closa, C. (1998). "Supranational citizenship and democracy: normative and empirical dimensions". In M.Torre (ed). European Citizenship. An International Challenge, Dordrecht, Kluwer.
- Fung, A. & Wriqth, E.O. (2003). Deepining Democracy, Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance. London, Verso.
- García Roca, J. (2004). Políticas y programas de participación social. Madrid, Ed Síntesis.
- Gutiérrez Sastre, M. (2005). Un estudio comparado sobre la participación en los servicios públicos de bienestar. In Gutiérrez Sastre, Participación en los servicios públicos de bienestar. Madrid, Ed. Consejo Económico y Social, pp.83-204.
- Inglehart, R. (1997). Modernization and Post-modernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press.
- Innes, J.E., & Boother, D.E (2003). Collaborative Policymaking: governance through dialogue. In Hajer, M. y Wagenaar, H. Deliberative Policy analysis: understanding governance in the network society. Cambridge, Cambridge University Press.
- Krishna, Anirudh (2003).Partnerships between Elected Local Governments and Community-Based Organizations: exploring the scope for Synergy. In Public Administration Development, Papers 23, pp. 361-371.
- Lashley, C. (2001). Forms of empowerment through the participacion. In Lashley, Empowerment. HR strategies for services excellence. Amsterdam, Elsevier Science & Technology, pp.65-88.
- Marshall, T.H. (1950). Citizenship ad social class. Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, P. (2002). Democratic Phoenix. Reinventing Political Activism, Cambrige, Cambridge University Press.
- Romeo, L. (2002). Local governance Approach to Social Reintegration and Economic Recovery in Post-conflict countries. Workshop discussion paper. New York, UN Capital Development Fundation.
- Skelcher, C., Malthur, N. & Smith, N. (2004). Effective Partnership and Good Governance: Lessons for Policy and Practice. Birmingham, University of Birmingham.
- Taylor, M. (2003). Public Policy in the Community. Basingstoke, Ed. Palgrave.
- UNESCO (1995). Culture of Peace: promoting a Global Movement. París, Culture of Peace Programme of Unesco.

A QUEM INTERESSA A PAZ NO CAMPO? REIVINDICAR NÃO É CRIME. É CIDADANIA!

CRISTIANE REIS

DOCTORANDA DO PROGRAMA DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI
FEUC/FDUC. COIMBRA · PORTUGAL



RESUMO

Pretendemos com o presente artigo delimitar a situação agrária brasileira com toda a sua situação de conflitualidade entre trabalhadores rurais sem-terra e grandes proprietários rurais. Tomaremos como unidade de análise o Movimento dos Sem-Terra (MST), que nos auxiliará a melhor compreender a situação pós-colonial vigente. Intentamos expor a questão, objetivando demonstrar que a paz que se pretende no campo é a conformação e a manutenção da estrutura rural arcaica e excludente. Não que o MST promova a guerra, mas sim luta por seus direitos e pela cidadania, que historicamente lhe é negada. O direito a ter direitos cinge-se a uma estrutura permitida e condicionada. Qualquer forma que extrapole esta concepção, é passível de ser considerada ilegal e, portanto, admissível o recurso à repressão por meio da violência policial e estatal. Quem mais sofre violência no campo são os trabalhadores sem-terra, recaindo sobre eles recorrentemente o estigma de criminosos e baderneiros, “esquecendo-se” que a concentração de terra e a violência no campo, por conta da impunidade, em especial dos proprietários rurais, encontram-se na origem dos problemas fundiários no Brasil. O Brasil sofre de dois grandes males, conjugados entre si: a violência e a corrupção. E não raras vezes, estes dois problemas endêmicos levam a um terceiro: a impunidade. É um círculo vicioso, posto que o ilícito leva à violência ou à corrupção e esta gera impunidade, que perpetua a ilicitude e a própria violência. Temos por hipótese, portanto, que a paz no campo não será alcançada enquanto as estruturas fundiárias mantiverem-se inalteradas. Para tanto, revisaremos a bibliografia em especial Gramsci, Boaventura Sousa Santos e Bernardo Mançano, entre outros.

Palavras-chave: paz; campo; violência; cidadania.

ABSTRACT

We intend with this article to delimit the Brazilian agrarian situation and the conflict between landless rural workers and landowners. We will take as unit of analysis the Landless Movement (MST), which will help us better understand the on-going post-colonial stance. We aim to demonstrate that the peace sought in the fields is rather shaping the maintenance of rural infrastructures, archaic and exclusionary. Not that the MST promotes war, but it fights for rights and citizenship, which were historically denied. The right to have rights is confined to a self-bordered structure. Anything going beyond this concept is liable to be considered illegal and therefore legitimating repression by the police and state violence. Those who suffer more violence in rural areas are the landless, recurrently stigmatized as criminals and thugs, while it is forgotten that the concentration of land and the violence in the fields, is connected to the impunity in particular of landowners, who are at the origin of land problems in Brazil. Brazil witnesses combined violence and corruption. And often, these two endemic problems lead to a third: impunity. It is a vicious circle, since the illicit leads to violence or corruption, and it generates impunity that perpetuates violence. Our hypothesis is that peace will not be achieved in the field while the land ownership patterns remain unchanged. To this end, we review the literature especially Gramsci, Boaventura Sousa Santos and Bernardo Mançano.

Keywords: peace; fields; violence ; citizenship.

INTRODUÇÃO

O processo de criminalização dos movimentos sociais, rurais e urbanos, é fenômeno mundial, mas na América Latina esse viés é forte e violento, criminalizando as ações reivindicatórias, desmobilizando os líderes com prisões, ameaças e mortes. A América Latina se forma por meio da exploração de seus recursos naturais, destruição das populações indígenas locais, escravização das populações negras e exploração do trabalho do camponês. Assim, sua inserção no mundo capitalista não é recente, tendo, desde sempre, criado situações de grande injustiça e profunda destruição cultural, trazendo em si uma conflitividade conformada e orquestrada pelo processo colonial experimentado, engendrando, nesta medida, a resistência, mesmo que silenciada, dos grupos oprimidos. Devemos ter em mente que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade do poder, conforme dita Quijano (2000, p. 56), mesmo nos dias atuais, apesar de vivermos sob a égide

do neoliberalismo global. No mesmo sentido, importantes são as noções trazidas por Santos (2001a) .

A década de 80, na América Latina, período de redemocratização em vários países, foi marcada por momentos de forte participação da população, por meio de movimentos, organizações, associações e outras formas associativas. Nesta medida, os movimentos sociais são parte da estrutura do Estado Democrático de Direito, apesar de serem vistos e apontados como violadores do mesmo e suas ações são criminalizadas. Entretanto, conforme afirma Silva Filho (2007), o Estado Democrático de Direito não pode virar a nova doutrina da segurança nacional.

Observar o Poder Público ser omissor no atendimento às necessidades das famílias por terra, educação, trabalho, saúde e habitação. Isso sim atenta contra a democracia e o Estado De Direito e por isso punem quem intenta fazer valer os seus direitos.

Criminalizar e banalizar os problemas sociais vividos por diversos setores sociais excluídos é muito mais simples e fácil do que se pôr de frente à realidade. É mais fácil criminalizar aqueles que lutam por terra do que reconhecer que o processo histórico de aquisição da terra foi desigual e excludente; é mais fácil criminalizar os indígenas do que reconhecer que nações inteiras foram aniquiladas; é mais fácil criminalizar os quilombolas do que reconhecer que seus antepassados ajudaram a construir o país a custo de muito sangue e sofrimento; é mais fácil aniquilar os de ideologia progressista do que reconhecer que eles querem uma nova estrutura social.

Nosso objetivo neste trabalho é demonstrar que a paz que se anseia no campo não é a interrupção da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais (aqui especificamente tratados, mas não se olvidando de outros que igualmente sofrem as amarguras de uma estrutura pós-colonial), posto que resultaria apenas na manutenção do status quo e na perpetuação de outras formas de violência para além da física. Assim, compreendemos que somente haverá paz no campo quando outra estrutura agrária, mais inclusiva e solidária, estiver eficazmente estabelecida.

Para tanto, revisaremos a bibliografia em especial Gramsci, Boaventura Sousa Santos, Bernardo Mançano, entre outros, bem como utilizaremos alguns dos resultados já obtidos na tese de doutoramento da autora desta comunicação intitulada: Os Bastidores da Mídia e os Movimentos Sociais: O Caso do MST.

1. O CENÁRIO GERAL DA CRISE AGRÁRIA BRASILEIRA

Para se tentar vislumbrar e montar um mapa da situação agrária, tentou-se angariar alguns dados esparsos e não organizados tanto junto ao próprio MST como também junto à CPT – Comissão Pastoral da Terra. A ausência de informações precisas são também apontadas por Melo (2006, p. 44) como geradores de um “quadro de ilegalidade e instabilidade jurídica em relação às propriedades rurais (...) e estimula a grilagem de terras públicas”.

O MST teve sua primeira ocupação em Julho de 1985, no Rio Grande do Sul, na Fazenda Anoni, que reuniu mais de 10 mil agricultores sem terra durante três dias, pleiteando, entre outras coisas, a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Logo após, no mesmo ano, e em resposta, foi criada a UDR (União Democrática Ruralista), com a participação de grandes fazendeiros rurais e que se constituem, até hoje, como forte opositores aos movimentos sociais e às estratégias de ocupação coletiva de terras, sendo massiva sua presença nos bancos parlamentares.

Neste momento, a violência no campo se acentuou contra os trabalhadores rurais. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, os ruralistas, que compunham a UDR, passaram a atuar sobre três flancos: o braço armado (incentivando a violência no campo), a atuação e força dentro do Parlamento e a utilização dos meios de comunicação como aliados.

O número de acampamentos vem aumentando no decorrer dos anos, tendo sido observada diminuições nos anos de 1991 e depois em 1994 e 1995. Pelos dados obtidos, não se pode assegurar que esta diminuição tenha ocorrido de fato ou se representa a falta de dados estatísticos fidedignos não compilados pelas várias organizações, como o MST, CPT, ABRAPA, MDA entre outras. Em 1998, ano que se passou a ter informação acerca dos acampamentos em cada Estado brasileiro, o Paraná liderou. Entretanto, em todos os anos seguintes foi Pernambuco quem contabilizou maior número de acampamentos.

A violência no campo é outro dado importante a se registrar e “traduzem as contradições da frágil democracia brasileira” (Melo, 2006, p. 57) e que decorrem da concentração de terras, falta de políticas públicas efetivas e de uma reinante impunidade.

Segundo dados fornecidos no estudo realizado por Gonçalves (2006, p. 148), foi no ano de 2003 que se identificou o maior grau de conflitividade^[41] e de famílias despejadas^[42] no campo desde o ano de 1985, momento em que a CPT passou a acompanhar os índices de violência agrária. Por outro lado, foi o ano em que mais famílias assentadas houve, o que reflete que o Poder Público administrativo estava mais atento ao atendimento dos reclamos dos trabalhadores sem-terra. Segundo o autor,

Esses dados indicam uma perigosa tendência que atenta contra a democracia e a justiça brasileira, ao sinalizar para uma conjuntura de violência e arbítrio sempre que se configura um aumento de mobilização em busca da ampliação dos direitos sociais, conforme no imaginário popular indicam tanto o governo Lula como o período que se seguiu ao fim do regime ditatorial sob a tutela militar e que culminou na Constituinte de 1988 (2006, p. 151).

Conforme os dados da Ouvidoria Agrária Nacional^[43], criada em 1999 durante o Governo Fernando Henrique, as principais causas geradoras de crises, conflitos agrários e violência no campo são (Scolese, 2005): extração de madeira; milícias armadas; crime organizado; despejos violentos; impunidade; bandidos nos projetos de assentamento; grilagem de terras públicas; justiça com as próprias mãos; deficiências da polícia civil; ausência do Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal; falta de regularização fundiária; áreas indígenas não demarcadas; liminares em ações possessórias; violência policial.

Ainda segundo dados da Ouvidoria, com relação a forma como cada região resolve, em média, as ocupações de terra, são as seguintes: regiões Sul e Sudeste, normalmente recorrem ao Poder Judiciário para solução dos conflitos, enquanto as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, em geral, recorrem a pistoleiros que tendem a eliminar a liderança dos movimentos, inclusive os religiosos que porventura fomentem a luta pelos direitos dos trabalhadores.

A CPI da Terra, em 2005, definiu as ocupações de terra como crime hediondo, e as determinações de cunho político do Tri-

41 O grau de conflitividade pode ser percebido entre o número de conflitos e o número de pessoas envolvidas no conflito. Gonçalves (2006, p. 142) afirma que a estrutura brasileira reafirma a antiga estrutura de concentração de poder econômico, social e político, traduzido no latifúndio, por um lado, e do lado de lá da linha, no sentido de Santos (2007), aqueles que lutam pela reforma agrária, como expressão de uma sociedade melhor e mais justa. Foi neste estudo também verificado uma relação direta entre a intensificação da conflitividade e o número de pessoas assassinadas, o que reflete a opção pela resolução de conflito direta, por meios próprios e sem auxílio do Poder Público (grupos privados, milícias, jagunços etc.)

42 Neste sentido, pode-se identificar a atuação do Poder Judiciário, na medida em que é este Órgão que prola as sentenças de despejo.

43 O que é interessante notar é a indicação para Ouvidor feita por FHC. O então presidente escolheu o desembargador Gercino José da Silva Filho, que tinha como experiência os casos de crime organizado no estado do Acre. Por qual razão, senão a clara e óbvia vinculação da imagem dos trabalhadores rurais ao crime organizado? É essa a imagem dos trabalhadores para o governo de FHC. Não a de um grupo que busca seus direitos, mas sim um bando, um grupo de criminosos, que já que nem cidadãos são, só lhes resta mesma a cadeia.

bunal de Contas da União (TCU), que inviabilizam projetos de assistência técnica e educação com movimentos sociais, entre outros. Estes atos são exemplos de que o processo de criminalização ultrapassa as portas do Judiciário, alcançando várias instâncias de controle social, como as leis e a Mídia.

Em 15 de Abril de 2010, a Comissão Pastoral da Terra entregou ao Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, um relatório sobre os 25 anos^[44] de conflitos no campo no Brasil, que versa sobre os homicídios, conflitos trabalhistas, atividades dos movimentos, crimes contra a integridade física entre outros.

A CPT conceitua conflitos como sendo as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios trabalhistas ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2010).

Foram registrados pela CPT 1.184 casos de violência praticada contra sem-terra no ano de 2009, compreendendo violência como sendo o constrangimento e/ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo (CPT, 2010).

Como relata a CPT, em sua página da internet, o ano de 2009, em relação ao anterior, sofreu um aumento tanto no número de conflitos agrários quanto na violência praticada contra os sem-terra. Enquanto se verificou a redução do número de assassinatos para 25 em 2009 (28 casos em 2008), outros crimes contra os trabalhadores rurais foram praticados em maior escala, como as tentativas de homicídio (em 2008, 44 casos; em 2009, 62), as ameaças de morte (em 2008, 90 casos; 143, em 2009) e tortura (os casos registrados passaram de 9 em 2008 para 71 em 2009), para além do número de famílias ameaçadas por funcionários dos latifúndios (em 2008, foram 6.963 famílias, subindo para 9.031, em 2009), sem se falar no aumento da repressão pelo cerco judicial, posto que aumentaram também o número de trabalhadores presos (168 em 2008 passou para 204 prisões em 2009).

Com os dados acima demonstrados, provenientes da CPT, somente podemos concluir que a máxima: “o que está fora da mídia não existe” é a mais pura realidade, na medida em que o silêncio leva à crença de que a situação melhorou.

2. BREVE HISTÓRIA DO MST

Durante a ditadura militar, os conflitos fundiários sofreram forte aumento, fazendo com que a questão fosse militarizada. Essa situação foi fortemente marcada pela violência (privada, por meio dos jagunços contratados pelos latifundiários, bem como pública, por meio da polícia, aliada às ações judiciais contra os trabalhadores rurais). Segundo Fernandes (1999, p. 35), “no ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias”.

O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência do Brasil, eleito de forma indireta, em 30 de Outubro de 1969 e governou até 15 de Março de 1974. Este período ficou conhecido como os anos negros da ditadura militar, restando ao movimento estudantil e sindical nada mais do que o silêncio, sob pena de forte repressão policial. Foi neste momento histórico que ocorreu a maior parte dos desaparecimentos políticos, tornando-se a tortura prática comum dos DOI-CODIs, órgãos

governamentais de repressão vinculado ao Exército. O total fechamento dos canais de participação política da sociedade civil levou a esquerda brasileira à luta armada, respondendo o governo com mais repressão contra os movimentos, além de uma forte propaganda negativa.

Médici foi sucedido pelo General Ernesto Geisel, assumindo a presidência em 15 de Março de 1974. A situação do país não estava nada favorável, chegando a inflação ao pico de 34,5%, o que dificultava a correção dos salários. Em 15 de Outubro de 1978, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB - apresentou seu candidato ao Colégio Eleitoral, o general Euler Bentes, que recebeu 266 votos contra 355 votos do candidato do governo, o General Figueiredo. Com essas medidas, Geisel conseguiu eleger Figueiredo.

No final dos anos 70, a inflação chegava a 94,7% ao ano. Em 1980 bateu 110% e, em 1983, 200%. O Brasil entrou em um período de recessão, cuja principal consequência foi o desemprego. Em Agosto de 1981, havia 900 mil desempregados somente nas regiões metropolitanas. No início dos anos 80, segundo dados do IBGE, 80 milhões de pessoas (67% dos brasileiros) viviam nas cidades, enquanto a população rural atingia a marca de 39 milhões de pessoas. Entre 1970 e 1980, o crescimento foi de 27,8% enquanto no período anterior, de 60 a 70, foi de 32,9% e, entre 1980 e 1991, conforme o penúltimo censo, chegou a 23,5%. Para completar o quadro de falências sociais, em 1980, o analfabetismo ainda atingia 25% dos habitantes^[45]. A busca por soluções a estes problemas constituía algumas das reivindicações dos movimentos sociais urbanos da época.

O Movimento surge em um momento em que o desemprego aumentava no campo, por conta dos mecanismos de modernização, e, tendo em vista a situação em que a área urbana se encontrava, os homens oriundos do campo não queriam ir e muitos voltavam para suas origens (Scolese, 2005, p. 59).

O MST surge oficialmente em Janeiro de 1984 durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), reunindo pouco mais de 90 pessoas, entre elas, trabalhadores rurais, sindicalistas, membros da pastoral e assessores, para além de representantes da Comissão Indigenista Missionária – CIMI. Sendo, no ano seguinte, organizado nacionalmente, momento em que se realizou o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra, realizado de 29 a 31 de Janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná, com 1500 delegados representando 23 estados brasileiros, com o lema: “Ocupar é a única solução”.

O MST afirma que 80% dos recursos recebidos são destinados à educação e formação. Opositores dizem que não passa de adestramento político e que o dinheiro público não pode ser utilizado para tal fim. Deve-se ter em mente que educar os filhos da terra, tanto crianças quanto adultos, tanto na formação básica quanto na direcionada ao cultivo, são imprescindíveis e essenciais não só ao ser humano, posto direito fundamental, mas à própria terra, que será melhor aproveitada econômica e ecologicamente.

Ao amadurecer, o Movimento percebeu que a luta, única e exclusivamente, pelo acesso e permanência na terra era insuficiente. Percebeu-se que era necessário também lutar por crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem-terra que, assim como para todos os brasileiros, precisam ser supridas.

Para o MST, o “latifúndio representa todas as formas de exclusão, em todos os níveis, político, social e econômico” (Laureano, 2008, p. 83). Entretanto, descobriu-se que a luta não é apenas contra o latifúndio e sua nova roupagem, o agrone-

44 A CPT elabora relatórios anuais desde 1985. Assim, o relatório entregue ao Ministro da Justiça abrange o período de 1985 a 2009.

45 Todos os dados numéricos foram retirados do site <http://www.mst.org.br/mstonline.html>. Acesso em 04 de Outubro de 2003.

gócio, mas também contra o modelo econômico neoliberal vigente nos dias atuais. A luta do MST é pela Reforma Agrária e pela transformação social, representando uma nova forma de articulação social compreendendo aquilo que se convencionou chamar de novos movimentos sociais. Lutar pela terra é lutar contra o capital, contra o modelo expropriatório, contra o modelo de globalização hegemônica.

2.1. O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MST E AS ALIANÇAS TRANSNACIONAIS

Desde o início da colonização brasileira, há a luta pela terra. Os indígenas foram os primeiros e podemos verificar na história a força da resistência indígena, como por exemplo, a Confederação dos Tamoios^[46] e a Guerra dos Potiguaras^[47]. Os negros escravizados fugiram e formaram fortes quilombos, modelos ainda de resistência. Outros marcos históricos são exemplos de resistência e de luta do Movimento, como a Guerra dos Canudos, de Contestado, as Ligas Camponesas, o Master, entre outros. É todo o conjunto que constitui o Movimento Sem-Terra como é hoje.

Entre 1985 a 1988, o MST trazia por lema “terra para quem nela trabalha” e coincidia a luta pela terra com a luta pela reforma agrária. A reforma agrária sempre se mostrou gênero de primeira grandeza, mas somente tomou corpo como proposta a partir da década de 50 do século passado, com as Ligas Camponesas no Nordeste, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964, com o Golpe de Estado. Foi neste período que o MST conquistou sua autonomia e reconhecimento político.

De 1988 a 1995, a reforma agrária passou a ser vista de forma mais ampla, para além da conquista da terra, referindo-se a um processo de política pública capaz de alterar e modificar a estrutura fundiária existente. Identifica-se com a luta pelo socialismo e definiu-se, a partir deste momento, a disposição de resistir às ordens de desocupação da terra.

Verifica-se, também, uma mudança de paradigma, pois o Movimento não só ocupa latifúndios, como forma de pressão política, mas também contribui com a luta de outras categorias, como operários, petroleiros, professores etc. Esta mudança deveu-se ao desenvolvimento tecnológico ocorrido na contemporaneidade não alcançar os trabalhadores rurais, trazendo por consequência o êxodo no campo^[48], gerando também um agravamento nos problemas sociais das cidades.

Haverá, porém, que se acrescentar como parte da reforma agrária, todas as condições de desenvolvimento social, cultural e humano, para que os assentados e trabalhadores agrícolas possam ser beneficiados pelas descobertas científicas

em todas as áreas. Com isso, deverá haver melhorias na educação, na cultura, na arte, no lazer etc.

Estes elementos complementares à distribuição de terra e de créditos é que motivarão os trabalhadores em grande parte a retornarem e permanecerem na agricultura.

O caminho mais seguro para se resolver os problemas sociais do país é realizando a reforma agrária, implantando indústrias no campo, para que se possa integrar a mão-de-obra excedente na transformação da matéria-prima em produtos industrializados. (Mst, 1996, p. 22).

O êxodo rural sempre foi apontado como um dos grandes responsáveis pelo crescimento desorganizado dos grandes centros, pelo incremento das favelas, pelos índices crescentes de desemprego e pelo aumento da violência urbana. É neste contexto que a reforma agrária passa a ser, como diz o próprio Movimento, um problema de todos! Passa o Movimento a lutar não só pelos aspectos que diretamente ligam à questão do acesso e permanência na terra (reforma agrária, máquinas, financiamentos etc.), mas também para pontos gerais da cidadania, como educação, cultura, lazer, acesso aos avanços tecnológicos e científicos etc.

A associação com outros movimentos sociais não é limitada ao nível nacional, encontrando eco, também, na ordem internacional, transnacionalizando-se as ações, contatos, interesses e lutas. Essa transnacionalização é de extrema importância para a globalização de baixo para cima, principalmente porque transnacional também é a globalização hegemônica.

A luta agora é transnacional, porque transnacional também é o novo dono da terra e latifundiário. A luta agora, com a introdução do agronegócio, é também contra empresas transnacionais, que são proprietárias dos latifúndios.

Comparato nos leva à conclusão que o MST é um ator político, na medida em que consegue “influenciar a opinião pública e obrigar o Governo a adotar medidas que são de seu interesse” (Comparato, 2003, p. 24). Tanto é assim, que o Governo, ao ditar as políticas públicas referentes à reforma agrária, antes deve considerar a reação do Movimento. O sucesso do Movimento está no uso de táticas (ocupações coletivas) e associações com os vários segmentos da sociedade civil, local, nacional e global.

3. A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O MST

O Estado brasileiro reforça a exclusão vivenciada por setores sociais marginalizados. É um Estado fraco, seguindo o pensamento de Santos (2001a, p. 36), na medida em que não atende às necessidades essenciais de sua população, sendo mais voltado para atendimento/solução das necessidades/problemas dos membros da sociedade civil íntima^[49]. Desta forma, os movimentos sociais, como o MST, ocupam este espaço deixado pelo Estado, seja pela implementação de alternativas ao seu grupo social seja pela luta política, reivindicatória de garantia por parte do Governo.

Santos (2001b, p. 158) nos esclarece que o próprio Banco Mundial, em relatório divulgado em 1997, demonstra a preocupação

46 Tratou-se de uma revolta liderada pela nação indígena Tupinambá, associada a outras nações, no século XVI, contra os colonizadores portugueses e seus franceses, na região que hoje é São Paulo e Rio de Janeiro.

47 Os Potiguaras resistiram durante treze anos (1586 a 1599) às investidas dos colonizadores, sendo, ao final, basicamente exterminados por uma epidemia de varíola. Um ano antes do fim bacteriológico, os Potiguaras pediram acordo de paz, mas foram traídos pelos colonizadores. Os remanescentes vivem hoje em uma região de Pernambuco denominada Baía da Traição.

48 Garcia (2000, p. 54) afirma ter ocorrido o fenômeno de lumpenização, socorrendo-se de Bottomore, esclarecendo que, “em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa ‘desgovernada’, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários”.

49 Para saber mais acerca dos três tipos de sociedade civil apontados por Santos, bem como as esferas de fascismo social, vide Santos (2001a, 2002, 2003).

cupação com um Estado que seja fraco o bastante e incapaz de regular a economia, tarefa que a instituição entende caber ao Estado, para além do fomento à economia de mercado. Assim, o próprio projeto neoliberal necessita de um Estado forte, mas obviamente não interessam as questões relativas à transformação social, que foram despolitizadas, o que reforça os vários campos de miséria que os excluídos são destinatários.

No campo, a situação é ainda mais grave se pensarmos que em termos de técnicas cada vez mais aprimoradas, com a implantação das diretrizes do agronegócio, havendo cada vez mais necessidade de menos mão-de-obra, que é substituída pela intensa mecanização. Se cada vez mais se precisa menos de trabalhadores rurais e cada vez mais os grandes latifundiários expandem suas áreas, o que restará àqueles para além da prisão? Na medida em que são cada vez mais invisibilizados, cada vez mais tornam-se “sem-rostro”, contrapor à imposição das grades penitenciárias traduz-se numa necessidade de reconhecimento, interno e externo, de sua identidade e colocação no mundo.

Enquanto o MST atua por meio das ocupações, o Estado se lança contra o movimento utilizando-se do controle penal para deslegitimá-lo. É a deslegitimação pela criminalização, tendo este processo dois enfoques, um pelo sistema penal, na qual a conduta dos integrantes do MST, especialmente de seus líderes, são tipificadas criminalmente, e outro, que é a construção de uma opinião pública, que se dá pela Mídia, um dos elos da criminalização do Movimento, havendo, assim, uma interação entre o controle penal formal e informal.

A questão agrária, ao mesmo tempo em que é despolitizada, torna-se caso de polícia. Para que se justifique a guerra, necessário se faz alimentar a sensação de insegurança, cabendo aqui aos meios de comunicação este papel de mantenedor do medo, constituindo-se a mais poderosa agência de controle social informal (Andrade, 2003).

Elizabeth Rondelli (1997, p. 153) indica haver nos meios de comunicação construções de imagens sobre o Outro, tentando reproduzir imagens positivas e normalizadoras da ordem. Todo aquele que “sair do script”, é diferente, sendo, por consequência, demonizado, justificando todo ato de violência contra ele praticado. No dizer de Rondelli, “esse Outro é apresentado, pela Mídia, como uma imagem símbolo de uma diferença que se quer eliminar em prol de uma visão da ordem”. O diferente serve para demonstrar, a contrario sensu, os traços constitutivos de uma identidade social normatizada.

Mais uma vez, parafraseando Santos (2007), para quem está deste lado da linha ou se está de acordo com a lei ou contrária a ela e normalmente aqueles que estão daquele lado de lá, dificilmente são vistos pelos de cá como dentro da lei e ordem, para utilizar-me de uma expressão hegemônica e estigmatizante. Criminalizar a prática do MST, assim como outro movimento social, constitui nítida violação do direito de liberdade, de manifestação, de organização e, inclusive, de resistência.

Pertencentes os trabalhadores rurais à denominada sociedade civil incivil, no dizer de Santos (2009; 2003), temos por consequência a exclusão dos mesmos do contrato social. Nesta medida, a luta entre as linhas abissais se dá de forma intensa, posto que os sem-terra lutam por seus direitos enquanto cidadãos. Entretanto, hegemonicamente não são vistos como tal e o contato estatal acaba se fazendo pelo braço forte da repressão penal.

Sob o olhar dominante, passam de sem-terra a sem-nada, só lhes sendo atribuído o direito à submissão, ao silêncio e à cova rasa, único pedaço de terra que efetivamente lhes é garantido na luta pela vida. Entretanto, não é assim que os trabalhadores

rurais se sentem e se identificam. Seguem lutando e as armas que possuem são as mesmas que lhes enfrentam.

Ao fazer o uso político do espaço, os protagonistas sociais estão rompendo com uma ordem hegemônica calcada no direito da propriedade, no direito de ir e vir. Romper com essa ordem os transforma, segundo a lógica e o discurso hegemônico em desordeiros, baderneiros, criminosos. Daí emerge o discurso de criminalização dos movimentos sociais, pois colocam como horizonte outras ordens sócio-espaciais que põem em risco a existência da ordem hegemônica estabelecida.

4. A VIOLÊNCIA NO CAMPO

Tendo pesquisado a imagem do MST na mídia hegemônica e a auto-imagem nos meios próprios de comunicação, verificamos que apesar de demonstrada que são os trabalhadores quem mais a sofrem, recaem sobre eles próprios, majoritariamente.

A concentração de terra e a violência no campo, por conta da impunidade, em especial dos proprietários rurais, encontram-se na origem dos problemas fundiários no Brasil. De acordo com dados obtidos na CPMI da Terra, 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo INCRA. Do outro lado da linha, estão cerca de três milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Segundo dados da CPT, nos últimos vinte anos, foram 1.349 mortos nos conflitos agrários, sendo apenas 75 das 1.003 ocorrências que foram a julgamento, onde se observou 64 executores condenados e 44 absolvidos, sem falar nos mandantes dos homicídios, que só foram condenados 15 dos mesmos (Melo, 2006, pp. 25-26).

Podemos trazer como exemplo de reportagem a matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 15 de Julho de 1985, sob a rubrica “Fazendeiros Gaúchos estão se armando”, na qual se acentua que a violência sofrida pelo trabalhador perpassa por um discurso que também desqualifica o Movimento, responsabilizando-o pela violência que eles próprios suportam, na maioria dos casos:

Fazendeiros e latifundiários do Rio Grande do Sul, especialmente ao norte do Estado, estão se organizando e armando para revidar uma invasão em massa de suas terras, que teria início a partir de 20 de Agosto. Albrecht garantiu ter informações de que a partir daquela data, os sem terra vão invadir fazendas e grandes propriedades. (...)

Os agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, segundo Albrecht, “estão se organizando e preparando para invadir nossas propriedades”. (...)

Albrecht promete um belo espetáculo por parte dos fazendeiros a partir de 20 de Agosto, “com bala comendo solta no campo. Não nos responsabilizamos por vidas que forem ceifadas”, acrescenta (grifos nossos, Folha de São Paulo, 15 de Julho de 1985).

Fica claro aqui como os fazendeiros, diretamente ou por meio de seus capangas, agem com violência contra trabalhadores rurais. A suposta ocupação de terra já enseja a compra de armas e, sem medo nenhum, tendo em vista que o direito penal foi mesmo feito para se colocar os pobres atrás das grades, reinando a impunidade para os latifundiários, na maior parte dos casos, afirmando categoricamente que pessoas serão mortas.

Da mesma forma em que acenam para a violência que sofre os trabalhadores rurais, os meios hegemônicos apontam situações nas quais tendem a desqualificar a própria luta do Movimento, restando clara a intenção de desvirtuar o âmago da questão e demonstrar à população que, apesar de vítimas, os mesmos “merecem” a dor que sofrem.

Apesar de em 1996 ter ocorrido um brutal massacre dos trabalhadores rurais sem-terra, ainda assim, neste ano, foram os maiores números de matérias em que se verificavam, de algum modo, a desqualificação do ato ou da própria luta do Movimento.

O Brasil sofre de dois grandes males, conjugados entre si: a violência e a corrupção. E não raras vezes, estes dois problemas endêmicos levam a um terceiro: a impunidade. É um círculo vicioso, posto que o ilícito leva à violência ou à corrupção e esta gera impunidade, que perpetua a ilicitude e a própria violência. O Estado, para Max Weber (2003), é aquele que poderia praticar a violência legitimada no interior da sociedade, de modo exclusivo, por meio do direito penal. Deste modo, qualquer tipo de violência particular é ilegítima. Entretanto, atualmente não se verifica a violência (simbólica ou não) legitimada e aceita por todos somente por conta do Estado, posto que há várias instituições que possuem este papel de forma autorizada, por meio da impunidade. No caso da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, causada por fazendeiros e polícia, é caso gritante e, não raras vezes, impune.

A violência no campo, segundo Santos (1992, p. 141) “representa uma forma de exercício do poder local utilizada pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe”. Essa violência visa mesmo a eliminar o adversário, consciente de sua impunidade. É assim, que Santos (1992, p. 142) afirma que

O objetivo estratégico dessas ações violentas consiste não apenas em expulsar os camponeses posseiros de terras onde tem moradia habitual e trabalho regular, mas fundamentalmente em tentar solapar as possibilidades da organização social e política das populações rurais que protestam. Configura-se assim enquanto uma tecnologia de poder no campo, uma violência política de caráter seletivo, na qual os alvos são personagens capazes de protagonizar ou mediar ações coletivas, de cujas técnicas fazem parte as ameaças, as intimidações e mesmo as mortes anunciadas, ao nível local ou até pela imprensa. A quase absoluta impunidade dos executores e mandantes vem a revelar a violência como forma de dominação, com a convivência, senão participação, do aparelho policial civil e militar. Convivência que também se faz sentir no Poder Judiciário.

CONCLUSÃO

Conforme traz Adorno (1994, p. 102), “não há mais espaço para inocência. A nostalgia de uma cidade sem crimes perdeu-se no tempo”. E o que dizer do campo, com suas passagens bucólicas e largos espaços para emboscadas que só quem conhece a geografia local pode bem aproveitar. O campo sempre foi palco de enorme violência, como se pode verificar nas reportagens trazidas à baila sobre a clara e nítida violência dos fazendeiros contra os colonos, sem qualquer pudor e temor da lei. A forma encontrada pelo Governo para amenizar os ânimos no campo é com leis mais severas, em especial contra os trabalhadores rurais.

O MST e demais movimentos agrários brasileiros lutam contra as políticas agrárias que sempre acabam por favorecer e manter as estruturas fundiárias concentradas e dominantes. Alterar o status quo é a única maneira de efetivamente passar a haver paz no campo e não pseudo-paz que somente a alguns interessam, enquanto os trabalhadores sem-terra e demais grupos excluídos permanecem longe de ver ampliadas a sua condição de cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Sérgio. (1994). Violência, Controlo Social e Cidadania: Dilemas na Administração da Justiça Criminal no Brasil. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 41, 101-127.
- Comparato, Bruno Konder. (2003). *A Ação Política do MST*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- CPT, Comissão Pastoral Da Terra. (2010). *Acompanhamento dos conflitos no campo* (Publication no. [on line] http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21:acompanhamento-dos-conflitos-no-campo&catid=8:-conflitos-). [consultado em 26 de Maio de 2010]
- Fernandes, Bernardo Mançano. (1999). Contribuição ao estudo do Camponato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST (1979 –1999). São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Garcia, José Carlos. (2000). *De Sem-rosto a Cidadão*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. (2006). Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 139-169.
- Laureano, Delze Dos Santos. (2008). *O MST e a Constituição. Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular.
- Melo, João Alfredo Telles. (2006). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília, Editora Senado Federal.
- Mst. (1996). *A Reforma Agrária E A Sociedade Brasileira*. São Paulo, MST.
- Quijano, Anibal. (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina La Colonialidad del Saber - eurocentrismo y ciencias sociales -perspectivas latinoamericanas (Vol. Edgardo LANDER (compilador)). Buenos Aires, Clacso/Unesco.
- Rondelli, Elizabeth. (1997). Mídia e Violência: Ação Testemunhal, Práticas Discursivas, Sentidos Sociais e Alteridade. In *Comunicação & Política*, 4(3), 141-160.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2001a). Os processos de Globalização. In Boaventura De Sousa (Org.) Santos (Ed.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (3ª ed., Vol. 1). Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78, 3-46.
- Santos, Boaventura De Sousa. (2009). In *Sociologia Jurídica Crítica*. Madrid: Editorial Trotta.
- Santos, Boaventura De Sousa (Org.). (2003). *Poderá o direito ser emancipatório?* In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

- Santos, Boaventura Sousa. (2001b). Direito e Democracia: a reforma global da justiça. In Boaventura De Sousa; Pureza Santos, José Manuel & Ferreira, António Casimiro (Ed.), A teia global: movimentos sociais e instituições (Vol. 04, pp. 125-174). Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento.
- Santos, José Vicente Tavares. (1992). Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil. In Revista Crítica de Ciências Sociais, 34, 131- 147.
- Scolese, Eduardo. (2005). A reforma agrária. s.l., Editora publifolha.
- Silva Filho, José Carlos Moreira. (2007). A criminalização dos movimentos sociais. Comunicação apresentada às Jornadas de Estudos Criminológicos, Rio Grande do Sul.
- Weber, Max. (2003). Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Martin Claret.

PACIFICIDADE E NOVAS CONFLITUALIDADES: FUNDAMENTALIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA WEB 2.0 / 3.0

PEDRO DE ANDRADE

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

O que é a pacificidade, e como se inclui nas emergentes formas de conflitualidade? Numa situação mundial oscilante entre as democracias e os fundamentalismos, é central pensar sobre: (a) os mais recentes diferendos planetários actuais, como a ciberguerra transnacional; ou (b) os modos de participação cidadã ao nível global. O pano de fundo mais actual destes 2 processos antagonistas é forjado através de alguns dispositivos no seio da Web 2.0/Web 3.0, como a blogosfera, os wikis, as redes sociais, etc.

Palavras-chave: pacificidade; novas conflitualidades; fundamentalização das sociedades; participação cidadã; Web 2.0; Web 3.0.

ABSTRACT

What is pacificity, and how is it included in the emerging forms of conflictuality? In a world situation that oscillates between democracies and fundamentalisms, it is central to think about: (a) the latest planetary current disputes, such as transnational cyber warfare, or (b) the modes of citizen participation at the global level. The more actual backdrop to these two antagonists processes is forged through devices within 2.0/Web Web 3.0, as the blogosphere, wikis, social networks, etc.

Keywords: pacificity; new conflictualities; fundamentalization of societies; citizen participation ; Web 2.0; Web 3.0.

INTRODUÇÃO

Uma questão central perpassa inexoravelmente nas conversas e conversações actuais sobre a paz: como podemos falar dessa utopia, num mundo em que, após o final da Guerra Fria, se vislumbram infundáveis focos de conflitos locais, que adquiram frequentemente dimensões globais? Na nossa reflexão, colocaremos em confronto 2 conceitos indispensáveis para a interpretação da contemporaneidade, a partir do seguinte desassossego: o que é a **pacificidade**, e como se inclui nas emergentes e por vezes inéditas formas de **conflitualidade**?

Sabemos que os grandes debates inauguram-se nos grandes desafios. Se há resposta para a grande questão da pacificidade, ela passa, em grande parte, por a debater através da conflitualidade. Ou seja, a melhor maneira de dialogar sobre a paz é pensar sobre os mais recentes diferendos planetários actuais, em particular as figuras de dissensão ainda não completamente compreendidas, como a ciberguerra transnacional que circula nas redes de informação.

Igualmente, urge reflectir sobre os modos de participação cidadã que permitem um maior entendimento entre os povos e a crítica da própria situação mundial, que balança entre duas tendências: (a) a fundamentalização das sociedades, inclusive as sociedades democráticas; (b) e a democratização intercultural, de que um dos aspectos mais visíveis hoje é o desenvolvimento de uma opinião pública actuante em muitos países não-ocidentais, entre os quais alguns países árabes.

Em particular, alguns dispositivos da Web 2.0 (como a blogosfera, os wikis, as redes sociais digitais), ou os dispositivos

da Web 3.0 (como as redes sociais SemânticoLógicas), surgem como lugares privilegiados tanto do ciberterrorismo quanto de comunicação participativa entre os cidadãos comuns globais.

1. REDES SOCIAIS E SOCIOLOGIA SEMÂNTICOLÓGICA

A problemática anteriormente esboçada será apresentada a partir de um paradigma sociológico intimamente associado à Web 3.0, a **Sociologia SemânticoLógica**. Vamos clarificar alguns conceitos fulcrais para esta reflexão crítica.

Sabemos que a Web 2.0 é considerada a segunda idade da Internet, incrementada sobretudo a partir do ataque às Torres Gémeas de Nova Iorque em 2001. Com efeito, um tal acontecimento planetário motivou uma proliferação de blogues e outros instrumentos de permuta de informação na Internet por parte do utilizador comum. A Web 2.0 possui 3 traços principais: 1. O software de um site da Web 2.0 é de acesso público, adquirindo assim o estatuto de 'software social'. 2. O utilizador também constrói o conteúdo da informação, que se transforma num 'conteúdo social' em termos de escrita, e não só de leitura. 3. Assiste-se à globalização crescente das redes sociais digitais.

Quanto à Web 3.0 emergente, também nomeada 'Web Semântica', uma das suas características essenciais consiste na explicitação, nos seus sites, dos modelos e da estrutura dos significados, semântico e lógico, subjacentes aos conteúdos desses mesmos sites.

Assim sendo, na Web 3.0, tecem-se redes sociais SemânticoLógicas, que são redes sociais que articulam não apenas pessoas e conteúdos, mas igualmente as relações semânticas e lógicas respectivas. Ou seja, na Web Semântica, os utilizadores da internet, de uma forma sistemática, estabelecem e partilham relações de significado e lógicas entre os vários conteúdos de um site, ou entre os sentidos de vários sites, utilizando instrumentos de escrita e de interpretação como os comentários, tags, nuvens de tags, thesauri, redes interconceptuais, campos semânticos, mapas de vizinhanças semânticas, gráficos de órbitas de sentido, redes argumentativas, gráficos de estratégias retóricas, etc.

Desta feita, é necessário um paradigma sociológico específico para a interpretação da nossa singular realidade contemporânea, como a Sociologia SemânticoLógica. Trata-se de uma estratégia e estilo de investigação e de pedagogia em Sociologia (e, de um modo geral, nas Ciências Sociais) usando a partilha social de informação e do conhecimento inerente à Web 2.0. Mas, igualmente, esta perspectiva sociológica mobiliza a postura subjacente à Web 3.0., ou seja, a capacidade de produção de sentido e de estabelecimento de relações semânticas e lógicas entre os agentes sociais e entre os nós/redes de informação, ou entre os agentes e os nós/redes. Em suma, nós os actores sociais estamos definitivamente ligados aos nós das redes sociais digitais, interpessoais e semânticoLógicas.

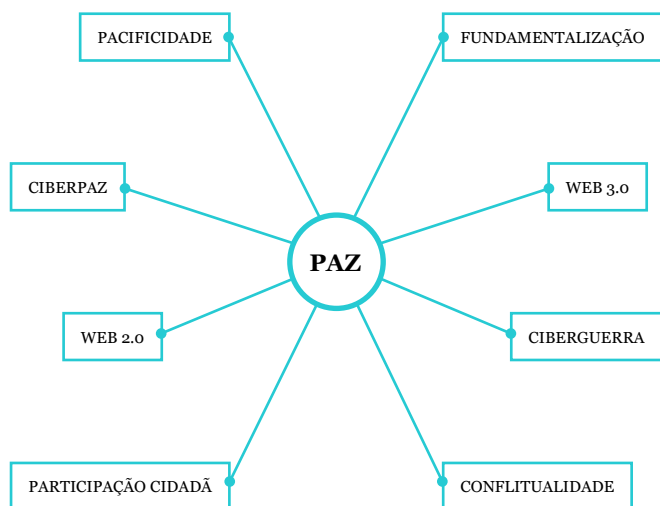


FIGURA 1. REDE SOCIAL SEMÂNTICO-LÓGICA DO PROCESSO 'PAZ'

A seguir, iremos apresentar um modelo de interpretação do processo da paz, baseado no paradigma da **Sociologia Semântico-Lógica**. A Fig. 1 ilustra a rede social Semântico-Lógica subjacente ao site semântico 'Paz e pacificidade', possível de consultar na seguinte morada: <http://homepage.mac/pandrade4/SocialSciences/Redes/ Paz>.

Nesta rede, são visíveis os principais conceitos associados, na presente análise, à ideia 'Paz', cada um deles correspondendo a uma página do site 'Paz e pacificidade'. Os 8 conceitos apresentam 4 relações de oposição entre eles, cada dicotomia articulando 2 conceitos. Por exemplo, 'pacificidade' opõe-se a 'conflitualidade', 'fundamentação' contrasta com 'participação', etc.. No site, cada página inclui um conceito e o texto a ele associado. Assim sendo, trata-se de um 'site semântico', porque explicita a sua estrutura de significados conceptuais. E é um 'site lógico', na medida em que as suas páginas mantêm entre si relações lógicas, neste caso as dicotomias entre

2 conceitos ou entre 2 páginas do site. Nas secções seguintes, iremos especificar tais dicotomias, uma em cada sub-capítulo.

2. PACIFICIDADE E CONFLITUALIDADE

Este tema e a problemática subjacente colocam um problema filosófico complexo, na medida em que se pretende discutir uma coisa que parece não querer existir no nosso mundo globalizado, a paz. Para tal, precisemos alguns conceitos sociológicos sobre este assunto.

A pacificidade define-se como a natureza do processo de estabelecimento de relações pacíficas e de compreensão mútua entre os povos. Quando pensamos em pacificidade, não se trata apenas do desenvolvimento de acções para a paz, o que se reduziria a uma postura de pacificação, seja ela a pacificação de uma cidade, de uma região, de um País ou do inteiro planeta. No entanto, após qualquer pacificação, de longa ou de pequena duração, seria ingénuo supor que, devido a esse resultado, político, diplomático ou bélico, os conflitos estariam para sempre erradicados de uma dada conjuntura sócio-histórica. Assim sendo, é necessário pensarmos a possibilidade de novos conflitos se desencadearem, precisamente quando uma conjuntura política aprarenta encontrar-se estabilizada. Os Romanos diziam que, para ter paz, é necessário primeiro fazer a guerra.

No nosso caso, para estudar a paz, é preciso relacionar a paz com a guerra, através não apenas da interpretação destes processos sócio-políticos, mas igualmente pela hermenêutica da natureza de ambos estes fenómenos inseparáveis. E quando falamos da natureza da paz, introduzimo-nos no centro da ideia de pacificidade, e não apenas da pacificação.

Da mesma forma, a noção de 'conflito' não se entende unicamente na mera 'acção conflituosa' ou somente no processo da 'conflitualização', isto é, o processo de gerar e gerir conflitos sociais ou políticos. Para além disso, é necessário entender a conflitualidade, ou seja, a natureza profunda do fenómeno da conflitualização.

Uma tal dicotomia mas também binómio estabelecidos entre 'pacificidade' e 'conflitualidade', adquire novas roupagens na actual contemporaneidade, onde a internet surge como um dos mais poderosos factores da própria globalização. Vamos então desenvolver este aspecto da guerra e paz no ciberespaço e no cibertempo, começando com a questão dos conflitos/consensos globais.

3. FUNDAMENTALIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Em 1995, no quadro da primeira revista cultural Luso-Francesa, a revista *Atalaia/intermendos*, que dirigi com um colega Francês, Avner Camus Perez, colocámos a seguinte questão numa entrevista ao sociólogo Alain Touraine: Acha que as sociedades democráticas enfermam de um **fundamentalismo democrático**, na medida em que muitas vezes agredem profundamente os direitos humanos? Embora uma tal formulação pareça uma contradição nos termos, não nos podemos esquecer que o conceito 'fundamentalismo' surgiu no seio de algumas correntes protestantes do século XIX, referindo-se a uma fundamentalização da religião cristã e não do islamismo. No momento da entrevista, Touraine respondeu que é possível ocorrer o fenómeno que formulámos, mas que é necessário distinguir entre, de um lado, o fundamentalismo, que se refere

à religião e, de outro lado, o integrismo, que recebe uma conotação mais política (Andrade, 1995).

Pude desenvolver esta questão num ensaio publicado em 1999 (Andrade, 1999a), dois anos antes do ataque às torres Gémeas de New York, no livro *Public Participation and Information Technologies*, editado em inglês e distribuído igualmente nos Estados Unidos, no MIT e noutras instituições, etc.. Este estudo intitula-se “The two societies: dialogic contacts and tension between democracies and fundamentalisms”. A reflexão foi retomada numa comunicação apresentada no Congresso Português de Sociologia em 2000.

Nela, empreendi a crítica do embate e do debate entre os dois paradigmas de sociedade actualmente protagonistas, as democracias e os fundamentalismos. Para tal, foram sugeridos alguns conceitos que traduzem esta nova realidade, como a ‘hegemonia exclusiva’ e a ‘hegemonia partilhada’ que se estabelecem na arena das relações internacionais globais entre as democracias e os regimes menos ou mais fundamentalistas. A hegemonia exclusiva significa a preponderância geoestratégica exercida em termos de dominação única por parte de um Estado, no quadro da cena planetária. A hegemonia partilhada consiste na alocação diferencial da dominação perpetrada a nível global por parte de diversos Estados, e que se mostra proporcional ao poder que cada Estado mantém no mundo, numa dada conjuntura.

Por outro lado, passam-se estratégias mais específicas no seio de cada um desses modelos de sociedade: a tradução social é o processo de passagem ou ‘exportação’ de regras sociais de uma esfera social (económica, política, cultural, etc.) para outra ou outras esferas. Por exemplo, nas sociedades democráticas, os mass media ou outras indústrias culturais podem influenciar sobremaneira a conduta política. Por seu turno, a clonagem social, processo mais intenso do que o anterior, traduz a reprodução, no todo ou em parte, de regras sociais de uma para outra ou outras das esferas económicas, políticas e culturais. Uma ilustração é a influência que, nos países dominados pelo fundamentalismo islâmico, o radicalismo religioso transmite para a vida política, cultural e social em geral.

A partir destes e de outros conceitos, talvez seja mais fácil entender porque assistimos hoje a uma certa fundamentalização do Ocidente e a alguma democratização em Países não-ocidentais. Este último processo corresponde à instauração dos direitos humanos e de liberdades políticas e outras, no exterior do Ocidente, através de uma opinião pública emergente e de movimentos sociais, ou ainda por outros meios.

Por outras palavras, a participação cidadã não é exclusiva das sociedades democráticas ocidentais. Esta intervenção entende-se como uma colaboração entre cidadãos, muitas vezes em termos de democratização política mas também de abertura e partilha cultural, inovação do conhecimento, etc. Por exemplo, na reflexão empreendida em 1999 sobre os 2 paradigmas societários actuais, as democracias e os fundamentalismos, também analisámos algumas possibilidades de surgimento e desenvolvimento de uma opinião pública no seio de sociedades fundamentalistas, no contexto da comunicação global e da permuta de opinião pública no sistema-mundo. Treze anos depois desse ensaio, as recentes revoluções no mundo árabe parecem confirmar / demonstrar estas hipóteses e transformá-las em teses.

Para além disso, existem novas formas da opinião pública que se relacionam com a sociedade da informação. Esta articulação foi aplicada ao caso de Timor, num artigo intitulado *Timor? Não, Timor*, e escrito em 1999, onde se relata a importância do apoio e solidariedade prestado por infonautas

Portugueses à luta de emancipação de Timor-Leste (Andrade, 1999b).

No entanto, este embate e debate entre democracias e fundamentalismos possuem uma genealogia própria. Assim sendo, torna-se necessário construir uma Sociologia da Intolerância, que estude, em pormenor, estas relações de intolerância, marginalização e exclusão, no tecido societal das nossas sociedades contemporâneas. Para tal, pode ser útil utilizar o conceito ‘intermodernidade’, que significa a estratégia contemporânea que articula a modernidade e a pós-modernidade (Andrade, 1997). Também é possível edificar uma Sociologia Histórica da Intolerância, que se debruça sobre os momentos históricos de expressão dessa atitude. Por exemplo, no século XVI, diversos agentes sociais menos ou mais marginais, estudados em 1998, retratam a rede de relações de legitimação e de exclusão que perpassava na sociedade Portuguesa de então (Andrade, 1998).

4. CIBERGUERRA E CIBERPAZ

Transitemos em seguida para um dos efeitos sociais desta intolerância, as guerras entre ideologias religiosas, que hoje auto-metamorfosearam tanto as suas premissas quanto os seus métodos. Um deles é a **ciberguerra**, ou seja, um processo conflituoso de natureza política, revolucionária, militar, cultural ou outra, empreendida por meios digitais na Internet. Por exemplo, Gabriel Weimann debruça-se em particular sobre este fenómeno. No seu livro *Terror on the Internet: The New Arena, the New Challenges*, publicado pelo *The United States Institute of Peace* em 2006, recorda que o terrorismo empreende as suas guerras tanto no terreno da vida real, quanto no ciberespaço. Nesta nova arena de conflitualidade, embora os políticos e os media tenham debatido prolificamente a acção de terroristas na Internet, muito pouco é conhecido sobre o uso concreto da internet por parte desses agentes sócio-políticos.

No entanto, as organizações terroristas e os seus simpatizantes mantêm centenas de sites no ciberespaço, aproveitando a natureza desregulamentada, anónima e acessível do medium ‘Internet’, por forma a enviar um conjunto de mensagens a segmentos de públicos diversos. Baseando-se numa pesquisa levada a cabo durante 7 anos na World Wide Web, o autor analisa as estratégias e táticas por meio das quais as organizações terroristas actuais exploram a rede para levantar fundos, recrutar membros, planejar e lançar ataques, e divulgar os resultados das suas acções. Weimann fundamenta a sua argumentação em numerosos exemplos retirados de sites terroristas.

Este autor coloca também a questão da perda de direitos civis na actual guerra contra o ciberterrorismo, através das medidas contra-terroristas por parte dos diversos Estados-nação. A meu ver, estes procedimentos podem instituir uma fundamentalização do tecido social das próprias democracias, como referi atrás, e, se bem que pretendendo obter uma espécie de ‘ciberpaz’, em certas circunstâncias talvez constituam um obstáculo para a paz social, no interior das próprias democracias ou no seu exterior. A ciberpaz seria a paz conseguida por acções desenvolvidas, em parte, através de meios digitais em linha.

5. WEB 2.0 E WEB 3.0

Vejamos agora como é possível a **participação** pelos cidadãos no ciberespaço e no ciber tempo, em particular no interior da Web 2.0 e da Web 3.0, em vista à defesa da paz. Esta demanda da paz passará, em grande parte, pela **democratização intercultural** que se baseará, por sua vez, na permuta de experiências sócio-económicas, políticas e culturais entre o Ocidente e os Países não-Ocidentais, especialmente aqueles onde regimes fundamentalistas se encontram estabelecidos ou em ascensão.

Para um tal desiderato de participação alargada, a colaboração através de meios informáticos tem sido defendida ou empreendida tanto por parte de instituições governamentais quanto, de uma forma algo mais descentralizada, entre outras entidades, pelas seguintes: ONGs; centros de investigação, universitários ou não, sobre relações internacionais; cidadãos comuns em rede, etc.

Por exemplo, o Pentágono elaborou, entre múltiplos outros documentos sobre esta matéria, um relatório em que expõe o que entende por Operações para a Paz (ou Peace Operations), que incluem as etapas seguintes: Fazer a Paz (Peace Making), Construir a Paz (Peace Building), e Apoio à Paz (Peace Support). Embora os sistemas de partilha de informações possam existir dentro de organizações e empresas, até à data não existe um regime de informação interoperável que possa vincular todos os membros de uma rede que participem na prestação de ajuda mútua durante uma emergência. Neste relatório, sublinha-se a necessidade de partilha efectiva de informação entre as organizações civis e militares. Para tal, têm sido desenvolvidos diversos softwares, incluindo uma arquitectura comum, que funcionam como uma plataforma de colaboração. Nestes sistemas, são tomadas em conta as diferenças de exigências linguísticas e as expectativas locais que reflectem as dissimelhanças culturais em jogo (Spivey, 2002). Afinal, o multiculturalismo, a interculturalidade e a pesquisa sobre as culturas mundiais não parecem consistir numa preocupação exclusivamente de antropólogos e sociólogos.

Para além disso, um estudo de Frederick Risinger, publicado pelo Conselho Nacional de Estudos Sociais em 2003, reflecte sobre a necessidade de uma pedagogia sobre a guerra e a paz através da Internet. Quanto às técnicas de vigilância usadas na rede, ver: Last; Kandel, 2010 e Gal et al, 2008.

Rebecca Linder e outros autores (2006), co-directores do CSIS Post-Conflict Reconstruction Project, defendem que os indivíduos e as organizações devem ser capazes de se conectar, partilhar informações e coordenar a sua acção conjunta na internet para o objectivo da paz. Várias áreas profissionais, como a comunicação social, encontram-se organizadas em redes. No entanto, outros actores sociais, como as comunidades, as organizações de ajuda humanitária e as associações para o desenvolvimento, apresentam um défice considerável em termos de conectividade, através de redes sociais digitais como os blogs, os wikis, etc..

Para Linder, a meta de conectividade é permitir, às populações locais, prevenir e mitigar os conflitos. Existem hoje novas formas de aproveitar todos os recursos disponíveis para garantir o intercâmbio de informação eficaz entre actores locais e internacionais, desde o cidadão aos especialistas tradicionais de pós-conflito. Considerando que existem diversos tipos de actores e uma grande dispersão da informação e do conhecimento local nas situações propensas a diferendos, esses processos devem ser em grande parte descentralizados, dirigidos pela comunidade e envolvendo a participação dos cidadãos. Uma tal postura é inversa e mesmo contrária a alguns modelos

tradicionais de participação em que certos agentes têm interesse em manter o status quo - seja na forma de uma hierarquia rígida, de uma política de informação única, ou de uma população marginalizada local.

Uma tal conectividade em redes sociais digitais, constitui, como vimos atrás, uma das características da chamada Web 2.0, para além da maior participação do utilizador da rede, não só em termos de leitura de conteúdos, mas também quanto à sua escrita.

Desta feita, no que respeita a participação e a colaboração colectiva por iniciativa dos cidadãos, encontramos-nos no âmago da Web 2.0. De facto, existem numerosos sites, blogues, wikis e outros meios das redes sociais digitais, criados por pessoas comuns ou por especialistas individuais, que desenvolvem acções, comentários, críticas e recomendações sobre as questões da actualidade que mais se relacionam com a problemática da guerra e da paz. Não tendo espaço neste texto para analisar em pormenor as suas propostas, e sem querer privilegiar nenhuma dessas iniciativas, algumas pesquisas no Google, obviamente a filtrar, demonstram a amplitude do fenómeno: por ex., a partir dos termos 'blog peace' (cerca de 222.000.000 resultados) 'wiki peace' (30.300.000), 'blog paz' (72.500.000), 'wiki paz' (8.970.000), etc. Alguns destes blogues e wikis, e outras redes sociais sobre a Paz, inserem-se igualmente na Web 3.0, na medida em que explicitam, menos ou mais clara ou conscientemente, o seu modelo semântico e lógico.

Numa perspectiva de reflexão mais abrangente, considere-se, por agora, apenas isto: o mais interessante nestas contribuições reside no facto de que as redes sociais podem construir uma opinião pública de novo tipo. Senão vejamos.

A opinião pública não se entende apenas na esfera política, mas em todas as esferas do social, articuladas entre si. A opinião pública refere-se à vida do cidadão na polis (cidade), nos vários aspectos da sua vida quotidiana. Assim sendo, existe uma opinião pública que incide sobre aspectos económicos, ecológicos, culturais, científicos, religiosos, massmediáticos, etc., sem que uma destas esferas possa arrogar-se a legitimidade de produzir um paradigma de discurso, ideologia ou pensamento únicos, irrefutáveis ou eternos. No entanto, tais figuras da opinião díspares encontram-se em relação constante entre si, por ex. com a esfera política ou, o que não é a mesma coisa, com os vários modos de poder intervenientes no tecido social, como Foucault sublinha. Por exemplo, as comunidades científicas formulam estilos de opinião específicos, nos espaços públicos, semi-públicos ou privados que frequentam. De facto, estes territórios institucionais possuem características próprias, como a onnipresença de meios tecnológicos, que influi determinantemente nas estratégias e no momento de gerar e gerir a opinião (Andrade, 1996).

Para além disso, a opinião encontra-se intimamente associada à cidadania, que também não se restringe à cidadania política. Uma ilustração: a cidadania cultural entende-se como o envolvimento e modos de expressão (opinião, atitudes, comportamentos, crítica, etc.) por parte dos cidadãos, relativamente às seguintes questões: políticas culturais, património, movimentos culturais, minorias culturais, interculturalidade, eventos artísticos, artes privada e pública (Andrade, 2010), etc. Da mesma forma, a opinião hibridiza-se com as lutas pelos direitos humanos, e igualmente com os direitos culturais, que são os direitos humanos relativos à esfera cultural, em articulação com os direitos exercidos no seio de actividades em outras esferas societárias. (Andrade, 2011).

Da mesma maneira, a opinião encerra naturezas distintas se é formulada e praticada em várias espacialidades sociais da vida planetária. Por exemplo, no seio das democracias euro-

peias e americanas, e desde o advento dos Estados-Nação no século XVII e XIX do século passado, desenvolveu-se uma opinião pública nacional. Trata-se de um conjunto de percepções, impressões, julgamentos e opções, expresso no quadro das instituições e no espaço público de cidadania relativo a um dado País. A conceptualização do espaço público democrático foi empreendida por Habermas, entre outros autores. No entanto, antes disso, e ainda hoje pujante a nível das localidades sócio-geográficas, existiu e permanece uma opinião pública local, ou seja, o conjunto de apreciações sobre a vida colectiva manifestado ao nível de uma autarquia local, de um bairro de uma cidade ou de uma vila, ou de uma aldeia. E, finalmente, hoje em dia, mas já desde o início da globalização fundada pelos Portugueses segundo Immanuel Walerstein, lidamos, cada vez mais, com uma opinião pública global, isto é, um modo de exercer juízos e reflexões a nível planetário (Andrade, 1996, 1999b, 2001).

CONCLUSÃO: REDES SOCIAIS E SOCIOLOGIA SEMÂNTICOLÓGICA, DOIS INSTRUMENTOS PARA A PAZ.

Em suma, é possível desenvolver estratégias plurais para a paz. Por um lado, nas redes sociais digitais da Web 2.0, os utilizadores do ciberespaço constroem relações intersubjectivas, opiniões públicas, modos de cidadania política e cultural, etc, que articulam as dimensões global, nacional e local, a partir da leitura e da escrita de mensagens e de discussões sobre a actualidade. Contudo, mais recentemente, os infonautas da Web 3.0, ao mover-se igualmente no seio de redes sociais digitais de novo tipo, as **redes sociais SemânticoLógicas**, tecem relações interconceptuais a partir da leitura e da escrita de noções e ideias que, para além de descreverem a realidade, a interpretam e explicam. Desta feita, a acção neste mundo social e a compreensão profunda deste planeta sócio-político, poderão servir para edificar propostas de paz não apenas a partir de conversas menos ou mais diluídas, mas de conversações fundadas e fundidas em diálogos com pleno conhecimento dos problemas da contemporaneidade e da sua interculturalidade.

Em consonância com esta atitude de dialogismo global, e para entender uma tal produção de conteúdos e de conceitos por parte do cidadão comum, a Sociologia SemânticoLógica visa desvelar os sentidos derradeiros do universo de práticas e de conhecimento em que vivemos, através da explicitação dos significados semânticos e lógicos que sedimentam as sociedades e culturas, dissemelhantes mas complementares, que por enquanto sobrevivem no seio da actual crise planetária.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Pedro (2011). Espaço Público e Direitos Culturais. In: Martins, Rosana, Pena, Ronaldo; Pedroso, Maria G. (Eds.). Espaço Público & Direitos Humanos: Novos Desafios. S.Paulo, Simmer & Amorim (no prelo).
- Idem (2010). Introdução e Capítulo Arte pública: questões antigas, respostas novas? In: Andrade, Pedro, Marques, Carlos e Barros, José. (Eds.). Arte pública e cidadania: novas leituras na cidade criativa. Lisboa, Caleidoscópio. pp. 13-30, 44-67.
- Idem (2001) Literacia científico-tecnológica e opinião pública no quadro do Movimento Museabilidade. In: Moraes, Cidival et al (Eds.). Comunicação Pública da Ciência. Taubapé (Brasil), Cabral Ed. Universitária. pp. 95-112.
- Idem (1999a) The two societies: dialogic contacts and tension between democracies and fundamentalisms. In Abreu, Pedro Ferraz de e Melo, João Joana de (Eds.). Public Participation and Information Technologies. Lisboa, CITIDEP. pp. 527-545.
- Idem (1999b). Temor? Não, Timor: as novas tecnologias da opinião pública. In Atalaia/Intermundos, no 4, pp. 63-77.
- Idem (1998). Sociologia Histórica da Intolerância: contextos e agentes marginais no passado Português. In Nova Renascença, vol. 18, no 69/71, pp.281-304.
- Idem (1997). Sociologia da intolerância: ou como transformar a sociedade no terceiro milénio. In Atalaia/Intermundos, no 3, pp. 9-20.
- Idem (1996). A opinião pública local das comunidades científicas face às novas tecnologias do conhecimento global. In: Gonçalves, Maria Eduarda (Ed.). Ciência e Democracia. Lisboa, Editora Bertrand. pp. 331-359.
- Idem (1995). Editorial Português. In Atalaia/Intermundos, no 1/2, pp. 73-93.
- Gal, Cecilia; Kantor, Paul; Shapira, Bracha. (2008). Security Informatics and Terrorism: Patrolling the Web: Social and Technical Problems of Detecting and Controlling Terrorists' Use of the World Wide Web. IOS Press.
- Last, M.; Kandel, A. (2010). Web Intelligence and Security: Advances in Data and Text Mining Techniques for Detecting and Preventing Terrorist Activities on the Web. IOS Press.
- Linder, Rebecca; Barton, Frederick; Von Hippel, Karin. (2006). Wikis, Webs, and Networks: Creating Connections for Conflict-Prone Settings. Center for Strategic & International Studies.
- Risinger, Frederick. (2003). Teaching about war and peace with the Internet. National Council for the Social Studies.
- Spivey, Madalyn (2002). Web-Based Collaboration Technology and Requirements for Peace Operations. Storming Media.
- Weimann, Gabriel (2006). Terror on the Internet: The New Arena, the New Challenges. The United States Institute of Peace.

POLÍTICA E PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISABEL COSTA LEITE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

Tal como foi objectivo da organização do Congresso Internacional “Construir a Paz”, o painel de Política e Paz nas Relações Internacionais pretendeu contribuir para a reflexão sobre os diferentes contextos de conflito e paz que hoje se cruzam no mapa internacional. Dependentes de centros de decisão, nacionais e internacionais, cujos mecanismos de acção se articulam entre conflitos de poder - político/económico - e sua resolução pacífica, estes contextos encontram-se associados a fenómenos que não conhecem fronteiras: globalização, terrorismo, direitos humanos, autonomias, emergência de novos actores e outros processos políticos.

Nesse sentido, os contributos dos participantes no painel Política e Paz nas Relações Internacionais, provenientes das diferentes áreas da investigação, do estudo académico e, mesmo, da intervenção profissional e técnica, mostraram-se de grande interesse na dinâmica que envolveu o debate sobre as questões que, cada vez mais, surgem e circulam no ambiente internacional, ameaçando a Paz nacional e global.

No âmbito das intervenções, e começando por incidir sobre o Direito à Paz, como direito fundamental, seguiu-se uma análise

sobre o papel do peacekeeping e do peacebuilding no âmbito da intervenção das Nações Unidas. Num segundo momento, debateram-se questões relacionadas com as ameaças a que estão sujeitos os Estados e os cidadãos, nomeadamente o fundamentalismo religioso, o terrorismo, o ciberespaço, o que alerta para a necessidade de novas formas de resposta por parte do poder político nacional e internacional. A Paz como objectivo da ordem internacional foi, numa perspectiva de construção, igualmente objecto de debate através do papel da cooperação internacional, em que se assumem prioridades como o respeito pelas identidades nacionais e a intervenção em situações de crise humanitária; por outro lado, a perspectiva da Paz como ilusão foi focada dado os interesses nacionais que tendem a prevalecer sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. O painel terminou com a apresentação de casos em que se aplicaram instrumentos de resolução de conflitos: negociação, mediação nacional e internacional, integração política, tendo estes contribuído para a construção da Paz, tanto no contexto nacional como regional/ internacional.

O DIREITO À PAZ NO CONTEXTO DOS DIREITOS DO HOMEM

O TEXTO DESTA COMUNICAÇÃO/ARTIGO BASEIA-SE FUNDAMENTALMENTE NO CONTEÚDO DO LIVRO DO AUTOR INTITULADO CONFLITOS E PAZ MUNDIAL: A IMPORTÂNCIA DA ONU, LISBOA, QUID? JÚRIS, 2011.

ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA ULP
DIRECTOR DO CURSO DE DOUTORAMENTO
EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RESUMO

O presente estudo tem por objectivo responder às seguintes questões: será a paz um direito fundamental do homem? E de que modo o direito à paz se integra no contexto dos direitos do homem e das liberdades fundamentais? Para o efeito, estruturamos o texto de desenvolvimento deste trabalho da seguinte forma: princípios e valores que fundamentam e consubstanciam os direitos do homem; o direito à paz; e conexões dos direitos do homem com o direito à paz. E concluímos que, desde 15 de Dezembro de 1978, data da adopção pela Assembleia Geral da ONU da Declaração sobre a preparação das sociedades para a vida e para a paz, é reconhecido o direito à paz como um direito colectivo e individual que diz respeito a todas as pessoas e a todos os povos, direito este que se tem sobreposto, muitas vezes, ao direito à autodeterminação dos povos e ao direito à não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Palavras Chave: Direito; Paz; Igualdade e Universalidade.

INTRODUÇÃO

A palavra «paz» é utilizada com diferentes conotações e significados. Ora respeita a *situações* – ausência de guerra entre os Estados e de conflito entre as pessoas e inexistência de perturbação da ordem pública – falando-se em paz militar, paz pública e relações pacíficas; ora se refere aos *efeitos de processos de acção* – acordos de cessação de hostilidades – falando-se de paz armada, que significa trégua, cessar-fogo, armistício; ora concerne a *estados de espírito e mentais* e a *estados da natureza*, falando-se em paz de espírito, paz interior, paz bucolica, que equivale a despreocupação, tranquilidade, calma.

Se a palavra «paz» significa calma, tranquilidade, despreocupação, ausência de perturbação da ordem pública e da normalidade institucional, de guerra e de conflito, então como defini-la? Como formalizar um conceito de paz que compreenda todas as variáveis correspondentes às suas conotações?

Na óptica de C. Wright Mills «a paz é uma palavra tão modularmente “boa” que se impõe ter cuidado com ela. Desde tempos recuadíssimos tem significado para os homens mais diversos as mais diversas coisas. De outro modo não se poderiam pôr tão geralmente de acordo sobre a paz» (cit. in: Mitscherlich, 1971, 113). E daí que a expressão «paz mundial» faça parte do rosário de orações dos comunicados políticos, sendo escrita e pronunciada vezes sem conte, sem que os políticos osem especificar a sua ideia de paz mundial, com receio de poderem ser apodados de utopistas ou, então, de cínicos. No

entanto, as Instituições laureadas com o Prémio Nobel da Paz, que participaram numa Mesa Redonda em 1978, adoptaram uma Declaração que começa com a seguinte definição: «A paz é um conjunto dinâmico de relações de coexistência e de cooperação entre nações e no seio das nações, caracterizado não somente pela ausência de conflitos armados, mas também pelo respeito dos valores humanos enunciados na Declaração dos Direitos do Homem e pela preocupação de assegurar a cada um o máximo de bem-estar» (Tschudi, 1980, 49).

Esta definição de paz evoca a necessidade de existirem relações de cooperação entre as pessoas, entre os povos e entre as instituições, assentes no respeito pelos princípios e valores que fundamentam os direitos humanos, a fim de garantir a todos o bem-estar económico, social e cultural, condição indispensável para que haja verdadeira paz mundial. Todavia, a paz de todos é o corolário da paz de cada um, e a paz mundial pressupõe a existência de um estado global de despreocupação, de calma, de tranquilidade mental, moral e espiritual, e de uma situação de ausência de conflitualidade nas relações entre as pessoas, entre os povos e entre as instituições que os integram e representam (os Estados). Assim sendo, parece-nos que o conceito de paz se pode definir como «um estado de tranquilidade mental, moral ou espiritual, inerente a uma situação de ausência de perturbação da ordem pública e de conflitualidade nas relações inter-pessoais, interinstitucionais e internacionais».

A paz não é apenas a ausência de conflitos armados, é também um estado de tranquilidade mental, moral e espiritual decorrente da não perturbação da ordem pública pré-estabelecida. Por conseguinte, para que haja paz, não basta a inexistência de guerras, de conflitos, de diferendos entre as pessoas, entre os povos e entre as instituições; é também necessário que haja respeito pelos princípios e pelos valores éticos e morais que fundamentam os direitos humanos e sobre os quais assentam (devem assentar) nas relações pacíficas interpessoais, internacionais e intranacionais. Logo, não será possível viver em paz se os princípios e os valores forem ignorados e os direitos e liberdades fundamentais forem desrespeitados.

Nesta óptica, poder-se-á perguntar:

- Terá o ser humano direito a viver em tranquilidade sem ser perturbado pelo comportamento dos seus semelhantes?
- Haverá um direito à paz como há um direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação e ao desenvolvimento cultural harmonioso?
- Será o direito à paz um direito individual, ou é um direito colectivo?
- Enquadrar-se-á o direito à paz no conjunto dos direitos do homem?
- Em que geração dos direitos do homem se integra o direito à paz?
- Quais os princípios e os valores éticos e morais que fundamentam os direitos do homem e consubstanciam os alicerces da paz?

Com vista a tentar responder a estas interrogações, estruturamos a elaboração do texto de desenvolvimento da análise da temática do direito à paz no contexto dos direitos do homem do seguinte modo: princípios e valores que fundamentam e consubstanciam os direitos do homem; o direito à paz; e conexões dos direitos do homem com o direito à paz; seguindo-se-lhes uma síntese da reflexão feita ao longo do texto de desenvolvimento.

1. PRINCÍPIOS E VALORES QUE FUNDAMENTAM E CONSUBSTANCIAM OS DIREITOS DO HOMEM

Os direitos pessoais, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, que estão consagrados nas Constituições da maior parte dos Estados e em diversas cartas, convenções, declarações, pactos e protocolos internacionais, consubstanciam o resultado da luta do homem pela dignidade, pela liberdade e pela igualdade de todos os seres humanos independentemente da raça, da cor e da religião de cada um. Fundamentam-se nas teorias do jusnaturalismo e do transnacionalismo e, também, nas teorias da instituição, do Estado de direito e do Estado do bem-estar social. Assentam, por conseguinte, nos princípios e nos valores da dignidade, da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da responsabilidade, da autoridade e da universalidade.

O princípio da dignidade considera que o homem é um ser que não mais se repete, dado que cada um tem a sua personalidade própria, inconfundível com a do seu semelhante, e consubstancia a ideia de que todo o ser humano deve ser tratado condignamente, respeitando-se a sua integridade física e mental; ideia essa que sustenta o reconhecimento dos direitos pessoais inerentes à natureza do próprio homem, tais como: o direito à vida, o direito à integridade física e mental, o direito ao tratamento condigno (proibindo-se a pena de morte, a tortura, os maus tratos, a escravidão, o trabalho forçado e/ou obrigatório e o tráfico de seres humanos).

A dignidade humana é, portanto, um valor particular relativo a todo o homem como homem, isto é, como ser racional e livre, como pessoa. E o princípio da dignidade comporta um valor ético, que exige o respeito da pessoa humana como ser único, individual, mas também parte integrante da humanidade.

O princípio da liberdade deriva da ideia de que cada um pode fazer o que a sua consciência determina sem interferir com a liberdade dos outros. Baseia-se num conceito de liberdade que é simultaneamente plural e extremamente relativizado. É um conceito plural, porque se refere a diversas liberdades concretas, as liberdades fundamentais inerentes ao ser humano. E é um conceito extremamente relativizado, porque a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade dos outros. A este respeito, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, integrada na Constituição Francesa de 1791, dispõe, no seu Art.º 4º, que «a liberdade consiste em fazer tudo o que não seja prejudicial a outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem só tem por limites os que garantam aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos». Por conseguinte, a liberdade de cada um é relativizada pela liberdade de todos, e é condicionada pela organização política da sociedade a que se pertence, pelas normas de conduta estabelecidas e em vigor e pelas pressões sociais decorrentes das tradições, dos costumes e dos padrões culturais predominantes na comunidade onde se vive.

É sobejamente conhecida a frase: «todos os homens nascem livres e iguais». Frase que enuncia o princípio das liberdades individuais: liberdade de pensamento, de opinião, de expressão e de informação; liberdade de consciência, de crença e de religião; liberdade de circulação, de estabelecimento e de escolha do local onde se deseja viver; liberdade de reunião e de associação; liberdade para casar e constituir família; liberdade de aprendizagem e de escolha da profissão e também liberdade de intervir na vida pública (liberdade política), de escolher os governantes, de participar nos processos de decisão, de controlar o exercício do poder. Mas cada uma destas liberdades foi, e continua a ser, fortemente condicionada pelo tempo, pelo espaço e pelas conjunturas decorrentes da afirmação do poder e das lutas pela conquista ou pelo engrandecimento do próprio poder.

O princípio da igualdade decorre do conceito de pessoa e da unidade do género humano e nega toda e qualquer espécie de discriminações: étnicas, religiosas, políticas, sociais, culturais, etc. O princípio da igualdade pressupõe a igualdade de todos perante a sociedade, as instituições, as normas de conduta, os benefícios e as obrigações. Compreende a igualdade formal, segundo a qual todos são iguais perante a lei (todos têm os mesmos direitos e deveres), e a igualdade substantiva (igualdade de condições efectivas de exercício dos direitos e deveres): igualdade de oportunidades, igualdade na sujeição às mesmas normas de comportamento e igualdade na assunção das mesmas responsabilidades. A este propósito, Antoine Fleury, ao comentar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, fez a seguinte afirmação: «a Declaração de 1789, ao proclamar o direito à liberdade, introduziu o princípio da igualdade de todos os homens perante a lei e a justiça, mas também perante os cargos, impostos e empregos públicos» (2002, 37).

O princípio da solidariedade e da responsabilidade fundamenta-se no facto de que o homem é, por natureza um animal social, um animal envolvido numa rede de relações sociais, que abrange as relações na família, no trabalho, no local de residência, na sociedade de que faz parte e na comunidade internacional desde que o mundo passou a ser uma grande cidade onde vive o rebanho humano, e é também um animal

que produz e consome, que interage para satisfação das suas necessidades, alterando, transformando e adaptando o meio ambiente em que se insere.

O diálogo permanente que o homem trava com o seu semelhante e com o espaço envolvente traduz-se, pois, num complexo de relações homem-homem e homem-espaço, que lhe acarretam acrescidas responsabilidades perante si mesmo e perante os outros seres humanos do presente e do futuro, já que os problemas de cada um são os problemas de todos e as decisões de hoje têm reflexos amanhã. Portanto, todos nós somos portadores de responsabilidades. E o respeito pelos direitos humanos implica que cada um assuma as suas responsabilidades e seja solidário no cumprimento dos deveres exigidos pela garantia de que os direitos de cada um sejam efectivamente respeitados. Assim, o princípio da solidariedade está subjacente a um conjunto de direitos, cuja aplicação e cumprimento exigem uma intervenção, uma prestação, um contributo, destinados a criar condições que garantam uma verdadeira igualdade de oportunidades. Aliás, muitos dos novos direitos do homem – o direito ao desenvolvimento harmonioso e equilibrado, o direito ao ambiente saudável, o direito à paz e à segurança humana – exigem a solidariedade de todos e sobretudo solidariedades geracionais. E o princípio da responsabilidade está imanente a todo e qualquer direito, uma vez que sem responsabilidade não há liberdade, nem igualdade, nem solidariedade, nem democraticidade, nem segurança e paz. Se não se assume a responsabilidade dos deveres e das obrigações perante a sociedade nacional e a comunidade internacional não se pode pretender usufruir da plenitude dos direitos humanos, que a todos respeitam, mas também a todos obrigam.

O princípio da autoridade é indispensável para que os direitos do homem tenham um significado preciso e as liberdades que lhes são inerentes sejam asseguradas. Com efeito, a aplicação, protecção e usufruição dos direitos humanos pressupõem a existência de quatro condições bem definidas: a) um titular (um sujeito) que possa beneficiar esses direitos; b) um objecto que dê conteúdo (substância) ao direito; c) uma oponibilidade que permita que o sujeito (o titular) faça valer os seus direitos face a uma instância concreta; d) uma sanção organizada aplicável a quem desrespeita esses direitos ou a quem obstrui que eles possam ser efectivamente usufruídos.

Por conseguinte, a necessidade de instâncias perante as quais os titulares dos direitos possam reclamar e de sanções organizadas susceptíveis de aplicação pressupõe a existência de uma organização social, de uma sociedade politicamente organizada, assente no princípio da autoridade: autoridade para examinar as reclamações dos titulares dos direitos; autoridade para definir as sanções aplicáveis; e autoridade para decidir a aplicação das sanções socialmente adequadas.

O princípio da autoridade é, pois, imprescindível para a definição do objecto dos direitos humanos e para garantir o seu respeito e salvaguardar a sua usufruição. Sem autoridade legítima, legitimada democraticamente pelo consenso social e pelo ordenamento político-jurídico da sociedade, não há garantia de que os direitos do homem tenham aplicação efectiva e as liberdades fundamentais possam ser exercitadas. Autoridade sem autoritarismo é indispensável para a protecção e garantia dos direitos humanos, pois, enquanto a autoridade é um garante dos direitos, o autoritarismo é uma obstrução ao exercício efectivo desses direitos.

O princípio da universalidade decorre do pressuposto de que os direitos humanos são concebidos como realidades universais e eternas. São direitos universais, dado que concernem a todos os homens independentemente da sua situação geográfica

e da sua vivência histórica. Todos têm todos os direitos e deveres. São direitos que decorrem da própria natureza do homem. São originários e inalienáveis, porque nascem com o ser humano e referem-se-lhe quase geneticamente.

A universalização dos direitos do homem traduz-se, pois, na concepção de uma regra ética geral, assente na «dignidade e no valor da pessoa humana», como é sublinhado no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. E o princípio da universalidade diz respeito aos destinatários das normas subjacentes aos direitos do homem, que são todos os seres humanos pertencentes a todas as povos e a todas as nações. Não há direitos humanos para esta ou aquela raça, etnia ou civilização. Eles são universais, pois destinam-se a todos os membros do rebanho humano.

O respeito pelos princípios e valores em que se fundamentam e consubstanciam os direitos do homem, atrás explicitados, é imprescindível para que a paz entre as pessoas, entre os povos, e entre as instituições deixe de ser uma miragem, um objectivo a alcançar, e seja uma realidade concreta e efectiva que a todos diga respeito e por todos seja usufruída.

Para que todos possamos viver em paz, em harmonia e em segurança, não basta que os princípios, os valores e as normas inerentes aos direitos do homem sejam enunciados e consagrados nas Constituições nacionais e nos textos de cartas, convenções, declarações, pactos e protocolos internacionais, é preciso que tenham aplicação efectiva, e sejam respeitados e protegidos. Sem garantia, protecção e usufruição dos direitos humanos, a palavra «paz» não faz sentido, não tem qualquer significado, é um conceito vazio, uma ficção, que muitos perseguem e proclamam.

2. O DIREITO À PAZ

As Leis Fundamentais dos países, bem como os Textos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, dos Pactos Complementares sobre os Direitos Cívicos e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, não enumeram o Direito à Paz como fazendo parte do conjunto dos direitos do homem; enumeram apenas o direito à liberdade e à segurança (art.º 27º da CRP; art.º 3º da DUDH; art.º 9º do Pacto sobre os Direitos Cívicos e Políticos; art.º 5º da CEDH/LF; e art.º 6º da Carta dos Direitos Fundamentais da U.E.).

No entanto, a Declaração Universal dos Direitos do Homem refere-se implicitamente à paz, ao prescrever, no seu art.º 28º, que «toda a pessoa tem o direito a que vigore, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e liberdades enunciados na presente Declaração»; querendo com isto dizer que as pessoas têm o direito de denunciar as situações de prepotência, de conflitualidade ou de guerra que dificultem ou impeçam a aplicação, usufruição e respeito dos direitos humanos. Por outro lado, a Assembleia Geral da ONU encarregou o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos de «promover os direitos do homem, a democracia e o desenvolvimento, como bases fundamentais para garantir uma paz permanentemente duradoura».

Estas asserções, ao sublinharem que a promoção do respeito dos direitos do homem é fundamental para garantir a preservação da paz e que a existência da paz é indispensável para que os direitos humanos sejam efectivamente usufruídos, evidenciam uma intrínseca ligação entre a paz e os direitos do homem. E foi precisamente por considerar a interdependência

e a simbiose da paz e dos direitos do homem que a 33^a sessão da Assembleia Geral da ONU (1978), na sua Declaração sobre a preparação das sociedades para a vida e para a paz, reconheceu formalmente que a paz é um direito fundamental, precisando que este direito, não é somente um direito colectivo mas também um direito individual (Shestack, 1980,128).

Desde então, a paz é entendida como um direito individual e colectivo que diz respeito a todas as pessoas e a todos os povos. E, se os direitos civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais são interdependentes, também o direito a viver em paz deve fazer parte integrante do conjunto dos direitos do homem. «O que é a paz senão uma questão de direitos do homem?», dizia o Presidente Kennedy. E «o que são os direitos do homem senão uma questão de justiça?», sublinhava S. Tomás de Aquino.

As situações de injustiça que grassam pelo mundo e que impedem a aplicação efectiva dos direitos do homem constituem entraves à construção e preservação da paz, dado que são fontes latentes de conflito. De facto, ainda são muitas as injustiças ao redor da Terra que atentam contra os princípios da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade dos seres humanos, nos quais assentam os direitos do homem. Basta lembrar as discriminações (perseguições) étnicas dos Curdos no Irão e no Iraque, dos Albaneses na Sérvia, dos Tutsis no Ruanda, e de muitos outros grupos étnicos, basta recordar a exploração económica de milhões de emigrantes que demandam os países pós-industrializados e desenvolvidos para fugir à perseguição da fome e da miséria, e basta atentar nas gritantes desigualdades de desenvolvimento económico e social entre os países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos, e dentro dos próprios países, para se ter uma ideia de quantos não são os seres humanos que todos os dias morrem à fome, que vivem em condições de pobreza e de miséria indignas de qualquer civilização, que sofrem os horrores das perseguições étnicas e religiosas, que fogem das atrocidades perpetradas pelas prepotências do poder, que são, por isso, objecto de injustiças políticas, económicas e sociais contrárias aos princípios e aos valores que enformam e constanciam os direitos do homem.

Por conseguinte, onde os direitos do homem são desrespeitados não existem condições favoráveis à consolidação e preservação da paz, dado que o direito à paz é também um direito humano fundamental, conforme sublinha a Declaração da Assembleia Geral da ONU que atrás referimos.

Se o direito a viver em paz é um direito fundamental do homem, sendo simultaneamente um direito individual e colectivo, de que modo se enquadra no conjunto dos direitos do homem? Será o direito à paz um direito preciso ou um direito difuso? A que geração dos direitos do homem pertence?

Como afirmámos na conclusão do nosso livro sobre os direitos humanos,^[50] «o reconhecimento, proclamação e instituição dos direitos do homem e das liberdades fundamentais não se concretizaram num curto espaço de tempo, nem todos os direitos foram reconhecidos e consagrados simultaneamente. A luta pela dignidade, pela liberdade e pela igualdade dos seres humanos foi longa. E a ideia de que os direitos de alguns deviam ser os direitos de todos demorou muitos séculos a ser interiorizada e aceite pelas sociedades politicamente organizadas até se tornar um princípio universal. Com efeito, só nos finais do século XVIII, os direitos inerentes às liberdades fundamentais foram proclamados nas Declarações Americana (1776) e Francesa (1789) dos Direitos do Homem e plasmados

nas primeiras Constituições liberais do final do mesmo século e do princípio do século XIX, sob a influência do liberalismo. E só mais tarde, em consequência das revoluções mecânica e eléctrica (I^a e II^a Revoluções Industriais) e sob influência das ideias socialistas, foram reconhecidos os direitos económicos, sociais e culturais, cuja aplicação e usufruição plena exige, não uma abstenção, mas sim uma intervenção do Estado, não apenas o reconhecimento da igualdade formal, mas também a criação de condições que garantam a igualdade substantiva: igualdade de oportunidades e igualdade na assunção das mesmas responsabilidades. Por isso, passou a falar-se em direitos de primeira geração – os “direitos de”, direitos das liberdades individuais, reclamados contra ou face ao Estado, e também o direito de propriedade que originou os chamados direitos políticos – e em direitos de segunda geração – os “direitos a”, direitos económicos, sociais e culturais, que assentam no princípio da intervenção do Estado. E, na sequência da revolução tecnológica e científica (III^a Revolução Industrial) e do desenvolvimento do processo de globalização nas últimas décadas do século XX, surgiram os direitos de terceira geração – direito ao desenvolvimento harmonioso das culturas, direito a um ambiente saudável e protegido, direito à paz e à segurança internacional – direitos difusos que exigem, ora uma abstenção, ora uma intervenção do Estado, conforme as circunstâncias, e cujos titulares destes direitos tanto podem ser os indivíduos como os Estados e as organizações internacionais, ou a própria comunidade internacional» (Fernandes, 2004, 205-206).

Por outro lado, para que os direitos do homem tenham um significado concreto e sejam efectivamente aplicados e respeitados, é necessário que existam quatro pressupostos fundamentais, ou seja, é preciso que se verifiquem quatro condições bem precisas:

- Que exista um sujeito um - titular - que possa beneficiar deles;
- Que seja identificável o objecto que dá conteúdo (substância) ao direito;
- Que seja possível uma oponibilidade que permita ao titular fazer valer o seu direito face a uma instância concreta; e
- Que tenha sido fixada (estabelecida) uma sanção organizada susceptível de ser aplicada a quem desrespeitar o direito consagrado.

Tendo em conta estas realidades subjacentes aos direitos humanos, parece não haver dúvidas de que o direito à paz se enquadra na terceira geração, sendo, portanto, um direito difuso, cujos pressupostos da sua aplicabilidade e usufruição não são claramente identificáveis e completamente precisos.

O carácter de direito difuso decorre, desde logo, do facto da Assembleia Geral das Nações Unidas, haver declarado, em 1978, que o direito à paz não é somente um direito colectivo, mas também um direito individual, o que significa que os seus titulares podem ser a própria comunidade internacional, os Estados, as organizações internacionais, as colectividades organizadas e os indivíduos.

Esta ambiguidade concernente aos sujeitos deste direito deriva do próprio conceito de paz, que significa um estado de despreocupação, de calma, de tranquilidade mental, moral ou espiritual, mas também uma situação de ausência de perturbação da ordem pública, de conflitos, de guerras. Assim, se consideramos a paz como um estado mental, moral ou espiritual, o sujeito do direito à paz é efectivamente o indivíduo; mas, se entendermos que a paz é uma situação de ausência de guerra, do conflito entre os Estados ou entre governos e facções do mesmo Estado, os sujeitos do direito à paz tanto

50 «Direitos Humanos e Cidadania Europeia: Fundamentos e Dimensões» Coimbra, Liv. Almedina, 2004.

podem ser os Estados como as organizações internacionais ou as colectividades e os grupos organizados. A este propósito, é pertinente perguntar: na ausência da paz, a quem compete reclamar e exigir que a paz seja restabelecida e consolidada? Ao indivíduo? Ao Estado? A uma organização internacional? E perante quem reclamar para que a paz seja reposta? Qual é a oponibilidade, a instância a quem se dirigir? É uma autoridade local? É o Estado? É uma organização internacional? Qual a sanção organizada aplicável aqueles que perturbam a paz, que praticam actos de agressão ou que desencadeiam conflitos armados? E qual a autoridade competente para determinar a aplicação da respectiva sanção? São os tribunais nacionais? É o Tribunal Internacional de Justiça? É o Tribunal Penal Internacional? Ou são os Tribunais Penais Específicos? E quem fiscaliza o cumprimento das sanções eventualmente aplicadas?

Este rol de interrogações, cujas respostas são variadas e diferentes em função de quem pratica os actos que põem em causa a paz de cada um e de todos, mostra à evidência que o direito à paz é um direito difuso, já porque os seus titulares tanto são as pessoas, individualmente consideradas, como as instituições, já porque a oponibilidade que lhe concerne não é precisa, já porque não existe uma definição (código) de sanções organizadas susceptíveis de serem concretamente aplicáveis a quem ponha em causa as condições necessárias para se poder viver em paz.

3. CONEXÕES DOS DIREITOS DO HOMEM COM O DIREITO À PAZ

Como já atrás referimos, desde que a Assembleia Geral da ONU declarou, em 15 de Dezembro de 1978, que a paz é um direito fundamental, o direito à paz passou a figurar no conjunto dos direitos colectivos e individuais essenciais, sobrepondo-se até ao direito soberano de não ingerência nos assuntos internos, quando é necessário desenvolver acções destinadas ao restabelecimento, à imposição e à consolidação da paz.

No entanto, na terminologia utilizada por muitos analistas, o direito à paz aparece como consequência da aplicação e respeito dos direitos humanos, já que são peremptórios em afirmar que o respeito dos direitos do homem é uma pré-condição indispensável à manutenção da paz.

Nesta perspectiva, os direitos do homem precederiam o direito à paz, uma vez que a consolidação e a preservação da paz pressupõem o respeito dos direitos humanos. Porém, tal como os direitos civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais são indissociáveis e interdependentes, também o direito à paz é indissociável dos direitos do homem da primeira e segunda gerações. E, se o respeito destes é uma condição imprescindível para que haja paz entre as pessoas, entre os povos e entre as instituições, também a ausência de conflitos e de guerras e a existência de um estado geral de tranquilidade mental, moral e espiritual propiciam e facilitam a aplicação e usufruição dos direitos humanos.

Existe, por conseguinte, uma estreita e intrínseca ligação entre a defesa dos direitos do homem e a salvaguarda e preservação da paz, podendo mesmo afirmar-se que o respeito dos direitos humanos conduz à consolidação da paz, assim como a preservação da paz facilita o respeito e a usufruição dos direitos do homem, o que equivale a dizer que não existe paz sem a usufruição efectiva dos direitos do homem, nem os direitos do homem são plenamente respeitados se não estiver assegurada a possibilidade de se viver com dignidade, em liberdade, em igualdade e em plena tranquilidade.

Todavia, o direito a viver em paz pode colidir, em certas circunstâncias, com a aplicação efectiva de alguns direitos do homem; ou melhor, a aplicação e o respeito dos direitos do homem podem interferir e entrar em conflito com o direito a viver em paz. Por exemplo, o direito à autodeterminação dos povos, constante do art.º 1º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos^[51], tem sido, várias vezes, reivindicado por grupos que recorrem a meios violentos e à utilização do armamento, gerando conflitos bélicos, que se traduzem em perseguições e massacres de populações civis inocentes e indefesas, pondo em causa o direito de viver em paz. Nestes casos, é natural que os partidários da paz se interroguem sobre até que ponto o princípio da autodeterminação legítima o recurso à violência e ao emprego da força armada, esquecendo, ou desprezando, o direito a viver em paz. E, se o direito à autodeterminação entra em conflito com o direito a viver em paz, qual deles deverá prevalecer?

Os conflitos étnicos e intra-estatais, que grassaram praticamente por todos os continentes na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, puseram em evidência aquela interrogação, na medida em que, em muitas situações, foi necessário optar entre aceitar o exercício do direito à autodeterminação, como um direito fundamental do homem, ou intervir para que as populações pudessem usufruir do direito a viver em paz, também um direito fundamental colectivo e individual. E a resposta a essa interrogação foi dada repetidamente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, autorizando a constituição de «Missões de Paz», e pelos os Estados que se disponibilizaram a fornecer “capacetes azuis” para formar os contingentes militares das referidas «Missões de Paz» que se destinaram a assegurar a imposição e a consolidação da paz e a garantir a ajuda humanitária às populações vítimas dos respectivos conflitos.

As decisões adoptadas e as acções desenvolvidas, legitimadas pelos órgãos competentes da ONU, traduziram-se na afirmação de um direito de ingerência sempre que foi necessária a intervenção humanitária, com vista ao restabelecimento e à preservação da paz, e no enaltecimento da importância do direito a viver em paz, um direito de todos e que a todos diz respeito.

O direito à paz, depois de haver sido reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas como um direito fundamental tanto colectivo como individual, tem justificado muitas decisões e acções indispensáveis para garantir a preservação da paz em muitas áreas geográficas, e tem-se sobreposto ao direito soberano dos Estados plasmado no n.º 7 do art.º 2º da Carta das Nações Unidas^[52]. Portanto, sendo a construção e a preservação da paz um dos objectivos da ONU, é compreensível que o direito à paz tenha uma intrínseca conexão com os (outros) Direitos do Homem, e que esta Organização internacional se empenhe para que os direitos humanos sejam efectivamente respeitados; pois, assim, tornar-se-á mais fácil consolidar e preservar a paz mundial.

51 O art.º 1º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos dispõe que «todos os povos têm o direito a dispor deles mesmos. Em virtude deste direito, eles determinam livremente o seu estatuto político e dedicam-se livremente ao seu desenvolvimento económico, social e cultural».

52 O n.º 7 do art.º 2º da Carta das Nações Unidas estabelece que «nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta: este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercivas constantes do Capítulo VII».

CONCLUSÃO

A análise feita nas páginas anteriores sobre o direito à paz no contexto dos direitos do homem permite-nos chegar às seguintes conclusões:

a) Os textos das cartas, convenções, declarações, pactos e protocolos internacionais sobre a consagração dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais aprovados pela Organização das Nações Unidas, pelo Conselho da Europa, pela União Europeia, pela Organização dos Estados Americanos e pela Organização da Unidade Africana (designada União Africana desde Maio de 2002) não enumeram o direito à paz como fazendo parte dos direitos do homem. No entanto, isto não obstou a que a Assembleia Geral da ONU encarregasse o alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos de promover os direitos do homem, a democracia e o desenvolvimento, como bases fundamentais para garantir uma paz permanente e duradoura; e também não impediu que este mesmo órgão da ONU (a Assembleia Geral) reconhecesse formalmente, na sua 33^a sessão (1978), que a paz é um direito fundamental, precisando que este direito não é somente um direito colectivo como é também um direito individual.

b) Desde que a Assembleia Geral da ONU adoptou a Declaração sobre a preparação das sociedades para a vida e para a paz, na qual reconheceu a paz como um direito fundamental, a paz passou a ser entendida como um direito individual e colectivo que diz respeito a todas as pessoas e a todos os povos, fazendo parte integrante da terceira geração dos direitos do homem. E, por isso, não poderá existir paz se não forem plenamente respeitados os princípios que fundamentam os direitos do homem e as liberdades fundamentais, e só é possível aos seres humanos usufruírem da plenitude dos direitos do homem se viverem efectivamente em paz.

c) Fazendo parte da terceira geração dos direitos do homem, o direito à paz é, portanto, um direito difuso; quer no que respeita aos seus titulares (aos sujeitos deste direito), que são os indivíduos, mas também os Estados, as organizações internacionais, as colectividades, os grupos organizados e a própria comunidade internacional; quer no que toca à oponibilidade (a pessoa, a instância ou a instituição) contra quem reclamar e perante quem apresentar as reclamações; quer no que concerne à sanção organizada aplicável àqueles que perturbam a paz, que praticam actos de agressão colectiva ou que desencadeiam conflitos armados. O direito à paz é, por conseguinte, um dos direitos da terceira geração, que está em intrínseca conexão com os outros direitos humanos, sejam os «direitos de» (direitos civis e políticos) – direitos da primeira geração – sejam os «direitos a» (direitos económicos, sociais e culturais) – direitos da segunda geração – na medida em que, se é imprescindível o respeito dos direitos do homem para que seja consolidada a paz, também é necessário que haja paz para que os direitos humanos sejam respeitados e por todos usufruídos.

d) Desde o início da última década do século XIX, o direito à paz ganhou tamanha importância e projecção que, em algumas situações conflituosas, se tem sobreposto ao direito soberano de não ingerência nos assuntos internos dos Estados, quando tem sido (e é) necessário realizar acções de imposição da paz e constituir «Missões de Paz» destinadas a garantir a segurança das operações de ajuda humanitária e a proteger os refugiados e as pessoas

deslocadas, com vista à consolidação da paz, como sucedeu na Bósnia (1992 e 1995), na Somália (1992), no Ruanda (1994), no Kosovo (1999) e no Sudão-Darfur (2005...). De facto, as decisões adoptadas e as acções desenvolvidas, legitimadas pelos órgãos competentes da ONU, tem-se traduzido na afirmação de um direito de ingerência sempre que foi necessária a intervenção humanitária, com vista ao restabelecimento e à consolidação da paz, sobrepondo-se, muitas vezes, o direito à paz ao direito à autodeterminação dos povos e ao direito de não ingerência nos assuntos internos dos Estados estabelecido no n.º 7 do art.º 2.º da Carta da Organização das Nações Unidas.

BIBLIOGRAFIA

- David, Charles Philippe (2001). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Fernandes, António José (2004). *Direitos Humanos e Cidadania Europeia: Fundamentos e Dimensões*, Coimbra, Liv. Almedina.
- Fleury, Antoine (2002). «Os Direitos do Homem na Europa», in: *Educação para os Direitos Humanos*, Lisboa, M. da Educação.
- Mitscherlich, Alexander (1971). *A Ideia de Paz e a Agressividade*, Lisboa, Pub. Dom Quixote.
- Morozov, Gregory I. (1980). «Les Crimes Contre L'Humanité», in: *La Guerre ou la Paix*, Paris, UNESCO.
- Shestack, Jerome (1980). «La Paix sans les Droits de L'Homme n'est que Néant», in: *La Guerre ou la Paix*, Paris, UNESCO.
- Tschudi, Hans Peter (1980). «Les Faux Visages de la Paix», in: *La Guerre ou la Paix*, Paris, UNESCO.
- UNESCO (1957). *Da Natureza dos Conflitos*, Paris.
- UNESCO (1980). *La Guerre ou la Paix*, Paris.

FONTES

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais
- Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

O PEACEKEEPING: PALIATIVO OU VERDADEIRO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS?

MARIA DO CÉU PINTO

PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO MINHO

RESUMO

Embora o *peacekeeping* (PK) deva criar as condições para a paz permanente, tal raramente aconteceu. O PK limita-se a ser uma mera forma de controlo dos conflitos que adopta uma posição passiva e que, por isso, não aborda directamente as causas do mesmo. O PK deveria ser desenvolvido como parte de um processo mais amplo de resolução pacífica das disputas. Esta comunicação pretende explorar a tese que o *peacekeeping* não pode ser um fim em si mesmo, mas deve ser parte de um processo mais abrangente de *peacemaking* e *peace-building*.

Palavras-chave: *peacekeeping*; *peacemaking*; *peace-building*; resolução de conflitos e ONU.

ABSTRACT

Although *peacekeeping* (PK) should create the conditions for lasting peace, this has rarely happened. Often, PK is no more than a mere form of conflict control, adopting a passive position and therefore, not directly addressing the root causes of the conflicts. PK should be developed as part of a wider process of peaceful settlement of disputes. This communication aims to explore the thesis that *peacekeeping* can not be an end in itself, but should be part of a broader process of *peacemaking*, where *peace-building* plays a major role.

Keywords: *peacekeeping*; *peacemaking*; *peace-building*; conflict resolution; and UN.

As operações de *peacekeeping* das Nações Unidas^[53] tornaram-se no principal instrumento da comunidade internacional para a gestão de crises. O *peacekeeping* é uma das actividades mais notórias e das mais difíceis das Nações Unidas até porque, apesar de ter já várias décadas, a sua definição é objecto de contínua discussão e evolução. Os seus contornos variam de operação para operação e vogam ao sabor da vontade e empenho dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Pode-se afirmar, retomando as palavras da própria organização, que é um instrumento dinâmico, vocacionado, inicialmente, para controlar e gerir conflitos e, numa perspectiva mais moderna, para criar as condições para uma paz duradoura (UN–UNOSDP).

A gama de funções atribuídas às operações de paz das Nações Unidas expandiu-se significativamente em resposta a mudanças nos padrões de conflito e para enfrentar as ameaças emergentes à paz e segurança internacionais. Embora o *peacekeeping* deva criar as condições para a paz permanente, tal raramente aconteceu. As intervenções das NU servem frequentemente para congelar os conflitos. Diehl afirma que a presença das NU pode prolongar o conflito, porque remove os incentivos para o resolver (Diehl, 1987).^[54] Dubey diz que as intervenções das NU não influenciam de forma significativa na duração da paz pós-conflito (Dubey, 2002). Doyle e Sambanis dizem que o *peacekeeping* tradicional não dá um contributo importante para o sucesso das tarefas de *peace-building* (Doyle e Sambanis, 2000, 791). Sherry diz que é uma técnica de

gestão dos conflitos que cria situações de “impasse controlado” porque grande número de conflitos é pura e simplesmente insolúvel (Sherry, 1986, 759). A demonstração desta evidência é a missão UNFICYP (UN Peace Force in Cyprus, desde 1964) e a UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon, desde 1978) no Líbano.

Outros autores têm notado que o *peacekeeping* é uma mera forma de controlo dos conflitos que adopta uma posição passiva (esperando que a passagem do tempo e as circunstâncias históricas tornem o conflito irrelevante e os capacetes azuis dispensáveis) e que, por isso, não aborda directamente as causas do mesmo. Pugh afirma que “[O] *peacekeeping* lida...com as manifestações dos problemas, mas não consegue tratar as suas causas e pode mesmo tornar-se parte do problema ao prolongar o conflito”. Na opinião deste reconhecido especialista, “...as medidas de apoio à paz são apenas uma contribuição para a gestão das crises. Elas mostram até que ponto a cooperação internacional falhou na criação de segurança em largas partes do mundo” (Pugh, in Pugh, 1997).

Banks diz que o *peacekeeping* é um mecanismo de “supressão forçada do conflito”, “mas que deve “ser substituído por outros procedimentos que não controlem apenas os sintomas” (Banks, in Banks, 1984, 20). Mitchell diz que o *peacekeeping* “...pode evitar a continuação da guerra aberta”, mas que não resolve o problema de fundo que são as percepções e as atitudes dos beligerantes.

Na mesma linha, Norton e Weiss referem-se ao *peacekeeping* como “uma situação temporária – uma paragem – para ganhar tempo para a diplomacia activa.” (Norton e Weiss¹⁹⁹⁰). Para Holst trata-se de uma medida de criação de confiança para ajudar a manter o cessar-fogo (Holst, in Rykhye e Skjelsbaek, 1990, 111). Russett e Sutterlin sugerem que o *peacekeeping* é uma forma de dissuasão para evitar a violação

53 * O meu artigo baseia-se em parte no meu livro: As Nações Unidas e a Manutenção da Paz (2007). Coimbra, Almedina.

54 Na Libéria, Charles Taylor, que iniciou a revolta contra o regime de Samuel Doe em 1989, acabou por tomar o poder em 1997, após 8 anos de intervenção da ECOMOG: “Se tivéssemos vencido no campo de batalha, teríamos terminado a guerra em seis meses em 1990”: cit. in Tuck, 10.

das tréguas e cessar-fogos, monitorar zonas desmilitarizadas, impedir o reatar das hostilidades ou a concretização de uma ameaça (Russett e Sutterlin, 1991, 70-3). Coate e Puchala dizem que “as políticas de peacekeeping advogam a acção colectiva internacional de forma a prevenir ou a evitar conflitos armados” (Coate e Puchala, 1990, 127).

Na literatura sobre a resolução de conflitos, tem-se vindo a afirmar uma corrente que afirma que as tentativas de mediação imparcial podem alimentar e prolongar a guerra. Esta corrente põe em causa a capacidade de intervenientes externos (especialmente os actores ocidentais) de influenciar e/ou realizar acordos de paz por meio da negociação e de acordos. Outra ideia que emerge desta crítica é que o modelo ocidental de resolução de conflitos (exemplificado pela própria ONU), está profundamente desajustado. Isto porque faz uma leitura errada das causas e dinâmicas dos conflitos contemporâneos, retirando assim os pressupostos errados (Woodhouse, 1999).

Ao analisar o conflito da Serra Leoa, David Shearer interroga-se sobre a eficácia, junto dos beligerantes, de uma estratégia de promoção de consenso baseada na intervenção imparcial e na mediação. Shearer sugere que as situações de guerra do tipo daquele país africano (insurreições dominadas pelos “senhores da guerra”) são resistentes às técnicas internacionais de resolução de conflitos. Aquele autor diz que, nas guerras civis, a maior parte dos acordos eram obtidos através de vitórias militares no campo de batalha: não por meio de negociações políticas ou intervenções mediadas (Shearer, 1997).

Esta última observação corresponde à teoria de Edward Luttwak, explanada do artigo publicado na *Foreign Affairs* em 1999, “Letting Wars Burn”. O autor afirma que a intervenção das instituições internacionais nos conflitos tende a prolongá-los, aumentando assim o sofrimento humano. Embora a guerra seja um “grande mal”, diz aquele autor, tem uma “grande virtude”: “pode resolver os conflitos políticos e conduzir à paz.” (Luttwak, 1999). Luttwak afirma que a intervenção da ONU impediu que a guerra entre Israel e os vizinhos árabes fosse decidida no plano militar e levasse a uma solução, possivelmente injusta, mas definitiva. Segundo aquele autor, na Bósnia-Herzegovina, o plano de paz de Dayton é a ilustração de uma intervenção desastrosa da comunidade internacional: o território ficou dividido com base em linhas étnicas, mas os ressentimentos permanecerão, alimentando provavelmente conflitos no futuro.

Com base no caso do Ruanda, Christopher Clapham questiona o modelo ocidental que assume que as partes nestes conflitos partilham dos mesmos valores, isto é, que as diferenças podem ser conciliáveis. Clapham também questiona a eficácia da mediação: em primeiro lugar porque, na sua opinião, os mediadores dificilmente são neutros. Para Pugh, um eminente estudioso da área: “... o peacebuilding não é neutral. Tem um objectivo fortemente político baseado na assunção que a paz é preferível ao conflito e que os benefícios do desenvolvimento económico e social ultrapassam tudo o que for conseguido através da guerra” (Pugh, 1995, 326). No Ruanda, pela sua inactividade, eles criaram as condições para o desenrolar do genocídio e, além disso, apostaram numa abordagem (uma solução negociada) que os extremistas hutus possivelmente nunca teriam subscrito (Clapham, 1998).

Mark Duffield diz que os conflitos a que temos vindo a assistir podem não ser, tal como são vistos do mundo desenvolvido, um fenómeno aberrante e anómalo. As guerras internas actuais são o reflexo da “emergência de novas formas de formação social adaptadas à sobrevivência às margens da economia global.” (Duffield, in Sorbo; Macrae e Wohlegemuth 1997). A prioridade dada à resolução de conflitos surge só com o fim da

Guerra Fria e com vitória do bloco ocidental. Durante aquele período, a abordagem prevalecente em relação aos conflitos do mundo sub-desenvolvido baseava-se nos princípios da não-intervenção e da inviolabilidade da soberania dos Estados. Com o fim da Guerra Fria, a filosofia dos vencedores impôs o princípio da intervenção para a resolução dos conflitos e o acompanhante cortejo da “cultura humanitária” (valores democráticos e Direitos Humanos). A intervenção tem sido ardentemente advogada e praticada pelas ONGs (Duffield, in Sorbo; Macrae e Wohlegemuth 1997, 80).

Segundo Duffield, as intervenções ocidentais baseiam-se numa interpretação benévola, mas errónea, segundo a qual: os conflitos são o resultado de desentendimentos passageiros; a mediação externa pode restaurar o estado natural de harmonia funcional. As intervenções da ONU e das ONGs dão a essas instituições uma forma “barata” de intervir, mas são uma nova forma de imperialismo que diminui e menospreza as capacidades locais de resolução do conflito (Duffield, in Sorbo; Macrae e Wohlegemuth 1997, 97-8). Duffield afirma que as técnicas de resolução de conflitos usadas pelas organizações internacionais são desajustadas por não conseguirem captar a dinâmica do conflito, nem a psicologia dos beligerantes.

Frequentemente, e como refere Weiss, o peacekeeping é um instrumento para a manutenção do status quo que fica indiferente em relação aos problemas políticos e sociais que estão na base de conflitos complexos (Weiss, 1990, 60-1). O Comité Especial para as Operações de Peacekeeping diz que aquelas não deveriam ser usadas como substituto da paz, mas deveriam enfrentar as causas reais dos conflitos (Special Committee, 2002).

Boutros-Ghali disse que o “peacekeeping tem sido por vezes mais fácil do que a tarefa complementar de peacemaking. O que mostra que o peacekeeping, por si só, não é uma solução permanente para um conflito. Só a negociação política o pode conseguir.” (Boutros-Ghali, 1992-93, p. 90). A utilização das forças de peacekeeping frequentemente permaneceu separada de esforços para resolver os conflitos: Diehl diz que “ao avaliar as operações de peacekeeping de acordo com a sua capacidade de resolver conflitos, a maior parte deles não inclui estratégias de resolução” (Diehl, 1994, 38). Muitos autores têm vindo a defender a posição que o peacekeeping deveria ser desenvolvido como parte de um processo mais amplo de resolução pacífica das disputas (Fetherston, 1994, 126). Dallaré, comandante da UNAMIR no Ruanda, afirma que “obviamente que o peacekeeping não pode ser um fim em si mesmo — permite apenas ganhar algum tempo. Nos seus objectivos e desígnios, deve ser parte de um processo mais abrangente de peacemaking, isto é, de impedir o reacender do conflito, promover a sua resolução, a reconstrução e o desenvolvimento.” (cit. in Woodhouse, 1999, 16). Pérez de Cuellar diz que o peacekeeping “não passará de um paliativo se não for o prelúdio, ou acompanhar negociações, para uma resolução global” (UN Doc. A/43/1, 5) E pondo em evidência a importância de uma estratégia de peacemaking que acompanhe o peacekeeping, diz: “a experiência tem mostrado que a mera continuação de uma operação de peacekeeping por si só não gera o impulso para uma solução” (UN Doc. A/45/1, 6).

Nesse sentido, alguns autores vão mais além ao advogarem um papel pró-activo do peacekeeping na procura da resolução de conflitos (Fetherston, 1994). Haas afirma que “um objectivo do peacekeeping é a criação de condições de estabilidade e de confiança de forma a facilitar uma eventual resolução” (UNITAR, 1987, 29). Trata-se de uma opinião partilhada por Skjelsbaek que diz “a essência da função do peacekeeping é dissipar a desconfiança e criar um mínimo de confiança” (Sk-

jelsbaek, 1986, 146). Rikhye, Harbottle e Egge descrevem o peacekeeping como “intervenção pacífica onde uma terceira parte intervém na capacidade de árbitro imparcial para ajudar a resolver uma disputa entre duas ou mais partes” (1974, 9-10).

1. A CONTRIBUIÇÃO DO PEACE-BUILDING

Uma das vertentes de actuação das NU, que acontecimentos recentes obrigaram a organização a desenvolver, tem sido as tarefas de *peace-building*. O *peace-building* teve o seu début diplomático no documento charneira das NU no pós-Guerra Fria: a *Agenda para a Paz* (Ratner, 1998, 16). Com o *peace-building*, as NU não só têm de resolver conflitos como têm de criar no terreno as infra-estruturas políticas, sociais e económicas para a reconstrução dos países no final do conflito. Na *Agenda*, Boutros-Ghali descreve o *peace-building* como “medidas destinadas a individualizar e fortalecer estruturas adequadas ao reforço da paz, a fim de evitar o recomeço das hostilidades” (Boutros-Ghali, 1992, parágr. 21). Para Kofi Annan, trata-se de “acções desenvolvidas no final do conflito para consolidar a paz e prevenir a repetição do confronto armado” (Annan, 1998, parágr. 63).

Na definição de Michael Doyle e Nicholas Sambanis, “...o *peace-building* é uma tentativa, após a negociação ou a imposição da paz, de lidar com as causas da hostilidade e de criar capacidades locais para a resolução do conflito. Instituições estatais fortalecidas, participação política mais ampla, reforma agrária, o reforço da sociedade civil e o respeito pelas identidades étnicas são... formas de melhorar as perspectivas de um governo pacífico” (2000, 779). Ramsbotham diz que o *peace-building* pós-conflito tem duas facetas importantes e complementares: “(A) a tarefa “negativa” de evitar a recorrência do conflito armado, e (B) as tarefas “positivas” de ajudar a recuperação da nação e facilitar a remoção das causas que estão na base da guerra interna” (Ramsbotham, 2000, 171). Segundo aquele autor, o *peace-building* distingue-se das actividades humanitárias e de desenvolvimento porque têm objectivos intrinsecamente políticos: “(1) reduzir o ‘risco de retoma do conflito’ e (2) contribuir para a criação de ‘condições conducentes à reconciliação reconstrução e recuperação’.” (Ramsbotham, 2000, 172).

As actas da Conferência Internacional sobre Peacebuilding (1986), apontam o *peace-building* como uma actividade direccionada principalmente para a reconciliação e para a reconstrução das relações sociais. O *peace-building* consiste em “esforços positivos, contínuos e cooperativos para criar pontes entre nações ou grupos em conflito. Tem como objectivo reforçar a compreensão e a comunicação e anular os factores de desconfiança, medo e ódio” (International Conference, 1986, 14). Malitza descreve o *peacebuilding* como “a construção deliberada e sistemática de interacções densas e duráveis que iniciam um estado em que o reacender do conflito se torna improvável” (Malitza in UNITAR, 1987, 250). Da mesma forma, Doyle e Sambanis afirmam que o objectivo do *peacekeeping* é “... fomentar as instituições sociais, económicas e políticas e as atitudes que evitam que estes conflitos de se tornarem violentos” (Doyle e Sambanis, 2000, 779). Como diria Pugh, “... a reconciliação entre grupos previamente em guerra, exige algo mais do que dinheiro, infra-estruturas e leis. No *peace-building* será igualmente importante prestar atenção aos comportamentos que atentem contra a paz, a modificação de atitudes e o contínuo reforço de medidas de criação de confiança.” (Pugh, 1995, 335).

Coate e Puchala dizem que “as políticas de *peace-building* advoam acções que se destinam a eliminar as fontes sociais e económicas das tensões que são as causas das guerras” (1990, 127-8). O *peace-building* é uma faceta da prevenção dos conflitos porque lança as bases sócio-económico-políticas e psicológicas para evitar a renovação das hostilidades. O Conselho de Segurança tem recomendado com insistência a incorporação de elementos de *peace-building* nos mandatos das operações de *peacekeeping* (Annan, 1998, 46).

As operações de *peace-building* são pois operações multidimensionais assentes numa abordagem integrada que combina a assistência humanitária, a resolução política do conflito e a reconstrução dos países devastados pela guerra (reedificação essa que se opera em variadas vertentes). À partida, envolve uma vertente fortemente humanitária/de assistência (Pugh, 1997, 336). Boutros-Ghali dia que “a maior parte das actividades que constituem o *peace-building* cabem no mandato dos vários programas, fundos, gabinetes e agências do sistema das Nações Unidas que têm responsabilidades nos campos económicos, sociais, humanitários e dos Direitos Humanos” (1995, parágr. 53).

O *peace-building* exige assim uma cooperação estreita entre agências da ONU, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e as instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e grupo do Banco Mundial). Um dos aspectos fulcrais – e mais difíceis – das operações multidimensionais é a coordenação de actividades com todos parceiros (militares e civis, governamentais e não governamentais (Cockell, in Pugh e Sidhu, 115 e segs). No Kosovo, a UNMIK (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo), responsável pela administração civil, interagia com a KFOR (braço militar), o ACNUR (assistência humanitária), a OSCE (democratização e institution building) e a UE, responsável pela reconstrução.

O *peace-building* não é uma tarefa propriamente militar, mas pode ser facilitada pela presença, pelo menos, inicial das forças da ONU no terreno, isto é, os capacetes azuis: As operações de *peacekeeping* multidimensional são experiências novas que respondem a necessidades que já se faziam sentir antes do fim da Guerra Fria, mas que só com o fim daquela se tornaram possíveis. A primeira operação deste tipo na história da Organização foi a UN Temporary Executive Authority (UNTEA): criada para a Nova Guiné Ocidental entre 1962 e 1963 (num período de sete meses), tinha por objectivo efectuar a transição entre a administração holandesa e a integração do território na Indonésia. A UNTEA destinava-se literalmente a administrar o território. Com a resolução da AG 1752, pela primeira vez na sua história, as NU “... detiveram a autoridade executiva temporária, por intermédio do Secretário-Geral, sobre um vasto território.” (UN, 1990, 644). O seu mandato consistia especialmente em assegurar as tarefas de manutenção da lei e da ordem (em especial, a de monitorar o cessar-fogo), a protecção dos direitos dos habitantes e a manutenção em funcionamento dos serviços. Foi acompanhada pela criação paralela do seu “braço armado” – a UN Security Force (UNSF) – que cuidava da segurança no território e da criação e treino da polícia local.

Estas operações requerem o que alguns autores chamam de “abordagem holística” (Franck, 1998, 275) destinada a reconstruir as sociedades destruídas por guerras civis. Essa abordagem holística mais não é do que uma variedade gigantesca de tarefas que vão da protecção dos Direitos Humanos, à realização de eleições democráticas e à reabilitação da economia. Estas operações holísticas correspondem àquilo que Boutros-Ghali, no seu relatório à AG, em Setembro de 1994, referiu

como “uma abordagem global para uma ordem internacional pacífica”, uma que ofereça “uma ampla gama de meios para este fim” (Franck, 1998, 277).

A lista impressionante de actividades do peace-building inclui: o desarmamento das facções envolvidas na guerra; a integração das milícias nas forças militares nacionais; a reorganização e treino da polícia; a supervisão dos Direitos Humanos; a reconstituição ou reforma do sistema judicial; a elaboração ou re-elaboração das Constituições nacionais; a investigação de violações dos Direitos Humanos; a orientação da reforma agrária; o abastecimento de comida, água, serviços sanitários, serviços médicos, habitação e reparação de estradas; a abolição de leis opressivas; a supervisão de ministérios nacionais transitórios; o recenseamento, a elaboração das listas eleitorais e a definição das regras para a condução de eleições; a realização e acompanhamento do processo eleitoral; assegurar a transição para o governo eleito; coordenar e facilitar o trabalho das ONGs (Franck, 1998, 276).

As missões do Kosovo, de Timor-Leste e do Camboja enquadram-se aliás nesta categoria: à ONU coube administrar estes territórios e lançar as bases para a criação de uma ordem democrática. A operação no Kosovo, UN Interim Administration Mission in Kosovo, dura de 1999 até aos dias de hoje. O CS autorizou a UNMIK a exercer a autoridade sobre a população e o território. Delegou à missão todos os poderes legislativos e executivos, incluindo o exercício do poder judicial e a gestão de uma força de polícia com poderes executivos. O Representante-Especial do SG, o administrador das NU, é responsável pela supervisão da implementação da presença civil internacional, pela coordenação das actividades civis, bem como pelo interface destas com a KFOR. Em Timor, a UN Transition Authority in East Timor ficou, entre Outubro de 1999 e Maio de 2002, a exercer autoridade legislativa, executiva e a administrar a justiça, apoiando a criação de capacidades para a auto-governança e para um desenvolvimento sustentável.

No Camboja, as NU ficaram literalmente a administrar o país durante um período de 18 meses, entre Março de 1992 e Dezembro de 1993. Em 1991, os quatro grupos envolvidos na guerra civil assinaram em Paris um acordo de paz que previa a realização de eleições livres após um período transitório. Nesse período, o país foi governado pelas NU que montou a UN Transition Authority in Cambodia, uma operação contando com mais de 22.000 efectivos. À UNTAC coube exercer controle sobre os assuntos de defesa, política externa, finanças, segurança pública e estruturas administrativas de forma a assegurar um ambiente político neutro para a realização de eleições gerais. A UNTAC também supervisionou a polícia, promoveu os Direitos Humanos e organizou as eleições que permitiram ao povo cambodjano retomar o controlo sobre a sua vida democrática.

A componente militar da UNTAC ficou encarregue de uma variedade de tarefas: supervisionar o cessar-fogo, desarmar e desmobilizar as forças, repatriar e realojar os refugiados, em cooperação com o Alto Comissariado das NU para os Refugiados, e reabilitar as infra-estruturas económicas do país. Nunca antes tinha sido exigido a uma operação de peacekeeping a realização de tarefas tão diversas e tão exigentes.

De entre as várias operações de peace-building, a UNOSOM II (United Nations Operation in Somalia II, 1993-1995) foi a que encontrou mais dificuldades em cumprir a sua missão holística. As tarefas da UNOSOM II atribuídas pelo CS incluíam o desarmamento e reconciliação entre os beligerantes; a restauração da paz, estabilidade, lei e ordem; a assistência na reconstrução da vida económica, social e política do país; o

restabelecimento da estrutura institucional do país; a promoção da democracia e a reabilitação das infra-estruturas.

O Relatório Brahimi sublinha que o maior desafio que as Nações Unidas enfrentam, na área do peace-building, são as administrações transitórias. Em 1999, foram lançadas as operações no Kosovo e em Timor-Leste que exigiam a reconstrução de ambos os territórios em circunstâncias particularmente difíceis. O Relatório Brahimi diz que a ONU deve desenvolver um quadro legal genérico aplicável a países onde as instituições estatais ruíram. O Relatório recomenda à Organização que crie um quadro de pessoal jurídico internacional para, na ausência da autoridade política local, estar preparada para restaurar a lei e a ordem (Relatório Brahimi, 2000, parágr. 14).

Por outro lado, as NU têm de colmatar “um claro ‘gap’ institucional entre as questões de segurança e desenvolvimento” (Macieira, in Branco e Garcia, 2006, 362). O próprio Kofi Annan, no relatório *In Larger Freedom*, afirma que as NU têm um problema grave na sua maquinaria institucional, que é o facto de terem dificuldades em ajudar os países a sair do conflito para uma paz sustentada. Efectivamente, há uma incongruência flagrante no facto das Nações Unidas investirem cada vez mais na prevenção de conflitos, mas não terem a capacidade de implementar de forma cabal e sustentada os acordos de paz (GA, 2005, parágr. 114).

A resolução da vertente armada do conflito não é suficiente para acautelar a estabilidade do país porque não garante o desenvolvimento sustentado do mesmo. Cerca de metade dos países que saem de um conflito, recaem nele ao fim de cinco anos. Esta é uma das áreas mais críticas e visíveis da actualização actual das Nações Unidas. Na sequência da cimeira dos chefes de estado e governo que teve lugar em Nova York, em Setembro de 2005, foi decidido criar a Comissão para a Paz e o Desenvolvimento (Peacebuilding Commission). A Comissão visa reunir todos os interessados em actividades de consolidação da paz de forma a garantir a coordenação mais eficaz e a implementação mais coerente nesta matéria; atrair e garantir os compromissos políticos e financeiros necessários para as missões de peacebuilding (o Fundo Permanente para a Consolidação da Paz mobiliza o financiamento internacional) e conceder apoio técnico e informação especializada para as tarefas de recuperação pós-conflito, em especial as tarefas de restabelecimento das instituições e o desenvolvimento sustentável.

Após as experiências dos últimos 20 anos - e de operações como a do Afeganistão -, na comunidade académica tem sido feita uma apreciação bastante negativa no que respeita às operações de peacebuilding e a sua capacidade de criar Estados estáveis. A principal crítica aponta no sentido de uma forte instrumentalização por parte do modelo liberal ocidental. De acordo com um autor, o “Peacebuilding é um instrumento de governação coerciva global e liberal que acaba por criar novos conflitos e dependências.” (Lidén, 2009, 631).

2. AS CONDIÇÕES DE SUCESSO

De acordo com o Relatório Brahimi, as operações de *peace-building* devem ser integradas numa estratégia mais ampla e abrangente para resolver o conflito e construir uma paz duradoura. Estas operações não devem perder de vista a importância de lidar com as causas do conflito. A reconstrução do país será dificultada se se mantiverem as raízes do conflito, já que a qualquer momento este pode eclodir novamente. As condições sociais e culturais que provocaram o conflito devem ser alteradas pelas operações de *peace-building*.

O segundo aspecto a salientar é que o peace-building exige uma cooperação estreita entre agências da ONU, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e as instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e grupo do Banco Mundial). Um dos aspectos fulcrais – e mais difíceis – das operações multidimensionais é a coordenação de actividades com todos os parceiros (militares e civis, governamentais e não governamentais (Cockell, in Pugh e Sidhu, 115 e segs). No Kosovo, a UNMIK (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo), responsável pela administração civil, interagia com a KFOR (braço militar), o ACNUR (assistência humanitária), a OSCE (democratização e institution building) e a UE, responsável pela reconstrução. A coordenação e cooperação interna e externa é da maior importância para estas missões, com entidades como o Banco Mundial, o FMI ou o ACNUR. Internamente, a coordenação e a coerência são igualmente importantes.

O peace-building exige missões geralmente prolongadas no tempo para poderem surtir efeito. As missões longas têm mais probabilidade de ser bem sucedidas. Embora tal não garanta a paz, uma retirada prematura pode determinar o falhanço. Da mesma forma, certos marcos importantes do nation-building ou da fase de consolidação democrática (por exemplo, a organização de eleições democráticas, como aconteceu no Camboja), pode não ser suficiente para determinar o fim da missão.

Existe outra condição necessária – ownership - conceito que não é facilmente traduzível para português, mas que inclui a ideia de consenso, responsabilização e envolvimento da população local. A população deve, em primeiro lugar, sentir-se segura e sentir que o seu país não é meramente alvo de uma ocupação militar. Ao mesmo tempo, devem sentir-se envolvidos e participes do espírito da missão e da tarefa de reconstrução e reconciliação nacional.

CONCLUSÃO

Apesar de todas as suas limitações, as operações de paz das Nações Unidas têm um custo muito inferior a outras formas de intervenção internacional. Uma das vantagens desta intervenção é a sua legitimidade e a repartição equitativa dos custos entre os Estados membros. Uma intervenção militar internacional ao abrigo do Capítulo VII tem um custo muito inferior a outras formas de intervenção internacional (por parte dos EUA, outros países desenvolvidos, da NATO ou organizações regionais). Além disso, as Nações Unidas estão singularmente equipadas para lidar com o vasto leque de tarefas multidimensionais que actualmente a fase pós-conflito exige para a estabilização e reconstrução, como a reforma das instituições do Estado de Direito e reintegração dos refugiados e ex-combatentes. A Organização dispõe, além disso, de uma grande ampla rede de funcionários e de peritos experientes e tem uma capacidade única de reunir forças armadas, de polícia, pessoal humanitário, direitos humanos e desenvolvimento para trabalhar no âmbito das suas missões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

- Annan, Kofi (1998). The Causes of Conflict and the Promotion of Durable Peace and Sustainable Development in Africa. Relatório do Secretário-Geral ao Conselho de Segurança, S/1998/318, 13 de Abril.
- *Report of the Panel on UN Peace Operations*. (2000). (S/2000/809, Agosto).
- Secretary-General (2005). In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All, A/59/2005, 21 de Março.
- Secretary-General (2009). *Report of the Secretary-General on the Work of the Organization*, UN GAOR, 64ª sessão, Supp. no. 1, UN Doc. A/64/1. [Em linha]. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/No9/443/89/PDF/No944389.pdf?OpenElement>. [Consultado em 11/11/2007].
- Special Committee on Peacekeeping Operations (2002). Special Committee on Peacekeeping Operations Concludes Session, Adopts Reports Recommending Enhanced UN Capacity for Peacekeeping. Press Release GA/PK/176, 169ª reunião, 8 de Março.
- *Suplemento à Agenda para a Paz* (1995). A/50/60 -S/1995/1, 3 de Janeiro.
- UN-UNOSDP. Department of Peacekeeping Operations. Disponível em <http://www.un.org/wcm/content/site/sport/dpko>. [Consultado em 11/05/2011].
- UN, (2008). Capstone Doctrine: United Nations Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines. [Em linha]. Disponível em http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf. [Consultado em 11/05/2011].
- United Nations (1988). *Report of the Secretary General to the General Assembly*, UN doc. A/43/1, UN, NY, Setembro.

LIVROS E PAPERS

- Banks, M. (1984). The Evolution of International Relations Theory. In: Banks, M. (Eds.). *Conflict in World Society*. Brighton, Wheatsheaf Books.
- Der Lijn, Jair van (s.d.). *If Only There Were a Blueprint! Factors for Success and Failure of UN Peace-Building Operations*. Clingendael Security and Conflict Programme and Centre for International Conflict Analysis and Management. [Em linha]. Disponível em http://www.clingendael.nl/publications/2009/20090218_joup_lijn3.pdf. [Consultado em 28/02/2011].
- Diehl, Paul (1994). *International Peacekeeping*. Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press.
- Diehl, Paul e Druckman, Daniel (2010). *Evaluating Peace Operations*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- Fetherston, A. B. (1994). *Towards a Theory of UN Peacekeeping*. Houndsmill-Basingstoke, Palgrave.
- Harbottle, Michael (1991). *What is Proper Soldiering? A Study on New Perspectives for the Future Uses of the Armed Forces in the 1990s*. Oxen, Centre for International Peacebuilding.
- Norton, A. R. e Weiss, T. G. (1990). *UN Peacekeepers: Soldiers with a Difference*. Headline Series, no. 292, NY, Foreign Policy Association.
- Pinto, Maria do Céu (2007). *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz (e as Actividades de Peacekeeping de outras Organizações Internacionais)*. Coimbra, Almedina.

- Ratner, Steven (1998). *The New UN Peacekeeping*. NY, St. Martin's Press.
- Rikhye, I. J.; Harbottle, M. e Egge, B. (1974). *The Thin Blue Line: International Peacekeeping and Its Future*, New Haven, Yale University Press.
- UNITAR, *The United Nations and the Maintenance of International Peace and Security*, Lancaster, Martinus Nijhoff, 1987
- Weiss, T.G. (1990.), *The United Nations in Conflict Management: American, Soviet and Third World Views*. NY, International Peace Academy.
- Woodhouse, Tom (1999). *International Conflict Resolution*. Working Paper 1, Centre for Conflict Resolution, Department of Peace Resolution, Universidade de Bradford, Junho.

CAPÍTULOS EM OBRAS COLECTIVAS

- Cockell, John G (2003). Joint Action on Security Challenges in the Balkans. In: Pugh, Michael Pugh e Sidhu, Waheguru P. S. (Eds.). *The UN and Regional Security*. Boulder, CO, Lynne Rienner/IPA..
- Duffield, Mark (1997). Evaluating Conflict Resolution: Contexts, Models and Methodology. In: Gunnar M. Sorbo; Joanna Macrae e Lennart Wohlegemuth. (Eds.). *NGOs in Conflict: An Evaluation of International Alert*. Chr. Michelsen Institute, CMI Report Series, Bergen.
- Fetherston, A. B. (1996). Peacekeeping as Peacebuilding: Towards a Transformative Agenda. In Broadhead, A. (Eds.). *Issues in Peace Research, 1995-6*, Bradford, Bradford University Press Bradford, Bradford University Press.
- Fetherston, A. B. (2000). Peacekeeping, Conflict Resolution and Peacebuilding: A Reconsideration of Theoretical Frameworks. In: Woodhouse, Tom e Ramsbotham, Olivier. (Eds.). *Peacekeeping and Conflict Resolution*. Londres, Frank Cass.
- Holst, J. J. (1990). Support and Limitations: Peacekeeping from the Point of View of Troop-Contributors", in I. J. Rikhye e K. Skjelsbaek (eds.). In: *The United Nations and Peacekeeping: Results, Limitations and Prospects*. Londres, MacMillan.
- Macieira, Rui (2006). A necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas. In: Branco, Carlos Martins Proença Garcia, F.. (Coord.). *Os portugueses nas Nações Unidas*. Lisboa, Prefácio.
- Pugh, Michael (1997). From Mission Cringe to Mission Creep. In: Pugh, Michael. (Ed.). *The UN, Peace and Force*. Londres, Frank Cass.
- Quantitative Analysis. In: *American Political Science Review*, vol. 94, nº 4, Dezembro.
- Fetherston, A. B. (2000). Peacekeeping, Conflict Resolution and Peacebuilding. In: *International Peacekeeping*, vol. 7, nº 1, Primavera.
- Harbottle, Michael (1980). The Strategy of Third Party Interventions in Conflict Resolution. . In: *International Journal*, vol. 35, nº 1, 1980.
- Lidén, Kristoffer (2009). Building Peace between Global and Local Politics: On the Cosmopolitical Ethics of Liberal Peacebuilding. In *International Peacekeeping*, vol. 5, nº 16.
- Luttwak, Edward (1999). Letting Wars Burn. In: *Foreign Affairs*, vol. 78, nº 4, Julho-Agosto.
- Mandell, Brian (1996). Getting to Peacekeeping. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 40.
- Mandell, Brian e Fisher, R. J. (1992). Training Third-Party Consultants in International Conflict Resolution. In: *Negotiation Journal*, vol. 8, nº 3.
- Pugh, Michael (1995). Peacebuilding as Developmentalism: Concepts from Disaster Research. In: *Contemporary Security Policy*, vol. 16, nº 3, Dezembro.
- Russett, B. e Sutterlin, J. S. (1991). The United Nations in a New World Order. In: *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 2, Primavera.
- Shearer, David (1997). Exploring the Limits of Consent: Conflict Resolution in Sierra Leone. In: *Millennium*, vol. 26, nº 3.
- Skjelsbaek, K. (1986). Peaceful Settlement of Disputes by the United Nations and other International Bodies", *Cooperation and Conflict*, vol. 21, nº 3.
- Sherry, George L. (1986). The United Nations, International Conflict, and American Security. In: *Political Science Quarterly*, vol. 101, nº 5.
- Tuck, Christopher (s.d.). Every Car or Moving Object Gone': The ECOMOG Intervention in Liberia. In: *African Studies Quarterly* (The Online Journal for African Studies). [Em linha]. Disponível em <http://web.africa.ufl.edu/asq/v4/v4i1a1.htm>. [Consultado em 2/11/2009].
- Woodhouse, Tom (1999). The Gentle Hand of Peace?. In: *International Peacekeeping*, vol. 6, nº 2, Verão.

ARTIGOS

- Boutros-Ghali, Boutros (1992-1993). Empowering the United Nations. In: *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 5, Inverno.
- Clapham, Christopher (1998). Rwanda: the Perils of Peacemaking. In: *Journal of Peace Research*, vol. 25, nº 2, Março.
- Coate, R. A. e Puchala, D. J. (1990). Global Policies and the United Nations System: A Current Assessment. In: *Journal of Peace Research*, vol. 27, nº 2.
- Diehl, Paul F. (1987). When Peacekeeping does Not Lead to Peace: Some Notes on Conflict Resolution. In: *Bulletin of Peace Proposals*, vol. 18, nº 47.
- Doyle, Michael e Sambanis, Nicholas (2000). International Peacebuilding: A Theoretical and

O MODELO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: QUE PAPEL PARA A SUA ‘ARQUITETURA DE PEACEBUILDING’?

O TEXTO APRESENTA IDEIAS E ARGUMENTOS PRELIMINARES DE PROJETO DE PESQUISA EM ANDAMENTO. O AUTOR AGRA-DECE CRÍTICAS, COMENTÁRIOS E SUGESTÕES ENVIADAS PARA O ENDEREÇO FCAVALCANTE@CES.UC.PT

FERNANDO CAVALCANTE

DOUTORANDO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS
FACULDADE DE ECONOMIA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BOLSISTA DE DOUTORAMENTO
DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA (FCT)

RESUMO

O texto argumenta que a chamada ‘arquitetura de construção da paz’ das Nações Unidas representa passo fundamental para consolidação da prática da Organização nesta área, uma vez que sua criação abriu espaço para discussão e planeamento de estratégias mais focadas. Contudo, diante da fragilidade operacional do arranjo institucional, restam ainda graves desafios para a ‘arquitetura’ de *peacebuilding* nos próximos anos, incluindo a clara definição da sua relação com o Conselho de Segurança e com a Assembleia Geral.

Palavras-chave: Nações Unidas; construção da paz; Comissão de Construção da Paz.

ABSTRACT

This paper argues that the United Nations so-called ‘peacebuilding architecture’ represents a fundamental step towards the consolidation of the Organisation’s practice in that area, since its creations has opened space for discussion and planning of more targeted strategies. However, given the operational fragility of this institutional arrangement, there are still crucial challenges for the peacebuilding ‘architecture’ in the following years, including a clearer definition of its relationship with the Security Council and the General Assembly.

Keywords: United Nations; peacebuilding; Peacebuilding Commission.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, as Nações Unidas (ONU) passaram a desenvolver ativamente ações na área de construção da paz (*peacebuilding*) em situações de pós-conflitos armados. Mais que o envolvimento por meio de operações de manutenção da paz (*peacekeeping*), a Organização passou a atuar, entre outras atividades, no monitoramento e realização de eleições, no desarmamento de grupos armados, no planeamento e mesmo na condução de estratégias políticas e econômicas nacionais. Contudo, foi apenas em 2005 que a ONU criou estruturas institucionais para lidar especificamente com questões de *peacebuilding*. Surgem, assim, a Comissão de Construção da Paz (CCP), o Fundo de Construção da Paz (FCP) e o Escritório de Apoio à Construção da Paz (PBSO, da sigla em inglês). É nestes órgãos, que constituem o que tem sido frequentemente chamado por alguns de ‘arquitetura de construção da paz’ da Organização, que recai o foco desta breve análise.^[55]

Argumenta-se aqui que tal ‘arquitetura’ representa passo fundamental para consolidar a prática da Organização nesta

área, uma vez que sua criação abriu espaço para discussão e planeamento de estratégias mais focadas de *peacebuilding* no sistema ONU. Contudo, diante da fragilidade operacional daquele arranjo institucional, faz-se necessário redefinir o seu papel dentro do sistema ONU, especialmente no que respeita, entre outros, o relacionamento da CCP com o Conselho de Segurança (CSNU) e com a Assembleia Geral (AGNU), bem como o fortalecimento da capacidade analítica do PBSO.

O argumento é desenvolvido em quatro seções. Na primeira, discute-se o conceito de *peacebuilding* e a prática da ONU nesta área ao longo das últimas duas décadas. A seguir, passa-se em revista as principais propostas internas que levaram à criação daquele arranjo. Na terceira seção, apresenta-se a ‘arquitetura de *peacebuilding*’ propriamente dita, destacando-se os mandatos e as principais funções de seus órgãos. À guisa de conclusão, a última seção suscita algumas das limitações e desafios relacionados ao funcionamento daqueles órgãos nos próximos anos.

1. O CONCEITO E A PRÁTICA DA CONSTRUÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

O final da década de 1980 foi marcado por importantes mudanças no sistema internacional, mudanças estas representadas especialmente pelo fim da Guerra Fria e pela intensificação do processo de globalização. Ambos os processos levaram ao

55 O uso da expressão gera controvérsias, uma vez que parece sugerir que a Organização não realizava atividades na área de construção da paz antes da criação daqueles órgãos – vide seção a seguir. Neste texto, a expressão será utilizada, de forma pragmática, apenas para fazer referência à PBC, ao PBSO e ao FCP em conjunto. Deste texto, portanto, não se deve depreender qualquer juízo de valor quanto ao uso da expressão.

rompimento com a configuração bipolar que se seguiu após 1945, proporcionando ganhos de ação às Nações Unidas que, por sua vez, geraram profundas mudanças na natureza das suas operações de paz (vide Jakobsen, 2002).^[56] De fato, nas décadas seguintes, a ONU passaria a desenvolver uma série de atividades que iam muito além da simples interposição das partes beligerantes em situações de conflitos armados.

Esse renovado impulso de envolvimento em conflitos armados via operações de paz foi intensificado nos anos 1990. Nessa década, a ONU não apenas aumentaria o número de suas operações de manutenção da paz, mas também diversificaria suas atividades em situações de conflito e pós-conflito para atuar também nas dimensões política, econômica e social (para uma visão geral, vide Berdal e Economides, 2007, esp. p. 1-31). Ao fazê-lo, a Organização parecia apresentar um entendimento mais complexo e mais abrangente de paz, não mais restrito ao âmbito militar-securitário – o que parece justificar a confusão conceitual, em círculos acadêmicos e políticos, em relação ao uso de termos como ‘operações de paz’, operações de paz de ‘primeira’, ‘segunda’ ou ‘terceira’ geração, ou operações de paz ‘multidimensionais’ e ‘multidisciplinares’ (vide, e.g., Ramsbotham et al., 2011, p. 147-170; Doyle, 1997; Mackinlay e Chopra, 1992).

É neste contexto que o termo *peacebuilding* entra no vocabulário da ONU, em 1992, com a publicação do documento intitulado *Uma Agenda para a Paz*, de autoria do então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali (1992-1996). O documento buscava sistematizar todo o espectro de atividades conduzidas pela ONU em questões relacionadas à paz e à segurança internacionais: diplomacia preventiva, promoção da paz (*peace-making*), manutenção da paz (*peacekeeping*) e construção da paz pós-conflito (*post-conflict peacebuilding*). No documento, este último foi definido como “[an] action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict” (Boutros-Ghali, 1992, para. 21).

Desde então, diversas outras definições de *peacebuilding* foram adotadas por documentos subsequentes nas Nações Unidas (e.g. Boutros-Ghali, 1995; UN, 2000; DPKO, 2008). Todas convergiriam, contudo, para as ideias de prevenir o retorno à violência e de criar condições para uma paz sustentável. Embora não haja, até hoje, uma definição clara de construção da paz aceita em todo o sistema ONU, o uso do conceito pela Organização parece geralmente refletir o entendimento contido na chamada Doutrina Capstone, que caracteriza *peacebuilding* como “a complex, long-term process of creating the necessary conditions for sustainable peace” (DPKO, 2008, p. 18). Ainda de acordo com o documento, a construção da paz “involves a range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development” (ibid., p. 18).

Deste entendimento, depreende-se que a construção da paz das Nações Unidas envolve não apenas ações de caráter militar no domínio securitário, mas também uma gama de atividades nas áreas de desenvolvimento e ajuda humanitária, incluindo atores nas esferas local, nacional e internacional. De fato, desde finais dos anos 1980, as operações de paz da ONU têm incluído, dentre muitas outras ações: o monitoramento de eleições; a prestação de assistência técnica a governos nacionais para identificação de necessidades específicas e para

a implementação de políticas em situações de pós-conflito; o apoio à promoção da democracia e dos direitos humanos; a assistência a reformas no setor de segurança; o apoio a processos de reconciliação nacional e a iniciativas de redução da pobreza (vide, e.g., Berdal e Economides, 2007; O'Neill e Rees, 2005). Embora nem sempre tenham sido classificadas e/ou definidas como ‘construção da paz’, o que importa ressaltar é que várias dessas atividades passaram a ser desenvolvidas de forma condizente com as ideias de se evitar o retorno a situações de violência armada e de se criar as condições necessárias para uma situação de paz sustentável – ideias atualmente entendidas como inerentes ao domínio da construção da paz.

Tais ações, contudo, não eram planejadas e/ou conduzidas por um órgão específico dentro do sistema ONU. Ao contrário, a maior parte dessas tarefas era realizada por órgãos como o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A falta de um locus institucional específico para a discussão e a coordenação das atividades de construção da paz das Nações Unidas viria a ser identificada somente nos anos 2000, tornando-se então objetivo concreto no âmbito mais amplo da reforma da Organização. É este o foco da próxima seção.

2. PROPOSTAS INTERNAS INICIAIS PARA A CRIAÇÃO DA ‘ARQUITETURA DE CONSTRUÇÃO DA PAZ’

Na medida em que as Nações Unidas atuavam em um crescente número de situações de conflito e pós-conflito armado, suas atividades começaram a apresentar problemas e limitações mais claramente. Fundamentalmente, emergiram as dificuldades profundas relacionadas às atividades da Organização que visavam estabilizar contextos pós-conflito e criar condições estruturais para uma paz sustentável e para o desenvolvimento socioeconômico. Como resultado, tanto a operacionalização das estratégias de *peacebuilding* quanto o arcabouço teórico adotado pela ONU foram fortemente criticados (para alguns casos, vide, e.g., Rocha, 2009; Richmond e Franks, 2008; Paris, 2004; para críticas ao modelo teórico, vide, e.g., Pureza et al., 2007; Richmond, 2005). Em meio a tais análises, o relatório de uma equipe de pesquisa do Banco Mundial causou especial impacto no sistema ONU ao assinalar que aproximadamente cinquenta por cento dos países que emergiam de conflitos armados retornava à violência dentro da primeira década de “paz pós-conflito” (Collier et al., 2003, p. 7-8).^[57]

Em 2004, diante do acúmulo de falhas e das críticas feitas às operações de paz durante a década anterior, os membros do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, estabelecido pelo então Secretário-Geral, Kofi Annan (1997-2006), identificaram a inexistência de estruturas institucionais na ONU que buscassem evitar o colapso de Estados e os eventuais conflitos internos daí decorrentes, bem como que apoiassem países na sua transição da guerra para a paz (vide UN, 2004, para. 261). Em consequência, no seu relatório *A More Secure World: Our Shared Responsibility*, o Painel recomendou a criação de uma comissão de construção da paz que centralizasse e coordenasse as ações desenvolvidas nesta área pela Organização (ibid., para. 263).

56 Seguindo a prática recente da própria ONU, o termo ‘operações de paz’ é aqui utilizado de forma genérica para fazer referência a atividades nas áreas de promoção, manutenção e construção da paz.

57 Posteriormente, o Secretário-Geral Kofi Annan faria referência ao prazo de “cinco anos” em seu relatório (Annan, 2005b, para. 114).

O relatório, contudo, não aprofundou o formato da comissão proposta, mas apenas elencou as suas funções e as suas linhas gerais de atuação. Dentre estas, cumpre ressaltar, por exemplo: a proposta de múltiplos arranjos para as reuniões, o que facilitaria a discussão de questões das mais gerais às mais específicas; a sua pequena composição; e a possibilidade de participação dos mais diversos atores envolvidos nas ações de peacebuilding da ONU (ibid., para. 265). O relatório propôs ainda a criação do Escritório de Apoio à Construção da Paz com o fim de dar à CCP o suporte necessário para a realização das suas atividades (ibid., para. 266-269). Finalmente, o relatório propôs a criação de um fundo permanente para construção da paz com o objetivo de financiar gastos de governos recentemente instaurados, além de programas nas áreas de reintegração e reabilitação (ibid., para. 228). No documento, contudo, o fundo proposto não estava explicitamente relacionado à comissão proposta.

As recomendações contidas no relatório *A More Secure World* seriam bem recebidas pelo então Secretário-Geral da ONU, que as endossaria – não sem algumas modificações. Aproveitando-se do momentum criado em torno do processo de reforma da ONU na primeira metade dos anos 2000, Annan defendeu explicitamente, em seu relatório *In larger freedom: towards development, security and human rights for all*, a criação de uma comissão intergovernamental e de um respectivo escritório de apoio dentro da estrutura do Secretariado da ONU (Annan, 2005b, para. 114). Em um dos adendos ao relatório, a proposta mais detalhada sugeria a criação da Comissão como um órgão consultivo do CSNU e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), nesta sequência e de forma não simultânea, com o intuito de evitar duplicação de esforços e confusão (Annan, 2005a, para. 25). A fim de não interferir na estrutura consagrada na Carta da ONU, Annan sugeria, ainda, que cada órgão tratasse apenas das questões referentes à sua competência – o que, na prática, garantia a primazia do CSNU (ibid., para. 26).

O adendo trazia também recomendação concreta quanto ao número de membros efetivos da CCP. Estes, segundo a proposta, deveriam variar entre quinze e vinte, sendo oriundos do CSNU e do ECOSOC, do grupo dos maiores contribuintes de tropas para as operações de paz da Organização, bem como dos maiores contribuintes do proposto fundo permanente para peacebuilding ou de representantes da comunidade de doadores (ibid., para. 27). Nos encontros da CCP que tratassem da situação de países específicos, Annan sugeria, quando apropriado, o envolvimento de autoridades locais e nacionais, atores e organizações regionais, além dos países contribuintes e dos financiadores envolvidos nas ações realizadas no país em questão (ibid., para. 28).

A proposta de Annan deu ainda mais especificidade ao propósito principal da Comissão, que seria o de centralizar as atividades relacionadas à criação e à promoção de estratégias abrangentes de peacebuilding em termos genéricos e em situações concretas (ibid., para. 6). Neste sentido, a Comissão possibilitaria maior coerência entre as ações de Estados-membros e o Secretariado, agências e programas da ONU, apoiaria o planejamento estratégico de países específicos em questões de peacebuilding e proporcionaria um espaço para diálogo entre os mais diversos atores envolvidos na elaboração de estratégias para a reconstrução pós-conflito (ibid., para. 6).

Aspecto de fundamental importância discutido no documento dizia respeito às funções da CCP. Estas seriam: (1) informar adequadamente o CSNU na preparação de suas atividades de peacebuilding e auxiliar nas ações de construção de instituições (institution-building) e desenvolvimento (ibid., para.

9-10); (2) garantir financiamento adequado para a fase inicial de reconstrução pós-conflitos armados, especialmente por meio do proposto fundo permanente para a construção da paz (ibid., para. 11); (3) revisar periodicamente o progresso das atividades de peacebuilding em relação aos objetivos inicialmente delineados para situações concretas (ibid., para. 12-13); (4) garantir continuidade de financiamento e aumentar o período de atenção política durante a fase inicial de reconstrução pós-conflito (ibid., para. 14-15); (5) criar uma instância adicional de prevenção, embora sem função de aviso antecipado (early-warning) (ibid., para. 16-18); (6) identificar e desenvolver as melhores práticas em relação a todo o espectro de ações de peacebuilding (ibid., para. 19); e (7) aperfeiçoar a coordenação dos fundos, programas e agências das Nações Unidas naquela área (ibid., para. 20).

Finalmente, a proposta contida no adendo ao *In Larger Freedom* apresentou mais concretamente os outros dois órgãos mencionados no Relatório do Painel: o Escritório de Apoio à Construção da Paz (Peacebuilding Support Office) e o Fundo de Construção da Paz (Peacebuilding Fund). Segundo a proposta de Annan, o primeiro seria constituído por um grupo de funcionários com vasta experiência e conhecimento sobre peacebuilding e teria como propósito contribuir substancialmente nos encontros da CCP, auxiliar no processo de planejamento das ações de construção da paz e realizar análises sobre as melhores práticas, bem como, quando apropriado, elaborar recomendações políticas (ibid., para. 21-22). O Fundo, por sua vez, não recebeu a mesma atenção por parte do então Secretário, embora este deixasse claro que o estabelecimento de um fundo para apoiar as autoridades nacionais e as atividades iniciais de peacebuilding seria essencial (ibid., para. 23-24).

As propostas contidas nos relatórios *Our Shared Responsibility* e *In Larger Freedom*, que eram complementares em certa medida, seriam endossadas no final de 2005 pelos Chefes de Estado e de Governo presentes na 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Baseada nas propostas anteriores, a declaração final do encontro, o chamado *Outcome Document*, trazia também novas recomendações, inclusive sobre a composição das reuniões sobre países específicos e do Comitê Organizacional – este seria responsável pelas questões procedimentais e administrativas da CCP (vide UNGA, 2005a, para. 100-101). Ainda, ao contrário do que constava no relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, a declaração citava o fundo permanente e o escritório de apoio juntamente com a Comissão, dando a ideia de integração e de coordenação entre os três órgãos (ibid., para. 103-104). Com a adoção da declaração final do encontro em forma de resolução da Assembleia Geral, o estabelecimento da CCP tornava-se uma questão de tempo – a resolução determinava que a Comissão entrasse em funcionamento até o final daquele ano.

3. AS COMPETÊNCIAS PRINCIPAIS E OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO

Seguindo a determinação do *Outcome Document*, a Comissão de Construção da paz foi estabelecida em Dezembro de 2005 como um órgão consultivo intergovernamental por resoluções do CSNU e da AGNU (ver UNSC, 2005; UNGA, 2005b). Nesta seção, apresenta-se os mandatos e as principais funções da CCP, do FCP e do PBSO.

A COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

A CCP viria a ser estabelecida ainda em Dezembro de 2005 pelas Resoluções S/RES/1645, do CSNU, e S/RES/60/180, da AGNU. Contrariando a proposta inicial de Annan, discutida na seção anterior, a CCP foi criada como um órgão subsidiário daqueles dois órgãos. Em ambas as resoluções, os propósitos da CCP são explícitos:

- a) To bring together all relevant actors to marshal resources and to advise on and propose integrated strategies for post-conflict peacebuilding and recovery;
- b) To focus attention on the reconstruction and institution-building efforts necessary for recovery from conflict and to support the development of integrated strategies in order to lay the foundation for sustainable development;
- c) To provide recommendations and information to improve the coordination of all relevant actors within and outside the United Nations, to develop best practices, to help to ensure predictable financing for early recovery activities and to extend the period of attention given by the international community to postconflict recovery. (UNSC, 2005, para. 2; UNGA, 2005b, para. 2)

Na maior parte do seu primeiro ano de funcionamento, a CCP dedicou-se particularmente a discutir questões administrativas e procedimentais, incluindo seus métodos de trabalho. Atualmente, a CCP funciona em três diferentes configurações: o Comitê Organizacional, que define a agenda de trabalhos da Comissão; as Configurações sobre Países Específicos (CSMs, da sigla em inglês), onde questões relacionadas a cada um dos países na agenda da CCP são discutidas separadamente; e o Grupo de Trabalho sobre Lições Aprendidas, responsável por extrair ensinamentos de experiências passadas e por elaborar recomendações sobre o planejamento e a implantação de ações para a construção da paz em situações de pós-conflito armado. Ao passo em que o Comitê Organizacional possui 31 Estados membros,^[58] as CSMs são constituídas de acordo com as especificidades de cada país, incluindo, por exemplo, representantes nacionais, Estados vizinhos e atores como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como organizações da sociedade civil.

Após elaborar regras e procedimentos que guiarão o seu funcionamento, a CCP pôde buscar maior aproximação com outros órgãos e agências do sistema ONU nos anos seguintes, bem como dar visibilidade pública aos seus trabalhos (vide PBC, 2009a, para. 10-26; UNGA e UNSC, 2008, para. 5-13).

Outro aspecto importante refere-se ao início das atividades em relação a países específicos. Estes são incluídos na agenda da CCP por meio de solicitação de aconselhamento do CSNU, do Secretário-Geral, da AGNU, do ECOSOC ou do próprio país em questão. Este último caso, contudo, apenas em “circunstâncias excepcionais”, conforme definido pelas resoluções que criaram a CCP (UNGA, 2005b, para. 12; UNSC, 2005, para. 12).

Ainda em 2006, o Conselho de Segurança solicitou receber recomendações da Comissão sobre a situação específica de dois países, o Burundi e a Serra Leoa, que foram então incluídas na agenda da CCP (vide PBC, 2006). Desde então, mas especialmente a partir de 2007, ambos os países vêm sendo

discutidos sob o formato de CSMs e tiveram importantes documentos aprovados pela CCP: o Strategic Framework for Peacebuilding in Burundi (PBC, 2007b) e o Sierra Leone Peacebuilding Cooperation Framework (PBC, 2007a). Tais documentos identificam as principais necessidades e delineiam as prioridades de construção da paz para cada país na agenda da CCP. Assim, esses documentos seriam também adotados na medida em que outros países fossem incluídos na agenda da CCP: o Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau (PBC, 2008), o Strategic Framework for Peacebuilding in the Central African Republic (PBC, 2009b) e o Draft statement of mutual commitments on peacebuilding in Liberia (PBC, 2010). O país mais recentemente incluído na agenda da CCP foi a Guiné (Conakry), em Fevereiro de 2011. Embora ainda haja muito a ser discutido sobre as prioridades de peacebuilding para aquele caso específico, inclusive seu respectivo documento estratégico, importa ressaltar que a Guiné (Conakry) foi o primeiro país a ser incluído na agenda da CCP em resposta a pedido das autoridades do próprio país diretamente à CCP, e não a solicitação por meio do CSNU, como acontecera com os outros países.

O FUNDO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

A criação do FCP tinha por objetivo responder às necessidades mais imediatas de países em contextos de transformação de situações de conflitos armados para situações de paz, com especial ênfase na fase inicial do processo de *peacebuilding* e quando não houvesse outras fontes de financiamento disponíveis. Após meses de análises e consultas sobre a constituição de um fundo para *peacebuilding* e dos mecanismos de desembolso que deveriam ser adotados, o Secretário-Geral submeteu à AGNU relatório com os termos de referência do FCP em Agosto de 2006 (vide UNGA, 2006).

Os termos seriam posteriormente revisados (vide UNGA, 2009) e, de acordo com os mais recentes termos de referência, o Fundo deve buscar apoiar: ações destinadas a responder ameaças iminentes ao processo de paz; a (re)construção e/ou fortalecimento das capacidades nacionais que assegurem a resolução pacífica de conflitos armados; os esforços para revitalização econômica; e o (re)estabelecimento de serviços administrativos essenciais (UNGA, 2009, para. 2.1). Os mais recentes termos de referência abordam ainda os processos de alocação e de desembolso de recursos (ibid., para. 3.1-3.7) e a administração financeira do Fundo, que ficar a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo seu Multi-Donor Trust Fund Office (ibid., para. 4.1-4.4).

Em relação aos mecanismos de desembolso, cumpre destacar que não apenas os países que constam na agenda da PBC podem se beneficiar do Fundo. De fato, o FCP atualmente apoia países via dois mecanismos, o Immediate Response Facility (IRF) e o Peacebuilding & Recovery Facility (PRF). No primeiro caso, os beneficiários são países que lidam com situações de emergência e necessitam de apoio para realizar ações de peacebuilding e de reconstrução. A escolha dos países que se beneficiam do IRF é feita caso a caso (ibid., para. 3.3). O PRF, por outro lado, foi concebido para apoiar processos estruturados de peacebuilding a partir de análises conjuntas das necessidades específicas por parte das autoridades nacionais e da comunidade internacional (ibid., para. 3.3).

Para garantir o funcionamento do FCP em consonância com os demais órgãos da ‘arquitetura’ de peacebuilding da Organização, as mais relevantes decisões políticas do Fundo, como o montante a ser desembolsado em resposta a solicitações de financiamento, são tomadas, em última instância, pelo/a Chefe

58 Sete membros do CSNU, sete membros do ECOSOC, cinco dos maiores contribuintes para os orçamentos e fundos da ONU, cinco dos maiores países contribuintes de tropas e pessoal civil às missões da ONU e, finalmente, sete membros eleitos pela AGNU (vide UNSC, 2005, para. 4).

do PBSO, sob a autoridade do Secretário-Geral da ONU. Tais decisões, contudo, são normalmente tomadas apenas após consultas com as principais lideranças da ONU e tanto o CSNU quanto a AGNU podem fornecer orientação política (UNGA, 2009, esp. para. 3.5 e 4.1). Adicionalmente, foi estabelecido o Grupo Consultivo, que é constituído por indivíduos com notável conhecimento e experiência na área da construção da paz e tem como objetivo fornecer, de forma independente, orientações ao PBSO, além de supervisionar as alocações do FCP. O Fundo é mantido pelas contribuições voluntárias dos Estados-membros, organizações inter-governamentais e outras fontes, como o setor privado e mesmo indivíduos.

A meta inicial de fundos para o FCP era de 250 milhões de dólares, valor este que foi superado, já no segundo ano de funcionamento, pelas promessas de mais de 40 doadores (vide Annan, 2008, esp. para. 4). Em Abril de 2011, o Fundo contava com aproximadamente 388 milhões de dólares em depósitos e rendimentos. No mesmo mês, o orçamento aprovado para os seis países na agenda da CCP atingiam um total de aproximadamente 154,1 milhões de dólares – 45 milhões para Serra Leoa; 39,6 para o Burundi; 31 para a República Centro-Africana; 19,7 para a Libéria; 12,8 para a Guiné (Conakry) e 6 milhões para Guiné-Bissau (MDTF, 2011; valores em milhões de dólares dos EUA).

O ESCRITÓRIO DE APOIO À CONSTRUÇÃO DA PAZ

O PBSO foi estabelecido como um escritório pequeno e altamente especializado dentro do Secretariado, sendo dirigido por um/a Secretário-Geral Assistente (UNGA, 2005a, para. 104). Seguindo esta lógica, o PBSO foi inserido no Escritório Executivo do Secretário-Geral, o que significa, na prática, que o/a Chefe do PBSO reporta diretamente ao Secretário-Geral.^[59] O Escritório foi criado com o intuito de fornecer apoio técnico especializado à CCP em todos os aspectos e de gerir o FCP. O apoio à CCP é prestado por meio de pesquisa e desenvolvimento de estratégias de construção da paz para os países discutidos no âmbito da Comissão. Além disso, com base em pesquisa e contatos constantes com os organismos das Nações Unidas no terreno, o PBSO delinea estratégias políticas para orientar o desembolso e a alocação de recursos do FCP. O Escritório de Apoio, ainda, auxilia o Secretário-Geral em assuntos relacionados à construção da paz, incluindo a coordenação com outros organismos dentro do sistema das Nações Unidas e com atores externos.

Internamente, o PBSO compreende cinco unidades: (a) o Gabinete do Secretário-Geral Assistente; (b) a Seção de Política, Planejamento e Aplicação, que majoritariamente fornece assistência técnica política à CCP; (c) a Seção de Apoio à CCP, que assiste a Comissão e as Configurações Específicas em questões substantivas e organizacionais; (d) a Seção de Financiamento para a Construção da Paz, cujas principais responsabilidades estão relacionadas à orientação política e à gestão do FCP; e (e) a Seção de Administração e Comunicação, responsável por questões organizacionais e de informação pública.^[60]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo menos desde o final da década de 1980, a ONU tem realizado, em contextos de pós-conflitos armados, ações destinadas a evitar o retorno à violência armada e a construir fundações para uma paz duradoura. Tais atividades, como se discutiu, eram planejadas e conduzidas principalmente por órgãos como o DPA, o DPKO e o PNUD, sem que houvesse órgão especializado dedicado especificamente a questões de construção da paz na estrutura institucional da ONU. Segundo esta perspectiva, portanto, a criação da ‘arquitetura’ de *peacebuilding* já é uma realização em si por simplesmente estabelecer um fórum para discussões específicas e para coordenar os diversos atores envolvidos nas atividades de construção da paz no interior do sistema ONU.

A criação da ‘arquitetura’ foi bem recebida nos círculos políticos próximos à ONU e representa, efetivamente, passo positivo na prática de construção da paz da Organização. Contudo, embora tendo em conta os poucos anos que separam esta análise da criação dos órgãos aqui discutidos, alguns desafios importantes precisam ainda ser discutidos em maior profundidade ou superados nos próximos anos. Alguns desses desafios dizem respeito:

- à necessidade de melhor articulação com outras entidades do sistema ONU: o papel dos órgãos da ‘arquitetura’ é primordialmente consultivo e estes, portanto, não dispõem de capacidade operacional para implantar e conduzir, no terreno, as ações estratégicas que delineiam. Neste sentido, o relacionamento próximo com outros órgãos da ONU apresenta-se como a única alternativa viável não apenas para garantir a condução dessas estratégias conforme sua elaboração, mas também para evitar duplicação desnecessária de esforços pelos diversos entes onusianos;
- ao estreito relacionamento com o CSNU e com a AGNU: tais órgãos são os principais elos do relacionamento dos órgãos da ‘arquitetura’ com as demais estruturas institucionais das Nações Unidas. Ademais, é a concertação de perspectivas e de ações entre esses órgãos que possibilitaria uma abordagem mais holística à construção da paz da ONU, inclusive por potencialmente favorecer a integração de ações de *peacebuilding* nas operações de manutenção da paz autorizadas pelo CSNU e conduzidas pelo DPKO.^[61] Esta abordagem favoreceria ainda a integração do ECOSOC nas discussões e ações de construção da paz, resgatando assim este aspecto da proposta inicial de Annan e potencialmente fortalecendo os laços entre questões de paz e segurança e desenvolvimento no sistema ONU;
- ao incremento da capacidade analítica do PBSO: criado como um escritório “altamente especializado”, o PBSO precisa proporcionar maior suporte técnico às atividades da CCP. Este aspecto deverá se tornar mais relevante e sensível à medida que a CCP for incluindo mais países em sua agenda; e
- ao fortalecimento institucional dos seus órgãos: a CCP, o FCP e o PBSO precisam demonstrar sua mais valia como órgãos especializados em questões de *peacebuilding*, o que parece estar intimamente relacionado à sua capacidade de promover inovação nas estratégias de construção da

59 Desde Agosto de 2009, Judy Cheng-Hopkins (Malásia) é a Secretária-Geral Assistente para a Construção da Paz e Chefe do PBSO. Suas antecessoras foram Jane Holl Lute (EUA, 2008-2009) e Carolyn McAskie (Canadá, 2006-2008).

60 O organograma do PBSO está disponível em <http://www.un.org/peace/peacebuilding/pbsoorganigramme.pdf> [Consultado 02/05/2011].

61 Esta afirmação está em linha com a ideia de que *peacekeepers* podem agir como “early peacebuilders” em operações de manutenção da paz. Esta ideia vem ganhando espaço em discussões internas da ONU e é defendida por alguns Estados-membros, especialmente aqueles em desenvolvimento, e pelo DPKO.

paz elaboradas para países em situações de pós-conflitos armados. Torna-se, assim, fundamental identificar e apresentar, bem como avaliar, os resultados positivos concretos resultantes dessas estratégias.

Algumas ações realizadas nos últimos anos, como a recente inclusão da Guiné (Conakry) na agenda da CCP com base na solicitação do próprio país diretamente via CCP, e não CSNU, demonstram claramente que a 'arquitetura' tem o potencial para preencher a lacuna institucional identificada em 2004 e para ser verdadeiramente inovadora. Contudo, passados os primeiros anos de experimentação e discussões sobre o papel da 'arquitetura de *peacebuilding*', torna-se necessário adequar seu funcionamento às expectativas iniciais da sua criação. Neste sentido, as questões aqui suscitadas apresentam-se como contribuições iniciais a este esforço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Annan, Kofi (2005a). Addendum: Peacebuilding Commission, 23 de Maio de 2005, A/59/2005/Add.2. Nova York, Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Annan, Kofi (2005b). In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All, 21 de Março de 2005, A/59/2005. Nova York, Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Annan, Kofi (2008). The Peacebuilding Fund, Report of the Secretary-General, 4 de Agosto de 2008, A/63/218-S/2008/522. Nova York, Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- Berdal, Mats; Economides, Spyros (Eds.) (2007). United Nations Interventionism, 1991-2004. Cambridge, Cambridge University Press.
- Boutros-Ghali, Boutros (1992). An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping, 17 de Junho de 1992, A/47/277-S/24111. Nova York, Nações Unidas.
- Boutros-Ghali, Boutros (1995). Supplement to an Agenda for Peace: Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations, 3 de Janeiro de 1995, A/50/60-S/1995/1. Nova York, Nações Unidas.
- Collier, Paul et al. (2003). Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy. Washington, World Bank e Oxford University Press.
- Doyle, Michael W. (1997). Ways of War and Peace: Realism, Liberalism and Socialism. Nova York, W.W. Norton & Company.
- DPKO (2008). United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines, Nova York, United Nations Department of Peacekeeping Operations.
- Jakobsen, Peter Viggo. (2002). The Transformation of United Nations Peace Operations in the 1990s: Adding Globalization to the Conventional 'End of the Cold War Explanation'. In: Cooperation and Conflict, vol. 37, no. 3, pp. 267-282.
- Mackinlay, John; Chopra, Jarat. (1992). Second Generation Multinational Operations. In: The Washington Quarterly, vol. 15, no. 3, pp. 113-131.
- MDTF (Multi-Donor Trust Fund Office) [Em linha]. Disponível em <http://mdtf.undp.org/factsheet/fund/PB000> [Consultado 09/05/2011].
- O'Neill, John Terence; Rees, Nicholas (2005). United Nations Peacekeeping in the Post-Cold War Era. Abingdon, Routledge.
- Paris, Roland (2004). At War's End: Building Peace after Civil Conflict. Nova York, Cambridge University Press.
- PBC (2006). Letter Dated 21 June 2006 from the President of the Security Council Addressed to the Secretary-General, 16 de Maio de 2007, PBC/1/OC/2. Nova York, Peacebuilding Commission.
- PBC (2007a). Sierra Leone Peacebuilding Cooperation Framework, 12 de Dezembro de 2007, PBC/2/SLE/1. Nova York, Peacebuilding Commission.
- PBC (2007b). Strategic Framework for Peacebuilding in Burundi, 30 de Julho de 2007, PBC/1/BDI/4. Nova York, Peacebuilding Commission.
- PBC (2008). Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau, 31 July 2008, 2 de Outubro de 2008, PBC/3/GNB/3. Nova York, Peacebuilding Commission.

- PBC (2009a). Report of the Peacebuilding Commission on Its Third Session, 8 de Setembro de 2009, A/64/341-S/2009/444. Nova York, Peacebuilding Commission.
- PBC (2009b). Strategic Framework for Peacebuilding in the Central African Republic 2009-2011, 9 de Junho de 2009, PBC/3/CAF/7. Nova York, Peacebuilding Commission.
- PBC (2010). Draft Statement of Mutual Commitments on Peacebuilding in Liberia, 29 de Outubro de 2010, PBC/4/LBR/L.1. Nova York, Peacebuilding Commission.
- Pureza, José Manuel et al. (2007). As Novas Operações de Paz das Nações Unidas: Os Casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. In: Oficina do CES, no. 290. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/290/290.pdf> [Consultado 09/05/2011].
- Ramsbotham, Oliver et al. (2011). Contemporary Conflict Resolution. Cambridge, Polity Press [3ª ed.].
- Richmond, Oliver P. (2005). The Transformation of Peace. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Richmond, Oliver P.; Franks, Jason. (2008). Liberal Peacebuilding in Timor Leste: The Emperor's New Clothes? In: International Peacekeeping, vol. 15, no. 2, pp. 185-200.
- Rocha, Antônio Jorge Ramalho da (2009). Do Peacekeeping Missions Reinforce State Failure? The Case of Haiti. Comunicação apresentada na 50th Annual Convention of the International Studies Association. Nova York, International Studies Association, 15-18 Fevereiro 2009.
- UN (2000). Report of the Panel on United Nations Peace Operations, 21 de Agosto de 2000, A/55/305-S/2000/809. Nova York, United Nations.
- UN (2004). A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the High-Level Panel on Threats, Challenges and Change, A/59/565. Nova York, Assembleia Geral das Nações Unidas.
- UNGA (2005a). Resolution Adopted by the General Assembly, 2005 World Summit Outcome, 24 de Outubro de 2005, A/RES/60/1. Nova York, United Nations General Assembly.
- UNGA (2005b). Resolution Adopted by the General Assembly, the Peacebuilding Commission, 30 de Dezembro de 2005, A/RES/60/180. Nova York, United Nations General Assembly.
- UNGA (2006). Arrangements for Establishing the Peacebuilding Fund, 22 de Agosto de 2006, A/60/984. Nova York, United Nations General Assembly.
- UNGA (2009). Arrangements for the Revision of the Terms of Reference for the Peacebuilding Fund, 13 de Abril de 2009, A/63/818. Nova York, United Nations General Assembly.
- UNGA; UNSC (2008). Report of the Peacebuilding Commission on Its Second Session, 24 de Junho de 2008, A/63/92-S/2008/417. Nova York, United Nations General Assembly e United Nations Security Council.
- UNSC (2005). Resolution 1645, Adopted by the Security Council at Its 5335th Meeting, 20 de Dezembro de 2005, S/RES/1645. Nova York, United Nations Security Council.

O COMBATE AO TERRORISMO JIHADISTA POR VIA LEGAL: UM SISTEMA AUTO-SUFICIENTE?

FRANCISCO JORGE GONÇALVES

DOUTORANDO
IEP, INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



RESUMO

Após os atentados terroristas *jihadistas* do 11 de Setembro de 2001, a União Europeia produziu legislação no que tange ao combate ao terrorismo e alertou para a necessidade imperiosa de uniformização dos ordenamentos jurídicos dos Estados-membros.

Porém, apesar da produção de medidas legislativas subsequentes, interessa verificar se estas fórmulas legais abarcam todas as ameaças do islamismo – especialmente levando em conta algumas decisões judiciais entretanto proferidas.

Palavras-Chave: Uniformização; Islamismo; Terrorismo; Paz.

ABSTRACT

After the *jihadist* terrorist attacks of September 11 of 2001, the European Union produced legislation concerning the combat of terrorism, and also alerted the need for uniformization of their legal framework for its Member-states.

However, despite the production of additional legal legislation, it matters to verify if these legal formulas captures all the threats of Islamism – specially taking in due count some decisions made by some courts.

Key-Words: Uniformization; Islamism; Terrorism; Peace.

“Nem todos os que se radicalizam são terroristas, mas todos os terroristas passaram por um processo de radicalização”

Magnus Ranstorp et al, Understanding Violent Radicalization. Terrorist and Jihadist Movements in Europe.

INTRODUÇÃO

Face às novas ameaças decorrentes dos atentados terroristas *jihadistas* do 11 de Setembro de 2001, foi aprovada a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002, a qual introduziu uma definição específica e comum de infracções terroristas, visando a uniformização dos ordenamentos jurídicos dos diferentes Estados-membros. A título de exemplo, a expressão «associação estruturada», que engloba o conceito de «grupo terrorista»^[62] prevista no seu artigo 2.º, foi redigida em termos bastante genéricos, de forma a enquadrar a flexibilidade da estrutura dos grupos terroristas *jihadistas* (que possuem uma estrutura não hierárquica^[63]) –

especialmente devido ao facto de os membros daqueles células não possuírem papéis definidos.

Contudo, a respectiva transposição das soluções jurídicas por parte de diversos Estados-membros foi manifestamente incipiente, conforme foi constatado pela Comissão das Comunidades Europeias nos dois relatórios que elaborou. Por outro lado, face à evolução da ameaça terrorista, com um especial enfoque na utilização da internet por parte de indivíduos e de células terroristas, a Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho Europeu, de 28 de Novembro de 2008,^[64] veio regular com maior precisão a criminalização do incentivo público à prática de infracções terroristas, bem como o treino e recrutamento para o terrorismo.

Ora, a simples existência destes mecanismos legais não implica automaticamente que o combate ao terrorismo *jihadista* esteja acautelado pelos diferentes Estados-membros. De facto, a sua aplicação implica o conhecimento profundo da ideologia do Islamismo que sustenta a prática de actos terroristas *jihadistas* – nomeadamente do fenómeno da radicalização. A título de exemplo, o tribunal que analisou o recurso interposto pelos membros da célula de Hofstad, por seu acórdão de 23 de Janeiro de 2008, concluiu que aquela célula carecia de uma «associação estruturada» e apenas manteve a condenação a penas de prisão efectiva de três membros daquela célula – não retirando ilações sobre a forma como o Islamismo os radicalizou.

62 «Para efeitos da presente decisão-quadro, entende-se por “grupo terrorista” a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e actua de forma concertada, com o objectivo de cometer infracções terroristas. A expressão “associação estruturada” designa uma associação que não foi constituída de forma fortuita para cometer imediatamente uma infracção e que não tem necessariamente funções formalmente definidas para os seus membros, nem continuidade na sua composição ou uma estrutura elaborada».

63 É perceptível a falta de uma estrutura hierárquica nas células terroristas *jihadistas* porquanto é mais fácil lidar com membros que se norteiam por diferentes objectivos e intenções, ao invés da estrutura piramidal tradicional, na qual se revela difícil juntar

um grupo de pessoas com objectivos diferenciados. Sobre as vantagens da estrutura em rede ver Sageman (2004, 165 e 166).

64 Alterou os artigos 3.º e 4.º da Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002.

Deste modo, o presente artigo visa analisar se as soluções previstas na legislação acima citada são suficientes para o cabal combate do terrorismo jihadista, tendo como pano de fundo a globalidade das ameaças da ideologia do Islamismo, pois aquelas não se esgotam no uso da violência. Na verdade, o pouco conhecimento do Islão e das suas realidades complexas leva a que os europeus sejam incapazes de distinguir «(...) os moderados dos extremistas que se camuflam numa retórica tolerante» (Baran, 2006, 31).

1. A DUPLA FACETA DO ISLAMISMO: AS AMEAÇAS VIOLENTAS E NÃO-VIOLENTAS

No que tange à qualificação do islamismo, existem múltiplas definições consoante o quadro conceptual adoptado, embora seja possível abarcar num núcleo duro as diversas enunciações. Na realidade, dois pressupostos são essenciais nesta ideologia: a instauração do Estado islâmico, no qual se inclui, ou não, a implementação do califado como órgão político principal, bem como a aplicação da Xária – sendo este tipo de Estado qualificável como totalitário. Efectivamente, apenas os homens islâmicos considerados puros exercem a totalidade dos direitos de cidadania e a legitimidade não assenta na soberania popular, mas na revelação divina.

Destarte, para implementar estes objectivos surgem dois métodos: será através da Dawa (missionação) e da Jihad, sendo certo que, determinadas práticas do Islamismo, se não são violentas – também colocam ameaças às democracias liberais. Na verdade, certos grupos islamitas (v.g. Tablighi Jamaat),^[65] qualificados como não-violentos, tendem a promover medidas que propiciem um isolacionismo intolerante, através da criação de um espaço separado dentro do espaço público – e que seja propício à criação de enclaves, bem como desencorajam os contactos com outras pessoas que pensem de uma forma diferente. Outras das metodologias colocadas por estes grupos concretizam-se na denominada «dupla linguagem», que consiste em expressar em público uma ideia de sã convivência com as regras da sociedade onde se integram. Contudo, em determinados círculos restritos, expressam pontos de vista diametralmente opostos (Vidino, 2011).

Apesar desta realidade, diversos decisores políticos, secundados por alguns segmentos da opinião pública, têm optado por encetar diálogo com algumas organizações islâmicas que à superfície condenam o terrorismo – mas cujas verdadeiras intenções estão camufladas numa «dupla linguagem». Ademais, este diálogo tem sido defendido porquanto este tipo de grupos rejeitam a violência e, como tal, representam a faceta moderada do islão – desempenhando um papel fundamental contra o terrorismo jihadista. De facto, diversos decisores políticos e analistas qualificam os islamitas não-violentos como moderados e pugnam pela sua utilização contra os islamitas violentos

acreditando que somente aqueles podem impedir o recurso à violência, não retirando ilações do facto de o islamismo como ideologia gerar uma série de «(...) alienados e radicalizados» (Baran, 2010, 4).

A título de exemplo, esta dicotomia é patente em Omar Bakri e Anjem Choudary, que sustentam a não utilização da violência na Grã-Bretanha e nos EUA, devido a uma convenção de segurança: em troca da sua segurança e das suas vidas, não lhes é permitido atacar as vidas e os bens dos não-muçulmanos que vivem naqueles países. Todavia, apoiaram os ataques do 11 de Setembro de 2001 – assim como elogiam os ataques terroristas jihadistas noutras partes do globo.

2. O COMBATE AO TERRORISMO POR VIA LEGISLATIVA NA EUROPA: DA INGENUIDADE E FALTA DE UNIFORMIDADE AO REFORÇO DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

As fundações do radicalismo na Europa foram construídas nos meados dos anos 80 do século XX, quando se permitiu a entrada de islamitas radicais que continuaram as suas actividades contra os países de origem. Ficou vulgarmente conhecido como o problema da «ameaça importada» (Vidino, 2005, 47) em resultado de alguma ingenuidade por parte dos governos europeus.

Com efeito, por razões humanitárias diversos países europeus permitiram que islamitas radicais viessem para a Europa, num quadro em que os respectivos governos europeus raramente foram capazes de distinguir entre combatentes da liberdade e aqueles que preparavam atentados terroristas Jihadistas. Por outro lado, a política de asilo de alguns países europeus era bastante permissiva, procedendo-se de forma incipiente à verificação dos factos alegados pelos peticionários. Pior: durante o tempo de espera os beneficiários usufruíam de um sistema de regalias sociais bastante generoso,^[66] sem esquecer que mesmo em caso de expulsão os processos de extradição eram bastante prolongados no tempo.

Ainda assim, mesmo naquelas situações em que os governos Europeus tinham provas concretas e documentadas, fornecidas pelos países de origem (v.g. Egipto) acerca da participação de determinados elementos em actividades terroristas, recusavam a sua deportação. De facto, a extradição era negada com base na argumentação de que nesses países o respectivo sistema judicial não fornecia garantias suficientes na protecção dos direitos fundamentais dos acusados, apesar de publicamente considerarem esses governos seculares islâmicos como democracias (Vidino, 2005).

É certo que um país como a França sempre soube lidar com o problema do terrorismo jihadista, sendo de destacar que a legislação criminal francesa é ainda mais rigorosa que o Patriot Act (Vidino, 2005, 113). Na realidade, o combate ao terrorismo jihadista não é um fenómeno pós 11 de Setembro de 2001, porquanto no princípio dos anos 90 do século XX, o GIA estabeleceu redes em França e noutros países europeus, com o objectivo de atacar o governo da Argélia. Para o efeito, muito contribui para o desmantelamento dessas redes pelas autoridades francesas a criação de legislação específica para o combate deste tipo de terrorismo, salientando-se a centralização de procedimentos legais por juízes especiais anti-terrorismo, assim como a aplicação de sentenças especiais de

65 O Tablighi Jamaat (movimento da mensagem), foi fundado por Maulana Ilyas, um clérigo associado ao movimento deobandi, que visava proteger a identidade dos muçulmanos indianos – face à cultura dominante Hindu e dos seus missionários. Ademais, ainda que apregoem a paz e a tolerância, rejeitam liminarmente qualquer forma de democracia e a legislação secular. Contudo, na medida em que rejeitam qualquer tipo de confronto directo com qualquer governo, as suas actividades são toleradas. Ora, esta realidade é colocada em causa, especialmente pelo facto de pessoas como José Padilla, Richard Reid, John Walker Lindhl, terem em dado momento aderido a este grupo. Por outro lado, aproveitando o facto de alguns membros do Tablighi serem mandados para o Paquistão (para efeitos de treino em termos de missionação), diversos grupos terroristas jihadistas, tentam recrutar membros mais influenciáveis daquele grupo (Alexiev, 2005, 3-11).

66 O caso da Alemanha é bastante significativo quanto a esta questão (McDermott, 2005, 38).

redução de penas para os terroristas arrependidos (Marret, 2010, 200-207).

Porém, foi com os atentados terroristas jihadistas do 11 de Setembro de 2011, que os Estados-membros começaram a reflectir seriamente sobre a necessidade de aprofundar a cooperação judiciária, bem como sentiram a necessidade da uniformização maior na aplicação de medidas para o combate efectivo ao terrorismo no espaço europeu. Neste contexto, resultante do fenómeno da globalização as preocupações em termos de segurança estão centradas nos cidadãos e não apenas nos Estados. Assim sendo, às antigas fronteiras de soberania, juntam-se outro tipo de fronteiras como as de segurança (no quadro de uma aliança), as de interesse e as fronteiras da vulnerabilidade, resultante da própria globalização, que expôs os riscos das sociedades modernas – serem atacadas dentro de si próprias (Leandro, 2003, 8).

Como consabido, a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo, veio concretizar a definição de infracções terroristas. Foram igualmente previstas sanções a aplicar a pessoas singulares e colectivas que tivessem cometido tais infracções – ou que por elas sejam responsáveis, mesmo que não envolvesse a prática de terrorismo. Todavia, a redacção era assaz ambígua e genérica, não sendo explícito, a título de exemplo, o incitamento à prática do terrorismo.

Acresce referir que, a própria Europa tem criado mecanismos importantes no combate ao terrorismo. A título de exemplo, salienta-se a criação do mandato de detenção europeu, a criação de equipas de investigação conjuntas, a criação do EUROJUST, bem como foi adoptada legislação acerca do financiamento do terrorismo e alargado o âmbito da EUROPOL (na área da Intelligence), para ser eficaz no combate ao terrorismo (Vris, 2004).

Finalmente, a Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI do Conselho Europeu, de 28 de Novembro de 2008, veio alterar os artigos 3.º e 4.º da Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002, tipificando expressamente a criminalização do incentivo público à prática de infracções terroristas, bem como o treino e recrutamento para o terrorismo. Através do desmantelamento de células jihadistas, quer pela detenção de diversos islamitas radicais, houve a necessidade de prever claramente que determinadas acções (v.g. apologia do terrorismo, feito por clérigos radicais), mesmo que não envolvessem a violência, deviam ser equiparadas a infracções terroristas, quer porque tais tipos de actos contribuíram decisivamente para a prática (ou tentativa) de infracções terroristas, e cuja importância aumentou exponencialmente através da utilização da internet.^[67]

3. A CÉLULA HOFSTAD: UMA «ASSOCIAÇÃO ESTRUTURADA» VERSUS UM «MERO GRUPO DE AMIGOS»

Hofstad foi o nome utilizado pelo procurador público holandês em 10 de Novembro de 2004, para qualificar um grupo, composto por nove «muçulmanos sociológicos»^[68] de origem marroquina, mas com nacionalidade holandesa, bem como al-

guns convertidos que residiam na cidade de Haia. Aquele grupo era composto por um «núcleo duro» de cinco indivíduos: Mohammed Bouyeri; Ismail Akhnikh; Jason Walters; Samir Azzouz e Nouriddin El Fatm. Destes, era Bouyeri o membro mais mediático, devido ao assassinato do realizador Theo Van Gogh em 2 de Novembro de 2004.

Ora, o Tribunal de Roterdão de primeira instância, no seu veredicto de 30 de Março de 2006, concluiu que o grupo Hofstad era um grupo terrorista ao abrigo dos artigos 140.º e 140-A^[69] do Código Penal Holandês. Aquela redacção tinha sido introduzida em Agosto de 2004 correspondendo à transposição do artigo 2.º da Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002.

Contudo, o tribunal de recurso, por acórdão de 23 de Janeiro de 2008, acolheu a tese simplista de qualificar a célula Hofstad como um «mero grupo de amigos» que se acolhiam em casa de Bouyeri a ver vídeos radicais – desconhecendo o processo de radicalização e suas consequências. Neste sentido, concluiu que o grupo Hofstad carecia de uma «associação estruturada» e apenas manteve a condenação de três dos nove elementos do grupo condenados.^[70] Consequentemente, ilibou os restantes seis membros de todas as acusações – embora tal decisão não fosse isenta de reparos e de inconsistências.^[71]

Em consequência, mesmo um ordenamento jurídico preparado para fazer face a ameaças de grupos terroristas (como é o caso do holandês) está sujeito às interpretações dos tribunais. Por seu lado, estes podem ter entendimentos diferentes das realidades existentes, especialmente por manifesta incompreensão da ideologia do Islamismo que suporta esses actos criminosos – bem como do fenómeno da radicalização. É certo que, no que concerne ao fenómeno da radicalização, se torna difícil a generalização das motivações dos terroristas, e a padronização das diferentes narrativas de recrutamento (entre outras possíveis causas), sendo perceptível a existência de diferentes personalidades, motivações e os diferentes caminhos de radicalização de indivíduo para indivíduo (Ranstorp, 2010). Contudo, algumas características são similares: convicção que o islão esteja a ser atacado pelo Ocidente, a adopção de uma versão radical do Islão que inclui a legitimação da morte de inféis, desejo de morrer numa jihad contra o ocidente, bem como a construção de uma identidade islâmica – incompatível com os valores democráticos das sociedades ocidentais e esses elementos estavam presentes no «núcleo duro» dos membros da célula Hofstad.

Na verdade, existia uma atmosfera anti-ocidental na casa de Bouyeri^[72], na qual alguns dos membros deixaram crescer as

69 «Por grupo terrorista, entende-se um grupo estruturado de duas ou mais pessoas, estabelecido por um período de tempo e actuando para cometer actos terroristas.»

70 A pena de Ismael Akhnikh foi reduzida para apenas 16 meses, ao passo que tanto a Bouyeri, como a Jason Walters foram mantidas as penas, a que foram condenados em primeira instância.

71 Efectivamente, o Tribunal de recurso, para além do crime de homicídio qualificado, condenou Bouyeri pela prática de um crime de incentivo ao ódio, embora não tenha retirado tal ilação a Ismael Akhnikh, que também citou os textos de Bouyeri e até o louvou por matar Theo Van Gogh mas apenas foi condenado a uma pena efectiva de 16 meses por posse de arma proibida. Efectivamente, o tribunal entendeu que as ditas ameaças foram proferidas em casa e não tinham chegado ao conhecimento público.

Porém, o artigo 132.º do Código Penal Holandês também pune o crime de incentivo ao ódio a todos aqueles que tiverem a intenção de publicar tal material. Ora, tanto Jason Walters como Ismael Akhnikh, planeavam publicar os escritos de Bouyeri (e este tinha pedido que o fizessem), mas apenas não o fizeram porquanto foram detidos (Vermaat, 2008).

72 É importante trazer a tereira que Bouyeri (usando o nickname de Abu Zubair) transcreveu obras de Mawdudi e de Qutb para diversos sítios – bem como transcreveu manifestos e panfletos (Nesser, 2005, p.15).

67 Sobre a importância da internet na difusão do radicalismo islâmico ver Gonçalves (2011-b, 245-263).

68 No que tange ao enorme manancial de variáveis presentes nas diversas comunidades islâmicas a residir na Europa (v.g. diferentes origens étnicas, linguísticas, práticas religiosas), acompanhamos Pinto (2006, p.15), Fernandes (2006, p.15) e Roy (2007, p.60), na utilização da terminologia «muçulmanos sociológicos».

barbas e passaram a não vestir roupas ocidentais. De igual maneira, foram também descobertos documentos e vídeos jihadistas nas suas casas privadas e nos seus carros. Ora, esta realidade, aliada a uma sensação de gueto, alimentava a ideia da necessidade de se juntarem à Jihad global contra o ocidente, na qual todos os infiéis eram inimigos e deviam ser combatidos, usando todos os métodos necessários para alcançar esse fim (Nesser, 2005).

Além disso, não era apenas no apartamento de Bouyeri que a ideologia do Islamismo era fomentada. Também no apartamento de Jason Walters e Ismail Akhnikh foram encontrados documentos, tanto em formato papel como em formato digital onde se fazia a apologia da Jihad (como se ensinavam técnicas para o fabrico de bombas) e se glorificava a ideia do mártir, como o grande ideal de comprometimento e fervor religioso. Relativamente a esta metodologia, atente-se que Bouyeri após assassinar o realizador Theo Van Gogh tentou ser abatido pela polícia Holandesa e até transportava consigo um documento onde se orgulhava de morrer como um mártir (Nesser, 2005). Além do mais, aquando da sua captura, Jason Walters também procedeu de molde a que as forças policiais holandesas o abatessem – o que não veio a suceder. Aliás, foi o assassinato daquele realizador holandês que levou à investigação dos seus associados e que posteriormente levou à detenção de outros elementos daquele grupo e que impediu que não fossem executados diversos atentados, quer a pessoas, quer a instalações.^[73]

Por conseguinte, o tribunal de recurso, devia ter retirado as devidas consequências dos actos e ideias manifestadas e enquadrando esta dinâmica de grupo no conceito de «associação estruturada» e qualificando a célula Hofstad como organização terrorista. Como último apontamento, resta acrescentar que em Fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça da Holanda revogou o acórdão do Tribunal de recurso, por entender que o conceito de «associação estruturada» era demasiado restritivo – mandando reformular o sobredito acórdão.

4. «ANSAR AL ISLAM» E O RECRUTAMENTO DE «BOMBISTAS SUICIDAS»: O REGRESSO DO CONCEITO DO «BOM» E DO «MAU» TERRORISMO

Em 2003, três islamitas (Maher Boujahia e Ali Toumi de origem tunisina e Mohamed Daki, natural de Marrocos) foram detidos e acusados de fazerem parte da «Ansar al Islam»,^[74] nomeadamente de financiarem e de recrutarem militantes para combater no Iraque. Contudo, em 2005, a Juíza Italiana Clementina Forleo, ilibou-os da acusação de terrorismo – sendo apenas condenados pelos crimes de posse de documentos falsos e favorecimento de imigração ilegal.

Em defesa da sua posição, sustentou que pelo simples facto do «Ansar al Islam», integrar a lista de organizações terroristas definidas pelas Nações Unidas – não a qualificava automaticamente como grupo terrorista. De igual modo, qualificou a «Ansar al Islam» como uma organização insurgente para combater a ocupação americana, restrita a actividades de guerrilha e financiada por grupos na Europa, mas sem ter uma natureza terrorista, porquanto não fora provado que tinham intenções de executar ou planear actos terroristas. Por último, como um dos elementos afirmou em julgamento que não concordava

com o método do «bombista suicida», a magistrada concluiu que estávamos na presença de uma organização heterogénea. Assim sendo, concluiu que a «Ansar al Islam» não podia ser considerada uma organização terrorista no seu conjunto, e quem recrutava para aquela e a financiava não podia ser considerado terrorista.

É certo que existem muitas definições de terrorismo, bem como em termos académicos, uma variedade de autores fazem a distinção entre grupos insurgentes, guerrilha e terrorismo^[75] – embora isso não transpareça no sobredito acórdão. De igual modo, pelo simples facto de um membro do «Ansar al Islam» discordar dos métodos de «bombista suicida», não desqualifica automaticamente o grupo como organização terrorista. Em suma, é o mesmo que sustentar que se um membro do IRA é contra a sua política de atentados, logo deixa de ser um grupo terrorista, porque passa a ser qualificado como um grupo heterogéneo.

Todavia, o tribunal de recurso confirmou a decisão de 1.^a instância, embora o enfoque já não fosse centrado na qualificação do «Ansar al Islam»^[76] como organização insurgente ou terrorista. De facto, a natureza dos actos de «bombista suicida» como infracção terrorista, seria diferente consoante fosse utilizada em tempos de paz ou durante um conflito armado. Além disso, até deu como comprovado que os arguidos estavam a recrutar voluntários na Europa para serem enviados para campos de treino da «Ansar al Islam» no Iraque – e que seriam treinados como «bombistas suicidas».

Contudo, concluiu que esta factualidade em si era insuficiente para acusar os três arguidos, individualmente ou em conjunto, como recrutadores para a prática de infracções terroristas. Na realidade, até 30 de Junho de 2004 (com a nomeação provisória do 1.^o governo iraquiano) o tribunal de recurso entendeu que se estava perante um conflito armado, no qual o «bombista suicida» não seria qualificado como uma infracção terrorista – porquanto não seria um risco maior do que um «bombardeamento» por parte das Forças da coligação. Deste modo, os três acusados voltaram a ser absolvidos da prática de infracções terroristas.

Em bom rigor, estas duas decisões judiciais, ora se centrando na qualificação do «Ansar al Islam» como organização insurgente, ora desqualificando com infracção terrorista a utilização de «bombistas suicidas» durante um conflito armado (mesmo que atingissem populações civis), veio misturar convicções pessoais dos magistrados contra a guerra do Iraque, toldando o raciocínio na aplicação da legislação vigente. No fundo, trata-se de um retorno da tentativa de adjectivação de «bom» ou «mau terrorismo», tendo apenas como pano de fundo ora, a organização, ora o contexto – esquecendo a qualificação do acto em si mesmo, como infracção terrorista.

Todavia, o Supremo Tribunal Italiano por sua decisão de 23 de Outubro de 2007, veio revogar a decisão do tribunal de 1.^a instância, colocando o enfoque no acto em si. Consequentemente, o marroquino foi condenado a quatro anos, e os dois tunisinos a seis anos. Como último apontamento, resta acrescentar que, pela polémica (e difusão) envolvida por estas duas decisões judiciais emitidas por tribunais italianos, foram uma

73 Efectivamente, Samir Azzouz era suspeito de planear ataques terroristas no parlamento holandês e a outros locais estratégicos como o aeroporto nacional e ao reactor nuclear (Nesser, 2005).

74 «Apoiantes do Islão». Grupo islamita sunita que pretende transformar o Iraque num Estado islâmico, adoptando uma interpretação radical da religião islâmica.

75 Para uma distinção entre grupos terroristas, grupos guerrilheiros e grupos insurgentes ver Hoffman (2006, 13).

76 Em 23 de Outubro de 2003, o Pentágono referiu que este era o principal grupo terrorista adversário das Forças Armadas das forças aliadas no Iraque. De facto, Mullah Fouad, funcionava como recrutador de voluntários para o Iraque em Itália, mas em 2003 fugiu para a Síria quando as autoridades italianas começaram a centrar as suas investigações. Todavia, naquele País continuou a desempenhar a mesma função de recrutamento para o Iraque (Bjorkman, 2010, 39).

das razões que levaram à consagração expressa na Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho Europeu, de 28 de Novembro de 2008, da punição como infracções terroristas, o incentivo público à prática do terrorismo, bem como do treino e recrutamento para o terrorismo.

5. MEDIDAS A SEREM TOMADAS: A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO DAS AMEAÇAS DO ISLAMISMO

Ao longo do presente trabalho verificou-se que após os atentados do 11 de Setembro de 2001, a União Europeia adoptou legislação para uniformizar a legislação de combate ao terrorismo por parte dos seus Estados-membros – embora o seu enfoque estivesse quase exclusivamente centrado na prática de actos violentos. A Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de Junho de 2002, nos seus artigos 3.º e 4.º, já contemplava a criminalização de certos actos, que embora não envolvessem a violência, estavam equiparados a infracções terroristas. Porém, a sua redacção era bastante vaga, mas através do desmantelamento de células terroristas foi perceptível que determinados actos (v.g. apologia do terrorismo) tinham contribuído para a decisão de prática de infracções terroristas.^[77]

É certo que a criminalização do apoio ao terrorismo embora constitua um passo no bom sentido, é ainda insuficiente, tendo em conta as restrições resultantes da Decisão Quadro n.º 2008/919/JAI do Conselho Europeu, de 28 de Novembro de 2008, que estipulou o seguinte:

Deste modo, nenhuma disposição da presente decisão-quadro pode ser interpretada como se destinando a reduzir ou restringir a divulgação de informações com objectivos científicos, académicos ou de informação. A expressão de pontos de vista radicais, polémicos ou controversos em debates públicos acerca de questões políticas delicadas, incluindo o terrorismo, não é abrangida pela presente decisão-quadro, nomeadamente pela definição de incitamento público à prática de infracções terroristas.

É necessário compreender o desconforto das sociedades liberais em restringirem a liberdade de expressão, mesmo de ideias radicais e extremistas, nela se incluindo a apologia ao terrorismo – especialmente num contexto universitário. É preciso trazer à colação que quando se condena a apologia ao terrorismo *jihadista* feita por clérigos radicais, entre outros, é necessário ter em atenção que no decurso dos anos 70 e 80 do século XX, muitos académicos e intelectuais, em relações a grupos terroristas de extrema-esquerda (v.g. RAF, as Brigadas Vermelhas), elogiavam a maior parte dos atentados terroristas

Neste panorama, aquando do rapto de Aldo Moro em vários seminários realizados (e não só) eram pedidos aos alunos que fizessem trabalhos se a sua morte era benéfica para o derrube do capitalismo (Drake, 1995). De igual modo, incentivavam os estudantes universitários a aderirem a esses grupos, elogiando

o recurso à violência – no qual as suas opiniões não se restringiam ao circuito académico. Ora, caso fosse aplicável a actual legislação àquele período histórico, diversas figuras «ilustres» da intelectualidade europeia seriam acusados pelo crime de incentivo à prática de infracções terroristas.

Desta forma, o legislador ao permitir que em caso algum, sob a capa de um pretense «seminário científico», se pode criminalizar a apologia do terrorismo demonstra a falta de conhecimentos do *modus operandi* de grupos islamitas não violentos nesta área. Aliás, grupos como «Islamic Society» (ISoc), entre outros, amiúde, organizam «seminários científicos» em Campus universitários na Grã-Bretanha onde se faz a clara apologia de ideias extremistas, incluindo incentivos ao assassinato de judeus e não muçulmanos (Quilliam, 2010).

É preciso alertar que, aquando da criminalização do apoio ao terrorismo, muitos líderes religiosos de mesquitas radicais, deixaram de proferir sermões em público em defesa de ideias extremistas e passaram a fazê-lo em grupos restritos e usando a língua árabe – sendo esta uma das manifestações das ameaças não violentas do Islamismo.

Por outro lado, urge trazer à terreira que clérigos como Al-Awalaki, desempenharam um papel relevante na radicalização quer do major Malik Hassan, e especialmente de Umar Farouk (Pantucci, 2011, 31) - cujas mensagens e discursos eram reproduzidos e elogiados em conferências e seminários académicos, organizados pelo ISoc (Quilliam, 2010).

É importante referir que a transposição da Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, por parte do Estado Português, através da Lei n.º 17/2011, de 3 de Maio,^[78] não colocou este tipo de restrições, o que demonstra a sensatez do legislador português.

Ainda assim, a União Europeia, sobre uma realidade dinâmica e em constante mutação como é o combate ao terrorismo, antes de criar legislação que meramente reage ao desenrolar dos acontecimentos precisa compreender o fenómeno da radicalização e do recrutamento. Para o efeito, será necessário a prévia criação da respectiva doutrina – incluindo a criação de um livro branco, centrando-se nos factores que levam à radicalização e recrutamento (Ranstorp et al, 2010, 37-45).

É certo que o processo de radicalização é complexo e altamente individualizado determinado pela interacção entre vários factores estruturais e individuais,^[79] logo é extremamente difícil capturar todas as suas dinâmicas, existindo diferentes quadros conceptuais do processo de radicalização, elaborados por diversos autores.^[80] Isto significa que não existe nenhuma fórmula que explique porque os indivíduos se radicalizam, envolvendo diversas etapas e o processo pode ser parado ou reversível. Por fim, ao contrário do contraterrorismo, cujo alvo são os terroristas, a contra-radicalização foca-se nas comunidades que têm por alvo os terroristas para recrutamento, visando fortalecer aquelas comunidades para que se tornem resistentes ao extremismo violento (Vidino, 2011).

Repare-se que, para além da questão específica da radicalização, relativamente ao recrutamento é necessário estudar o fenómeno devido à sua especificidade e das suas novas formas de recrutamento – no qual é perceptível que muitos jovens «muçulmanos sociológicos» querem juntar-se a um grupo

77 A título de exemplo, membros da célula de Madrid procuravam a consulta de clérigos radicais (Rabei Osman e de Sayed Ahmed) para o sancionamento das suas acções. Ademais, Redouan Al-Issar, de nacionalidade síria, funcionava como guia espiritual da célula Hofstad, embora não possuísse qualquer tipo de formação religiosa; era um autoproclamado clérigo, que ministrava palestras radicais na Mesquita Al-Tawheed, tendo desaparecido no dia da morte de Theo Van Gogh (Vidino, 2005).

78 Alterou a Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto (Lei de combate ao terrorismo e que transpõe a Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho), na redacção dada pela Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho.

79 Veja-se a introdução à extensa literatura sobre o processo de radicalização feito por Ranstorp (2010, 1-18).

80 Michael King, e Donald M. Taylor, analisam cinco diferentes quadros conceptuais sobre modelos que explicam o processo de radicalização, verificando bastantes diferenças (King, Taylor, 2011, 603 a 617).

terrorista jihadista, embora não saibam como proceder. A partir desta constatação surgem duas novas realidades: o sistema de conscrição e o sistema de auto-recrutamento. Efectivamente, no sistema de conscrição, o conscrito individual ou em grupo vai à procura dos recrutadores, manifestando a sua vontade em participar na Jihad (v.g. combater no Iraque) e oferecendo os seus préstimos. Por outro lado, no sistema de auto-recrutamento, um indivíduo singular ou em grupo, decide abarcar a Jihad por sua própria iniciativa – criando uma célula terrorista. De resto, para sublinhar a importância do auto-recrutamento, urge trazer à liça que, atento o relatório de 2009 da Europol (2010, 19) cerca de 2/3 dos indivíduos detidos no espaço europeu por suspeita de envolvimento no terrorismo jihadista, não estão ligados a organizações terroristas conhecidas.

Acima de tudo, os decisores políticos têm de ser mais exigentes no que concerne ao conceito de moderado – não bastando se contentar com as palavras de circunstância de condenação do terrorismo. Em consequência, é necessário conhecer o verdadeiro entendimento acerca da cultura e religião islâmica, quer para detectar os radicais dos moderados^[81] – bem como funcionar como contra-propaganda ao Islamismo. Nesse sentido, deve ser encetado um diálogo profícuo entre a sociedade civil e as forças moderadas das comunidades muçulmanas e dar mais publicidade àqueles «muçulmanos sociológicos» que condenam a violência, integralmente e sem reservas. Para tanto, é fundamental não dar relevância a líderes radicais – ou sequer consultá-los em assuntos sociais ou religiosos, visando a integração dos «muçulmanos sociológicos» como cidadãos plenos nas sociedades europeias com vista à paz social – e não o seu isolamento em sociedades paralelas.

NOTAS CONCLUSIVAS

Após o 11 de Setembro, a UE criou legislação para combater o terrorismo *jihadista* – embora alguns Estados-Membros não foram suficientes diligentes em transpor tais normas para os respectivos ordenamentos jurídicos. Através das sentenças analisadas, diversos magistrados ainda têm dificuldade em compreender as diferentes ameaças do Islamismo e do fenómeno da radicalização. Finalmente, conforme comprova a Decisão-Quadro 2008/919/JAI, o combate ao terrorismo *jihadista* por via legal não é um sistema auto-suficiente, sendo contraproducente a não qualificação como infracção terrorista, se a apologia do terrorismo for efectuado num meio académico.

BIBLIOGRAFIA

- AIVD «General and Security Service» (2004). From Dawa to Jihad, The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal Order. Disponível em <http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf>. Consultado em 23 de Maio de 2006.
- ---- (2006). Violent Jihad in the Netherlands. Current Trends in the Islamist Threat. Disponível em <http://www.fas.org/irp/world/netherlands/violent.pdf>. Consultado em 22 de Junho de 2007.
- Alexiev, Alexis (2005). Tablighi Jamaat: Jihad's Stealthy Legions, Middle East Quarterly. Disponível em <http://www.meforum.org/686/tablighi-jamaat-jihads-stealthy-legions>. Consultado em 15 de Julho de 2008.
- Baran, Zeyno (2006). Countering Ideological Support for Terrorism in Europe: Muslim Brotherhood and Hizb ut-Tahrir – Allies or Enemies? Quarterly Journal, Winter. Disponível em https://consortium.pims.org/filestore2/download/3607/Countering%20Ideological%20Support%20for%20Terrorism%20in%20Europe_Zeyno%20BARAN.pdf. Consultado em 12 de Março de 2008.
- ---- (2010) (Coord.). The Other Muslims: Moderate and Secular, Palgrave Macmillan.
- Bjorkman, Carl (2010). Salafi-Jihadist Terrorism in Italy, in Magnus Ranstorp (Coord), Understanding Violent Radicalisation: Terrorist and Jihadist Movements in Europe, Routledge, 2010, pp. 232-248.
- Drake, Richard (1995). The Aldo Moro Murder Case, Harvard University Press.
- Europol, EU Terrorism Situation and Trend Report 2009, (2010). Disponível em http://www.europol.europa.eu/publications/EU_Terrorism_Situation_and_Trend_Report_TE-SAT/TESAT2009.pdf. Consultado em 28 de Maio de 2010.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2006). Islamismo e Multiculturalismo, As Ideologias Após o Fim da História, Coimbra, Almedina.
- Gonçalves, Francisco Jorge (2011). O Islamismo Radical e as Suas Ameaças Não Violentas, Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Instituto Português de Conjuntura Estratégica.
- ----, (2011). A Internet como Meio de Difusão do Radicalismo Islâmico, Nação e Defesa n.º 128, O Mar no Espaço da CPLP.
- Habeck, Mary (2007). Knowing the Enemy: Jihadist Ideology and the War on Terror, New Haven, Yale University Press.
- Hoffman, Bruce (2006). Inside Terrorism, New York, Columbia University Press.
- King, Michael, Taylor, Donald (2011). The Radicalization of Homegrown Jihadists: A Review of Theoretical Models and Social Psychological Evidence, Terrorism & Political Violence, Volume 23, Routledge, Taylor and Francis Group.
- Kung, Hans (2010). Islão. Passado, Presente e Futuro, Coimbra, Edições 70.
- Leandro, Garcia (2003). Entrevista, Revista do Planeamento Civil de Emergência, n.º 16.
- McDermott, Terry (2005). Perfect Soldiers: The 9/11 Hijackers: Who They Were, Why They Did It, HarperCollins.

81 Por exemplo, o facto de um muçulmano usar uma barba comprida não implica necessariamente que seja sinónimo de um radical – mas sim de um crente piedoso.

- Nesser, Petter (2005). The Slaying of the Dutch Filmmaker – Religiously motivated Violence or Islamist Terrorism in the Name of Global Jihad? Norwegian Defense Research Establishment, 2 de Fevereiro de 2005. Disponível em <http://rapporter.ffi.no/rapporter/2005/00376.pdf>. Consultado em 17 de Agosto de 2008.
- Oliver, Roy (2007). *Secularism Confronts Islam*, New York, Columbia University Press.
- Pantucci, Raffaello (2011). A Typology of Lone Wolves: Preliminary Analysis of Lone Islamist Terrorists, The International for the Study of Radicalization and Political Violence (ICSR). Disponível em http://icsr.info/publications/papers/1302002992ICSRPaper_ATypologyofLoneWolves_Pantucci.pdf. Consultado em 4 de Abril de 2011.
- Pinto, Maria do Céu (Coord)(2006). *O Islão na Europa*, Lisboa, Prefácio.
- Quilliam Foundation (2010). *Radicalization on British University Campuses: a Case Study*. Disponível em http://www.quilliamfoundation.org/images/stories/pdfs/radicalisation-on-british-university-campuses.pdf?dm_i=Jl3,9VVO,2Q6oWK,-QMSG,1. Consultado em 24 de Novembro de 2010.
- Ranstorp, Magnus (2010) (Coord). *Understanding Violent Radicalisation: Terrorist and Jihadist Movements in Europe*, Routledge.
- Sageman, Marc (2004). *Understanding Terror Networks*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- ---- (2008). *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*, University of Pennsylvania Press.
- Silber, Mitchell D., Bhatt, Arvin (2007). *Radicalization in the West: The Home-grown Threat*, New York Police Department. Disponível em http://www.nypdshield.org/public/SítioFiles/documents/NYPD_Report-Radicalization_in_the_West.pdf. Consultado em 27 de Julho de 2008.
- Stern, Jessica (2004). *Terror in the Name of God: Why Religious Militants Kill*, Harper Perennial.
- Vidino, Lorenzo (2005). *Al Qaeda in Europe: The New Battleground of International Jihad*, New York, Prometheus Books.
- ---- (2011). *Linkage and Diversity. Current Trends in Terrorism in Europe*, National Defense Research Institute (RAND). Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2011/RAND_OP333.pdf; 2011. Consultado em 12 de Julho de 2011.
- Vermaat, Emerson (2008). *Hofstad Group, Wrong Decision by Dutch Appeals Court*, 31 de Janeiro de 2008. Disponível em <http://www.militantislammonitor.org/article/id/3341>. Consultado em 30 de Abril de 2008.
- Vries, Gijs De (2004). *European Strategy in the Fight against Terrorism and the Co-Operation with the United States*. Disponível em http://ue.eu.int/ue-docs/cmsUpload/CSIS_Washington.13_May_2004.pdf. Consultado em 18 de Janeiro de 2007.

DO ESTADO AO CIBERESPAÇO: NOVAS AMEAÇAS, NOVOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS

PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO
UNIVERSIDADE DE ÉVORA



RESUMO

Assiste-se na arena internacional a novas formas emergentes de conflitos que cada vez mais se posicionam na rede cibernética, provocando a deslocação do campo de batalha para o ciberespaço. A realidade cibernética tende a constituir-se como uma autêntica ameaça à paz e segurança internacional pelo facto de apresentar um campo de batalha não convencional e aparentemente invisível onde se entrecruzam *cyberactivism*, *hacktivism* e *cyberterrorism*. Estas ameaças representam uma realidade incontornável das Relações Internacionais no quadro político e da paz internacional.

Palavras-chave: ciberespaço; novas ameaças; paz; segurança internacional.

ABSTRACT

We are witnessing in the international arena to new emerging forms of conflicts that are causing the displacement of the traditional battlefield to the cyberspace. This reality tends to establish itself as a genuine threat to international peace and security by presenting an unconventional invisible battlefield where interconnects cyberactivism, hacktivism and cyberterrorism. These threats are an inevitable reality in International Relations and in the political framework of international peace.

Key-words: cyberspace; new threats; peace; international security.

NOTAS INTRODUTÓRIAS: A NOÇÃO DE TEMPO MUNDIAL

O século XXI tem vindo a ser paulatinamente assinalado pela afirmação da incerteza do tempo que por sua vez marca a inconstância dos acontecimentos e dos factos na realidade internacional, provocando a gestação de uma mudança não só na natureza do ser humano como também na acepção clássica do papel do Estado enquanto entidade soberana e reguladora quer da ordem interna quer da externa.

Procura-se identificar a real imagem do mundo a partir e em torno da capacidade de sobrevivência do Homem. Esta sociedade, agora qualificada de global, perspectiva uma observação da imagem real do mundo inserida numa cosmovisão do lugar do Homem na redefinição geopolítica da hierarquia das potências. A atenção focaliza-se na perspectiva do ser humano envolvido na sociedade civil para compreender a complexidade crescente da ordem internacional a que se encontra sujeito, tendo em consideração a multiplicidade de identidades, a proliferação de estruturas e de novos actores no sistema internacional.

Para além da multipolaridade ou da defesa da unipolaridade, emerge um outro sistema que segundo Richard Nathan Haass (2008), Presidente do Council on Foreign Relations, se diferencia dos restantes por se caracterizar pela não-polaridade e por surgir num momento de combate à tendência hegemónica ambicionada pelos Estados Unidos. A instabilidade no sistema não-polar pode contribuir para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, o comércio, afectando consequentemente a estrutura do Estado das finanças à política.

A não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económico-financeira a interdependência provoca uma reacção institucional no sentido de que nenhum estado se encontre autoimune à realidade neoliberal que acabou por agravar a pobreza à escala global.

Verifica-se que os dispositivos tecnológicos mudaram radicalmente e substancialmente o mundo e o lugar do Homem. Note-se que o caminho do Homem converge e relaciona-se cada vez mais acentuadamente na necessidade de profetizar o futuro, tendo por base o passado referenciado na sua memória. Assim sendo, quando se assiste à projecção do tempo para a rede geograficamente localizada no ciberespaço a qual renuncia às características tradicionais, nas quais o Estado operava e se baseava desde os tempos mais remotos na construção, na definição das suas políticas e na defesa do interesse nacional à escala planetária.

Aliás, para o Estado soberano o processo de decisão torna-se progressivamente de maior complexidade derivado da dificuldade de adaptação e de conciliação no sistema internacional. Essa situação ocorre por um lado, pela crescente interdependência resultante da globalização e, por outro lado, da própria velocidade comunicacional dos fluxos de informação que cruzam todas as fronteiras terrestres em tempo real e imediato sem sequer outorgar a possibilidade de filtrar ou de analisar todo o volume informativo. Resulta que a impossibilidade de filtrar devidamente a informação que circula no tempo mundial no ciberespaço constitui por si só e para qualquer sistema político um facto perturbador.

Acresce ainda que a realidade internacional se move no interior desse tempo mundial, procurando controlar e monitorizar

as novas ameaças que circulam pelas redes do ciberespaço. De facto, todas estas transformações levam a que o Estado opere e desenvolva um papel virtual no ciberespaço na procura constante do aperfeiçoamento tecnológico. Diga-se de passagem que o Estado perde a sua capacidade de controlar o poder derivado dos mecanismos e do impacto da utilização das novas tecnologias como sendo o caso da internet que pode de facto incrementar a distância entre a virtualidade e a realidade no terreno, produzindo consequentemente um processo de ineficácia política (Noya, 2010).

Precisamente, a principal ideia que advém da utilização da internet, reside na propagação da livre circulação do saber que penetra o mercado à escala planetária. Nesse contexto, a elite política ou os próximos líderes deverão demonstrar uma capacidade superior de interpretação do verdadeiro sentido da magnitude da transmissão de dados a velocidade imediata através da rede virtual. Todavia, a médio prazo, o poder de influência localizar-se-á gradualmente no ciberespaço, lugar pelo qual o destino do mundo concretizar-se-á por aqueles que deterão a capacidade de dominar a rede virtual.

Com efeito, a gestão do saber acompanhada de capacidade criativa funcionará na forma de um agente catalisador de um novo poder situado na internet, escapando por conseguinte ao mecanismo clássico do Estado, o que traduz a incapacidade de outorgar uma nacionalidade ao cibernauta por este último navegar no território virtual sem sequer acompanhado pela correspondente bandeira nacional. Torna-se assim inquestionável que o Homem se tenha convertido num membro do ciberespaço e actue em plena autonomia.

1. DA REALIDADE VIRTUAL ÀS NOVAS AMEAÇAS

Actualmente, a internet não possui uma bandeira nacional ou uma lei internacional que impeça a livre navegação. Contudo, existem casos pontuais como a Coreia do Norte, por sinal o único país do mundo cuja utilização da internet se encontre proibida à população, e permanece em exclusividade para a elite política; ou a República Popular da China que quando se sente ameaçada decide optar pelo bloqueio de determinadas páginas ou motores de procura como o *Google* alegando a defesa do interesse nacional o que constitui para a comunidade internacional uma violação da liberdade. A postura de ambos os países traduz a necessidade de impedir quer o acesso quer a circulação da informação para que a mesma não influencie negativamente as estruturas governativas ou simplesmente para evitar que se tenha conhecimento da realidade para além fronteiras.

É de salientar nesse sentido que o indivíduo transformado em cibernauta pode actuar na qualidade e em nome de um grupo de pressão com possibilidade de mudar ou de alterar o destino das relações internacionais a partir da internet. Aliás, revela-se de interesse o facto de a primavera árabe possuir como ponto de partida não só o acontecimento trágico de Mohamed Bouazizi, mas também a mensagem que o mesmo escreveu na sua página pessoal do Facebook, de pedido de perdão à sua mãe pelo acto que iria cometer e de culpabilização da realidade vigente que o levava à imolação de fogo no fatídico dia 17 de Dezembro de 2010, na praça central de Sidi Bouzid, na Tunísia. Note-se ainda o gesto, pouco antes de renunciar e de entregar o poder às forças armadas egípcias no dia 11 de Fevereiro de 2011, do ex-Presidente Hosni Mubarak na tentativa de bloquear todo o tipo de acesso à internet para evitar a propagação da revolta para o campo cibernético das redes sociais contra o seu regime.

Como se pode verificar, uma das consequências inevitáveis da expansão da internet resulta no facto de considerar que todo o facto doméstico sucedido no seio do Estado enquanto entidade soberana pode constituir um facto ou uma acção potencialmente internacionalizável pela sua transposição ou deslocalização do espaço físico para a realidade virtual. Trata-se de um dos riscos que os Estados enfrentam quer internamente quer externamente porque presentemente não se torna possível separar o Estado da internet e da respectiva projecção à escala global.

As novas tecnologias e o ser humano metamorfoseado em cibernauta têm vindo a conduzir progressivamente à transformação do mundo e à própria vida do Homem. Se por um lado, a internet significa conhecimento e traduz claramente a vantagem de beneficiar do acesso a partir de um ponto específico do globo a um número infinito de ligações em rede que conectam o planeta a uma outra realidade, por outro lado, a negatividade pode surgir a partir do roubo da identidade ou da invasão do domicílio virtual sem o consentimento do internauta o que provoca a suspensão temporária do sentimento de ciberdemocracia. A partir desse preciso momento, o internauta regressa à realidade ao tomar consciência da existência, de uma nova ameaça em forma de crime no mundo virtual, o que consequentemente cria um sentimento de medo constante no simples teclear e navegabilidade na rede.

Contudo, assiste-se paralelamente a uma transferência do campo convencional de batalha, onde as ameaças se identificariam com certa facilidade, para o ciberespaço, tendo um novo rosto invisível denominado de internauta. Assim, as novas ameaças representam um risco com implicações globais para os Estados e a humanidade. Para o Estado, o inimigo sem rosto e sem identidade provoca um sentimento de temor e de perigo superior ao das guerras ou conflitos ditos de tradicionais.

A insegurança no ciberespaço transformou-se no mundo dos rostos invisíveis, onde aqueles que transgridem o espaço de liberdade do internauta comum e penetrem as fronteiras físicas dos Estados terminam conhecidos como hackers. Neste caso, importa destacar os hackers de chapéu branco que se consideram no meio virtual como aqueles que protegem a integridade do sistema sem pretender traduzir as suas acções em crime, ao contrário dos hackers de chapéu preto.

Efectivamente, as principais vítimas são aquelas que se encontram perante uma posição de vulnerabilidade, sendo os casos de crianças quando não devidamente acompanhados por um adulto e de indivíduos que se sentem isolados e/ou sozinhos.

Para além deste tipo de vítima, o Estado, as suas instituições, o sector empresarial ou a banca simbolizam um novo alvo a explorar e a abater por representar um motivo de desafio para quebrar os sistemas de segurança ou uma forma de transmitir a revolta contra as políticas definidas ou um meio para denunciar as violações dos direitos humanos. Os cibercriminosos utilizam os dados recolhidos para posteriormente vender segredos de empresas, códigos de programação ou divulgar segredos de Estado que possam colocar em causa a segurança internacional. Portanto, o hacker não representa exclusivamente os adolescentes norte-americanos que a partir de uma garagem conseguiam atravessar qualquer tipo de barreira de segurança dos sistemas de informação na rede.

O caso de Wikileaks, de Julian Assange, reproduz para a comunidade internacional um exemplo claro de guerrilha informática global que provocou a possibilidade de colocar em causa a paz internacional através da ausência de efectivo controlo do ciberespaço, concretamente no acesso a informação estratégica, vital e sob segredo de Estado. Os mais de 250 000

documentos provenientes do Departamento de Estado norte-americano e do Secret Internet Protocol Router Network (SI-PRNET) trazidos a público comprometem a esfera de actuação quer militar quer diplomática e causam danos irreparáveis de elevado impacto nas relações internacionais, nomeadamente na percepção por parte da sociedade civil. Trata-se sobretudo numa denúncia pública comprometedora de segredos de Estado, das esferas militares aos diplomáticos. Neste campo, a problemática foca-se sobretudo no acesso a documentação supostamente classificada e restrita a um delimitado número de indivíduos, de decisores governamentais e na generalidade de actores políticos e diplomatas.

Com efeito, o hacker opera num mundo paralelo à realidade diária do ser humano no qual a sua motivação expressa um sentimento de revolta em nome de uma causa. Esta mudança que se regista, revela uma nova forma de defender os direitos humanos e compreende uma perspectiva do sentimento de ciberdemocracia que consiste no ciberactivismo por envolver a sociedade e projectar o movimento em desobediência civil por vezes com ligações a organizações como a Greenpeace ou a Amnistia Internacional.

A esse ciberactivismo torna-se possível acrescentar hacktivismo por subverter ou infectar determinados sítios na internet através da construção de sítios espelhos como sendo os casos de World Bank, transformado em Whirled Bank com o desígnio de “our dream is a world full of poverty” para denunciar justamente a pobreza e o sistema financeiro (McCaughy, 2003).

2. A PAZ INTERNACIONAL EM CAUSA: A CIBERGUERRA

A internet tem vindo a converter-se num novo campo de batalha não convencional cujos rostos invisíveis tendem paulatinamente a dominar o ciberespaço, dotando-se de uma arma que representa uma maior perigosidade e ameaça do que a nuclear num cenário virtual dotado de soldados digitais devidamente preparados para actuar em ambiente de ciberguerra. A arma por excelência no ciberespaço reside na capacidade de enviar códigos que consigam quebrar todo o tipo de protocolo de segurança nas mais diversas redes informáticas. No campo de acção do ciberespaço, a obtenção de informação não representa somente um objectivo concreto, verifica-se assim a constituição de outros como por exemplo detectar vulnerabilidades em redes estratégicas para a sobrevivência do Estado.

Neste contexto, a administração norte-americana liderada por Barack Obama decide no ano de 2009 proceder à criação do cargo de “ciberczar”, ocupado desde 2010, pelo General Keith Alexander. Este novo Cibercomando militar do Pentágono, localizado em Fort George Meade, conta com um total de 90 000 efectivos profissionais civis e além disso representa um investimento de cerca de 90 000 milhões de US\$.

Note-se que desde 2006, a Doutrina Conjunta de Operações de Informação do Pentágono estabelece a necessidade de obter a superioridade das forças militares devidamente preparadas para qualquer tipo de intervenção em tempo mundial no ciberespaço. Estas operações defensivas e ofensivas pretendem garantir a integridade do sistema informático norte-americano e dos aliados. Para isso, o objectivo último para vencer uma ciberguerra abrange o controlo da informação e a neutralização dos rostos invisíveis.

Aliás, a Comprehensive National Cybersecurity Initiative, do Executive Office of the President of the United States, tem por princípios: estabelecer uma linha de defesa contra ameaças imediatas que possam colocar em causa o governo; defender

contra todo o tipo de ameaças através do incremento de operações de contra-inteligência; reforçar o futuro ambiente de cibersegurança concretamente pelo desenvolvimento de acções de formação, de educação em ambiente ciber e pela definição de estratégias para dissuadir actividades hostis e maliciosas no ciberespaço.

Estipula ainda a necessidade de: consolidar uma rede com Trusted Internet Connections (TIC); implementar um sistema de detecção de intrusão dotado de sensores passivos como parte integrante da rede governamental; desenvolver um sistema de prevenção de intrusão operado em tempo real denominado de EINSTEIN 3 para identificar e caracterizar o tráfego da internet para reforçar a segurança do ciberespaço; incrementar a segurança e a respectiva classificação da informação sensível para garantir a integridade do sistema e da defesa do interesse nacional; investir na educação do ciberespaço para que a sociedade civil possua o conhecimento adequado quanto à utilização do espaço virtual e por último definir o papel do governo na segurança de infraestruturas críticas e vitais do Estado. Nesse sentido, à data de 15 de Abril de 2011, a administração Obama determina a National Strategy for Trusted Identities in Cyberspace para intensificar a segurança e estabelecer os princípios fundamentais no desenvolvimento do comércio electrónico.

O Pentágono assume o reconhecimento oficial deste novo campo de batalha não convencional do século XXI. Desde 2010 que o U.S Cyber Comand se encontra operacional, tendo o apoio dos Marine Corps Forces Cyberspace. Nos dois últimos anos os Estados Unidos intensificaram operações de simulação de ataques denominados por cyberstorm para incrementar a capacidade defensiva em tempo real, tendo em consideração o facto de a ciberguerra partir de um ataque em qualquer ponto do globo não previamente identificado. Sublinhe-se que o U.S Cyber Comand tem o apoio da comunidade de informações dos países aliados.

Neste momento, a principal preocupação por parte desta nova força que é constituída por homens e mulheres não dotados de capacidade de resistência para sobreviver em ambientes hostis extremos de um campo de batalha convencional, mas sim detentores de conhecimentos técnicos específicos para combater em situação de ciberguerra cujo propósito, reside na defesa e protecção dos domínios “.gov” e “.com”, para além de todo o tipo de infraestruturas governamentais, do sector de educação à defesa (Lynn, 2010).

Na esfera europeia, com o apoio da Europol, pretende-se dotar os Estados-membros de condições tecnológicas suficientes para combater em ambiente de ciberguerra. Contudo, ao contrário da posição norte-americana que apesar de defender e de demonstrar certa preocupação, a União Europeia tem vindo a defender o reforço não só dos efectivos, mas também do desenvolvimento de ferramentas jurídicas e penais para condenar criminalmente em sede própria o cibernauta que cometa infracções e viole inequivocamente a lei. Na esfera do cibercrime, a União Europeia procede igualmente com o auxílio da European Cybercrime Task Force e da European Union Cybercrime Unit.

Assim sendo, para as autoridades europeias e respectivos governos tornam-se evidentes a introdução de um direito penal específico ao ciberespaço e do reforço do controlo da navegação dos cibernautas o que levaria inevitavelmente à violação do direito à privacidade do internauta, visto a possibilidade de monitorizar a sua navegação em ambiente virtual consistir numa clara violação do espaço de liberdade.

Importa destacar que o ciberespaço representa uma ferramenta por excelência para comunicar por canais não detec-

táveis por vezes encriptados que atravessam todo o tipo de barreiras sofisticadas de segurança, o que permite conceber operações de ataque a alvos vitais como a estruturas vitais do Estado. Note-se ainda que a junção de ciber com terrorismo forma o conceito de ciberterrorismo que quer para a elite política quer para a sociedade civil induz o medo, pelo sentimento da deslocalização geoespacial do território físico para a rede virtual. O ciberterrorista ao contrário do hacker tem por aspiração e missão causar o maior número possível de danos não reparáveis aos sistemas informáticos, do sector estatal ao privado, com a possibilidade de envolver danos físicos e psicológicos em civis.

Portanto, procura-se um equilíbrio entre as forças tradicionais militares para garantir a defesa das fronteiras e intervir em caso de conflitos internacionais e entre a componente civil ao serviço do Estado na defesa do ciberespaço e das múltiplas redes informáticas. O ciberterrorismo opera igualmente na internet para a obtenção de fundos financeiros que lhe permitam levar a cabo as respectivas missões. Essa angariação de fundos compreende por exemplo o roubo de dados financeiros dos internautas registados em contas bancárias ou em números de cartões de crédito. Evidencia-se a utilização e a exploração por parte de grupos terroristas projectados para a esfera da rede virtual de software ou de sítios na internet que permitam a edição ou o uploads de ficheiros sem custos adicionais, evitando assim a identificação através de transacções bancárias e mantendo consequentemente o anonimato.

Além disso, o ciberespaço para os grupos qualificados de terroristas serve de base para a troca de comunicação entre os diversos grupos sem incorrer qualquer tipo de risco em ser detectado (Lewis, 2002). Recorde-se que Abu Musab al-Zarqawi, o autoproclamado líder da Al Qaeda no Iraque, transmitia e divulgava as suas mensagens via fora e video streaming na internet, o que provocava e fomentava uma nova atracção para os seguidores jihadists (Kohlmann, 2006). Um outro exemplo, abrange o caso do Hezbollah que reclama a utilização da internet como fonte de informação e de propaganda na luta contra Israel através do sítio < www.hizbollah.org > que por sua vez foi alvo de ataques por parte de hackers israelitas.

Nesse contexto, em nome de uma e-jihad, o Hezbollah reconhece a utilidade e a vantagem da internet numa possível ciberguerra árabe-israelita. Sublinhe-se a criação do sítio UNITY < www.ummah.net/unity >, presentemente inactivo, para implementar estratégias específicas no sentido de causar o maior impacto e danos ao governo israelita, substancialmente na desactivação de sítios pertencentes à rede governamental ou no colapso de sítios ligados a sectores financeiros como a banca ou o Israel's Stock Exchange (Trendle, 2002).

Importa referir numa outra perspectiva o facto de se considerar o conflito do Kosovo como a primeira guerra localizada na internet. Recorde-se que diversos actores desse conflito difundiram pela internet informação, propaganda, inclusive criticaram abertamente opositores. Acresce também a intervenção de hackers ao dar voz à escala mundial contra a situação na Jugoslávia e a postura da NATO perante o escalar do conflito, tendo determinados sítios governamentais sido alvo de ataques no sentido de desactivar os mesmos. A guerra na forma de ciberactivismo consistiu sobretudo na exploração e na denúncia na arena internacional a partir do ciberespaço para transmitir o sentimento de horror de um conflito em território europeu.

Comparativamente para um grupo terrorista um ataque perpetrado em território não virtual outorga um sentido de superioridade em termos de danos e de impacto dramático junto das entidades políticas e da sociedade civil do que uma acção

ocorrida no ciberespaço que terminaria circunscrita naquele espaço. Porém, acompanha-se gradualmente um escalar de tensão e de hostilidade na utilização deste novo poder operado no espaço cibernético. Um ciber ataque por parte de um grupo terrorista pode manifestar-se na interrupção de serviços em infraestruturas críticas, do aprovisionamento de água à gestão e manutenção de uma central nuclear. Em ambos os casos as consequências implicam e visam estruturas físicas com impacto junto da população civil.

Entre Janeiro e Março de 2011, ocorreram dois ataques por parte de hackers, o primeiro visava o acesso a informação estratégica de defesa do Defence Research and Development Canada e o segundo contra a rede do governo francês para a obtenção de informação vital que eventualmente pudesse representar uma ameaça para as próximas cimeiras do G20. Regista-se que recentemente o Departamento de Justiça norte-americano anunciou o desmantelamento de uma rede criminosa que se servia da internet para roubar dados pessoais através da propagação de um vírus espião denominado de coreflood que tinha por incumbência o registo das teclas utilizadas pelo utilizador aquando da sua navegação. O coreflood terminou por infectar cerca de 2,3 milhões de computadores.

Respeitante a custos, o cibercrime coloca em evidência as repercussões da propagação de vírus, de ataques a alvos como as praças financeiras, a degradação dos sistemas de comunicação. Os custos financeiros representam por um lado, perdas na ordem dos mil milhões de US\$ respeitante à propriedade intelectual, a fraudes financeiros, à destruição de dados confidenciais no sector bancário e empresarial, e, por outro lado, denota-se que na fase posterior a um ataque, a dificuldade reside na recuperação da confiança perdida quer internamente quer externamente.

NOTAS FINAIS: A CIBERPAZ

Tendo em consideração que o número total de internautas ascende a 1.966.514.816 para uma população mundial de 6.854.609.960, à data de 30 de Junho de 2010, torna-se evidente a impossibilidade de se pretender ou possuir sequer a intenção de controlar efectivamente na globalidade o ciberespaço que representa o lugar por excelência de liberdade na sua plenitude.

Verifica-se, por conseguinte, uma dependência entre duas realidades distintas, por um lado, o ciberespaço e, por outro lado, o mundo no qual vive o ser humano. A dependência emerge nas mais diversas formas como os casos da comunicação, da aviação, dos serviços governamentais, das finanças, da banca, das instituições público-privadas, do comércio, da medicina e da segurança, entre outros sectores. A conexão de toda esta interdependência origina a possibilidade de colocar em causa e em risco não só informação irrelevante mas, sobretudo, dados estratégicos e vitais do Estado à sociedade civil.

A internet detém por um lado a capacidade de alocar um número infinito de páginas em linha sem custo adicional e, por outro lado, a possibilidade de desenvolver e de acompanhar os fluxos de informação em tempo mundial. A partir desse facto, a internet, não para o internauta comum mas, para aqueles que pretendam desenvolver acções relacionadas com o cibercrime ou ciberterrorismo representa uma verdadeira ferramenta superior a de uma bomba nuclear dotada de capacidade de destruição global. Estas novas ameaças que operam para além fronteiras têm vindo a provocar indirectamente o incremento da segurança do Estado, nomeadamente o sistema informático de estruturas vitais e a constituição de uma

nova força não militar representada por homens e mulheres que saibam operar em ambiente de ciberguerra.

Assim, presencia-se a uma transformação da configuração da manutenção da paz internacional que se projecta do Estado soberano para a realidade virtual, o que gera uma modificação da definição da política interna numa perspectiva internacional, dado que o ciberespaço não possui uma nacionalidade e/ou um território. Torna-se necessário, no sentido de proteger o Estado e respectivos cidadãos, de se proceder ao desenvolvimento de mecanismos de segurança e ao reforço do papel do Estado enquanto entidade soberana e actor das relações internacionais.

Por último, a garantia de um ambiente de ciberpaz significa igualmente o equilíbrio da paz internacional na realidade contemporânea das relações internacionais. O surgimento de novas ameaças que possam pôr em causa o equilíbrio mundial e provocar uma ciberguerra fora do campo de batalha convencional coloca em perigo não só os estados mas toda a humanidade. Daí que as Nações Unidas, através da United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute, tenham na sua agenda a elaboração de um código de conduta internacional referente à utilização do ciberespaço e da envolvente política e jurídica em torno da jurisdição do Estado em caso de intervenção na internet, concretamente na identificação do criminoso que se encontrará fisicamente localizado.

BIBLIOGRAFIA:

- Gray, Chris Hables (2005). *Peace, War, and Computers*. New York, Routledge.
- Haass, Richard (2008). *The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance*. In: *Foreign Affairs*, vol. 87, no. 3, May-June, pp. 44-56.
- Haraway, Donna (1991). *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York, Routledge.
- Internet World Stats [Em linha]. Disponível em <http://www.internetworldstats.com/> [Consultado em 30/04/2011].
- Kohlmann, Evan (2006). *The Real Online Threats*. In: *Foreign Affairs*, vol. 85, no. 5, September-October, pp. 115-124.
- Lewis, James (2002). *Assessing the Risks of Cyber Terrorism, Cyber War and Other Cyber Threats*. [Em linha]. Disponível em http://csis.org/files/media/csis/pubs/021101_risks_of_cyber-terror.pdf [Consultado em 10/04/2011].
- Lynn, William J. (2010). *Defending a New Domain. The Pentagon's Cyberstrategy*. In: *Foreign Affairs*, vol. 89, no. 5, September-October, pp. 97-108.
- McCaughey, Martha; Ayers, Michael (2003). *Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice*. New York, Routledge.
- National Strategy for Trusted Identities in Cyberspace [Em linha]. Disponível em http://www.whitehouse.gov/blog/2011/04/15/president-obama-releases-national-strategy-trusted-identities-cyberspace?utm_source=related [Consultado em 12/04/2011].
- Noya, Javier; Rodríguez, Beatriz (2010). *Teorías Sociológicas de la Globalización*. Madrid, Tecnos.
- The Comprehensive National Cybersecurity Initiative [Em linha]. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/cybersecurity/comprehensive-national-cybersecurity-initiative> [Consultado em 12/04/2011].
- Trendle, Giles (2002). *Cyberwar*. In: *The World Today*, vol. 58, no. 4, April, pp. 7-8.
- United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute [Em linha]. Disponível em <http://www.unicri.it/> [Consultado em 28/04/2011].
- Whirled Bank [Em linha]. Disponível em <http://www.whirledbank.org/> [Consultado em 28/03/2011].

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NAS QUESTÕES DE DEFESA E SEGURANÇA

JOÃO LUÍS DIAS

MESTRANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

No actual mundo globalizado, as ameaças à segurança das populações deixaram de poder ser respondidas e resolvidas única e exclusivamente pelas acções individuais dos Estados. Assim, têm proliferado as organizações internacionais que têm como propósito as questões de defesa e segurança, as alianças e as coligações militares. São estas instituições que, cada vez mais, lidam com questões como os conflitos tradicionais, a manutenção da paz, a não proliferação nuclear, ou o terrorismo. O objectivo deste trabalho é, por isso, estudar essas organizações, assim como a forma como elas, bem como outros actores internacionais, cooperam entre si para lidar e resolver as questões de defesa e segurança.

Palavras-chave: Defesa; Segurança; Cooperação Internacional; Organizações Internacionais.

ABSTRACT

On the current globalized world, the threats to the safety of the populations can no longer be addressed and solved only by the States acting isolated. Therefore, there are a growing number of international organizations that have as purpose the matters of defense and security, as well as military alliances and coalitions. These institutions are the ones which will deal with issues like traditional conflicts, peacekeeping, nuclear non-proliferation or terrorism. The goal of this paper is to study those organizations and the way they, as well the other international actors, work together to deal and resolve the defense and security matters.

Keywords: Defense; Security; International Cooperation; International Organizations.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em cooperação internacional, as questões de defesa e segurança estão, impreterivelmente, em destaque. Aliás, grande parte das instituições internacionais foi criada com base na procura da paz, na sequência de guerras ou conflitos, ou mesmo com objectivos militares.

Durante muito tempo, as principais preocupações inerentes à defesa e segurança eram relacionadas com as chamadas “guerras tradicionais”, disputadas entre Estados ou entre coligações de Estados. Contudo, actualmente, com a Europa (tradicionalmente o palco dos grandes conflitos) pacificada e com o fim da Guerra Fria, novos desafios se levantam, nomeadamente o terrorismo e a proliferação nuclear.

Pelas próprias características destas novas questões que emergem na geopolítica mundial, a necessidade de uma maior cooperação internacional ganhou um novo imperativo e uma maior importância. Assim, faz todo o sentido que se faça uma sintética abordagem ao modo como as instituições internacionais actuam em relação aos assuntos relacionados com a defesa e a segurança, assim como identificar alguns dos principais exemplos de cooperação internacional nestas matérias, desde aqueles que há muito preocupam os actores internacionais, até às novas questões que assolam o actual mundo global. No final, esperamos que o presente trabalho ajude a clarificar a dinâmica das organizações e da cooperação internacional nos assuntos relacionados com a defesa e a segurança.

1. O SISTEMA DE ALIANÇAS E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS MILITARES

Uma das formas mais antigas de cooperação internacional é a aliança militar entre dois ou mais Estados, que juntam esforços para combater um inimigo comum, para desequilibrar o equilíbrio de poder, ou simplesmente para, pelo seu poder combinado, dissuadir preventivamente qualquer tipo de ameaça.

Exemplos disso são as históricas alianças da Grande Aliança no século XVII, da Tríplice Aliança e da Tríplice Entente na I Guerra Mundial, ou dos Aliados e do Eixo na II Guerra Mundial. Estas e outras coligações de Estados foram determinantes na formação do mundo como hoje o conhecemos e, apesar de terem um cariz marcadamente militar, não deixam de ser exemplos por excelência de cooperação internacional.

Na verdade, em alguns casos, as alianças militares foram um prelúdio de uma ligação duradoura e mais abrangente entre os seus membros. As duas guerras mundiais comprovam isso mesmo, dado que, em ambos os casos, os Aliados vitoriosos estimularam e originaram duas organizações de âmbito mundial: a Sociedade das Nações, em 1919, e a Organização das Nações Unidas, em 1945.

Entre o fim da II Guerra Mundial e a actualidade, várias organizações de cariz militar foram constituídas, um pouco por todo o mundo. Na Europa, em 1947, foi assinado, entre a França e o Reino Unido, o Tratado de Dunquerque, com a finalidade de “proteger os Estados europeus caso a Alemanha voltasse a manifestar qualquer tipo de agressão armada” (Cardoso et al, 2006, 25). No ano seguinte, mas já com a perspectiva da

ameaça soviética, foi assinado o Tratado de Bruxelas, que instituiu a adesão da Bélgica, da Holanda e do Luxemburgo à aliança anglo-francesa. Em 1954, deu-se a entrada da Alemanha Ocidental (RFA) nesta organização europeia de defesa, que passou a ser denominada União da Europa Ocidental (UEO). Refira-se, no entanto, que a actividade da UEO tem sido bastante reduzida, em especial devido ao domínio de outra organização nas matérias de defesa e segurança da Europa Ocidental (a NATO, que será abordada de seguida).

Ainda no continente europeu, surgiu a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que teve origem na Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e que teve como principais objectivos fundadores a promoção da democracia e do mercado livre na Europa. Contudo, hoje em dia, esta organização, com 56 países membros, alargou-se a nível mundial, desde a Rússia à América do Norte, passando pela Ásia Central. Adriano Moreira (2005, 469) considera a OSCE:

um embrião de organização, mas ainda sem capacidade efectiva de intervenção, salvo para obter a convergência dos participantes na percepção dos factos e na formulação de políticas.

Mas o caso mais paradigmático é mesmo o da Organização do Atlântico Norte (NATO), que, em 1949, foi constituída como uma organização internacional, com uma estrutura própria e um comando unificado, indo além do conceito de uma mera aliança militar. Esta organização foi criada através do Tratado de Washington, por dez Estados da Europa Ocidental (Reino Unido, França, Itália, Portugal, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega e Islândia) e por dois norte-americanos (Estados Unidos e Canadá). Ao longo dos anos, novos Estados se juntaram ao Tratado do Atlântico Norte: Grécia e Turquia (1952); Alemanha Ocidental (1955); Espanha (1982); República Checa e Polónia (1999); Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia (2004); Albânia e Croácia (2009) (NATO, s.d.).

A NATO pressupunha uma aliança militar e um sistema de defesa comum, construída, no fundo, como uma forma de defender a Europa do perigo que se formava a Leste, com progressiva degradação da relação entre o Ocidente e a União Soviética. Porventura, o ponto mais importante do Tratado do Atlântico Norte é o artigo 5º, que contém a garantia de auxílio mútuo em caso de agressão externa. (NATO, 1992).

Com o fim da Guerra Fria, a NATO perdeu o seu inimigo tradicional, o que levou a uma reestruturação e redefinição da organização e a uma expansão rumo a Leste. Apesar de nenhum dos seus membros estar directamente envolvido no conflito, a NATO desempenhou um papel de relevo na guerra dos Balcãs, nos anos 90. Já no século XXI, e após os ataques terroristas do 11 de Setembro, a Organização do Atlântico Norte envolveu-se no conflito do Afeganistão. Porém, no caso do Iraque, a NATO não interferiu (está apenas presente com uma missão de treino), devido ao veto da França e da Bélgica. Assim, no presente, a NATO tem apenas missões no Afeganistão (ISAF) e no Kosovo (KFOR) (NATO, s.d.).

A criação da NATO, que tinha a clara intenção de fazer frente ao poderio soviético, estimulou uma reacção do bloco de países sob domínio comunista (com excepção da Jugoslávia de Tito), determinados em responder aos aliados ocidentais. Assim, a União Soviética, “depois da entrada da Alemanha Ocidental na NATO, cria o Pacto de Varsóvia, praticamente decalcado da NATO” (Vaisse, 1996, 42). Porém, o fim da Guerra Fria deter-

minou também a extinção do Pacto de Varsóvia. Aliás, vários países que fizeram, anteriormente, parte da aliança soviética, integram, agora, a NATO, casos da Polónia, da Hungria e da República Checa.

Várias outras organizações internacionais que visavam os temas de defesa e segurança foram emergindo, particularmente na segunda metade do século XX. Apesar de muitas delas terem sido, entretanto, extintas, existem outras que ainda subsistem: O Conselho de Defesa Sul Americano, onde têm lugar os países da União das Nações Sul Americanas, que, apesar de não ser uma aliança militar convencional, exige uma coordenação militar regional; a Junta Interamericana de Defesa, composta por civis e militares de 27 nações, que presta assessoria em assuntos militares e de defesa relativos ao hemisfério americano; a Organização para a Cooperação de Xangai que trata, principalmente, de temas de segurança, e que foi estabelecida em 2001, pela China, Rússia, Cazaquistão, Quirguizistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

Apesar de não se tratarem de organizações internacionais de cariz militar, mas sim de âmbito geral, importa referir neste capítulo a ONU e a União Europeia, já que ambas, em especial a primeira, desempenham um importante papel nas temáticas da defesa e da segurança e têm, no seu seio, estruturas próprias para actuar nestes campos.

De facto, um dos órgãos mais relevantes e característicos das Nações Unidas é o seu Conselho de Segurança, que tem responsabilidades sobre a segurança mundial e o poder de intervir em qualquer país. É constituído por quinze membros, cinco permanentes e dez rotativos por um período de dois anos. As cinco nações com assento permanente no Conselho de Segurança são os Estados Unidos, a Rússia, a China, o Reino Unido e a França que possuem ainda direito de veto. Assim, torna-se claro que, como afirma Robert Cantor (1986, 163), “the real power in the Council is concentrated in the five permanent members”.

Na União Europeia, e ao contrário do que sucedeu noutras áreas, a integração ao nível da defesa e da segurança está longe de ser alcançada. Contudo,

Em 1992, o Tratado da União Europeia veio, pela primeira vez, conferir uma nova dimensão à Política Externa e Defesa ao considerá-la como um segundo pilar da União, ainda que assente numa base intergovernamental (Cardoso et al, 2006, 66).

Apesar de a estrutura dos três pilares ter acabado com o Tratado de Lisboa, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) tem sido uma área com tendência a ser reforçada pela União Europeia. Foi nesse sentido que a UEO foi associada à UE, de forma a garantir a defesa da Europa, e que foi criado um novo cargo no interior da estrutura comunitária: o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

2. AS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional nas questões de defesa e segurança engloba um vasto leque de situações e temáticas. Em primeiro lugar, iremos abordar a função tradicionalmente inerentes às organizações ou alianças militares internacionais, ou seja, a participação ou intervenção em conflitos convencionais.

2.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

Até meados do século XX, a coligação entre Estados para combater outros Estados ou coligações era a principal forma de expressão de cooperação internacional, no que diz respeito a questões de defesa e segurança. Contudo, nos dias de hoje, são cada vez menos comuns as guerras ditas convencionais. No caso da Europa, em particular, o único conflito relevante que teve lugar após o final da II Guerra Mundial, foi a guerra dos Balcãs, na década de 90, e, mesmo essa, apesar de ter originado Estados separados, partiu de uma guerra civil na antiga Jugoslávia.

O facto de os últimos 65 anos terem representado um período onde as guerras de monta estiveram praticamente ausentes deveu-se, em grande parte, ao panorama do mundo pós-II Guerra Mundial, profundamente dividido entre as duas grandes potências vencedoras, os Estados Unidos e a União Soviética e as respectivas organizações militares de cada um dos blocos: NATO e Pacto de Varsóvia. “Neste contexto, a segurança e defesa se alcançava através do equilíbrio de forças entre as organizações militares de cada um dos blocos ideológicos” (Pereira, s.d.), que se anulavam mutuamente, num cenário que desencorajou qualquer tipo de confronto entre as duas coligações.

No mundo pós-Guerra Fria, as grandes organizações internacionais viram-se envolvidas em poucos conflitos tradicionais e, em todos eles, a desproporção de forças era por demais evidente, precisamente a favor dos exércitos multinacionais.

Em 1990, após a invasão do pequeno Estado do Kuwait pelas tropas iraquianas de Saddam Hussein, a ONU autorizou a utilização da força, caso o Iraque não abandonasse o território do Kuwait. Consequentemente, foi formada uma coligação de 29 Estados, entre europeus e árabes, com liderança anglo-americana e apoio da UNO e NATO. Já em 1991, após o fracasso da diplomacia, os aliados atacaram as forças iraquianas, que, em poucos dias, foram derrotadas e obrigadas a renderem-se.

Ainda na década de 90, a Organização do Atlântico Norte desempenhou um papel relevante na guerra da antiga República da Jugoslávia. Neste conflito, o envolvimento da NATO iniciou-se em 1992, controlando o embargo de armas imposto pelas Nações Unidas e o apoio aéreo aos capacetes azuis da ONU. Mais tarde, em 1995, deu-se a escalada do envolvimento da NATO no conflito, com a realização de uma barragem de ataques aéreos contra os Bósnios Sérvios, que foi preponderante para a criação de um clima propício para as negociações de paz, que culminariam no Acordo de Dayton (Pereira, s.d.).

Mais recentemente, em 2003, uma força multinacional, composta por quase quatro dezenas de Estados, mas sem o apoio das Nações Unidas ou da NATO, liderada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, voltou a invadir o Iraque, desta vez sob o pretexto de que os iraquianos possuíam armas de destruição massiva que estariam a esconder dos controlos da ONU (estas armas nunca seriam encontradas) e de derrubar o ditador Saddam Hussein. Mais uma vez, a vitória militar da coligação sobre as forças regulares do Iraque foi rápida e relativamente fácil. Porém, os anos seguintes seriam bem mais complicados, com as forças aliadas (em particular, os norte-americanos) empenhadas na tarefa de state-building, a terem uma dura tarefa em conterem a insurreição e os ataques terroristas em solo iraquiano.

2.2. COOPERAÇÃO EM MISSÕES DE PEACEKEEPING

Com o advento das Nações Unidas, um novo conceito surgiu, relativamente ao papel desempenhado por organizações internacionais: o da manutenção de paz, as forças de *peacekeeping*, celebrizadas pelos Capacetes Azuis da ONU.

O principal objectivo da ONU, como é indicado no artigo 1º do capítulo 1 da Carta das Nações Unidas, é

to maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of aggression or other breaches of the peace, and to bring about by peaceful means, and in conformity with the principles of justice and international law, adjustment or settlement of international disputes or situations which might lead to a breach of the peace (United Nations, s.d.)

Para atingir a paz e a segurança, definidos como objectivo prioritário da organização,

o sistema da Carta prevê três vias: o desarmamento, a solução pacífica dos conflitos, e uma série de medidas díspares previstas globalmente no Capítulo VII da Carta, e que incluem sanções contra a agressão (Pereira e Quadros, 2005, 508).

Porém, quando estes métodos de prevenção da paz falham, a Carta impõe que se utilizem “medidas para pôr termo à ameaça à paz, à ruptura da paz ou aos actos de agressão” (cit. in. Pereira e Quadros, 2005, 514). Assim, nessas situações, a ONU pode intervir para remover a ameaça à paz, numa medida de *peacekeeping*, ou para pôr fim a uma agressão já existente, missão essa de *peacemaking* (Taylor e Curtis, 2005).

Desde 1948, as Nações Unidas já realizaram 64 missões deste género, mantendo-se, actualmente, 15 missões da ONU activas, espalhadas por todo o mundo. Entre estas, contam-se, por exemplo, as presenças em Timor-Leste, no Haiti, no Darfur ou no Kosovo (United Nations *peacekeeping*, s.d.).

2.3. COOPERAÇÃO NA NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Desde que, em 1945, o mundo entrou na era nuclear, os esforços com vista a limitar e evitar o uso de armas nucleares tem estado sempre no topo da lista de prioridades da maioria dos governos nacionais e das organizações internacionais.

Em 1968, foi assinado o mais importante acordo internacional de limitação da expansão das armas nucleares, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que pressupunha que os países signatários que não possuísem armas nucleares por altura da assinatura do TNP não as poderiam adquirir no futuro. Apesar de o tratado prever o direito ao uso da energia atómica com fins pacíficos, impõe que essas instalações nucleares sejam alvo de inspecções por parte da Agência Internacional de Energia Atómica, a organização criada, em 1957, no seio da ONU, com o objectivo de promover o uso da energia nuclear com propósitos pacíficos e desencorajar a sua utilização para fins militares. (Cantor, 1986). Actualmente, 189 países já aderiram ao TNP. De fora ficaram a Índia e o Paquistão, duas nações nucleares, e Israel, que, presumivelmente possui capacidade nuclear. Segundo Darryl Howlett (2005, 517),

The Non-Proliferation Treaty is now and old treaty with many limitations, but it also provides an international legal framework that allows for collective actions to address pressing global security issues.

Apesar de o desarmamento ser um dos principais objectivos da ONU, rumo a um mundo mais seguro e pacífico, a verdade é que o grosso do “progresso que se tem obtido em matéria de desarmamento à escala mundial tem sido conseguido fora do âmbito da organização, pela conclusão de vários tratados sobre o desarmamento da iniciativa de grandes potências” (Pereira e Quadros, 2005, 509).

É esse o caso dos vários acordos que foram sendo assinados entre as duas grandes potências nucleares do mundo, os Estados Unidos e a Rússia (anteriormente, União Soviética). Estes dois países, detentores da larga maioria das ogivas nucleares existentes no mundo, assinaram, nos últimos 50 anos, mesmo durante a Guerra Fria, vários tratados que visavam a contenção e a redução das armas nucleares. Em 1963, EUA e União Soviética assinaram o Tratado de Moscovo, que instituiu “a proibição parcial de ensaios nucleares na atmosfera, no espaço extra-atmosférico e debaixo de água” (Pereira e Quadros, 2005, 509). Mais tarde, as mesmas duas nações assinaram o SALT I e o SALT II (este último nunca viria a ser ratificado pelo Senado norte-americano), respectivamente em 1972 e 1974, que previam a limitação dos mísseis intercontinentais e das ogivas nucleares. Em 1987, os dois adversários históricos chegaram a acordo relativamente ao INF, o tratado sobre a eliminação dos mísseis de alcance intermédio.

Já após a queda do Muro de Berlim, em 1991, foi assinado o primeiro tratado START (STrategic Arms Reduction Treaty), que previa a redução dos arsenais nucleares estratégicos (intercontinentais). Dois anos depois, em 1993, Estados Unidos e Rússia firmaram o START II, segundo o qual os Estados signatários teriam de reduzir os seus arsenais nucleares para um número máximo de 3500 ogivas (Pereira e Quadros, 2005).

Recentemente, Estados Unidos e Rússia deram mais um importante passo em frente rumo à redução do número de ogivas nucleares nos seus arsenais, através da assinatura dos Tratados New START, na cidade de Praga, em Abril de 2010. Este acordo colocará um novo limite no número de arma estratégicas dos dois países, que passará a ser de 1550 ogivas.

2.4. COOPERAÇÃO NO COMBATE AO TERRORISMO

A cooperação internacional no que diz respeito ao terror tem sido prejudicada, desde logo, pela polémica em torno da própria definição de terrorismo, questão que tem merecido debate em várias organizações internacionais, como a ONU. Isto acontece porque não existem visões imparciais do fenómeno terrorista e, segundo Vasconcelos (2004), “qualquer definição de terrorismo só poderá ser operacionalmente válida quando apresente neutralidade face ao agente que o define”. Por exemplo, nós, ocidentais, somos detentores de uma visão extremamente fechada do terrorismo e, de acordo com Magalhães (2005),

temos a tendência de assumir que o que fazemos é contra-terrorismo, algo não desejável, mas necessário para atingir um bem maior. Pelo contrário, o que “eles”, os terroristas, fazem é abominável e injustificável. Os “nossos” erros são considerados de carácter excepcional, os erros “deles” são vistos como intencionais e intrínsecos à sua própria natureza. Por outras palavras, “eles” fazem reféns, “nós” detenções.

Contudo, alguns passos foram dados para combater a nível internacional o fenómeno do terrorismo. Por exemplo, em 1985, foi criado o *Public Safety and Terrorism Sub-Directorate*, no seio da Interpol, com o objectivo de melhorar a partilha de informação e a cooperação internacional (Kiras, 2005).

Mas foi nos últimos anos que o terrorismo se tornou uma das maiores preocupações dos governos mundiais e, porventura, a maior ameaça à segurança das populações. Isto porque, após os atentados terroristas do 11 de Setembro, tornou-se evidente que o terror deixaria de estar limitado a uma determinada área geográfica, para passar a ser global e sem fronteiras. E de facto, vários atentados, perpetrados por extremistas islâmicos, se sucederam em vários pontos do mundo, como em Madrid (Março de 2004) ou em Londres (Julho de 2005).

Assim, a resposta ao terrorismo, em especial o perpetrado pela organização de Osama Bin Laden, a Al-Qaeda, responsável pelos ataques do 11 de Setembro, foi uma acção conjunta de vários Estados, que reuniram esforços para enfrentar o inimigo comum. Logo na sequência dos atentados em Nova Iorque e Washington, o artigo 5 da Carta da NATO foi activado pela primeira vez na história da organização, que considerou que os ataques eram elegíveis segundo os termos do Tratado do Atlântico Norte.

O primeiro acto da réplica aos atentados deu-se, ainda em 2001, no Afeganistão, de onde a Al-Qaeda de Bin Laden estaria a operar com o apoio do regime talibã que governava o país. Perante a recusa dos talibãs em entregar Bin Laden, as forças aliadas, sob liderança norte-americana, atacaram o Afeganistão e derrubaram o governo talibã. Em Dezembro de 2001, as Nações Unidas criaram a International Security Assistance Force (ISAF), que teria a seu cargo o controlo da capital do país, Cabul, e das áreas vizinhas. Em 2003, a ISAF passou a estar sob controlo da NATO.

Todavia, o combate global ao terror tem sido afectado por divergências filosóficas relativamente ao modo como os diferentes Estados entendem dever lidar com o fenómeno do terrorismo actual. Uns olham para os grupos como a Al-Qaeda e entendem que é impossível negociar ou chegar a algum tipo de compromisso com essas organizações. Estes líderes acreditam que todos os países têm interesse em participar nesta “war on terror”, sob liderança americana, visto que esta é uma guerra justa e necessária para preservarem o seu modo de vida e se defenderem de ataques ainda mais devastadores nos seus territórios. Porém, outros líderes nacionais têm uma visão diferente. Consideram que a ideia de uma guerra contra o terrorismo apenas resulta em mais represálias dos terroristas e, assim, num ciclo vicioso de escalar de violência. No seu entender, a melhor maneira de lidar com o terrorismo é encará-lo como um acto criminoso e enfrentá-lo com base na Lei. Desta forma, os estados mantêm uma imagem de verticalidade moral, ao mesmo tempo que preservam os valores democráticos e as liberdades civis (Kiras, 2005).

De qualquer forma, parece evidente que a melhor forma de lidar e combater o terrorismo é através do esforço conjunto dos vários Estados e da intervenção das organizações internacionais, em particular a ONU, porque, apesar de os terroristas terem, agora, novas possibilidades e capacidades ao seu dispor, os Estados, individualmente, mas, em especial, colectivamente, são ainda detentores da vantagem política, militar, económica e tecnológica. Assim, segundo Kiras (2005, 495),

the challenge for the global community will be in utilizing its advantages to win the war of ideas that motivates and sustains those responsible for the current wave of terrorism violence.

CONCLUSÕES

As questões da Defesa e da Segurança no mundo de hoje e o papel desempenhado pelas várias organizações internacionais que intervêm nestas temáticas têm suscitado muitas e sérias reflexões. Actualmente, tendo em conta que experienciamos um fenómeno conhecido como Globalização, que coloca novos desafios e ameaças que não conhecem fronteiras, nenhum Estado é capaz de viver isolado da comunidade internacional, assegurando, por si só, a sua própria defesa.

Assim, a adesão a organizações internacionais (e não só de defesa, mas também económicas, sociais, ambientais, etc.) reforça as relações de amizade entre as nações, diminuindo a possibilidade de ocorrência de conflitos. E, mesmo que um qualquer conflito ocorra, o simples facto de se pertencer a uma organização de defesa proporciona, à partida, uma garantia de apoio e protecção por parte dos restantes membros.

Parece claro, por isso, que as organizações internacionais em torno das questões de defesa e de segurança têm tendência para aumentar em número, para ganharem cada vez maior importância, mas, também, uma crescente responsabilidade, que advém dos novos problemas que a globalização colocou, com especial destaque para o terrorismo e para a proliferação nuclear.

Num mundo globalizado e com o recurso às novas tecnologias, um grupo terrorista, radical ou simplesmente um indivíduo lunático, podem fazer de quase qualquer parte do planeta o seu campo de batalha. Assim sendo, apenas uma maior e mais coesa cooperação internacional pode tornar o mundo um lugar mais seguro para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Cantor, Robert (1986). *Contemporary International Politics*. St. Paul, West.
- Cardoso, Carla Pinto, et al. (2006). *A União Europeia: História, Instituições e Políticas*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Kiras, James (2005). *Terrorism and Globalization*. In: *Globalizations of world politics. An introduction to international relations*. Oxford, Oxford University Press, pp. 479-499.
- Magalhães, Ana (2005). A importância de uma definição de terrorismo. [Em linha]. Disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=75. [Consultado em 10/04/2010].
- Moreira, Adriano (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra, Almedina.
- NATO (1992). *The North Atlantic Treaty Organization*. Brussels: NATO Information Service.
- NATO. (s/d). [Em linha]. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>. [Consultado em 04/12/2010].
- Pereira, André Gonçalves e Quadros, Fausto de (2009). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra, Almedina.
- Pereira, Sandra (s/d). Que papel para as organizações internacionais de segurança e defesa na Europa? [Em linha]. Disponível em http://www.achegas.net/numero/vinteecinco/sandra_pereira_25.htm. [Consultado em 03/12/2010].
- Taylor, Paul e Curtis, Devon (2005). *The United Nations*. In: *Globalization of World Politics. An introduction to international relations*. Oxford, Oxford University Press, pp. 405-424.
- UNITED NATIONS. (s/d). [Em linha]. Disponível em <http://www.un.org/en/>. [Consultado em 04/12/2010].
- UNITED NATIONS PEACEKEEPING. (s/d). [Em linha]. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/list.shtml>. [Consultado em 04/12/2010].
- Vaisse, Maurice (1996). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa, Edições 70.
- Vasconcelos, Luísa (2004). Terrorismo Político: 9-11 e a procura do princípio gerador. [Em linha]. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/641/1/217-224FCHS2004-8.pdf>. [Consultado em 10/04/2010].

AMNISTIA, PAZ E DIREITOS HUMANOS

JOÃO PEDRO CAMPOS

ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADOR - JÚNIOR DO
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

Fruto de um interesse cíclico, a amnistia, fórmula mágica em contextos de transição, encerra um potencial de críticas, sendo, simultaneamente, vista como um mal menor, última solução ofertada no altar de uma qualquer transição política.

Poderá este instituto continuar a ser, pontualmente, aceite pela comunidade internacional, mesmo que respeite a violações massivas de direitos humanos?

Partindo do caso da Serra Leoa aborda-se esta problemática, constatando-se a inexistência de critérios despoluídos, quer para a sua utilização, quer para a sua aceitação/rejeição.

Palavras-chave: Conflito; Amnistia; Paz; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Resulting from a cyclical interest, Amnesty, magic formula in transitional contexts, it closes critical potential, being simultaneously regarded as the last solution offered on the *ara* of any political transition.

Can Amnesty remain punctually being accepted by the international community, even referring to massive violations of human rights?

Considering the case of Sierra Leone, we perceive the absence of criteria in the utilization of this instrument and in the arguments for acceptance or rejection.

Key-words: Conflict; Amnesty; Peace; Human Rights.

INTRODUÇÃO

Se nem o tempo, nem as fronteiras deveriam impedir a perseguição dos atentados perpetrados contra a humanidade no seu todo (Desportes & Le Gunehec, 2005), sendo esta a ideia geral associada aos crimes contra a humanidade, crimes que em si mesmo encerram a negação da própria ideia de humanidade e que ofendendo o núcleo fundamental comunitariamente reconhecido, ferem os fundamentos da existência comunitária, legitimando a defesa da jurisdição universal para este tipo de actos (Assunção, 2001) e que foram pela primeira vez referidos enquanto tal no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberga, em Anexo ao Acordo de Londres, respeitante ao julgamento e punição dos grandes criminosos de guerra^[82], posteriormente confirmados pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946^[83] e adoptados pela Comissão do Direito Internacional em 1950.

Neste breve trabalho não caberá a análise da construção dogmática deste tipo de crime, que levantou e levanta ainda, questões importantes, nem tão pouco o relacionamento destes com a consideração do indivíduo enquanto sujeito de Direito Internacional, num ramo do Direito que era considerado fundamentalmente como uma forma de facilitar a coexistência e cooperação entre Estados seculares, nacionais e territoriais e onde a consagração das pessoas singulares^[84] é ainda recente

e só paulatinamente vem sendo consagrada (Almeida, 2009), nem igualmente se leva a cabo uma abordagem directa à problemática da prescrição (tempo) ou do princípio da jurisdição universal (fronteiras). Vamos fundamentalmente focar a nossa atenção na análise do eventual conflito entre normas amnistiantes internas (ou eventualmente constantes de tratado internacional) e normas imperativas de direito internacional, normas de jus cogens.

A questão que aqui nos vai merecer especial atenção é saber se os crimes contra a humanidade podem, ou não, beneficiar de uma amnistia? Nesta particular questão debatem-se não Thánatos e Éros, mas Thánatos e o seu irmão gêmeo Hipnos, personificando assim a luta entre a morte e o sono, ou melhor, entre a morte e o esquecimento. Será que à semelhança do que se constata quanto à imprescritibilidade^[85] dos crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra e crimes de agressão, como ficou estabelecido no Estatuto do Tribunal Penal Internacional^[86], muito embora quanto à imprescritibilidade nos crimes contra a humanidade se defenda que estamos perante um princípio que sempre vigorou no direito internacional,

desenvolvimento intimamente associado ao indivíduo, destinatários por excelência deste ramo do direito (Bassiouni, 2002).

85 Defendendo, seguindo a ideal liberal da prescritibilidade de todos os crimes, que inexistente no catálogo penal (mesmo no catálogo internacional penal) crime algum, por mais repugnante que seja ao sentimento jurídico, relativamente ao qual se possa dizer que as expectativas comunitárias de reafirmação contrafáctica da validade da norma violada e as exigências de prevenção especial perduram indefinidamente (Dias, Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime, 2009).

86 Artigo 29.º

82 Artigo 6.º, alínea c) do Estatuto do Tribunal de Nuremberga.

83 GA Res. 95(I) (1946).

84 Também recente é o tratamento de questões penais e processuais penais pelo direito internacional, encontrando-se o seu

desde Nuremberga e Tóquio (Palma, 2001)^[87], também estes crimes serão, para além de imprescritíveis, inamistiáveis? No presente trabalho faz-se uma primeira abordagem a esta problemática, analisando criticamente a decisão da Appeals Chamber do Tribunal Especial da Serra Leoa no caso Morris Kallon.

1. A AMNISTIA ENQUANTO CAUSA DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE

Embora considere que o desenvolvimento do Direito Internacional não se deva fazer apenas à custa da transposição pura e simples de categorias e dinâmicas de funcionamento internas, de direito interno, para o plano internacional, uma vez que este responde e é influenciado por um conjunto de factores que são estranhos ao direito interno, começaremos, também neste trabalho, por observar que a nível interno o direito de graça é referido como a contraface do direito de punir estadual (Dias, 2009) e assim, integrando-se plenamente numa lógica de afirmação do poder do estado, o exercício da clemência ocorre em todos os espaços estruturais da sociedade, afirmando-se e funcionando como uma forma de manifestar, mas também de legitimar, os vários mecanismos de poder (Santos B. d., 2003).

Se o seu funcionamento é muitas vezes comparado a uma válvula de segurança do sistema (Dias, 2009) esta caracterização ganha um significado mais brutal se transposta para o plano internacional. Não é certamente por acaso que o interesse sobre a temática da amnistia é mais ou menos cíclico, acompanhando o desenrolar, usualmente o esperado fim, da grande maioria dos conflitos armados, bem como consubstanciando uma resposta face a modificações supervenientes, de carácter excepcional, das relações comunitárias.^[88] A nível interno, a amnistia, uma das espécies de actos de graça, consubstancia uma causa de exclusão da responsabilidade criminal em sentido lato, mais precisamente uma das causas de extinção da responsabilidade, juntamente com a morte e a prescrição.

No que respeita à sua qualificação dogmática, a amnistia, os institutos do direito de graça, integram com a carência de pena, não a doutrina do conceito de facto punível, do conceito de crime, mas antes, representando um verdadeiro obstáculo à efectivação da punição (efectividade da sanção), a doutrina da consequência jurídica (Dias, 2007). Outros autores, por seu lado, integram a amnistia e os restantes institutos do direito de graça no âmbito da Teoria Geral da Infracção Criminal, no

capítulo respeitante à punibilidade, quinto e último elemento da definição clássica de crime. Apresentando a amnistia como uma condição de punibilidade por via negativa, ou seja, uma causa que isenta ou que exclui a responsabilidade criminal. Segundo esta posição clássica, um indivíduo teria praticado um facto típico, ilícito e culposos e, no entanto funcionaria, de uma forma totalmente externa ao acto praticado, uma causa de extinção da responsabilidade e, portanto, em última análise, a ausência dessas causas funcionavam também como condição objectiva de punibilidade (Beleza, 2003).

A qualificação da problemática da amnistia no âmbito da doutrina da consequência jurídica tem importantes reflexos, por exemplo, ao nível da impossibilidade de renúncia por parte do agente, bem como, e já no âmbito da discussão sobre a sua natureza jurídica mista (substantiva e processual), conduz-nos à conclusão de que o direito de graça não constitui um pressuposto negativo da punibilidade, pois encontrando-se desligado de considerações sobre a dignidade punitiva do facto (que sempre existirão), constitui antes um pressuposto negativo, um obstáculo à punição, no âmbito da doutrina da consequência jurídica (Dias, 2009). Qualquer medida de graça, num Estado de Direito, só pode dizer respeito à consequência jurídica (impedindo a sua verificação) e nunca ao facto praticado. A amnistia impõe o dever de esquecer, mas não o dever de revisitar o passado (Desportes & Le Gunehec, 2001), impedindo, in fine, a verificação das consequências jurídicas do crime mas não pretende apagar o crime, antes personifica uma renúncia do Estado à punição (Aguilar, 2004).

2. A AMNISTIA E O DIREITO INTERNACIONAL

O Direito Penal Internacional é uma realidade relativamente recente nos manuais de Direito Internacional Público, o seu surgimento não se pode dissociar da também recente consideração do homem como sujeito, embora limitado, de Direito Internacional. Se o Direito Internacional Público clássico respeitava às relações entre Estados e/ou organizações internacionais, a actuação criminosa individual não poderia constituir senão objecto do Direito Penal, *intrinsecamente*^[89] interno, de cada Estado (Ambos, 2003).

Todavia, perante o reconhecimento de bens jurídicos universais^[90], a comunidade internacional encontra-se obrigada a proteger os direitos fundamentais e os Direitos Humanos. A violação destes direitos passou a ser considerada como um delito internacional e a até agora impensável responsabilidade penal internacional do indivíduo vem dando passos de gigante, apesar de alguns advogarem, que actualmente se vive um momento em que a justiça universal está em retrocesso (García, 2010)^[91].

As normas que fundamentam o princípio da responsabilidade penal directa do indivíduo segundo o Direito Internacional Público são normas que na sua essência nasceram do direito consuetudinário não escrito e dos princípios jurídicos gerais do Direito Internacional Humanitário^[92]. Até tempos bem recentes não existiam, salvo os casos do art. 146.º da IV Convenção de Genebra e o art. 5.º (2) da Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura, obrigações convencionais interna-

87 Segundo Fernanda Palma e ao contrário da posição defendida por Figueiredo Dias e por Faria Costa, a imprescritibilidade nos crimes contra os valores essenciais da comunidade internacional, não suscitaria um problema de absoluta incompatibilidade com o princípio da necessidade da pena, sendo justificada por razões derivadas da especial natureza de funções da incriminação daqueles factos (Palma, 2001).

88 Atente-se à notícia de 5 de Janeiro de 2010, surgida já na conclusão do presente trabalho, segundo a qual o mediador do processo de paz na Costa do Marfim e o Primeiro-ministro queniano, Raila Odinga, asseguraram em Nairobi (Quénia) que o presidente cessante da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo beneficiará de uma amnistia se deixar o poder pacificamente. Agência Angola Press. [Em linha]. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2011/01/Odinga-anuncia-amnistia-para-Gbagbo-caso-saida,b5f02756-b9a7-4a4e-9f33-c2702cddbfbf.html [Consultado 21/01/2010]. Ainda sobre a mesma temática, atente-se igualmente à notícia de 21 de Janeiro, segundo a qual o governo tunisino de transição anunciara, na primeira reunião do conselho de ministros desde a deposição do presidente Zine El Abidine Ben Ali, um projecto de lei geral de amnistia. Angola Press. [Em linha]. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2011/01/3/Governo-apresenta-projecto-lei-amnistia-geral,9466aa60-edfe-47f9-89b9-4657e407e0c7.html [Consultado 21/01/2010].

89 Itálico nosso.

90 Art. 55.º, alínea c) da Carta das Nações Unidas.

91 Ponto importante na luta contra a impunidade foi o processo movido contra Pinochet no Reino Unido em 1999. Tendo ficado decidido que no que respeita aos crimes de tortura, a imunidade estatal jamais poderia ser invocada.

92 Art. 38.º do TLIJ.

cionais de aplicação de penas a crimes considerados como crimes contra a humanidade.

Procurando pelo direito consuetudinário internacional e pelos princípios gerais do direito, concluímos que só algumas violações dos Direitos Humanos (Tortura, execuções extralegais e o desaparecimento de pessoas) estão sujeitas a uma obrigação expressa de perseguição e punição. E isto resulta não apenas de normas de soft law de Direito Internacional (Resoluções da NU, etc.) mas também da prática judicial do Direito Internacional Penal. Mesmo antes do Tribunal de Nuremberga já existiram acusações penais contra chefes de Estado, nomeadamente com a tentativa de processar Guilherme II, por crimes de guerra, com base no art. 227.º e ss. do Tratado de Paz de Versalhes de 1919. Com todas as críticas respeitantes, quer quanto à forma de instalação, quer quanto às características de especialidade destes tribunais, o Tribunal de Nuremberga e o Tribunal Militar Internacional para o Extremo-Oriente, constituem um marco histórico fundamental no esforço da comunidade internacional para fundamentar a responsabilidade penal individual por crimes internacionais. Caminho que foi igualmente trilhado pelos tribunais internacionais ad hoc para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda, bem como para os vários tribunais misto, híbridos, internacionalizados, que entretanto foram surgindo.

Ponto máximo desta evolução, bem como ultrapassando já as críticas apontadas aos seus predecessores, o Tribunal Penal Internacional, cujos estatutos foram aprovados em Roma em 1998 e que veio a entrar em vigor em 2002. Mas tudo isto não significa que as amnistias ou disposições equiparadas (leis da impunidade) sejam de excluir em todas as circunstâncias. Elas são mesmo legalmente permitidas pelo art. 6.º, n.º 5 do Segundo Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, uma vez terminadas as hostilidades e com o objectivo da reconciliação nacional. É aliás prática comum (aceite pelo Direito Internacional), que, num quadro de pacificação nacional, se troque a impunidade pela verdade, exemplos como o da África do Sul, de El Salvador ou da Guatemala, são paradigmáticos. Defende-se no entanto que tais normas e “trocas” estejam sujeitas a limites relativamente claros impostos pelo Direito Internacional. Qualquer amnistia que abranja graves violações dos Direitos Humanos (direito à vida e à integridade física) e que, além disso, favoreça as forças de segurança do Estado, só pode ser qualificada como contrária ao Direito Internacional (Ambos, 2003).

Os tribunais internacionais ad hoc e o TPI apontam para um futuro em que a comunidade mundial aceita cada vez menos a impunidade das violações graves dos Direitos Humanos. Com o Tribunal Penal Internacional e a litigação internacional é hoje em dia quase impossível que países em processo de transição se mantenham indiferentes às opiniões internacionais sobre as escolhas e sobre a forma de lidar com o seu passado. Num mundo cada vez mais globalizado, a amnistia não tem qualquer significado se só for eficaz dentro dos limites do país que a concedeu, ou seja, dentro das suas próprias fronteiras.

3. AMNISTIA E PRESCRIÇÃO

Se a problemática da prescrição, da imprescritibilidade, se encontra, actualmente, mais desenvolvida, penso que muitos dos argumentos nesse âmbito esgrimidos podem igualmente ser utilizados para a questão da amnistia e da existência de crimes inamnistiáveis. A exigência de regulamentação da prescrição assenta numa ideia de paz jurídica de tonalidade social, na

diluição da censura comunitária traduzida no juízo de culpa (Costa, 2007).

A imprescritibilidade (Almeida, 2009) encontra-se consagrada no artigo 29.º do Estatuto de Roma do TPI^[93], resultando da consolidação da ideia de que aos core crimes, a saber, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de genocídio e crimes de agressão, deveria ser reconhecida a natureza de *ius gentium*, com importantes reflexos a nível da prescrição. No entanto, não se pode confortavelmente referir que a imprescritibilidade, neste tipo de crimes, decorra do costume internacional e que tenha validade, de igual forma, para todos os crimes internacionais.^[94]

Assim, ao contrário da prescrição, que se encontra expressamente afastada pelo artigo 29.º do Estatuto de Roma, para os crimes da competência do TPI, e da natureza vinculativa para os Estados das penas privativas de liberdade por ele decretadas, não podendo estes modificá-las em caso algum, conforme art. 105.º do Estatuto, afastando-se assim, pelo menos indirectamente, a possibilidade de fazer funcionar um eventual indulto ou qualquer comutação de pena^[95] (Moreira, 2003), de forma a corrigir um eventual excesso de severidade por parte do Tribunal (Caeiro, 2001), as amnistias, apesar de serem um instrumento de aplicação tradicional, impedindo a verificação das consequências jurídicas do crime, criando um obstáculo à efectivação da punição (Dias, 2009), não se encontram expressamente afastadas no Estatuto, muito embora não estejam também referidas como motivo impeditivo da perseguição penal pelo TPI. A ponderação sobre a validade de uma eventual amnistia parece ficar na prudente discricionariedade do Procurador e do juízo de instrução do TPI perante cada caso concreto. Assim, as amnistias nacionais, mesmo que possam ser invocadas perante os tribunais locais/nacionais, poderão não impedir o julgamento perante o TPI, ao abrigo do princípio da complementaridade (Moreira, 2003).

Todavia, se nada há que justifique a imprescritibilidade (Costa, 2002a), inexistindo crime algum, por mais repugnante que seja ao sentimento jurídico, relativamente ao qual possa dizer-se que as expectativas comunitárias de reafirmação contrafática da validade da norma violada e as exigências de prevenção especial perduram indefinidamente (Dias, 2009), poderá o mesmo pensamento ser defendido para a problemática da amnistia? Poderá o mesmo pensamento ser defendido para uma amnistia no âmbito dos crimes contra a humanidade?

A admissibilidade do funcionamento da figura da amnistia para estes casos sempre tem de se compatibilizar com o fundamento da existência do “eu”, do “nós”, se devemos preservar a memória do passado, não nos assistirá o Direito de entrar na memória com sentimento de vingança (Costa, 2002a). Convém referir que a estas problemáticas (imprescritibilidade e amnistia) também se pode juntar a questão da prisão perpétua, como institutos que devem ser integrados numa política criminal humanista, não fazendo sentido, como para a prisão perpétua, negar em absoluto qualquer projecto de restabelecimento da relação do homem com a sociedade, retirando ao

93 A Serra Leoa assinou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional a 17 de Outubro de 1998 e procedeu ao depósito do instrumento de ratificação a 15 de Setembro de 2000.

94 Muito embora esta posição seja mais tranquila no que respeita aos “core crimes”, ou seja, aos crimes de guerra, genocídio e aos crimes contra a humanidade.

95 Ao contrário da possibilidade existente nos Estatutos dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda, onde se previa que os condenados poderiam beneficiar das medidas de clemência adoptadas pelo Estado de execução da pena, desde que os Tribunais internacionais nisso consentissem.

próprio homem a sua grandeza e a sua dignidade (Rodrigues, 2001)^[96].

Por último, a imprescritibilidade, assim como a inibição de amnistiar crimes contra os valores essenciais da comunidade internacional, implica uma adaptação das soberanias punitivas estaduais aos princípios de direito internacional penal, justificada pelo facto de a necessidade de incriminação e da pena dever ser pautada pelo interesse da comunidade internacional, de que o Estado apenas será órgão ou expressão particular (Palma, 2001).

4. A AMNISTIA NO TRIBUNAL ESPECIAL DA SERRA LEOA

O Tribunal Especial da Serra Leoa foi constituído no ano em que entrou em vigor o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2002) e nasce já fruto da experiência com o Tribunal Internacional para a ex-Jugoslávia e com o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda. É sem dúvida um Tribunal *ad hoc*, com competência para punir as violações graves do direito internacional dos Direitos do Homem, para crimes como o genocídio, crimes contra a humanidade ou de outros crimes graves (Machado, 2003) que, ultrapassando a limitação da competência temporal do TPI (art. 11.º, n.º 1) e concretizando a sua especial natureza, porque especialmente constituído para aplicar retroactivamente a lei penal (Costa, 2002b), tinha como missão fulcral sindicar violações de Direito Internacional Penal.

Este tipo de tribunal assume uma forma híbrida, fruto do seu processo de criação e do facto de aplicar, quer legislação nacional da Serra Leoa, quer o Direito Internacional, sendo também referido como um tribunal que se internacionalizou, um tribunal nacional internacionalizado (Machado, 2003), à semelhança do Tribunal de Timor-Leste, do Tribunal Especial para o Camboja, do Tribunal do Iraque, dos tribunais nas zonas do Kosovo administradas pelas Nações Unidas e da câmara especial de crimes de guerra no seio do Tribunal do Estado da Bósnia e Herzegovina, com sede em Sarajevo (Castro, 2008), tentando uma maior proximidade normativa, institucional, funcional e pessoal com a realidade do território sub judice, sem descurar a necessária co-responsabilização da comunidade internacional (Machado, 2003).

5. A AMNISTIA DE MORRIS KALLON

As primeiras incursões da Frente Revolucionária Unida - RUF, providas da Libéria, onde tinham os seus campos de treino, na Serra Leoa terão ocorrido a Março de 1991 (Meredith, 2006), nunca saberemos se por simples vingança, pelo facto da Serra Leoa ter enviado anteriormente militares para a Libéria^[97], contra Charles Taylor, ou se pelo interesse nas riquezas da Serra Leoa, localizadas numa zona muito próxima da fronteira com a Libéria. Os factos que conhecemos revelam-nos um conflito de grande violência, onde foram cometidas grandes atrocidades e onde o recurso a crianças soldado foi também prática comum, quer pela RUF, quer pelas forças regulares. A vida do conflito é marcada pela celebração de dois

Acordos de Paz, o primeiro celebrado em Abidjan a 7 de Julho de 1999 e o segundo, celebrado, em Lomé, a 30 de Novembro de 1996, ambos contendo normas amnistiantes.

Morris Kallon foi um dos comandantes da RUF e que, depois abrangido pela amnistia constante do Acordo de Lomé, foi, com a instalação do Tribunal Especial para a Serra Leoa em Janeiro de 2002, detido e acusado pela prática de 18 crimes contra a humanidade e por crimes de guerra. A sua defesa invocou a improcedência da acção, uma vez que o Acordo de Lomé, celebrado entre o Governo da Serra Leoa e a RUF, previa, no artigo 9.º, a concessão de uma amnistia para todos os actos praticados até à data da sua celebração. O Tribunal Especial tinha competência para julgar todos os crimes cometidos pelos principais responsáveis (a sua jurisdição estava limitada a estes) por sérias violações de direito internacional humanitário ocorridas depois de 30 de Novembro de 1996, data em que foi celebrado o primeiro Acordo de paz, o Acordo de Abidjan, assinado entre o Presidente Kabbah, em nome do Governo da Serra Leoa e Cabo Foday Sankoh, pela RUF. O artigo 10.º do Estatuto do Tribunal Especial tornava inoperante qualquer amnistia concedida a pessoa sob a jurisdição do tribunal, considerando que aquela não impediria a acusação. A defesa de Kallon, sempre advogou a natureza internacional do Acordo de Paz de Lomé, no entanto, parece claro, que não consubstancia um tratado internacional (art. 2.º da Convenção de Viena) mas antes um acordo entre duas entidades internas, entre duas “entidades” nacionais. O facto de o Acordo ter sido assinado por representantes de organizações internacionais não lhe atribui natureza internacional, mas apenas constitui essas organizações como garantes, como testemunhas, do mesmo.

Embora organizações como a RUF sejam abrangidas pelo Direito Internacional Humanitário, nomeadamente no âmbito dos conflitos armados, não são considerados “Estados” e assim não podem ser parte em Tratados, muito embora tenham de observar determinadas regras, por exemplo a Convenção III, Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra de 12 de Agosto de 1949. A defesa refere ainda que o Acordo de Lomé foi “ratificado” pelo parlamento da Serra Leoa como se fosse um Tratado, mas a verdade é que também este facto não o transforma em documento internacional.

Por outro lado, o Acordo sobre a constituição de um tribunal especial, celebrado entre o Governo da Serra Leoa e as Nações Unidas é, em si mesmo, um tratado internacional, assim um qualquer acto interno, mesmo que “ratificado” pelo parlamento nacional, não poderia ser invocado em derrogação de um tratado internacional.^[98] Se o princípio geral não pode ir, em nossa opinião e como ficou anteriormente demonstrado, no sentido de se rejeitar em absoluto todas as amnistias de crimes contra a humanidade, como o caso paradigmático da Comissão para a Verdade e Reconciliação^[99] veio demonstrar, evidenciando virtualidades que não podem ser ignoradas por quem crê que não pode haver paz sem justiça e que não há reconciliação possível em clima de agravo e de crispação da memória colectiva (Pureza, 2001).

Então qual será o critério para serem aceites algumas medidas de graça, de esquecimento e outras não?

No presente caso, embora esta linha de defesa acabe por ser mais prejudicial para a parte (Kallon), não faz realmente

96 Em sentido igualmente crítico da imprescritibilidade (Silva, 2006).

97 As tropas governamentais da Serra Leoa integraram o Economic Community of West African States Monitoring Group (ECOMOG), uma força militar criada no âmbito da Economic Community of West African States (ECOWAS), cuja primeira acção teve lugar na Libéria (1989 – 1996).

98 A Serra Leoa não é signatária nem da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, nem da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, muito embora a maioria das providências corresponda já a normas de direito internacional costumeiro

99 Promotion of National Unity and Reconciliation Act, 1995.

sentido considerar-se válida a amnistia constante do primeiro Acordo de Paz, o de Abidjan (30 de Novembro de 1996) e consequentemente o Tribunal Especial só perseguir os actos cometidos depois daquela data, e não se considerar igualmente válida a amnistia do segundo Acordo Paz, o de Lomé (7 de Julho de 1999). A questão levantada pela defesa tem, em nossa opinião, toda a razão de ser. Se podemos compreender a razão da desconsideração geral da figura da amnistia, já não se compreende que o princípio geral de desconsideração tenha funcionado relativamente ao segundo Acordo, quando não funcionou também quanto ao primeiro. Além do mais, é importante referir que a amnistia desconsiderada pelo Tribunal Especial encontrava-se inscrita num Acordo de Paz, assinado por ambas, as partes do conflito, não podendo ser qualificado, em nossa opinião, como uma qualquer medida de auto-amnistia, levada a cabo por um determinado regime, para defesa futura dos seus próprios agentes.^[100]

Se foram cometidos crimes hediondos, nomeadamente contra funcionários ou agentes das Nações Unidas, bem como contra a população civil, estando perfeitamente determinado o tempo de acção desses actos, penso que a jurisdição do Tribunal se deveria ter restringido ao período em que ocorreram os actos, ou seja, pós-Acordo de Paz de Lomé. Em sentido oposto pode igualmente defender-se que o próprio Acordo de Lomé, concedendo a medida de graça, como moeda de troca para o fim das hostilidades e para o início do desarmamento, deixou de vigorar aquando da sua violação. O mesmo terá acontecido com o primeiro Acordo, muito embora tenham sido reconhecidos os efeitos da amnistia concedida, impedindo que o Tribunal averiguasse notícias de crimes anteriores a 30 de Novembro de 1996.

Nos pareceres solicitados pelo Tribunal e que o Estatuto admite, enquanto *amicus curiae*, não encontramos uma qualquer justificação para a consideração da primeira amnistia constante do Acordo de Abidjan e a ilógica desconsideração do segundo Acordo. O argumento utilizado para a desconsideração do segundo Acordo teria de obrigatoriamente servir para o primeiro Acordo ou restaria apenas a possibilidade de desconsiderar ambos os Acordos.

6. A DECISÃO DO APPEALS CHAMBER DE 13 DE MARÇO DE 2004

Considerada por muito como “uma decisão histórica tomada pelo Tribunal Especial para a Serra Leoa, recusando a aplicabilidade de uma amnistia nacional a crimes contra a humanidade e a crimes de guerra”^[101], a decisão de 13 de Março de 2004, dirimindo em definitivo a impugnação da admissibilidade da jurisdição do Tribunal, com fundamento na amnistia constante do Acordo de Lomé, arguida pela defesa de Morris Kallon^[102], no âmbito da secção 5 (Requerimentos preliminares), regra 72, letras E e F, das Regras de Procedimento e de Prova, aplicáveis em função do artigo 14.º do Estatuto do

Tribunal Especial, veio tornar claro que as partes não podem utilizar o instituto da amnistia como forma de impedir que os tribunais, nacionais ou internacionais, exerçam a sua jurisdição, perseguindo os autores de crimes contra a comunidade internacional. Argumento nevrálgico do incidente processual invocado é, sem dúvida, o facto de o Governo da Serra Leoa ter celebrado, com a RUF, um Acordo de Paz, assinado na capital do Togo, Lomé, a 7 de Julho de 1999, conhecido como Acordo de Lomé, constando do artigo IX uma amnistia geral.

No entanto, por carta datada de 12 de Junho de 2000, o Presidente da Serra Leoa, Alhaji Ahmed Tejan Kabbah solicitou à Presidência do Conselho de Segurança da Nações Unidas que desse início os procedimentos necessários tendo em vista a criação de um Tribunal Especial para a Serra Leoa. Nessa carta referia que era necessário responsabilizar e trazer à justiça os membros da RUF e os seus cúmplices, responsáveis pela prática de crimes contra a população da Serra Leoa e por terem tomado como reféns mais de 500 elemento da força de manutenção de paz das Nações Unidas, tendo-lhes tirado as armas e os uniformes, assassinando algum deles^[103]. Refere igualmente que a RUF durante quase 10 anos foi responsável por uma campanha de terror contra a população da Serra Leoa, sendo usualmente referida como responsável pela prática dos crimes mais bárbaros no âmbito de um conflito civil. Mesmo depois de celebrado o Acordo de Paz de Julho de 1999 e de se ter garantido a concessão de amnistia aos membros da RUF, os termos desse Acordo nunca foram cumpridos, tendo a RUF reiniciado a sua campanha de terror, basicamente contra civis, incluindo mulheres e crianças, continuando os assassinatos, as amputações e a utilização de crianças como soldados e/ou escravos sexuais. O Presidente refere-se ainda ao facto de, perante casos de crimes contra a humanidade semelhantes, terem sido criados pelas Nações Unidas os tribunais especiais para o Ruanda e para a ex-Jugoslávia. Por último, refere que a Serra Leoa não tem qualquer estrutura que assegure o julgamento destas atrocidades, sugerindo a criação de um Tribunal Especial com competência para julgar os crimes de natureza internacional, mas também com a possibilidade de aplicar a lei da Serra Leoa, em território da Serra Leoa.

O Conselho de Segurança da Nações Unidas adoptou a 14 de Agosto de 2000, a Resolução 1315 (2000), no âmbito da qual o Secretário-Geral foi mandatado para negociar com o Governo da Serra Leoa a criação de um Tribunal especial independente. A criação e instalação do Tribunal Especial para a Serra Leoa foi, assim, uma emanção directa da Resolução supra referida, no sentido de responsabilizar aqueles que cometeram graves violações do direito internacional humanitário e do subsequente Acordo entre as Nações Unidas e o Governo da Serra Leoa sobre a instalação de um Tribunal Especial para a Serra Leoa, assinado a 16 de Janeiro de 2002. O Tribunal Especial para a Serra Leoa tem competência para julgar os principais responsáveis^[104] pelas violações ao direito internacional humanitário na Serra Leoa, cometidas desde 30 de Novembro de 1996. O Acordo estabelece um Tribunal autónomo e independente, participando o Governo da Serra Leoa na nomeação dos juizes e procuradores, mas desempenhando basicamente um papel de assistência ao funcionamento do Tribunal, como por exemplo no que respeita às instalações físicas.

100 Não se trata assim de uma amnistia clássica, como as promulgadas no final dos anos 70 em vários países da América Latina, como no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Peru e no Brasil, com a Lei 6.683, de 28 de Agosto de 1979. Em todos estes países, com excepção do Brasil, embora aqui se defenda cada vez mais a não aplicação da Lei de amnistia de 1979 aos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento forçado praticado pelos agentes do Estado contra dissidentes políticos durante a ditadura militar, estas Leis de amnistia foram derogadas, transformando-se o tema do direito à memória e à verdade num lugar de destaque e de divergência nas diferentes agendas políticas (Santos, 2010).

101 Amnistia Internacional, 18 Março 2004, AFR 51/007/2004.

102 Caso n.º SCSL-2004-15-AR72 (E) e Decisão n.º SCSL-04-15-PT-060.

103 Factos praticados depois de Julho de 1999, ou seja, após o Acordo de Paz de Lomé

104 Leaders, na expressão utilizada no artigo 1.º do Estatuto.

7. A INCLUSÃO NO ACORDO DE LOMÉ DE UMA NORMA AMNISTIANTE

A Defesa de Kallon advoga que o Acordo de Lomé vincula o Governo da Serra e que nem todas as amnistias, incluindo a constante do Acordo de Lomé, são inválidas perante o Direito internacional e que o Acordo de Lomé foi ratificado pelo parlamento da Serra Leoa como sendo um verdadeiro tratado, acordo ou convenção internacional e, assim, na opinião da defesa, o Acordo de Lomé estaria abrangido pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. A reserva ou declaração, aparentemente escrita à mão e apensada posteriormente, feita no final das negociações do Acordo pelo Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, sob a forma de notificação formal, onde é rejeitada expressamente a validade da amnistia quanto aos crimes internacionais de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e a outras violações à lei humanitária (Patton, 2005), não vincularia o Governo da Serra Leoa. Aliás, aquando da assinatura do Acordo de Lomé era entendimento comum que a amnistia seria o preço a pagar pela Paz. O respeito pela concessão da amnistia aos crimes praticados até ao acordo de Lomé foi igualmente declarado pelo Presidente Kabbah no seu discurso de abertura do Parlamento a 16 de Junho de 2000, bem como perante a Comissão para a Verdade e Reconciliação, entretanto criada, a 5 de Agosto de 2003. Foi igualmente levantada a questão que, considerando-se o Acordo de Lomé um Tratado, tendo sido ratificado pelo Parlamento e encontrando-se assinado por representantes de seis Estados e várias organizações internacionais, bem como pela RUF, ele não pode ser alterado posteriormente sem o consentimento das partes, sendo que o Direito Internacional não proíbe a concessão de amnistias.

Todavia, o Procurador não considerou o Acordo de Lomé um Tratado, mas tão-somente um Acordo assinado entre duas entidades nacionais, o facto de ter sido assinado por representantes de vários países, não o transforma em Tratado, consubstanciando essas assinaturas, testemunhas e garantes do articulado e apenas isso, não têm a natureza de parte. Além disso, a reserva introduzida pelo Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas era a interpretação das Nações Unidas do artigo IX, referindo-se directamente à impossibilidade de os crimes mais graves, nomeadamente os crimes contra a humanidade, estarem abrangidos pela amnistia. Defende igualmente que, se em sua opinião, o Acordo de Lomé nunca vinculou internacionalmente, já nem internamente vinculará, desde a aprovação da Lei interna de implementação do Tribunal Especial. Uma vez que os actos que estiveram na origem da carta do presidente foram praticados depois da assinatura do Acordo de Lomé e, tendo este sido violado, ele deixa de vigorar por desconsideração dos seus termos e assim a questão da amnistia nem se poria, porque nem sequer foram preenchidos os requisitos do Acordo de Lomé: o fim das hostilidades, que levaria à concessão de uma amnistia. O que levaria, consequentemente, a não se compreender qual a lógica de desconsideração da amnistia constante do último Acordo de Paz e não do primeiro, uma vez que ambos os Acordos foram, em minha opinião, violados. Nem tão pouco será a ratificação, segundo a tramitação legislativa interna, que transformará um Acordo interno, num Tratado Internacional. Os insurgentes ou, neste caso, a RUF, não tinham capacidade de celebrar Tratados, não tinham personalidade jurídica internacional, muito embora estivessem, sob certos aspectos sujeitos ao Direito Internacional Humanitário, nomeadamente, no que respeita ao artigo 3.º da Convenção de Genebra. Assim, até por uma questão de ausência de personalidade jurídica internacional, o Acordo de

Lomé não é, nem um Tratado Internacional, nem um Acordo com natureza de Tratado.

Por outro lado, o já referido artigo 10.º do Estatuto do Tribunal Especial, anexo ao Acordo sobre o Tribunal Especial e dele fazendo parte integrante, é um Tratado. A defesa de Kallon alegou, no entanto, que o Tribunal Especial da Serra Leoa era um tribunal híbrido, instalado através de um acordo entre as Nações Unidas e o Governo da Serra Leoa, assim, não poderia ter sido estabelecido sem o acordo do Governo da Serra Leoa. Em opinião da defesa de Kallon, se estivessemos perante um verdadeiro Tribunal Internacional, como o do Ruanda ou o da Ex-Jugoslávia, a amnistia não teria qualquer relevância.

Muito embora o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Jugoslávia, no caso Furundiza^[105], tenha decidido que uma amnistia concedida no âmbito de uma qualquer lei interna não impede a acusação por tortura perante o Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia, ou mesmo perante qualquer outra jurisdição estrangeira. A decisão Furundiza veio estabelecer os casos em que, mesmo beneficiando de uma amnistia, o autor do crime de tortura pode ser perseguido criminalmente: (a) Num Tribunal Internacional; (b) Num Estado estrangeiro ou (c) No seu próprio Estado, com uma “alteração” de regime.

Uma das questões mais pertinentes foi a alegação por parte da defesa de Kallon que a diferença de tratamento entre o Acordo de Paz de Abidjan, celebrado a 30 de Novembro de 1996, cuja amnistia não foi posta em causa e o Acordo de Paz de Lomé, celebrado a 7 de Julho de 1999, cuja amnistia foi desconsiderada, não faz qualquer sentido, especulando-se sobre as razões que teriam levado a esta diferença de tratamento. Ao longo de toda a decisão nunca é feita qualquer referência ou apresentada qualquer fundamentação que justifique de alguma forma o diferente tratamento entre os dois Acordos de Paz. Ao contrário do que se passou no Caso Tadić^[106] do Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia, o Tribunal Especial não tem competência para averiguar da validade das provisões do Tratado que o estabeleceu.^[107] Apesar de se entender que no âmbito dos crimes sob jurisdição universal, um qualquer Estado não pode privar outro da sua jurisdição de perseguir o ofensor, concedendo uma amnistia, não há ainda um costume internacional que claramente proíba a utilização da figura da amnistia nestes crimes especialmente graves (Cassese, 2003). A fundamentação do dever de perseguir é feita assim, não lançando mão do costume internacional, mas antes apelando a outros deveres constantes de Tratados, no sentido de perseguir judicialmente determinados comportamentos.

CONCLUSÕES

A amnistia concedida no âmbito do Acordo de Lomé não consubstanciaria uma verdadeira auto-amnistia, diferenciando-se das que são usualmente conferidas pelo próprio Estado, em defesa de agentes seus, mas apesar do efeito que eventualmente tenha a nível interno, não abrange os crimes com jurisdição universal.

105 Prosecutor v Anto Furundzija, Case No. IT-95-17/1-T, Judgement, 10 December 1998, (“Furundzija Trial Judgement”), § 155.

106 Prosecutor v. Tadić, Case No. IT-94-1 (Trial Chamber), May 7, 1997, § 609.

107 Todavia o Tribunal Internacional para a ex-Jugoslávia não averiguou da validade das provisões de um Tratado, mas antes da extensão de poderes do Conselho de Segurança, estabelecido pela Carta das Nações Unidas, muito embora mesmo tratando-se de um Tratado a sua validade pode ser contestada quando exista uma violação manifesta de normas de Direito Internacional.

O respeito pela amnistia constante do primeiro Acordo de Paz, resultante implicitamente do limite temporal de investigação estabelecido pelo Tribunal Especial não se encontrando juridicamente fundamentado e surge fruto das negociações entre as Nações Unidas e o Governo da Serra Leoa.

O tratamento diferenciado de questões em tudo idênticas não contribui para a delineação de um princípio geral claro no que respeita à admissibilidade ou não da figura da amnistia para os crimes internacionais, parecendo-nos que a simples negação não será suficiente para os casos onde se criem condições reais para fazer funcionar mecanismos de verdade e de reconciliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, F. (2004). Amnistia e Constituição. Coimbra: Edições Almedina.
- Almeida, F. A. (2009). Os Crimes Contra a Humanidade no Actual Direito Internacional Penal. Coimbra: Edições Almedina.
- Ambos, K. (2003). Impunidade por violação dos direitos humanos e o direito penal internacional. In S. d. Coimbra, Direito Penal Internacional para a protecção dos Direitos Humanos (p. 129 e s.). Lisboa: Fim de Século.
- Assunção, M. L. (2001). Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Bassiouni, M. C. (2002). Introduction au Droit Pénal International. Bruxelles: Bruylant.
- Beleza, T. P. (2003). Direito Penal, Reimpresão, Lisboa, AAFDL, 2003, 2.º Volume, pp. 15, 23 e segs. e 333. (Vol. 2.º). Lisboa: AAFDL.
- Caeiro, P. (2001). Ut puras servaret manus : Alegações contra a assunção, pelo estado Português, de obrigação de entrega ao Tribunal Penal Internacional de um cidadão que possa ter de cumprir uma pena de prisão perpétua. Revista portuguesa de ciência criminal , pp. 39-65.
- Cassese, A. (2003). International Criminal Law. Oxford.
- Castro, P. C. (2008). Globalização e direito Internacional: Rumo ao Estado de Direito nas Relações Internacionais? In Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais - Volume III (pp. 759-824). Coimbra: Coimbra Editora.
- Costa, J. d. (2007). Noções Fundamentais de Direito Penal. Coimbra: Coimbra Editora.
- Costa, J. d. (2002a). O direito penal e o tempo: algumas reflexões do nosso tempo e em redor da prescrição. Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra , p. 1158 e s.
- Costa, J. d. (Jul./Ago. de 2002b). Tribunal Penal Internacional: um fio de esperança? Boletim da Ordem dos Advogados , p. 11 e s.
- Desportes, F., & Le Gunehec, F. (2001). Droit pénal général. Paris: Economica.
- Desportes, F., & Le Gunehec, F. (2005). Droit Pénal Général. Paris: Ed. Economica.
- Dias, J. d. (2007). Direito Penal – Parte Geral – Questões Fundamentais – A Doutrina Geral do Crime (2.ª Edição ed.). Coimbra: Coimbra Editores.
- Dias, J. d. (2009). Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime (2.ª Reimpressão ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Garzón, B. (2010). A justiça universal está em retrocesso. Público.
- Llewellyn, J. (2001). Just Amnesty and Private International Law, Torture as Tort: Comparative Perspectives on the Development of Transnational Human Rights Litigation. (C. Scott, Ed.) Oxford: Hart Publishing.
- Machado, J. E. (2003). Direito Internacional: Do paradigma clássico ao pós- 11 de setembro. Coimbra: Coimbra Editora.
- Meredith, M. (2006). The state of Africa. Great Britain: The Free Press.
- Moreira, V. (2003). O Tribunal Penal Internacional e a Constituição. In V. Moreira, L. Assunção, P. Caeiro, & A. L. Riquito, O Tribunal Penal Internacional e a Ordem Jurídica Portuguesa (pp. 13-47). Coimbra: Coimbra Editora.
- Nagy, R. (2004). Violence, Amnesty and Transitional Law: “Private” Acts and “Public” Truth in South Africa. African Journal of Legal Studies , pp. 1-28.
- Palma, M. F. (2001). Tribunal Penal Internacional e Constituição Penal. Revista Portuguesa de Ciência Criminal , p. 7 e s.
- Patton, V. M. (Março de 2005). Diamantes de Sangue: A violência sexual e a mutilação dos cidadãos em Serra Leoa. Brasil.
- Pureza, J. M. (2001). Da cultura da impunidade à judicialização global: O Tribunal Penal Internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais , pp. 121-139.
- Rodrigues, A. M. (2001). O Tribunal Penal Internacional e a prisão perpétua - que futuro? Direito e justiça , pp. 11-20.
- Santos, B. d. (2003). Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.
- Santos, C. M. (Março de 2010). Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, 88 , pp. 127-154.
- Silva, G. M. (2006). Crimes Contra a Humanidade. Direito e Justiça , Especial, pp. 57-65.
- Valle, C. P. (2001). Amnistía, constitución y justicia material. Revista Española de Derecho Constitucional , pp. 187-208.

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PAZ E DOS CONFLITOS: DA INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA À RESPONSABILIDADE DE PROTEGER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VASCO VIANA BATISTA

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ALUNO FINALISTA DA LICENCIATURA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FACULDADE DE DIREITO DA MESMA UNIVERSIDADE. É EDITOR DA RÁDIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA E DIRECTOR-ADJUNTO DA REVISTA VIA LATINA. FOI, DURANTE O ANO LECTIVO 2008/2009, BOLSEIRO DE INTEGRAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO PELA FUNDAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.



RESUMO

A última década do século XX iniciou-se e terminou com intervenções militares externas para proteger populações ameaçadas pelo terrível sofrimento humano e pelas violações massivas de Direitos Humanos. Com as sanções das Nações Unidas durante a década de 90, as operações colectivas tornaram-se uma prática legítima e um dos mais importantes instrumentos empregues para deter crises humanitárias contemporâneas e para superar a lei proibitiva e as questões de ética e moral. Com efeito, a intervenção da NATO no Kosovo em 1999 forçou, contudo, os limites da acção militar legítima, reabrindo o debate sobre o lugar da Intervenção Humanitária nos no âmbito de uma ordem mundial assente na lei e na “responsabilidade de proteger” da comunidade internacional. A conclusão determinada pela Comissão Internacional Independente no Kosovo ilustra o problema central: a intervenção da NATO no Kosovo foi ilegal, mas legítima. De facto, a crise do Kosovo demonstrou a dificuldade em conciliar o Direito Internacional e a intervenção militar. Além disso, as evidências sugerem que as prescrições normativas têm contribuído para a deterioração pelo respeito do Direito Internacional e das Nações Unidas, levando a uma maior clivagem entre os estados ocidentais e não-ocidentais. Há uma questão interessante de analisar neste debate. Enquanto a tese normativa compõe a perspectiva dominante na forma de lidar com crises humanitárias e respectivo sucesso, denota-se a necessidade de um novo pensamento. Tem sido criado um quadro justificativo, manipulado, que facilita a intervenção “não humanitária” e que não resolve a o problema da “não-intervenção não humanitária”. É inegável que o critério subjectivo e flexível, baseado na doutrina da Guerra Justa, tem falhado na influência significativa do intervencionismo ocidental. Deverão os estados ocidentais continuar a intervir deitando bombas pelos Direitos Humanos? Este ensaio pretende analisar as tendências contemporâneas da paz e do conflito, enfatizando a Intervenção Humanitária e a Responsabilidade de Proteger, e a ligação às Relações Internacionais, principalmente em matéria de legalidade e legitimidade do ponto de vista do Direito Internacional.

Palavras-chave: Intervenção Humanitária; Responsabilidade de Proteger; Kosovo; Soberania; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The last decade of the twentieth century began and ended with outside military interventions to protect populations threatened with appalling human suffering and massive violations of Human Rights. With United Nations’ sanction, collective operations during the 90s became a legitimate practice and one of the most important instruments employed to halt contemporary human crises and a form of overcoming the tension between prohibitive law and morally compelling emergencies. Indeed, NATO’s intervention in Kosovo in 1999, however, forced the limits of legitimate military action. It reopened the debate on the place of humanitarian intervention within the law-based world order and the international community’s ‘responsibility to protect’. The conclusion reached by the Independent International Commission in Kosovo (IICK) is succinctly illustrative of the central problem. IICK concluded that the NATO’s military intervention was illegal but legitimate. In fact, the Kosovo crisis has demonstrated that is really difficult to reconcile military intervention with international law. Besides, evidence suggests that the normative prescriptions have contributed to a deterioration in respect for international law and the United Nations, and increased the asymmetry between Western and non-Western states. There is a question pertinent to analyze in this debate. In fact, while the normative thesis comprise the dominant perspective on the way to address humanitarian crises successfully and consistently, clearly and obviously new thinking is really required. It’s been created an expansive manipulated justificatory framework which facilitates inhumanitarian intervention and does nothing to deal with the problem of inhumanitarian non-intervention. Nobody can deny that the subjective and flexible criteria, based on the Just War theory, have failed to significantly influence Western interventionism. Should the Western still intervene in the world in a way of launching bombs for the human rights? This essay aims to analyze the contemporary trends on peace and conflict – emphasizing “humanitarian intervention” and the way to “responsibility to protect” – and the link with the International Relations (IR), mainly in the field of International Law issues between legality and legitimacy.

Keywords: Humanitarian Intervention; Responsibility to Protect; Kosovo; Sovereignty; Human Rights.

1. INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NO PERÍODO DA GUERRA FRIA: SOBERANIA, NÃO-INTERVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Durante o período da Guerra Fria o termo “Intervenção Humanitária” foi geralmente entendido como um discurso ambivalente, já que, por um lado, referia-se mormente à linguagem dos Direitos Humanos e, por outro lado, concomitantemente, dizia respeito à intervenção estatal (Ramsbotham: 1996, 3). Com efeito, a ameaça aos Direitos Humanos foi vista como um elemento decorrente da acção de Estados tiranos e, perante a letargia da comunidade internacional ou na visível impossibilidade de uma intervenção colectiva por parte de organizações internacionais de carácter regional ou pelas Nações Unidas, a intervenção humanitária foi visivelmente entendida com um mecanismo de “*auto-ajuda*” a que os Estados poderiam recorrer. Deste modo, introduzia-se no debate, em matéria de política internacional, se perante cenários de violação flagrante de Direitos Humanos num determinado país, os governos deveriam intervir militarmente para solucionar a contenda. Esta definição de Intervenção Humanitária como um mecanismo *self-help* utilizado pelos Estados imprimiu um veemente debate na esfera académica em matéria de Direito Internacional.

No âmbito do debate, o conceito de soberania adquiriu particular relevância, no que diz à sua ligação com o princípio de não-intervenção, que lhe está assaz associado, e ainda o conceito de intervenção. Na verdade, estes conceitos estão interligados de forma mais complexa do que à partida se poderia prever, como demonstra uma análise mais profunda. O Estado moderno emergiu na Europa por força do Tratado Cateau-Cambrésis e pela Paz de Vestefália que ditou o fim da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, numa evolução que se demonstrou ter sido lenta.

A não-intervenção, que proíbe os Estados de intervir nos assuntos domésticos, é geralmente descrita como o outro lado da soberania. Há um consenso partilhado pelos Estados ocidentais em como o sistema de segurança internacional colectivo, instituído pela Carta das Nações Unidas em 1945, deve ser reconsiderado de modo a responder às novas exigências do pós-Guerra Fria. A ruptura entre o que é considerado necessário e legítimo e o que é permissível sob a arquitectura instituída pela Carta das Nações Unidas adensou-se perante a intervenção da NATO no Kosovo em 1999. Ainda que a intervenção militar levada a cabo pela NATO tenha carecido da autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tal como prevê a Carta, surge o argumento defensor de que a intervenção foi legítima por surgir como uma resposta célere às violações dos direitos humanos perpetuados no território kosovar e que reflectia a necessidade de novas normas internacionais, não espelhadas na Carta. O sistema por esta instituído, através dos princípios de não-intervenção e do respeito pela soberania, era uma entrave a uma resposta eficaz pela defesa das populações. Essa necessidade de adequação, plasmada na promoção da democracia e dos direitos humanos, surgiu enquadrada na tese da Paz Liberal, cuja principal questão reside na ligação entre a autoridade moral com mecanismos legítimos legais e políticos. De modo a problematizar a eficácia da Intervenção Humanitária, enquanto modalidade de *peacebuilding*, será analisado, em seguida, o caso do Kosovo.

2. REPENSAR A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA: O EXEMPLO DO KOSOVO

A presença da NATO no Kosovo imprimiu um veemente debate no meio académico e político relativamente ao figurino da Intervenção Humanitária, enquanto conceito normativo do Direito Internacional Público previsto na Carta das Nações Unidas (Hehir, 2008, 48). Com efeito, a mediatizada crise do Kosovo emergiu num contexto histórico de particular relevo no quadro internacional, ainda que as suas raízes sejam seculares. Sem grandes delongas quanto ao quadro histórico e sociopolítico, há algumas datas a destacar.

O Kosovo é uma região histórica da Sérvia, considerado o berço da nação, onde foi derrotada pelo Império Otomano em 1389 (Boniface, 2000, 65). Com uma população maioritariamente albanesa, o Kosovo foi até 1989 uma província autónoma da Sérvia, altura em que Slobodan Milosevic subiu ao poder. A opressão conduzida por Milosevic aos Kosovares Albaneses levou à emergência da Força de Libertação do Kosovo, que acabou por ser fortemente reprimida através da condução de limpezas étnicas, tal como foi assumido publicamente por Kofi Annan, então Secretário-Geral das Nações Unidas:

The vicious and systematic campaign of ‘ethnic cleansing’ conducted by the Serbian authorities in Kosovo appears to have one aim: to expel or kill as many ethnic Albanians in Kosovo as possible, thereby a people of their most basic rights to life, liberty and security (Mertus, 2000:1774).

Não obstante, o Kosovo, que tentara ao longo dos tempos reivindicar a independência^[108], fora relegado da agenda internacional. E assim continuou mesmo após a publicação da *Agenda para a Paz*, em 1992, por Boutros Boutros-Gauli, então Secretário-Geral das Nações Unidas, e, depois em 1995, do *Suplemento da Agenda Para a Paz*. Em 1995 os *Acordos de Dayton* também não fizeram qualquer referência ao Kosovo (Pereira, 2009). E, na verdade, os Balcãs estiveram desde sempre incluídos no “mundo que interessa”, tal como denota o seu quadro geográfico-político balcânico, com as suas frequentes agitações, sujeitas às intervenções dos principais actores na cena internacional (Correia, 2010: 252). É mais um claro indício de que “o choque das civilizações” nunca estivera tão presente^[109].

3. O VELHO KOSOVO NUMA NOVA GUERRA?

É assente numa dinâmica de transição da ordem internacional da Guerra Fria para uma nova ordem que a questão do Kosovo ganha relevo, na qual o *peace enforcement* e o papel das organizações regionais de segurança e defesa, como a NATO, adquirem substancial proeminência nesse debate (Mertus, 2000: 1752).

Após a Guerra Fria assiste-se à emergência de um “novo humanitarismo”, o qual aduz novas preocupações de cariz geopolítico e se deve ao crescente número de conflitos internos (Nascimento, 2009:4) onde a distinção entre civis e militares

108 A primeira declaração da independência foi proclamada em 1990, mas nunca foi reconhecida. A mais recente data de 2008 e já foi reconhecida pelas Nações Unidas, apesar da resistência de vários países como a Rússia, a Sérvia, a China e a Espanha.

109 A expressão de Samuel Huntington para se referir à nova matriz dos conflitos internacionais no pós Guerra Fria, segundo a qual os conflitos modernos opunham diferentes identidades e civilizações.

se tornou cada vez mais ténue. Inegavelmente, esta consideração associa-se ao famigerado conceito de novas guerras, difundido por Mary Kaldor. As novas guerras têm assentes dinâmicas muito próprias: a amálgama de guerra, crime organizado e violações massivas de Direitos Humanos; a emergência de actores locais e globais, públicos e privados, onde têm lugar as Empresas Militares Privadas (Vinha, 2009); objectivos políticos específicos aliados a técnicas de terror e de destabilização que extravasam os contornos legais; e economias de guerra informais (Kaldor, 1999: 28).

4. A ÉTICA HUMANITÁRIA

De acordo com Kaldor, na Intervenção Humanitária os meios são tão importantes quanto os objectivos. De modo a estabelecer uma definição da figura da Intervenção Humanitária, há que enquadrá-la numa dimensão ética e normativa (Newman, 2009:66). Em primeiro lugar, há que analisar em que casos se justifica a intervenção. Os teóricos têm respondido através da noção de “Guerra Justa”. É o caso de Nicholas Wheeler que, na sua obra *Saving Strangers*, sugere uma série de requisitos: 1) tem que existir uma “justa causa” como uma emergência humanitária suprema; 2) o uso da força deverá ser o último recurso; 3) os meios usados devem ser proporcionais; 4) tem que existir uma probabilidade de que o uso da força resulte em resultados humanitários “positivos” (Newman, 2009:67).

A segunda questão prende-se com quem tem autoridade para decidir como se determinada intervenção foi justificada. Este ponto em especial é alvo de um maior debate após a intervenção do Kosovo em 1999, sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/NU). Deste modo, surge a problemática de que se um grupo de Estados pode legitimamente decidir as condições da “Guerra Justa”, ou se é o CS/NU que pode fazê-lo (McCoubrey, 1999:44). É neste instante que se adensa o debate entre a intervenção ilegal (mas ética e, portanto, legítima) e o seu antípoda. Na verdade, de acordo com Kaldor, a Intervenção Humanitária no Kosovo foi ilegal, uma vez que não foi uma resposta a uma resolução do CS/NU, mas legítima, na medida em que se assumiu como resposta a uma crise humanitária, com o crescente apoio da comunidade internacional e da sociedade civil. Muitos teóricos liberais e da ala de esquerda opõem-se aos moldes da Intervenção Humanitária no Kosovo e têm-se mostrado cépticos quanto à doutrina e aos seus resultados:

Unless the international community changes its strategy soon and shifts from war-fighting to humanitarian intervention, the whole notion of humanitarian intervention may be discredited and, with it, the hopes for establishing an enforceable regime of international law. (Kaldor and Faber: 1999)^[110]

O debate sobre a Intervenção Humanitária no Kosovo pôs a tónica em dois princípios: o respeito pela integridade territorial dos Estados e a garantia pelo respeito dos Direitos Humanos e pela auto-determinação. Concomitantemente, levantou dúvidas e dilemas sobre se a intervenção pode ser justificada sem o aval do CS/NU, quanto às motivações das determinações ocidentais e, por conseguinte, quanto à natureza e eficácia da acção militar.

5. QUE CARTA PARA O KOSOVO?

Durante pelo menos dez anos, os Direitos Humanos focaram a atenção da comunidade internacional no Kosovo, mediante graves denúncias de crimes cometidos por sérvios contra cidadãos albaneses, num cenário de limpeza étnica.

Não obstante, é à intervenção humanitária da NATO em 1999 no Kosovo que se deve o adensar da discussão e que emerge a questão da Responsabilidade de Proteger (Oxford, 2008:57). A decisão que levou à intervenção através da Operation Allied Force, a 24 de Março de 1999 levantou sérias questões sobre os mecanismos de peace enforcement e obrigou a repensar o Direito Internacional Humanitário^[111].

A crise no Kosovo gerou graves contornos legais e políticos relativamente às disposições plasmadas na Carta das Nações Unidas. De facto, os capítulos VII e VIII, mais concretamente os artigos 39 a 42 e o 53, determinam um sistema de segurança colectiva que nunca foi utilizado durante a Guerra Fria^[112]. Na verdade, o recurso ao poder de veto no seio do CS/NU mostrou a existência de uma balança de poderes clássica, que fez com que nem sempre as Nações Unidas actuassem. Com o final da Guerra Fria, havia a esperança de que a estrutura das Nações Unidas começasse a operar de forma consonante com o espírito da carta, mas rapidamente se dissipou.

De facto, a acção militar por razões humanitárias é contrária aos ideais dos objectivos da Carta das Nações Unidas e aos acordos de paz. A própria carta está pejada de referências à cooperação pacífica, como é o caso do artigo 2.3, que determina que as disputas internacionais devem ser resolvidas pelos meios pacíficos internacionais tradicionais, como a negociação, a mediação e a conciliação, de forma a evitar o recurso ao uso da força. A carta despreza o recurso à intervenção, tal como plasmado no artigo 2.4, que proíbe o recurso ao uso da força (Mertus, 2000:1754), o qual é fortalecido com o artigo 2.7, que não autoriza a intervenção em assuntos internos dos Estados, à luz do princípio da não intervenção. Estes dois artigos têm sido complementados com resoluções do Conselho de Segurança^[113].

Porém, os artigos 2.4 e 2.7 estão sujeitos a três excepções, embora nenhuma se adequa ao contexto da intervenção no Kosovo.

Em primeiro lugar, relembre-se o artigo 51 que diz respeito ao princípio da auto-defesa perante graves ataques aos seus cidadãos. No entanto, este princípio aplica-se apenas a Estados, não protegendo indivíduos das acções dos seus próprios Estados. A independência unilateral do Kosovo em 1998 não chegou a ser reconhecida, pelo que o Kosovo não estaria abrangido já que a excepção apenas se aplica a estados de jure. Em segundo lugar, outra imposição ao uso da força diz respeito às imposições do CS/NU ao abrigo do Capítulo VII (Portela, 2000). Assim, de acordo com o artigo 24, o Conselho de Segurança tem a “responsabilidade primária na manutenção da paz e segurança internacional”, estando autorizado através do artigo 39 a “determinar a existência de alguma ameaça à paz”^[114]. O conselho pode decidir que meios, que não o uso da força, a

111 “The Kosovo crisis dramatically shows the limits of international law”, retirado de Hehir, Aidan (2008), “Humanitarian Intervention after Kosovo: Iraq, Darfur and the Record of Global Civil Society”, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 49.

112 A não ser com a dúbia excepção da Guerra da Coreia.

113 Um exemplo é a Declaração da Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Internos e na Protecção da sua Independência e Soberania, datada de 1965.

114 Carta das Nações Unidas (1945), documento consultado a 29 de Outubro de 2010 e disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>.

110 Newman, Michael (2009), *Humanitarian Intervention – Confronting the Contradictions*. London: Hurst & Company London, p. 56.

ser empregues e, caso se revelem eficazes, poderá intervir com forças aéreas, marítimas ou terrestres, de modo a restaurar a ordem. Além disso, de acordo com o artigo 25 e 2.5, todos os membros das Nações Unidas terão que acatar com as decisões do CS/NU, caso sejam claras e inequívocas, estando proibidos de ajudar estados com quem as Nações Unidas estejam a tomar acções preventivas ou de peace enforcement.

Nesta lógica, as imposições do conselho são limitadas pelas próprias resoluções tomadas pelo órgão. Ou seja, no caso do Kosovo, o CS/NU impôs três resoluções antes da intervenção da NATO. Para além das resoluções 1160 e 1199, o aspecto importante deve-se à Resolução 1203, que autorizou a entrada da OSCE^[115] para uma missão de verificação das anteriores resoluções e com o auxílio da NATO.

Estas resoluções não definem, em ponto algum, a permissão para o uso legal da força^[116]. Apenas referem que poderão ser utilizados todos os meios necessários numa etapa ulterior, ainda que indefinida. Assim, o CS/NU nunca autorizou, de forma clara, a intervenção da NATO no Kosovo numa fase anterior à intervenção. Embora tenha sido permitida a entrada da NATO para auxiliar a OSCE, à luz da Resolução 1203, não foi dado aval para recorrer ao uso da força (Rodley, 2007).

A última excepção à proibição do uso da força prende-se com os acordos regionais de segurança. No entanto, a NATO, enquanto organização regional de segurança, não possui uma base legal independente para recorrer ao uso da força, já que essa base deverá ser facultada pelas fontes de Direito Internacional externas à criação desses acordos^[117].

6. UMA GUERRA (IN)JUSTA

A campanha militar da NATO no Kosovo inaugurou uma tensão sem precedentes. O debate implica duas premissas para as Nações Unidas: respeitar a soberania nacional e assegurar a manutenção da paz, através do respeito pelo *status quo* dos Estados e das suas fronteiras e do respeito pelos Direitos Humanos (Richmond e Franks, 2007:86). Os dois princípios deverão ser complementares, já que a integridade territorial não existe sem o respeito pelos Direitos Humanos e vice-versa.

Ainda que a acção da NATO tenha sido uma resposta legítima do ponto de vista ético em relação a uma violação massiva dos Direitos Humanos, há que descortinar se foram observadas as “Leis da Guerra” (Orend, 2000:77) e qual foi a eficácia da intervenção. Com efeito, a limpeza étnica no Kosovo foi levada a cabo por forças armadas sérvias, em coordenação com o Ministério Interior da Polícia e várias milícias apoiados pelo governo de Milosevic. Alguns destes elementos estavam mais vulneráveis ao ataque aéreo, mas nem por isso a opção táctica terá sido eficaz.

Deste modo, a escolha pelo ataque aéreo, aliada à relutância em provocar baixas militares na NATO, colocou sérias dúvidas quanto à eficácia militar. Os bombardeamentos a 15 mil pés de altitude resultaram em danos colaterais. De facto, a dificuldade em identificar alvos provocou várias baixas civis e levou à destruição de edifícios, obrigando a que grande parte da população se refugiasse^[118]. Um dos princípios fundamentais da

Lei da Guerra prende-se com a protecção de civis e edifícios culturais e religiosos, por exemplo, tal como está plasmado nas Convenções de Genebra de 1949 e nos seus Protocolo Adicional I de 1977. No Kosovo, foram levantadas graves preocupações pelo número de acidentes a alvos civis, seja pela dificuldade em identificá-los, seja por aparente negligência, violando o artigo 8º do Estatuto de Roma^[119] e contrariando o *ius in bellum*.

7. DINÂMICAS DO CONFLITO

A decisão de intervir unilateralmente no Kosovo, dá-se num contexto em que a NATO se pretendia afirmar no sistema internacional. A organização acabara de admitir três novos membros^[120] e preparava-se para rever o seu conceito estratégico, permitindo-lhe dar visibilidade na comunidade internacional. Na Cimeira de Washington, em 1999, a NATO aprovou um novo conceito estratégico através do qual deixou de ser apenas uma aliança defensiva e tornou-se um actor directamente implicado com a manutenção da paz com a possibilidade de agir fora do seu espaço geográfico, esbatendo-se a sua dicotomia regional vs. global (Roberts, 1999:120).

Outra dinâmica internacional importante neste conflito prende-se com as relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Rússia que estavam pior do que nunca. Havia a convicção russa de que os EUA pretendiam expandir a sua influência para a Euroasia (Borchet e Hampton, 2002:16). Milosevic era também um dos últimos aliados russos na Europa de Leste o que comprometeu o comportamento de Yeltsin no CS/NU.

8. QUE FUTURO PARA O(S) HUMANITARISMO(S)?

A intervenção humanitária no Kosovo pela NATO constitui um marco proeminente nos Estudos da Paz. Todo o conflito de interesses entre os vários actores imbricados comprometeu o futuro do Kosovo, uma região a que a História nunca reservou paz. A NATO, enquanto “força libertadora”, teve um papel deficiente e demonstrou alguma hipocrisia na sua actuação, estando mais interessada em aliviar mais uma das crises de afirmação por que passava, do que propriamente em responder a uma clara violação dos Direitos Humanos. O seu desempenho no terreno não pode ter uma avaliação positiva, na medida em que o argumento da defesa dos Direitos Humanos perpetuou ainda mais o conflito.

Em jeito de conclusão, é de esperar que o Kosovo seja uma lição para a Humanidade. Não nos esqueçamos que “a comunidade internacional não é um dado, é uma tarefa que se constrói tanto nas instituições como no pensamento”^[121].

115 Organização para a Segurança e Cooperação da Europa.

116 Ao contrário do que se sucedera no Kuwait, em que o Conselho de Segurança autorizou os estados membros a recorrer a “todos os meios necessários” para garantir paz na região.

117 No caso da NATO, trata-se do seu tratado fundador: Tratado do Atlântico Norte.

118 Durante a intervenção da NATO cerca de 863 mil civis foram forçados a se refugiarem fora do Kosovo, de acordo com os

dados da Comissão Internacional Independente no Kosovo.

119 O artigo 8º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional contempla os Crimes de Guerra, nos quais elenca, entre outros, o ataque ou bombardeio, “por qualquer meio, a aglomerados populacionais, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objectivos militares”.

120 Polónia, República Checa e Hungria, outrora comprometidos com o Pacto de Varsóvia

121 Citação retirada da apresentação da 1ª edição do Manual de Geopolítica e Geoestratégia do Doutor Pezarat Correia, por parte do Doutor José Manuel Pureza.

9. ANOS 90: O REFORÇO DA LITERATURA DE PEACEBUILDING

Os anos noventa assistiram à emergência de uma nova perspectiva da periferia quanto ao sistema mundial e advogou o falhanço da modernidade. A literatura mais cínica, em que sobressai o autor Robert Jackson, faz alusão a países como o Haiti, a Somália, Timor-Leste e ao (agora país) Kosovo, como quasi-estados. Emerge assina na literatura dos Estudos da Paz e dos Conflitos, o conceito de *Estados Falhados* e de *Novas Guerras*, o último sendo popularizado por Mary Kaldor. Esse novo figurino de conflitualidades dá-se, a par e passo, como a noção de diferentes identidades e a emergência de um novo humanitarismo. A década de noventa demonstra avanços políticos com novas nomenclaturas e designações, de modo a elucidar a comunidade internacional para uma nova realidade do pós-Guerra Fria. Neste quadro, o *peacebuilding* é revestido de novos instrumentos, que se adensam em debates quentes no seio da Organização das Nações Unidas, assim como se verifica a evolução do Direito Internacional de Direitos Humanos que no novo milénio é de novo enfrentado por novos desafios.

10. RESPONSABILIDADE DE PROTEGER: CONCEPTUALIZAÇÃO E DINÂMICAS

Neste âmbito, em que os Estudos da Paz e dos Conflitos assistem-se a novas designações, a “Responsabilidade de Proteger” (R2P^[122]) representa a cristalização conceptual entre os conceitos de soberania e da ideia de responsabilidade e foi cunhado, pela primeira vez por Francis Deng, em 1995. Com efeito, trata-se de uma reconceptualização da soberania que abriu a porta para dois padrões intrínsecos mutuamente de protecção. Assim, por um lado, representou o reconhecimento de que a função nuclear da responsabilidade de proteger prendia-se com o governo soberano e, por outro lado, que a responsabilidade em matéria de protecção e assistência internacionais estava incumbida à comunidade internacional.

Art. 138 – “Each individual State has the responsibility to protect its populations from genocides, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. This responsibility entails the prevention of such crimes, including their incitement, through appropriate and necessary means. We accept that responsibility and will act in accordance with it. The international community should, as appropriate, encourage and help States to exercise this responsibility and support the United Nations in establishing an early warning capability.”

O questionamento do conceito da Intervenção Humanitária estava a tornar-se dominante no seio da comunidade internacional, após os fracasso das Nações Unidas na resposta efectiva e célebre à massiva violação de Direitos Humanos no Ruanda e com o episódio dúbio no Kosovo, com a intervenção sob a égide da NATO a carecer de legalidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como foi discutido anteriormente. O princípio foi adoptado pelas Nações Unidas em 2005 e reafirmado enquanto doutrina em matéria de resposta a conflitos através da Resolução 1674.

Na verdade, a Responsabilidade de Proteger trata-se de um compromisso conceptual e operacional que representa a simbiose entre segurança e Direitos Humanos (Cravo, 2005: 13). Enquanto conceito de *peacebuilding*, a “Responsabilidade de Proteger” combina também os pilares de prevenção, reacção e de reconstrução no mesmo mecanismo. Já na sua dimensão política, assume a pretensão de ultrapassar a divisão Norte-Sul em matéria de Intervenção Humanitária. Pretende-se, na verdade, que a Responsabilidade de Proteger seja reflexo de um consenso de como a comunidade internacional deverá lidar com episódios de atrocidades de massa em cenários de conflitos internacionais. Importa, a este propósito, salientar que pretende resolver os antigos bloqueios ideológicos, escondidos em interesses de matriz geopolítica e económica, e recuperar a capacidade de agir das Nações Unidas em casos cuja resposta se exige no mais curto prazo possível.

Do ponto de vista instrumental e legal, a Responsabilidade de Proteger incumbe-se de reconciliar dois princípios que, até então, tinham estado de costas voltadas: soberania estatal e Direitos Humanos. Deste modo, no quadro político, o conceito congrega a proliferações de Estados Falhados – novo conceito mainstream – com as implicações decorrentes desses estatuto, aos níveis interno, regional, ou até mesmo, global. A renovação do conceito de soberania é feita com o propósito de poder responder a dois casos distintos, mas que, em última análise, levam a violações massivas de Direitos Humanos. Actuar em casos em que as violações decorrem da vontade do Estado em cessar o conflito, assim como em casos que é o próprio Estado que não reúne as condições para o fazer, cujo exemplo crasso é o caso do Estado Falhado. Nesta narrativa, a Responsabilidade de Proteger foi desenvolvida para fechar a brecha que impossibilitava uma resposta eficaz nas intervenções humanitárias da década de 90, aspirando encontrar consenso entre os mais cépticos. Assim, há que assinalar algumas dinâmicas que lhe são inerentes e lhe dão particular relevo nas questões de *peacebuilding*:

- a) Perpetua-se a erosão do conceito da não-ingernência (Cravo, 2005: 10), de modo a encontrar uma solução para a controvérsia entre “direito de intervir” para uma “responsabilidade de reagir”, pelo que a soberania deixa de constituir um escudo para a tirania e alcança o estatuto de instrumento para salvaguardar os direitos dos cidadãos;
- b) o alcance da intervenção internacional passou a estar consubstanciada em casos codificados – genocídio, limpeza étnica e crimes de guerra – e em crimes contra a humanidade;
- c) a consagração de um enfoque preventivo às intervenções militares;
- d) a dilatação das opções políticas que não se resumem à intervenção ou ausência dela e consagram um amplo leque de respostas que incluem pressões diplomáticas, sanções económicas e políticas e coerção militar.

Ainda que tenha sido reconhecido o potencial da *Responsabilidade de Proteger* quanto aos objectivos a que se propunha, a verdade é que o conceito ficou, ainda assim, imbuído em algumas ondas de descrença, que se dividia entre cépticos e activistas pelo *peacebuilding*. Após a oficialização do conceito da *Responsabilidade de Proteger*, alguns países emergentes mostraram-se preocupados vendo este novo mecanismo como uma presença não desejável no seu território, associando-o a um “cavalo de Tróia”, ou ainda colocando a hipótese de que pudesse legitimar interesses de cariz neo-colonial ou imperial. As principais vozes foram criticas foram emanadas de países como Venezuela, Cuba, China e Paquistão, que, aliás, também foram

122 Em alusão à sua denominação em inglês: “Responsibility to (2) Protect”.

contra as propostas dos Estados Unidos da América aquando das propostas para o Conselho de Direitos Humanos. Já outra facção de países, rotulada como “westfalianos”, estava receosa quanto ao enfraquecimento do dispositivo da soberania. Perante a falta de um consenso claro, uma coligação de Organizações Não-Governamentais fundou o Centro Global para a Responsabilidade de Proteger, com o intuito de encontrar consenso para a Responsabilidade de Proteger e para proteger a integridade do mesmo. No mesmo sentido, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, criou o cargo de “Assessor Especial para o Secretário-Geral” para facilitar a tarefa de alcançar um consenso, mas cuja criação acabou por sofrer um atraso de 8 meses, devido à falta de consenso entre os Estados-Membros, sugerindo-se um cargo em tempo parcial.

A Responsabilidade de Proteger conheceu fraca receptividade em vários países da América Latina e de África que questionaram seriamente que o conceito fosse adoptado na cimeira de 2005. Depois de um intenso debate, com sucessivos avanços e recuos, o cargo acabou por ser institucionalizado na figura de Edward Luck que deveria desdobrar-se em esforços pelo desenvolvimento conceptual da Responsabilidade de Proteger e pela construção de um consenso de base.

Neste sentido, a estratégia adoptada pela ONU foi no sentido de operacionalizar a Responsabilidade de Proteger, pelo que o mecanismo foi incluído numa miríade de estatutos, resoluções e documentos oficiais, ao ser introduzido no direito internacional costumeiro. Paralelamente, o Assessor Especial deu ênfase ao vertente de responsabilidade de prevenir, consubstanciada na Responsabilidade de Proteger. Ainda assim, subsistiram críticas que denunciavam uma negligência na real renovação do conceito, visível na falta de inclusão do conceito no mecanismo efectivo de peacebuilding e também enquanto proposta para superar bloqueios políticos quando os próprios governos não demonstravam intenção de parar com os atropelos aos Direitos Humanos.

Neste quadro, foram apresentadas várias deficiências à Responsabilidade de Proteger, como sejam, a falta de critérios codificados para as intervenções militares que representava os receios de uma eventual agenda escondida nas intervenções que não definia quem deveria intervir e sob que circunstâncias e de que meios; a falha na clarificação da ideia de prevenção, em casos em que os crimes internacionais ainda não tinham decorrido; a internacionalização dos conflitos; deficiências nas capacidades de resposta, antevendo-se que a arquitectura de segurança que subjaz à Responsabilidade de Proteger se mostrava incongruente face às capacidades da comunidade internacional.

Os pontos anteriores mergulham a Responsabilidade de Proteger num novo impasse, o qual, a ser superado, necessitava de respostas claras e que não primassem pela ambiguidade, por parte das Nações Unidas. Neste sentido, e de modo a atender às críticas da facção pró-Westfalia: a) sublinhou-se a importância da soberania, apresentando-lhe limites que, numa visão westfaliana, nunca foram absolutos e que perante as dinâmicas globalizantes do sistema internacional entraram em erosão, pelo que a própria definição foi adaptada ao campo da segurança; b) procurou-se asseverar que a Responsabilidade de Proteger não é um conceito ocidental, ainda que tivesse surgido sob a égide do Canadá, e para tal o princípio foi incorporado no Acto Constitutivo da União Africana; c) primou-se pelo desenvolvimento de um conjunto de critérios para intervir e para despolitizar o conceito, pelo que foram adoptadas as propostas da Comissão Internacional para a Intervenção Estatal e Soberania e que passavam pela justa causa, último recursos, meios proporcionais, intenção certa, projecção razoável e

autoridade, que abriam caminho para que a Responsabilidade de Proteger se tornasse numa política interna global.

O percurso da Responsabilidade de Proteger na agenda internacional evidenciou o seu potencial na superação das divisões Norte-Sul quanto aos mecanismos e às respostas em casos de claras atrocidades e violações de Direitos Humanos. É, não obstante, fundamental que se superem as divergências que têm sido apontadas entre os que vêem a Responsabilidade de Proteger como um “cavalo de Tróia” e entre os “westfalianos”, de modo a fortalecer e a solidificar o próprio conceito. A limitação do recurso à Responsabilidade de Proteger como resposta a crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade poderá ser um bom caminho. Paralelamente, e desse modo, a Responsabilidade de Proteger poderá apresentar-se como um bom começo para atingir um consenso global quanto aos mecanismos de peacebuilding, que só será possível depois de ultrapassados reminiscências de conflitos ideológicos escudados em interesses geopolíticos. Com efeito, tal consenso enquanto resposta a conflitos violentos internos, a soberania, o uso da força e violações de larga escala de Direitos Humanos, é fundamental para o funcionamento do sistema multilateral e só a comunidade internacional, escudada nas Nações Unidas, poderá ser a protagonista nesse reconhecimento de consenso.

A exigência de uma unidade internacional quanto aos principais problemas, desafios e possibilidades quanto à intervenção humanitária foi claramente enaltecida por Kofi Annan, então Secretário-Geral das Nações Unidas. Neste sentido, e no aprofundamento das questões que decorriam dessa exigência, em Setembro de 2000, na Assembleia do Milénio das Nações Unidas, Jean Chértien, primeiro-ministro do Canadá anunciou que seria estabelecido um órgão independente para agrupar as questões políticas, operacionais, legais e morais no desenvolvimento de um mecanismo internacional que desse um novo enquadramento às dinâmicas da intervenção humanitária. Esse órgão tratou-se da Comissão Internacional para a Soberania e Intervenção Estatal que deveria construir um conceito reconciliador entre a intervenção pela defesa dos direitos humanos e a soberania, de modo a desenvolver um consenso político global. Num projecto em que participaram múltiplos actores, desde Estados, Organizações Não-Governamentais e think tanks, resultou a publicação do relatório designado “A Responsabilidade de Proteger”, em Dezembro de 2001. No documento, o princípio foi desconstruído de modo a que fosse reconceptualizado e assim pudesse alcançar consenso internacional. Nesse sentido, é defendido que o próprio conceito de intervenção humanitária deverá ser alterado para apaziguar as contestações das organizações humanitárias que advogam que a acção militar é adversa à ajuda humanitária que pretende salvar vidas no curto prazo, defendendo que a intervenção deveria ser compatibilizada com o conceito de soberania; e que a intervenção não deveria ser vista como um enfraquecimento da centralidade das Nações Unidas. De enaltecer ainda que todo este projecto de reconceptualização quis manter-se afastado da famigerada “guerra contra o terrorismo”, que surgiu no advento do 11 de Setembro, uma vez que as duas situações são claramente distintas.

Nessa redefinição do conceito de intervenção, a comissão põe a tónica nos valores morais e éticos, colocando-os ao serviço dos “direitos humanos inalienáveis dos indivíduos, incutidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se tornaram armas contra os poderosos”. Neste sentido, a Comissão adopta uma perspectiva alicerçada na moralidade, relegando uma óptica baseada no poder subjacente à Realpolitik, em primazia do dever do Estado em agir como um agente moral. Os Estados são assim agentes da “Humanidade comum”. Conco-

mitantemente, a compatibilidade com a soberania dos estados imprime uma nova linguagem em que o “direito a intervir” é antes visto como uma “responsabilidade em proteger”. Uma mudança de perspectiva que conduz à difusão da ideia de “direito à protecção” que assiste às populações e que deverá extrapolar a linha da soberania. Esta ideia é ainda acompanhada por medidas concretas que os Estados deverão assumir para operacionalizar essa “direito à protecção”.

O conceito alargado de “responsabilidade” é visto como facilitador de uma ligação conceptual, normativa e operacional entre assistência, intervenção e reconstrução. Assim, para além da “responsabilidade em reagir”, a comunidade internacional terá também obrigações na “responsabilidade em prevenir” e na “responsabilidade em reconstruir”. Uma visão tridimensional que pretende conferir à intervenção um carácter mais legítimo e estender os direitos à ampliação dos próprios mecanismos de coerção internacional e de peacekeeping e que deveriam passara pela condicionalidade da ajuda, o recurso a sanções, embargo de armas, tribunais para crimes de guerra.

Neste sentido, a Comissão definiu ainda sectores onde a intervenção preventiva poderia ser legítima, como sejam nas esferas económica, política, legal e militar. No domínio político, a comunidade internacional fica com a responsabilidade de promover instituições democráticas, a partilha do poder constitucionalmente garantido, apoio à liberdade de expressão e ao Estado de direito e a promoção da sociedade civil; na esfera económica a acção passa pela assistência para o desenvolvimento e à cooperação, em paralelo com uma reforma estrutural; em termos legais e jurídicos, a comunidade internacional deve prestar assistência na reforma do quadro normativo e legal, medidas de law enforcement e ainda de defesa pelos grupos mais vulneráveis da sociedade; por última, quanto à questão militar, surge a determinação de promover o desarmamento e o treino de forças militares, por exemplo.

Pelas inovações que a Responsabilidade de Proteger pretendeu introduzir em termos de resposta da comunidade internacional, a comissão reconheceu que o Conselho de Segurança das Nações Unidas seria o órgão mais apropriado para lidar com questões de intervenção militar:

If international consensus is ever to be reached about when, where, how and by whom military intervention should happen, it is very clear that the central role of the Security Council will have to be at the heart of the consensus. The task is not to find alternatives to the Security Council as a source of authority, but to make the Security Council work much better than it has (Evans, 2007)^[123].

Deste modo, é reconhecido e reafirmado o papel primordial do Conselho de Segurança das Nações Unidas na delineação das estratégias de resposta a conflitos e violações de Direitos Humanos, com todas as possibilidades e desafios que tal coloca, já que, como é de sublinhar, uma acção decidida no seio do órgão carece de aprovação pelos membros permanentes que o constituem.

11. LÍBIA: OPORTUNIDADE DE REDENÇÃO?

Os últimos acontecimentos na Líbia servem como ilustração de algumas das dinâmicas inerentes à Responsabilidade de

Proteger. O clima de tensão de violência vivido na Líbia sugere o preenchimento de requisitos da *Responsabilidade de Proteger*, já enunciados, na medida em que se verificaram violações claras e atrozes de Direitos Humanos, numa acção deliberada do Estado líbio. Não obstante, e perante alguma letargia notória por parte da comunidade internacional, cuja decisão de intervir apenas se veio a verificar em Março ao abrigo da Resolução 1970, há que destacar alguns factores que poderão ter levado a tal resposta tardia. Carvalho (2011) enuncia, em particular, três aspectos: as implicações intrínsecas à *Responsabilidade de Proteger*; a soberania estatal; e a inexistência de uma acção coesa da comunidade internacional. As atrocidades cometidas pelo regime de Kaddhafi foram vistas como o momento para que a promessa solene da responsabilidade de proteger se pudesse redimir ou renegar. No entanto, é questionável se a responsabilidade de proteger terá conhecido, no caso líbio, alguma eficácia. Na verdade, a Responsabilidade de Proteger terá perdido uma oportunidade de afirmação, enquanto instrumento de resposta da comunidade internacional, pelos entraves que conheceu, dos quais sobressai a resposta tardia da comunidade internacional, num quadro de graves violações de Direitos Humanos perpetuados sobre a população líbia.

CONCLUSÃO

No pós-Guerra Fria, o sistema internacional conheceu vicissitudes incomensuráveis. No que diz respeito aos Estudos para a Paz, a década de 90 assistiu não só a novos mecanismos, como a novas dinâmicas, espelhada na oportunidade de redefinir a Intervenção Humanitária, como de questioná-la. Na verdade, foi com a intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, pela falta de autorização por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas que o debate se adensou, em matéria de resposta a atrocidades de Direitos Humanos. Na verdade, a intervenção da NATO no Kosovo espelha o cristalizar desse debate, por demonstrar a falhas inerentes ao mecanismo da Intervenção Humanitária, como por fazer emergir a questão da *Responsabilidade de Proteger*, formulada por Francis Deng, em 1995. Como descreve Cravo (2005), a *Responsabilidade de Proteger* representa “a simbiose entre segurança e Direitos Humanos”, assumindo-se como “compromisso operacional e conceptual”. Desta forma, o objectivo seria de que a soberania dos Estados não fosse utilizada e manipulada para escudar as intervenções externas como resposta a desumanidades cometidas, muitas vezes, pelos próprios Estados. Todavia, e voltando a citar Pureza, “a comunidade internacional não é um dado, é uma tarefa que se constrói tanto nas instituições como no pensamento”^[124], pelo que importa continuar a questionar o próprio conceito de Responsabilidade de Proteger, assumindo-o como um projecto não acabado e que poderá sofrer de várias lacunas, como o recente caso líbio veio demonstrar.

123 Evans, Gareth (2007), *The Responsibility to Protect and The Use of Military Force*.

124 Citação retirada da apresentação da 1ª edição do Manual de Geopolítica e Geoestratégia do Doutor Pesarat Correita, por parte do Doutor José Manuel Pureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Bellamy, Alex. J. "The responsibility to protect and the Problem of the Military Intervention", *International Affairs*, 84.
- Boniface, Pascal (dir.) (2000). *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.
- Borchet, Heiko; Hampton, Mary N. (2002). "The Lessons of Kosovo: Boon or Bust for Transatlantic Security?", Published by Elsevier Science Limited on behalf of Foreign Policy Research Institute.
- Carvalho, Carlos (2011). "O estado enquanto produtor da insegurança humana: o caso actual do estado líbio", Working Paper. Observatório de Segurança Humana, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
- Chandler, David (2010). "The responsibility to protect? Imposing the 'Liberal Peace', *International Peacekeeping*, 11:1, 59- 81.
- Correia, Pedro de Pezarat (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*, Volume II, Coimbra: Edições Almedina.
- Cravo, Teresa (2005). "Entre a Centralidade e a Marginalização: A Reforma da ONU para o século XXI", Working Paper nº13. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.
- Hehir, Aidan (2008). "Humanitarian Intervention after Kosovo: Iraq, Darfur and the Record of Global Civil Society", *Journal of Human Rights*, Routledge Taylor & Francis Group. Nova Iorque: Palgrave Macmillian.
- Hehir, Aidan (2009). "NATO's 'Humanitarian Intervention in Kosovo: Legal Precedent or Aberration?", *Journal of Human Rights*, Routledge Taylor & Francis Group. Nova Iorque: Palgrave Macmillian.
- Independent International Commission on Kosovo: The Kosovo Report (2000), documento consultado a 15 de Novembro de 2010 e disponível em <http://www.reliefweb.int/library/documents/thekosovoreport.htm>
- McCoubrey, Hilaire (1999). "Kosovo, NATO and International Law", *International Relations*, volume XIV, no.5, SAGE Publications.
- Mertus, Julie (2000). "Reconsidering the Legality of Humanitarian Intervention: Lessons from Kosovo", Volume 41, William and Mary Law Review Scholarship Repository.
- Nascimento, Daniela (2009). "Humanitarianism at the crossroads: dilemmas and opportunities of the 'war on terror', *Portuguese Journal of International Affairs*, Portuguese Institute of International Relations and Security (IPRIS). Lisboa: Europress.
- Newman, Michael (2009). *Humanitarian Intervention – Confronting the Contradictions*. London: Hurst & Company London.
- Orend, Brian (2000). *War and International Justice – A Kantian Perspective*. Ontario: Wilfred Laurier University Press.
- Orford, Anne (2008). *Reading Humanitarian Intervention – Human Rights and the Use of Force in International Law*. Cambridge: University Press.
- Pereira, Pascoal (2009). "Porque participaram tantos países nas missões do Kosovo?", e-cadernos CES – publicação trimestral, número 6: Peacekeeping, Actores, Estratégias e Dinâmicas. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Laboratório Associado.
- Portela, Clara (2000). "Humanitarian Intervention, NATO and International Law: Can the Institution of Humanitarian Intervention Justify Unauthorised Action?", Research Report 00.4, Berlin: Berlin Information-center for Transatlantic Security.
- Richmond, Oliver P., Franks, Jason (2007). "Co-opting the Liberal Peace: Untying the Gordian Knot in Kosovo", Center for Peace and Conflict Studies, University of Saint Andrews, United Kingdom.
- Roberts, Adam (1999). "NATO's 'Humanitarian War' over Kosovo", *Survival*, vol. 41., The International Institute for Strategic Studies, Oxford: Oxford University Press.
- Rodley, Nigel S., Basak, Çali (2007). *Kosovo Revisited: Humanitarian Intervention on the Fault Lines of International Law*, *Human Rights Law Review* 7:2. Oxford: University Press.
- Thibault, Jean-François (2009). "The Responsibility to Protect", *Online Encyclopedia of Mass Violence*. Paris: Sciences Po.
- Vinha, Luís Miguel (2009). "As empresas militares e o peacekeeping", e-cadernos CES – publicação trimestral, número 6: Peacekeeping, Actores, Estratégias e Dinâmicas. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Laboratório Associado.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS: O CASO DE ANGOLA E OS ACORDOS DE BICESSE (1991)

MANUEL MAIO

MESTRANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

O conflito político-militar ocorrido em Angola, entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (1974-2002), fez milhões de mortos e feridos e provocou a quase destruição do país. Foram várias as tentativas de negociação para a paz. Os Acordos de Bicesse, de 1991, foram mediados por Portugal, tiveram como observadores os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), e foram realizados sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). A geopolítica internacional tinha mudado com a queda do Muro de Berlim. Interrogações diversas perduram sobre os interesses e as causas próximas do reacender da guerra civil, logo após as eleições democráticas de Setembro de 1992. As populações civis foram as principais vítimas da violência e carnificina consideradas como das mais marcantes do final do último quartel do século XX. À margem da avaliação política do reacender do conflito e dos interesses emergentes, o estudo do conflito angolano permite analisar a importância da negociação e da mediação no contexto da gestão de conflitos, nas suas diversas vertentes: conhecimento histórico do diferendo; conhecimento das partes em conflito (perfil dos líderes e interesses reais em jogo); metodologia e estratégia da mediação; planificação das acções a executar; sustentabilidade do acordo, em termos político e militar; fiscalização da execução do acordo nas suas diversas etapas. Com focos de conflitos armados espalhados por todo o mundo, a função da mediação serve como instrumento indispensável à negociação que visa a paz.

Palavras-chave: conflito; negociação; mediação; paz.

ABSTRACT

The political-military conflict occurred in Angola between the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) (1972-2002) caused millions of deaths and injured people and the nearly destruction of the country. It was necessary several attempts to negotiate the peace in the country. The Bicesse Accords of 1991 were mediated by Portugal and as observers they had The United States of America (USA) and the ex - Union of Soviet Socialist Republics (ex-USSR) and it was performed under the auspices of the United Nations (UN). The international geopolitics had changed with the fall of the Berlin Wall. Several questions persist about the interests and the immediate causes of the resumption of the Civil War after the democratic elections in September of 1992. The civilians were the main victims of violence and carnage in this war considered as the most significant fact in the last quarter of 20th century. Alongside the political evaluation of the resumption of the conflict and the emerging interests, the study of the Angolan conflict permits to analyze the importance of negotiation and mediation in the context of the conflict management in its various aspects: historical knowledge of the dispute; knowledge of the parts involved in the conflict (profile of leaders and real interests at stake); methodology and strategy of the mediation; planning of actions to be performed; sustainability of the agreement in terms of political and military strategies; monitoring the execution of the agreement in its various stages. With outbreaks of armed conflicts throughout the world the role of mediation serves as an indispensable tool that aims to negotiate and achieve peace.

Keywords: conflict; negotiation; mediation; peace.

INTRODUÇÃO

A negociação representa uma função primordial na resolução de conflitos, atendendo às características próprias das divergências e ao poder nem sempre igualitário das partes em conflito. A ausência do conhecimento e da capacidade de domínio das técnicas de negociação convida a que as partes em conflito encontrem pessoas especializadas, habilitadas e capazes, para exercerem a função de mediadores, sendo certo que compete sempre às partes em disputa ou em conflito decidirem sobre os termos de um acordo na perspectiva das contrapartidas negociadas. A função do mediador está, assim, bem definida: intervenção quando é solicitado pelas partes em conflito e quando estas se mostram incapazes para negociarem um determinado problema, ou pela dificuldade das questões em litígio ou, ain-

da, pela intransigência das partes num eventual acordo, em que o processo negocial chega a um impasse intransponível.

Quando se analisa o processo negocial de que resultou os Acordos de Bicesse, em 1991, entende-se que aqueles conceitos teóricos foram devidamente aplicados: estava-se perante um complexo processo político e militar (uma guerra fratricida entre dois movimentos políticos), e perante dificuldades negociais (clivagens políticas muito profundas, ódios étnicos e de guerra, interesses inconfessáveis). Assim, num quadro negocial e sob o patrocínio da ONU, Portugal, protagonizou o papel de mediador e negociador para a resolução do conflito, tendo-se alcançado um acordo político e militar, para a democratização do regime e a obtenção da paz no território. As duas grandes potências (EUA e ex-URSS) tiveram um papel de observadores “interessados” face aos interesses geopolíticos e

geoestratégicos na região, num quadro ideológico, económico e na cooperação militar: EUA vs UNITA e ex-URSS vs MPLA.

A implementação dos Acordos de Bicesse redundou num conjunto de obstáculos e vicissitudes, sendo pertinente equacionar se os princípios da ética e da boa fé, pressupostos exigíveis para o êxito da aplicação de uma negociação fechada, estiveram na mente das partes em litígio. A UNITA, não aceitando os resultados eleitorais das eleições para a Assembleia Nacional de Angola e para a Presidência da República (que deram a vitória ao MPLA e a José Eduardo dos Santos), avaliadas pelos observadores internacionais como livres e justas, promoveu o acantonamento dos seus militares nos territórios ocupados antes dos Acordos de Bicesse. Reorganizaram-se e rearmaram-se muito rapidamente, e partiram para uma “nova” guerra civil, de consequências humanas e materiais ainda mais nefastas e destruidoras do que as verificadas anteriormente.

Não estando em causa o modelo de mediação e negociação adoptados, o que é que eventualmente falhou ou não foi convenientemente salvaguardado no processo negocial? Crê-se que uma das partes (UNITA) não estava interessada (ou preparada) para assimilar uma eventual derrota: imperou a máxima do “poder pelo poder” em prejuízo do respeito pelos acordos “livremente” assinados. Falhou a seriedade no capitulo das intenções...

1. CONFLITOS, NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO

1.1. CONFLITOS

Os conflitos são uma realidade social que remonta aos primórdios da humanidade, estando intimamente ligados à relação entre os indivíduos, enquanto actores sociais e membros de uma comunidade, podendo ser classificados como conflitos individuais, profissionais, empresariais, sociais, institucionais,

políticos, entre outros.

Assim, pode-se falar de vários tipos de conflitos: intrapessoais, interpessoais, intragrupais, nacionais, internacionais, laborais, políticos, religiosos, sendo bem visível a diversidade e a complexidade que esses níveis de conflito podem promover, para cujas respostas se exige grande capacidade negocial, competência e perfil do mediador, quando chamado a intervir (Cunha, 2008: 24).

Pode-se definir o conflito de uma forma mais objectiva, conforme a natureza do mesmo e o grau de complexidade em questão: incompatibilidade de actividades; valores exclusivos e incompatíveis na interacção social; divergência de interesses; exercício de um poder desequilibrado, entre outros. Segundo Cunha (2008), in Fernández-Rios (1986), existem cinco elementos ou critérios básicos que permitem classificar um conflito: interacção entre dois ou mais participantes; intenção de causar prejuízo ao outro ou atribuição de tal intencionalidade; condutas incompatíveis para obter recursos limitados; utilização directa ou indirecta do poder; e, inexistência ou ineficácia normativa.

O caso em apreço – conflito MPLA/UNITA – insere-se naqueles critérios que definem o conflito: as partes tinham deliberadamente intenção de causar prejuízo recíproco (ao país e, colateralmente, à população); as condutas eram manifestamente incompatíveis na obtenção de recursos materiais, militares e logísticos; opção pelo uso da força para conquistar o poder; e incapacidade normativa para regular e julgar os crimes de guerra e contra as populações civis.

1.2. NEGOCIAÇÃO

A negociação é uma função muito particular e revela-se útil, uma vez que “... os seres humanos se vêem compelidos a negociar, uma vez que não possuem o controlo total sobre os acontecimentos em que participa, ...” (Cunha, 2008: 19). “Todos temos naturais aptidões para negociar, assim como a capacidade de adaptarmos o nosso desempenho levando em conta as condicionantes concretas de cada caso.” (Oliveira, 2008: 73). Neste sentido, a Psicologia Social assumiu um quadro científico de estudo dos fenómenos relacionados com a negociação, numa perspectiva de avaliação das etapas, características estruturais, dinâmicas e resultados.

Assim, num processo negocial, é fundamental avaliar a interdependência dos objectivos e os interesses diferentes, tendo em atenção a percepção de uma solução conjunta, isto é, deve-se fazer uma avaliação do interesse comum das partes para uma solução equilibrada. A preparação de uma negociação, no plano estratégico, é um ponto vital para o êxito do processo, numa perspectiva inteligente de análise das propostas concorrenciais em jogo.

1.3. MEDIAÇÃO

“A mediação é um processo em que os indivíduos envolvidos numa negociação utilizam uma pessoa, o mediador, que é neutro em relação ao resultado da negociação, para os apoiar e guiar nas diversas fases da mesma” (Vasconcelos-Sousa, 2002: 14).

Assim, a mediação é um processo construído com base em regras bem definidas, técnicas e saberes conjugados, cujo alcance é gerir a qualidade do diálogo entre as partes em conflito, no sentido de privilegiar o encontro de soluções para os problemas em diferendo e dos seus interessados, ficando sob a responsabilidade destes o acordo final.

A mediação é um processo que facilita a comunicação promovida pelo mediador, com as partes em litígio, na construção da relação à regulação das situações conflituosas e o modo de acompanhamento na tomada de decisões. É importante distinguir a mediação das outras formas de resolução de conflitos: o processo judicial, a conciliação, a negociação e a arbitragem. A mediação, nestes casos, através da intervenção de um especialista formado e informado, com predicados comunicacionais e persuasivos bem vinculados, proporciona uma intervenção mais rápida, menos onerosa sob o ponto de vista financeiro e mais participada e facilitadora de diálogo, na harmonização e regularização dos conflitos e na manutenção ou reconstrução da qualidade relacional entre as partes.

“O conceito e a prática da mediação perdem-se na noite dos tempos e possivelmente são tão antigos como os conflitos entre duas pessoas ou dois grupos de indivíduos” (Vasconcelos-Sousa, 2002: 34). A qualidade da formação dos mediadores, e as exigências da actuação, segundo um código ético e deontológico, constituem uma garantia da promoção da sua prática, baseada nos princípios de confidencialidade, neutralidade e imparcialidade. A mediação, enquanto instrumento de gestão da comunicação e interacções, permite instaurar novas dinâmicas relacionais duradouras e contributivas entre os diferentes intervenientes. O mediador assume-se como um pedagogo da comunicação, com experiência profissional na gestão de conflitos e estabelece e/ou restabelece um clima de confiança entre as partes.

Assim, são objectivos da mediação: manter a qualidade da relação interpessoal das pessoas em conflito; reagir de forma flexível e reflexiva a um projecto ou soluções; facilitar a con-

solidação de um acordo mutuamente satisfatório; criar dinâmicas de relacionamento responsável, conscientes da gestão dos conflitos e dos processos de mudança; apoiar a tomada de decisão das partes em conflito.

Como meios, a mediação deve dispor de: intervenção de um terceiro elemento, o mediador, enquanto profissional imparcial, neutro e independente, especialista na área da comunicação, que regula as transacções/comunicações no sentido de gerir e clarificar as situações; metodologia de intervenção sistémica; técnicas e instrumentos que valorizam e racionalizam as relações humanas, quer ao nível privado (familiar, patrimonial), quer ao nível das organizações (sociais, empresas, serviços públicos, escolas, e também em termos políticos).

2. O CONFLITO MPLA/UNITA, EM ANGOLA

2.1. BREVE HISTÓRIA DE ANGOLA

Angola é uma ex-colónia portuguesa, descoberta por Diogo Cão, em 1484, localizada na África meridional, um território estrategicamente importante no conjunto dos territórios que integravam o nosso império colonial. Com a perda do império do Brasil, a orientação política da Monarquia Constitucional voltou-se para o “novo” império, em África, sendo Angola a colónia africana com maior território e rica em matérias-primas e recursos naturais. Somente com o Estado Novo, a partir de 1930, esta colónia conhece o desenvolvimento económico e o seu povoamento por colonos idos da metrópole. Assim, as grandes produções de café, sisal, cana do açúcar e, posteriormente, a exploração petrolífera de Cabinda e do minério de ferro em Lobito, dão uma outra expressão ao potencial económico de Angola, representando para o Estado português um grande pólo de riqueza e de desenvolvimento.

Os “apetites” das potências mundiais pela ocupação deste território ultramarino esteve sempre presente, principalmente antes e depois da Primeira Grande Guerra Mundial. Com a fundação da ONU, em 1945, e perante o consagrado no artigo 73º do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas (NU), e da Resolução 1514, de 1960 (<http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>), o regime político argumentava, perante a comunidade internacional, que os territórios ultramarinos constituíam uma parte indivisível da Nação, sendo, por isso, uma extensão territorial e natural do Estado português. Apesar da imperatividade dessas disposições Portugal não concordava com a sua aplicação, recusando-se a prestar informações sobre os territórios.

Perante o avanço da descolonização em África e outros continentes e em face da posição assumida pelo governo português, Portugal passou a sentir uma pressão internacional para o cumprir a Resolução 1514 e a Carta das NU. Paralelamente, com o apoio de alguns países vizinhos de Angola e de outros Estados, são criados, a partir de 1960, quatro movimentos de libertação: União dos Povos de Angola (UPA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), MPLA e UNITA, que desencadeiam uma luta armada contra o colonialismo português. Fechado ao diálogo com esses movimentos de libertação, o governo português envia milhares de soldados para Angola, decorrendo durante cerca de 14 anos uma guerra colonial, que termina após a revolução de Abril de 1974. A situação política e militar em Angola estavam praticamente controladas pelas forças armadas portuguesas. Paralelamente, enquanto durou a guerra colonial, Portugal procurou consolidar a sua presença em Angola, investindo em grandes obras públicas, aumentando potencialmente a

produção agrícola e a exploração petrolífera, sendo o PIB médio de Angola, nesse período, de 7% ao ano.

As reformas introduzidas pelo governo português nesse período colonial foram fortemente criticadas pelos nacionalistas angolanos no exílio. Américo Boavida, um dirigente do MPLA no exílio, na sua obra *Angola. Cinco Séculos de Exploração Portuguesa* (1967), afirmava “... que os verdadeiros perigos da dependência e da colonização angolana não vinham de Portugal, uma potência colonial subdesenvolvida, profundamente dependente do interesse do capital internacional, mas sim dos interesses capitalistas ocidentais: companhias como a Diamang e a Anglo-American Corporation. Portugal era na verdade uma dependência económica destas companhias monopolistas. (...) os trabalhadores urbanos angolanos representam a força do futuro mais revolucionário do país” (Wheeler e Pélissier, 2009: 346).

No processo de descolonização de Angola, as negociações ocorreram com os três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), sendo assinados os Acordos do Alvor, em Janeiro de 1975, que definiu a independência de Angola para Novembro de 1975. Mesmo antes da independência, os três grupos políticos iniciaram um confronto armado pela posse do poder, transferindo-se este conflito a um nível internacional, face aos apoios externos das grandes potências aos partidos beligerantes: África do Sul e, posteriormente, os EUA (até 1993) apoiavam a UNITA; a ex-URSS e Cuba apoiavam o MPLA; e a China, África do Sul, Zaire e os EUA apoiavam o FNLA. Cuba passou a ser o país estratégico no apoio ao MPLA. Já a partir de Outubro de 1975, Luanda estava “tomada” por tropas cubanas, que rapidamente conquistaram território aos outros movimentos políticos (UNITA e FNLA), tendo o MPLA formado um governo monopartidário, de ideologia marxista-leninista, que foi reconhecido pela ONU, em 1976, assumindo a presidência, Agostinho Neto, fundador do MPLA, que faleceu em 1979, sendo substituído por José Eduardo dos Santos.

Com a queda do Muro de Berlim e a eminência da fragmentação do bloco comunista (ex-URSS), ocorrida em 1991, o MPLA e a UNITA tentaram vários acordos de paz, tendo, inclusivamente, em 1990, a UNITA reconhecido José Eduardo dos Santos como Chefe de Estado angolano. Porém, as tréguas foram muito pontuais e efémeras, recomeçando as duas facções o confronto armado, até que, com os Acordos de Bicesse, de 1991, a paz voltou a Angola, pelo menos durante um período de 15 meses, e até ao reacender do conflito, em Setembro de 1992, após as primeiras eleições democráticas, convocadas e realizadas para cumprimento de um dos pontos dos Acordos de Bicesse.

2.2. OS PRECEDENTES AOS ACORDOS DE BICESSE

A guerra civil em Angola era indiscutivelmente um produto de interesses internacionais, principalmente das grandes potências mundiais (EUA e ex-URSS), no período que decorreu a bipolarização geopolítica do mundo - “Guerra Fria”. O conflito envolvia os países mais próximos de Angola (África do Sul e República do Zaire, de Mobuto). A participação massiva dos cubanos nesta guerra (cerca de 300.000), ao lado do MPLA era apoiada por armamento e treino militar pela ex-URSS e pelos países do satélite comunista. A UNITA recebia apoio financeiro, militar e logístico dos EUA e da África do Sul. Estas envolverias condicionavam os avanços e recuos desta guerra e “incentivaram” as duas partes beligerantes ao prosseguimento do confronto militar, alimentando assim uma rede de poderosos interesses económicos sobre os recursos naturais deste país: petróleo, minerais, diamantes, já que outros recur-

sos e bens primários estavam abandonadas ou destruídas pelo “esforço” de guerra.

Para ilustrar uma das partes da envolvimento, regista-se a declaração do presidente dos EUA, Ronald Reagan, a um grupo activista republicano, numa visita de Savimbi, líder da UNITA, a Washington, em 1986, depois do êxito militar de Mavinga: “Na história das lutas revolucionárias ou movimentos para a verdadeira libertação nacional, houve raras vitórias como esta, que electrizam o mundo e causam grande simpatia e o apoio de outras nações para aqueles que lutam pela liberdade (...). Assim, esta noite, cada um de nós rende homenagem aos heróis do rio Lomba e ao seu líder, a esperança de Angola, Jonas Savimbi” (Muekalia, 2010: 208). Esta posição da administração Reagan referenciava o efectivo e declarado envolvimento dos EUA neste conflito, perante o enquadramento ideológico Marxista-Leninista, assumido pelo MPLA, no seu I Congresso, realizado em Luanda, em Dezembro de 1977.

Com a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento do bloco soviético, a Guerra Fria tinha chegado ao fim. Os EUA e, particularmente, a “nova” ex-URSS, liderada por Mikhail Gorbachev, com o seu programa de reformas (perestroika/reestruturação e glasnost/transparência), promoveram o desanuviamento das relações bilaterais e eliminaram algumas e graves tensões protagonizados enquanto durou esse período de clivagem.

Assim, é nesse contexto que as posições das grandes potências nesse conflito se alteram em Angola, assumindo as superpotências um entendimento para a aceleração de um processo de paz na região. O Secretário de Estado dos EUA, James Baker, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da ex-URSS, Eduard Shevardnaze, demonstram pressa em resolver este conflito na África Austral, considerando que a situação militar no terreno era de um empate técnico (embora cada parte em conflito reclamasse para si uma vantagem militar), obrigando as potências envolvidas a reconsiderar a sua envolvimento neste conflito. Já antes, Chester Crocher, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos do Departamento de Estado norte-americano, tinha sido o grande promotor de um processo negocial para a região, caracterizado por progressos lentos mas seguros, a fim de acabar com a guerra internacionalizada em Angola, com a organização de eleições livres, e o alcance da independência pela África do Sul da vizinha Namíbia. São então promovidos pelas potências os Acordos de Nova Iorque, realizados em Dezembro de 1988, entre Cuba, Angola e África do Sul, onde se definem as linhas de pacificação: uma retirada escalonada e conexa dos cubanos de Angola, e dos sul-africanos da Namíbia, seguida de eleições na antiga colónia alemã.

Só faltava o avanço para as negociações de um processo de paz para Angola. Na sequência desses acordos e para o desbloqueamento das negociações, em 1988, é institucionalizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o UNAVEM I – Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, para supervisionar a retirada das forças cubanas.

É evidente que nestes acordos de Nova Iorque uma das partes interessadas não tinha participado nas negociações - UNITA - o que poderia à partida comprometer os seus objectivos. Savimbi, declarou-se “optimista” quanto ao progresso feito nas negociações e exortava o governo americano a prestar atenção a dois aspectos: “a questão da reconciliação nacional entre a UNITA e o MPLA, que deveria merecer uma abordagem urgente, sugerindo que o compromisso da retirada cubana fosse paralelo a um compromisso de negociações directas por parte do MPLA; a retirada das tropas cubanas deveria ser realmente total, fosse qual fosse a duração” (Muekalia, 2010: 245).

Os encontros entre o MPLA e a UNITA ocorreram em vários momentos e locais, sempre representados por negociadores próximos das nomenclaturas dos partidos ou por diplomatas em missão específica. A UNITA, não se manifestava contrária aos termos dos Acordos de Nova Iorque, mas levantava as seguintes questões à sua execução: “no que concerne ao tempo de implementação (27 meses), que considerava muito longo; às discrepâncias numéricas dos contingentes cubanos, russos e da Alemanha do Leste; o reduzido contingente da UNAVEM I (74 elementos), que levantava dúvidas sobre a capacidade de verificação da implementação dos acordos num país tão vasto, como Angola; a ausência de um regime sancionatório efectivo para as violações” (Muekalia, 2010: 246). Posteriormente, a UNITA emite uma proposta de paz, a 13 de Março de 1989, que incluía a suspensão de todas as acções ofensivas, durante quatro meses, a criação de uma comissão de dez membros encarregada de negociar com o regime, a troca de prisioneiros políticos, a reabertura do caminho de ferro de Benguela, e a formação de um governo de unidade nacional seguido de eleições multipartidárias dois anos mais tarde. Referia, ainda, que o presidente Savimbi não participaria no governo de unidade nacional, mas que continuaria a dirigir o partido e participaria no processo eleitoral.

Estrategicamente, a UNITA divulgou as bases da sua proposta de paz a Mobuto e aos EUA, distribuindo também pelas capitais ocidentais as suas propostas, dando um sinal de querer partir para um processo negocial de paz. O MPLA rejeitou publicamente esta proposta, recusava-se a dialogar directamente com a UNITA e foi dando sinais à comunidade internacional da sua abertura a um processo negocial, com mediadores internacionais, apontando Portugal como um país à altura de desempenhar esta função, conhecedor que era dos problemas fundamentais de Angola, enquanto antigo país colonizador, e a facilidade de diálogo pelo uso de uma mesma língua comum – o português. Acrescia, ainda, a posição de neutralidade que os sucessivos governos portugueses tinham vindo a demonstrar, depois dos Acordos do Alvor de 1975 e da independência de Angola de 11 de Novembro de 1975, realçando as boas relações comerciais e diplomáticas entre os dois governos. A UNITA era favorável a que o processo de negociações decorresse eventualmente em Genebra, com a observação dos EUA e da ex-URSS, estratégia que o MPLA foi enjeitando junto da comunidade internacional, chegando a reunir em Luanda, em Maio de 1989, com vários chefes de Estado de África (Joaquim Chissano, Robert Mugabe, Mobutu Sesse Seko, Kenneth Kuanda, Omar Bongo Sassou Ngusso, Pinto da Costa e o próprio José Eduardo dos Santos), dando a conhecer os termos de um eventual plano de paz para Angola: “amnistia, integração dos soldados e quadros da UNITA, no respeito pela constituição vigente e no exílio do Dr. Savimbi” (Muekalia, 2010: 250-251). Não se contemplava o pluralismo político nem tão-pouco se falava de eleições.

A UNITA reúne na Jamba no seu II Congresso Extraordinário, em Setembro de 1989, para análise da situação política nacional e internacional, tendo reiterado e adoptado o seguinte Plano de Paz: negociações directas entre a UNITA e o MPLA; cessar-fogo, incluindo a libertação dos prisioneiros políticos sob supervisão da Cruz Vermelha Internacional; formação de um governo de unidade nacional e de transição; revisão constitucional como primeira tarefa do governo de unidade nacional e de transição; e, eleições livres e democráticas (Muekalia, 2010: 255).

2.3. A MEDIAÇÃO PORTUGUESA

Em Janeiro de 1990 o primeiro ministro de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, tinha acabado de visitar os EUA, tendo dialogado com o presidente George Bush sobre o processo de paz em Angola e o papel que Portugal poderia desempenhar como país mediador para as conversações e negociações entre as partes. Anunciou a visita do presidente da UNITA, Jonas Savimbi, a Lisboa, no final do mês, relatando, ainda, que num encontro entre o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, em Novembro último, aquele referiu que “Portugal pode desempenhar um papel importante no processo de paz (...). Não é de excluir que Portugal possa também falar com todos os angolanos interessados no processo de paz” (Muekalia, 2010: 257). Acrescentou, ainda, ao presidente Bush, que Durão Barroso tinha obtido o aval de José Eduardo dos Santos para a visita de Savimbi a Lisboa.

Entretanto, Savimbi visita Portugal em 1990 (a primeira durante todo o período de guerra civil em Angola), tendo esta visita sido determinante para a abertura da evolução de um processo negocial de paz, com o contributo de Portugal enquanto mediador. Savimbi “... tivera sempre uma certa desconfiança em relação a aceitar Portugal e os portugueses na mediação, pensando que, por razões de Estado e por uma espécie de natural privilégio das relações governo a governo, que são o corolário das relações Estado a Estado, haveria uma certa inclinação para o MPLA, apesar da participação de Portugal na NATO e do alinhamento do governo português ao ocidente” (Pinto, 2008, 3ª ed. 106). Reforçava essa posição, também, “... pelos interesses económicos de alguns grupos empresariais portugueses, que Luanda cativava e influenciava” (Pinto, 2008, 3ª ed. 106). Esta desconfiança constante de Savimbi - neste caso pelo protagonismo de Portugal como mediador num processo de negociação para um acordo de paz -, manteve-se sempre presente ao longo dos anos no seu pensamento político e estratégico, constituindo um dos óbices sistémicos ao sucesso dos diversos acordos de paz.

Esta desconfiança genética (política) de Savimbi alimentou não só conflito e a guerra em Angola durante vários anos, como teve efeitos no seio do próprio movimento, quando alguns dos críticos ou intervenientes com algum protagonismo ou que aprofundassem relações externas mais profícuas e à margem das orientações do líder ou do seu conhecimento, eram simplesmente feitos “desaparecidos”, como foram os casos de Tito Chindunji e Wilson Santos, dois altos dirigentes da UNITA, mortos conjuntamente com as suas famílias, depois dos Acordos de Bicesse - conforme denúncia de Miguel N’zau e Toni da Costa Fernandes, dois dissidentes da UNITA e fundadores da UNITA Renovada (Pinto, 2008, 3ªed. 169).

2.4. OS ACORDOS DE BICESSE

Os soviéticos acompanhavam a evolução dos acontecimentos nas diversas fases negociais de tentativa de obtenção de um acordo de paz, tendo o Ministro Soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnaze, em Abril de 1990, aceiteado o princípio do “apadrinhamento conjunto” das negociações com o MPLA e a UNITA e o princípio da “solução do conflito angolano pela via pacífica”, preconizando que “... os encontros preliminares deveriam ocorrer a um nível baixo” (Muekalia, 2010: 268).

O primeiro encontro entre as partes ocorreu na cidade de Évora (Portugal), em 24 de Abril de 1990, tendo o governo angolano sido representado por Pitra Neto e Cirilio de Sá “Ita”,

e a UNITA por uma delegação composta por Lukambo Paulo Gato e por Alicerces Mango. Naquele primeiro encontro, ficaram bem vincadas as diferenças de posição das partes quanto às bases de um acordo, conforme acta da reunião, que dizia (Muekalia, 2010: 268-269): reconhecimento mútuo (o governo queria o reconhecimento do Estado angolano e da legitimidade/autoridade do governo. A UNITA reconhecia o Estado, mas não a legitimidade do governo do MPLA); exército nacional (o MPLA falava do “desenvolvimento” enquanto a UNITA falava de “formação do exército nacional); reconciliação nacional (o governo propunha a sua realização no âmbito da “ordem constitucional existente” pondo a possibilidade do desenvolvimento gradual e evolutivo da referida ordem constitucional. A UNITA considerava ser imperioso abordar a questão do multipartidarismo no quadro da reconciliação, rejeitando a sua realização na base da ordem constitucional existente); tratamento especial de Jonas Savimbi (para a UNITA não havia necessidade de tratamentos especiais para ninguém. Para o MPLA, as partes ali representadas tinham estruturas próprias e deviam ser respeitadas); realização de eleições gerais (o governo defendeu o desenvolvimento e aperfeiçoamento da ordem legal existente, dentro de uma solução de continuidade e sem ruptura, podendo o multipartidarismo vir mais tarde ou mais cedo, dependendo das circunstâncias. A UNITA considerou que eleições gerais pressupõem a existência de partidos e que o recenseamento da população, implicando a paz, pressupõe um acordo de cessar-fogo); direitos e liberdades (o governo declarou não querer privilegiar nenhum direito, mas encarar todos globalmente, enquanto que a UNITA insistiu no multipartidarismo, que pressupõe o direito à livre associação); delegação do governo defendeu a não internacionalização dos mecanismos de aplicação e controle do cessar-fogo (a delegação da UNITA pôs em duvida essa posição, face à realidade existente e à dificuldade e seriedade do assunto).

Registou-se concórdia quanto à necessidade de uma base política como garantia do silêncio das armas, segundo o seguinte esquema: acordo sobre conjunto de princípios; declaração de cessar-fogo; estudo das modalidades de aplicação e fiscalização do cessar-fogo em simultâneo com o desenvolvimento prático da base política.

Verificando-se os pressupostos das acentuadas divergências acima, facilmente se poderá concluir pelo prolongamento e impasse nas negociações entre as partes, tendo as superpotências investido maior capital político para o desenvolvimento do processo de paz angolano, perante a conjuntura internacional e perante as alterações geopolíticas profundas, com o fim da Guerra Fria. O posicionamento geoestratégico dos países “directamente” interessados na consolidação da paz, depois de resolvido o problema da independência da Namíbia, em que os EUA e a URSS se empenharam politicamente com a África do Sul, constituía um novo paradigma das linhas de orientação política das superpotências.

Apesar do interesse estratégico protocolar das partes em referir que era o presidente Mobutu o mediador, de facto as reuniões ocorreram em Portugal, em Lisboa, tendo algumas das questões pendentes continuado no centro da discórdia: o governo não reconhecia a UNITA como uma organização partidária, mas sim como um “grupo”, e não reconhecia o multipartidarismo, invocando que o MPLA era uma organização política democrática, e que o que falhou tinha sido o modelo político marxista-leninista na ex-URSS e não propriamente o modelo político angolano. Entretanto, e incompreensivelmente, a guerra continuava com grande incidência em algumas regiões de Angola, com a conquista de território de parte a parte. As superpotências reflectiam sobre a continuação (ou

não) dos apoios militares e bélicos às partes em confronto, que entendiam ser prejudicial à continuação do processo negocial de paz.

Portugal mantinha o seu papel de parte empenhada neste complexo processo negocial, tendo Cavaco Silva visitado novamente o presidente Bush, em 25 de Setembro de 1991, em Washington, levando consigo duas questões sobre Angola. Pedia o contínuo envolvimento dos EUA para assegurar o êxito das negociações, e era portador de uma mensagem de José Eduardo dos Santos, que queria garantias que os EUA não procuravam a destruição militar do MPLA. As garantias foram dadas pelo presidente Bush, tendo Cavaco Silva afirmado, numa conferência de imprensa, que o povo angolano não permitiria que “desculpas constitucionais ou legalistas impeçam a obtenção da paz” (Muekalia, 2010: 272). As rondas negociais continuavam em Portugal, sem grandes avanços, até que as grandes potências assumiram uma maior envolvimento no processo negocial, concertada entre Beker-Shervardnaze. “...o mediador lida com a substância do conflito, podendo participar na respectiva solução. As suas propostas são meramente consultivas. A solução final consistirá sempre num acordo entre as partes” (Queiroz, 2009: 322). No III Congresso do MPLA foi finalmente aceite o princípio do multipartidarismo e das alterações constitucionais à afirmação de um sistema democrático.

A evolução dos acontecimentos, com a forte intervenção dos EUA e da ex-URSS, veio permitir que, em 13 de Dezembro de 1990, delegações dos EUA, ex-URSS, Portugal, MPLA e UNITA se encontrassem no Departamento de Estado americano, tendo as partes visto e aprovado o documento Cohen e Yakovlev, intitulado “Conceitos para Resolver Questões Pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA”, conhecido como o “Documento de Washington”, que foi assinado ad referendum, para que o MPLA o analisasse, consagrando alguns pontos que nas rondas anteriores tinham entrado num impasse e pelas quais a UNITA se batera, a saber (Muekalia, 2010: 275) : o seu reconhecimento como organização política com direito a participação na vida pública do país; o compromisso do MPLA com reformas tendentes à instituição de um sistema político plural e multipartidário; a aceitação do princípio de realização de eleições; a necessidade de observação internacional do cessar-fogo; a formação de um exército nacional em pé de igualdade.

O governo e o presidente da República Popular de Angola (RPA) tinham conseguido assegurar o seu reconhecimento até às eleições e conseguiram o fim da ajuda militar à UNITA, no quadro da cláusula “Triplo Zero”, em que as superpotências cessavam o apoio aos seus aliados respectivos, sendo também proibido o fornecimento de material militar por qualquer outro país, a uma das partes angolanas. Em 11 de Dezembro de 1991, realizou-se em Portugal a primeira ronda de negociações com a participação da Troika (EUA, ex-URSS e Portugal), durante a qual se apresentou às partes angolanas os termos de um eventual acordo, que previam três documentos: o Documento de Washington; os Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola; o Acordo de Cessar-Fogo, concebido na base das discussões que foram tendo lugar nas rondas anteriores. O primeiro documento foi assinado na ronda de 6 e 7 de Fevereiro e os restantes com a evolução do processo, tendo em conta o controle do cessar-fogo e a questão de natureza política com principal relevo: multipartidarismo e legalização da UNITA. As discussões finalizaram em Abril de 1991, com a assinatura de todo o pacote, em 1 de Maio. A 15 de Maio, Lopo do Nascimento, pelo governo angolano, e Jeremias Chitunda, pela UNITA, rubricaram os acordos, sob

observação portuguesa, na pessoa de Durão Barroso. O cessar-fogo entrou em vigor com “um aperto de mão” entre o coronel Higinio Carneiro e o General Ben-Ben, a sul de Luena, tendo o acordo de paz, conhecido como “Acordos de Bicesse”, sido formalmente assinado em 31 de Maio de 1991, em Lisboa, por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, com o patrocínio de Portugal, representado pelo primeiro ministro Cavaco Silva, enquanto país mediador do processo, e os representantes dos EUA e da ex-URSS.

Esse acordo consagrava como vinculativos os seguintes documentos, que passaram a designar-se como “Acordos de Paz para Angola”: Acordo de Cessar-Fogo (incluindo os anexo I e II), com a retirada de todas as forças estrangeiras de Angola; Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista), prevendo negociações directas entre a UNITA e o MPLA conducentes à reconciliação nacional; Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA, para a instituição de um sistema democrático pluripartidário que consagrou a inclusão e a participação dos cidadãos através de eleições regulares; O protocolo do Estoril.

2.5. PÓS-ACORDOS DE BICESSE

A 12 de Junho de 1991, o chefe da missão de verificação da retirada das tropas cubanas do território angolano, o general Péricles Ferreira Gomes, de origem brasileira, anunciou que 350 militares e 90 polícias da ONU, denominados UNAVEM II, fiscalizariam o cumprimento do cessar-fogo em Angola. Em Luanda, tinha lugar a primeira reunião da Comissão Militar Mista e o presidente José Eduardo dos Santos decretou eleições simultâneas (presidenciais e legislativas), para os dias 29 e 30 de Setembro de 1992.

Em Setembro de 1991, chegou o novo chefe da UNAVEM II, major general nigeriano Ushie Unimna, para substituir Péricles Ferreira Gomes. Em Outubro, o secretário-geral adjunto da ONU para os assuntos políticos especiais, Marrack Gouling, chegou a Luanda para inspecionar os efectivos da UNAVEM II, que procediam à fiscalização do cumprimento dos acordos de Bicesse.

Em Maio de 1992, iniciou-se oficialmente o registo eleitoral em todo o país, sob a égide do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), ao qual se seguiu, em Junho, uma reunião em Luanda do CNE com o corpo diplomático dos países africanos acreditados em Angola, a fim de solicitar o seu apoio para o processo de paz no país. Em Setembro de 1992 (em cima do processo eleitoral...), os oficiais gerais da UNITA são integrados nas novas Forças Armadas Angolanas (FAA), jurando fidelidade à pátria e à constituição, bem como são realizadas na história do país, 18 anos pós-independência, as primeiras eleições gerais livres e democráticas (presidenciais e legislativas). O povo deu uma prova de civismo, maturidade e disciplina, comparecendo em grande afluência às urnas, manifestando o seu desejo de participar na vida pública e na reconstrução do país, tendo as Nações Unidas certificado que as eleições tinham sido “globalmente livres e justas” (Wheeler e Péliissier, 2009: 367).

O líder da UNITA, Jones Savimbi, rejeitou em declarações públicas os resultados eleitorais parcelares por alegada fraude, e ameaçou retomar a guerra caso fossem divulgados os resultados. Na sequência das declarações de Jonas Savimbi, um número substancial de oficiais gerais da UNITA, integrados nas FAA, e que tinham jurado fidelidade à pátria e à constituição, retiraram-se daquela estrutura militar e emitiram uma declaração na qual anunciavam a “sua retirada temporária até

que se esclarecesse a situação política na base de uma negociação séria entre o governo, a direcção da UNITA e outros partidos da oposição” (Muekalia, 2010: 281).

No mesmo período, o Conselho de Segurança da ONU decidiu prorrogar o mandato da UNAVEM II, até 30 de Novembro de 1992, para garantir um acompanhamento integral do processo eleitoral em Angola, manifestar a sua profunda preocupação pela deterioração da tensão política no país e reafirmar o total apoio à sua representante especial em Angola, Margareth Ardee, condenando veementemente os ataques e acusações infundadas da UNITA contra a mesma.

No mês seguinte, chegou a Luanda o secretário-geral adjunto da ONU encarregado das operações de manutenção de paz, Marrack Goulding, para tentar aplicar medidas de segurança e de consolidação do cessar-fogo em Angola e relançar o processo de paz. José Eduardo dos Santos inaugurou, em Luanda, os trabalhos da segunda reunião multipartidária, no quadro das mudanças políticas no país, e a representante especial da ONU em Angola, Margareth Anstee, lamentou a ausência da UNITA nessa reunião, destinada a consultas entre o governo e os partidos políticos.

As delegações do governo e da UNITA encontraram-se na cidade do Namibe com o objectivo de iniciar conversações à luz dos Acordos de Bicesse, para pôr fim à situação crítica político-militar resultante da rejeição pela UNITA dos resultados eleitorais e as tentativas de tomada do poder pela força das armas. O Conselho de Segurança das NU decidiu prorrogar até finais de Janeiro a presença da força da ONU em Angola, UNAVEM II, e pediu o cumprimento dos acordos de paz às partes em conflito, exortando as mesmas para que respeitassem escrupulosamente o cessar-fogo e parassem imediatamente todos os movimentos de tropas.

Em 22 de Janeiro, Jonas Savimbi anunciava na rádio Vorgan, qua a UNITA passaria a “responder à violência com violência” (Muekalia, 2010: 283), reiniciando-se de novo uma guerra com uma violência impiedosa, nas cidades de Huambo e Cuíto, tendo o secretário-geral da ONU, Boutros Gali, recomendado a redução ao mínimo da presença das NU em Angola, de 700 para 64 membros, e a retirada completa daquele país, se não houvesse progressos para um cessar-fogo, até ao dia 1 de Abril do mesmo ano.

Em Fevereiro, inicia-se em Addis-Abeba (Etiópia) uma ronda de negociações destinada a alcançar um cessar-fogo depois do fracassado encontro do Namibe, que teve o mesmo fim: fracasso. Em Abril, a ONU confirmou oficialmente o reinício das conversações entre o governo e a UNITA, em Abidjan (Costa do Marfim), destinadas a tentar encontrar uma solução negociada para o conflito. O governo angolano e a UNITA, sob a mediação da representante especial da ONU em Angola, Margareth Anstee, iniciaram em Abidjan uma nova ronda negociada, e o secretário-geral da ONU, Boutros Gali, condicionou uma vez mais a permanência da ONU em Angola a progressos nas conversações de paz no país. A ronda de negociações fracassou o objectivo de um cessar-fogo, conforme o reconheceu Margareth Anstee. Entretanto, de novo o Conselho de Segurança das NU prorrogou a missão do UNAVEM II, por mais um mês, tendo Margareth Anstee, se mostrado favorável ao envio de uma força simbólica de capacetes azuis, para dar o necessário ambiente de confiança entre o governo e a UNITA, prosseguindo o novo representante especial da ONU em Angola, Alioune Bloume Beye, as políticas da sua antecessora, que se retirou verdadeiramente frustrada por não ter alcançado o tão almejado cessar-fogo.

O governo, sentindo-se desvinculado do cumprimento da cláusula “Triplo Zero”, e com o beneplácito da Troika, rear-

ma-se e treina milhares de militares e contrata uma quantidade considerável de mercenários, não se mostrando muito interessado na aceleração de um novo processo de paz. Daí que os novos “Acordos de Lusaka”, com a criação do UNAVEM III, fossem considerados com pouco entusiasmo pela UNITA, quer durante a sua participação no processo negocial, quer no cumprimento das suas linhas gerais, considerando um alto responsável do partido que tal acordo era como “um bolo envenenado”, que as circunstâncias obrigavam a comer (Muekalia, 2010: 294). A UNITA, apesar de sentir que não tinha alternativa quanto ao cumprimento desse acordo, manteve a sua postura voltada para o conflito, convencida que a conquista de território, depois dos acontecimentos de 1992, lhe dava espaço negocial para um outro eventual acordo num futuro próximo, que não fosse “humilhante”, como o de Lusaka.

CONCLUSÃO

As opções políticas e estratégicas de Savimbi conheceram alguns momentos que permitiram a interrupção esporádica da guerra, disponibilizando-se, conjunturalmente, para a negociação de um processo de paz. Os resultados dos diversos processos de negociação de paz foram sempre frustrados, particularmente os Acordos de Bicesse, que envolveram o empenhamento das superpotências após o fim da Guerra Fria e a mediação de Portugal. E aqui é bom reflectir sobre as razões que estiveram na origem do fracasso destes acordos, como os mais importantes durante as diversas tentativas ocorridas desde a independência de Angola, em 1975.

Sob o ponto de vista teórico, estamos perante um “Conflito Manifestado e Expresso” (all out conflif), provocado pela guerra, numa simbiose existencial da humanidade. Como num conflito normal, este conflito (guerra civil em Angola) teve como consequências aspectos positivos (coesão grupal) e aspectos negativos ou destrutivos (frustrações e tensões, aumento do nível de hostilidades, bloqueio, perda de energias e recursos, perdas humanas, entre outros).

O processo negocial, com a mediação de Portugal e a observação das superpotências (EUA e ex-URSS) constituiu uma oportunidade para as partes em conflito. No caso em apreço, pensa-se que a negociação foi sempre entendida como a obtenção de uma “vantagem indevida” à custa dos outros (pelo lado da UNITA, que nunca esteve de boa fé e confiança no processo). A negociação dos “Acordos de Bicesse” foi “imposta” pela comunidade internacional: ONU e superpotências, que até aí defendiam interesses regionais na África Austral e fomentavam a guerra de “fora para dentro”, perante os seus posicionamentos geopolíticos no mundo no decurso da Guerra Fria.

Alterados “esses” interesses, são as próprias superpotências que promovem as negociações dos “Acordos de Bicesse”, apresentando às partes em conflito um “caderno de encargos” para aprovação. O papel de Portugal neste processo, embora relevante, esforçado e louvável no capítulo da mediação, pouco ou nada teve de influência quanto à negociação, já que as bases do acordo já estavam “formatadas e inquinados”. Neste sentido, a desconfiança das partes, particularmente da UNITA, sempre persistiram perante os termos negociados e a sua aplicação prática. É que as verdadeiras partes interessadas no acordo (MPLA e UNITA) não participaram activa, espontânea, séria e de boa fé no processo negocial, como lhes competia, para o alcance das bases sólidas de um acordo de paz. Por outro lado, quando uma das partes do conflito tem um líder carismático, com uma forte personalidade e uma ambição desmesurada de

poder (Jonas Savimbi), tal representa um handicap ao processo negocial, fragilizando o papel dos negociadores para aprovarem um acordo exequível, com o receio que o líder (uma das partes) não o cumpra posteriormente. Haverá moral nas relações internacionais? "...o comportamento dos actores da vida internacional deve (ou pode) reger-se por critérios éticos? Quanto a isto uma longa tradição da cultura ocidental, com expressões em autores como Maquiavel «para quem o Príncipe não pode olhar a meios para obter e manter o seu poderio» (...), estabelece uma linha de separação de águas entre a acção política e a norma moral" (Moita, coord. Ferreira-Pereira, 2010: 17-18)

A permanente opção pela luta armada de Jonas Savimbi - após as eleições de 1992, com uma estratégia de prolongamento e adiamento sucessivos de um eventual acordo de paz estável, perante os avanços militares da UNITA no terreno; depois da retirada do apoio financeiro e militar dos EUA; perante o reconhecimento pela ONU das eleições legislativas e presidenciais terem decorrido dentro da normalidade democrática; após a censura e as sanções do Conselho de Segurança da ONU perante o comportamento intransigente da UNITA no recurso à força militar e no incumprimento dos acordos em que participou e aprovou -, é demonstrativa do preconceito do seu único objectivo: conquistar o "poder pelo poder".

Com a morte de um líder - Jonas Savimbi -, líder carismático, controverso, com um conceito próprio de liberdade e de poder, acaba uma guerra violenta e destruidora, que deixou marcas profundas na sociedade angolana. Depois dos "Acordos de Luena" os angolanos têm vindo a demonstrar, perante a comunidade internacional, as suas qualidades para a reunificação e a paz, independentemente das suas origens étnicas e das suas opções político-partidárias.

Se não tivesse havido uma Guerra Fria, durante quase quarenta e cinco anos, com os interesses geopolíticos e geoestratégicos em jogo por parte das superpotências, e se o "poder" não fosse interpretado pelos actores nesta contenda, como um fim que se conquista a qualquer preço, Angola não teria passado por esta guerra civil fratricida. Muekalis, um alto responsável dos quadros da UNITA, que ocupou funções relevantes no aparelho diplomático do movimento/partido, em Washington, dizia: "...partilho a opinião daqueles que defendem a posição segundo a qual a guerra foi, principalmente, resultado da ausência de vontade política unificadora por parte dos actores políticos nacionais que permitisse identificar os denominadores comuns na construção da nova nação independente. Os actores externos intervieram através de actos e estes deixaram de procurar o entendimento entre si, dando prioridade à exclusão política através da violência armada "(...) A guerra é, antes de mais, uma confrontação de ideias (...) a democracia não é um destino, mas sim um processo dinâmico que requer aprofundamento e constante aperfeiçoamento" (2010: 324-325).

BIBLIOGRAFIA

- Birmingham, D. (2010). Portugal e África, 2ª ed., Lisboa: Nova Veja.
- Cunha, P. (2008). Conflito e Negociação, 2ª ed., Porto: Edições Asa.
- Muekalis, J. (2010). Angola a Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia, Porto: Porto Editora.
- Oliveira, F.C. (2008). Negociação, Coimbra: Almedina.
- Pereira-Pereira, L.C. (Coord) (2010). RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Actores, Dinâmicas e Desafios, Lisboa: Prefácio, Editora de Livros e Revistas.
- Pinto, J.N. (2008). Jogos Africanos, 3ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros.
- Priuit, D.G. e Carneve, P. J. (1993). Negotiation in Social Conflict, Buckingham: Open University Press.
- Queiroz, C. (2009). Direito Internacional e Relações Internacionais, Coimbra: Coimbra Editora.
- Simon, D. e Narman, A. (1999). Development as Theory and Practice, England: Addison Wesley Longman.
- Sousa-Vasconcelos, J. (2009). Mediação, Porto: Quimera.
- Torres, A. (1999). Horizontes do Desenvolvimento Africano, No Limiar do Século XXI, 2ª ed., Lisboa: Nova Veja.
- Wheeler, D. e Pélissier, R. (2009). História de ANGOLA. Lisboa: Tinta da China.

INTEGRAÇÃO POLÍTICA COMO INSTRUMENTO DE PAZ: A GÊNESE DA UNIÃO EUROPEIA

ISABEL COSTA LEITE

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

A História mostra-nos que as relações entre os Estados são palco de conflitos que persistem pelas mais diversas razões. Interesses políticos e económicos associados, por vezes, a questões de identidade étnico-cultural levam ao exacerbamento de soberanias causadoras de múltiplos conflitos bélicos e humanos.

O século XX caracterizou-se tanto por períodos de grande destruição como por iniciativas inovadoras que pretenderam contrariar a tendência do domínio nacional por meio da força, atingindo um relevante alcance entre os Estados na Europa.

O presente trabalho pretende identificar as teorias e os mecanismos institucionais subjacentes ao projecto de integração política iniciado nos anos 50, como instrumento capaz de contribuir para a construção da paz no espaço europeu.

Palavras-chave: conflito; integração; paz; União Europeia.

ABSTRACT

History shows that relations between states are the stage of persistent conflicts due to various reasons. Political and economic interests, sometimes associated with ethnic-cultural identity issues, lead to the exacerbation of sovereignties that become the cause of multiple belligerent and human conflicts.

The twentieth century was characterized both by long periods of destruction and by innovative initiatives that are intended to contravene the tendency of national domination through force, and which have achieved relevant results among European states.

This paper intends to identify the theories and institutional mechanisms underlying the political integration project which started in the 50s, as an instrument that is capable to contribute to peace building in the European region.

Key-words: conflict; integration; peace; European Union.

Não haverá a paz na Europa, se os Estados se reconstituírem sobre uma base de soberania nacional, com o que isto ocasiona de política de ostentação e de protecção económica. Se os países da Europa voltarem a proteger-se uns contra os outros, a constituição de grandes forças armadas será novamente necessária (Jean Monnet, Memórias, p. 197).

INTRODUÇÃO

A experiência europeia – modelo de paz e reconciliação através da integração económica e política – pode servir de exemplo às regiões que vivem situações de conflito e destruição. Para Ginsberg (2007), a União Europeia (UE) é o resultado de um processo de reconciliação entre Estados que tem envolvido, desde a sua génese, um permanente compromisso assente no reconhecimento das diferenças, na negociação, na cedência mútua, condições estas necessárias ao estabelecimento de uma relação de paz e respeito mútuo. Ao contrário das experiências de imposição de uma unidade europeia – Império Romano, Carlos Magno, Europa Napoleónica, a Europa de Hitler e o Império Soviético –, a União Europeia surgiu de um processo voluntário e livre, reconhecendo os seus fundadores a necessidade da sua união, tanto no plano interno como internacional.

A forma como a União Europeia foi estruturada de início, e o seu posterior desenvolvimento institucional, alicerces de um

inovador modelo de relacionamento entre os Estados, tornou praticamente impossível um novo conflito na região. Ao mesmo tempo que demonstra capacidade na preservação da identidade dos Estados e dos seu estatuto como sujeitos de direito internacional, o grau de integração já obtido ao nível económico e político tem possibilitado uma crescente influência nas relações internacionais o que reforça, simultaneamente, o papel dos próprios Estados na dimensão externa da UE.

A nova ordem pós-guerra foi preconizada por Jean Monnet com o objectivo de garantir a paz europeia através de um processo de integração em que, segundo Ginsberg (2007, 4) “Reconciliation between France and West Germany, the pivot around which the EU grew, was the twentieth century’s single most important peacetime event”.

1. GUERRA E PAZ NA EUROPA: A DECLARAÇÃO SCHUMAN DE 1950

O Concerto Europeu decorreu das guerras napoleónicas (1799-1815) e instituiu, no Congresso de Viena de 1815, o *balance of power* que permitiu um quadro de paz e estabilidade na Europa até à I Guerra mundial (1914-1918).

A Sociedade das Nações viria a decorrer deste conflito mas funcionou apenas entre 1918 e 1939, dada a sua incapacidade em assegurar a paz, o próprio isolamento dos EUA, a rivalidade ideológica, certos conflitos históricos – caso da França e

Alemanha – e o extremismo político potenciado pela forte recessão económica resultante da crise financeira de 1929 (Marsh e Mackenstein, 2005). Reunidas as condições para um novo conflito, em 1939, instalou-se a II Guerra mundial, período de grande destruição e milhões de vítimas.

A incapacidade da Sociedade das Nações em prevenir os conflitos e garantir a paz ^[125] colocou a necessidade de se encontrar um novo sistema internacional de carácter federal unindo diferentes unidades políticas através de métodos democráticos (Mitrany, 1994). Segundo David Mitrany^[126], em *A Working Peace System*, texto escrito em 1943, “The problem of our generation, put very broadly, is how to weld together the common interests of all without interfering unduly with the particular ways of each” (1994, p.87).

A criação de uma nova ordem mundial assente num sistema institucional capaz de garantir a Paz tornou-se, desde logo, a preocupação das potências vencedoras da II Guerra mundial. No entanto, a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada por Estados soberanos que visavam a segurança colectiva, acabaria por lhes atribuir o grande poder de decisão, através do direito de veto, sistema que ainda hoje é uma constante na relação de forças em que se jogam os diversos interesses nacionais.

Quando a Europa Ocidental começa a olhar o anterior aliado soviético como ameaça, a prioridade passa, então, por integrar a Alemanha (RFA) na Europa ocidental tanto para garantir a sua posição futura como para prevenir qualquer nova possibilidade de ressurgimento do seu poder bélico. Em 1947, assistimos a duas posições antagónicas: o unionismo, defendido por Winston Churchill através da criação do Movimento da Europa Unida, e assente numa organização internacional dotada de um Parlamento comum detendo apenas poderes consultivos (levou, em 1949, à criação do Conselho da Europa); e o federalismo, defendido por Altiero Spinelli através da União dos Federalistas Europeus e tendo como base um Parlamento comum semelhante a uma assembleia constituinte com poder para adoptar uma Constituição para os Estados Unidos da Europa (Dinan, 1994).

Figuras como Jean Monnet, Robert Schuman, Konrad Adenauer, assim como os responsáveis políticos de outros Estados europeus conduziram a Europa, através de uma visão integracionista assente num compromisso político voluntário e juridicamente institucionalizado. A ideia de uma união franco-germânica, por outros já preconizada, viria a ser concretizada por iniciativa de Jean Monnet. Este, convencido de que a paz europeia deveria passar pelo assumir colectivo da questão histórica entre a França e a Alemanha, propôs o exercício de soberania de forma conjunta sobre a exploração e gestão de recursos naturais presentes na região fronteiriça destes dois Estados vizinhos. Carvão e Aço viriam a constituir a base de um processo de integração em que os próprios Estados deixariam de ter livre acesso à sua exploração e, daí, seria inviável qualquer novo conflito. As relações entre a Alemanha e a França passariam a ser regidas pelo princípio da igualdade o que, para Jean Monnet, constituía um acordo de um grande alcance político “Não me perguntei quem ia tirar a primeira grande vantagem, sabia somente que era a primeira condição psicológica da paz na Europa” (Monnet, 1986, 311).

A integração surge, assim, numa primeira fase, dirigida a um sector da indústria indispensável à reconstrução da economia europeia e à garantia da estabilidade e da paz entre os próprios Estados europeus. Uma nova guerra na Europa seria impossível se o poder nacional fosse transferido para uma entidade independente, de carácter supranacional, embrião de uma futura estrutura federal europeia.

Conforme a Declaração Schuman, apresentada em 9 de Maio de 1950, as ideias que viriam a transformar o conceito de prevenção da paz entre os Estados, reflectem uma nova visão no modelo de relações internacionais dando início a um processo de integração que viria a ser conduzido por diversas etapas. O parágrafo que segue

Esta proposta, por intermédio da colocação em comum de produções de base e da instituição de uma nova Alta Autoridade cujas decisões vincularão a Alemanha, a França e os países aderentes, lançará as primeiras bases concretas de uma federação europeia indispensável à preservação da paz.

seria determinante, o que Jean Monnet destaca nas suas Memórias, “Pedi que essa passagem fosse sublinhada porque descrevia ao mesmo tempo o método, os meios e o objectivo daqui por diante indissociáveis. A última palavra era a palavra principal: paz” (Monnet, 1986, pp.263-264).

2. DA TEORIA FUNCIONALISTA A OUTRAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE INTEGRAÇÃO

European unity is the most important event in the west since the war, not because it is a new great power, but because the new institutional method it introduces is permanently modifying relations between nations and men. Human nature does not change, but when nations and men accept the same rule and the same institutions to make sure that they are applied, then behavior towards each other changes. This is the process of civilization itself (Monnet, 1994, 24).

Após o final da II Guerra mundial, surgem diversas teorias preconizando o caminho que os países europeus deveriam seguir como forma de garantir a paz. Seguindo a via do federalismo, Altiero Spinelli^[127] defendeu a criação dos Estados Unidos da Europa, modelo que deveria assentar no poder dividido entre as instituições europeias e nacionais, permitindo a atribuição de poder às primeiras em matérias sensíveis como defesa, política externa e assuntos fiscais e monetários (Ginsberg, 2007). Considerado este modelo de integração demasiado ambicioso na época e revestido de uma certa relutância por parte dos Estados europeus, seria com base na teoria funcionalista que a integração europeia seria iniciada após 1950. Nesta perspectiva, David Mitrany preconizou a teoria funcionalista, por meio de cooperação internacional institucionalizada, como forma de garantir a paz mundial.

Peace will not be secure if we organize the world by what divides it. But in the measure in which such peace-building activities develop and succeed, one might hope that the mere prevention of conflict, crucial as that may be, would

125 A propósito da tomada de decisão no âmbito da SDN, Jean Monnet considerava que “O veto é a causa profunda e ao mesmo tempo o símbolo da impotência para suplantar os egoísmos nacionais” (in Memórias, p. 85).

126 David Mitrany (1888-1975), académico, exerceu em Inglaterra e nos Estados Unidos e, tendo vivido a II guerra mundial, dirigiu o seu estudo sobre a forma de como evitar futuras guerras.

127 Em 1944, Altiero Spinelli, publicou “Draft Declaration of the European Resistance” em que reclamava uma união federal entre os povos europeus (Dinan, 1994, 12)

in time fall to a subordinate place in the scheme of international things (...) (Mitrany, 1994, p.95).

Defensor de uma ordem internacional construída sobre um sistema institucional em que os Estados devem fazer concessões a favor do interesse comum, Monnet reconheceu as dificuldades que adviriam de um processo de negociação que tivesse como fim último o estabelecimento de uma Europa de tipo federal. Segundo Pollack (2005, 28),

Recognizing the strong resistance of national governments to directly federal proposals, Jean Monnet and his colleagues opted instead for a more sectoral and incremental approach, more accurately captured in neo-functional theory than in traditional federalist approaches.

De acordo com a teoria neo-funcionalista, defendida por Ernst Haas nos anos 50 e 60, assistimos ao processo de “functional spill-over” em que quando os governos decidem colocar um determinado sector sob instituições comuns verifica-se uma certa pressão para que a autoridade seja igualmente exercida sobre áreas de intervenção relacionadas com a primeira (Pollack, 2005). A integração sectorial permite acrescentar gradualmente novas áreas de integração, em que se passa a aplicar o método comunitário, de que temos como exemplo a própria CECA, criada em 1951.

A teoria neo-funcionalista falhou aquando do recuo no sistema institucional da CEE: diminuição do poder da Comissão e reforço do poder legislativo no Conselho de Ministros. Daí em diante, a teoria intergovernamentalista assume uma posição relevante, nos anos 60, sobretudo com o bloqueio francês ao funcionamento institucional comunitário¹²⁸. Em 1965, o Presidente Charles de Gaulle assumiu claramente a defesa dos interesses nacionais preconizando o aumento do poder dos Estados em detrimento do poder das instituições comunitárias. Neste período, a oposição dos Estados à transferência de soberania para a Comunidade manifestou-se através do processo de decisão, processo em que aqueles detinham o poder final. Nesta perspectiva, os Estados membros assumem-se no centro do processo de desenvolvimento da UE, o que traduz o reforço do seu poder e não o seu enfraquecimento (Pollack, 2005). Neste contexto, o efeito de spillover não se mostra garantido, implicando estagnação em diversos momentos do processo de integração. O intergovernamentalismo, na perspectiva de Stanley Hoffman e Joseph Nye Jr., assenta no princípio de que são os Estados, de acordo com o seu próprio interesse nacional, que decidem quando devem atribuir competências às Comunidades permitindo, assim, o avanço tanto de instituições como de políticas comuns. Ainda que preservem a sua soberania em matérias como fiscalidade, política externa e defesa, avançam noutras áreas de integração (Bulmer e Lequesne, 2005; Ginsberg, 2007).

Nos anos 80, uma nova perspectiva teórica sobre a integração europeia começa a desenhar-se. O intergovernamentalismo liberal, de Moravcsik, considera os avanços na integração como o resultado da própria vontade dos Estados (Pollack, 2005), o que aponta para a sua afirmação no processo, situação que se verifica durante os anos 90. Neste período, as revisões dos tra-

tados comunitários (Acto Único Europeu em 1986, Tratado da União Europeia em 1992 e Tratado de Amesterdão em 1997) mostram-se dependentes da aprovação dos Estados membros e são elas próprias as impulsionadoras do desenvolvimento da UE em novas direcções (Ginsberg, 2007).

Já no final dos anos 90, o racionalismo, como escolha racional dos Estados (institucionalismo) em determinadas situações do seu interesse é a perspectiva teórica que P. Pierson considera na análise da integração europeia e contrapõe-se ao construtivismo, teoria defendida por T. Christiansen, K. E. Jorgensen e A. Wiener, e assente na influência (interacção) que as instituições da UE exercem sobre as identidades, preferências e comportamentos individuais e dos governos (Pollack, 2005). Neste processo de europeização, assiste-se a um aumento gradual de matérias que se tornam objecto da política comunitária (Börzel, 2005).

No âmbito dos 2.º e 3.º pilares da União Europeia, os métodos que permitirão o seu desenvolvimento assentam na conjugação das teorias neo-funcionalista e racionalista. As acções que têm já vindo a caracterizar o reforço de matérias relacionadas com a Política Externa e de Segurança Comum e a Justiça e Assuntos Internos resultam da necessidade de implementar medidas de prevenção e de garantia da paz e segurança dos Estados membros e na sua relação com o exterior.

3. O RETROCESSO INSTITUCIONAL

Na sequência da Declaração Schuman, o tratado de Paris, assinado em 18 de Abril de 1951, após 5 anos do término do segundo conflito mundial e quando já decorria a guerra fria, tinha essencialmente como objectivo contribuir para a paz não só europeia como mundial através de esforços conjuntos e solidários capazes de substituir os históricos conflitos (Dinan, 1994). A nova organização, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), surgia, assim, num contexto em que a segurança internacional enfrentava inúmeras transformações tanto de ordem política como militar: a redução do poder europeu, a concentração do poder mundial nas duas super-potências – EUA e União Soviética –, a guerra fria, o poder nuclear já na posse dos americanos, soviéticos e ingleses.

O Plano Pleven, apresentado igualmente em 1950, tinha como objectivo integrar a Alemanha num sistema defensivo ocidental, em que o seu rearmamento seria controlado de forma colectiva e equilibrada. A necessidade de proteger a Alemanha de uma possível ameaça soviética passaria, segundo os grandes mentores da integração nos anos 50, pela criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED)¹²⁹, capaz de assegurar, a par com a NATO, a autonomia europeia em matéria de segurança e defesa (Dinan, 1994).

Entretanto, o fim da guerra das Coreias e a morte de Estaline em 1953 diminuíram o carácter prioritário da criação da CED, cuja estrutura preconizada, semelhante à da CECA nas suas características de supranacionalidade, viria a constituir igualmente a razão da sua rejeição pela Assembleia Nacional Francesa, em 1954, o que inviabilizaria, em simultâneo, a proposta de uma Comunidade Política Europeia.

128 Com os acontecimentos associados à crise da cadeira vazia e após o primeiro alargamento, em 1973. Com os Acordos do Luxemburgo, o recurso ao veto passou a ser possível sempre que um Estado considerasse que o seu interesse vital estivesse em causa.

129 No seguimento da pressão norte-americana para o rearmamento da Alemanha devido à guerra das Coreias em 1950. O artigo 38.º do tratado previa o estabelecimento de uma autoridade política supranacional para gerir esta comunidade o que se mostrava demasiado ambicioso e muito além do que alguns defensores do modelo supranacional previam para o futuro da integração europeia. E mesmo além do que o TUE (PESC - 2.º pilar) estabeleceu em 1991.

A questão da soberania nacional dominou o debate entre os defensores de uma Europa comunitária mais supranacional como via para a sua estabilidade e garantia de paz, e os que defendiam a necessidade de garantir o poder de decisão dos Estados em matérias como Política Externa e Defesa. No entanto, o futuro da Europa passaria pela integração da Alemanha num sistema defensivo comum, ainda que de carácter intergovernamental, o que se concretizou com a adaptação do Tratado de Bruxelas permitindo a entrada de dois novos membros, República Federal da Alemanha (RFA) e Itália, criando-se, assim, a União da Europa Ocidental (UEO), em 1954.

Ainda que a paz, a estabilidade e a prosperidade tenham estado na origem das grandes decisões europeias na década de 50, os interesses nacionais sobrepuseram-se com frequência a iniciativas de integração política, implicando um retrocesso no modelo institucional pré-federalizante introduzido pela CECA. No entanto, a prossecução da segurança e da paz poderiam estar em risco devido ao crescente acesso dos Estados ao poder atómico. Este tornou-se a prioridade dos trabalhos de Jean Monnet^[130] pois o seu controlo e regulação conjunta deveria constituir uma estratégia conducente à manutenção da paz e impossibilitar o rearmamento com base no poder nuclear.

Com o insucesso da CED e da CPE, a integração europeia seguiria o processo funcionalista estabelecido no Tratado de Paris, em 1951. A Euratom surgiu, em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, como mais um instrumento criado pelos seis fundadores da CECA no sentido de garantir, por um lado, a exploração pacífica da energia nuclear e, por outro, dar resposta à crescente dependência que os países europeus demonstravam face à importação de petróleo^[131]. Segundo Monnet (1986, 368),

A indústria nuclear, produtora de energia, estará inevitavelmente em condições de fabricar bombas. Por essa razão os aspectos políticos e os aspectos económicos da energia nuclear são inseparáveis. A Comunidade Europeia deve desenvolver a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Essa opção exige um controlo integral. Abre o caminho para um controlo geral em escala do mundo.

Simultaneamente, pela via da integração económica (criação de uma união aduaneira numa primeira fase), o tratado de Roma, fundador da CEE, também pretendia transformar os interesses económicos comuns e a eliminação de obstáculos comerciais na relação entre os Estados em instrumentos de solidariedade económica e social aliados ao reforço da paz, liberdade e democracia. Como Dinan (1994, 2-3) aponta,

Integration indeed progressed. The functionally broader European Economic Community (EEC) followed in the wake of the ECSC, and initially it prospered politically as well as economically. But French President Charles de Gaulle's inflexible opposition to supranationalism caused a reassessment of earlier, optimistic thinking about the su-

pposedly inexorable nature of European integration. Ideological and political battles in the mid 1960s emphasized an apparent dichotomy between intergovernmentalism and supranationalism, between the supposed decline of the nation-state and the putative rise of a European federation.

Em termos institucionais, o retrocesso era evidente pois o termo “supranacionalidade” foi retirado do texto dos tratados, o Conselho de Ministros afirmou-se quanto ao seu poder decisório e a Comissão Europeia tornou-se uma instituição com menos poder do que a Alta Autoridade. Decorrentes do debate desenvolvido anteriormente em torno da CED, estas implicações marcaram futuramente a estrutura institucional comunitária que passaria a ser conduzida através de um equilíbrio entre os conceitos intergovernamental e supranacional.

A partir dos anos 60, os Estados passaram a deter o papel de decisores, assumindo em absoluto, a capacidade de determinar a evolução do processo de integração. Sobre a construção da unidade europeia, em 1960, Charles de Gaulle (1994, 41) defendia,

The truth is that those pillars are the states of Europe.... states each of which, indeed, has its own genius, history and language, its own sorrows, glories and ambitions; but states that are the only entities with the right to give orders and the power to be obeyed.

O reconhecimento da intervenção dos Estados na definição do sistema institucional da CE, quanto à atribuição de novos poderes de decisão e futuras competências comuns, condenou a construção europeia a um período de cerca de 20 anos de estagnação (Bulmer, 1994).

The way in which decisions are made, in which conflicts of interest among the member states are resolved, will be of definitive importance for political integration, because the kind of accommodation that prevails will indicate the nature of the positive convergence of pro-integration aims, and of the extent to which the alternatives open to national decision makers may have been limited by participation in the enterprise (Lindberg, 1994, 108).

4. A PAZ NA EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA EUROPEIA

A primeira revisão dos tratados permitiu a introdução da Cooperação Política Europeia no Acto Único Europeu (1986), abrindo caminho à adopção de novos procedimentos em matéria de coordenação de política externa projectando a CE numa nova dimensão internacional. A institucionalização do Conselho Europeu^[132], no seguimento de uma prática comum desde 1974, colocaria o poder decisório dependente do princípio da cooperação entre Estados ao mais alto nível dos Governos nacionais para manter a paz inter-estatal e orientar a segurança comum (Ginsberg, 2007).

Os acontecimentos que precipitaram o fim da guerra-fria em 1989, o que Jacques Delors designaria por “aceleração da História”, seguidos da queda do muro de Berlim e da reunificação

130 Jean Monnet criou o Comité de Acção para os Estados Unidos da Europa, em 1955, como movimento de pressão no sentido da criação de uma Comunidade na área da energia atómica assumindo, posteriormente, outras iniciativas associadas ao processo de integração europeia.

131 Jean Monnet, nas suas Memórias, já referia a importância da energia para a Europa. O Canal do Suez deixou de ser internacional em 26 de Julho de 1956. A Europa ocidental importava 1/5 da energia que utilizava e, em 10 anos, as importações passariam a representar 1/3 das suas necessidades. A alternativa seria a energia nuclear.

132 O Conselho Europeu resulta do Concerto Europeu de 1818 (Balance of Power).

da Alemanha, implicaram grandes transformações políticas com um forte impacto na Europa e no mundo (Dinan, 2004).

Ainda que nos anos 80, a CEE já se mostrasse como um dos mais importantes actores internacionais no campo da segurança, o seu sucesso era evidente quanto à sua capacidade em garantir a Europa Ocidental como uma região de Paz e estabilidade. Por outro lado, também se afirmava como actor internacional através da sua mediação nos processos de paz em negociação, e das relações institucionais estabelecidas com Estados em diferentes regiões do globo, contribuindo, assim, para a sua estabilidade, segurança e paz (Marsh e Mackenstein, 2005).

A unificação da Alemanha voltaria a chamar a atenção para a necessidade de se aprofundar a integração no sentido de uma União Política Europeia e uma política externa e de segurança comum. Por outro lado, a continuidade de uma Comunidade Europeia era colocada em causa quando uma nova ordem pós guerra fria começava a surgir no mundo. O debate em torno da UPE seria, assim, retomado, após o fracasso da CPE, associada à CED, e proposta em 1950. Ainda que a cooperação política europeia tenha sido estabelecida no TUE, as alterações geo-políticas e o futuro de uma Alemanha reunificada voltariam a levantar a necessidade de relançar uma Europa política - “not for a German Europe, but for a European Germany” (Thomas Mann (1953), cit. in Dinan, 2004, pp. 162-163) – na base da política de unificação defendida pela Alemanha Ocidental.

Neste período, os assuntos comunitários passaram a exercer um importante impacto na política interna dos Estados membros. Por um lado, alguns partidos nacionais assumiam posições divergentes o que implicava efeitos nos resultados eleitorais e, por outro, as próprias posições nacionais manifestavam-se de forma diferente perante a criação de uma união europeia com objectivos federais. O próprio termo “federal” constituiu um elemento de debate aquando da preparação do texto que viria a ser adoptado no futuro tratado da União Europeia em 1991.

Em definitivo, a Política Externa e de Segurança, instrumento que os Estados consideram sob o seu poder soberano, continuou a constituir uma complexa e sensível matéria. Enquanto que outras matérias passaram para a esfera comunitária, a política externa, a segurança e a defesa manter-se-iam sob o procedimento intergovernamental, o que denota claramente o fracasso na partilha de soberania nacional. Como o afirma Dinan (1994, 3) “(...) the Common Foreign and Security Policy (CFSP) enshrined in the Maastricht Treaty clearly shows the limits of supranationalism”.

A sua associação à construção de um modelo federal para a UE choca continuamente no domínio em que os Estados resistem em atribuir competências às instituições comunitárias. No TUE, importantes medidas foram introduzidas no âmbito do 2º pilar – novas estruturas de política de segurança e defesa –, seguidas por algumas novas iniciativas no Tratado de Amesterdão, em 1997, em que se confere a pasta da PESC a um Alto Representante^[133], ainda que limitado na sua acção pela vontade que os Estados possam demonstrar perante cada situação (Wallace, 2005).

A partir daí, assiste-se a uma certa transição para uma Política Europeia de Segurança e Defesa, ambição que se pretende desenvolver com o Tratado de Lisboa^[134], em 2007. Neste,

o sistema institucional da UE passa a assentar numa única estrutura, desaparecendo a anterior arquitectura de pilares (comunitário e intergovernamental), o que demonstrava a componente intergovernamental da Política Externa, e passando esta para o leque de competências comunitárias.

A definição da política de defesa comum continua dependente de decisão unânime no Conselho Europeu, o que continua a mostrar o poder concentrado ao nível dos Estados. No entanto, a criação da Agência Europeia de Defesa e a atribuição do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança^[135] ao vice-presidente da Comissão, o que abre caminho a que esta política seja conduzida com mais independência relativamente aos Estados membros, poderão contribuir para o reforço da UE na cena internacional.

Avanços e recuos têm acompanhado o estabelecimento desta política, conforme os interesses específicos nacionais se mostram convergentes ou divergentes aquando de relevantes decisões/intervenções de carácter internacional, implementadas no âmbito comunitário ou das Nações Unidas^[136].

A sua relação indissociável com o estabelecimento e garantia da paz mantém-se como a área de integração que poderá pôr em causa a própria união entre os povos e Estados europeus. O poder negocial e o compromisso que os Estados têm demonstrado sempre que surgem conflitos em regiões de relevante importância estratégica para a UE, contribuem para a afirmação gradual de uma Europa política, ainda dependente dos próprios Estados membros, mas capaz de assegurar a sua estabilidade e paz não só interna como externamente.

Na defesa da integração política, para Delors (1994), a subsidiariedade significa respeito pelo pluralismo e diversidade, princípios do federalismo, em que deverá seguir-se duas regras: a regra da autonomia (esta preserva a identidades de cada Estado) e a regra da participação (esta impede a subordinação de um Estado a outro e promove a cooperação e a sinergia). Segundo Delors (1994, 61), grande impulsionador do processo de integração nos anos 80-90, “There is no conspiracy against the nation state. Nobody is being asked to renounce legitimate patriotism. I want not only to unite people, as Jean Monnet did, but also to bring nations together”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção europeia resulta de uma absoluta necessidade de alcançar a Paz. As instituições surgem, na visão de Jean Monnet, como a solução que poderá garantir o compromisso de mudança nas relações entre as Nações e o homem. Ao longo de todo o processo de integração, essencialmente de natureza política, as instituições nasceram e desenvolveram-se como resultado de múltiplos e, por vezes, longos períodos de negociação e compromisso entre os Estados, impossibilitando o recurso ao uso da força.

Hoje, a União Europeia afirma-se pela sua capacidade em alargar as zonas de paz, estabilidade e democracia no âmbito do estabelecimento das suas parcerias e políticas de vizinhança. Ao mesmo tempo, tem mostrado o reforço crescente da sua condição de actor global no âmbito da Paz e da segurança internacionais, em que se cruzam diversas áreas de cooperação, desde a policial e judicial, o crime global organizado, o terro-

133 Em 1999, foi designado Javier Solana como Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum. Em 2003, o documento “A Secure Europe in a Better World” tentou afirmar a dimensão externa da UE, sem resultados significativos.

134 Após o fracasso do Tratado Constitucional em 2004.

135 Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em Dezembro de 2009, foi designada para este cargo a britânica Catherine Ashton.

136 Acordo no caso da intervenção no Afeganistão, em 2002; desacordo aquando da invasão do Iraque, em 2002-2003.

rismo, a prevenção de conflitos até aos processos de reconstrução pós-guerra.

Integração e desintegração são constantes sempre que novas ameaças surgem. As crises foram, ao longo da História, responsáveis por novas oportunidades e dinâmicas que a Europa soube usar no interesse comum e de forma a reforçar a sua unidade, o que se espera continue a ser um factor determinante na construção da Paz regional e mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Börzel, Tanja A. (2005). Europeanization: How the European Union interacts with its Member States. In: Bulmer, Simon and Lequesne, Christian (2005). *The Member States of the European Union*, Oxford, Oxford University Press, pp. 45-69.
- Bulmer, Simon (1994). Domestic Politics and European Community Policy Making. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp. 141-152.
- Bulmer, Simon and Lequesne, Christian (2005). The European Union and its Member States: An Overview. In: Bulmer, Simon, Lequesne, Christian (2005). *The Member States of the European Union*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-20.
- Declaração Schuman de 9 de Maio de 1950, [em linha] http://europa.eu/abc/symbols/9-may/decl_pt.htm [consultado em 23.05.2011]
- Delors, Jacques (1994). A Necessary Union. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp. 51-64.
- Dinan, Desmond (1994). *Ever Closer Union? An Introduction to the European Community*, London, The Macmillan Press, Ltd.
- Gaulle, Charles de (1994). A Concert of European States. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp.25-41.
- Ginsberg, Roy H. (2007). *Demystifying the European Union, The enduring logic of regional integration*, Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Lindberg, Leon N. (1994). Political Integration: Definitions and Hypotheses. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp. 99-109.
- Marsh, Steve, Mackensteen, Hans (2005). *The International Relations of the European Union*, Essex, Pearson-Longman.
- Mitrany, David (1994). A Working Peace System. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp. 77-97.
- Monnet, Jean (1986). *Memórias, A construção da União Europeia*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Monnet, Jean (1994). A Ferment of Change. In: Nelsen, Brent F. & Stubb, Alexander C-G. (eds). *The European Union. Readings on Theory and Practice of European Integration*, London, Lynne Rienner Publishers, pp. 17-24.
- Pollack, Mark A. (2005). Theorizing EU Policy-Making. In: Wallace, Helen, Wallace, William and Pollack, Mark A. *Policy-Making in the European Union*, Fifth Edition, Oxford, Oxford University Press, pp. 13-48.
- Wallace, William (2005). *Foreign and Security Policy, The Painful Path from Shadow to Substance*. In: Wallace, Helen, Wallace, William and Pollack, Mark A. *Policy-Making in the European Union*, Fifth Edition, Oxford, Oxford University Press, pp. 429-456.

COMUNICAÇÃO, CONSUMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

PAULO RIBEIRO CARDOSO

PROFESSOR ASSOCIADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

Nos últimos anos temos assistido ao surgimento crescente de instituições debruçadas sobre um conjunto de fenómenos e problemas sociais. Neste contexto tem-se apelado a uma maior consciência social e à noção de cidadania através de campanhas de sensibilização com vista à tomada de novas atitudes e à mudança de comportamentos.

Por outro lado, as empresas começam a perceber que dirigem os seus produtos e serviços a um consumidor mais consciente dos seus direitos e mais sensível à necessidade de assumir um consumo sensato que preserve a sua própria qualidade de vida, do seu meio social e ambiental. Hoje, as acções de comunicação de muitas empresas espelham estas novas preocupações com o consumidor e com a comunidade que servem. O painel de Comunicação, Consumo e Responsabilidade Social reuniu perspectivas e contributos de diversos investigadores sobre algumas destas temáticas.

Ao nível dos comportamentos, o estudo piloto apresentado por Ana Silva e Cristina Pimentão analisa o comportamento rodoviário de risco entre os condutores jovens. Neste contexto, as autoras verificaram que a condução sob a influência do álcool era o comportamento mais frequentemente referenciado como comportamento de risco e, simultaneamente, o comportamento considerado de mais risco. O estudo cria as bases para o desenvolvimento de uma intervenção, no âmbito da prevenção rodoviária, junto dos condutores jovens.

A investigação levada a cabo por Paulo Ribeiro Cardoso e Manuel José Fonseca insere-se de certo modo nesta temática, mas com especial incidência nas campanhas publicitárias de prevenção rodoviária em Portugal. Um conjunto de anúncios televisivos foram apresentados a uma amostra de condutores no sentido de avaliar o seu impacto. Os resultados indicam que ao nível formal e criativo, as mensagens com um dramático poderão ter um maior impacto emocional e persuasivo nos receptores.

As mensagens publicitárias com apelos à cidadania em campanhas de natureza comercial e institucional foram estudadas por Elsa Simões Lucas Freitas e por Sandra Gonçalves Tuna. Num contexto em que os consumidores são mais conscientes quanto à necessidade de comportamentos saudáveis e de manutenção dos recursos ambientais, as autoras reflectiram sobre um conjunto de campanhas que integram nas suas mensagens apelos à alteração de hábitos de desperdício e de excesso.

As campanhas publicitárias foram também objecto de análise por parte de Jorge David Fernández Gómez e de Rocío Calvo Fernández. Numa abordagem ao marketing social, os autores analisaram as Organizações Não Governamentais como marcas que usam, em certa medida, estratégias empresariais mas com objectivos sociais. Uma campanha da Amnistia Internacional foi um estudo de caso desenvolvido como exemplo desta temática.

OS CONDUTORES JOVENS E O COMPORTAMENTO RODOVIÁRIO DE RISCO: ESTUDO PILOTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

ANA SILVA

ALUNA DO MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

CRISTINA PIMENTÃO

MESTRE ASSISTENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Este estudo piloto teve como objectivo identificar um comportamento rodoviário de risco com pertinência para análise entre os condutores jovens. A escolha do comportamento permitirá avançar para o estudo seguinte com o objectivo de analisar o comportamento com base na Teoria do Comportamento Planeado de Ajzen (1985, 1988, 1991). Os dados recolhidos no estudo piloto, com base numa amostra de jovens estudantes universitários, permitiram identificar a condução sob a influência do álcool como o comportamento mais frequentemente referenciado como comportamento de risco e, simultaneamente, o comportamento considerado de mais risco.

Palavras-Chave: Estudo piloto; comportamento de risco; condutores jovens; condução sob a influência do álcool.

ABSTRACT

The goal of this pilot study was to identify a risky driving behavior with relevance within young drivers. This will allow us to move forward the next study with the purpose of analyzing that behavior accordingly to Ajzen's Theory of Planned Behavior (1985, 1988, 1991). Data collected from a sample of young college drivers showed that driving under the influence of alcohol was the most referred as a risky driving behavior and also the one that was seen as the risky one.

Key-Words: Pilot Study; risky driving behavior; young drivers; driving under the influence of alcohol.

1. INTRODUÇÃO GERAL

Com uma frequência quase diária somos confrontados com notícias de acidentes de viação nos meios de comunicação social que relembram o problema da sinistralidade rodoviária em Portugal e o número elevado de pessoas que perdem a vida na estrada ou ficam feridas, muitas vezes com gravidade. Contudo, este não é um problema que se circunscreve, apenas, a Portugal, mas sim a uma diversidade de outros países. Ou seja, a sinistralidade rodoviária constitui um gravíssimo problema de saúde pública. Os acidentes de viação podem resultar de causas que podemos atribuir ao veículo, à via de circulação e ao condutor e até, mesmo, à combinação destas causas. Contudo, os acidentes de viação são em 80% a 90% das situações atribuídos a causas relacionadas com o condutor e com o seu comportamento (Dotta & Dotta, 2003; IMTT, 2010). Por outro lado, verifica-se que alguns grupos de condutores estão sobrerrepresentados nas estatísticas da sinistralidade rodoviária. É o caso dos condutores jovens, nomeadamente, aqueles entre os 18 e os 24 anos que apresentam uma forte probabilidade de se envolverem em acidentes de trânsito. Factores como a pouca experiência e a capacidade para lidar com diferentes situações no trânsito, o gosto por arriscar e experienciar sensações ao volante, a baixa per-

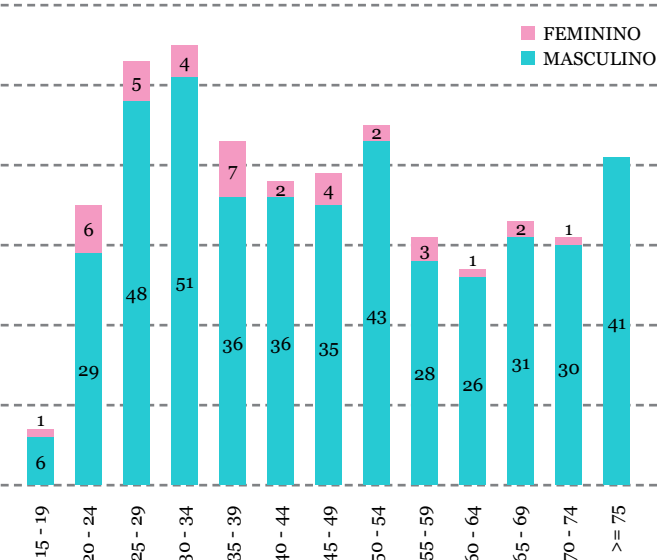
cepção de risco e a sobrestimação das capacidades de condução, poderão justificar o comportamento daqueles condutores.

1.1. AS ESTATÍSTICAS DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA E OS CONDUTORES JOVENS

As estatísticas mostram que os acidentes rodoviários, em Portugal, ocupam um lugar sobranceiro em relação à Europa, sendo a faixa etária mais afectada a dos 18 aos 24 anos (Martins, 2010). Simultaneamente, Portugal detém o maior número de feridos e mortos entre os 0 e os 24 anos (Botelho, 2008), em relação à União Europeia.

Efectivamente, os condutores entre os 18 e os 24 anos apresentam uma maior probabilidade de se envolverem em acidentes de carro, do que qualquer outro grupo etário (Møller, 2004). As estatísticas disponibilizadas pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) relativamente aos condutores mortos em acidentes, entre 2006 e 2010 (ANSR, 2007 a 2010; DGV, 2006), confirmam esta tendência de sobrerrepresentação dos condutores jovens e evidenciam que os homens apresentam um maior número de vítimas mortais, do que as mulheres condutoras. A figura 1, ilustra os condutores mortos em função do sexo e da idade no ano de 2010.

2010: CONDUTORES MORTOS SEGUNDO O SEXO E O GRUPO ETÁRIO

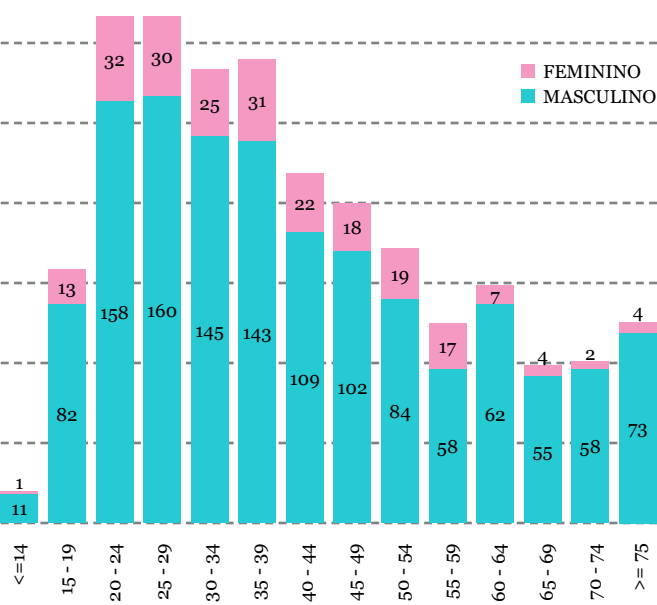


FONTE: RELATÓRIO DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA DA ANSR RELATIVO AO ANO DE 2010, P. 43

FIGURA 1. CONDUTORES MORTOS EM FUNÇÃO DO SEXO E DA IDADE EM 2010.

Quando analisamos as estatísticas relativamente aos feridos graves, em função do sexo e da idade dos condutores, verificamos que aqueles que têm entre 20 e 24 anos, encontram-se entre os primeiros, segundos ou terceiros mais representados, no período de 2006 a 2010, independentemente de serem homens ou mulheres. Contudo, tal como se verificava na categoria relativa aos condutores mortos, também aqui, os homens estão sobrerrepresentados em relação às mulheres. A figura 2, ilustra os números relativos aos condutores feridos graves no ano de 2010.

2010: CONDUTORES FERIDOS GRAVES SEGUNDO O SEXO E O GRUPO ETÁRIO

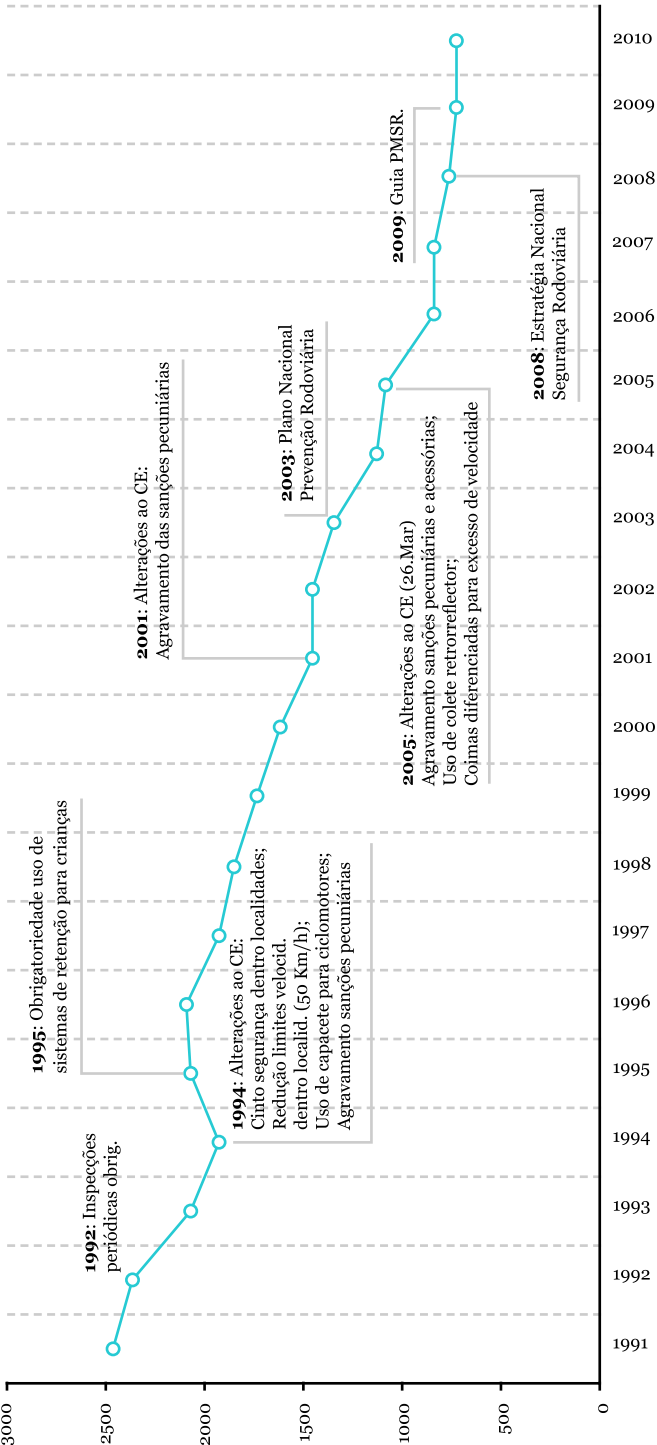


FONTE: RELATÓRIO DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA DA ANSR RELATIVO AO ANO DE 2010, P. 43

FIGURA 2. CONDUTORES FERIDOS GRAVES EM FUNÇÃO DO SEXO E DA IDADE EM 2010.

1.2. MEDIDAS GERAIS DE PREVENÇÃO RODOVIÁRIA

Nos últimos anos várias medidas foram adoptadas no sentido de combater o cenário geral de sinistralidade rodoviária em Portugal, como pode ser ilustrado pela figura 3. Aqui destacamos o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR) e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR).



FONTE: RELATÓRIO DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA DA ANSR RELATIVO AO ANO DE 2010, P.5

FIGURA 3. EVOLUÇÃO DAS VÍTIMAS MORTAIS E MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA.

Em 2003 foi aprovado o PNPR que teve como objectivo geral a redução em 50% do número de vítimas mortais e feridos

graves até 2010 (PNPR, 2003). Uma vez que este objectivo foi atingido antes do final daquele prazo, a ANSR em parceria com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), elaboraram um documento que dá continuidade àquele objectivo cujo intervalo temporal de implementação foi definido entre 2008-2015 (ENSR, 2009). A ENSR tem um objectivo qualitativo, colocar Portugal entre os 10 países da U.E. com a mais baixa sinistralidade rodoviária. Como objectivos quantitativos, a ENSR (2009) pretende:

Colocar, até 2011, a sinistralidade rodoviária portuguesa em 78 mortos por milhão de habitantes, equivalente a uma redução de 14,3% (base 2006); Melhorar esse indicador para alcançar, em 2015, os 62 mortos por milhão de habitantes, equivalente a uma redução de 31,9% (base 2006). Esta diminuição projectada para a sinistralidade em Portugal permite-nos acreditar, por comparação com os valores registados nos restantes países da UE, que o objectivo qualitativo da ENSR será atingido em 2015 (p. 11).

1.3. CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO DE RISCO DOS CONDUTORES JOVENS

1.3.1. FACTORES QUE CONTRIBUEM PARA O COMPORTAMENTO DE RISCO

As estatísticas sobre sinistralidade rodoviária e os estudos sobre o comportamento rodoviário realizados nos EUA, Canadá, União Europeia e Austrália, mostram que os condutores jovens, noviços, abaixo dos 25 anos estão mais, frequentemente, envolvidos em acidentes de trânsito, dos quais resultam mortos e feridos, do que os condutores de outros grupos etários (Clarke, Ward, & Truman, 2005; Scott-Parker, Watson, King, 2009; WHO, 2004). De acordo com Lucidi, Giannini, Sgalla, Mallia, Devoto, e Reichmann (2010), em Itália, por exemplo, os acidentes de carro são a principal causa de morte nos jovens entre os 18 e os 24 anos.

Face a este cenário, a investigação tem procurado identificar os factores que estão na origem da sobre-representação dos condutores jovens noviços em acidentes de trânsito (e.g., Deery, 1999; Gregersen & Bjurulf, 1996). Entre esses factores estão a experiência e as competências de condução insuficientes (Fisher & Pollatsek, 2007 cit in Lucidi et al, 2011; Underwood, 2007), a subestimação do risco causado por determinadas situações de trânsito (Deery, 1999), a auto-percepção de invulnerabilidade em relação a resultados negativos (Gregersen, 1996) e ao uso de estratégias pouco seguras para lidar com situações perigosas na condução (Lucidi et al., 2006). Outros estudos apontam para o facto de os condutores mais jovens terem um estilo de condução mais arriscado devido a uma propensão geral para se envolverem em comportamentos de maior risco (Bina, Graziano, Bonino, 2006; Clarke et al., 2005; Gregersen & Bjurulf, 1996; Hatfield & Fernandes, 2008; White, Cunningham, & Titchener, 2011). Os condutores jovens conduzem com mais velocidade (Gregersen & Bjurulf, 1996), usam menos o cinto de segurança (Gregersen & Bjurulf, 1996) e expressam um nível mais baixo de motivação para agir de acordo com as regras de trânsito (Yagil, 1998). Vários destes padrões de comportamento são muitas vezes combinados, levando a que os mesmos condutores conduzam, por exemplo, com velocidade, com margens de segurança reduzidas, cometam mais infracções de trânsito e consumam mais álcool (Gregersen & Bjurulf, 1996). Um estudo apontou para o facto de 50% dos acidentes que envolviam condutores jovens resul-

tavam, cumulativamente, de uma tomada de risco voluntária que incluía a velocidade, beber e conduzir e condução imprudente ou negligente (Clarke et al., 2005). Não será surpreendente que entre os condutores jovens, o estilo de condução de risco tenha tendência a co-existir com outros comportamentos de risco como é o caso do consumo de droga e de álcool (Hutchens et al., 2008; Vassalo et al. 2008).

A atitude mais favorável ao risco destes condutores parece, também, estar relacionada com a tendência para procurar a novidade, novas experiências e sensações (Dahlen, Martin, Ragan, & Kuhlman, 2005; Jonah, Thiessen, & Au-Yeung, 2001). Os homens e os condutores mais jovens exibem valores mais elevados na procura de sensações, do que as mulheres e os indivíduos mais velhos (Zuckerman, 1994 como citado em Schwerdtfeger, Heims, & Heer, 2010).

1.3.2. A INFLUÊNCIA DOS OUTROS

O comportamento dos condutores jovens pode ter várias fontes de influência, contudo, será inevitável pensar que a família e os seus pares poderão ter um impacto relevante nas suas atitudes e comportamento rodoviários. O comportamento na estrada parece, também, ser influenciado muito antes da obtenção da carta de condução (Boyes & Litke, 2002; Carcary, 2002 como citados em Scott-Parker et al., 2009). Verifica-se, por exemplo, que as atitudes de risco rodoviárias são observadas nos adolescentes mesmo antes de eles aprenderem a conduzir (Waylen & McKenna, 2008) e esta aprendizagem pode começar, muito cedo, quando as crianças observam os seus pais a conduzir e até quando aprendem a conduzir com os seus pais (Bianchi & Summala, 2004).

A investigação evidencia que a presença de passageiros agrava, de forma significativa, o risco de acidentes entre os condutores com pouca experiência (Arnett, Offers, & Fine, 1997; Cooper, Pinili, & Chen, 1995; Doherty, Andrey, & MacGregor, 1998; Scott-Parker et al., 2009) e de maneira proporcional ao número de passageiros dentro do veículo. Ou seja, quanto maior é o número de passageiros, maior é a probabilidade de acidente (Doherty et al., 1998). Outros estudos, apontam para o facto de os passageiros poderem constituir risco, em função da sua idade e do seu sexo (Arnett et al., 1997; Assailly, 1997 como citado em Dotta-Panichi & Wagner, 2006). Os jovens conduzem de forma mais arriscada quando os passageiros são os seus amigos e de maneira mais prudente, quando os passageiros são os seus pais (Arnett et al., 1997). É também provável que o comportamento de condução dos condutores reflita o estilo de condução do progenitor do mesmo sexo (Taubman-Ben-Ari, Mikulincer, & Gillath, 2005). Os pais parecem reduzir o comportamento de risco dos seus condutores jovens, monitorizando, de perto, o seu comportamento de condução e administrando recompensas e punições em resposta ao seu comportamento (Simons-Morton, Hartos, Leaf, & Preusser, 2006). Por exemplo, Shope et al. (2001) verificaram que níveis elevados de monitorização familiar estavam associados à redução das infracções e acidentes. Em contrapartida, pais com atitudes mais brandas em relação ao consumo de álcool dos filhos tendiam a aumentar o número de infracções e acidentes.

Seria interessante que os estudos neste domínio pudessem evidenciar o impacto da influência do comportamento, de risco e do comportamento cívico na estrada, de diferentes intervenientes, no comportamento rodoviário dos condutores jovens, em diferentes fases do seu desenvolvimento e da experiência de condução. Falamos, por exemplo, dos instrutores das escolas de condução, das forças militarizadas e até dos condutores em geral.

1.3.3. PERCEPÇÃO E TOMADA DE RISCO

Os condutores jovens consideram-se menos susceptíveis ao risco (DeJoy, 1992; Guerin, 1994; Harré et al., 2005) e, tendencialmente, consideram-se mais capacitados e com menos probabilidade para ter um acidente, do que os seus pares (DeJoy, 1992; Delhomme, 1991; Gosselin et al., 2010; Harré et al., 2005; Horswill et al., 2004; McKenna, 1993). A tendência para acreditar que somos mais capacitados e que temos menos probabilidade de experienciar um acontecimento negativo, do que os nossos pares é designada por *optimism bias* (Deery, 1999; Weinstein, 1980; Weinstein & Lyon, 1999) ou *self-enhancement bias* (Walton, 1999). Os condutores jovens são, particularmente, susceptíveis ao *optimism bias*. Numa investigação realizada com 136 condutores jovens, 93% dos homens e 75% das mulheres avaliaram-se como tendo mais competências de condução, do que os seus pares. Também se verificou que 75% dos homens e 62% das mulheres apontavam o seu risco geral de acidentes como mais baixo, do que o dos seus pares do mesmo sexo e idade (DeJoy, 1992).

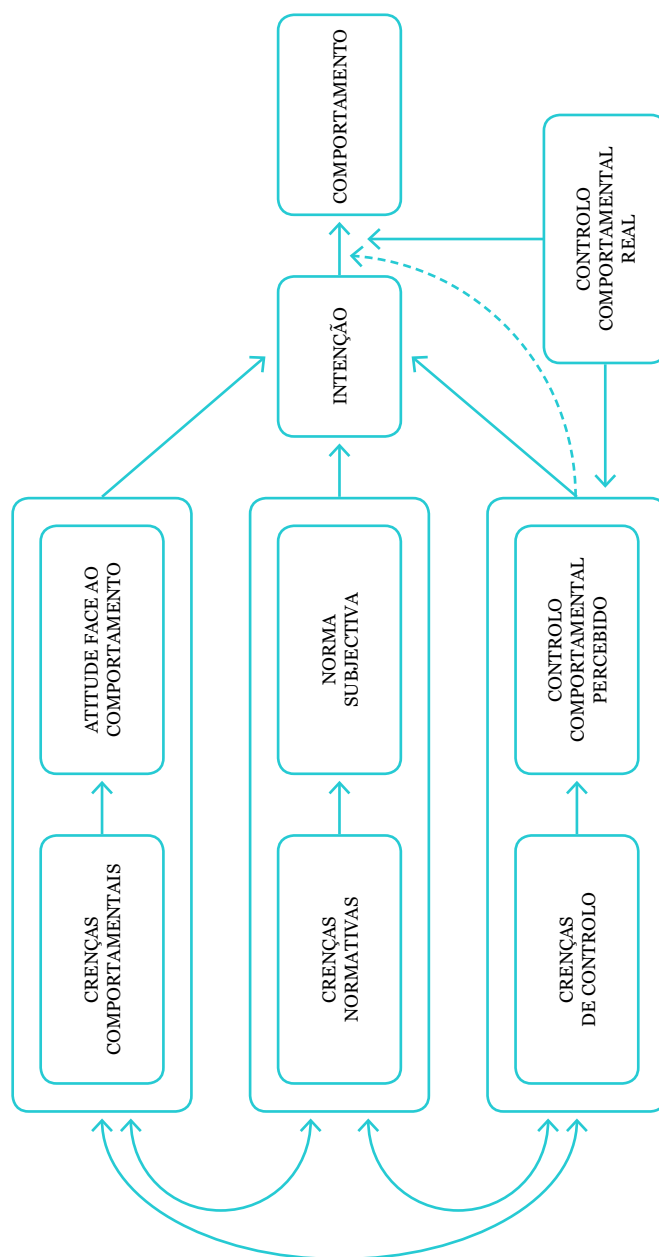
Se por um lado, este *optimism bias* pode ter influência na auto-estima dos condutores, bem como na sua motivação e desempenho, por outro, pode levar a sentimentos de invulnerabilidade (McKenna, 1993). Por exemplo, Harré et al. (2005) verificaram que as percepções da capacidade de condução mais elevadas, estavam associadas com baixas percepções de risco de acidentes. Desta forma, os condutores com uma baixa percepção do risco de se envolverem em acidentes, poderão estar menos motivados a terem comportamentos de condução de prevenção e mais propensos a terem comportamentos de risco (Fernandes, Job, & Hatfield, 2007; Morgan & Job, 1995 cit in White, et al., 2011).

Contudo, nem todos os estudos da sobrestimação de capacidades chegaram aos mesmos resultados. Mayhew e Simpson (1995), numa revisão de vários estudos sobre a avaliação das capacidades do condutor, encontraram estudos que indicaram que os condutores jovens são, particularmente, confiantes, outros que os condutores jovens não diferem dos condutores mais velhos e outros que mostraram que os condutores jovens são confiantes, mas não em todas as situações de condução. Outros estudos, ainda, apontaram para que os condutores jovens sejam menos confiantes, do que os condutores mais velhos. Um estudo realizado por Grayson e Elliott (2004 cit in De Craen et al., 2011) mostrou diferentes níveis de confiança dos condutores, em função do tempo de carta de condução. Imediatamente após a aprovação no exame de condução, os condutores indicavam ter muita confiança nas suas capacidades de condução. De 6 a 12 meses após a realização do exame, os condutores baixaram, de forma significativa, o seu nível de confiança. Um ano após a obtenção da carta de condução, o nível de confiança aumentou de novo, mas nunca ao nível verificado um mês após a obtenção da carta. De salientar que o desacordo nos estudos relativamente ao excesso de confiança pode ser explicado pelo método utilizado para a medir (De Craen et al., 2011).

1.4. A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO DE AJZEN

A Teoria do Comportamento Planeado (1985, 1988, 1991) é uma extensão da Teoria da Acção Reflectida (Fishbein & Ajzen, 1975; Ajzen & Fishbein, 1980) que inclui um terceiro preditor, o controlo comportamental percebido, que se revelou necessário para lidar com os comportamentos em relação aos quais os indivíduos não têm um controlo voluntário total. Este preditor traduz o grau de controlo que o indivíduo percebe na realização de um determinado comportamento. De acordo com esta Teoria, a intenção de realizar um determinado comportamento

está dependente de três variáveis: a atitude, a norma subjectiva e o controlo comportamental percebido. A atitude face a um determinado comportamento traduz a avaliação, mais ou menos favorável, que o indivíduo faz acerca do resultado do comportamento. A norma subjectiva traduz a crença que os indivíduos têm acerca da forma como as pessoas importante para si (e.g., cônjuge, filhos) esperam que ele se comporte. O controlo comportamental percebido, traduz a percepção que o indivíduo tem acerca da maior ou menor facilidade ou dificuldade de realizar o comportamento. Cada uma destas três dimensões é antecedida, respectivamente, pelas crenças comportamentais, crenças normativas e crenças de controlo. Como regra geral, quanto mais favorável for a atitude do indivíduo em relação ao comportamento, quando mais favorável for a norma subjectiva em relação à sua realização e quanto maior for o controlo comportamental percebido, maior será a intenção de realizar o comportamento. O Modelo encontra-se ilustrado através da figura 4.



FONTE: A FIGURA FOI REPRODUZIDA A PARTIR DE UMA FIGURA IDÊNTICA DISPONÍVEL NA PÁGINA WEB DO AUTOR ([HTTP://PEOPLE.UMASS.EDU/AJZEN/TPB.DIAG.HTML#NULL-LINK](http://people.umass.edu/ajzen/tpb.diag.html#null-link))

FIGURA 4. A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO.

De acordo com a meta-análise realizada por Armitage e Conner (2001), os construtos da Teoria do Comportamento Planeado contribuem para cerca de 39% da variabilidade da intenção e para cerca de 27% da variabilidade do comportamento. No âmbito do comportamento rodoviário de risco, esta Teoria tem sido utilizada para explicar vários comportamentos, como por exemplo, a intenção dos peões e dos condutores violarem as regras de trânsito (Evans & Norman, 1998 *cit in* Paris & Van den Broucke, 2008; Moyano Diaz, 2002; Parker et al., 1992), a intenção dos condutores de beber e conduzir (Aberg, 1993; Brookhuis et al., 2011; Chan, Wu, & Hung, 2010; Marcil, Bergeron, & Audet, 2001), exceder a velocidade (Elliot & Thomsom, 2010; Paris & Van den Broucke, 2008), utilizar o telemóvel durante a condução (Rozario, Lewis, & White, 2010), o uso do cinto de segurança (Budd et al., 1984, Thuen & Rise, 1994 *cit in* Paris & Van den Broucke, 2008) e o uso de sistemas de retenção para crianças (Gielen et al., 1984 *cit in* Paris & Van den Broucke, 2008). Elliot, Armitage, e Baughan (2003, 2007) reportaram que os construtos incluídos na TCP prediziam o comportamento de evitar exceder o limite de velocidade. Parker et al. (1992) verificaram que cerca de 50% da variabilidade da intenção de um indivíduo manter os limites de velocidade era determinada pela combinação das variáveis atitudes, normas subjectivas e do controlo comportamental percebido. Godin e Kok (1996 *cit in* Paris & Van den Broucke, 2008) verificaram que os construtos da Teoria do Comportamento Planeado contribuíam entre 23% e 67% para a explicação da variabilidade da intenção do comportamento de condução, incluindo a intenção de exceder o limite de velocidade.

2. OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo constituiu um estudo piloto tendo em vista a análise do comportamento rodoviário de risco de condutores jovens. O objectivo deste estudo, piloto, foi identificar um comportamento rodoviário de risco com pertinência de análise, entre os condutores jovens. Após a identificação do comportamento, passaremos a analisar esse comportamento com base no Modelo do Comportamento Planeado de Ajzen e à concepção de uma proposta de intervenção para a prevenção da sua prática.

3. MÉTODO

3.1. PARTICIPANTES

Neste estudo utilizamos uma amostra de 30 estudantes universitários, 14 homens e 16 mulheres, com idades entre os 18 e os 24 anos e com carta de condução da categoria B. A amostra era, maioritariamente, constituída por estudantes de diferentes licenciaturas (tabela 1).

TABELA 1. CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA UTILIZADA NO ESTUDO PILOTO.

Variáveis	N	%
Sexo (N = 30)		
Masculino	14	14%
Feminino	16	16%
Idade (N = 30)		
18-20	4	4%
21-24	26	26%
Habilitações literárias (N = 30)		
Doutoramento/Mestrado	1	1%
Licenciatura/Bacharelato	29	29%

3.2. MATERIAL E PROCEDIMENTO

Para a recolha de informação foi elaborado um questionário contendo duas partes. A primeira parte era composta por informação sobre os dados sócio-demográficos dos participantes: sexo, idade e habilitações literárias. A segunda parte era composta por 4 questões nas quais solicitávamos aos participantes que: definissem o que entendiam como comportamento de risco rodoviário; indicassem exemplos de comportamentos de risco rodoviário; dos comportamentos rodoviários considerados de risco, indicassem aqueles que tinham realizado no último ano; e indicassem o comportamento rodoviário considerado de maior risco. A administração do questionário foi feita de forma individual e decorreu durante o mês de Abril de 2011.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. DEFINIÇÃO DE COMPORTAMENTO DE RISCO RODOVIÁRIO

Mais de metade dos participantes, definiram o comportamento de risco ao volante de um automóvel, como algo do qual pode resultar uma consequência, negativa, para o condutor ou para os outros. Ou seja, um comportamento que coloca em causa a segurança do condutor e dos restantes utentes da via. Algumas das respostas obtidas foram: “*Todas as práticas que arrisquem a minha vida e a dos outros utentes da via*”; “*Comportamento de risco ao volante é praticar condução perigosa e inapropriada para a via de circulação, pondo em risco não só a própria pessoa que conduz bem como os outros utentes da via, quer peões quer condutores*”. Os restantes condutores definiram o comportamento de risco rodoviário, dando exemplos de comportamentos que traduzem risco, como é o caso do excesso de velocidade, a condução sob a influência do álcool e/ou de drogas e a utilização do telemóvel durante a condução. A tabela 2, que se apresenta a seguir, sistematiza os resultados encontrados, em função da categoria, subcategorias e unidades semânticas identificadas.

TABELA 2. RESULTADOS RELATIVOS À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DE COMPORTAMENTO DE RISCO RODOVIÁRIO.

Categoria	Subcategoria	Unidade Semântica	Unidade de Registo	Entrevistados
		Utilizar o telemóvel durante a condução	7	Q16, Q15, Q14, Q12, Q8, Q5, Q20
		Conduzir sob a influência do álcool	10	Q14, Q12, Q11, Q8, Q7, Q5, Q1, Q20, Q26, Q27
Definição de comporta/o de risco rodoviário	Exemplos de comportamento de risco rodoviário	Conduzir sob a influência de drogas	9	Q12, Q11, Q10, Q9, Q7, Q4, Q1, Q20, Q27
		Exceder a velocidade	11	Q12, Q11, Q9, Q8, Q7, Q5, Q1, Q20, Q26, Q26, Q30
		Cansaço/Fadiga	5	Q16, Q11, Q19, Q20, Q24
		Coloca em causa a		
	Consequências	segurança do condutor e de terceiros	16	Q19, Q21, Q22, Q23, Q25, Q26, Q28, Q29, Q30

Claramente, os condutores consideraram o comportamento rodoviário de risco como um comportamento que contraria as regras definidas pelo código de conduta na estrada e, consequentemente, negativo. A literatura mostra que os condutores jovens apresentam um nível mais baixo de motivação para agir de acordo com as regras de trânsito (Yagil, 1998). É provável que este facto contribua para que os condutores jovens conduzam com mais velocidade, usem menos o cinto de segurança e consumam mais álcool (Clarke et al., 2005; Gregersen & Bjurulf, 1996).

4.2. OS COMPORTAMENTOS RODOVIÁRIOS CONSIDERADOS DE RISCO PELOS CONDUTORES

Os participantes apresentaram vários comportamentos rodoviários considerados de risco ao volante de um automóvel: conduzir sob a influência do álcool (24 referências), conduzir sob a influência de drogas (22 referências), o excesso de velocidade (18 referências) e conduzir com cansaço (11 referências). Com um menor número de referências, os participantes apontaram conduzir e utilizar o telemóvel (6), as condições climatéricas e da via (6) e o estado emocional durante a condução (2). A tabela 3, sistematiza os resultados encontrados.

TABELA 3. RESULTADOS RELATIVOS À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE OS COMPORTAMENTOS RODOVIÁRIOS CONSIDERADOS DE RISCO, AO VOLANTE DE UM AUTOMÓVEL.

Categoria	Subcategoria	Unidade Semântica	Unidade de Registo	Entrevistados
		Utilizar o telemóvel durante a condução	6	Q14, Q12, Q25, Q28, Q29, Q30
		Conduzir sob a influência do álcool	24	Q19, Q18, Q17, Q16, Q14, Q13, Q12, Q10, Q7, Q6, Q4, Q3, Q2, Q1, Q20, Q21, Q22, Q23, Q25, Q26, Q27, Q28, Q29, Q30
Exemplos de comporta/os rodoviários de risco	Exemplos	Conduzir sob a influência de drogas	22	Q19, Q18, Q17, Q16, Q15, Q12, Q11, Q10, Q9, Q7, Q6, Q4, Q3, Q2, Q1, Q21, Q22, Q23, Q25, Q26, Q27, Q30
		Exceder a velocidade	18	Q18, Q17, Q16, Q14, Q12, Q11, Q10, Q9, Q8, Q7, Q3, Q2, Q1, Q22, Q24, Q25, Q26, Q29
		Cansaço /Fadiga	11	Q16, Q14, Q8, Q5, Q3, Q2, Q22, Q23, Q27, Q28, Q30
		Estado emocional	2	Q6, Q23
		Condições da via/ climatéricas	6	Q11, Q9, Q4, Q3

Constatou-se que a condução sob a influência do álcool foi o comportamento, considerado de risco, que mais se evidenciou, à semelhança de outras investigações (Pimentão, 2008), seguido pela condução sob a influência de drogas, o excesso de velocidade e a condução com cansaço.

4.3. OS COMPORTAMENTOS RODOVIÁRIOS CONSIDERADOS DE RISCO PRATICADOS PELOS CONDUTORES

Os comportamentos rodoviários, considerados de risco, que os participantes mais praticaram ao volante de um automovel, no último ano, foram: exceder a velocidade (11 referências), utilizar o telemóvel durante a condução, para falar ou escrever mensagens (8 referências) e conduzir sob a influência do álcool (7 referências) e de drogas (6 referências). A tabela 4 sistematiza os resultados encontrados.

TABELA 4. RESULTADOS RELATIVOS À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE OS COMPORTAMENTOS RODOVIÁRIOS CONSIDERADOS DE RISCO, AO VOLANTE DE UM AUTOMÓVEL, PRATICADOS PELOS CONDUTORES NO ÚLTIMO ANO.

Categoria	Subcategoria	Unidade Semântica	Unidade de Registo	Entrevistados
Prática do comportamento de risco	Comportamento de risco	Utilizar o telemóvel durante a condução	8	Q5, Q8, Q12, Q14, Q15, Q25, Q28, Q29
		Conduzir sob a influência do álcool	7	Q2, Q5, Q7, Q18, Q22, Q26, Q30
		Conduzir sob a influência de drogas	6	Q7, Q18, Q21, Q22, Q23, Q30
		Exceder a velocidade	11	Q1, Q2, Q3, Q7, Q10, Q6, Q15, Q16, Q18, Q20, Q29
		Cansaço/Fadiga	2	Q3, Q27
		Estado Emocional	0	
		Sem resposta	8	Q4, Q6, Q9, Q11, Q13, Q17, Q19, Q24

Constatamos que relativamente, à prática passada dos comportamentos de risco, exceder a velocidade permitida foi o comportamento mais praticado pelos condutores no último ano. Trata-se de um comportamento em relação ao qual parece existir uma certa aceitação ou tolerância social. Isto decorre, por exemplo, do facto de muitas vezes os condutores considerarem inadequado o limite de velocidade imposto atendendo às características da via de circulação. Este resultado parece estar de acordo com as evidências que mostram que os condutores jovens conduzem com mais velocidade (Gregersen & Bjurulf, 1996) e expressam um nível mais baixo de motivação para agir de acordo com as regras de trânsito (Yagil, 1998).

4.4. OS COMPORTAMENTOS RODOVIÁRIOS CONSIDERADOS DE MAIOR RISCO

Os participantes deste estudo, consideraram a condução sob a influência do álcool (18 referências) e de drogas (8 referências), como os comportamentos de maior risco quando se conduz um automóvel. O excesso de velocidade (4 referências) foi também apontado como um comportamento de risco na condução automóvel, embora menos referenciado do que os dois anteriores. A tabela 5 sistematiza os resultados encontrados.

TABELA 5. RESULTADOS RELATIVOS À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE O COMPORTAMENTO RODOVIÁRIO CONSIDERADO DE MAIOR RISCO

Categoria	Subcategoria	Unidade Semântica	Unidade de Registo	Entrevistados
O comportamento rodoviário de maior risco	Exemplo	Utilizar o telemóvel durante a condução	1	Q27
		Conduzir sob a influência do álcool	18	Q18, , Q13, Q12, Q10, Q9, Q8, Q7, Q6, Q5, Q4, Q3, Q2, Q1, Q21, Q25, Q26, Q28, Q30
		Conduzir sob a influência de drogas	8	Q19, Q18, Q15, Q13, Q12, Q11, Q3, Q20
		Exceder a velocidade	4	Q8, Q5, Q22, Q24, Q29
		Não cumprir o código da estrada	1	Q14
		Estado emocional	1	Q23

Como podemos constatar o comportamento considerado de maior risco, a condução sob a influência do álcool, foi apontado como o comportamento menos realizado, em comparação com os comportamentos de exceder a velocidade e utilizar o telemóvel durante a condução, à semelhança de outros estudos (Pimentão, 2008).

CONCLUSÃO

Este estudo piloto teve como objectivo principal identificar um comportamento rodoviário de risco com pertinência para análise no âmbito dos condutores jovens. Os condutores jovens, sobretudo aqueles que se situam entre os 18 e os 24 anos, estão fortemente representados nas estatísticas de sinistralidade rodoviária em Portugal e noutros países. Entre os factores que podem contribuir para este cenário estão, por exemplo, a experiência e as competências de condução insuficientes dos condutores (Fisher & Pollatsek, 2007 *cit in* Ludici et al, 2011; Underwood, 2007), a subestimação do risco (Deery, 1999; DeJoy, 1992; Guerin, 1994; Harré et al., 2005), a auto-percepção de invulnerabilidade (Gregersen, 1996) e a presença, quantidade e o tipo de passageiros que circulam com o condutor no carro (Arnett et al., 1997; Assailly, 1997 *cit in* Dotta-Panichi & Wagner, 2006; Cooper et al., 1995; Doherty et al., 1998; Scott-Parker et al., 2009).

Como referencial teórico para analisar o comportamento rodoviário de risco destes condutores, recorreremos à Teoria do Comportamento Planeado de Ajzen (1985, 1988, 1991). De acordo com esta Teoria, a intenção de realizar um determinado comportamento está dependente da atitude, da norma subjectiva e do controlo comportamental percebido, em relação a esse comportamento. Assim, podemos afirmar que quanto mais favorável for a atitude dos condutores em relação a um determinado comportamento de risco, quando mais favorável for a norma subjectiva em relação à sua realização e quanto maior for o controlo comportamental perce-

bido, maior será a intenção dos condutores de realizar esse comportamento. Para que a operacionalização desta Teoria seja possível é necessário eleger um comportamento específico para análise. O estudo piloto realizado permitiu identificar a condução sob a influência do álcool como o comportamento rodoviário considerado de maior risco, pelos condutores, embora menos, frequentemente, realizado, no passado, do que, por exemplo, o comportamento de exceder o limite de velocidade permitido. Estes resultados vão de encontro aos resultados de outras investigações (Pimentão, 2008). Após esta etapa pretende-se dar continuidade ao estudo, analisando o comportamento de condução sob a influência do álcool dos condutores jovens, com base na Teoria do Comportamento Planeado e recorrendo à realização de focus group. A informação recolhida através desta metodologia servirá para a concepção de uma intervenção, no âmbito da prevenção rodoviária, junto dos condutores jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aberg, L. (1993). Drinking and driving: Intentions, attitudes, and social norms of Swedish male drivers. In: *Accident Analysis and Prevention*, 25, pp. 289-296.
- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. In: J. Kuhi, J., & Beckmann, J. (Eds.). *Action-control: From cognition to behavior*. Heidelberg, Springer. pp.11-39.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Chicago, Dorsey Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. In: *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, pp. 179-211.
- Ajzen, I., Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behaviour*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- ANSR. (2010). Sinistralidade rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/LinkClick.aspx?fileticket=NjkeYZKyDto%3d&tabid=315&mid=981&language=pt-PT>. Consultado em [13/05/2010].
- ANSR (2009). Sinistralidade rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Skc1ap20jiA%3d&tabid=273&mid=775&language=pt-PT>. Consultado em [13/05/2010].
- ANSR (2008). Sinistralidade rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/LinkClick.aspx?fileticket=xQGVgZV8HfA%3d&tabid=247&mid=809&language=pt-PT>. Consultado em [13/05/2010].
- ANSR (2007). Sinistralidade rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/LinkClick.aspx?fileticket=%2bdhvYCYxKpk%3d&tabid=103&mid=722&language=pt-PT>. Consultado em [13/05/2010].
- ANSR. (2003). Plano Nacional de Prevenção Rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/Default.aspx?tabid=67>. Consultado em [09/05/2010].
- Armitage, C. J., Conner, M. (2001). Efficacy of the Theory of Planned Behaviour: A meta analytic review. In: *British Journal of Social Psychology*, vol. 40, no. 4, pp. 471-499.
- Arnett, J. J., Offers, D., Fine, M. A. (1997). Reckless driving in adolescence: 'state' and 'trait' factors. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 29, no. 1, pp. 57-63.
- Bianchi, A., Summala, H. (2004). The "genetics" of driving behavior: parents' driving style predicts their children's driving style. In: *Accident Analysis and Prevention*, 36, pp. 655-659.
- Bina, M., Graziano, F., Bonino, S. (2006). Risky driving and lifestyles in adolescence. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 38, no.3, pp. 472-481.
- Botelho, C. (2008). Contributo à compreensão dos comportamentos de risco em contexto rodoviário: Influência relativa das problemáticas relacional e representativa (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Brookhuis, K. A., Waard, D., Steyvers, F. J. J. M., Bijssterveld, H. (2011). Let them experience a ride under the influence of alcohol. A successful intervention program? In: *Accident Analysis and Prevention*, 43, pp. 906-910.
- Chan, D. C. N., Wu, A. M. S., Hung, E. P. W. (2010). Invulnerability and the intention to drink and drive: An application of the theory of planned behavior. In: *Accident Analysis and Prevention*, 42, pp. 1549-1555.
- Clarke, D. D., Ward, P., Truman, W. (2005). Voluntary risk taking and skill deficits in young driver accidents in the UK. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 37, no. 3, pp. 523-529.
- Cooper, P. J., Pinili, M., Chen, W. (1995). An examination of the crash involvement rates of novice drivers aged 16 to 55. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 27, no.1, pp. 89-104.
- Dahlen, E. R., Martin, R. C., Ragan, K., Kuhlman, M. M. (2005). Driving anger, sensation seeking, impulsiveness, and boredom proneness in the prediction of unsafe driving In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 37, no.2, pp. 341-348.
- De Craen, S., Twisk, D. A. M., Hagenzieker, M. P., Elffers, H., Brookhuis, K. A. (2011, in press). Do young novice drivers overestimate their driving skills more than experienced drivers? Different methods lead to different conclusions. In: *Accident Analysis and Prevention*.
- Deery, H. A. (1999). Hazard and risk perception among young novice drivers. In: *Journal of Safety Research*, vol. 30, no. 4, pp. 225-236.
- DeJoy, D. M. (1992). An examination of gender differences in traffic accident risk perception. In: *Accident Analysis Prevention*, vol. 24, no. 3, pp. 237-246.
- Delhomme, P. (1991). Comparing one's driving with others': assessment of abilities and frequency of offences: Evidence for a superior conformity of self-bias? In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 23, no. 6, pp. 493-508.
- DGV (2006). Sinistralidade rodoviária. Elementos estatísticos. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/LinkClick.aspx?fileticket=kqcYj4CMFJo%3d&tabid=104&mid=437&language=pt-PT>. Consultado em [13/05/2010].
- Doherty, S. T., Andrey, J. C., MacGregor, C. (1998). The situational risks of young drivers: The influence of passengers, time of day and day of week on accident rates. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 30, no. 1, pp. 45-52.
- Dotta, Ático, Dotta, Renata. (2003). *Acidentes de trânsito: Como evitá-los*. Porto Alegre, Brasil, Pallotti.
- Dotta-Panichi, R., M., & Wagner, A. (2006). Comportamento de risco no trânsito: Revisando a literatura sobre as variáveis preditoras da condução perigosa na população juvenil. In: *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, vol. 40, no. 2, pp. 159-166.
- Elliott, M. A., Armitage, C. J., Baughan, C. J. (2003). Driver's compliance with speed limits: An application of the theory of planned behaviour. In: *Journal of Applied Psychology*, vol. 88, no. 5, pp. 964-972.
- Elliott, M. A., Armitage, C. J., Baughan, C. J. (2007). Using the theory of planned behaviour

- to predict observed driving behaviour. In: *British Journal of Social Psychology*, 46, pp. 69-90.
- Elliott, M. A., Thomson, J. A. (2010). The social cognitive determinants of offending drivers' speeding behavior. In: *Accident Analysis and Prevention*, 42, pp. 1595-1605.
 - ENSR (2009). Estratégia nacional de segurança rodoviária 2008-2015. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/Default.aspx?tabid=220>. Consultado em [16/05/2010].
 - Fernandes, R., Job, R. F. S., Hatfield, J. (2007). A challenge to the assumed generalizability of prediction and countermeasure for risky driving: different factors predict different risky driving behaviours. In: *Journal of Safety Research*, vol. 38, no. 1, pp. 59-70.
 - Fishbein, Martin, Ajzen, Icek. (1975). Belief, attitude, intention and behaviour: An introduction to theory and research. Reading, MA, Addison-Wesley.
 - Gosselin, D., Gagnon, S., Stinchcombe, A., Joannisse, M. (2010). Comparative optimism among drivers: an intergenerational portrait. In: *Accident Analysis and Prevention*, 42, pp. 734-740.
 - Gregersen, N. P. (1996). Young drivers' overestimation of their own skill-an experiment on the relation between training strategy and skill. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 9, no. 2, pp. 129-137.
 - Gregersen, N. P., Bjurulf, P. (1996). Young novice drivers: towards a model of their accident involvement. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 28, no. 2, pp. 229-241.
 - Guerin, B. (1994). What do people think about the risks of driving? Implications for traffic safety interventions. In: *Journal of Applied Social Psychology*, vol. 24, no. 11, pp. 994-1021.
 - Harré, N., Foster, S., O'Neill, M. (2005). Self-enhancement, crash-risk optimism and the impact of safety advertisements on young drivers. In: *British Journal of Psychology*, vol. 96, no. 2, pp. 215-230.
 - Hatfield, J., Fernandes, R. (2009). The role of risk-propensity in the risky driving of younger drivers. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 41, no. 1, pp. 25-35.
 - Horswill, M. S., Waylen, A. E., Tofield, M. I. (2004). Drivers' ratings of different components of their own driving skill: a greater illusion of superiority for skills that relate to accident involvement. In: *Journal of Applied Social Psychology*, vol. 34, no. 1, pp. 177-195.
 - Hutchens, L., Senserrick, T. M., Jamieson, P. E., Romer, D., Winston, F. K., (2008). Teen driver crash risk and associations with smoking and drowsy driving. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 40. No. 3, pp. 869-876.
 - IMTT. (2010). Manual de saúde, segurança e higiene no trabalho. Universitas, CRL.
 - Jonah, B. A., Thiessen, R., Au-Yeung, E. (2001). Sensation seeking, risky driving and behavioral adaptation. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 33, pp. 679-684.
 - Lucidi, F., Giannini, A. M., Sgalla, R., Mallia, L., Devoto, A., Reichmann, S. (2010). Young novice driver subtypes: Relationship to driving violations, errors and lapses. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 42, pp. 1689-1696.
 - Marcil, I., Bergeron, J., Audet, T. (2001). Motivational factors underlying the intention to drink and drive in young male drivers. In: *Journal of Safety Research*, 32, pp. 363-376.
 - Martins, M. J. G. (2010). Nunca tive um comportamento de risco mas já andei na autoestrada com a minha moto a 290. Acidentes rodoviários: culpa e comportamento preventivo (Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Risco, Trauma e Sociedade). Universidade de Lisboa, ISCTE-IUL, Lisboa.
 - McKenna, F. P. (1993). It won't happen to me: unrealistic optimism and illusion of control? In: *British Journal of Psychology*, vol. 84, no. 1, pp. 39-50.
 - Møller, M. (2004). An explorative study of the relationship between lifestyle and driving behaviour among young drivers. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 36, pp. 1081-1088.
 - Moyano Díaz, E. (2002). Theory of planned behavior and pedestrians' intentions to violate traffic regulations. In: *Transportation Research Part F*, 5, pp. 169-175.
 - Paris, H., Van den Broucke, S. (2008). Measuring cognitive determinants of speeding: An application of the theory of planned behaviour. In: *Transportation Research Part F*, 11, pp. 168-180.
 - Parker, D., Manstead, A. S. R., Stradling, S. G., Reason, J. T. (1992). Determinants of intention to commit driving violations. In: *Accident Analysis & Prevention*, vol. 24, no. 2, pp. 117-131.
 - Pimentão, C. (2008). Análise do comportamento de risco ao volante de jovens condutores com base na teoria do comportamento planeado de Ajzen. In: *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 5, pp. 202-217.
 - PNPR. (2003). Plano Nacional de Prevenção Rodoviária. [Em linha]. Disponível em <http://www.ansr.pt/Default.aspx?tabid=67>. Consultado em [09/05/2010].
 - Rozario, M., Lewis, I., White, K. M. (2010). An examination of the factors that influence driver's willingness to use hand-held mobile phones. In: *Transportation Research Part F*, 13, pp. 365-376.
 - Schwerdtfeger, A., Heims, R., Heer, J. (2010). Digit ratio (2D:4D) is associated with traffic violations for male frequent car drivers. In: *Accident Analysis and Prevention*, 42, pp. 269-274.
 - Scott-Parker, B., Watson, B., King, M. J. (2009). Understanding the psychosocial factors influencing the risky behavior of young drivers. In: *Transportation Research Part F*, 12, pp. 470-482.
 - Shope, J. S., Waller, P. F., Raghunathan, T. E., Patil, S. M. (2001). Adolescent antecedents of high-risk driving behavior into young adulthood: substance use and parental influences. In: *Accident Analysis and Prevention*, 33, pp. 649-658.
 - Simons-Morton, B. G., Hartos, J. L., Leaf, W. A., Preusser, D. F. (2006). The effects of the checkpoints program on parent-imposed driving limits and crash outcomes among Connecticut novice teen drivers at 6-months post-licensure. In: *Journal of Safety Research*, 37, pp. 9-15.
 - Taubman-Ben-Ari, O., Mikulincer, M., Gillath, O. (2005). From parents to children - Similarity in parent and offspring driving styles. In: *Transportation Research Part F*, 8, pp. 19-29.
 - Underwood, G. (2007). Visual attention and the transition from novice to advanced driver. In: *Ergonomics*, vol. 50, no. 8, pp. 1235-1249.
 - Vassalo, S., Smart, D., Sanson, A., Cockfield, S., Harris, A., McIntyre, A., Harrison, W. (2008). Risky driving among young Australian drivers II: co-occurrence with other problem behaviours. In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 40, no. 1, pp. 376-386.
 - Walton, D. (1999). Examining the self-enhancement bias: Professional truck drivers' perceptions of speed, safety, skill and consideration. In: *Transportation Research Part F: Traffic Psychology and Behaviour*, 2, 91-113.

- Waylen, A., McKenna, F. P. (2008). Risky attitudes towards road use in pre-drivers. In: Accident Analysis and Prevention, 40, pp. 905-911.
- Weinstein, N. D. (1980). Unrealistic optimism about future life events. In: Journal of Personality and Social Psychology, 39, 806-820.
- Weinstein, N. D., Lyon, J. E. (1999). Mindset, optimistic bias about personal risk and health-protective behaviour. In: British Journal of Health Psychology, 4. pp. 289-300.
- White, M. J., Cunningham, L. C., Titchener, K. (2011). Young driver's optimism bias for accident risk and driving skill: Accountability and insight experience manipulations. In: Accident Analysis and Prevention, 43, pp. 1309-1315.
- WHO (2004). Preventing road traffic injury: A public health perspective for europe. Copenhagen, Denmark, Regional Office for Europe. [Em linha]. Disponível em http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0003/87564/E82659.pdf. Consultado em [11/05/2010].
- Yagil, D. (1998). Gender and age-related differences in attitudes toward traffic laws and traffic violations. In: Transportation Research Part F, vol. 1, no. 2, pp. 123-135.

PAZ NA ESTRADA: AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE PREVENÇÃO RODOVIÁRIA EM PORTUGAL E O SEU IMPACTO NOS CONDUTORES.

PAULO RIBEIRO CARDOSO

PROFESSOR AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

MANUEL JOSÉ FONSECA

DOUTORANDO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Não obstante as inúmeras campanhas de prevenção/sensibilização rodoviárias, os acidentes de trânsito constituem a primeira causa de morte não natural em Portugal. Neste âmbito, o presente estudo tem como objectivo analisar as atitudes dos condutores face aos apelos utilizados na estruturação das mensagens destas campanhas.

Os autores submeteram quatro anúncios televisivos (dois com apelos eminentemente informativos e dois com apelos eminentemente dramáticos) a uma amostra de condutores. Posteriormente solicitou-se aos participantes que avaliassem os anúncios através de uma escala de medição de atitudes. Os resultados alcançados demonstram que as mensagens estruturadas com apelos eminentemente dramáticos poderão ter maior impacto emocional e persuasivo.

Palavras-chave: publicidade de serviço público; campanhas de prevenção rodoviária; apelos publicitários; atitudes.

ABSTRACT

Traffic accidents are currently the primary cause of unnatural death in Portugal even though road safety campaigns attempt to combat this problem. In this context, the present study aims to analyse Portuguese drivers attitudes towards the appeals used in road safety advertising campaigns.

The authors submitted four advertisements (two with informative appeals and two with fear appeals) to a sample of Portuguese drivers and evaluated attitudes towards the ads and advertising likeability (L_{ad}). The results seem to indicate that advertisements with a dramatic approach can touch the drivers emotionally and persuade them.

Keywords: public service advertising; road safety campaigns; appeals; attitudes.

INTRODUÇÃO

De acordo com a ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, os acidentes de trânsito constituem a principal causa de morte não natural em Portugal. Para quantificar a dimensão do problema e a título de exemplo, em 2009 morreram 738 pessoas nas estradas nacionais (Pereira, 2010).

As campanhas de publicidade de serviço público, no âmbito da prevenção rodoviária, constituem uma forma institucional de tentar minimizar o impacto do problema da sinistralidade rodoviária junto da população nacional. No entanto, a evidência dos resultados, ainda que com consciência de que as causas deste tipo de sinistralidade estão consubstanciadas em múltiplos factores (parque automóvel, rede viária, sinalização, entre outros), indicia que as acções de comunicação publicitária em causa poderão não estar a contribuir eficazmente para a obtenção dos resultados esperados. Neste contexto, o presente estudo propõe-se investigar o tema na perspectiva exclusiva da publicidade, com base na análise da percepções dos destinatários (públicos-alvo) face às mensagens publicitárias de sensibilização e prevenção rodoviária nacional.

A avaliação de campanhas publicitárias de prevenção rodoviárias não é uma tarefa fácil (DeJong e Hingson, 1998; Lewis,

2001). No entanto, alguns autores têm confirmado a eficácia destas campanhas (Elder et al 2004; Tay, 2005). Assim, devido à sua relevância social e económica e motivado pela parca incidência de investigações académicas sobre esta temática em Portugal, acredita-se que este tipo de acções de comunicação deverá ser alvo de análise e reflexão.

Neste contexto, e assumindo uma natureza exploratória, o presente estudo teve dois objectivos principais. Primeiro, analisar as atitudes dos condutores portugueses relacionadas com os apelos utilizados na estruturação das mensagens. Isto é, entre os apelos eminentemente informativos e os apelos eminentemente dramáticos, definir quais os que são capazes de gerar mais atitudes positivas e empatia, em relação aos anúncios. Para cumprir este objectivo recorreu-se a uma amostra de condutores portugueses, aos quais foi solicitada a avaliação de um conjunto de anúncios televisivos, através de uma escala de inventariação do discurso persuasivo: PDI - Persuasive Discourse Inventory (Feltham, 1994). Tanto quanto a pesquisa bibliográfica levada a cabo permitiu indagar, este instrumento nunca foi aplicado no estudo de mensagens de Publicidade de Serviço Público, nem a uma amostra portuguesa. A escala PDI tem sido utilizada no contexto da publicidade comercial (Feltham, 1994), na análise de anúncios publicitários em am-

bientes de jogos de vídeo (Nicovich, 2005) e em e-commerce (Liao, 2006), mas nunca em Publicidade de Serviço Público. Este facto conduz ao segundo objectivo do estudo: avaliar a aplicabilidade da escala PDI às mensagens de Publicidade de Serviço Público e a um contexto cultural diferente.

A primeira parte do presente artigo assenta numa revisão dos principais pressupostos teóricos relacionados com o conceito de Publicidade de Serviço Público e o conteúdo das suas mensagens. Posteriormente é apresentado um estudo empírico, no qual se apresentaram quatro anúncios de prevenção e segurança rodoviárias a uma amostra de condutores portugueses, com o objectivo de analisar suas atitudes. Por último, são feitas algumas sugestões para futuras pesquisas relacionadas com a temática em causa.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O nível de eficácia de uma estratégia de publicidade de serviço público está directamente dependente da capacidade de auscultar e compreender as características quantitativas e psicológicas, mormente os valores e as motivações, que caracterizam os seus públicos-alvo (Smith, 2006; Atkin, 2008). Em particular, as campanhas de prevenção e segurança rodoviárias podem ser estruturadas e implementadas tendo em vista uma multiplicidade de objectivos isolados ou integrados, como a sensibilização genérica, a promoção de mudanças comportamentais individuais, ou de atitudes sociais (DeJong e Hingson, 1998). De acordo com estes autores, as acções de comunicação de prevenção rodoviária assentes em programas de sensibilização geral, por exemplo, assumem particular importância enquanto estratégias de consciencialização para diversos riscos associados ao acto de conduzir (como a condução sobre o efeito do álcool ou de drogas), contribuindo efectivamente na promoção de mudanças comportamentais individuais. Numa perspectiva social, as campanhas publicitárias de prevenção rodoviária poderão promover a participação em acções de formação colectivas ou em projectos comunitários.

Visando assegurar a eficácia de uma campanha de Publicidade de Serviço Público, o seu processo de desenvolvimento deverá implicar a articulação de um conjunto de premissas. Primeiramente importa fazer uma determinação cuidadosa e objectiva do seu conteúdo, de forma a motivar um determinado comportamento ou incitar a uma mudança de atitude (Donovan et al., 1999). Outra questão extremamente relevante consiste em garantir uma execução correcta das acções de comunicação, enfatizando o conteúdo da mensagem de forma clara. Antes da divulgação/veiculação da campanha nos meios de comunicação, os conceitos comunicativos devem ser submetidos a pré-testes, com o objectivo claro de eliminar qualquer incoerência ou inconformidade entre a mensagem final e o respectivo público-alvo (Elder et al., 2004). Finalmente, importa referir que as acções de Publicidade de Serviço Público devem ser transmitidas através de meios de difusão que sejam, simultaneamente, credíveis, direccionados e abrangentes, em termos do alcance do público-alvo pretendido (Smith, 2006).

Os apelos, enquanto elementos constituintes do conteúdo da mensagem, são um factor fulcral nas acções de comunicação de Publicidade de Serviço Público, podendo ser definidos como a parte da mensagem que move o público-alvo para uma acção (Moriarty, 1991). No contexto da publicidade, enquanto técnica comunicativa, os apelos têm sido classificados de diferentes formas e de acordo com diversos critérios.

Alguns autores subscrevem o seu agrupamento em duas áreas distintas. Aaker e Norris (1982) começaram por propor uma

diferenciação entre as mensagens de publicidade emocional e as de publicidade racional. Considerando igualmente estes dois tipos de abordagens, Golden e Johnson (1983) defenderam que os “anúncios racionais” pareciam provocar um maior número de reacções positivas junto dos seus públicos, quando comparados com “anúncios emocionais”. Quase uma década depois, Rossiter et al. (1991) criou uma fórmula onde cruzava, de forma relacional, o grau de envolvimento do consumidor com o produto, os tipos de motivação e apelos utilizados na estruturação das mensagens.

Enquanto alguns autores defenderam esta dicotomia (emocional versus racional), outras ideias surgiram para sistematizar os tipos de apelos, sem os classificar necessariamente em pólos opostos. Laskey et al. (1989) propôs a criação de uma lista de apelos agrupados em categorias, tais como: comparação, imagem do utilizador e momento de consumo. Hetsroni (2000), mais tarde, criou um índice das 25 características dos apelos utilizados em publicidade, tais como família, saúde, lazer, caridade, popularidade e segurança, entre outros.

O estudo das mensagens de Publicidade de Serviço Público e do seu impacto não é recente (Lynn, 1974; Evans, 1978). Vários autores têm levado a cabo análises de mensagens de Publicidade de Serviço Público, nomeadamente referentes a acções de combate à toxicod dependência, à sinistralidade rodoviária e ao tabagismo. Entre outras variáveis observadas, as pesquisas incidiram no estudo dos apelos utilizados (ameaça social, ameaça física, choque, medo e informação).

Schoenbachler e Whittler (1996) desenvolveram um estudo sobre Publicidade de Serviço Público no âmbito do combate à toxicod dependência, tendo concluído que o uso de apelos ancorados na ameaça social seria mais eficaz do que o recurso aos apelos fundamentados na ameaça física. Estes autores subscreveram, igualmente, que a estimulação do medo, junto dos destinatários das mensagens, não teria uma relevância crucial no processo de persuasão. O recurso aos apelos consubstanciados em ameaças físicas e sociais, também foi investigado por Shore e Gray (1999), ao estudarem a reacção aos apelos que despertam o medo junto de adolescentes australianos, em acções de comunicação de prevenção do consumo do álcool associado ao acto de conduzir. Neste estudo foram utilizados seis anúncios de prevenção rodoviária, combinando dois tipos de mensagens (ameaça física e ameaça social) e três níveis de ameaça (alto, médio e baixo). Os autores não encontraram evidência de que os apelos referentes às ameaças sociais fossem mais persuasivos, do que os alusivos às ameaças físicas. Complementarmente, observaram que as ameaças físicas geraram, por parte dos adolescentes, um maior número de atitudes positivas em relação aos anúncios em causa.

Paralelamente à investigação empírica, alguns autores propuseram abordagens conceptuais às mensagens de Publicidade de Serviço Público. Por exemplo, Donovan e Henley (2000) estabeleceram uma tipologia de apelos ao medo, com base na diferenciação de dois tipos de medo: medo inibitório (quando as mensagens mostram imagens chocantes e explícitas) e medo por antecipação (quando a reacção desejada é percebida pelo público-alvo como “isto pode acontecer-me”). Estes autores identificaram três componentes principais nos apelos que implicam uma ameaça: as consequências negativas, as contingências do comportamento e a natureza da fonte. Desta forma, uma ameaça geral (como um terramoto), torna-se um “apelo-ameaça” (como um pedido para procurar protecção), quando uma fonte credível confirma que a consequência negativa está associada a um determinado comportamento. Neste contexto, as principais categorias de consequências negativas são as de natureza física (doença, ferimentos, morte), social (vergonha,

isolamento), psicológica (perda da auto-estima, sentimento de fracasso) e financeira (desemprego, perda de bens).

No que concerne à diferenciação entre apelos ao medo e apelos à culpa, Block (2005) refere que os primeiros evocam o medo, através da apresentação das consequências negativas de um acto, enquanto os segundos induzem à culpa, através da atribuição de responsabilidade por essas consequências.

De acordo com Fry e Dann (2002) o modelo de processamento de mensagens, no âmbito do marketing social, reveste-se de algumas particularidades. Segundo os autores, em acções de Publicidade de Serviço Público, a presença de uma ameaça na mensagem pretende sublinhar a susceptibilidade individual. O uso de apelos ao medo e de conceitos comunicativos, como por exemplo “A velocidade mata”, pretende motivar os indivíduos a evitar o comportamento anti-social. No contexto do modelo referenciado, os autores propõem três tipos de processamento. Primeiro, o processamento sensorial, referindo-se este ao recurso maioritário a mensagens dramáticas, intensas e emocionantes. Segundo, o processamento narrativo, ou seja o que está relacionado com a história descrita no anúncio, com as suas personagens e com uma determinada sequência de acções. Finalmente, o processamento argumentativo, que corresponde às mensagens menos estimulantes, apresentando uma conclusão no final do anúncio, através de um conceito que faz o resumo da mensagem.

Indagando sobre o tipo de apelos utilizados em publicidade de serviço público e qual o seu impacto junto dos destinatários das mensagens, Dahl et al. (2003) estudaram a eficácia da utilização do choque, do medo e da informação. No decurso da investigação, uma amostra de estudantes universitários norte-americanos foi submetida a um conjunto de cartazes com mensagens de prevenção de contaminação por HIV. Os autores concluíram que os indivíduos mais afectados por estímulos de choque ou medo eram igualmente mais propensos a procurar e escolher material informativo alusivo à temática em causa.

Com base em revisão de literatura e assumindo uma abordagem exploratória, o objectivo principal do presente estudo consistiu em conhecer quais os apelos (informativo ou medo) capazes de gerar mais atitudes positivas e empatia em relação aos anúncios, no âmbito da segurança/prevenção rodoviária. Simultaneamente, pretendeu-se avaliar a aplicabilidade da escala PDI a este tipo de comunicação publicitária e num contexto cultural diferente, com uma amostra de indivíduos de nacionalidade portuguesa.

2. MÉTODO

O presente artigo traduz a fase inicial de um processo de investigação mais amplo, que os autores se propõem realizar. Nesta primeira etapa pretende-se apenas avaliar a atitude dos condutores nacionais em relação a anúncios reais, que tenham sido veiculados em Portugal num passado recente. Assim, optou-se por uma abordagem exploratória, sem recorrer a manipulação de estímulos.

A pesquisa empírica teve início com a recolha e análise de campanhas de segurança e prevenção rodoviárias nacionais. A mesma incidiu sobre a totalidade das peças de comunicação publicitária veiculadas e exibidas, em território nacional, entre Janeiro de 2003 e Junho de 2006. Após definição do meio de comunicação com maior representatividade - a televisão - foram seleccionados os spots que melhor traduziam os tipos de mensagens, presentes nas sete campanhas levadas a cabo durante este período. Desta forma, um grupo final de quatro anúncios constituiu o corpo de estímulos do estudo. O recurso

a acções de comunicação reais, enquanto estímulo, pode ser encontrado em várias pesquisas que pretendem exactamente medir reacções a mensagens publicitárias (Feltham, 1994; Geuens e De Pelsmacker, 1998; Furnham et al., 2002; Parker e Furnham, 2007).

O anúncio número um informava os condutores da importância de testar o sistema de luzes do automóvel, como forma de prevenção de futuros acidentes rodoviários. Visualmente o anúncio apresentava uma abordagem neutra, onde era possível visualizar o condutor dentro do veículo, bem como os peões a circularem na via pública, durante a noite.

O anúncio número dois informava e aconselhava os pais a transportarem os filhos no banco de trás da viatura e a usarem sempre o cinto de segurança. Com base em técnicas de animação (e não de modelos reais), o spot apresentava uma mascote, que acompanhava as crianças nas suas viagens de automóvel.

O anúncio número três apresentava uma jovem condutora que descrevia, na primeira pessoa e de forma extremamente dramática, o atropelamento de uma criança. Direccionado tanto para condutores quanto para peões, o anúncio recorria a apelos ao medo e à culpa como forma de apresentar as consequências de um comportamento negligente.

No anúncio número quatro era possível visualizar uma mulher jovem que ficou com graves limitações físicas, após o seu envolvimento num acidente rodoviário. Com uma banda sonora composta predominante por uma música de natureza dramática, o spot apresentava a jovem com grandes dificuldades, para realizar algo muito simples: abrir uma carta. O anúncio evidenciava as consequências de um comportamento negligente na estrada.

Na avaliação dos anúncios foi utilizada a escala de adjetivos bipolar PDI (Persuasive Discourse Inventory) de Feltham (1994). Esta escala contém dezassete itens bipolares, que objectivam inventariar o discurso persuasivo das mensagens publicitárias (por exemplo, não credível/credível). Para a obtenção das respostas, aplicou-se a cada um dos itens uma escala com sete pontos (Feltham, 1994).

Ouvir

Ler foneticamente

A escala PDI está baseada na Teoria da Retórica, onde os seus componentes teóricos (*ethos*, *pathos* e *logos*) permitem uma descrição das partes constituintes das mensagens publicitárias. Os componentes *ethos* estão mais relacionados com a fonte da mensagem, do que com a mensagem em si. No contexto da publicidade, as características da fonte estão directamente implicadas com os conceitos de credibilidade e empatia do testemunho, da marca, ou da organização que apresenta o argumento persuasivo (Pornpitakpan, 2004). Os componentes *pathos*, incluem os apelos emocionais e afectivos. Finalmente, os componentes *logos*, estão relacionados com os conceitos de lógica, razão e argumentação consistente (Feltham, 1994).

Além do recurso à escala PDI, também foi avaliada a atitude face à mensagem - Likability (Lad) - uma medida que permite identificar o quanto o inquirido gosta ou não gosta do anúncio. Para tal recorreu-se a um único item bipolar, com cinco pontos, variando de “não gosto nada” a “gosto muitíssimo”. A medida Likability (Lad) poderá ser um indicador da eficácia da publicidade, pois quanto maior for o “gosto” pelo anúncio, maior será a propensão para prestar atenção e apreender a sua mensagem (Callcott and Phillips, 1996).

A amostra final deste estudo foi composta por cento e vinte e três alunos de licenciatura e mestrado da Universidade Fernando Pessoa (área metropolitana do Porto, Portugal). Os

entrevistados foram reunidos em pequenos grupos de aproximadamente vinte indivíduos. Cada sessão teve início com uma breve explicação do questionário e com a informação de que os dados obtidos seriam confidenciais. Após o preenchimento das questões de natureza sócio-demográficas, os respondentes foram informados de que iriam ver uma série de anúncios televisivos que teriam que avaliar de acordo com os itens da escala. Processualmente, após a visualização de cada anúncio foi feita uma pausa para preenchimento das questões correspondentes. Este processo foi repetido para os quatro anúncios. Para evitar o eventual enviesamento motivado pela sequência fixa dos anúncios, a sua ordem foi alterada em todas as sessões.

A idade dos respondentes variava entre os 19 e os 35 anos (M=25,54; DP=3,71). Quanto ao género, a amostra estava estruturada com 61,8% de mulheres e 38,2% de homens. Todos os indivíduos possuíam carta de condução e eram condutores frequentes: 78,9% conduziavam todos os dias e 9,8% conduziavam três vezes por semana e os restantes 11,3% conduziavam com menor frequência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de se proceder à análise dos resultados através da aplicação, estimou-se a confiabilidade da escala PDI através do coeficiente alpha das dimensões *Ethos*, *Logos*, *Pathos*, para cada um dos quatro estímulos (tabela 1). O coeficiente alpha médio foi de $\alpha=0,855$ para a dimensão *Ethos*, $\alpha=0,794$ para a dimensão *Logos* e $\alpha=0,888$ para a dimensão *Pathos*.

Comparando com os resultados obtidos por Feltham (1994), obtiveram-se coeficientes alpha médios semelhantes, com uma boa confiabilidade.

TABELA 1. ANÁLISE DA CONFIABILIDADE (COEFICIENTE ALFA) DAS DIMENSÕES PDI

	Anúncios (estímulos)				Média
	1	2	3	4	
Ethos (intervalo: 5 – 35)					
Não acreditável / acreditável	,851	,867	,890	,812	0,855
Não credível / credível					
Não merecedor de confiança / merecedor de confiança					
Não fiável / fiável					
Não convincente / convincente					
Logos (intervalo: 5 – 35)					
Não racional / racional	,846	,778	,798	,756	0,794
Não informativo / informativo					
Não retrata factos / retrata factos					
Não fundamentado / fundamentado					
Não lógico / lógico					
Pathos (intervalo: 7 – 49)					
Não afecta os meus sentimentos / afecta os meus sentimentos	,899	,907	,890	,858	0,888
Não me toca emocionalmente / toca-me emocionalmente					
Não induz a acção / induz a acção					
Não me atinge / atinge-me					
Não mexe comigo / mexe comigo					
Não me move / move-me					
Não é emocionante / é emocionante					

A análise dos valores médios da escala PDI por estímulo, evidenciou que cada dimensão (*Ethos*, *Pathos* e *Logos*) apresentou resultados diferentes entre os quatro anúncios (tabela 2).

Examinando os resultados do anúncio 1, pode-se concluir que o *Ethos* e o *Logos* obtiveram um valor médio positivo: *Ethos* M=26,72 (DP=5,82), para um intervalo possível de 5-35, *Logos* M=27,42 (DP=6,03) para um intervalo possível de 5-35. A dimensão *Pathos*, com valor médio de 25,46 (DP = 10,39), obteve um resultado menor, considerando o intervalo possível de 7 a 49. A *Likability* (Lad) apresentou um resultado moderado, ainda que o menor entre os 4 estímulos (M =2,75 DP=1,02).

O Anúncio 2 apresentou resultados semelhantes nas três dimensões, com os seguintes valores médios: *Ethos* M=27,15 (DP=5,72), *Logos* M=27,06 (DP=5,745), *Pathos* M= 29,86 (DP=9,91). Tendo igualmente em conta o intervalo possível, também neste caso se enfatiza o resultado relativamente baixo de *Pathos*. O valor de Lad assume uma classificação superior à do estímulo 1 (M=3,24, DP=0,92).

No anúncio 3 foi possível encontrar valores médios superiores nas três subescalas: *Ethos* M=31,17 (DP=4,78), *Logos* M=31,18 (DP=4,28), *Pathos* M=42,16 (DP = 7,23). Ao contrário dos resultados dos anúncios de 1 e 2, pôde-se observar uma certa estabilidade entre as três subescalas. A *Likability* (Lad) apresentou igualmente um valor médio superior: 3,94 (DP=0,81).

Relativamente ao anúncio 4, este obteve resultados próximos do anúncio 3, com as seguintes médias: *Ethos* M=32,4 (DP=3,65) e *Logos* M=31,51 (DP=4,38). No entanto, encontrou-se um resultado relativamente mais elevado da dimensão *Pathos* (M=44,27, DP=6,71), bem como do valor de Lad (M=4,27, DP=0,85).

TABELA 2. DIMENSÕES PDI E LAD - VALORES MÉDIOS POR ESTÍMULO

	<i>Ethos</i> (5-35)	<i>Logos</i> (5-35)	<i>Pathos</i> (7-49)	<i>L_{ad}</i> (1-5)
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Anúncio1	26,72 (5,82)	27,42 (6,03)	25,46 (10,39)	2,75 (1,02)
Anúncio 2	27,15 (5,72)	27,06 (5,74)	29,86 (9,91)	3,24 (0,92)
Anúncio 3	31,17 (4,78)	31,18 (4,28)	42,16 (7,23)	3,94 (0,81)
Anúncio 4	32,40 (3,65)	31,51 (4,38)	44,27 (6,71)	4,27 (0,85)

Examinando os dados do ponto de vista do conteúdo das mensagens, é possível observar que os anúncios que recorreram a apelos de natureza informativa obtiveram valores médios inferiores aos que utilizaram apelos ao medo.

A mensagem apresentada pelo anúncio 1, de natureza informativa, procurava alertar os condutores para a valia que o teste regular dos sistemas de iluminação e sinalização da viatura assume na prevenção de eventuais acidentes. Provavelmente, a abordagem neutra deste anúncio justifica os resultados tão modestos obtidos em cada subescala e no valor de Lad.

O anúncio 2 informa os pais sobre a importância de transportar as crianças no banco de trás, utilizando o cinto de segurança. Tal como o primeiro anúncio, também este apresentou valores moderados em cada dimensão, ainda que com um acréscimo no valor do *Pathos*. Acredita-se que tal tenha sido motivado pelo recurso a uma mascote, enquanto componente mais emocional da mensagem.

A descrição dramática de um acidente, presente no anúncio 3, assenta num apelo ao medo e à culpa face às consequências de um comportamento negligente na estrada. No anúncio 4, recorre-se novamente ao medo, através da visualização das limitações induzidas numa mulher jovem, após a ocorrência de um acidente rodoviário.

Face ao exposto, acredita-se que a utilização de apelos ao medo, com a explicitação das graves consequências que advêm dos acidentes rodoviários, motiva a ocorrência de valores mais elevados, tanto nas três subescalas, como na Lad.

Através de Testes T (paired samples T-test) foi possível observar diferenças significativas entre os resultados de cada anúncio ($p \leq 0,01$). Desta forma, concluiu-se que os anúncios que exibiram apelos ao medo geraram atitudes mais positivas e empatia, em relação aos anúncios que recorreram a apelos informativos.

Os resultados obtidos são consistentes com a posição defendida por Shore e Grey (1999). Segundo estes autores, com base numa pesquisa sobre publicidade de serviço público, no âmbito da prevenção da condução sob o efeito do álcool, o recurso ao apelo ao medo (ameaça física) desencadeia atitudes positivas em relação às acções de comunicação.

Seguidamente foram analisadas as correlações entre os componentes teóricos Ethos, Logos, Pathos e Lad. Destaca-se a correlação entre o Logos e Ethos, variando de $r=0,730$ a $r=0,824$ ($p \leq 0,01$). Detectou-se igualmente uma correlação positiva entre Pathos e pelo Logos nos quatro anúncios, variando de $r=0,416$ a $r=0,717$ ($p \leq 0,01$). Não obstante Feltham (1994) argumentar que estas subescalas medem dimensões distintas, no presente estudo, todas as dimensões apresentaram correlações positivas. Este resultado demonstra que, de facto, as três dimensões (Ethos, Pathos e Logos) podem coexistir na Publicidade de Serviço Público.

Complementarmente, como pode ser constatado na tabela 3, em todos os estímulos foram observadas correlações positivas entre as três dimensões e a Lad (variando entre 0.282 e 0.686). Tal facto demonstra que estas três dimensões contribuem para a Likability (Lad) em relação aos anúncios.

TABELA 3. CORRELAÇÕES ENTRE ETHOS, LOGOS, PATHOS E LAD

	Anúncio 1 L _{ad}	Anúncio 1 Ethos	Anúncio 1 Logos
Anúncio 1 Ethos	,517(**)		
Anúncio 1 Logos	,426(**)	,824(**)	
Anúncio 1 Pathos	,686(**)	,520(**)	,416(**)
	Anúncio 2 L _{ad}	Anúncio 2 Ethos	Anúncio 2 Logos
Anúncio 2 Ethos	,585(**)		
Anúncio 2 Logos	,504(**)	,767(**)	
Anúncio 2 Pathos	,684(**)	,717(**)	,613(**)
	Anúncio 3 L _{ad}	Anúncio 3 Ethos	Anúncio 3 Logos
Anúncio 3 Ethos	,591(**)		
Anúncio 3 Logos	,465(**)	,823(**)	
Anúncio 3 Pathos	,602(**)	,815(**)	,717(**)
	Anúncio 4 L _{ad}	Anúncio 4 Ethos	Anúncio 4 Logos
Anúncio 4 Ethos	,388(**)		
Anúncio 4 Logos	,282(**)	,730(**)	
Anúncio 4 Pathos	,400(**)	,721(**)	,498(**)

** A CORRELAÇÃO É SIGNIFICATIVA NO NÍVEL 0.01

CONCLUSÕES

Nesta investigação pretendeu-se saber quais os apelos (informativo ou medo) capazes de gerar mais atitudes positivas em relação aos anúncios de Publicidade de Serviço Público, no âmbito da segurança e prevenção rodoviárias, bem como avaliar a Likability (L_{ad}). Concluiu-se que os sujeitos avaliaram mais positivamente os anúncios que usavam apelos ao medo do que os anúncios que tinha um conteúdo predominantemente informativo.

Paralelamente, também se objectivou avaliar a aplicabilidade da escala PDI às mensagens de Publicidade de Serviço Público e a um contexto cultural diferente, recorrendo a uma amostra de sujeitos portugueses.

Os testes de consistência interna (Alpha de Cronbach) apresentaram valores elevados, assegurando a confiabilidade da escala. Igualmente foi encontrada uma correlação positiva entre as três dimensões (Ethos, Pathos e Logos), percebendo-se que estes três componentes teóricos podem coexistir em acções de comunicação de Publicidade de Serviço Público. Complementarmente, em todos os estímulos foram observadas correlações positivas entre as três dimensões e a Lad demonstrando que essas três dimensões contribuem para a criação de empatia por parte do público-alvo em relação aos anúncios.

As conclusões desta investigação poderão ter implicações relevantes para os profissionais de marketing e comunicação. Os resultados obtidos com as acções de comunicação ancoradas em apelos ao medo apontam para uma abordagem dramática capaz de envolver emocionalmente e persuadir os condutores. Este tom dramático pode ser aplicada em diferentes tipos de apelos e formatos criativos. Embora o foco da presente pesquisa esteja nos anúncios de televisão, pensa-se que esta abordagem pode ser aplicada a outros suportes, como a imprensa e publicidade exterior. No entanto, e antes da sua publicação ou veiculação definitiva, a aplicação de um pré-teste às campanhas/acções de comunicação deverá ser uma prática comum visando a medição do impacto das possíveis abordagens.

Neste estudo pretendeu-se avaliar as atitudes dos condutores, utilizando campanhas reais exibidas em Portugal num passado recente. Ainda que se acredite ter encontrado alguns resultados interessantes, no que concerne às atitudes face às campanhas de segurança rodoviária, são várias as limitações identificadas.

Os anúncios utilizados nesta pesquisa apresentam um conjunto de características que podem ter influenciado as atitudes dos participantes. Por exemplo, além da diferença entre os anúncios 1-2 e 3-4, em termos de apelos, também existem diferenças em termos de formatos criativos criativas. Estas diferenças, naturais entre acções de comunicação, não permitem determinar o efeito dos apelos (informativos versus medo) de forma isolada.

Reconhece-se que existem outras variáveis relevantes para avaliar, que não o foram no presente trabalho devido ao facto de se estar perante anúncios reais. De acordo com investigações recentes sobre o impacto da Publicidade de Serviço Público (Shanahan and Hopkins, 2007), futuras investigações deverão analisar o uso de pessoas reais ou actores em acções de comunicação de prevenção rodoviária. Complementarmente, poder-se-á estudar a forma como a informação é apresentada, na estruturação destas acções de comunicação, evidenciando o modo como se usam argumentos positivos ou negativos, enfatizando os benefícios de determinados comportamentos (Chang, 2007; Bajde and Vida, 2008; Veer and Pervan, 2008). Em termos de metodologia de investigação, sugere-se uma abordagem experimental com manipulação de estímulos, de modo a avaliar a eficácia individual de cada estímulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaker, D. & Norris, D. (1982). Characteristics of TV Commercials Perceived as Informative. In: *Journal of Advertising Research*, vol. 22, nº 2, pp. 61-70.
- Atkin, C. (2001) Impact of Public Service Advertising: Research Evidence and Effective Strategies. Project conducted for Kaiser Family Foundation. [Em linha] Disponível em <http://www.kaiserfamilyfoundation.org> [Consultado em 21/05/2008].
- Bajde, D. & Vida, I. (2008). The Impact of Ad Characteristics on Adolescents' Attitudes Towards Antismoking Ads. In: *Managing Global Transitions*, vol. 6, nº 1, pp. 75-93.
- Bergkvist, L. & Rossiter, J. (2008). The role of ad likability in predicting an ad's campaign performance. In: *Journal of Advertising*, vol. 37, nº 2, pp. 85-97.
- Biel, A. & Bridgwater, C. (1990). Attributes of Lika-ble Television Commercials. In: *Journal of Advertising Research*, June/July, pp.38-44.
- Block, L. (2005). Self-Referenced Fear and Guilt Appeals: The Moderating Role of Self-Construal. In: *Journal of Applied Social Psychology*, vol. 35, nº 11, pp. 2290-2309.
- Callcott, M. & Phillips, B. (1996). Observa-tions: Elves Make Good Cookies: Creating Lika-ble Spokes-Character Advertising. In: *Journal of Advertising Research*, Sept/Oct, pp. 73-79.
- Chang, C. (2007). Interactive Effects of Message Framing, Product Perceived Risk, and Mood – The Case of Travel Healthcare Product Advertising. In: *Journal of Advertising Research*, March, pp. 51-65.
- Dahl, D., Frankenberger, K. & Manchanda, R. (2003). Does it pay to shock? Reactions to shocking and nonshocking advertising content among university students. In: *Journal of Advertising Research*, vol. 43, pp. 268–280.
- DeJong, W. & Hingson, R. (1998). Strategies to re-duce driving under the influence of alcohol. In: *Annual Review of Public Health*, vol. 19, pp. 359–78.
- Donovan, R. & Henley, N. (2000). A Conceptual Framework for Fear Arousal and Threat Appeals in Health Promotion Communications. In: *Health Promotion Journal of Australia*, vol. 10, nº 2, pp. 84-88.
- Donovan, R., Jalleh, G. & Henley, N. (1999). Exe-cuting effective road safety advertising: are big production budgets necessary? In: *Accident Analysis & Prevention*, vol. 31, pp. 243-252.
- Elder, R., Shults, R., Sleet, D., Nichols, J., Thompson, R. & Rajab, W. (2004). Effectiveness of Mass Media Cam-paigns for Reducing Drinking and Driving and Alcohol-Involved Crashes. A Systematic Review. In: *American Journal of Preventive Medicine*, vol. 27, pp. 57-65.
- Evans, R. (1978). Planning Public Service Advertising Messages: An Application of the Fishbein Model and Path Analysis. In: *Journal of Advertising*, vol. 7, nº 1, pp. 28-34.
- Feltham, T. (1994). Assessing Viewer Judgement of Adver-tisements and Vehicles: Scale Development and Validation. In: *Advances in Consumer Research*, vol.21, pp. 531-535.
- Fry, M. & Dann, S. (2002). Message Processing: Targeting High At-Risk Groups. Paper presented at the Australian and New Zealand Marketing Academy Conference 2002, December 2–4, Deakin University, Melbourne, Australia.
- Furnham, A., Bergland, J. & Gunter, B. (2002). Me-mory for Television Advertisements as a Function of Advertisement–Programme Congruity. In: *Applied Cognitive Psychology*, vol. 16, pp. 525-545.
- Geuens, M. & De Pelsmacker, P. (1998). Feelings Evoked by Warm, Erotic, Humorous or Non-Emotional print Adver-tisements for Alcoholic Beverages. In: *Academy of Marke-ting Science Review* 1998;98(1). [Em linha] Disponível em <http://www.amsreview.org> [Consultado em 21/07/2008].
- Golden, L. & Johnson, K. (1983). The Impact of Sensory Preference and Thinking Versus Feeling Appeals on Advertising Effectiveness. In: *Advan-ces in Consumer Research*, vol. 10, pp. 203-208.
- Hetsroni, A. (2000). The relationship between values and appeals in Israeli advertising: a smallest space analysis. In: *Journal of Advertising*, vol. 24, nº 3, pp. 55-68.
- Laskey, H., Day, E. & Crask, M. (1989). Typology of Main Messages Strategies for Television Commer-cials. In: *Journal of Advertising*, vol. 18, pp.36-41.
- Lewis, T. (2001). Same Data, Different Conclusions: Analysis of the New Zealand Drink-Driving Cam-paign Data. In: *Marketing Bulletin*, vol. 12, pp. 1-16.
- Liao, Q., (2006). Shim J. Persuasiveness of online re-commendations: a comparison study”, 37th Annual Conference of the Decision Sciences Institute, Sou-thwest Region, March 1-4, 2006, Oklahoma City.
- Lynn, J. (1974). Effects of persuasive appeals in public service advertising. In: *Journa-lism Quarterly*, vol. 51, pp. 622-630.
- Moriarty, S. (1991). *Creative Advertising, Theory and Practice*. New Jersey, Prentice Hall
- Nicovich, S. (2005). The Effect of Involve-ment on Ad Judgment in a Video Game Envi-ronment: The Mediating Role of Presence. In: *Journal of Interactive Advertising*, vol. 6, nº 1.
- Parker, E. & Furnham, A. (2007). Does Sex Sell? The Effect of Sexual Programme Content on the Recall of Sexual and Non-Sexual Advertisements. In: *Applied Cognitive Psychology*, vol. 21, pp. 1217-1228.
- Pereira, G. (2010). Menos mortes e mais feridos nas estradas. In: *Jornal de Notícias*, 7 Janeiro, pp. 2-3.
- Pornpitakpan, C. (2004). The Persuasive Effect of Circadian Arousal, Endorser Expertise, and Argu-ment Strength in Advertising. In: *Journal of Glo-bal Marketing*, vol. 17, nºs 2/3, pp. 141-172.
- Rossiter, J. & Percy, L., Donovan, R. (1991). A be-tter advertising planning grid. In: *Journal of Ad-vertising Research*, vol. 31, nº5, p.11–21.
- Schoenbachler, D. & Whittler, T. (1996). Adolescent Pro-cessing of Social and Physical Threat Communications. In: *Journal of Advertising*, vol. 15, nº 4, pp. 37-53.
- Shanahan, K. & Hopkins, C. (2007). Truths, Half-truths, and Deception - Perceived Social Responsibility and Intent to Donate for a Nonprofit Using Implicature, Truth, and Duplicity in Print Advertising. In: *Jour-nal of Advertising*, vol. 36, vol. 2, pp. 33-48.
- Shore, N. & Gray, B. (1999). Teen reactions to an-ti-drink driving fear appeals. Australia New Zealand Marketing Academy Conference, Univer-sity of New South Wales, Sydney, Australia.
- Smith W. (2006). Social marketing: an overview of approa-ach and effects. In: *Injury Prevention*, vol. 12, pp. 38-43.
- Tay, R. (2005). Drink driving enforcement and pu-blicity campaigns: are the policy recommenda-tions sensitive to model specification? In: *Accident Analysis and Prevention*, vol. 37, pp. 259–266.
- Veer, E. & Pervan, S. (2008). How the tone and wor-ding of advertisements interact. In: *International Journal of Advertising*, vol. 27, nº 2, pp.191-207.

MENSAGENS PUBLICITÁRIAS COM APELOS À CIDADANIA EM CAMPANHAS DE NATUREZA COMERCIAL E INSTITUCIONAL

ELSA SIMÕES LUCAS FREITAS

PROFESSORA ASSOCIADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

SANDRA GONÇALVES TUNA

PROFESSORA AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

RESUMO

Enquanto fenómeno social que reflecte mutações nas comunidades, a publicidade espelha frequentemente preocupações com consumos desregrados e irresponsáveis. Num contexto de crise económica e de maior consciência dos consumidores quanto à necessidade de hábitos de vida saudáveis e à premência da manutenção dos recursos ambientais, a comunicação publicitária integra nas suas mensagens apelos à alteração de hábitos de desperdício e de excesso. É nosso objectivo reflectir sobre mensagens publicitárias actuais que incorporam estes apelos, conjugando-os com as estratégias de tipo comercial que sempre veicularam.

Palavras-chave: campanhas publicitárias; cidadania; consumo; apelos.

ABSTRACT

As a social phenomenon that reflects alterations in society, advertising often mirrors a concern with unbridled and irresponsible forms of consumption. Within a context of economic crisis and increased consumer awareness of the need to lead healthy lifestyles and preserve environmental resources, advertising often appeals in its messages to the alteration of consumption habits that imply waste and excess. It is the purpose of this article to analyse contemporary advertising messages that incorporate these appeals, while combining them with the commercially driven strategies they have traditionally resorted to.

Keywords: advertising campaigns; citizenship; consumption; appeals.

INTRODUÇÃO

Nos nossos dias, a publicidade tem vindo a revelar, cada vez mais, uma inquietação crescente quanto aos perigos de um consumismo desregrado e irresponsável. Esta preocupação pode ser parcialmente contextualizada por um cenário de crise económica a nível mundial; por outro lado, pode também atribuir-se a uma consciência crescente por parte dos consumidores quanto à necessidade de manter hábitos de vida saudáveis e à premência da manutenção de recursos ambientais cada vez mais escassos, entre outras possíveis fontes de preocupação.

Uma das tendências na comunicação publicitária contemporânea é a de integrar nas suas mensagens comerciais apelos à alteração de determinados hábitos de desperdício e de excesso, em prol de atitudes mais regradas e socialmente racionais (Freitas e Tuna, 2010: 16-17). Por outro lado, as formas de abordagem ao consumidor têm igualmente vindo a reflectir apelos de tipo mais personalizado (e de cariz menos generalista), onde se remete para possibilidades de obter mais informação, adequando-se desta forma o conteúdo global da mensagem às necessidades específicas do cliente.

As novas exigências dos públicos relativamente às mensagens publicitárias de tipo comercial espelham uma atitude de auto-responsabilização quanto ao próprio processo de consumo. Ao assumir a posição de parceiro neste processo, o anunciante

passa, de forma explícita, a partilhar com o comprador a consciência social de que o consumo cada vez se apresenta mais imbuído (Cunha e Freitas, 2010).

É objectivo deste artigo reflectir sobre a tendência de algumas mensagens publicitárias actuais para incorporar nos seus discursos apelos mais ou menos explícitos a uma conduta social sensata, conjugando-os com as estratégias de tipo comercial a que tradicionalmente recorrem. Neste sentido, estas mensagens aproximam-se do tipo de comunicação levada a cabo por campanhas publicitárias de cariz institucional, cujo objectivo primordial é o de levar a alteração de comportamentos, contribuindo para um esforço eficaz de cidadania. Através da análise de conteúdo de anúncios comerciais e institucionais, verificaremos que em ambos os casos se recorre a estratégias criativas semelhantes, no sentido de transmitir mensagens onde se focam as preocupações com o consumidor e com a sua envolvente social.

1. A ALTERAÇÃO DE PARADIGMA NAS ABORDAGENS PUBLICITÁRIAS

A incorporação explícita de temáticas relacionadas com a 'boa cidadania' em mensagens publicitárias de tipo comercial é, como referimos, um fenómeno relativamente recente. De facto,

sempre existiu uma fronteira bastante clara entre aquilo que caracteriza a publicidade comercial e a publicidade não-comercial (Lindon *et al*, 2004: 589), sendo que a diferença entre ambas as formas reside principalmente no objectivo a atingir:

The purpose of commercial ads is that of increasing awareness and generating positive feelings and connotations about a product or a service in the mind of prospective buyers in such a way these feelings will persuade them into a purchasing decision. (...) The aim of non-commercial advertising is primarily that of changing attitudes. Very commonly, ads encourage viewers not to engage in risky behaviours and adopt safer practices. The intention behind this kind of advertising is not that of obtaining a profit, even if donation of money to a socially worthy cause is involved. (Freitas, 2008: 5)

Tendo em conta a definição anterior, podemos enfatizar a questão do foco na obtenção de lucro como o principal factor diferenciador das duas estratégias de comunicação (Nilsen 1979: 137; Smith 1982: 190; Charaudeau 1983: 122; Ogilvy [1983] 1995: 5; Dahlet 1985: 343; Ortega Martínez 1991: 14-16; Brierley 1995: 1; Wells *et al* 1998: xvii-xviii, 12-13; Yeshin 2006: 1, 8-11). A consciência por parte dos consumidores relativamente à 'hidden agenda' da publicidade comercial (ou seja, levar à compra a curto, médio ou longo prazo) vai acarretar um juízo de valor frequentemente negativo quanto ao discurso publicitário em geral, na medida em que o objectivo final de obter lucro contamina o discurso, demonizando-o aos olhos de quem o observa (Freitas, 2010: 259).

O estigma relacionado com objectivos claramente mercadológicos e de obtenção de lucro que subjaz às tradicionais abordagens publicitárias fez com que o alargamento do conceito de marketing a áreas não-comerciais proposto por Kotler e Levy (1969) fosse inicialmente encarado com grande relutância, na medida em que, tal como mais tarde apontou Kotler, o conceito de marketing se definiria, à partida, pela presença de transacções e pagamentos (2005: 114), o que não parecia, numa primeira análise, adequar-se a áreas de actuação de cariz mais cultural ou cívico. Esta preconização da necessidade de alargamento do conceito de marketing a outras áreas de actividade que não as estritamente comerciais desagradou a responsáveis de instituições culturais, por exemplo, pois introduzia uma nota comercial num domínio que deveria ser consagrado à arte e à beleza, assim como aos responsáveis por instituições religiosas, que se ressentiam desta intromissão do consumismo numa área reservada ao sagrado (Kotler, 2005: 114-115). Por outro lado, também os profissionais do marketing sentiram esta proposta de alargamento como uma diluição e um enfraquecimento das suas áreas específicas de actuação – parafraseando Kotler na sua apreciação da reacção inicial destes marketeers, a impressão generalizada era a de que, se o marketing estava presente em tudo, então acabaria por não corresponder a nada de concreto, perdendo a sua validade enquanto ferramenta operativa (*idem*).

Hoje em dia, no entanto, o marketing e os seus conceitos estão firmemente implantados em instituições não-comerciais, confirmando esta tendência de expansão do conceito, já que, de um modo geral, as instituições reconhecem a necessidade de estarem vocacionadas para o mercado e para os interesses dos seus públicos, quer seja a sua área de actividade orientada para a obtenção de lucro ou, pelo contrário, quer se trate de uma instituição sem fins comerciais. Parece, portanto, haver consenso quanto à natureza simbiótica deste alargamento do

conceito a outras áreas (Kotler, 2005: 115). Desta forma, e tal como constataremos através da análise dos exemplos de publicidade não-comercial que constituem uma parte do nosso corpus, também esta publicidade recorre a estratégias de tipo comercial, numa clara assimilação de processos e técnicas cujo objectivo é a sedução e persuasão de tipo marcadamente emocional, que nos acostumamos a encontrar tradicionalmente nas abordagens usadas pelos formatos abertamente comerciais.

Cada vez mais, as mensagens não-comerciais são veiculadas de acordo com um conceito criativo em tudo semelhante ao que encontramos nas que se destinam a suscitar ou estimular um desejo de consumo de tipo materialista em quem a recebe. Como veremos, é importante que as mensagens que apelam à boa cidadania se façam próximas de quem as vê, sob pena de serem ignoradas – talvez ainda com maior rapidez do que as mensagens comerciais devido à sua natureza menos estimulante e previsível, na perspectiva de muitos públicos, tendo em conta que, na maior parte dos casos, a mensagem já é conhecida – por exemplo, 'se conduzir não beba' (Myers, 1999: 172). Como tal, as estratégias criativas tipicamente comerciais vão funcionar como um modo de ultrapassar as resistências dos públicos relativamente a conselhos (que podem ser lidos como paternalistas ou intrusivos) sobre a necessidade de alteração de comportamentos ou estilos de vida. A criatividade da abordagem vai, até certo ponto, contrabalançar (ou até anular) a tipificação discursiva normalmente associada às mensagens que preconizam a necessidade de uma boa cidadania, conquistando os públicos através do efeito de surpresa e de novidade que conseguem obter.

Do mesmo modo que a publicidade não-comercial integra estratégias criativas tipicamente comerciais para melhor seduzir os seus públicos, também alguma publicidade comercial contemporânea leva a cabo um cruzamento de fronteiras que, até certo ponto, se lhe assemelha. Tal como vimos anteriormente, a publicidade não-comercial sofre o pesado ónus da previsibilidade: os conselhos sobre um adequado exercício de cidadania são sobejamente conhecidos, e, como tal, despertam pouca atenção. Neste caso, estamos perante um discurso intrinsecamente sério, pesado e desinteressante para a maior parte dos públicos, que precisa de se aligeirar e aproximar de quem vê. Assim, há que pedir emprestada às mensagens comerciais alguma da sua criatividade, frescura e versatilidade (Cook, 1992: 17). Esta apropriação parece ser a solução para o problema que se apresenta à publicidade não-comercial, juntando o melhor dos dois mundos: a respeitabilidade institucional e a criatividade das estratégias comerciais, que vai garantir a atenção e, possivelmente, uma maior memorização e reacção por parte de quem vê (Freitas, 2008: 6).

Estes pontos fortes da publicidade comercial apresentam, no entanto, um reverso da medalha, na medida em que são as ferramentas de trabalho de um discurso por muitos considerado como vazio, fútil, manipulador, estereotipado, cuja única arma residiria, precisamente, no impacto espectacular da sua criatividade (Cook, 1992: 16-17) – ou seja, o recurso a estratégias de elevada visibilidade seria uma forma a mascarar uma superficialidade intrínseca. Esta perspectiva, frequentemente encontrada em críticos da publicidade nos anos 70 e 80 – entre outros, Williamson (1978) e Geis (1982) – condena a publicidade comercial com base no argumento de que o único talento da publicidade é o de saber seduzir através da criatividade – no entanto, os seus objectivos são socialmente errados e até mesmo perigosos, pois visam a promoção junto das massas de um consumo desenfreado e, portanto, potencialmente ruinoso.

Embora as perspectivas mais recentes sobre os efeitos económicos e sociais da publicidade comercial a tenham absolvido, em certa medida, deste papel monolítico e limitativo quanto à sua esfera de acção, reconhecendo que o discurso publicitário propicia outros discursos e afecta os públicos de várias outras formas para além da mera questão do apelo ao consumo (entre outros, Myers, 1986, Cook, 1992, e Myers, 1994), a publicidade comercial, devido aos motivos anteriormente elencados, continua a ser frequentemente relegada para um plano secundário, tanto no que diz respeito à atitude de relativa indiferença com que é considerada como relativamente à comparação – sempre desfavorável – que muitas vezes se estabelece entre ela e outros discursos mais consensuais e socialmente valiosos, nomeadamente em termos culturais e artísticos:

It is this emphasis on value which for many people excludes ads from admission into the canons of art. This value, moreover, is often associated with opposition to or detachment from the dominant values of society. In comparison with literature, ads accept and glorify the dominant ideology while literature often rejects and undermines it. The fact that ads must answer to the brief of their clients may also lead to a feeling that ads are typically vehicles of deceit, while art is a vehicle of honesty. (Cook, 1992: 229)

A falta de transcendência que caracteriza a publicidade comercial culmina, em última análise, na sua transitoriedade: enquanto discurso, esgota-se em si mesmo, estando apenas ao serviço de um esforço de promoção ou de aumento de visibilidade de um produto ou serviço, o que lhe retira, aos olhos do público em geral, qualquer nobreza ou seriedade de propósito. É neste âmbito que poderá fazer sentido a tentativa de apropriação da credibilidade inerente à publicidade não-comercial: de facto, a tendência para incorporar apelos à boa cidadania poderá, até certo ponto, justificar e legitimar o exercício de publicitação de bens e serviços de cariz comercial, sendo o 'bem comum' o factor que redimirá a trivialidade inerente a este exercício de comunicação.

Deste modo, tal como vimos, assiste-se, hoje em dia, a um cruzar de fronteiras, outrora firmes e bem delineadas, no que diz respeito à forma de comunicar mensagens comerciais e mensagens não-comerciais, na medida em que muitas campanhas não-comerciais são francamente criativas ao nível das estratégias que empregam, e muitas campanhas comerciais apelam aos valores da moderação e da consciência cívica, tentando encontrar no outro discurso os elementos que lhe faltam e que podem usar a seu favor no esforço de sedução dos públicos que visam alcançar. Tanto num caso como no outro, podemos igualmente apontar esta alteração de paradigma como uma forma de provar a esses mesmos públicos a capacidade demonstrada pelo discurso publicitário para se manter constantemente actualizado relativamente a factores sociais e contextuais, que lhe permite salientar uma preocupação constante quanto à sintonização dos interesses entre os intervenientes no processo de comunicação: emissor / mensagem / público:

A publicidade caracteriza-se pela sua elevada capacidade de incorporar de forma célere quaisquer tendências e alterações sociais na sua tessitura discursiva, tornando-se, deste modo, uma amálgama de vozes compósitas, que constituem importantes documentos sobre a nossa realidade contemporânea. Esta característica, inerente ao próprio processo de composição do discurso publicitário, pode igualmente ser lida como uma estratégia eficaz de demonstrar aos seus

públicos-alvo um posicionamento de consonância relativamente aos valores vigentes e, consequentemente, garantir uma melhor aceitação do produto/serviço proposto. (Freitas e Tuna, 2010: 16)

2. DEFINIÇÃO DO CORPUS A ANALISAR

Para efeitos de análise no presente artigo foram seleccionados três anúncios comerciais e três anúncios não-comerciais de imprensa que ilustram esta assimilação de estratégias, tanto a nível textual como visual. No caso dos anúncios comerciais seleccionados, trata-se de anúncios a produtos de grande consumo (água mineral e detergente para a roupa), divulgados durante o ano de 2011. Por questões de maior facilidade de reprodução do material a analisar, foram apenas escolhidos no presente caso anúncios de imprensa, apesar de, em todos os exemplos, existirem igualmente anúncios das mesmas campanhas a serem divulgados noutros meios (tais como televisão e mupis).

No que diz respeito aos anúncios não-comerciais que figuram no presente artigo, trata-se igualmente de anúncios de imprensa retirados, em todos os casos, de campanhas multimeios divulgadas no presente ano que visam divulgar as formas de acção das instituições em causa, promovendo a alteração de comportamentos desviantes (violência contra as mulheres) e a sensibilização de todos os públicos para a existência do problema em questão (reciclagem e prevenção do cancro da mama e programas de ajuda alimentar).

2.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Os anúncios seleccionados como exemplos deste entrecruzamento de estratégias serão objecto de uma análise de conteúdo, que se debruçará sobre todos os vectores de transmissão de sentido neles presentes, na medida em que o significado se distribui por mais de um código, não se concentrando apenas na componente linguística ou na componente verbal, quando se trata de anúncios de imprensa, mas na confluência de ambas (Cook, 1992: 49). No presente caso, proceder-se-á ao estabelecimento de comparações no que diz respeito à utilização criativa das estratégias detectadas em ambos os tipos de discurso publicitário.

3. O PARALELISMO DAS ESTRATÉGIAS CRIATIVAS EM ANÚNCIOS COMERCIAIS E NÃO-COMERCIAIS

3.1. ANÚNCIOS COMERCIAIS

Em anúncios comerciais, torna-se cada vez mais frequente o apelo à consciência ambiental e cívica dos consumidores. O incentivo ao consumo de determinados produtos (em detrimento de outros) continua subjacente à abordagem comercial. No entanto, o produto que se aconselha parece deter propriedades específicas e diferenciadoras que fazem dele a escolha mais racional para os consumidores mais conscientes das repercussões das suas escolhas – seja pelas suas qualidades intrínsecas (como no caso da água mineral enquanto depuradora do organismo) ou seja devido à forma de actuação que o produto decidiu adoptar (como no caso da mesma água mineral que se tornou patrocinadora de um programa de reflorestação ou no do detergente da roupa que preconiza a necessidade de poupar na embalagem, na quantidade de produto que se despende e, necessariamente, no preço).

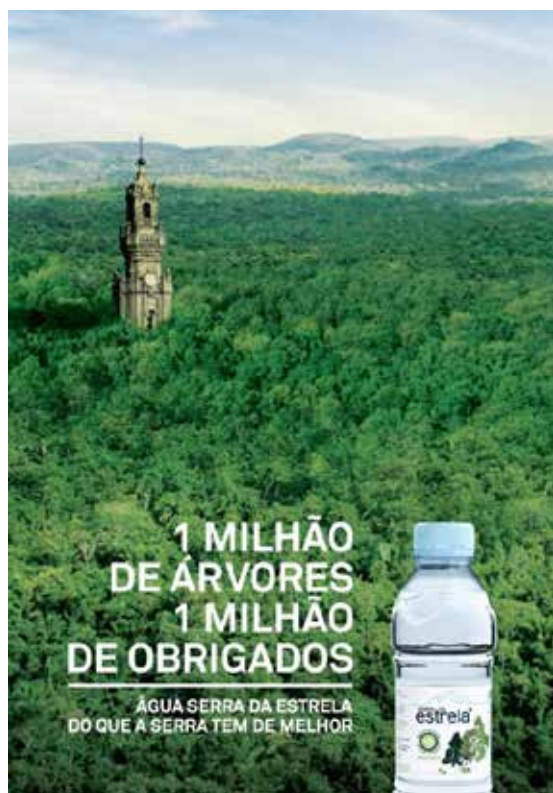


FIGURA 1. ÁGUA SERRA DA ESTRELA



FIGURA 3. SKIP ACTIVECLEAN



FIGURA 2. ÁGUA SERRA DA ESTRELA SPA DRENA +

Esta nova aproximação por parte da publicidade pode, efectivamente, surgir como contraditória ou até mesmo contrária aos seus objectivos principais, ou seja, promover a venda de bens (a todo o custo, diriam os seus críticos) no seio de uma economia de mercado. Como tal, estas abordagens recentes são frequentemente encaradas com desconfiança por diferentes públicos, que vêem nelas uma confirmação do carácter frívolo deste discurso:

Many people [...] feel confused by advertising's apparent change of attitude towards contemporary problems. Some ads make a show of ecological concern, of support for women's rights, of recommending a healthy diet to prevent disease. This apparent social conscience may give rise to three very different judgements. According to the first, advanced by some leading advertisers, it is possible for advertising to influence society: for good as well as for bad. In the second view, advertising is amoral, and merely reflects states and changes in society, whether good or bad [...]. In the third view, the apparent social concern and progress professed in some ads is simply fraudulent, and ads are always bad: a veneer of feminism masks deeper sexism; superficial environmental concern still cynically sells pollution. (Cook, 1992: 17)

De forma a contornar este tipo de objecções que revelam maior ou menor descrença ou até mesmo algum cinismo por parte de quem vê, estes anúncios tentam estabelecer um pacto de cumplicidade com o consumidor, procurando envolvê-lo de mais forma mais próxima na proposta que apresentam: a abordagem é claramente a do senso-comum, abordagem essa que se procura fazer claramente repartir em doses iguais entre emissor e receptor da mensagem. Nesse sentido, a componente textual

recorre a pressupostos, abordando o consumidor *in medias res*, propondo ao receptor um posicionamento de sensatez que decorre de tomadas de posição anteriores. Este é o caso do anúncio na Figura 1, onde se agradece aos consumidores que já beberam Água Serra da Estrela e, ao fazê-lo, contribuíram visivelmente para o esforço de reflorestação¹³⁷. Visualmente, esta entronização da garrafa de água enquanto instituição integrada num meio ambiente idílico e verde é-nos transmitida pela posição semelhante ocupada pela garrafa e pela torre da igreja que desponta por entre as massas de arvoredo e as montanhas ao fundo da paisagem, confirmando através de uma metáfora visual bastante sóbria a mensagem de que esta água é apenas mais um elemento de pleno direito no seio deste habitat.

Numa situação semelhante em termos linguísticos, encontramos o anúncio da Água Serra da Estrela Spa Drena + (Figura 2), onde se adopta um tom que pretende dissociar este anúncio em particular de outros que fazem promessas que, claramente, são irrealizáveis. A frase de abertura (‘Não há milagres’) pretende centrar, desde logo, o anúncio no âmbito do possível e, portanto, ao alcance de todos. O produto não resolve o problema – pretende apenas constituir-se como uma ajuda preciosa na batalha contra a gordura. Também o seu preço é razoável, e o tratamento é (literalmente) tão simples como beber um copo de água, em oposição a toda uma panóplia de produtos caros e ineficazes. Neste anúncio, a promessa concentra-se na dimensão visual, num efeito clássico de ‘antes’ e ‘depois’ justaposto num mesmo universo visual, estando a contenção e o comediamento a cargo dos elementos verbais.

Já no anúncio do detergente Skip Active Clean (Figura 3), a sensatez da abordagem está igualmente distribuída pelas componentes verbal e visual, sendo através da parte visual altamente infantilizada e naïf que se demonstra a mensagem ‘Poupar com Skip é uma brincadeira de criança’. Cabe mais uma vez à parte verbal repor o tom sério e argumentativo que a estratégia criativa por si só podia colocar em questão, reposicionando assim a opção por este detergente como sendo a mais racional de acordo com critérios económicos e ecológicos.

3.2. ANÚNCIOS NÃO-COMERCIAIS

Os três anúncios não-comerciais seleccionados (todos eles relacionados com temas e causas potencialmente perturbadores) concentram o seu apelo, num primeiro momento, na componente visual.



FIGURA 4. AMCV (ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA)

137 Neste ponto é necessário ter em conta que uma leitura mais crítica do fenómeno publicitário apontaria o facto de que a promoção de água vendida em garrafas de plástico contribui em grande medida para a poluição do planeta, o que poderá de certo modo anular ou minimizar o apelo à reflorestação presente nesta campanha.



FIGURA 5. SOCIEDADE PONTO VERDE E LAÇO



FIGURA 6. AMI

Em todos estes anúncios se recorre a uma metáfora visual que cumpre uma dupla função: (a) a de chamar a atenção do público recorrendo a imagens inusitadas e de elevado impacto e (b) a de suavizar a carga negativa associada ao próprio tema (violência

/ cancro / fome). No anúncio da AMCV (Figura 4), a violência é deslocada para um teatro de sombras chinesas, numa abordagem irónica que nos diz que a violência contra as mulheres é um assunto grave, e que quem sofre os seus efeitos são pessoas reais; no anúncio da Sociedade Ponto Verde (Figura 5), a colaboração com a Associação Laço é literalmente representada por um laço rosa que envolve os produtos a reciclar, o que realça a proximidade e a conveniência da parceria estabelecida, que poderia não ser evidente numa primeira abordagem; no anúncio da AMI (Figura 6), o mundo infantil é visualmente introduzido pelo formato de Lego da comida que nos é mostrada, aglutinando de forma muito eficaz a dicotomia comida/brinquedo, realçando a importância da primeira em detrimento da segunda para populações que não têm asseguradas as suas necessidades mais básicas, evitando o recurso a imagens de crianças reais em situação de privação. Tal como vemos, em todos estes casos, o recurso a uma metáfora visual bem concebida permitiu contornar o ónus normalmente associado à divulgação de causas sociais: (1) o excesso de informação verbal (já que esta só existe aqui como forma de equilibrar e redireccionar o processo de interpretação já iniciado pela imagem); e (2) a previsibilidade das imagens utilizadas – na medida em que o recurso à metáfora visual introduz um elemento de desafio intelectual ao nível da percepção cognitiva que, provavelmente, reforçará a transmissão da mensagem ao nível emocional de uma forma mais eficaz do que as abordagens tradicionais excessivamente sóbrias.

CONCLUSÃO

Seja qual for a motivação subjacente a esta nova tendência da publicidade comercial (preocupação real com as questões de cidadania? Aproveitamento oportunista de um possível nicho ainda não explorado até à data?), parece haver uma incorporação progressiva nestes discursos de conteúdos de cariz menos consumista, apelando a um processo de aquisição mais reflectido. Tal como pudemos observar nos exemplos seleccionados, nos anúncios comerciais analisados, a seriedade da componente verbal corrige a possível frivolidade conotada com o re-

curso a estratégias criativas e sedutoras.

Nos anúncios não-comerciais, o recurso a estratégias visuais criativas e a metáforas visuais ilustrativas do tema ajudam a equilibrar a excessiva seriedade do tema, por vezes penoso ou até tabu, introduzindo o tema sem necessidade de recorrer a textos longos ou a imagens demasiadamente familiares aos públicos.

Em ambos os casos, podemos postular a existência de uma relação simbiótica entre os dois tipos de publicidade, na sua essência aparentemente tão diferentes. Esta apropriação das características mais específicas do outro discurso correspondem, a modos de vencer resistências profundamente embutidas na mente do consumidor, levando a que a mensagem seja percebida e memorizada da melhor forma – sendo este, no fundo, o objectivo último de qualquer mensagem publicitária, seja ela comercial ou não-comercial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brierley, S. (1995). *The Advertising Handbook*. London, Routledge.
- Charaudeau, P. (1983). *Langage et Discours*. Paris, Hachette.
- Cook, G. (1992) *The Discourse of Advertising*. London & New York, Routledge.
- Cunha, C. e Freitas, E. (2010). Uma análise dos novos média e a criação de conteúdos como estratégia publicitária para o sucesso das marcas. In: Freitas, E. e Tuna, S. (eds.) *Cadernos de Estudos Mediáticos 7: Hábitos Alimentares, Saúde e Bem-Estar: Abordagens Comunicacionais*, (7), Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 29-42.
- Dahlet, P. (1985). *Un language efficace: L'illocution indirecte: Contribution à une représentation pragmatique du discours publicitaire*. In: Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – *Línguas e Literaturas*, 2ª série (1) Porto, pp. 343-347.
- Freitas, E. e Tuna, S. (2010). Comunicação publicitária em tempos de crise: análise discursiva de estratégias de honestidade em duas campanhas 'estilo de vida'. In: Freitas, E. e Tuna, S. (eds.) *Cadernos de Estudos Mediáticos 7: Hábitos Alimentares, Saúde e Bem-Estar: Abordagens Comunicacionais*, (7), Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 15-27.
- Freitas, E. (2010). *Advertising the Medium: On the narrative worlds of a multimedia promotional campaign for a public service television channel*. In: Grishakova, M. e M.-L. Ryan (eds.) *Intermediality and Storytelling*, Berlin & New York, De Gruyter, pp. 258-284.
- Freitas, E. (2008). *Taboo in Advertising*. Amsterdam & Philadelphia, John Benjamins.
- Geis, M. L. 1982, *The Language of Television Advertising*. New York: Academic Press.
- Kotler, P. (2005). *The Role Played by the Broadening of Marketing Movement in the History of Marketing Thought*. In: *Journal of Public Policy & Marketing*, 24 (1), pp. 114-116.
- Kotler, P. e Lee, N. (2005). *Best of Breed: When it comes to gaining a market edge while supporting a social cause, "corporate social marketing" leads the pack*. In: *Social Marketing Quarterly*, XI (3-4), pp. 91-103.
- Kotler, P. e Levy, S.J. (1969). *Broadening the Concept of Marketing*. In: *Journal of Marketing*, 33, pp. 10-15.
- Lindon, V. et al. (2004). *Mercator XXI: Teoria e prática do marketing*. Lisboa, Dom Quixote.
- Myers, G. (1999) *Ad Worlds: Brands, Media, Audiences*. London, Arnold.
- Myers, G. 2004. *Matters of Opinion: Talking about Public Issues*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Myers, K. 1986. *Understains ... the Sense and Seduction of Advertising*. London: Commedia.
- Nilsen, D. (1979). *Language play in advertising: Linguistic invention in product naming*. In GURT, Georgetown University Roundtable on Language and Linguistics, Washington DC, Georgetown University Press, pp. 272-286.
- Ogilvy, D. [1983] (1995). *Ogilvy on Advertising*. London, Prion Books.
- Ortega Martínez, E. (1991). *La dirección publicitaria*. Madrid, ESIC.
- Smith, R. N. (1982). *A functional view of the linguistics of advertising*. In: Di Pietro, R.J. (ed.) *Linguistics and the Professions: Proceedings of the Second Annual Delaware Symposium on Language Studies*, Norwood, Ablex Publishing Corporation, pp. 189-199.
- Wells, W. et al. (1998). *Advertising: Principles & practice*. London / Sidney / Toronto, Prentice-Hall International Editions.
- Williamson, J. 1978. *Decoding Advertisements*. London and Boston, Massachusetts: Marion Boyars.
- Yeshin, T. (2006). *Advertising*. London, Thompson.

EL PODER DE TU VOZ. REFLEXIONES ACERCA DE LAS CAMPAÑAS PUBLICITARIAS POR LA PAZ

JORGE DAVID FERNÁNDEZ GÓMEZ

UNIVERSIDAD DE SEVILLA, ESPAÑA

ROCÍO CALVO FERNÁNDEZ

UNIVERSITAT POMPEU FABRA, ESPAÑA



RESUMO

En este artículo se presenta una aproximación al marketing social. Las organizaciones no gubernamentales serán tratados aquí como marcas que utilizan estrategias de negocio, pero con objetivos sociales. Se tendrá en cuenta una campaña específica, “El poder de tu voz”, de Amnistía Internacional.

ABSTRACT

This paper is an approach to social marketing. We will consider NGOs as brands that use conventional business strategies but with social objectives. We analyze a specific ad “The power of your voice” of the NGO Amnesty International.

1. A MODO DE INTRODUCCIÓN: BRANDING Y CAUSAS SOCIALES

Hoy todo es susceptible de ser una marca. Por un lado, una marca no se circunscribe a una esfera estrictamente comercial, Coca-Cola es una firma muy poderosa pero también lo es el Real Madrid que es un club de fútbol. Por otro lado, una marca es mucho más que un diseño de *packaging* o que una campaña publicitaria para televisión; en efecto, este concepto aúna todos los esfuerzos de marketing y comunicación. Una marca, por decirlo coloquialmente, es el sueño de una organización. Como sostiene Kotler: las empresas aspiran a ser marcas (cfr. 2000: 455). Así lo entienden también Aaker y Joachimsthaler (cfr. 2001: 2) cuando consideran como un hecho indiscutible que el objetivo de las empresas es crear marcas poderosas: “la alta dirección es la que impulsa la creación de la marca, que es incluida de un modo activo como una parte de sus planes estratégicos” (Aaker y Joachimsthaler, 2001: 4). Las marcas han dejado de ser exclusivamente diferenciadores de productos o meros marcadores. En este sentido, hoy por hoy, éstas se erigen en personajes sociales provistos de una personalidad definida con unos comportamientos concretos. “Todos los estudiosos del fenómeno de las marcas coinciden en afirmar que el objetivo de las empresas es crear marcas poderosas. Y no sólo de las empresas, pensemos en las organizaciones no gubernamentales, en las instituciones, en los partidos políticos...” (Fernández y Labarta, 2009: 23-24). Como decimos, todas las organizaciones a largo plazo quieren ser marcas porque es un activo estratégico básico para ellas. Y buena parte de las Organizaciones No Gubernamentales, que al fin y al cabo no dejan de ser organizaciones, no han dudado en asumir los principios del *branding* comercial para lograr sus objetivos. “Existen similitudes entre la forma de funcionar de las marcas sin ánimo de lucro y las comerciales, ya que las ONG tradicionales están aprendiendo del sector comercial” (Gibbons en Brujó 2010: 76-77). Hasta el punto de que Kotler y Roberto sostienen que “cuanto más se parece una campaña de cambio social a una campaña de un producto comercial más probable

es que tenga éxito” (Kotler y Roberto, 1992: 13). Y todo ello con el objetivo general de erigirse en marcas poderosas. Gibbons no tiene duda al respecto:

“[...] en el sector de las organizaciones sin ánimo de lucro, las marcas también crean valor para la sociedad al permitir que las organizaciones benéficas, las ONG y las instituciones multilaterales alcancen sus objetivos más eficazmente [...] las ONG líderes están empezando a parecerse a las grandes corporaciones que siempre habían considerado sus enemigos” (Gibbons en Brujó, 2010: 74).

Por ello no debe extrañarnos que muchas de las Organizaciones No Gubernamentales apliquen modelos estratégicos de *branding* con un marcado sentido mercadotécnico comercial. Como por ejemplo la necesidad de perseguir un posicionamiento estratégico o lo que es lo mismo buscar un buen lugar para las marcas en la mente del *target*. Si se invita a la gente a que digan las marcas que se les viene a la cabeza de cualquier categoría (automóviles, café, lavadoras, tabaco, etcétera), ahí tenemos el concepto en la práctica. A este listado de marcas que se tiene en la mente y que salen como un resorte cuando la ocasión lo requiere, se les llama “lista corta” (*short list*). Son las marcas que han alcanzado una posición ventajosa en “nuestro disco duro”. Coca-Cola, Pepsi, Cola Cao, Nocilla, Bimbo, Rimmel, Albal, Seven Up, Fanta, Chupa-Chups, Seur o Donut lo lograron. Pues bien, a buen seguro que si hacemos este ejercicio con el segmento que nos toca también obtendremos una “lista corta” en función de la notoriedad y el acumulado de imagen: Amnistía Internacional, Cruz Roja, Intermón Oxfam, Greenpeace...

2. AMNISTÍA INTERNACIONAL PARADIGMA DEL BRANDING SOCIAL

Decíamos antes que todos aspiran a ser marcas. Pues bien, Amnistía Internacional (AI) es una de las más consolidadas en el “mercado” de las ONG. Y no estamos hablando de un sector sencillo. Si la competitividad en el mercado en general es dura, en el segmento específico de las ONG se acentúa por la propia naturaleza del “producto”. Kotler y Roberto así lo afirman porque entienden que los productos sociales implican cambios actitudinales o comportamentales en los públicos. “Las campañas orientadas a la acción requieren no solamente informar a la audiencia objetivo, sino conseguir que ésta se comprometa a un acto concreto” (Kotler y Roberto, 1992: 21). Y este complejidad intrínseca en el segmento genera serias dudas sobre la forma de gestionar su comunicación. No sólo nos referimos al mencionado cambio de actitudes sino a aspectos más pueriles en apariencia como la ambivalencia existente sobre el uso de la publicidad en las propias ONG. En cualquier caso, existen otras muchas causas por las que se duda de la eficiencia de la publicidad social que no podemos abordar en este trabajo por escapar de nuestros objetivos^[138].

Lo que no nos cabe duda es que AI es una de las Organizaciones No Gubernamentales con una trayectoria más sólida a nivel mundial. Se trata de un organismo con una serie de principios identitarios y valores de marca que no tienen nada que envidiar a los de muchas firmas comerciales de primer orden. En este sentido, como síntesis de su personalidad de marca, en su página web^[139] se define como una organización cuya “labor se centra en combatir los abusos contra los derechos humanos de víctimas con nombre y apellido a través de la investigación, la denuncia pública y el activismo”. Asimismo fija una misión organizativa: “la de un mundo en el que todas las personas disfrutan de todos los derechos humanos proclamados en la Declaración Universal de los Derechos Humanos y en otras normas internacionales. Puede parecer una utopía, pero la experiencia nos ha enseñado que la unión de miles de personas hace que las cosas cambien, y estamos dispuestos a seguir marcando la diferencia!”. Igual que hace una marca comercial también define unos objetivos concretos que dispone en el “Plan Estratégico a nivel mundial para el periodo 2010-2016”^[140]. E incluso posee un label de calidad, AI está adherida

a la Carta de Rendición de Cuentas de las Organizaciones No Gubernamentales Internacionales, que en 2006 aprobaron públicamente los presidentes de once de las principales organizaciones internacionales de desarrollo social. La Carta de Rendición de Cuentas de ONG Internacionales es la primera iniciativa que fija normas internacionales comunes a todo el sector no lucrativo y establece valores básicos y principios de funcionamiento para las ONG internacionales. Amnistía Internacional es una marca con mayúsculas.

Como toda marca líder AI posee también un posicionamiento único, exclusivo y diferenciador. Se trata de la ONG defensora de los derechos humanos. Ya afirmaban Kotler y Roberto hace casi 20 años que “Amnistía Internacional ha sido pionera en «la protección internacional de los derechos humanos» [...] Aquí, el producto social es la idea social de que «las personas de todas las formas de vida deberían trabajar imparcialmente y en paz para la liberación de hombres y mujeres en prisión por causas de sus creencias políticas y religiosas»” (Kotler y Roberto, 1992: 58). Los autores continúan:

“El proceso de diseño comprendía el posicionamiento de Amnistía Internacional como una organización que hace algo a favor de la paz mundial. En la declaración de posicionamiento utiliza las palabras de Albert Schweitzer: «la paz del mundo sólo podrá ser alcanzada cuando haya libertad para las personas de todos los credos políticos, religiones y razas para intercambiar sus puntos de vista en un diálogo continuado»” (Kotler y Roberto, 1992: 58).

El objetivo básico de la organización es que todas las personas disfruten de los derechos consagrados en la Declaración Universal de Derechos Humanos. Para ellos es posible ya que “activistas de todo el mundo lo han demostrado oponiendo resistencia a quienes socavan los derechos humanos y pidiendo responsabilidades a quienes están en el poder”. Este posicionamiento no ha variado a lo largo de los años, muy al contrario, AI ha permanecido más fiel aún, si cabe, a sus principios identitarios. Este hecho implica una visión de marketing muy profesional. Similar a la que tienen las grandes marcas comerciales que saben que el posicionamiento es una carrera de fondo en la que, si bien llegar el primero resulta una ventaja competitiva notable, hay que saber mantenerse. Como sostienen Ries y Trout, padres del término *positioning*, sólo las marcas más fuertes y mejor gestionadas lo consiguen. “El posicionamiento es un concepto acumulativo [...] Usted debe mantenerse ahí año tras año. Las compañías más exitosas pocas veces cambian una fórmula ganadora” (Ries y Trout, 2007: 224).

Y una de las herramientas de marketing que mejor gestionan en AI es la comunicación y más concretamente la publicidad. En efecto, AI a lo largo de los años ha venido realizando numerosas piezas publicitarias de bella factura que han calado hondamente en la opinión pública. Pero lo más importante es que estas campañas han servido para hacer de AI una de las ONG más notorias e importantes del mundo. Anuncios que no sólo han logrado los objetivos específicos definidos para esa campaña concreta sino que han sumado valores a la marca y a la identidad de ésta. E incluso en ocasiones han trascendido la publicidad convencional y se han convertido en noticia. Obteniendo mucha mayor repercusión mediática y doblando su potencial comunicativo. A continuación, vamos a analizar

138 El marketing social y más concretamente la publicidad social siembra serias dudas desde su nacimiento. En efecto, existe un profundo debate sobre la eficacia de estas campañas y así lo entiende el gurú del marketing Philip Kotler cuando afirma que “desgraciadamente, muchas campañas de cambio social consiguen pocos resultados, y este hecho pudo alimentar un cinismo generalizado entre ciudadanos y reformadores sociales. Si las campañas de cambio social están inevitablemente abocadas al fracaso o no, es un tema altamente debatido” (Kotler y Roberto, 1992: 5).

139 www.es.amnesty.org

140 En este plan Amnistía Internacional se ha marcado sus objetivos prioritarios para los próximos seis años, que son, los siguientes: 1) defender los derechos y la dignidad de las personas pobres, denunciando las violaciones de derechos humanos que causan o agravan la pobreza, y haciendo que sus responsables rindan cuentas ante la justicia; 2) defender a las personas migrantes, solicitantes de asilo, refugiadas, desplazadas o víctimas de trata, aumentando su protección legal y física, garantizando que no se les niega su derecho a la educación, a la salud o a la vivienda; 3) trabajar por el fortalecimiento de la justicia nacional e internacional, y por el derecho a la verdad, la justicia y la reparación de las víctimas, como las que han sufrido detención arbitraria, juicios injustos, desapariciones forzadas, ejecuciones extrajudiciales o violencia de género; 4) defender a las personas de la violencia a manos de los Estados (policías, ejércitos, etc.) y también de otros actores (grupos armados, empresas, etc.), y trabajar para que se proteja eficazmente a la población civil antes, durante y después de los conflictos; y 5) luchar

para conseguir el control efectivo del comercio de armas e impedir que acaben en manos de quienes violan los derechos humanos.

un caso que se nos antoja paradigmático de lo que se entiende como marketing social, el anuncio “El poder de tu voz”.

3. “EL PODER DE TU VOZ”

“El poder de tu voz” es una campaña publicitaria creada por AI con la intención de difundirse tanto en los canales televisivos como en la radio. El anuncio, ideado principalmente para el medio televisión (aprovechando de forma óptima el potencial de la imagen y el sonido), es una enumeración de las figuras de diferentes dirigentes mundiales: algunos de ellos rigen su país bajo una declarada dictadura, y otros gobiernan estados cuyo cumplimiento de los derechos humanos es bastante dudoso. Mientras de fondo y simultáneamente se escuchan algunos de los artículos más relevantes de la Declaración de los Derechos Humanos Universales. El anuncio se abre con una melodía triste y de aire melancólico que no cesa en ningún momento (salvo en un breve instante de gran relevancia dramática que a continuación comentaremos). Las imágenes de los dirigentes van sucediéndose una detrás de otra de forma armónica. En ellas los políticos están hablando, aunque el espectador no puede oírles, y se mueven de tal modo que parece que realmente estén recitando el texto que narra una voz en off. Los protagonistas del spot son: Muamar el Gadafi, Mahmud Ahmadineyad, Ehud Olmert, Vladimir Putin, George Bush, Fidel Castro, Hu Jintao y Kim Jong-IL. Por último, en los últimos segundos de la película, un presentador, a modo de testimonial publicitario, sentado en una escalera (sin duda, se trata de una localización muy significativa, porque parece querer imprimir una sensación de amateurismo a la pieza) con mirada dura y gesto serio dice la frase de cierre. Es en este preciso instante donde se produce una interrupción de la música, durante la cual aparece en la pantalla la sobreimpresión de la página web de la organización, “elpoderdetuvoz.org”, y debajo de ella el logotipo de la marca anunciadora, Amnistía Internacional. Será en este momento justo cuando vuelve a sonar la melodía.

La transcripción completa de la locución es la siguiente:

“Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos, dotados de razón y conciencia, tienen el deber de comportarse fraternalmente los unos con los otros sin distinción alguna de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política. Tienen derecho a la seguridad de su persona. Nadie será sometido a torturas, nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado. Todos tendrán derecho a salir y a regresar a su país, a la libertad de opinión, la educación y a un nivel de vida adecuado. Y ninguna persona y ningún estado podrá violar nunca alguno de estos derechos”.

Este discurso se organiza en el spot de la siguiente manera:

- En primer lugar aparece Muamar el Gadafi, presidente de Libia, y se escucha el artículo primero de la Declaración de los Derechos Humanos Universales: “Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos, dotados de razón y conciencia, tienen el deber de comportarse fraternalmente los unos con los otros”.
- En segundo lugar, el rostro de Mahmud Ahmadineyad, presidente de Irán está acompañado por un fragmento del artículo número dos: “Sin distinción alguna de raza, color, sexo”.
- En tercer lugar, sobre la imagen del presidente israelí, Ehud Olmert, se puede oír otra parte del mencionado

artículo segundo: “idioma, religión, opinión política”.

- En cuarto lugar, se muestra a Vladimir Putin, presidente de Rusia, junto a un fragmento del artículo tres: “tienen derecho a la seguridad de su persona”.

- En quinto lugar nos encontramos a George Bush, entonces presidente de Estados Unidos, mientras oímos parte de los artículos cinco y nueve: “Nadie será sometido a torturas. Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado”.

- En sexto lugar, la imagen de Fidel Castro está acompañada por el artículo número trece: “todos tendrán derecho a salir y a regresar a su país”.

- El séptimo lugar es para el Presidente de la República Popular China, Hu Jintao, y el artículo diecinueve: “a la libertad de opinión”.

- En octavo lugar, junto a fragmentos de los artículos veinticinco y veintiséis: “a la educación y a un nivel de vida adecuado”, surge el Presidente de la Comisión Nacional de Defensa, Comandante Supremo del Ejército Popular y Secretario General del Partido de los Trabajadores de Corea del Norte, Kim Jong-IL, de fondo puede verse también el rostro de Ban Ki-moon, Ministro de Exteriores de Corea del Sur y actual presidente de la ONU.

- Por último, aparece el presentador diciendo de su propia boca: “y ninguna persona y ningún estado podrá violar nunca alguno de estos derechos”.

Si analizamos detenidamente los elementos de “El poder de tu voz” hallamos en ellos, en su distribución, en las imágenes elegidas, en la música, en el propio slogan o en los textos seleccionados, un mensaje que tiene una doble lectura elaborada a partir del universo simbólico que crean los componentes del spot. Es el caso del slogan del anuncio: “El poder de tu voz”^[141]. Tanto la palabra “poder” como la palabra “voz” adquieren una serie de significados íntimamente unidos a los motivos y objetivos de esta composición de retratos y palabras. De esta manera, nos preguntamos a qué “poder” y a qué “voz” quiere remitirnos la organización. Esta ambigüedad nos conduce directamente a nuevas dudas e incertidumbres: ¿quiere comunicarnos, quizá, la ONG que la voz, es decir, el discurso, de estos dirigentes es más poderosa que la de los ciudadanos a los que se están dirigiendo con esta campaña para fomentar la acción y la defensa de los derechos universales? O, tal vez, su mensaje es totalmente el contrario: no existe nada más poderoso que las voces unidas de los ciudadanos contra el “poder” de los líderes mundiales^[142].

Con estos interrogantes se evidencia que la campaña de AI no sólo es controvertida por la acusación de publicidad política que veremos más adelante que realiza el gobierno de España. También lo es porque conduce a dobles sentidos y se acoge a la indeterminación para unir nítidamente unas palabras concretas a unas imágenes determinadas. No olvidemos la fuerza persuasiva que puede tener en la opinión pública la conjunción de estos mecanismos. Ni la música, triste y decadente; ni las imágenes seleccionadas, en las que se ven a los personajes con rostros amables y gestos gratos, han sido escogidos de manera caprichosa. Tampoco es arbitraria la elección de los artículos de la Declaración de los Derechos Humanos (textos de los que AI ha seleccionado la parte que más le interesaba transmitir en

141 Este slogan se mantiene en la nueva campaña de Amnistía Internacional a pesar de que haya sido reemplazada por otra tras su prohibición.

142 La nueva campaña “El poder de tu voz” que puede verse en la web www.elpoderdetuvoz.org va dirigida en este último sentido.

cada momento). Sin embargo, la importancia de esta campaña recae sobre todo en la combinación entre la imagen y la palabra. Este juego icónico-textual transmite al receptor un mensaje concreto: la violación de determinados derechos humanos por los dirigentes más poderosos del mundo^[143].

- Muamar el Gadafi, acusado de crímenes de guerra y de patrocinar el terrorismo y la insurgencia armada en terceros países dando financiamiento a organizaciones terroristas. Hoy en día es noticia por la insurrección de la población libia, fatigados de la dictadura que el líder socialista lleva ejerciendo en el país durante más de cuarenta años. Es pues una de las personas menos adecuadas para transmitir al mundo el mensaje que AI pone en su boca: “Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos, dotados de razón y conciencia, tienen el deber de comportarse fraternalmente los unos con los otros”.

- “Sin distinción alguna de raza, color, sexo”, expresa el presidente de la República Islámica de Irán, cuyas declaraciones antisemitas, homófobas y racistas generaron un clima de tensión nunca conocido en su país. Además ha defendido el programa nuclear iraní y la permanencia en las cárceles de presos políticos.

- “Idioma, religión, opinión política” oímos junto a la imagen de Ehud Olmert, defensor de la acción militar contra los musulmanes palestinos.

- Vladimir Putin, cuyas medidas políticas recortan las libertades democráticas de los rusos, dice en el spot: “tienen derecho a la seguridad de su persona”. Durante su gobierno han muerto gran cantidad de periodistas que investigaban la violación por parte del presidente ruso de los derechos humanos en Chechenia.

- A George Bush, a quien durante su mandato acusaron de violar los derechos humanos por detenciones ilegales y por torturas a los presos de la cárcel de Guantánamo, le acompañan las siguientes palabras: “nadie será sometido a torturas. Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado”.

- Bajo la dictadura de Fidel Castro los cubanos tienen prácticamente prohibido salir de la isla y una vez que han salido les es casi imposible volver. Junto a su imagen escuchamos: “todos tendrán derecho a salir y a regresar a su país”.

- “A la libertad de opinión”, sostiene Hu Jintao. La República Popular China es uno de los lugares del mundo donde menos libertad de expresión e información existen. Sus medios de comunicación, incluido Internet, están completamente controlados por el gobierno.

- El coreano Kim Jong-IL, está acusado, entre otras cosas, de derrochar el dinero y de tener lujosos gustos personales, mientras Corea del Norte es uno de los países con mayor pobreza del mundo. En el spot dice: “a la educación y a un nivel de vida adecuado”.

- Por último, aparece el presentador, que representa al ciudadano medio, explicando que “ninguna persona y ningún estado podrá violar nunca alguno de estos derechos”, refiriéndose a los dirigentes y países que se visualizan en el anuncio y todos los que, como ellos, violan los derechos humanos.

Se trata de una pieza publicitaria controvertida a la par que perfecta en lo que a ejecución y estrategia mercadotécnica se refiere. Un anuncio plagado de matices que como comentábamos anteriormente otorga más densidad si cabe a una marca tan consolidada y bien posicionada como es AI. No obstante, su valor no es sólo publicitario. La estrategia de AI para esta campaña es mucho más ambiciosa y compleja, a continuación lo estudiaremos.

4. LOS EFECTOS DE “EL PODER DE TU VOZ” MÁS ALLÁ DE LA PUBLICIDAD Y EL MARKETING

AI se califica como una “organización incómoda”, según ellos, debido a la resistencia que opone a las injusticias y a las responsabilidades que pide por sus acciones a los gobiernos, empresas o grupos armados. Si tenemos en cuenta la campaña publicitaria del 2007-2008, “El poder de tu voz”, este modo de anunciarse se corresponde con la realidad, ya que supuso un enfrentamiento entre la organización y el gobierno español, además de abrir un debate sobre la censura en la publicidad y los límites que deben establecerse en la misma cuando su objetivo es la defensa de los Derechos Humanos Universales.

En efecto, ocho meses después de la aparición de dicho anuncio, el Ministerio de Industria, Comercio y Turismo comunicó a la organización que el spot no podía ser emitido en los canales nacionales de televisión, denegándole la exención de cómputo publicitario y calificando el spot de publicidad política. Mientras que el realizado para la radio, en el que, evidentemente, no podían verse las imágenes de los dirigentes políticos que aparecen (que analizamos anteriormente), podía seguir funcionando en todas las emisoras. La denegación de exhibición televisiva provoca una reacción por parte de AI que publica una nota informativa en su página web y la envía a los medios de comunicación, que se hacen eco de la noticia^[144]. AI con el objeto de defenderse de las acusaciones del gobierno español confecciona dicha nota de prensa con su decálogo. En él afirma que se preocupa en “preservar” la “imparcialidad y libertad de acción” y se declara “independiente de todo Gobierno, ideología política, interés económico o credo religioso”^[145]. Como decimos, estos son algunos de los motivos en los que la organización se amparó cuando recibió la notificación del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio en la que le comunicaban las razones por los que su anuncio no podía emitirse gratuitamente en los canales nacionales. Pero AI va más allá y en dicha nota de prensa^[146] explica también cómo el Ministerio obstaculizó la difusión del spot denegando la exención del cómputo publicitario^[147]. En la misma nota la organización difunde su indignación ante la posición del gobierno, ya que “no sólo niega el carácter de servicio público del anuncio, con lo

144 El anuncio, a pesar de no haber conseguido aparecer en canales nacionales, se puede visualizar en esta dirección web: <http://www.es.amnesty.org/boletindenoticias/el poderdetuvozversion02.html>

145 Afirmando que “hemos renunciado a las subvenciones de Gobiernos nacionales y a las donaciones de partidos políticos con el objetivo de preservar nuestra imparcialidad y libertad de acción”.

146 <http://web.es.amnesty.org/el poderdetuvoz/masinfo.html>

147 AI explica “exención del cómputo publicitario” de la siguiente manera: “Las cadenas nacionales que aceptan los spots de las organizaciones sin ánimo de lucro requieren la mencionada certificación para que su duración no se tenga en cuenta como publicidad comercial; lo que técnicamente se denomina «exención de cómputo». El papel del Ministerio consiste en aceptar o denegar esta certificación. Un anuncio (presentado por cualquier organización) cuya finalidad sea la del servicio público o carácter benéfico y se difunda de forma gratuita, puede conseguir la exención de cómputo publicitario”.

143 No debemos olvidar que todos los políticos que aparecen en el anuncio han sido denunciados por el incumplimiento de alguno de los derechos humanos.

que se impide su emisión gratuita, sino que además lo califica como publicidad política. Dicha calificación supone considerar ilegal la emisión por parte de cualquier canal de televisión (artículo 9. 1c ley 25/1994) y sancionable como infracción grave (artículo 20.2 de la misma ley”).

Sin entrar excesivamente en el ámbito legislativo, aclaremos los apartados de estos artículos en los que se basó el gobierno y con los que la organización dijo no estar de acuerdo^[148]. El artículo 9 de la ley 25/1994, dedicado a la “publicidad y televenta prohibida”, incluye un punto (1c) que expone textualmente: “La publicidad de contenido esencial o primordialmente político, o dirigida a la consecución de objetivos de tal naturaleza, sin perjuicio de lo establecido en la Ley Orgánica del Régimen Electoral General”. Por otra parte, el artículo 20.2 indica que se consideran infracción grave, la contravención de las obligaciones y prohibiciones establecidas en diferentes artículos^[149] y en la disposición adicional quinta de esta Ley. De esta manera, AI se exponía a una sanción grave^[150], ya que el Ministerio consideraba que incumplía el artículo nueve al calificar “El poder de tu voz” como publicidad política.

El Ministerio, en su nota de prensa, quiso aclarar que “El Ministerio de Industria ha otorgado la exención de cómputo a diversas campañas de AI (en 2004 “No más violencia contra la mujer”; en 2005, “Unidos tenemos más fuerza”; y en 2006 “Unidos tenemos más fuerza”). Esto es, intenta defenderse aduciendo que en casos anteriores se ha permitido la emisión de los anuncios con normalidad. Sin embargo, en el caso de “El poder de tu voz” el informe recoge “la imposibilidad de calificar de neutras o de carácter benéfico campañas en las que se ataque a grupos políticos, religiosos profesionales, y cualesquiera que sean los principios o valores en que digan basarse los promotores de las mismas”. Fundamentos que atribuyen al spot de AI ya que “no se limita a difundir o promover los derechos humanos lo que, desde luego, tendría la consideración de finalidad de carácter benéfico, sino que también atribuye la violación de derechos humanos a líderes políticos internacionales que aparecen en el anuncio. Este hecho determina que se pase de la difusión de un mensaje de difusión y promoción de los derechos humanos, a una crítica política, que puede ser compartida o no, pero que se sale del campo de los anuncios objeto de una especial protección para entrar en otro que es el de la publicidad política. Es este el hecho que no permite considerar la exención de cómputo a dicho anuncio”.

Ante estas imputaciones AI denuncia la falta de coherencia del informe recibido desde la Subdirección General de Medios Audiovisuales en el que se afirma que la denuncia de los derechos humanos no debe generar controversia. Al mismo tiempo lo acusa de una posible actitud demagógica, ya que en él se considera “que el carácter benéfico de un anuncio para apoyar a niños enfermos quedaría totalmente desvirtuado si además denunciara a la farmacéuticas que ponen obstáculos para su curación”. Desde el punto de vista de la organización

el enfoque del gobierno es erróneo ya que “el spot de AI no realiza ninguna crítica directa a nadie, sino que sólo enumera derechos de la Declaración Universal de Derechos Humanos e indica lo que deberían hacer estos gobernantes según las leyes internacionales. En cualquier caso, difícilmente puede realizarse una campaña de defensa de los derechos humanos sin denunciar las violaciones que se producen de los mismos. La crítica o denuncia es una forma habitual, lógica y necesaria en la defensa de los derechos humanos. Y defender los derechos humanos es un servicio público”.

En cuanto a la estimación más grave, el hecho de considerar el spot “El poder de tu voz” de publicidad política, AI ha sido clara y explícita en su comunicación testificando que “los derechos humanos son el consenso básico sobre el que se sustenta toda la legalidad internacional. Por ello, defender los derechos humanos no tiene ni puede tener en principio ninguna finalidad política, ya que sólo se trata de defender las reglas del juego universales”. Asimismo afirma que “la calificación de publicidad política prohibida vulnera derechos como la comunicación libre de información veraz y la prohibición de la censura previa”. Su objetivo con el spot, dicen, “no es trasladar una opinión política, sino difundir derechos humanos universales. De hecho lo que dicen las autoridades en el spot son artículos de la Declaración Universal de Derechos Humanos, de los cuales se cumple este año su 60 Aniversario. Obviamente, esperamos que el spot haga reflexionar a las personas sobre el grado de cumplimiento de la Declaración Universal por parte de estos gobiernos. No hay que confundir «política» con «respeto a los derechos humanos»”.

En este punto pensamos que es necesario detenernos un poco más ya que entramos en un terreno relacionado con la comunicación y no con el derecho. En este sentido, el plano legal está sujeto a la interpretación de los juristas y nuestra aportación no tiene cabida. No obstante, el hecho de calificar de “publicidad política” al spot “El poder de tu voz” es una cuestión que pertenece a nuestro ámbito de estudio y como tal debemos enjuiciarla. En primer lugar, debemos explicar qué se entiende por publicidad política para saber si el anuncio puede o no calificarse de ese modo. Para ello recurriremos a una de las definiciones más funcionales que se han dado del término: “Political advertising therefore, in the strict sense, refers to the purchase and use of advertising space, paid for at commercial rates, in order to transmit political messages to a mass audience” (McNair: 2003: 97). Atendiendo a la definición, el rasgo distintivo de la publicidad política es el uso de formatos publicitarios. En efecto, como bien afirma Herreros, “la denominación de publicidad política a cierto tipo de propaganda electoral tiene su origen en la incorporación de los métodos y técnicas de la publicidad a las elecciones políticas norteamericanas” (Herreros, 1989: 154). Esta información incorpora un elemento clave a la publicidad política: la propaganda. De hecho es el propio Herreros quien afirma que “[...] se denomina publicidad política a lo que, en rigor, debería denominarse propaganda en formas publicitarias” (Herreros, 1989: 155). Pineda parte de la misma tesis que Herreros realizando algunas aportaciones muy útiles:

“«Publicidad política» es una traducción del término inglés political advertising. Muchas veces se utiliza, sobre todo en el mundo académico, como un eufemismo de «propaganda» [...] pero lo cierto es que ni siquiera se trata de un fenómeno comunicativo con propiedades distintivas. La political advertising supone en realidad el empleo de unos determinados formatos mediáticos: mensajes políticos (frecuentemente electorales) que adoptan formatos de la publicidad comercial, como los spots televisivos” (Pineda, 2005: 678).

148 El Gobierno a su vez se ampara en la subdirección General de Medios Audiovisuales de la Secretaría de Estado de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información, donde se elaboró un informe en el que se determina que la campaña “El poder de tu voz” no reúne las condiciones para incluirse en lo que popularmente se conoce como “anuncios gratuitos”. O dicho de otro modo, en lo dispuesto en el apartado 4 del artículo 13 de la ley 25/1994, que reza como sigue: “A efectos del presente artículo, no tendrán la consideración de publicidad los anuncios de servicio público o de carácter benéfico, difundidos gratuitamente, ni los realizados por el operador de televisión en relación con sus propios programas”.

149 Estos artículos son los siguientes: 5, 6, 8 a 16, 17.2 y 3, 18, 19.3

150 Esta sanción podía ser de hasta trescientos mil euros de multa, según los datos proporcionados por AI.

Por su parte Huici con un tono más jocoso añade: “Pero, por otro lado, la denominación de «Publicidad Política», no puede sino sonar (al menos, para oídos no demasiado jóvenes) como un eufemismo que, como tal encubre y desactiva otra palabra, probablemente, otra realidad. Obviamente, se trata del vocablo «Propaganda»” (Huici, 1994: 97-98). Siguiendo las aportaciones de estos teóricos llegamos a la conclusión de que si el spot “El poder de tu voz” es tildado de publicidad política debe considerarse también propaganda.

¿Y qué significa para nuestro estudio que la publicidad política no sea otra cosa que propaganda? Para contestar a esta pregunta vamos a partir de un hecho concreto que es muy significativo: “la propaganda sería una manifestación de poder no física, sino comunicacional —es decir, simbólica” (Pineda, 2006: 110). Por lo tanto, “poder” y “propaganda” están íntimamente ligados porque ésta es uno de los muchos instrumentos de que disponen las instancias de poder para conformar las estructuras sociales (cfr. Pineda, 2006: 127). Si esto es así, y el gobierno tiene razón con su denuncia, estaríamos ante el hipotético caso de un anuncio donde un “poder” concreto pretende lograr un objetivo. ¿Pero quién firma este anuncio? ¿qué poder hay tras este spot? Porque, como decimos, detrás de toda acción propagandista reside una esfera de poder. Pineda lo resume así: “desde un punto de vista causal, el explicans de la propaganda (que sería el explicandum) es el poder. Ante la pregunta: «Cuál es la motivación que lleva al proceso de generación comunicativa en la propaganda?», o, en otras palabras, «por qué se hace propaganda», la respuesta sería «por el poder»” (Pineda, 2006: 127). En este caso, detrás de la pieza publicitaria no existe ningún poder. AI no puede identificarse con poder alguno, por muy fuerte que sea como ONG, pues no estamos ante un gobierno, un partido político o una institución. Desde las Ciencias de la Comunicación se puede afirmar que este anuncio no es publicidad política ni propaganda. AI es una Organización No Gubernamental, no es sujeto activo para realizar propaganda porque no tiene vinculación alguna con el poder.

A nuestro juicio, existe un importante error conceptual en la interpretación que el gobierno de España hace de la publicidad política. Se están mezclando dos categorías comunicativas diferenciadas: el mensaje y el emisor. Por un lado, como ya vimos, desde el punto de vista de la categoría del emisor no podemos hablar de ninguna manera de publicidad política al referirnos al spot “El poder de tu voz”. Del mismo modo que no hablamos de publicidad social y sí de publicidad comercial cuando analizamos uno de los muchos anuncios gráficos de tono social que realizó Oliviero Toscani para la marca Benetton. Como antes advertíamos, al no tratarse de un emisor institucional o político no podemos hablar de publicidad política o propaganda. Por otro lado, y ya desde el punto de vista del mensaje, que es a buen seguro a lo que se acogió el gobierno español para prohibir la emisión del spot, el contenido del anuncio en ningún caso es político porque no beneficia a ninguna estancia de poder (que sería el objetivo de toda acción de propaganda política). Igual que en la publicidad comercial se busca la venta que beneficia a la empresa y en la publicidad social se pretende el cambio actitudinal para beneficiar a la ONG en particular y a la sociedad en general, en la publicidad política se persigue un fin que beneficia al poder. Por lo que, aunque aparezcan dirigentes mundiales, no se trata de un anuncio de contenido estrictamente político.

La polémica entre el gobierno y la ONG terminó tras unos meses de acusaciones en los que la campaña “El poder de tu voz” no apareció gratuitamente en las cadenas de televisión nacionales y concluyó con la nueva campaña de la organización.

Durante estos meses los medios de comunicación plasmaron lo sucedido, pues la controversia que suscitó la aparición del spot dio pie a una serie de debates en torno a la nociones de “censura” o “prohibición” y a los límites que deben establecerse (o no) en la publicidad. La prensa, por ejemplo, se convirtió en el espejo de una sociedad que se debatía entre dos posicionamientos, el político y el social, cuyos argumentos podían ser igualmente razonables. El País^[151] en una noticia publicada en febrero de 2008 que titula: “El Gobierno torpedea un anuncio de Amnistía”, expone el caso de forma expositiva para luego argumentar que

“dos cadenas estatales sí han emitido el anuncio: IB 3 (Balears) y Canal Sur (Andalucía). El ente andaluz confirmó ayer que emitió el spot el año pasado durante varios meses. El portavoz de la cadena aclaró que, al margen de legislaciones estatales, cada autonomía puede aplicar sus propias normas. «Nosotros no hicimos ningún juicio de valor sobre ese anuncio. Las ONG tienen la costumbre de pedir estos espacios a las televisiones públicas y las cadenas públicas siempre estamos más abiertas»”.

Con lo que, a pesar de hacer un repaso de la situación en el que presenta claramente los argumentos de AI para mantener su posición, el periódico alega que quizá sea algo exagerada ya que el anuncio “se escucha en las ondas públicas”, que el Ministerio de Industria sólo ha desestimado su emisión de “forma gratuita” y que además el spot apareció finalmente en dos cadenas públicas.

Otros periódicos no tuvieron en cuenta esta noticia en el momento de su aparición que se corresponde con el período de mayor debate. Este es el caso de El Mundo^[152] que hizo mención a la negación de la difusión de “El Poder de tu voz” en septiembre de 2008 cuando publicó una noticia informando de la denegación de emisión de una campaña de AI llamada “Si nadie dice nada es como si no existiera”^[153]. En este sentido, el periódico publicó que “se trata del tercer spot que el ministerio «obstaculiza»”, pues “el primer precedente se produjo en 2003, con el anuncio «Ponte en su piel», en el que se denunciaba malos tratos racistas en España; y el segundo fue en diciembre de 2007, con el spot «El Poder de Tu Voz», donde aparecían varios líderes políticos mundiales aludiendo a artículos de la Declaración Universal de los Derechos Humanos”.

Como se puede observar, una pieza incómoda da más que hablar que un anuncio amable. Y esa lección AI la tiene muy bien aprendida. Vamos a cerrar nuestro trabajo precisamente con esta estrategia de marca.

5. A MODO DE CONCLUSIÓN: MARKETING VIRAL Y “EL PODER DE TU VOZ”: LA POLÉMICA COMO MEDIO DE DIFUSIÓN

Hay un dicho en lengua castellana que reza: “lo importante es que hablen de uno, aunque sea mal”. Y pese a que son muchos

151 Véase http://www.elpais.com/articulo/Pantallas/Gobierno/torpedea/anuncio/Amnistia/elpepugen/20080205elpepirtv_4/Tes

152 Véase <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/09/18/solidaridad/1221740769.html>

153 “El País” también reparó en esta nueva desavenencia entre el Ministerio y Amnistía Internacional tal y como publicó en su página web: http://www.elpais.com/videos/sociedad/Vetados/anuncios/Amnistia/Internacional/Ministerio/Industria/elpepusoc/20080918elpepusoc_1/Ves/

los expertos en comunicación los que critican este enfoque de pretender hacer noticia de cualquier suceso (por negativo que sea) para generar ruido (en jerga técnica a esto se le denomina obtener *publicity*), cada vez son más las organizaciones que utilizan este recurso “del todo vale” para alcanzar notoriedad. Para llegar a los medios. Para que se hable de uno aunque sea mal. Hace ya algunos años el famoso fotógrafo Oliviero Toscani llevó esta técnica hasta sus últimas consecuencias para la firma textil italiana Benetton. Toscani alcanzó tal popularidad con unas cuantas campañas de contenido “social” que revolucionó a todo el planeta, logrando una notoriedad para la marca que seguramente hasta entonces ni soñaba. Los anuncios del fotógrafo eran eso, fotografías, concretamente “imágenes denuncia”, pero no se trataba del típico cliché al que el sector nos tiene acostumbrados, sino que mostraban una realidad bastante incómoda (la muerte desnuda, diferencias raciales, críticas al clero,...). Y sembraron una polémica inusitada: todo el mundo hablaba de aquellos anuncios; desde los medios de comunicación de los países donde se emitían hasta los medios de los países donde se prohibían. Es decir, la opinión pública se hizo eco de aquellas campañas y a partes iguales se criticaron o alabaron desde todas las esferas públicas: gobiernos, medios de comunicación, intelectuales y otros líderes de opinión; y privadas: los denominados ciudadanos anónimos. Es el propio Toscani quien reconoce este hecho en un texto autobiográfico que paradójicamente titula *Adiós a la publicidad*:

“Las reacciones más exacerbadas del gran público, y las más exageradas, pero también las más interesantes y las más políticas, acompañadas de movimientos de repulsa y de entusiasmo jamás vistos en el mundo de la publicidad, surgieron en Europa con el cartel de Benetton –otoño de 1993– que mostraba una piel tatuada con la inscripción «HIP positivo»” (Toscani, 1996: 81).

Pues bien esta técnica de sembrar la polémica para lograr espacio en los medios de comunicación y alcanzar adeptos y detractores en mismas proporciones, desde que lo popularizara Toscani allá por los noventa del siglo pasado, ha tenido y cuenta en la actualidad con no pocos practicantes. Y precisamente serán las ONG uno de sus mayores profetas. Quizás se trate de la naturaleza del producto que se debe anunciar. Quizás sean los pocos recursos económicos para hacer campaña. Quizás sea la inmovilidad generalizada de la opinión pública, vacunada ya de casi todo. Pero el caso es que es cada vez más común que las ONG utilicen contenidos polémicos para tratar de movilizar a la sociedad. A esto hay que sumarle el poder de las nuevas tecnologías (redes sociales, blogs, chats, sms,...) mediante las cuales el individuo anónimo puede convertirse en líder. Éstas son el vehículo perfecto para que la opinión pública deje de ser sujeto pasivo y sin necesidad de salir a la calle se movilice. En palabras de Ramos y Selva:

“Las Organizaciones No Gubernamentales utilizan cada vez más Internet como herramienta de comunicación, especialmente el correo electrónico. Su popularidad entre los usuarios, la facilidad de uso y, sobre todo, el bajo coste que supone crear una cuenta hacen de esta técnica una fórmula ideal para estas organizaciones con bajos presupuestos publicitarios” (Ramos y Selva en Fernández, 2005: 246).

Y como no podía ser de otra manera, AI también se ha sumado a usar este recurso de la polémica y por supuesto orquestán-

dolo desde las ventajas que proporcionan las nuevas tecnologías. Y el spot que analizamos “El poder de tu voz”, como se verá a continuación, es buena prueba de ello. No es la primera vez que AI trata de movilizar a sus socios, simpatizantes y a la sociedad en general con una campaña polémica. En su propio “libro de mano” relata cómo por medio de una campaña concreta persigue “la elevación de la opinión pública y la movilización de las personas a nivel internacional contra la tortura” (1983: 15). Tampoco es nuevo para AI usar el poder de las tecnologías para hacer campaña. Hace algunos años llevó a cabo una campaña urgente de obtención de firmas en la que Internet jugaba un papel fundamental.

“El caso era especial: Safiya, una mujer nigeriana separada y con un hijo, había sido condenada a morir lapidada por haber mantenido relaciones sexuales fuera del matrimonio, aunque la realidad es que había sido violada por un familiar de su marido, del que quedó embarazada. No se trataba solamente de concienciar a la sociedad acerca de la brutalidad de la condena, de la injusticia de la ley Sharia o de la situación de la mujer en los estados islamistas más radicales, sino que, sobre todo, pretendía recoger con urgencia el mayor número de firmas porque en tres semanas se celebraba el juicio. El objetivo era parar el juicio, denunciar internacionalmente la injusticia en la que se encuentran sometidas las mujeres en los estados islamistas más radicales y, sobre todo, salvar a Safiya” (Ramos y Selva en Fernández, 2005: 246).

Contábamos antes cómo los medios de comunicación tradicionales informaban de manera cautelosa y serena de la noticia de la emisión del spot “El poder de tu voz”. Pues bien, mientras esto ocurría Internet se convertía una vez más en una explosión de opiniones a través de diferentes páginas web y sobre todo de una gran cantidad de blogs y de foros sociales. El anuncio, a pesar de no poder emitirse en televisión, puede verse aún hoy en día ven diferentes páginas web, como “Youtube” o “Dailymotion”. En su día contó con un aluvión de “bajadas”. Y será la propia ONG quien difunda el mensaje y vierta sus valoraciones y discernimientos en su web, en la que además se permite seguir visualizándose el spot. Internet una vez más se convierte en una ventana para todo aquel que quiera conocer lo sucedido y sumarse a la causa desde el salón de su casa. En efecto, el poder de comunicación que tiene Internet y la rapidez con la que puede transmitirse una información, amén de sus bajos costes estructurales, lo convierte en un medio óptimo para que la opinión pública pueda volcar sus juicios al respecto. Analizando la red encontramos que existen opiniones de todo tipo, pero lo cierto es que la mayor parte de los blogs, por poner un ejemplo, apoyan a la organización y observan la acción del gobierno como censora y represiva. La pregunta es ¿por qué son estas las consecuencias de una disputa en la que de partida los argumentos de ambas partes son igualmente creíbles, coherentes y procedentes?

Kotler y Roberto nos responden a esta cuestión: “La mayoría de las campañas sociales que examinamos son campañas de alto consenso: promover la solidaridad, prevenir los incendios forestales y rehabilitar a los drogadictos, con las que la mayoría de los ciudadanos están de acuerdo” (Kotler y Roberto, 1992: 7). Con la decisión de censurar el anuncio de AI el gobierno español pretendía evitar que se diera una de las condiciones básicas para que toda campaña social tenga éxito, que, a juicio de Kotler y Roberto es la “monopolización”. En este sentido, los autores sostienen que “una campaña de

información tiene que gozar de un monopolio en los medios, de modo que no haya mensajes contrarios a los objetivos de la campaña” (Kotler y Roberto, 1992: 12). De este modo, se suponía que prohibir la emisión del anuncio evitaría su difusión y popularidad inmediata —la que sólo se logra usando medios de gran penetración como es la televisión. No obstante, dicha decisión, se volvió en contra del propio gobierno porque no sólo aceleró el ruido mediático —un ruido basado en la controvertida decisión de prohibir un spot de marcado tinte social firmado por una Organización No Gubernamental del peso de AI (que como vimos antes comunicó su versión en una nota de prensa)—, sino que además acentuó lo que en marketing se llama el potencial viral de la campaña. Digamos que el denominado marketing viral¹⁵⁴ es la poción mágica para que las causas sociales se popularicen y alcancen sus objetivos. En este caso concreto la explicación es bien sencilla: dada la naturaleza de la causa social (que se cumpla la declaración de los derechos humanos), ampliamente aceptada, y la actitud del gobierno de España, la opinión pública rechaza y denuncia la decisión tomada por el Ministerio con las herramientas que están en su mano: redes sociales, mensajes de móviles, foros, blogs y la propia web que IA crea en internet. Así se pasa de la prohibición a la camaradería. De la nada a la fidelización, que es uno de los objetivos más ansiados por las compañías. Y si se hace bien estos públicos adeptos pueden llegar a alcanzar lo que Roberts (cfr. 2005: 168) denomina el estadio de los “consumidores inspiradores”. Esto es, enamorados de una marca. ¿Y qué no se hace por amor?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaker, David, Joachimsthaler, Erich (2001). *Li-derazgo de marca*. Bilbao, Deusto.
- Fernández, Jorge D. (2005). *Aproximación a la estructura de la publicidad*. Sevilla. Comunicación Social.
- Fernández, Jorge D., Labarta, Fernando (2009). *Cómo crear una marca*. Córdoba. Almuzara.
- Gibbons, Giles (2010): “El valor social de las marcas”. En Brujó, Gonzalo (Ed). *En clave de marcas*. Madrid. LID.
- Herreros, Mario (1989). *Teoría y técnica de la propaganda electoral (formas publicitarias)*. Barcelona. PPU.
- Huici, Adrián (1994). “Propaganda y publicidad política: Algunas cuestiones terminológicas”. *Questiones Publicitarias*, nº3, pp. 96-104.
- Kotler, Philip y Roberto, Eduardo (1992). *Marketing Social. Estrategias para cambiar la conducta pública*. Madrid. Díaz de Santos.
- Kotler, Philip (2000). *Dirección de marketing*. Madrid. Prentice Hall.
- McNair, Brian (2003). *An introduction to political communication*. London. Routledge.
- Pineda, Antonio (2005). *Elementos para una teoría comunicacional de la propaganda*. Universidad de Sevilla. Tesis Doctoral Inédita.
- Pineda, Antonio (2006). *Elementos para una teoría comunicacional de la propaganda*. Sevilla. Alfar.
- Ramos, Marina, Selva, David (2005). *La comunicación below the line*. En: Fernández, Jorge D. *Aproximación a la estructura de la publicidad*. Sevilla. Comunicación Social. pp. 225-248.
- Ries, Al y Trout, Jack (2007). *Posicionamiento. La batalla por su mente*. Madrid. McGraw-Hill.
- Roberts, Kevin (2005): *Lovemarks. El futuro más allá de las marcas*. Barcelona. Empresa Activa.
- Toscani, Oliviero (1996). *Adiós a la publicidad*. Barcelona. Omega.
- VV.AA. (1983). *Amnesty International Handbook*. London. Amnesty International Publications.

154 “El concepto de marketing viral se refiere a una práctica muy antigua que tradicionalmente han utilizado las empresas de manera informal: el “boca-oreja”. Se trata de que nuestros clientes, aquellos que han experimentado nuestro producto o servicio, comenten de forma espontánea a sus amigos, familiares o compañeros de trabajo su experiencia con la marca en cuestión, tanto si ésta ha sido buena como mala. Hasta ahora, las empresas buscaban la recomendación positiva de manera pasiva, esto es, basando su estrategia en la excelencia del producto y la mejora de la calidad del servicio. Esto supone que los consumidores hablarían por sí solos sin ningún incentivo. Sin embargo, el marketing viral —denominado así porque actúa como un virus informático entre los contactos de la libreta de direcciones— busca profesionalizar esta práctica, concebirla de manera estratégica dentro de la empresa. En este sentido, las nuevas tecnologías han proporcionado las herramientas necesarias para canalizar esta predisposición positiva hacia la obtención de beneficios reales para la empresa” (Ramos y Selva en Fernández, 2005: 243).

CONSTRUIR A PAZ:

VISÕES INTERDISCIPLINARES
E INTERNACIONAIS SOBRE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

VOLUME 04.

LITERATURA, MÚSICA
E RELIGIÃO

ÍNDICE **VOLUME 04** LITERATURA, MÚSICA E RELIGIÃO

579	LA LITERATURA Y LA PAZ EN EL MUNDO LUSO-HISPÁNICO ANA MARÍA DA COSTA TOSCANO	611	INTER-RELIGIOUS DIALOGUE AS AN INSTRUMENT OF PEACE IN THE MEDITERRANEAN SEA CARMELINA CHIARA CANTA
581	A MÚSICA E A PAZ JOSÉ SOARES MARTINS	617	UM OLHAR PARA O ACERVO DISCURSIVO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO MARINETE LUZIA FRANCISCA DE SOUZA
583	GIVE PEACE A CHANCE CARLOS TÊ	621	RELIGIÃO: CAMINHOS DA GUERRA, CAMINHOS DA PAZ BERENICE NEIDE BRANDÃO ANDRADE
585	A MÚSICA COMO TESTEMUNHO DA BARBÁRIE JOSÉ JÚLIO LOPES	625	UN ARMA CARGADA DE PALABRAS: LA POESÍA SOCIAL EN ESPAÑOL DURANTE LA DÉCADA DEL CINCUENTA M ^a ÁNGELES PÉREZ LÓPEZ
587	RELIGIÃO: CAMINHOS DA GUERRA, CAMINHOS DA PAZ TERESA MARIA LEAL DE ASSUNÇÃO MARTINHO TOLDY		
589	FROM PUBLIC REASON TO REASONABLE ACCOMMODATION: NEGOTIATING THE PLACE OF RELIGION IN THE PUBLIC SPHERE MATHIAS THALER		
599	A PAZ DOS CEMITÉRIOS JOSÉ SOARES MARTINS		
601	LA INSTRUMENTALIZACIÓN DE LA RELIGIÓN EN EL DISCURSO DE LOS PARTIDOS EUROPEOS DE DERECHA RADICAL POPULISTA. EL CASO DE LA LEGA NORD. ALESSANDRA ARRU		

LA LITERATURA Y LA PAZ EN EL MUNDO LUSO-HISPÁNICO

ANA MARÍA DA COSTA TOSCANO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

Cuando el profesor Pedro Cunha me hizo la propuesta de presentar un simposio sobre la importancia de la “literatura y la paz en el mundo luso-hispánico” acepté inmediatamente y la acogida en el resto de los participantes fue sorprendente. Escritores, poetas y profesores universitarios se reunieron para hablar de un tema tan particular y tan latente en algunas zonas de la región. Rebeliones, guerra entre narcotraficantes, violencia de género y un largo etcétera inundan la lista para el proceso de paz aquí presentado. La literatura nos lleva a un amplio camino en donde a través de la voz de la profesora y poeta, María Ángeles Pérez López, sentimos que la “paz y la palabra se fundirán en la poesía escrita en español” como en la novela, los cuentos y ensayos que se presentaron en el simposio. La poeta salmantina, nos trazó un breve recorrido por la literatura hispanoamericana hasta principios del siglo XX a través de los diversos empleos de la palabra *paz*, analizando su auge en el contexto de la poesía social en español durante la década de los cincuenta. En esa fecha, en torno a la propuesta central de Blas de Otero –*Pido la paz y la palabra* (1955)–, varios autores relevantes como Efraín Huerta, Jorge Enrique Adoum, Juan Gelman, Mario Benedetti, entre otros, emplearán el término *paz* vinculado al oficio del poeta para afianzar la noción de compromiso. En las obras de esa década, no solo conciben el hecho poético ligado íntimamente con el hombre *en situación* sino que, cuando apuestan por el término *paz*, lo conciben como una construcción humana que se vincula a la palabra corporeizada a través del poeta. Paz y palabra se fundirán en la poesía escrita en español tras algunos momentos clave vividos en el periodo de entreguerras –con Pablo Neruda, César Vallejo, Emilio Prados o Miguel Hernández– para ligarse, en los cincuenta, a la noción de poesía comprometida o *engagée*.

Mientras que Silvia Ruiz Otero no mostró en su trabajo “Violencia y costumbres: del maltrato a los balazos” una muestra de las diferentes formas de violencia que en la literatura mexicana son plasmadas por autores (hombres y mujeres) de las últimas décadas. De la pederastia al bullying, pasando por la violencia intrafamiliar y los tiroteos entre narcotraficantes, México, según sus cuentistas, vive en constante zozobra. Autores como Guillermo Fadanelli, Eunice Mier, Xavier Velasco, Patricia Laurent y Blas Valdés ofrecen estampas hiper-realistas del México de hoy con una escritura directa, rompiendo las fronteras genéricas y con voces diferentes: una niña maltratada, una madre con sed de venganza, un hombre en medio de un tiroteo entre narcos, una víctima de pederastia y unos púberes que buscan una víctima. Voces que comparten emociones muy diversas, como diversa es la realidad de México como parte de un mundo globalizado: angustia, venganza, inocencia, indiferencia y miedo, rabia, impotencia... Las preguntas son: ¿estamos acostumbrados a la violencia?, ¿hasta qué

punto forma parte de nuestra vida cotidiana?, ¿cuáles son las actitudes que se adquieren para sobrevivir en un mundo violento?, ¿por qué los jóvenes escritores mexicanos se colocan “más allá del bien y del mal” y no emiten juicios de valores? Las respuestas a estas preguntas se encuentran en las obras literarias de hoy principalmente en la nueva narrativa.

La música no podría faltar para el significado de lo que representa la paz, por ejemplo, en el amor. Con un título tan emblemático “Que todos los mariachis de Jalisco...”, Paloma Jiménez Gálvez realizó un análisis desde lo literario, un análisis hermenéutico sobre algunas de las canciones de José Alfredo Jiménez, su padre, que, de alguna manera, se vinculan con el amor y la reconciliación. Son las canciones que los enamorados llevan hasta los balcones de la mujer amada; para alagarla o cortejarla. Los seres humanos buscan la armonía mediante diversos medios, pacta o negocia la paz. En cierto modo, las serenatas son una costumbre para lograr dicho objetivo: pero, lo que se considera fundamental, es que en las serenatas no se discuten ni se debaten, solamente, y gracias a su musicalidad, se dejan oír.

No podría faltar en nuestro simposio la situación por la que pasan algunas mujeres en el mundo musulmán en donde se acepta la lapidación como castigo para la mujer adúltera. Por esa razón, Carmen Dorotea Alarcón Méndez presentó dicha situación a través del cuento “Antes del hambre de las hienas” de Ignacio Padilla que presenta a una mujer valiente que se atreve a darle un giro distinto a la aplicación de las leyes del Código penal iraní. El análisis hermenéutico de dicho cuento concluye que aunque estas mujeres se ven obligadas a vivir la injusticia de las leyes musulmanas, algunas han logrado salir de su “encierro” y encontrar un desenlace diferente al castigar a la adúltera.

La situación de Guatemala no podía faltar en este proceso de paz que fue muy bien abordado por Ana Lorena Carrillo Padilla que habló sobre el texto de Mario Payeras *Latitud de la flor y el granizo* (1988) a partir de sus dimensiones narrativa, formal y estética. También se consideró el contexto histórico y político de su producción y sus relaciones intertextuales. Se planteó la hipótesis de que la obra de Payeras es un esbozo de un programa político alternativo frente al fracaso del proyecto guerrillero guatemalteco. La base de dicho esbozo programático es el balance crítico y autocrítico de la opción armada que realizó en la obra, y la propuesta de crear una nueva agenda ecologista/multicultural para la lucha anticapitalista en los tiempos de paz.

Maria do Carmo Castelo Branco detalló los momentos por los que pasó Angola en sus procesos de paz a través de la última obra de Luandino Vieira, *O Livro dos Guerrilheiros* (2009), mostrando como la reconversión de la guerra en tiempos de paz se transformó, lentamente, en una casi narrativa de la

soñada construcción del país, transmitida por una redundancia casi lírica o por la que casi memoria de un ideal.

Para terminar el poeta y narrador venezolano Gabriel Jiménez Emán nos presentó el “Tropicalismo y europeísmo en la literatura venezolana: Manuel Díaz Rodríguez y Pedro Emilio Coll vistos por Miguel de Unamuno (con Nota final sobre un diálogo para reconstruir la paz)”. Trató de la visión que posee el escritor Miguel de Unamuno sobre los escritores del modernismo venezolano como Manuel Díaz Rodríguez y Pedro Emilio Coll, apuntando a la decisiva repercusión que sus obras tuvieron en España, debido a una actividad literaria, editorial y periodística que se estableció por entonces, aupada también desde Madrid por el escritor venezolano Rufino Blanco Fombona. Las obras que referenció fueron *Ídolos rotos* (1901) y *Sangre patricia* (1902), introduciendo sobre ellas varias consideraciones significativas, válidas para varios contextos y épocas. Primero, está la glosa de Miguel de Unamuno sobre el ensayo “Notas de la evolución literaria en Venezuela”, de Pedro Emilio Coll, donde el escritor ibérico realiza aportes significativos a la visión que se posee de la literatura venezolana en España, con la subsecuente irradiación de este influjo en el resto de la novelística hispanoamericana de entonces, en un proceso de dobles resonancias que se ponen de manifiesto en el movimiento modernista, en su voluntad de absorber gran parte de la tradición literaria europea para aclimatarla culturalmente al trópico en la década final del siglo XIX, abonando el terreno para una fructífera vinculación estética y cultural entre ambos continentes. Unamuno acuña en este sentido la noción y el término tropicalismo, y por otro lado hace referencia a la influencia francesa en la literatura española e hispanoamericana.

El novelista venezolano siguió su discurso aludiendo que “si la paz es tolerancia, inclusión, participación, respeto a las diferencias y aceptación de la diversidad cultural; si éstas hacen posible la convivencia y el equilibrio social a través del ejercicio de la libertad individual para el bien colectivo, más allá de la limitación de las ideologías, superando la política de las invasiones bélicas a otros países, orquestadas la mayoría de ellas en los laboratorios del capitalismo avanzado; si la paz da origen a una cultura del diálogo entre estos conceptos para superar las carencias de un mundo donde aún se verifican genocidios y fratricidios, entonces yo apuesto por un nuevo concepto de la paz entre escritores de Europa y Venezuela, de Venezuela y el mundo, de España y Venezuela tal como lo hicieron en su momento Miguel de Unamuno, Manuel Díaz Rodríguez y Pedro Emilio Coll, los cuales son, de hecho, puntos de referencia para continuar construyendo ese diálogo”.

He tratado de hacer un recorrido sobre las reflexiones del término “paz” en sus más variadas situaciones en la literatura hispano-lusa, realizadas oralmente en dicho simposio y que quedó aquí expuesto como una constancia de la intensidad de la convocatoria congregada por primera vez en Portugal.

Ana María da Costa Toscano

A MÚSICA E A PAZ

JOSÉ SOARES MARTINS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



Desde sempre os compositores procuraram escrever sobre a guerra e a paz desde Monteverdi, a Haendel, passando por Haydn ou Beethoven até Honeggar, Britten ou John Adams.

Carlos tê procura no seu texto tentar compreender a importância da música popular para esse desiderato analisando o famoso Bed In de John Lennon e Yoko Ono em que o Zeit Geist ficou em definitivo ligado à liberdade sexual e à paz entre os povos. Estávamos em 1969 no ano mágico de Woodstock e na ressaca dos verão ácido de 1967 e das primaveras de 1968 (Paris e Praga). Nesse Bed In estava a nata da contra cultura simbolizada pelo poeta beat Allen Ginsberg e pelo profeta do LSD Timothy Leary. Depois como se sabe foi a grande liturgia pacífica de Woodstock onde os Country Joe and the Fish criti-

caram a guerra do Vietnam e a paz foi entoada por Joan Baez e sobretudo Jimmi Hendrix que ao tocar o hino da América celebrou o mortífero napalm, os bombardeamentos e as vítimas inocentes da guerra com a sua guitarra em fogo.

Já na música dita Erudita, José Júlio Lopes aborda o Quarteto para o Fim dos Tempos escrito por Messiaen num campo de concentração nazi com interpretação e audição no mesmo campo da morte, o impressionante Requiem da Guerra de Britten ao lado da 9ª Sinfonia de Beethoven da Missa in Tempore Belli do Haydn ou a História do soldado de Stravinsky. Obras que emparelham ao lado da Sinfonia de Leninegrado de Schostakovich ou da celebração das vítimas do 11 de Setembro pela mão de John Adams.

GIVE PEACE A CHANCE

CARLOS TÊ

Em Março de 1969, John Lennon e Yoko Ono fizeram um Bed in pela paz no Hilton de Amsterdão criando um desconcertante e original instrumento de intervenção pública. Com o seu poético simbolismo de alcova, o Bed In definiu o espírito desse tempo e salientou o essencial da mensagem da música pop: liberdade sexual e paz entre os povos. Ou seja, o velho slogan Make love not war. No fim da década de sessenta, os artistas pop tinham-se tornado poderosos, escandalizavam a opinião pública com os seus devaneios, a juventude tentava emular o desassombro com que desafiavam a moral vigente. Lennon fora mais longe do que todos ao afirmar que os Beatles eram mais conhecidos que Jesus Cristo. O seu manto de estrela pop deixava um rasto iconoclasta e a imprensa baloiçava entre tentações de censura e impulsos de avidez editorial. Em Junho, Lennon deu outra conferência de imprensa pela paz, desta vez em Montreal. E foi num estúdio improvisado num quarto de hotel que gravou, na cama, uma das suas canções mais emblemáticas, o *Give peace a chance*. O quarto estava cheio de jornalistas e convidados importantes como Timothy Leary, o guru do movimento psicadélico, e Allen Ginsberg o poeta chave da Beat generation. Dois meses depois, o festival de Woodstock tornava-se a Meca da música pop e do pacifismo. Uma canção como *I Feel like I'm fixing to die*, dos até aí pouco conhecidos *Country Joe and the fish*, imortalizou-se como um puro momento de agit-prop contra a guerra do Vietnã, o mesmo acontecendo com a versão do hino americano por Jimmy Hendrix, o *star spangled banner*, onde a sua guitarra soltava medonhos uivos eléctricos que remetiam para os destroços calcinados por napalm dos B 52 na Indochina. Em Woodstock, a música pop viveu o auge da importância social adquirida na segunda metade do século XX. Com o seu poder icónico e a sua índole desarrumada, engrossava um credo juvenil sem igreja ideológica organizada. O turbilhão político e social dos anos sessenta, que latejava na poesia e na literatura, encontrou na música pop um rastilho de grande espectro. O processo foi simbiótico: a música pop pregava a liberdade do espírito e do corpo e recebia de volta uma consciência social, politizava-se sem uma agenda programática, a não ser a velha e generalista utopia da revolução francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Para trás, ficava o brado ingénuo ouvido na emergente cultura de massas, no fim da década de cinquenta. Agora, não havia só o meneio pélvico, o lamento amoroso, havia questionamento, mobilizações de rua, desobediência civil, guias de marcha para o Vietnã queimadas nas escadas do Pentágono. A herança agitadora de Pete Seeger e Woody Guthrie tinha contaminado a pop. Dez anos antes, *We shall overcome* transformara-se no hino não oficial do movimento dos direitos civis americanos. A letra original remontava a um tema gospel do século dezanove ressurgido em 1947 como *We will overcome*, depois de publicada no *Peoples' bulletin*,

um folheto organizado por Pete Seeger, que a tinha ouvido à directora musical da *Highlander Folk school*, um centro no Tennessee que formava sindicalistas e que era então o foco do activismo estudantil não-violento. Pete inclui-a no seu repertório, cantou-a em vários comícios e outros cantores folk, como Joan Baez, passaram a cantá-la também. O seu ponto alto ocorreu na marcha sobre Washington, em 1963, onde Martin Luther King fez o seu histórico discurso. Foi o maior exemplo da capacidade mobilizadora duma canção.

Mas a força da canção depende de quem a canta. Os negros do Harlem chamaram swing ao modo como um intérprete extrai duma canção todo seu potencial de ignição. E não se referiam só ao jazz. Esta afirmação vem num dos temas mais populares do velho mestre Duke Ellington – *it don't mean a thing if you ain't got that swing*. Nunca uma simples frase, mesmo com erros sintácticos, se aplicou tão bem à música em geral. Ou seja, pode-se ter uma mensagem revolucionária, catalisadora, mas vale pouco se o cantor/portador não tiver swing, groove, balanço, poder, carisma.

Com a queda das últimas ditaduras no Ocidente, a canção de protesto entrou em declínio. A perestroika quase lhe escreveu o epitáfio. As guerras tornaram-se regionais, longínquas, cirúrgicas. A canção vivia de causas e as causas reduziram-se drasticamente. Pouco mais resta que a bandeira climática. Por sua vez, a cultura de massas ficou dominada pela imagem. O fluxo torrencial de imagens comeu o espaço interior e deixou menos espaço para a introspecção. Uma canção é sempre um espaço narrativo interior que convida o ouvinte a reescrever as suas próprias metáforas de perplexidade, sonho e indignação. A canção, duma maneira geral, perdeu importância, apesar de ter ainda o seu lugar na cultura de massas, embora arrumada numa prateleira modesta. A canção vivia nas extremidades do mercado e ao ser abarcada por ele, tornada mercadoria disponível em todos os formatos, desvalorizou-se. O mercado fez com que o gadget que a suporta (hi-pod, hi-phone) seja mais importante que ela. Ou seja, mais o modelo e a capacidade operativa do rebento tecnológico onde se ouve do que o seu conteúdo. A canção passou a ser um «conteúdo». Os artistas pop são trovadores com influência pública decrescente. A sua produção volatiliza-se na miríade de canais e plataformas no mercado. Estão em toda a parte e, no entanto, parecem invisíveis na labiríntica floresta mediática. Só a sua presença física nos palcos continua a ser indispensável. A necessidade de trovadores é uma extensão do sagrado, são xamanes, sacerdotes de liturgias urbanas e pagãs. Outros tentam ser estrelas planetárias e apagam-se rapidamente, são produtos perecíveis da economia global. Fazem digressões por estádios com parafernalias de luz e som e tentam permanecer à tona através de coreografias andróginas, figurinos apocalípticos, pequenos escândalos. Mas a música, como a palavra, é secundária.

O imaginário colectivo está refém da novidade, não consegue reter no espaço do info-entretenimento uma canção por mais de uma semana ou duas. Sem silêncio, a canção perdeu o contraponto que a fazia perdurar. Há quem chame melancolia democrática a estes tempos de paz e prosperidade e é difícil à música pop falar disto.



A MÚSICA COMO TESTEMUNHO DA BARBÁRIE

JOSÉ JÚLIO LOPES

Devemos pedir às artes - e à música em particular - que participem no esforço da paz, ou no esforço para evitar ou cessar guerras? Será a música capaz de pacificar um conflito armado?

Postas assim as questões de forma tão genérica, e até um pouco ingénua, parece-me evidente a resposta: não. Não: a música não faz parte das contradições, nem pode resolvê-las – as contradições que levam à Guerra, ou que desfazem a paz. A música não faz parte da equação. Quando eclode uma Guerra – e, sobretudo, no caso das guerras de maior magnitude, como a II Guerra Mundial, ou a Guerra do Vietnam, ou a II Guerra do Iraque – a música não faz parte do problema. E também não faz parte da solução. As contradições que levam às guerras são de tipo económico e político e não cultural e estético.

Quanto muito, a música celebra, evoca, entusiasma. Mas não pode em si mesma interromper ou participar em processos cujas causas estão para além de qualquer pulsão musical. A música celebra vitórias, entusiasma guerreiros e revolucionários, evoca os mortos. Exerce uma sua função social mais ou menos pacífica que corresponde a gerar momentos de comunhão (comunicação).

Não devemos, pois, pedir à música o que a música não pode dar.

A música não consegue ir tão longe quanto uma espécie de terapia musical global no plano político e nacional, capaz de transformar os ímpetus dos sujeitos.

É evidentemente discutível que a música supostamente tenha uma função; ou, até que seja evidente para muitos, um carácter funcional da música. É verdade que desde sempre se têm discutido as suas funções sociais. Pelo menos desde os gregos. Mas, no século XX, com a ascensão da chamada sociedade de massas, a questão tornou-se mais clara e evidente. E mais dramática. E mais política.

Os usos da música, os seus modos de produção, as suas modalidades de recepção, os formatos comunicacionais da sua recepção, os seus modos de difusão, a sua coisificação, massificação e reificação implicaram todo um novo pensamento. É inevitável aqui a invocação do pensamento de Adorno num famoso livro intitulado “Dialéctica do Iluminismo” em que é o problema da cultura de massas, ou seja, uma cultura para as massas, que está no centro da crítica adorniana.

Mas recuemos primeiro até aos gregos – os primeiros que pensaram os pensamentos que ainda nos ocupam. Para os gregos a questão da música era tomada como de resto mais tarde, no século XVII e XVIII, viria de novo a ser abordada. O da disponibilidade expressiva da música. Isto quer dizer: saber no fundo para que é que serve, ou de outro modo, o que é que ela serve.

Platão, num célebre diálogo, defende que a música deve prestar um serviço na construção da cidade. E que serviço é esse? O seu propósito elevado é o de servir não para o entretenimen-

to superficial, mas para ajudar na construção da personalidade dos cidadãos e para acalmar as paixões humanas.

A discussão sobre a música, na “República” é exemplar. Revela já uma consciência racional daquilo a que no século XVII se chamaria a “mecânica das paixões” com Descartes. Na sua discussão sobre as funções das “harmonias” (os modos gregos, vagamente equivalentes às nossas escalas maiores e menores) Platão expõe um entendimento sobre as funções da música:

“- Não entendo de harmonias – prossegui eu -, Mas deixai-nos ficar aquela [harmonia] que for capaz de imitar convenientemente a voz e as inflexões de um homem valente na guerra e em toda a acção violenta, ainda que seja mal sucedido e caminhe para os ferimentos ou para a morte ou incorra em qualquer outra desgraça, e em todas estas circunstâncias se defenda da sorte com ordem e com energia. E deixa-nos ainda outra [harmonia] para aquele que se encontra em actos pacíficos, não violentos, mas voluntários, que usa do rogo e da persuasão, ou por meio da prece aos deuses, ou pelos seus ensinamentos aos homens, ou, pelo contrário, se submete aos outros quando lhe pedem, o ensinam ou persuadem e, tendo assim procedido a seu gosto e sem sobranceira, se comporta com bom senso e moderação em todas estas circunstâncias, satisfeito com o que lhe sucede. Estas duas harmonias, a violenta e a voluntária, que imitarão invariavelmente as vozes de homens bem e mal sucedidos, sensatos e corajosos, essas deixa-as ficar.” [1]

Este entendimento platónico perdurou. E, mesmo hoje, parece ser evidente para muitos que a música, na sua mecânica expressiva, pode cumprir estas funções.

Platão colocava um problema mais tarde relativizado por Aristóteles – que não dava a mesma importância que Platão à função musical de moldagem do carácter dos cidadãos, mas que a colocava num lugar essencial no trabalho da educação -, e depois rebatido por Sextus Empiricus (sec II a.C.), um céptico que escreveu um famoso texto intitulado “Contra os músicos”. Aí ele negava o argumento platónico que defendia que o homem sensato é comparável ao músico: porque tem a sua alma organizada harmonicamente. E defendia uma certa inutilidade da música, nomeadamente na guerra: “que os espartanos usem o aulos e a lira em combate não demonstra que a música tenha utilidade na vida. (...) não é por causa disso que uma melodia estimula o coração e que é a causa da coragem

1 Platão, República, 399b, Lisboa, FCG, 1976, p 128.

dos soldados, mas é antes por esles estarem ansiosos por se afastarem da agonia e da desordem”.^[2]

O cepticismo de Empíricus esbarra com o refinamento do pensamento de Platão e também de Aristóteles, sendo que este último defendia que a música deveria ser capaz de produzir um efeito no ethos de educar os homens a exultar com justeza e rectidão, do mesmo modo, por exemplo, que a ginástica produz um efeito de qualidade no corpo.

Esta discussão, porém em moldes modernos, foi retomada em outros momentos da história, nomeadamente no século XVII (na famosa Querelle) e sobretudo, já em termos actuais, no século XX, com Adorno e Marcuse.

O problema dos usos e das funções da música coloca-se aqui, numa discussão sobre Guerra e Paz, precisamente porque, aparentemente, há uma exigência que é feita à música que a tornaria capaz de agir como elemento apaziguador das tensões sociais, políticas e nacionais.

A minha descrença funda-se não só no plano histórico, sociológico e musicológico (que negam essa possibilidade), mas também no plano do compositor de música contemporânea. Um compositor contemporâneo, envolvido no que poderíamos chamar de composição crítica, está perdido no labirinto das possibilidades estéticas de hoje. E coloca-se, face uma obra nova, permanentemente uma interrogação básica: para quê?

Uma boa parte da música de hoje – aquela que recusa a comercialização e recusa deixar-se coisificar – não partilha do desígnio que o senso comum anacronicamente identifica na chamada música clássica: o de promover a comunhão da humanidade, de contribuir para melhorar os homens e as sociedades. Esse “estranha” recusa assenta na ideia de que a música deve desviar-se da sua funcionalidade e rebelar-se contra os ditames da indústria, criando processos paradoxais de incommunicabilidade, de consciencialização e de crítica.

Na verdade, vivemos hoje vários equívocos (alimentados, de resto, pela indústria). A música que estabelece o padrão daquilo que “deve ser” música tem 200 anos. Foi a tecnologia que permitiu manter o gigantesco arquivo da música disponível, de tal modo que os contemporâneos têm sérias dificuldades em competir com os compositores do passado. Ao contrário de outras épocas, em que não existiam gravações, por exemplo, os compositores de hoje estão confrontados com toda a história da música, a que se junta o poder da indústria na sua aliança natural com os media, que impõem um padrão de como a música “deveria ser”.

Este facto transforma o gesto inicial do compositor contemporâneo num gesto de resistência e de afirmação.

Mas, as questões da Guerra e da Paz, aquelas que são essenciais para as sociedades humanas e para os indivíduos concretos, impõem-se de modos diferentes. A experiência mais marcante em termos europeus e mundiais colocou barbárie à porta de casa dos moderníssimos europeus.

Depois da Segunda Guerra — vários foram os que consideraram que a arte não tinha mais nada para dizer. Perante o horror e a destruição produzidos pela máquina nazi, nem mais uma palavra poética, nem mais uma melodia. A música, depois do horror, não só poderia ser um espelho, um reflexo da realidade.

Não alimentando uma crença excessiva nas capacidades de a música poder fazer mais do que está realmente ao seu alcance, defendemos que a música deve ser deixada em paz, no sentido em que não se lhe devem atribuir responsabilidades para além

do possível. É claro que não existe música sem compositores (na tradição ocidental europeia), e sem músicos.

Ao longo da história da música ocidental há de facto ligações entre a música (as diferentes formas e géneros musicais), compositores e músicos, e a Guerra e a Paz. Detenhamo-nos na música militar. Diz-se que Kant só gostava de música militar, talvez porque só ela corresponde, no seu plano funcional, ao mesmo tipo de racionalidade da filosofia kantiana. Mas, mesmo aqui, e para além da ironia, há, de facto, limites. A música militar cumpre uma função básica de unificação dos movimentos do corpo militar enquanto conjunto. De resto, sempre, no campo de batalha se ouviu música. Não música melodiosa e introspectiva, mas música que, precisamente, tem como objectivo entusiasmar e encorajar os soldados no seu caminho para o embate tendo a morte, o estropiamento, ou o ferimento como possibilidade.

O chamado “toque de caixa” visa garantir que um grande número de homens marcham maquinalmente, isto é, ao mesmo tempo e tendo como ausência não-enunciada a ordem. A ordem é um elemento fundamental da guerra. Não se faz guerra sem ordem. Sem ordens. Isto é: sem que os soldados tivessem aprendido a obedecer sem crítica. E um primeiro treino, digamos, faz-se pelo uso da música. O facto de a música militar ser maioritariamente composta em compasso 2 por 4, ou seja, música para marchar, é o exemplo maior da sua instrumentalização. E essa instrumentalização visa um efeito colectivo, a criação de uma ordem unida.

Pondo de lado, pelo seu carácter funcional, ordeiro e opressivo, a música militar, de facto podemos falar de muitos exemplos de peças musicais que evocam ou se dedicam a estes temas.

Porque de facto, os músicos e os compositores sempre tomaram parte nos destinos da polis.

Algumas das intervenções mais decisivas da Guerra no curso da música foi, por exemplo, a forma como Anton Webern morreu: acidentalmente abatido por um soldado americano em 1945, já no imediato pós-guerra.

Cinicamente poderíamos dizer também que foi a Guerra que nos deu, de Olivier Messiaen, o “Quarteto para o Fim do Tempo” escrito e ouvido em estreira mundial num campo de prisioneiros de Guerra – no qual participaram vários músicos igualmente presos (e alguns judeus) e perante uma assistência de quase cinco mil ouvintes, incluindo a guarnição alemã e o comando do campo.

Ou a “História do soldado” de Stravinsky. Ou o “Woyzeck” de Alban Berg. Ou o “War requiem” de Britten. E claro, a Nona de Beethoven. E muitas outras obras, algumas encomendadas como celebrações da paz.

Devemos no entanto manter no nosso espírito a ideia de que o mundo é uma construção humana. E que, enquanto tal, essa construção do mundo é totalmente estranha ao curso da natureza. Os eventos humanos mais dramáticos – o nascimento, a morte, a Guerra, as revoluções – deixam a natureza na mais imperturbável indiferença. Mas também a música é uma construção humana que faz parte da construção do mundo. E também a ela a natureza é indiferente.

A música (qualquer música), tal como qualquer outro “documento da cultura”, como diz Walter Benjamin, é um testemunho da barbárie dos vencedores da história.

No fundo, a música é totalmente estranha e alheia ao facto de historicamente a paz não ser possível.

2 Sextus Empiricus, *Against Musicians*, in Denise Davidson Greaves (org), *Greek and Latin Music Theory*, vol 3, Lincoln University of Nebraska Press, 1986, 121-81.

RELIGIÃO: CAMINHOS DA GUERRA, CAMINHOS DA PAZ

TERESA MARIA LEAL DE ASSUNÇÃO MARTINHO TOLDY

PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL

Muitas das polarizações existentes no mundo atual argumentam com motivos religiosos para reforçar identidades, excluir “diferentes”, legitimar violências terroristas e justificar violências de Estado. Será a religião que alimenta esses conflitos? Será a religião manipulada para servir interesses de outra ordem? Haverá religiões adstritas a determinados espaços geográficos? Que consequências terá a “etnicização da religião” para a paz mundial? Que papel pode desempenhar a religião nos caminhos para a paz? Estaremos a caminho de um “ecumenismo” ou diálogo inter-religioso global? Quem poderá mediar estes processos?

Os textos aqui apresentados procuram refletir nestas questões a partir de vários ângulos de abordagem: da ciência política, da sociologia, da psicologia, da teologia, da espiritualidade. Assim, o primeiro texto, da autoria de Mathias Thaler, debruça-se sobre o lugar da religião no espaço público e sobre a possibilidade de um modelo contratualista salvaguardar, simultaneamente, aquele que o autor considera ser o lugar legítimo da religião nesse mesmo espaço e um “modus vivendi” discursivo e prático capaz de salvaguardar o pluralismo próprio das democracias.

De facto, hoje, como ontem, ainda que de formas diversas, a religião ocupa um lugar inegável na reivindicação de razões e motivações para a imposição de “modus vivendi”. Será a paz possível, sequer? Será a paz algo que se encontra, apenas, nos cemitérios, pergunta-se José Soares Martins? Ou será que, em momentos sombrios, a noção de guerra justa, face à intolerância e à reemergência da barbárie poderá ganhar algum sentido?

Por outro lado, será que vivemos tempos em que a religião é brandida como um “traço identitário” de distinção abissal

em relação a “outros”, isto é, como uma linha de separação cultural – mais do que como uma dinâmica espiritual, emancipatória e universal – que separa, em vez de congregar? O texto de Alessandra Arru apresenta uma análise da forma como partidos europeus da direita radical populista (nomeadamente, a Lega Nord, na Itália) manipulam o religioso a favor da obtenção de resultados eleitorais.

Mas o diálogo inter-religioso e o diálogo das religiões com a cultura e a sociedade também oferecem propostas e caminhos de paz. É desta mesma temática esperançosa que se ocupam os três últimos textos aqui apresentados. Carmelina Canta debruça-se sobre as potencialidades do diálogo entre as três religiões do Livro para a pacificação no Mar Mediterrâneo – “Mar da Paz” e “Mar do Sangue”. Aliás, a autora está mesmo convicta de que este diálogo recorda e reaviva a identidade mediterrânica. Por seu turno, Marinete de Souza apresenta-nos um estudo sobre impactos comparados da Teologia da Libertação em comunidades de base na Itália e no Brasil, chamando a atenção para a forma como, nas mesmas e na leitura da realidade a que procedem, se torna visível a inseparabilidade entre o campo religioso, o cultural e o social. Por fim, e num registo completamente diferente de todos os outros textos, mas aceitável à luz de uma abordagem pluralista, em nome da paz, apanágio desta publicação, podemos ler o texto de Berenice Andrade que, adotando a própria designação desta secção, nos fala de uma experiência que a filosofia da religião designaria como expressiva de “sentimentos religiosos”, aqui, em concreto, relacionados com a paz entre as religiões.

FROM PUBLIC REASON TO REASONABLE ACCOMMODATION: NEGOTIATING THE PLACE OF RELIGION IN THE PUBLIC SPHERE

MATHIAS THALER

INVESTIGADOR
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

THIS ARTICLE WAS FIRST PUBLISHED IN DIACRÍTICA. REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE MINHO 23, NO. 2 (2009): 249-270.

Debates about the legitimate place of religion in the public sphere have recently gained prominence in political theory. This paper grapples with liberal contractarianism as a lens through which the legitimate place of religion in the public is negotiated, and argues that the emphasis on “right reasons” underrates the impact of power structures on the ways in which institutions are justified. I shall claim that public reason ought to be conceived in terms of a discursive and dynamic “modus vivendi”.

Os debates em torno do lugar legítimo da religião no espaço público têm vindo a ganhar relevância na teoria política. O presente texto assume a perspetiva do contratualismo como lente através da qual o lugar legítimo da religião no espaço público é negociado e argumenta que a ênfase nas “razões certas” subestima o impacto das estruturas de poder nas formas de justificar as instituições. Defenderei que a razão pública deveria ser concebida nos termos de um “modus vivendi” discursivo e dinâmico.

INTRODUCTION^[3]

The latest debate about the place of religion in the public sphere has set in motion a number of interesting, and indeed astonishing, revisions in normative political theory: it has led advocates of Critical Theory to engage constructively with the potential of religion for political deliberations; it has motivated liberal thinkers to question the appropriateness of relegating religious practices to the private sphere; and, perhaps most significantly, it has eroded the dichotomy between constitutional democracy and religion that had for a long time been foundational to standard conceptions of modernization. (Bader, 2007; Ungureanu, 2008)

3 I would like to thank Roberto Merrill and an anonymous reviewer of this journal for generous and helpful comments on an earlier version of this paper. Most of all, I am grateful to Mihaela Mihai for providing sharp, yet incredibly supportive criticism. Without her criticism, I would simply have been unable to write this article. Finally, Moara Crivelente assisted me in bringing the text in an acceptable shape from a formal point of view. Needless to say, all remaining errors in the text are entirely mine. Parts of this paper have served as basis for talks given in Portugal on two occasions: in November 2008, during the international conference “Challenges to Human Rights and Global Justice” at the Universidade de Coimbra, and in June 2009, during the first “Meeting on Ethics and Political Philosophy” at the Universidade do Minho. I wish to express my sincere gratitude to the scientific organizers as well as to the engaging audiences of both events.

At first sight, these revisions appear to testify to philosophy’s somewhat embarrassing tendency to arrive too late on the scene, when various social and cultural phenomena have already surpassed their peak.^[4] Observed from outside of philosophy’s disciplinary boundaries, it seems as if normative political theory’s current focus on the challenge of “postsecularism” masks a maladroitness attempt to catch up with crucial insights gained much earlier by the social sciences.^[5] Sociologists of religion have since the 1990s profoundly criticized the secularization thesis of the Weberian variety, on the grounds that it did not stand the reality test in a comparative perspective. (Casanova, 1994; Casanova, 2006) Moreover, cultural anthropologists have pointed to the inextricable intertwining of secular and religious narratives, thus shattering the European myth of secularism as merely being the absence of religion. (Asad, 1993; Asad 2003)

In this web of intersecting, and sometimes competing, viewpoints, a question emerges about the argumentative strategies normative political theory should adopt in order to enrich the debate. There are, in principle, two ideal-typical options: Either normative political theory distances itself from the empirical observations made by the social sciences so as to demarcate the legitimate space of religion in a democratic polity; or it deals with the context-sensitive research produced by the social sciences and initiates a process of mutual learning from which different perspectives, across disciplinary boundaries, could benefit.

This paper argues that the second option is more attractive than the first. I shall claim that normative political theory would be moving in the wrong direction if it persistently ignored one crucial insight that can be found in the social science literature: that power structures, and their concrete configurations within a society at a given time, matter when the place of religion in a democratic polity is negotiated. The ideal of public reason, however, is grounded in a notion of political autonomy that undercuts the acknowledgment of these power structures. My argument against public reason does not me-

4 This if, of course, an allusion to Hegel’s dictum: “The owl of Minerva spreads its wings only with the falling of the dusk.” (Hegel, 1991: 23)

5 This is not to say that everybody endorses the fundamental intuition behind the notion of postsecularism. Quite on the contrary, the discussion about where we currently stand with regard to the secular heritage of the West is highly contentious. The academic discourse about postsecularism has recently been invigorated by Charles Taylor. Taylor claims that we are still living in a secular age. Secularism, thus, provides a common frame for both believers and non-believers, at least in the West. See: Taylor, 2007.

rely aim at uncovering the insufficiency of normative political theory's engagement with "real politics".^[6] I would rather maintain that there are philosophical grounds for modulating the ideal of public reason and the concomitant notion of political autonomy.

These grounds can be teased out by putting forth alternative, more complex conceptions of *modus vivendi*, or so I shall argue. The main claim of this paper is, hence, that political theory can benefit from a reappraisal of the relationship between power and justification. My endorsement of a certain version of *modus vivendi* tries to defend an intermediary position between what Bernard Williams calls "political realism" and "political moralism" (Williams, 2005). On the level of application, this intermediary position implies that contextual, as opposed to abstract, approaches to normative political theory are better suited to deal with religion in the public sphere, because they develop their substantive positions on controversial issues by moving back and forth between principles and cases.^[7]

The article has the following structure: section (II) rehearses the main steps that have been taken to advance the early discussion about public reason towards a broader interest in religion as particularly expressed in the work of Jürgen Habermas. In the next section (III), I distinguish between two types of objections that can be levelled against Rawls's idea of public reason and Habermas's recent examination of religion in the political forum: one more superficial, regarding the exact locus of the "institutional translation proviso"; the other more fundamental, regarding the general role of justification in deliberative processes. The final section (IV) examines whether a revised notion of *modus vivendi* that builds on the fundamental criticism discussed in the preceding section can be enlisted to illuminate the legitimate place of religion in the public sphere. To achieve this end, I will draw our attention to the findings of the Bouchard/Taylor commission that worked from 2007 to 2008 in the Canadian province of Québec. My hypothesis says that this report exemplarily exhibits the advantages that a fresh look at the notion of *modus vivendi* can bring about. By relying on a context-sensitive account of open secularism that stands in contrast to, yet does not fully give up on, a standard reading of public reason, the report illustrates the way in which a productive negotiation of religion in the public sphere can be reached.

1. (RAWLS AND) HABERMAS ON RELIGION IN THE PUBLIC SPHERE

In this part of the paper, I summarize, after a short detour, Jürgen Habermas's main arguments concerning religion in the public sphere.^[8] Over the last five years, Habermas has taken a surprising turn in his thinking about the expressive potential of religious beliefs in the public sphere. While up until the late 1990s the question of religious beliefs had barely been raised, Habermas has lately delivered a more organized

view of how religious beliefs might fit into his over-all system of postmetaphysical philosophy.

Once again, Habermas proceeds by initiating a conversation with his strongest counterpart from the other side of the Atlantic, John Rawls.^[9] The starting point of this conversation is the by now notorious notion of "public reason".^[10] As a generic term, "public reason" is concerned with providing criteria for evaluating the validity of arguments circulating in the political forum. To establish which reasons count as public is, thus, to separate acceptable from unacceptable justifications in deliberations among citizens. Since Rawls's ideas have been framing the later discussions, it will be useful to quickly highlight the key issues involved in his use of the notion. Rawls's project in *Political Liberalism*, and generally in his later philosophy, is to offer a freestanding justification for a constitutional regime in which all citizens can be integrated equally.^[11] "Freestanding" means that a political conception of justice must refrain from reaching out to any "comprehensive doctrine". The term "comprehensive doctrine" does not only encompass natural candidates for individual or collective visions of the good life, such as religions and ideologies, but also liberalism in the broad sense. The astonishing assertion in *Political Liberalism* is that liberalism itself can be counted as such a vision of the good life. This is the reason why Rawls conceives of political liberalism as a parsimonious and non-perfectionist version of thick liberalism.^[12]

The freestanding conception of justice propagated by Rawls imposes on citizens a "duty of civility" (Rawls, 2005: 444). This duty expresses the obligation of every citizen to make independent use of two kinds of reasons: as a supporter of a comprehensive doctrine, for example as a believer in the precepts of Roman Catholicism or as a left-leaning activist, a person might hold multiple views on matters of communal significance. Nevertheless, these views must not, on Rawls's account, be offered as reasons in civic deliberations. Once they step into the forum of civic deliberations, citizens need to be willing to offer only those reasons for their decisions and actions that can be accepted by all other citizens, irrespective of which comprehensive doctrines they themselves may support.

There is one important disclaimer to add here, though: Rawls wants his ideal of public reason to be applied only to debates of highest importance, or what he calls debates about "constitutional essentials" and "matters of basic justice" (Idem: 442). In response to sharp criticism of his earlier views on public reason, Rawls also makes it clear that citizens are in fact allowed to make use of their comprehensive doctrines in deliberative processes as long as they are willing and able to provide "in due course" arguments that can be shared by everyone. He refers to this revision as the "proviso" that specifies a wide view of public reason. (Idem: xlix-l) Further, Rawls introduces a crucial distinction between the "political forum" – encompassing judges and their decisions, the discourses of government officials and the announcements of candidates for public office – and the "background culture" of civil society. From this distinction it does not follow, however, that citizens who are for-

6 For a recent exploration of how political theory should approach real politics, see: Geuss, 2008.

7 In pitting abstract and contextual styles of normative political theory against each other, I do, of course, simplify matters significantly. For example, I do not account for a distinction that has forcefully been stated by Onora O'Neill, namely that "abstraction without idealization" is both feasible and desirable. However, I believe that the contrast I am suggesting is insightful even if subtle differences within each pole are worth spelling out. See: O'Neill, 1990.

8 Habermas's turn towards religion has already sparked a broad secondary literature. See, among others: Harrington, 2007; Chambers, 2007; Lafont, 2007.

9 For the differences between Habermas's and Rawls's views on religion in the public sphere see: Yates, 2007.

10 The newly established *Journal of Law, Philosophy and Culture* has dedicated its first issue (2007) on Rawls's seminal text. Contributors include Kent Greenawalt, Jeremy Waldron, and William Galston.

11 For a reconstruction of Rawls's idea of political liberalism see: Alejandro, 1996.

12 This idea is connected to what Rawls calls the priority of the right over the good. A right-based defense of justice as fairness claims to remain neutral towards the entirety of individual or collective visions of the good life.

mally situated outside the political forum should refrain from making use of public reason, as we shall see shortly.

The intuition behind the bracketing of comprehensive doctrines says that, given the fact of “reasonable pluralism” in modern democracies, i.e. given the simultaneous existence of equally justified views of the good, political liberalism “deliberately stays on the surface” (Rawls, 1985: 239). The strategy of public reason entails circumventing divisive conflicts that would, on Rawls’s account, inevitably erode the fundament of society once debates about justice became dominated by a clash of idiosyncratic allegiances to particular values. To argue politically, as opposed to metaphysically, depends, thus, on the abstraction from one’s deepest commitments.

Note that the requirement of reciprocal acceptability inherent in public reason stands in stark contrast to mere toleration, where not more than a fragile *modus vivendi* between different individuals or groups with their comprehensive doctrines is at stake. A *modus vivendi* offers, in Rawls’s view, a solution to the problem of “reasonable pluralism”, but it proceeds in the wrong way because it merely establishes a precarious equilibrium point between otherwise antagonized opponents. Instrumental rationality and strategic action are not enough to elucidate “society as a system of fair social cooperation between free and equal persons” (Idem: 229). Public reason, on the other hand, aims at deepening the consensus on which diverse societies are built, for it engages all citizens in a conversation about normative foundations. This requirement of neutrality governing civic deliberations evidently has massive consequences for Rawls’s interpretation of religion. The overarching question is:

“How is it possible [...] for those of faith, as well as the non-religious (secular), to endorse a constitutional regime even when their comprehensive doctrines may not prosper under it, and indeed may decline?” (Rawls, 2005: 459)

Rawls stipulates that public reason circumscribes a space from which *all* comprehensive doctrines are excluded by the same token. Since secularism figures as a “comprehensive nonreligious doctrine” (Idem: 452), public reason must not be mistaken for secularism. The translation of comprehensive doctrines into the register of public reason, thus, instigates a process through which each citizen is forced to leave her idiosyncratic allegiances behind and articulate her concerns through the common language of citizenship. As has already become clear, not only state officials such as judges, parliamentarians or candidates for public office are bound by the “duty of civility”, but also ordinary citizens must in their debates over constitutional essentials and matters of basic justice refrain from advancing visions of the good life. Citizens need to act as if they were “ideal legislators” (Idem: 444) in the public sphere when holding officials in the political forum accountable.

Let us now return to Habermas. The German philosopher grapples with Rawls’s proposal by sorting out lessons that he deems more valuable than others. While Habermas shares, and indeed stresses, Rawls’s focus on civic deliberations, he also sides with those who criticize Rawls for asymmetrically burdening religious people.^[13] In what sense can it be argued that the “duty of civility” is unfairly disposed towards believers? On the one hand, Habermas claims, it is a matter of empirical observation to state that religious people cannot simply

split their identity into one part governed by the principles of a comprehensive doctrine, and another part governed by the ideal of public reason. In opposition to Rawls, Habermas insists that it is not always possible for a believer to find widely accessible formulations for her positions that correspond to, and map on, the reasons originating in a comprehensive doctrine. It is overly demanding for, and therefore unfair to, the believer to always seek a duplication of her set of reasons, depending on where the discussion takes place. On the other hand, there is also a moral consideration that reveals why Rawls’s insistence on public reason might be disingenuous:

There is a normative resonance to the central objection, as it relates to the integral role that religion plays in the life of a person of faith, in other words to religion’s ‘seat’ in everyday life. A devout person pursues her daily rounds by drawing on belief. Put differently, true belief is not only a doctrine, believed content, but a source of energy that the person who has a faith taps performatively and thus nurtures his or her entire life. (Habermas, 2006: 8)

In this passage, Habermas submits that the obligation to establish a split identity between private believer and public citizen underestimates the moral weight faith possesses. Remember that the duty of civility demands from all citizens to draw a parallel between public reason and comprehensive doctrine. This demand, however, might be doomed to fail if there plainly are no corresponding formulations for one’s positions that would be publicly accessible. It is, thus, conceivable to imagine a genuine collision between religious values (or any other comprehensive doctrine) and public reason, because many believers support a specific policy regarding constitutional essentials and matters of basic justice on the grounds that their religion considers it authoritative. It might even be said that a crucial component of faith is precisely that only religious values can motivate and orient the believers’ standing in civic deliberations.

The moral weight of comprehensive doctrines supplies a strong argument against excluding religious beliefs from the public sphere. The duty of civility advocated by Rawls could in the end lead to a disenfranchisement of religious people, and this would obviously diminish the stabilizing effect of civic deliberations. If religious people are asked to remain mute in the public sphere due to an inability to access public reason, their standpoints cannot become contributions in the process of ideal legislation. This danger of excluding religious people motivates Habermas to modulate Rawls’s proposal in one significant respect.

The liberal state must not transform the requisite institutional separation of religion and politics into an undue mental and psychological burden for those of its citizens who follow a faith. [...] Every citizen must know and accept that only secular reasons count beyond the institutional threshold that divides the informal public sphere from parliaments, courts, ministries and administrations. But all that is required here is the epistemic ability to consider one’s own faith reflexively from the outside and to relate it to secular views. Religious citizens can well recognize this ‘institutional translation proviso’ without having to split their identity into a public and a private part the moment they participate in public discourses. They should therefore be allowed to express and justify their convictions in a religious language if they cannot find secular ‘translations’ for them. (Idem: 9-10)

13 For representative criticisms see Audi/Wolterstorff, 1997; Weithman, 2002.

The crucial argument in this passage concerns the distinction between the “informal” and the “formal” public sphere. This distinction is pivotal to Habermas’s double-tiered model of deliberation. Democratic *opinion-formation* takes place in the informal, weak public sphere that is characterized by disorder and fluidity. All types of arguments can be exchanged in this branch of the public sphere, because the channels of communication are completely unregulated. In contradistinction to the anarchic structure of opinion-formation, democratic *will-formation* is subject to more organizational restrictions. The main venues for democratic will-formation are located in the formal, arranged public sphere of the judiciary and the parliament. Although Habermas suggests that the informal and the formal public sphere rely on, and communicate with, each other, he conceives of them as distinct branches. (Habermas, 1996)

It is the institutional threshold separating the informal from the formal public sphere that decides over the admissibility of religious beliefs. The state has to be unequivocally secular and firmly rooted in the repudiation of faith-based arguments. While Rawls wants to ban religious beliefs, just like any other comprehensive doctrine for that matter, from the public sphere in general, Habermas argues for the inclusion of believers’ standpoints within the anarchic structure of opinion-formation. Respect for the equality of religious people commands such inclusion; further, it is of paramount importance for the society at large not to cut itself off from positive resources of meaning:

Religious traditions have a special power to articulate moral intuitions, especially with regard to vulnerable forms of communal life. In the event of the corresponding political debates, this potential makes religious speech a serious candidate to transporting possible truth contents, which can then be translated from the vocabulary of a particular religious community into a generally accessible language. However, the institutional thresholds between the ‘wild life’ of the political public sphere and the formal proceedings within political bodies are also a filter that from the Babel of voices in the informal flows of public communication allows only secular contributions to pass through. (Habermas, 2006: 9)

The hope is that allowing religious beliefs in the public sphere would trigger processes of mutual learning from which all members of society might benefit. Such a learning process is necessary because today the modern world faces the threat of scientism: Recent debates about the freedom of will tend to be overshadowed by results generated from neurological research, and Habermas presumes that a scientifically restricted conception of personhood might narrow down the scope of civic deliberations. We need religious beliefs in the public sphere to counterbalance the “naturalistic self-objectification” fetishized by the natural sciences.^[14]

But religious beliefs can only flourish in the public sphere when they are seen as productive in the course of civic deliberations. More than mere toleration is required in a postsecular society. Once religious beliefs are permitted to inform and transform the debates in the public sphere, it would be a waste of resources if secular persons refused to take those beliefs seriously. Hence, Habermas insists that adaptive changes need

to affect both religious and secular persons. Believers must become reflexive with regard to other religions and accepting of the secular foundations of the state. Non-believers, on the other side, must open themselves to the possibility that religious persons have in fact something meaningful to say in the public sphere. During this process all parties, consequently, have to cooperate in the informal, weak public sphere.

Let us recapitulate the argument about religion in the public sphere as it has been advanced by Habermas: At the heart of his approach lies a concern with both the legitimacy and the social cohesion of the constitutional state. Toleration based on indifference or ignorance is inadequate to address the challenges of deeply diverse societies. This becomes particularly evident in the context of contemporary Europe where past colonialism and present immigration put pressure on political systems to accommodate cultural differences. Habermas envisions the constitutional state as being based at once on private and public autonomy, on the liberal idea of basic rights and on the republican idea of democratic self-government. (Habermas, 2001) Freedom of religion as a legal guarantee is, thus, a meaningful option only if the state enables its citizens to participate actively in the process of ideal legislation. It follows that civil society (the informal component of the public sphere) needs to be inclusive of, and responsive to, all members of a political community, while the state (the formal component of the public sphere) should promote the principle of absolute neutrality towards particular world views. A social arrangement akin to a *modus vivendi* is structurally insufficient to tackle the fact of reasonable pluralism because it undercuts the requirement of public autonomy on which both Rawls and Habermas draw. The next section will address the issue whether Rawls’s and Habermas’s refutation of *modus vivendi* is indeed as plausible as it appears at first sight.

2. RETHINKING MODUS VIVENDI

I would now like to distinguish between two families of criticism that have been levelled against Rawls’s and Habermas’s approaches: one internal and the other external. The internal criticism questions the exact locus of the translation proviso.^[15] Whereas Habermas contends that only state action must take place within the domain of secular reasons, Maeve Cooke has replied that this widening of the scope of public reason is too restrictive, and suggested that religious beliefs should also be granted access to the realms of the judiciary and the parliament as long as they satisfy the “condition of non-authoritarianism” (Cooke, 2007: 234). “Non-authoritarianism” applies to believers and non-believers alike if and only if they reject uncritical modes of deliberating and acting. This approach to public reason pushes the bar even higher, well above the institutional translation proviso suggested by Habermas, and basically abandons the categories of the secular and the religious for democratic theory. On the other side of the spectrum are those who would like to strengthen public reason in terms of secular commitments. (D’Arcais, 2007) Accordingly, Habermas has been accused of inviting fundamentalist tendencies to take over the informal public sphere, because he sacrificed the imperative of neutrality in the anarchic structure of opinion-

14 For a discussion of the relationship between religious and science education see: Audi, 2009.

15 Here, I focus exclusively on objections from the point of view of democratic theory. In doing so, I deliberately ignore another strand of criticism that has been advanced by theologians, who have claimed that Habermas’s proposal might be detrimental for the various churches existing within society. See for instance: Esterbauer, 2006.

formation. Here, the criticism involves that Habermas went too far in his attempt to accommodate the concerns of believers. (Lafont, 2007)

Both strands of internal criticism share, albeit their massive differences regarding the boundaries for articulating religious beliefs, a common framework as they strive for the isolation of a political space where consensus via the use of public reason is indeed possible. The argument then revolves around the specific construction of the civic arena in which deliberations are supposed to guarantee the legitimacy and social cohesion of a democratic polity.

This family of criticisms can be contrasted with another class of objections to the Rawlsian and Habermasian projects that goes beyond examining the locus of the institutional threshold. One of the main characteristics of their discussions about the role of religion in the public sphere lies, as we have witnessed, in the assertion that tolerance as indifference and ignorance is insufficient to accommodate the concerns of believers in a democratic polity. The underlying charge is not so much that toleration is “repressive”, as Herbert Marcuse has famously proclaimed, but rather that it fails to provide religious people with opportunities to refer to their profoundly felt convictions about controversial issues in the course of deliberations, without asking them to translate these convictions into the neutral language of citizenship. This failure to make voices heard can create a legitimacy deficit that might endanger the stability of the democratic polity, because, within a liberal framework, legitimacy can only be fostered through political autonomy, that is, through laws for which all citizens can claim authorship. A *modus vivendi* between different comprehensive doctrines would be too instable to secure social cohesion. What is, therefore, needed is an espousal of constitutional essentials and matters of basic justice “for the right reasons”.

However, sceptics have argued that this focus on agreement “for the right reasons” might be fallacious, since it fatally misconstrues the power relations pervading every political order. Against Rawls and Habermas, they have forcefully maintained that the ideal of neutrality on which public reason rests is both illusory and dangerous. The ideal is illusory, for the standards of reasoning according to which arguments in the public sphere are evaluated inevitably bear the hallmarks of power structures within a society. It is also dangerous, because the existence of power structures is covered up by the claim that public reason remains independent of, and even antithetical to, these power structures. The main contention of these sceptics is that, since all institutions and arrangements in the public sphere are imbricated with power relations, it would be incorrect to make legitimacy and social cohesion reliant on a conception of justice that is radically dissimilar from a *modus vivendi*. Following this train of thought, it is fruitless to seek to establish criteria for a just society, without taking into account the power relations that shape the very conditions under which these criteria are produced and brought to use.

This reflection gives rise to the need to reconsider the notion of *modus vivendi* as it is commonly conceived. Rawls and Habermas draw a very bleak picture of *modus vivendi* so as to make their alternative search for legitimacy and social cohesion for the “right reasons” appear more attractive. Duncan Ivison has explored the tension between public reason and *modus vivendi* in more depth with regard to the challenges that liberalism faces in the context of postcolonialism.^[6] Ivison

asks us to consider whether the ideal of public reason can help address the grievances of those who have been disenfranchised in the public sphere over a long period. In the postcolonial states that Ivison analyzes (Canada and Australia), aboriginal peoples are especially vulnerable to unfair treatment in, and orchestrated exclusion from, the public sphere. Nevertheless, appealing to the availability of public reason does nothing to alleviate the suffering of such minorities, as they usually lack the material and symbolic means to challenge and alter the conditions under which the public is negotiated. Another point of importance is that the Rawlsian scheme focuses too much on comprehensive doctrines as distinct systems of values, while the fact of the matter is that social, cultural and political identities intersect and converse with each other. Ivison then comes up with an insightful distinction between two ways of conceiving of *modus vivendi*:

1) A simple or static *modus vivendi*: The parties are motivated to comply with political norms only where it is in their interest to do so, where ‘interest’ is narrowly defined in terms of individual or group self-interest.

2) A discursive and dynamic *modus vivendi*: The parties are motivated to comply with political norms where it is in their interest to do so, but (a) these interests include moral interests, and (b) over time, the demands and practices of social and political cooperation may come to be seen as fair and reasonable. However, the content of what is ‘fair and reasonable’ is always incompletely theorized and tied to the constellation of ‘registers’ or discourses [...] present at any given time in the public sphere. (Ivison, 2002: 84-85)

Accepting the idea of a discursive and dynamic *modus vivendi* implies that the appeal to a freestanding justification of principles of justice must be modified in order to account for the fact that what counts as public reason is itself a matter of societal and historical struggles. Supporters of a discursive and dynamic *modus vivendi*, thus, reject the idea of a freestanding justification, without giving up on the concept of public reason as such. Citizens might accordingly be thought of as having different sets of preferences for endorsing a political regime or a social arrangement, yet power structures effectively have to be acknowledged as playing a role in shaping these preferences. If we rethink public reason in terms of a discursive and dynamic *modus vivendi*, we abstain from seeing these power structures as negative obstacles on our path to attain legitimacy and foster social cohesion. Rather, they are taken as constitutive of real politics. It is important to emphasize that this does not eradicate the possibility of consensus. The members of the public sphere might still arrive at some form of agreement over the “practices of social and political cooperation”, but this concord always remains open to contestation and cannot be anchored in an abstract set of “right reasons”.

Jocelyn Maclure has argued in a similar vein that we need to “loosen the grip of Neo-Kantianism” if we wish to defend a plausible account of public reason. (Maclure, 2006) By “Neo-Kantianism” he means that the generalizability test, identified as the Kantian residue in recent approaches to public reason, is a burdensome heritage we should do away with. Public reason of the Rawlsian and Habermasian variety remains tributary to Neo-Kantianism due to its reliance on the notion that only those arguments that could elicit agreement from all citizens are deemed valid.

16 In fact, Ivison seems to have applied the revised notion of *modus vivendi* to a number of contexts, including the issue of citizenship and the history of political thought. See: Ivison, 1997; Ivison, 2000.

In analogy to Ivison's claim about the persistence and ubiquity of power structures, Maclure insists that a lasting consensus about the limits of public reason has its place in ideal theory, but not in real politics. To decide whether a singular argument passes the generalizability test is not a technical issue that can be solved in abstracto, or through expert knowledge. Rather, deliberative theories of democracy have to pay close attention to those fora in which particular measures are debated. Further, both Rawls and Habermas fail to grasp the essential contestability of the domain of public reason. While they accept, and indeed endorse, reasonable disagreement in the realm of isolated "comprehensive doctrines", they reject it vehemently when attempting to establish the limits of public reason itself. This is, from Maclure's perspective, a dubious assumption given that people's standpoints vis-à-vis constitutional essentials and matters of basic justice regularly differ on the most basic level.^[17]

Although Maclure maintains that the conflictual nature of public reason must be recognized, he does not side with proponents of agonistic democracy who are sceptical of any form of consensus.^[18] Agreement is in fact viable, yet the debate about fair terms of social and political cooperation remains by its very nature open-ended and contingent. Just like Ivison, Maclure urges us to reflect on the practice of public reason under non-ideal conditions, thereby highlighting the importance of responsiveness as a civic ethos. Citizens act responsively if they manage to acknowledge the claims of minorities who have not succeeded in formulating their viewpoints in a publicly accessible language. Maclure conceives of this "ethical sensitivity" as a complimentary virtue that citizens need to cultivate along with the requirement to disclose their own claims in the public sphere.

If we take these two rejoinders from the outside of mainstream liberalism seriously, we manage to navigate between overly consensualist modes of public reason such as Rawls's and Habermas's, and overly conflictual views that deny the feasibility and desirability of agreement in general.^[19] We can then scrutinize the relationship between power and justification, which is pivotal for the idea of public reason as well as for the discussion of religion, in a new and instructive light. If the attempt to eradicate power from the justification of a political regime or a social arrangement is conceptually futile, it becomes mandatory to analyze the existing power structures in their current configuration so as to comprehend which justificatory moves can hopefully be successful and which justificatory moves will probably fail. In the case of religion in the public sphere, this means that abstract theorizing about the problem of postsecularism falls short of dealing with the issue in its full complexity. This argument does, of course, not imply that abstract reasoning per se is useless; it only hopes to give real practices more visibility in the agenda of normative political theory.^[20]

3. "REASONABLE ACCOMMODATION" AS AN EXAMPLE OF *MODUS VIVENDI* SECULARISM

In this section of the paper, I argue that the ideas put forth by Ivison and Maclure can shed light on debates about the place of religion in the public sphere. Since both Rawls and Habermas base their discussion of religion on a simplistic depiction of social cooperation as *modus vivendi*, a different conception of *modus vivendi* will also be consequential for the discussion of religion. The case study through which I hope to corroborate this premise shall focus on the Bouchard/Taylor-commission and its final report. (Bouchard/Taylor, 2008a) The core ideas developed from the commission's hearings with Québec citizens exhibit an astonishing resemblance to the model I have sketched in the preceding section. My interpretive strategy is to outline some methodological steps that the commission has taken to reach its substantive positions on the issue of accommodating cultural differences.^[21]

Let us begin with some background information: The Bouchard/Taylor commission on "Accommodation Practices Related to Cultural Differences" was established by the Québec government in 2007 to deal with tensions over cultural and religious differences in the Canadian province. A number of conflicts that had arisen from increasing cultural and religious diversity within Québec finally culminated in an "accommodation crisis". The commission organized several public consultations whose purpose was to make audible the voices of concerned citizens.^[22] Other goals of the commission consisted of taking stock of those harmonization measures that had already been in place and of elaborating policy recommendations to the Québec government.

Harmonization measures comprise both the reasonable accommodation (i.e., the legal route) and the concerted adjustment (i.e., the citizen route) of cultural and religious differences. They aim at "ensuring respect for the right to equality, in particular in combating so-called indirect discrimination, which, following the strict application of an institutional standard, infringes an individual's right to equality" (Bouchard/Taylor, 2008b: 7). The conceptual groundwork for such harmonization measures can be found in a particular notion of equality that recognizes the importance of differential treatment in exceptional cases.^[23] The authors maintain that the "duty of accommodation [...]" does not require that a regulation or a statute be abrogated but only that its discriminatory effects be mitigated" (Idem: 24). This means that the universal principle of equality can be upheld even if exceptions in the application of the law are granted under specific circumstances.

Further, Bouchard and Taylor state that promoting harmonization measures is not a limitless duty. There are guidelines as to what claims deserve differential treatment and what counts as reasonable. The argument advanced by Bouchard and Taylor is that societal norms at a given time provide a frame of

17 For another critique of the freestanding justification of justice, see: Steinberger, 2000.

18 See for instance: Mouffe, 1993; Mouffe, 2000; Mouffe, 2005.

19 There are, however, other formulations of public reason that are closely related to the revised notion of *modus vivendi* I am pursuing here. I am particularly thinking of Henry Richardson's idea of a "deep compromise" as opposed to consensus, even if this proposal is based on a disavowal of "bare compromise" identified with *modus vivendi*. See: Richardson, 2002; for other moves in a similar direction see: Arnsperger/Picavet, 2004; Bohmann/Richardson, 2009.

20 This understanding of normative political theory is strongly influenced by Joseph Carens's views on that matter. See: Carens, 2000; Carens, 2004.

21 As a contrastive foil, consider the perfectly abstract case for religious accommodation provided in: Bou-Habib, 2006. The author submits that religious accommodation is a duty because religion must be considered as derivatively good for one's personal integrity. However, the article remains on such a high level of abstraction that the "grey area" (Idem: 124) of religious accommodation remains largely and purposefully unexplored. The problem with this approach seems to me that almost all harmonization measures in fact take place within this grey area. If political theory cannot guide the mapping of this realm, it lacks, on my account, distinctive value.

22 For the results of these public consultations,

see: Bouchard/Taylor, 2008c.

23 For a review of the various arguments for granting exceptions on the grounds of religious conduct see: Bedi, 2007.

reference for evaluating harmonization measures. The “common public culture” (Idem: 35) constitutes a starting point for balancing competing claims in the public sphere. Crucially, the report thus proceeds by drawing a descriptive list of Quebec’s essential characteristics as a modern society, including its commitment to liberal democracy, to French as the official language, and to its integration policy.

Building on this representation of Quebec’s common public culture, the report then attempts to formulate flexible rules for assessing harmonization measures: Undue hardship restricts harmonization measures if differential treatment would impose “disproportionate costs” on the accommodating institution or if it would lead to an “infringement of other people’s rights” (Idem: 53). Another rule is inferred from “ethical reference points” without which solutions to problems of cultural diversity cannot be developed. At the heart of this civic ethos is a “culture of compromise” (Idem: 55) that allows for the resolution of stalemates between absolute opposites.

The next step illustrates the application of these guidelines in concrete situations. Bouchard and Taylor underline the context-sensitivity of any evaluation of harmonization measures: “By definition, any accommodation or adjustment request arises in a specific context, which must be taken into account in the decision-making process. Each request must thus be evaluated on a case-by-case basis”. (Idem: 59) Yet, the report proposes substantial positions on a number of issues, such as gender equality, coeducation, classroom etiquette, and religious holidays. Here, the commission’s approach is heavily indebted to a notion of “open secularism” (Idem: 45-47) that envisages the institutional balancing of the moral equality of persons on the one hand, and of the freedom of conscience and religion on the other hand, as its main goal. Hence, Bouchard and Taylor endorse both the separation of church and state, and the neutrality of the state with regard to particular world-views, while admitting that the coexistence of these values can often create dilemmas that institutions need to resolve in a pragmatic vein. (Bouchard/Taylor, 2008a: 137)

For our purposes, however, the substantial positions as such are less revealing than the way in which they have been adopted. The report’s structure makes it clear that the authors grapple with the controversy about religion in the public sphere in terms of a problem that calls for context-sensitive solutions. Context-sensitivity involves judgments that start from an interpretation of the essential characteristics of the “common public culture”. Some of these characteristics are of such importance that they have historically become non-negotiable and therefore ineligible for accommodation requests. One example for such supreme values is gender equality. The report considers gender equality so ingrained in Québec’s self-understanding as a liberal democracy that any request to deviate from it, for religious or other reasons, will most likely be rejected. (Bouchard/Taylor, 2008b: 59) However, numerous other examples show that exceptions, established via the citizen or the legal route, are crucial for protecting individuals from indirect discrimination.^[24]

The scope of harmonization measures is, thus, defined through a series of trade-offs between abstract principles and the constraints of concrete contexts. The result of these trade-offs is a society governed by a novel type of neutrality “understood not as ‘bracketing’ of conflicting religious or sec-

ular ideas, but as the ‘search for a balancing’, of an equilibrium of sorts between them. Neutrality by addition, rather than by subtraction: with the pluralistic pantheon as a model and not the bare walls of public buildings from which symbols of the faith are banished.” (Ferrara, 2008: 191)

The Bouchard/Taylor report can, on my account, be read in informative contradistinction to the abstract way of thinking we have encountered in Rawls’s and Habermas’s work. This is not only the case because the report is full of policy-driven suggestions that are supposed to guide real practices. Rather, it is the methodology through which the authors uphold their substantial positions on controversial issues that lets us realize the advantages of a context-sensitive approach. Bouchard and Taylor move back and forth between principles and cases, without giving either priority. In doing so, they embrace the view that justifying harmonization measures is always conditioned by, and made possible through, the power structures inherent in society. The report, thus, reflects a dynamic and discursive *modus vivendi* as described by Ivison.

This brings me to a potential criticism of this paper. A Rawlsian or Habermasian objection to my presentation would aim at debunking the assertion that a contextual approach yields considerable benefits over more abstract versions of normative political theory. The objection would, further, try to show that the concept of public reason can serve useful functions despite of, or maybe due to, its obvious detachment from real politics. Ideal theory, it might be demurred, sets itself the ambitious task to guide behaviour under non-ideal conditions, whilst not forgetting about the limits of the practically possible. The dissenter might finally come up with a quote like this:

We ask in effect what a perfectly just, or nearly just, constitutional regime might be like, and whether it may come about and be made stable under the circumstances of justice [...]. In this way, justice as fairness is realistically utopian: it probed the limits of the realistically practicable, that is, how far in our world [...] a democratic regime can attain complete realization of its appropriate political values – democratic perfection, if you like. (Rawls, 2001: 13)

In response to this, let me summarize and sharpen my argument: I have suggested that any moralistic appeal to a “perfectly just” order, be it labelled ideal theory or realistic utopia, does not advance our understanding of the place of religion in the public sphere. Normative political theory needs to be sufficiently realist to come to terms with the fact that social arrangements are in some respect always similar to a *modus vivendi*. This does not imply that seeking agreement in deeply diverse societies is a hollow or unworkable enterprise. Indeed, in times of religiously coloured violence around the world, the promise of a peaceful future crucially depends on the creation of some sort of consensus concerning the recognition of cultural differences.

But this can only be achieved once the justification of a particular form of agreement is seen in conjunction with, and not in opposition to, power structures. Acknowledging the pervasiveness and ubiquity of power structures, hence, obliges us to explore the actual conditions under which appeals to fairness and reasonableness are made. Admittedly, this leaves political theory with a less ambitious task than the one envisioned by Rawls and Habermas. However, in paying close attention to real practices, political theory might follow its normative vocation in a more productive and original way.

24 The most famous example discussed by Bouchard and Taylor concerns the decision of Canada’s Supreme Court to allow Sikh children to wear the ceremonial dagger, the kirpan, in the classroom. See: Gereluk/Race, 2007.

REFERENCES

- Alejandro, Roberto (1996). What Is Political about Rawls's Political Liberalism? In: *The Journal of Politics*, Vol. 58, n° 1, pp. 1-24.
- Arnsperger, Christian/Emmanuel B. Picavet (2004). More than Modus Vivendi, less than Overlapping Consensus: Towards a Political Theory of Social Compromise. In: *Social Science Information*, Vol. 43, n° 2, pp. 167-204.
- Asad, Talal (1993). *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- — (2003). *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford, Stanford University Press.
- Audi, Robert (2009). Religion and the Politics of Science: Can Evolutionary Biology be Religiously Neutral? In: *Philosophy & Social Criticism*, Vol. 35, n° 1-2, pp. 23-50.
- Audi, Robert/Nicholas Wolterstorff (1997). Religion in the Public Square: The Place of Religious Convictions in Political Debate. Lanham, Md, Rowman & Littlefield.
- Bader, Veit (2007). *Secularism or Democracy? Associational Governance of Religious Diversity*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Bedi, Sonu (2007). Debate: What is so Special About Religion? The Dilemma of the Religious Exemption. In: *Journal of Political Philosophy*, Vol. 15, n° 2, pp. 235-249.
- Bohman, James/Henry S. Richardson (2009). Liberalism, Deliberative Democracy, and 'Reasons that All Can Accept'. In: *Journal of Political Philosophy*, Vol. 17, n° 3, pp. 253-274.
- Bouchard, Gérard/Charles Taylor (2008a). Building the Future: A Time for Reconciliation. In: *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec* [On-line]: <http://www.accommodements.qc.ca/index-en.html>.
- — (2008b). Building the Future: A Time for Reconciliation (Abridged Report). In: *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec* [On-line]: <http://www.accommodements.qc.ca/index-en.html>.
- — (2008c). Seeking Common Ground: Quebecers Speak Out (Consultation Document). In: *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec* [On-line]: <http://www.accommodements.qc.ca/index-en.html>.
- Bou-Habib, Paul (2006). A Theory of Religious Accommodation. In: *Journal of Applied Philosophy*, Vol. 23, n°1, pp. 109-126.
- Carens, Joseph H. (2000). *Culture, Citizenship, and Community: A Contextual Exploration of Justice as Evenhandedness*. Oxford, Oxford University Press.
- — (2004). A Contextual Approach to Political Theory. In: *Ethical Theory and Moral Practice*, Vol. 7, n° 2, pp. 117-132.
- Casanova, José (1994). *Public Religions in the Modern World*. Chicago, University of Chicago Press.
- — (2006). Rethinking Secularization: A Global Comparative Perspective. In: *The Hedgehog Review*, Vol. 8, n° 1-2, pp. 7-22.
- Chambers, Simone (2007). How Religion Speaks to the Agnostic: Habermas on the Persistent Value of Religion. In: *Constellations*, Vol. 14, n° 2, pp. 210-223.
- Cooke, Maeve (2007). A Secular State for a Postsecular Society? Postmetaphysical Political Theory and the Place of Religion. In: *Constellations*, Vol. 14, n° 2, pp. 224-238.
- D'Arcais, Paolo Flores (2007). Elf Thesen zu Habermas. In: *Die Zeit*. [On-line]: <http://www.zeit.de/2007/48/Habermas>.
- Esterbauer, Reinhold (2006). Die neue Funktion der Religion: Zu Jürgen Habermas' Positionierung von Religion im demokratischen Rechtsstaat. In: *Österreichisches Archiv für Recht und Religion*, Vol. 53, n°1, pp. 2-20.
- Ferrara, Alessandro (2008). Religion within the Limits of Reasonableness. In: *The Force of the Example: Explorations in the Paradigm of Judgment*. New York, Columbia University Press, pp. 185-203.
- Gereluk, Dianne/Richard Race (2007). Multicultural Tensions in England, France and Canada: Contrasting Approaches and Consequences. In: *International Studies in Sociology of Education*, Vol. 17, n° 1-2, pp. 113-129.
- Geuss, Raymond (2008). *Philosophy and Real Politics*. Princeton, Princeton University Press.
- Habermas, Jürgen (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MIT Press.
- — (2001). Constitutional Democracy: A Paradoxical Union of Contradictory Principles? In: *Political Theory*, Vol. 29, n° 6, pp. 766-781.
- — (2006). Religion in the Public Sphere. In: *European Journal of Philosophy*, Vol. 14, n° 1, pp. 1-25.
- Harrington, Austin (2007). Habermas and the 'Post-Secular Society'. In: *European Journal of Social Theory*, Vol. 10, n° 4, pp. 543-560.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1991). *Elements of the Philosophy of Right*, ed. Allen W. Wood, trad. Hugh Barr Nisbet. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ivison, Duncan (1997). The Secret History of Public Reason: Hobbes to Rawls. In: *History of Political Thought*, Vol. 18, n° 1, pp. 126-147.
- — (2000). Modus Vivendi Citizenship. In: McKinnon, Catriona e Hampsher-Monk, Iain (Eds.). *The Demands of Citizenship*. New York, Continuum, pp. 123-143.
- — (2002). *Postcolonial Liberalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lafont, Cristina (2007). Religion in the Public Sphere: Remarks on Habermas's Conception of Public Deliberation in Postsecular Societies. In: *Constellations*, Vol. 14, n° 2, pp. 239-259.
- MacLure, Jocelyn (2006). On the Public Use of Practical Reason: Loosening the Grip of Neo-Kantianism. In: *Philosophy & Social Criticism*, Vol. 32, n° 1, pp. 37-63.
- Mouffe, Chantal (1993). *The Return of the Political*. London, Verso.
- — (2000). *The Democratic Paradox*. London, Verso.
- — (2005). *On the Political*. London, Routledge.
- O'Neill, Onora (1990). Justice, Gender and International Boundaries. In: *British Journal of Political Science*, Vol. 20, n° 4, pp. 439-459.
- Rawls, John (2001). *Justice as Fairness: A Restatement*. Cambridge/Mass., Harvard University Press.
- — (1985). Justice as Fairness: Political not Metaphysical. In: *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 14, n° 3, pp. 223-251.
- — (2005). *Political Liberalism*. Expanded Edition. New York, Columbia University Press.
- — (2005). The Idea of Public Reason Revisited. In: *Political Liberalism*. Expanded Edition. New York, Columbia University Press, pp. 440-490.

- Richardson, Henry S. (2002). *Democratic Autonomy: Public Reasoning about the Ends of Policy*. New York, Oxford University Press.
- Steinberger, Peter J. (2000). The Impossibility of a 'Political' Conception. In: *The Journal of Politics*, Vol. 62, n° 1, pp. 147-165.
- Taylor, Charles (2007). *A Secular Age*, Cambridge/Mass., Harvard University Press.
- Ungureanu, Camil (2008). The Contested Relation between Democracy and Religion: Towards a Dialogical Perspective? In: *European Journal of Political Theory*, Vol. 7, n° 4, pp. 405-429.
- Weithman, Paul J. (2002). *Religion and the Obligations of Citizenship*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Williams, Bernard (2005). Realism and Moralism in Political Theory. In: *In the Beginning Was the Deed*. Princeton, Princeton University Press, pp. 1-17.
- Yates, Melissa (2007). Rawls and Habermas on Religion in the Public Sphere. In: *Philosophy & Social Criticism*, Vol. 33, n° 7, pp. 880-891.

A PAZ DOS CEMITÉRIOS

JOSÉ SOARES MARTINS

PROFESSOR AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, PORTO · PORTUGAL



RESUMO

Sem se querer abraçar a tese do conflito de civilizações tão cara a Huntington, não deixa de ser verdadeiro que o séc. XX foi atravessado por um conflito interminável (primeira guerra, guerra de Espanha, segunda guerra, guerra fria, guerras de libertação nacional, conflito nos Balcãs etc.), tendo aberto caminho a um século igualmente bélico e perigoso (fundamentalismo islâmico, ditaduras bélicas, terrorismo internacional). A noção de guerra justa começar a ganhar sentido sobretudo quando a intolerância e a barbárie ameaçam o ocidente e a civilização.

De acordo com Clausewitz (1886) a guerra é a diplomacia por outros meios, definição que poderá ser também lida ao contrário, a política é a guerra por outros meios. Está assim instalada a ideia fulcral de conflitualidade emergente da dialética hegeliana no ocidente e da dialética taoista no oriente. Marx (ed. 1980) serviu-se desta noção de conflito hegeliano (tese, antítese e síntese) (Hegel, 1807: 2004) para mostrar que ele era o motor da história. Assim sendo a ideia da conflitualidade é uma ideia cara ao ocidente tal como ao oriente donde o conceito de paz não ter um ramo onde se sedimentar a não ser na conceção de paz perpétua em Kant e mesmo aí sendo problemática. Moscovici (1979) mostrou em psicologia social, que a ação dos grupos minoritários no sentido da transformação social passava inevitavelmente pelo conflito destas minorias com a maioria conformista no sentido da inovação e da conversão. Também Tajfel (1982) vê nas relações intergrupais a origem de conflitos sociais com base na discriminação do out group e do favorecimento endogrupal. Daí a noção de guerra justa e injusta que atravessa a história do ocidente sobretudo como resposta à jhiad islâmica na forma da cruzada justa contra os infieis. Em pleno século XXI e sem se querer abraçar a tese do conflito de civilizações tão cara a Huntington (1999), não deixa de ser verdadeiro que o século vinte tendo sido atravessado por um conflito interminável (primeira guerra, guerra de Espanha, segunda guerra, guerra fria, guerras de libertação nacional, conflito nos Balcãs etc.) abriu caminho a um século igualmente bélico e perigoso (fundamentalismo islâmico, ditaduras bélicas nas mais diversas partes do mundo, terrorismo internacional), daí a noção de guerra justa começar a ganhar sentido sobretudo quando a intolerância e a barbárie ameaçam o ocidente e a civilização.

Fará sentido falarmos de paz depois do século XX? Não terão sido as duas guerras mundiais com o seu cortejo de milhões de mortos o grande mote da dança macabra que atravessou a Europa e o mundo? Será possível falarmos da paz depois das

ABSTRACT

Even if we don't accept the thesis of the "clash of civilizations" cherished by Huntington, it is true that the 20th Century has been crossed by a never ending conflict (First World War, Spanish Civil War, Second World War, Cold War, national liberation wars, Balkan conflict...). These conflicts preceded another century of conflicts and dangers (Islamic fundamentalism, violent dictatorships, international terrorism). The notion of "just war" is starting to make sense, specially when intolerance and barbarism threaten the West and civilization.

trincheiras de França, de Estalinegrado, do Holocausto ou Hiroshima? Será possível um discurso otimista quando a guerra fria nos presenteou com a Coreia e o Vietname e com a tragédia angolana e o pós colapso do leste e das suas republicas populares mais os massacres da Bósnia? E que dizer do Ruanda e do Darfur?

Clausewitz dizia que a guerra era a diplomacia por outros meios, sendo a inversa igualmente verdadeira. Mas se pararmos para refletir verifica-se que o século XIX e os restantes séculos passados foram igualmente séculos de conflito.... Ou seja que período houve na humanidade sem guerras? Em que momento uma paz durável iluminou a humanidade? Será que a nossa natureza é conflitual e não aguante por muito tempo a ausência de atos predatórios? No Fim de uma Ilusão e no Mau Estar da Civilização, Freud (ed. 1987a, ed. 1987b) fala do ódio intrínseco à civilização por parte dos indivíduos que têm de pagar um preço demasiado elevado pela paz. De facto a luta entre os instintos (princípio do prazer) e o princípio da realidade traduz-se na vitória deste e na estruturação de uma entidade castradora e portadora do sentido da morte, o super ego que vigia as ações da humanidade sob a forma de normas, regras, etiquetas, crenças, valores, atitudes, ideologias e religiões. Ora este conflito instalado entre o indivíduo e a sociedade surge muito bem descrito por Moscovici quando procura explicar a influência minoritária na mudança social. Ora esta mudança só ocorrerá enquanto conflito entre a minoria nómica e a maioria conservadora ou conformista. A inovação resulta de um conflito instalado por uma minoria detentora de uma visão antecipada do que deverão ser as novas normas sociais. O Zeitegeist se for favorável poderá levar à conversão da maioria e o processo de normalização retoma-se dentro de uma dialética a que por comunidade poderemos chamar hegeliana. Logo o conflito funciona como o motor social e histórico de acordo com Marx. Assim sendo, como falar da ausência de conflitos? De sublevações? De revoluções? E já agora de guerras? Como

Tajfel mostrou, basta a existência de dois grupos para que haja competição entre eles, com claro favorecimento endogrupal e discriminação exogrupal, que em última instância se transforma em preconceito, ação física violenta, perseguição e extermínio. A categorização é o modo que temos de organizar o caos perceptivo e de darmos ordem à realidade percebida. Logo, a fatura paga pela cosmogonização em detrimento do caos é enorme. O desconhecido assusta-nos, perante ele, temos de deter o poder da nomeação, do entendimento e do interdito, nem que seja erradamente (veja-se o caso dos judeus na Alemanha nazi). Logo, falar de paz torna-se difícil quando as nossas estruturas cognitivas fazem uma leitura do mundo a preto e branco. Daí a ideia da paz dos cemitérios como a única que se aproxima da paz perpétua de Kant (ed. 2002).

Partindo do princípio da inevitabilidade do conflito, resta saber se haverá guerras justas e guerras injustas. Aqui levanta-se uma dificuldade fundadora. Terão sido as cruzadas guerras justas? Afinal era um empreendimento da igreja, em que cavaleiros eivados da fé cristã se dispunham a reconquistar o túmulo de Cristo na Palestina. E já agora terá a conquista de Ceuta e de outros territórios do norte de África sob a égide de João I e Afonso V um claro exemplo de guerra justa? E mais recentemente a intervenção na Bósnia e Kosovo, ou as operações militares no Afeganistão ou na Líbia. Exemplo de guerras justas? E ainda a resistência do povo de Timor e a chegada da Interfet terão sido igualmente exemplos de guerra justa? Ou seja haverá momentos em que façamos tréguas a um pacifismo de pacotilha e lancemos mãos a uma intervenção militar passível de acabar com horrores insuportáveis à nossa consciência? Pensemos no Ruanda. Uma intervenção militar não teria poupado a vida a milhões de pessoas? Tal como na Bósnia viria a acontecer quando a limpeza étnica estava em marcha? No entanto ao *Jus bellum* e ao *jus in bello* devemos juntar sempre e numa guerra justa o *jus post bellum*. Ou seja as tarefas a fazer depois da guerra.

Aqui estamos perante aquilo a que Walzer (2001, 2004) chama a ética da urgência suprema. Penso que foi isso que aconteceu quando Churchill se apercebeu da extensão da tragédia que representava a segunda guerra. Perante a possível vitória da barbárie, quando os valores mais profundos da nossa civilização estavam em jogo, que outra resposta seria possível? Dar a outra face ou derrotar o inimigo mortal? Ficar só ou se possível fazer alianças com o diabo? Como diz Walzer existe uma urgência suprema quando os nossos valores mais profundos e a nossa sobrevivência coletiva se encontram em perigo iminente. E já agora haverá restrições morais impeditivas num momento destes? Penso que a aliança Roosevelt, Churchill e Estaline foi a resposta. Por isso digamos claramente e sem hipocrisias que não. Ou seja momentos há em que as regras podem e devem ser postas de lado ou entre parênteses. Claro que podemos sentir uma culpabilidade inerente a esse expediente supremo que decerto vai contra as nossas convicções mais profundas e laboriosamente estruturadas. Mas restar-nos-á outra alternativa? O triunfo nazi, por exemplo, não seria isso sim uma imoralidade? Um escândalo? A doutrina da urgência implica que nenhum inocente pode ser atacado de forma intencional. Por outro lado, a flexibilidade radical do utilitarismo, nas palavras de Walzer o que pressupõe um conflito irresolúvel a que a praxis da urgência tem de responder. Perante o absolutismo religioso, quando os próprios céus e os deuses estão a um passo de desabar, que fazer? Perante isto a melhor resposta poderá estar em Burke (ed. 1982) quando fala de uma comunidade como contrato entre vivos, os mortos e os ainda não nascidos. Ora é ao nível desta dimensão que se avalia o que está em jogo. Ou seja o compromisso para a continuidade

intergeracional do que nos foi legado e de devemos honrar terá de se sobrepor à barbárie. Perante a extinção moral e física o fim de um modo de vida, não há escolha possível. Como escravos não temos mais direito a viver como diria Nietzsche (1887: 1976). E é aí que podemos ser levados a forçar todos os limites morais que no fundo de todos nós respeitamos.

BIBLIOGRAFIA

- Burke, Edmund (ed. 1982). Reflexões sobre a Revolução Francesa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Clausewitz, Carl von (1886). De la guerre (trad: De Vatry.). Paris, Librairie militaire Baudoin.
- Freud, Sigmund (ed. 1987a). O Mau Estar da Civilização. Rio de Janeiro, Imago.
- _____ (ed. 1987b). O Fim de uma Ilusão. Rio de Janeiro, Imago.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1807: 2004). Fenomenologia del Espíritu. Madrid, Fondo de Cultura Económica.
- Huntington, Samuel P. (1999). O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Kant, Immanuel (ed. 2002). A Paz Perpétua e outros Escritos. Lisboa, Edições 70.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (ed. 1980). A Ideologia Alemã I e II. Lisboa, Editorial Presença.
- Moscovici, Serge (1979). Psychologie des Minorités Actives. Paris, PUF.
- Nietzsche, Friedrich (1887: 1976). A genealogia da Moral. Lisboa, Guimarães Editores.
- Tajfel, Henri (1982). Grupos Humanos e Categorias Sociais I e II. Lisboa, Livros Horizonte.
- Walzer, Michael (2001). Guerras justas y Injustas. Barcelona, Paidós.
- _____ (2004). A Guerra em Questão. Lisboa, Cotovia.

LA INSTRUMENTALIZACIÓN DE LA RELIGIÓN EN EL DISCURSO DE LOS PARTIDOS EUROPEOS DE DERECHA RADICAL POPULISTA. EL CASO DE LA LEGA NORD.

ALESSANDRA ARRÚ

DOCTORANDA EN HISTORIA CONTEMPORÁNEA, UNIVERSIDAD DE BARCELONA



ABSTRACT

Since the '80s, religions became the pole of the new conflicting social identities. Christianity and Islam are seen as most conflictive. In Europe, this discourse have been introduced in the political debate by the radical right populist parties in their strive for electoral success. As a result, levels of conflictuality in society have risen, and religions, treated as cultural assets of certain communities and as an *instrumentum regni*, have suffered a deprivation of their spiritual, emancipatory and universalistic contents.

RESUMO

A religião tornou-se, a partir dos anos 80, o polo de novas identidades sociais em conflito. O Cristianismo e o Islão são vistos como as religiões mais conflitantes. Na Europa, este discurso foi introduzido no debate político pelos partidos populistas da direita radical, na sua luta pela obtenção de sucesso eleitoral. Daqui resultou um aumento do nível de conflitualidade na sociedade, bem como a perda do conteúdo espiritual, emancipatório e universal das religiões, que passaram a ser encaradas como propriedade cultural de certas comunidades e como um *instrumentum regni*.

INTRODUCCIÓN

En los últimos veinte años la religión ha ganado un creciente protagonismo en los discursos políticos, a nivel de políticas internas e internacionales. Los espacios ideológico y de maniobra política y simbólica que se abrieron después de la caída de la Unión Soviética han sido indicados como el terreno de cultivo de explicaciones y motivaciones culturales, y, de consecuencia también religiosas, para la acción política, los discursos cotidianos, la reflexión teórica (Puniyani: 2005, p.10).

La caída de la Unión Soviética pareció acabar con la plausibilidad no solo de un sistema alternativo al comunismo, sino con todas las herramientas epistemológicas conexas a la idea de clase y a la teoría marxista en general. Así, de un lado se ha impuesto una versión neo-liberal de los procesos de globalización económica, del otro estos mismos procesos y sus consecuencias han sido analizados utilizando sistemas epistemológicos que, eliminada la posibilidad de evaluar el impacto de las diferencias de poder social y económico, recurrían a la cultura como elemento clave para la análisis de los procesos sociales a nivel local e internacional.

A nivel internacional, los Estados se han visto más libres de perseguir sus objetivos estratégicos sin el límite del equilibrio bipolar, fueran estos de carácter material (abastecimiento de materias primas por ejemplo), o conexas con la idea de construcción nacional (conquista de territorios considerados patrimonio de la nación, homogenización de la población etc.) Los resultados han sido, entre otros, las guerras étnicas en la Ex – Yugoslavia o la guerra en Kuwait. Al mismo tiempo la aceleración de los procesos de interdependencia mundial ha llevando consigo mayores posibilidades de movimiento (y desplazamiento de varios millones de migrantes hacia los países más ricos), deslocalización de la producción, y la implementación de mecanismos económicos inspirados en postulados neo-liberales, que han causado el debilitamiento del estado del

bienestar y las desregulaciones del mercado del trabajo en los países más desarrollados, con consiguiente empobrecimiento de las clases de ingresos medios y bajos. El desasosiego causado por los rápidos cambios políticos, ideológicos y tecnológicos de los últimos años, junto a la dificultad de entenderlos y gobernarlos, ha causado una actitud defensiva de repliegue en las comunidades locales y una renovada atención a la tradición en la tentativa de recuperar certezas. La comunidad (nación, pueblo) se ha vuelto el centro de los discursos políticos y sociales y un bien a defender contra las amenazas de los tiempos y de otras comunidades. (Bauman: 1999, 2003).

Es así que las religiones han vuelto a ganar protagonismo, sea como instancias integradoras e identitaria, sea como dispensadoras de valores y guías para la acción política. Este proceso ha hecho posible la actual explosiva mezcla de religión y cuestiones materiales, estratégicas, económicas y sociales: problemas generados por el funcionamiento del sistema económico, por acciones políticas bien definidas, por instituciones corruptas o poco representativas, son explicados haciendo referencia a la cultura/etnia de los pueblos, en todo el mundo.

Además a partir de los años '90 se popularizó la idea de la 'exportación de la democracia': después de la lucha contra el comunismo llegaba la de las democracias contra las dictaduras. La ruptura representada por el 11 de septiembre ha permitido transferir esta dicotomía en un plan de lucha entre dos religiones: Cristianismo contra Islam. Dice a propósito Puniyani (2005, p.9): "The offence against 'communist authoritarianism' got transformed into the offence against the threat of a 'backward religion', Islam".

Vamos ahora a analizar las bases de los discursos culturalistas y de esta dicotomía Cristianismo-Islam.

1. ESQUEMAS DICOTÓMICOS Y ANTAGÓNICOS: CHOQUES DE CIVILIZACIONES PARA EXPLICAR EL MUNDO

La obra conocida que defiende tesis culturalistas es *El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial* de Samuel Huntington (1997). Sus ideas han ganado tanta visibilidad que son comúnmente usado en los discursos políticos, en todos los medios de comunicación y hasta en los discursos de los ciudadanos comunes.

En esta obra se hipotetiza la existencia de ocho civilizaciones en el mundo contemporáneo, diferentes, autónomas y internamente homogéneas, cuyo contacto genera inevitablemente contrastes y conflictos. Una civilización sería caracterizada por “sangre, lengua, religión, forma de vida” (Huntington: 1997, p.47). Varios autores han hecho notar que a dialogar y chocar no son las “civilizaciones”, sino las personas o los Estados, o comunidades, compitiendo para recursos materiales y de poder político o simbólico dentro de un espacio compartido (Aime: 2004). También se ha discutido la existencia de tales bloques culturales homogéneos (Said: 2001). Además muchos han subrayado que esta mezcla de elementos raciales, nacionales, y culturales permita utilizarla para justificar todo tipo de políticas, y favorezca el nacimiento de conflictos (Sen: 2006). Este hecho es demostrado también por la terminología en uso: ‘civilización cristiana/occidental/europea, Cristianismo (o Catolicismo, según el país), Occidente son usados como sinónimos, y incluyen matices religiosos, culturales y económicos; la misma cosa pasa con los términos Islam, civilización islámica, cultura islámica.

Huntington (1997: 47) precisa: “De todos los elementos objetivos que definen la civilización, sin embargo, el más importante suele ser la religión”. Esta centralidad de la religión como elemento definitorio de las civilizaciones, ha sido muy criticada por simplista y reduccionista: Puniyani (2005, p. 10) habla de un ‘constructed social common sense’ alrededor del hecho que la religión sea el único ‘marker’ de la naturaleza humana, y define esta idea como ‘beyond sense’, ya que sigue funcionando como esquema interpretativo no obstante sea refutado por la realidad (piensese en la oposición a la guerra en Irak, muy fuerte también en países a mayoría cristiana).

El teólogo Keith Ward (Ward: 2006, p.183), en su obra “Is religion dangerous?”, afirma: “It is an over-simplification to suggest that there is bound to be a ‘clash of civilization’, as Samuel Huntington suggested in *The clash of civilization*”, y añade: “There are lines of division between people, but those lines are cultural, ethnic and linguistic as much as they are religious” (Ward: 2006, p.185). Ward hace notar que “it is not religion that causes intolerance. It is intolerance that uses religion to give alleged ‘more’ support to the real cause of intolerance – hatred of those perceived or imagined to be oppressors or threats to one’s welfare” (Ward: 2006, p.38). Esta opinión es compartida por Fred Halliday que subraya las diferentes lecturas que se puedan dar de la misma religión a justificación de conductas políticas diferentes: “Por supuesto cuando la razón de Estado así lo requiere, la tradición “nacional” puede ser corregida o retocada con relativa facilidad. (...) No hay religión que sea intrínsecamente “pacífica” o “belicosa”. Depende de quien realice la selección de los textos” (Halliday: 2005, p. XI).

2. DISCURSOS CULTURALISTAS ANTI-INMIGRACIÓN Y ANTI-ISLAM: LOS PARTIDOS DE DERECHA RADICAL POPULISTA EN EUROPA

La popularización de los discursos culturalistas y de la idea del choque de civilizaciones ha correspondido con la emergencia de un conservadurismo político y social, con la visibilización de una versión conservadora del Cristianismo, hostil a las innovaciones de Vaticano II, muy concentrada en temas de moral sexual, estética de los ritos religiosos y vuelta a una hipotética sociedad tradicional. En Europa estos fenómenos se han dado al mismo tiempo con el aumento del número de inmigrantes provenientes de países musulmanes y con el progresivo crecimiento de la visibilidad y del poder político de los partidos populistas de derecha radical^[25]. Estos partidos han sido entre los principales vehículos de difusión del discurso culturalista y conservador.

Los más poderosos representantes de esta familia de partidos son la Lega Nord en Italia, el Front National en Francia, el FPÖ en Austria, la Lista Pim Fortuyn en Holanda, el Vlaam Block en Bélgica, la Lega Ticinese en Suiza etc. Los llamamos aquí ‘partidos de derecha radical populista’, según la denominación de Cas Mudde (2007), ya que consideramos que permita comprender las características principales de estos partidos: ser populistas^[26], o sea recurrir a argumentos que tienen como centro el pueblo soberano, en contraposición con diferentes enemigos que le impiden de florecer, proponiéndose como únicos conocedores de la voluntad de este “pueblo”^[27], como su verdaderos portavoz y defensores; ser de derecha, o sea dar primacía a valores como el orden, el control, la tradición, la conservación del status quo sobre los de inclusión y justicia social (según la clásica definición de Norberto Bobbio (1994); ser radical, o sea extremos en traer las conclusiones de las dos precedentes características, llegando a producir un discurso constantemente excluyente en relación a algunas categorías sociales o ideales, y individuando en el control legislativo y policial los métodos de regulación de la sociedad.

Estos partidos nacieron en la primera mitad de los años 80, con discursos de protesta hacia el malfuncionamiento de los sistemas políticos y de la burocracia, y se afirmaron en los años 90 y 2000 haciendo amplio uso de los argumentos culturalistas en su rechazo a la inmigración, instancias ‘law and order’, promoción de un Cristianismo conservador, hostilidad hacia el Islam. Dichos partidos consideran el Islam (sin prestar atención a sus diferencias internas o a cuestiones geográficas) como especialmente incompatible con la manera de vivir “occidental”, por ser una religión y una cultura atrasada, irrespetuosa de los derechos humanos, totalitaria, irracional, agresiva y históricamente enemiga de la “civilización cristiana”. Para los partidos de derecha radical populista, los inmigrantes son un factor de destabilización para los países de acogida y los conflictos el resultado inevitable de su llegada, ya que ellos traen consigo una cultura diferente de la del país de acogida. El debate público europeo ha sido condicionado por esto tipo de discursos, ya que otras formaciones políticas, preocupadas por la erosión de su base electoral, los han adoptado (Curran: 2004).

25 Para una análisis más extensiva de estos partidos y para las disputas terminológicas se vean también: Taguieff (2007); Ignazi (2003) Betz, Himmerfal (ed) (1998); Norris (2005); Casals Meseguer (2003); Taggart (2002).

26 Para una análisis profundizada del concepto de populismo se vean: Laclau (2004); Panizza (ed) (2009); Canovan (1981).

27 También llamado “gente”, “comunidad”, “nación”, a segunda del ambiente en que estos partidos se muevan.

El estilo comunicativo de los partidos de derecha radical populista se caracteriza por la agresividad, las provocaciones (uso de un lenguaje grosero, insultos etc.), los ataques a sus opositores y a los que ellos reputan ser los enemigos del pueblo, según una lógica diádica y de confrontación. Taguieff hace notar como estos partidos sean en fruto de la desilusión política y de un cinismo amoroso (2007: 81), y como sus propuestas se basan en el principio de preferencia nacional (2001: 171) (definido 'nativismo' por Mudde).

Panizza (2009, p.21) escribe que el lenguaje y los esquemas antagónicos del populismo son

un modo de identificación característico de tiempos de inestabilidad y desalineamiento, que implica el restablecimiento de las fronteras sociales conforme a lineamientos diferentes de aquellos que previamente habían estructurado la sociedad.

O sea, el populismo es "una apelación política que busca cambiar los términos del discurso político, articular nuevas relaciones sociales, redefinir las relaciones políticas y constituir nuevas identidades" (Panizza: 2007, p.21), alrededor de los polos opuestos de 'nosotros' y 'los otros'. Estos polos se entienden como colectividades homogéneas, con los mismos deseos y necesidades, así que los elementos que contestan las apelaciones populistas quedan eclipsados, y son atacados o deslegitimados (Laclau: 2004).

Ya que el objetivo primario de estos partidos es la redefinición de las identidades colectivas y de las relaciones políticas y sociales, sus discursos sobre la religión son instrumentales a estos fines, pero, no obstante la importancia del orientación religiosa en las elecciones de los electores^[28] y no obstante ellos se describan como únicos defensores de la verdadera cristianidad, poca atención a sido dedicada al análisis del uso que estos partidos hacen de la religión en su discurso. Mudde (2007) Ignazi (2003), Taguieff ponen el relieve la demonización del Islam. Queda por averiguar que tipo de discursos de construyen alrededor del Cristianismo. A través de los análisis de los discursos y de la legislación producidos por la Lega intentaremos dar nuevos elementos a la discusión.

3. LA LEGA NORD Y SUS DISCURSOS SOBRE LAS RELIGIÓN CRISTIANA

La 'Lega Nord per l'indipendenza della Padania' es un partido^[29] italiano nacido en el 1990 con la federación de varios partidos (ligas) locales. Su origen remonta a la fundación por parte de Umberto Bossi de la Lega Lombarda, en 1984, y a la preexistente Liga Veneta. Al principio la Lega proponía un discurso basado primariamente en la protesta fiscal del Norte de Italia, contra un Estado ineficiente y contra los habitantes del Sur, considerados unos perezosos y aprovechadores que viven a las espaldas de los trabajadores del Norte. Según la Lega la transformación de Italia en un Estado federal podría resolver estos problemas, por esto ha promovido varias iniciativas políticas en este sentido, implementando una reforma federalista

en la actual legislatura. Desde los años '90 la Lega es uno de los principales protagonistas de la política italiana.

En el 94 la Lega entró en el Gobierno Berlusconi I. Al salir del Gobierno, solo seis meses después, el partido adoptó un nuevo objetivo: obtener la independencia para una hipotética nación del Norte a la cual dió el nombre de 'Padania', construyendo un discurso cultural, histórico y étnico que fundamentara su pretensión. Es de este periodo la "descubierta" de la 'celticidad' del Norte Italia^[30], 'Celticidad' que tomó también la forma de un neo-paganismo: solsticios y rito propiciatorios se difundieron entre los militantes liguistas, ya que se pensaba que los pueblos del norte tuviesen que seguir la vital religión céltica, y no aquella cristiana, que se consideraba perjudicial para las fuerzas vitales de los pueblos y propia del inoperante Estado Italiano. Dos de sus actuales líderes, Roberto Calderoli (actualmente Ministro de la Simplificación Normativa) y Roberto Castelli (Subsecretario del Ministerio de los Transportes y de la Infraestructuras), juntamente con otras parejas, celebraron sus nupcias con un supuesto rito céltico (Signore, Trocino: 1998, p. 206 - 207)^[31]. Contemporáneamente la consulta de católicos interna a la Lega, que llevaba adelante un discurso inspirado a la doctrina social de la Iglesia, se disolvió. La consulta había nacido a los principios de los '90 con el objetivo de dar visibilidad a los católicos ya dentro de la Lega y apelar al voto católico, ya que el Norte de Italia había sido hasta el '92 el principal bastión electoral del partido 'Democrazia Cristiana' y fue sustituida después por la asociación "Cattolici Padani". No obstante estos parciales esfuerzos para atraer el voto católico, por sus primeros 15 años, la Lega, y sobre todo su leader Umberto Bossi, hablaron de la Iglesia católica como un aliado más de Roma, una vanguardia del Sur de Italia y parte de una hipotético proyecto global para eliminar las identidades locales a través de la inmigración de masa. Decía Umberto Bossi en el 1997:

Vi dò il progetto Vatican-Democristiano, la peggiore della bestialità. E attenti che non c'è limite al peggio. Se non ci muoviamo non c'è limite al peggio. Avrete forse sentito in questi giorni l'idea che entro una decina di anni dovrebbero arrivare da 13 a 15 milioni di immigrati extracomunitari da noi ^[32].

La Iglesia era definida también como una fuerza oscurantista, que quería controlar los hombres prohibiéndoles de pensar autónomamente, también a través de su dominio temporal (o sea también del condicionamiento de los Estados); en el mismo discurso Bossi decía:

La Chiesa per migliaia di anni si oppone alla cultura laica, ve le ricordate tutti i roghi, le galere, i supplizi per un uomo che non accettava di conoscere il mondo solo attraverso la grazia di Dio ma che voleva conoscerlo anche attraverso la ragione, anche attraverso il suo cervello, e venne avanti questo uomo con fatica per tutto il millennio e più ed arrivò all'illuminismo in cui fu chiaro la forza ormai, la coscienza si era allargata e gli uomini di cultura si rifiutarono di non ragionare davanti alle cose. Bene, è una paura storica quella del cattolicesimo verso il mondo laico, visto che pensò sempre, diciamo, di difendere

28 Sobre el caso italiano se vea, entre otros, Diamanti, Ceccarini (2007), Catholics and politics after the Christian Democrats: the influential minority, en Journal of Modern Italian Studies, Volume 12, Issue 1, pp. 37 - 59.

29 Oficialmente, la Lega es un movimiento. Esto le permite mantener su faceta protestataria no obstante esté en el Gobierno.

30 Para un análisis de la cuestión se vea: Aime (2004, pp. 35 - 40).

31 La mujer de Calderoli declaró años más tarde que el rito había sido inventado por ella misma (Signore, Trocino: 1998, pp. 206 - 207).

32 Lega Nord, Intervento del Segretario Federale On. Umberto Bossi, 30 Congresso Federale Lega Nord, Milano, 16 febbraio 1997.

la sua posizione mantenendo il controllo della politica, il Papa Re^[33].

Los religiosos eran definidos ‘curitas’, ‘obispones’^[34], parte de la elite al poder contrapuesta al pueblo:

L’atea Romana Chiesa, con i falsoni, i vescovoni che girano con la croce d’oro nei paesi dove si muore di fame. Il Sud è quello che è grazie al potere teocratico dell’atea Romana Chiesa, il principale potere antagonista dei padani^[35].

Abandonado el discurso secesionista por razones de sobrevivencia electoral, la Lega se alió una segunda vez con Berlusconi, consolidándose definitivamente como el tercer partido italiano, estando en el Gobierno, en ministerios clave, entre el 2001 y el 2006 (Welfare, Justicia, Reformas) y desde el 2008 hasta hoy en día (Asuntos Internos, Reformas, Agricultura – hasta el 2009 –, más el de la “Simplificación Normativa”). La afirmación de la Lega como fuerza política nacional ha causado la búsqueda de argumentos que apelarán a todo el electorado italiano: el partido ha abrazado posiciones conservadoras, un discurso securitario y, visto el rápido aumento del número de inmigrantes en Italia^[36], ha puesto al centro de su discurso la instancia anti-inmigración.

Las primeras argumentaciones religiosas y un fuerte conservadorismo social aparecían, todavía, en el 1998, en plena crisis de resultados electorales, en un documento interno, producido por su ‘Segreteria Política’, en la tentativa de rechazar el juicio de racismo atribuido al partido:

Di fronte alle ridicole accuse di razzismo che vengono lanciate contro i patrioti che si oppongono alla distruzione del proprio popolo, bisogna ribadire con forza il sacrosanto diritto della nostra gente a mantenere e difendere la propria identità etnico-culturale e religiosa, e a non essere ridotta in prospettiva a una minoranza residuale sulla propria terra^[37].

En el mismo documento la Lega se muestra preocupada para el futuro demográfico de su ‘Padania’ y de Europa: la caída de la natalidad sería imputable por los autores a “la desacralizzazione della società europea, distruzione della famiglia come istituzione, sfiducia nel futuro, perfezionamento delle tecniche anticoncezionali, aumento dell’aborto”^[38].

Discursos culturalistas se mezclan a instancias étnico-raciales y un rechazo del pensamiento libertario de los años 60 y 70. Más adelante en el documento se afirma que la aceptación de la inmigración se debería a:

... questa vergogna di se stessi instillata dal pensiero di aver già vinto la battaglia. (...) Questi mondialisti sono i veri razzisti in quanto negano le diversità della culture e dei popoli. Il patriottismo è l’ultimo ostacolo al progredire degli imperi planetari americani e Islamici. Coloro che lottano per preservare la sopravvivenza delle loro nazioni, rappresentano il campo delle diversità delle culture, della vera tolleranza e della libertà. nichilista post-sessantottino che dà la sensazione ai nemici della civiltà europea

La Lega Nord per l’indipendenza della Padania afferma una visión diferencialista del mundo^[39].

La trayectoria de la Lega hacia un Catolicismo conservador se nota en el pedido para la recuperación de la misa en latino y para una vuelta a las versiones antiguas de los ritos, por ejemplo volviendo otra vez los altares hacia el ábsida y apoyando una versión pre-conciliar de la religión católica: Bossi, declarándose un ‘católico conservador’, afirma que con Vaticano II la Iglesia se movió hacia izquierda, hasta hacia el comunismo^[40].

En los años siguientes el partido empezó a apoyar posiciones parecidas a las de la Iglesia en temáticas como aborto, procreación asistida, eutanasia. En sus publicaciones empezaron a parecer artículos sobre las fiestas cristianas (La Padania, periódico del partido, creó un premio para le mejor presebre, por ejemplo). Su nueva actitud de ‘campeona de la religión cristiana y defensora de la civilización europea y del Cristianismo contra sus enemigos’ se hizo patente en el caso de las polémicas desatas de la demanda judicial de un ciudadano musulmán contra la presencia del crucifijo en las escuelas y oficinas públicas italianas y de la sentencia de primer grado de la Corte Europea de los Derechos Humanos de Estrasburgo, que daba razón al demandante.

Las primeras páginas de La Padania dedicadas a esto argumentan son indicativas de esta posición leguista:

33 Ivi.

34 En Italiano “pretoni, pretazzi, vescovoni”, despectivos.

35 Massimo Spanpani, No alla Chiesa del Dio denaro, Corriere della Sera, 26 noviembre 1995.

36 Según el XX Rapporto sull’immigrazione Caritas/Migrantes, investigación sobre la inmigración de la Caritas Italiana y de la Fondazione Migrantes, en 20 años el número de inmigrantes en Italia ha aumentado de 10 veces: desde los 500.000 del 1990 a los 5.000.000 del 2010. La investigación hace hincapié en el hecho que 1 inmigrante cada 4 viva en Lombardia y que en algunas provincias del Veneto sea el 10% de la población.

37 Lega Nord, Segreteria Política, Enti Locali Federali Padani, Padania, Identità e società multirazziale, n.11, diciembre 1998, p.3.

38 Ivi.

39 Ibidem, p.14.

40 Gian Antonio Stella, La sfida di Bossi: insegnare il mestiere al Papa, Corriere della Sera, 29 octubre 2003.



IMAGEN 1.

La Lega demuestra tener una visión instrumental del Catolicismo, al cual atribuye la función de imponerse visualmente en el espacio público y de oponerse al Islam. Además, sus discursos tienen la función de alimentar el miedo y la desconfianza: el hecho de asociar la prohibición de exponer símbolos cristianos en las dependencias estatales italianas con una sustitución del Catolicismo por la religión musulmana es artificiosa y falaz.

El Cristianismo es pensado como un atributo cultural de la “civilización occidental”, como tradición cultural, algo folclorizado, como un componente de la tradición y de la identidad colectivas ‘padana’, italiana, europea, occidental (raíz cultural). Vease en propósito estas dos primeras páginas de La Padania:



IMAGEN 2. / IMAGEN 3.

En esta visión del Cristianismo, las instancias espirituales y universalísticas quedan totalmente olvidadas, así como la parte de la doctrina que contraste con las posiciones leguistas.

Este formalismo preocupa parte de la Iglesia Católica, que contesta las posiciones leguistas. A estos miembros de la Iglesia la Lega dirige críticas violentas y ataques personales. Un caso indicativo es la polémica con el arzobispo de Milán Dionigi Tettamanzi: en octubre 2010 se dio a conocer la noticia que en el pueblo de Coccaglio el alcalde, gracias a los poderes atribuidos por el Decreto sobre la seguridad, ley fuertemente empujada por la misma Lega, había dado inicio a la primera operación en Italia de controles casa por casa al fin de encontrar inmigrantes que no tuvieran los papeles en regla, para poder iniciar los trámites para su expulsión, o detención por clandestinidad reiterada; la operación policial se llamaba “White Christmas”, ya que se acaba el día de Navidad. Visto el crecimiento de las tasas de desempleo en la zona, obviamente muchos inmigrantes, incluso con familia y residentes en el pueblo desde hace mucho tiempo, corrían el riesgo de ser expulsados. Frente a la llamada del cardinal Tettamanzi para una mayor prudencia y respecto del dictamen cristiano de la acogida también hacía los inmigrantes, y sobretudo en periodo de Navidad, la Lega reaccionó muy violentamente: en una entrevista a *La Padania* del 7 diciembre 2009, Roberto Calderoli afirmó que Tettamanzi era un cardenal “lejano respecto su territorio”, un cura que hacía solo política y que su nómina a Milán era igual a poner un cura mafioso en Sicilia, y insinuó que el cardenal no sea un verdadero evangelizador, ya que no había expresado su punto de vista durante las polémicas entorno a la presencia del crucifijo en los lugares públicos^[41]. El mismo diario, el día precedente titulaba “Tettamanzi, cardinale o imam?”^[42]. El mismo día en su artículo “Il cardinale laico, sempre più lontano dai fedeli”, encontramos un listado de los problemas de los cuales, para la Lega, la Iglesia Católica tendría que interesarse:

Una corte di cui nessuno conosceva l'esistenza ci impone di togliere i crocifissi dalle aule scolastiche? Ci interessa poco, parliamone appena. L'Islam avanza ovunque e reclama sempre più privilegi senza fare alcuna menzione ai doveri? Problemi di altri. Il Cattolicesimo deve fronteggiare una epocale crisi di vocazione che dura da decenni? Non è colpa mia. Il “discorso alla città” fatto l'altro giorno dal Cardinale di Milano Dionigi Tettamanzi ha toccato pressoché tutto lo scibile umano, ma non ha neanche sfiorato quello che, teoricamente, dovrebbe interessare la Chiesa^[43].

Siempre en respuesta a la prédica de Tettamanzi el Regidor por la Seguridad (Assessore alla sicurezza) de Coccaglio, afirma: “Per noi Natale non è la festa dell'accoglienza, ma della tradizione cristiana”^[44].

Comentando una reprimenda de los obispos franceses hacia el Front National, la Lega amenaza de eliminar la posibilidad que los contribuyentes italianos financien la Iglesia con parte de sus impuestos porque opina que “certi pastori non sentono più lo stimolo della Fede”, y “non interpretano l'ansia e la

paura giustificata della gente comune”, y además “sfacciatamente si schierano con i nemici giurati della Religione e della Civiltà”^[45].

En resumen, una idea beligerante de religión, que se moldea a los miedos de la gente común y a la lucha contra el Islam y a sus enemigos internos, sobretudo progresistas y laicos. Una religión instrumento de una política conservadora y de sus estrategias para conquistar el poder: una perfecta arma propagandística para la Lega. La religión cristiana es así privada de sus connotaciones universalísticas, de solidaridad, caridad y concordia.

4. LA ACTITUD DE LA LEGA HACÍA EL ISLAM

La hostilidad de la Lega hacia el Islam y los musulmanes he justificada con el argumento de la secular lucha entre la religión islámica y el Cristianismo. Un interesante ejemplo de las argumentaciones de la Lega son las declaraciones del 11 de Abril del 2001 del ex - Ministro de Justicia y actualmente secretario al Ministerio de los Transportes y Infraestructuras, Roberto Castelli, que, durante una tertulia a la radio sobre la llegada de inmigrantes en la isla de Lampedusa, declaró que le parecía una pena no poder todavía utilizar las armas en contra de los inmigrantes. Según Castelli la llegada de éstos a Italia desde las costas de Túnez y Libia recuerda los ataques de los bárbaros que provocaron la caída del Imperio Romano, precisando después que esto sería el último recurso en caso de invasión armada por parte de una horda de inmigrantes Magrebíes, para evitar el fin nuestra esta civilización^[46].

Podemos encontrar en esta declaración algunas de las técnicas retóricas de la Lega: la demostración de ser un partido “fuerte” y dispuesto a todo para defender la civilización avanzada de la que son parte sus electores; el alarmismo por la llegada de inmigrantes de países musulmanes ya que podrían aniquilar la civilización italiana/europea/cristiana; el uso de la historia para justificar su alarmismo.

También en el caso de la Lega, el 11 de septiembre tuvo una función catalizadora en reforzar el discurso anti-musulmán y adoptar un discurso católico conservador. Al principio del 2002, al congreso de la Lega, Bossi mismo explicó, hablando de la inmigración musulmana, la opinión de la Lega sobre la religión islámica:

Se arrivasse l'immigrazione ad orda, anziché controllata, imporrebbe le sue condizioni di vita, le sue credenze, quelle che noi, tante volte, abbiamo definito superstizioni medioevali^[47].

Este peligro es visualmente presentado así en los pósters electorales referidos a una eventual entrada en la UE de la Turquía:

41 Andrea Montanari, Non c'entra con Milano. E' come mettere un prete mafioso in Sicilia, en *La Padania*, 7 diciembre 2009.

42 Tettamanzi, cardinale o imam?, en *La Padania*, 6 diciembre 2009.

43 Igor Iezzi, Il cardinale laico, sempre più lontano dai fedeli, en *La Padania*, 6 diciembre 2009.

44 Il bianco (sporco) del natale di Coccaglio, http://www.agoravox.it/?page=article&id_article=10910, [Consultado en 10/04/2011].

45 Raimondo Gatto, *L'ingerenza della Chiesa contro il fenomeno Le Pen*, en *La Padania*, 9 diciembre 2002.

46 La entrevista completa está disponible en <http://tv.repubblica.it/dossier/emergenza-lampedusa2010/castelli-non-si-puo-sparare-a-immigrati-per-ora/66161?video>. [Consultado en 12/04/2011]

47 Lega Nord, Intervento conclusivo del Segretario Federale della Lega Nord per l'Indipendenza della Padania, On. Umberto Bossi, al Congresso Federale Lega Nord – Assago, 3 marzo 2002.



IMAGEN 4.

La estrategia comunicativa consiste en señalar la peligrosidad del Islam y su incompatibilidad con la cultura occidental/católica/cristiana. En un artículo de *La Padania* del 1 de diciembre de 2009, Roberto Calderoli declaró:

In breve, la società musulmana risulta essere incompatibile con quella occidentale. Non esiste ragione per obbligare due visioni della vita a coesistere in uno stesso territorio, quando è evidente la non conciliabilità dei principi e non celata la volontà dei seguaci di Allah di asservire e uccidere chi non vi crede^[48].

Alessandro Alessandri, Presidente Federal de la Lega, dijo de los inmigrantes musulmanes: “L’Islam vuole conquistarci, con la spada o con la loro crescita demografica. La realtà è ci siamo portati in casa milioni di potenziali terroristi Islamici”^[49]. Notamos en esta declaración la adopción del esquema de choque de civilizaciones huntigtoniano y la demonización de todos los creyentes musulmanes.

Pos esto la Lega cree que no se puede dejar espacio al Islam como religión y cultura, ni en Italia ni en Europa. Así se explican muchas de sus iniciativas, sus declaraciones explosivas y poco diplomáticas: la Lega rechaza la existencia de lugares de mezquitas y centros culturales, sea porqué las considera lugares de cultivo del terrorismo, sea porqué no admite en territorio italiano símbolos arquitectónicos del Islam. La oposición de la Lega hacía las mezquitas se lleva a cabo sobretudo a través de demandas judiciales, reglamentos comunales, negación de permisos para la utilización de edificios ya existentes, declaraciones públicas y protestas. Estas iniciativas encuentran el apoyo de asociaciones de católicos tradicionalistas y de la

parte más conservadora del clero. De la misma manera el partido es intolerante hacía otras manifestaciones de la cultura de países a mayoría musulmana, como la vestimenta o la gastronomía (varios ayuntamientos publicaron ordenanzas ‘anti-kebab’, que prohibían comer en la calle – ordenanza dañinas también para los establecimientos que servían comida italiana y por esto eliminadas- o establecían criterios de ‘autoctonía’ para la aberturas de locales en los centros históricos etc.^[50].

Veamos ahora los casos emblemáticos de la mezquita de Lodi y del ‘Maiale-Day’^[51]: en el 2000, con la protesta contra el proyecto de construcción de una mezquita a Lodi, cerca de Milán, en un solar donado por el Ayuntamiento, la Lega, juntamente con asociaciones de católicos conservadores y a los curas de una parroquias cercanas, organizó su primera manifestación anti-mezquita: la protesta duró tres días, incluyó la celebración de una misa. Durante esta manifestación se propuso por la primera vez de contaminar el solar llevado allá unos cerdos^[52]. En el 2007, esta propuesta vuelve a ganar protagonismo gracias al Ministro Calderoli, que, en ocasión de las polémica alrededor de la construcción de una mezquita a Bolonia propuso de organizar en toda Italia el ‘Maiale-Day’: o sea, exposiciones de cerdos en los solares destinados a la construcción de mezquitas (que él define centros de alistamiento de terroristas), diciendo:

Visto che dalle nostre parti c’è ne piena l’aria potremo organizzare in futuro il maiale-day ovvero concorsi e mostre per i maiali da passeggiata più belli da tenersi nei luoghi dove chiunque pensi di edificare non un centro di culto ma il potenziale centro di raccolta di una cellula terroristica^[53].

Lo que Calderoli definió la misma tarde como una provocación, ha sido tomada en serio por alguien, ya que en marzo de este año en Ravenna, en un solar destinado a la construcción de una mezquita se han encontrado parcialmente enterradas dos cabezas de cerdo^[54].

El año precedente el mismo Calderoli había aparecido en la televisión pública llevando una camiseta con las viñetas publicadas en Dinamarca y que habían desatado las virulentas polémicas de parte de musulmanes en varios países del mundo. El acto de Calderoli tuvo como consecuencia protestas en Irán, Afganistán, Irak y en particular en Bengasi, Libia, donde se verificó un ataque al consulado italiano durante el cual murieron varias personas.

Non obstante se haya demostrado que el estilo leguista puede tener unas consecuencias muy dramáticas, los otros partidos han empezado utilizar los mismos argumentos, ya que la Lega sigue creciendo electoralmente^[55]. El fenómeno todavía no es solo italiano: todos los partidos populistas de derecha radical

50 Se vea como ejemplo: Kebab banditi dal centro a Capriate San Gervasio, en Bergamonews, 19 agosto 2009. [En línea].

Disponible en <http://www.bergamonews.it/provincia/articolo.php?id=14521>. [Consultado en 25/04/2011]

51 Maiale-day significa en castellano ‘día del cerdo’.

52 Legge antikebab in Lombardia, en TGcom, 22 abril 2009.

[En línea] Disponible en <http://www.tgcom.mediaset.it/cronaca/articoli/articolo447649.shtml>. [Consultado en 25/04/2011]

53 Un maiale-day contro la moschea, en Corriere della Sera, 14 septiembre 2007.

54 “Due teste e pelle di maiale in moschea. Matteucci: gesto vigliacco”, en Il Resto del Carlino, 16 marzo 2011.

55 La lega obtuvo el 3,94% en el 2001, elecciones generales; el 4,97% en el 2004 elecciones del Parlamento Europeo; el 4,58% en el 2006, elecciones generales; el 8,30% en el 2008, elecciones generales; el 10,22% en el 2009, elecciones del Parlamento Europeo; el 12,28 % en el 2010, elecciones regionales (voto en 13 regiones italianas).

48 Marcello Ricci, La società musulmana incompatibile con l’Occidente, en La Padania, 1 diciembre 2009.

49 Igor Iezzi, Ce li hanno portati in casa, en La Padania, 5 marzo 2009.

demonizan de la misma manera el Islam y lo utilizan en sus discursos para poderse proponer como defensores del estilo de vida y creencias de sus electores.

CONCLUSIONES

Un mensaje con una lógica maniqueísta y de confrontación en estos tiempos de desorientación social tiene buenos *out comes* electorales, siendo pero peligroso de un punto de vista social, ya que fomenta el conflicto. La teoría del choque de civilización funciona como una profecía que se auto-realiza (Arielli, Scotto: 2004): considerando que el conflicto sea intrínseco en la diversidad cultural y religiosa, o sea, inevitable, obscura la responsabilidad de individuos y organizaciones que provocan este mismo conflicto. Por esto, facilita la instrumentalización de la religión por parte de individuos y grupos que buscan la movilización social según líneas conflictivas.

Estos actores sociales y políticos se apropian de la religión cristiana y la moldean según sus necesidades dialécticas y electorales, transformándola en una característica cultural cualquiera y un contenedor de ideas conservadoras, de un discurso autoritario de iperreglamentación social y de exclusión sistemática de algunas categorías de ciudadanos en base a sus preferencias sexuales, sus orientaciones políticas, sus creencias religiosas. Las instancias emancipadoras, espirituales y universales de la religión cristiana quedan en esta manera completamente oscurecidas.

La religión islámica es reducida a unos estereotipos de agresividad e irracionalidad, así que los creyentes musulmanes son descritos como bárbaros, violentos, fanáticos que odian 'occidente' y terroristas en potencia. Igualmente, las diferencias internas al Islam y sus contenidos espirituales y emancipadores son completamente oscurecidos.

El fruto de estos discursos es el crecimiento de la conflictividad social, ya que ellos desatan desconfianza y miedos y construyen la imagen de una lucha para la supervivencia cultural (y incluso física).

Otra consecuencia de la expoliación de significados religiosos es, como descrito precedentemente, la transformación de la religión en *instrumentum regni* al servicio de la ola conservadora, si no reaccionaria, que se observa desde los años '80 y que intenta desmontar, en el nombre de una supuestas normas morales tradicionales, el modelo de sociedad basado en la tolerancia hacia diferentes estilos de vida y en el respeto de los derechos individuales que se consolidó a partir de los años '60 y '70.

A propósito quisiéramos citar otro ejemplo italiano: en ocasión de las elecciones para la alcaldía de Milán del mayo del 2011, el imam de la mezquita de Segrate, cerca de Milán, segunda mezquita en Italia, solicitó los creyentes musulmanes a no votar el candidato a la alcaldía de un partido de izquierda, Sinistra Ecologia y Libertà cuyo secretario es gay. En las listas electorales de este partido son incluidos también algunos ciudadanos musulmanes. El candidato de la derecha es apoyado por una coalición entre el partido de Berlusconi y la Lega Nord^[56].

¿Dónde está entonces el choque de civilizaciones?

Richard J. Bernstein, en su obra "El abuso del mal" (2004), desmonta el concepto de choque de civilización, afirmando que lo que vivimos es un 'choque de mentalidades': "Sostengo que ahora nos enfrentamos a un choque de mentalidades, no a un choque de civilizaciones. Una mentalidad atraída por los absolutos, las supuestas certezas morales y las dicotomías simplistas, se contraponen a otra que cuestiona la apelación a los absolutos en la política (...)" (Bernstein: 2004, p.10 – 11).

La afirmación de Bernstein nos empuja a cuestionar el concepto de choque de civilizaciones y buscar las motivaciones profundas de los actores que lo utilizan: nos empuja a reconsiderar la importancia de estudiar las relaciones de poder para destruir el mito una primacía de lo cultural y de lo religioso que no nos permiten ver los problemas en sus múltiples facetas (económica, política, social) y, sobre todo el de un conflicto inevitable, que ofusca las mentes y impide el diálogo y la empatía con los otros a pesar de su diversidad.

BIBLIOGRAFIA

- Aime, Marco (2004). *Eccessi di culture*. Torino, Einaudi.
- Arielli, Emanuele; Scotto, Giovanni (2004). *Conflitti e mediazione*. Milano, Bruno Mondadori.
- Bauman, Zigmund (2003). *Comunidad, en busca de la seguridad en un mundo hostil*. Madrid, Siglo XXI Editores.
- _____ (1999). *La globalización: Consecuencias humanas*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Bernstein, Richard (2006). *El abuso del mal: la corrupción de la política y la religión desde el 11/9*. Buenos Aires, Kats Editores.
- Betz, Hans Georg; Himmerfal, Stefan (ed.) (1998). *The new politics of the right: neo-populist Parties and Movements in Established Democracies*. London, MacMillan Press.
- Bobbio, Norberto (1994). *Destra e Sinistra*. Roma, Donzelli.
- Caritas Italiana; Fondazione Migrantes (2010). *XX Rapporto sull'immigrazione*.
- Casals Meseguer, Xavier (2005). *Ultrapatritas*. Barcelona, Editorial Crítica.
- Curran, Giorel (2004). *Mainstreaming populist discourse: the race-conscious legacy of neo-populist parties in Australia and Italy*, en *Patterns of Prejudices*, vol. 38, no. 1, pp 37-55.
- Diamanti, Ilvo; Ceccarini, Luigi (2007). *Catholics and politics after the Christian Democrats: the influential minority*, en *Journal of Modern Italian Studies*, Volume 12, Issue 1, pp. 37 – 59.
- Halliday, Fred (2005). *100 mitos sobre Oriente Próximo*. Barcelona, Global Rhythm Press.
- Huntington, Samuel (1997). *El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial*. Madrid, Paidós Ibérica.
- Piero, Ignazi (2003). *Extreme Right Parties in Western Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- Laclau, Ernesto (2004). *La razón populista*. Buenos Aires, FCE.
- Mudde, Cas (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa (2005). *Derecha radical. Votantes y partidos políticos en el mercado electoral*. Madrid, Akal.
- Panizza, Francisco (ed.) (2009). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires, Fondo de cultura económica.

56 L'imam di Milano: Vendola è gay, non voltate SEL, en *La Gazzetta del Mezzogiorno*, 12 mayo 2011.

- Puniyani, Ram (ed.) (2005). Preface, en Puniyani, Ram. Religion, power and violence. New Delhi, Sage, p.10.
- Edward, Said (2001). The Clash of Ignorance. [En línea] Disponible en <http://www.thenation.com/article/clash-ignorance>. Consultado en [22 octubre 2001].
- Sen, Amartya (2006). Identity and Violence, the illusion of destiny. London, Allen Lane.
- Signore, Adalberto; Trocino Alessandro (1998). Razza Padana. Milan, BUR.
- Taguieff Pierre-André (2001). The force of prejudice: on racism and its doubles. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- _____ (2007). L'Illusion populiste. Essais sur les démagogues de l'âge démocratique. Paris, Flammarion.
- Ward, Keith (2006). Is religion Dangerous? Oxford, Lion Hudson plc..

PUBLICACIONES DEL PARTIDO Y FUENTES PERIODÍSTICAS:

- AgoraVox (2011). Il bianco (sporco) del natale di Coccaglio. Disponible en http://www.agoravox.it/?page=article&id_article=10910. [Consultado en 10/04/2011].
- Corriere della Sera, Un maiale-day contro la moschea, 14 septiembre 2007.
- Gatto, Raimondo (2002). L'ingerenza della Chiesa contro il fenomeno Le Pen, en La Padania, 9 mayo 2002.
- Il Resto del Carlino (2011). Due teste e pelle di maiale in moschea, 16 marzo 2011.
- Iezzi, Igor (2009). Ce li hanno portati in casa, en La Padania, 5 marzo 2009.
- _____ (2009). Il cardinale laico, sempre più lontano dai fedeli, en La Padania, 6 diciembre 2009.
- La Gazzetta del Mezzogiorno (2011). L'imam di Milano: Vendola è gay, non voltate SEL", 12 mayo 2011.
- Lega Nord (1997). Intervento del Segretario Federale On. Umberto Bossi, 30 Congresso Federale Lega Nord – Milano, 16 febbraio 1997.
- Lega Nord, Segreteria Politica (1998). Enti Locali Federali Padani, "Padania, Identità e società multirazziale" n. 11, p. 3.
- Lega Nord (2002). Intervento conclusivo del Segretario Federale della Lega Nord per l'Indipendenza della Padania, On. Umberto Bossi, al Congresso Federale Lega Nord – Assago, 3 marzo 2002.
- Montanari, Andrea (2009). Non c'entra con Milano. E' come mettere un prete mafioso in Sicilia, en La Padania, 7 diciembre 2009.
- Ricci, Marcello (2009). La società musulmana incompatibile con l'Occidente, en La Padania, 1 diciembre 2009.
- Spanpani, Massimo (1995). No alla Chiesa del Dio denaro, en Corriere della Sera, 26 noviembre 1995.
- Stella, Gian Antonio (2003). La sfida di Bossi: insegnare il mestiere al Papa, en Corriere della Sera, 29 octubre 2003.
- Radio due (2011). Entrevista a Roberto Castelli, en Un Giorno da Pecora, 11 de abril 2011. Disponible en <http://tv.repubblica.it/dossier/emergenza-lampedusa2010/castelli-non-si-puo-sparare-a-immigrati-per-ora/66161?video>. [Consultado en 12/04/2011].

INTER-RELIGIOUS DIALOGUE AS AN INSTRUMENT OF PEACE IN THE MEDITERRANEAN SEA

CARMELINA CHIARA CANTA

PROFESSOR OF SOCIOLOGY OF CULTURE AND RELIGION
UNIVERSITY 'ROMA TRE'



ABSTRACT

Dialogue is the essential “symbol” of post- modernity, in which there are various forms of contamination between cultures. The object of this essay is the inter-religious dialogue in the Mediterranean, ‘Sea of Peace’ and ‘Sea of Blood’. The theme of the dialogue is to recall its identity. It can be observed that the countries of the Mediterranean are carriers of common identity. Is possible a inter-religious dialogue between the Christian, Jewish and Muslim protagonists of the Mediterranean culture?

RESUMO

O diálogo constitui um “símbolo” essencial da pós-modernidade, na qual existem várias formas de contaminação entre as culturas. Este ensaio debruça-se sobre o diálogo inter-religioso no Mediterrâneo, “Mar da Paz” ou “Mar do Sangue”. Este diálogo visa recordar a sua identidade. Constata-se que os países do Mediterrâneo possuem uma identidade comum. Será possível um diálogo inter-religioso entre Cristãos, Judeus e Muçulmanos, protagonistas da cultura mediterrânica?

“Mediterranean is anywhere
the men meet
in friendship and in peace”
(Cassano 2002: 31)

1. THE PREMISE

For quite some time now ‘Mare Nostrum’ (Our Sea) has become the theatre in which human flows, which have always been undertaken in hope, and tragedies have been played out. On one part of the southern coast, washed by the Mediterranean, we see a struggle for liberty and democracy; on the other, in Europe, in the islands and its southern coasts, washed by the same Mediterranean, we see pleas from the North Africans for help to enable them to survive and to live dignified lives. Beginning in January in Egypt, Tunisia and afterwards in Libya there have been unexpected demands for a ‘spring’ of liberty and democracy. This had been foretold by no-one and equally no-one had expected that it would happen so very quickly.

For us in the West this creates many problems and has made us think hard, one of our thoughts being about dialogue.

Dialogue is the essential ‘symbol’ of post-modernity in which there are various forms of contamination from one culture to the other.

The ‘focus’ of this text the Mediterranean Sea – ‘Sea of Peace’ and ‘Sea of Blood’. The theme of the dialogue is to recall its identity. It can be observed that the countries of the Mediterranean Sea are carriers of a common identity (the result of a continuing confrontation).

Sociological analysis shows that changes are taking place in all religions and cultures.

The firm belief from which this text starts is that religious pluralism is necessary in the global village of the future. The question is not what will be the ‘true’ religion but what is possible to make all religions live together. It is not in the true nature of religions to be the bringers of violence and conflict.

The text proposes a dialogue between the Christian, Jewish and Muslim protagonists of the Mediterranean religious culture. Sicily and her history are an example of a strong and fertile collaboration between two religions (Christianity and Islam). She is today as necessary and ‘dramatic’ a laboratory (as, for example, the migration to Lampedusa) in which to build peace and which, for men from both shores of the Mediterranean, is a challenge which cannot fail. Also the recent occurrences in the Mediterranean countries, the so-called Mediterranean ‘spring’ represent a challenge to dialogue.

All this emphasizes the need for dialogue, which is not only ‘necessary’ but also ‘possible’, a dialogue which is not ‘strategic’ and ‘instrumental’ in the light of the conflicts which the world and the Mediterranean Sea are living through today.

2. ‘CONDEMNED’ TO DIALOGUE

The religious identity of post-modern man is pluralistic and this is sufficient to justify the need, indeed the necessity, for an inter-religious dialogue such as described by L Kurtz (2000:9):

I am the son of a Methodist preacher, a descendent of centuries of men of the church, who became involved in politics in the 60s and who took part in the peace and civil rights movements. I continued to be a practicing Christian, even if I had begun to interpret some of the doctrines of the church in my own way. My studies had brought me into contact

with universal religions and this, together with a time spent in India and China, had continued to modify my personal beliefs, as did the two years I spent working at the Yale Divinity School. My wife and my two children are Jewish, we go regularly to Quaker meetings and to religious ceremonies of other faiths.

The search for dialogue has been part of the history of humanity. In contemporary culture such a concept has tended to be banal, thus losing the central characteristic which it had in the 1900s, as witnessed in the acute theoretical reflections by T. de Chardin (1996), M. Buber (1987), E. Lévinas (1985), J. Habermas (2005), J. Rawls (1982) and others. Even if it had gone in other ways, the dialogue of the 1900s had not been able to avoid the horror of the two world wars, probably because of a dialogue that had been misunderstood. From the opposite point of view, it is essential to avoid the mistake you can fall into when you talk about dialogue and inevitably stress the positive context- 'harmonious' and the 'idyllic'.

Today we have been obliged by the dynamics produced by globalization to use new terminology. In this sense we can say that this constitutes the essential 'symbol' of our time, compelling us to undertake, as Hans Kung (2005; 2006) said, the 'obligatory dialogue; in order to live and to survive we are 'condemned to dialogue'.

Dialogue goes beyond the ecumenism within religion itself. For example, inside Christianity, which is unified by one faith, there are differences in certain aspects (in liturgy, in the rapport with modernity) or in its history which prevent true unity. Today, paradoxically, the path of dialogue is easier than that of ecumenism.

The Mediterranean is the sea which has always fascinated men who have experimented with different cultures for centuries and who have produced original ideals of wisdom and cohabitation.

The countries of the Mediterranean have often been considered as being homogeneous and as having a common identity: the great problem of the Mediterranean, however, is that this identity has been realized piecemeal with many different and artificial identities.

It was from this basis that the need to understand cultural and religious pluralism was born and it developed throughout the Mediterranean as an important fount of cultural diversity which took centuries to become embedded. Even before the arrival of post-modernity, pluralism was a 'complex' experience based around the Mediterranean and was the result of an historical fabric woven from cultural and religious diversities which has created a 'sharing of baggage consisting of meanings and beliefs, of practices and customs and of visions of the world nourished by the very air'. The Mediterranean, a mirror of water still reddened by the blood of recent conflicts, constitutes a 'pro-vocation' at the very moment when everything is challenged by the need to resolve the conflicts which menace its unifying and pacifying function. Through and rich an evocative interpretation of the various meanings and metaphors which describe and distinguish the Mediterranean today, in accordance with the theoretical-conceptual southern way of thinking (Cassano 2005) one can hypothesis a role which it can have in post-modernity identifying at the same time as the women as being those privileged to take on this pro-vocation which is calling on them to find a way of cohabiting. In fact, "the Mediterranean calls upon the women to find a way of unifying in spite of the differences, of embodying and realizing at the same time both the one and the multiple". (Pulcini 2003)

3. RELIGIOUS PLURALISM AND PREJUDICES

In the Mediterranean (in fact, throughout Europe) pluralism has become a reality, emphasized by the phenomenon of migration, which puts cultural and religious diversity into practice. Sociological analyses have shown that, beside the traditional monotheistic religions other religions, previously absent from the Mediterranean culture, have appeared. Oriental religions (Buddhism, Hinduism, Confucianism, Shintoism etc) are ever more present and there are new denominations present within the historical religions (be they Christian or Muslim).

Even within the Jewish, Christian and Muslim religions you see changes in the territorial map which were unthinkable a few decades ago. This not only manifests itself in the geographical areas where they were born but is moving into others thus modifying the religious geography.

In particular, you can see this in the Oriental religions and, in particular, that of Islam. In this respect, we should add here that the mass media are exaggerating the reality and the media impact is very different from the reality. To give an example, with regard to the presence of Muslim immigrants to Italy, it is interesting to note that from 1991 to date they have fallen from 38% to 32% but media attention has increased creating an effect beyond the reality. Today you can read continuously of episodes that are either directly or indirectly connected with the Islamic culture and/or religion and everyone is convinced that the number of Muslims has consistently increased.^[57]

The rapport between European citizens is not always balanced, especially when it comes to Muslims. The Report of the European Agency for Fundamental Rights has stated that, of the 13 states they have monitored, Italy is among those most intolerant towards Muslims; on average one Muslim in three of those interviewed state that they have suffered discrimination in the preceding 12 months and in 11% of the cases they had experienced real incidences of racism. The majority of those interviewed believe that Muslim immigration creates serious problems and a persistent quota (31%) are contrary to the opening of any further mosques.

That religious pluralism is a reality is evident within all the religions. This does not constitute a 'monolithic block' even if the ways in which it is shown is different when it comes to having contact with modernity: therefore, it is safe to say that there is a pluralism 'of the religions' as well as a pluralism 'within the religions'.

In fact, sociological analyses show that changes are happening in all the universal religions. If we limit the analysis to certain aspects within the Christian world (but this is valid for the other religions too) we see that there is a 'belonging without believing' (Davie 2000) and when it comes to culture there is 'believing without belonging' (Hervieu Léger 1999) both of which result in a religiosity without a Church. There is also emerging a 'subjectivity of faith' and a 'religious individualism' which creates a 'fluid form of belief' and a 'religious syncretism' which provides fertile ground for a do-it-yourself religion which is present in various forms of religions. Religiosity in our time is also manifesting itself in a 'pilgrim religiosity', in 'movements' which are typical of popular religiosity which, rather than re-making itself according to tradition, has become the expression

57 To take the case of Italy, the data relative to the religious adherence of Italian immigrants as at 31.10.2010 (4,619,000 equal to 7% of the population) shows that Christians represent 52% (of which 20% are Roman Catholic, 30% Orthodox and 2% belong to other Christian faiths). The Muslims represent 32%, followed by the Protestants (3.5%), Hindus (2.3%), Buddhists (1.4%), Jews (0.2%) and there are other small minorities. The non-believers represent 13%. (Caritas 2010)

of modernity in asking for meanings which man today asks of the religions. In many ways this helps the 'return to religions' as a 'horizon of meaning' in modern man (Canta 2004).

Such changes in the religions bring us to question religious identity and of the various ways of understanding it. On the one hand a greater international dynamic can favour dialogue between the religions. On the other hand there is emerging, beside the role of religion in post-modernization and globalization, a function, while not distinguishing itself from its classic function, is understood as a factor of 'integration' and of 'social cohesion' (Durkheim 2005) or of 'social change' (Weber 1976) which today seems to many as 'feeding conflict' (for example in Ireland, Israel, ex-Yugoslavia etc) and as a 'clash of civilizations' (Huntington 1996).

This privileges, as a subject of dialogue, Christians, Jews and Muslims but particular attention is directed at the Muslim world. In fact, in the European Mediterranean culture Christianity and Islam are inseparable. We can see this in Spain and Portugal but, in particular, in Italy and Sicily where, because of their geographical position and the historical context, the problems have been experienced in a different way. Here it is necessary to take account of long and complex memories which come from centuries of experience but also of present events: Lampedusa is today a symbol of this 'sea of blood' which could become a 'sea of peace'.

4. THE MEDITERRANEAN: A SEA OF BLOOD

The Mediterranean represents a real symbolic space of conflict and dialogue which come from the remote past but which still persist today. The boats laden with desperate men and women who are fleeing the misery and violence in their own countries and which arrive unceasingly on the shores of Sicily represent the scandal of a dialogue which has not only been ignored but also obstructed. Dialogue is defeated every time these boats do not reach the European coast and when their passengers have renounced for ever their dreams of a better future in a place which they imagine could bring them hope.

The Mediterranean is often described as a sea 'red with blood' because of the past wars which were fought there and the dead whose memory can still move us. There are those who would like to ignore the fact that the Mediterranean is still a sea of blood which is still today fed by the corpses of men and women of our time. Where are the 'invisible' men of whom we do not know the identity or from whence they came and who today lie at the bottom of this sea? Where are all those who embarked, packed together in an inhuman way, from the coasts of Africa and who were never able to disembark on the shores of some Italian island? How many have never arrived in Sicily, in Puglia and where do they lie today?

To recover the human face of this sea it is necessary to remember the feelings it evokes as only the mystical thinkers have truly understood. As R. Panikkar (2006) affirms, the Mediterranean is a Myth, a horizon of meaning.

Giorgio La Pira, Mayor of Florence in 1960 has defined this sea as 'another of Tiberius's lakes' and he has dedicated his life to it, above all on an international level. He wrote:

Mediterranean humanism is not at all a way of thinking extraneous to the twentieth century but remains as it is: a inextinguishable spring of creativity, a living and universal hearth from which man can receive the light of consciousness, the grace of beauty and the warmth of fraternity' (La Pira 1996: 92).

The inhabitants of the Mediterranean have always been capable of meeting each other half way and of initiating dialogue even after periods of warfare. In this place the road to the meeting of cultures and religions was opened and new ways of cohabitation and pluralism were formed.

5. THE "MEETING OF CIVILIZATIONS"

Unlike S. Huntington (1996)'s 'The Clash of Civilizations and the New World Order' I like to talk of the 'meeting of civilizations'. According to his theory, the elements of political power and religious power come together and religious power and the great religions are the pillars on which all the great civilizations rest. He analyses the most important religions (those which M. Weber has called the world religions) and maintains that the historical epoch in which one civilization prevailed over another is over. Today the 'multipolar' system of civilization has begun where they can only conflict one with another because of the importance they give to history, to identity, to cultural self-esteem, to politico-military power, to economic and religious power (Castells 2005) which determine the physiognomy of every civilization.

S. Huntington has maintained that the West, which is guaranteed a pre-eminent role in the world (and in his opinion will continue to do so in the near future) is today exposed to a double threat. On the one hand it is living in a period of 'lawlessness' caused by the crisis of its cultural identity and its ethical degradation which is seen in its educational institutions and, from a religious aspect, in its de-Christianization. On the other hand 'pride' in local cultural traditions is growing and this is seen particularly in those countries who have emancipated themselves from colonialism and from western hegemony: the Confucian, the Hindu, the Buddhist and, above all, the Muslim civilizations.

They are embarked on a process of modernization which, unlike the 60s, no longer has any reference to western culture. Today, the cultural modernization of civilizations outside the West takes its model from the West only on the scientific-technological level without renouncing the values, the culture and traditions of its own civilizations.

S. Huntington has called this process the 'indigency' of modernity. It is particularly evident in the Islamic civilizations where, in his opinion, a 'terrible' religious rebirth, which has even permeated the social and civil structures, has taken place. In this analysis he condemns the clash between cultural and religious identity.

I, on the other hand, believe that religions can cohabit, although not in the way of 'a forced coming together' which imposes reciprocal tolerance (sometimes simply endurance), but in a 'dialogue of cohabitation' which should be not only a 'cultural dialogue' but also an 'ecumenical dialogue', a 'theological dialogue', an 'inter-religious dialogue' and also a 'dialogue of common values' which could be defined in the way expressed by R. Panikkar (2006) as 'dialogue which leads to dialogue'.

6. THE 'PRACTICALITY' OF INTER-RELIGIOUS DIALOGUE IN THE MEDITERRANEAN

What role can religion play in the peace process? And who could mediate in such a process? To try to answer these questions it is necessary to illustrate and confront, if only in synthesis, the dramatic situation people face in places where the most violent conflicts are a daily occurrence, pausing to con-

sider the possibility of dialogue in some of the Mediterranean countries. In Israel and Palestine religion can actually point the way to real dialogue and a peace process, as shown by Marc Ellis (1989) who studies the Jewish religion in Baylor University and who has written an essay: 'After Lebanon. A Jewish Theology of Liberation for the 21st Century'. He underlines the existence of pluralism within the religions and the single groups, which is the reason why, in his opinion, at the present time dialogue with the 'Constantinian' Jews, as he defines those who are motivated by reasons of power rather than by a religious conscience (Jews of conscience) is not possible. Only the possibility of liberation theology could make a positive contribution to this process; but there are still many open questions that a Jewish liberation theology must confront, starting from the redefinition of its identity in the context of a reconciliation with the people of Palestine.

The great hope of liberation and peace is placed in the young Israelis and Palestinians who are today becoming more sensitive towards the idea of a dialogue in concrete terms; in fact, many experiments in the field of reconstructing Palestinian houses are being undertaken in which many young Israelis are working (which is defining their religious identity as young Israelis by working in the ruins of Palestine). The collaboration and friendship between Palestinian and Jewish university students is also proving to be a formative experience. However, the role of 'Jewish Politics' remains fundamental and this represents the greatest challenge to liberation inside the institutions.

Other experiences of dialogue between young Christians and Muslims in post-war Lebanon are also underway, as described by Adnane Mokrani (2007: 75-83), a Muslim theologian. There have been 15 years of civil war in Lebanon, which has had the semblance of a religious war, during which time an entire generation of young people, the children of combatants, have grown up filled with many prejudices and without ever knowing children who do not belong to their own particular group. Today Lebanon desperately needs national reconciliation between the different religious groups which would involve the young people who have grown up in a context of violence and who have used arms since they were children in order that they might modify the false image they have of one another. It is vital to understand and to intensify the present experiences; there are already many educative, academic, social and cultural organizations ('Research into Dialogue and Development', 'The Institute of Islamic-Christian Studies', 'The Centre of Christian-Islamic Studies', 'A Foyer for the Young Lebanese Girl') which are operating in the field towards reconciliation and their work is very effective for the prospects of peace.

Passing on to another country, Algeria, it is interesting to see what Nadja Kebour (2007), an Algerian Muslim, has written. She has studied the philosophy of St. Augustine (the Christian saint loved by the Muslims) and through her experience of dialogue with Christianity, both in Algeria and in Italy, she has written, with great suffering and sincerity, about the roots of violence in Algeria, a country deeply scarred by ten years of terrorism. She points out the novelty of this phenomenon which appears to have a religious connotation, even if "until the advent of terrorism the people of Algeria had always been very united." The violence started when men started to interpret the religious text (the Koran) in a way which reflected their own interests; from that moment the spirit of aggression, the intolerance and the incomprehension was born. Her personal experience of dialogue, realized in her own daily life, signaled for her a point of 'no return' and it is the necessary condition

which has enabled her to live her own life as a citizen and a practicing Muslim with serenity.

Notwithstanding the present experiences, from a theological point of view - and this is the most difficult - the questions which surround inter-religious dialogue are open and still to be constructed.

Here there is the complexity of an Islamic-Christian dialogue. In this respect, it is important to consider how Islam and Christianity have confronted each other throughout history from the Middle Ages onwards in order to be able to understand what is happening today.

In the West today prejudice is an obstacle to open and sincere dialogue. This causes great damage; in particular in Italy the ignorance of Islamic culture and civilization is diffuse, not only among ordinary people but also among the intellectuals. As Nacera Benali (2005) wrote, before we can talk about dialogue we need to establish mutual respect and real sincerity. From dialogue springs the need to understand the other better in order not to arrive burdened with prejudices which you intend simply to legitimize and confirm. You cannot start by believing that the Muslim world is convinced that the West is a den of depravity where there is nothing good or positive. On the other hand, you have to liberate yourself from the idealization of the West as the sole bringer of democracy and liberty, that only Europe and America have the right to export these to the Muslim world. Only those who are able to liberate themselves from this prejudice and to submit to profound self-criticism will be able to look with difference eyes at the many (ordinary people and intellectuals) who leave their own countries in search, not only of survival, but also of greater human rights and liberty.

Prejudice, and consequently intolerance, is hidden everywhere, above all in daily life, in the rapport between institutions and in the application of the law. Sociological analysis has shown that the principal source of prejudice, of conflict and intolerance is to be found in the sphere of the most deeply rooted ideas and in the values connected most profoundly with the ideal of family, of religion, race and of political and class identity. To be able to recognize and express your own prejudice to yourself could be of great help but only if the others are also able to recognize their own and liberate themselves from it. The source of much prejudice lies in the lack of consciousness of others, of their cultural codes and their ways of communicating.

7. DIALOGUE AND IDENTITY

The question of dialogue connects with that of religious identity. Dialogue is necessary if humanity is to survive. Differences should not be ignored but rather valued and exalted. Indeed the consciousness of the other, your respect for his difference helps to mature a knowledge of your own identity. This can only be achieved by a knowledge of self. Knowledge and knowledge of self are essential to dialogue; they are the two dynamics which always accompany and complicate each other.

Identity, too often lived as an auto-referential strategy, can become a true guarantee of dialogue but only if it is enriched by one's capacity to realize projects; an authentic identity does not reject its historical and cultural roots, even when it looks at them critically and, at the same time, opens itself to the future in order to modulate and enrich itself. From this point of view the consciousness of one's own identity is the essential condition for a sincere and effective dialogue.

It is never easy but as a result of hard work you can establish a connection between identities which are different but united in the common aim of a shared future.

Identity is always strongly tied to culture but dialogue belongs to the sphere of the 'sociability' of man and contributes to the 'definition' of himself and thus the delineation of his anthropological characteristics.

The identity of a person (but also in the collective sense) is always decided by the various ways of 'belonging' (cultural, religious, geographic, professional) but in an age when the contours of a multiplicity of ways of belonging are becoming fragmented and 'marginalized' (Bauman 2003) the idea of identity will become weaker, more flexible and less capable of definition.

Today identity is 'multiple' and 'dynamic' for many reasons says Amin Malouf (2005). These fragmented and multiple identities will face each other in a way which is both ephemeral and mutually destructive; therefore, we must find in dialogue the most useful and effective answers to enable us to establish ways of cohabitation based on collaboration in order to establish a peaceful world order.

Dialogue has to be based on both respect for different identities and the willingness to embrace all the differences in the other (Levinas 1985).

Before being able to enter into dialogue it is necessary to have a deep knowledge of one's own religion. The necessity of knowing another's depends on your own religion. If you really know your own religion inter-religious dialogue comes naturally because if you are fully conscious of and love your own faith you will want to understand the other's faith. Inter-religious dialogue is based on knowing you have a religious identity which can only be reinforced by understanding the religious identity of the other.

8. THE 'CHALLENGE' OF THE FUTURE

To the challenge of dialogue today you can respond in one of two ways: take the easier path and rely on surviving through inertia and habit, desiring to live as long as possible without changing anything or you can take the more difficult path where nothing is predictable in the hope of assuring authenticity in regeneration. And that is our wager on the future.

At the end of these reflections the bets are still on and while I have tried to give some answers I remain open and susceptible to suggestions.

Will the changes within all the religions as a result of secularization favour or hinder inter-religious dialogue?

Does a certain cunning and hypocrisy hide behind the appearance of dialogue in the name of the defense of truth as we see it?

Behind some pronouncements in particular, for example the banning of the veil worn by Muslim women in France, is there not hidden the 'problem of women' – not only Muslims and their role in society?

Is there a special role which women can play in inter-cultural dialogue and, in particular, in inter-religious dialogue?

The recognition of and respect for man is the basis for a dialogue between the believers in the different religions and between the believers and the non-believers. It can be a solid meeting ground which could lead to a true peace in the Mediterranean.

Taking the path of dialogue means never knowing where it is going to lead (Von Balthasar 1980), never taking anything for

granted but trusting in the possibility of being open from birth to death to other points of view.

In conclusion, I maintain that dialogue more than being simply a principle or a value is a 'method', a path to follow in order to realize a society based on cohabitation: it is thus a step on the way to the ultimate goal, which is peace.

Perhaps today the moment has arrived to re-unify the Mediterranean and to allow that 'Mare' to become really 'Nostrum': may the two shores, southern and western of Africa and Europe, return to dialogue and to the exchange of economic and cultural wealth they enjoyed in the Middle Ages.

The Europe of philosophy, mathematics and architecture is in debt to the Arabic/Muslim culture. It is high time we 'repaid that debt' and 'restored' to that civilization the well-being to which it aspires. We do not need war but we need to recognize their needs and to support them generously and convincingly.

What is becoming evident is that the risks we feared of religious fundamentalism and inter-religious violence has proved to be unfounded in the Magreb as it has been in the other Arabic Muslim countries – The Yemen, Syria, Jordan, Saudi Arabia, Qatar and perhaps in many others. The 'spring' of democracy in this region has been a 'lay' revolution without any interference from or dependency on religion which is a sign of a totally unexpected maturity.

We do not want the absence of solidarity on the part of the Europeans to force the young people who have believed in democracy to be thrown back into the arms of religious fundamentalism.

REFERENCES

- Baumann, Zygmunt (2003). *Intervista sull'identità*. Bari, Laterza.
- Benali, Nacera (2005). *Scontri di inciviltà*. Milano, Sperling & Kupfer.
- Buber, Martin (1997). *Il principio dialogico ed altri saggi*. Cinisello Balsamo (MI), San Paolo.
- Canta, Carmelina, Chiara (2004). *Sfondare la notte. Religiosità, modernità e cultura*. Milano, Franco Angeli.
- _____ (Ed). (2010). *Seminare il dialogo. Persone e trame del Mediterraneo*. Roma, Aracne.
- Canta, Carmelina, Chiara, Pepe Marinella (Eds) (2007). *Abitare il dialogo. Società e culture dell'amicizia nel Mediterraneo*. Milano, Franco Angeli.
- Caritas-Migrantes (2010). *Immigrazione. Dossier statistico 2010, XXI Rapporto*. Roma, Idos.
- Cassano, Franco (2002). *Il pensiero meridiano*. Roma-Bari, Laterza.
- Castells, Manuel (2004). *Il potere delle identità*. Milano, Edizioni della Fondazione Bocconi, Milano.
- Davie, Grace (2000). *Religion in modern Europe. A Memory Mutates*. New York, Oxford University Press.
- De Chardin, Pierre Teilhard (1966). *Le direzioni del futuro*. Torino, SEI.
- Durkheim, Emil (2005). *Le forme elementari della vita religiosa*. Roma, Meltemi.
- Ellis, Marc (1989). *Toward a Jewish Theology of Liberation. The Challenge of the 21 Century*. New York, Orbis Book.
- Habermas, Jürgen (1988). *L'inclusione dell'altro*. Studi di teoria politica. Milano, Milano.
- Hervieu-Léger, Danièle (1999). *Le pèlerin et le converti. La religion en mouvement*, Paris, Flammarion.

- Huntington, Samuel P. (1996). Lo scontro delle civiltà e il nuovo ordine mondiale. Milano, Garzanti.
- Kebour, Nadja (2007). Alle radici della violenza. Storia di un'esperienza di dialogo. In: Canta, Carmelina, Chiara e Pepe, Marinella. (Eds). Abitare il dialogo. op. cit., pp. 107-112.
- Küng, Hans (2005). Scontro di civiltà ed etica globale. Roma, Datanews.
- _____ (2006). Il dialogo obbligato, Roma, Datanews.
- Kurtz, Lester, R. (2000). Le religioni nell'era della globalizzazione. Bologna, Il Mulino.
- La Pira, Giorgio (1996). Il sentiero di Isaia. Scritti 1965-1977. Firenze, Cultura Nuova.
- Levinas, Emmanuel (1985). Umanesimo dell'altro uomo. Il Melangolo, Genova.
- Malouf A. (2005). Identità. Milano, Bompiani.
- Mokrani, Adnane (2007). La guarigione delle memorie. Primi incontri tra giovani cristiani e musulmani nel Libano del dopoguerra. In: Canta, Carmelina, Chiara e Pepe, Marinella. (Eds). Abitare il dialogo. op. cit., pp. 75-83.
- Panikkar, Raimundo (2006). Pace e interculturalità. Una riflessione filosofica. Milano, JakaBoock.
- Pulcini, Elena (2003). Il potere di unire. Femminile, desiderio e cura. Torino, Bollati Boringhieri.
- Rawls, John (1982). Una teoria per la giustizia. Milano, Feltrinelli.
- Von Balthasar, Hans Urs (1980). Teo-Drammatica. I, Milano, Jaka Boock.
- Weber, Max (1976). Sociologia delle religioni. Torino, UTET.

UM OLHAR PARA O ACERVO DISCURSIVO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

MARINETE LUZIA FRANCISCA DE SOUZA

DOCTORANDA EM LITERATURA PORTUGUESA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



RESUMO

Analisa-se o discurso da Teologia da Libertação. Verifica-se que, sendo a Teologia da Libertação um movimento de ruptura ligado a questões sociais e não somente a questões religiosas, os seus escritos apresentam uma linguagem capaz de provocar o diálogo entre o campo religioso, o cultural e o social, isto é, conseguem postular a noção de inseparabilidade entre esses campos. Estas conclusões foram elaboradas a partir de um estudo de caso realizado nas comunidades de base de San Paolo (Roma – IT) e São Félix do Araguaia (Mato Grosso – BR).

ABSTRACT

The text analyzes the discourse of the Theology of Liberation. This theology represents a movement of rupture linked not only with religious but also with social issues. The texts of the Theology of Liberation present a language able to start a dialogue between religious, cultural and social fields, that is, these texts postulate the inseparability of these fields. These conclusions are drawn upon the case study of the base communities of San Paolo (Roma – IT) and São Félix do Araguaia (Mato Grosso – BR).

APRESENTAÇÃO

O discurso de atuação da Teologia da Libertação, doravante TL, corrente teológica surgida na década de 1960 na América Latina, guardam, sem dúvida, a memória das ações e escritos de seus fundadores e, assim, funcionam como elemento motivador no âmbito das comunidades de base e em movimentos sociais ligados aos direitos humanos. Sendo a TL um movimento de ruptura ligado às questões sociais e não somente a questões religiosas, esses escritos, quando manifestos sob a forma de cartas pastorais, demonstram ter uma linguagem capaz de provocar o diálogo entre o campo religioso, o cultural e o social, isto é, conseguem postular a noção de inseparabilidade entre esses campos.

Daí a necessidade de analisar algumas delas, sendo selecionada uma Carta Pastoral de Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia, e outra de Giovani Franzonni, que, não sendo bispo, é reconhecido como estando no mesmo patamar hierárquico, por ser abade da Basílica de San Paolo fuori le Mura.

Em sua carta Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social (1971), Pedro Casaldáliga declara que uma das suas intenções é apresentar a Igreja Prelazia de São Félix do Araguaia às demais dioceses católicas e contribuir para que haja uma maior comunhão de ideias entre os diversos membros da Igreja. Há, na carta, uma preocupação de informar a localização da Prelazia, de caracterizar o clima e os aspectos geográficos da região, de esclarecer sobre o funcionamento dos serviços básicos (de saúde, transporte etc.), quase inexistentes. Mas a atenção maior é dada à descrição das pessoas que a habitam. Assim, Casaldáliga (1971: 3) observa a chegada dos Nordestinos à região e o modo que os seus direitos lhes são negados: “povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e uns quatro trens de cozinha [...] indiferentes a tudo,

eles vão ganhando o pão de cada dia, pois para eles só existem dois direitos: o de nascer e o de morrer”.

Definindo os imigrantes nordestinos como “massa deserdada de semiescravos que se sucederam desde as Capitânias Hereditárias” (1971:13), a Carta Pastoral denuncia a forma como eram recrutados e a ausência de contratos de trabalho. Além disso, põe em xeque a política local, fundada nas ideias de hereditismo e coronelismo, centrada em interesses particulares dos governantes e negligenciando bens básicos como a saúde^[58], o transporte, a educação.

Quanto aos índios, diferenciados e classificados por suas nações, podem-se notar observações como esta: “os Xavantes, fortes e guerreiros; os karajá pescadores, dóceis, propícios à amizade, “artesãos do barro e da pedra”, contudo, frágeis ao contato com o branco (em função das doenças que este lhes traz); os Tapirapé, lavradores muito sensíveis e “de uma delicada hospitalidade” (1971: 4). No entanto, esses símbolos sociais haviam sido transformados em estereótipos, num sistema de oposições: “sulista X sertanejo”, “índio X cristão”, “branco X preto” (Casaldáliga, 1971: 4). O Bispo registra o tratamento dado pelos que vinham do Sul aos que eram nativos da região — “essa gente”, “esse povo”, “são índios mesmo”, “o governo trata a gente como Carajá” — e afirma que os fazendeiros sulistas e paulistas eram, quase sempre, “estrangeiros de espírito”. Foragidos dos centros urbanos, havia, ainda, entre a população, funcionários do Estado, INCRA e FUNAI, vendedores ambulantes, etc.

Quanto à religiosidade, Casaldáliga destaca a existência de “uma profunda vida interior”, num povo que “acredita em Deus sem discussão”, porém, com uma “fé primitiva”, entre o temor de Deus e a gratidão mais sentida. A secularização seria “para esta gente uma presunção temerária, uma monstruosa

58 O único hospital de região era o Hospital do Índio que por concessão atendia a pagamento o pessoal não indígena.

heresia”. (1975:5). A relação com o divino dava-se por meio de rezas e superstições, o batismo dos filhos era visto como mais uma bênção que como um modo de torná-los cristãos; o padre era visto como alguém superior aos outros membros da comunidade religiosa. Mas o maior problema era o fato de que tudo estava condicionado pelas condições de vida, pelas doenças endêmicas, pelo clima e pela falta de perspectiva social (1975: 7).

Por isso, a única forma de propor mudanças seria criar meios para que as pessoas acreditassem na hipótese de uma vida melhor. Do contrário, a violência, os casamentos arranjados, a educação com base na violência, o descumprimento de direitos trabalhistas básicos, a desagregação das famílias impossibilitaria a existência de uma moral cristã. Para promovê-la, propõe a libertação, mas acentua que: “ajudar a libertação dos oprimidos é o meio mais eficaz de contribuir para a libertação dos opressores” (Casaldáliga, 1971: 7). Por isso, a eles se dirige:

Aos católicos latifundiários que escravizam o povo de nossa região – eles mesmos alienados, muitas vezes, pela convivência interessada ou cômoda de certos elementos eclesiais – pediríamos, se nos quisessem ouvir em simples pronunciamento entre sua fé e o seu egoísmo. ‘Não se pode servir a dois senhores’ (Mt 6, 24). Não lhes adiantará ‘dar cursilhos’ em São Paulo ou patrocinar o ‘Natal dos Pobres’ e entregar esmolas para as ‘Missões’, se fecham os olhos e os corações para os peões escravizados ou mortos nas suas fazendas (Casaldáliga, 1971: 43).

Mas Casaldáliga não mantém os latifundiários no anonimato. Cita nomes de fortes grupos econômicos^[59] e mostra o apoio que o Governo brasileiro lhes dava^[60]. Além disso, narra casos absolutamente contrários aos direitos humanos como, por exemplo, a transferência de toda a população de uma aldeia do povo Xavantes em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a aldeia de São Marcos que, historicamente, pertence ao povo Bororo e a construção da BR-080 que cruza o Parque Nacional do Xingu, separando os diferentes povos que o habitava.

Tratando dos “posseiros”, moradores de uma faixa de terra que o governo havia considerado desabitada, Casaldáliga informa que muitos imigrantes nordestinos viviam ali já há 20, 30, 40 anos. E exemplifica, com o caso de Santa Teresinha, onde a CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia) iniciou um processo de invasão de terras e de domicílios, destruiu o ambulatório e a igreja, ateou fogo às roças, apresentando título de posse inclusive da área urbana (Casaldáliga, 1971:12)^[61].

Publicada a Carta, sua repercussão na imprensa nacional foi bastante considerável. As opiniões dividiram-se. A CNBB apoiou o Bispo. Mas, alguns jornais, ao negarem a ideia de feudalismo denunciada pela Carta Pastoral de Pedro Casaldáliga, reforçam-na:

A julgar pelos extratos que pudemos ler trata-se daquele comunitarismo eclesial do tipo medievalista que Taunay já dissecou no seu clássico ensaio sobre as origens do capitalismo moderno, coisa que devidamente traduzida à luz da dinâmica social contemporânea, quer dizer que se trata do produto de uma inteligência [...] de quem tem por objetivo desmoralizar nossa Pátria (O Estado de São Paulo, 12-11-1971).

Se o Bispo tenta ressignificar o espaço e desorganiza o que foi imposto, emprestando sua voz àquela parte dos fiéis que não conseguem ser ouvidos, seus interlocutores, que participam, em geral, da mesma confissão religiosa, estão divididos entre os que detêm o poder (e aqui poder significa terra) e os que possuem somente sua força de trabalho. Tanto estes como aqueles estão adaptados ao fato de a Igreja Católica ter-se colocado, historicamente, ao lado do poder.

Vemos, porém, pelo trecho jornalístico citado, que um dos lados reage à possibilidade de mudança, apelando à consciência nacional ao afirmar que a carta resulta de uma “inteligência servida de acuidade como escrúpulos de quem tem por objetivo desmoralizar a nossa Pátria” (O Estado de São Paulo, 12-11-1971). Segundo Cruz (2000: 121), este é “um discurso materializado no discurso das relações de forças provocado pelo capitalismo” e por uma memória discursiva centrada no poder que autoriza afirmações públicas que dão a ideia de que o pobre sempre foi pobre, e, por isso, não há necessidade de mudar o status quo. Essa ideologia fica clara no fragmento que se segue:

Os empreendimentos na região têm que ser muito grandes para render. “Nunca houve condições de sobrevivência para o pequeno proprietário que produzia, mas não podia vender porque não tinha nem por onde. Não se pode falar em esmagamento porque eles sempre foram esmagados pela própria região” (O Estado de São Paulo da Sucursal do Rio de Janeiro, 12-11-71).

Do ponto de vista do governo, trata-se de uma reorganização da nação sob os moldes capitalistas, ou seja, a delimitação de uma parte do país como Amazônia Legal servia aos interesses internacionais sem que se pudesse contestar essa decisão. E em geral os jornais enunciavam sujeitos que ocupavam posições de poder, o governador de Mato Grosso, a associação de empresários da região, ou seja, a grande imprensa brasileira começava a delinear seu papel como aquela que ora produz discursos, ora os reproduz. Por isso, Pedro Casaldáliga sofreu pressões dentro e fora da Igreja.

Como as cartas de Pedro Casaldáliga, as cartas de Giovanni Franzoni tiveram uma grande repercussão dentro e fora do contexto religioso. Sua carta mais conhecida é *La terra è di Dio* (1973), que trabalha a questão da terra, da mulher, os problemas imobiliários em Roma, a questão dos povos nativos de continentes como a América e a África, retoma e discute a função dos jubileus, colocada por Paulo VI^[62] que se perguntou sobre a sua importância no mundo moderno.

Franzoni olha para a Igreja como sujeito coletivo, opondo-se ao uso despótico dos textos bíblicos. Afirma que o nome Adão expressa a duplicidade dos gêneros e a multiplicidade das ra-

59 Bourbon SA, Banco Nacional de Minas Gerais, Codeara e Suiá-Missu, de propriedade da família Ometto (que detinha uma área de 695.643 km², ou seja, maior que o Distrito Federal).

60 Isenção total de impostos; dedução de 50% relativos aos projetos financiados pela SUDAM; isenção de quaisquer impostos relativos à importação de máquinas, pois o governo considerava “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais” nas faixas de 100 Km de cada lado das vias amazônicas entre as quais estão citadas a BR 80 – trecho Araguaia- Cachimbo e BR 158 – trecho Barra do Garças – São Félix” (Casaldáliga, 1979:10).

61 Em 1970 o governo determinou que a Companhia deveria doar uma pequena porção de terra aos posseiros que ali viviam.

62 Segundo Franzoni (2006:22), depois de haver feito essa reflexão e tendo recebido contribuição de diversos bispos, Paulo VI opta por convocar o jubileu de 1975.

ças. Diz que o mito platônico do estranhamento do espírito sustenta a ideia de que estamos longe da terra, provocando um estranhamento do corpo e sua separação da terra. Para ele (2006:14), pertencendo à terra por nascimento e destinação final, o homem é convidado a viver imerso na terra, mas não como um déspota.

Tratando do crescimento desordenado das cidades, o autor denuncia o surgimento de “proletários” e o aumento da discriminação e da indiferença: o homem passa a ser considerado número e os interesses do povo são deixados de lado em favor do sistema econômico. Conclui-se que a cidade está envolta no mito de que todos podem ter a sua própria casa e gozar dela tranquilamente, mas o que ocorre é que a maioria das pessoas têm dívidas relativas ao financiamento habitacional e o exército dos sem-teto cresce a cada dia.

Havia, segundo Franzoni (2006:28), uma tentação de pensar que a realidade a qual Paulo VI se referira na *Rerum Novarum* (1971) dizia respeito a outros países, como se em Roma tal situação não pudesse ocorrer. No entanto, faltava lugar para as crianças brincarem e quando uma morria à beira do rio Tevere, condenavam-se os pais. Os idosos sofriam de solidão e quando se matavam eram condenados como insensatos.

Além disso, a relação com a natureza tornava-se cada vez mais distante e os pobres tinham apenas a possibilidade de ter um pequeno apartamento e um carro para ir para o trabalho; os ricos reencontravam a natureza em vilas fechadas ou em outros países onde passavam as férias. Assim, os católicos se haviam transformado em seres frios observadores e a relação originária dos bens naturais com Deus desfazia-se, resultando o seu uso inadequado em dessacralização.

Giovanni Franzoni pergunta-se se, sendo tão fácil perceber que a atividade de compra e venda do solo e da habitação é algo que provoca a alienação humana através da capitalização de um direito considerado por ele natural e divino, a Igreja deveria pronunciar-se, pois, embora a Bíblia não deva ser considerada um “código de regra social” (Franzoni, 2006: 37), deve favorecer as resoluções de problemas relacionados ao dia a dia.

Quanto aos jubileus, declara que devem ser pensados a partir de sua antiga função, repouso da terra, liberação dos escravos e dos débitos, pois só se pode pensar em reconciliação, como ele propõe, se houver reconciliação interna.

Assim, o papel da Igreja Católica, para o autor, não é o do silêncio, uma vez que, entre os leigos que dela participam, há tanto pessoas ricas como pobres. Franzoni discute, por exemplo, o papel da presença superficial das assistências oferecidas pela Igreja aos “sem-teto”: tal sistema aparenta interesse pelas necessidades dos pobres, mas, na verdade, “não tem feito outra coisa que cultivar um subproletariado, despolitizado, indiferente, e psicologicamente “dependente”, favorecendo a praga do clientelismo [Tradução Nossa] (Franzoni, 2006: 63).^[63] Assim, a Igreja acaba por configurar-se como um potente poder no mundo capitalista (veja-se que, na Itália, os católicos estavam no governo há trinta anos).

Em relação às questões sócio-econômicas, Franzoni observa que a Igreja suscitou nos cristãos, com o pretexto antiatista, uma verdadeira repulsa ao comunismo, que dividiu e paralisou a “classe operária”. Por outro lado, a defesa da sociedade privada como o direito dado por Deus, o interclassicismo, e a certeza de que os problemas das cidades decorrem da industrialização e que é um preço a pagar pelo bem-estar por

ela proporcionando uma ideia corrente entre os católicos. Na visão do autor (Franzoni, 2006: 68), tal fenômeno teria feito com que a Igreja não conseguisse desenvolver sua atividade profética. Lembra ele que essa situação foi colocada em discussão pelos bispos franceses no documento *Per una pratica Cristiana della politica* (1972) onde afirmam: “l’amore evangelico richiede ludicità nell’analisi e coraggio nell’affrontare gli scontri” (Franzoni, 2006: 71).

Entende-se que, tendo sido a ligação com o poder o fator que levou a Igreja a cometer certas injustiças, somente com a separação total deste é que poderia desenvolver plenamente o “anúncio da palavra de Deus” e recuperar a liberdade. Convicto de que é preciso colocar-se do lado dos pobres, pois somente assim se pode perceber a insuficiência de seus meios e instrumentos, Franzoni propõe a seus companheiros que saiam daquilo que tradicionalmente tem sido o mosteiro e aproximem-se da realidade da vida.

Para Franzoni (2006), o Concílio Vaticano II, do qual participou, amadureceu na Igreja essa necessidade de olhar para seus erros para poder avançar. Todavia, não cabe à Igreja propor discussões para a sociedade, pois já existem os lugares que podem fazê-lo do ponto científico e técnico; cabe à Igreja educar-se a si e fazer as ligações necessárias entre a realidade religiosa e a social.

A carta pastoral *a La terra è di Dio* (1973), aqui analisada, e *Farete riposare la terra* (1996) foram reunidas juntamente com a carta *Anche il cielo è di Dio* (2000) na coletânea *Giovanni Franzoni e i beni comuni*^[64] (2006).

Interessa-nos mais, em função da temática, a carta *Farete riposare la terra*^[65], na qual Giovanni Franzoni retoma o tema de *La terra è di Dio* (escrita próximo ao jubileu de 2000), passando a tratar a terra como planeta. O autor entende que as escolhas feitas pelo Papa João Paulo II para a celebração do jubileu de 2000 indicam um hierarquismo. A elas contrapõe as escolhas feitas pelo Conselho Ecumênico das Igrejas e pela Assembleia Ecumênica das Igrejas Cristãs europeias que convidam aos fiéis para a Assembleia do Povo de Deus. (2006:115).

Franzoni (2006:116) defende o perdão das dívidas que os países pobres mantêm com o Fundo Monetário Internacional, as quais atingiram, em 2000, altas taxas de juro e acentua a necessidade de discutir as relações entre norte e sul do mundo. Informa que vários teólogos e igrejas locais propuseram o perdão das dívidas dos países pobres, como, por exemplo, os bispos do Panamá, o Conselho Ecumênico das Igrejas Cristãs, chegando a influenciar a encíclica *Terzo Millennio Adveniente* (2000). Faz alusão ao colonialismo europeu na América, afirmando que, mesmo após os processos de independência, os povos americanos não tiveram suas culturas aceitas, fato que provocou inúmeros casos de “etnocídio” e de “genocídio físico”.

64 As cartas *La terra è di Dio* (1973) e *Il diavolo mio Fratello* (1986) são os textos mais conhecidos de Franzoni. Da primeira, derivou a temática das cartas publicadas na coletânea citada. Da segunda originaram-se as cartas *La tentazione di Cristo* (1990) e *Il ritorno di Leviathan* (2007), publicadas na coletânea *Giovanni Franzoni. Il diavolo mio fratello* (2008). A respeito da ideia de “beni comuni” Franzoni afirma: “l’ineguaglianza sociale infrange la solidarietà che contraddistingue il popolo in quanto tale e riguarda ogni individuo in esso. Inoltre tale affermazione di ateismo e di ineguaglianza si oppone ed è contraddizione con il culto che ciascuno deve rendere a Dio: non può renderla chi fa sua la proprietà di Dio e rapina l’eredità del fratello” (Franzoni, 2006:194)

65 O autor acentua que não pretende discutir o aparecimento do homem sobre a terra em termos científicos, mas a forma como a Igreja o compreende, colocando-o numa situação de superioridade em relação a outras criaturas.

63 “non há fatto altro che coltivare un sottoproletariato, spolitizzato, qualunquista, e psicologicamente “dependente”, favorendo la piaga del “clientelismo”.

Discute, assim, a modernidade e o colonialismo, definindo o momento atual como “crisi di civiltà”. A modernidade europeia teve, sempre, uma dupla face: por um lado difundiu valores como a liberdade individual, a laicidade, o direito de consumo; difundiu a técnica, gerando e produzindo o bem-estar social. Por outro, acelerou o processo de exploração da natureza em países que foram colônias, uma vez que a Europa concebeu a si mesma como centro, fazendo com que se gerasse uma grande massa de excluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coube-nos aqui pensar o valor social e discursivo das propostas da Teologia da Libertação. A TL ajudou a inserir no âmbito da Igreja Católica, ainda que, muitas vezes, a hierarquia católica não o admita, uma preocupação social e política mais condizendo com a realidade onde está inserida, e esta preocupação está presente numa série de documentos publicados pelo Vaticano, após 1960. Isso ocorreu, naturalmente, pela força que teve o Concílio Vaticano II, mas também porque um grupo coeso de leigos e sacerdotes levou as discussões e as mudanças avante. Muitas das ações desses grupos tornaram-se paradigmáticas, tanto por sua importância no seio das comunidades de base, como por terem provocado polêmica pública.

As cartas Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social e La terra è di Dio inscrevem-se nesse linha, já que remetem a outras experiências, tanto religiosas como não-religiosas. São textos que delineiam uma forma específica de encarar a vida e a Igreja, condicionando as escolhas sociais e políticas, levando à ação, isto é, a uma praxis, e conduzindo, ainda, aos modelos de vida dos membros das comunidades estudadas no Brasil e na Itália.

Como diz Pace (2007: 74), são duas as formas como o indivíduo pode relacionar-se com a religião: de modo horizontal, isto é, relativamente aos conhecimentos que deverá ter de sua organização; de modo vertical, isto é, o tipo de conduta que provém desse conhecimento. Com base no modo vertical, o indivíduo estabelece explicações de ordem cósmica e social para mundo.

A Teologia da Libertação opõe-se a soluções unívocas e procura pensar a complexidade, pois é preciso buscar “quell’elemento in più”, de uma riqueza cultural mais acentuada; nega da redução ao “uno”, “simplece e esclusivo” (Franzoni, 2006:161).

Luckmann (apud Cipriani) estabelece uma relação entre a realidade e os eventos sociais (inclusive a religião, a partir de seus “sistemi de significato socialmente oggettivati”, de suas características constitutivas.

Berger e Luckmann (2004), assim como Weber (2006), propõem uma visão de mundo historicizada, de modo que não se possa abrir mão de seu caráter religioso. Nesses termos, podemos pensar em como os modos laicos podem estar fundados nos religiosos, e em como os modos religiosos podem ser influenciados por questões sociais e econômicas.

Weber (1977) distingue vários tipos de problemas sociais: o primeiro deles está ligado às instituições; o segundo, à vida religiosa, que não nos interessa por seu aspecto religioso em si, mas pela forma como interfere nas questões sócio-econômicas em geral, uma vez que delas resultam efeitos que podem ser de interesse sócio-religioso.

A Teologia da Libertação leva em conta a relação entre a classe detentora do poder e aquela que não tem acesso a bens considerados básicos para a sobrevivência. Assim, analisou-se as particularidades intencionais e a forma como certos elementos

foram, ao longo do tempo, sendo incluídos nessa corrente do catolicismo.

Isso nos permitiu refletir sobre a forma como a TL atuou para introduzir temas sociais no debate católico. Por fim, verificamos que religião e política sempre foram as prioridades do grupo, promovendo importantes reflexões no contexto da Igreja Católica e da sociedade em geral. O período de atuação mais acentuado da TL foi entre 1960 e 2000^[66], mas pode-se afirmar que a Teologia da Libertação é uma corrente que sobreviveu às mudanças sociais e religiosas ocorridas nos últimos tempos. Esta sobrevivência fica patente, por exemplo, na reflexão realizada pela Comunità San Paolo em março de 2007 para refletir sobre o martírio na América Latina: há a luta silenciosa das comunidades de base, que continuam, em todos os lugares, procurando resistir ao desempenho compressor da ideologia dominante”. Afirmam ainda que “lendo a Bíblia em comunidade, buscam, em um tipo de resistência quase sem limites, para manter viva a consciência crítica e a esperança, pois a fé lhe assegura que vale a pena lutar: o futuro pertence à vida e não morte. (Extraído da transcrição realizada pelo Centro Interconfessionale per la Fede).

Assim, as discussões feitas pela TL geraram, a nosso ver, mudanças internas na Igreja, mas foi surgindo também um forte sentimento fracionário no seio desta instituição e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- Casaldáliga, Pedro (SND). Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social. _____ (1982). A cuia de Gedeão. Petrópolis, Vozes.
- Casaldáliga, Pedro e Barredo, Cerezo (2005). Murais da Libertação. São Paulo, Loyola.
- Franzoni, Giovanni (2008). Il diavolo, mio fratello. L’addio alla dannazione eterna. Roma, Edup.
- _____ (2006). La terra e di Dio. Giovanni Franzoni e i beni comuni. Roma, Edup.
- _____ (2003). Eucaristia: Gestì altri., In Comunità Cristiana di Base. Memoria e progetto. Condivisione eucaristica e partecipazione politica fuori dei recinti. Edizioni Qualevita, Torre del Greco.
- Pace, Enzo (2007). Introduzione alla sociologia della religione. Roma, Carocci.
- Santos, José Ricardo dos Santos e Fernandes, Marcio Luiz (2009). Teologia da criação na obra pictórica de Cerezo Barredo. In Sanches, M. A. (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Champagnat. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2009>.
- Santaella, Lúcia (2001). Matrizes da linguagem e do pensamento. São Paulo, Iluminuras/Fapesp.
- Weber, Max (2006). L’Etica protestante e lo spirito del capitalismo. Milano, BUR.
- _____ (1977). Sobre a teoria das ciências sociais. Lisboa, Editorial Presença.

66 C’è la lotta silenziosa delle comunità di base che continuano, dappertutto, a resistere contro il ruolo compressore dell’ideologia dominante. Leggendo la Bibbia in comunità, cerano, in una resistenza quasi senza orizzonte, di mantenere viva la coscienza critica e la speranza, poiché la fede gli assicura che vale la pena lottare: il futuro appartiene alla vita e non alla morte.

RELIGIÃO: CAMINHOS DA GUERRA, CAMINHOS DA PAZ

BERENICE NEIDE BRANDÃO ANDRADE

PSICÓLOGA, PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
DA FUNDAÇÃO CAMINHO VERDADE E VIDA

RESUMO

O sentimento religioso autêntico, não se submete a imposições de raça, crença, cor, Igreja, linguagem ou nacionalidade. O Homem carece de espiritualizar-se, para deixar os círculos estreitos da “minha igreja”, e ingressar no “Nosso Templo”, com uma conduta apreciável, capaz de transformar a Terra dos homens no Templo Augusto de Deus.

ABSTRACT

The true religious feeling, is not subject to charges of race, creed, color, Church, religious label or nationality. “Man needs to spiritualize, to leave the narrow circle of “my church” and join the circle of “Our Temple”, with a appreciable conduct capable to change the Men’s Earth into the Augustus Temple of God.”

Diz Emmanuel:

“Religião, para todos os homens, deveria compreender-se como sentimento divino que clarifica o caminho das almas e que cada espírito apreenderá na pauta do seu nível evolutivo.

Nesse sentido a Religião é sempre a face augusta e soberana da verdade; porém, na inquietação que nos caracteriza a existência na Terra, dividimo-nos em numerosas religiões, como se a fé também pudesse ter fronteiras, à semelhança das pátrias materiais, tantas vezes mergulhadas no egoísmo e na ambição de seus filhos. Desta falsa interpretação têm nascido no mundo, as lutas antifraternais de todos os tempos”. (Emmanuel. 1940, p. 171)

Herdamos dificuldades, oriundas das várias interpretações da Lei, que hoje sustentam a base sectária em que nos situamos... Estamos convictos de que os preconceitos existentes entre as quatro paredes de um templo, seja ele qual for, são instalados, ao longo do tempo, por lideranças religiosas, cujos valores não se compadecem com os Mandamentos amorosos de Deus, base de toda a civilização.

Enquanto nos posicionamos como senhores das verdades, somos maus condutores, regidos por sentimentos de poder que menospreza a outros... Contudo, reconhecendo nossas limitações, conscientizando-nos de que Deus é um só e não é senhor de esmagamento das almas, mas Pai de amor e de misericórdia, convivemos sem intolerância, sem incompreensão.

O sentimento religioso autêntico, não se submete a imposições de raça, crença, cor, Igreja, linguagem ou nacionalidade. Não importa sob qual rótulo se apresente, reconhece que, bem mais do que Espiritismo, Catolicismo, Protestantismo... o homem carece de espiritualizar-se, para deixar os círculos estreitos da “minha igreja”, e adotar o ideal santificado de construir o “Nosso Templo”, com uma conduta madura, apreciável, ca-

paz de transformar a Terra dos homens no Templo Augusto de Deus.

Para alcançar este objetivo, nos é indispensável colocar em prática a Regra Áurea das maiores Religiões do mundo que, há séculos, têm grafado, em letras modernas ou antiquíssimas, o mesmo texto nos Livros Sagrados, cada um escrito de uma forma, mas expressando o mesmo inesquecível e imensurável ensinamento: “Fazei ao outro tudo o que gostaríeis que o outro vos fizesse.”

Nos homens que despertam para esses conceitos de fraternidade sem fronteiras, alarga-se a acústica da alma, e movidos por ideais superiores, edificam uma nova Humanidade.

Deus está no pensamento de todos os povos. Houve um tempo em que rendíamos culto a muitos deuses. Em seus altares fazíamos oferendas, na tentativa de vencer nossas angústias diante de seus olhos petrificados e frios. Reportando-nos a esse tempo, é justo ressaltar que, “todas as raças da Terra devem aos Judeus esse benefício sagrado, que consiste na revelação do Deus Único, Pai de todas as criaturas e providência de todos os seres”. (Emmanuel. 2001. pp. 68-69)

Deus é amor. Deus é a fonte inspiradora de todos os templos. Deus é a força que potencializa o bem de todas as criaturas e de todas as coisas. Sem a idéia de Deus, e sem respeito aos semelhantes, as criaturas humanas, definitivamente, não conseguirão ser felizes.

Da segregação voluntária em que nos colocamos, na errônea interpretação de que somos “donos das verdades”, herdamos a cristalização das idéias religiosas. O progresso, em todos os segmentos da Humanidade, depende da permuta incessante de idéias que permite o entrelaçamento de propósitos. As Leis de Deus, nunca foram incentivos para a separatividade em nenhuma circunstância. A religião é a força que molda o caráter e o sentimento do homem. Desta forma, no longo trajeto religioso das almas, precisamos seguir de mãos dadas, para adquirir conhecimento mais amplo. É imprescindível manter a cabeça e o coração abertos, para um convívio que só trará paz à nossa Terra.

É nesse convívio que adquirimos o necessário conhecimento sobre as várias culturas e interpretações da Lei. Quando ouvimos ou interpretamos a Lei, sem pretensões, o clima de fraternidade se estabelece pela ausência de imposições. É o exercício de respeito que certamente bons frutos dará. Em regime de fé, alcançamos a perfeição íntima que eleva as criaturas para um estágio superior de convivência. Aprendemos com o tempo que, onde o mal se destaca é preciso fazer todo o bem que pudermos e onde a engrenagem do ódio se mova, precisamos mencionar o amor.

Fazendo estudo metódico sobre a evolução moral no mundo, podemos apontar homens e mulheres que, por amar e compreender os semelhantes de um jeito singular, estavam à frente dos povos. Nenhum deles foi compreendido em seu tempo. Foi preciso que a humanidade adquirisse valores novos, para então trazê-los à galeria dos imortais, como os gênios da fraternidade, os sábios da vida de todos os tempos.

Temos registros na história de que os ensinamentos divinos foram trazidos através dessas personalidades distintas, como lâmpadas de um grande lustre, acendidas, uma a uma, de tempos em tempos, gradativamente, para não ferir nossos olhos habituados à penumbra.

“No princípio era o Verbo.” “E o verbo se fez carne.” Que é o Verbo de Deus senão amor, perdão, entendimento, alegria, respeito bondade, renúncia, fé, esperança, benevolência, misericórdia, simpatia, respeito...?

Alguns homens nasceram trazendo conhecimento sobre essas virtudes, falando sobre essas virtudes, convocando as criaturas a converterem-se a essas virtudes. Foram Operários inequívocos da grande obra de fraternidade iniciada desde o princípio da criação. Deixaram a sua marca de fé inegável, aliada a integral obediência a Deus. Não nos cabe listar os antepassados formosos. Recordemos apenas alguns, a título de ilustração preciosa:

“Hermes é a Sabedoria. Buda é a Renovação. Zoroastro é o Dever. Moisés é a Justiça. Confúcio é a Harmonia. Orfeu é a beleza. Numa Pompílio é o Poder. Vemos, porém, demonstrações incompletas de espiritualidade. Não há padrões absolutos de perfeição moral... Aparecem linhas divisórias entre raças e castas, ricos e pobres, senhores e escravos, vencedores e vencido.” (Emmanuel. 2004, p. 57)

Em todos os tempos surgem no mundo criaturas que impressionam multidões. É justo acrescentar que todos eles estão gravados na memória do mundo, coroados pela nossa reverência e eterna gratidão. Enquanto os homens atentos, apreciavam essas personalidades, aplicando quanto sabiam, os seus valiosos apontamentos, o espírito científico, incansável em suas perquirições, encontrou nos arquivos seculares, um homem que tem sido apontado na história, como alguém que se evidenciou pela exemplificação dessas virtudes. Podemos afirmar, estudando o trajeto de Jesus, que o verbo se fez carne neste homem extraordinário.

O ensinamento de Jesus, segundo sabemos, não exige do homem o impossível. Enquanto os mentores da Humanidade viviam entre mistérios religiosos e dominações políticas, Jesus convida os homens a implantar o Reino de Deus nos próprios corações, convocando-os ao convívio, através da fraternidade, do amor e do conhecimento. Temos registros de que Jesus adotando a natureza como santuário, iniciou a divulgação de seus ensinamentos à beira do lago ou nos montes da Galileia sob um céu estrelado, que representava, junto às flores, aos ventos brandos, às luzes do entardecer... a moldura dos seus

ensinamentos. Temos notícias de que era nesse clima de inegável romantismo, que as multidões ouviam-lhe as pregações dirigidas aos grandes e pequenos, sábios e ignorantes, pobres e ricos, sem distinção de raças e castas.

“Bem aventurados os humildes de espíritos porque a eles pertencerá o reino de meu pai que está nos céus!...

Bem aventurados os pacíficos, porque possuirão a Terra!...

Bem aventurados os sedentos de Justiça porque serão saciados!...

Bem aventurados os que sofrem e choram, porque serão consolados nas alegrias eternas do reino de Deus!...”

(Emmanuel. 1996. p. 125)

De outras vezes, era a casa de Pedro, a moldura singela: Em uma das noites formosas, da Galiléia antiga, em Cafarnaum, Jesus, perguntou com suavidade:

“– Tadeu, como interpreta você a felicidade?

– Senhor, a felicidade é a paz de todos.

O Cristo estampou significativa expressão fisionômica e ponderou:

– Sim, Tadeu, isto não desconheço; entretanto, estimaria saber como se sentiria você realmente feliz.

O discípulo, com algum acanhamento, enunciou:

– Mestre, suponho que atingiria a suprema tranquilidade se pudesse alcançar a compreensão dos outros.

Desejo, para esse fim, que o próximo me não despreze as intenções nobres e puras.

Sei que erro, muitas vezes, porque sou humano; entretanto, ficaria contente se aqueles que convivem comigo me reconhecessem o sincero propósito de acertar.

Respiraria abençoado júbilo se pudesse confiar em meus semelhantes, deles recebendo a justa consideração de que me sinta credor, em face da elevação de meu ideal.

Suspiro pelo respeito de todos, para que eu possa trabalhar sem impedimentos.

Regozijar-me-ia se a maledicência me esquecesse.

Vivo na expectativa da cordialidade alheia e julgo que o mundo seria um paraíso se as pessoas da estrada comum se tratassem de acordo com o meu anseio honesto de ser acatado pelos demais.

A indiferença e a calúnia doem-me no coração.

A impiedade é um fel quando dirigida contra mim, a maldade é um fantasma de dor quando se põe ao meu encontro.

Em razão de tudo isso, sentir-me-ia venturoso se os meus parentes, afeiçoados e conterrâneos me buscassem, não pelo que aparento ser nas imperfeições do corpo, mas pelo conteúdo de boa-vontade que presumo conservar em minh'alma.

Acima de tudo, Senhor, estaria sumamente satisfeito se quantos peregrinam comigo me concedessem direito de experimentar livremente o meu gênero de felicidade pessoal, desde que me sinta aprovado pelo código do bem, no campo de minha consciência, sem ironias e críticas descabidas.

Resumindo, Mestre, eu queria ser compreendido, respeitado e estimado por todos, embora não seja, ainda, o modelo de perfeição que o Céu espera de mim, com o abençoado concurso da dor e do tempo.

Calou-se o apóstolo e esboçou-se, na sala singela, incondido movimento de curiosidade ante a opinião que o Cristo adotaria.

Alguns dos companheiros esperavam que o Amigo Celeste usasse o verbo em comprida dissertação, mas o Mestre fixou os olhos muito límpidos no discípulo e falou com franqueza e doçura:

– Tadeu, se você procura, então, a alegria e a felicidade do mundo inteiro, proceda para com os outros, como deseja que os outros procedam para com você. E caminhando cada homem nessa mesma norma, muito breve estenderemos na Terra as glórias do Paraíso.”

(Emmanuel. 1940. p.87)

Diante dos apelos desse homem excecional, calam-se as vozes que mandam revidar, guerrear, matar, ferir...

Segundo Emmanuel (1994) para a maioria dos estudiosos, Jesus está na História modificando o curso dos acontecimentos políticos. Para a maioria dos Teólogos Jesus é objeto de estudo nas letras sagradas imprimindo novo rumo às interpretações da fé. Para a maioria dos filósofos Ele é motivo de intermináveis polêmicas. Para os crentes inertes, Jesus é o benfeitor providencial na hora das crises inquietantes e, para os que O estudam com espírito de Ciência social e psicológica, mergulhados na ética da verdade e da justiça imprescindíveis, Ele foi um homem de fé extraordinária, que nada fez que ferisse os códigos de justiça do mundo. Em Sua passagem pela Terra, “não encontramos qualquer testemunho de indisciplina ou desespero, diante da ordem constituída”. (Emmanuel. 2004, p. 68) Testemunhou o mais alto padrão de solidariedade e gentileza, com um comportamento amigoso, e com uma expressão cheia de bondade. Não condena, não critica; não se tem registro que ele tenha agido contra qualquer organização política, social ou religiosa, nunca incitou a guerra, senão a paz. Aceitou a revelação de Moisés, não desrespeitou as palavras dos antigos profetas; ao contrário, disse ele mesmo: “Não vim para destruir a Lei ou os profetas. Vim para cumpri-los.” “É fato que, cumprindo a Lei Antiga, encheu-lhe o organismo de tolerância, de piedade e de amor, com suas lições em praça pública.”

Os homens formosos, que estão registrados como referência na história da humanidade, são reais. Foram homens que viveram de forma singular, deixando marcas inesquecíveis na vida planetária. Jesus não é símbolo legendário. Esta carta, cujo documento original encontra-se na biblioteca do Vaticano, surgiu na atualidade como inequívoco testemunho de sua passagem pelo planeta:

“O senador Públio Lentulus na Judéia ao César Romano:

Soube ó César, que desejáveis ter conhecimento do que passo a dizer-vos.

No momento em que vos escrevo, existe aqui um homem de singular virtude de nome Jesus, a quem o povo chama Profeta e os seus discípulos afirmam ser o filho de um Deus, Criador dos Céus e da Terra.

Realmente, ó César, todos os dias chegam até mim notícias das maravilhas deste homem. Para dizer-vos em poucas palavras, ele ressuscita os mortos, dá vista aos cegos, cura enfermos, falando-lhes e tocando-lhes com generosidade, surpreendendo toda a Jerusalém.

Belo e insinuante é um homem de justa estatura, de aspecto ingênuo e venerável. Sua figura é majestosa e todos se sentem atraído pela sua meiguice e beleza. Revela severidade e ao mesmo tempo tal doçura que ao olhar-se para ele, cada qual se sente tocado de emoção indefinível, passando a amá-Lo e temê-Lo a um só tempo.

Seus cabelos, da cor das searas quando maduras, caem-lhes em anéis até abaixo das orelhas, e espalham-se pelos

ombros com graça infinita, trazendo-o ele apartado ao meio à moda dos nazarenos. A barba, da mesma cor dos cabelos, desce-lhe espessa, bipartida à semelhança de forquilha.

Traduz no olhar um sentimento profundo e enérgico, e quem o fita, ó César, se sente envolvido por profundas cogitações.

Prega com majestade e suas exortações são cheias de brandura. Fala com eloquência e gravidade.

O Seu porte é muito distinto. Possui encantos e atrai os olhares. É tão belo quanto o pode um homem ser belo. É nobre e muito semelhante à sua mãe, mulher de extraordinária formosura.

Raras vezes foi visto sorrindo, porém muitos o têm visto chorar.

Faz-se amigo de todos e mostra-se alegre com sobriedade. Em público aparece sempre com simplicidade. Sua conversação é agradável, tem uma linguagem sedutora e fala um idioma de misterioso encanto.

As multidões compostas de Judeus e de naturais da Capadócia, Panfília, Cirene e de muitas outras regiões, ficam perplexas ao ouvi-lo, pois cada qual o ouve como se fosse no seu próprio idioma pátrio.

Apesar de não ter estudado, é senhor de todas as ciências.

As multidões seguem-lhe os passos, tocadas de singular admiração. É possuidor de irresistível magnetismo pessoal. Muitos quando o veem ao longe, escarnecem dele mas quando ele se aproxima, admiram-no. De sua figura vem um “que” diferente que arrebatava multidões que se assere-nam ouvindo as suas promessas sobre um eterno reinado.

É amável ao conversar, superior em seus atos, seguro em suas afirmações. Ao repreender revela temível severidade e incomparável doçura.

É um Homem, enfim, que por suas divinas perfeições, excede os outros filhos dos homens.

Muitos Judeus o têm por divino e creem nele. Também muitos o acusam a mim, dizendo, ó César, que ele é contra a Vossa Majestade por afirmar que reis e vassalos são todos iguais diante de seu Pai e assevera que acima do vosso poder, ó César, reina um único Deus todo poderoso, consolador de todas as criaturas desesperadas e aflitas.

Ando apoucado com esses hebreus que pretendem convencer-me de que ele é um visionário, conspirador, prejudicial ao Império. Os que o conhecem e a ele têm recorrido, afirmam que ele nunca pratica o mal e antes, emprega todos os seus esforços para fazer toda a humanidade feliz.

Estou pronto, ó César, a obedecer-Vos e a cumprir o que me ordenardes. Publio Lentulus.”

(Cornell, 1996, p. 229)

Mantendo os olhos atentos ao movimento dos homens que marcaram a vida no planeta, não é possível, a nós, estudiosos lúcidos, negar a marca de referência nos séculos: Antes e depois de Cristo.

Com espírito sectário, julgamo-lo ídolo de algumas Igrejas. Como homens de Ciência não nos resta alternativa senão entendê-lo como um homem que, pelos seus feitos, se tornou inesquecível e, século após século, vamos nos sentindo no direito de afirmar que ele foi simplesmente um homem virtuoso, cujo propósito era fazer o mundo mais feliz. Amou sem pretender ser amado e serviu ao mundo, sem esperar retribuição.

Todos os homens que amaram a Deus e foram submissos à Sua Lei, disseram algo semelhante... fizeram citações semelhantes... É que os homens fiéis à Lei de Deus somam sempre com a boa obra dos que passaram antes deles. Vivenciam os

ensinamentos deixados, ampliando com sua conduta singular o poder de compreensão dos povos.

Sem nos subordinarmos aos ensinamentos dos nossos antepassados virtuosos, nós os Católicos, Protestantes, Espíritas, Budistas, Judeus e tantos outros, continuaremos separados em nossos templos, afirmando com veemência que Deus nos pertence, sem cogitar de pertencermos a Deus. Segundo Emmanuel, esforço e melhoria de cada um, para progresso e sublimação do todo, é lei. É natural esperar que o melhor de cada um se converta em benefício para todos. É justo também entender que o mundo não deve coisa alguma aos que por ele passam pensando apenas em si.

Quando observamos a influência do comportamento ético, nas grandes questões religiosas do mundo, compreendemos o corpo de leis pelas quais devemos nortear nossas vidas.

Estão na memória coletiva, as inesquecíveis lições: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei”. “Perdoa setenta vezes sete vezes”. “O Senhor é o meu Pastor e nada me faltará” “Faze aos outros tudo o que desejas que o outro faça a ti”... Contribuiremos para a construção de um mundo melhor, promovendo um clima de paz para as criaturas, praticando esses ensinamentos. Essas, são virtudes que precisamos exercitar portas adentro dos nossos lares, das nossas Igrejas, dos grupos sociais a que pertencemos, sem fronteiras de raça, crença cor, Igreja, rótulo religioso ou nacionalidade.

Quem ama não cria problemas – afirma Emmanuel, trazendo-nos a sua cultura aureolada de uma verdade clara e sã. E nosso dever de cidadãos, é colaborar para que todas as criaturas entrem no domínio do conhecimento desses códigos de justiça e de amor, a cuja base viverá a legislação do futuro. Não usaríamos este espaço para falar de utopias. Notamos que os santuários religiosos em quase sua totalidade, divididos entre si, pela rede dogmática, disputam ainda hoje, privilégios e primazias. Isolados em nossos pontos de vistas e em nossas concepções deficitárias, comprometeremos o progresso das coletividades. É justo afirmar que a renovação dos nossos valores é inevitável para alcançar os nossos objetivos atuais, elevados e dignos.

Ética, valores morais, respeito... estão enquadrados nos ideais sublimes da Fraternidade. O compromisso de todo religioso é de algo fazer para tornar melhor a vida de todos os povos. Nova mentalidade surge na Terra. Precisamos em todos os segmentos religiosos do mundo, desprender-nos das idéias possessivas, esquecendo interesses pessoais, para que os outros, tanto quanto nós, amemos a Deus, cada um a seu modo, e aspiremos a encontrar a felicidade na cadência de fé e esperança a que estamos habituados. Em suma, precisamos exercitar a Regra Áurea das religiões que nos ensina a desejar para os outros, aquilo que para nós desejamos. Desta forma, faremos nossa imersão no pensamento sagrado, produzindo na Terra o clarão da fraternidade, resultado natural que advém da observância da Lei. Então... Consoladora claridade se fará sobre a escuridão secular da nossa inconsciência.

Nesse tempo, as criaturas humanas que observam à Lei, “Não mateis”, “Não levanteis falso testemunho” (...) Ouvirão, na acústica da alma, o Criador a lhes dizer: “Sede fonte de vida de esperança e de fé”, “Sede testemunho vivo da Verdade” (...)

Para alcançar esse estágio de consciência somos todos convocados a cooperar.

Acreditamos que a cooperação de todos será fator determinante para que no Lustre sagrado e insubstituível de Deus, mais luzes possam se acender, atendendo aos nossos olhos, já preparados para receber novas e consoladoras claridades. Desacreditar no futuro feliz é injustificável para nós que já compreendemos que a renovação começa dentro de nós e, em

verdade, não acreditamos que o homem consiga estabelecer a escuridão, onde Deus já acendeu a Sua Luz, determinando a permanência da harmonia e da segurança.

Avaliando a nossa conduta de religiosos desatentos, moldados no clima de separatividade e percebendo-nos tantos séculos separados em raças e castas... É compreensível que nos sintamos inibidos após tantos desvios. Ainda assim, prossigamos, dando sequência às obras dos homens bons, sem receio algum, renovando-nos, caminhando de mãos dadas, sem nenhum constrangimento e com muita coragem, porque em nossa memória está igualmente gravada a lição imorredoura: “Atire a primeira pedra aquele que se julgar sem pecados.”

Certamente, por ser esse tema tão necessário ao organismo social, e imprescindível à humanidade ávida de um futuro melhor, pecamos pela síntese excessiva, contudo, longe estamos de pretender esgotar ou mesmo iniciar com êxito o assunto em tão rápidas alocuções.

Acreditamos no propósito de toda Igreja que se abre desejosa de confortar, consolar e esclarecer. Podemos afirmar nossa crença em todo religioso que sinceramente se movimenta no serviço fraterno, auxiliando as coletividades, promovendo um clima amistoso e gentil.

Entretanto, é justo entender que, se alimentarmos a paixão possessiva, com esse espírito de superioridade que caracteriza tantas Igrejas, movidos por essas tendências de natureza inferior, a soma de tudo isto terá um resultado: Religiões: Caminhos de Guerra.

Contudo, aqui estamos integrados ao objetivo do Congresso Internacional de Mediação de Conflitos, encabeçado pela nação portuguesa, e entendemos que o nosso ideal nos uniu. Mergulhados todos nós, criaturas de todas as nações, no propósito de somar com o ideal santificante de todas as religiões, desejando, sinceramente unir luzes e cores de todas as Igrejas, e somando as emoções sublimadas de toda criatura religiosa, seja de que ordem for, acreditamos que esse exercício do “façamos aos outros o que desejamos que os outros nos façam”, garantirá o respeito recíproco que, por sua vez, é a garantia do clima fraterno, mantenedor da segurança para todas as comunidades religio da Terra. Nesse estágio, compreenderemos acima de todas as palavras, o apelo consolador e inesquecível: “Amai-vos uns aos outros...” A soma de tudo isto tem igualmente um nome: Religião: Caminho de Paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Corneli, Ívia (1996). Uma Lembrança que Renasce. Belo Horizonte, S. ed.
- Emmanuel. (199427) “Jesus no Lar”. In: Xavier, Francisco Cândido. Néio Lúcio. Jesus no Lar. Rio de Janeiro, FEB.
- Xavier, Francisco Cândido. Emmanuel (200127). A Caminho da Luz. Rio de Janeiro, FEB.
- ----- (199629). Há 2000 anos... . Rio de Janeiro, FEB.
- -----(199420). Jesus no Lar. Rio de Janeiro, FEB.
- ----- (194013). O Consolador. Rio de Janeiro, FEB.
- ----- (200411). Roteiro. Rio de Janeiro, FEB.

UN ARMA CARGADA DE PALABRAS: LA POESÍA SOCIAL EN ESPAÑOL DURANTE LA DÉCADA DEL CINCUENTA

Ma ÁNGELES PÉREZ LÓPEZ

Poeta y profesora Titular de Literatura Hispanoamericana en la Universidad de Salamanca, por la que es Doctora desde 1996. Colaboradora de numerosas publicaciones especializadas, es autora del prólogo a la edición de *Mío Cid Campeador* de Vicente Huidobro que publicó la UAM en 1997, de la monografía *Los signos infinitos*. Un estudio de la obra narrativa de Vicente Huidobro que publicó la AEELH en 1998 y coordinadora del monográfico “Vicente Huidobro. La aventura plural”, que editó la revista *La Página* en 1999. Es también autora de la introducción a *Páginas en blanco* de Nicanor Parra (Universidad de Salamanca y Patrimonio Nacional, 2001), de la coordinación del monográfico Juan Gelman: *Poesía y coraje* (La Página, 2005) y de la edición e introducción de la antología *Oficio ardiente* de Juan Gelman (Universidad de Salamanca y Patrimonio Nacional, 2005), además de numerosos artículos sobre diversos autores hispanoamericanos y de la coordinación del monográfico “Caleidoscopios para el siglo XXI: política, economía y cultura en Venezuela” de la revista *Nuestra América* (Universidade Fernando Pessoa, Oporto), editada en diciembre de 2007. Recientemente han aparecido los volúmenes *Narrativas latinoamericanas para el siglo XXI: nuevos enfoques y territorios* (Hildelsheim-Zürich-New York, Georg Olms Verlag, 2010) y *Literatura más allá de la nación: de lo centrípeto y lo centrífugo en la narrativa hispanoamericana del siglo XXI* (2011), de los que es coeditora. Contacto: mapl@usal.es*

RESUMEN

Tras realizar un breve recorrido por la literatura hispanoamericana hasta principios del siglo XX a través de los diversos empleos de la palabra *paz*, el artículo analiza su auge en el contexto de la poesía social en español durante la década de los cincuenta. En esa fecha, en torno a la propuesta central de Blas de Otero –*Pido la paz y la palabra* (1955)–, varios autores relevantes (Efraín Huerta, Jorge Enrique Adoum, Juan Gelman, Mario Benedetti) emplearán el término *paz* vinculado al oficio del poeta para afianzar la noción de compromiso. En sus obras de esa década, no solo conciben el hecho poético ligado íntimamente con el hombre *en situación* sino que, cuando apuestan por el término *paz*, lo conciben como una construcción humana que se vincula a la palabra corporeizada a través del poeta. *Paz* y palabra se fundirán en la poesía escrita en español tras algunos momentos clave vividos en el periodo de entreguerras –con Pablo Neruda, César Vallejo, Emilio Prados o Miguel Hernández– para ligarse, en los cincuenta, a la noción de poesía comprometida o *engagée*.

Palabras clave: Paz; poesía social; literatura comprometida.

ABSTRACT

After a brief run through Hispanic-American literature until the beginning of the 20th c. to show the diverse uses of the word *paz* (peace), this article analyzes its increasing importance in the contents of social poetry in Spanish during the 1950s. At that time, in regard to the central proposal of Blas de Otero –*Pido la paz y la palabra* (1955)– several important authors (Efraín Huerta, Jorge Enrique Adoum, Juan Gelman, Mario Benedetti) were to use the word *paz* in relation to the work of the poet in order to underpin the notion of commitment. In their works during this decade they not only conceive of a poetic expression intimately linked to man in his *situation* but also, when they decide to use the term *paz*, they conceive of it as a human construct that is linked to the word materialized through the poet. Peace and the word become fused in the poetry written in Spanish after certain key moments experienced in the period between the wars –with Pablo Neruda, César Vallejo, Emilio Prados or Miguel Hernández– to become linked to the notion of committed or *engagée* poetry in the 1950s.

Keywords: Peace; social poetry; commitment in literature.

Un rápido recorrido por la literatura escrita en español permite apreciar la notable modificación de los argumentos asociados al término *paz* y la construcción que desde la literatura ha ido realizándose en torno a ese ítem. En el ámbito americano, en el que cobra especial presencia por las condiciones establecidas por la conquista y colonización, y particularmente el concepto de *guerra justa*^[67], ya los primeros textos señalan la

inequívoca inclinación de la balanza hacia el lado de las armas, en el mismo sentido en que lo haría don Quijote de la Mancha en el conocido discurso del capítulo XXVIII de la primera parte. En esa línea, la *Brevísima relación* de fray Bartolomé de las Casas^[68], el poema inconcluso *Nuevo Mundo y conquis-*

67 * Poeta y profesora Titular de Literatura Hispanoamericana en la Universidad de Salamanca, por la que es Doctora desde 1996. Colaboradora de numerosas publicaciones especializadas, es autora del prólogo a la edición de *Mío Cid Campeador* de Vicente Huidobro que publicó la UAM en 1997, de la monografía *Los signos infinitos*. Un estudio de la obra narrativa de Vicente Huidobro que publicó la AEELH en 1998 y coordinadora del monográfico “Vicente Huidobro. La aventura plural”, que editó la revista *La Página* en 1999. Es también autora de la introducción a *Páginas en blanco* de Nicanor Parra (Universidad de Salamanca y Patrimonio Nacional, 2001), de la coordinación del monográfico Juan Gelman: *Poesía y coraje* (La Página, 2005) y de la edición e introducción de la antología *Oficio ardiente* de Juan Gelman (Universidad de Salamanca y Patrimonio Nacional, 2005), además de numerosos artículos sobre diversos autores hispanoamericanos y

de la coordinación del monográfico “Caleidoscopios para el siglo XXI: política, economía y cultura en Venezuela” de la revista *Nuestra América* (Universidade Fernando Pessoa, Oporto), editada en diciembre de 2007. Recientemente han aparecido los volúmenes *Narrativas latinoamericanas para el siglo XXI: nuevos enfoques y territorios* (Hildelsheim-Zürich-New York, Georg Olms Verlag, 2010) y *Literatura más allá de la nación: de lo centrípeto y lo centrífugo en la narrativa hispanoamericana del siglo XXI* (2011), de los que es coeditora. Contacto: mapl@usal.es
El concepto, de hondas raíces teológicas, morales y jurídicas, es sistematizado por los grandes autores españoles del siglo XVI, Francisco de Vitoria y Francisco Suárez y será trabajado de modo exhaustivo por Alex Bellamy en un libro reciente.
68 En su conocidísima y polémica relación de la destrucción de las Indias, redactada en 1542 y publicada en 1552, fray Bartolomé permite constatar la menor presencia del término paz frente a su contrario, porque los hechos acaecidos en la colonización de la América hispana vienen marcados por la figura de la encomienda, que Fray Bartolomé

ta, de Francisco de Terrazas^[69], o la *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España* de Bernal Díaz del Castillo^[70] permiten constatar la escasa presencia del término *paz* frente a su antónimo y su utilización en contextos preferentemente lexicalizados, porque los hechos acaecidos en la conquista y colonización de la América hispana vienen marcados por el debate acerca del empleo *justo* de la violencia.

Se trata de una constante que se alarga en el tiempo, de modo que en el siglo XVII, en las dos grandes crónicas escritas por americanos, el término *paz* sigue unido indisolublemente a las tensiones que ha supuesto el periodo de conquista. Incluso en una época que consideramos ya de estabilización colonial, tanto el Inca Garcilaso de la Vega^[71] como Felipe Guaman Poma de Ayala^[72], van a vincular el término *paz* (o su ausencia, como

combate enérgicamente en un texto de naturaleza persuasiva y base teológica. Cuando aparece, el término *paz* suele estar asociado a los indios, enfrentados como corderos a los lobos españoles: “Mayordomo suyo mató muchos indios, ahorcándolos y quemándolos vivos, y echándolos a perros bravos, y cortándoles pies y manos y cabezas y lenguas, estando los indios de paz, sin otra causa alguna más de por amedrentallos para que le sirviesen y diesen oro o tributos, viéndolo y sabiéndolo el mesmo egregio tirano” (Casas: 124). Y un poco más adelante: “Porque es verdad quel mayor inconveniente que yo hallo para traer los indios de guerra y hacellos de paz, y a los de paz al conocimiento de nuestra fe, es el áspero y cruel tractamiento que los de paz reciben de los cristianos” (Casas: 135). 69 “Después que fue acabada la comida,/ Cortés viendo la gente sosegada,/ por lengua no tan diestra ni expedida/ cuanto de la ocasión es demandada,/ les dio de las palabras de la vida/ la colación que tiene aparejada;/ vuelto al Calachuni con alegría/ y a todos los demás así decía:/ [...] «No es Dios quien no da luz ni la destierra,/ mas quien hizo la luz es luz de hecho;/ no es Dios quien dar no puede paz ni guerra,/ mas quien sembró la paz de nuestro pecho»” (Terrazas: 95-96). Las octavas estaban intercaladas en la Sumaria relación de las cosas de la Nueva España (1604) de Baltasar Dorantes de Carranza. 70 Cuando Bernal, hacia 1570, rememore los días vividos en su juventud junto a Cortés, tenderá a utilizar el término *paz* en contextos lexicalizados: Pasemos adelante. Íbamos por nuestra calzada; ya que llegamos donde se aparta otra calzadilla que iba a Cuyucacán, que es otra ciudad adonde estaban unas como torres que eran sus adoratorios, vinieron muchos principales y caciques con muy ricas mantas sobre sí, con gananía de libreas diferenciadas las de los unos caciques de los otros, y las calzadas llenas de ellos, y aquellos grandes caciques enviaba el gran Montezuma adelante a recibirnos, y así como llegaban ante Cortés decían en su lengua que fuésemos bien venidos, y en señal de paz tocaban con la mano en el suelo y besaban la tierra con la misma mano. Así que estuvimos parados un buen rato, y desde allí se adelantaron Cacamatzin, señor de Tezcuco, y el señor de Iztapalapa, y el señor de Tacuba, y el señor de Cuyucacán a encontrarse con el gran Montezuma, que venía cerca, en ricas andas, acompañado de otros grandes señores y caciques que tenían vasallos (Bernal: 310, el subrayado es mío). La obra se publica por primera vez en 1632.

71 En los Comentarios reales de los Incas (1609), escribe Garcilaso: Después de haber dado muchas trazas, y tomando muchos caminos para entrar a dar cuenta del origen y principio de los Incas, reyes naturales que fueron del Perú, me pareció que la mejor traza y el camino más fácil y llano, era contar lo que en mis niñeces oí muchas veces a mi madre y a sus hermanos y tíos, y a otros sus mayores, acerca de este origen y principio; porque todo lo que por otra parte se dice de él, viene a reducirse en lo mismo que nosotros diremos, y será mejor que se sepa por las propias palabras que los Incas lo cuentan, que no por las de otros autores extraños. Es así que residiendo mi madre en el Cuzco, su patria, venían a visitarla casi cada semana los pocos parientes y parientas, que de las crueldades y tiranías de Atahualpa, como en su vida contáremos, escaparon, en las cuales visitas, siempre sus más ordinarias pláticas eran tratar del origen de sus reyes, de la majestad de ellos, de la grandeza de su imperio, de sus conquistas y hazañas, del gobierno que en paz y en guerra tenían, de las leyes que tan en provecho y favor de sus vasallos ordenaban (El Inca: 145-146, el subrayado es mío).

72 En El primer nueva corónica y buen gobierno de Felipe Guaman Poma –cuya redacción se remonta hacia 1615 aunque no vea la luz hasta 1936, en una edición a cargo del Instituto de Etnología de París–, es notabilísimo destacar la ausencia del término *paz*. Así como el término guerra es bastante frecuente, y lo son mucho más los términos amor y caridad, la ausencia del término constata aquella afirmación recurrente sobre la que basa Guaman su crónica: “y no

en el caso de Guaman), a la defensa de puntos de vista particulares en el ya referido debate sobre la guerra justa.

La palabra *paz* reaparecerá en las formas literarias americanas, al menos con carácter destacado, en los movimientos de independencia política que, en el ardor de la lucha contra las tropas realistas españolas, inflama textos prodigiosos, como ocurre, entre otras, con la “Canción al nueve de octubre”^[73] (ca. 1821) del poeta y político ecuatoriano José Joaquín de Olmedo:

Coro:
[...]
Haz que en el suelo que amas
florezca en todas partes
el culto de las artes
y el honor nacional.
Y da con mano pródiga
los bienes de la paz,
y da con mano pródiga
los bienes de la paz.
(Olmedo 1960: 211)

Como vemos, en ese momento la *paz* va a vincularse estrechamente al honor nacional y, especialmente, al amor al propio suelo, que irá nutriendo las diversas formas que asume el americanismo literario por parte de una élite criolla que responderá, en los albores del siglo XIX, de la nueva conformación geoestratégica, política y cultural. En ese mismo sentido, el polígrafo venezolano Andrés Bello, en su silva “La agricultura de la zona tórrida” (1826), ensalza las cualidades de la vida retirada en claro eco frailuisiano, y asocia la defensa de la libertad para América con la *paz* que se vive en su entraña telúrica^[74].

En la primera mitad del siglo XIX, tanto la literatura de la independencia como aquella que vertebraba la dicotomía civilización/ barbarie –con su programa modernizador para las jóvenes naciones (después revisado críticamente por las generaciones posteriores)–, nutre una parte relevante de las formas literarias que trabajan sobre la construcción de la *paz* para América, cuando esta, en palabras de Bello, alza la cabeza ceñida de tempranos laureles sobre el atónito Occidente. De este momento inaugural, signado por la corriente utópica mo-

ay rremedio”. No en vano apunta Rolena Adorno, la gran estudiosa de la obra de Poma de Ayala, que aunque el autor “comprendía el poder potencial de la palabra escrita en el mundo colonial para documentar abusos, certificar leyes y otras acciones legales, y deshacer agravios” (Adorno 2001), concluye su crónica con una meditación muy amarga: “No ay dios y no ay rrey. Están en Roma y en Castilla”. 73 Los líderes del nueve de Octubre de 1820 colcaron a Olmedo al frente de la insurrección, defendiendo el lema “Dios, Patria, Libertad y Victoria”. La “Canción” constituye el Himno oficial de Guayaquil. 74 “Id a gozar la suerte campesina;/ la regalada paz, que ni rencores/ al labrador, ni envidias acibaran;/ la cama que mullida le preparan/ el contento, el trabajo, el aire puro;/ y el sabor de los fáciles manjares,/ que dispendiosa gula no le aceda; y el asilo seguro/ de sus patrios hogares/ que a la salud y al regocijo hospeda./ [...] De muertes, proscipciones,/ suplicios, orfandades,/ ¿quién contará la pavorosa suma?/ Saciadas duermen ya de sangre ibera/ las sombras de Atahualpa y Motezuma./ ¡Ah desde el alto asiento,/ en que escabel te son alados coros/ que velan en pasmado acatamiento/ la faz ante la lumbre de tu frente,/ (si merece por dicha una mirada/ tuya la sin ventura humana gente),/ el ángel nos envía,/ el ángel de la paz, que al crudo ibero/ haga olvidar la antigua tiranía,/ y acatar reverente el que a los hombres/ sagrado diste, imprescriptible fuero/ [...] De su triunfo entonces, Patria mía,/ verá la paz el suspirado día;/ la paz, a cuya vista el mundo llena/ alma, serenidad y regocijo;/ vuelve alentado el hombre a la faena” (Bello: 51-57). El subrayado es mío.

derna, proceden algunas propuestas particularmente interesantes, como ocurre con “El Dogma Socialista de la Asociación de Mayo” de los jóvenes románticos argentinos, o textos tempranos y capitales como *El matadero* (1838-39) de Esteban Echeverría y *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento (1845 en su primera y apresurada redacción, ampliada y revisada hasta la definitiva de 1874). En ellos sorprende constatar que la palabra paz tiene muy poca presencia: el Dogma Socialista señala la preeminencia de los términos emancipación y patria; en *El matadero* no hallamos el término paz, y en el *Facundo* de Sarmiento, suele aparecer en contextos irónicos y altamente degradados por la violencia rosista: “La Mazorca ha sido un instrumento poderoso de conciliación y de paz, y si no id a ver los resultados, y buscad en la tierra ciudad más conciliada y pacífica que la de Buenos Aires” (Sarmiento: 318). Tampoco el término tendrá particular relevancia en la literatura posterior –si se me permite un recorrido tan rápido y general– hasta el periodo que se desarrolla entre las dos guerras mundiales, en el que cobra gran fuerza.

A lo largo de la década de los treinta, la poesía se posiciona ante la difusión de las ideas del realismo socialista y el avance del fascismo. En 1936, el estallido de la Guerra Civil española señala un punto de inflexión para la expresión poética en español, que además vivirá la conmoción del temprano e infame asesinato de Federico García Lorca⁷⁵. Del lado americano se escribirán los grandes poemarios de la contienda, en especial España en el corazón de Pablo Neruda (publicado en Chile en 1937 y en España en 1938 y 1939, por las Ediciones literarias del Comisariado del Ejército del Este) y España aparta de mí este cáliz de César Vallejo, cuya redacción se remonta a 1937 y cuya edición es póstuma, a cargo de los soldados republicanos del Ejército del Este en la imprenta de la abadía de Montserrat, en 1939. Otros bien conocidos, como España, poema en cuatro angustias y una esperanza (1937) de Nicolás Guillén, no resultan significativos para el tema que abordo al no incluir el término paz o alguna de sus palabras derivadas.

Será el chileno Pablo Neruda quien escribe a propósito de los “Antitanquistas” de la Guerra de España un himno encendido:

[...] Vosotros nunca visteis
antes sino la oliva, nunca sino las redes
llenas de escama y plata: vosotros agrupasteis
los instrumentos, la madera, el hierro
de las cosechas y de las construcciones:
en vuestras manos floreció la bella
granada forestal o la cebolla
matutina, y de pronto
estáis aquí cargados con relámpagos
apretando la gloria, estallando
de poderes furiosos,
solos y duros frente a las tinieblas.

La Libertad os recogió en las minas,
y pidió paz para vuestros arados:
la Libertad se levantó llorando
por los caminos, gritó en los corredores
de las casas: en las campiñas
su voz pasaba entre naranja y viento
llamando hombres de pecho maduro, y acudisteis,
y aquí estáis, preferidos
hijos de la victoria, muchas veces caídos, [...]
(Neruda: 387)

Si antes habían sido Dios, la Justicia o la Patria quienes vehicularon la petición de paz, ahora será la Libertad la que la guíe, como guiaba al Pueblo en el conocido cuadro de Delacroix, y son sus hijos, los agricultores, pescadores y mineros, quienes se convierten en “hijos de la victoria” y, por tanto, a quienes bendice la Libertad. Y será, claro, Libertad sin pureza, como será Paz sin pureza, Poesía sin pureza.

Por su parte, Vallejo escribe en el “Himno a los voluntarios de la República”:

[...] ¡Voluntarios,
por la vida, por los buenos, matad
a la muerte, matad a los malos!
¡Hacedlo por la libertad de todos,
del explotado y del explotador,
por la paz indolora –la sospecho
cuando duermo al pie de mi frente
y más cuando circulo dando voces[76]–
y hacedlo, voy diciendo,
por el analfabeto a quien escribo,
por el genio descalzo y su cordero,
por los camaradas caídos,
sus cenizas abrazadas al cadáver de un camino!
(Vallejo 1988: 454)

Pero especialmente significativo será el poema titulado “Coraje tras la toma de Bilbao” porque en él la paz se hace *humana* –como en Vallejo también serán humanos el *hombligo*, con hache de hombre, o la palabra *sér*, escrita con tilde de ser más saber, de conciencia más la pata del animal que somos, lóbrego mamífero que se entristece al paso de la muerte y de la culpa (Merino en Vallejo 2005: 569)–, y donde, por tanto, la paz deja de ser un abstracto para hacerse cuerpo, para ser uno con Ernesto Zúñiga, a quien se dedica el poema:

Han dicho “¡Cómo! ¡Dónde!...”, expresándose
en trozos de paloma,
y los niños suben sin llorar a tu polvo.
Ernesto Zúñiga, duerme con la mano puesta,
con el concepto puesto,
en descanso tu paz, en paz tu guerra[77].

Herido mortalmente de vida, camarada,
camarada jinete,
camarada caballo entre hombre y fiera,
tus huesecillos de alto y melancólico dibujo
forman pompa española, ipompa
laureada de finísimos andrajos!
(Vallejo 1988: 465)

Si del lado americano Vallejo o Neruda cobran estatura singular, del lado español será relevante la producción de un grupo de autores que ingresan en las filas de la poesía política, como Miguel Hernández, Rafael Alberti, Emilio Prados, Manuel Altolaguirre, Pedro Garfias, Juan Gil-Albert o León Felipe. Así cobra plena fuerza un poema como “Destino fiel” de Emilio Prados, publicado en *Hora de España* en 1938 y homónimo del libro por el que Prados recibirá en 1938 el Premio Nacional

75 Precisamente Las armas y las letras. Literatura y Guerra Civil (1936-1939) ha titulado Andrés Trapiello su estudio sobre ese periodo.

76 El subrayado es mío.

77 El subrayado es mío.

de Literatura (Carlos Blanco Aguinaga y Antonio Carreira)^[78] y en el que se habían incluido casi todos los poemas de guerra que había escrito hasta la fecha (Reina 1988):

Solo tengo mi voz y aquí la pongo.
Mi canto dejo, igual que sus espumas
deja el mar por la arena que visita:
así mi voz derramo por mi pluma.

Así dejo mi voz, mojada en llanto,
porque apartado de la muerte vivo.
Quisiera desprenderme de mi cuerpo
por ver más pronto lo que tanto ansío.

Mas si nada merezco y con mi sombra
he de acabar las horas que aún me quedan:
cumpla mi voz lo que mi vida pierde,
lo que la muerte de mi vida espera.

Que cuando al fin la guerra esté en su término
y se pierda en los tiempos la ceniza
de esta terrible llama en que nos prende,
mi voz, bajo la paz, se oír más viva.
(Prados T. I: 646-647; los subrayados son míos)

Como recuerda Juan Cano Ballesta a propósito de este periodo tan tenso y complejo,

En la España de los años treinta las letras comienzan a percibir con intensidad creciente su dimensión social, y las teorías marxistas, por entonces en acelerado proceso de expansión, difunden enfoques esencialmente sociológicos. De modo que la intensa impregnación social de la obra artística tiene lugar en este momento por una doble vía: la inconsciencia del escritor ineludiblemente arraigado en su grupo, y en muchos casos la voluntad decidida y consciente de convertirse en portavoz y testimonio de un preciso contorno social. (Cano Ballesta 1982: 235)

El estallido de la Guerra Civil hará agudísima la percepción de ese conflicto. Una vez que se supera la inmediata posguerra, cuya crudeza ha sido insostenible, escribe Blas de Otero en 1955 *Pido la paz y la palabra*, libro magistral que aglutina una parte importante de la reflexión que quiero proponer:

Pido la paz y la palabra.
Escribo
en defensa del reino
del hombre y su justicia. Pido
la paz
y la palabra. He dicho
«silencio»,
«sombra», «vacío»
etc.

Digo
«del hombre y su justicia»,
«océano pacífico»,
lo que me dejan.

Pido
la paz y la palabra^[79].
(Otero 1983: 59)

Otero está reescribiendo el lenguaje legal e impregnándolo de carga política, pues toma su título de una expresión lexicalizada que proviene del campo semántico del derecho para convertirse en el abogado defensor de su pueblo, de una *comunidad* a la que pertenece y a la que sirve, retomando la vieja noción romántica de *pueblo* que luego integrarán las teorías marxistas. Encontrará así su sentido histórico y dará lugar al paso de una poesía religiosa y metafísica a otra que se declara situada en su contexto y desde donde actúa, porque las palabras que el poeta dice –“lo que me dejan”–, recuperan su carga de pólvora y significado en lo que Juan José Lanz ha definido como el camino liberador de una nueva utopía. Se trataría, precisamente, de un giro poético que forma parte de la “evolución estética que lleva a mediados de los años cincuenta a materializar en el arte y la literatura occidentales un estilo neorrealista” (Lanz: 158).

Varios poemas más de Otero insisten en esta petición enfática que agudiza su clave nacional (“Hija de Yago”, “Espejo de España”, “En el nombre de España, paz”) y se convierte en una constante del poeta, quien repite en el poema “Labor” de su libro *Historias fingidas y verdaderas* (1970):

Paz para la pluma y para el aire.
Paz para el papel y para el fuego.
Paz para la palabra y para la tierra.
Paz para el pan y para el agua.
Paz para el amor y para la casa.
Paz para el pensamiento y para el camino.
Paz para la semilla y para el átomo.
Paz para la obra y para el hombre.
(Otero 1974: 100)

Los paralelismos sintácticos, las anáforas o la rima asonante (Alarcos Llorach) activan isomorfias que condensan el clamor del poeta y lo hacen comunitario, lo generalizan, asumen una dimensión paradigmática especialmente notable en la década de los cincuenta en que otro destacado poeta social español, Gabriel Celaya, pide poesía para el pobre como el pan de cada día porque “La poesía es un arma cargada de futuro” (del libro *Cantos iberos*, también publicado en 1955).

La poesía se percibe a sí misma como herramienta de lucha, como la que convierte la palabra en acto, la que carga las armas de palabras. Se trata del reclamo de una parte de la poesía española de posguerra^[80] que supera las dificultades de la censura y la autocensura (Neira 1987), y se materializa en textos prodigiosos, especialmente en la década de los cincuenta. Así Rafael Alberti, exiliado de España tras la victoria franquista, lo planteará enfáticamente en el poema “Alemania” de *La pri-*

78 Entre los poemas de Emilio Prados escritos durante la guerra civil destaca “Presente oficio”, que ha sido editado por Blanco Aguinaga y Carreira: “[...] No, guerra, no te canto./ Cantaré la victoria./ Quiero cantar a sus hermosos hijos/ que de la paz levantan,/ como palmas del sueño,/ y contra ti se agrupan, generosos./ Quiero cantar los hijos que en tus campos/ pisan por tus batallas,/ indomables, feroces,/ y en la largueza de su sacrificio/ pulsan tus armas y entran por la muerte/ con tales pasos y ademán tan firmes/ que tú misma te muestras orgullosa/ de hallar tales guerreros en tu frente. [...]” (Prados T. II: 830; el subrayado es mío).

79 Este poema, sin duda el más conocido del libro, sin embargo no fue seleccionado por el propio Otero para su antología del año 1974 en la editorial Cátedra. Su carácter circular ha sido analizado en detalle por Mary A. Harris.
80 Una parte de los poemas de los poetas españoles de posguerra – Otero, Celaya, Victoriano Crémer, José Hierro, Eugenio de Nora – tendrá una actitud definidamente realista y de rechazo del esteticismo poético (De Luis 2000).

mavera de los pueblos, correspondiente a sus viajes de 1955 a 1957 y que se publicó por primera vez en *Poesías completas* (1961):

[...] Lo grito aquí: ¡Paz! Y lo grito
llenas de llanto las mejillas.
¡Paz, de pie! ¡Paz! ¡Paz, de rodillas!
¡Paz hasta el fin del infinito!

No otra palabra, no otro acento
ni otro temblor entre las manos.
¡Paz solamente! ¡Paz, hermanos!
Amor y paz como sustento.
(Alberti 1988, Vol. II: 794)

Aún resuenan los ecos de la voz poderosa de Miguel Hernández, que con sus tres heridas (la del amor, la de la muerte, la de la vida), había dado cuenta del *sufrimiento armado* del pueblo español (y recojo aquí un concepto vallejiano que el crítico Julio Vélaz desarrolló extensamente): “Por los campos luchados se extienden los heridos./ Y de aquella extensión de cuerpos luchadores/ salta un trigal de chorros calientes, extendidos/ en roncós surtidores” (en el poema “El herido” de *El hombre acecha* -1939-; Hernández T. 1: 665). En la “Canción del esposo soldado” había escrito Hernández: “*Para el hijo será la paz que estoy forjando*.”^[81]/ Y al fin en un océano de irremediables huesos/ tu corazón y el mío naufragarán, quedando/ una mujer y un hombre gastados por los besos” (del libro *Viento del pueblo* -1937-; Hernández T. 1: 604).

La sangre florecida y convertida en palabra se convertirá también, del lado americano, en el término paz, como ocurre con el famoso poema del mexicano Efraín Huerta, “Hoy he dado mi firma para la Paz”, recogido en *Los poemas de viaje* (1949-1953) y cuya publicación es de 1956:

[...] Hoy he dado mi firma para la Paz.
Para que el tiempo no se detenga,
para que el sueño no se inmovilice,
para que la sonrisa sea alta y clara,
para que una mujer aprenda a ver crecer a su hijo
y las pupilas del hijo vean cómo su madre es cada día más joven.

Hoy he dado una firma, la mía, para la Paz.
Un mar de firmas que ahogan y aturden
al industrial y al político de la guerra.
Una gigantesca oleada de gigantescas firmas:
la temblorosa del niño que apenas balbucea la palabra,
la que es una rosa de llanto de la madre,
la firma de humildad -la firma del poeta.

[...]
Hoy parece que no he hecho nada
y, sin embargo, he dado mi firma para la Paz.
[...]

Pues ahí estaba mi firma, precisa y diáfana,
al pie del Llamamiento de Berlín.
Parece que no he hecho nada
y, sin embargo, creo haber multiplicado mi vida
y multiplicado los más sanos deseos.
Hoy he dado mi firma para la Paz.
(cit. en Martínez: 18)

El verso inicial, que funciona a modo de estribillo y *ritornello*, nos permite señalar, precisamente, el modo en que paz y palabra se funden en la poesía escrita en español, especialmente en la década del cincuenta, donde la paz se vincula a la mano del poeta: se hace vocación escrituraria y se liga de modo directo a la noción de poesía comprometida (aquella que, en palabras de Roberto Escarpit, se produce cuando “el escritor está profundamente arraigado en una realidad colectiva, sea cual fuere la naturaleza de esa realidad”, es decir, cuando la identidad completa del escritor suma “el hombre social y hombre poético”; cit. en Cano Ballesta 1972: 96).

Ello alcanza su clímax en la inmediata posguerra tanto del conflicto español como de la II Guerra Mundial. Aunque las diferencias morfológicas del arte comprometido no pueden obviarse^[82], en la llamada poesía social, comprometida o engagée, que debe este último nombre a Jean Paul Sartre^[83] (quien había afirmado en 1945 que el escritor lo es “en situación” en su época -Villanueva-), la poesía se percibe a sí misma como herramienta. “Ganzúa” la llamará Mario Benedetti en una de sus poéticas más relevantes, “Semántica”, de *Quemar las naves* (1968-1969). Benedetti será uno de los representantes más influyentes de la poesía comprometida en América^[84], aunque, como advirtió con ironía y lucidez Manuel Vázquez Montalbán, “leer a Benedetti [y yo me permito decir, a otros autores de poesía social] desde la simplificación de la escritura del compromiso es una de las muchas maneras de no leerle”

82 Señala Carriedo en su magnífico análisis lo siguiente: “La categoría de compromiso, adopta formas y contenidos distintos en función de los lugares donde se instala [...]. El concepto de compromiso presenta dos morfologías claramente distintas: por un lado, la vigente en los países y las literaturas de la órbita soviética (Europa del este, la propia URSS y China) y, por otro, las literaturas de los países subdesarrollados o integrados en el área de influencia económica y cultural de la metrópoli norteamericana (Latinoamérica y Europa occidental)”. En cuanto a la presencia del realismo en la poesía escrita en lengua castellana a mediados del siglo, advierte: “Una vez caduca definitivamente la escuela de Garcilaso, la poesía española de los años 50 se desenvuelve en un espacio experimental que trata de ajustar su actitud inconformista -su ideología- a un nuevo modelo de expresión formal que sea capaz de reflejarla; es entonces cuando aparece la llamada poesía social. Lo social va a ser un movimiento muy flexible que incide, inicialmente, sobre el paradigma anti-formalista, llevando el inconformismo de los poetas hacia su extremo y convirtiendo el compromiso en una actitud crítica deliberada y consciente”.

83 Merece la pena, no obstante, atender a la observación que propone el escritor argentino Abelardo Castillo, para quien es el filósofo Mounier quien establece antes que Sartre la noción de compromiso, al entender “persona” no como individuo aislado sino como “singularidad social dentro de una comunidad” (p. 131). El propio Castillo advierte cómo, hasta los años sesenta, podía hablarse “de la misión del escritor, de su destino, de su compromiso histórico. Se hablaba de la literatura como arma, como herramienta o como modo del conocimiento” (1996: 136). Por otro lado, Sartre prescindiría de la poesía para articular su noción de compromiso frente a la relación de la prosa con el mundo, lo que no obstaculizó que los poetas se vieran, en parte, inmersos en el mismo debate (Ortega Caicedo).

84 Al escritor uruguayo le debemos un ensayo capital, *El escritor latinoamericano y la revolución posible* (1974) y algunos de los poemas más irónicos sobre el tema que nos ocupa: “El ángel” de *Poemas del hoyporhoy* (1961) -“La paz oh la paz/ quién habló de la paz...”- (Benedetti 1990: 549) y “Oda a la pacificación”, que pertenece a *Letras de emergencia* (1969-1973), y donde protesta contra el militarismo estadounidense de esas décadas: “No sé hasta dónde irán los pacificadores con su ruido metálico de paz / pero hay ciertos corredores de seguros que ya colocan pólizas contra la pacificación/ y hay quienes reclaman la pena del garrote para los que no quieren ser pacificados// cuando los pacificadores apuntan por supuesto tiran a pacificar/ y a veces hasta pacifican dos pájaros de un tiro// es claro que siempre hay algún necio que se niega a ser pacificado por la espalda/ o algún estúpido que resiste la pacificación a fuego lento / en realidad somos un país tan peculiar/ que quien pacifique a los pacificadores un buen pacificador será”. (Benedetti 1999: 278).

(Vázquez Montalbán: 61). Y ello porque el término compromiso ha sido severamente devaluado por una parte de los discursos sobre la posmodernidad, aunque, como advierte Claude Le Bigot a partir de la lectura de Poesía en pie de paz. Modos del compromiso hacia el tercer milenio (2006) de Luis Bagué, cualquier reflexión sobre el compromiso en la literatura debe tener en cuenta la teorización del concepto que llevó a cabo Sartre en *Qu'est-ce que la littérature?* (1947), ya que el filósofo francés captó “el riesgo y la tensión interna propiciados por su concepto del compromiso entre una literatura que se agarra a su autonomía formal y estética y la lógica de sumisión a la demanda externa (representada ampliamente a la altura de los años cincuenta y sesenta por la estética del realismo social)” (Le Bigot: 483).

En mi opinión, se trata de un aspecto que podemos revisar en una parte de la poesía social escrita en español en los cincuenta: libros como *Notas del hijo pródigo* (1953) de Jorge Enrique Adoum^[85], *Violín y otras cuestiones* (1956) de Juan Gelman^[86] o *Poemas de la oficina* (1956) de Benedetti^[87] no solo conciben el hecho poético ligado íntimamente con el hombre en situación sino que, cuando apuestan por el término paz, lo conciben como una construcción humana que se vincula a la palabra corporeizada a través del poeta, como si en el debate entre las armas y las letras, estas últimas hubieran adquirido gran fuerza y peso al humanizarse: Adoum nos hablará de un día de luz y humana paz, Gelman nombra la vida paz y las manos paz que se unen a otras para lograr los cambios perseguidos y Benedetti atribuirá a la paz un cansancio que es humano y procede de la alineación en el espacio gris de la oficina.

Aunque debemos tener en cuenta las importantes diferencias que podemos establecer entre los autores, quienes conforman una suma de individualidades que emplea diversas estrategias retóricas en las que se incluyen tanto formas apegadas al realismo como otras de carácter neopopular o procedentes de la vanguardia histórica^[88], permítaseme la generalización de decir (porque así me parece que lo permiten los textos), que para los poetas del cincuenta, la paz se pide al tiempo que se pide la palabra: es parte esencial de la tarea del creador. Con Gabriel Celaya, confirman la poesía como un arma cargada de pala-

bras, un arma peligrosa que a menudo será censurada porque aspira a hacer posibles grandes cambios en la vida latinoamericana y española del momento y donde paz y palabra establecen un firme maridaje: la palabra que se sube al mástil de la Revolución y la considera posible (como dirá hermosamente Gelman del salvadoreño Roque Dalton^[89]), es la que establece su relación paronomásica con la paz. Ellos también, con Blas de Otero, piden la paz y la palabra, como me permito hacerlo yo recordando con Shelley que, si los poetas son los legisladores no reconocidos del mundo, a ellos les debemos la palabra hecha conciencia.

BIBLIOGRAFÍA

- Adorno, Rolena (2001): “Guaman Poma y su crónica ilustrada del Perú colonial: un siglo de investigaciones hacia una nueva era de lectura”, introducción a la publicación en internet de la Nueva crónica y buen gobierno. Biblioteca Real de Copenhague. En la dirección electrónica <http://wayback.kb.dk:8080/wayback-1.4.2/wayback/20100107153228/http://www2.kb.dk/elib/mss/poma/presentation/index.htm> (fecha de consulta: 5 de mayo de 2011).
- Adoum, Jorge Enrique (1953): *Notas del hijo pródigo*. Quito: Editorial Rumiñahui.
- Adoum, Jorge Enrique (2005): *Obras (in)completas*. Vol. 1. Poesía. Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana Benjamín Carrión.
- Alarcos Llorach, Emilio (1997): *Blas de Otero*. Oviedo: Ediciones Nobel.
- Alberti, Rafael (1961): *Poesías completas*. Bibliografía de Horacio Jorge Becco. Buenos Aires: Losada.
- Alberti, Rafael (1988): *Obras completas*. Poesía (1939-1963), Vol. II. Edición de Luis García Montero. Madrid: Aguilar.
- Bagué, Luis (2006): *Poesía en pie de paz. Modos del compromiso hacia el tercer milenio*. Valencia: Pre-textos.
- Bellamy, Alex (2009): *Guerras justas de Cicerón a Iraq*. Traducción de Silvia Villegas. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bello, Andrés (2001): *Silvas americanas y otros poemas*. Edición de Luis Íñigo-Madriz. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Benedetti, Mario (1956): *Poemas de la oficina*. Montevideo: Número.
- Benedetti, Mario (1961): *Poemas del hoyporhoy*. Montevideo: Alfa.
- Benedetti, Mario (1974): *El escritor latinoamericano y la revolución posible*. Buenos Aires: Alfa Argentina.
- Benedetti, Mario (1990): *Inventario. Poesía completa (1950-1985)*. Madrid: Visor.
- Benedetti, Mario (1999): *Los espejos las sombras*. Edición de Francisca Noguerol. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Cano Ballesta, Juan (1972): *La poesía española entre pureza y revolución (1930-1936)*. Madrid: Gredos.
- Cano Ballesta, Juan (1982): “La poesía comprometida y su contexto sociológico en la España de los años 30”. En: Eugenio de Bustos Tovar (ed.): *Actas del Cuarto Congreso*

85 En el poema “Resumen de la infancia” dirá Adoum: “Así empecé/ a soñar solamente con la llave,/ con la bahía donde nadie hubiera/ a despedirme, con migraciones de pájaros/ azules. No era la pegajosa soledad/ lo que buscaba sino una familia/ diseminada en la distancia, una/ hora de paz bajo los árboles, una hoja/ sin odio entre mis manos” (Adoum 2005, T. 1: 247-248). En “Se recuerda el amor y la muerte”, del mismo libro: “Yo te amé, niña de paz, pero no tuve/ tiempo para besar tu pelo, no me dejaron/ lavarte pies y rostro en matrimonio./ [...] Y ya no pude ir a besar tus párpados,/ ni transcurrir ceñido a tu garganta:/ tenía tu cadáver recostado en la tarde,/ y lloré en tu destroz sin paz/ hasta que hubiera la paz abierto/ sus alas sobre la ola y el desierto.” (Adoum 2005, T. 1: 257-259). Por último, en “Fugaz retorno” (también del libro): “Hay afuera un día de luz, de humana/ paz y de manzanas. Hay canciones y avanza/ una multitud que vive y crece. De ella/ es el reino del futuro. El que sea digno/ ahora merecerá ese día y será amado.” (Adoum 2005, T. 1: 262).

86 “Viendo a la gente andar, ponerse el traje/ el sombrero, la piel y la sonrisa,/ comer sobre los platos dulcemente,/ afanarse, correr, sufrir, dolerse,/ todo por un poquito de paz y de alegría,/ viendo a la gente, digo, no hay derecho/ a castigarle el hueso y la esperanza” (en el poema “Viendo a la gente andar”, Gelman 2006: 37). Y en “Mujer encinta”: “¡Me vestiré de puños hasta el alma!/ ¡Armaré las espadas de mi leche!/ ¡Afilaré mi grito hasta que corte!/ ¡Pondré mi vida paz junto a otras vidas paz!/ ¡Irán mis manos paz junto a otras manos paz!” (Gelman 2006: 46).

87 “Se discute/ se vota/ se toma coca cola/ en una paz cansada/ se estudia el presupuesto”, del poema “Directorio” (Benedetti 1990: 567).

88 Al tiempo, sabemos que no podemos excluir de sus obras zonas de fisura muy notables, como ha analizado Scarano para el ámbito español, en “Travesías de la enunciación en las poéticas sociales españolas de posguerra”.

89 Escribe Gelman en “Ruiñesores de nuevo”, de *Hacia el sur* (1982): “roque dalton que trepaba por el palo mayor de su alma y gritaba ‘Revolución’/ y veía la Revolución y la Revolución era la sola tierra firme que veía” (Gelman 2005: 368). La barra gráfica es mía.

- Internacional de Hispanistas (1971). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, vol. 1, pp. 235-242.
- Carriedo, Pablo (2007): "Guerra fría y cultura: Un panorama sobre la libertad y el compromiso del escritor en la mitad del siglo XX". En: *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas* 15 (enero-junio 2007). En la dirección electrónica http://www.ucm.es/info/nomadas/15/pablocarriedo_guerrafria.pdf
 - Casas, Bartolomé de las (1995): *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Edición de André Santi-Lu. Madrid: Cátedra.
 - Castillo, Abelardo (1996): "El escritor latinoamericano en la posmodernidad". En: *Escritos* 13-14, pp. 125-138.
 - Celaya, Gabriel (1955): *Cantos iberos*. Alicante: Verbo.
 - Díaz del Castillo, Bernal (1939): *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. T. 1. Edición de Joaquín Ramírez Cabañas. México: Pedro Robredo. En la Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, en la dirección electrónica <http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=14436>
 - Echeverría, Esteban (1873): *Dogma socialista de la Asociación de Mayo*. Edición digital a partir de Obras completas de D. Esteban Echeverría. Tomo 4. Escritos en prosa. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, pp. 1-204. En la Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, en la dirección electrónica <http://bib.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=37505>
 - Echeverría, Esteban (1999): *El matadero*. La cautiva. Edición de Leonor Fleming. Madrid: Cátedra.
 - Garcilaso de la Vega, el Inca (1996). *Comentarios reales*. Selección. Edición de Enrique Pupo-Walker. Madrid: Cátedra.
 - Gelman, Juan (1956): *Violín y otras cuestiones*. Prólogo de Raúl González Tuñón. Buenos Aires: Gleizer.
 - Gelman, Juan (1982): *Hacia el sur*. México: Marcha Editores.
 - Gelman, Juan (2005): *Oficio ardiente*. Edición de M^a Ángeles Pérez López. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
 - Gelman, Juan (2006): *Violín y otras cuestiones*. Edición homenaje a los 50 años de la primera edición. Prólogo de Raúl González Tuñón. Buenos Aires: Planeta.
 - Guillén, Nicolás (1937): *España, poema en cuatro angustias y una esperanza*. Valencia: Ediciones españolas (Nueva colección Héroe).
 - Guaman Poma de Ayala, Felipe (2001): *Nueva corónica y buen gobierno*. Edición digital de la Biblioteca Real de Copenhague. En la dirección electrónica <http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/project/project.htm> (fecha de consulta: 10 de junio de 2011).
 - Harris, Mary A. (1991): *La estructura como apoyo temático e ideológico en la poesía de Blas de Otero*. Madrid: Pliegos.
 - Hernández, Miguel (1992): *Obra completa*. Poesía. Vol. 1. Edición crítica de Agustín Sánchez Vidal y José Carlos Rovira con la colaboración de Carmen Alemany. Madrid: Espasa-Calpe.
 - Huerta, Efraín (1956): *Los poemas de viaje (1949-1953)*. México: Ediciones Litoral.
 - Huerta, Efraín (1968): *Poesía. 1935-1968*. México: Joaquín Mortiz.
 - Lanz, Juan José (2001): "Blas de Otero: «Biotz-begietan» de Pido la paz y la palabra". En: Francisco Díaz de Castro (ed.): *Comentarios de textos. Poetas del siglo XX*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, pp. 157-189.
 - Le Bigot, Claude (2008): "Nuevas consideraciones sobre el compromiso de la poesía española: poesía en pie de paz". En: *Moenia* 14, pp. 471-483.
 - Luis, Leopoldo de (2000): *Poesía social española contemporánea*. Antología (1939-1968). Edición de Fanny Rubio y Jorge Urrutia. Madrid: Biblioteca Nueva.
 - Martínez Ramírez, Fernando (2004): "Simbólica en la poesía de Efraín Huerta". En: *Casa del tiempo* (junio de 2004), pp. 13-18.
 - Neira, Julio (1987): "La edición poética en la España de postguerra: Pido la paz y la palabra (1955)". En: *Anuario de Estudios Filológicos* 10, pp. 251-264.
 - Neruda, Pablo (1999): *España en el corazón, Obras completas*. Vol. I. Edición de Hernán Loyola con el asesoramiento de Saúl Yurkievich. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
 - Olmedo, José Joaquín (1960): *José Joaquín Olmedo: poesía-prosa*. México: Editorial J. M. Cajica Jr (Biblioteca ecuatoriana mínima). Edición digital en la Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, <http://www.cervantesvirtual.com/obra/jose-joaquin-olmedo-poesiaproso--o/> (fecha de consulta: 2 de abril de 2011).
 - Ortega Caicedo, Alicia (ed.) (2007): *Sartre y nosotros*. Quito: Editorial El Conejo/ Universidad Andina Simón Bolívar.
 - Otero, Blas de (1974): *Verso y prosa*. Edición del autor. Madrid: Cátedra.
 - Otero, Blas de (1983): *Pido la paz y la palabra*. Barcelona: Lumen.
 - Prados, Emilio (1999): *Poesías completas*. Edición de Carlos Blanco Aguinaga y Antonio Carreira. Madrid: Visor, 2 vols.
 - Reina, Elena (1988): *Hacia la luz*. Simbolización en la poesía de Emilio Prados. Amsterdam: Rodopi.
 - Sarmiento, Domingo Faustino (1993): *Facundo*. Edición de Roberto Yahni. Madrid: Cátedra.
 - Scarano, Laura Rosana (2001): "Travesías de la enunciación en las poéticas sociales españolas de posguerra". En: *Cuadernos para investigación de la literatura hispánica* 26, pp. 265-276.
 - Terrazas, Francisco de (2001): *Nuevo Mundo y conquista*. Selección. En: Luis Sáinz de Medrano (ed.): *Antología de la literatura hispanoamericana*. Textos y comentarios. Vol. I. Madrid: Verbum.
 - Trapiello, Andrés (2009): *Las armas y las letras*. Literatura y Guerra Civil (1936-1939). Barcelona: Destino.
 - Vallejo, César (1988): *Obra poética*. Edición crítica de Américo Ferrari. Madrid: Archivos.
 - Vallejo, César (2005): *Poesía completa*. Edición de Antonio Merino. Madrid: Akal.
 - Vázquez Montalbán, Manuel (1992): "Benedetti o el romanticismo ante el tercer milenio". En: Hortensia Campanella (ed.): "Mario Benedetti. Literatura y creación social de la realidad. La utopía, empresa y revolución de la historia", monográfico de *Anthropos* 132 (mayo 1992), pp. 61-62.
 - Vélez, Julio (1995): "«Ceded al nuevo impar». Una misma visión dialéctica en la obra vallejiana". En: Carmen Ruiz Barrionuevo y César Real Ramos (eds.): *La modernidad literaria en España e Hispanoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 233-240.
 - Villanueva, Tino (1988): *Tres poetas de posguerra: Celaya, González y Caballero Bonald*. Estudios y entrevistas. Londres: Tamesis Books.

POSFÁCIO

— — —

Abrindo as páginas de um jornal, podemos observar que frequentemente se recorre à imposição e violência com o objectivo de resolver os conflitos. Aceita-se que a força é um recurso, mesmo que se defenda que só deve ser utilizado como ultima opção. Mas aceitando a violência como alternativa válida, demonstramos quanto a interiorizamos, como faz parte da nossa cultura e da nossa forma de agir para atingir os nossos objectivos ou aquilo que consideramos “mais justo” ou “mais razoável”. Desta maneira, através do exemplo, através da força ou da permanente ameaça, continuamos a perpetuar o uso da violência, mesmo em nome da verdade e da razão, assegurando, de forma permanente, uma sociedade violenta.

Mas a pesar disto, é cada vez maior o número de pessoas que opinam que a violência e imposição não são a melhor forma de resolver os conflitos e que devemos conseguir uma sociedade pacífica em prol da humanidade.

Entendemos que a paz não é unicamente a ausência de guerra ou conflito. Pensamos que a paz é uma forma de entender as relações sociais e uma forma de resolver os conflitos que se produzem, de forma inevitável, pela diversidade social e por viver em sociedade. Assim, do nosso ponto de vista, falar em conflitos inclui também a contraposição de interesses entre pessoas e grupos sociais que aparece como resultado das diferentes formas que temos de entender o mundo. Desde esta perspectiva, o conflito não é mais do que um facto natural que surge como resultado das relações sociais. Pela sua parte, a paz relacionar-se-ia com a procura activa de uma sociedade mais justa por parte dos diferentes elementos da sociedade, utilizando nesta busca diferentes competências humanas, como o diálogo, a cooperação, e sendo aplicadas em diferentes contextos, como a família, a política, ou as organizações.

Algumas vozes sustêm que a resolução e a eliminação de conflitos é uma utopia. Não podemos mais que concordar. É uma utopia porque ainda não conseguimos viver numa sociedade onde não exista o conflito. Além disso, como foi anteriormente mencionado, se o conflito é um facto natural, então nunca poderemos eliminá-lo definitivamente. Mas isso não quer dizer que não seja possível reduzir os níveis de violência social, e muito menos, que tenhamos que continuar a aceitar que a única opção é viver numa sociedade violenta. Defender a ideia de paz como utopia seria bloquear qualquer tentativa de resolução pacífica dos conflitos e implicaria, na mesma linha de pensamento, considerar desnecessário, por utópico, trabalhar em prol da liberdade, justiça, democracia ou saúde.

Precisamos, assim, construir um modelo de paz holístico. Não podemos esquecer as raízes da violência estão nas desigualdades económicas, no bloqueio das possibilidades de desenvolvimento, nas discriminações, sejam estas de qualquer tipo, etc. A solução destes problemas sociais é fundamental para a construção de um modelo de convivência pacífico. Assim, devemos pensar na paz como um instrumento ao serviço da mudança social onde a educação joga um papel essencial.

Neste sentido, o I Congresso Internacional Construir a Paz teve como principal objectivo proporcionar a investigadores e profissionais de várias áreas de conhecimento uma oportunidade de reflexão sobre a construção da paz. Desde a política, a justiça, a intervenção social ou o ambiente, passando por outras áreas como a saúde, a religião, a família, o trabalho, o consumo, e aglutinando também as artes, nomeadamente, a música ou a literatura, durante os dois dias houve a oportunidade de conhecer os trabalhos de mais de 50 oradores de nove países, que apresentaram mais de uma centena de trabalhos, representando uma boa parte das actividades humanas. Saliu, assim, o bom acolhimento que esta ideia inovadora teve, motivando tantas pessoas para a participação no evento.

Ao longo dos dois dias foi possível contar com debates interessantes sob o ponto de vista científico, em torno das questões que iam sendo apresentadas, quer nas comunicações orais, quer nos posters afixados. Após todos os painéis concretizados, o Congresso terminou com a leitura e análise das principais conclusões do encontro, seguida de imediato pela sessão de encerramento.

A qualidade das intervenções possibilitou ao público presente uma partilha de experiências e uma actualização de conhecimentos científicos e técnicos no domínio da Paz, que se espera sejam promotoras de uma prática mais consolidada nesta área tão importante para a vida humana.

Embora satisfeitos com a adesão e qualidade dos trabalhos apresentados, os membros da Comissões Organizadora e Científica estão conscientes de que ainda há muito caminho por trilhar neste processo de construção da Paz, e os trabalhos apresentados são uma ínfima parte do que se pode trabalhar neste sentido.

GLÓRIA JÓLLUSKIN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ÍNDICE GERAL

7	PREFÁCIO PEDRO CUNHA	77	CONFLITO E PAZ COM O SELF E O OUTRO NO CASAMENTO E SEXUALIDADE NA “ERA UMA VEZ... ADULTOS” RITA ESTRADA e TERESA FAGULHA
9	VIOLÊNCIA E PAZ: ENTRE O EU E O OUTRO LABORINHO LÚCIO	83	ADÓNDE ESTÁN LOS DERECHOS DE NIÑOS Y ADOLESCENTES? FAMILIAS, INSTITUCIONES JURÍDICAS Y PROTECCIÓN INTEGRAL ULISSES CAMPOS DE ARAÚJO E VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI
	VOLUME 01. FAMÍLIA, JUSTIÇA, SOCIAL E COMUNITÁRIA	89	A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO MEIO DE CONSTRUIR A PAZ ISABEL POÇAS
27	CONSTRUIR PAZ E PLURAL EM FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE PEDRO CUNHA	93	CRIME E JUSTIÇA: DESAFIOS PARA MELHORAR A CONVIVÊNCIA SOCIAL GLORIA JÓLLUSKIN
29	O PAPEL DA CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ ANA MARIA BRANDÃO	95	CRIME, CULTURA E JUSTIÇA: IDENTIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE EM TORNO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA MANUELA IVONE CUNHA
35	A EMERGÊNCIA DE UM TERRITÓRIO CIENTÍFICO: A CIBERPSICOLOGIA LUÍS SANTOS E CONCEIÇÃO NOGUEIRA	105	CONHECENDO MELHOR COMO OS JUÍZES SENTENCIAM: CRIANDO CONDIÇÕES PARA UMA MAIS EFECTIVA PAZ SOCIAL? ANDREIA DE CASTRO-RODRIGUES E ANA SACAU
39	PARENTALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR VERA RIBEIRO	109	MEDIDAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA PENA E CONVIVÊNCIA SOCIAL: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LICENÇAS DE SAÍDA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL ANA OLIVEIRA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
41	DA VIVÊNCIA EM VIOLÊNCIA FAMILIAR À (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE (SOCIAL) DANIELA CAPRICHOSO E ANA SANI	117	REINSERÇÃO SOCIAL E CONVIVÊNCIA: PERCEPÇÃO DOS RECLUSOS DO SUCESSO OU INSUCESSO DA LIBERDADE CONDICIONAL LÍGIA SILVA E GLÓRIA JÓLLUSKIN
49	A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL FERNANDA MARIA DIAS DE ARAÚJO LIMA		
55	MEDIAÇÃO, RE-ALIANÇA E CULTURA DE PAZ CARLA LOPES		
61	FAMÍLIA, SEXUALIDADE E TOLERÂNCIA: CONTRIBUTOS PARA A PAZ TERESA CORREIA E MARIA AFONSO		
65	A EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ ALESSANDRA MARTINS DE FARIÁ		
71	COPARENTALIDADE POSITIVA NO DIVÓRCIO: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARENTAL ANA VARÃO		

123 **OS HETERÓNIMOS DA ILEGALIDADE NA IMIGRAÇÃO. DIREITOS HUMANOS E INTEGRAÇÃO VERSUS CRIMINALIDADE VIOLENTA**
MARIA JOÃO GUIA

131 **VITIMAÇÃO, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA**
ANA ISABEL SANI E LAURA M. NUNES

137 **TRÁFICO DE DROGA E VITIMAÇÃO: PERCEPÇÃO DE (IN)SEGURANÇA**
LAURA M. NUNES E ANA ISABEL SANI

141 **EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO E MEDO DO CRIME EM POPULAÇÃO DA CIDADE DO PORTO**
ANA SANI E CARLA NUNES

147 **PAINEL. CONSTRUIR O SENTIDO DA PAZ IMPLICAÇÕES NA INTERVENÇÃO SOCIAL**
FERNANDO PEREIRA E MANUELA COUTINHO

149 **ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ PRÓXIMA**
FERNANDO PEREIRA

155 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, PAZ E FUTURO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA

159 **CONSTRUIR A PAZ NA ESCOLA: A PREVENÇÃO DO BULLYING**
ANA RODRIGUES DA COSTA

165 **GESTÃO DE EMOÇÕES EM GRUPOS. UMA TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS**
MARIA AUGUSTA ROMÃO DA VEIGA BRANCO

173 **IMORTALIDADE SIMBÓLICA, SAÚDE MENTAL E TERRORISMO**
PAULA ISABEL SANTOS, MARINA BERNARDO E RUBEN FARIA

177 **SOCIAL INFLUENCE IN GROUPS TO PREVENT YOUTH OFFENDING**
DÉBORA W. ELIJAH E MILTON MADEIRA

183 **MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ EM CONTEXTOS PLURAIS**
HELENA NEVES ALMEIDA, CRISTINA PINTO ALBUQUERQUE E CLARA CRUZ SANTOS

VOLUME 02. TRABALHO, SAÚDE E MEDIAÇÃO AMBIENTAL

193 **CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO**
CARLA BARROS

PARTE 01. CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO: CONTROVÉRSIAS ACERCA DO TRABALHO E DA PAZ

197 **CONTROVÉRSIAS ACERCA DO TRABALHO E DA PAZ**
MARIANNE LACOMBLEZ

201 **TRABALHO, PAZ E DEMOCRACIA: UMA TROIKA PARA O SÉCULO XXI**
HERMES AUGUSTO COSTA

PARTE 02. CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO: (IN)VISIBILIDADES DOS EFEITOS DO TRABALHO NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR

211 **MOBBING: ASPECTOS JUSLABORAIS E PSICOSSOCIAIS DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO**
NUNO CEREJEIRA NAMORA E NELSON LIMA-SANTOS

217 **A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE BEM-ESTAR NO CONTEXTO TRABALHO**
MORAIS, V., MONTEIRO, A., CARVALHO, A., AZEVEDO, R. E BARROS-DUARTE, C.

223 **CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO: RESULTADOS DE UM ESTUDO SOBRE BEM-ESTAR NO TRABALHO E PERCEPÇÃO DE SAÚDE EM AUXILIARES DE GERIATRIA**
ROSANA MONTEIRO E PEDRO CUNHA

231 **CONTRIBUTOS DA AVALIAÇÃO DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ E DO BEM-ESTAR NO TRABALHO**
CARLA BARROS-DUARTE, ALEXANDRA CUNHA, SUSANA MENDES, PAULA PIRES, MARISA SOUSA, CÁTIA VIEIRA.

PARTE 03. CONSTRUIR A PAZ NO TRABALHO: COMO CONSTRUIR UMA CULTURA DE PAZ NAS ORGANIZAÇÕES?

239 **ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO: QUAIS OS CONTRIBUTOS DE AMBAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ?**
PEDRO CUNHA, JORGE CORREIA JESUÍNO E MARIA LUÍS MACHADO

243 **A (IN)JUSTIÇA DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: DUAS DÉCADAS DE ACTUALIDADE DA METÁFORA DO DUE PROCESS.**
PAULO PINTO-MOREIRA

251 A GRH COMO INTERMEDIÁRIA NO CONTRATO PSICOLÓGICO: INDICADORES PARA A PAZ NAS ORGANIZAÇÕES
RICARDO BESSA MOREIRA E PEDRO CUNHA

257 A CONSTRUÇÃO DA PAZ, A EFICÁCIA NEGOCIAL E A ASSERTIVIDADE: ESTUDO NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL
MANUELA BARROS E PEDRO CUNHA

263 RELAÇÕES ENTRE GESTÃO DE CONFLITO E FACTORES DE PERSONALIDADE
ANA PAULA MONTEIRO, GONZALO SERRANO E DAMASO RODRÍGUEZ

PARTE 04. CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE

271 CONSTRUIR A PAZ NA SAÚDE
ISABEL SILVA

273 CONSTRUIR A PAZ INTERIOR: AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS NA DOR CRÓNICA
ANA MATOS, RUTE F. MENESES E VIRGÍNIA REBELO

277 CONSTRUÇÃO DA PAZ NA INFÂNCIA: RESULTADOS DE UM PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE
ANA BOTELHO RIBEIRO, ANA COSTA, ANA GOMES, ANA RAQUEL CARNEIRO, CARLA FONTE, CLÁUDIA SANTANA, CRISTINA FERREIRA, FERNANDA DUARTE, GLÓRIA JÓLLUSKIN, ISABEL SILVA, RUTE F. MENESES E TERESA TOLDY

283 O IMPACTO DO PSICODRAMA NOS INDIVÍDUOS: DADOS PRELIMINARES DE UM ESTUDO NATURALISTA
ANA CRUZ, GABRIELA MOITA, CÉLIA SALES E PAULA ALVES

289 TRANSIÇÃO PACÍFICA PARA O ENSINO SUPERIOR? SAÚDE E OPTIMISMO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
ANA MATOS, DANIELA TAVARES, MARINA BERNARDO, RUTE F. MENESES E ISABEL SILVA

293 O IMPACTO DO BEM-ESTAR SUBJECTIVO E DO ESTIGMA EM PESSOAS COM DOENÇAS CRÓNICAS
ESTELA VILHENA, J. PAIS RIBEIRO, I. SILVA, L. PEDRO, R. MENESES, H. CARDOSO, A. MARTINS DA SILVA E D. MENDONÇA

297 O PAPEL DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA PROMOVIDOS PELAS UNIVERSIDADES NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE – O PROJECTO “APRENDER A CRESCER EM PARANHOS”
ISABEL SILVA, RUTE F. MENESES, CARLA FONTE, GLÓRIA JÓLLUSKIN, TERESA TOLDY, ANA GOMES E ANA COSTA

303 DIREITO COMPARADO DA SAÚDE E PERSPECTIVA SOBRE A PAZ - OBJECTIVOS E RESULTADOS DO PROJECTO SOCHIR
JOÃO CASQUEIRA CARDOSO

309 A ATENÇÃO AO TOXICODEPENDENTE ENVELHECIDO
LAURA M. NUNES

315 RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A PERCEPÇÃO DE ESTIGMA E OPTIMISMO, EM INDIVÍDUOS COM ESCLEROSE MÚLTIPLA
LUÍSA PEDRO, JOSÉ PAIS-RIBEIRO, RUTE MENESES, ISABEL SILVA, HELENA CARDOSO, DENISA MENDONÇA, ESTELA VILHENA, MADALENA ABREU, ANA MARTINS E ANTÓNIO MARTINS-DA-SILVA

319 PAZ INTERIOR EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS
RUTE F. MENESES, CRISTINA MIYAZAKI E JOSÉ PAIS-RIBEIRO

323 PESSOAS COM EPILEPSIA E OS OUTROS: RELAÇÕES PACÍFICAS?
RUTE F. MENESES, JOSÉ PAIS-RIBEIRO, ISABEL SILVA, LUÍSA PEDRO, HELENA CARDOSO, DENISA MENDONÇA, ESTELA VILHENA, MADALENA ABREU, VERA MELO, ANA MARTINS DA SILVA E ANTÓNIO MARTINS DA SILVA

329 A PAZ E A SAÚDE: CONTRIBUTOS PSICO-EDUCACIONAIS
SÓNIA ALEXANDRE GALINHA E ADÉRITO GOMES BARBOSA

337 A COMUNICAÇÃO SEXUAL COMO CONTRIBUTO NA EDIFICAÇÃO DA PAZ
TATIANA SANTOS E ISABEL SILVA

343 O PAPEL DA AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES DE VIDA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ
VÂNIA LINHAËRES E RUTE F. MENESES

347 A CONSTRUÇÃO DA PAZ INDIVIDUAL: RELAÇÃO ENTRE VIVÊNCIAS ACADÉMICAS E AUTO-EFICÁCIA
VERÓNICA FERNANDES, ISABEL SILVA E RUTE MENESES

353 RESPONSIVENESS - A IMPORTÂNCIA DA DIGNIFICAÇÃO DOS UTENTES NOS CUIDADOS DE SAÚDE
ANA SOARES E ISABEL SILVA

361 GUERRA E PAZ PSÍQUICA E FAMILIAR. A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DA PASSAGEM AO ACTO
MARTA MATOS

367 CONFLITO E MEDIAÇÃO AMBIENTAL
NELSON BARROS

369 **ENERGIA E AMBIENTE PARA
UM FUTURO SUSTENTÁVEL**
GISELA M. OLIVEIRA E M. J. LEMOS DE SOUSA

379 **ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY
AND UNSUSTAINABLE INEQUALITIES**
JOSÉ MANUEL MARTINS

**VOLUME 03. CIDADANIA, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, COMUNICAÇÃO
E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

385 **CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DA PAZ**
CLÁUDIA TORIZ RAMOS

387 **CITIZENSHIP AND PEACE IN
LIGHT OF REALISTIC UTOPIA**
MARIA JOÃO CABRITA

393 **UNE CITOYENNETÉ SANS ÉPITHÈTE**
GEORGE CHABERT

399 **DUAL CITIZENSHIP FOR
ETHNIC HUNGARIANS**
ANNA MOLNÁR

405 **INTERNATIONAL DEMOCRACY
ASSISTANCE IN BOSNIA-HERZEGOVINA
AND IN THE RUSSIAN FEDERATION:
REACTIONS AND CONFRONTATIONS
TO THE LIBERAL PEACE PROJECT**
EUNICE CASTRO SEIXAS

415 **ESTUDOS SOBRE A PAZ: REFLEXÕES
SOBRE UMA ÁREA DISCIPLINAR**
CLÁUDIA TORIZ RAMOS

419 **EVOLUÇÃO DO ALTRUIÍSMO E DA
COOPERAÇÃO NOS GRUPOS HUMANOS**
MARINA PRIETO AFONSO LENCASTRE

423 **EDUCAR PARA A CIDADANIA,
UM CAMINHO PARA A PAZ**
MARIA EMANUEL MELO DE ALMEIDA

427 **NA DEMANDA DA CONSTRUÇÃO DE
UMA IDENTIDADE TRANSNACIONAL
PROMOTORA DE PAZ, COMPREENSÃO
E TOLERÂNCIA, DESENVOLVIDA
EM CONTEXTO ESCOLAR**
ANNA KOSMIDER LEAL E MAFALDA MENDES

433 **CIDADANIA ACADÉMICA: PRÁTICAS
CULTURAIS DOS ESTUDANTES DE
COIMBRA NA DÉCADA DE 1980**
ALEXANDRA SILVA

439 **EMPREENDEDORISMO SOCIAL,
MEDIAÇÃO E CIDADANIA ACTIVA:
COMPLEMENTARIDADES E SIGNIFICADOS**
PEDRO CARDOSO E HELENA NEVES ALMEIDA

445 **DA CONDIÇÃO HUMANA À
PRÁTICA CIDADÃ**
TERESA DENIS

449 **CONSTRUYENDO LA PAZ: PARTICIPACIÓN
Y ESPACIOS DE CIUDADANÍA**
MARIA BELÉN MARTIN CASTRO

457 **A QUEM INTERESSA A PAZ NO
CAMPO? REIVINDICAR NÃO
É CRIME. É CIDADANIA!**
CRISTIANE REIS

465 **PACIFICIDADE E NOVAS
CONFLITUALIDADES:
FUNDAMENTALIZAÇÃO SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA WEB 2.0 / 3.0**
PEDRO DE ANDRADE

473 **POLÍTICA E PAZ NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**
ISABEL COSTA LEITE

475 **O DIREITO À PAZ NO CONTEXTO
DOS DIREITOS DO HOMEM**
ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES

481 **O PEACEKEEPING: PALIATIVO OU
VERDADEIRO INSTRUMENTO DE
RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS?**
MARIA DO CÉU PINTO

487 **O MODELO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ DAS
NAÇÕES UNIDAS: QUE PAPEL PARA A SUA
'ARQUITETURA DE PEACEBUILDING'?**
FERNANDO CAVALCANTE

495 **O COMBATE AO TERRORISMO
JIHADISTA POR VIA LEGAL: UM
SISTEMA AUTO-SUFICIENTE?**
FRANCISCO JORGE GONÇALVES

503 **DO ESTADO AO CIBERESPAÇO:
NOVAS AMEAÇAS, NOVOS
CONFLITOS INTERNACIONAIS**
MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS

509 **A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NAS
QUESTÕES DE DEFESA E SEGURANÇA**
JOÃO LUÍS DIAS

515 **AMNISTIA, PAZ E DIREITOS HUMANOS**
JOÃO PEDRO CAMPOS

523 **TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
DA PAZ E DOS CONFLITOS: DA
INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA À
RESPONSABILIDADE DE PROTEGER
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
VASCO VIANA BÁTISTA

531 **A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO
DE NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS:
O CASO DE ANGOLA E OS
ACORDOS DE BICESSE (1991)**
MANUEL MAIO

539 **INTEGRAÇÃO POLÍTICA COMO
INSTRUMENTO DE PAZ: A
GÊNESE DA UNIÃO EUROPEIA**
ISABEL COSTA LEITE

545 **COMUNICAÇÃO, CONSUMO E
RESPONSABILIDADE SOCIAL**
PAULO RIBEIRO CARDOSO

547 **OS CONDUTORES JOVENS E O
COMPORTAMENTO RODOVIÁRIO
DE RISCO: ESTUDO PILOTO PARA
O DESENVOLVIMENTO DE UMA
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**
ANA SILVA E CRISTINA PIMENTÃO

557 **PAZ NA ESTRADA: AS CAMPANHAS
PUBLICITÁRIAS DE PREVENÇÃO
RODOVIÁRIA EM PORTUGAL E O
SEU IMPACTO NOS CONDUTORES.**
PAULO RIBEIRO CARDOSO E MANUEL JOSÉ FONSECA

563 **MENSAGENS PUBLICITÁRIAS
COM APELOS À CIDADANIA EM
CAMPANHAS DE NATUREZA
COMERCIAL E INSTITUCIONAL**
ELSA SIMÕES LUCAS FREITAS E
SANDRA GONÇALVES TUNA

569 **EL PODER DE TU VOZ. REFLEXIONES
ACERCA DE LAS CAMPAÑAS
PUBLICITARIAS POR LA PAZ**
JORGE DAVID FERNÁNDEZ GÓMEZ E
ROCÍO CALVO FERNÁNDEZ

**VOLUME 04. LITERATURA,
MÚSICA E RELIGIÃO**

579 **LA LITERATURA Y LA PAZ EN
EL MUNDO LUSO-HISPÁNICO**
ANA MARÍA DA COSTA TOSCANO

581 **A MÚSICA E A PAZ**
JOSÉ SOARES MARTINS

583 **GIVE PEACE A CHANCE**
CARLOS TÊ

585 **A MÚSICA COMO TESTEMUNHO
DA BARBÁRIE**
JOSÉ JÚLIO LOPES

587 **RELIGIÃO: CAMINHOS DA
GUERRA, CAMINHOS DA PAZ**
TERESA MARIA LEAL DE ASSUNÇÃO MARTINHO TOLDY

589 **FROM PUBLIC REASON TO
REASONABLE ACCOMMODATION:
NEGOTIATING THE PLACE OF
RELIGION IN THE PUBLIC SPHERE**
MATHIAS THALER

599 **A PAZ DOS CEMITÉRIOS**
JOSÉ SOARES MARTINS

601 **LA INSTRUMENTALIZACIÓN DE
LA RELIGIÓN EN EL DISCURSO
DE LOS PARTIDOS EUROPEOS DE
DERECHA RADICAL POPULISTA.
EL CASO DE LA LEGA NORD.**
ALESSANDRA ARRU

611 **INTER-RELIGIOUS DIALOGUE AS
AN INSTRUMENT OF PEACE IN
THE MEDITERRANEAN SEA**
CARMELINA CHIARA CANTA

617 **UM OLHAR PARA O ACERVO DISCURSIVO
DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**
MARINETE LUZIA FRANCISCA DE SOUZA

621 **RELIGIÃO: CAMINHOS DA
GUERRA, CAMINHOS DA PAZ**
BERENICE NEIDE BRANDÃO ANDRADE

625 **UN ARMA CARGADA DE PALABRAS:
LA POESÍA SOCIAL EN ESPAÑOL
DURANTE LA DÉCADA DEL CINCUENTA**
M^a ÁNGELES PÉREZ LÓPEZ

633 **POSFÁCIO**
GLÓRIA JÓLLUSKIN

